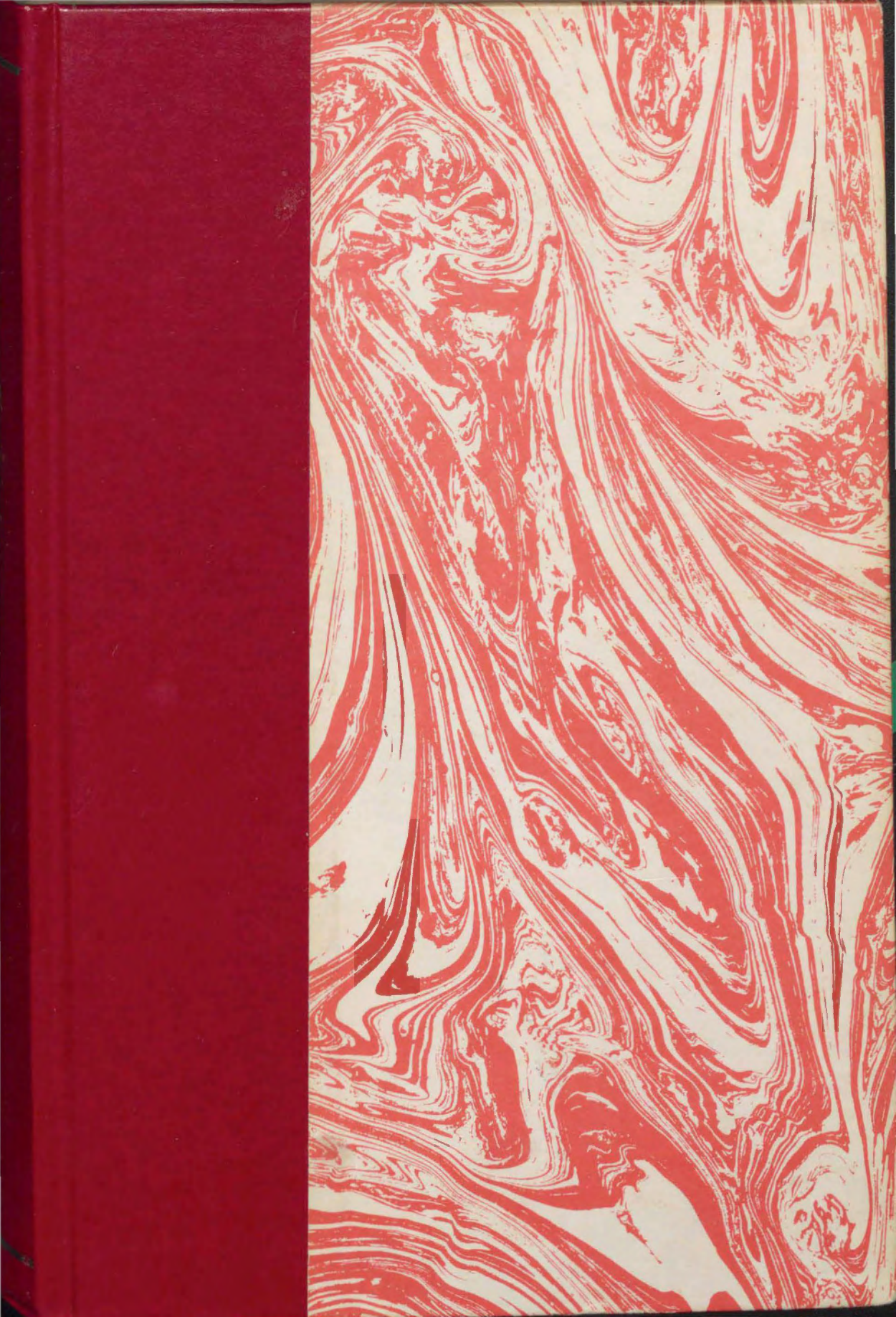




S. T. F.
PATRIMÔNIO
N.º 22593-8 P



REVISTA

DO 140-1-

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PUBLICAÇÃO OFFICIAL.

**TRABALHOS DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

DIRECTORES-REDACTORES:

**HUMBOLDT FONTAINHA
MURILLO FONTAINHA**

REDACÇÃO DE DEBATES:

R. GOMES DE MATTOS.

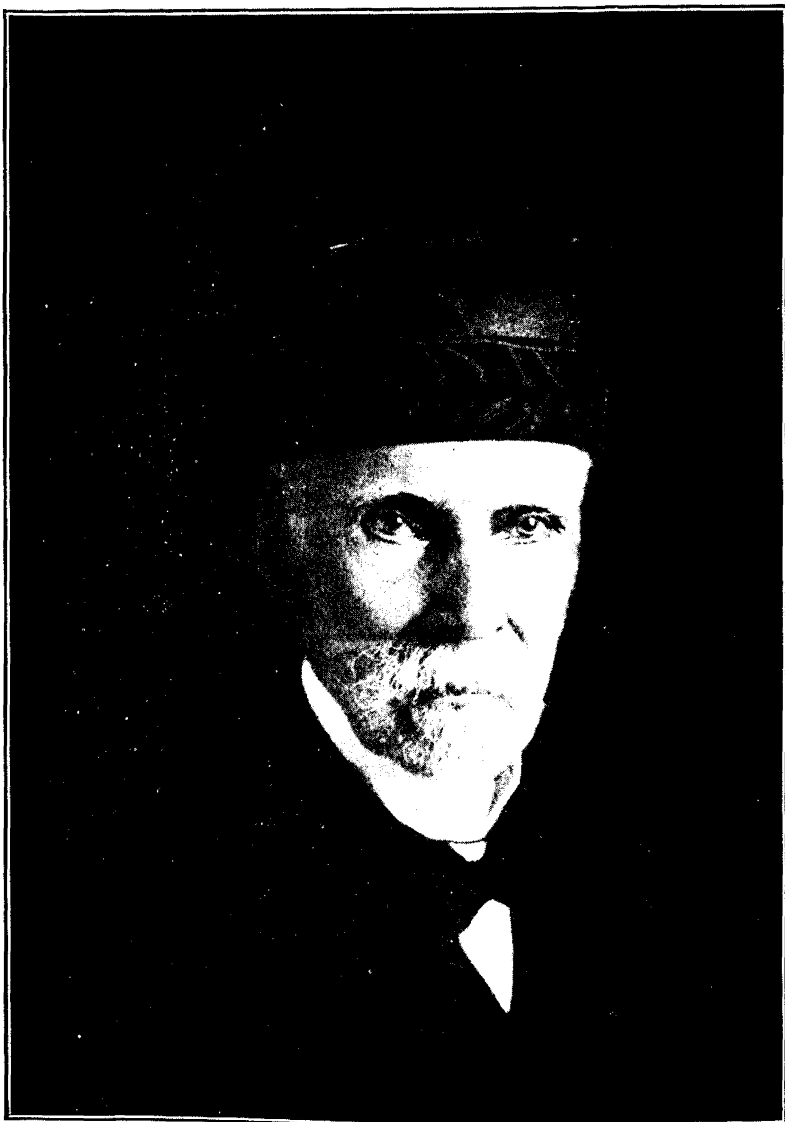
**VOL. LXXV
NOVEMBRO — 1924**

• RIO DE JANEIRO •



VARIAS NOTICIAS





Ministro HERMINIO FRANCISCO DO ESPIRITO SANTO



925 9256 25

MINISTRO HERMINIO DO ESPIRITO SANTO

A morte do Ministro Herminio Francisco do Espirito Santo veio arrebatrar ao seio do Egregio Supremo Tribunal Federal uma de suas mais representativas e brilhantes figuras.

Magistrado por longos cincoenta e oito annos, elle o foi como os que mais dignamente souberam sel-o, e sua fulgurante carreira, com phases de tranquillo decurso, em que se poz á prova a homogenea suavidade daquella nobre alma, e ás vezes em accidentados periodos, em que se realçou toda a consciante energia de um character de rija tempera, póde servir de modelo a quantos se iniciam na excelsa profissão e bem sabem calcular o grande peso das inexcediveis responsabilidades que tomam sobre si.

Ser juiz, e juiz na radiosa expressão do termo, de uma integridade que não admite gradações, é dos mais dignificadores encargos que se possam commetter a creaturas humanas, e que melhor lhes permite elevar-se no conceito de seus semelhantes; mas, para que o bom desempenho de taes funcções corôe, afinal, a vida dos que se lhes dedicam, não bastam os bons intuitos, nem os excellentes attributos moraes: é preciso que essas qualidades, evidentemente indispensaveis, se encouracem com a energia tranquilla e serena dos que se devotam de corpo e alma aos seus deveres, ouvidos attentos á sua propria consciencia e fechados á grita ou applausos, de qualquer modo suspeitos, que de fóra lhes venham.

O magistrado é o unico lidador que não tem.

nem pôde ter, a incentivar-lhe os surtos da offensiva, ou a amparal-o na resistencia, os louros com que a multidão corôa os seus heroes ou se solidariza com os que por ella se sacrificam. No sereno, mas energico desempenho de seus encargos, não pôde elle, juiz, solicitar esses estímulos, nem sequer recebê-los. Quando acontece que os dictames de sua consciencia se casam com os desejos mais predominantes, é-lhe vedado acceitar qualquer demonstração de uma compromettedora sympathia; e se o inverso é que se dá, se as suas virtudes e o seu esculpulo criterio o induzem a contrariar os interesses mais em jogo, tem elle que se manter só a só no meio da refrega, indifferente ás consequencias pessoaes que lhe advenham das hostilidades que desencadeou, e arrostando, impavido, contente comsigo mesmo e desdenhando alheios applausos, toda a onda de despeito e incontinencia que lhe vae bramir aos pés.

Essa a verdadeira coragem, que se não estimula, nem cega pelo apoio ou hostilidade dos circumstantes, e que reflecte, de modo o mais completo, o que vale a força de uma só consciencia, desamparada tantas vezes do menor apoio material, quando tem por si — o que para tantos é pouco, mas para outros é tudo — a certeza do dever cumprido.

A pedra de toque desses caracteres espartanos é justamente a vida no interior deste vastissimo paiz, em regiões de onde a pequena densidade da população, o primordial de todos os nossos males, faz que quasi desapareçam os expoentes da vida civilisada; e só quem ahi passou uma existencia ingrata é que pôde avaliar o que ella reserva de torturas para um nobre character, que se não dobra ás estrepolias de um partidarismo de campanario, estreito, mesquinho, autoritario e que não quer diante de si resistencia de especie alguma, nem mesmo a que resplandece pelo arminho de uma toga.

Esse o heroismo inextinguível, sereno, ignorado, que só podem calcular os que de perto lhe assistem ás dolorosas attribuições. E nessa escola de rija tempera, onde os menos aptos naufragam e se esboroam, é que Herminio do Espirito Santo soube caldear as nobilissimas fibras de seu character, enrijando-as por tal modo que delle fizeram, para todo o sempre, o prototypo do magistrado, cioso do futuro que o esperava, no inicio de sua fadigosa carreira, e ainda mais zeloso, por certo, ao declinar de uma vida exemplarissima, dos luminosos passos que por ella deu.

Seu acendrado amôr ás letras juridicas, revelado desde os bancos academicos, no brilhante curso em que se fez consagrar como dos mais notaveis alumnos da tradicional Faculdade do Recife, só se deixava igualar pela sua nobreza de sentimentos.

Ainda aos vinte e dois annos de idade, Herminio do Espirito Santo collava seu gráu na velha Escola de Direito, e mal passados dois annos, ainda no radioso alvorecer de sua carreira, já os seus primeiros passos na vida publica se iam assignalando pelos mais eloquentes protestos de admiração e respeito dos que lhe observavam o proceder ou beneficiavam com os fructos de sua cultura e a inteireza de suas virtudes.

Assim é que ao findar o seu primeiro quatriennio como Juiz Municipal e de Orphams do Termo de Cruz Alta, iniciado em 1866; recebia o joven magistrado a unanime sagração da Camara Municipal daquelle termo que, nas mais significativas palavras, lhe dirigia — **“um voto de reconhecimento e alto apreço aos serviços prestados como Juiz Municipal e Delegado de Policia”**, dizendo “ser a expressão sincera de todo o povo Cruzaltense, que, sabendo aquilatar a **honradez, integridade e actividade**” que presidiram aos actos do homenageado, reconhecia os esforços por elle empregados para melhor administração da Justiça.

Menos eloquente não foi a manifestação de

todo o Commercio de Cruz Alta: — “**é por certo feliz o povo que vê na direcção de seus negocios de Justiça um character desta tempera, incapaz de amoldar-se ás conveniencias, inflexivel sacerdote sempre fiel ao culto do dever.**”

Assim era que o grande morto de hontem, mal completando a primeira quadra da existencia, já recebia dessas consagrações que tão bem lhe reflectiam a austeridade do character e o escrupuloso amôr aos livros.

Em 1869, ao conceder-lhe a pedida exoneração de delegado de policia, o respectivo Chefe lhe agradecia — “**a leal e activa collaboração e coadjuvação que prestou**” no exercicio do cargo. Pouco depois a Associação Agricola das Colonias Itajahy e Principe Dom Pedro, como justa homenagem á maneira por que se vinha conduzindo no desempenho do cargo, conferiam-lhe o diploma de **socio honorario**; igual preito lhe rendia, tambem, a Imperial Sociedade Litteraria Atheneo Maranhense.

Annos após, ao nomeal-o Vice-Presidente da Provincia de Santa Catharina, a Princeza Imperial Regente declarava que isso fazia “**em attenção ao distincto merecimento e patriotismo**” do integro magistrado.

Em 1887, o Presidente da Provincia do Paraná lhe agradecia publicamente — os serviços que “**patriotica e desinteressadamente**” prestara por occasião dos exames geraes ali realizados, “**havendo exercido com o maior zelo, intelligencia e bôa vontade**” as funcções de Presidente das bancas de Latim e Historia Geral.

Quando Juiz de direito no Estado do Maranhão, ainda muito moço, demonstrou possuir o mais rijo e integro dos characteres, na lucta acerba que teve que sustentar em defesa de suas prerogativas e independencia, contra as hostilidades que os interesses da politica local, por elle desattendidos, resolveram mo-

ver-lhe. Chegou a ser judicialmente processado, por queixa privada de calúnia, mas a sua estrondosa absolvição foi o melhor coroamento da digna attitude que soube manter.

Com tão brilhante fé de officio, ainda no começo da carreira, facil era de prevêr o pleno triumpho que o estava a aguardar e que de facto se verificou pelo seu ingresso na mais elevada Côrte de Justiça do paiz e, depois, dentro desta, pela ascensão á presidencia do Tribunal, de tal modo se collocando como a figura suprema do Poder Judiciario, que, em organização como a nossa, paira acima dos demais, sob muitos pontos de vista.

Era assim o grande morto de hontem.

Outros lhe podem igualar a cultura, a lucidez de espirito, a integridade de character, de que deu as mais inequivocas provas em longos doze lustros de actividade publica; ninguem, entretanto, ha de excedel-o.

As eloquentes demonstrações de pezar que acompanharam o seu desapparecimento, partidas, como foram, de todas as classes sociaes e de todos os pontos do paiz, constituem a melhor e a mais merecida consagração que poderia ter uma existencia toda ella consagrada ao bem publico.

A essas manifestações não haveria de ser extra-nha, como não foi, a **Revista do Supremo Tribunal Federal**. Aliás, em uma de suas salas já de ha muito se vê, talhada no bronze e como eterno incentivo ás gerações porvindouras, a serena figura de **Herminio do Espirito Santo**, prototypo inconfundivel do homem bom, justo e verdadeiro.

TRAÇOS BIOGRAPHICOS

Herminio Francisco do Espirito Santo nasceu na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 9 de Maio de 1841. Era filho legitimo do Capitão de Milicias, Vicente Antonio do Espirito Santo,

natural do Estado da Parahyba do Norte, e de D. Francisca Fausta do Espirito Santo.

Após um brilhante curso de humanidades, matriculou-se na tradicional Faculdade de Direito do Recife, onde se bacharelou aos 20 de Novembro de 1863, com apenas 22 annos de idade e deixando nos bancos academicos a lembrança de um dos mais talentosos e applicados alumnos que por ali passaram.

A data de 12 de Fevereiro de 1866 marca o ingresso do joven bacharel na carreira da magistratura, pois desse dia é a Carta Imperial, referendada por José Thomaz Nabuco de Araujo, que o nomeou Juiz Municipal e de Orphams do Termo de São José do Norte, na Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul.

A 18 de Maio do mesmo anno era elle removido, a pedido, para o Termo de Cruz Alta, na mesma Provincia, ahí se conservando até completar o quadriennio.

Ainda no anno de 1866, aos 4 de Outubro, o Vice-Presidente, em exercicio, daquela Provincia resolveu distinguil-o com a designação para o cargo de “Juiz Commissario de Medições das posses e sesmarias ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial sujeitas a legitimação ou revalidação no Municipio da Cruz Alta”.

Ainda quando Juiz Municipal desse termo, aos 8 de Março do anno de 1867, foi, por Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, então presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, nomeado Delegado de Policia de Cruz Alta, cargo esse que desempenhou até 27 de Dezembro de 1869, quando foi exonerado a pedido e mereceu do Chefe de Policia os mais vivos agradecimentos pela “leal e activa collaboração e coadjuvação” que lhe prestava no exercicio dessas funcções.

A 12 de Fevereiro de 1870, communicava ao Presidente da Provincia haver terminado o seu qua-

triennio e por essa occasião recebia as unanimes homenagens de seus jurisdicionados, por intermedio da Comarca Municipal e de todo o commercio de Cruz Alta, que em mensagens laudatorias lhe louvavam "a integridade, a honradez" e o "caracter inflexivel" com que se portara no desempenho de suas funcções.

O Governo Imperial, como justa consequencia desse optimo tirocinio, entendeu reconduzil-o no cargo, o que fez pela Carta de 13 de Abril do anno de 1870.

Pouco depois, a 3 de Janeiro de 1871, o Governo Provincial o investia das funcções de Delegado da Instrucção da Parochia de Cruz Alta, a cujo desempenho deu o mais assignalado brilho.

No anno de 1872, em data de 24 de Agosto, o Governo Imperial nomeou-o Juiz de Direito da Comarca de Barreirinhos, de 1ª entrancia, no Estado do Maranhão, comarca essa creada pela Lei provincial n. 995, de 15 de Junho de 1872 e cuja installação, por conseguinte, foi commettida ao joven magistrado. Entrou em exercicio a 21 de Dezembro do mesmo anno, até que a 3 de Maio do anno seguinte foi distinguido com sua nomeação para Chefe de Policia da Provincia de Santa Catharina, tomando posse em 18 de Setembro.

Em 1876, aos 15 de Novembro, a Princeza Imperial Regente, tendo "em attenção o distincto merecimento e patriotismo", nomeava-o Vice-Presidente da Provincia de Santa Catharina, para servir em primeiro lugar, cargo em que permaneceu até ser, por Carta do Governo Imperial de 8 de Janeiro de 1881, designado para Juiz da Vara Commercial da Capital da Provincia do Maranhão.

No desempenho dessas elevadas funcções esteve de 14 de Julho desse anno até 14 de Outubro de 1885, sendo então nomeado Chefe de Policia do Maranhão, onde se demorou pouco tempo, visto que a 12

de Dezembro desse mesmo anno foi designado para cargo identico na Provincia do Paraná.

A 23 de Dezembro de 1889, o Visconde de Pelotas, então Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, o designava para exercer as mesmas funções naquella unidade da Federação; e de tal modo se houve o digno magistrado que, mezes mais tarde, foi investido pelo Governo Provisorio no elevado posto de Desembargador da Relação de Porto Alegre, onde esteve em exercicio de 10 de Novembro de 1890 a 5 de Fevereiro de 1891, pois a 20 de Novembro de 1890 já o Marechal Deodoro da Fonseca, attendendo aos seus altos meritos, o nomeava Juiz Federal na secção daquelle Estado.

Como tal serviu de 2 de Março de 1891 a 7 de Outubro de 1894.

Aos 19 de Setembro deste ultimo anno, foi Herminio Francisco do Espirito Santo elevado a Ministro do Supremo Tribunal Federal, por acto de Floriano Peixoto.

A maneira por que se conduziu em nossa mais alta Côrte de Justiça, desde que ahi se empossou aos 21 de Novembro de 1894, prova-a a consideração que desde logo mereceu de seus pares, ascendendo, em 2 de Maio de 1908, ao lugar de Vice-Presidente, para, em 4 de Janeiro de 1911, chegar ás culminancias da Presidencia, onde se conservou até sua morte, em meio ás mais inequivocas demonstrações de applauso e confiança de todo o Tribunal e de quantos perante este pleiteassem.

Sua presidencia foi a mais prolongada de quantas por ali têm decorrido, e essa longa permanencia em posto, que nem sempre se antolha tapetado de rosas, e antes se mostra prenhe das mais delicadas difficuldades, só serviu de provar, mais uma vez, a intelligencia, cultura e integridade do grande Juiz.

E' eloquente, a respeito, o que disse o Sr. Mi-

nistro Edmundo Muniz Barreto, na memoravel sessão de 3 de Dezembro de 1914, quando se discutia o cumprimento do **habeas-corpus** concedido ao Senador Nilo Peçanha: "Importuna seria, pois, a meu vêr, a intervenção do Tribunal nesse caso da competencia privativa do seu Presidente, que com **tanta independencia, tão elevado criterio e tanta firmeza de character preside aos trabalhos desta Casa.**"

Ruy Barbosa, numa das formidaveis orações proferidas naquelle Tribunal, deixava cahir, a respeito de seu egregio Presidente, as mais lisonjeiras referencias, exaltando-lhe sobremaneira as virtudes, a cultura e a rijeza de character.

Digno de referencia é ainda o facto de, já alquebrado pelo peso dos annos e naturaes achaques de uma idade avançada, haver o saudoso Ministro presidido a uma sessão, que se prolongou por mais de sete horas a fio, e isto porque lhe parecia que a sua ausencia mudaria o julgamento do Tribunal, pelo desfalque da maioria, o que se lhe antolhava uma verdadeira deserção do cumprimento de seus deveres.

Essa, a feição primordial de **Herminio do Espirito Santo**: um escrupulo a toda a prova no fiel desempenho dos encargos que se lhe commettiam e que o levava, naturalmente, a zeloso e afincado estudo das especies a julgar.

Espalhados pelas collectaneas de jurisprudencia e revistas de direito se acham innumerous Accordams em que o emerito julgador teve parte saliente, ou relatando as decisões, ou fundamentando com louvavel e desusado capricho os votos em que discordava da maioria. Muitos desses votos vencidos se tornaram, mais tarde, a corrente victoriosa no proprio Tribunal.

O feitio eminentemente liberal de seu espirito fez com que se insurgisse frequentes vezes contra perseguições ou simples excessos de zelo que autoridades prepotentes, judiciarias que fôsem, desencadeavam

contra os humildes que por isso iam bater ás portas daquela Supremo Côrte de Justiça.

Notaveis tambem eram a sobriedade e correcção de linguagem em que vasava os conceitos que emittia, demonstrando que não era nunca um apaixonado que deliberava e sim o verdadeiro sacerdote da Justiça, tranquillo e sereno, sem medir as consequencias pessoaes de suas rectas e consciences deliberações.

A OBRA JURISPRUDENCIAL DE HERMINIO DO ESPIRITO SANTO

Espalhados, como já dissemos, pelas revistas e collectaneas de julgados, podem lêr-se, numa cuidadosa pesquisa, os votos do emerito Juiz, em questões as mais diversas e interessantes e onde, em linguagem concisa e adequadamente sobria, expõe elle com o maximo vigor e clareza a maneira pela qual encarava os variadissimos casos que são trazidos, dia a dia, á barra dos Tribunaes.

Numa relação meramente exemplificativa, pois, seria impossivel reproduzir, pela quantidade dos julgados, quantos sahiram de sua penna; póde-se referir o que de momento nos cahe sob os olhos.

Em um processo de responsabilidade movido contra Desembargadores do Tribunal de Justiça do Piauhy, perante a Justiça daquelle Estado, allegaram estes a incompetencia dessa Justiça. O Supremo Tribunal Federal concedeu a ordem para informações, mas entendia que o processo devia ficar em suspenso, á espera da decisão final. Acabou concedendo de vez a ordem impetrada.

H. do Espirito Santo, entre outras considerações de seu voto vencido, assim disse:

“Em taes condições era a concessão do **habeas-corpus** uma verdadeira invasão das attribuições da Justiça do referido Estado, vedada expressamente pela Constituição Federal, no art. 62, que, em consagração do principio de autonomia e independencia das duas

Justiças, assim dispoz: “As Justiças dos Estados não podem intervir em questões submettidas aos tribunaes federaes, nem annullar, alterar ou suspender as suas sentenças ou ordens. E, reciprocamente, a Justiça federal não póde intervir em questões submettidas aos tribunaes dos Estados, nem annullar, alterar ou suspender as decisões ou ordens destes, exceptuados os casos expressamente declarados nesta Constituição”. Essa invasão tornou-se francamente accentuada depois que, obtido o **habeas-corpus** preventivo, e antes que fosse este definitivamente resolvido, sob o titulo de novo **habeas-corpus**, no intuito de ser sustado o processo de responsabilidade a que foram sujeitos, — obtiveram favoravel deferimento, como se vê do Accordam que concedeu a nova ordem impetrada (antès de resolver definitivamente sobre a primeira), ordenando ás Justiças do Piauhy que cessassem todo o procedimento contra os ditos impetrantes; e assim decidiu o Tribunal pelo facto de haverem elles allegado que estavam sendo responsabilisados perante um Tribunal inconstitucionalmente organizado, composto de individuos leigos e sem criterio juridico! Em que Lei se fundou, para assim decidir assumpto de tanta gravidade, não declarou o Accordam. Se a plena concessão do **habeas-corpus** não põe termo ao processo, nem obsta a qualquer procedimento judicial que possa ter lugar em Juizo competente, como foi sempre corrente em direito, e doutrina consagrada pela jurisprudencia dos tribunaes, antes mesmo de assim positivamente dispôr a Lei n. 2.033, de 20 de Setembro de 1871, como se poderá justificar essa nova doutrina estatuida pelo Accordam — de suspender-se todo procedimento da Justiça antes de definitivamente julgado o **habeas-corpus**? Pois este recurso, pelo seu proprio instituto, não devera limitar-se a evitar a detenção illegal ou ameaça deste constrangimento? Da preterição das Leis do processo criminal seguiu-se, pois, como consequen-

cia fatal, a intervenção indebita da Justiça federal em assumpto sujeito aos tribunaes do Estado do Piauhy, formalmente vedada pela Constituição Federal”.

(Jurisprudencia, 1897, pag. 17).

Em acção de manutenção de posse requerida para garantia de um **privilegio**, lêem-se as seguintes palavras no Accordam relatado pelo saudoso Ministro:

— “Consequentemente, não poderia, na technica do direito, existir **posse**, ou **quasi posse**, sem elemento material, nem dar-se turbação desta sem violencia que se traduza por acto externo, que embarace o possuidor de exercer o poder physico sobre a cousa; os interdictos possessorios não devem ser invocados para defesa de todo e qualquer direito pessoal, faculdade ou privilegio, e sim para proteger sómente o direito que se exercita sobre cousas susceptíveis de dominio ou onus reaes. Assim, pois, o interdicto **retinenda possessionis**, acção de manutenção, só tem por fim a manutenção de cousa movel ou immovel, ou quasi posse de direitos reaes, nos termos das Ords. liv. 30, tit. 48, princ.; liv. 2º, tit. 1º, § 2º.”

(Jurisprudencia, 1897, pag. 84).

“Considerando que nem o art. 118 do Decreto n. 848, nem o art. 68 do Regulamento citado, quando exige que a petição inicial contenha a indicação das provas e todos os documentos em que se fundou a acção, commina ao autor a pena de absolvição da instancia por semelhante falta, sendo que esta medida é estatuida na Ord., livr. 3º, tit. 20, § 22, explicada pelo Assento da Casa da Supplicação, de 23 de Novembro de 1769, que permite ao autor juntar os documentos que faltarem no libello, emquanto o Juiz não delibera sobre o caso.”

(Relatorio, in Jurisprudencia, 1897, pag. 91).

“Si é certo que o Poder Judiciario da União não foi investido da plenitude das funções judiciais, como diz o *Accordam*, é indubitavel tambem que a elle cabe observar as Leis emanadas regularmente do Congresso, não lhe sendo licito decretar, a seu talante, a inconstitucionalidade das mesmas, sinão em casos muito especiaes, guardando-se muita parcimonia, como recommendam os publicistas americanos, no uso dessa tão melindrosa faculdade. Pela singular doutrina do *Accordam*, nenhum interesse geral poderá, de futuro, ser attendido pelo legislador ordinario, porque já foram pela Constituição previstas todas as necessidades da União; nenhuma medida poderá ser decretada para ter execução ante a Justiça federal; mesmo o que se contem na Lei n. 221, que completou a organização da Justiça federal, onde foi estatuida expressamente a faculdade de poder o Juiz não cumprir a Lei por inconstitucional, não vigora no que diz respeito á materia de competencia. No entretanto, continúa o Tribunal a julgar os recursos eleitoraes e, o que é mais, a processar e julgar originariamente as homologações de sentenças e simples rogatorias estrangeiras, quando é certo que, no sentir dos constitucionalistas americanos, as **atribuições originarias** e privativas do Supremo Tribunal Federal, estabelecidas na Constituição, não podem ser accrescidas ou diminuidas pelo legislador ordinario.”

(Voto vencido, in *Jurisprudencia*, 1897, pagina 155).

“Como Relator do feito, sustentei que fôra proferido contra direito o *Accordam* embargado, e, além do interesse da embargante, achando-se em litigio a propria Lei, eram os embargos de receber-se.

As razões de decidir do presente *Accordam* reforçaram meu modo de pensar. Devia ser o mais importante argumento o que consigna o primeiro con-

siderando, de que são prohibidos pelo Decreto n. 848 outros embargos á sentença que não os declaratorios, para que não soffra a autoridade do caso julgado, o que não me parece exacto, porque a Lei cogitou mais de reparar o damno resultante dos erros judiciarios, e para isso concedeu á parte prejudicada embargos á execução da sentença.

Da conformidade da decisão judiciaria com a Lei é que provém a autoridade do caso julgado; quando não, fica sem força, nunca passa em julgado, porque é nulla. Assim decretavam nossas Ordenações, que ainda vigoram, conclue o referido considerando dizendo: "que a sentença exequenda não julgou em these"; de accôrdo: ao contrario, não teria existido nenhuma decisão do pleito, não se daria execução."

(Voto vencido, in *Jurisprudencia*, 1897, pagina 214).

"Motivos de ordem publica determinaram o legislador constituinte a retirar da Justiça dos Estados, remettendo aos tribunaes federaes, as questões de direito maritimo, que envolvem interesses da alçada do direito internacional; mas, taes motivos não attingem ás questões de aluguer de botes, saveiros e barquinhos, empregados no embarque e desembarque de cargas, dentro do porto, e o proprio e mencionado dispositivo constitucional repelle a interpretação que lhe deu o Accordam, pois que as ditas pequenas embarcações não se destinam á navegação do oceano, nem dos rios e lagos, e o nosso codigo commercial nunca autorizou semelhante confusão. Estabelecendo no art. 99 e seguintes as disposições que regulam a conducção e transporte de generos, declarou o art. 118 que: "as disposições deste capitulo (3º, do tit. 4º, parte 1ª, do commercio em geral) são applicaveis aos donos, administradores e arraes de barcos, lanchas, saveiros, faluas, canôas e outros quaesquer barcos de simi-

lhante natureza, empregados no transporte dos generos commeciaes.” Entendo que, só se esquecendo de taes disposições, se poderia confundir questões de aluguer de barcos, que trabalham nos portos, com as de commercio maritimo, unico que pela Constituição ficou pertencendo á alçada dos tribunaes federaes.”

(Voto vencido, in **Jurisprudencia**, 1897, pagina 252).

“Apezar de ter a sentença recorrida classificado mal o crime, como dos autos se evidencia, e assim o disse positivamente o Accordam, pois, na hypothese sujeita, é indubitavel que o recorrente procedeu contra litteral disposição de Lei, art. 207 do Codigo Criminal, fui levado a confirmal-a em razão de não ser permittido, no recurso de revisão, agravar a pena imposta ao condemnado.”

(Voto vencido, in **Jurisprudencia**, 1897, pagina 302).

“O recurso de revisão criminal não é extensivo aos casos de contravenção.”

(Voto vencido, in **Jurisprudencia**, 1897, pagina 320).

“O facto de haver encontrado o Tribunal nulidades no processo não devia inhibil-o de decretar, quanto antes, o livramento do recorrente, victima da Justiça criminal.”

.(Voto vencido, in **Jurisprudencia**, 1897, pagina 334).

“Nas contravenções e nos crimes punidos com penas inferiores a seis mezes de prisão, não ha o remedio extraordinario da revisão do processo.

Tambem me parece que não podia a recorrente pedir a revisão de seu processo sem estar presa, ou, por outra, sem que a sentença estivesse em execução”.

(Voto vencido, in **Jurisprudencia**, 1897, pagina 34).

“Não conheci da homologação, por ser inconstitucional a Lei que dá a este tribunal a attribuição de processar originariamente homologações de sentenças estrangeiras.”

(Voto vencido, in **Jurisprudencia**, 1897, pagina 361).

“Parece-me que não consultou os principios de direito, nem decorre da letra da Lei, a doutrina proclamada pelo Accordam, de que “o Estado responde pelos prejuizos causados a terceiros pelos funcionarios publicos, com seus actos arbitrarios e seus crimes”. Comprehende-se que tenha o Estado a obrigação de indemnizar aos prejudicados dos danos causados pelos funcionarios publicos no regular exercicio de suas funcções; mas, responder o patrimonio da nação pelos danos provenientes, como o proprio Accordam reconheceu, de um acto arbitrario, de um abuso commettido pelo Inspector da Alfandega de Fortaleza, é inverter os principios de direito, em virtude dos quaes “deve indemnizar o damno quem o causou”. (art. 69, letra b, do Codigo Criminal), e esquecer o que prescreveu a Constituição Federal, no art. 82.”

(Voto vencido, in **Jurisprudencia**, 1898, pagina 225).

“Não é tão liquida a questão, de não ser recorível a decisão que concede **habeas-corpus**, como pareceu ao Accordam, que, peremptoriamente, decidiu que semelhante recurso era incompativel com a indole desse instituto. A Lei de 3 de Dezembro de 1841 e

seu regulamento, que ainda vigoram no que não foi revogado, estatuiram para a decisão que concedia **habeas-corpus** recurso **ex-officio**, que tinha por fim abrigar os grandes interesses da Justiça do arbitrio da autoridade que concedesse **habeas-corpus** áquelles que não estivessem soffrendo constrangimento illegal em sua liberdade, e nunca houve quem se lembrasse de dizer que o referido recurso era incompativel com a indole do **habeas-corpus**.

Outra é a razão pela qual hoje não usam os Juizes de taes recursos, e é que, pela modificação introduzida no processo criminal, a autoridade só age por provocação de parte, ou do representante da Justiça; e sendo assim, a este deve caber o recurso que, no interesse da Lei e da sociedade, era provocado pelo proprio Juiz.

Sobre **habeas-corpus** nada adeantou a Lei que organizou a Justiça federal ao que já havia sabiamente estatuido a Lei de 20 de Setembro de 1871, que, a seu turno, não deixou sem defesa os interesses da Justiça, nem á mercê do arbitrio dos Juizes que abusassem da concessão de **habeas-corpus**".

(Voto vencido, in **Jurisprudencia**, 1899, pagina 35).

"O funcionario publico que já adquiriu direito á aposentadoria, só por sentença judiciaria é que póde perder o seu lugar. Seria burlar esse direito, dar ao Executivo a faculdade de demittir **ad nutum**."

(Voto vencido, in **Jurisprudencia**, 1899, pagina 211).

"O funcionario publico nomeado por concurso não póde ser demittido **ad nutum**."

(Voto vencido, in **Jurisprudencia**, 1899, pagina 242).

“Si no antigo regimen, onde, ante a Justiça, não existia remedio para corrigir os erros judiciaes; era assaz justificado o poder de perdoar as penas nos crimes communs, dado privativamente ao poder moderador, que em verdade era exercido com parcimonia, e mediante processo especial, sua necessidade desapareceu de todo ao attender-se a que a nossa legislação actual buscou remediar todos os males resultantes dos erros e das injustiças dos julgados, instituindo a revisão dos processos findos, a todo o tempo, de modo a ir até á reabilitação da memoria de quem não existisse mais e houvesse soffrido injusta pena. Foi além a nossa Lei: animou a conversão do delinquente, concedendo ao condemnado, que se mostrasse emendado e na prisão tivesse bom comportamento, livramento condicional, e transferindo-o, depois de satisfeita metade da pena, para alguma penitenciaria agricola.

Que necessidade ha, pois, a attender com o perdão do criminoso commum? Hoje essa faculdade, nas mãos dos governadores dos Estados, só produzirá danos para a moral e conservação social.

De seu abuso, do exercicio dessa attribuição pelos mal intencionados, nem quero cogitar!”

(Voto vencido, in **Jurisprudencia**, 1899, pagina 327).

“O mandado de manutenção é remedio invocado sómente para garantia do que se póde reter pela simples posse e não para corrigir Leis e regulamentos, incongruentes em suas disposições positivas e arguidas de inconstitucionaes.”

(Acc. unanime, in **Rev. de Direito**, vol. VII, pag. 516).

“Não tendo sido na regulação da avaria preterida nenhuma formalidade das enumeradas no art. 8º do Dec. n. 3.900, de 26 de Junho de 1867, escapa á attribuição do Juiz, cuja autoridade se pede para dar força

de obrigar ao compromisso extrajudicial, o conhecer das provas, bem como dos elementos que serviram de base á regulação da avaria grossa, effectuada por peritos que julgaram de facto e de direito, nos termos convencionados pelas partes.”

(Acc. unanime, in **Rev. de Direito**, vol. 17, pag. 533).

“Em face dos principios consagrados pela nossa legislação, não é licito observar sem restricção a disposição da Ord. do L. 4º, tit. 76, que estatue indistinctamente a prisão civil para o depositario que se recusa á entrega da cousa depositada, quando temos a Lei n. 332, de 8 de Outubro de 1896, estatuinto o prazo maximo de tres mezes para a prisão administrativa, ordenada pelo Tribunal de Contas e que, por paridade, póde ser applicavel aos responsaveis perante a Justiça civil.”

(Acc. unanime, in **Jurisprudencia**, 1900, pagina 57).

“A acção rescisoria, instituida especialmente para os casos previstos na Ord., liv. 3º, tit. 75, em que **a sentença que por direito é nenhuma, e em todo o tempo póde ser revogada**, tem por fim provocar a retratação do julgado, que não consultou os principios de direito, e por isso só deve ser pedida ao Juiz da sentença.

Constituindo tal acção um verdadeiro recurso extraordinario contra as sentenças não susceptiveis de recurso extraordinario, deve della conhecer o Juiz da sentença, assim como na execução dos embargos infringentes só conhece o Juiz ou tribunal que, nos termos da Ord., L. 3º, tit. 87, proferiu a respectiva sentença que passou em julgado.

A acção, tendente a infirmar um julgado, só no fôro em que o mesmo se deu deve ser intentada, não se cogitando do domicilio do réu, como se preten-

de; e quando taes motivos não bastassem para justificar a conclusão do Accordam, dimanam da nossa Constituição razões de ordem superior, que firmam o principio de que ás Justiças de um Estado não é dado conhecer da acção rescisoria agitada contra sentença proferida pelas Justiças de outro Estado.”

(Rel., in *Jurisprudencia*, 1900, pag. 76).

“Outra devia ser a interpretação a dar-se ao art. 15, letra b, do Decreto n. 848, de 11 de Outubro de 1890, e art. 60, letra d, da Constituição; razões de ordem publica determinaram essa disposição de excepção, afim de não obrigar um Estado, que litigasse, a ir buscar Justiça em outro Estado, e tambem para desaforar a parte adversa; habitasse em outro Estado e como réu tinha, pelos principios que regem a materia, direito a ser julgado no fôro de seu domicilio. Mas, no caso de ser o Estado réu na acção, essa razão desaparece; nenhum motivo póde ser invocado para legitimar a suspeição da Justiça local para conhecer do litigio.

Si no caso de lesão de direitos individuaes, por actos e decisões das autoridades administrativas do Estado, a Justiça desse mesmo Estado é a unica competente para processar e julgar o respectivo pleito, por que razão não poderá essa Justiça conhecer de uma causa em que fôr réu o seu Estado? Pois o legislador não buscou amparar a decisão da causa, em taes circumstancias, com o remedio do recurso extraordinario para este Tribunal, nos termos do art. 59, n. 3, § 1º, letra b da Constituição? Que razão de direito para explicar o facto de ficar o individuo que litiga com um Estado, onde não mora, com mais privilegios do que os que habitam naquelle com quem litigam? Para não emprestar, pois, absurdo ao legislador, cumpre entender a Lei segundo seu espirito, tambem.”

(Voto vencido, in *Jurisprudencia*, 1900, pagina 190).

“Na missão de julgar as causas em que se pede a reparação de lesão de direitos individuaes, por actos da autoridade administrativa da União, ao Poder Judiciario cumpre cingir-se a assegurar estrictamente o direito lesado, de modo a não usurpar as attribuições privativas do Poder Executivo, em observancia ao principio constitucional da soberania e independencia que entre si devem guardar os orgams dos poderes nacionaes.”

(Rel., in *Jurisprudencia*, 1900, pag. 250) .

Transcrevemos de preferencia, apanhados aqui e ali, alguns dos **votos vencidos** com que o egregio Ministro costumava justificar a sua honrosa divergencia com a maioria do Tribunal, ao tempo em que ali pontificavam João Barbalho, Macedo Soares, Lucio de Mendonça, Piza e Almeida e tantos outros luminares da magistratura brasileira, que aliás, diga-se em abono daquella suprema Côrte de Justiça, tem dignamente preenchido os grandes claros abertos.

Muitos e muitos desses **votos vencidos** passaram a ser mais tarde a corrente vencedora na jurisprudencia, de modo que ao esforço, á intelligencia e á cultura de **Herminio do Espirito Santo** são devidos os mais assignalados avanços na bôa applicação da Justiça e melhor entendimento das Leis escriptas.

Em vida, sua personalidade se destacou num brilho verdadeiramente notavel; morto o grande Juiz, sua magnifica obra continúa a valer, esparsa nos innumeros Accordams e votos vencidos por elle superiormente redigidos, numa adequada concisão que bem reflectia a singeleza de seu character adamantino, mas deixando vêr, no bem ponderado das considerações e nos conhecimentos que ellas revelavam, o temperamento de um verdadeiro magistrado, servido por excepcional cultura.

AS HOMENAGENS
DA
“REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL”

A “Revista do Supremo Tribunal Federal”, em homenagem á memoria do Ministro Herminio do Espirito Santo, venerando Presidente do Egregio Supremo Tribunal Federal, resolveu:

- a) tomar luto por oito dias;
- b) suspender os trabalhos e cerrar as portas;
- c) comparecer incorporada ao enterramento;
- d) depositar sobre o feretro uma corôa de flores naturaes;
- e) dedicar o numero de Novembro á memoria do illustre extincto;
- f) fazer celebrar solennes exequias por sua alma;
- g) telegraphar ao Supremo Tribunal enviando condolenias.

São estes os termos do telegramma enviado áquelle Egregio Tribunal:

“Sr. Ministro Presidente do Egregio Supremo Tribunal Federal. — Rio de Janeiro. — Em nome da Directoria da “Revista do Supremo Tribunal” e no proprio nome nosso, temos a honra de apresentar a V. Ex. e aos demais membros do Egregio Supremo Tribunal Federal, leaes e profundas condolencias pelo desapparecimento do inolvidavel Juiz, venerando Sr. Ministro Presidente Herminio Francisco do Espirito Santo, que tanto dignificou e elevou a Magistratura Nacional.

Respeitosamente,

Humboldt Fontainha.
Murillo Fontainha.”

AS HOMENAGENS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

A's 13 horas, abriu-se a sessão, achando-se presentes os Srs. Ministros Guimarães Natal, Godofredo Cunha, Leoni Ramos, Muniz Barreto, Pedro Mibielli, Edmundo Lins, Hermenegildo de Barros, Pedro dos Santos, Geminiano da Franca e Arthur Ribeiro.

Deixaram de comparecer os Srs. Ministros Sebastião de Lacerda e Viveiros de Castro, que se encontram em goso de licença.

Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior e despachado todo o expediente sobre a mesa.

O Sr. Ministro André Cavalcanti Presidente usando da palavra disse o seguinte:

“Srs. Ministros, cumpre-me trazer ao vosso conhecimento o doloroso facto occorrido, hontem, nesta Capital e que já é do dominio publico: o fallecimento do Presidente Herminio do Espirito Santo.

O illustre extincto occupou esta cadeira durante 15 annos e sempre de modo a captar a attenção e o respeito de todos aquelles que batiam ás portas deste Tribunal, reclamando justiça.

Foi um juiz que fez a sua carreira percorrendo todas as etapas da magistratura, chegando a este Tribunal, onde esteve durante todo esse tempo na melhor harmonia com os seus Collegas.

Eu não podia deixar de traçar estas palavras, que estão longe de traduzir o seu merecimento, mas que, entretanto, são sinceras, dando ao Tribunal conhecimento de tão infausto acontecimento, e proponho o Tribunal tome luto por oito dias, e compareça ás exequias.”

A seguir, S. Ex. deu a palavra ao Sr. Ministro Godofredo Cunha, que proferiu as seguintes palavras:

“O Supremo Tribunal Federal acaba de ouvir dos labios do illustre e Venerando Collega, que preside a sessão, a comunicação official do passamento de Herminio do Espirito Santo.

Morreu Herminio do Espirito Santo. Desappareceu assim de entre os vivos a figura primacial da Magistratura brasileira, o summo pontifice da Justiça.

Para o ser, atravessou todos os estados da carreira em que se dá a cada um o que é seu, em pleitos renhidos, supportou longas vigílias no estudo dos autos e das leis, encanecou nos arduos labores da profissão, defrontou os poderes da terra, soffreu todas as injustiças, contrariedades e dissabores, que não poupam os sacerdotes da lei, os vexillarios do Direito, as togas mais puras. Tudo isto sem vacillações, nem temores.

Particularizava-o uma intelligencia lucida e vivaz, cultura juridica, inflexibilidade de character, fidelidade á lei, sujeição ao dever, e bondade extrema. Elle se distinguiu entre seus contemporaneos por uma grande pureza de consciencia e de lealdade.

Delle já disse certa vez o eminente Sr. Ministro Muniz Barreto: "Inopportuna seria, pois a meu ver, a intervenção do Tribunal neste caso, da competencia privativa do seu Presidente, que, com tanta independencia, tão elevado criterio e tanta firmeza de character preside os trabalhos desta Casa."

Tambem de outra feita, quando se commemorava nesta Casa o seu jubileu, o eminente Sr. Ministro Pires e Albuquerque, procurador geral da Republica, teve a oportunidade de exclamar: "*Justitia facta est*".

Envelhecido, doente, tropego, luctou até o ultimo momento, queria servir á Justiça e á causa publica até o derradeiro alento.

Era de vel-o austero e sereno na curul presidencial, nas occasiões solennes, nas sessões memoraveis, em que a Justiça, a lei, o direito, as proprias instituições politicas repousavam naquelle velhinho, na sua firmeza de animo, no seu denodo civico, dominando as molestias e as dores que já minavam sua existencia, indifferente á fadiga e ás horas que as sombras da noite escurecem...

Era de vel-o impavido e sereno na curul presidencial, nos momentos agitados e criticos da vida do regimen politico que adoptamos, quando a politica entrava tumultuariamente neste recinto augusto para levar para as ruas, para a praça publica o pendão rubro da revolta, o labaro vermelho da revolução, indifferente á fadiga e ás horas que a sombra da noite escurecem...

Manteve intacto o prestigio do Tribunal no circulo traçado pela Constituição á independencia e harmonia dos poderes politicos.

Morreu merecidamente, gloriosamente, no alto posto

que os votos dos seus pares sempre renovaram, porque assim quiz o destino, não lhe dando substituto antes da morte...

A profunda emoção que me domina pela perda do grande amigo e illustre Collega, manda que eu não prosiga, impõe-me silencio. Obedeço, agradecendo a distincção com que me honraram os eminentes Collegas, escolhendo-me entre outros mais eloquentes, talvez pela particular estima e admiração, que me ligavam ao morto para interprete de seus sentimentos de pezar pelo fallecimento do nosso inolvidavel Presidente.

Honra á sua memoria."

Fallou a seguir o Sr. Ministro Pires e Albuquerque, procurador geral da Republica, que assim se expressou:

"Cincoenta e oito annos ao serviço da Justiça; trinta de exercicio neste Tribunal; treze na sua Presidencia...

Mais de meio seculo de austero, quotidiano e indefectivel cumprimento do dever na mais ardua de todas as profissões.

Toda uma longa vida de renuncia e de desprendimento dos proprios interesses, imolados ao mais nobre dos ideaes — a realização da Justiça.

Compendio e exemplo de peregrinas virtudes...

Tal foi, no juizo dos contemporaneos, tal é na veneração que tributam ao grande Sacerdote da Lei, a carreira publica do Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo. — *Justum ac tenacem propositi virum.*

Eram estas as palavras com que eu renderia hoje o meu preito de amizade, de respeito e de gratidão, como brasileiro, ao eminente Magistrado que os annos e as fadigas tinham condemnado ao repouso.

Agorá que a morte, coincidindo com o seu pedido de aposentadoria, antecipou-se á publicação do decreto que lh'a concedera, para que elle descesse ao seio da terra aureolado pela autoridade que cinco vezes lhe conferistes e que tanto dignificou, accrescentarei apenas — que essa coincidencia encerra a vocação, o destino do Grande Morto. *[O culto da Justiça era uma condição, por assim dizer, a própria razão de ser da sua vida.]*

Desde que a existencia não podia mais ser o exercicio constante deste culto, estava finda a sua missão.)

Sacerdote supremo da Justiça, não seriam os homens que lhe cerrassem as portas do templo.

Do Alto, de onde recebeu o mandato que nobremente desempenhou, do Alto é que havia de baixar o decreto que lhe encerrou a luminosa trajetória.]

Em nome do Ministerio Publico Federal, associo-me ás demonstrações de pesar, que acabam de ser propostas e requeiro que na acta se consigne, com a manifestação da nossa grande saudade, o protesto de que o nome e o exemplo do Justo que ainda hontem honrava a presidencia deste Tribunal, aqui perduram entre as nossas mais gratas e honrosas tradições”.

Submettidas a votação as homenagens propostas, foram as mesmas unanimemente approvadas, sendo levantada a sessão.

Da acta da sessão de 12 de Novembro de 1924.

AS HOMENAGENS DO SENADO FEDERAL

O Sr. Soares dos Santos — Sr. Presidente, falleceu hontem nesta Capital o Sr. Dr. Herminio do Espirito Santo, membro do mais alto tribunal da Republica, no qual exerceu, por longo tempo, a presidencia.

Cultor do direito, homem cheio de virtudes, a sua vida, alheia das vicissitudes da politica, póde-se dizer que foi consagrada inteiramente ao serviço da Justiça.

Que a sua conducta foi recta, e o seu modo de proceder, valeu o conceito em que era tido pelos seus pares, que o reelegeram consecutivamente até os ultimos momentos de sua vida para a presidencia daquelle tribunal.

Fallo, Sr. Presidente, em nome do Rio Grande do Sul, porque foi ali que Herminio do Espirito Santo, no inicio da sua carreira de magistrado, teve de applicar os sãos principios do direito na defesa da Justiça.

Foi ali que o morto illustre exerceu o lugar de Juiz, servindo na Comarca de S. José do Norte, sendo transferido depois para a de Cruz Alta, ao tempo da Monarchia. Tendo exercido a magistratura nos Estados do Maranhão e Santa Catharina, volveu ao meu Estado, onde, no inicio da Republica, foi nomeado membro do Tribunal da Relação. Annos depois, foi elevado a Juiz Federal, cargo que deixou creio que em 1904, para occupar uma das cadeiras do Supremo Tribunal Federal.

Não preciso dizer ao Senado qual foi o papel desse magistrado integro durante todo o tempo da sua proveitosa existencia.

Membro do Supremo Tribunal, que é a instituição máxima, que ainda está no inteiro gozo dos seus direitos para garantir as liberdades individuaes, foi Herminio do Espirito Santo o fiel interprete da Justiça. Por isso, julgo que fez jus a uma homenagem do Senado. (Apoiados).

Requeiro, portanto, Sr. Presidente, que se insira na acta dos nossos trabalhos de hoje, um voto de profundo pezar pelo fallecimento do Ministro, Sr. Herminio do Espirito Santo, que a Mesa do Senado telegrapha á sua Exma. familia, dando pezames, e ainda que pela alta investidura que teve até os ultimos dias da sua existencia como um dos successores eventuaes do Chefe da Nação, seja levantada a sessão em homenagem a tão illustre cidadão.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem).

O Sr. Presidente — O Senado enviou o requerimento do nobre Senador pelo Rio Grande do Sul, pedindo que se insira na acta da sessão de hoje, um voto de profundo pezar, pelo fallecimento do Chefe do Poder Judiciario do Brasil, que se telegrapha á sua familia e, em seguida, se levante a sessão.

Assim vou consultar o Senado sobre o requerimento do nobre Senador.

Os senhores que approvam o requerimento de S. Ex. queiram levantar-se. (Pausa).

Approvado.

(Sessão do Senado, de 12 de Novembro de 1924, in *Diário do Congresso*, de 13 do mesmo mez e anno).

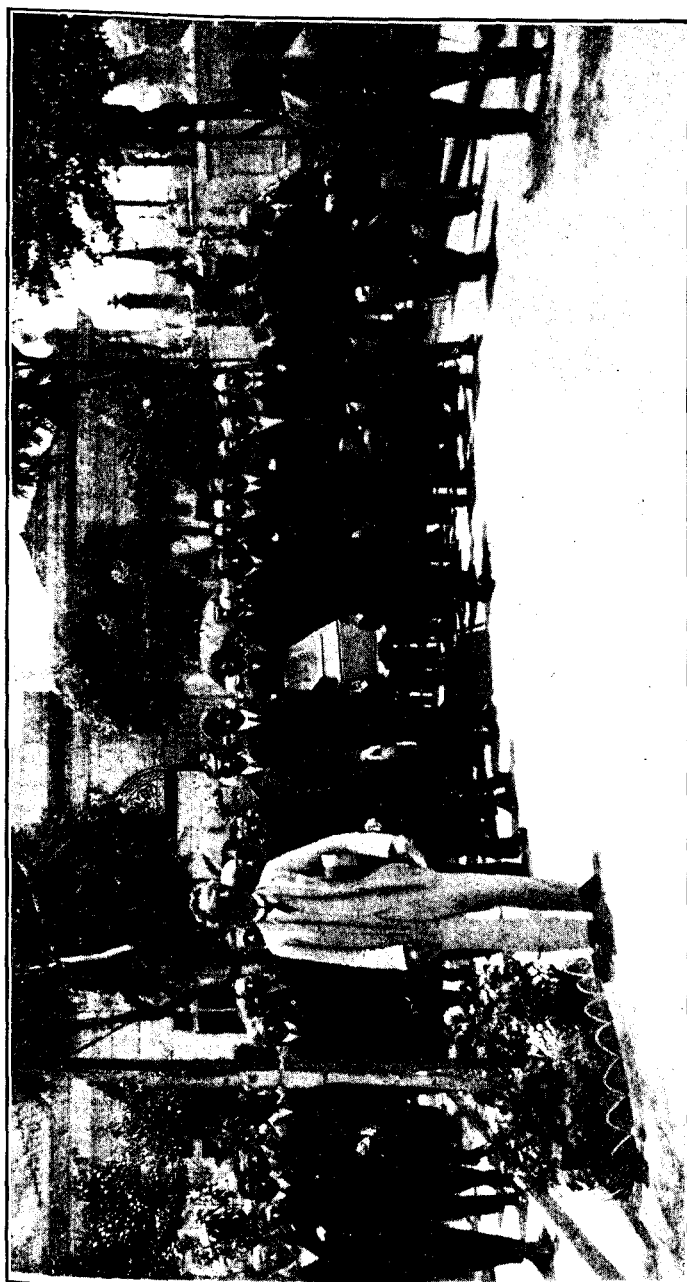
AS HOMENAGENS DA CAMARA DOS DEPUTADOS

O Sr. Costa Ribeiro — Sr. Presidente, a representação de meu Estado acaba de ter conhecimento do fallecimento do Sr. Dr. Herminio do Espirito Santo, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Filho de Pernambuco, o Sr. Dr. Herminio do Espirito Santo iniciou e fez quasi toda sua carreira de magistrado no Estado do Rio Grande do Sul.

Pela sua intelligencia, pelas suas altas virtudes, em toda a sua trajetoria impoz-se o Dr. Herminio do Espirito Santo á consideração do paiz, de modo a merecer a alta investidura do cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O finado Ministro Espirito Santo nasceu no Recife, em 1841.



Entrada do Cortejo Funebre no Cemitério de S. João Baptista.

Iniciou a sua vida publica, como Juiz Municipal de São José do Norte, no Rio Grande do Sul.

Juiz de Direito, mais tarde, em uma das Comarcas do Maranhão, dali sahiu para occupar o cargo de Chefe de Policia de Santa Catharina, vindo depois a ser nomeado seu 1º Vice-Presidente.

Chefe de Policia, ainda, no Paraná e Rio Grande do Sul, neste Estado teve accesso ao cargo de Desembargador do seu Tribunal da Relação.

Operada a mudança do regimen politico, organizada a magistratura federal, foi o Sr. Herminio do Espirito Santo nomeado Juiz de secção no Rio Grande do Sul.

Desse posto é que foi mui dignamente elevado ao de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Impondo-se, por suas excelsas virtudes, ao apreço dos seus Collegas, foi por estes escolhido Vice-Presidente e poucos annos após, em 1911, Presidente desse Egregio Tribunal.

Nessa eminente situação, quando já buscava aposentar-se, veio hoje a fallecer.

Typo do velho magistrado, S. Ex. durante os longos annos que occupou o cargo de Ministro e manteve puras suas tradições, seu nome sempre digno e honrado, alliando ao saber e integridade, nimia bondade de coração.

Nos ultimos tempos, a doença o tinha afastado da actividade, mas não do grande apreço, da grande consideração que merecia de seus pares e de toda a Nação.

Nas homenagens que S. Ex. merece lhe sejam, nesta hora prestadas, como brasileiro, Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal, mais elevado representante do Poder Judiciario, venho, interpretando os sentimentos de meus companheiros de bancada, filhos que somos do mesmo Estado, requerer a V. Ex. que consulte a Camara si concede um voto de pesar, em nossa acta, pelo fallecimento do Dr. Herminio do Espirito Santo, a nomeação de uma Commissão para assistir aos funeraes e cerimonias religiosas e egualmente que se levante a sessão. **(Muito bem).**

O Sr. Presidente — O Sr. Costa Ribeiro requer que se lance na acta de nossos trabalhos, um voto de profundo pesar pelo fallecimento do Sr. Dr. Herminio do Espirito Santo, illustre Presidente do Supremo Tribunal Federal; se nomeie uma Commissão para acompanhar os funeraes e, em seguida, se levante a sessão.

Os senhores que approvam o requerimento queiram levantar-se. **(Pausa).**

Foi aprovado.

Nomeio para constituirem a Comissão proposta, os Srs. Costa Ribeiro, Manoel Duarte, Plinio de Godoy e Antonio Carlos.

A Mesa associa-se ao voto da Camara.

Cumprindo a deliberação da Casa, vou levantar a sessão.

(Sessão da Camara dos Deputados, de 11 de Novembro de 1924, in *Diário do Congresso*, de 12 do mesmo mez e anno).

NO SUPREMO TRIBUNAL MILITAR

Como reflexo das homenagens prestadas em nossa mais alta Côrte de Justiça Militar, foi passado o seguinte telegramma á Familia do saudoso Ministro:

“Rio. — Communico a V. Ex. que o Supremo Tribunal Militar, em homenagem á memoria do illustre Ministro Herminio do Espirito Santo, resolveu apresentar pezames a V. Ex.; lançar na acta, um voto de pezar e suspender as sessões, associando-se a essa merecida homenagem o Sr. Dr. Procurador Geral da Justiça Militar.

Saudações.

Marechal Luiz Antonio de Medeiros, Presidente”

✱

✱ ✱

NA IMPRENSA

Ao ser-lhe concedida a aposentadoria, especialmente votada pelo Congresso Nacional como significativa homenagem ás suas excelsas qualidades, teve o integro Juiz a oportunidade de vêr, nas palavras com que a toda a imprensa recebeu esse acto dos dois Poderes, o elevado gráu de estima e apreço em que era tido por seus concidadãos, especialmente na classe dos que se achavam mais aptos a conhecer-lhe as virtudes e o grande merecimento que revelava ter.

Damos a seguir alguns trechos dessas publicações:

PREGÕES

“O Sr. Presidente da Republica assignou, ante-hontem, o Decreto concedendo a aposentadoria que solicitou o Sr. Ministro Herminio dos Espirito Santo, venerando Presidente do Supremo Tribunal Federal. Assim, deixou o eminente Juiz de fazer parte da nossa magistratura, depois de lhe haver prestado, durante longos annos, os serviços mais assignalados.

O Sr. Ministro Espirito Santo é um vulto verdadeiramente notavel pelos seus dotes de intelligencia, pela sua cultura, pela sua integridade absoluta, qualidades essas que o indicavam para occupar as posições mais elevadas do paiz e que, por fim, o ascenderam ao cargo de Presidente do nosso mais alto Tribunal, onde só têm assento os cidadãos notaveis pelo saber e pela reputação.

Formado em 1863, com 22 annos de idade apenas, S. Ex. ingressou na magistratura no posto de Juiz Municipal da Comarca de S. José do Norte, Rio Grande do Sul, tres annos após o seu bacharelado, donde foi transferido em fins de 1866 para a Comarca de Cruz Alta, no mesmo Estado, lugar em que permaneceu até 1872, quando foi nomeado Juiz de Direito de Barreirinhos, no Estado do Maranhão.

Em 1873 foi chamado ao exercicio do cargo de Chefe de Policia de Santa Catharina; em 1876 foi nomeado 1º Vice-Presidente do mesmo Estado; em 1881 foi investido nas funcções de Juiz do commercio da Capital do Maranhão, funcções que exerceu até 1885, quando foi chamado ao cargo de Chefe de Policia do Paraná, tendo, ainda, exercido o mesmo cargo no Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1890, foi nomeado Desembargador da Relação do Estado do Rio Grande do Sul e dahi escolhido para o cargo de Juiz seccional do mesmo Estado, cujas funcções exerceu até 7 de Outubro de 1894, data em que o Governo Federal o escolheu para occupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal.

Nessa alta Côrte de Justiça foi escolhido em 1908 para occupar a presidencia e, posteriormente, em 4 de Janeiro de 1911, eleito presidente, posto em que se conservou até agora, em virtude de reeleições successivas.

Assim, o eminente Juiz deixa a presidencia do Supremo Tribunal de lhe haver prestado 30 annos de valiosos serviços, e contando 13 annos de presidencia, sempre admirado, estimado e acatado.”

MINISTRO HERMINIO DO ESPIRITO SANTO**FOI HONTEM CONCEDIDA A SUA APOSENTADORIA**

“O Sr. Presidente da Republica assignou hontem, na Pasta da Justiça, o Decreto que concede a aposentadoria solicitada pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Herminio Francisco do Espirito Santo.

Na presidencia do Supremo Tribunal Federal, ou antes disso, na sua carreira de magistrado, esse hoje velho e acatatissimo servidor da Lei personificou sempre a dignidade do bom Juiz, austero, severo e incorruptivel.

Deixa, no mais alto tribunal do paiz, a que serviu com exemplar correcção e saber profundo, uma inextinguivel lembrança de sua passagem — tantas foram as provas de nobreza de caracter que soube dar, pautando a sua conducta rigorosamente dentro das normas inflexiveis da Justiça e do Direito.

O acto do executivo que o aposentou lhe vem proporcionar apenas, na velhice, o descanso a que elle tinha direito, após tantos annos de bons serviços prestados ao paiz.”

(Gazeta de Noticias, de 7 de Novembro de 1924).

NO SUPREMO TRIBUNAL**APOSENTOU-SE O MINISTRO HERMINIO DO ESPIRITO SANTO**

“De conformidade com a noticia aqui divulgada, ha dias, acaba de aposentar-se o Ministro Herminio do Espirito Santo, que ha longos annos exercia o alto posto de Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Alquebrado pela idade, solicitou o Ministro Herminio do Espirito Santo a sua aposentadoria para repousar, depois de haver servido á Justiça com amor e rectidão atravez de sua longa e brilhante carreira juridica.

A sua figura veneranda naquella cathedra era bem um symbolo da Ordem, do Direito e da Lei. Afastando-se agora daquelle austero cenaculo deixa o Ministro Herminio do Espirito Santo uma luminosa tradição de saber e de integridade.”

(A Folha, de 7 de Novembro de 1924).

D'entre as eloquentes demonstrações de publico pezar pelo infausto passamento do Egregio Ministro Herminio do Espirito Santo, passamos a transcre-

ver as que seguem, na impossibilidade de fazel-o com relação a todas, tantas foram ellas, partidas dos mais distantes pontos do paiz.

PREGÕES

“E’ com profunda magua que aqui deixamos registada a noticia do fallecimento de S. Ex. o Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo, Presidente do Supremo Tribunal Federal, e que iria entrar em gozo da aposentadoria que solicitara.

Nasceu o illustre morto na cidade do Recife, em 1841 e diplomado em direito pela Faculdade da Capital da provincia de Pernambuco em 1863, tres annos após tomava posse do cargo de Juiz Municipal e de orphams da Comarca de São José do Norte, e depois da de Cruz Alta, na provincia do Rio Grande do Sul. Em 1871 partiu para o Maranhão, onde exerceu esse cargo e juizado de direito em Barreirinhos, occupando de 1873 até 1876, em Santa Catharina, o cargo de Chefe de Policia, passando em seguida a Vice-Presidente daquella provincia. De 1881 a 1884, o Dr. Herminio do Espirito Santo esteve no Maranhão de novo como Juiz de Direito da Capital, servindo mais tarde como Chefe de Policia, servindo de 1885 a 1890, nesse posto, nas provincias do Paraná e Rio Grande do Sul. Ligado a Julio de Castilhos em 1890, tinha ingresso no Tribunal da Relação Rio Grandense, passando pouco após a servir como Juiz seccional no mesmo Estado. Em 1894, o illustre morto entrava para o Supremo Tribunal Federal e, Vice-Presidente, em 1908, foi eleito Presidente em 1911, sempre sendo reeleito para esse elevado cargo, onde a morte o encontrou.

Figura veneravel pelo seu passado, pelas suas virtudes, pelo seu espirito de Justiça, o eminente morto desaparece em meio de geral respeito e admiração.”

(Gazeta Juridica, de 12 de Novembro de 1924).

A JUSTIÇA ENLUTADA

FALLECEU HONTEM O SR. MINISTRO HERMINIO FRANCISCO DO ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
AS HOMENAGENS PRESTADAS A S. EX.

“O luto que cobre o nosso mais alto Tribunal de Justiça com a irreparavel perda de um dos seus dignos membros se estendeu a toda sociedade, onde elle viveu e honrou.

Comquanto o seu estado de saude fosse precario, tanto assim que havia solicitado a sua aposentação, o desenlace de hontem, causou immenso pezar em todo o cyclo da actividade judiciaria, onde o saudoso extincto era acatado e querido pelo seu notavel saber. Originario da cidade do Recife, o Dr. Herminio Francisco do Espirito Santo, iniciando a sua carreira como Juiz Municipal de orphams, numa Comarca do Estado do Rio Grande do Sul, chegou ao alto cargo de Presidente do Supremo Tribunal, em cujo posto deixou os mais caracteristicos traços da sua innegualavel bondade.

Foi um excellente julgador, tendo na sua cathedra de Ministro, dado sobejas provas da serenidade com que sabia apreciar os casos e methodizal-os para depois com uma logica forte pelo poder convincente julgal-os.

Era um espirito cheio de virtudes, dedicado com devotamento á causa santa da Justiça.

Deploramos com sincero pezar o fallecimento do illustre ancião.

A' desolada familia do morto a "Gazeta dos Tribunaes" envia suas condolencias.

Após alguns dias de enfermidade falleceu, ás 11 horas da manhã de hontem, em sua residencia de Botafogo, á rua João Affonso numero 4, o Exmo. Sr. Dr. Herminio Francisco do Espirito Santo, Presidente do Supremo Tribunal Federal, que ha poucos dias solicitara a sua aposentadoria do cargo de Ministro e cujo Decreto de concessão ainda não fôra publicado.

O extincto era natural de Recife, onde nasceu a 9 de Maio de 1841, e onde se diplomou em 1863, aos 22 annos de idade, portanto. Iniciou sua carreira de magistrado em 12 de Fevereiro de 1866, como Juiz Municipal de orphams na Comarca de São José do Norte, no Rio Grande do Sul e mais tarde em Cruz Alta. Em 1872 foi nomeado Juiz de Direito de Barreirinhos, no Estado do Maranhão e um anno depois occupou a chefia de policia no Estado de Santa Catharina, cargo em que permaneceu até 1876, sendo dois annos mais tarde nomeado 1º Vice-Presidente do mesmo Estado. Foi Juiz do commercio em Maranhão e ainda Chefe de Policia, cargo que tambem exerceu no Paraná, e no Rio Grande do Sul. Em 1890 foi nomeado Desembargador da Relação do Estado, e em 1891 passou a ser Juiz Federal na mesma secção, aonde o foi buscar o Governo Federal em 1894 para occupar o cargo de Ministro

do Supremo Tribunal, em que tomou posse a 17 de Novembro de 1894, sendo eleito Vice-Presidente a 2 de Maio de 1908 e Presidente a 4 de Janeiro de 1911, logrando reeleições consecutivas até a sua aposentadoria.

O Ministro Herminio do Espirito Santo era casado com D. Adelaide Prates Castilhos do Espirito Santo, irmã do saudoso estadista sul rio-grandense, Dr. Julio Prates de Castilhos.

Dessa união, teve o casal um filho, o Dr. Mario Castilhos do Espirito Santo, engenheiro civil, que dirige actualmente as obras do porto de Recife, Capital do Estado de Pernambuco, e duas filhas, Dona Herminia do Espirito Santo e Dona Adelaide Freitas, casada com o Dr. Lafayette Freitas, director do Saneamento Rural.

Deixou tambem S. Ex. varios netos.

O enterramento se realizará hoje, ás 11 horas, sahindo o feretro da travessa João Affonso numero 4, para o Cemiterio de São João Baptista."

DA CÔRTE DE APPELLAÇÃO

Na Terceira Camara

Chegando ao conhecimento do Dr. Procurador Geral a noticia do fallecimento do Ministro Herminio Francisco do Espirito Santo, Presidente do Supremo Tribunal Federal, requereu o Dr. André de Faria Pereira, que se suspendesse a sessão em signal de pezar, fazendo uma ligeira oração, rendendo justas homenagens ao extincto.

A proposta foi unanimemente acceita pelos membros daquella Camara Criminal.

Na Quinta Camara

Findo o julgamento dos processos desta Camara o Exmo. Sr. Desembargador Elviro Carrilho, Presidente, declarou á Camara haver acabado de receber communicação do fallecimento do eminente Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo, ex-Presidente do Supremo Tribunal e um dos grandes vultos da magistratura brasileira.

S. Ex. em sentidas e expressivas palavras, rendeu eloquente homenagem ao morto illustre e propoz á Camara que se levantasse a sessão, inserisse na acta um voto de profundo pezar e officiasse á Exma. familia do Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo, transmittindo-lhe a noticia dessas homenagens.

A Camara, numa respeitosa venia á memoria do alto magistrado brasileiro accitou a eloquente proposta do seu illustre Presidente, encerrando-se a sessão.

(Gazeta dos Tribunaes, de 12 de Novembro de 1924).

CO'TAS

“A magistratura brasileira foi hontem ferida no seu intimo, com o fallecimento do Sr. Ministro Herminio Francisco do Espirito Santo, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

A magua que causou o desaparecimento do eminente vulto não foi só á Justiça; mesmo fóra dos seus dominios, a morte do pranteado extinto foi grandemente sentida.

O Dr. Herminio do Espirito Santo, que desde o anno de 1911 presidia o mais alto Tribunal de Justiça não deixou desaffectedos, porque na sua longa vida publica, só teve uma preocupação, servir com elevação e grandeza de espirito a causa da Justiça.

A's justas homenagens prestadas ao morto nos associamos com sinceridade.”

(Gazeta dos Tribunaes, de 12 de Novembro de 1924).

O SACERDOCIO DAS LEIS

Aos servidores da nação póde ser apontado como archetipo de devotamento e correcção o Ministro Herminio Francisco do Espirito Santo. Aos 80 annos, tendo mais de meio seculo de vida intensa na magistratura e em funcções politicas, o Presidente do Supremo Tribunal Federal deixou o serviço impellido pel delicadeza da sua saude, sendo assim como que um egresso involuntario. A nossa Côrte de Justiça contava entre os seus valores, ha 30 annos, o Juiz lucido, integro, venerando que era mesmo uma das suas reliquias vivas, testemunha e fautor da formação da jurisprudencia do actual regimen. Nas sociedades mais avançadas a civilização ainda não modificou, não violentou o conceito de que a função de applicar o direito é um sacerdocio e perde a sua magestade moral quando se afasta deste criterio. A magistratura abriga luminares, exegetas interpretes profundos do direito.



Descida da urna fúnebre ao sepulchro.

Elles, entretanto, genios que sejam da sciencia de Ulpiano, são desamados das elites se não possuem a integridade incorruptivel, o caracter, que é vocação do sacerdocio.

O Ministro Herminio do Espirito Santo, fallecido esta semana, pouco depois de sua aposentadoria, era na Justiça brasileira, a que ascendeu ao posto maximo, uma tradição de Juiz perfeito dentro das possibilidades humanas, pela cultura, de que os archivos do Supremo Tribunal dão amplo attestado, e por uma probidade impolluta, inspirada nos principaes inflexiveis da razão e da Lei. O caracter e a intelligencia conduziram tambem o eminente magistrado na vida de relação, impondo-o ao acatamento das elites sociaes.

No momento em que o Ministro Herminio do Espirito Santo deixa a vida terrena, é justo proclamar que elle foi sempre um nobilitador da magistratura e, como Presidente do Supremo Tribunal, um nobre expoente do poder judiciario do Brasil.

(A. B. C., de 15 de Novembro de 1924).

MINISTRO HERMINIO DO ESPIRITO SANTO

FALLECEU HONTEM O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
— NOTAS BIOGRAPHICAS — HOMENAGENS — O ENTERRO

Falleceu hontem, pouco depois de meio-dia, em sua residencia, á rua João Affonso, em Botafogo, o Exmo. Sr. Ministro Herminio Francisco do Espirito Santo, venerando Presidente do Egregio Supremo Tribunal Federal.

Presidente do Supremo Tribunal Federal, desde 4 de Janeiro de 1911, o Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo, vinha desempenhando ininterruptamente, ha quasi quatorze annos, o posto eminente da sua longa carreira de magistrado, á qual dedicou, por assim dizer, toda a sua vida, pois logo ao deixar os bancos academicos, tres annos após a sua formatura, iniciava-se na magistratura, como Juiz municipal numa Comarca da então provincia do Rio Grande do Sul.

Notavel pelo seu saber e pela integridade, que sempre revelou em toda a sua longa vida cheia de serviços á patria, o Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo era uma figura veneravel, um exemplo de austeridade que passará á posteridade, pois foi sempre um sacerdote extremado e virtuoso da sciencia do Direito.

Nascido na cidade de Recife, Capital do Estado de Pernambuco, aos 9 de Maio de 1841, sendo filho legítimo do Capitão Antonio do Espirito Santo e de D. Francisca Fausta do Espirito Santo, desde cedo se dedicou ás lettras juridicas, cursando a Faculdade de Direito do seu Estado natal, por onde se diplomou, quando apenas contava 22 annos de idade, aos 20 de Novembro de 1863, após um curso brilhantissimo.

A sua primeira etapa na carreira de magistrado, fel-a na Comarca de São José do Norte, na antiga Provincia do Rio Grande do Sul, para a qual foi nomeado em 12 de Fevereiro de 1866 Juiz Municipal e de Orphams.

Nesse mesmo anno, aos 18 de Outubro, foi transferido para a Comarca de Cruz Alta, na mesma provincia, desempenhando essas funções até 3 de Maio de 1872.

De 21 de Maio de 1872 a 1 de Julho de 1873 exerceu o juizado de Direito da Comarca de Barreirinhos, na Provincia do Maranhão.

Em 18 de Setembro de 1873 foi nomeado Chefe de Policia de Santa Catharina, cargo que exerceu até 3 de Março de 1878, e durante o qual foi nomeado, por Carta Imperial de 15 de Novembro de 1876, 1º Vice-Presidente de Santa Catharina.

Deixando a chefia de policia dessa provincia, voltou á magistratura, sendo nomeado em 23 de Julho de 1881, Juiz de Commercio de S. Luiz do Maranhão, Capital da provincia, cargo que deixou em 14 de Outubro de 1885, para exercer a chefia de policia dessa provincia, no qual se conservou até 5 de Novembro do mesmo anno.

De 21 de Dezembro de 1885 a 9 de Maio de 1888, a sua actividade desenvolveu-se na chefia de policia da provincia de Paraná, occupando já na Republica o cargo de Chefe de Policia do Rio Grande do Sul, no periodo de 10 de Janeiro a 6 de Maio de 1890.

Neste anno, aos 10 de Novembro, foi nomeado Desembargador da Relação do Estado do Rio Grande do Sul, cargo que exerceu até 5 de Fevereiro de 1891, sendo aos 2 de Março deste anno nomeado Juiz Federal da Secção desse Estado.

Ahi se conservou até 7 de Outubro de 1894, quando o Governo de Prudente de Moraes foi buscal-o para o Supremo Tribunal Federal.

Nomeado por Decreto de 9 de Setembro desse anno, dois mezes depois, aos 17 de Novembro de 1894, prestava S. Ex. o compromisso legal, entrando no exercicio do cargo que

desempenhou durante mais de trinta annos e ao qual emprestou sempre o brilho do seu saber e intelligencia.

Em 2 de Maio de 1902 foi S. Ex. eleito Vice-Presidente do Tribunal e a 4 de Fevereiro de 1911 recebeu, pela primeira vez, os votos dos de seus pares para o mais alto posto da magistratura brasileira.

Em 1917, 1918, 1920 e 1923, foi successivamente re-eleito para o mais alto cargo da magistratura nacional, em cujo desempenho não media os maiores sacrificios.

E' exemplo frizante desse devotamento o facto de haver, já alquebrado pela idade e pelo cansaço, presidido durante sete horas a fio a sessão de 3 de Julho de 1922, em que se debateu o "habeas-corpus" impetrado em favor do Dr. J. J. Seabra, que por esse meio pretendia exercer a vice-presidencia da Republica, por morte do Dr. Urbano Santos.

Em 17 de Novembro de 1919, por occasião de completar 25 annos de exercicio no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, foi S. Ex. alvo de uma grande manifestação de apreço por parte dos seus Collegas, amigos e admiradores.

Ultimamente, sentindo-se já alquebrado, accedera S. Ex. aos rogos de sua familia, solicitando aposentadoria, após haver prestado ao paiz cerca de sessenta annos de seviços, sendo trinta annos como Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Submettido á inspecção de saude, resolveu o Governo conceder-lhe a aposentadoria, não chegando porém a ser publicado officialmente o respectivo decreto, de modo que fallece S. Ex. no exercicio do alto posto de Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Em gozo de licença, S. Ex. ha alguns dias foi atacado de traiçoeira gripe, vindo a fallecer hontem, cerca de meio-dia.

O enterramento do venerando magistrado realiza-se hoje, ás 10 horas da manhã, no Cemiterio de S. João Baptista.

O Ministro Herminio Francisco do Espirito Santo era casado com D. Adelaide Prates Castilhos do Espirito Santo, irmã do Dr. Julio Prates de Castilhos. Dessa união, o casal teve um filho, o Dr. Mario Castilhos do Espirito Santo, engenheiro, que dirige actualmente as obras do porto de Recife, e duas filhas, D. Herminia do Espirito Santo e D. Adelaide Freitas, casada com o Dr. Lafayette Freitas, Director do

Saneamento Rural. São em numero de oito os netos do finado Presidente do Supremo Tribunal.

Supremo Tribunal Federal

Logo que teve conhecimento do lutuoso acontecimento, o Sr. Ministro André Cavalcanti, Vice-Presidente do Tribunal, ordenou que o expediente da Secretaria fosse immediatamente encerrado, sendo cerradas as portas e hasteado em funeral o pavilhão nacional. Todos os Srs. Ministros comparecerão ao enterramento, sendo depositado sobre o feretro, uma corôa em nome do Tribunal.

As tres Varas Federaes tambem encerraram o expediente.

As homenagens do Governo

O Sr. Dr. Arthur Bernardes, Presidente da Republica, logo que teve conhecimento do fallecimento do S. Dr. Herminio Franscisco do Espirito Santo, a poucos dias aposentado no lugar de Ministro do Supremo Tribunal Federal, de que foi Presidente durante 13 annos, endereçou um telegramma de pezames á familia do extincto jurisconsulto, mandando, em seguida, fosse suspenso o expediente nas repartições publicas.

S. Ex. determinou mais, fosse hasteado em funeral o pavilhão nacional em todas as Secretarias do Estado, repartições federaes e estabelecimentos do Estado.

A' tarde foi por S. Ex. mandada depositar junto ao ataúde uma valiosa corôa de flôres naturaes.

S. Ex. far-se-á representar nas cerimonias que se realizarão hoje, ás 11 horas da manhã.

Na Camara

A' hora do expediente, na sessão de hontem, da Camara, o Sr. Presidente Arnolfo Azevedo, communicou a infausta noticia do fallecimento do Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo, Presidente do Supremo Tribunal Federal. S. Ex. pediu que a Camara decidisse sobre as homenagens que devia prestar ao illustre morto, dando a palavra ao Sr. Costa Ribeiro. O representante de Pernambuco, fez o elogio do grande morto, requerendo que constasse da acta um voto de profundo pezar, fosse nomeada uma commissão para acompanhar o feretro e levantada a sessão.

Esse requerimento foi unanimemente aprovado, sendo nomeados os Srs. Antonio Carlos, Costa Ribeiro, Plinio de Godoy e Manoel Duarte.

O Presidente, em seguida, levantou a sessão, communicando que a Mesa se associava, ás manifestações de pesar votadas, bem como comparecia, incorporada, ao enterro.

Na Justiça Local

Os edificios da Côrte de Appellação e do Forum foram cerradas as portas e hasteado o pavilhão nacional em funeral.

AS HOMENAGENS DA "REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"

A "Revista do Supremo Tribunal Federal", organ official dos Trabalhos do Supremo Tribunal Federal, deliberou prestar as seguintes homenagens á memoria do extinto: a) tomar luto por 8 dias; b) suspender os trabalhos e cerrar as suas portas; c) comparecer incorporada ao enterramento; d) depositar sobre o feretro uma corôa de flôres naturaes; e) dedicar o numero de Novembro á memoria do illustre morto; f) fazer celebrar solennes exequias por sua alma; e g) telegraphar ao Supremo Tribunal, enviando condolencias.

Conselho Municipal

Em homenagem á memoria do douto magistrado Sr. Dr. Herminio do Espirito Santo, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, foi, hontem, levantada a sessão, por proposta do Sr. Ernesto Garcez.

(Jornal do Commercio, de 12 de Novembro de 1924).

FALLECEU HONTEM O MINISTRO HERMINIO DO ESPIRITO SANTO

Desappareceu hontem, antes de meio-dia, uma das mais venerandas figuras da magistratura brasileira.

A morte que não poupa, levou o Ministro Herminio do Espirito Santo, nome bem conhecido em nossa Patria e no estrangeiro, pelo são criterio que presidia as suas sentenças — todas prenhes de uma convicção que muito concorreu para honrar o alto posto a que ascendeu no mundo de nossas leis.

A personalidade do Ministro da mais alta Côrte de Justiça, hontem fallecido, era verdadeiramente inconfundivel. Sensato e bondoso, ao mesmo tempo que Juiz energico e cheio de criterio, a sua passagem pelo Supremo Tribunal de Justiça fica assignalada por multiplos traços de hombridade e talento que, tantos foram, aquelles em que a sua palavra, seu conselho ou sua sentença foram palavra ultima.

Morreu em idade avançada, mas a lucidez de espirito e a sinceridade com que sempre soube manter a dignidade de seu mandato na vida, não o abandonaram até á hora derradeira de exalar o ultimo suspiro, rodeado pelos entes mais caros e desaparecendo da Vida — vencida pela Morte — a sorrir, como se na outra vida podesse viver de novo para continuar pregando os mesmos credos e continuando a fazer justiça, a sua eterna preocupação, o seu ideal, a ultima idéa que deste mundo levou. . .

O Dr. Herminio do Espirito Santo, era natural do Recife, onde nasceu a 9 de Maio de 1841, diplomando-se aos 22 annos. Iniciou sua carreira de magistrado em 12 de Fevereiro de 1866, como Juiz municipal de orphams, na Comarca de S. José do Norte, no Rio Grande do Sul, e mais tarde em Cruz Alta. Seis annos depois foi nomeado Juiz de Direito de Barreirinhos, Maranhão e em 1873, foi Chefe de Policia em Santa Catharina, cargo em que permaneceu até 1876, sendo dois annos mais tarde nomeado 1º Vice-Presidente do mesmo Estado. Foi Juiz de commercio em Maranhão e ainda Chefe de Policia, cargo que tambem exerceu no Paraná, e no Rio Grande do Sul. Em 1890 foi nomeado Desembargador da Relação do Estado, e em 1891, Juiz Federal na mesma secção, aonde o foi buscar o Governo Federal em 1894 para occupar o cargo de Ministro do Supremo Tribunal, em que tomou posse a 17 de Novembro do mesmo anno, sendo eleito Vive-Presidente a 2 de Maio de 1909, e Presidente a 4 de Janeiro de 1911, logrando reeleições consecutivas até a sua aposentadoria.

Era casado com D. Adelaide Prates Castilhos do Espirito Santo, irmã do Dr. Julio Prates de Castilhos. Dessa união, o casal teve um filho, o engenheiro Dr. Mario Castilhos do Espirito Santo, que dirige actualmente as obras do porto de Recife, e duas filhas.

O enterramento se realizará hoje, ás 11 horas, sahindo o feretro da travessa João Affonso n. 49, para o Cemiterio de São João Baptista.

Da Prefeitura

Ao saber que tinha fallecido o Sr. Ministro do Supremo Tribunal, Dr. Herminio do Espirito Santo, o Prefeito mandou suspender o expediente, em todas as repartições municipaes, em homenagem ao illustre morto.

(A *Patria*, de 12 de Novembro de 1924).

MINISTRO HERMINIO DO ESPIRITO SANTO

“A magistratura brasileira perdeu hontem, com a morte do Ministro Herminio do Espirito Santo, uma de suas figuras eminentes.

Afastado, por pertinaz enfermidade, do cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal, e aposentando-se recentemente, até ha pouco, porém, apesar de seus 83 annos de idade, o integro magistrado não desattendia aos trabalhos do Tribunal, conservando o espirito forte e apaixonado pelas questões de direito, a cujo estudo se entregava com o mesmo ardor. Preoccupava-o a distribuição serena e certa da justiça, sobre que repousa, como sempre accentuou, toda a nação organizada.

Empregando o seu vigor no trabalho fecundo e a sua intelligencia invulgar na defesa do poder constituido, e da liberdade dentro da lei; fortificando, com a experiencia que possuia dos homens e das coisas, as instituições republicanas, era admiravel o seu sacrificio, o seu esforço, a sua dedicação, já doente, já exaustado, quando comparecia ás sessões do Supremo Tribunal Federal, porque a sua consciencia de Juiz recto e nobre não vergára ainda para o indifferentismo e para a descrença.”

(O *Paiz*, de 12 de Novembro de 1924).

“O fallecimento do Ministro Herminio do Espirito Santo, occorrido hontem, não cobriu de lucto sómente a Justiça brasileira, de que foi aquelle extincto um grande servidor, mas a todo o nosso paiz, para cujo engrandecimento trabalhou em toda a sua longa existencia.

Fallecendo aos 85 annos de idade, o illustre morto sómente agora ia obter a sua aposentadoria. Entretanto, ha quasi sessenta annos ingressára na magistratura, da qual se afastára poucas vezes e por pouco tempo, assim mesmo para desempenhar funcções da administração publica.

Não são communs esses exemplos de operosidade, de tão accentuado amor ao trabalho, como soube dar o illustre Juiz fallecido hontem.

A sua actuação na nossa Justiça, em tão longo tempo, foi das mais proveitosas para a sociedade brasileira, da qual era um figura de inconfundivel relevo.

Juiz recto e ponderado, possuidor de uma brilhante intelligencia, muito fez na sua difficil e nobillissima função de julgar, enriquecendo as nossas lettras juridicas com muitas sentenças e outros trabalhos repletos de ensinamentos de que eram ferteis a sua cultura e a sua experiencia.

Com o fallecimento do Presidente do Supremo Tribunal Federal, perdeu, assim, o Brasil um dos seus mais dedicados e illustres filhos.”

(O Paiz, secção dos Tribunaes, de 12 de Novembro de 1924).

MINISTRO HERMINIO DO ESPIRITO SANTO

FALLECEU HONTEM ESSE ILLUSTRE E VENERANDO MAGISTRADO

“Com a morte do Ministro Herminio do Espirito Santo, verificada, ás 11 e 1/2 horas da manhã, de hontem, a magistratura do paiz perdeu uma das suas mais dignas, respeitaveis e venerandas figuras.

Póde dizer-se, que esse illustre brasileiro personificava, como não é muito commum, a dignidade da Justiça, nas suas grandes finalidades sociaes. Era Juiz como quem mais o saiba ser. Fazia da judicatura um sacerdocio e o exercia com a consciencia serena e tranquilla, sem preoccupações outras que não as de bem servir a Lei, ao Direito e á Justiça.

Illustrado e, o que ainda era mais — absolutamente inflexivel na austeridade de seu character sem manchas, viveu o Ministro Herminio do Espirito Santo cercado pelo respeito e pela admiração da sociedade inteira e, especialmente daquelles que, com elle fazendo parte do mais alto Tribunal do paiz, tinham a sua convivencia diaria e mais de perto podiam aquilatar das suas grandes e invulgares qualidades de espirito.

Assim, por todos acatado, foi eleito Presidente do Supremo Tribunal Federal e nessa investidura a sua acção já-mais deixou de ser norteadada com lisura sem deslizes.



O representante do Exmo. Sr. Presidente da Republica, Dr. Edmundo da Veiga, lançando
flores sobre o feretro.

Velho e enfermo, emquanto não teve suas forças de todo alquebradas, cumpriu zelosamente seus deveres dirigindo, com assiduidade, os trabalhos do mais alto Tribunal do paiz.

Aggravaram-se ultimamente os seus padecimentos, o que o levou a solicitar a sua aposentadoria, que lhe foi concedida não ha muitos dias pelo Governo.

Não é sem intenso pezar que se constata a morte desse illustre cidadão e grande Juiz, cuja vida foi um exemplo de honradez e de austeridade perfeitos.

A Prefeitura encerra o expediente

O Sr. Dr. Alaor Prata, Prefeito desta Capital, ao ter conhecimento, hontem, do fallecimento de S. Ex. o Sr. Dr. Herminio do Espirito Santo, Ministro e ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, recentemente aposentado, ordenou o encerramento do expediente em todas as repartições e dependencias municipaes, em homenagem ao illustre desapparecido.

O pezar da E. F. Central do Brasil

Como nas demais repartições publicas, o expediente da Secretaria da Estrada de Ferro Central do Brasil foi suspenso, hontem, ás 3 horas da tarde, em virtude do fallecimento do Ministro do Supremo Tribunal, ha pouco aposentado, Herminio do Espirito Santo.

(Gazeta de Noticias, de 12 de Novembro de 1924).

MINISTRO ESPIRITO SANTO

O SEU FALLECIMENTO HONTEM

“Com a morte do Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo, occorrida, hontem, pela manhã, nesta Capital, perdeu a magistratura brasileira um dos seus Juizes mais antigos, o Brasil um dos seus filhos mais illustres e as lettras juridicas um dos seus espiritos mais brilhantes.

Comquanto o illustre morto estivesse, ha dias, preso ao leito, e já fosse tambem avançada a sua idade, agravada pelos seus padecimentos physicos, o seu pensamento colheu, de surpresa, todos os nossos circulos sociaes, causando consternação na cidade.

O Dr. Herminio do Espirito Santo foi um brasileiro digno, que soube honrar a sua terra, legando ás gerações os melhores exemplos de amor ao trabalho, devotamento por todos os cargos que occupou e respeito pela toga que tanto soube dignificar até os ultimos dias de vida.

Iniciando a sua carreira na magistratura, com 26 annos de idade apenas, tres annos após um tirocinio brilhantissimo, pela tradicional Faculdade de Direito do Recife, o saudoso Minsitro nessas funções dedicou sempre com muita constancia a sua intelligencia, o seu estudo e o seu trabalho.

De uma modestia encantadora e de uma probidade inatacavel, o Dr. Herminio do Espirito Santo era um Juiz sereno e independente, cujas sentenças jámais deixaram de ser acatadas com o maximo respeito e confiança.

Chefe de familia exemplar, amigo dedicado, espirito altruistico, nobre coração, o morto de hontem deixou em todos as multiplas variantes de sua actividade os traços mais bellos de um grande e invejavel character.

O passamento

O passamento do Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo, verificou-se ás 11 horas da manhã de hontem, em sua residencia, á travessa João Affonso n. 49, em Botafogo.

Por esta occasião S. Ex. se achava cercado de sua familia e amigos.

Os sentimentos de pezar do Supremo Tribunal

Logo que o Sr. Ministro André Cavalcanti teve conhecimento da morte do ex-Presidente daquella alta Côrte, ordenou que fosse encerrado o expediente da Secretaria, sendo hasteada a bandeira em funeral e cerradas as portas do edificio.

Todos os Srs. Ministros comparecerão incorporados ao enterramento, hoje.

Nas Varas Federaes

Os Srs. Drs. Olympio de Sá e Albuquerque, Octavio Kelly e Vaz Pinto, respectivamente, Juizes das 1ª, 2ª e 3ª Varas Federaes, em homenagem á memoria do Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo, ordenaram que fosse encerrado o expediente em todos os cartorios, deliberando todos comparecer ao enterramento.

Na Côte de Appellação

Tambem o expediente foi suspenso, não terminando a sessão das Camaras.

O Sr. Miranda Montenegro comparecerá, hoje, ao enterramento bem como uma commissão de Desembargadores.

No Fôro

Logo que os Juizes das Varas Civeis, Criminaes, orphanologicas e residuos tiveram conhecimento da morte do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, deliberaram mandar encerrar o expediente no Fôro, devendo o Juiz Silva Castro, director, comparecer a todos os funeraes.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA APRESENTA PEZAMES Á FAMILIA

O Dr. Arthur Bernardes, Presidente da Republica, logo que teve noticia do trespasse do saudoso juriconsulto, telephonou directamente á familia enlutada, dando pezames, mandando, em seguida, á sua residencia, o Dr. Edmundo da Veiga, Secretario da presidencia, afim de visitar o corpo.

O Dr. João Luiz Alves telegrapha á familia

Apresentando as suas condolencias, passou significativo telegramma á familia do morto, o Dr. João Luiz Alves, titular da Pasta da Justiça.

Condolencias dos auxiliares do Governo

Todos os Ministros de Estado, Prefeito e Chefe de Policia enviara pezames á familia do illustre desaparecido.

O Vice-Presidente do Senado e Presidente da Camara em casa do morto

A' noite estiveram em casa do morto, afim de dar pezames á familia, o senador Antonio Azeredo, Vice-Presidente do Senado e deputado Arnolpho de Azeredo, Presidente da Camara dos Deputados.

OS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL VELARAM O CADAVER

Velaram o corpo do Ministro Herminio do Espirito Santo, durante a noite, os Ministros André Cavalcanti, Godofredo Cunha, Arthur Ribeiro, Muniz Barreto, Geminiano da

Franca, Pedro Mibielli e Dr. Gabriel Vianna, Secretario da Alta Côrte de Justiça.

A camara ardente

Uma das salas da residencia do Ministro Herminio do Espirito Santo, foi armada em camara ardente, onde permaneceram, durante a noite, velando o cadaver, innumerous amigos do morto.

As corôas

Hontem, á noite, na visita que fizemos á casa do morto, notámos grande numero de corôas que tinham sido enviadas á familia, afim de serem depositadas sobre o esquife.

Entre ellas, destacavam-se as da "Revista do Supremo Tribunal Federal", Directoria do Saneamento Rural, Supremo Tribunal Federal, Côrte de Appellação, Camara, Senado e Varas Fedraes.

As mensagens de condolencias enviadas á familia

Innumerous foram as mensagens de condolencia enviadas á familia do morto, por cartas, telegrammas, cartões, etc.

Os Ministros de Estado comparecerão ao enterro

Os Srs. Ministros de Estado comparecerão pessoalmente ao enterro do Dr. Herminio do Espirito Santo, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, recentemente aposentado.

O enterramento

O enterramento do Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo, realizar-se-á hoje, ás 11 horas da manhã, devendo o feretro sahir da sua residencia, á travessa João Affonso n. 49, para o Cemiterio de São João Baptista.

(O Imparcial, de 12 de Novembro de 1924).

MINISTRO HERMINIO DO ESPIRITO SANTO

AS HOMENAGENS DO S. T. F. E OUTRAS

A sessão ordinaria de hoje, no Supremo Tribunal Federal, foi presidida pelo Vice-Presidente André Cavalcanti. Este Ministro, ao abrir a sessão, communicou aos altos ma-

gistrados o passamento do ex-Presidente Herminio do Espirito Santo, tecendo em breves palavras o elogio do morto, durante o largo tempo que desempenhou as funções de membro da nossa mais Alta Côrte de Justiça.

A seguir falou o Ministro Godofredo Cunha, enaltecendo as qualidades do velho magistrado, hontem fallecido.

Por fim, ainda usou da palavra o Sr. Procurador Geral da Republica.

A sessão foi suspensa em homenagem ao magistrado morto, sendo encerrado o expediente.

O Dr. Carlos Olyntho Braga, Procurador da Republica, baixou uma portaria ordenando fosse encerrado o expediente da Secretaria da Procuradoria em signal de pezar pela morte do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal. No enterro do Ministro Presidente do Supremo Tribunal, Dr. Herminio do Espirito Santo, a Procuradoria da Republica foi representada pelos Drs. Carlos Olyntho Braga e Francisco de Andrade e Silva, Procuradores da Republica.

O Dr. Edgard Costa, Juiz da 6ª Vara Criminal, ao iniciar a sessão de hoje, no Tribunal do Jury, mandou que fosse consignado na acta do julgamento, a homenagem de respeito do referido tribunal, pela figura do Ministro Herminio do Espirito Santo, que acaba de fallecer, pelos notaveis serviços que, durante muitos annos, o mesmo prestou á Justiça, desde os mais modestos postos da magistratura até á ultima função de Chefe do Poder Judiciario da Republica.

(A Noite, de 12 de Novembro de 1924).

A JUSTIÇA ENLUTADA

O SEPULTAMENTO, HONTEM, DO MINISTRO HERMINIO DO ESPIRITO SANTO. — O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E AS HOMENAGENS PRESTADAS AO SEU PRESIDENTE EXTINCTO.
OUTRAS MANIFESTAÇÕES DE PEZAR

“Realizou-se, hontem, com extraordinario acompanhamento, o enterramento do Exmo. Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

A' residencia do extincto affluiram desde cedo innumerables familias e amigos.

Estiveram presentes ás ceremonias funebres o representante do Exmo. Sr. Presidente da Republica; os Ministros do Supremo Tribunal Federal; os Ministros de Estado, commissões do Congresso Nacional; Desembargadores representando a Côrte de Appellação; Juizes Federaes e da Justiça Local; representantes do Ministerio Publico da Justiça Federal e Local; representantes da "Revista do Supremo Tribunal"; representantes de alguns Estados da Federação; representantes do Conselho Municipal e do Prefeito do Districto Federal; representante do Instituto dos Advogados, altos funcionarios, advogados, medicos, etc.

No Supremo Tribunal Federal

A's 13 horas, sob a presidencia do Sr. Ministro André Cavalcanti, abriu-se a sessão com a presença dos Srs. Ministros A. Pires e Albuquerque, Procurador Geral da Republica; Guimarães Natal, Godofredo Cunha, Leoni Ramos, Muniz Barreto, Pedro Mibielli, Edmundo Lins, Hemenegildo de Barros, Pedro dos Santos, Geminiano da Franca e Arthur Ribeiro, deixando de comparecer os Srs. Ministros Sebastião de Lacerda e Viveiros de Castro, que se acham licenciados.

Depois de lida e approvada a acta da sessão anterior, o Sr. Ministro André Cavalcanti, Presidente, usando da palavra, disse o seguinte:

"Srs. Ministros, cumpre-me trazer ao vosso conhecimento o doloroso facto occorrido, hontem, nesta Capital e que já é do dominio publico: o fallecimento do Presidente Herminio do Espirito Santo.

O illustre extincto occupou esta cadeira durante 15 annos e sempre de modo a captar a attenção e o respeito de todos aquelles que batiam ás portas deste Tribunal, reclamando Justiça.

Foi um Juiz que fez a sua carreira percorrendo todas as etapas da magistratura, chegando a este Tribunal onde esteve durante todo esse tempo na melhor harmonia com os seus Collegas.

Eu não podia deixar de traçar estas palavras, que estão longe de traduzir o seu merecimento, mas que entretanto são sinceras, dando ao Tribunal conhecimento de tão infausto acontecimento, e proponho que o Tribunal tome lucto por oito dias e compareça ás exequias."

A seguir, S. Ex. deu a palavra ao Sr. Ministro Godofredo Cunha que grandemente emocionado proferiu as seguintes palavras:

“O Supremo Tribunal Federal acaba de ouvir dos lábios do illustre e venerando Collega que preside a sessão, a comunicação official do passamento de Herminio do Espirito Santo.

Morreu Herminio do Espirito Santo. Desappareceu assim de entre os vivos a figura primacial da Magistratura brasileira, o summo pontifice da Justiça.

Para o ser, atravessou todos os estadios da carreira em que se dá a cada um o que é seu, em pleitos renhidos, supportou longas vigílias no estudo dos autos e das leis, encaneceu nos arduos labores da profissão, defrontou os poderes da terra, soffreu todas as injustiças, contrariedades e dissabores, que não poupam os sacerdotes da Lei, os vexillarios do Direito, as togas mais puras. Tudo isto sem vacillações, nem temores.

Particularizava-o uma intelligencia lucida e vivaz, cultura juridica, inflexibilidade de character, fidelidade á Lei, sujeição ao dever e bondade extrema. Elle se distinguuiu entre os seus contemporaneos por uma grande pureza de consciencia e de lealdade.

Delle já disse, certa vez, o eminente Sr. Ministro Muniz Barreto: “Inopportuna seria, pois, a meu ver, a intervenção do Tribunal neste caso, da competencia privativa do seu Presidente, que, com tanta independencia tão elevado criterio e tanta firmeza de character, preside os trabalhos desta Casa”.

Tambem de outra feita, quando se commemorava nesta Casa o seu jubileu o eminente Sr. Ministro Pires e Albuquerque, Procurador Geral da Republica, teve a oportunidade de exclamar: “*Justitia facta est*”.

Envelhecido, doente, tropego, luctou até o ultimo momento, queria servir á Justiça e á causa publica até o derradeira alento.

Era de vel-o austero e sereno, na curul presidencial, nas occasiões solennes, nas sessões memoraveis, em que a Justiça, a Lei, o Direito, as proprias instituições politicas repousavam naquelle velhinho, na sua firmeza de animo, no seu denodo civico, dominando as molestias e as dores que já minavam sua existencia, indifferente á fadiga e ás horas que as sombras da noite escurecem...

Era de vel-o impavida e sereno, na curul presidencial,

nos momentos agitados e criticos da vida do regimen politico que adoptamos, quando a politica entrava tumultuariamente neste recinto augusto para levar para as ruas, para a praça publica, o pendão rubro da revolta, o labaro vermelho da revolução, indifferente a fadiga.

Manteve intacto o prestigio do Tribunal no circulo traçado pela Constituição á independencia e harmonia dos poderes politicos.

Morreu merecidamente, gloriosamente, no alto posto que os votos dos seus pares sempre renovaram, porque assim quiz o destino, não lhe dando substituto antes da morte...

A profunda emoção que me domina pela perda do grande amigo e illustre Collega manda que eu não prosiga, impoe-me silencio.

Obedeço, agradecendo a distincção com que me honraram os eminentes Collegas, escolhendo-me entre outros mais eloquentes, talvez pela particular estima e admiração que me ligavam ao morto para interprete de seus sentimentos de pesar pelo fallecimento do nosso inolvidavel Presidente.

Honra á sua memoria."

Falou a seguir, o Sr. Ministro Pires e Albuquerque, Procurador Geral da Republica que assim se expressou:

"Cincoenta e oito annos ao serviço da Justiça; trinta de exercicio neste Tribunal; treze na sua Presidencia...

Mais de meio seculo de austero, quotidiano e inefectivel cumprimento do dever na mais ardua de todas as profissões.

Toda uma longa vida de renuncia e de desprendimento dos proprios interesses, imolados ao mais nobre dos ideaes — a realização da Justiça.

Compendio e exemplo de peregrinas virtudes...

Tal foi, no Juizo dos contemporaneos, tal é na veneração que tributam ao grande sacerdote da Lei, a carreira publica do Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo.

Justum ac tenacem propositi virum.

Foram estas as palavras com que eu renderia hoje o meu preito de amizade, de respeito e de gratidão, como brasileiro, ao eminente magistrado que os annos e as fadigas tinham condemnado ao repouso.

Agora que a morte, coincidindo com o seu pedido de aposentadoria, antecipou-se á publicação do Decreto que lh'a



Os Srs. Ministros da Agricultura e da Guerra, espargindo flores sobre o ferreo.

concedera, para que elle descesse ao seio da terra aureolado pela autoridade que cinco vezes lhe conferisões e que tanto dignificou, accrescentarei apenas — que essa coincidência encerra a vocação, o destino do Grande Mortó. O culto da Justiça era uma condição, por assim dizer, a propria razão de ser da sua vida.

Desde que a existencia não podia mais ser o exercicio constante deste culto, estava finda a sua missão.

Sacerdote Supremo da Justiça, não seriam os homens que lhe cerrassem as portas do templo.

Do Alto, de onde recebeu o mandato que nobremente desempenhou, do Alto é que havia de baixar o Decreto que lhe encerrou a luminosa trajectory.

Em nome do Ministerio Publico Federal associo-me ás demonstrações de pesar que acabam de ser propostas e requiero que na acta se consigne, com a manifestação da nossa grande saudade, o protesto de que o nome e o exemplo do Justo que ainda hontem honrava a presidencia deste Tribunal aqui perdurem entre as nossas mais gratas e honrosas tradições”.

Submettidas a votação as homenagens propostas foram as mesmas unanimemente approvadas, sendo levantada a sessão.

Ao recinto do Supremo Tribunal compareceram varios advogados, juizes, procuradores federaes e os funcionarios da Secretaria.

Na 1ª Pretoria Civel

Aberta a audiencia foi pelo Juiz determinado, se lavrasse no termo, um voto de profundo pesar pelo fallecimento do grande brasileiro e Egregio Magistrado, Dr. Herminio do Espirito Santo, Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, tendo os advogados presentes se associado ao voto de pesar.

Na 3ª Pretoria Civel

Ao ser aberta a audiencia o Juiz em breves e sentidas palavras mandou lançar no protocollo de audiencias um voto de immenso pesar, pelo fallecimento do iminentissimo Egregio Magistrado, Dr. Herminio do Espirito Santo, Presidente do Supremo Tribunal Federal; os advogados presentes se associaram ao voto de pesar.

No Tribunal do Jury

Pelo Dr. Juiz de Direito da Sexta Vara Criminal, foi mandado consignar na acta do julgamento de hontem, a homenagem de respeito do Tribunal pela figura, por todos os titulos respeitaveis, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Herminio do Espirito Santo, que acaba de desaparecer do numero dos vivos depois de ter por dilatados annos prestado notaveis serviços á Justiça, desde os mais modestos pontos da magistratura até á altissima funcção de Chefe do Poder Judiciario da Republica.”

(Gazeta dos Tribunaes, de 13 de Novembro de 1924).

MINISTRO HERMINIO DO ESPIRITO SANTO

O SEU ENTERRAMENTO HOJE PELA MANHÃ

Com grande acompanhamento, realizou-se hoje, ás 11 horas da manhã, no cemiterio de S. João Baptista, o enterro do saudoso Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Herminio do Espirito Santo, hontem fallecido nesta Capital.

Desde as primeiras horas da manhã, grande era o numero de pessoas da nossa melhor sociedade que iam levar á familia enlutada, as suas condolencias.

Innumeras corôas occupavam totalmente a camara mortuaria, todas as demais dependencias da casa e parte do jardim da residencia do illustre extincto onde conseguimos registrar as seguintes:

“Ao querido Dr. Herminio, saudades dos primos Cleonice e Homero”; “Saudades de Jandyrá e Jos”; “Saudades de Vera e Renato”; “Saudades de Lucia e Galeno”; “Saudades de J. S. Assis Brasil”; “Saudades da familia Panetti”; “Homenagem da familia Marani”; “Saudades de Carmen e Pedro”; “Homenagem do pessoal da séde da Directoria do Saneamento Rural”; “Saudades de R. G. Siqueira”; “Saudades de A. F. de Siqueira”; “Ao bom amigo Dr. Herminio como prova de gratidão e amizade de Baima e Bequinha”; “Lembrança de suas empregadas”; “Ao meu idolatrado esposo, Adelaide”; “Ao idolatrado paesinho, Sinhá e Lafayette”; “Ao Ministro Herminio do Espirito Santo, homenagem do Presidente da Republica”; “Ao bom amigo Dr. Herminio, saudades de Virginia e Araujo”; “Ao Dr. Herminio, saudades do Raymundo”; “Saudades de Murillo Fontainha e familia”; “Homena-

gem da "Revista do Supremo Tribunal"; "Ao Dr. Herminio, homenagem de Moreira e familia"; "Ao querido vovô, Fayetinho e Gilberto"; "Homenagem do Geraldo Rocha"; "Ao venerando Sr. Ministro Herminio E. Santo, saudosa homenagem da Secretaria do Supremo Tribunal"; "Ao Presidente do Supremo Tribunal, o Ministro da Justiça e Negocios Interiores"; "Ao querido paesinho, Mario, senhora e filhos"; "Ao querido paesinho, Herminia"; "Constança Fontainha, profunda saudade"; "Ao Dr. Herminio, homenagem de Moysés"; "Ao eminente Ministro Herminio do Espirito Santo, homenagem dos Collegas do Supremo Tribunal Federal"; "Ao Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo, gratidão de Ibrahim de Araujo"; "Respeitosa homenagem do Ministro da Agricultura"; "Homenagem respeitosa de Humberto Soares & C."; "Homenagem respeitosa da portaria do Supremo Tribunal Federal"; "Saudades de Severiano Moraes Sarmiento e familia".

Entre as pessoas que acompanhavam o illustre extinto á sua ultima morada, notámos as seguintes:

Ministro João Luiz Alves, Ministro Sampaio Vidal, Ministro Felix Pacheco, Ministro Miguel Calmon, Marechal Setembrino de Carvalho, Mme. Nelson Guilhobel Fernando Carvalho, Pereira Junior, Raul Leitão da Cunha, Candido de Oliveira Netto, por si e pela "Revista do Supremo Tribunal Federal; André Cavalcanti, Francisco Cavalcanti, H. A. Magalhães de Almeida, Carlos Sá, Candido Campos, director de "A Noticia"; Luiz de F. Guimarães, embaixador R. Régis de Oliveira, Sr. Dr. Alberto da Cunha, Ministro Edmundo Lins, Desembargador Francisco Cesario Alvim, M. Nogueira da Silva, pelo Sr. Dr. Feliciano Sodré, Presidente do Estado do Rio de Janeiro; Dr. Lameira de Andrade, Joaquim Mattos, João Martins da Cruz; Januario Rodrigues, viuva Armando Figueiredo, Murillo de Figueiredo, Paulo Hasslocher e familia, Ministro Pires e Albuquerque, Ministro Pedro dos Santos, Alfredo de Sá Pereira, Lafayette Silva, Maximo de Sallusse Lussac, por si e senhora, Dr. João de Moraes e Mattos, A. Azeredo, Pedro Tavares Junior, Julio V. S. Santos, Caio Tavares, Manoel Duarte, Francisco de Paula de Oliveira, Theophilo Gonçalves Pereira e filhos, Augusto Nogueira Gonçalves, Eduardo C. M. Dias, Deodoro Fontainha, Humboldt Fontainha e senhora, Guilherme Fontainha, Newton Fontainha, Mucio Fontainha, José Calixto Pereira; Marcos Oliveira, Theodorico Fonseca e senhora, Dr. Leal Ferreira, João Leal Ferreira, capitão Tancredo Fausti-

no, representante do Sr. Ministro da Guerra; Dr. José de Albuquerque, Carlos Peixoto Castro Rodrigues, Dr. Homero Prates, Reginaldo B. Pinto, por si e pelo Dr. Adel Pinto, Pache de Faria, Norival de Lemos, Carlos Sá, Galeno de Revoredo e senhora, Homero Prates e senhora, Dr. Gusmão Lobo, Eurico de Souza Leão, Pedro Lago, Arthur R. Guimarães, N. Cosme Pinto, Daniel de Mendonça e senhora, Carlos Pepafiel e senhora, Carlos Susseckind de Mendonça, por si e pela viuva Lucio de Mendonça, Pacheco Leão e família, Julio de Castilhos França, Ernesto Rocha, R. G. de Siqueira, Alfredo F. de Siqueira, Maria Albuquerque Mello, Dr. Bayma e Biquinha, Dr. Carlos da Veiga Lima, Guilherme Geyer, por si e senhora, Newton H. Fontainha, Belisario Tavora e família, Jeronymo Queiroz e família, J. Pedroso, Dr. José Lavarese, Dr. José Lavarese (em nome do Posto de Madureira), Dr. Lavino Gasparoni, Antonio Carlos, Manoel Duarte, Costa Ribeiro e Plinio de Godoy, representando a Camara dos Deputados; Olympio de Sá e Albuquerque, Octavio Kelly, Guilherme Estellita, por si e pela "Revista do Supremo Tribunal Federal"; J. Magalhães de Almeida, por si e pelo Presidente do Estado do Maranhão; Ranulpho Bocayuva Cunha e senhora, Godofredo Cunha, Gabriel Vianna, Plinio de F. Travassos, Procurador da Republica no Estado do Rio; Alvaro J. Rodrigues e senhora, G. Ranetti, Fernando de Faria Junior, por si e pelo Coronel Benedicto M. de Araujo; Alipio Teixeira de Souza, por si e pelo Dr. J. F. de Assis Brasil; tenente Paulo F. Lobo, representando o Sr. Marechal Chefe de Policia do Districto Federal; Francisco Gonçalves Reguffe, José Alvaro da Cunha Lopes, Anolina de Campos Tavares, representando a Portaria do Supremo Tribunal Federal; Euclydes de Castro Lima, João Celestino de Araujo, Teixeira de Andrade, José Mariaño Filho, por si e por Olegario Mariano; Savio de Paula, Supremo Tribunal Federal; Dr. Constante Leal Paixão, Dr. Emilio José Loureiro, Henrique Vaz Pinto Coelho, Dr. Soares Figueira, Dr. José Affonso Bandeira de Mello, por si e família; Dr. J. F. de Sampaio Vianna, Attila Galvão, Rogerio Coelho, José Maria Castro, Ramiro Castro, João Alves Vieira, Alvaro Affonso Caniné, Alvaro Caminha, Dr. M. B. Costa Rodrigues, Marechal Pires Ferreira, Gervasio Pires Ferreira, Aderson Magalhães, Antonio Paulino Cavalcanti de Albuquerque, Murillo Fontainha, Augusto V. Corsino, Edmundo Barreto Pinto, Homerodes de Moraes, Ministro Leoni Ramos, Luiz Ernesto Nobrega, Dr. Manoel B. Pinto, Onofre Pitta M. Motta, Justo R. Mendes de Moraes, Herbert Moses,

Desembargador Miranda Montenegro, coronel Benjamin Ferreira Guimarães, Benjamin Ferreira Guimarães Filho, Manoel Ferreira Guimarães, Paulo Macedo, Geminiano da Franca, Arnolfo Azevedo, Otto Prazeres, Edmundo da Veiga, representando o Sr. Presidente da Republica, e muitas outras pessoas, cujos nomes não nos foi possível registrar.

(A Noticia, de 12 de Novembro de 1924).

DR. HERMINIO DO ESPIRITO SANTO

O SEU ENTERRO REALIZOU-SE, HONTEM, A'S 11 HORAS. — OUTRAS HOMENAGENS QUE LHE FORAM PRESTADAS.

Realizou-se, hontem, ás 11 horas, o enterro do Ministro do Supremo Tribunal, Dr. Herminio do Espirito Santo, sahindo o mesmo da residencia da familia do illustre morto, á travessa João Affonso n. 49, em Botafogo, para o Cemiterio de São João Baptista.

No grande acompanhamento, além de um sem numero de amigos e admiradores do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, notava-se a presença dos Ministros dessa casa de Justiça do Tribunal de Contas, da Côrte de Appellação, todos os Desembargadores e Ministros de Estado, bem como os representantes do Presidente da Republica, do Estado do Rio, do Prefeito Municipal e do Marechal Chefe de Policia.

A sessão de hoje, no Supremo Tribunal Federal, foi presidida pelo seu Vice-Presidente, Ministro André Cavalcanti, que, ao abril-a, fez o elogio do Dr. Herminio do Espirito Santo.

Em seguida falaram o Ministro Godofredo Cunha e o Procurador Geral da Republica, elogiando tambem o illustre morto de ante-hontem.

Outras homenagens foram prestadas ao ex-Presidente do S. T. Federal na Procuradoria da Republica e na 6ª Vara Criminal, bem como no Senado, onde o Senador Soares dos Santos fez a sua apologia, requerendo a inscripção na acta de um voto de pesar e a suspensão da sessão."

(O Brasil, de 13 de Novembro de 1924).

*

* *

NOS ESTADOS

MARANHÃO

“O Superior Tribunal de Justiça do Maranhão apresenta pezames pelo fallecimento do integro magistrado Herminio do Espirito Santo. — **Presidente.**”

ALAGOAS

“Em nome do Tribunal Superior de Justiça do Estado de Alagoas, apresento pezames pelo fallecimento do Ministro Herminio do Espirito Santo. — **Adalberto Figueiredo.**”

RECIFE

“O Superior Tribunal de Justiça, suspendendo a sessão de hoje, em homenagem ao vosso inolvidavel esposo, envia suas sinceras condolencias. — **Arbias de Oliveira**, Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco.”

“Condolencias muito sinceras. Prestarei na primeira audiencia homenagem á memoria do marido de V. Ex. — **Cunha Mello**, Juiz Federal de Pernambuco.”

ESTADO DO RIO

“**Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro.** — **Nictheroy**, 14 de Novembro de 1924. — Exma. Sra. Viuva Herminio do Espirito Santo. — Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que o Tribunal da Relação, em sessão de hoje, mandou inserir na acta de seus trabalhos, um voto de profundo pezar pelo fallecimento de vosso extremecido marido e apresentar pezames a V. Ex.

Cumprindo esse religioso dever, valho-me da oportunidade para testemunhar a V. Ex. as seguranças do meu alto apreço e consideração. — O Presidente do Tribunal, **Joaquim de Oliveira Machado Junior.**”

S. PAULO

“**Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de S. Paulo.** — S. Paulo, 17 de Novembro de 1924. — Exma. Viuva Dr. Herminio do Espirito Santo. — Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. e Exma. Família, que na

acta da sessão de Camaras Reunidas, realizada a 14 do corrente, por proposta do Exmo. Sr. Ministro Presidente deste Tribunal, foi lançado um voto de profundo e sincero pezar pelo fallecimento do Exmo. Sr. Ministro Dr. Herminio do Espirito Santo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex. e Exma. Familia, os meus protestos de distincta consideração e apreço. — O Secretario do Tribunal, Clovis Canto.”

CURITYBA

“Em nome do Superior Tribunal de Justiça deste Estado, envio sentidas condolencias pelo infausto passamento do preclaro brasileiro. Respeitosas saudações. — **Felinto Teixeira**, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.”

CUYABA

“Tenho a honra de communicar a V. Ex. que o Tribunal da Relação, só nesta data teve conhecimento do infausto passamento de seu prezado esposo e tomando parte no lutuoso acontecimento, resolveu suspender a sessão e lançar na acta um voto de profundo pezar. — **O. Marcondes**, Presidente interino do Tribunal da Relação de Matto Grosso.”

DISTRICTO FEDERAL

“Juizo de Direito da 2ª Vara de Orphams. (Cartorio do 1º Officio) — Capital Federal, 18 de Novembro de 1924. — Exma. Sra. D. Adelaide Prates Castilhos do Espirito Santo. — Apresentando a V. Ex. as minhas sentidas condolencias pelo fallecimento do venerando Ministro Dr. Herminio Francisco do Espirito Santo, remetto a inclusa copia do termo de audiencia deste Juizo em que foi inserto um voto de profundo pezar pelo passamento daquelle digno magistrado. — Saudações. — O Juiz Abelardo Bueno de Carvalho.”

“Audiencia do dia 11 de Novembro de 1924, presidida pelo Juiz de Direito da Segunda Vara de Orphams e ausentes, Doutor Abelardo Bueno de Carvalho.

Aberta a audiencia ás treze horas ao toque da campanha, dado pelo porteiro dos auditorios, o Meritissimo Juiz ordenou que se inserisse neste termo um voto de profundo pezar pelo passamento do Egregio e Venerando Ministro do Supremo Tribunal Federal e seu Presidente, Doutor Hermi-

nio Francisco do Espirito Santo, varão de grandes virtudes e magistrado da mais alta distincção, e que se remetteste á Exma. Familia do saudoso morto, uma copia deste termo. As pessoas presentes associaram-se ao preito de homenagem ao illustre finado. Nada mais houve. Do que lavro o presente que o Juiz assigna. Eu, José Caetano Machado, escrivão o escrevi e subscrevo. (a.) **Abelardo Bueno de Carvalho.**”

“De Audiencia. — Aos quatorze (14) dias do mez de Novembro de mil novecentos e 24, nesta cidade e Comarca de Bello Horizonte, do Forum, em publica audiencia que fazia o Doutor José Corrêa de Amorim, M. M. Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca, commigo Escrivão abaixo nomeado, aberta ao meio-dia e ao toque da campainha pelo porteiro Manoel Chaves, pelo Dr. Jair Lins, foi requerido, em nome dos advogados da Capital, que se lançasse nos protocollos de audiencia, um voto de profundo pezar pelo fallecimento do Dr. Herminio do Espirito Santo, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, remettendo-se certidão do termo á familia do illustre extincto. Pelo Juiz foi deferido.

E para constar fiz este termo da cota do protocollo de audiencia, ao qual me reporto em meu poder e cartorio.

Eu, **Joaquim de Souza Gomes**, escrevente o escrevi.”

MINAS GERAES

“Juizo Municipal do Termo de Januaria, em 24 de Novembro de 1924. — Illma. Exma. Sra. — Tenho a elevada honra de passar ás mãos de V. Ex. a inclusa copia do termo da audiencia deste Juizo, realizada no dia 22 do corrente, na qual, o Orgam do Ministerio Publico, secundado pelos advogados Doutores João Moreira de Castro e José Ferreira Barros Cãciquinho, requereram se consignasse nos Protocollos, um voto de profundo pezar pelo fallecimento do vosso extremecido e inolvidavel esposo, o Ministro Herminio Francisco do Espirito Santo, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, requerimentos que foram por mim deferidos com satisfação, associando-me a essas justas homenagens, prestadas á memoria do venerando extincto. — Saude e Fraternidade.

A' Exma. Senhora D. Adelaide Prates de Castilho do Espirito Santo. — O Juiz de Direito, **Aureliano Porto Gonçalves.**”

“Copia. — “**Termo de audiencia.** — Aos vinte e dois dias do mez de Novembro de mil novecentos e vinte e quatro,

nesta cidade de Januaria, em audiencia publica, que fazia, na sala propria, ás quatorze horas, o Excellentissimo Senhor Juiz de Direito da Comarca, Doutor Aureliano Porto Gonçalves, commigo Escrivão do seu cargo, adeante nomeado, aberta a mesma pelo toque da campainha, dado pelo Official de Justiça, Lucas dos Montes Pessoa, que servia de porteiro, á ella compareceram o Doutor Diogenes Carlos da Cunha, Promotor de Justiça, e os advogados Doutor João Moreira de Castro e Doutor José Ferreira Barros Caciquinho. Pedindo e obtendo a palavra, o Doutor Diogenes Carlos da Cunha, disse: — que requeria ao Meretissimo Juiz de Direito que se dignasse de inserir nos protocollos desta audiencia, um voto de profundo pesar, pelo fallecimento do Ministro Herminio Francisco do Espirito Santo, ex-Presidente da Suprema Côrte de Justiça do Paiz e se officiasse á familia enlutada, e ao Supremo Tribunal Federal, apresentando-lhes sinceras condolencias. Pedia deferimento. Pelo Juiz foi dito que estando de accôrdo com o pedido do Promotor, deferia seu requerimento. Pelo advogado Doutor José Ferreira Barros Caciquinho, foi dito que applaudia e subscrevia o requerimento do digno Doutor Promotor de Justiça da Comarca. Pelo advogado Doutor João Moreira de Castro, foi dito que subscrevia o requerimento do organ da Justiça em todas as suas partes. E por nada mais haver, deu-se por finda a audiencia, que foi encerrada, ordenando o Juiz se lavrasse o presente termo, que assigna com os presentes. Eu, Apollinario Alves d'Oliveira Casqueiro, Escrivão, o escrevi (a a.) A. Gonçalves, Diogenes Carlos da Cunha, José Ferreira Barros Caciquinho, João Moreira de Castro, Lucas dos Montes Pessoa Era o que se continha no termo de audiencia, lançado á folhas dezesete, verso, a dezoito do Protocollo respectivo, ao qual me reporto em meu poder e cartorio. Data supra. — O Escrivão do 1º Officio, Apollinario Alves d'Oliveira Casqueiro.”

“Juizo de Direito da Comarca de Faxina. — Em 21 de Novembro de 1924. — Exma. Sra. — Transmitto a V. Ex. a inclusa copia do termo de audiencia, realizada a 19 do corrente mez, em a qual, justifiquei um voto de profundo pesar pela perda irreparavel que acaba de soffrer a magistratura brasileira, com o fallecimento de um de seus membros mais illustres, o Exmo. Sr. Dr. Herminio do Espirito Santo, vosso pranteado esposo.

Renovando a V. Ex. e Exma. Familia, os meus votos de pesar, subscrevo-me com toda a estima e apreço.

A' Exma. Viuva do Ministro Dr. Herminio do Espirito Santo. — O Juiz de Direito, **Euclydes de Campos.**”

“Copia. — **Audiencia** do dia 19 de Novembro de mil novecentos e vinte e quatro, sob a presidencia do Sr. Juiz de Direito da Comarca, Doutor Euclydes de Campos. Aberta a audiencia ás 13 horas, com as formalidades legais pelo M. Juiz de Direito, foi dito que tendo fallecido no Rio de Janeiro, o Exmo. Sr. Dr. Herminio do Espirito Santo, Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, determina que nos Protocollos da audiencia de hoje, seja lançado um voto de profundo pezar, significando a dôr que enche este fôro faxinense pelo infausto acontecimento. O illustre extincto foi um grande jurista e um eximio Juiz, deixando em suas decisões, traços profundos e luminosos do seu vasto saber; trabalhador incansavel, a morte quasi que o ceifou no supremo posto de Presidente do Supremo Tribunal Federal, pois falleceu poucos dias depois que foi aposentado, por Decreto do Governo Federal. Entre os factos de grande descortinio praticados pelo illustre fallecido, como Presidente do Supremo Tribunal Federal, destaca-se aquelle em que determinou que a todos os Juizes do Brasil fosse enviada gratuitamente a “Revista do Supremo Tribunal Federal”, visando com esse acto, que a jurisprudencia de nossa suprema Côrte de Justiça fosse conhecida por todos os magistrados do Brasil. Por esse motivo determina o M. Juiz que se officie em nome deste fôro ao Supremo Tribunal Federal e á Familia do extincto, apresentando os pezames pelo lutuoso acontecimento que vem de ferir todos os membros do Poder Judiciario do Brasil. Do que lavrei este termo que assignou. Eu, Augusto do Couto, escrivão, o escrevi. Euclydes de Campos, Coutidio Neves Pereira, Antonio Pereira Caldas Junior, Epitacio Piedade, J. M. Campos Salles, João Carlos T. Ribas, João Silvestre de Camargo, Levino Fernandes Ribeiro, Augusto Baptista do Couto, Gregorio José Machado. — Nada mais se continha em dito termo, aqui fielmente transcripto, ficando resolvido a entrelinha-recto; do que dou fé. Faxina, 21 de Novembro de 1924. Eu, Augusto Baptista do Couto, escrivão do Jury, a subscrevi, conferi e assigno. — **Augusto Baptista do Couto.**”

“**Juizo de Direito da Comarca de Barretos**, em 13 de Novembro de 1924. — Exma. Sra. — Tendo chegado ao conhecimento deste Juizo a dolorosa noticia do fallecimento do illustre brasileiro Doutor Herminio do Espirito Santo, digno esposo de V. Ex., cumpro o indeclinavel dever de transmit-

tir a V. Ex. os sentimentos de pezar do fôro de Barretos, e o hasteamento, em funeral, do Pavilhão Nacional no edificio do Forum, por tres dias, como preito de homenagem ao inolvidavel morto. — Respeitosas saudações.

A' Exma. Sra. D. Adelaide Prates Castilho do Espirito Santo. Rio de Janeiro. — O Juiz de Direito, **Blomio Simões.**”

‘Cartorio do 1º Officio do Termo de Lima Duarte, Comarca de Palmyra, Estado de Minas Geraes, 23 de Novembro de 1924. — De ordem do Senhor Dr. Juiz Municipal deste Termo de Lima Duarte, passo ás mãos de VV. Exxs. a inclusa certidão. — Saude e Fraternidade.

A' Exma. Senhora Viuva e Membros da Familia do finado Dr. Herminio do Espirito Santo, ex-Ministro e Presidente do Supremo Tribunal da Capital Federal. — O Escrivão do 1º Officio, **Maximiano Estevão Nepomuceno.**”

“Maximiano Estevão Nepomuceno, Escrivão do Primeiro Officio do Termo de Lima Duarte, Comarca de Palmyra, Estado de Minas Geraes, por nomeação vitalicia, na forma da Lei, etc.

Certifico que, revendo em meu cartorio e nelle existente, o actual protocollo das audiencias do Juizo Municipal deste Termo, nelle, de folhas trinta (30), a folhas trinta e uma (31), contra o termo (em parte), do theor seguinte: — “Audencia do dia vinte (20) de Novembro de 1924. Juiz Municipal o Dr. José Maria Filgueiras. Aberta a audiencia, ás 11 horas do dia, a toque de compainha na forma da Lei, pelo Official de Justiça Raymundo Manoel de Senna, compareceu o advogado, digo, compareceu o Adjuncto de Promotor de Justiça, Senhor Heitor Rodrigues Neves e requereu que se consignasse nos protocollos, um voto de profundo pezar pelo fallecimento occorrido na Capital Federal, do Excellentissimo Senhor Doutor Herminio do Espirito Santo, ex-Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal, um dos mais bellos e dignos ornamentos da Magistratura Nacional, dando-se deste voto conhecimento ao Supremo Tribunal Federal e á Exma. familia do illustre extincto. Pelo Juiz, foi dito que deferindo o requerimento, associa-se de coração ás homenagens prestadas ao Dr. Herminio do Espirito Santo, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal e manda que, por intermedio do Escrivão do Primeiro Officio, se faça communicação á familia

do finado Dr. Herminio do Espirito Santo e ao Supremo Tribunal Federal. Nada mais houve. Eu, Maximiano Estevão Nepomuceno, Escrivão, o escrevi. José Maria Filgueiras, Alfredo C. Viriato Catão, Manoel Delgado Motta, Heitor Rodrigues Neves, Raymundo Manoel de Senna. — O Escrivão, Maximiniano Estevão Nepomuceno.”

*

* *

Nas exequias celebradas por alma do saudoso Ministro estiveram presentes, entre innumeradas outras, as seguintes pessoas:

Edmundo da Veiga, representando o Sr. Presidente da Republica; Carlos Copertino do Amaral; Mario Quintão; Edgard Côte Real; Senador Soares dos Santos; Dr. Alvaro Lessa; Dr. A. A. Barbosa Oliveira; Gentil França; Dr. José de Albuquerque e senhora; Deputado Solano da Cunha e senhora; Dr. Wortigern Luiz Ferreira; Jacintho Vicente da Silva, (guarda-civil); Theodorico do Branco e senhora; M. F. Guimarães, por Benjamin; Ferreira Guimarães; Affonso Vizeu; Dr. Julio Maya; Senhora Edmundo da Veiga; Sidney Haddock Lobo; Horacio M. de Oliveira Castro; Alvaro M. de Oliveira Castro; Pedro Affonso Mibielli; Raul Leite; Orlando Monteiro; Fernando Goulart; Magalhães de Almeida, representando o Sr. Godofredo Vianna, Presidente do Maranhão; Deputado Magalhães de Almeida; Dr. Alvaro J. Accioli de Brito; Hildebrando da Silva; Alfredo da Silva Rosa; Hernani Renato de Castro; Arnaldo Medeiros da Fonseca; Leonor V. Braga e irmãs; José Saldanha, pelo “Imparcial”; Oscar Rudge; Commandante Arthur Memiles e familia; Dr. Optaciano A. do Valle; Dr. Moacyr Alves do Valle; Juiz Octavio Kelly; Edmundo Kelly; Dr. Julio de Castilhos França; Euclydes Ministerio; Olympio de Accioli Monteiro; Senador A. Azeredo; Raul P. de Cerqueira; Salvador Pinto Luz; Dr. Joaquim Fontainha; Manoel Murtinha Filho; Zeferino de Faria; Carlos de Araujo Goudim; Viuva Antonio Memille e familia; Dr. Duarte de Abreu; B. Americano Fontainha; deputado Solidonio Leite, pelo Governador de Pernambuco e em seu proprio nome; Familia Solidonio Leite; Olga Fontainha, por si e por seus paes; Benjamin Vieira Damasceno; Deputados José de Moraes, Manoel Duarte, Joaquim de Mello e Horacio Magalhães; Alfredo B. Machado; José Tavares Bastos; Adolpho

Nogueira; Aprigio Garcia; Deputado Monteiro de Souza; Abelardo Bueno de Carvalho; Antonio de Accioli Peixoto; Augusto Saraiva, representando a familia Canuto Saraiva; Dr. João de Moraes e Mattos; Dr. Carlos Penafiel e senhora; Daniel de Mendonça e senhora; Julio Jatahy; Jayme Adom da Camara; Colombo de Oliveira; Dr. Euvaldo Peixoto; Ministro André Cavalcanti e familia; Ministro Godofredo Cunha; Gustavo Affonso Farneze; Olympio de Sá e Albuquerque; J. S. Silva da Fonseca; Alvaro J. Rodrigues; C. S. Triste; Levi Autran e senhora; Viuva Pinheiro Machado; Viuva Marçal de Escobar e filha; Zilah de Azambuja; Gastão de Azambuja; Vianna Freire; Walter Godinho; Dr. Octavio Angelo da Veiga; Dr. Octavio Angelo da Veiga, pelo Posto da Gavea; Dr. J. F. de Sampaio Vianna; Ary Godinho; Dr. Candido de Oliveira Filho; Candido de Oliveira Netto; Dr. Mauricio Barbalho; Dr. Bayma do Lago e familia; Emilia de Revoredo, por si e sua familia; Dr. Humboldt Fontainha, senhora e filhos; Guilherme Fontainha; Mucio Fontainha; Fortunato Alves Pereira; Coronel Medeiros Gomes e senhora; General Silva Moreira; Gabriel Vianna e senhora; Djalma dos Santos Vianna; Dr. Gonçalves de Mello, Agamenom Magalhães; Deputado Leite Ribeiro; Augusto Fernandes; Laura Belchior e filhos; D. Adelayde Cortes; D. Jesuina Carneiro; Mlle. Julia Ribeiro da Costa; Ministro Arthur Ribeiro; Dr. João Ribeiro de Oliveira e Souza; Fernandes Figueira; Mario Bello; Raul Manso; Dr. Arthur de Barros; Viuva João Pedro Belfort Vieira; Lucilia Belfort Vieira; Luiz Belfort Vieira; Dr. Leonel Rocha; Dr. Oswaldo Souza e Silva; Fernando de Faria Junior, por si e pelo Dr. Benedicto Marcellino de Araujo; José Francisco Felix; Administrador da Egreja da Penitencia; Norival de Lemos; Dr. João Neri; Dr. Lameira Ramos; Adolpho Duarte de Souza; Carlos Limoeiro; Braulio Penna; Dr. Edmundo Ferreira da Rocha; Dr. J. B. Ferreira Pedreira; Joaquim Tavares Guerra Filho; Miguel Austregesilo; João Celestino de Araujo; Marechal Pires Ferreira; Alfredo Cunha; Ibrahim Hyppolito de Araujo; Anolino de Campos Tavares; Dr. Julio de Paula Freitas; Teixeira de Andrade; Ministro Hermenegildo de Barros; Luiz de F. Guimarães Sobrinho; Dity Lages; Desembargador Miranda Montenegro; Edmundo de Almeida Rego; Dr. Heitor Machado Lhee; Satyro Costa; Newton Fontainha; Guilherme Gayer, Castro Barreto e familia; Dr. Julio Vieira; M. C. Arruda Lamare, representando o Superior Tribunal de Justiça de Santa Catharina; Eng.

Abreu e Lima Junior; Fernando Goulart; Adolpho J. Del Vecchio e senhora; Manoel Teixeira & Ferreira; Manoel Ferreira; Thiers Ribeiro; Dr. Francisce de Faria; Dr. Murillo Fontainha e senhora; Dr. Homero Prates e senhora; Edmundo Berreto Pinto; Alfredo Hormesode de Moraes; Dr. Placido Barbosa; Dr. Servulo Lima; Dr. Eurico Villela; José Linhares; Vicente Saboya de Albuquerque; J. Saboya de Albuquerque; Octavio Soares; Viuva Almirante Octavio Teixeira, por si e por sua mãe viuva Copertino do Amaral; A. Candido de Freitas; Victor Manoel de Freitas; Dr. Oliveira Bastos; Fernando Goulart; Almirante Theotonio Cercorqueira e familia; Marcos Lisbôa de Oliveira; Viuva Senador Rivadavia Corrêa; Dr. Joaquim Pires Ferreira e senhora; F. Yara Moledo; Manoel Ferreira Guimarães; B. F. Guimarães Filho; Dr. J. Thomaz Alves; Dr. George K. Strode; Edmundo Muniz Barreto; João Pedro e Albuquerque; Affonso Vizeu; Sr^a. Guedes de Carvalho, por si e seu marido C. R. Guedes; Dr. Avellar Brandão, Consultor Juridico da Prefeitura; Dr. Carlos da Veiga Lima; Dr. Rubem Paranhos; Dr. José Bastos de Avila; Cyro Mesquita; Homero Mesquita; José Calixto Pereira; Deodoro Fontainha; Fernanob Goulart; Ernani H. Rosa; José de B. Wanderley Primo; Dr. Pedro Soares; Deputado Oscar Soares; Engenheiro Raja Gabaglia e senhora; Luiz R. de Souza Leão, pelo Deputado Celso Bayma H. Freitas; Belisario Tavora e familia; Ministro Pedro dos Santos; Dr. Rogerio Coelho; Alair Accioli Antunes; Humberto Antunes; Dr. Benjamin de Oliveira Filho; Nilo Storino; Victorio Tolmei; Joaquim Menza Filho; Mme. Castello Branco; Marcello Castello Branco, por si e por A. B. L. Castello Branco; Pelo Instituto dos Advogados, Levi Carneiro, Cid Braune e Adhemar de Faria; Major Gabriel Maia e familia; Dr. Francsico de Paula de Oliveira; Dr. Thompson Motta; Joaquim Vidal; Aderson Magalhães, pelo Dr. Julio C. França; E. França; Francisco Couto de Oliveira; Dr. Americo Metello; Manoel Freitas de Carvalho Junior; Dr. Pindaro Carvalho Rodrigues e senhora; Savio de Paula; Dr. Almeida Mello; Joaquim Mattos; Dr. Nelson Trindade; Dr. Alfredo Bernardo; Dr. Alfredo Louneur Bernardo; João de Barros; Augusto Pestana; Jeronymo Queiroz e familia; Dr. José Lavarece, por si e pelo Posto de Madureira; Dr. Guilherme Estellita, por si e pela "Revista do Supremo Tribunal"; Satyro Costa; Newton Fontainha; Guilherme Gayer; José dos Santos Allão; Onofre Pitta da Costa Mattos; José Vianna Macedo; Dr. Carolino Corrêa; Phocion Serpa, por si, por sua

familia e pelos funcionarios do Posto Rural de Campo Grande; Elvira Figueiredo Ayres de Souza; José Ayres de Souza; Commendador Casemiro Costa; João Casemiro Costa; Familia Conselheiro Manoel Espinola; Marechal Pires Ferreira e senhora; Gervasio Pires Ferreira; João Teixeira de Mesquita; Ernesto Rocha; Carlos Olyntho Braga; Saul de Proença; Manoel B. Taveira; Diogenes Gonçalves Penna, por si e pela Auditoria da 6ª Circumscrição Judiciaria Militar, (Exercito); Capitão Augusto Nogueira Gonçalves e familia; Capitão Eduardo C. M. Dias; José Luiz Mendes Diniz; J. Dunham; Viuva Procopio Gomes de Oliveira e filhas; Marcilio Reis de Oliveira; Dr. Emilio de Macedo; Dr. Heitor de Souza; Germano Boettcher; Armando Silva; Jacomo Antonio de Vincenzi, senhora e filhos; Eduardo da C. Pereira e senhora; Dr. Julio Maya e senhora; José Alvaro da Cunha Lopes; Ministro Leoni Ramos; Dr. Maximo de Salusse Lussac e senhora; Arthur de Barros Falcão de Lacerda; Dr. Soares Figueiras; Dr. Emilio Loureiro; Dr. Constante Leal Paixão; Dr. José Anysio; José Americano Fontainha; Rodolpho Ramalho; Carlos Porfirio de Andrade Ramos; Dr. Fabio Bayma e filha; Maria de Mello; Dr. Francisco Aragão; M. C. Pitombo; Ernesto Mesquita; Helena Furtado; Dr. Geraldo Rocha; Joaquim Mello de Lima; Lauro Peixoto de Lima; Consº. Teixeira d'Abreu; Coronel F. Dalle; Cesario Alvim Filho; Alfredo Gonçalves Pinto; Capitão Veiga Cabral; Alberto Nunes Brigagão; Ozorio de Almeida Junior; Ozorio de Almeida; Renato de Paula; Pedro de Sá; Ramiro Pereira de Castro; Dagmar Mattoso Prévost e filha; José M. Rosa Junior; Frederico Leite; Manoel Ferreira Nobre; Dr. Abelardo Accetta; Lafayette Silva; Lucrecio Fernandes de Oliveira; Fernando Duarte Souza; João Dias; Familia Conselheiro Espinola; Margherita Panetti; Carlotta Panetti; Raul Leitão da Cunha; Ministro Pires e Albuquerque; Dr. Pires e Albuquerque; Dr. Manoel B. Pinto; Antonio Baptista Nogueira; Othoniel Rocha; Adolpho Nogueira; Dr. Luiz Barbosa; Ministro Edmundo Lins; Deputado Ranulpho Bocayuva Cunha e senhora; Alfredo Ludolf; Ildefonso Azevedo; Viuva Lucio de Mendonça e filhos; Elpenor Leivas; Viuva Raul Côrtes, Floriano Dourado; Procopio Oliveira & Cº.; Roberto Cruz; Custodio Gonçalves Belchior; Erico de Lamare São Paulo e senhora; Althio Duarte Ribeiro; Damião Pinto da Silva, por G. A. Santos & Cia.; Hugo Villela Dias; Cypriano M. de Jesus; José de Jesus; Paulo Witte; Ministro Barros Lima; Renato de

Paula; Euclides de Castro Lima; Bruno Ferreira, por Miguel & C^o.; Pedro Leandro Lamberte; Laura Alves Passos; João Passos; Oscar da Cunha; Eduardo Espinola; Dr. Raul Godinho; Emilia de Revoredo, por si e família; Souza Filho; Eurico de Souza Leão; Fernando Goulart; Dr. Mauricio de Abreu; Raul Leitão da Cunha; Dr. Alvaro Lessa; H. S. Magalhães de Almeida e senhora; José Maranhão; Rodolpho Pfefferkorn Junior; Jeroninho Pacheco Pereira; Salgado Filho; Theophilo Glz Pereira; Mario Tocantines; Tenente Coronel Mario Ivo de Souza; Dr. Orlando Rôcas; Hilarino Romualdo da Silva; Oscar Garcia da Luz; Luiz Lopes, Official de Gabinete do Dr. Chefe de Policia do E. do Rio e seu representante; Francisco Loup; Julio Teixeira de Magalhães; Francisco de Souza Leão, por si e por seu irmão, Dr. Eurico de Souza Leão; Dr. Antonino Ferrari; Ministro Guimarães Natal; Daniel Moncorvo; Dr. Freitas Henriques; Salentino Brasil, por si e pelos Drs. Leal Feruá e Isaltino Coutinho; Sebastião de Castro Lins; J. Moura Filho, por si e todo o pessoal sub. do Posto da Gavea; Angelo do Espirito Santo Almeida; Baroneza de Loreto; Dr. Rodolpho Vaccani; Dr. Caetano de Menezes; Dr. Eloy Côrtes; Marco F. Pertere; Dr. Mario Magalhães; Mario Santos; Octavio C. Pinto Guedes; Dr. Waldeemar Vassallo Caruso; Dr. Octavio de S. Santos Moreira; José Cluriaco; Satyro Costa; Newton Fontainha; Guilherme Gayer; Aderson Magalhães; Maria Doria Freitas de Carvalho; Francisca Serrão; J. C. de Senna Rosa; José Borges d'Almeida; Fernando Alves de Souza; Conselheiro Antonio Augusto da Silva; Dr. Leitão da Cunha, pela Ordem dos Advogados Brasileiros; Carlos Cordeiro da Graça; J. X. Carvalho de Mendonça; Antonio Telmo, pelo Conselho Administrativo da Associação dos Empregados no Commercio; Honorio José Rodrigues; Samuel de Oliveira; Augusto Rohde da Silva; Dr. Bianor de Medeiros; Armando Duque Estrada de Barros, representando o Dr. Francisco Sá, Ministro da Viação; R. G. de Siqueira; Alfredo F. de Siqueira; Dr. Santos Moreira; Antonio Pinto de Souza; Astolpho Rezende e senhora; Dr. Gusmão Lobo; Ministro João Luiz Alves e senhora; Alberto Toledo Bandeira de Mello; Alberto Amaral; E. Dods-worth; Guilherme Trindade; Candida Halfeld Fontainha; Maria Antonietta Fontainha; Affonso Alves Pereira; Justino Sarmento; Familia Adél Pinto; Arminio Peixoto de Lima; Lauro Peixoto de Lima, por Mendes & Cia.; Ernesto Suzarte; Deodoro Fontainha; Fernando Goulart; Dr. Candido de Oli-

veira Netto; Dr. Raul Gomes Mattos; Laurindo de Miranda Jordão; Dr. Emmanuel Sodré; Caetano Estellita; Renato de Castro Filho; Dr. Hedel Godois, por si e pelo Posto de Bangu'; Dr. Godofredo Graça; Winton Godois; Dr. A. Lopes de Carvalho; Mario Domingues; Ary Godinho; João Alves Pereira; Eduardo Cicero de Faria; Januario Rodrigues; Carlos Limoeiro; Marcos Oliveira, representando o senador José Eusebio.

*
* *

Dentre a enorme quantidade de telegrammas de condolencias, recebidos pela familia Espirito Santo, podem ser referidos:

DA ITALIA

“Sentidas condolencias pela perda do querido amigo.
— Senador Epitacio Pessôa.”

DO AMAZONAS

“Sentidas condolencias. — Uchôa.”

DO PARA'

Belém — “Receba presado amigo minhas sinceras condolencias pelo passamento seu illustre e digno sogro. — J. Auzier Bentes.”

“Funcionarios do posto, rural de Santarém, enviam sentidas condolencias. — Dr. Augusto Pinto, Director do Posto.”

“Queira acceitar sinceros pezames. — Theodorio Macedo.”

DA PARAHYBA

“Apresento-vos sentidos pezames pelo fallecimento do venerando Ministro Espirito Santo, vosso digno e illustre sogro, saudações affectuosas. — Cavalcante Albuquerque.”

“Queira acceitar sinceros pezames pelo fallecimento saudoso Ministro Espirito Santo. — Diogo Cavalcante.”

“Sentidas condolencias. — Paulo Moraes.”

“Queira aceitar sinceros pezames pelo fallecimento do illustre Ministro Espirito Santo. — **Manoel Pacifico Galvão.**”

“Sinceros pezames. — **Olavo Rocha.**”

“Acceite sinceros pezames, extensivos á Exm^a. familia. — **Cavalcanti.**”

DE PERNAMBUCO

“Partilho o immenso pezar de V. Exci^a. — **Sergio Loreto**, Governador do Estado de Pernambuco.”

“Queira aceitar meus sinceros sentimentos de pezar pelo fallecimento do seu eminente sogro, Ministro Herminio do Espirito Santo. — **Sergio Lorêto**, Governador de Pernambuco.”

“Acceite presado amigo meus sinceros pezames. — **Amaury Medeiros.**”

“Acceite nossos sentimentos de profundo pezar pelo fallecimento de seu digno esposo. — **Thaumaturgo Faria e familia.**”

“Sinceros pezames. — **Benjamim Fonseca.**”

“Receba presado amigo illustre chefe minhas sinceras condolencias. — **Aggeu Magalhães.**”

“Pessoal technico e administrativo, e funcionarios e operarios das Obras do Porto apresentam, vossencia genro e filhos as mais sentidas condolencias pela perda do eminente e honrado pae de nosso illustre chefe.”

DE ALAGÔAS

“Meu sincero pezar. — **Alvaro de Carvalho.**”

DE SERGIPE

“Só hoje regressando tive noticia infausta passamento Ministro Herminio Espirito Santo, queira aceitar minha visita com expressão, do meu pezar, Attenciosas saudações. — **Eleyson Cardoso.**”

DA BAHIA

“No 71 em meu nome e do pessoal do serviço envio ao prezado chefe e amigo sinceras condolencias. — **Antonio Luis**, Chefe do Serviço.”

DO ESTADO DO RIO

“Sinceros pezames. — **Luiz Octavio Prates**.”

“Rogo-lhe acceitar o testemunho do meu mais sincero pezar. Attenciosas Saudações. — **Armando de Carvalho**.”

“Sinceras condolencias. — **Cardoso Valle e familia**.”

DO DISTRICTO FEDERAL

“Queira V. Ex. acceitar minhas sinceras condolencias. — **João Luiz Alves**, Ministro da Justiça.”

“Acceite prezado amigo minhas sinceras condolencias. — **João Luiz Alves**, Ministro da Justiça.”

“Queira acceitar e transmittir á Exm. Familia as minhas sinceras condolencias. — **Leoni Ramos**, Ministro do Supremo Tribunal Federal.”

“Sentidas condolencias. — **Sebastião de Lacerda**, Ministro do Supremo Tribunal Federal.”

“Summamente pezarosa, vem a familia **Canuto Sarai**va prestar sincera homenagem á memoria do Ministro **Herminio do Espirito Santo**.”

“Queira receber minhas condolencias pelo fallecimento do Dr. **Herminio**. — **Cardeal Arcoverde**.”

“Com profundo pezar apresento a V. Ex. sentidissimas condolencias pela dôr por que acaba de passar com o fallecimento do seu querido esposo e eminente brasileiro Ministro **Herminio do Espirito Santo**, cuja perda cobre de luto a toda a Nação. — **Francisco Sá**, Ministro da Viação.”

“O Senado Federal prestando homenagem á memoria do eminente brasileiro Ministro **Herminio do Espirito Santo**, resolveu suspender os seus trabalhos e apresentar os seus votos de profundo pezar á Exm^a. familia do illustre extinto. — **Mendonça Martins**, 1º Secretario.”

“Receba V. Exciª e demais membros família os meus pezames pelo fallecimento de vosso digno esposo. — Senador **Soares dos Santos.**”

“Queira V. Exciª. aceitar as minhas mais sentidas condolencias pelo fallecimento de seu venerando marido o eminente brasileiro Ministro Espirito Santo. — Senador **Afonso Camargo.**”

“Acceite com Exmª. família a expressão do meu profundo pezar pelo fallecimento do venerando Ministro, seu prezado sogro. — Senador **Ferreira Chaves.**”

“Queira illustre collega e prezado amigo aceitar minhas sentidas condolencias pela irreparavel perda que acaba de soffrer, abraços. — Senador **Dyonisio Bentes.**”

“Queiram V. Ex. e toda dignissima família receber as minhas profundas condolencias. — Senador **Carlos Barbosa.**”

“Queira prezado collega e amigo aceitar com Exmª Família, meus sinceros pezames pelo fallecimento de seu venerando sogro. Abraços. — Senador **Euripedes Aguiar.**”

“Manifesto ao prezado amigo meu profundo pezar. — Deputado **Bianor de Medeiros.**”

“A' desolada família do eminente patricio que tantos e tão valiosos serviços prestou á Patria na sua longa, trabalhosa e utilissima existencia as minhas sinceras condolencias pela irreparavel perda. — Deputado **Lafayette Cruz.**”

“Queira V. Ex. aceitar manifestação meu pezar pela morte illustre patricio Ministro Espirito Santo. — Marechal **Dantas Barreto.**”

“Acceite prezado amigo com Exmª família os meus sinceros pezames. — Deputado **Agamennon.**”

“Cabe-me apresentar a V. Excia, em nome do Tribunal de Contas, pezames pelo fallecimento de seu eminente esposo. — **Joaquim Leonel de Rezende Filho.** — Na presidencia do Tribunal de Contas.”

“Rogo aceitar minhas homenagens de profundissimo pezar pelo fallecimento do illustre brasileiro que acaba de desaparecer, enlutando a magistratura e a patria. — Ministro **Tavares de Lyra.**”

“A Comissão Central dos Criadores apresenta ao seu digno companheiro sinceras condolencias. — Marechal **Cae-tano de Faria, Presidente.**”

“Queira V. Ex. acceitar e trañsmittir a todos que lhe são caros nossas mui sinceras condolencias pelo grande golpe que acaba de soffrer com o fallecimento do seu querido e saudoso esposo. Attenciosos cumprimentos. — **Edmundo da Veiga e familia.**”

“Pelo fallecimento de seu illustre sogro envio sentidos pezames. — **Affonso Vizeu.**”

“Queira acceitar meus sinceros pezames pelo fallecimento de seu sogro. — **Dr. Jorge R. Strode**, Director da Commissão Rockefeller.”

“Queira acceitar Vossa Ex. e Exm^a. Familia sentidos pezames. — **Dom Meirado**, Reitor do Gymnasio de São Bento.”

“Peço V. Ex. acceitar meus sinceros sentimentos de pesar. — **Pereira Junior**, Director do Gabinete do Ministro da Justiça.”

“Acceite prezado amigo minhas sinceras condolencias. — **Pereira Junior**, Director do Gabinete do Ministro da Justiça.”

“Queira acceitar com sua familia os meus votos sinceros de pesar. — **João Pedro Albuquerque**, Director Defesa Sanitaria Maritima.”

“Digne-se acceitar os sentidos pezames do Doutor **Carvalho de Mendonça** e familia.”

“Enviamos sinceras condolencias. — **Astolpho Rezende e senhora.**”

“Respeitosas condolencias. — **Conselheiro Augusto da Silva.**”

“Apresento ao prezado amigo os meus pezames. — **General Ivo Soares.**”

“Queira o meu prezado amigo receber, com Excellissima Familia, os meus sentidos pezames. — **Demerval Lessa.**”

“Os medicos do posto da Penha cumprimentam e apresentam pezames. — **Lacé Brandão, José Rodrigues, Santos Moreira, Benjamim Porto, Teixeira Mendes.**”

“Apresento a V. Ex. sinceras e sentidas condolencias pelo fallecimento do venerando Ministro Espirito Santo. — **Cardoso de Castro**, Auditor Marinha.”

“Sinceras condolencias. — **Adél Barreto Pinto e familia.**”

“Sinceros pezames. — **Alfredo Ludolf.**”

“Sinceros pezames. — **Horacio Lemos e Senhora.**”

“Com affectuoso abraço ao mais querido amigo envio sinceros pezames. — **Duarte de Abreu.**”

“Queira bom amigo e familia acceitar as minhas mais sinceras condolencias. — **Oscar de Almeida Gama.**”

“A’ Exm^a familia do bonissimo amigo e protector envio os mais sentidos pezames pela perda do chefe querido, alma feita dos mais puros sentimentos, a quem devo eterna gratidão. — **Capitão Copertino Amaral.**”

“Queiram receber as minhas condolencias pelo infausto passamento do Grande e inolvidavel Magistrado Sr. Ministro Herminio Francisco do Espirito Santo. — **Augusto Nogueira Gonçalves.**”

“Sentidos pezames rude golpe. — **Vara Moledo.**”

“Sinceras condolencias. — **Candida Fontainha.**”

“Recebam nossas sentidas condolencias. — **Julio Novaes e familia.**”

“Acceite nossos sinceros pezames. — **Sylvio Rangel e Emilio Gomes.**”

“Os mensageiros da estação telegraphica de São Clemente apresentam a V. Ex^a., e Exm^a., familia sinceras condolencias pelo fallecimento eminente Brasileiro Dr. Herminio Espirito Santo.”

DE SÃO PAULO

“Rogo acceitar e transmittir á Exm^a. familia as minhas sentidas condolencias. — **Altino Arantes.**”

“Queira acceitar a viva expressão do meu profundo sentimento pela dura perda irreparavel. — **Ernesto Pujol.**”

“Associo-me na dôr pela morte do optimo amigo e tio Herminio. — **Honorio Castilhos.**”

DE SANTA CATHARINA

“Apresento a V. Ex., em nome do Governo do Estado de Sta. Catharina, sentidos pezames pelo fallecimento do illustre Ministro Herminio do Espirito Santo. Attenciosas Saudações. — **Pereira de Oliveira, Governador.**”

“Sinceros pezames, abraços. — **Berredo.**”

DE MINAS GERAES

“Queira Vossencia com Exm^a., familia minhas sinceras condolencias pelo fallecimento seu illustre esposo. Attenciosas Sandações. — **Daniel de Carvalho.**”

*

* *

Ainda por telegrammas, cartas e cartões, a Familia Espirito Santo, recebeu condolencias das seguintes pessoas:

Drs. Sá Mendes, Cezar Leal Ferreira, Edgard de Azevedo e senhora, Rubens Paranhos, Santos Torres, Leonel Rocha e senhora, Olavo Rocha, Queiroz Lopes, Garcia Roza, Sebastião Brasil, Herminio Fontes, Nestor, Foscolo, Waldemar Pereira, Bento Netto, Constante Paixão, Horacio Leite de Carvalho, José Braga, Familia Trindade, Herbert Antunes, Pinto Guedes, Francisco Limonezi, Dr. Lavarose, José Rodrigues, Arthur Duarte, Marietta Rezende, Augusto Cerqueira, Thaumaturgo Faria e Familia, Carolina Corrêa, Familia Tecelino Tinoco, Amilcar Ferreira da Rosa, Antonio Bustamante e familia, Levi Autran, Manoel B. Pinto e familia, Teixeira Coimbra, Lameira Ramos e senhora, Arthur Moses, Arthur Costa, Carlos Valle e familia, Honorio Castilhos, Fernando Duarte, Alexandre Mackenzie, Candido Brito e familia, Antonio Barreto Gonçalves, Ruy Carneiro da Cunha, Mario Barbosa e senhora, Pindaro de Carvalho, Sylvio Cardoso, Valença Teixeira, Procopio Oliveira & Cia., Henrique Autran, Attila Infante e senhora, Pedro Peryassú, Theophilo Pereira e filhos, Albino Writgen e familia, Thomaz Guerreiro e familia, Castello Branco e senhora, José Borges da Costa e familia, Octavio dos Santos Moreira, Paulino Acioly Britto e familia, Bastos, Filho & Cia., Alexandre Paneti e senhora, Horacio Leite Carvalho e familia, Modesto Lins e familia, Edmundo Rocha, Edmundo de Castilhos, familia Caracciolo, Leonel Faro e familia, Auzinho Gama, Arthur Meirelles e familia. João Mendes e familia, familia Marques Pereira, Luiz Backer, familia Conselheiro Manoel Espinola, Pompilio Dias e senhora, Commandante Maya Monteiro e senhora, Mario Piragibe, Julio Jatahy, Raul Penna, A. Teixeira Mendes e familia, Renam Reis, Vicente Passarello, Alair Antunes, Afranio Jorge e familia, Joaquim Mello Lima, Arminio Peixoto de Lima, Lauro Peixoto de Lima, Monteiro Torres, Engenio Soares, Herminio

Magalhães, Edmundo Rocha, João da Rosa Silveira, Adolpho Guedes, Ciero de Castro Roza, Edgard Côrte Real, José Lima Pires, José Vianna de Macedo, Raul Godinho, Sebastião Araujo, Godofredo Graça, José dos Santos Alão, João Carlos Miranda, Dr. Teixeira de Godoy, Sá Antunes e família, Waldemiro Poltsch, J. Nascentes Coelho, Alfredo Azambuja, Santos Moreira, Carlos Santos Neves, Lopes de Carvalho, José Antonio Guedes, Josino Costa, Octavio Soares, Viuva T. S. Costa e filhos, Branca Espirito Santo Grillo, João Desi, Cesar Leal Ferreira, Rubens Maximiliano de Figueiredo, Tancredo Lima, Pedro Engenio Soares, Thios Ribeiro e Filhos, Cordeiro de Mello Pedrosa, Augusto Galvão, Lucio de Mello, Família Castro Rabello, Carlos Alberto Siqueira, Christiano Soares, Heitor Machado da Silva, Manoel Teixeira Dias, Octaviano de Mello, João Paulo de Faria, Vericiliano Cavalcante, Arminio Fraga, Colombo de Oliveira, Julio Maya, Thadeu de Medeiros, Humberto Soares, Almirante Herculano Alfredo de Sampaio, Sr. e Ser^a. Teixeira de Mello, Pedro Augusto Soares, Amelia Marcondes de Castro, Oscar Rothfucks, Decio Parreiras, Lamounier Junior, Henrique Campos de Oliveira, José Nogueira Chagas, Emygdio José de Mattos, Olympio de Accioli Monteiro, João Alfredo Pereira Rego, Alfredo C. de Niemeyer, Guilherme de Moura, Edgard Figueiras, Coelho Netto, Elpenor de Oliveira. Mr. e Mme. R. de Taunay, Benjamim de Mattos, João Neri, Antonio Ferrari, Guedes de Mello Filho, Affonso Glicerio da Cunha Maciel, Plinio Marques e Senhora, Ivo Pagani, Waldemar de Almeida, Pêgo de Faria, Paulo V. Araujo, Gastão de Azevedo Villela, Celso de Azevedo Villela, Waldemiro Rodrigues de Andrade, Carvalho Guimarães, Antonio Fernandes da Silveira Mello, Escragnolle Doria, Sr. e Sra. Ovidio Meira, Antonio Ribeiro Velho de Avellar, Salles Guerra, João J. de Paula Mendonça, J. Porcino de Almeida, Eurico Villela, Manoel Pirajá da Silva, Maria Candida do Amaral Marques, Viuva Alberto Torres e Filhas, Emilia Garcia X. de Souza, Herculano Ramos, Maria Amelia de Campos Porto, Jayme Poggi de Figueiredo, Octavio Affonso de Mello, Viuva Leite de Carvalho, Mr. e Mrs. Gilbert C. Berg, Ernesto Bandeira de Mello e senhora, Conde de Prates, Alfredo S. Prates e família, Eliza Sonto de Oliveira, Zeferino de Faria, Maria do Carmo Bandeira de Mello, C. Osorio Marcarenhas, Jocelyn Ferreira Fraga, Guilhermina Moreira e irmã, Sant'Anna Faria, João Neves, Sobral Pinto e Mauricio de Abreu.

Telegrammas recebidos pelo Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do fallecimento do Exmo. Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo.

“Communico a V. Ex. que o Supremo Tribunal Militar, em homenagem á memoria do illustre Ministro Herminio do Espirito Santo resolveu apresentar pezames a esse Egregio Tribunal, lançar na acta de suas sessões um voto de pezar e suspender a sessão, associando-se a tão merecida homenagem o Sr. Dr. Procurador Geral da Justiça Militar.

Sandações.

(a) **Marechal Luiz Antonio de Medeiros, Presidente”.**

“Apresento a V. Ex. e ao Egregio Supremo Tribunal Federal a expressão dos meus sinceros sentimentos de pezar pela morte do conspicuo Juiz que foi o Ministro Dr. Herminio do Espirito Santo.

(a) **Coelho Junior”.** (Bello Horizonte)

“Envio a V. E. y demás miembros Tribunal Supremo mis cordiales sentimientos de pezar por muy sensible fallecimiento del Exmº. Señor Spirito Sancto, illustre Presidente que honró tanto magistratura brasileira.

(a) **Miguel Cruchaga, Embaixador do Chile”.**

“Tenho a honra apresentar V. Ex., Egregio Tribunal minhas respeitosas homenagens de pezar.

(a) **Salvador Conceição”.** (Nichteroy)

“Com profundo pezar, apresento a V. Ex., sentidissimas condolencias pela perda que esse Supremo Tribunal acaba de soffrer, com o fallecimento de seu eminente Presidente, Ministro Herminio do Espirito Santo, que cobre de luto todo o Brasil.

(a) **Francisco Sá.”**

“Apresento sinceras condolencias a essa veneranda e Egregia Corporação por motivo fallecimento Ministro Herminio Espirito Santo.

(a) **Costa Carvalho, Juiz Federal”** (Curityba).

“Em nome Conselho Administrativo Associação Empregados Commercio Rio de Janeiro transmittido a essa Egregia Camara de Justiça os mais profundos sinceros peza-
mes pela morte do venerando Ex-Presidente Herminio Espirito Santo.

(a) **Augusto Rhode da Silva, Secretario.”**

“Apresento a V. Ex., sinceras condolencias pelo infausto passamento do eminente Ministro Herminio do Espirito Santo.

Saudações cordeas.

(a) **Medeiros Filho**, Presidente do Superior Tribunal de Justiça. — (Florianopolis).”

“Queira V. Ex., e o Supremo Tribunal acceitar sentimentos do Senado Paulista pelo fallecimento do seu egregio Presidente Ministro Herminio do Espirito Santo.

(a) **Dino Bueno**, Presidente do Senado. (S. Paulo).”

“O Juizo Federal da Secção de São Paulo apresenta condolencias a V. Ex., e Collendo Tribunal, passamento saudoso Presidente.

(aa) **Washington Ozorio de Oliveira da Rocha, Pedro Monte Ablas, João Florentino Meira de Castro, Oscar de Oliveira Carvalho, Eduardo Vicente de Azevedo**”.

“Em nome Tribunal Contas cabe-me apresentar a V. Ex., sentidos pezames pelo fallecimento hontem occorrido do venerando Presidente dessa Egregia Côrte, Dr. Herminio do Espirito Santo.

(a) **Joaquim Leonel de Rezende Filho**, na presidencia do Tribunal de Contas.”

“Communico Vossencia e ao Egregio Supremo Tribunal que Egregia Quarta Camara Côrte de Appellação a meu requerimento suspendeu sessão inserindo em acta voto profundo pezar fallecimento Ministro Herminio Espirito Santo.

Saudações.

(a) **André de Faria Pereira**”

“Queira V. Ex., e o Egregio Supremo Tribunal acceitar as minhas sinceras condolencias pelo fallecimento do seu saudoso Presidente.

(a) **Octavio Kelly**, Juiz Federal 2ª Vara”.

“Queira V. Ex., reoeber sentidas condolencias fallecimento Exmº. Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo enluta Egregio Tribunal, Justiça Brasileira.

(a) **Octavio Santos Moreira**”

“Queira V. Ex., acceitar e transmittir aos seus dignos e illustres collegas a expressão do meu mais profundo pezar pelo fallecimento do Sr. Ministro Herminio do Espirito San-

to, que tantos e tão levantes serviços prestou por longos annos, com illustração e illibado character no alto cargo de Presidente desse Egregio Tribunal.

Respeitosos cumprimentos.

(a) **Edmundo da Veiga.** (P. do Cattete)"

"Em nome da Directoria da "Revista do Supremo Tribunal" e no proprio nome nosso, temos a honra de apresentar a V. Ex., e aos demais membros do Egregio Supremo Tribunal Federal leaes e profundas condolências pelo desaparecimento do inolvidavel Juiz, venerando Sr. Ministro Presidente Herminio Francisco do Espirito Santo, que tanto dignificou e elevou a Magistratura Nacional.

Respeitosamente,

(aa) **Humbolt Fontainha, Murillo Fontainha."**

"Apresento ao Egregio Supremo Tribunal os meus sinceros pezames pelo fallecimento do illustre Ministro Dr. Herminio do Espirito Santo.

(a) **Pedro Teixeira Soares,** Presidente do Tribunal de Contas".

"Apresento sinceros pezames fallecimentos venerando Ex-Presidente Herminio.

Respeitosas saudações.

(a) **Thomaz Guerreiro Castro".** (Bahia)

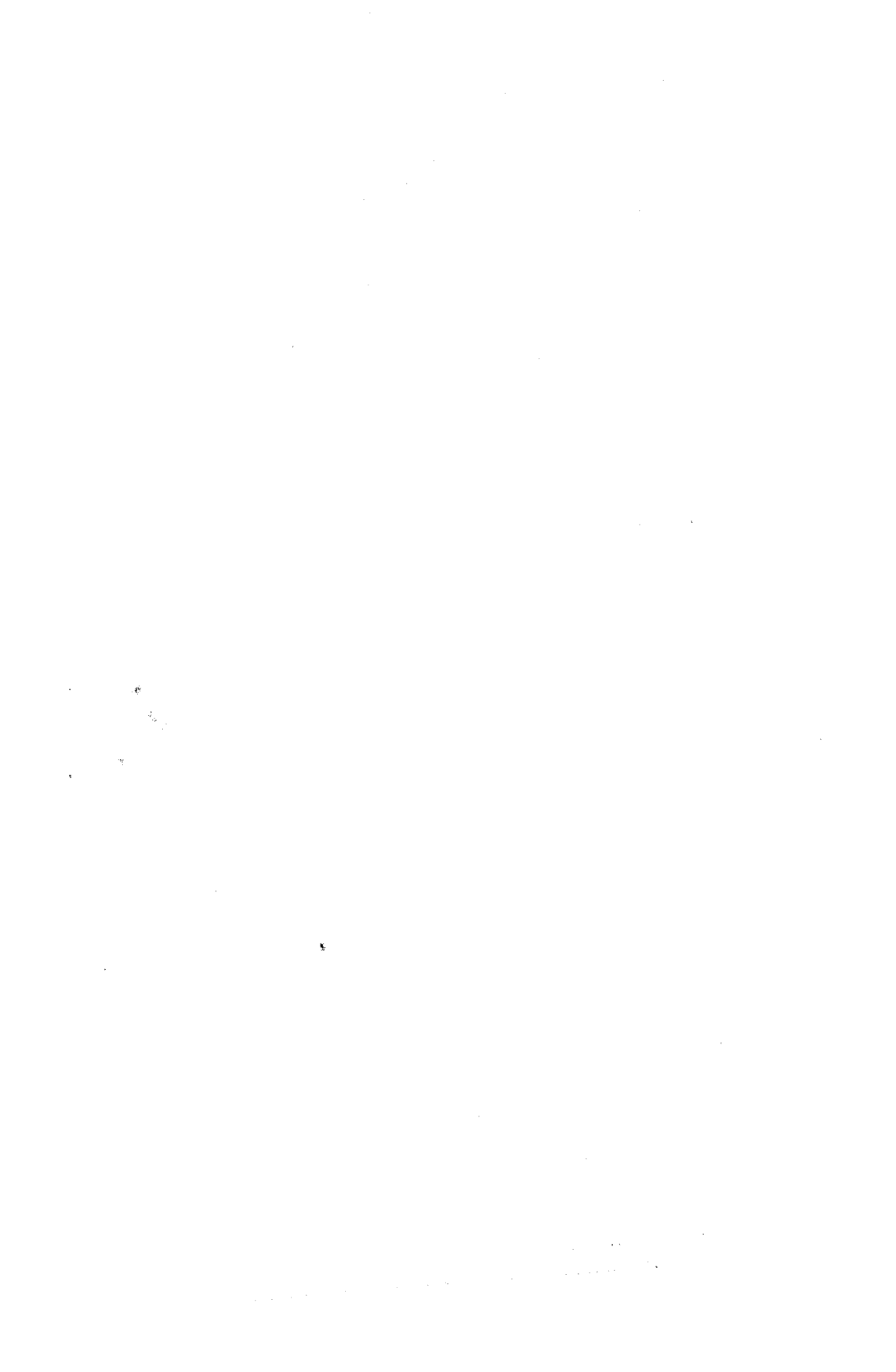
"Compartilhando pezar Egregio Tribunal apresento profundas condolencias fallecimento Ministro Herminio do Espirito Santo.

(a) **Paulo Fontes,** Juiz Federal (Bahia)."

"Tendo mandado consignar na acta da sessão de hoje deste Tribunal a homenagem de sua veneração e respeito á figura do extincto Presidente desse Egregio Tribunal, Ministro Herminio do Espirito Santo, tenho a honra de communicar-a a V. Ex., a quem apresento, rogando se digne de transmittir-a ao Egregio Tribunal, a expressão do meu pezar pelo fallecimento daquelle eminente Juiz.

Reitero a V. Ex., a segurança da minha mais alta estima e mui distincta consideração.

(a) **Edgard Costa".** Juiz de Direito.



MINISTRO EDMUNDO LINS

O Exmo. Sr. Ministro Edmundo Lins que havia reassumido o exercicio do seu alto cargo, do qual estivera afastado durante alguns dias, por motivo de molestia que o accommettera, foi obrigado a entrar em goso de licença, visto ter de se sujeitar a uma intervenção cirurgica.

Felizmente foi ella coroadada do melhor exito, achando-se já o illustre e integro Magistrado em franca convalescença.

A “Revista do Supremo Tribunal Federal” apresenta a S. Ex. os seus votos de prompto restabelecimento.

DR. APRIGIO CARLOS DE AMORIM GARCIA

O Sr. Dr. Aprigio Carlos de Amorim Garcia, integro Juiz substituto da 1ª Vara Federal, recebeu, a proposito do seu novo livro — “A Constituição Allema” — as seguintes cartas:

Rio, 30 de Agosto de 1924.

Presado collega, Dr. Aprigio Garcia — Saudações cordiaes.

Venho agradecer o primeiro volume do seu livro — A constituição allemã, trabalho de grande merecimento, pela extensa e segura sciencia do direito constitucional, especialmente allemão, que demonstra; pelo excellente metho do empregado; e pelas criteriosas ponderações, com que analysa esse magnifico producto da sciencia politica allemã.

Pelo objecto, que versa, o seu novo livro deve achar-se na estante de todos os juristas e politicos; e, pela feitura, que v. lhe deu, seguramente, merece a estima de todos os estudiosos.

A minha, ainda que valha pouco, aqui a expresso *ex abundantia cordis*.

Do collega e amigo, CLOVIS BEVILAQUA.

*

* *

Rio, 9 de Setembro de 1924.

Illustre collega Sr. Dr. Aprigio C. de Amorim Garcia.

Venho agradecer-lhe a offerta do exemplar da traducção da Constituição Allemã de 1919, novo trabalho do infatigavel collega.

O serviço prestado com a divulgação em vernaculo daquella Constituição, elaborada em grave momento historico da Allemanha, valeu bem as difficuldades que o douto collega deveria ter experimentado, não sómente na traducção, como principalmente nos commentarios com os quaes enriqueceu aquelle precioso trabalho.

O seu livro, estou certo, será bem lido, especialmente por aquelles que se dedicam ao estudo do direito constitucional.

Acceite parabens do Amº., Collega e Admº., J. X. CARVALHO DE MENDONÇA.

*

* *

São Paulo, 30 de Setembro de 1924.

Aprigio — Acceite meus parabens pela publicação do tomo I de sua traducção e commentario da Constituição Allemã, que tenho lido com muito interesse, porquanto compartilho de sua admiração por aquelle monumento legislativo, aonde, apesar da grande convulsão revolucionaria, vê-se que, o genio allemão nada soffreu em sua originalidade e equilibrio, não copiando servilmente constituições alheias, mas conciliando as tradições do passado com as exigencias da Nova Era.

O juizo que já formava daquella Constituição, lida

com o commentario do constitucionalista Anschutz, mais se confirmou, lendo o seu de agora.

Enviando-lhe meus agradecimentos pela sua lembrança, faço votos para que tenha o seu livro o merecido successo.

Primo, Collega e Amigo, **SORIANO DE SOUZA.**

*

* * /

Gratissimo ao amigo e collega Dr. Aprigio Garcia, pela remessa da **Constituição Allemã**, que está lendo com applauso e aproveitamento, **MARTIM FRANCISCO** abraça, felicitando-o por vê-lo na vanguarda da mentalidade nacional, posto que sempre lhe vaticinou e desejou.





PRIMEIRA PARTE

TRABALHOS
DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

JURISPRUDENCIA DO SUPREMO T. FEDERAL

"Habeas-Corpus" n. 8.346 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA.

PACIENTE: — Claudemiro Soares.

Não é de se conhecer de pedido de habeas-corpus que se não acha devidamente instruído.

ACCORDAM

Vistos e relatados estes autos de petição de *habeas-corpus* em que Claudemiro Soares allega que se acha preso, ha mais de sessenta dias, para ser extraditado, a pedido do Governo da Republica do Uruguay;

ACCORDAM não conhecer do pedido, por não estar devidamente instruído. Pagas as custas pelo paciente.

Supremo Tribunal Federal, 17 de Abril de 1922. — *H. do Espirito Santo*, Presidente. — *Godofredo Cunha*, Relator. — *G. Natal*. — *André Cavalcanti*. — *E. Lins*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Viveiros de Castro*. — *Pedro dos Santos*. — *Pedro Mibielli*. — *Leoni Ramos*. — *Muniz Barreto*.

"Habeas-Corpus" n. 8.487 (**)

RELATOR: — o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA.

PACIENTE: — José Francisco Bonete ou José Rosa do Nascimento.

Não é de se conhecer de habeas-corpus originariamente requerido ao Supremo Tribunal Federal fóra dos casos da competencia originaria deste.

(*) Originario. — N. da R.

(**) Originario. — N. da R.

ACCORDAM

Vistos e relatados estes autos de petição de *habeas-corpus* em que é paciente José Francisco Bonete ou José Rosa do Nascimento, sorteado para o serviço militar pelo Município de Serro Azul, Estado do Paraná;

ACCORDAM não conhecer do pedido, por ser originario, isto é, por não ter recorrido o paciente da decisão denegatoria do *habeas-corpus* nos proprios autos originaes. Pagas as custas *ex-causa*.

Supremo Tribunal Federal, 15 de Maio de 1922. — *H. do Espirito Santo*, Presidente. — *Godofredo Cunha*, Relator. — *G. Natal*. — *André Cavalcanti*. — *E. Lins*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Viveiros de Castro*. — *Pedro dos Santos*. — *Pedro Mibielli*. — *Leoni Ramos*. — *Muniz Barreto*.

“Habeas-Corpus” n. 8.557 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA.

PACIENTE: — José Backer Azamor.

E' de ser julgado prejudicado o pedido de habeas-corpus, uma vez cessada a coacção allegada pelo paciente.

ACCORDAM

Vistos e relatados os autos de petição de *habeas-corpus* em que é impetrante o Dr. Gomercindo Ribas e paciente o 2º Tenente José Backer Azamôr;

ACCORDAM julgar prejudicado o pedido, por já ter sido solto o paciente. Pagas as custas *ex-causa*.

Supremo Tribunal Federal, 14 de Junho de 1922. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Godofredo Cunha*, Relator. — *E. Lins*. — *Hermenegildo de Barros*. — *G. Natal*. — *Pedro dos Santos*. — *Pedro Mibielli*. — *Leoni Ramos*. — *Muniz Barreto*.

“Habeas-Corpus” n. 8.593 ()**

RELATOR: — o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA.

PACIENTE: — Claudomiro Soares.

E' de ser julgado prejudicado o pedido de habeas-corpus, uma vez cessada a coacção allegada pelo paciente.

(*) Originario. — N. da R.

(**) Originario. — N. da R.

ACCORDAM

Vistos e relatados os autos de petição de *habeas-corpus* em que é requerente e paciente Claudomiro Soares;

ACCORDAM julgar prejudicado o pedido, por ter sido solto o peticionário, como consta das informações. Custas *ex-causa*.

Supremo Tribunal Federal, 12 de Julho de 1922. — Godofredo Cunha, Relator. — E. Lins. — Hermenegildo de Barros. — G. Natal. — Pedro Mibielli. — Leoni Ramos. — Pedro dos Santos. — Viveiros de Castro. — André Cavalcanti. — Muniz Barreto.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo.

“Habeas-Corpus” n. 8.713 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA.

PACIENTES: — Antonio Pereira Gomes Adão dos Santos Ferreira e Joaquim dos Santos Ferreira.

Não é nullo o corpo de delicto nos processos pela contravenção do denominado “jogo do bicho”, pelo facto de não ter sido escripto pelo escrivão, mas pelos proprios peritos.

O supplente de policia, como qualquer pessoa do povo, pôde effectuar a prisão em flagrante de quem quer que se encontre commettendo algum crime ou contravenção, ou emquanto foge perseguido pelo clamor publico.

ACCORDAM

Vistos, expostos e discutidos os autos de petição de *habeas-corpus* em que são pacientes Antonio Pereira Gomes, Adão dos Santos Ferreira e Joaquim dos Santos Ferreira, e impetrantes os mesmos;

considerando que os pacientes foram surprehendidos e presos quando vendiam o denominado “jogo do bicho” e, por isso, condemnados na primeira e segunda instancia da Justiça local a dous mezes de prisão cellular, cada um delles, multa de quinhentos mil réis, e a perda em favor da Nação da quantia apprehendida, gráu minimo do art. 31, § 4º, n. 1, letra *b*, da Lei n. 2.321 de 30 de Dezembro de 1910;

considerando que os pacientes foram processados e condem-

(*) Originario. — N. da R.

nados por autoridades competentes com fundamento no citado artigo 31 da Lei de 1910;

considerando, como bem pondera a decisão da 3ª Camara da Côrte de Appellação, que nenhuma procedencia juridica tem a arguição da nullidade, quanto á competencia do supplente do delegado policial para effectivar as diligencias constantes dos autos, permittindo, como permite a Lei, a qualquer do povo effectuar a prisão de quem quer que seja encontrado commettendo algum delicto, ou emquanto foge perseguido pelo clamôr publico e, como consequencia necessaria, apprehender os instrumentos do crime;

considerando que não procede igualmente a arguição de nullidade do laudo do exame não ter sido escripto, subscripto ou assignado pelo escrivão processante, porquanto, quem o escreve e assigna são os peritos e não o escrivão;

considerando que os pacientes não demonstraram que o auto de corpo de delicto não foi lavrado de accôrdo com as prescripções do art. 137 do Codigo do Processo;

ACCORDAM negar a ordem de soltura pedida. Pagas as custas pelos pacientes.

Supremo Tribunal Federal, 14 de Novembro de 1922. — *Godofredo Cunha*, Relator. — *E. Lins*. — *A. Ribeiro*. — *Geminiano da Franca*. — *G. Natal*, vencido. — *Leoni Ramos*, vencido. — *Viveiros de Castro*, vencido. — *Hermenegildo de Barros*. — *Pedro dos Santos*, vencido. — *André Cavalcanti*.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo.

"Habeas-Corpus" n. 8.723 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA.

PACIENTE: — Manoel Jacintho Raphael dos Santos.

E' legal a prisão decorrente de despacho de pronuncia.

A réu pronunciado por Juiz competente, em processo regular e por facto criminoso, é de ser negado habeas-corpus.

ACCORDAM

Vistos e relatados estes autos de petição de *habeas-corpus* em que é impetrante e paciente Manoel Jacintho Raphael dos Santos;

ACCORDAM negar a pedida ordem de *habeas-corpus*, porque, como consta da certidão a fls. 4, o paciente foi pronunciado e condenado por Juiz competente, sendo, portanto, a sua prisão perfeitamente legal. Custas pelo paciente.

Supremo Tribunal Federal, 22 de Novembro de 1922. — *H. do Espirito Santo*, Presidente. — *Godofredo Cunha*, Relator. — *E. Lins*. — *G. Natal*: neguei tambem a ordem, porque não occorre na especie nenhum dos casos, em que, pela jurisprudencia do Tribunal, concede-se *habeas-corpus* a réu, não obstante pronunciado por Juiz competente, como é entre outros — o de manifesta nullidade do processo. — *Viveiros de Castro*. — *Pedro dos Santos*. — *Hermenegildo de Barros*. Com o additamento do Sr. Ministro Guimarães Natal — *Leoni Ramos*.

“Habeas-Corpus” n. 8.734 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA.

PACIENTES: — Hermann Bastian e outros.

Não é de se conhecer de pedido de habeas-corpus que se não acha devidamente instruido.

ACCORDAM

Vistos e expostos os autos de petição de *habeas-corpus* em que é impetrante o advogado Joaquim José Fernandes Couto e pacientes Frederico Bastian, Hermann Bastian e sua mulher Emilia Bastian, cidadãos de nacionalidade allemã;

considerando que o impetrante allega a illegalidade da prisão dos pacientes, porque, ha mais de 48 horas, se encontram presos na Casa de Detenção, á disposição do Dr. José Ferreira Chaves, Ministro da Justiça e Negocios Interiores, sem que tenham sido presos em flagrante delicto ou em virtude de mandado judicial, expedido por autoridade competente;

ACCORDAM não conhecer do pedido, por não estar devidamente instruido. Pagas as custas pelos pacientes.

Supremo Tribunal Federal, 22 de Novembro de 1922. — *H. do Espirito Santo*, Presidente. — *Godofredo Cunha*, Relator. — *E. Lins*. — *G. Natal*. — *Viveiros de Castro*. — *Pedro dos Santos*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Pedro Mibielli*. — *Leoni Ramos*.

(*) Originario. — N. da R.

“Habeas-Corpus” n. 8.746 (*)**RELATOR:** — o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS.**PACIENTE:** — Avelino Teixeira de Mesquita.

E' nullo o processo pela contravenção do denominado “jogo do bicho”, em cujos autos não existe o auto de corpo de delicto, que é elemento substancial do processo.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *habeas-corpus* originariamente impetrado pelo Dr. Evaristo de Moraes em favor de Avelino Teixeira de Mesquita, que se acha na imminencia de ser preso por haver commettido a contravenção conhecida pela denominação de *jogo de bicho*,

ACCORDAM em conceder a ordem pedida por ser radicalmente nullo o processo contra elle instaurado, desde que dos autos não consta o auto de corpo de delicto, elemento substancial, como diversas vezes se tem manifestado este Tribunal. Custas na fórma da Lei.

Rio de Janeiro, em sessão do Supremo Tribunal Federal, 6 de Dezembro de 1922. — *H. do Espirito Santo*, Presidente. — *Pedro dos Santos*, Relator. — *E. Lins*, vencido. — *Hermenegildo de Barros*, vencido. — *Geminiano da Franca*, vencido. — *Godofredo Cunha*, vencido. — *Pedro Mibielli*. — *G. Natal*. — *Leoni Ramos*. — *André Cavalcanti*.

“Habeas-Corpus” n. 8.866 ()****RELATOR:** — o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA.**PACIENTE:** — Charles Edward Wellenkamp.

A réu condemnado por Juiz competente, em processo regular e por facto criminoso, é de ser negado habeas-corpus.

ACCORDAM

Vistos e relatados estes autos de petição de *habeas-corpus* em que são impetrantes o Dr. Irineu Machado e outros e paciente Charles Edward Wellenkamp,

ACCORDAM negar a ordem, porque o fundamento do pe-

(*) Originario. — N. da R.

(**) Originario. — N. da R.

dido — incompetencia do Juiz da condemnação — já foi apreciado e desprezado pelo Tribunal em outros pedidos identicos. Pague o paciente as custas.

Supremo Tribunal Federal, 24 de Janeiro de 1923. — *Godofredo Cunha*, Relator. — *E. Lins.* — *Hermenegildo de Barros.* — *Pedro Mibielli.* — *Viveiros de Castro.* — *G. Natal.* — *Pedro dos Santos.* — *Geminiano da Franca.* — *André Cavalcanti.* — *Muniz Barreto.* — *Leoni Ramos.*

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo.

“Habeas-Corpus” n. 9.067 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS.

PACIENTE: — Urbano Varella.

Não soffre coacção illegal o depositario infiel contra quem foi expedido mandado de prisão decorrente de sentença do Juiz competente, proferida em processo regular.

Não se justifica o recurso extraordinario do habeas-corpus nas questões cíveis que ainda pendem de recurso ordinario.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso de *habeas-corpus* interposto pelo Dr. Sabino José dos Santos em favor de Urbano Varella da decisão da Côrte de Appellação que denegou a ordem impetrada em favor do paciente, que se diz illegalmente coacto por mandado contra elle expedido em acção de deposito pelo Dr. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Districto Federal;

ACCORDAM em negar provimento ao mesmo recurso para confirmar o julgado recorrido, que se mostra convenientemente amparado pela Lei e pela prova enfeixada nos autos.

Pelo que do processo se vê, nenhuma coacção illegal soffre o paciente, quando o mandado contra elle expedido decorre de uma coacção baseada no respectivo termo de deposito, que ficou sancionado, depois de processo regular por uma sentença de Juiz competente, que até está appellada. Custas pelo paciente na forma da Lei.

Rio de Janeiro, em sessão do Supremo Tribunal Federal, 4 de Junho de 1923. — *H. do Espirito Santo*, Presidente. — *Pedro*

(*) Recurso. — V. o vol. LIII, pag. 184 e o vol. LII, pag 374.—N. da R.

dos Santos, Relator. — *André Cavalcanti*. — *E. Lins*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Leoni Ramos*, vencido. — *Viveiros de Castro*, vencido. — *Muniz Barreto*. — *Geminiano da Franca*.

DECISÃO RECORRIDA

Vistos estes autos, etc.

ACCORDAM os Juizes da Terceira Camara da Côrte de Appellação não conhecer afinal do *habeas-corpus* requerido pelo advogado Sabino José dos Santos em favor de Urbano Varella, porquanto da informação de fls. 30 se verifica que o paciente appellou da sentença que julgou procedente a acção de deposito e decretou a sua prisão, e sabido é que não se justifica o recurso extraordinario do ha-

beas-corpus nas questões civeis que ainda pendem de recurso ordinario (Accordam do Supremo Tribunal Federal n. 2.953, de 23 de Outubro de 1910; n. 3.212, de 10 de Julho de 1912; n. 3.177, de 20 de Abril de 1912; OCTAVIO KELLY, Man. de Jur. Federal, n. 965, pag. 164). Custas pelo impetrante.

Rio de Janeiro, em 14 de Março de 1923. — *Sá Pereira*. Presidente, com voto. — *Machado Guimarães*. — *Angra de Oliveira*.

“Habeas-Corpus” n. 9.338 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA.

PACIENTE: — Oswaldo Muniz.

Não é de se conhecer de pedido de habeas-corpus que se não acha devidamente instruido.

ACCORDAM

Vistos e relatados os autos de petição de *habeas-corpus* em que é impetrante e paciente Oswaldo Muniz;

ACCORDAM não conhecer do pedido, por não estar devidamente instruido. Pagas as custas pelo paciente.

Supremo Tribunal Federal, 16 de Julho de 1923. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Godofredo Cunha*, Relator. — *Hermenegildo de Barros*. — *G. Natal*. *Geminiano da Franca*. — *Pedro dos Santos*. — *Leoni Ramos*. — *Viveiros de Castro*. — *E. Lins*. — *Muniz Barreto*.

(*) Originario. — V. o vol. LIV, pag 216. — N. da R.

“Habeas-Corpus” n. 9.434 (*)**RELATOR:** — o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA.**PACIENTE:** — João Baptista Casale.

A réu condemnado por Juiz competente, em processo regular e por facto criminoso, não prescripto, é de ser negado habeas-corpus.

ACCORDAM

Vistos e expostos os autos de petição de *habeas-corpus* em que é impetrante o Dr. João de Aquino e paciente João Baptista Casale; *considerando* que o paciente foi condemnado por Juiz competente, e por facto qualificado criminoso pela Lei penal; que não está prescripta a acção criminal, nem a condemnação; e que o paciente não demonstrou estar o processado eivado de nullidade evidente; e, finalmente, que a sentença condemnatoria teve em vista o alcance então verificado, sem o que não seria possível ao Juiz impor-lhe pena por crime de peculato,

ACCORDAM negar a ordem de *habeas-corpus* impetrada, por todos estes fundamentos. Pagas as custas pelo paciente.

Supremo Tribunal Federal, 20 de Agosto de 1923. — Godofredo Cunha, Relator. — E. Lins. — A. Ribeiro. — Geminiano da Franca. — G. Natal. — Pedro Mibielli. — Leoni Ramos. — Pedro dos Santos. — Viveiros de Castro. — Hermenegildo de Barros.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Herminio do Espírito Santo.

“Habeas-Corpus” n. 9.500 ()****RELATOR:** — o Sr. Ministro LEONI RAMOS.**PACIENTE:** — João Tertuliano de Almeida Lins.

O Supremo Tribunal Federal sómente conhece originariamente de pedido de habeas-corpus, nos casos expressos e taxativos da Lei.

ACCORDAM

Vistos e relatados estes autos em que o bacharel João Tertuliano de Almeida Lins, Juiz de Direito da comarca de Monte Alegre, no Estado do Pará, impetra uma ordem de *habeas-corpus* para o fim

(*) Originario — V. o vol. LV, pag. 282. — N. da R.

(**) Originario. — V. o vol. LV, pag. 286. — N. da R.

de poder deixar o exercicio do seu cargo independentemente de licença e sem incorrer em responsabilidade, nem perda de algum dos direitos que lhe garantem a Constituição da Republica, o Codigo Civil e as Leis estaduaes respectivas, inclusive e expressamente o que tem á gratificação *pro labore* e o de poder exercer uma profissão qualquer que lhe garanta a subsistencia, na sua comarca, ou fóra della ou do Estado, emquanto este não o faça voltar juridicamente ao exercicio do seu cargo, ou licenciar-se, com lhe pagar o que lhe deve e lhe ficar pagando, nos termos da Constituição, visto como o Estado do Pará adoptou o systema de não pagar á magistratura, de começo intermittenemente, e, de cerca de tres annos a esta parte, permanentemente;

ACCORDAM não conhecer do pedido por ser originario, desde que não provou o paciente a sua allegação de já haver se dirigido ao Superior Tribunal do Estado, sem que até agora tenha tido solução o seu pedido.

Supremo Tribunal Federal, 20 de Agosto de 1923. — *H. do Espirito Santo*, Presidente. — *Leoni Ramos*, Relator. Conheci do pedido e o indeferi por não ser caso de *habeas-corpus*. — *E. Lins*. — *Hermenegildo de Barros*. — *A. Ribeiro*. — *Pedro dos Santos*. — *Viveiros de Castro*. — *Geminiano da Franca*. — *G. Natal*. — *Godofredo Cunha*. — *Muniz Barreto*.

Foi voto vencedor o Sr. Ministro Pedro Mibielli.

“Habeas-Corpus” n. 9.499 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA.

PACIENTE: — José Gomes Ramiglio.

E' de ser indeferido o pedido de habeas-corpus em favor de réu condemnado, desde que são improcedentes as nullidades allegadas.

ACCORDAM

Vistos e expostos os autos de petição de *habeas-corpus* em que é impetrante o solicitador Hamilcar Nelson Machado e paciente José Gomes Ramiglio;

considerando que não procedem as arguidas nullidades do processo em que foi condemnado o paciente: “a da suspeição do Desembargador Machado Guimarães, por ter funcionado no feito seu filho, na qualidade de Promotor Adjunto interino, e a de falta de sorteio

(*) Originario. — V. o vol. LV, pag. 362. — N. da R.

do Relator”, em face da declaração da Secretaria da Côrte de Appellação á fls. 5;

ACCORDAM negar a ordem pedida. Pagas as custas pelo paciente.

Supremo Tribunal Federal, 27 de Agosto de 1923. — *G. Natal*, Presidente. — *Godofredo Cunha*, Relator. — *Hermenegildo de Barros*. — *A. Ribeiro*. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro Mibielli*. — *Leoni Ramos*. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*. — *E. Lins*.

“Habeas-Corpus” n. 9.466 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA.

PACIENTE: — Pedro Maurini.

Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a conservação em prisão, por tempo indeterminado, de estrangeiro, considerado nocivo á ordem publica, afim de ser expulso do territorio nacional.

A ordem deve ser, porém, concedida sem prejuizo das diligencias ultteriores necessarias á execução da portaria de expulsão.

ACCORDAM

Vistos e relatados os autos de petição de *habeas-corpus* em que é ao mesmo tempo impetrante e paciente Pedro Maurini;

considerando que o paciente Pedro Maurini ou Vicente Lamberti foi expulso do territorio nacional, por portaria do Ministro da Justiça e Negocios Interiores de 11 de Junho de 1923, nos termos do art. 2º, n. 4, da Lei n. 4.247, de 6 de Janeiro de 1921, em virtude de processo a que foi submettido pela Policia desta Capital, processo em que ficou provado que o referido estrangeiro se tornara, pelo seu procedimento, nocivo á ordem publica, como consta da informação;

considerando, porém, que a conservação em prisão do paciente por tempo indeterminado constitue constrangimento illegal;

ACCORDAM conceder a ordem para mandar soltar o paciente, detido na Casa de Detenção durante quasi cincoenta dias, sem prejuizo do proseguimento das diligencias necessarias para a execução daquella portaria. Custas pelo paciente.

Supremo Tribunal Federal, 3 de Setembro de 1923. — *G. Natal*, Presidente. — *Godofredo Cunha*, Relator. — *E. Lins*. — *Hermene-*

(*) Originario. — V. o vol. LVI, pag. 180. — N. da R.

gildo de Barros. — Viveiros de Castro. — Pedro dos Santos. — Geminiano da Franca. — Pedro Mibielli. — Leoni Ramos. — A. Ribeiro. — Muniz Barreto.

“Habeas-Corpus” n. 9.720 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA.

PACIENTE: — José da Costa Padrão.

A allegação da injustiça da condenação é matéria que só pôde ser resolvida em processo de revisão criminal e não em habeas-corpus.

ACCORDAM

Vistos e relatados os autos de petição de *habeas-corpus* em que é impetrante José da Silva Ferreira e paciente José da Costa Padrão;

ACCORDAM não conhecer do pedido, porque a allegação de injustiça da condenação é matéria que só pôde ser apreciada e resolvida em processo de revisão criminal e não de *habeas-corpus*. Custas pelo paciente.

Supremo Tribunal Federal, 22 de Outubro de 1923. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Godofredo Cunha*, Relator. — *E. Lins. — Hermenegildo de Barros. — G. Natal. — Pedro Mibielli. — Leoni Ramos. — Pedro dos Santos. — Viveiros de Castro. — Muniz Barreto.*

“Habeas-Corpus” n. 9.742 ()**

RELATOR: — o Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI.

PACIENTE: — Liberato Joaquim Barrozo.

*Não é o habeas-corpus meio idoneo para alterar a decisão de uma banca examinadora, e considerar aprovado em determinada matéria um alumno reprovado pela mesma banca examinadora. (***)*

(*) Originário. — V. o vol. LVII, pag. 359. — N. da R.

(**) Originário. — V. o vol. LVIII, pag. 214. — N. da R.

(***) V. os debates no julgamento desse “habeas-corpus”, no vol. LVIII, pag. 214. — N. da R.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de petição de *habeas-corpus* em que é paciente Liberato Joaquim Barroso.

ACCORDAM, preliminarmente, não conhecer do presente pedido por não ser caso de *habeas-corpus*. Pagas as custas na forma da Lei.

Supremo Tribunal Federal, 14 de Novembro de 1923. — *H. do Espirito Santo*, Presidente. — *André Cavalcanti*, Relator. — *E. Lins*, vencido pelos fundamentos de innumerados votos vencedores em especie identica. — *Hermenegildo de Barros*. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro Mibielli*. — *G. Natal*. — *A. Ribeiro*. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*. — *Leoni Ramos*. — *Godofredo Cunha*.

“Habeas-Corpus” n. 9.795 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro EDMUNDO LINS.

PACIENTE: — Domingos Mandato.

E' de um anno a prescripção da acção penal cuja pena não seja maior de seis mezes de prisão.

Indefere-se o pedido de habeas-corpus cujo allegado fundamento é de todo improcedente.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *habeas-corpus*, que Domingos Mandato impetra, originariamente, a seu favor, verifica-se que elle foi condemnado, por sentença do Dr. Juiz da Primeira Pretoria Criminal, confirmada pela Terceira Camara da Côrte de Appellação, a tres mezes de prisão cellula, gráu minimo do art. 303 do Codigº Penal.

Fundamenta o pedido, allegando que o crime foi commettido a 27 de Agosto de 1921 e a sentença condemnatoria só foi proferida a 29 de Janeiro de 1923, quando já se achava prescripta a acção penal.

Requisitados os autos originaes, verifica-se ser falsa a primeira dessas allegações, pois o crime teve logar a 27 de Agosto de 1922 e, assim, quando foi proferida a sentença condemnatoria, a acção penal ainda se não achava prescripta.

Ora, é esse o fundamento unico do pedido.

(*) Originario. — V. o vol. LIX, pag. 131 e o vol. LVIII, pag. 331. — N. da R.

ACCORDA, por isto, Supremo Tribunal Federal denegar a ordem. Pagas as custas pelo impetrante.

Supremo Tribunal Federal, 1º de Dezembro de 1923. — *H. do Espirito Santo*, Presidente. — *E. Lins*, Relator. — *Hermenegildo de Barros*. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro Mibielli*. — *André Cavalcanti*. — *G. Natal*. — *A. Ribeiro*. — *Pedro dos Santos*. — *Leoni Ramos*. — *Godofredo Cunha*. — *Muniz Barreto*.

“Habeas Corpus” n. 9.802 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO.

PACIENTE: — David Bertolagem dos Santos.

E' de ser negado habeas-corpus a réu condemnado por Juiz competente, em processo regular, por facto criminoso não prescripto.

ACCORDAM

Vistos e relatados os presentes autos de *habeas-corpus*; paciente David Bertolagem dos Santos;

ACCORDAM negar a ordem, porque o paciente está condemnado por autoridade judiciaria cuja competencia não soffre, nem póde soffrer contestação, e o impetrante não adduz nenhum dos motivos que a jurisprudencia deste Tribunal acceita como aptos para concessão de *habeas-corpus* a réu condemnado.

Rio de Janeiro, 8 de Dezembro de 1923. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Muniz Barreto*, Relator. — *A. Ribeiro*. — *Geminiano da Franca*. — *Hermenegildo de Barros*. — *G. Natal*. — *Godofredo Cunha*. — *Pedro Mibielli*.

“Habeas-Corpus” n. 9.801 ()**

RELATOR: — o Sr. Ministro EDMUNDO LINS.

PACIENTE: — Dr. João Baptista da C. Honorato.

I. — Não é manifestamente inconstitucional o Tribunal de Remoção de Magistrados, creado pela Constituição Mineira.

II. — Não é inconstitucional o art. 56

(*) Originario. — V. o vol. LIX, pag. 148. — N. da R.

(**) Originario. — V. o vol. LIX, pag. 239. — N. da R.

do Decreto n. 1.937, de 29 de Agosto de 1906, do mesmo Estado.

III. — *Só se concede habeas-corpus para o exercício de uma função, si o direito a esta é certo, liquido e incontestavel.*

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *habeas-corpus* originario, verifica-se que o Dr. João Baptista da Costa Honorato o impetra a seu favor, allegando

que, desde 1906, se achava em exercício do cargo de Juiz de Direito da comarca de Monte Santo, Estado de Minas Geraes;

que, por acto do respectivo Governo — de 11 de Setembro proximo findo, foi removido daquella comarca;

que dicto Governo assim procedeu, a vista do Accordam do Tribunal de Remoções do mesmo Estado, de dez de Setembro anterior;

que, porém, essa remoção é illegal:

1º) porque esse Tribunal de Remoções, composto do Presidente do Tribunal da Relação, do Presidente do Senado e do Procurador Geral do Estado é offensivo das garantias que a Constituição da Republica assegura a todos os Juizes, sendo, assim, manifestamente inconstitucional;

2º) que, embora não tivesse tal eiva, seu Accordam é nullo, por faltar ao respectivo processo a citação inicial;

3º) que, ainda que fosse valido, se achava não provida uma comarca de primeira instancia — a de Pitanguy, a qual, entretanto, lhe não foi designada;

que, por conseguinte, lhe deve ser concedida a ordem impetrada, afim de que “possa reassumir o cargo de Juiz de Direito de Monte Santo, em Minas Geraes, sem embargo da illegal decisão do Tribunal de Remoções do Estado de Minas, julgando procedente sua reclamação para que o impetrante fosse posto em disponibilidade”.

A petição acha-se devidamente instruida, pelo que o Tribunal passa a proferir a sua decisão.

PRELIMINAR: — De accôrdo com a jurisprudencia, firmada ha muito, pela maioria do Tribunal, o *habeas-corpus* é meio habil para a protecção do direito ao exercício de uma função publica, desde que para isto não haja outro remedio juridico efficaz.

Neste caso não se nos depara nenhum outro remedio juridico efficaz.

Rejeita, pois, o Tribunal a preliminar de se não conhecer do pedido e passa a julgar-o

DE MERITIS: — Improcedem os fundamentos do impetrante:

1º) o primeiro, porque não é manifestamente contrario á Constituição da Republica o Tribunal de Remoções, creado pela Lei addicional á Constituição do Estado de Minas, n. 5, de 13 de Agosto de 1913, art. 5º.

Effectivamente, a Constituição Federal só garante aos Juizes a vitaliciedade e a irreductibilidade dos vencimentos (art. 57) mas não a inamovibilidade, a cujo respeito não contem dispositivo algum.

Ora, a vitaliciedade não importa necessariamente a inamovibilidade, tanto que a Carta Constitucional do Imperio assegurava aos Juizes de Direito aquella e não esta (art. 153).

Conhecendo o dispositivo deste art. 153 e só se referindo á vitaliciedade, é claro que o legislador constituinte republicano não assegurou aos Juizes a inamovibilidade.

Tanto mais se impõe esta conclusão, quanto o Governo Provisorio, no art. 2º do Decreto n. 848, de 11 de Outubro de 1890, havia prescripto: “Os Juizes Federaes são vitalicios e inamoviveis, etc...”

Não vale allegar-se que a inamovibilidade é implicita á vitaliciedade, porque, por identidade de razão, o mesmo se póde dizer da irreductibilidade dos vencimentos, á qual, entretanto, explicitamente se referiu o constituinte republicano.

A esta razão accresce que, invocando esse mesmo fundamento, o Dr. Manoel Faustino Corrêa Brandão Junior, removido da comarca de Rio Preto pelo alludido Tribunal, impetrou *habeas-corpus* á Camara Criminal do Tribunal da Relação de Minas, a qual lh'o denegou.

Ora, elle recorreu para este Tribunal, que, por unanimidade de votos, confirmou aquella decisão. E' intuitivo que isto se não daria, si fosse manifesta a inconstitucionalidade arguida (vide Accordam deste Tribunal, no recurso de *habeas-corpus* n. 3.582). (*)

Ora — é corrente e pacifico — o Poder Judiciario só declara a inconstitucionalidade dos actos dos outros poderes, quando ella, por manifesta e patente, está acima de qualquer duvida rasoavel.

E' tambem improcedente o segundo fundamento; porque o alludido Tribunal de Remoções julgou provado que o paciente se achava em logar incerto e não sabido (fls. 8 v., 9 v. e 10 do *habeas-corpus* n. 9.707, a este appenso) (**) e, assim, não era necessaria a sua citação, *ex-vi* do art. 56 do Decreto n. 1.937, de 29 de Agosto de 1906 e do art. 69 do Codigo do Processo Criminal do Imperio.

(*) V. esse Acc. no vol. II, pag. 421. — N. da R.

(**) V. esse “*habeas-corpus*” no vol. LVII, pag. 290. — N. da R.

Ora, no *habeas-corpus* não se póde decidir que tal facto se não acha provado.

Os citados dispositivos não são inconstitucionaes, tanto que o do art. 69 do Código do Processo vigora na Justiça Federal e é sempre cumprido por este Tribunal;

3º) imprcede, finalmente, o terceiro fundamento, já porque o *habeas-corpus* não é meio habil para se constranger o Poder Executivo a exercer uma das suas attribuições legais, já porque não existe, nos autos, prova de que se não achava provida a comarca de Pitangui e de que ella seja de primeira instancia.

Ora, de accôrdo com a jurisprudencia assente, só se concede *habeas-corpus* para o exercicio de uma funcção, si o direito a esta é certo, liquido e incontestavel.

ACCORDA, pelo exposto, o Supremo Tribunal Federal indeferir o pedido. Pagas as custas pelo impetrante.

Supremo Tribunal Federal, 19 de Dezembro de 1923. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *E. Lins*, Relator designado para o Accordam. — *Hermenegildo de Barros*. Vencido na preliminar, desde que se não trata de garantir a liberdade physica ou de locomoção do paciente, unico fim para que foi instituido o *habeas-corpus*. Vencedor, *de meritis*, porque neguei a ordem, para que o paciente possa reassumir o exercicio do cargo na comarca de Monte Santo. Concedel-a-ia, se o paciente restringisse o pedido á remoção, pelo Governo do Estado de Minas, para outra comarca de entrancia igual á de Monte Santo, de accôrdo com as razões expendidas no Accordam n. 10.130, (*) por mim redigido. — *G. Natal*. — *Pedro Mibielli*, vencido. — *Geminiano da Franca*, vencido na preliminar. — *Pedro dos Santos*, vencido. — *Leoni Ramos*, vencido. — *Muniz Barreto*, vencido na preliminar. — *Godofredo Cunha*, menos quanto á preliminar.

“Habeas-Corpus” n. 10.126 ()**

RELATOR: — o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO.

PACIENTE: — João Damaso Nepomuceno.

Desde que não está integralmente cumprida a pena imposta ao paciente, não se justifica a concessão de habeas-corpus ao mesmo paciente que, assim, não soffre constrangimento illegal.

(*) V. esse “habeas-corpus” no vol. LXII, pags. 267 e 450. — N. da R.

(**) Originario. — V. o vol. LXII, pags. 228 e 393. — N. da R.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *habeas-corpus*, do Estado de Minas Geraes, em que é impetrante e paciente João Damaso Nepomuceno;

ACCORDAM negar a ordem impetrada, porque, segundo se verifica da informação retro, ainda não está integralmente cumprida a pena imposta ao paciente. Pague o mesmo paciente as custas.

Supremo Tribunal Federal, 19 de Janeiro de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *A. Ribeiro*, Relator. — *E. Lins*. — *G. Natal*. — *Viveiros de Castro*. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro Mibielli*. — *Leoni Ramos*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*. — *Godofredo Cunha*.

“Habeas-Corpus” n. 10.312 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro VIVEIROS DE CASTRO.

PACIENTE: — Amalio de Rezende.

A réu condemnado por Juiz competente só é de se conceder habeas-corpus sob o fundamento de nullidade do processo, quando a mesma é evidente.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de petição originaria de *habeas-corpus* (visto já ter o Tribunal de Justiça do Estado conhecido da condenação, em recurso de appellação), em que é paciente Amalio de Rezende, e impetrante o Dr. Platão de Andrade;

ACCORDAM denegar a impetrada ordem de *habeas-corpus*, porquanto o paciente está condemnado por Juiz competente e o seu processo não é *evidentemente* nullo, devendo as allegações do impetrante ser examinadas em recurso de revisão, si fôr interposto. Custas pelo paciente.

Supremo Tribunal Federal, 25 de Janeiro de 1924. — *G. Natal*, Presidente. — *Viveiros de Castro*, Relator. — *Pedro Mibielli*. — *Muniz Barreto*. — *Geminiano da Franca*. — *E. Lins*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Leoni Ramos*. — *A. Ribeiro*. — *Godofredo Cunha*.

(*) Originario. — V. o vol. LXII, pag. 446. — N. da R.

“Habeas-Corpus” n. 10.200 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA.

PACIENTE: — Francisco Reginaldo da Silva.

Não se justifica o pedido de habeas-corpus em favor de quem, com os mesmos fundamentos, requereu revisão criminal, pendente de julgamento.

ACCORDAM

Vistos e relatados os autos de petição de *habeas-corpus* em que é requerente Miguel Alves Pereira e paciente Francisco Reginaldo da Silva;

considerando que o advogado allega que o paciente foi processado pela Justiça local de Minas Geraes e condenado pelo Tribunal do Jury de Cataguazes, sem declarar expressamente o crime porque responde, nem a pena que lhe foi imposta ou applicada pelo Jury; e que não lhe foi possível instruir devidamente o pedido com as necessárias certidões, por se achar o processo original na Secretaria do Supremo Tribunal, requisitado da Relação de Minas;

considerando, com effeito, que, segundo a informação á fls. 12 do Secretario, os autos originaes, que o Relator mandou appensar a este processo, estão instruindo a revisão criminal n. 2.338 em que é petionario o mesmo paciente;

considerando, isto posto, que o caso não é de *habeas-corpus*, mas, de revisão criminal, como reconhece o proprio interessado;

ACCORDAM não conhecer, por este fundamento do pedido. Pagas as custas pelo paciente.

Supremo Tribunal Federal, 30 de Janeiro de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Godofredo Cunha*, Relator. — *E. Lins*. — *A. Ribeiro*. — *G. Natal*. — *Leoni Ramos*. — *Viveiros de Castro*. — *Pedro Mibielli*. — *Geminiano da Franca*. — *Hermenegildo de Barros*. Conheci do pedido, visto que se trata de prisão, mas neguei a ordem pela razão do Accordam. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*.

“Habeas-Corpus” n. 10.315 ()**

RELATOR: — o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS.

PACIENTE: — Antonio Dias do Valle.

A réu condemnado por Juiz competente só se concede habeas-corpus, sob a allega-

(*) Originario. — V. o vol. LXII, pag. 517. — N. da R.

(**) Originario. — V. o vol. LXII, pag. 528. — N. da R.

ção de nullidade do processo, quando a mesma é evidente.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *habeas-corpus* originariamente interposto pelo Dr. Gualter de Pinho Bastos em favor de Antonio Dias do Valle, condenado por sentença do Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal do Districto Federal, como incurso no grau médio do art. 297 do Código Penal, confirmada pela Terceira Camara da Côrte de Appellação;

ACCORDAM em indeferir o pedido, por se não haver justificado o mesmo como fôra preciso, principalmente tratando-se de um réu condenado, quando o recurso adequado não é o interposto. Custas na forma da Lei.

Rio de Janeiro, em sessão do Supremo Tribunal Federal, 30 de Janeiro de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Pedro dos Santos*, Relator. — *E. Lins*. — *A. Ribeiro*. — *G. Natal*. — *Leoni Ramos*. — *Pedro Mibielli*. — *Geminiano da Franca*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Muniz Barreto*. — *Viveiros de Castro*. — *Godofredo Cunha*.

“Habeas-Corpus” n. 10.129 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro LEONI RAMOS.

PACIENTES: — João Antonio Movel e utros.

E' de ser julgado prejudicado o pedido de habeas-corpus, uma vez cessada a coacção de que se queixava o paciente.

ACCORDAM

Vistos e relatados estes autos de *habeas-corpus* impetrado pelo advogado João Baptista de Souza, em favor de João Antonio Movel e outro que, segundo allega o impetrante, se acham recolhidos ao quartel do Contingente Federal de Porto Murtinho, no Estado de Matto Grosso, por ordem do Juiz de Direito da comarca, por terem sido presos quando transportavam contrabandos,

ACCORDAM julgar prejudicado o pedido, porque, segundo informou a autoridade coactora, os pacientes já se acham em liberdade.

Supremo Tribunal Federal, 31 de Janeiro de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Leoni Ramos*, Relator. — *Herme-*

(*) Originario. — V. o vol. LXII, pags. 265 e 547. — N. da R.

negildo de Barros. — G. Natal. — Pedro Mibielli. — Geminiano da Franca. — Viveiros de Castro. — Pedro dos Santos. — Muniz Barreto. — Godofredo Cunha.

“Habeas-Corpus” n. 10.314 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS.

PACIENTE: — Ulysses de Mendonça.

Não é o habeas-corpus meio idoneo para se obter a collação de gráu em uma escola superior de ensino, ou para revogar o cancellamento de matricula, decretada pela autoridade competente.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Estado do Rio de Janeiro.

Ulysses de Mendonça requereu ao Juiz Federal do mesmo Estado uma ordem de *habeas-corpus* “para ir á Faculdade de Direito de Nictheroy collar o gráu de bacharel em sciencias juridicas e sociaes, independente de quaesquer exames, como dispõe o § 3º do Decreto n. 3.603, ou prestar os exames da série final do curso, caso aos mesmos se queira submeter”.

Allega o seguinte: Achava-se matriculado, desde 1915, na Faculdade de Direito Teixeira de Freitas, tendo então interrompido o curso por motivo de molestia. Em Fevereiro de 1918, requereu renovação da matricula, tendo sido deferido o requerimento, mas *ad referendum* da Congregação, que resolveu ouvir o inspector. Este emittiu parecer contrario á pretensão do paciente, que recorreu para o Presidente do Conselho Superior do Ensino, o qual, em Setembro de 1919, mandou cancellar a matricula, tendo o Conselho mantido esse acto.

O paciente reputa illegal o cancellamento, porque, entre as penas disciplinares enumeradas no art. 131 do Regulamento da Faculdade, não está comprehendida a do cancellamento da matricula, pena aliás imposta, sem audiencia do supposto infractor e por autoridade incompetente, qual o Presidente do Conselho, quando as penas disciplinares só podem ser impostas pelo director e pela Congregação. Admittindo-se que o cancellamento, em Setembro de 1919, fosse legal, o que se conclúe é que a matricula existia em 1918, e mesmo até Setembro de 1919, e, neste caso, era direito do paciente gosar do favor concedido pelo Decreto n. 3.603, de 11 de Dezembro de 1918,

(*) Recurso. — V. o vol. LXIII, pag. 206. — N. da R.

isto é, o favor de ficarem os alumnos promovidos, independentemente de exames, ao anno ou série immediatamente superior áquelle em que se acharem matriculados nas Escolas ou Faculdades officiaes. E como o paciente estivesse matriculado na ultima série do curso juridico da Faculdade Teixeira de Freitas, hoje Faculdade de Direito de Nictheroy, segue-se que, por um simples requerimento, tinha adquirido o direito de ser considerado aprovado nas materias do referido anno.

Conclúe que a matricula consta do protocollo e se não está registrada no livro geral da matricula, foi isso devido a descuido do Secretario, pelo qual não póde ficar prejudicado o paciente.

O Juiz Seccional concedeu a ordem, porque foi abusivo o acto que cancellou a matricula do paciente, por não constar o seu nome do livro geral de matriculas, falta que não póde ser attribuida ao paciente, mas a funcionario da Faculdade.

Desta decisão o Juiz recorreu *ex-officio*.

O Conselho Superior do Ensino prestou as informações que lhe foram requisitadas.

ACCORDAM dar provimento ao recurso official para cassar a ordem, por não ser, evidentemente, o caso de *habeas-corpus*, como resulta da transcrição litteral do pedido do paciente, a quem condemnamos nas custas.

Rio de Janeiro, 7 de Abril de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Hermenegildo de Barros*, Relator. — *E. Lins*. — *G. Natal*. — *Viveiros de Castro*. — *Pedro dos Santos*. — *Geminiano da Franca*. — *Muniz Barreto*. — *A. Ribeiro*.

“Habeas-Corpus” n. 10.324 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro EDMUNDO LINS.

PACIENTE: — Amalio de Rezende.

O animus injuriandi não é incompativel com a attenuante do art. 42, § 1º do Codigo Penal — falta de pleno conhecimento do mal e directa intenção de o praticar.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos, verifica-se que o Dr. Raul Gomes de Mattos impetra, originariamente, este *habeas-corpus* a favor de Amalio de Rezende, allegando:

que este paciente se acha ameaçado de prisão illegal, por

(*) Originario. — V. o vol. LXIII, pag. 567. — V. tambem o “*habeas-corpus*” n. 10.312, no presente vol., pag. 20. — N. da R.

haver sido condemnado, pela Justiça local do Estado de S. Paulo, a dois mezes de prisão celluar e multa de 300\$000, como incursão nas penas do gráu minimo do art. 319, § 2º, combinado com os arts. 317, letras *b* e *c*, e 316 do Codigo Penal;

que, na primeira instancia, lhe fôra imposta a pena desses artigos no gráu médio, isto é, quatro mezes de prisão e 450\$000 de multa;

que, porém, na segunda, foi a mesma baixada ao minimo, por lhe haver o Superior Tribunal reconhecido a attenuante do art. 42, § 1º, do Codigo Penal, falta de pleno conhecimento do mal e de directa intenção de o praticar;

que, entretanto, é juridicamente impossivel o crime de injuria sem o *animus injuriandi*, o qual lhe constitúe o dóló especifico;

que não pôde haver esse *animus* sem o pleno conhecimento do mal e sem a directa intenção de o praticar;

que, havendo o Superior Tribunal de S. Paulo decidido que o paciente não teve esse pleno conhecimento e essa directa intenção, reconheceu, *ipso facto*, que não teve o *animus injuriandi* e, consequentemente, não commetteu o crime de injuria;

que é esta a lição de MACEDO SOARES, de EDUARDO DURÃO e de CARRARA, conforme os trechos que transcreve;

que, consequentemente, deve este Tribunal, de accôrdo com a sua jurisprudência pacifica, lhe conceder a ordem impetrada, visto se tratar de um paciente condemnado por facto que não constitúe crime.

Isto posto, passa o Tribunal a proferir a sua decisão:

O *animus injuriandi* — dóló especifico do crime de injuria — não é incompativel com a attenuante da falta de pleno conhecimento do mal e da directa intenção de o praticar. Com effeito, não é só o crime de injuria, que, além do dóló generico, tem o especifico.

Tambem o têm todos os outros crimes, como, *exempli gratia*, o de ferimentos — o *animus loedendi*; o de homicidio, o *occidendi*, o de furto e roubo, o *furandi*, o de prevaricação, o *praevaricandi*, etc.

Ora, como é mais que sabido, o dóló especifico destes crimes não exclue a attenuante do art. 42, § 1º, do Codigo Penal: logo não pôde, igualmente, excluil-a o dóló especifico do crime de injuria. O legislador não estabeleceu esta excepção, nem ha, para a mesma, razão alguma.

Effectivamente, de accôrdo com a lição de POTHIER, basta a vontade geral de injuriar "*sufficit generalis voluntas injuriae faciendae*", como, nos outros alludidos crimes, *sufficit generalis voluntas loedendi, furandi, praevaricandi, occidendi*, etc. (*Pandectae*, Liv. XLVII, Tit. 1º IV, vol. 20, pag. 2).

POTHIER baseia-se no seguinte texto terminante de PAULO: "*Si injuria mihi fiat ab eo cui sim ignotus, aut si quis putet me Lucium Titium esse, quum sim Gaius Scius, prevalet quod principale est — injuriam eum mihi facere velle. Nam ego certus sum licet, ille putet me alium esse quam sum: et ideo injuriarum habeo*". (Dig. Liv. XLVII, Tit. X, fr. 18, § 3º).

Basta raciocinar-se com este texto para se evidenciar que o impetrante não tem razão alguma.

Effectivamente, quem injuria a uma pessoa que não conhece ou a uma pessoa diversa da que suppõe sêr, não tem pleno conhecimento do mal, nem directa intenção de o praticar, como é intuitivo.

E', entretanto, certo que commetteu o crime de injuria; porque teve a vontade geral de injuriar, e, portanto, o *animus injuriandi*. E' neste sentido a torrente geral da doutrina.

As palavras de CARRARA, transcriptas pelo impetrante, não dizem o contrario; mas apenas que, no caso concreto que elle expõe — o de uma accusação feita á *Civiltá Catholica* — não havia prova alguma do *animus injuriandi*.

Basta attentar-se na epigraphe do *Articolo Secondo* "*Manca l'animo d'injuriare*" (Oposcoli, vol. 6º, pags. 178 a 191).

Na these em lide, porém, a opinião do grande criminalista não diverge da lição de POTHIER, que foi a seguida pelos mais insignes monographos da materia, como se passa a mostrar:

"Sicuramente, se si esigesse la prova che veramente siasi sparso il libello, o ripetuto la imputazione con l'apposito fine di uccidere l'altrui fama, ciò sarebbe troppo pretendere.

Ma non bisogna in questi reati confondere l'*animus nocendi* col dolo.

"Questo é il fatale equivoco al quale conduce troppo spesso la infelice locuzione francese *intention de nuire*.

Il *dolo* speciale dei medesimi consiste nella coscienza di divulgare uno scritto o una proposizione infamante, *anchorche si faccia per semplice leggerezza, e per dar mostra di bello spirito*; il dolo stá nel sapere che con quell'atto si viene a ferire la reputazione di umana creatura, *benché non si proceda con esplicita malignità: ciò basta*" (CARRARA, *Programma*, vol. 3º, § 1.754, pags. 101 e 102).

"L'esame dell'intenzione di offendere, ci transporta a quello del *dólo speciale* ao reati di diffamazione e d'ingiuria.

La volontà guidata dall'intelletto é quella che, come dicemo, completa l'elemento morale, e costituisce quindi il dólo come in ogni altri reati, cosi anche in quelli a cui acceniamo" (FROLA, *Injurie e Diffamazioni*, pag. 17).

"Elementi del dólo. Quanto alla volontà e alla coscienza di

attribuire il fatto determinato a una persona, e alla scienza della suscettività diffamatoria di cotesto fatto (note-se bem) nulla vi é da dire che non appartenga alla teoria generale del dolo (V. MANZINI, *Trattato di Diritto Penale*, ed. de 1918, vol. VII, §8º, cap. III, pag. 437).

“Il motivo aggrava o scusa la diffamazione, così come aggrava (attenda-se) così come aggrava o scusa l'omicidio; e quando per i singoli reati, non siano prevedute speciali circostanze aggravanti o scusanti, si recorre alle circostanze comuni a tutti i reati.

Né piu, né meno” (ENRICO PESSINA, *Enciclopedia del Diritto Penale Italiano*, ed. de 1909, vol. IX, pag. 809).

“Puó parlarsi di grado in dolo in questi delitti?

Se, in un impeto di sdegno, s'ingiuria ed anche si diffama, si responde dei delitti che esaminamo?

Tre tendenza si contendono il campo. Si vuole che lo stato di perturbamento psichico elimini l'*animus injuriandi* ed anche l'*animus diffamandi*.

Ora, noi osserviamo che non vi ha alcuna ragione per cui, per i delitti in esame, si debba derogare alle norme sullo dolo” (ALTAVILLA, *Delitti Contra La Persona*, 2ª ed., n. 402, pag. 250).

Que estes criminalistas é que estão com a razão, basta attender-se:

a) á divisão que, na doutrina, se faz das injurias em *premeditadas* e não *premeditadas* (FROLA, op. cit., pag. 12); pois é obvio que o conhecimento do mal será, em regra, muito maior nas injurias *premeditadas* do que nas que o não são; que, naquellas, a intenção será directa e, nesta, indirecta;

b) ás diferentes especies de *animi*, que podem coexistir com o *animus injuriandi*, quaes o *animus narrandi*, o *defendendi*, o *consulendi*, o *corrigendi*, o *jocandi*, etc.

Si de um destes *animi* resultar uma injuria — é intuitivo que não terá havido pleno conhecimento do mal, nem directa intenção de o praticar.

Não tem, pois, razão alguma o impetrante.

ACCORDA, assim, o Supremo Tribunal Federal indeferir o pedido. Pagas as custas pelo impetrante.

Supremo Tribunal Federal, 28 de Abril de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *E. Lins*, Relator. — *Hermenegildo de Barros*. — *G. Natal*. — *Viveiros de Castro*. — *Pedro dos Santos*. — *Geminiano da Franca*. — *A. Ribeiro*. — *Muniz Barreto*.

“Habeas-Corpus” n. 10.688 (*)**RELATOR:** — o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL.**PACIENTE:** — Napoleão Lopes.

O conhecimento de questões essencialmente políticas, quaes as referentes á verificação de poderes das Camaras Legislativas, escapa á competencia do Poder Judiciario.

ACCORDAM

Vistos, expostos e relatados estes autos, em que Napoleão Lopes, candidato, pela minoria, nas ultimas eleições, á representação federal do Estado do Paraná na Camara dos Deputados, pede originariamente ordem de *habeas-corpus* a este Tribunal, afim de lhe ser garantida a liberdade individual necessaria para que penetre no edificio da Camara dos Deputados e ahi exerça o mandato, allegando que o acto da junta apuradora das eleições federaes do Paraná, não o diplomando, e o da Camara, o não reconhecendo deputado, violam o art. 28 da Constituição Federal, que garante a representação da minoria sem exigencia de numero de suffragios:

ACCORDAM não conhecer do pedido, porque, além de originario, envolve materia essencialmente politica. Pagas as custas pelo impetrante.

Supremo Tribunal Federal, 28 de Abril de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *G. Natal*, Relator: com restricções, quanto ao segundo fundamento, porque, conforme tenho sempre sustentado, não é a natureza politica da questão que exclue o conhecimento della pelo Judiciario, mas a dos factos que ella envolve, quando extranhos á funcção habitual do Juiz, como no reconhecimento de poderes, o exame de authenticas eleitoraes, a contagem de votos, a verificação de quocientes e factos que, segundo a Constituição e as Leis, incumbe ás Camaras legislativas apurarem. Se, depois de devidamente apurados pela autoridade competente taes factos, delles emerge uma questão juridica, que envolve direito individual, e é trazida em processo judicial ao Poder Judiciario, a este compete derimir a questão juridica e assegurar o direito violado, ainda que para isso tenha necessidade de entrar no exame da materia politica.

No caso dos autos, não adoptando a interpretação que dá o paciente ao art. 28 da Constituição, isto é, de que o reconhecimento do candidato da minoria, como deputado, não depende de attingir este o quociente eleitoral necessario para ser considerado eleito, pois o que querem dizer as expressões — garantida a representação da

(*) Originario. — V. o vol. LXIII, pag. 584. — N. da R.

minoría — é que a Lei ordinaria deve estabelecer um regimen eleitoral tal que permitta ás minorías se fazerem representar no Congresso e isto a Lei eleitoral estabeleceu com o voto cumulativo, não adoptando, digo, a interpretação do paciente, para deferir ou indeferir o pedido, necessitaria entrar no exame das authenticas, apreciar a validade das eleições, fazer a contagem dos votos validos, verificar em fim se o paciente reuniu numero de suffragios sufficientes para ser considerado eleito, exame esse que reputo da exclusiva competencia do poder verificador e extranho ás funcções do Judiciario. Só por essa razão é que, além de ser originario o pedido, deixei de delle conhecer. — *E. Lins*, por se tratar de materia puramente politica, fóra, consequentemente, da alçada do Poder Judicirio. — *A. Ribeiro*. — *Leoni Ramos*. — *Geminiano da Franca*. — *Hermenegildo de Barros*. Pelo primeiro fundamento e pelo de não ser caso de *habeas-corpus*. — *Viveiros de Castro*, pelo segundo fundamento. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*.

“Habeas-Corpus” n. 10.758 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA.

PACIENTE: — João de Oliveira.

Justifica-se o pedido de habeas-corpus ao Supremo Tribunal Federal, em favor de paciente que, já tendo obtido identica providencia do mais alto Tribunal de Justiça do Estado, não foi comtudo essa decisão cumprida pelas autoridades estaduaes, continuando assim a soffrer constrangimento illegal.

ACCORDAM

Vistos e examinados estes autos de *habeas-corpus* impetrado em favor do Dr. João de Oliveira;

considerando que o pedido originario se justifica por ter o paciente obtido uma ordem de *habeas-corpus* do Superior Tribunal do Estado de Santa Catharina, a qual não foi respeitada pelas autoridades publicas do Estado; e ficar desamparado em seus direitos por falta de meios coactivos d'aquelle Tribunal para tornar effectiva a sua decisão;

considerando que está provado dos autos o acto criminoso do delegado de policia de Tubarão, capitão Elpidio da Silveira, querendo effectuar a prisão do paciente, apesar de garantida a sua liberdade

(*) Originario. — V. o vol. LXIV, pags. 172 e 286. — N. da R.

por uma ordem de *habeas-corpus* do mais elevado Tribunal do Estado;

considerando que o delegado affirmou ao Dr. Juiz de Direito de Tubarão estar agindo por ordem do Governador do Estado;

considerando que, concedida a ordem de *habeas-corpus* e sciencificado ao Dr. Chefe de Policia da sua concessão, nenhuma providencia foi ordenada por esta autoridade no sentido de fazer cessar os desmandos do delegado de policia;

considerando que, das informações do Governador do Estado prestadas a este Tribunal, não consta ter elle ordenado ao delegado de policia que se contivesse dentro dos limites da Lei, e não continuasse no proposito de desrespeitar uma ordem de *habeas-corpus*, emanada do mais elevado Tribunal do Estado; nem tomado qualquer providencia para que a decisão judiciaria tivesse plena e effectiva execução;

considerando que pelo telegramma passado pelo paciente e que se acha a fls. está elle ainda sob ameaça de constrangimento abusivo:

ACCORDAM em Supremo Tribunal Federal conceder a ordem impetrada. Pagas as custas na forma da Lei.

Rio de Janeiro, 19 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Geminiano da Franca*, Relator. — *Hermenegildo de Barros*. — *G. Natal*. — *Pedro dos Santos*. — *Viveiros de Castro*. — *Muniz Barreto*. — *E. Lins*. — *A. Ribeiro*.

“Habeas-Corpus” n. 10.716 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA.

PACIENTES: — Alberto Gustavo Gullherme Gessmann e José Huber.

A União Federal nenhum interesse tem, de modo a justificar a competencia da Justiça Federal, no processo instaurado para apurar a responsabilidade de quem falsificou a firma de um funcionario federal, em documento particular.

ACCORDAM

Vistos e examinados estes autos de *habeas-corpus* em que são pacientes Alberto Gustavo Guilherme Gessman e José Huber; e,

considerando que os pacientes estão condemnados nos grãos médio e minimo do art. 20, combinado com o art. 18 da Lei n. 2.110, de 30 de Setembro de 1909;

(*) Originario. — V. o vol. LXIV, pag. 407. — N. da R.

considerando que não se allega falta de observancia de formalidades essenciaes na formação do processo;

considerando que o fundamento unico dos pedido é uma supposta incompetencia da Justiça Commum para julgar o caso, por se attribuir á União Federal um interesse imaginario; mas

considerando que nenhum interesse proximo ou remoto tem a Fazenda Federal no caso incriminado. O facto de terem os pacientes falsificado a letra e firma do director do Lloyd Brasileiro, sob direcção do Governo Federal, não acarreta nenhuma responsabilidade para União;

considerando que a Justiça Federal, como Justiça de excepção que é, tem a sua jurisdição restricta aos casos expressos, e por nenhuma Lei lhe foi conferida competencia para conhecer da especie em apreço.

ACCORDAM em Supremo Tribunal Federal indeferir o pedido. Pagas as custas pelos pacientes.

Rio de Janeiro, 26 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Geminiano da Franca*, Relator. — *E. Lins*. — *A. Ribeiro*. — *G. Natal*. — *Leoni Ramos*. — *Pedro dos Santos*. — *Viveiros de Castro*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Muniz Barreto*.

“Habeas-Corpus” n. 10.992 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS.

PACIENTE: — Wolf Schorr.

O Supremo Tribunal Federal só conhece originariamente de pedido de habeas-corpus nos casos expressos e taxativos da Lei.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Estado de Minas Geraes.

Wolf Schorr requer ao Supremo Tribunal Federal uma ordem de *habeas-corpus* em seu favor, allegando já ter cumprido a pena de quatro annos, que lhe foi imposta pelo Jury da comarca de Juiz de Fóra.

ACCORDAM não conhecer do pedido originario, que devia ter sido endereçado ao Juiz das execuções criminaes.

Da allegação de já ter o paciente recorrido ao Tribunal da

(*) Originario. — V. o vol. LXIV, pag. 422. — N. da R.

Relação de Minas, mas sem resultado satisfactorio, não ha prova alguma. Custas pelo impetrante.

Rio de Janeiro, 26 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Hermenegildo de Barros*, Relator. — *E. Lins*. — *Geminiano da Franca*. — *G. Natal*. — *Viveiros de Castro*. — *Pedro dos Santos*. — *A. Ribeiro*. — *Muniz Barreto*.

“Habeas-Corpus” n. 10.999 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro EDMUNDO LINS.

PACIENTE: — Porfirio José Bezerra.

Não se conhece do pedido de habeas-corpus, que se não acha devidamente instruido.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *habeas-corpus* do Acre, verifica-se que Porfirio José Bezerra impetra, originariamente, esta ordem a seu favor, allegando:

que foi, pelo Jury da comarca de Cruzeiro do Sul, condemnado a 19 annos e tres mezes de prisão;

que, tendo appellado, o Tribunal de Appellação do Territorio mandou que fosse submettido a novo Jury;

que este o condemnou a 24 annos e mezes de prisão;

que, em vista disto, protestou por novo julgamento, o qual está pendente;

que é nullo todo o seu processo do summario e do plenario por incompetencia do Juizo e do Jury, pois o local em que commetteu o crime não pertence ao Territorio do Acre, mas ao Estado do Amazonas;

que, apesar de ter allegado este facto ao predicto Tribunal de Appellação, este deixou de apreciar-o;

que deve, portanto, este Tribunal conhecer, originariamente, do pedido e deferil-o; Isto posto:

ACCORDA o Supremo Tribunal Federal não conhecer do pedido, por se não achar devidamente instruido; pois o impetrante não juntou o conteúdo da ordem por que foi mettido na prisão, nem fez a declaração explicita de que, sendo requerida, lhe foi denegada (Regimento Interno, art. 115, letra *b*). Custas *ex-causa*.

Supremo Tribunal Federal, 2 de Junho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *E. Lins*, Relator. — *Hermenegildo*

(*) Originario. — V. o vol. LXV, pag. 114. — N. da R.

de Barros. — G. Natal. — Geminiano da Franca. — Pedro dos Santos. — Viveiros de Castro. — A. Ribeiro. — Muniz Barreto. — Godofredo Cunha.

“Habeas-Corpus” n. 11.088 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO.

PACIENTE: — Francisco Casemiro da Cunha.

O Supremo Tribunal Federal só conhece originariamente de pedido de habeas-corpus nos casos expressos e taxativos da Lei.

Não é de se conhecer de pedido de habeas-corpus que se não acha devidamente instruído.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *habeas-corpus*, em que é impetrante e paciente Francisco Casemiro da Cunha, condemnado pelo Juiz da quinta vara criminal do Districto Federal a cinco annos de prisão,

ACCORDAM não tomar conhecimento do pedido, por ser originario e estar insufficientemente instruído. Pague o impetrante as custas.

Supremo Tribunal Federal, 16 de Junho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *A. Ribeiro*, Relator. — *E. Lins*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Geminiano da Franca*. — *G. Natal*. — *Viveiros de Castro*. — *Pedro dos Santos*. — *Godofredo Cunha*. — *Muniz Barreto*.

“Habeas-Corpus” n. 11.115 ()**

RELATOR: — o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO.

PACIENTE: — Ricardo Antonio José Loureiro.

Não é de se conhecer de pedido de habeas-corpus que se não acha devidamente instruído.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *habeas-corpus* do Districto Federal, em que são impetrantes os advogados Honório

(*) Originario. — V. o vol. LXV, pag. 285. — N. da R.

(**) Originario. — V. o vol. LXV, pag. 295. — N. da R.

Leoncio de Macedo e Antonio Augusto Pinto Machado e paciente Ricерdo Antonio José Loureiro, pronunciado pelo Juiz da primeira vara federal, como incurso no art. 18, letra *a*, combinado com o n. 6 da Lei n. 2.110, de 30 de Setembro de 1909;

ACCORDAM não tomar conhecimento do pedido, por estar deficientemente instruído. Paguem os impetrantes as custas.

Supremo Tribunal Federal, 16 de Junho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *A. Ribeiro*, Relator. — *E. Lins*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Geminiano da Franca*. — *G. Natal*. — *Godofredo Cunha*. — *Viveiros de Castro*. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*.

“Habeas-Corpus” n. 11.102 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro EDMUNDO LINS.

PACIENTE: — Charles Henry Bennet Ayre.

I.---O Accordam que confirma uma sentença constitúe, com ella, um só julgado e com a mesma data.

II.— Confirmada, pois, uma sentença condemnatoria, a prescripção da condemnação começa a correr da data da sentença confirmada e não do Accordam, que negou provimento á appellação.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *habeas-corpus* originario desta Capital, verifica-se que Charles Henry Bennet Ayre foi condemnado, pelo Juizo de Direito da quinta vara criminal, a 2 mezes de prisão cellular, gráu minimo do art. 297 do Codigo Penal.

O crime deu-se a 8 de Julho de 1922 (fls. 2).

A sentença de pronuncia foi proferida a 1º de Fevereiro de 1923 (fls. 47 v.). Interposto recurso voluntario, foi-lhe negado provimento (fls. 56 v.).

Submettido a julgamento, foi condemnado por sentença de 21 de Julho de 1923 (fls.).

Tendo appellado desta sentença, a Terceira Camara da Côte de Appellação negou provimento ao recurso, a 23 de Janeiro de 1924 (fls. 101 v.) e o respectivo Accordam foi publicado a 26 de Janeiro de 1924 (fls. 101 v.).

Impetra o presente *habeas-corpus*, allegando que este Tri-

(*) Originario. — V. o vol. LXV, pags. 284 e 360. — N. da R.

bunal já tem decidido que os embargos de declaração são essenciaes a todo e qualquer Accordam e que, por conseguinte, emquanto se não exgottar o prazo para esses embargos, não haverá Accordam e, portanto, prescripta se acha a acção penal.

Isto posto, passa o Tribunal a proferir a sua decisão.

O prazo da prescrição, na hypothese vertente, é de um anno (Codigo Penal, art. 85, 1ª alinea).

Ora, o réu foi condemnado por sentença de 21 de Julho de 1923 (fls. 83): logo só a 21 de Julho de 1924 é que estará prescripta a condemnação.

Nunca o Tribunal julgou que os Accordams só transitam em julgado depois de exgottado o prazo para embargos de declaração, e, ao contrario, decidiu varias vezes que, não permittindo a Lei embargos, elles produzem todos os seus effeitos, logo que é proferida a decisão.

O que este Tribunal tem, ultimamente, decidido é que os Accordams que reformam sentenças absolutorias só depois de publicados é que interrompem a prescrição da acção penal.

Conceda-se, porém, a bem da argumentação que seja como o quer o impetrante, isto é, que o Accordam de fls. 201, só transitasse em julgado dez dias depois da publicação, *scilicet*, a 3 de Fevereiro de 1924.

Quid inde?

Nihil.

De facto, sendo a sentença condemnatoria de 21 de Julho de 1923 e tendo sido confirmada, o Accordam que negou provimento á appellação, passou a formar com dita sentença um só e mesmo julgado e com a data da mencionada sentença.

Isto é comesinho em direito processual e mostra-o, á evidencia, o Accordam desta Côte sob n. 2.418, publicado na REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, vol. 16, pag. 79.

Si ao Accordam de fls. 101, que confirmou, por seus fundamentos, a sentença appellada, que condemnou o réu, os embargos de declaração oppostos por elle fossem recebidos, está a entrar, violentamente, pelos olhos que seriam desprezados; pois, no alludido Accordam não ha obscuridade, omissão, ambiguidade ou contradicção alguma.

E, attento o principio supra, este novo Accordam viria a constituir um só julgado com o embargado e com a sentença condemnatoria e tendo a mesma data — 21 de Julho de 1923.

A prescrição só se realizaria, pois, e só se realizará a 21 de Julho de 1924.

O impetrante incorre em evidente paralogismo, pois argumenta

com a hypothese em que a sentença appellada tivesse sido absolutoria e houvesse sido reformada pela Côrte de Appellação, pois esta é a hypothese que este Tribunal tem julgado, nos Accordams por elle citados.

Sendo, porém, a sentença condemnatoria, como o foi na especie, não se póde mais cogitar de prescripção da acção penal, mas, só e unicamente da prescripção da condemnação.

Só na hypothese de sentença absolutoria, reformada em gráu de appellação, é que teria visos de procedencia a argumentação do impetrante; no de sentença condemnatoria, porém, essa argumentação é, *in totum*, illogica.

ACCORDA, pelo exposto, o Supremo Tribunal Federal indeferir o pedido de *habeas-corpus*. Pagas as custas pelo impetrante.

Supremo Tribunal Federal, 23 de Junho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *E. Lins*, Relator. — *Pedro dos Santos*. — *G. Natal*. — *A. Ribeiro*. — *Hermenegildo de Barros*, pela conclusão. — *Viveiros de Castro*. — *Geminiano da Franca*. — *Godofredo Cunha*. — *Muniz Barreto*.

“Habeas-Corpus” n. 11.170 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL.

PACIENTE: — Marcelino Ricardo.

Deve ser julgado prejudicado o pedido de habeas-corpus, uma vez cessada a allegada coacção que lhe deu causa.

ACCORDAM

Vistos, expostos e relatados estes autos, em que Marcelino Ricardo, condemnado pelo Juiz da 2ª Vara Federal deste Districto, a 3 mezes de prisão, requer ordem de *habeas-corpus*, allegando que, ao tempo da sua captura, já estava prescripta a condemnação;

ACCORDAM julgar sem objecto o pedido á vista da informação de fls. 10, da qual consta já ter o Juiz mandado pôr em liberdade o paciente. Custas *ex-causa*.

Supremo Tribunal Federal, 30 de Junho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *G. Natal*, Relator. — *E. Lins*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro dos Santos*. — *Viveiros de Castro*. — *A. Ribeiro*. — *Muniz Barreto*.

(*) Originario. — V. o vol. LXV, pags. 380 e 485. — N. da R.

“Habeas-Corpus” n. 11.633 (*)**RELATOR:** — o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO.**PACIENTES:** — Erwin Merten e Arnold Orlia.

Não é illegal a prisão provisoria do extraditando, á espera do julgamento do respectivo pedido, uma vez que não ultrapasse a mesma o prazo que a Lei estabelece.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *habeas-corpus* do Districto Federal, em que são impetrantes os Drs. Carlos Silva e Francisco de Paula Alvarenga Netto e pacientes Erwin Merten e Arnold Orlia;

ACCORDAM negar a ordem impetrada porque, segundo se vê da informação do Sr. Ministro da Justiça, os pacientes foram presos, para os effeitos de extradição, e ainda não está findo o prazo que a Lei concede ao paiz requerente para apresentar, devidamente formalizado, o pedido de entrega dos extraditados. Paguem os impetrantes as custas.

Supremo Tribunal Federal, 18 de Agosto de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *A. Ribeiro*, Relator. — *E. Lins*. — *G. Natal*. — *Pedro Mibielli*. — *Geminiano da Franca*. — *Viveiros de Castro*. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Leoni Ramos*. — *Godofredo Cunha*.

“Habeas-Corpus” n. 11.634 ()****RELATOR:** — o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL.**PACIENTE:** — Salvador Mussiello.

A réu condemnado por Juiz competente, em processo e regular e por facto criminoso não prescripto, é de ser negado habeas-corpus

A falta de compromisso das testemunhas não annulla o processo criminal, pois tal compromisso não é formalidade essencial do processo.

ACCORDAM

Vistos, expostos e relatados estes autos, em que o advogado Celestino Vasques de Freitas impetra ordem de *habeas-corpus* em favôr de Salvador Mussiello, condemnado por Accordam da Quarta Ca-

(*) Originario. — V. o vol. LXIX, pags. 281 e 398. — N. da R.

(**) Originario. — V. o vol. LXIX, pags. 201 e 401. — N. da R.

mara da Côrte de Appellação a 4 mezes de prisão e multa de um conto duzentos e cincoenta mil réis e perda do dinheiro apprehendido, em favôr da Nação, — gráu médio do art. 31, § 4º da Lei n. 2.321, de 30 de Dezembro de 1910;

considerando que o impetrante allega em apoio do pedido a nullidade do processo do paciente:

a) porque o auto de busca e apprehensão não foi lavrado no local em que se achavam os objectos apprehendidos, como prescreve o art. 201 do Codigo do Processo Criminal;

b) porque não foram inqueridas testemunhas em numero legal;

c) porque as testemunhas não prestaram compromisso, uma vez que isso não consta dos autos;

d) finalmente, porque a nota de culpa refere-se ao art. 32 da Lei n. 2.321, quando o crime que lhe era imputado é o do art. 31 da citada Lei n. 2.321; mas

considerando que não procedem taes allegações:

a *primeira*, porque o Codigo do Processo Criminal, no art. 201, o que exige é que no auto de apprehensão se indiquem o logar ou logares onde foram encontrados os objectos apprehendidos e não que o auto seja lavrado no proprio logar da apprehensão;

a *segunda*, porque, ainda mesmo que o commissario, que prendeu o paciente em flagrante, não pudesse depôr no processo, o que não é exacto, restariam ainda duas testemunhas, numero sufficiente, nos termos do § 2º do art. 8º da Lei n. 4.296, de 1921;

a *terceira*, porque entre as formalidades, cuja omissão determina a nullidade do processo por serem substanciaes, não inclúe o art. 286, do Decreto n. 9.263, o não constar o compromisso das testemunhas, além de que não se provou, nem mesmo se allegou que, devido a tal omissão, as testemunhas houvessem affirmado falsidades em seus depoimentos;

a *quarta*, finalmente, porque, se é certo que no despacho ordenando a entrega de nota de culpa ao paciente deu-se o equivoco na referencia ao artigo de Lei infringido pelo mesmo paciente, na nota de culpa, que lhe foi entregue e que consta de fls. 8 dos autos originas apresentados ao Tribunal, tal equivoco foi corrigido;

ACCORDAM indeferir o pedido, por ser manifestamente improcedente. Pagas as custas pelo impetrante.

Supremo Tribunal Federal, 18 de Agosto de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *G. Natal*, Relator. — *Pedro Mibielli*. — *Geminiano da Franca*. — *Viveiros de Castro*. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*. — *E. Lins*. — *Hermenegildo de Barros*. — *A. Ribeiro*. — *Leoni Ramos*. — *Godofredo Cunha*.

“Habeas-Corpus” n. 11.926 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro EDMUNDO LINS.

PACIENTE: — Carlos Dias de Mattos Leite.

O Supremo Tribunal Federal só concede habeas-corpus: a) para garantir o direito de livre locomoção, si é evidentemente illegal o obstaculo que lhe é opposto; b) para defender o direito ao exercicio de uma função publica, si a situação juridica do paciente é certa, liquida e incontestavel.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso de *habeas-corpus* desta Capital, verifica-se que os Drs. Edgard Ribas Cerneiro e Mario Lessa requereram ao Dr. Juiz da 7ª Vara Criminal um *habeas-corpus* preventivo a favor do Sr. Carlos Dias de Mattos, afim de que não cumprisse um mandado que, contra elle, fôra expedido pelo Juizo da 4ª Pretoria Civil, para que se arrombasse o predio de sua residencia, á rua da Matriz, n. 35.

A' vista das informações prestadas por esse Juizo, foi denegada a ordem, por se não tratar do direito de livre locomoção, mas de um direito controvertido, cujo reconhecimento envolve uma grave questão de natureza civil.

Esta sentença foi, em gráu de recurso, confirmada pela Quarta Camara da Côte de Appellação.

De seu Accordam é que foi interposto o presente recurso. Isto posto,

considerando que este Tribunal só tem concedido o *habeas-corpus*:

1º) para garantir o direito de livre locomoção, si é evidentemente illegal o obstaculo que lhe é opposto pela autoridade;

2º) para defender o direito ao exercicio de uma função publica, si a situação juridica do paciente é certa, liquida e incontestavel;

considerando que, em nenhuma dessas duas hypotheses, se acha a especie em lide;

ACCORDA o Supremo Tribunal Federal negar provimento ao recurso e indeferir o pedido de *habeas-corpus*. Pagas as custas pelos impetrantes.

Supremo Tribunal Federal, 25 de Agosto de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *E. Lins*, Relator. — *Hermenegildo de*

(*) Recurso. — V. o vol. LXIX, pag. 523. — N. da R.

Barros. Não conhecia do pedido, por não ser caso de habeas-corpus. — G. Natal. — Pedro Mibielli. — Leoni Ramos. — Geminiano da Franca. — Viveiros de Castro. — Muniz Barreto. — A. Ribeiro. — Pedro dos Santos.

“Habeas-Corpus” n. 11.930 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO.

PACIENTE: — Sebastião Naves Damacena.

A réu condemnado por Juiz competente, em processo regular por facto criminoso não prescripto, é de ser negado habeas-corpus.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *habeas-corpus* do Estado de Minas Geraes, em que é impetrante e paciente Sebastião Naves Damacena,

ACCORDAM negr a ordem impetrada, porque o paciente está regularmente condemnado, como co-autor de crime de homicidio, em sentença confirmada pelo Tribunal da Relação daquelle Estado, e a sua pena ainda não está integralmente cumprida, não sendo, por isso, illegal o constrangimento que soffre. Pague o impetrante as custas.

Supremo Tribunal Federal, 25 de Agosto de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *A. Ribeiro*, Relator. — *E. Lins. — Hermenegildo de Barros. — G. Natal. — Pedro Mibielli. — Geminiano da Franca. — Viveiros de Castro. — Pedro dos Santos. — Muniz Barreto. — Leoni Ramos. — Godofredo Cunha.*

“Habeas-Corpus” n. 11.931 ()**

RELATOR: — o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL.

PACIENTE: — Ulysses de Mendonça.

Não pôde ser considerada matricula em uma Escola Superior o simples acto de inscrição no protocollo, sujeito ainda á deliberação da Congregação que posteriormente a indeferiu.

O cancellamento de matricula, concedida provisoriamente, e constando apenas do pro-

(*) Originario. — V. o vol. LXIX, pag. 525. — N. da R.

(**) Originario. — V. o vol. LXXI, pag. 111. — N. da R.

tocollo, não constitúe uma pena illegal, mas simples acto declaratorio da insubsistencia da concessão, uma vez que não foi confirmada pela Congregação.

ACCORDAM

Vistos, expostos e relatados estes autos, em que Ulysses de Mendonça pede originariamente a este Tribunal ordem de *habeas-corpus* que lhe assegure o direito de collar, sem exame, o gráu de bacharel em direito, por lhe aproveitarem os favores da Lei n. 3.603, de 11 de Dezembro de 1918, uma vez que, nessa data, estava matriculado na ultima série do curso da Escola Teixeira de Freitas, para a qual se transferira em 1915:

considerando que o caso é de pedido originario, por que sobre pedido identico já se pronunciara o Tribunal no recurso *ex-officio* n. 10.314, (*) ao qual dera provimento para cassar a ordem concedida ao paciente pelo Juiz Federal na Secção do Estado do Rio de Janeiro, conforme se vê dos autos appensos, a requerimento do paciente;

considerando que o paciente faz derivar o direito, para o qual reclama garantias, do facto de ter obtido, em 1918, matricula na Escola Teixeira de Freitas; mas

considerando que, segundo se verifica dos documentos constantes destes e dos autos appensos, o requerimento do paciente solicitando a matricula foi deferido *ad referendum* da Congregação, que lh'a negou, tendo sido baldados todos os recursos administrativos interpostos para a reforma da decisão da Congregação;

considerando, portanto, que o cancellamento da sua matricula, provisoriamente concedida e constando apenas do protocollo, não constitúe, como elle allega, uma pena illegalmente imposta, mas simples acto declaratorio da insubsistencia da concessão, uma vez que não foi confirmada pela Congregação; e assim

considerando que não procede o pedido:

ACCORDAM indeferil-o. Pagas as custas pelo paciente.

Supremo Tribunal Federal, 1º de Setembro de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *G. Natal*, Relator. — *E. Lins*. — *Viveiros de Castro*. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*, vencido na preliminar. — *Hermenegildo de Barros*, vencido na preliminar, por não ser caso de *habeas-corpus*. — *A. Ribeiro*, vencido, por não ser caso de *habeas-corpus*. — *Leoni Ramos*. — *Godofredo Cunha*, vencido na preliminar.

(*) V. esse Acc. no presente vol., pag. 23. — V. tambem o vol. LXIII, pag. 206. — N. da R.

“Habeas-Corpus” n. 12.191 (*)**RELATOR:** — o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS.**PACIENTE:** — José Maria Lopes Cançado.

A réu pronunciado só se concede habeas-corpus, por motivo de nullidade do processo quando esta é evidente.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Districto Federal. José Maria Lopes Cançado, pronunciado no art. 303 do Código Penal, pelo Juiz de Direito da comarca de Pitangui, recorreu para o Tribunal da Relação de Minas Geraes, que negou provimento ao recurso.

Não querendo submeter-se a julgamento perante o Jury, requer ao Supremo Tribunal Federal uma ordem de *habeas-corpus*, allegando que o processo é nullo por falta de corpo de delicto, pois o existente é sem valor, desde que não foi feito por dois peritos, previamente nomeados, juramentados e presentes ao acto.

Mas, a réu pronunciado só se concede *habeas-corpus*, por motivo de nullidade do processo, quando esta é evidente.

Ora, o paciente não allega falta de corpo de delicto, mas tão sómente que este deixou de obedecer a certas formalidades, o que aliás não ficou provado devidamente.

ACCORDAM negar a ordem requerida e condemnar o impetrante e paciente nas custas.

Rio de Janeiro, 8 de Setembro de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Hermenegildo de Barros*, Relator. — *E. Lins*. — *G. Natal*. — *A. Ribeiro*. — *Pedro dos Santos*. — *Leoni Ramos*. — *Viveiros de Castro*. — *Pedro Mibielli*. — *Geminiano da Franca*. — *Muniz Barreto*. — *Godofredo Cunha*.

Conflicto de Jurisdição n. 606 ()****RELATOR:** — o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO.**EMBARGANTES:** — Angelo Peixoto e outros.**EMBARGADA:** — D. Julieta de Medeiros Sayão Lobato.

Para que surja um conflicto de jurisdição não é necessario que dois ou mais Juizes se julguem competentes para conhecer do

(*) Originario. — V. o vol. LXXI, pag. 231. — N. da R.

(**) Sobre embargos. — V. o Acc. embargado no vol. LX, pag. 33. — V. mais o vol. LXVII, pag. 109 e o vol. LVII, pag. 251. — N. da R.

mesmo litigio, basta que queiram processar e julgar demandas connexas.

A acção de despejo nada tem que ver com o dominio ou a posse do predio sobre que versa, e funda-se no contracto de locação, arrendamento, commodato, ou em um facto que obrigue a restituição respectiva. ()*

São de rejeitar os embargos que reproduzem materia já apreciada pela decisão embargada.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de conflicto de jurisdição do Districto Federal, em que são embargantes Angelo Peixoto e outros e embargada D. Julieta de Medeiros Sayão Lobato,

ACCORDAM desprezar os embargos e confirmar, por seus fundamentos o Accordam embargado. Paguem os embargantes as custas.

Supremo Tribunal Federal, 5 de Julho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *A. Ribciro*, Relator. — *E. Lins*. — *Pedro Mibielli*. — *Leoni Ramos*. — *G. Natal*. — *Viveiros de Castro*. — *Hermenegildo de Barros*. Com a declaração constante da minha assignatura no Accordam embargado. (**) — *Geminiano da Franca*. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*.

Conflicto de Jurisdição n. 638 (***)

RELATOR: — o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO.

SUSCITANTES: — Vianna Silva & Cia.

SUSCITADOS: — o Juiz de Direito da 5ª Vara Cível do Districto Federal e o Juiz de Direito de S. Gonçalo, no E. do Rio de Janeiro.

E' de ser homologada a desistencia que foi requerida e processada de accôrdo com a Lei.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de conflicto de jurisdição do Districto Federal, em que são suscitantes Vianna Silva & Cia. e suscitados o Juiz de Direito da 5ª Vara Cível daquelle Districto e o Juiz de Direito de S. Gonçalo, Estado do Rio;

(*) Ementa do Acc. embargado. — N. da R.

(**) V. essa declaração no vol. LX, pag. 36. — N. da R.

(***) Sobre desistencia. — V. o vol. LXVII, pag. 113. — N. da R.

ACCORDAM homologar, por sentença, a desistência, tomada por termo a fl. 18, para que produza todos os seus efeitos legais. Paguem os suscitantes as custas.

Supremo Tribunal Federal, 5 de Julho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *A. Ribeiro*, Relator. — *E. Lins*. — *Pedro Mibielli*. — *Leoni Ramos*. — *Pedro dos Santos*. — *G. Natal*. — *Viveiros de Castro*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Geminiano da Franca*. — *Muniz Barreto*.

Conflicto de Jurisdição n. 641 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS.

SUSCITANTES: — Alberto Chagas, sua mulher e outros.

SUSCITADOS: — o Supremo Tribunal Federal e o Juiz da 1ª Vara Cível da Capital de S. Paulo.

Nenhuma autoridade judiciaria do Paiz póde entrar em conflicto com o Supremo Tribunal Federal.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de conflicto de jurisdição de S. Paulo, nos quaes figuram de suscitantes Alberto Chagas, sua mulher e outros, e de suscitados o Supremo Tribunal Federal e o Dr. Juiz da 1ª Vara Cível da comarca da capital do referido Estado,

ACCORDAM em não tomar conhecimento do mesmo recurso, porque nenhuma autoridade judiciaria no Paiz póde entrar em conflicto com o Supremo Tribunal Federal. Custas pelos suscitantes na forma da Lei.

Rio de Janeiro, em sessão do Supremo Tribunal Federal, 5 de Julho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Pedro dos Santos*, Relator. — *E. Lins*. — *A. Ribeiro*. — *Leoni Ramos*. — *G. Natal*. — *Viveiros de Castro*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Geminiano da Franca*. — *Muniz Barreto*.

(*) V. o vol. LXVII, pag. 113. — N. da R.

Conflicto de Jurisdição n. 643 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO.

SUSCITANTE: — Manoel de Souza Jordão.

SUSCITADOS: — o Juiz de Direito de Vassouras, no Estado do Rio, e o da Provedoria e Resíduos, do Districto Federal.

A successão abre-se no logar do ultimo domicilio do finado.

O domicilio civil da pessoa natural é o logar onde ella estabelece a sua residencia, com animo definitivo.

Si a pessoa natural tiver diversas residencias onde alternadamente viva, prevalece a competencia, para o inventario, do Juiz que primeiro tenha tomado conhecimento do mesmo inventario.

Ao conjuge superstite não cabe a administração da herança, si o regimen do casamento não foi o da communhão de bens.

Para que a mulher continue na posse da herança até a partilha, é mistér que, além de ter sido o casamento celebrado sob o regimen da communhão de bens, estivesse ella vivendo com o marido, ao tempo da morte.

Appliação do Codigo Civil, arts. 31, 32, 34, 1.578, 1.579, 1.754 e 1.770.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de conflicto de jurisdição; suscitante, Manoel de Souza Jordão; suscitados, o Juiz de Direito da comarca de Vassouras e o Juiz da Provedoria e Resíduos do Districto Federal;

ACCORDAM julgar procedente o conflicto e reconhecer a competencia do Juiz de Direito de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, para processar e julgar o inventario dos bens deixados por Arthur Justino Leitão, que se finou nessa comarca, aos 27 dias do mez de Março do corrente anno.

Confrontando os documentos offerecidos, pelo suscitante com os apresentados pela viuva do inventariado, conclue-se pelo predomínio daquelles, os quaes convencem de que o ultimo domicilio do *de cujus* foi o de Vassouras.

Esses documentos são: a) certidão de obito, da qual consta que Arthur Justino Leitão residia no Morro da Vacca, 1º districto do

município de Vassouras; b) escriptura de fls. 4-8, de 13 dos referidos mez e anno, em que o tabellião declara aquella residencia; c) attestado no mesmo sentido, do subdelegado do 1º districto desse município; d) certidão do collecter municipal, que diz o seguinte: “O predio n. 37 da rua Dr. Domingos de Almeida nesta cidade, se achava e se acha inscripto em nome de Arthur Justino Leitão, *gozando o mesmo abatimento legal por ser residencia do seu proprietario*”; e) procuração de 11 de Fevereiro de 1924, passada no 1º districto de Vassouras, na qual se lê que o outorgante é residente neste districto; f) certidão de que elle fôra eleito mordomo do hospital da Santa Casa de Misericordia daquela cidade para o exercicio de 1919 a 1920, *tendo tomado posse para o exercicio de 1921 a 1922, e residindo á rua Domingos de Almeida n. 37*. Cabia-lhe, nessa qualidade, *“inspecionar todo o serviço e a economia domestica do hospital, visitando ao menos duas vezes por dia as enfermarias e mais repartições internas”* (fls. 81-82); g) attestado da Delegacia de Policia do Rio de Janeiro, o qual resa que “o fallecido Arthur Justino Leitão não era estabelecido com escriptorio á rua da Quitanda n. 30, e sim com intermittencia ali fazia ponto, onde recebia particularmente pessoas que com elle tratavam”, informação esta fornecida por um dos empregados da loja de tapeçarias estabelecida naquelle predio; h) asserção dos inquilinos de diversos predios do espolio, sitos á ladeira Senador Dantas, de que de Janeiro de 1923 a Março ultimo, estiveram com Arthur Justino Leitão umas duas vezes, quando este renovou o arrendamento, tendo elles pago os alugueis a Marcelino Silva, da firma Marcelino da Silva & Cia., da rua da Quitanda n. 30; i) certidão do auto de abertura, com arrombamento, de um cofre existente no sitio Santa Minervina, presentes o Juiz de Direito, a filha do inventariado, o Promotor Publico e outras pessoas, cofre em que foi encontrado um testamento de mão commum, *feito pelo “de cujus” e sua mulher, em 22 de Dezembro de 1910, o qual estava aberto, apresentando signaes evidentes de ter sido anteriormente fechado a lacre e pontos de linha*.

Segundo os arts. 1.578 e 1.770, do Codigo Civil, a successão abre-se no lugar do ultimo domicilio do fallecido, e ahi se deve proceder ao inventario e partilhas judiciais na forma da Lei em vigor. Como dispõem os arts. 31 e 34, o domicilio da pessoa natural é o lugar onde ella estabelece a sua residencia com animo definitivo; muda-se o domicilio transferindo-se a residencia com intenção manifesta de o mudar.

Ora, dos documentos acima indicados resulta que, desde 1921, pelos menos, Arthur Justino Leitão mudara seu domicilio para Vassouras.

E ainda que fosse licito concluir, á vista das allegações e

documentos offerecidos pela viuva do *de cujus*, que este tinha duas residencias, onde alternativamente vivia (Codigo Civil, art. 32) uma no Rio de Janeiro, outra em Vassouras, prevaleceria a competencia do Juiz dessa comarca fluminense, em que primeiro se abriu o inventario, a requerimento do testamenteiro, nomeado em testamento publico, mandado cumprir pela autoridade judiciaria. A arguição de nullidade desse acto de ultima vontade, não é de se examinar no presente conflicto, cabendo á viuva adduzil-a pelos meios regulares.

E' certo que o art. 1.754, do Codigo Civil, estabelece como condição para poder o testador conceder ao testamenteiro a *posse e administração da herança, ou de parte della, que não haja conjuge, nem herdeiro necessario*.

Mas não é menos certo que para que ao conjuge caibam a posse e administração, *com exclusão do testamenteiro*, preencha elle o requisito do art. 1.579, princ., isto é, *seja meeiro*. E si o conjuge superstite fôr a mulher, ha de satisfazer mais a condição da *convivencia com o marido ao tempo da morte deste*. O art. 1.579 é claro e terminante: "Ao conjuge sobrevivente, no casamento celebrado *sob o regimen da communhão de bens*, cabe continuar, até a partilha, na posse da herança, co mo cargo de cabeça de casal. § 1º. Si, porém, o conjuge sobrevivo fôr a mulher, *será mister, para isso, que estivesse vivendo com o marido ao tempo de sua morte*".

Ora, sem haver necessidade de indagar si, como allega o suscitante, D. Francelina Emilia Leitão, que habitava o predio da rua Taylor n. 86, nesta cidade, não vivia effectivamente em companhia do marido, basta a circumstancia de ser de *separação de bens o regimen adoptado pelos conjuges*, como consta da escriptura antenupcial, para que não assista á viuva de Arthur Justino Leitão o direito de administrar a herança, nem de apresentar reclamação contra o direito que está sendo exercido pelo testamenteiro. Em face dos citados arts. 1.579, § 2º, e 1.754, á herdeira necessaria, filha reconhecida do testador, é que pertencerá reclamar, si por ventura ella se achar, "*na posse corporal e na administração dos bens*".

Rio de Janeiro, 5 de Julho de 1924. — André Cavalcanti, Vice-Presidente. — Muniz Barreto, Relator. — G. Natal. — Leoni Ramos. — E. Lins. — Viveiros de Castro. — Hermenegildo de Barros. — Pedro dos Santos. — A. Ribeiro. — Geminiano da Franca.

Conflicto de Jurisdição n. 644 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS.

SUSCITANTE: — Feliciano de Souza Pereira.

SUSCITADOS: — o Juiz da 2ª Vara de Orphams do Districto Federal, e o de Direito de Barra Mansa, no E. do Rio.

O Juiz competente para o inventario é o do domicilio do finado.

A vontade do testador não póde subsistir contra a disposição da Lei, para o fim de ser alterada a competencia que é materia de direito publico.

Quando a pessoa natural tiver mais de um domicilio, em qualquer delles poderá ser feito o inventario, e, nesse caso, competente será o que primeiro tomou conhecimento do mesmo inventario.

Appliação do Codigo Civil, arts. 32 e 1.770.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de conflicto de jurisdicção da Capital Federal, em que é suscitante Feliciano de Souza Pereira, sendo suscitados, o Juiz de Direito da 2ª Vara de Orphams deste Districto e o Juiz de Direito de Barra Mansa, do Estado do Rio de Janeiro.

José Pereira de Souza falleceu com testamento na cidade de Barra Mansa, deixando dous filhos — Feliciano de Sousa Pereira e Sophia Pereira do Lago.

Requerido o inventario naquella cidade, a 12 de Fevereiro deste anno, pelo filho varão, este foi nomeado inventariante, prestou juramento do cargo e fez as declarações do estylo.

Um mez depois — a 13 de Março — a filha do fallecido requereu o inventario de seu pae no Juizo de Direito da 2ª Vara de Orphams desta Capital.

Em vista disso, o filho do finado suscitou conflicto de jurisdicção entre os dous Juizes — o de Direito de Barra Mansa e o de Orphams desta Capital.

O suscitante, além dos documentos relativos ao fallecimento do *de cujus*, declaração do titulo de herdeiros e abertura do inventario nos dous Juizos, offereceu justificação para provar que seu pae sempre residiu e foi domiciliado em Barra Mansa, onde falleceu em 4 de Fevereiro, deixando os dous filhos mencionados; offereceu para

(*) V. o vol. LXVII, pag. 119. — N. da R.

o mesmo fim attestados do delegado de policia, do Juiz de Paz e do agente do correio, além de certidão de haver sido feito em Barra Mansa o inventario da mulher do *de cujus*.

O Juiz de Direito de Barra Mansa informou que é o competente para o inventario, porque o inventariado sempre teve domicilio em Barra Mansa, conforme as considerações que adduziu.

O Juiz de Direito da 2ª Vara de Orphams desta Capital informou que, no testamento, feito pelo *de cujus*, se encontra a seguinte declaração:

“Declaro que a minha residencia, para todos os effeitos de direito, é no Rio de Janeiro, e se resido com minha filha é para fazer-lhe companhia durante seu estado de viuvez”.

Informou ainda o Juiz de Orphams desta Capital que no inventario foram descriptos quatro predios no Meyer.

Da exposição feita resulta que os dois irmãos, filhos do finado, estão em divergencia — um pretendendo que o inventario se faça em Barra Mansa e outro nesta Capital.

O Juiz competente para o inventario é o do domicilio do fallecido (art. 1.770, do Codigo Civil).

Ora, as testemunhas da justificação, para a qual foi citada a herdeira divergente, affirma que José Pereira de Souza foi sempre domiciliado em Barra Mansa, onde morou em companhia de sua filha, D. Sophia, até a data de seu fallecimento em 4 de Fevereiro.

Esta circumstancia — da residencia com a filha — está corroborada pela declaração do testador acima alludida.

Affirmam ainda as testemunhas que o *de cujus* foi jurado, eleitor e proprietario em Barra Mansa, embora tivesse propriedades tambem no Rio de Janeiro.

Tem importancia, sem duvida alguma, a declaração do testador de que a sua residencia, para todos os effeitos, era no Rio de Janeiro, ficando por esta forma manifestado o seu desejo de que fosse feito o inventario nesta Capital.

Mas, além de não poder subsistir a vontade do testador contra a disposição da Lei, para o fim de ser alterada a competencia, que é materia de direito publico, o que se deprehe de da declaração alludida e do facto de existirem propriedades em Barra Mansa e no Rio, é que o testador teria tido dois domicilios, de modo que em qualquer delles poderia ser feito o inventario (art. 32, do Codigo Civil).

Iniciado este nos dois domicilios, será competente, por força da prevenção de jurisdicção, o Juiz que primeiro tomou conhecimento do inventario, isto é, o de Barra Mansa, onde se fez tambem o inventario da mulher do inventariado. Neste caso, applica-se a regra, em virtude da qual o Juiz, que conheceu do inventario de um conjuge,

é o competente para tomar conhecimento do inventario que se faz por morte do outro conjugue.

ACCORDAM, por estas razões, julgar o conflicto em favor da competencia do Juiz de Direito de Barra Mansa.

Rio de Janeiro, 5 de Julho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Hermenegildo de Barros*, Relator. — *E. Lins*. — *A. Ribeiro*. — *Pedro Mibielli*. — *Leoni Ramos*. — *G. Natal*. — *Viveiros de Castro*. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*.

Conflicto de Jurisdição n. 645 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro VIVEIROS DE CASTRO.

SUSCITANTES: — João Leopoldo Modesto Leal e sua mulher.

SUSCITADOS: — o Juiz Federal e o de Direito da 4ª Vara Cível, ambos de S. Paulo.

Desde que um dos Juizes dados em conflicto reconheceu a sua incompetencia para o feito, desapparece a razão de ser do mesmo conflicto que assim deve ser julgado improcedente.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de conflicto de jurisdição em que são suscitantes João Leopoldo Modesto Leal, e sua mulher, e são suscitados o Juiz Federal da Secção de S. Paulo e o Juiz da 4ª Vara Cível da capital do mesmo Estado;

ACCORDAM julgar improcedente o conflicto porquanto, no officio de fls. 25, o segundo dos referidos Juizes reconheceu expressamente a competencia do primeiro, e assim não ha dous Juizes que se julguem igualmente competentes para processar e julgar o mesmo feito. Custas pelos suscitantes.

Supremo Tribunal Federal, 5 de Julho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Viveiros de Castro*, Relator. — *E. Lins*. — *A. Ribeiro*. — *Pedro Mibielli*. — *Leoni Ramos*. — *G. Natal*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*.

(*) V. o vol. LXVII, pag. 120. — N. da R.

Conflicto de Jurisdição n. 649 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL.

SUSCITANTES: — A. Scarone & Irmão.

SUSCITADOS: — o Juiz Federal e o da 3ª Vara Cível, ambos do Estado de S. Paulo.

A residencia das partes, ao tempo em que se inicia a demanda, é que determina a competencia constitucional da Justiça que della deve conheccr.

Embora tenha séde em um Estado, um estabelecimento commercial, desde que possúa filial em outro, perante a Justiça deste responderá pelas obrigações contrahidas nelle, em contracto celebrado por agentes seus.

ACCORDAM

Vistos, expostos e relatados estes autos de conflicto negativo de jurisdição suscitado por A. Scarone & Irmão, entre o Juiz Federal na Secção de S. Paulo e o Juiz da 3ª Vara Cível da capital do mesmo Estado, porque, tendo este se declarado incompetente para conhecer da acção intentada contra P. S. Nicolson & Cia., firma estabelecida nesta Capital, aquelle se declarou tambem incompetente para dita acção, visto ter a firma ré filial na capital do Estado de S. Paulo e haver sido o contracto, cujo inadimplemento deu origem a acção, celebrado na mesma capital por agentes da ré:

considerando que a residencia das partes ao tempo em que se inicia a acção é que determina a competencia constitucional da Justiça, que della deve conhecer;

considerando que, embóra tenha séde em um Estado, um estabelecimento commercial, desde que possúa filial em outro, perante a Justiça deste responderá pelas obrigações contrahidas nelle em contracto celebrado por agentes seus; ora,

considerando que a Companhia ré na acção responde por obrigações contrahidas em S. Paulo por intermedio de agentes seus e, ao tempo da propositura da acção, possuía uma filial nesse Estado com poderes para represental-a:

ACCORDAM julgar procedente o conflicto para declarar competente o Juiz da 3ª Vara Cível da capital de S. Paulo para conhecer da acção intentada pelo suscitante contra P. S. Nicolson & Cia. Custas, na forma da Lei.

Supremo Tribunal Federal, 5 de Julho 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *G. Natal*, Relator. — *E. Lins*. — *A. Ri-*

(*) V. o vol. LXVII, pag. 123. — N. da R.

beiro. — Pedro Mibielli. — Leoni Ramos. — Viveiros de Castro. — Hermenegildo de Barros. — Geminiano da Franca. — Pedro dos Santos. — Muniz Barreto.

Conflicto de Jurisdição n. 642 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO.

SUSCITANTE: — o Juiz Municipal da 3ª Vara de Fortaleza.

SUSCITADO: — o Juiz Substituto Federal do Ceará.

A competencia da Justiça Federal emana directamente da Constituição e, assim, as Leis ordinarias não podem senão declarar e desenvolver o respectivo pensamento constitucional.

A falsificação de documentos, para cahir sob a alçada da Justiça Federal, cumpre tenha por objecto produzir efeitos em serviço federal e violar a Fazenda Nacional.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de conflicto de jurisdição do Estado do Ceará, em que é suscitante o Juiz municipal da 3ª Vara de Fortaleza e suscitado o Juiz Substituto Federal da Secção daquelle Estado, verifica-se que a especie é a seguinte:

As duas autoridades em conflicto julgam-se incompetentes para conhecer do seguinte facto criminoso:

O superintendente da Dwight P. Robinson Company Incorporation, encarregada dos serviços dos açudes “Piranhas” e “Pilões”, tendo tido noticia de que, em Fortaleza, estavam apparecendo vales ou certificados falsos de pagamentos d’aquelles serviços, levou esse facto ao conhecimento da policia, que, procedendo ás necessarias investigações, logrou apprehender, na “Pensão Cavalcanti”, diversos certificados falsos, outros em branco, alguns por preencher e um vale em favor de Teixeira & Irmão, na importancia de 26:000\$000, recebido como garantia da venda daquelles certificados.

Verificou-se, no inquerito policial, ter sido essa falsificação preparada por Antonio Lopes Cavalcanti, sendo principal encarregado de obter compradores para os ditos vales Francisco Martins, que recebia dinheiro por conta das vendas que levava a effeito.

O Promotor de Justiça denunciou o facto ao suscitante, como reunindo os extremos do delicto do art. 258 do Codigo Penal, combinado com o art. 259, § 3º.

(*) V. o vol. LXVII, pag. 302. — N. da R.

Recebida a denuncia, os réus allegaram incompetencia do Juiz do summario, e este reconheceu a procedencia da allegação, sob o fundamento de se tratar de falsificação de documentos que tinham de produzir effeito em serviço federal, *ex-vi* do art. 2º, do Decreto n. 4.381, de 5 de Dezembro de 1921.

Remettidos os autos ao substituto do Juiz Federal no Estado, essa autoridade julgou-se tambem incompetente para conhecer do facto. Eis o fundamento do seu despacho:

“Os indigitados estellionatarios, assim como suas victimas, não são funcionarios federaes. Não foram lesados os cofres da União, nem mesmo ameaçados, pois se deve suppor que a criteriosa e regular organização da escripta e papeis das nossas repartições federaes não deixem margem ao exito de incursões de tal ordem.

Nestes autos, não se faz a prova de que os certificados em questão tivessem sido emitidos mediante autorização legal. Ao contrario, o que se verifica é que os ditos vales foram mandados imprimir por uma companhia estrangeira, que mantém contractos de obras com o Governo Federal. Essa companhia, carecida de numerario para effectuar os seus pagamentos a operarios, fornecedores, etc., convencionou emitir certificados ao portador, para produzir effeito perante a Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas. Esses vales, assignados respectivamente pelo superintendente e contador da “Dwight P. Robinson Company Incorporation”, estão escriptos em letra de machina e revestem um caracter grosseiro”.

Em sua resposta de fls. 21, o Juiz suscitado insistiu em affirmar a sua incompetencia, dizendo tratar-se de um delicto de estellionato perfeitamente caracterizado, cujos autores e victimas não eram funcionarios federaes, não tendo sido lesada a União, de nenhum modo.

O Sr. Ministro Procurador Geral da Republica emittiu o seguinte parecer:

“Qualquer que seja a classificação que se adopte para o facto de que os autos dão noticia, fica fóra de duvida que se não trata de um attentado contra a Fazenda Publica nem de falsificação de documentos, para produzirem effeito em repartições federaes.

Os accusados falsificaram vales de pagamento de uma empreza particular, incumbida de trabalhos que correm sob a fiscalização do Estado, não para virem receber deste importancias a que não tivessem direito, mas para illudirem a bôa fé de terceiros, dos quaes lograram a compra dos ditos vales.

Nestas condições, parece-me que a competencia para o processo e julgamento é da Justiça local”.

O Juiz suscitante funda a sua incompetencia no art. 2º do Decreto legislativo n. 4.381, de 5 de Dezembro de 1921, que dispõe:

“Compete aos Juizes Federaes o julgamento dos crimes de resistencia, desacato e desobediencia á autoridade federal e tirada dos presos do poder da Justiça Federal (Caps. 3 a 5, do Tit. II, do Liv. 2º, do Código Penal), e *bem assim os de falsificação de documentos que tenham de produzir effeitos em serviço federal*”.

Na intelligencia desse dispositivo, cumpre não deslembrar que a competencia da Justiça Federal emana directamente da Constituição e que as Leis ordinarias não podem senão declarar e desenvolver o respectivo pensamento constitucional. Essas Leis, por vezes, têm desenvolvido o que naquella Lei primaria está implicito, o que nella está virtualmente contido, como os casos de processo e julgamento dos crimes de moeda falsa, de peculato, de contrabando, de desacato e resistencia ás autoridades federaes, o roubo, o furto e o damno das cousas pertencentes á União, os crimes funcionaes dos empregados federaes.

Esses casos — disse, em outra parte, o Sr. Ministro Procurador Geral da Republica — interessam virtualmente a administração e á Fazenda da União, e a competencia da Justiça Federal para julgal-os deriva, não da Lei ordinaria, mas do proprio regimen, que não admite a defesa de tão altos interesses nacionaes entregues a outra Justiça que não a Justiça Federal.

E' á luz destes principios que deve ser entendido o preceito legal acima transcripto e em que se apoiou o Juiz suscitante.

De accôrdo com esse pensamento, deve-se entender que a falsificação de documentos, para cahir sob a alçada da Justiça Federal, cumpre tenha por objecto produzir effeito em serviço federal e violar a Fazenda Nacional.

O Juiz suscitado esclarece a questão, narrando o facto da seguinte forma:

“Os vales foram mandados imprimir por uma companhia estrangeira, que, não dispondo de numerario, para effectuar os seus pagamentos a operarios, fornecedores, etc., deliberou emittir certificados ao portador, e esses certificados é que se falsificaram”.

Como se vê, taes vales ou certificados se destinavam a circular entre os operarios, fornecedores e terceiros extranhos, e o prejuizo resultante da falsificação iria naturalmente recahir em quem, illaqueado em sua bôa fé, recebesse o papel falsificado.

A Fazenda Nacional podia, sem duvida ser victima desse crime, como aliás pôde sel-o de qualquer falsificação de documento particular; esse facto, porém, não é de natureza a determinar o desaforamento da falsificação para a Justiça especial.

A verdade é que se trata de falsificação de documentos emitidos por uma companhia particular, no intuito simplesmente de illudir aquelles que os recebessem em troca de valores, dinheiro e serviços, não sendo a Fazenda Nacional directamente visada nessa falsificação. O crime não é, pois, da competencia da Justiça Federal, pouco importando, para a fixação da competencia, que elle tivesse sido praticado a proposito de um serviço de character federal, contractado com a empresa emissora dos vales.

ACCORDAM, pelo exposto, julgar procedente o conflicto negativo de jurisdição, afim de declarar a Justiça local competente para o processo e julgamento do crime que o motivou. Sem custas, pela natureza da causa.

Supremo Tribunal Federal, 19 de Julho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *A. Ribeiro*, Relator. — *E. Lins*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro Mibielli*. — *G. Natal*. — *Pedro dos Santos*. — *Viveiros de Castro*. — *Leoni Ramos*. — *Godofredo Cunha*. — Fui presente, *Muniz Barreto*.

Conflicto de Jurisdição n. 646 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro EDMUNDO LINS.

SUSCITANTE: — Braz Vechione.

SUSCITADOS: — o Juiz de Direito da 1ª Vara de Maceió e o Juiz Federal de Alagôas.

Não ha conflicto de jurisdição desde que dois Juizes não se julgam simultaneamente competentes para o mesmo feito.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos, verifica-se que Braz Vechione suscita o presente conflicto de jurisdição entre o Juizo de Direito da 1ª Vara de Maceió e o segundo supplente do Juizo Federal em exercicio na Secção de Alagôas, allegando:

que ambos se julgam competentes para conhecerem do sequestro contra elle requerido pelo commerciante Gustavo Adolpho Schmidt Junior, residente em Nicheroy, contractante do abastecimento de carnes verdes á população de Maceió e proprietario do “Matadouro Modelo”, ali estabelecido;

que era procurador, naquella capital, do alludido commerciante o cidadão Luiz de Amorim Ramos, o qual emprega o supplicante como seu auxiliar;

(*) V. o vol. LXVII, pag. 405. — N. da R.

que, apesar de estar desempenhando bem o mandato, o predicto contractante constituiu novo procurador o Sr. José Antonio de Azevedo Filho;

que este levantou o inventario do “Matadouro” e denunciou, immediatamente, á policia um supposto desfalque, avaliado em 150:365\$000;

que o filho do Governador do Estado, por cuja insinuação Gustavo Schmidt constituiu esse novo procurador, invadiu, com a força publica, a casa do supplicante e apprehendeu, além de varios documentos, 25:850\$000, importancia que ficou depositada em mão do mesmo novo procurador;

que, após isto, Gustavo Adolpho Schmidt promoveu acção criminal contra o supplicante e outros empregados no “Matadouro”, apresentando queixa crime perante o Juiz de Direito da 1ª Vara de Nichteroy;

que, tendo este Juiz julgado improcedente a queixa, o supplicante lhe requereu o levantamento da quantia que lhe fôra apprehendida;

que, deferido o pedido, não poudé ser cumprido o respectivo mandado, por haver o representante de Schmidt se recusado a cumpri-lo;

que esse representante, no mesmo dia, requereu ao segundo supplente do Juizo Federal, em exercicio na cidade de Maceió, sequestro daquella quantia, como preliminar da acção de prestação de contas, e o Juiz deferiu ao pedido;

que esse deferimento importou em infracção do art. 62 da Constituição;

que deve, consequentemente, ser julgado procedente o conflicto e competente o Juizo de Direito da 1ª Vara de Maceió, revogando-se, assim, o segundo sequestro abusivamente feito.

Este Juiz informou que o processo criminal intentado, perante elle, contra o suscitante já está definitivamente findo, pois o Juiz do summario julgou improcedente a queixa e sua sentença fôra confirmada, por elle, em gráu de recurso.

E o Juiz Seccional informou que, *ex-vi* do art. 60, letra *d*, da Constituição, Gustavo Schmidt Junior, residente em Nichteroy, propozera, contra o suscitante deste conflicto, uma acção de prestação de contas e requereu o sequestro preliminar da quantia que já havia sido sequestrada pela policia, requerimento que fôra por elle deferido. Isto posto,

considerando que não ha dois Juizes que, simultaneamente, se julgam competentes para o sequestro em lide; mas,

considerando que a Justiça local já mandou levantar-o;

considerando que só se julga competente para esse sequestro o Juízo Federal;

considerando que a competência deste Juízo já foi firmada por este Tribunal, no agravo n. 3.773; (*).

ACCORDA o Supremo Tribunal Federal julgar improcedente o conflicto. Pagas as custas pelo suscitante.

Supremo Tribunal Federal, 26 de Julho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *E. Lins*, Relator. — *Hermenegildo de Barros*. — *Geminiano da Franca*. — *G. Natal*. — *Viveiros de Castro*. — *Pedro Mibielli*. — *Leoni Ramos*. — *A. Ribeiro*. — *Pedro dos Santos*. — *Godofredo Cunha*. — Fui presente, *Muniz Barreto*.

Conflicto de Jurisdição n. 651 ()**

RELATOR: — o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO.

SUSCITANTES: — Oliveira Guimarães & Cia.

SUSCITADOS: — o Juízo da 4ª Vara Cível e outros.

Não é de se conhecer de conflicto de jurisdição suscitado por quem não provou legitimo interesse para suscitá-lo.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de conflicto de jurisdição, suscitado por Oliveira Guimarães & Cia.

ACCORDAM não tomar conhecimento do conflicto, por não terem os requerentes provado interesse legitimo para suscitá-lo.

Pedem elles que o Tribunal declare competente, para decidir sobre as diversas acções intentadas em Juízos differentes, contra Marques Pacheco & Cia., o Juiz de Direito da 4ª Vara Cível desta cidade, o qual decretou a fallencia dessa firma.

Oliveira Guimarães & Cia. não pertencem á sociedade anonyma Marques Pacheco & Cia., não bastando a allegação de se acharem guardados em seu poder os bens desta, para lhes assistir o direito de suscitar o presente conflicto.

Rio de Janeiro, 30 de Julho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Muniz Barreto*, Relator. — *E. Lins*. — *G. Natal*. — *Leoni Ramos*. — *Geminiano da Franca*. — *Viveiros de Castro*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Godofredo Cunha*. — *A. Ribeiro*. — *Pedro dos Santos*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

(*) V. esse agravo no vol. LXIV, pag. 150. — N. da R.

(**) V. o vol. LXVII, pag. 486. — N. da R.

Conflicto de Jurisdição n. 629 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro LEONI RAMOS.

EMBARGANTE: — o Dr. Francisco C. de A. Barros Barreto.

EMBARGADO: — Constantino Adamo Gitsio.

*A Justiça Federal não pôde intervir nos feitos já submettidos a julgamento perante a Justiça local. (**)*

São de rejeitar os embargos que reproduzem materia já apreciada pela decisão embargada.

ACCORDAM

Vistos, expostos e relatados estes autos de conflicto de jurisdição, em gráu de embargos, em que são suscitantes, Constantino Adamo Gitsio e sua mulher e suscitado, o Juiz de Direito da comarca de Friburgo e o Juiz Federal da Secção do Estado do Rio de Janeiro.

ACCORDAM rejeitar os embargos de fls. para confirmar o Accordam embargado, por seus proprios fundamentos, visto como os ditos embargos são meramente protelatorios. Custas pelos embargantes.

Supremo Tribunal Federal, 2 de Agosto de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Leoni Ramos*, Relator. — *E. Lins*. — *Hermenegildo de Barros*. — *G. Natal*. — *Pedro dos Santos*. — *Pedro Mibielli*. — *A. Ribeiro*. — *Geminiano da Franca*. — *Viveiros de Castro*. — *Godofredo Cunha*. — *Muniz Barreto*.

Appellação Criminal n. 934 (*)**

RELATOR: — o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS.

APPELLANTE: — Dr. Mathias Carlos de Araujo Maciel Filho.

APPELLADA: — a Justiça Federal.

As acções ou omissões contrarias á Lei penal, que não forem commettidos com intenção criminosa ou não resultarem de negligencia ou impericia, não são passíveis de pena.

Applicação doCodigo Penal, art. 24.

(*) Sobre embargos. — V. o Acc. embargado no vol. LXXI, pag. 36. — V. mais o vol. LXIX, pag. 129 e o vol. LXII, pag. 552. — N. da R.

(**) Ementa do Acc. embargado. — N. da R.

(***) V. e vol. LXXI, pag. 294. — N. da R.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação criminal, vindos do Dr. Juiz Federal da Secção do Rio Grande do Norte, nos quaes figuram de appellada a Justiça e de appellante o Dr. Mathias Carlos de Araujo Maciel Filho, Juiz de Direito da comarca de Can-guaretama, no dito Estado, accusado, pronunciado e condemnado como incurso nas penas do crime definido no art. 25 do Decreto n. 4.226, de 30 de Dezembro de 1920, por haver deixado de convocar e de presidir audiencias especiaes para a organização do alistamento eleitoral da Republica na região submettida á sua jurisdição;

ACCORDAM em dar provimento ao mesmo recurso, para, revogando a sentença appellada, absolver o appellante, porque, sobre o seu acto omissivo não ter causado qualquer damno á causa publica ou particular, pois nenhum pretendente appareceu para ser alistado, é indiscutivel que intenção criminosa nelle se não descobre, hypothese em que a Lei positivamente não permite applicação da pena (art. 24 do Codigo Penal). Custas na forma da Lei.

Rio de Janeiro, em sessão do Supremo Tribunal Federal, 13 de Setembro de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Pedro dos Santos*, Relator. Além do consignado no Accordam, sustentei em discussão no Tribunal não ser rigorosamente adaptavel á indole do nosso regimen politico a attribuição conferida aos Juizes estaduaes de presidirem o alistamento eleitoral da Republica. Si, como ninguem contestará, essa attribuição não é judiciaria, nem ao Judiciario foi conferida por disposição constitucional expressa ou implicita, então necessariamente a outro departamento do Governo ella pertence.

Conferindo-a, pois, aos orgams do Judiciario mais não fez o legislador ordinario do que autorizar verdadeira usurpação. O dogma fundamental do regimen, qual é o da separação dos poderes, ahi se encontra por inteiro sacrificado. Sem o violar não podem os Juizes pôr em pratica a outorga discutida.

Outra não é a lição do COOLEY, quando ensina que “aos Juizes nenhuma outra função poderá ser conferida, senão as de natureza judicial”. (*On a judge as such na functions can be imposed except, those of a judicial nature — The general principles of Constitutional law*, pag. 53).

Si, porém, a função é realmente judiciaria e federal, porque só a federal póde conferir o Congresso Nacional, então não ha como não perceber que ella attenta contra o art. 60, § 1º da Constituição da Republica, que veda ao Congresso commetter qualquer jurisdição federal ás Justiças dos Estados. — *Hermenegildo de Barros*. — *G. Natal*. — *Pedro Mibielli*. — *A. Ribeiro*. — *Geminiano da Franca*. —

Leoni Ramos. — Muniz Barreto. — Godofredo Cunha. — Fui presente, A. Pires e Albuquerque.

Foram votos vencedores os dos Srs. Ministros Viveiros de Castro e Edmundo Lins.

Appellação Criminal n. 866 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO.

APPELLANTE: — Manoel Pereira Gonçalves.

APPELLADA: — a Justiça Federal.

Uma vez reconhecida a atenuante do exemplar comportamento anterior, na ausencia de qualquer agravante, deve a pena ser reduzida ao gráu minimo.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação criminal do Estado de S. Paulo, em que é embargante Manoel Pereira Gonçalves e embargada a Justiça Federal, verifica-se ser a especie a seguinte:

O Procurador da Republica, na Secção de S. Paulo, denunciou a Manoel Pereira Gonçalves, por haver este se apoderado, na qualidade de agente do correio de Olympia, daquelle Estado, de diversas cartas registradas confiadas á sua guarda, em razão do cargo que exercia, subtrahindo os valores que ellas continham, na importancia de 7:484\$200, o que fôra verificado em processo administrativo regular.

Intimado a recolher aos cofres publicos, em prazo prefixado, a quantia subtrahida, fel-o sómente em relação á de 3:315\$500, ficando ainda alcançado na importancia de 4:170\$700.

Foi, por isso, considerado incurso nas penas do art. 1º, letra a, do Decreto n. 2.110, de 30 de Outubro de 1919.

O Juiz *a quo*, por sentença de fls. 197, (**) condemnou-o no gráu médio daquelle artigo (quatro annos de prisão celllular, perda do emprego, inhabilitação por doze annos para exercer qualquer funcção publica e multa de 10 0/0 sobre o damno), attenta á prova plena do facto e de sua autoria e á inexistencia de circumstancias atenuantes e aggravantes.

Essa sentença foi, por seus fundamentos, confirmada por

(*) Sobre embargos. — V. o Acc. embargado no vol. XL, pag. 83. — V. tambem o vol. LXXIII, pag. 420. — N. da R.

(**) V. essa sentença no vol. XL, pag. 84. — N. da R.

Accordam de fls. 217 v., (*) a que o réu oppoz os seguintes embargos allegando:

1) que a sentença foi proferida contra a prova dos autos nada tendo sido feito, no plenário, para levar ao julgador a convicção da certeza do facto delictuoso;

2) que lhe não foi reconhecido o exemplar comportamento anterior, quando, havia longos annos, como funcionario publico, levava uma vida de conducta irreprehensivel e digna de ser imitada.

O Sr. Ministro Procurador Geral da Republica, ouvido sobre os embargos, reportou-se ao seu parecer de fls. 216, em que disse:

“Nada articulam as razões de appellação que possa, ao menos, abalar os fundamentos da sentença appellada.

Basta lêr as declarações de fls. 30, plenamente confirmadas a fls. 166, para que se tenha como certo que ella apreciou, com rigorosa justiça, a prova dos autos.

Parece que o appellante não é um criminoso inveterado, parece mesmo que foi levado ao crime por circumstancias penosas. A inhabilidade com que procedeu, a franqueza com que confessa o crime, as razões com que buscou explical-o, dizem isto e predispõem á compaixão; mas, não ha duvida que praticou o delicto que lhe é imputado e incorreu na pena a que foi condemnado”.

A prova do crime é, na verdade, completa: — ha a confissão do réu de fls. 30, que elle livremente, no summario, confirmou, a fls. 166, e que está convenientemente corroborada pelas circumstancias verificadas no processo.

E', portanto, improcedente o primeiro item dos embargos, não o sendo, porém, o segundo, pois dos documentos de fls. 213 e 214 se verifica que, antes do delicto, o embargante tinha um proceder incensuravel.

Esses dois documentos muito abonam a conducta do réu em dois logares em que, longos annos, residiu (cidades de Monte Azul e Olympia), affirmando as autoridades locaes que elle sempre teve muito bom comportamento e que nada constava em seu desabono.

Está, pois, provada a attenuante do art. 42, § 9º, do Codigo Penal. Pelo exposto,

ACCORDAM receber, em parte, os embargos, para reduzir a pena do embargante ao minimo do art. citado, letra a, da Lei n. 2.110, isto é, a dois annos de prisão cellutar, perda do emprego, inhabilitação, por oito annos, para o exercicio de qualquer função publica e multa de 10 % sobre o damno. Pague as custas embargante e embargado.

Supremo Tribunal Federal, 15 de Outubro de 1924. — André

(*) V. esse Acc. no vol. XL, pag. 83. — N. da R.

Cavalcanti, Vice-Presidente. — *A. Ribeiro*, Relator. — *Hermenegildo de Barros*. — *Pedro dos Santos*. — *G. Natal*. — *Godofredo Cunha*. — *Leoni Ramos*. — *Geminiano da Franca*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Foi voto vencedor o do Sr. Ministro Viveiros de Castro.

Appellação Criminal n. 884 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro LEONI RAMOS.

APPELLANTE: — Fernando Gago Moreno.

APPELLADA: — a Justiça Federal.

Para o reconhecimento da atenuante do § 9º do art. 42 do Código Penal, é necessaria a prova do exemplar comportamento anterior ou da prestação de bons serviços á sociedade, não bastando simples attestados graciosos.

ACCORDAM

Vistos, expostos e discutidos estes autos de appellação criminal, em gráu de embargos, em que é embargante Fernando Gago Moreno e embargada a Justiça Federal;

ACCORDAM rejeitar os embargos para confirmar o Accordam embargado, porquanto nelles não pretende o embargante mais do que a reducção da pena que lhe foi imposta, pelo reconhecimento da circumstancia atenuante do § 9º do art. 42 do Código Criminal; mas os documentos offerecidos com os embargos são meros attestados graciosos sem nenhum valor probante. Custas pelo embargante.

Supremo Tribunal Federal, 18 de Outubro de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Leoni Ramos*, Relator. — *Pedro Mibielli*. — *A. Ribeiro*. — *Geminiano da Franca*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Pedro dos Santos*. — *Godofredo Cunha*. — *Muniz Barreto*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Appellação Criminal n. 859 (**)

RELATOR: — o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO.

APPELLANTES: — José de Souza e o Procurador Criminal.

APPELLADA: — a Justiça Federal e José de Souza.

A Lei nova sómente rege o facto que lhe é anterior quando o pune com pena menos rigorosa.

(*) Sobre embargos. — V. o Acc. embargado no vol. XLIII, pag. 38. — V. também o vol. LXXIII, pag. 455. — N. da R.

(**) V. o vol. LVI, pag. 141, o vol. LVII, pag. 39, o vol. LXII, pag. 529, e o vol. LXXIII, pag. 687. — N. da R.

Tendo a Lei nova aggravado a pena do crime continuado, anteriormente punido como delicto simples, não póde ella ser applicada a facto punido anteriormente com a pena então estabelecida.

ACCORDAM

Vistos os autos:

ACCORDAM indeferir a petição de fls. 255, de José de Souza, condemnado por este Tribunal, em 30 de Janeiro ultimo, nas penas do gráu maximo do art. 13, com referencia ao art. 10, do Decreto n. 2.110, de 1909, tendo occorrido o delicto em Maio de 1920.

Não se fez applicação da regra do art. 66, § 2º, do Codigo Penal, que dispunha, então, sobre o *concurso real de delictos homogeneos*. A especie foi considerada de delicto *continuado*, punido, a esse tempo, como delicto *simples*.

Pelo art. 39 do Decreto n. 4.780, de 27 de Dezembro de 1923, desapareceu aquelle caso especial de concurso de crimes, sendo o texto do citado § 2º substituido por est'outro: "*Quando o criminoso tiver de ser punido por dois ou mais crimes da mesma natureza, resultantes de uma só "resolução contra a mesma ou diversas pessoas, embora commettidos em tempos differentes, se lhe imporá pena de um só dos crimes, mas com o augmento da sexta parte"*".

Como se vê, o novo texto rege apenas o delicto *continuado*, que passou a ser uma infracção penal especialmente aggravada, havendo, *em cada gráu o augmento da sexta parte sobre a pena estabelecida para o delicto simples*.

Consequentemente, deferir o pedido do condemnado, para se lhe applicar a Lei nova, seria impor-lhe condemnação maior, o que elle certamente não tem em vista, e, si o tivesse, não se lhe poderia conceder.

Como prescreve o art. 3º do Codigo Penal, a Lei nova rege o facto anterior a ella sómente quando o pune com pena menos rigorosa

Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Muniz Barreto*, Relator. — *Hermenegildo de Barros*. — *G. Natal*. — *A. Ribeiro*. — *Pedro Mibielli*. — *Leoni Ramos*. — *Geminiano da Franca*. — *Godofredo Cunha*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Aggravo de Petição n. 3.210

RELATOR: — o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA.

AGGRAVANTE: — Paulo Emilio Deremsson.

AGGRAVADA: — a S. Paulo Northern Railroad Company.

A Justiça local é a competente para os pleitos entre partes residentes no mesmo Estado.

Appliação da Constituição Federal, art. 60, letra d.

ACCORDAM

Vistos e expostos os autos de aggravo de petição em que é aggravante Paulo Emilio Deremsson e agravada São Paulo Northern Railroad Company;

considerando que, em uma acção ordinaria proposta no Juizo Federal da Secção de São Paulo, pelo aggravante contra a agravada, oppoz esta excepção de incompetencia de Juizo, allegando que tanto ella como o autor-aggravante residem no Districto Federal, sendo, por consequente, competente para conhecer da causa a Justiça local da Capital da Republica;

considerando que o Juiz da 1ª instancia assim decidiu, julgando-se, portanto, incompetente para processar e sentenciar o feito sob a fundamento de já ter o Supremo Tribunal declarado afinal no Accordam n. 3.415, de 25 de Maio de 1921, (*) cuja certidão se acha a folhas 36, que a agravada tem sua séde no Districto Federal, e por estar provado que o aggravante tambem reside no mesmo Districto;

considerando que o presente aggravo interposto desta decisão se baseia no art. 715, letra *a*, do Decreto n. 3.084, de 1898, Parte Terceira e no art. 60, letra *d*, da Constituição da Republica;

considerando que a Justiça de São Paulo, na decisão a fls. 9, proferida em 15 de Maio de 1920, julgou desapropriadas pelo Governo de São Paulo as estradas de ferro de concessão da agravada, incorporando-as com as respectivas concessões ao patrimonio do mesmo Estado, desaparecendo assim o vinculo contractual que obrigava a agravada a ter um representante em São Paulo, fundamento de todas as decisões anteriores do Supremo Tribunal Federal acerca do domicilio da Companhia;

considerando que o Supremo Tribunal já reconheceu no citado Accordam n. 3.415 que a agravada tem sua séde no Districto Federal;

(*) V. esse Acc. no vol. XXX, pag. 248. — V. tambem o vol. XXXVIII, pags. 115 e 135. — N. da R.

considerando que o proprio aggravante tambem reconhece ser a séde da Companhia na Capital Federal, onde funcçionam seus escriptorios, não tendo de facto nenhum escriptorio, nem representante em São Paulo;

considerando, isto posto, que não ha diversidade de domicilio entre o aggravante e aggravada, pois, ambos têm domicilio e residencia no Districto Federal;

ACCORDAM negar provimento ao recurso para confirmam a sentença aggravada. Pagas as custas pelo aggravante.

Supremo Tribunal Federal, 22 de Julho de 1922. — *H. do Espirito Santo*, Presidente. — *Godofredo Cunha*, Relator. — *Viveiros de Castro*. — *André Cavalcanti*. — *Pedro Mibielli*. — *G. Natal*. — *E. Lins*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Pedro dos Santos*. — *Alfredo Pinto*. — *Leoni Ramos*. — *Muniz Barreto*.

Aggravo de Petição n. 3.474

RELATOR: — o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA.

AGGRAVANTE: — a S. Paulo Northern Railroad Company.

AGGRAVADO: — o Conselheiro Antonio Prado.

O aggravo, estabelecido no art. 13, da Lei n. 4.381, de 1921, cabe sómente da sentença que, decidindo por uma preliminar, põe termo ao feito, sem lhe analysar o merito.

Não pôde ser conceituada como tendo decidido por uma preliminar, para dar direito ao aggravo, em vez de appellação, a sentença que, examinando os documentos com que a parte autora instruiu a acção, declara taes documentos desvaliosos para o fim proposto.

Considera-se parte illegitima exclusivamente aquella que é prohibida de figurar em Juizo por si ou sem que precedam certas e determinadas condições.

ACCORDAM

Vistos e examinados estes autos de aggravo em que é aggravante a S. Paulo Northern Railroad Company, e é aggravado o Conselheiro Antonio da Silva Prado:

O aggravado propoz uma acção de nullidade da venda da Companhia Estrada de Ferro Araraquara feita á aggravante, visto que,

sendo possuidor de sessenta mil *debentures*, legalmente emitidas pela alludida companhia, não consentira na referida venda. Em defesa, allegou a agravante que não tinha o agravado qualidade para intervir na transacção, pois não era credor debenturista da companhia. O Juiz, examinando o instrumento de transmissão e os actos que o antecederam, chegou á conclusão de que a venda era perfeita e legal, pois nenhum direito tinha o agravado de nella intervir, visto como os titulos em que estribava a sua pretensão eram nulos de pleno direito. Com esta sentença não se conformou o agravado que interpoz o recurso de appellação, que foi recebido em ambos os efeitos. Deste despacho aggravou a appellada por entender que, no caso, era a appellação incabível.

O recurso foi minutado e contraminutado, mantendo o Juiz o despacho recorrido.

Sustenta a minuta que, tratando-se de uma questão preliminar, como é a da illegitimidade de parte, o recurso proprio para submeter ao conhecimento deste Tribunal a sentença que a decidiu é, em face do disposto no art. 13 da Lei n. 4.381, de 5 de Dezembro de 1921, o de agravo e não o de appellação, de que usou o agravado.

Não procede a allegação.

No caso não se trata de uma illegitimidade de parte, segundo o conceito das nossas Leis processuaes. Considera-se parte illegitima exclusivamente aquella que é prohibida de figurar em Juizo por si ou sem que precedam outras condições, como sejam: o interdicto, o menor, a mulher casada sem autorização do marido, salvante em certas e limitadas acções, o marido sem outorga da mulher em determinados pleitos, o fallido, o falso ou o illegitimo procurador. (Vide PIMENTA BUENO — *Formalidades do Processo Civil*) — Constitúe consequentemente, a illegitimidade da parte uma excepção dilatoria, que não attinge a questão principal n'uma demanda, que póde continuar, uma vez supprida a capacidade de estar em juizo e ratificado o processado, nos casos em que fôr possível. O seu reconhecimento não extingue, em hypothese alguma, o direito de agir.

A illegitimidade do autor, porém, fere no amago o facto em lide, é uma arguição peremptoria, cuja declaração por sentença torna em relação a elle certo o direito da parte contraria. Extincto o processo pela falta de interesse para promovê-lo, não póde mais o autor renovar a mesma questão em outro processo.

Esta distincção entre capacidade de estar em juizo e capacidade de agir está perfeitamente delineada nas Ords, do Liv. 3º, Tits. 20, 49, 50, e decorre logicamente dos termos precisos do art. 672 do Reg. n. 737, de 1850. Os nossos processualistas fazem-na resaltar. RIBAS, na Consol. das Leis, diz, no art. 558: — as excepções dilatorias são as que sómente se referem á forma do Juizo e á ordem do processo, e

não sobre a propria questão em litigio; e no art. 581 — excepção peremptoria é a que conclue não ter o autor, em direito, a acção para demandar, e põe fim a todo negocio principal. TEIXEIRA DE FREITAS, annotando P. SOUZA, diz, na nota 261: — Com a costumada sem razão, a Praxe Forense, de MORAES CARVALHO, accrescenta a esta segunda classe de excepções dilatorias a de illegitimidade de pessoa. Para autorizar a excepção de illegitimidade de partes bastará qualquer illegitimidade pessoal? Não, mas tão sómente a illegitimidade para estar em Juizo.

Outra não tem sido tambem a licção dos nossos julgados (REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, vol. 1º, pag. 522, vol. 16, pag. 594; *Revista de Direito*, vol. 51, pag. 571 e vol. 9º, pag. 381).

Allegou ainda o aggravante que o caso é de aggravamento, mesmo que em rigorismo não se considere a especie como de illegitimidade de parte, pois a sentença resolve uma prejudicial que inhibiu de ser abordado o objecto principal da demanda que era a nullidade da venda.

Evidente equivoco da aggravante.

A sentença, affirmando a carencia de direito do aggravado, em vista da desvalia dos titulos com que se apresentou em Juizo, julgou valida e inatacavel a venda levada á effeito, resolvendo d'est'arte a questão *de meritis*. Por essa razão foi que a sentença não annullou o processo, mas declarou o autor carecedor da acção. No seu Direito Judiciario, ensina JOÃO MENDES: — “O Juiz julga definitivamente condemnando ou absolvendo o réu, podendo a absolvição fundar-se no *carecimento* ou improcedencia da acção. A condemnação contém primeiramente o reconhecimento da relação de direito; em seguida o reconhecimento da violação; e afinal a necessidade de um acto ou de uma abstenção imposta ao réu.

Quando o Juiz não reconhece a realidade da causa de pedir ou a relação do direito em litigio (como no caso) julga o autor carecedor da acção, quando reconhece a relação de direito, mas verifica que ella não foi violada pelos actos do réu, julga improcedente a acção.

Não tem o art. 13 da Lei n. 4.381 a elasticidade que lhe attribue o aggravante, de modo a comprehender todas as questões prejudiciaes que se possam aeventar em um processo, e de cuja solução resulte como corollario juridico a validade e firmeza de acto ou facto que se queira infirmar. Diz o alludido dispositivo: — quando a sentença final concluir pelo reconhecimento de uma preliminar que ponha termo ao processo o recurso será o de aggravamento.

O que se deduz deste preceito legal é que elle abrange apenas as formas substanciaes do processo e as exigencias legais para ordem do Juizo.

Por isto foi que o legislador precatadamente usou da phrase — ponha termo ao processo —; e processo “é o modo de obrar em Juízo, de fazer marchar a acção” — como define PAULA BAPTISTA, ou, como diz PEREIRA DE SOUZA — “é a forma estabelecida pelas Leis e pela praxe para se tratar das causas”, ou, como assenta JOÃO MENDES — “é o movimento dos actos de acção em Juízo”. Em synthese:

considerando que não se trata de uma excepção de illegitimidade de parte, que é, segundo o nosso direito, meramente, dilatoria (Regul. n. 737, de 1850, art. 672 — Ords. citadas);

considerando também que não se trata de outra qualquer questão preliminar que não interesse directamente ao acto juridico que se procura annullar;

considerando que a sentença, desconhecendo a validade dos titulos do agravo para figurar na transacção, decidiu que relativamente a elle era a venda perfeita, firme e valiosa;

considerando que, assim decidindo, examinou e resolveu a sentença o objecto principal da demanda, pondo termo a contenda, que não mais póde ser renovada pelo agravado:

ACCORDAM em Supremo Tribunal Federal negar provimento ao agravo para confirmar a decisão agravada que recebeu a appellação do agravado. Custas pela agravante.

Rio de Janeiro, 12 de Maio de 1923. — *H. do Espirito Santo*, Presidente. — *Geminiano da Franca*, Relator para o Accordam. — *André Cavalcanti*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Pedro dos Santos*. — *Viveiros de Castro*. — *Leoni Ramos*. — *E. Lins*. — *Alfredo Pinto*. — *Godofredo Cunha*, vencido, de accôrdo com os fundamentos colhidos nas Leis, na jurisprudencia e nos Autores, e que se encontram na REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, vol. 52, pags. 195 e 274, os quaes não foram absolutamente illididos pelo Accordam. — *Muniz Barreto*, vencido. Votei pelo provimento do agravo, por entender que não deviam ser admittidas as appellações tomadas por termo a fls. 1.200 e 1.234, attento o disposto no art. 13 da Lei n. 4.381, de 1921, e pelos seguintes fundamentos, que adduzi em sessão:

“Exija-se, com GARSONNET e JOÃO MONTEIRO, o concurso de quatro condições para admissibilidade da acção: 1º o direito, 2º o interesse, 3º a qualidade, 4º a capacidade de agir (*Traité de Procedure*, vol. I, § 294; *Theoria do Processo Civil e Commercial*, vol. I, § 18); diga-se com ALESSIO DI MAJO que, para propôr um litigio, é preciso ter, além de um direito accionavel, qualidade para agir e interesse juridico, seja material, seja moral (*Instituzioni di Diritto Giudiziario Civile*, numera 2) ou, com MORTARA, resumam-se em duas essas condições subjectivas, — o interesse legitimo e a capacidade de agir (*Princippi de Procedura Civile*, ns. 15 e 19), certo é que o

Juiz a quo teve em vista o que ha de substancial em semelhante assumpto quando negou ao autor direito á acção, por lhe faltarem qualidade e interesse juridico para propol-a.

O autor foi admittido na instancia com um interesse de agir, e uma qualidade "*apparentes*". Na sentença final, porém, o Juiz, provocado pela controversia sobre estes pontos, "*the não reconheceu titulo para accionar, negou-lhe a qualidade de credor debenturista*", por isso que as "*debentures*" que exhibiu são havidas como inexistentes, "*por nullas*", que assim já o declarou o Supremo Tribunal com respeito a outras identicas, nos Accordams proferidos nos recursos do agravo ns. 2.582, (*) de 14 de Julho de 1919, e 3.070, (**) de 26 de Novembro de 1921, firmando o conceito de que "*as debentures que não contiverem a assignatura autographa, mas apenas de chancella, não constituem prova de divida por falta de authenticidade*".

Accrescentou a sentença: o Decreto n. 117-A, de 1893, "não dispensa esse requisito nem mesmo nas cautelas provisórias" (art. 2º, § 7º), reproduzindo com isso um preceito de character geral nessa classe de obrigações. Concluiu: "na especie o autor deixou de fazer assim a prova de sua qualidade de credor da emittente dos titulos", condição que, *se exigida para o inicio da lide, justificando até a absolvição da instancia, quando não satisfeito desde logo*, como decidiram os apontados Accordams, não póde ser dispensada para o conhecimento do invocado direito no julgamento final. Por estes fundamentos, *julgo o autor carecedor da acção*".

O julgado circumscreveu-se a assumpto que devia ser apreciado e resolvido precisamente, como foi, isto é, *antes do pronunciamento sobre o fundo da relação juridica em apreço, sobre o direito pleiteado*, que vem a ser o objecto — o beneficio juridico immediato, reclamado pelo autor e a que elle se julga com direito. Nem é licito ao Juiz decidir sobre esse objecto, sem reconhecer preliminarmente que a pessoa que provocou o julgamento *tinha a faculdade legal de provocal-a*.

A Lei de 22 de Dezembro de 1.761, Tit. 3º, 12º §, já proclamava "por primeira necessidade a legitimação das partes". Não se trata ahi simplesmente da *illegitimidade* em sentido restricto, que no regimen processual anterior ao Regul. n. 737, de 1850 e no deste, dava lugar á — *excepção* — por faltar ao autor *capacidade para estar em Juizo* (como o falso e não bastante procurador, o menor ou pessoas semelhantes sem tutor ou curador — art. 672, § 1º), excepção que, pelo Decreto n. 848, de 1890, arts. 122 e 123, passou a constituir materia de defesa, allegavel na contestação, — mas *illegitimidade em*

(*) V. esse Acc. no vol. XX, pag. 56. — N. da R.

(**) V. esse Acc. no vol. XXXVI, pag. 57. — N. da R.

sentido amplo, comprehensiva, tambem, da carencia de titulo ou qualidade para agir em Juizo.

O que ha na sentença é um decreto prohibitivo, que poz termo ao feito sem resolver sobre o seu objecto — a annullação da venda do activo da Companhia Estrada de Ferro Araraquara, decreto fundado em que o autor carece de titulo que lhe dê direito ao julgamento da questão que trouxe a Juizo.

Nos alludidos Accordams, o Tribunal considerou indispensavel a apresentação inicial de debentures authenticas, para começo e continuação da instancia, tanto que, com apoio no art. 67, letra f, do Decreto n. 3.084, de 1898 (Parte terceira), confirmou as decisões que absolveram della os réus.

Não ha contestar, portanto, que a especie se ajusta ao art. 13 da Lei n. 4.381, de 1921, que, na palavra — *preliminar* —, comprehende tudo que, *extranho ao merito da causa, constitúe o fundamento da sentença terminativa do processo.*

E tanto é assim que *se o Supremo Tribunal Federal* admittir appellação e *reformat a sentença appellada*, para decidir que o autor tem a qualidade não reconhecida pelo julgado da primeira instancia, *mandará, consoante á sua jurisprudencia pacifica, que o Juiz “a quo” se pronuncie sobre o merecimento do pleito.*

Aggravo de Petição n. 3.832 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI.

AGGRAVANTES: — Marti Pacheco & Cia.

AGGRAVADA: — a Companhia Colorau.

A competencia da Justiça Federal para as acções de nullidade de patentes de invenção emana de disposição expressa da Lei.

ACCORDAM

Relatados e discutidos estes autos de aggravo de petição, em que são aggravantes Marti Pacheco & Cia. e aggravada a Companhia Colorau, Sociedade Anonyma, d'elles consta que a aggravada intentou contra a aggravante uma acção summaria para annullar a patente de invenção n. 13.997, de 29 de Outubro de 1923, visto lhe haver sido concedida igual patente sob o n. 13.433, em 13 de Dezembro de 1922. Citados, os aggravantes vieram com uma excepção *declinatoria fori* na qual articulam: — que não têm actualmente domicilio do qual resulta a competencia da Justiça Federal. O Dr. Juiz *a quo* rejeitou

(*) V. o vol. LXXI, pag. 142. — N. da R.

pelo despacho de fl. a exceção. E' desse despacho que se aggrava com fundamento no art. 669, § 1º do Regulamento n. 737, de 1850; art. 5º n. 6, letras *a*, *n* e *s*, da Lei n. 221, de 1894 e o art. 715, letras *a*, *n* e *r*, parte 3ª do Decreto n. 848, de 1890, citando-se como Leis offendidas o art. 122, letra *a*, do Decreto n. 848, de 1890 e outros dispositivos d'esse mesmo Decreto. Isto posto e

considerando que os aggravantes *ut* documento de fls. 40 são residentes e domiciliados nesta Capital;

considerando que a competencia da Justiça Federal para annular patentes de invenção emana de disposição expressa de Lei;

considerando que os fundamentos da sustentação do despacho do Dr. Juiz *a quo*, em sua contraminuta de fls. 66, procedem e fundam-se em direito:

ACCORDAM em negar provimento ao agravo e confirmar a decisão aggravada. Custas pela aggravante”.

Supremo Tribunal Federal, 3 de Agosto de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Pedro Mibielli*, Relator. — *E. Lins.* — *Hermenegildo de Barros.* — *G. Natal.* — *Leoni Ramos.* — *Viveiros de Castro.* — *Geminiano da Franca.* — *Pedro dos Santos.* — *A. Ribeiro.* — *Godofredo Cunha.* — *Muniz Barreto.*

Aggravo de Petição n. 3.838 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO.

AGGRAVANTES: — Martins & Cia.

AGGRAVADA: — a S. Paulo Northern Railroad Co.

A exhibição judicial de livros mercantis sómente compete aos interessados em questões de successão, communhão ou sociedade, administração ou gestão mercantil por conta de outrem, e em caso de fallencia.

Sómente os accionistas são interessados nos bens da communhão da sociedade anonyma, não assim os portadores de obrigações da mesma sociedade.

Appliação do Codigo Commercial, artigo 18, e do Decreto n. 3.084, de 1898, artigo 123, da parte 4ª.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo do Districto Federal, em que são aggravantes Martins & Cia. e aggravada

(*) V. o vol. LXIX, pag. 242. — N. da R.

a "S. Paulo Northern Railroad Company", verifica-se ser a seguinte especie:

Martins & Cia., querendo propôr contra a "S. Paulo Northern Railroad Company" uma acção ordinaria para a cobrança de dividendos, intentou, como medida preliminar, a presente acção de exhibição integral dos livros d'aquella Companhia.

Allegaram o seguinte:

1) que eram possuidores de mil e duzentas acções ao portador, de renda variavel, da ré, assim como de cinquenta nominativas, tendo sido as primeiras creadas pela mesma ré, na occasião da compra da massa fallida da Companhia Estrada de Ferro de Araraquara, para o pagamento dos debenturistas dessa empreza e as segundas para o pagamento dos credores chirographarios;

2) que as clausulas da escriptura de compra d'aquella massa estabeleceram uma communhão de interesses ou sociedade entre a ré e os portadores dos referidos titulos, podendo essa companhia ser até considerada administradora de seus bens, por conta dos ditos portadores;

3) que estes, portanto, tinham o direito de requerer a exhibição integral dos livros da ré, nos termos do art. 18 do Código Commercial e do art. 133 do Decreto n. 3.084, parte IV.

A ré, em suas razões de fls. 46, impugnou o pedido, allegando:

1) que a medida solicitada nenhuma utilidade teria para os autores, porque, tendo determinado, de maneira positiva e clara, o contracto entre a ré e os portadores das obrigações, ser a directoria o unico juiz da importancia e oportunidade do pagamento dos dividendos, a exhibição em nada poderia alterar o direito da directoria á decisão discricionaria a respeito de taes dividendos;

2) que, dado mesmo a inexistencia de tal estipulação, a relação de direito que existia entre os autores e a ré, consistente em um simples interesse no resultado dos negocios, sem direitos creditorios ou de co-propriedade, não era uma das em que a Lei, no silencio do contracto, presume ser a intenção das partes dar ao interessado o direito de exigir a exhibição de livros;

3) que a questão ora ventilada já fôra decidida por Accordam unanime deste Tribunal;

4) que, achando-se os livros exhibendos fôra do paiz, na séde social da ré, a exhibição requerida era inexequivel, e só era competente para conhecer de tal pedido a Justiça norte-americana.

O Juiz *a quo*, por sentença de fls. 67, denegou a exhibição pedida, e dessa sentença os autores interpuzeram opportunamente o presente agravo, fundando-se no art. 715, letra *m* do Decreto

n. 3.084, parte III, e citando como Leis offendidas, o art. 18 do Código Commercial e o art. 133 do citado Decreto, parte IV.

A decisão agravada está de accôrdo com o direito e com as provas dos autos.

Consta desses autos:

1) que os juros cuja cobrança os autores pretendem fazer judicialmente, sómente são pagaveis, quanto o decidir a directoria da Companhia, isto é, quando a renda liquida desta o permittir, depois de terem sido transferidas para o fundo de reserva as quantias que aquella directoria julgar convenientes;

2) que os coupons que não forem pagos, depois de accumulados, serão pagaveis da mesma fórma que os coupons seguintes, quando a Companhia decidir fazer esse pagamento;

3) que o pagamento dos dividendos sobre as obrigações nominativas sómente será feito, quando a directoria decidir pagar dividendos sobre acções, retiradas as quantias que ella julgar convenientes para constituir o fundo de reserva, manter em bom estado os bens da Companhia e para qualquer outro fim que os administradores julgarem vantajoso.

Como se vê, compete exclusivamente á directoria decidir relativamente á importancia e oportunidade do pagamento de juros e dividendos sobre obrigações, de sorte que, qualquer que fosse o resultado que desse a exhibição da escripturação da ré, o direito dos autores continuaria dependente do arbitrio conferido á directoria por clausulas expressas, contractuaes e estatutarias.

Si, portanto, a exhibição não poderia dar nenhum resultado pratico favoravel á acção que os autores pretendiam ou pretendem propôr, segue-se que estes não tem nenhum interesse legitimo em requerel-a.

Além disso, não se trata de nenhum dos casos em que excepcionalmente se admite a exhibição judicial de livros mercantis, isto é, em favor dos interessados em questões de successão, communhão ou sociedade, administração ou gestão mercantil, por conta de outrem, e em caso de fallencia (Código Commercial, art. 18, e Decreto n. 3.084, parte IV, art. 133).

Os autores, na verdade, não são senão portadores de obrigações da ré, de renda variavel e nominativas, não sendo, portanto, socios della nem interessados na communhão de seus bens. Os coproprietarios dos bens da ré são exclusivamente os seus accionistas, e os obrigacionistas, como os autores, não passam de simples interessados nos seus negocios e seguindo os portadores de obrigações nominativas a sorte dos accionistas, tão sómente quanto ao recebimento dos dividendos.

Só os accionistas, pois, são interessados nos bens da commu-
nhão, fallecendo, em consequencia, aos autores o direito de pedir a
exhibição dos livros da ré.

ACCORDAM, pelo exposto, negar provimento ao agravo e
confirmar a decisão recorrida. Paguem os agravantes as custas.

Supremo Tribunal Federal, 9 de Agosto de 1924. — *André
Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *A. Ribeiro*, Relator. — *E. Lins*. —
Geminiano da Franca. — *Muniz Barreto*. — *Viveiros de Castro*. —
Hermenegildo de Barros. — *Pedro dos Santos*. — *Pedro Mibielli*. —
Leoni Ramos. — *G. Natal*. — *Godofredo Cunha*.

Appellação Cível n. 3.718 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro VIVEIROS DE CASTRO.

APPELLANTE: — Dr. Augusto de Castro Fonseca.

APPELLADOS: — D. Maria Nobrega Bueno Guimarães e outros.

*Não deve ser decretada a nullidade do
processo quando quem a arguiu não tiver sido
realmente prejudicado com a falta verificada
no mesmo processo.*

*Appliação do Reg. n. 737 de 1850, art.
677 e do Decreto n. 3.084 de 1898, art. 96 da
parte 3ª.*

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação cível
em que é appellante o Dr. Augusto de Castro Fonseca e são appel-
lados D. Maria Thereza Bueno Guimarães e outros, e

considerando, quanto á nullidade arguida, pelo appellante,
que houve realmente irregularidade na citação, porquanto a hypothese
dos autos não é a de que cogita o § 1º do art. 16 do Decreto n. 720,
de 5 de Setembro de 1890, e sim o do § 2º, combinado com o
§ 3º do mesmo artigo; e assim é manifesto que houve falta de um ter-
mo essencial do processo, acarretando a sua nullidade; mas

considerando que, segundo dispõe o art. 677 do Regulamen-
to n. 737, de 25 de Novembro de 1850, reproduzido no artigo 96 da
Consolidação approvada pelo Decreto n. 3.084, de 5 de Novembro
de 1898, 3ª parte, tal nullidade não deverá ser decretada quando
quem a arguiu não tiver sido realmente prejudicado;

considerando que, na hypothese dos autos, a irregularidade da

(*) V. o julgamento dos embargos oppostos a esse Acc., que foi con-
firmado, no vol. LXXIII, pag. — N. da R.

situação não causou ao appellante nenhum prejuízo real, porque affectou somente á *louvação*, na qual prepondera a vontade da maioria, sendo o appellante o unico discordante;

considerando, quanto ao merito, que o promovente da divisão do immovel provou satisfactoriamente o seu dominio, sendo inteiramente improcedentes as allegações do unico contestante, o actual appellante:

ACCORDAM negar provimento á appellação e confirmar a sentença appellada. Custas pelo appellante.

Supremo Tribunal Federal, 30 de Agosto de 1922. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Viveiros de Castro*, Relator. — *E. Lins*, pela conclusão. Ii, perante o Tribunal, os fundamentos de meu voto, quer na prejudicial da nullidade do feito, quer *de mcritis*, os quaes terminaram pela conclusão do Accordam. — *Hermenegildo de Barros*. Vencido, quanto á nullidade, pelos seguintes fundamentos:

As citações podem ser: sómente por editaes, sómente pessoases, e por editaes e pessoases ao mesmo tempo.

No primeiro caso, as citações serão accusadas, na primeira audiencia, depois da expiração do edital de maior praso (art. 16 § 1º do Decreto 72, de 1890).

No segundo caso, as citações serão accusadas, “na primeira audiencia, *depois da entrada em cartorio dos mandados e precatorios e de ter o escrivão certificado que foram feitas todas as citações*, assim o publicando, tres dias pelo menos antes da audiencia, por annuncio na folha local, se houver, ou por edital affixado no lugar do costume” (art. 16 § 2º).

No terceiro caso, de citações pessoases e editaes, se aquellas não estiverem todas realizadas até a expiração do edital de maior prazo, serão não obstante accusadas na primeira audiencia, depois delle, as que o tenham sido e esperadas as outras para serem accusadas pela fórmula prescripta no § antecedente (art. 16 § 3º).

Esta foi a hypothese verificada.

Com effeito, fizeram-se citações pessoases, em S. Paulo, ao appellante Dr. Augusto Elysio de Castro Fonseca, a Theodoro Ayrosa e ao Procurador Seccional.

Fizeram-se tambem citações pessoases, no Rio de Janeiro, por meio de precatorias, a Carlos Buschman, Francisco Martins Ferreira e Manoel Lopes da Silva.

Finalmente, foram citados por editaes, com o prazo de 90 dias, todos os interessados desconhecidos.

Na audiencia de 26 de Abril, o promovente da decisão accusou as citações pessoases feitas em S. Paulo, assim como a citação

edital, e declarou que, não tendo sido devolvida a precatoria expedida para o Rio, ficavam os citados esperados para se proseguir, *depois de accusadas as outras citações*, conforme os §§ 2º e 3º do art. 16, isto é, as citações por precatoria seriam accusados depois da entrada em cartorio da mesma precatoria e de ter o escrivão certificado que foram feitas todas as citações... etc., etc.

Até ali tudo muito bem; o promovente estava disposto a observar a Lei.

No mesmo acto, porém, compareceram, por procurador, os tres condminos residentes no Rio (Carlos, Francisco e Manoel) e declararam que se davam por citados e promptos para a louvação, embora não devolvida a precatoria.

O promovente afastou-se então da Lei; achou excellente o alvitre suggerido e disse que estava assim supprida a falta de devolução da precatoria. Em consequencia, fez-se a louvação, de accôrdo com os que haviam comparecido (e foram todos, *menos o appellant*e) e assignou-se o prazo para a contestação, como tudo se vê do termo de audiencia a fls. 56.

Foi uma flagrante illegalidade. Se o appellant tivesse comparecido a essa audiencia, é fóra de duvida que se poderia considerar supprida a falta de devolução da precatoria e na mesma audiencia poderia ser feita a louvação.

Desde, porém, que o appellant não compareceu, as citações por precatoria só poderiam ser accusadas e tidas como feitas, seguindo-se a louvação, depois que a mesma precatoria desse entrada em cartorio e o escrivão tivesse certificado que foram feitas todas as citações, assim o publicando tres vezes, pelo menos, etc., etc.

O appellant tinha, o direito de não comparecer á audiencia de 26 de Abril, sem prejuizo algum para si, desde que verificara que, por falta de devolução da precatoria, as citações não podiam ser accusadas, não se podia proceder á louvação nem ser assignado prazo para a contestação.

Tudo isto se fez á sua revelia, com surpresa para elle, que tem incontestavel direito de arguir a nullidade, por falta de um termo essencial do processo — a louvação — pois tanto vale não ter havido esta, como o ter sido feita contra a Lei, sem sciencia de um dos interessados.

Não se trata de simples irregularidade.

“E’ manifesto, diz o Accordam, que houve falta de um termo essencial do processo, acarretando a sua nullidade”.

Não a pronuncoiu, porém, por não ter a falta causado prejuizo real ao appellant, visto como “affectou sómente a *louvação*, na

qual prepondera a vontade da maioria, sendo o appellante o unico discordante”.

A razão é de todo inaceitavel, e para proval-o, bastará uma simples consideração: o appellante tinha o direito de arguir a suspeição dos louvados.

Haveria Juiz que, sendo a supeição procedente, a deixasse de reconhecer, porque fôra arguida por um só de entre milhares de condminos?

Pelo exposto, dava provimento á appellação para annullar o processo desde fls. 56 em diante. — *Leoni Ramos*. — *G. Natal*. — *Muniz Barreto*. — *Pedro Mibielli*. — *Alfredo Pinto*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Appellação Cível n. 3.745 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA.

EMBARGANTES: — Antonio Frederico Cardoso de Menezes e sua mulher.

EMBARGADO: — Eduardo Greem.

A nullidade resultante da intervenção de procurador illegitimo é supprivel.

Si o mandato por instrumento publico pôde ser substabelecido por instrumento particular, da mesma fôrma o substabelecimento de uma procuração outorgada em instrumento particular pôde ser feito por instrumento publico.

Appliação do Codigo Civil, art. 1.289, § 3º e do Decreto n. 3.084, de 1898, art. 95, § 2º, da parte 3ª.

ACCORDAM

Vistos e examinados estes autos em que são partes Antonio, Frederico Cardoso de Menezes e sua mulher e Eduardo Greem.

ACCORDAM em Supremo Tribunal Federal desprezar os embargos de fls. 410 pela manifesta improcedencia da materia allegada. A arguida falta de dilação por illegitimidade de procurador que a abriu e encerrou não procede como já demonstrou á saciedade o Accordam embargado. Assim decidindo condemnam os embargantes nas custas.

Rio de Janeiro, 5 de Abril de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Geminiano da Franca*, Relator. — *E. Lins*. — *Herme-negildo de Barros*. — *A. Ribeiro*. — *Leoni Ramos*. — *Viveiros de Castro*. — *Pedro dos Santos*. — *G. Natal*. — *Muniz Barreto*.

(*) Sobre embargos. — V. o vol. LXIII, pag. 192. — N. da R.

ACCORDAM EMBARGADO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Estado de S. Paulo, entre o Dr. Antonio Frederico Cardoso de Menezes e Souza, como appellante, e Eduardo Green, como appellado.

Este, na qualidade de cessionario do Banco Hypothecario do Brasil, propoz contra aquelle e sua mulher acção executiva para haver o pagamento de 168:769\$356, importancia de capital, juros, impostos e multa, proveniente de emprestimo garantido por hypotheca das terras Saboé Mirim, situadas na cidade de Santos.

Em embargos, os executados allegaram nullidade de executivo hypothecario pelos seguintes motivos: 1º) o exequente não estava legalmente representado em Juizo, não só porque a procuração de fls. 47 foi feita por instrumento particular, cuja letra e firma não se acham reconhecidas, como porque o substabelecimento dessa procuração foi feito por instrumento publico, quando devia ser feito pelo mesmo modo porque o foi a procuração (art. 1º pargr. 3º da Lei n. 79); 2º) o exequente não devia intentar este novo executivo, sem ter pago todas as custas de um outro em que fôra anterioremente condemnado; 3º) a petição inicial não podia sequer ser deferida, porque o exequente não juntou conhecimento de haver pago o imposto de 5 % sobre os juros do exercicio de 1917 (art. 44 do Decreto n. 12.437, de 11 de Abril de 1917); 4º) a acção hypothecaria está perempta, por haver sido o executado absolvido da instancia por tres vezes, sendo esta a quarta execução pelo mesmo titulo de divida (art. 68 do Decreto n. 3.084); 5º) a escriptura de fls. 4, junta em segundo traslado, não pôde produzir effeitos contra o executado, por não constar da mesma a inscripção legal.

Quanto ao merecimento do feito, allegou-se que o exequente contractára com o executado vender o im-

ovel no estrangeiro, mediante condições estipuladas em contracto de opção, em virtude do qual o executado receberia uma parte do producto da venda, ficando a parte que excedesse pertencendo ao exequente; que este, para levar a effeito o negocio lucrativo para si, constituiu-se cessionario do credito hypothecario, deixando manifesta nas clausulas 7ª. e 8ª. da escriptura a fls. 19 a sua intenção de não excutir a hypotheca, tendo, porém, fugido ao compromisso, com o intuito de incorporar o immovel ao seu patrimonio e vendê-lo depois, sem entregar ao dono a parte que lhe caberia.

Recebidos os embargos para discussão, contestados e postos em prova, o Juiz os rejeitou afinal pela sentença de fls. 221, não só porque não são elles de nullidade de pleno direito, definidos no regulamento n. 737, nem dos expressamente admittidos pela legislação hypothecaria, como porque as nullidades arguidas ou não existem ou foram suppridas. O executado appellou.

Effectivamente, os artigos 394 do Decreto n. 370 e 124, parte 4ª do Decreto n. 3.084 dispõem que ao executado não é lícito oppôr ás escripturas de hypotheca, celebradas e inscriptas legalmente, outros embargos, que não os de nullidade de pleno direito, definidos no Regulamento 737 e os expressamente admittidos pela legislação hypothecaria, como sejam: constituição de hypotheca convencional por outro meio que não seja escriptura publica, etc., etc.

Ora, nem as nullidades allegadas são de pleno direito, se é que taes factos constituem nullidades, nem os embargos articulam materia das que se acham mencionadas nas letras a, b, c, d e e, do art. 394 do Decreto n. 370.

Mesmo porém que a materia allegada fosse admissivel, os embargos

seriam improcedentes, conforme decidiu a sentença appellada.

Quanto á primeira allegação, porque a letra e firma da procuração a fls. 47 estão reconhecidas, segundo se vê a fls. 47 v., sendo certo que o substabelecimento dessa procuração por instrumento particular podia ser feito por instrumento publico, que offerece até maior garantia.

Se o mandato por instrumento publico pôde ser substabelecido por instrumento particular (art. 1.289 § 3º do Codigo), a inversa será acceitavel com maioria de razão.

A 2ª allegação não é verdadeira, porque as custas do executivo anterior foram pagas, como se vê a fls. 31 e 34.

A 3ª allegação não constitue nullidade, mas simples irregularidade, que foi sanada pelo pagamento posterior.

Não é tambem verdadeira a 4ª allegação, porque o réu nunca foi absolvido da instancia, nem foi citado segunda e terceira vez, sem que o autor tivesse comparecido para accusar a citação, não se verificando, portanto, a hypothese dos artigos 67, 68 do Decreto n. 3.084.

Finalmente, não procede a 5ª allegação, porque a hypotheca foi inscrita, como se vê a fls. 210.

Nesta instancia, o réu appellante allegou, como materia nova de nullidade, que Geofrey Waltson e Robert Sandall conferiram poderes aos advogados Heitor de Moraes e João Freire Junior, reservando para si os mesmos poderes, e que o advogado Heitor de Moraes substabeleceu os mesmos poderes, ainda com reserva, ao Dr. Antonio Bento Vidal, quando, sendo os procuradores successivos, para que um funcionasse na falta de outro, devia, na falta de Moraes, funcionar Freire Junior, e não aquelle

substabelecer em outro advogado, porque não tinha elle poderes para escolher o seu substituto, cujos actos são nullos.

Qualquer que seja o alcance que se queira attribuir á intervenção do advogado substituto, a nullidade, por ventura resultante dessa intervenção, seria supprivel, mesmo em 2ª instancia, á vista do art. 95, e § 2º, parte 3ª do Decreto n. 3.084. Ora, os actos praticados pelo procurador, cuja legitimidade se põe em duvida, foram ratificados pela procuração de fls. 400.

O processo, portanto, não é nullo.

A materia *de meritis*, além de não ser allegavel em embargos á execução hypothecaria, não está provada, pois tudo quanto consta dos autos a fls. 19 é que o devedor se obrigou a manter um contracto de opção de venda e procuração concedida ao Dr. Argeniro da Silveira, devendo a transacção ser feita de accôrdo com o credôr.

Esse contracto de opção não está nos autos, não se conhecem os seus termos, a fórmula porque foi feito, o lugar e data em que foi assignado.

Do que consta dos autos se deduz, ac contrario, que o credôr exequente não se obrigou a manter nenhum contracto de opção, nem se comprometteu a não excutir a hypotheca:

ACCORDAM, por todos esses motivos, negar provimento á appellação e confirmar a sentença appellada. Pagas as custas pelo appellante.

Rio de Janeiro, 2 de Setembro de 1922. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Hermenegildo de Barros*, Relator. — *E. Lins*. — *G. Natal*. — *Viveiros de Castro*. — *Leoni Ramos*. — *Godofredo Cunha* — *Alfredo Pinto* — *Muniz Barreto*. — *Pedro Mielli*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Appellação Cível n. 4.673 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS.

APPELLANTES: — Joaquim Machado de Aguiar Menezes e sua mulher,

APPELLADOS: — Guilhermina Maciel Freire e outros.

Desde que a decisão foi favoravel a um menor, não se deve annullar o processo, por inobservancia de uma disposição de Lei instituida em beneficio do mesmo menor.

Sem prejuizo, não ha nulidade.

Quando a coisa fôr indivisivel ou se tornar, pela divisão, impropria ao seu destino, e os consortes não quizerem adjudical-a a um só, indemnizando os outros, será vendida e partilhado o preço.

Applicação do Codigo Civil art. 632.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Estado de Sergipe, entre Joaquim Machado de Aguiar Menezes e sua mulher, como appellantes, e Guilhermina Maciel Freire e outros, como appellados.

D. Guilhermina Maciel Freire e outros, na qualidade de condôminos em partes idéas da usina *Serra Negra*, que lhes foi partilhada no inventario do Dr. Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel e sua mulher, propuzeram, acção ordinaria contra Joaquim Machado de Aguiar Menezes e sua mulher, também condôminos, para o fim de ser decretada a venda do immovel em hasta publica e partilhado o preço entre todos os condôminos, visto não ser possível dividir o mesmo immovel, sem tornal-o improprio ao seu destino.

A acção é fundada no art. 632 do Cod. Civil

Os réus oppuzeram excepção de incompetencia de Juizo, por serem as partes residentes em Estados diversos, e sendo julgada provada a excepção, foram os autos remettidos ao Juizo Federal, onde os réus contestaram a acção allegando que o immovel é divisivel, sem que a divisão o torne improprio ao seu destino, que é a cultura da canna, sendo certo, além disso, que só se acham em cummunhão as terras e bemfeitorias, que se podem dividir, e não os appparelhos da uzina, que são de propriedade exclusiva dos réus.

A sentença de primeira instancia, tendo despresado a allegação de nullidade de processo, por falta de curador á lide aos menores autores e representação illegitima delles, julgou a acção procedente para determinar a venda do immovel em hasta publica, com exclusão

(*) V. o vol. LXIII, pag. 198. — N. da R.

dos aparelhos de fabricação de assucar crystal, por serem taes aparelhos de exclusiva propriedade dos réus, que appellaram.

Em relação á nullidade de processo, allegaram os réus que só as pessoas maiores ou emancipadas, no gozo dos direitos civis, são aptas para dar procuração mediante instrumento particular do proprio punho (art. 1.289 do Cod. Civil) e no emtanto é particular do proprio punho o instrumento de procuração a fls. 5, no qual D. Elisa Rolemberg constituiu procurador por si e por suas filhas menores, Ruth e Delva, que só podiam constituir procurador por instrumento publico.

E' ainda nullo o processo, allegou-se, porque aos menores não se deu curador á lide.

A arguição de nullidade não procede.

A mãe das menores constituiu procurador por si e por ellas que não podiam fazel-o, por serem absolutamente incapazes, attenta a menoredade de 16 annos (art. 5. n. 1º do Codigo Civil).

Ellas assignaram a procuração com sua mãe, mas podiam deixar de assignal-a e seria mesmo conveniente que o não fizessem, em vista da incapacidade alludida. A assignatura das menores no instrumento é como se não existisse, era desnecessaria, porque bastava a de sua mãe, que as representava e que tinha capacidade para assignal-o de proprio punho.

Quando assim não fosse, a decisão foi favoravel ás menores e não se poderia annullar o processo por inobservancia de uma disposição de Lei instituida em beneficio dellas.

As menores não tiveram prejuizo algum e sem prejuizo não ha nullidade.

De meritis, a sentença appellada está de accôrdo com os artigos 632 e 1.777, do Código Civil.

O immovel não é de facto divisivel ou não offerece commoda decisão. Basta para convencel-o a leitura do documento de fls. 9, do qual consta que o mesmo immovel foi partilhado a varios herdeiros, tendo alguns delles uma parte insignificante de duzentos e tantos mil réis:

ACCORDAM, pois, negar provimento á appellação e confirmar a sentença appellada. Pagas as custas pelos appellantes.

Rio de Janeiro, 5 de Abril de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Hermenegildo de Barros*, Relator. — *E. Lins*. — *G. Natal*. — *G. Ribeiro*. — *Geminiano da Franca*. — *Leoni Ramos*. — *Viveiros de Castro*. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Appellação Cível n. 3.353 (*)**RELATOR:** — o Sr. Ministro LEONI RAMOS.**APPELLANTE:** — Luiz Eugenio Kingston.**APPELLADO:** — Eduardo Carneiro Leão.

Não é lícito invocar o benefício de ordem, ao fiador que se obrigou solidariamente com o devedor, como fiador e principal pagador.

Appliação do Código Civil, art. 1.492, n. 2, e da Ord. do Liv. 4, Tit. 59, § 3º.

ACCORDAM

Vistos, expostos e discutidos estes autos de appellação cível em que é appellante Luiz Eugenio Kingston e appellado Eduardo Carneiro Leão, verifica-se que a espécie é a seguinte:

O appellante, proprietario dos predios ns. 167, 167-A, 167-B e 169, situados á Avenida Rio Branco, em Nictheroy, propôz, no Juizo Federal do Estado do Rio de Janeiro, acção summaria contra o locatario dos ditos predios Nicoláu Mandarin e o fiador e principal pagador Eduardo Carneiro Leão, para, nos termos do contracto de arrendamento, serem condemnados a pagar-lhe a importancia de cinco contos de réis, juros da móra e custas, visto não ter o arrendatario cumprido as clausulas do mesmo contracto, já deixando de pagar os impostos prediaes, nos prazos fixados na clausula 3ª., já estando em debito dos alugueis.

Citados os R. R. por precatoria dirigida ao Juizo Federal da 2ª vara do Districto Federal, a ella oppuzeram embargos allegando a incompetencia do Juiz deprecante. Por se não concluir delles evidentemente essa incompetencia, foi devolvida a precatoria ao deprecante.

Não se conformando com tal despacho Nicoláu Mandarin, delle aggravou para este Egregio Tribunal, que, pelo Accordam de fls. 65 lhe negou provimento. (**) Embargado o Accordam que assim julgou, foram rejeitados os embargos, ficando, dest'arte, firmada a competencia do Juiz deprecante para conhecer dos embargos á precatoria, o que fez elle, julgando-se competente para a acção.

Próseguindo a causa em seus termos regulares, proferiu o Juiz *a quo* a sentença de fls. 121, pela qual condemnou o locatario no pedido, visto resultar do proprio documento por elle apresentado a fls. 95, e do contracto de arrendamento a prova do não cumprimento, em devido tempo, de suas obrigações contractuaes e julgou improcedente

(*) V. o vol. LXIII, pag. 261. — N. da R.

(**) V. esse Acc. que tem o n. 1.904, no vol. V, pag. 3. — V. tambem o Acc. n. 2.072, no vol. VIII, pag. 392. — N. da R.

a acção quanto ao réu Eduardo Carneiro Leão por não ser juridico nem legal o chamamento do fiador conjunctamente com o devedor arrendatario a Juizo e delle exigir-se o pagamento da multa contractual, já por falta de interpellação judicial, já porque não ha, no caso, solidariedade no verdadeiro sentido, tal como a concebem abalisados civilistas.

O fiador não poderia ser demandado antes do devedor e de excutidos os bens deste, nos termos da Ord. L. 4º Tit. 59 e 61 § 8º.

Dessa sentença appellou o autor com as razões de fls. 138. O appellado, nas suas razões de fls. 147, allegou que não pôde prevalecer o contracto de fiança por ser nullo de pleno direito o instrumento de procuração com que se apresentou João José de Carvalho, visto como foi elle passado em notas do Tabellião Evaristo, no livro n. 410, fls. 218 v. sem que aquelle serventuario o tivesse subscripto. Isto posto e

considerando que, segundo os termos expressos do contracto de arrendamento, o appellado é fiador e principal pagador do locatario dos predios de propriedade do appellante e com elle responsavel solidario pela observancia e cumprimento de todas as clausulas do mesmo contracto;

considerando que, em taes condições, não lhe é licito invocar o beneficio de ordem, para que sejam primeiro excutidos os bens do seu afiançado;

considerando que a doutrina da sentença appellada não encontra apoio nas Ordenações, nem tampouco no Codigo Civil.

A Ordenação L. 4º Tit. 59 § 3º que regia a especie, dispunha: “E quando se obrigarem como fiadores e principaes pagadores, ou como principaes pagadores sómente, posto que não renunciem esta Lei ou outra alguma, sempre podem ser demandados primeiro que o principal devedor, posto que esteja presente e tenha por onde pagar”.

O Codigo Civil não se afastando da antiga legislação, dispõe no art. 1492: “Não aproveita este beneficio (refere-se ao beneficio em ordem) ao fiador:

I — se elle o renunciou expressamente: II — si se obrigou como principal pagador, ou devedor solidario;

considerando que tal doutrina nunca foi suffragada pelos civilistas assim reinicolas, nem patrios, nem tampouco pela jurisprudencia dos nossos Tribunaes, quer no antigo regimen, quer no actual;

considerando que não procede a allegação feita a ultima hora, da nulidade do instrumento de procuração pelo qual foi o appellado representado no acto da escriptura de arrendamento.

Procedente seria si se tivesse provado que do traslado exhibido pelo procurador, por occasião de lavrar-se a escriptura de fls. e que

deve estar archivado no cartorio, não consta a assignatura do tabelião Evaristo;

considerando que não se deve perder de vista que, no curso da causa, nunca o appellado deixou de considerar-se fiador e principal pagador e, ao contrario, no seu depoimento pessoal, confessou expressamente que o é;

considerando que também não procede a allegação de falta de interpellação judicial, porque, na espécie, era ella desnecessaria, já porque na escriptura de arrendamento se estabeleceu prazo para cumprimento da obrigação, já porque os termos dessa escriptura abrangem todos os que nella intervieram e consequentemente as estipulações que dizem respeito á pena contractual por infracção do contracto não podem deixar de attingir ao appellado:

ACCORDAM dar provimento á appellação para, reformando a sentença appellada, na parte referente ao appellado, condemnal-o no pedido e custas.

Supremo Tribunal Federal, 9 de Abril de 1924. — *André Calvalcanti*, Vice-Presidente. — *Leoni Ramos*, Relator. — *E. Lins*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Muniz Barreto*. — *G. Natal*. — *Viveiros de Castro*. — *Geminiano da Franca*. — *A. Ribeiro*. — *Pedro dos Santos*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Appellação Cível n. 3.815 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA.

APPELLANTE: — a União Federal.

APPELLADO: — Joaquim José de Oliveira Guimarães Junior.

Para os effeitos do montepio, considera-se funcionario publico todo empregado de nomeação effectiva, que não seja de méra comissão e perceba vencimentos fixados na tabella explicativa do orçamento.

Não deixa de ser considerado funcionario publico o empregado que não tem os seus vencimentos divididos em ordenado e gratificação, pois, na falta dessa determinação expressa, considera-se que dois terços dos vencimentos correspondem ao ordenado e o terço restante á gratificação.

Não é licito negar o direito de contribuir para o montepio federal, ao funciona-

(*) V. o vol. LXIII, pag. 263. — N. da R.

rio nomeado no regimen anterior á Lei que suspendeu a admissão dos novos contribuintes.

Aplicação do Decreto n. 942 A, de 1890, art. 12 § 1º e do Decreto n. 2.448, de 1897, art. 2 e da Lei n. 3.089, de 1916, art. 107.

ACCORDAM

Vistos e examinados estes autos em que é appellante a União Federal e appellado Joaquim José de Oliveira Guimarães Junior:

ACCORDAM em Supremo Tribunal negar provimento á appellação para confirmar a sentença appellada, que está conforme ao direito e se apoia na prova dos autos.

Já gozava o appellado de todas as vantagens e prerogativas de funcionario publico, quando a Lei n. 3.089, de 8 de Janeiro de 1916, mandou suspender a admissão de novos contribuintes ao montepio. Assim decidindo condemnam a appellante nas custas.

Supremo Tribunal Federal, 9 de Abril de 1924. — *André Calvanti*, Vice-Presidente. — *Geminiano da Franca*, Relator. — *E. Lins*. — *Hermenegildo de Barros*. — *G. Natal*. — *Viveiros de Castro*. — *A. Ribeiro*. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*. — Fui presente, *A. Pires e Aïouquerque*.

Foi voto vencedor o do Sr. Ministro Leoni Ramos.

SENTENÇA APPELLADA

Joaquim José de Oliveira Guimarães Junior pede, pela presente acção summaria especial contra a União Federal, que seja admittido, na qualidade de funcionario publico que entendeu lhe assistir desde 1914, como contribuinte do montepio, annullando-se a decisão proferida em sentido contrario, em 4 de Maio de 1917, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

O autor foi designado, em 13 de Setembro de 1913, pelo Director Geral da Saude Publica para exercer o lugar de auxiliar de escripta de 1ª classe da 8ª Delegacia (fls. 9), como reconhece, sem vencimentos em Lei, mas arbitrados pela referida autoridade, que os podia elevar ou reduzir arbitrariamente. A Lei n. 2.924, de

5 de Janeiro de 1915, no art. 2 n. 22, substituindo a tabella da Directoria Geral da Saude Publica, incluiu, porém, os auxiliares de escripta das Delegacias com a remuneração ou gratificação fixa de 1:800\$000. Ora, o Decreto n. 2.448, de 1º de Fevereiro de 1897, consolidando as disposições relativas ao montepio dos funcionarios dos antigos Ministerios da Justiça e do Interior, determinou, no art. 1º, applicavel aos respectivos empregados o montepio obrigatorio, creado para os do Ministerio da Fazenda, pelo Decreto n. 942-A, de 31 de Outubro de 1890, declarando, no art. 2, se considerar funcionario para semelhante effeito "todo empregado de nomeação effectiva que não seja de méra commissão e perceba venci-

mentos fixados na tabella explicativa do orçamento". Pouco importa que a remuneração estabelecida pela referida Lei orçamentaria para o cargo de autor não fosse dividida em ordenado e gratificação, por previsto o caso justamente no art. 12 § 1º do citado Decreto n. 942-A de 1890 — "A contribuição (para o montepio) será relativa ao ordenado ou ao soldo integral, excluidas as gratificações, ou a dous terços dos vencimentos que só consistirem em gratificação ou quotas ou forem computados por lotação".

Por acto de 10 de Janeiro de 1916, passou o autor a escripturario do serviço de terra da mesma Directoria Geral de Saude Publica, e de que entrou no exercicio sem interrupção do seu cargo anterior.

A Lei n. 3.089 de 8 de Janeiro de 1916, suspendendo, no art. 107, "a admissão de novos contribuintes ao montepio dos funcionarios publicos" não podia, pois, alcançar o autor, que, desde Janeiro de 1915, tinha direito a contribuir para o mesmo montepio, e reiteradamente reclamou contra o seu desconhecimento por parte das autoridades administrativas (fls. 15 a 16, 19 a 25 e 29). Nestas condições:

JULGO procedente a acção proposta, para condemnar a ré na fôrma do pedido e custas. De accôrdo com a Lei, appello para o Supremo Tribunal Federal.

Rio de Janeiro, 21 de Novembro de 1919. — *Raul de Souza Martins*, Juiz Federal da 1ª Vara da Secção do Districto Federal.

Appellação Cível n. 2.527 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS.

EMBARGANTE: — a União Federal.

EMBARGADOS: — Souza Machado & Cia.

Não pôde ser responsavel pelo damno soffrido pela União Federal, em virtude de fraude contra ella praticada, quem nenhuma participação teve na fraude commettida, nem para ella concorreu com culpa de qualquer especie, tendo agido de bôa-fé, deante de um instrumento publico de cuja falsidade não podia suspeitar.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Districto Federal, entre o respectivo Juiz Seccional e a União, como appellantes, e Souza Machado & Cia., como appellados.

Alguem, tomando o nome de Carlos Guilherme Rheingantz, dirigiu, em 5 de Agosto de 1911, uma carta a Souza Machado & Cia., consultando se elles podiam se encarregar, e em que condições, do recebimento dos juros vencidos de suas apolices, assim como do processo para serem substituidas as primitivas, que se haviam extra-
viado.

(*) Sobre embargos. — V. o vol. LXIII, pag. 473. — N. da R.

Os destinatarios da carta responderam a 11 do mesmo mez, dizendo que, embora o seu principal ramo de negocio fosse outro — a industria de chapéos — acceitariam a incumbencia cujo desempenho muitos amigos lhes haviam confiado.

Em vista disso, Souza Machado & Cia. receberam procuração passada em notas do tabellião Antonio Hypolito Medeiros, na qual este e as testemunhas declararam que, no cartorio, tinha comparecido Carlos Guilherme Rheingantz, que elles reconheciam como o proprio.

Com esse documento, Souza Machado & Cia. apresentaram-se na Caixa de Amortisação, receberam juros de apolices, na importancia de 18:750\$000, e, deduzidos a commissão e despesas, remetteram o liquido de 18:000\$000, por intermedio do British Bank, a Rheingantz em S. Paulo, cumprindo ordens daquelle.

Mais tarde, descobriu-se que Rheingantz era fallecido desde Maio de 1909.

Os proprios Souza Machado & Cia. communicaram o facto ao Ministro da Fazenda, com a declaração de que estavam promptos a restituir ao Thesouro, logo que o Ministro o determinasse, a importancia recebida. Como, porém, não o tivessem feito, a Fazenda Nacional propôz acção contra elles, a qual foi julgada improcedente, porque os réus nenhuma participação tiveram na fraude commettida, nem para ella concorreram com culpa de qualquer espécie, pois agiram sempre de boa fé, deante de um instrumento publico de cuja falsidade não podiam suspeitar, como não suspeitou a Caixa de Amortisação, que pagou promptamente os juros, cujo saldo os réus remetteram, por intermedio de um Banco, ao destino indicado pelo supposto proprietario.

Esta sentença foi confirmada pelo Accordam de fls. 142.

O Procurador Geral o embargou, sem fazer allusão á fraude, mas allegando que houve culpa por parte dos réus na acceitação do mandato e que elles se obrigaram expressamente perante o Ministro da Fazenda a restituir a importancia indevidamente recebida.

A idéa de fraude, por parte dos réus, está excluida, pois não foi sequer allegada.

Culpa ou negligencia, que tambem obriga á reparação do damno (art. 159 do Codigo), não houve egualmente, porque os réus não deixaram de empregar o cuidado, a attenção, que o homem regularmente attento costuma ter em seus negocios.

Elles receberam uma procuração em fôrma e agiram.

Culpa ou imprevidencia teria havido por parte da União, que pagou juros de annos atrasados, sem exigir certidão de vida do possuidor das apolices.

Contra os réus apenas poderia ser adduzida — e o foi — o ar-

gumento de que elles se promptificaram a restituir a importancia recebida.

O argumento é de ordem simplesmente moral.

Os réus, em consciencia, se julgaram devedores.

Mais tarde, em virtude talvez de novos conselhos, resolveram não pagar, abandonando assim o primitivo proposito.

A Justiça não tem meios para obrigar-os ao cumprimento do dever, que elles julgavam apenas de honestidade.

ACCORDAM, pois, rejeitar os embargos e confirmar o Accordam embargado. Pagas as custas pela embargante.

Rio de Janeiro, 16 de Abril de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Hermenegildo de Barros*, Relator. — *Viveiros de Castro*. — *G. Natal*. — *E. Lins*. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro dos Santos*. — *A. Ribeiro*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Foi voto vencedor o do Sr. Ministro Leoni Ramos.

Appellação Cível n. 3.260 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS.

EMBARGANTE: — Borlido Maia & Cia.

EMBARGADA: — a União Federal.

Só os Ministros de Estado podem autorizar despesas superiores a um conto de réis.

Nenhum funcionario de repartição pôde assumir compromissos em nome do Estado, sem que esteja para isso devidamente autorizado.

São de rejeitar os embargos que reproduzem materia já apreciada pela decisão embargada.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Capital Federal, entre Borlido Maia & Cia., como embargantes, e a União Federal, como embargada.

O unico articulado que está provado, é o que se refere ao aviso circular de 2 de Setembro de 1910, determinando que só o Ministro podia autorizar despesa superior a um conto de réis.

De facto, o aviso é posterior á compra do automovel, mas não

(*) Sobre embargos. — V. o Acc. embargado no vol. XLVII, pag. 113. — V. tambem o vol. LXIII, pag. 485 e o vol. XLIII, pag. 148. — N. da R.

só esse aviso era desnecessario, porque não se admite que qualquer funcionario de repartição possa assumir compromissos em nome do Estado, como é também certo que subsistem os demais fundamentos do Accordam embargado:

ACCORDAM, nestas condições, confirmar o mesmo Accordam, rejeitando assim os embargos que lhe foram oppostos. Pagas as custas pelos embargantes.

Rio de Janeiro, 16 de Abril de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Hermenegildo de Barros*, Relator. — *E. Lins*. — *Geminiano da Franca*. — *A. Ribeiro*. — *Viveiros de Castro*. — *Pedro dos Santos*. — *G. Natal*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Foi voto vencedor o do Sr. Ministro Leoni Ramos.

Appellação Cível n. 3.380 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro VIVEIROS DE CASTRO.

EMBARGANTE: — a Fazenda Nacional.

EMBARGADO: — Amaro Gomes Souto Netto.

A União Federal é responsavel pelos actos dos seus empregados, desde que taes actos sejam praticados, dentro da esphera das suas attribuições legaes, sem usurpação de funcções não conferidas pela Lei e sem fazer a menor distincção motivada pela natureza do acto, licito ou illicito, de imperio ou de simples gestão.

*Não deve ser considerado damno puramente moral o abalo de credito do commerciante, em virtude de apprehensão de mercadorias, a pretexto de serem contrabando, sabendo os apprehensores que o não eram. (**)*

Não é possível isentar a União Federal da responsabilidade do furto de mercadorias apprehendidas, causado pela criminosa negligencia dos seus prepostos que, preoccupados exclusivamente com os seus interesses economicos, não guardaram convenientemente as mercadorias.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação cível, sobre embargos, em que é appellante *ex-officio* o Juiz Federal da Se-

(*) Sobre embargos. — V. o Acc. embargado no vol. LIX, pag. 92. — V. mais o vol. LXIII, pag. 476 e o vol. LIII, pag. 259. — N. da R.

(**) Ementa do Acc. embargado, pelo presente confirmado. — N. da R.

cção do Rio Grande do Sul, é embargante a Fazenda Nacional, e é appellado, ora embargado, Amaro Gomes Souto Netto, e

considerando que dous são os fundamentos dos embargos de fls. 434: — 1º que não cabe responsabilidade ao Estado pela apprehensão de mercadorias suspeitas de contrabando, ainda quando se venha apurar a improcedencia da suspeita, como decidiu o Accordam n. 1.813, de 25 de Outubro de 1919; 2º e porque o damno proveiu, não propriamente da apprehensão, mas do subsequente furto das mercadorias, furto de que a embargante foi também victima e porque não póde responder; mas

considerando que ambos esses fundamentos não têm absolutamente procedencia, porquanto

considerando, quanto ao primeiro, que na hypothese dos autos em que foi proferido o citado Accordam n. 1.813, havia fundados motivos para se suspeitar que as mercadorias eram contrabandeadas, e assim os empregados aduaneiros não podiam faltar ao mais vulgar dos seus deveres, deixar de realizar a apprehensão de taes mercadorias; na hypothese dos autos, ao contrario, os empregados tinham absoluta certeza de que se não tratava de um contrabando, porque elles haviam rubricado a relação de taes mercadorias, apresentada lisamente pelo embargado, as conferiram durante o tracto, e só effectuaram a apprehensão quando conseguiram illudir a boa fé do proprietario das mercadorias, que as conduzia ás claras, sem recorrer ao menor artificio fraudulento, e convencido de que a relação, visada e conferida pelos empregados aduaneiros, era realmente o documento legal;

considerando, quanto ao 2º fundamento, que não sómente a totalidade do damno não proveiu do furto das mercadorias, como também não é possível isentar a embargante da responsabilidade desse furto, causado pela criminosa negligencia dos seus prepostos, que, preoccupados exclusivamente com os seus interesses economicos, não guardaram convenientemente as mercadorias:

ACCORDAM, por estes fundamentos, rejeitar os embargos de fls. 434, confirmando assim o Accordam de fls. 428 v. (*) Custas pela embargante.

Supremo Tribunal Federal, 16 de Abril de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Viveiros de Castro*, Relator. — *E. Lins*. — *Geminiano da Franca*. — *A. Ribeiro*. — *Pedro dos Santos*. — *G. Natal*. — *Hermenegildo de Barros*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Foi voto vencedor o do Sr. Ministro Leoni Ramos.

(*) Esse Acc. foi publicado no vol. LIX, pag. 22. — N. da R.

Appellação Cível n. 3.720 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro LEONI RAMOS.

1º EMBARGANTES: — D. Dolores Chiaffarati e seus filhos.

2º EMBARGANTE: — a União Federal.

EMBARGADOS: — os mesmos.

Para a acção de indemnisação não é mistér a culpa criminal, bastando a culpa civil.

*Acima da absolvição do Jury, sempre condescendente, está, incontestavelmente, o despacho de pronuncia, que, de accôrdo com a Lei, não póde ser proferido sem pleno conhecimento do delicto e sem indícios vehementes de quem seja o delinquente. (**)*

São de rejeitar os embargos que reproduzem materia já apreciada pela decisão embargada.

ACCORDAM

Vistos, expostos e discutidos estes autos de appellação cível, em gráu de embargos, em que são embargantes e simultaneamente embargados, Dolores Chiaffarati e seus filhos menores e a União Federal:

attendendo a que os embargos de fls. 179 e fls. 183 versam sobre materia velha já devidamente apreciada e julgada pelo Accordam embargado:

ACCORDAM rejeitar os ditos embargos para confirmar, como confirmam, o mesmo Accordam por seus proprios fundamentos. Custas pelos embargantes.

Supremo Tribunal Federal, 23 de Abril de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Leoni Ramos*, Relator. — *E. Lins.* — *G. Natal.* — *Geminiano da Franca.* — *Hermenegildo de Barros*, vencido, de accôrdo com o meu voto a fls. 175. (***) — *A. Ribeiro*, vencido, de accôrdo com o voto do Sr. Ministro Hermenegildo de Barros. — *Pedro dos Santos*, vencido. — *Muniz Barreto*, vencido. — *Viveiros de Castro* vencido em parte: recebia os embargos dos A. A. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

(*) Sobre embargos. — V. o Acc. embargado no vol. LII, pag. 124. — V. também o vol. LXIII, pags. 481 e 514. — N. da R.

(**) Ementa do Acc. embargado, pelo presente confirmado. — N. da R.

(***) V. esse voto no vol. LII, pag. 126. — N. da R.

Appellação Cível n. 4.219 (*)**RELATOR:** — o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO.**EMBARGANTES:** — Manoel Garcia Ramos e outros.**EMBARGADOS:** — Adolpho Guimarães Corrêa e outros.

O mandato judicial que contém poderes para oppôr embargos, envolve o poder de edlles desistir, mesmo depois de impugnados.

Não são a mesma cousa a desistencia de recurso e a desistencia de acção.

*Para esta ultima, é necessario o consentimento do réu, desde que contestada á lide; aquella fica inteiramente livre á parte que tenha interposto o recurso. (**)*

São de rejeitar os embargos que reprodüzem materia já apreciada pela decisão embargada.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos do Estado de S. Paulo, em que são embargantes Manoel Garcia Ramos e outros e embargados Adolpho Guimarães Corrêa e outros:

ACCORDAM despresar os embargos e confirmar, por seus fundamentos, o Accordam embargado de fls. 1.052. Paguem os embargantes as custas.

Supremo Tribunal Federal, 23 de Abril de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *A. Ribeiro*, Relator. — *Hermenegildo de Barros*. — *Viveiros de Castro*. — *G. Natal*. — *E. Lins*. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Foi voto vencedor o do Sr. Ministro Leoni Ramos.

Appellação Cível n. 4.108 (*)****RELATOR:** — o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL.**APPELLANTES:** — o Juiz e a União federaes.**APPELLADO:** — Ismael Sergio de Menezes.

Sómente os machinistas da Armada que tiverem o serviço effectivo nesse cargo, por

(*) Sobre embargos. — V. o Acc. embargado no vol. LX, pag. 127. — V. mais o vol. LXIII, pag. 519, o vol. LXI, pag. 99, o vol. LVIII, pag. 233, o vol. LVI, pags. 116 e 393 e o vol. LII, pag. 396. — N. da R.

(**) Ementa do Acc. embargado, pelo presente confirmado. — N. da R.

(***) V. o vol. LXIV, pag. 151. — N. da R.

mais de dez annos, é que gozam de vitaliciedade.

E' legal a demissão do machinista de menos de dez annos, em virtude de factos verificados em inquerito policial militar.

ACCORDAM

Vistos, expostos e relatados estes autos de appellação civil — appellantes o Juiz da 2ª Vara Federal deste Districto e a União; appellado, Ismael Sergio de Menezes —, interposta da sentença de fls. 34, que julgou procedente a acção intentada pelo appellado para a annullação do acto do Governo, demittindo-o do cargo de sub-machinista da Armada;

considerando que o art. 4º do Regulamento, que baixou com o Decreto n. 13.912 de 1919, expedido para a execução da Lei n. 3.643, de 31 de Dezembro de 1918, bem interpretou essa Lei, dispondo que o serviço effectivo por mais de 10 annos para a garantia de vitaliciedade, que assegurava, era o serviço no cargo de machinista, porque só desse cargo cogitava a Lei regulamentada;

considerando que nesse cargo o exercicio do appellado não passava, nem mesmo attingiu seis annos completos;

considerando que os machinistas de menos de dez annos de exercicio nenhuma garantia de indemissibilidade tinham, além da que o proprio Governo, restringindo o seu arbitrio, estabelecera, dispondo que para serem demittidos era necessario que se apurasse em processo administrativo haverem commettido qualquer das faltas, que especifica;

considerando que o appellado, como se vê de fls. 14, foi dispensado por má conducta provada em inquerito policial militar;

considerando, portanto, que não foi illegal a sua demissão:

ACCORDAM dar provimento ás appellações para, reformando a sentença appellada, julgar improcedente a acção. Pagas as custas pelo appellado.

Supremo Tribunal Federal, 10 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *G. Natal*, Relator. — *E. Lins*. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro dos Santos*. — *Viveiros de Castro*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Muniz Barreto*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Appellação Cível n. 4.176 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro EDMUNDO LINS.

APPELLANTE: — a Fazenda Nacional.

APPELLADO: — Antonio de Souza Lemos.

Nenhuma fé merece em Juizo o documento que contém entrelinha, com letra e tinta differente, e não devidamente ressalvada.

E' nullo o auto de infracção que não contém a assignatura do infractor, nem o motivo porque deixou o mesmo de fazel-o.

Applicação do Decreto n. 13.193, de 1918, art. 8º.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação cível, desta Capital, verifica-se que a Fazenda Nacional propôz, contra Antonio de Souza Lemos, este executivo fiscal, pedindo-lhe o pagamento de 500\$000, provenientes de uma multa que lhe foi imposta pelo commissariado da alimentação publica, por infracção do Decreto n. 13.193, de 13 de Setembro de 1918, *ut*, auto de fls. 4.

A' penhora feita o réu offereceu os embargos de fls. 22, arguindo varias nullidades do auto de infracção, entre as quaes a de lhe faltar sua assignatura, como irritantemente o exige o paragrapho unico do art. 8º do citado Decreto.

Tendo a causa seguido os devidos termos, foram os embargos julgados, afinal, provados pela sentença de fls. 26, da qual appellaram o Juiz *ex-officio*, e a autora.

Observaram-se todas as formalidades legaes, pelo que passa o Tribunal a proferir sua decisão:

Merece confirmada a sentença recorrida, não só por seu fundamento, que está de accôrdo com o dispositivo legal invocado, como tambem e principalmente, porque o auto de infracção tem uma entrelinha, feita depois de lavrado e, quiçá, depois de arguida a falta, como se patenteia ao primeiro lance de olhos — letra differente e tinta differente, accrescendo não se achar devidamente ressalvada, pelo que não merece fé alguma:

ACCORDA, assim, o Supremo Tribunal negar provimento á appellação. Pagas as custas pela autora appellante.

Supremo Tribunal Federal, 10 de Maio de 1924. — *André Cavalcant*, Vice-Presidente. — *E. Lins*, Relator. — *Hermenegildo de*

(*) V. o vol. LXIV, pag. 155. — N. da R.

Barros. — Geminiano da Franca. — Viveiros de Castro. — Pedro dos Santos. — Muniz Barreto. — G. Natal. — Fui presente, A. Pires e Albuquerque.

Appellação Cível n. 4.192 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro EDMUNDO LINS.

APPELLANTES: — Cal Paz & Cia.

APPELLADA: — a Fazenda Nacional.

E' de ser julgado procedente o executivo fiscal para cobrança de multa, uma vez que a divida está devidamente provada e nada foi allegado pelos executados que os relevasse do pagamento.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação cível desta capital, verifica-se que, contra Cal Paz & Cia., a Fazenda Nacional propôz o presente executivo fiscal, pedindo-lhes o pagamento de 2:000\$000, provenientes de multa que lhes foi imposta por infracção do Decreto n. 14.354, de 15 de Setembro de 1920, visto haverem exposto á venda 44 kilos de fubá grosso, já deteriorado, polluido por fêzes de animaes, larvas e insectos parasytas, na rua do Cattete n. 23.

A defesa dos réus foi que o auto de multa não estava visado pelo inspector e que a entrega desse auto se fizera um dia antes de ser elle lavrado.

A sentença de fls. desprezou esses embargos e os réus appellaram.

Isto posto,

considerando que a divida está plenamente provada pela certidão de fls. 3;

considerando que os réus não allegaram factó algum que os releve do pagamento pedido;

considerando que o auto da multa está assignado pelo inspector — Dr. Edgard Abrantes (fls. 4, *in fine*);

considerando que o outro factó articulado não é relevante e não passa de méro engano ao se escrever a data;

ACCORDA o Supremo Tribunal Federal negar provimento á appellação. Pagas as custas pelos appellantes.

Supremo Tribunal Federal, 10 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *E. Lins*, Relator. — *Hermenegildo de*

(*) V. o vol. LXIV, pag. 156. — N. da R.

Barros. — Geminiano da Franca. — Pedro dos Santos. — Viveiros de Castro. — Muniz Barreto. — G. Natal. — Fui presente, A. Pires e Albuquerque.

Appellação Cível n. 4.298 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS.

APPELLANTES: — o Juiz e a União federaes.

APPELLADOS: — F. H. Vergaro & Cia. e outros.

A appellação, nas acções de desapropriação por necessidade e utilidade publica, sómente poderá ser provida para annullar-se o processo, por falta de formalidades, não se podendo, pois, conhecer, nesse recurso, de allegações attinentes á injustiça do laudo.

Applicação do Decreto n. 4.956, de 1903, art. 29.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Estado da Parahyba, em que são appellantes o Juiz *ex-officio* e a União Federal e appellados F. H. Vergaro & Cia., Joaquim Vieira e os herdeiros de Luiza Gomes da Silveira Hardman.

Tendo sido aprovados pelo Decreto n. 14.414, de 15 de Outubro de 1920, o projecto e orçamento para a construção do porto da Capital do Estado da Parahyba do Norte, o Procurador da Republica, na secção do mesmo Estado, não tendo chegado a accôrdo amigavel com os interessados, requereu a desapropriação, por utilidade publica federal, dos terrenos de marinha situados á margem direita do Sanhuá, terrenos esses necessarios ás obras do referido porto e cujo dominio util pertence, entre outros, aos foreiros F. H. Vergaro & Cia. Joaquim Nunes Vieira e herdeiros de Luiza Gomes da Silveira Hardman, representados por seu pae Ernesto Evaristo Monteiro.

A desapropriação foi requerida tão somente da parte correspondente á area requisitada pelo Chefe da Commissão das Obras do Porto, de conformidade com as plantas e mais documentos com que foi instruida a petição inicial, conforme a exigencia do art. 18 do Decreto n. 4.956, de 9 de Setembro de 1903.

Declarada a desapropriação dos terrenos, foram citadas as partes para a escolha de peritos, que os avaliassem, caso não fosse aceita a proposta de indemnização, á razão de 1\$600 por metro quadrado. Em

(*) V. o vol. LXIV, pag. 158. — N. da R.

audiência, a proposta não foi aceita, porque Vergara & Cia. exigiam pelo seu terreno 40 contos de réis, Joaquim Nunes 45 contos e os herdeiros de D. Luiza 4\$000 por metro quadrado.

Os peritos escolhidos, Dr. Antonio Baptista Neiva de Figueiredo, Orestes de Brito e José Gomes Coelho, deram ao terreno de Vergara & Cia. o valor de 4\$600 por metro quadrado ou 23:073\$600 correspondente a 5.016m²; ao terreno de Joaquim Nunes 4\$500 por metro quadrado ou 20:664\$000 correspondente a 4.592m²; ao terreno dos herdeiros de D. Luiza, 3\$200 por metro quadrado ou 54:467\$200 correspondente a 17.021m².

O Juiz homologou o arbitramento pela sentença de fls. 59, da qual appellou, tendo appellado igualmente o Procurador Seccional.

Vê-se do arbitramento que os peritos se collocaram no meio termo; deram aos terrenos preço superior ao offerecido pela Fazenda, porém inferior ao exigido pelos proprietarios, que se conformaram.

A Fazenda appellou, allegando nullidade de laudo: 1º porque, não foi observado o art. 31 § 4º do Decreto n. 4.956, de 1903, que determina que “nas desapropriações dos predios e terrenos, sómente em parte, os arbitradores avaliarão no seu todo, fixando separadamente a indemnisação da parte comprehendida”; 2º porque também não foi observado o art. 33 do mesmo Decreto, visto como, tratando-se de terrenos de marinha, foreiros á Fazenda Nacional, nenhuma deducção foi feita, quanto ao valor do dominio directo.

O art. 29 do Decreto n. 4.956 determina que a appellação poderá ser provida tão sómente para annular-se o processo *por falta de formalidades essenciaes*.

Devem, pois, ser recusadas quaesquer allegações relativas á injustiça do laudo.

No que respeita a nullidades do processo, não os constituem os factos allegados, pois os dispositivos em que se funda a allegação referem-se a regras, que devem ser observadas no arbitramento das indemnisações. Além disso, as allegações são improcedentes.

O art. 31 § 4º do Decreto citado manda realmente fixar separadamente a indemnisação da parte do terreno desapropriado, quando a desapropriação é parcial e não total.

Mas como o criterio que presidiu á desapropriação foi a unidade — metro quadrado — uma vez conhecido o valor deste, estaria conhecido o dos metros pretendidos pelo Governo. Se este queria desapropriar 17.021 metros, bastaria multiplicar esse numero por 3\$200 e o resultado seria o de 54:457\$200.

O art. 33 do Decreto determina apenas como deve ser calculado o valor do dominio directo ou util, quando se trata de propriedade

sujeita a afôramento ou emprazamento perpetuo, sem que se possa concluir d'ahi a existencia de qualquer nullidade:

ACCORDAM, pois, negar provimento á appellação e confirmar a sentença appellada. Pagas as custas pela União Federal.

Rio de Janeiro, 10 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Hermenegildo de Barros*, Relator. — *E. Lins*. — *Geminiano da Franca*. — *G. Natal*. — *Pedro dos Santos*. — *Viveiros de Castro*. — *Muniz Barreto*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Appellação Cível n. 4.589 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS.

APPELLANTE: — o Estado de Minas Geraes.

APPELLADA: — a Cia. Usinas Nacionaes.

O Estado não responde, em regra, pelos damnos causados em guerras civis, tumultos e meetings, a não ser que omita as diligencias e medidas a seu alcance, adequadas e efficientes.

Para haver condemnação por perdas e damnos é preciso que, entre o acto ou omissão do serviço publico que occasionou o damno e este, se verifique uma relação directa de causalidade, um laço directo de causa a effeito.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Estado de Minas Geraes, entre o Estado do mesmo nome, como appellante, e a Companhia Usinas Nacionaes, como appellada.

Esta Companhia, com séde na Capital Federal e com deposito de assucar bruto e refinado em Juiz de Fôra, propôz contra o Estado de Minas Geraes acção ordinaria de indemnisação de prejuizos, que lhe causou o movimento popular do dia 27 de Agosto de 1918, em o qual a casa commercial da autora, *devido á incuria do Governo mineiro em prover ao efficaç policiamento local e á incapacidade do delegado de policia de então*, foi atacada, arrombada, varejada e saqueada por uma turba multa, causadora dos damnos, que estima em..... 188:295\$890.

A esta principal allegação a autora accrescenta: que o attentado não se caracterizou *pela sua subitaneidade, mas podia ser previsto*

(*) V. o vol. LXIV, pag. 318. — N. da R.

e impedido, pois quatro dias antes do assalto foram espalhados boletins em Juiz de Fóra, convidando o povo para, na praça publica, tomar providencia contra os especuladores no augmento dos preços dos generos de primeira necessidade, sendo convocador desses *meetings* João Augusto de Carvalho, individuo sem profissão definida; que, convocado o *meeting* para 24 de Agosto, foi adiado para 27, em consequencia da chuva, e nesse dia, previamente scientes o delegado e sub-delegado de policia, foi que se deu o attentado, que o delegado, Dr. Abreu, tentou impedir com oito ou dez praças, sendo então ferido e substituido pelo Dr. Guaraciaba, que, tendo requisitado reforço de praças, restabeleceu a ordem.

O réu contestou a acção, allegando que o comicio popular começou de modo ordeiro e pacifico, tendo apenas por objectivo solicitar a intervenção do Presidente da Camara Municipal em favor do povo; que, ao ter noticia da convocação do comicio, o delegado de policia, Dr. Antonio Ribeiro de Abreu, que exerce a função em Juiz de Fóra, ha muitos annos, sempre acatado, procurou conhecer o objectivo da reunião; que verificou, desde logo, que esta nada tinha de anormal ou subversivo da ordem, não havendo mesmo qualquer motivo para se receiar aggressão, tanto que o commercio manteve suas portas abertas, nenhuma garantia solicitou, funcionaram as casas de diversões e as familias passeavam pela cidade, em que reinou durante todo o dia a mais completa calma; que, especialmente contra a autora, nada autorizava a suspeita de qualquer violencia, pois, ao contrario, ella contava com a sympathia popular, por haver aberto seu estabelecimento, cinco dias antes, com o proposito de fazer baixar o preço do assucar, como o fez effectivamente, abrindo concorrência á casa Renato Dias, unico estabelecimento congenere na praça; que o delegado de policia conseguiu obstar o ataque á casa Renato Dias, sendo até ferido na occasião, não tendo conseguido o mesmo resultado em relação á casa da autora, devido á superioridade numerica da massa popular, sempre crescente.

A sentença de primeira instancia julgou a acção procedente, para mandar liquidar o damno na execução, sob o fundamento de que, sendo previsivel o ataque, a policia, por seus orgams, não tomou todas as providencias para impedi-lo.

Não procedem os fundamentos da acção e da sentença, sendo, ao contrario, procedente a defesa do réu.

Funda-se a acção, em primeiro logar, na incuria do governo mineiro em prover ao efficaz policiamento da cidade e na incapacidade do delegado de policia de então.

Ora, não ha cidade nenhuma em Minas que seja mais policiada que a de Juiz de Fóra, pois é uma das rarissimas, em que tem sé-

de um dos poucos Batalhões, em que se acha dividida a policia do Estado.

Além disso, o argumento é, por sua natureza, sem alcance, pois ao contrario seria indispensavel que o governo do Estado tivesse em cada cidade um Batalhão para impedir disturbios imprevistos.

Quanto á allegada incapacidade do delegado de policia, a prova testemunhal de ambas as partes destróe a allegação, pois as testemunhas attestam a energia, a competencia com que o Dr. Ribeiro de Abreu desempenha, ha annos, as funcções de delegado de policia em Juiz de Fôra, onde é conservado a pedido da população, que se julga garantida com elle, que, ainda por occasião desses acontecimentos, deu prova irrecusavel de cumprimento de dever, ao ponto de ser ferido pelos desordeiros.

Allega, em segundo logar, a autora — e foi este o unico fundamento de sentença appellada — que o ataque podia ser previsto, porque não foi subitaneo.

As testemunhas do réu e as da propria autora affirmam o contrario, como se verá da analyse, que adeante será feita.

Em suas allegações finaes, invoca a autora as conhecidas opiniões de PEDRO LESSA e LAFAYETTE, cujos trechos já constituem citações forçadas em casos como este.

O primeiro estabelece a regra de que, para haver condemnação, é preciso que entre o acto ou omissão do serviço publico, que occasionou o damno, e este, se verifique uma relação *directa* de causalidade, um laço *directo* de causa a effeito.

Um delicto de furto ou de roubo, por exemplo, nas condições em que taes crimes geralmente são commettidos, não dá á victima o direito de ser indemnizada pelos cofres publicos... Mas se uma aggressão contra a pessoa, ou contra a propriedade, fôr *conhecida* e *anunciada com tal antecedencia e visos de certeza*, que a policia administrativa deve e possa evital-a, e não obstante, graças á *inercia injustificavel das autoridades*, o attentado se realizar, *animado ou auxiliado pela indifferença dos agentes da segurança publica*, ao Estado incumbe indemnisar o damno causado (*Poder Judiciario*, pag. 170).

LAFAYETTE diz que o Estado não responde, *em regra*, pelos damnos causados em guerras civis, tumultos, motins. O Estado, porém, incorreria de plano em responsabilidade, se por parte do poder publico *fossem omittidas as diligencias e medidas a seu alcance, adequadas e efficientes* para proteger a vida e os direitos dos particulares, nacionaes ou estrangeiros.

E' precisamente nas allegações da autora e nas opiniões de LESSA e LAFAYETTE que a acção deve ser julgada improcedente.

O acontecimento não podia ser previsto, porque foi subitaneo.

Não se annunciou, com ou sem antecedencia, aggressão algu-

ma. A autoridade, apesar disso, não foi inerte, não animou nem auxiliou pela indiferença o ataque deliberado no momento; tomou, ao contrario, todas as medidas a seu alcance para evital-o.

E' assim que o *meeting* foi convocado com intuitos pacificos. Como o convite estivesse assignado sómente — *A Commissão* —, a autoridade procurou saber quem era esta Commissão e verificou que nenhuma Commissão fazia o convite ao povo, mas quem se fingia de Commissão era João Augusto de Carvalho.

Diz-se que, por ser esse individuo um desclassificado, devia o delegado de policia tomar providencias.

Um individuo, porém, nessas condições não podia impressionar o povo, de modo a induzil-o á pratica de actos violentos.

Apezar disso, procurado pela autoridade, que começou logo a agir, João Carvalho lhe assegurou que não pretendia perturbar a ordem e apenas solicitar do Presidente da Camara certas medidas em beneficio do povo, tendo declarado quaes eram essas medidas.

Os proprios termos do boletim nada encerram de alarmante, porque o boletim convidava o povo, para no dia seguinte, protestar contra a carestia da vida e pedia a *todos os bons cidadãos* que manifestassem suas idéas em publico.

Outro boletim, espalhado no propria dia da reunião, pedia ao commercio a *fineza* de fechar as suas portas, *ás sete horas da noite*, para que os respectivos empregados podessem tomar parte no comicio. E concluia assim o convite: Será pacifico este comicio e irá direito á casa do Dr. José Procopio Teixeira.

Podia a autoridade prohibir a projectada reunião, nos termos em que foi annunciada?

De modo nenhum. Infringiria, se o fizesse, o preceito constitucional que garante o direito de reunião, assim como o art. 123 da Codigo Penal, que não considera sedição ou ajuntamento illicito a reunião do povo desarmado, em ordem, para o fim de representar contra os empregados publicos, nem a reunião pacifica e sem armas do povo nas praças publicas para exercer o direito de discutir e representar sobre os negocios publicos.

O povo estava desarmado, tanto que o ataque foi feito a pedras, apanhadas, de momento, na rua.

Ninguém esperava o ataque. Assim é que o commercio não pediu providencia alguma, nada de anormal se notava na vida da cidade, que as familias percorriam, umas a passeio, outras á procura das diversões, tudo isso no proprio dia do acontecimento.

A autora, sobretudo, nada podia receiar, porque abrira seu estabelecimento, cinco dias antes, com a promessa de que faria baixar o preço do assucar, como effectivamente o fez, conquistando por essa fórma as sympathias populares.

Embora nada de anormal se pudesse esperar, a autoridade policial tomou providencias na hora do *meeting* distribuindo praças, convocando o supplente Dr. Guaraciaba para auxilia-la e tomando ella propria a deliberação de acompanhar o povo.

Dirigiu-se este ao Paço Municipal, onde fallou o referido João Carvalho, pedindo providencias contra a carestia da vida.

Respondeu-lhe o Presidente da Camara, dizendo que nenhuma providencia lhe competia contra a crise, que não resultava de exploração dos commerciantes, como elle podia assegurar, na qualidade de socio que era de uma casa commercial.

Começou d'ahi a exaltação do povo, que, descontente com a resposta do Presidente da Camara Municipal, declarou que agiria por si.

Não ha interesse em indagar se a resposta do Presidente encerrava qualquer inconveniencia, que pudesse autorisar a exaltação do povo, mesmo porque pelas consequencias desta, se foram realmente determinados pela resposta do Presidente, o responsavel seria este e não o Estado de Minas.

Mas a verdade é que, manifestada a exaltação, o delegado de policia, Dr. Abreu, providenciou immediatamente, requisitando do 2º Batalhão, pelo telephone e com urgencia, reforço da policia. Este, porém, por se achar o Batalhão a quatro ou cinco kilometros de distancia, só chegou, depois de ferido o Dr. Abreu em resistencia ao ataque á casa de Renato Dias, e quando já terminado o ataque ao estabelecimento da autora.

Todos esses factos, posto de lado o depoimento do delegado de policia a fls. 68 v., têm confirmação plena na prova dos autos, quer a produzida antes de proposta a acção, quer a que o foi durante a dilação, não só pelo réu, como pela propria autora.

Aqui vão extractados resumidamente, nos pontos substanciaes, os depoimentos das testemunhas da autora.

A primeira, a fls. 162, nada póde adeantar sobre o modo por que se deu o facto, porque desde nove dias antes se achava ausente da cidade.

A 2ª, a fls. 164, não acreditava que o ataque fosse possivel.

A 3ª, diz que o delegado, Dr. Abreu, providenciou; que a policia impediu o assalto á casa Renato Dias; que o comicio era pacifico e ordeiro; que o delegado de policia pediu reforço; que a policia procurou impedir o assalto ás Usinas.

A 4ª (fls. 172) falla na baixa do preço do assucar pela autora; nada ouviu de alarmante no dia do ataque, em o qual tudo era perfeitamente calmo.

A 5ª (fls. 174 v) depõe que a convocação do comicio não des-

pertou no depoente receio de ataque e que estava tranquillo, não suppondo que houvesse qualquer aggressão.

A 6ª (fls. 180 v.) declara que, na sua opinião, a policia foi negligente, não obstante a que, durante as duas horas em que ocorreram os acontecimentos, se dessem as depredações.

Contra essa testemunha estão os demais, que dizem que o ataque não durou duas horas mas uma ou pouco mais, desde o começo até o fim, isto é, até a chegada do reforço, que estava em logar distante — 4 ou 5 kilometros — fls. 171 v.

Além disso, o depoimento da propria testemunha contém outras passagens favoraveis ao réu, como quando affirma que a autora baixou o preço do assucar; que não havia animosidade do povo contra ella; que a casa da testemunha não tomou providencias para sua garantia, porque não acreditava no assalto. E ao mesmo tempo que a testemunha diz que a policia foi negligente, não obstante ao ataque, durante as duas horas da sua duração, declara que não viu se a policia se esforçou para impedir o ataque, porque só chegou ao local cerca de duas horas depois.

A 7ª testemunha (fls. 187) jura que não havia animosidade contra as Usinas; que o comicio no dia do assalto era organizado com intuitos pacificos; que não acreditou em boatos de ataque ao commercio; que a cidade no dia do comicio estava inteiramente calma; que nem o depoente nem ninguem poderia suppôr que fosse assaltado o estabelecimento das Usinas; que viu á frente do grupo o delegado Abreu, que foi ferido com algumas praças.

A 8ª testemunha (fls. 191 v.) esclarece que o estabelecimento das Usinas foi recebido com agrado pelo commercio e pela população; que o delegado foi ferido pelo povo e empregou esforços para impedir o ataque, não o conseguindo deante da multidão; que não se podia prever o ataque ás Usinas, dadas as sympathias com que foram recebidas; que não tomou providencia alguma no seu estabelecimento no dia do ataque, tanto que foi com a familia ao cinema.

Cumpr agora extractar os depoimentos das testemunhas, ainda da propria autora, nas tomadas na dilação probatoria.

A 1ª, Gilberto de Alencar, jornalista e testemunha tambem do réu, diz que o ataque durou uma hora; que João Augusto de Carvalho, convocador do *meeting*, é de má reputação; que houve baixa no preço do assucar; que não havia indisposição contra as Usinas; que o comicio foi ordeiro e não se podia prever que degenerasse em tumulto; que viu o delegado de policia no meio do povo, trabalhando para contel-o; que o delegado fez tudo que podia para evitar o assalto até ser ferido.

A 2ª testemunha (fls. 289) refere que a multidão era de tres ou quatro mil pessoas; que essa multidão tentou assaltar a casa Re-

nato, não o tendo conseguido, em vista da acção energica do delegado de policia, que até foi ferido; que o assalto durou meia hora; que não havia má vontade contra as Usinas; que o *meeting* era pacifico, para uma reclamação apenas perante o Presidente da Camara Municipal; que ninguem podia prever o que aconteceu, nem o proprio delegado de policia; que não havia motivo, até a hora do *meeting*, para que o commercio local temesse um ataque; que o delegado de policia é uma boa autoridade e fez tudo o que podia para evitar o assalto; que o Dr. Abreu, quando viu a exaltação do povo, pediu reforço pelo telephone; que no dia do *meeting* era de perfeita calma a vida na cidade.

A 3ª testemunha (fls. 293 v.) confirma que o *meeting* tinha intuitos pacificos; que só depois do discurso do Presidente da Camara, discurso inconveniente, na opinião dos reclamantes, foi que começou a exaltação; que o delegado de policia, o subdelegado e praças guardaram a casa de Renato Dias, tendo a policia obstado ao ataque a esta; que o delegado pediu reforço pelo telephone e foi ferido; que as Usinas foram recebidas com sympathias pelo povo e antes do *meeting* nenhuma casa commercial tomou providencia, nem havia motivo para receiar ataque; que, no dia do acontecimento, nada de anormal havia na cidade.

A 4ª testemunha (fls. 302) diz apenas que se a policia tivesse agido no inicio, podia evitar o ataque, declaração que não tem importancia alguma, deante dos depoimentos de todas as outras de que não havia razão para receiar ataque, além de que o delegado de policia providenciou desde principio, embora se tratasse de acontecimento imprevisivel e não previsto.

A 5ª testemunha (fls. 304) assevera que o *meeting* teve fins pacificos e não havia motivo para acção energica da policia; que o ataque ás Usinas, por mais de mil pessoas, não foi preparado com anticipação, mas nasceu inopinadamente; que os acontecimentos não podiam ser previstos, nem as Usinas eram odiadas pelo povo.

A 6ª testemunha (fls. 307 v.) viu agindo o Dr. Abreu, que foi ferido; as Usinas foram bem recebidas e a testemunha não pôde attribuir á policia as consequencias do acontecimento.

A 7ª testemunha (fls. 310 v.) depõe que a policia, embora diminuta, procurou defender a casa da autora; que o commercio não pediu providencias á policia, depois que foram espalhados os boletins, nem havia motivo para temer ataque; que o Dr. Abreu foi ferido, quando, como qualquer pessoa do povo, apreciava os acontecimentos.

Esta ultima parte do depoimento é inverosimil, porque se o delegado de policia estava de accôrdo com o povo, ou apreciava indifferentemente o assalto feito pelo povo, não havia motivo para que este se revoltasse contra elle, a ponto de aggredil-o.

A 8ª testemunha (fls. 314) diz que as Usinas baixaram o preço do assucar; que o commercio, quando se annunciou o *meeting*, não pediu providencias, nem havia motivo para se receiar ataques.

A 9ª testemunha (fls. 316 v.) corrobora que os boletins eram pacificos; que o Dr. Abreu, na defesa da casa Renato com dez ou doze praças, foi ferido; que é autoridade energica e acatada e que houve baixa no preço do assucar.

A 10ª testemunha, finalmente (fls. 320), não pediu providencias, commerciante que é como quasi todos os outros, porque não acreditava no ataque, pois os fins da reunião eram pacificos, as Usinas baixaram o preço do assucar e contavam com a *sympathia* popular.

Si as testemunhas da autora, appellada, depuzeram nos termos, que acabam de ser expostos, é inutil analysar, um por um, os depoimentos das testemunhas do réu, appellante, os quaes são inteiramente favoraveis a este (fls. 339 a 367).

ACCORDAM, nestas condições, dar provimento á appellação, para reformar a sentença appellada e julgar a acção improcedente. Custas pela appellada.

Rio de Janeiro, 21 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Hermenegildo de Barros*, designado para redigir o Accordam. — *A. Ribeiro*. — *G. Natal*. — *Geminiano da Franca*. — *E. Lins*, vencido. Quanto á responsabilidade do Estado pelos damnos que, por sua culpa *in eligendo*, e pela negligencia da sua policia, *in vigilando*, a população amotinada causa a particulares, é regra assente: na Lei (Codigo Civil, art. 15); na doutrina (*LAFAYETTE, Direito Internacional Publico*, v. 1º § 27 e jurisconsultos *ibi*; *CLOVIS BEVILACQUA, Direito Internacional Publico*, v. 1º parags. 30, 33 e 40, pags. 181, 201 e 227); e na jurisprudencia deste Tribunal, para a qual já tenho contribuido com o meu voto, como se vê, entre outros feitos, na appellação civil n. 4.075 de Pernambuco, a qual versou especie juridica, semelhante a esta. (*)

Isto posto, acha-se plenamente provada, nesta causa, a desidia, inercia e negligencia da policia do Estado réu, graças a qual a população se apoderou de 3.000 saccos de assucar da autora, além do mais damno, que lhe causou.

E' o que se verifica dos seguintes depoimentos e peças dos autos:

“a policia acompanhou a multidão ás Usinas, procurando evitar o ataque, o que não conseguiu, devido á deficiencia do seu pessoal (fls. 46);

“que, ferido o Doutor Abreu, o povo *continuou em suas depredações, penetrando nas Usinas da referida Companhia, donde retirou*

(*) V. esse Acc. no vol. LII, pag. 157. — N. da R.

grande quantidade de saccos de assucar, peças de machinas, mesas, papeis" (fls. 46);

"que viu *poucos soldados* no inicio dessas depredações, que *descreve*" (fls. 47);

Eis o boletim que, na vespera, foi distribuido ao povo e *rubricado pelo Dr. Guaraciaba, delegado de Policia*: "Ao Povo. Não podemos *supportar mais!* Convida-se ao povo desta cidade para um *meeting* amanhã, sabbado, ás sete horas da noite, no Parque Halfeld, *para tomarmos deliberação contra as especuladores no augmento dos generos de primeira necessidade.* Tem a palavra qualquer cidadão, que desejar manifestar suas idéas" (fls. 54).

Eis ainda outro boletim, *tambem rubricado pelo delegado de Policia*: "Ao Povo: *E' preciso energia!* Convida-se a todas as classes sociaes para o Grande Comicio a realizar-se amanhã, terça-feira, ás sete horas da noite, no Parque Halfeld, *para protestarmos contra a carestia da vida*" (fls. 51, *in fine* e 51 v.);

"que os soldados em serviço, ao principio dos acontecimentos, *se achavam apenas munidos de sabre*" (fls. 57);

"que quando (o povo) chegou á Praça da Estação, já os populares apedrejavam as portas do referido Renato Dias, *com intuito claro de invadir*, mas a policia se *contra-punha* ao ataque, representada pelo Dr. Ribeiro de Abreu, sub-delegado Joaquim Pinto e *umas oito a dez praças*, sendo que, de vez em quando, *se retirava um ou outro soldado, attingido pelos projectis*" (62);

"que o Dr. Ribeiro de Abreu foi ao Hotel *Renaissance* pedir socorro urgente, porque a massa popular se compunha, talvez, de umas tres mil pessoas, e a *policia deficiente* resistia ao ataque, que cada vez dobrava de violencia" (fls. 62 *in fine* e 62 v.).

"que a policia envidou esforços para impedir o saque do armazem das Usinas, mas *não conseguiu, por serem poucos os soldados de que dispunha*" (fls. 88);

"que a policia tentava acalmar o povo, tendo o depoente visto *uns dez soldados e o delegado de Policia*, que faziam esforços para os animos serenarem" (fls. 89);

"que, nessa occasião, o depoente sahiu e se dirigiu para a casa Renato Dias; que, ali chegando, nada viu de anormal, percebendo uma grande agglomeração, proximo aos armazens das Usinas Nacionaes; que, entrando nos referidos armazens, *d'ahi retirou dois saccos de assucar e carregou para a sua casa, não tendo encontrado opposição de pessoa alguma, nem da policia, para proceder, como fez*; que, nessa referida occasião, *não viu policia proxima á casa assaltada*" (fls. 100 v. e 101);

"que do largo em que estava e que é o em que está situada a refinaria, percebeu que a *multidão não teve obstaculo da policia, que lhe*

impedisse a consummação do attentado contra o referido estabelecimento;

“que sómente depois de estar sendo retirado o assucar da refinaria é que percebeu a chegada da policia; que, em seguida a essa chegada, a policia fez cerco ao povo, que se retirou de defronte do estabelecimento;

que o assalto ao estabelecimento das Usinas se realizou depois de um comicio em uma terça feira; que esse comicio tinha sido convocado para o sabbado anterior á terça feira, em que se realizou; que corriam (note-se bem) que corriam os boatos de que após o mesmo comicio que foi transferido de sabbado, devido ao máu tempo, para terça feira, conforme já se depôz, as casas commerciaes seriam atacadas por populares; que essa versão, que era publica e notoria, foi pessoalmente pelo Sr. Guedes, da Casa Guedes Bastos e Martins, comunicada ás outras casas commerciaes” (fls. 164 v. a 165 v.);

“que assistiu a aggressão levada a effeito pelos populares contra a refinaria das Usinas Nacionaes; que, precisando mais sua affirmação, explica que, quando viu o assalto á refinaria das Usinas Nacionaes, os populares já estavam retirando, de dentro della, o assucar ali depositado; que não percebeu senão tres ou quatro soldados no meio do povo, emquanto era retirado o assucar; que (attenda-se) durante umas duas horas, mais ou menos, os populares carregaram, desembaraçadamente, o assucar da refinaria mencionada” (fls. 187 e 187 v.);

“que o depoente acha que a policia não teve a devida providencia, nem adoptou (Note-se) nem adoptou as medidas adequadas a evitar os factos que se deram” (189).

“que não sabe qual foi a acção da policia nesse percurso; porém, na rua Halfeld, da citada Avenida Quinze de Novembro para baixo, a que esteve presente o depoente, viu que o Dr. Ribeiro de Abreu, delegado de Policia com umas (6) praças fazia o policiamento” (292 v.);

“que era o policiamente feito por seis a dez soldados no maximo” (294 v.);

“que, quando o povo chegou ao Renato Dias, encontrou, guardando a sua casa commercial, o Dr. Ribeiro de Abreu, com o subdelegado Joaquim Pinto, e seis (6) praças, commandadas pelo sargento Lopes” (297);

“o depoente, embora por allí houvesse alguns soldados não viu ser effectuada prisão alguma, sendo que, havendo, nesse sentido, interpellado um dos soldados, esse lhe respondeu não effectuar prisões, por não ter ordem para tal; que (veja-se!) que o assucar era levado para todas as partes da cidade, ás costas, em carroças, e até em carros de praça; que o convocador do meeting foi o cidadão João Augusto de Carvalho, homem de pessima reputação social, passador de noites

falsas, individuo que já se havia mettido em varias outras falcattruas; que, antes do meeting, e quando já corriam boatos apavorantes, ao conhecimento do depoente não chegou a noticia de medida de providencia policial, capaz de evitar os disturbios; que, exaltado, como se achava o povo, desde o inicio do meeting, facil era prever-se o que aconteceu, pois elle mesmo gritava: "ao assalto!" e, ao mesmo tempo, praticava violencias contra as portas commerciaes; que se a policia, no inicio, fazendo valer a sua autoridade, usasse de energia e decisão, poderia perfeitamente evitar tudo o que aconteceu; que o commercio não pediu nenhuma providencia á policia, antes do meeting, porque esta devia ser mais acautelada do que os commerciantes" (303 e 303 v);

"o meeting foi policiado pelo Dr. Guaraciaba com algumas praças, na parte superior da rua Halfeld, e pelo Dr. Abreu, tambem acompanhado de algumas praças, mas poucas, na parte inferior da mesma rua" (fls. 307);

"no momento não foi effectuada prisão alguma, agindo o povo livremente; que o movimento só cessou ao chegar o Exercito e isto mesmo quando nada mais havia a pilhar ou roubar nas usinas; que na sua opinião e na de quasi todas as pessoas com que ha conversado, si tivesse havido acção energica, rapidez de determinação, decisão por parte da policia, fazendo valer a sua autoridade moral e material tudo ou quasi tudo se teria evitado;

que pessoas a carregar assucar eram as centenas, sendo o assucar carregado por todos os cantos da cidade e (attenda-se) conduzido ás costas, em vehiculos e até em bondes (309 v.);

"que a parte do povo, que foi atacar as Usinas Nacionaes, poudo agir no assalto, livremente e isso porque a policia se achava em frente a casa Renato Dias; que, arrombadas, a encontrões e pedradas, as portas das Usinas Nacionaes, iniciou-se o assalto, para elle affluindo, aos gritos, a parte do povo que se achava em frente á casa Renato Dias; que tudo isso o depoente assistiu da porta do Hotel Avenida, que fica na praça Dr. João Penido, na local dos acontecimentos; que se lembra ter perguntado ao Dr. Ribeiro de Abreu o que fazia a policia perante aquelle lastimavel espectáculo; que a isso respondeu o Dr. Abreu: "contra a força não ha resistencia"; que, espatifadas as portas das usinas, o povo invadiu a casa e iniciou a pilhagem; que o depoente viu que saccos de assucar eram carregados das Usinas Nacionaes, (note-se) aos hombros, em carroças, carros de praça, e pelos bondes que passavam; que era um verdadeiro formigueiro de gente a carregar assucar, nesse acto tomando parte, homens, mulheres e mesmo creanças; que tambem os moveis do escriptorio foram quebrados com ferro e páus, tendo sido a burra ou cofre, depois de violentado, arrastado para a rua; que, durante o saque e assalto, que duraram por mais de uma hora, não viu o depoente ser effectuada prisão alguma; que, ao che-

gar, já com a vara de delegado, o Dr. Guaraciaba, *veiu sem reforço policial, reforço que só chegou vinte minutos ou menos depois*; que, ainda depois do reforço policial, chegou a patrulha do Exercito, *sendo que tanto aquelle reforço, como o Exercito, chegaram tarde, depois da completa pilhagem*; que, ainda assim, existindo no local ainda grande multidão, o Dr. Guaraciaba, com o intuito de dissolver-a, o que conseguiu, ordenou uma descarga, que o depoente pensa ter sido para o ar; que, antes desse momento, *os poucos soldados*, vistos pelo depoente, *estavam desarmados*" (fls. 311 v. a 312 v.).

Com esses depoimentos se acham accordes os jornaes locais quasi todos, sinão todos, de amigos do Governo do Estado, como se vae ver:

Do *Diario Mercantil*, cujo director politico é o Dr. João Pennido, nome acima de qualquer suspeição:

"Emquanto isto se passava, o cargo de Delegado de Policia permanecia acephalo, *agindo o povo com a mais absoluta liberdade*, por isso que os soldados que alli permaneciam para manter a ordem *nada podiam fazer*.

Nestas circumstancias, os populares conseguiram arrombar a Companhia de Usinas Nacionaes, levando alli a effeito um verdadeiro saque. *Durante cerca de hora e meia, homens, mulheres e creanças se entregaram ao trabalho de conduzir as saccas de assucar crystal, refinado e mascavinho em diversas direcções*;

"Os bondes, carros, carroças, *nessa occasião, trafegavam, carregados de assucar, chegando-se* (veja-se a que ponto chegou a inercia da poicia) *a negociar esse producto na rua, a cinco mil réis a sacca*" (O parentese é meu);

"*A acção da Policia: Provocou commentarios desfavoraveis a acção do Delegado de Policia Dr. Ribeiro de Abreu, que se mostrou de uma imprevidencia* (attenda-se bem) *de uma imprevidencia de pasmar*; pois, estando o *meeting* annuciado ha quatro dias, e correndo pela cidade boatos alarmantes, nenhuma providencia tomou S. S. no sentido de evitar os excessos de hontem" (fls. 386 a 387).

Do *Jornal do Commercio*: "Foi esta a casa (Usinas Nacionaes) que mais soffreu a colera do povo; a onda popular invadiu o edificio da companhia, carregando cerca de 3.000 saccas de assucar, que ahi se achavam em deposito. Das oito ás nove horas da noite, entregou-se o povo ao saque do *stock* de assucar, sendo a policia impotente para isso evitar. *Mulheres, creanças, homens de todos os lados, na praça da Estação, surgindo pessoas carregadas de assucar, muitas das quaes sentiam-se impotentes para transportal-o e, de momento a momento, faziam pequenos descansos; tinha-se a impressão de um verdadeiro formigueiro, tal a quantidade de pessoas que, levando saccas e enfileradas, seguiam em todas as direcções da praça*.

A policia, a essa hora, *esperava reforço do quartel, tendo o Dr. Paulo Guaraciaba assumido o cargo de Delegado*" (fls. 390 e 390 v.); Ainda desse mesmo *Jornal do Commercio*: "O commercio, *em signal de protesto*, manteve-se, *hontem todo fechado*, realizando-se, na Camara Municipal, uma longa conferencia entre os Srs. Presidente da Camara Municipal, da Associação Commercial e membros do alto commercio. Desta conferencia resultou a Associação telegraphar ao chefe de Policia do Estado, *exigindo a demissão do Sr. Ribeiro de Abreu, do cargo de delegado de Policia, por não ter garantido as casas commerciaes*, ou segundo palavras textuaes do Sr. Constantino de Souza, *o commercio manteria suas portas fechadas até que lhe fossem asseguradas garantias*. Ao serviço da Policia, *na apprehensão do assucar, estiveram, hontem occupadas oito (8) carroças, que chegavam, constantemente, ao edificio da cadeia, cheias de saccas daquelle precioso genero*" (fls. 397 v. e 398);

Do *Diario Mercantil*: "Recebemos, hoje, as seguintes linhas: "O commercio e a industria desta cidade, *tendo conseguido adhesão de todos os seus membros, depois das gravissimas occurrencias de 27 do corrente*, accedendo ás solicitações repetidas do Sr. Presidente da Camara e confiados nas garantias a elles offerecidas pela policia, resolveram *abrir mão da resolução que haviam tomado de cerramento das portas, na hypothese do Dr. Ribeiro de Abreu reassumir a Delegacia* deste municipio, enquanto *não tiverem nova prova de faltar-lhes a necessaria garantia para o livre exercicio de sua profissão*" (fls. 402).

Como fica patenteado, havia muitos dias que o *meeting* vinha sendo annuciado e a cidade de Juiz de Fôra é a *séde do Segundo Batalhão da Policia do Estado de Minas*.

Bastava, pois, que, com a necessaria antecedencia, o Delegado de Policia requisitasse a força sufficiente para conter a população, avaliada em 3.000 pessoas, e se não contentasse com *seis a dez praças* maximo de que dispôz até que se consummou o inominavel attentado á propriedade da autora, facto inacreditavel em um paiz policiado.

Além disso, o mesmo delegado de Policia teve outra negligencia -- não cumpriu o disposto nos arts. 121 a 123 do Codigo Penal, o que, provavelmente, teria evitado a maior parte do damno soffrido, pela autora.

Veja-se, de facto, que, nas razões de appellação, reconhece o proprio Estado de Minas — réu:

"A multidão arrombou, a pedradas e empurrões, as portas das Usinas e saqueou o estabelecimento, *sem encontrar, por algum tempo, opposição*: até que, chegando o reforço policial, commandado pelo Dr. Guaraciaba, *o povo dispersou, depois de uma descarga, dada, para o ar pela policia e de uma carga de bayonetas*" (fls. 432).

Si, no inicio do ataque ás usinas da autora, a policia assim ti-

vesse procedido, *como lhe cumpria*, não teria ocorrido o saque a que, supra, allude o réu, como é intuitivo.

Mais adiante ainda, o Estado de Minas reconhece que a sua policia se viu com força "*insufficiente* para conter a multidão" (fls. 349).

Acha-se, assim, provadamente provada a culpa da policia, *in vigilando*, e a do Estado de Minas, *in eligendo*, de sorte que confirmei a sentença appellada, que julgou procedente a acção. — *Viveiros de Castro*, vencido de pleno accôrdo com o voto supra. — *Pedro dos Santos*, vencido. — *Muniz Barreto*.

Foi presente o Sr. Ministro Pires e Albuquerque, Procurador Geral da Republica.

Appellação Cível n. 947 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS.

EMBARGANTE: — D. Maria Aurora de Medeiros.

EMBARGADA: — a União Federal.

A prescripção quinquennal de que goza a Fazenda Nacional se applica a todo e qual-quer direito e acção que alguém pretenda contra a mesma Fazenda.

A prescripção interrompida recomeça a correr da data do acto que a interrompeu ou do ultimo do processo para a interromper.

Mesmo antes da vigencia do Codigo Civil o nosso direito não admittia a perpetuação da acção em Juizo, como effeito da litiscon-testação.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Estado de Pernambuco, entre o Procurador Seccional do mesmo Estado, como appellante, e Candido Ladisláo de Azevedo, como appellado.

Este propôz acção ordinaria contra a Fazenda Nacional para haver a importancia de 33:580\$000, correspondente a 14.600 dormentes, á razão de 2\$300, dos quaes se utilisára a Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, que os empregou no serviço de sua construcção.

A sentença de fls. 50 v., julgou a acção procedente, mandando, porém, liquidar o *quantum* na execução.

(*) Sobre embargos. — V. o vol. LXIV, pag. 471. — N. da R.

Appellou a ré para o Supremo Tribunal Federal, que reformou a sentença appellada e julgou o autor carecedor de acção.

Publicado o Accordam a 11 de Outubro de 1904, só a 24 de Setembro de 1913, D. Maria Aurora de Medeiros requereu habilitar-se herdeira unica de seu fallecido marido, o autor appellado.

Depois da habilitação, a viuva propôz embargos ao Accordam.

ACCORDAM rejeitar esses embargos, mas para declarar prescripto o direito do autor, em vista do prolongado espaço de nove annos, durante o qual o feito esteve sem andamento na Secretaria, contra a jurisprudencia do Supremo Tribunal, que, mesmo antes do Código Civil, já não admittia a perpetuação da acção em Juizo, por força do art. 59 do Regulamento n. 737 de 1850. Custas pela embargante.

Rio de Janeiro, 28 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Hermenegildo de Barros*, designado para redigir o Accordam. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*. — *Viveiros de Castro*. — *E. Lins*, vencido. De accordo com os meus votos anteriores, desde que faço parte do Tribunal, cujos fundamentos tem sido varias vezes expostos, votei contra a prescrição allegada, attento a perpetuação em Juizo, de accôrdo com o nosso direito vigente antes da publicação do Código Civil. — *A. Ribeiro*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Appellação Cível n. 3.000 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL.

EMBARGANTE: — a Companhia de Seguros Lloyd Paraense.

EMBARGADO: — Antonio Francisco de Souza.

*São de rejeitar embargos de declaração
oppostos a Accordam que não contém nenhuma
omissão, ambiguidade, ou contradicção.*

ACCORDAM

Vistos, expostos e relatados estes autos de embargos de declaração — *embargante, a Companhia de Seguros "Lloyd Paraense", embargado, Antonio Francisco de Souza, oppostos ao Accordam de fls. 261:

RESOLVEM rejeital-os, porquanto, condemnando a embargante no *pedido* na acção, e incluindo este de modo expresso os juros

(*) Sobre embargos de declaração. — V. o Acc. embargado no volume LXIX, pag. 101. — V. mais o vol. LXIV, pag. 471, o vol. LXIII, pag. 158 e o vol. XXIX, pag. 147. — N. da R.

da móra, condemnou-a evidentemente ao pagamento desses juros. Pagas as custas pela embargante.

Supremo Tribunal Federal, 28 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *G. Natal*, Relator. — *E. Lins*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*. — *A. Ribeiro*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Appellação Cível n. 3.387 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro VIVEIROS DE CASTRO.

EMBARGANTES DESISTENTES: — Luiz Dubeux e sua mulher.

E' de ser homologada a desistencia que foi requerida e processada com as formalidades legais.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação cível, sobre embargos, em que são appellantes, embargantes Luiz Dubeux e sua mulher e são appellados, embargados Julio Jacobina Romaguera e sua mulher:

ACCORDAM homologar a desistencia dos embargos, constante do termo de fls. 98, e com a qual concordaram os embargados, afim de que a mesma desistencia produza os seus effeitos legais. Custas pelos desistentes.

Supremo Tribunal Federal, 28 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Viveiros de Castro*, Relator. — *E. Lins*. — *Hermenegildo de Barros*. — *G. Natal*. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*. — *A. Ribeiro*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Appellação Cível n. 3.682 (**)

RELATOR: — o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS.

APPELLANTE: — o Dr. Gabriel José Pereira Bastos.

APPELLADA: — a União Federal.

E' legal a demissão, sem precedencia de qualquer formalidade, desde que nenhuma

(*) Sobre desistencia de embargos. — V. o Acc. embargado no volume XLI, pag. 127. — V. mais o vol. LXIV, pag. 473. — N. da R.

(**) V. o vol. LXIV, pag. 473. — N. da R.

Lei assegura a vitaliciedade ou, pelo menos, a indemissibilidade, sem a observancia de determinados requisitos.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Districto Federal, entre o Dr. Gabriel José Pereira Bastos, como appellante, e a União Federal, como appellada.

O Dr. Gabriel José Pereira Bastos, medico, foi nomeado para exercer o cargo de geologo do serviço geologico e mineralogico do Brasil, por acto de 12 de Novembro de 1914, tendo entrado em exercicio no dia seguinte.

A 22 de Janeiro de 1915, foi declarado addido e, a 17 de Dezembro do mesmo anno, novamente nomeado para o cargo alludido.

Em Março de 1916, foi exonerado pelos seguintes motivos: por não ter revelado competencia para o cargo; por ter sido feita a sua nomeação em desaccôrdo com o art. 21 do Decreto n. 9.212, de 15 de Dezembro de 1911, que exige concurso para o provimento do logar; por não ter querido submeter-se á prova de capacidade e por ter menos de dez annos de serviço publico federal.

Para o fim de ser reintegrado no cargo e receber os vencimentos desde a data da exoneração até a da reintegração, o Dr. Gabriel Bastos propôz contra a União a acção summaria do art. 13 da Lei n. 221, allegando que não podia ser demittido, attenta á vitaliciedade do cargo, por ser de concurso.

Contestada a acção por negação, a ré allegou, afinal, que a nomeação do autor foi illegal, por não ter sido precedida de concurso, e legal a exoneração, que podia ser decretada *ad nutum*, á vista do art. 126 da Lei n. 2.924, de 5 de Janeiro de 1915, desde que o autor não contava dez annos de serviço.

A sentença de primeira instancia julgou o autor carecedor de acção, por não poder este invocar em seu favôr qualquer dispositivo, que lhe assegure a permanencia no cargo, pois não é uma garantia contra a demissão *ad nutum* o argumento unico de ser vitalicio, por ser de concurso o logar de que foi demittido. O autor appellou.

ACCORDAM negar provimento á appellação e confirmar a sentença appellada por seu fundamento, pois de facto o autor podia ser demittido sem formalidade alguma, desde que nenhuma Lei lhe assegurou a vitaliciedade ou, pelo menos, a indemissibilidade, sem a observancia de determinados requisitos.

Não tem assento em Lei a vitaliciedade, que o appellante deduz do simples facto de depender de concurso o provimento do logar,

que aliás foi provido sem concurso, a que o appellante não se quiz submeter. Custas pelo appellante.

Rio de Janeiro, 28 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Hermenegildo de Barros*, Relator. — *E. Lins*. — *G. Natal*. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*. — *A. Ribeiro*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Foi voto vencedor o do Sr. Ministro Viveiros de Castro.

Appellação Cível n. 4.209 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS.

APPELLANTE: — o Dr. Olympio Vaz da Costa.

APPELLADA: — a União Federal.

Prescreve em cinco annos todo e qualquer direito e acção que alguém possa ter como credor do Estado.

E quando o pagamento que se houver de fazer aos credores fôr dividido por prazo de mezes, trimestres, semestres ou annos, a prescripção se irá verificando a respeito dos pagamentos parciaes que se forem comprehendendo no lapso de 5 annos, de sorte que, por se ter perdido o direito a um pagamento parcial, não se perde o direito aos outros pagamentos para os quaes ainda não tiver corrido o tempo da prescripção.

Applicação do Decreto n. 857, de 1851, art. 5º.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Estado de Pernambuco, delles consta que o Bacharel Olympio Vaz da Costa foi nomeado pelo Ministro da Fazenda para o cargo de Fiscal do Banco das Classes, em Pernambuco, com os vencimentos annuaes de 2:400\$, ou melhor, foi nomeado fiscal junto ao Bacharel João Alvares Pereira da Lyra, cessionario do Banco dos Funcionarios Publicos, e não junto ao Banco das Classes, conforme esclarece o titulo offerecido a fls. 5.

Allega aquelle Bacharel que os vencimentos lhe foram pagos pela Delegacia Fiscal até Novembro de 1908, mas que d'ahi em diante deixou de os receber até 15 de Junho de 1915, data em que foi ex-

(*) V. o vol. LXIV, pag. 476. — N. da R.

onerado ,pelo que propôz acção, a 8 de Junho de 1920, para que a Fazenda Nacional seja condemnada ao pagamento de 15:700\$000.

A sentença de primeira instancia julgou o autor carecedor de acção, porque não compete ao Ministro da Fazenda, mas ao Congresso Nacional, crear cargos publicos e fixar-lhes os respectivos vencimentos.

O autor appellou.

Das allegações do proprio appellante resulta que está prescripta a quasi totalidade de seu direito.

Com effeito, prescreve em cinco annos todo e qualquer direito que aguem possa ter como credôr do Estado.

E quando o pagamento, que se houver de fazer aos credores, fôr dividido por prazos de mezes, trimestres, semestres ou annos, a prescripção se irá verificando a respeito dos pagamentos parciaes que se forem comprehendendo no lapso de cinco annos, de sorte que, por se ter perdido o direito a um pagamento parcial, não se perde o direito aos outros pagamentos para os quaes ainda não tiver corrido o tempo da prescripção (Decreto n. 857, de 12 de Novembro de 1851, art. 5º).

Ora, o autor propôz acção a 8 de Junho de 1920 para receber vencimentos que não lhe foram pagos desde Dezembro de 1908 até 15 de Junho de 1915.

Logo, está prescripto o seu direito, pelo decurso de cinco annos, desde 8 de Junho de 1915 até 8 de Junho de 1920, conforme opina o Sr. Ministro Procurador da Republica :

ACCORDAM, portanto, dar provimento, em parte, á appellação, para mandar pagar ao appellante sómente a importancia correspondente ao tempo não abrangido pela prescripção, isto é, oito a quinze de Junho de 1920, a razão de 2:400\$000, annualmente, ou 200\$000 por mez. Custas em proporção por ambas as partes.

Rio de Janeiro, 28 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Hermenegildo de Barros*, Relator. — *E. Lins*. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*. — *A. Ribeiro*. — *Viveiros de Castro*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Appellação Civil n. 4.236 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro EDMUNDO LINS.

APPELLANTES: — o Juizo e a União federaes.

APPELLADO: — Joaquim de Cerqueira Lima.

I — Ex-vi do art. 125, da Lei n. 2.924, de 5 de Janeiro de 1915, o funcionario ou

(*) V. o vol. LXIV, pag. 478. — N. da R.

empregado publico federal, salvo os funcionarios em commissão, que contar dez ou mais annos de serviço publico federal, só poderá ser demittido em virtude de sentença judicial ou de processo administrativo, salvo si tiver soffrido penas no cumprimento dos seus deveres.

II — *Esse artigo foi incorporado á legislação em vigor pelo art. 132 da Lei n. 3.089, de 8 de Janeiro de 1916.*

III — *Dá-se provimento á appellação para julgar a acção improcedente, porque o autor, embora tivesse mais de dez annos de serviço publico federal, e embora houvesse sido demittido sem sentença judicial e sem processo administrativo, todavia, tinha soffrido uma pena de suspensão, por oito dias, no cumprimento dos seus deveres.*

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação civil desta capital, verifica-se que Joaquim de Cerqueira Lima, ex-segundo escripturario do Thesouro Nacional, propôz, contra a Fazenda da União, a presente acção ordinaria, pedindo a annullação do Decreto do Poder Executivo, de 10 de Maio de 1917, que o demittiu por abandono do emprego.

Pede lhe seja assegurado o direito á percepção dos vencimentos do alludido cargo e todas as vantagens delle decorrentes, desde a data de sua demissão.

Como fundamento da acção, invoca o disposto no artigo 123, paragr. 1º a 3º, da Lei n. 2.924 — de 5 de Janeiro de 1915, o qual ficou incorporado á legislação em vigor, *ex-vi* do artigo 132 da Lei n. 3.089 — de 8 de Janeiro de 1916 e do artigo 138 da Lei n. 3.232 — de 5 de Janeiro de 1917, artigos estes que, com o acto da sua demissão, foram infringidos pelo Ministro da Fazenda.

A União Federal contestou por negação e, tendo a causa seguido o respectivo curso, foi a acção julgada procedente pela sentença de fls. 43, da qual appellaram o Juiz *ex-officio* e o Dr. Procurador da Republica. Observaram-se todas as formalidades legais, pelo que o Tribunal passa a proferir a sua decisão:

Eis o dispositivo do artigo 132 da Lei n. 3.089 — de 8 de Janeiro de 1916, em o qual o autor baseia o seu pedido:

“Ficam incorporados á legislação em vigor os dispositivos

constantes dos artigos 104, 106, 107, 108, 110, 113, 114, 115, 119, 121, 123, 125, 126 e 127 da Lei n. 2.924 — de 5 de Janeiro de 1915, e seus respectivos paragraphos”.

O artigo 125 dessa Lei é do seguinte teor: “O funcionario ou empregado publico federal, salvo os funcionarios em commissão, que contar dez ou mais annos de serviço publico federal, *sem ter soffrido penas no cumprimento dos seus deveres*, só poderá ser destituido em virtude de sentença judicial ou mediante processo administrativo”.

Ora, o appellado tinha 35 annos de serviço publico federal e havia sido nomeado em virtude de concurso (fls. 9 v.).

Mas, em 1889, “foi suspenso do exercicio de suas funções, por oito dias, por portaria da Inspectoria, em vista da representação do Chefe da Segunda Secção, da mesma data (fls. 7 v.).

Podia, portanto, ser demittido, como o foi, independentemente de sentença judicial ou de processo administrativo, por abandono de emprego :

ACCORDA, pois, o Supremo Tribunal Federal dar provimento á appellação para julgar a acção improcedente. Pagas as custas pelo appellado.

Supremo Tribunal Federal, 28 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *E. Lins*, Relator. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*. — *Hermenegildo de Barros*. — *A. Ribeiro*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Foi voto vencedor o do Sr. Ministro Viveiros de Castro.

Appellação Cível n. 4.294 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS.

APPELLANTES: — Manoel Justino de Andrade e sua mulher.

APPELLADOS: — João Pereira Lima e sua mulher.

Não é de se conhecer da appellação que foi apresentada á Superior Instancia fóra do prazo legal.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Estado da Parahyba, entre Manoel Justino de Andrade e sua mulher, como appellantes, e João Pereira Lima e sua mulher, como appellados.

O despacho de recebimento da appellação foi intimado ás partes, segundo se procurou fazer acreditar, a 27 de Junho de 1921 (fls.

(*) V. o vol. LXIV, pag. 480. — N. da R.

117 v.), e os autos foram apresentados nesta instancia a 24 de Dezembro, quando faltavam apenas tres dias para a terminação do prazo de seis mezes.

Mas, na realidade, os autos foram apresentados, quando esse prazo já estava excedido, pois o despacho de recebimento da appellação foi intimado a 20 de Junho, tendo sido o zero (0) substituído por sete (7), conforme a emenda visível, patente á primeira inspecção:

ACCORDAM, pelo exposto, não conhecer da appellação, por ter sido apresentada fóra do prazo legal, e mandar remetter copia deste Accordam ao Sr. Ministro Procurador Geral da Republica para providenciar como lhe parecer de direito. Custas pelos appellantes.

Rio de Janeiro, 28 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Hermenegildo de Barros*, Relator. — *E. Lins*. — *G. Natal*. — *Viveiros de Castro*. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*. — *A. Ribeiro*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Appellação Cível n. 4.568 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO.

DESISTENTES: — Bernardo Martins Catharino e sua mulher.

Desde que, na acção principal, exequente e executado entraram em accôrdo e reciprocamente desistiram da acção proposta, ficou sem objecto o processo de embargos de terceiro senhor e possuidor, oppostos á penhora, procedida na mesma acção e processados em apartado e julgados provados, processo esse que deve ser julgado extincto.

ACCORDAM

Vistos os autos:

ACCORDAM, deferindo a petição dos appellados, a fls. 130, declarar extincta a appellação tomada por termo a fls. 114 v., e interposta pelo coronel Firmino Pedreira do Couto Ferraz e sua mulher, da sentença de fls. 112-113, que julgou provados os presentes embargos de terceiros senhores e possuidores, oppostos por Bernardo Martins Catharino e sua mulher, na execução movida por aquelles contra a Intendencia Municipal da Bahia, embargos que correm em apartado.

(*) Desistencia. — V. o vol. LXIV, pag. 475. — N. da R.

Prova a certidão de fls. 131-136 que os exequentes — appellantes e a executada fizeram *accôrdo*, tendo os primeiros *desistido de acção*, por meio de requerimento e termo lavrado nos respectivos autos e por ambas as partes assignados, desistencia que o Juiz Federal julgou por sentença, da qual elles foram intimados. Custas pelos appellantes.

Rio de Janeiro, 28 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Muniz Barreto*, Relator. — *E. Lins*. — *Hermenegildo de Barros*. — *G. Natal*. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro dos Santos*. — *A. Ribeiro*. Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Foi voto vencedor o do Sr. Ministro Viveiros de Castro.

Appellação Cível n. 4.541 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS.

APPELLANTE: — a União Federal.

APPELLADO: — João Príncipe da Silva.

E' de um anno o prazo que tem o titular do direito para pedir o reconhecimento deste por meio da acção summaria especial.

O prazo para a acção summaria que se fundar na lesão de direitos por acto ou decisão das autoridades administrativas da União, é contado da data da lesão e não da data em que a autoridade administrativa houver indeferido o pedido para que a lesão se torne sem effeito.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Districto Federal, em que é appellante a União, sendo appellado João Príncipe da Silva.

O appellado, coronel reformado do Exercito, pretende que se decrete a nullidade da decisão de 3 de Janeiro de 1921, pela qual o Governo indeferiu o requerimento de sua promoção ao posto de coronel a contar de 11 de Maio de 1918, devendo como tal ser considerado dessa data em diante, com todos os proventos e honras inherentes ao referido posto, inclusive vencimentos e contagem de tempo para todos os effeitos, além dos juros da móra.

Allega o autor que, a 10 de Maio de 1918, falleceu o então tenente-coronel intendente do Exercito, Antonio José Pinheiro Tupinam-

(*) V. o vol. LXIV, pag. 504. — N. da R.

bá, reformado com a graduação de General de Brigada, pelo que passou o autor a occupar, desde 11 do mesmo mez, o n. 1 na classe dos tenentes coroneis do Corpo de Intendentes do Exercito, ficando assim no cargo de chefe desse Corpo; que o Corpo de Intendentes do Exercito corresponde ao Corpo de Commissarios da Armada, sendo de categoria correspondente os cargos de chefe desses dois Corpos; que o posto terminal do Corpo de Commissarios da Armada é o de Capitão de Mar e Guerra, equivalente, no Exercito, ao de Coronel; que, a despeito do estatuido no art. 85 da Constituição Federal, o posto terminal do Corpo de Intendentes do Exercito era o de tenente-coronel.

Assim, fundado no referido art. 85, determinante do Accordam do Supremo Tribunal, de 18 de Dezembro de 1918, o autor, ainda tenente-coronel, requereu ao Governo, a 20 de Novembro de 1920, a sua promoção a coronel, mas esse requerimento foi indefrido a 3 de Janeiro de 1921, vindo o autor a ser reformado no posto de coronel, a 10 do mesmo mez, pela razão de haver attingido a idade para a reforma compulsoria.

Tendo contestado a acção por negação, a ré allegou em razões finaes não só a impropriedade da acção summaria, como a prescrição desta, porque o direito do autor, se existisse, não teria sido offendido pelo despacho que elle pretende annular, mas pela omissão da promoção ao tempo em que se deu a vaga, isto é, a 10 de Maio de 1918, e assim não era admissivel a acção summaria em 1921, porque o uso dessa acção prescreve em um anno.

De meritis, allegou a ré que o art. 85 da Constituição Federal não justifica a pretensão do autor; que ao Congresso Nacional compete privativamente não só legislar sobre a organização do Exercito e Armada, como crear cargos publicos civis e militares (art. 34 ns. 18 e 25), de modo que, não existindo Lei alguma creando o posto de coronel no quadro de Intendentes do Exercito, não podia o Executivo, méro executor das Leis, deferir o requerimento do autor.

A sentença de primeira instancia rejeitou a allegação de impropriedade da acção summaria, que foi considerada competente não só contra o acto positivo, que fere direitos individuaes, como contra o acto negativo, que se abstem de os reconhecer. Julgou tambem que a acção não está prescripta, porque o acto do Governo, negando ao autor, *pela primeira vez*, a promoção que pleitêa, não data de mais de um anno. *De meritis*, a acção foi julgada procedente e a União appellou.

ACCORDAM dar provimento á appellação para julgar prescripta a acção summaria pelo decurso de mais de um anno, quando o autor a intentou em Junho de 1921.

De facto, elle pretende ser promovido ao posto de coronel, com

todas as vantagens, desde 11 de Maio de 1918. Dessa data, portanto, é que se deve contar o prazo de um anno, e não de 3 de Janeiro de 1921, data em que o governo indeferiu o requerimento que o autor lhe dirigiu no mesmo sentido.

Si fosse este o criterio a observar-se, comprehende-se que nenhuma acção prescreveria, ou a prescrição ficaria ao arbitrio do autor.

E' de um anno o prazo que tem o titular de direito para pedir o reconhecimento deste, por meio de acção summaria.

Decorrido, o prazo, sem que o titular de direito o tenha exercido perante a autoridade judiciaria, não lhe é licito, tempos depois ou quando lhe aprouver, recorrer á autoridade administrativa para pedir-lhe a reconsideração de seu acto.

Portanto, o prazo para a acção summaria "que se fundar na lesão de direitos individuaes por actos ou decisão das autoridades administrativas da União" é contado da data da lesão, e não da data em que a autoridade administrativa houver indeferido o pedido para que a lesão se torne sem effeito, mesmo porque esse pedido poderá ser formulado depois de verificada a prescrição, como no caso aconteceu. E foi isso afinal que a sentença implicitamente reconheceu, tanto que condemnou a ré no pedido, que consistiu na annullação do despacho de indeferimento e na promoção do autor ao posto de coronel, desde 11 de Maio de 1918, data da lesão allegada. Custas pelo appellado.

Rio de Janeiro, 31 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Hermenegildo de Barros*, Relator. — *E. Lins*. — *Viveiros de Castro*. — *Geminiano da Franca*. — *A. Ribeiro*. — *Pedro dos Santos*. — *G. Natal*. — *Muniz Barreto*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Appellação Civel n. 4.415 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro EDMUNDO LINS.

APPELLANTE: — a União Federal.

APPELLADO: — Capitão Benedicto Alves do Nascimento.

I — *Os actuaes docentes militares, a qualquer titulo, dos institutos militares de ensino superior serão transferidos para o quadro Q, nas mesmas condições que os officiaes ao mesmo pertencentes.*

II — *Uma dessas condições é a vitaliciedade.*

(*) V. o vol. LXV, pag. 228. — N. da R.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação cível desta capital, verifica-se que o capitão Benedicto Alves do Nascimento propôz, contra a União Federal, esta acção summaria especial, pedindo se declare nullo o acto do Governo, que, a 14 de Maio de 1920, pelo Departamento da Guerra, resolveu provel-o no cargo de professor, por cinco annos, da aula correspondente á segunda e á quarta partes da primeira cadeira do ensino theorico e pratico da Escola Militar, e que tornou sem effeito o Decreto de 24 de Abril anterior, que o havia declarado professor vitalicio.

Propõe a acção para lhe ser assegurada a vitaliciedade no alludido cargo.

A ré contestou por negação geral, e, proseguindo o curso, foi a acção julgada procedente pela sentença de fls. 31.

Desta sentença é que foi, opportunamente, interposta a presente appellação, que o Tribunal passa a julgar:

Eis o dispositivo do art. 42 da Lei n. 4.343 — de 5 de Janeiro de 1921:

“Os actuaes docentes militares, *a qualquer titulo*, dos institutos militares do ensino superior, serão transferidos para o quadro Q *nas mesmas condições* que os officiaes ao mesmo pertencentes”.

Ora, esse quadro Q é o creado pelo Decreto n. 716 — de 13 de Novembro de 1900:

E’ o que se vê no Indicador Alphetico do Ministerio da Guerra, anno de 1917, pag. 522.

Eis o que reza o art. 2º desse Decreto n. 716 — de 13 de Novembro de 1900: “E’ creado um quadro especial para os officiaes do Exercito, que exercem *cargos vitalicios* nos Institutos Militares de Ensino”.

Este quadro Q, com este *caracter de vitaliciedade*, foi restabelecido pelo Decreto de 28 de Novembro de 1917, *ex-vi* da Lei n. 3.361 de 26 de Outubro de 1917 (*Indicador Alphetico do Ministerio da Guerra* citado, anno de 1917, pag. 522).

Ora, de accôrdo com o art. 42 da Lei n. 4.242 — de 5 de Janeiro de 1921, já transcripto supra, “os actuaes docentes militares, *a qualquer titulo*, dos institutos militares do ensino superior, serão transferidos para o quadro Q *nas mesmas condições* que os officiaes ao mesmo pertencentes”.

Uma dessas condições é serem vitalicios os cargos, como se evidencia das transcripções supra.

Logo por Lei está assegurada a vitaliciedade do autor:

ACCORDA, pelo exposto, o Supremo Tribunal Federal negar

provimento á appellação e confirmar a sentença appellada, que assim o julgou. Custas pela appellante.

Supremo Tribunal Federal, 12 de Junho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *E. Lins*, Relator. — *A. Ribeiro*. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro dos Santos*. — *G. Natal*. — *Godofredo Cunha*. — *Muniz Barreto*. — *Hermenegildo de Barros*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Embargos Remettidos n. 4.837 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS.

EMBARGANTES: — Luiza Elisabeth Tap Mendes e outros.

EMBARGADOS: — Delfina Mendes Hanson e outros.

Não são admissiveis na execução embargos de materia identica á que já foi allegada e desprezada na acção.

Os embargos relativos á nullidade da penhora devem ser julgados pelo Juiz da execução.

Appliação do Decreto n. 3.084, de 1898, art. 607, da parte 3ª.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Districto Federal, em que Luiza Elisabeth Tap Mendes e outros oppuzeram embargos á execução de sentença proferida pelo Supremo Tribunal Federal.

A sentença exequenda foi lançada na acção, que Delfina Mendes Hanson e Maria Luiza da Costa Vieira Mendes propuzeram contra Luiza Elisabeth Tap Mendes e outros, para o fim de haverem não só a importancia dos rendimentos das suas legitimas maternas, desde o fallecimento da mãe das autoras até a maioridade de cada uma dellas, como tambem a importancia de taes rendimentos desde a maioridade até agora.

Allegaram as autoras, em justificação do pedido, que, tendo fallecido sua mãe Marianna Tap Mendes, seu pae, Joaquim da Costa Vieira Mendes, sem ter feito o inventario do casal, casou-se em segundas nupcias com Luiza Elisabeth Tap Mendes, infringindo assim a Ord. Liv. 4º, Tit. 98, § 6º que priva o pae do direito ao usufructo dos bens dos filhos, se não fizer o inventario por morte da mãe delles, dentro de dois mezes contados do fallecimento desta.

Os réus contestaram a acção, allegando que a pena estabelecida na Ord. citada só póde ser applicada por sentença proferida em

(*) V. o vol. LXV, pag. 473. — N. da R.

acção promovida contra o pae e que tenha sido por elle contestada, conforme dispõem o Assento de 20 de Julho de 1780 e a torrente dos escriptores, entre os quaes TEIXEIRA DE FREITAS, no art. 182 da Consolidação, sendo certo, entretanto, que nenhuma acção foi proposta em vida do pae das autoras.

A sentença de 1ª instancia julgou a acção improcedente, por não ter havido sentença, que julgasse o pae incurso na pena alludida, conforme exige o Assento de 20 de Julho de 1780. As autoras appellaram.

O Supremo Tribunal Federal considerou, pelo Accordam de fls. 61, que não era possivel a applicação da pena de perda do usufructo, desde que ella não tinha sido julgada por sentença em acção, que pelo pae tivesse sido contestada, mas que era procedente a 2ª parte do pedido, pois o direito de usufructo do pae cessa no dia que o filho attinge á maioridade. Assim, o Accordam deu provimento, em parte, á appellação, para condemnar os réus a pagarem ás autoras a importancia correspondente aos rendimentos de suas legitimas maternas, a contar da data em que attingiram á maioridade e até o dia em que effectivamente receberam essas legitimas, sendo a referida importancia liquidada na execução, sem juros de móra.

Os embargos oppostos ao Accordam foram rejeitados.

Na execução foram offerecidos embargos á penhora, em os quaes se allega: que a sentença exequenda é nulla, porque foi proferida contra o Assento de 20 de Julho de 1780, pois as penas impostas ao pae, que não faz inventario dos bens do casal, devem ser julgadas por sentença em processo que por elle tenha sido contestado, sendo certo que nenhuma acção foi proposta contra o pae das autoras durante a vida deste; que tendo a sentença exequenda reconhecido que as autoras são credoras do espolio, reconheceu *ipso facto* que são responsaveis pelas dividas, extinguindo-se assim o seu direito de credito pela compensação; que a penhora é nulla, porque não sendo os executados embargantes devedores solidarios, mas responsaveis sómente pelas dividas até o valor da herança de cada um, não podiam as exequentes demandal-os pela totalidade da divida.

Recebidos os embargos para discussão, foram postos em prova, arrazoados e afinal remettidos a este Tribunal.

O art. 607, parte 3ª do Decreto n. 3.084 determina que não são admissiveis na execução embargos de materia identica á que já foi allegada e desprezada na acção.

Ora, como se vê da exposição feita, os embargos oppostos á penhora reproduzem a allegação feita na acção, quanto á necessidade de sentença privando o pae do direito de usufructo dos bens do filho, allegação que já foi apreciada e julgada pelo Accordam exequendo.

A 2ª allegação dos embargos, relativa á compensação, tambem já foi feita na contestação da acção, como se vê do 8º *provará* a fls. 49, e foi egualmente rejeitada pelo Accordam exequendo, senão expressa, pelo menos tacitamente, pois condemnou os executados a pagarem ás exequentes os rendimentos de suas legitimas, sem attenção a qualquer compensação, que, aliás, só se reconhecerá, quando as dividas forem liquidas e certas, o que se não verifica no caso, tanto que os executados nunca determinaram a quantia, que por ventura lhes devam as exequentes.

O conhecimento da 3ª allegação, relativa á nullidade da penhora, compete ao Juiz da execução.

ACCORDAM, nestas condições, rejeitar os embargos infrinquentes do Accordam e mandar que o Juiz da primeira instancia julgue os embargos na parte relativa á nullidade da penhora, como lhe parecer de direito. Pagas as custas pelos embargantes.

Rio de Janeiro, 28 de Junho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Hermenegildo de Barros*, Relator. — *A. Ribeiro*. — *E. Lins*. — *Geminiano da Franca*. — *G. Natal*. — *Viveiros de Castro*. — *Pedro dos Santos*. — *Muniz Barreto*.

Foi presente ao julgamento, o Sr. Ministro A. Pires e Albuquerque, Procurador Geral da Republica.

Revisão Criminal n. 1.819 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL.

PETICIONARIO: — Halil José Dumit.

Na ausencia de attenuantes e aggravantes, a pena deve ser applicada no gráu medio.

Não ser considerado motivo frivolo o ciúme.

ACCORDAM

Vistos, expostos e relatados estes autos, em que Halil José Dumit, condemnado pelo Jury da cidade do Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul, á pena do gráu maximo do art. 294, § 1º do Código Penal, pede a revisão do seu processo, allegando que a sentença condemnatoria é contraria á evidencia dos autos:

a) porque deu por provadas as circumstancias aggravantes da surpresa — qualitativa — e do motivo frivolo — gradativa;

b) porque não reconheceu em seu favôr as attenuantes dos

(*) V. o vol. LXIV, pag. 431. — N. da R.

§§ 3º, 5º e 10 do art. 42, do Código Penal, que resultam da prova dos autos:

considerando que, segundo a prova dos autos, o negociante João Bandeira Moreira recebeu o tiro que lhe desfechou o peticionário e que o prostou morto, quando, sentado do lado de dentro do balcão do seu estabelecimento commercial, tomava mate;

considerando que essa attitude demonstra de modo evidente a surpresa com que foi praticado o crime e exclúe as attenuantes da defesa e da provocação allegadas pelo peticionário; mas,

considerando que o ciúme foi o motivo do crime e não se póde considerar frívolo tal motivo;

considerando que não está provada também a attenuante da embriaguez;

considerando que, na ausencia de circumstancias aggravantes gradativas e na de attenuantes, a pena deverá ser applicada no gráu medio:

ACCORDAM dar provimento ao pedido para reduzir a pena do maximo para o medio do art. 294, § 1º do Código Penal, isto é, de 30 para 21 annos de prisão cellualar. Custas, na forma da Lei.

Supremo Tribunal Federal, 26 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *G. Natal*, Relator. — *E. Lins*. — *Viveiros de Castro*, vencido. — *Geminiano da Franca*. — *A. Ribeiro*. — *Pedro dos Santos*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Octavio Kelly*, vencido. — *Olympio de Sá e Albuquerque*.

Revisão Criminal n. 1.961 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS.

PETICIONARIO: — Manoel Narcizo Mendes.

E' de ser indeferido o pedido de revisão criminal uma vez que está provado que o réu commetteu o crime que lhe era imputado e nada se allega contra a sentença condemnatoria.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de revisão criminal do Districto Federal, em que é requerente Bernardino Narciso Mendes, em favôr de seu irmão Manoel Narciso Mendes, marinheiro nacional da 2ª classe, n. 7, da 32ª Companhia.

Este foi considerado incurso pelo Conselho de Investigação nos arts. 96, paragrapho 3º, 97, 99 e 148 do Código Penal da Ar-

(*) V. o vol. LXIV, pag. 435. — N. da R.

mada, por haver, com outros marinheiros, todos embriagados, commettido, no dia 27 de Agosto de 1914, os crimes de espancamento e violação, consistente esta na pratica de actos contra a natureza, na pessoa do taifeiro da Escola Naval, de nome Nerval Gomes, tendo em seguida destruido tudo quanto encontrou na residencia deste, e por haver o mesmo réu, isoladamente, sem o concurso dos companheiros, praticado os crimes de insubordinação e aggressão contra superior (fls. 71 v.).

O Conselho de Guerra julgou plenamente provado que o réu commetteu o crime de insubordinação e ferimento em seu superior e ainda o de espancamento no referido taifeiro Nerval Gomes, tendo condemnado o réu a trez annos e nove mezes de prisão com trabalho, como incurso no gráu medio dos arts. 96, 97 e 152 do Codigo Penal da Armada, dado o concurso de aggravantes e attenuantes (fls. 157).

Interposta appellação necessaria para o Supremo Tribunal Militar, este deu-lhe provimento, quanto ao réu Manoel Narciso Mendes, para condemnal-o a quatro annos de prisão com trabalho, como incurso no maximo do art. 148, combinado com os arts. 96, 97, 152, 58, § 2º do citado Codigo, porque, em concurso de crimes, praticados simultaneamente com a mesma deliberação e uma só intenção, devia ser imposta ao réu unicamente a mais grave das penas em que incorera, no gráu maximo.

Um irmão do réu requer a revisão do processo, mas não indica facto ou circumstancia que autorize o deferimento do pedido.

Sugerido e não considerado como melhor o alvitre de se julgar prejudicado o pedido, por já dever estar cumprida a pena de quatro annos de prisão, uma vez que o crime foi commettido em 1914 e já na sentença do Supremo Tribunal Militar, de 23 de Abril de 1915, se mandava computar aos réus o tempo de prisão preventiva — o Supremo Tribunal Federal

INDEFERE o pedido de revisão, attenta a prova de haver o réu commettido os crimes pelos quaes foi condemnado. Pagas as custas pelo mesmo réu.

Rio de Janeiro, 26 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Hermenegildo de Barros*, Relator. De accôrdo, embora julgasse preferivel que se considerasse prejudicado o pedido. — *E. Lins*. — *Viveiros de Castro*. — *Geminiano da Franca*. — *A. Ribeiro*. — *Pedro dos Santos*. — *G. Natal*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Tomaram parte no julgamento e foram votos vencedores os dos Srs. Drs. Octavio Kelly e Olympio de Sá e Albuquerque, Juizes Federaes da 2ª Vara e 1ª Vara do Districto Federal.

Revisão Criminal n. 1.983 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro VIVEIROS DE CASTRO.

PETICIONARIO: — José Candido Franco.

Na revisão criminal não é possível agravar a condenação.

A agravante do — motivo frívolo — é incompatível com a atenuante de — ter sido o crime praticado para evitar mal maior — de modo que reconhecidas pelo Jury ambas essas circunstancias, deve subsistir apenas a atenuante e assim applicada a pena no gráu minimo.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de revisão criminal em que é peticionario José Candido Franco; e,

considerando que são manifestamente incompatíveis a circumstancia agravante do *motivo frívolo* — e a circumstancia atenuante *de ter o delinquente commettido o crime para evitar mal maior*, ambas reconhecidas pelo Jury;

considerando que, na revisão criminal, não seria possível agravar a condenação, excluindo-se a atenuante, para prevalecer unicamente a agravante; e, nestas condições,

considerando que, subsistindo apenas a atenuante, a condenação devia ter sido no gráu minimo do art. 294, § 2º do Codigo Penal, já estando assim cumprida a pena;

considerando que, submeter o peticionario a um novo Jury, correndo o risco de maior condenação, quando já cumpriu a pena do gráu minimo, seria manifestamente agravar a sua situação:

ACCORDAM dar provimento, em parte, ao pedido de revisão para reduzir a pena a 6 annos de prisão celllular, gráu minimo do art. 294, § 2º do Codigo Penal. Custas na forma da Lei.

Supremo Tribunal Federal, 26 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Viveiros de Castro*, Relator. — *Hermenegildo de Barros*, vencido. E' nullo o julgamento perante o Jury, quando as respostas aos quesitos são manifestamente contradictorias.

Está neste caso o julgamento do réu, porque os jurados affirmaram, por unanimidade, que o réu commetteu o crime impellido por motivo frívolo, e affirmaram, tambem por unanimidade, que o réu commetteu o crime para evitar mal maior. São respostas inconscientes, que não podiam legitimar a applicação da pena.

(*) V. o vol. LXIV, pag. 437. — N. da R.

Entretanto, o Presidente do Tribunal a applicou no gráu sub-medio do art. 294, § 2º.

O Ministro Procurador Geral reconhece a contradicção; mas, entende que a attenuante de haver o réu commettido o crime para evitar mal maior deve prevalecer sobre a aggravante do motivo frívolo, devendo, pois, a pena ser imposta no minimo.

Mas o caso aqui não é de prevalencia ou preponderancia de uma circumstancia sobre outra e muito menos de extincção de uma dessas circumstancias.

A prevalencia sómente se observará, por ocasião da applicação da pena, e esta não poderá ser applicada em processo nullo. Annullava, portanto, o julgamento para mandar o réu a novo Jury, sem me preocupar com as consequencias deste. Assim julgou o Tribunal ha poucos dias, na revisão 2.403 (*) do Districto Federal, tendo mandado o réu a novo Jury, não obstante a consideração de que este poderia condemnal-o á pena muito grave. — *E. Lins.* — *Geminiano da Franca.* — *Pedro dos Santos*, vencido. — *A. Ribeiro*, vencido. — *Olympio de Sá e Albuquerque.* — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque.*

Revisão Criminal n. 2.089 (**)

RELATOR: — o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS.

PETICIONARIO: — José Damião Gomes.

E' de ser indeferido o pedido de revisão criminal desde que a sentença revista está de accôrdo com a Lei e com a prova dos autos.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de revisão criminal do Estado de S. Paulo.

José Damião Gomes foi denunciado, como incurso no art. 294, § 2º do Codigo Penal, por haver, na madrugada de 30 de Setembro de 1917, dado diversas facadas em João da Matta, que falleceu, momentos depois, por serem os ferimentos, por sua natureza e séde, causa efficiente da morte do offendido.

Julgado pelo Jury, foi o réu condemnado a dez annos e seis mezes de prisão cellula, gráu sub-médio do citado artigo, por terem preponderado as attenuantes da provocação por parte do offendido e a embriaguez incompleta do réu sobre a aggravante da superioridade em armas.

(*) V. esse Acc. no vol. LXIX, pag. 110. — N. da R.

(**) V. o vol. LXIV, pag. 438. — N. da R.

Tendo o réu appellado, o Superior Tribunal de Justiça negou provimento á appellação.

Pede o réu a revisão do processo, allegando que, se em seu favôr não milita a legitima defesa, deve ser reconhecida a excusa da completa privação de sentidos e intelligencia, na occasião em que o crime foi commettido.

Allega mais que não se procedeu á autopsia no cadaver para se conhecer a causa da morte e que do conselho de sentença fizeram partes dois jurados, que são estrangeiros.

A excusa invocada não póde ser reconhecida, á vista das proprias allegações do pedido de revisão. Com effeito, o réu allega que as testemunhas affirmam que elle se achava *meio embriagado*, no acto de commetter o crime.

O Jury tambem reconheceu a attenuante da embriaguez incompleta e nesse estado o individuo não se acha completamente privado de sentidos e intelligencia.

A autopsia no cadaver da victima não era necessaria para se conhecer a causa da morte, desde que esta occorreu momentos depois dos nove ferimentos, por serem estes, por sua natureza e séde, mortaes.

A certidão em relatorio, a fls. 10, não prova que tivessem feito parte do conselho de sentença dois italianos.

A presumpção, aliás, é que esses jurados não eram estrangeiros, tanto que foram qualificados pela junta revisora. Se elles eram de origem italiana, devia ser feita a prova de haverem conservado a nacionalidade de origem, prova essa que não foi produzida.

ACCORDAM, assim, indeferir ao pedido de revisão e condemnar o supplicante nas custas.

Rio de Janeiro, 26 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Hermenegildo de Barros*, Relator. — *E. Lins*. — *Viveiros de Castro*. — *Geminiano da Franca*. — *A. Ribeiro*. — *Pedro dos Santos*, vencido. — *G. Natal*. — *Muniz Barreto*. — *Octavio Kelly*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Revisão Criminal n. 2.173 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro EDMUNDO MUNIZ BARRETO.

PETICIONARIO: — Antonio Peruzzo Netto.

A revisão criminal foi instituida exclusivamente em beneficio do réu, pelo que nella não póde ser augmentada a pena.

(*) V. o vol. LXIV, pag. 451. — N. da R.

Para que a embriaguez possa constituir dirimente da responsabilidade penal é preciso que seja completa, tenha o character de pathologica ou complicada, determinativa de um estado de inconsciencia absoluta.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de pedido de revisão criminal; peticionario Antonio Peruzzo Netto:

ACCORDAM julgar improcedente o pedido, pelos seguintes fundamentos.

I — Allega o peticionario que os jurados decidiram contra a evidencia dos autos quando negaram a dirimente do art. 27, § 4º, do Codigo Penal, — “estado de completa perturbação de sentidos e intelligencia no acto de commetter o crime”, pois mostram as provas colhidas que elle se achava inteiramente embriagado, sem consciencia dos seus actos, quando praticou os factos delictuosos descriptos na denuncia.

Pronunciado incurso nos arts. 294, § 2º, e 303, do citado Codigo, por ter morto Lauro Garcia Machado e ferido levemente Nicoláu Lechmam, o peticionario foi submettido a julgamento, tendo o Jury affirmando que o réu fôra effectivamente o autor tanto do crime de homicidio como do de lesões corporaes; negou a allegada dirimente e reconheceu a attenuante do exemplar comportamento anterior.

O Presidente do Tribunal do Jury impôz ao réu a pena do gráu minimo do crime mais grave (homicidio simples) — 6 annos de prisão cellula, por não concorrer circumstancia aggravante, tendo combinado, — como se lê na sentença, — os alludidos arts. 294, § 2º, e 303, com os arts. 62, § 3º, e 66, § 3º, do mesmo Codigo.

II — Certo, a embriaguez póde constituir dirimente, mas para que ella tome esta natureza é preciso que o ebrio esteja no periodo furioso, em que é completa a intoxicação alcoolica, que a embriaguez tenha o character de pathologica ou complicada, determinativa de um estado de inconsciencia absoluta; e semelhante situação não era a do peticionario, que, após, os crimes, “correu com firmeza” (depoimento de fls. 58 v., e 73 v.) tendo pedido a Fiorindo Cella o cavallo, para fugir, como attestam outros depoimentos. O condemnado, que nos interrogatorios disse de nada se recordar, referiu ao sub-intendente que “fôra forçado a commetter um crime por ter sido offendido por tres individuos” (fls. 64 v.).

O que resulta do estudo do processo é que o peticionario se achava sob a acção de embriaguez incompleta, quando delinuiu, havendo a seu favôr a circumstancia attenuante do art. 42, § 10, do

mencionado Código; mas o reconhecimento desta minorante não altera a condenação, pois ella foi no gráu minimo.

III — Comquanto os elementos de convicção mostrem que os dois crimes perpetrados por Antonio Peruzzo Netto deviam ter sido subordinados, em sentença condemnatoria, á regra do art. 66, § 1º do Código (concurso real de delictos), e se verifique a imperitencia do § 3º desse artigo (concurso formal), invocado pela sentença, que, aliás, deixou de applical-o, — a pena não póde ser augmentada para a somma dos gráus minimos dos arts. 294, § 2º, e 303, pelo motivo de que nossa Lei fundamental instituiu a revisão em beneficio exclusivamente do condemnado.

Rio de Janeiro, 26 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Muniz Barreto*, Relator. — *E. Lins*. — *A. Ribeiro*. — *Pedro Mibielli*. — *G. Natal*. — *Viveiros de Castro*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro dos Santos*. *O. Kelly*.

Revisão Criminal n. 3.314 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS.

PETICIONARIO: — Manoel Mendes.

A revisão só tem logar, no que respeita á prova, não quando a sentença condemnatoria se fundar em prova insufficiente, fraca e incompleta, mas quando a mesma sentença fôr contraria á evidencia dos autos.

E' de ser julgado prejudicado o pedido de revisão criminal uma vez que já foi cumprida a pena.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de revisão do Districto Federal, em que é requerente Manoel Mendes.

O Promotor Publico desta Capital denunciou José Lopes, Manoel Mendes e Alexandre José pelos crimes de entrada á noite em casa alheia, sem licença do respectivo morador, e de tentativa de roubo, allegando que, no dia 1º de Maio de 1920, os denunciados, munidos de chave falsa, abriram a porta de entrada do sobrado n. 59 da rua Frei Caneca e com uma serra procuravam arrombar a grade de ferro, que separa o corredor da loja, quando foram presentidos e fugiram, sendo preso, porém, o primeiro denunciado José Lopes.

(*) V. o vol. LXIV, pag. 443. — N. da R.

A chave falsa foi apprehendida em poder deste, tendo sido a serra arrecadada no corredor do sobrado.

Presos preventivamente, poucos dias depois, os demais denunciados, procedeu-se á formação da culpa em presença de todos elles, que foram pronunciados nos arts. 196 e 356, combinado com o art. 13 do Código Penal.

Submettidos a julgamento perante o Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal, foram condemnados: José Lopes a cinco annos e quatro mezes de prisão celllular, gráu maximo do art. 356, combinado com os arts. 357, 358 e 13 do Código Penal, attenta a aggravante da reincidencia, e Manoel Mendes a tres annos e quatro mezes de prisão celllular, gráu medio dos arts. citados, na ausencia de aggravante e attenuante.

Alexandre José foi absolvido por falta de prova.

Os condemnados appellaram para a Terceira Camara da Côrte de Appellação, que confirmou a sentença appellada.

Manoel Mendes pede a revisão do processo, para o fim, segundo conclúe a desordenada petição, de ser annullado o mesmo processo ou diminuida a pena.

O Ministro Procurador Geral opinou pelo indeferimento do pedido, porque se a prova, em relação ao réu Manoel Mendes, não é tão robusta como a que foi produzida contra o co-réu José Lopes, não é, todavia, essa prova tão inconsistente que autorize a reforma da sentença condemnatoria, sob o fundamento de haver sido proferida contra a evidencia dos autos.

O parecer é de absoluta procedencia.

Para a confirmação da sentença condemnatoria, em gráu de appellação, as provas colligidas não seriam, talvez, sufficientes a um espirito justo, mas inclinado á benevolencia.

Não se trata, porém, do recurso ordinario de appellação, onde, aliás, a sentença condemnatoria foi confirmada unanimemente por seus fundamentos, “— que são juridicos e estão de perfeito accôrdo com a Lei e a *prova dos autos*”, no dizer do Accordam.

Trata-se de revisão, que realmente só tem logar, no que respeita á prova, não quando a sentença condemnatoria se fundar em prova insufficiente, fraca, incompleta, mas quando a mesma sentença fôr contraria á *evidencia dos autos*.

Ora, não se pôde absolutamente considerar contraria á evidencia dos autos a sentença condemnatoria proferida nas duas instancias com o seguintes elementos:

1º — A testemunha Amelia Carvalhal de Lima, moradora no predio da rua Frei Caneca, arrombado a 1º de Maio de 1920, pouco antes da meia noite, reconheceu o réu Manoel Mendes como um dos

assaltantes, o qual estava de pé, no terceiro degráu, mais ou menos, da escada, enquanto o co-réu José Lopes serrava um dos varões da grade, que separa a escada, que dá acesso ao sobrado (fls. 22).

Na formação da culpa a testemunha confirmou o seu depoimento prestado na policia (fls. 55).

2º — O réu Manoel Mendes não impugnou esse depoimento. Emprestou-lhe, pelo contrario, força probante nas razões de appellação para a Terceira Camara, allegando que a testemunha Amelia Carvalho merecia fé e tinha algum valor, mas que, de accôrdo com o mesmo depoimento, o crime do réu é apenas o do art. 196 doCodigo Penal — entrada em casa alheia á noite — e não o de tentativa de roubo. Pediu pois, o réu á Côrte da Appellação que desclassificasse esse crime para aquelle, sem que se animasse a allegar que a sentença fôra contraria á evidencia da prova.

3º — Não foi só a testemunha Amelia Carvalho de Lima que reconheceu o réu, quando praticava o crime. Tambem o reconheceu Juvenal Carvalho, que até sahio em perseguição do réu para prendel-o (fls. 22 e 55 v).

4º) — O réu Manoel Mendes e o co-réu José Lopes sobre cuja responsabilidade neste crime não ha duvida alguma, viviam sempre juntos e frequentavam diariamente o botequim "Vista Alegre" á rua Visconde do Rio Branco n. 65. Em a noite do crime, 1º de Maio, ahi estiveram, como de costume, depois das 11 horas, tendo se demorado cerca de 15 minutos. O crime foi commettido pouco antes da meia noite. O caixeiro do botequim, que depoz a fls. 27 reconheceu Manoel Mendes e José Lopes como os dois individuos, que diariamente frequentavam o botequim, onde estiveram pouco antes do crime.

Ainda agora a solidariedade entre Manoel Mendes e José Lopes se apresenta com character de evidencia, tanto que separadamente, mas no mesmo dia e pelos mesmos termos, requereram documentos para instruir o pedido de revisão, pedido que é tambem feito no mesmo dia e pelos mesmos termos.

5º — O réu Manoel Mendes, que na appellação pediu apenas a desclassificação do crime de tentativa de roubo para o de entrada em casa alheia, tambem não pede na revisão que seja absolvido, mas tão sómente que se annulle o processo ou se modifique a pena.

A annullação não é possível, porque não houve nem se allega preterição de formula substancial.

A pena foi imposta legalmente no gráu medio, na ausencia de aggravante e attenuante.

Si fosse possível modificá-la para peor, seria talvez o caso

de elevá-la ao máximo, dada a agravante da reincidência, porque, como José Lopes, o réu Manoel Mendes também já foi condenado por crime de roubo, como se vê de sua folha de antecedentes, que são das piores (fls. 93).

Elle mesmo, arrazoando perante a Côrte de Appellação, diz que “—não é um rapaz puro e sem manchas, pois reconhece que o seu passado o condemna aos olhos de todos os homens de bem”, mas pedia á Côrte que lhe fizesse a justiça de desclassificar o crime de tentativa de roubo para o de entrada em casa alheia á noite, sem consentimento do morador.

A’ vista do exposto, devia ser indeferido o pedido de revisão.

ACCORDAM, porém julgal-o prejudicado, por já estar cumprida a pena, como se tem praticado em casos semelhantes (REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, vol. 2º, 1ª parte, pag. 129; vol. 19, pag. 364). Custas pelo peticionário.

Rio de Janeiro, 26 de Maio de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Hermenegildo de Barros*, Relator designado para a redacção do Accordam. — *E. Lins*, vencido. Dei provimento á revisão para absolver o réu, por ser a sentença condemnatoria evidentemente contraria á prova dos autos.

Com effeito, só uma testemunha — a 1ª — é que reconheceu o peticionário (que não foi preso em flagrante) como um dos assaltantes da casa n. 59 da rua Frei Caneca (pags. 55 e 55 v.).

Releva ponderar que o facto se deu á noite — á meia noite.

Nenhuma outra testemunha, absolutamente nenhuma, depoz, contra elle, cousa alguma, mesmo porque nada, a respeito delle, se lhes perguntou.

Só á 5ª é que sobre elle foi perguntada; mas respondeu que “nada pôde dizer em relação ao denunciado Manoel Mendes” (fls. 79 v., *in fine*, e 80).

Não ha duvida são máus os precedentes do réu; mas si elles, com o depoimento da 1ª testemunha, eram sufficientes para a pronuncia, não o eram, de modo algum, para a condemnação, attento o art. 67 do Codigo Penal.

Testis unus, testis nullus — diz velha parêmia juridica.

De onde decorre, á evidencia, que o réu foi condemnado sem prova alguma. — *G. Natal*. — *Viveiros de Castro*, vencido. — *A. Ribeiro*. — *Geminiano da Franca*. — *O. Kelly*, vencido. — *Muniz Barreto*, vencido. Votei pela absolvição do peticionário, á vista do que foi exposto e discutido na occasião do julgamento, ignorando eu o inteiro teor da sentença condemnatoria proferida na primeira

instancia da Justiça local, o auto de reconhecimento de fls. 22 do processo em apenso e as razões de appellação de fls. 129-130 do mesmo processo, a que allude o Accordam.

Revisão Criminal n. 2.108 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO.

PETICIONARIO: — Guilherme Frederico von Zastrow (Primeiro Sargento Intendente).

O facto de já haver o peticionario cumprido a pena, não importa no não conhecimento do pedido de revisão.

A sentença sómente pôde ser considerada contraria á evidencia dos autos quando a prova destes diz uma cousa e aquella exprime cousa inteiramente diversa.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de revisão criminal do Districto Federal, em que é peticionario Guilherme Frederico von Zastrow, verifica-se ser a seguinte a especie:

O advogado Lucio Dias Ribeiro requereu a revisão do processo criminal em que o primeiro sargento intendente Frederico von Zastrow foi condemnado a um anno de prisão com trabalho, gráu minimo do art. 178 do Codigo Penal Militar, pelo Supremo Tribunal Militar, em Accordam de 23 de Abril de 1919.

Do relatorio de fls. 53 consta que o réu, abusando do nome do Regimento, falsificando firmas e usando de outros truques, retirou de algumas casas commerciaes, em proveito proprio, diversos artigos, na importancia total de 8:521\$000, tendo, além disso, vendido á Casa Clayton Osburg & Cia. um caixote de varios estojos, que, auxiliado pelo sargento Manoel Baptista Eyer, retirára da Intendencia do Regimento.

O Conselho de Guerra, por sentença de fls. 399, julgou plenamente provados aquelles factos criminosos, como constitutivos dos crimes punidos no art. 175, ns. 1 e 2, e art. 177 do Codigo Penal da Armada, e condemnou o réu a quatro annos de prisão com trabalho, gráu maximo daquelle artigo, na forma do art. 5, § 32.

O Supremo Tribunal Militar, tomando conhecimento da appellação interposta dessa sentença, em Accordam de fls. 466, modificou-a nos seguintes termos:

(*) V. o vol. LXV, pag. 131. — N. da R.

“A arguição por falsidade se desdobra:

a) ter o réu, por meio de pedidos, uns com visos de regularidade e outros manifestamente de character particular, retirado materiaes e objectos de varias casas commerciaes desta Capital;

b) fazer transportar, em seu proveito e mediante requisições, taes materiaes e objectos assim criminosamente adquiridos.

Apreciando o processo largamente instruido, é bem de ver não se enquadrar a primeira arguição na modalidade do § 1º do art. 178.

Em vez da falsidade que define esse § 1º o que se vê é um artificio empregado pelo réu para arrastar a erro as firmas alludidas, induzindo-as a realizar o fornecimento de que dão os autos noticia, na importancia total de 8:521\$000, na supposição de que legitimamente o faziam. E, para essa conclusão, é mister, além do mais, ter presente que nenhuma das firmas lesadas era fornecedora do Regimento por contracto, o que, afinal, podia talvez prender, por esse elo, taes casas commerciaes á obrigação de attender a requisições, resultando d’ahi damno á Nação, sendo que assim procederam por confiança que depositavam no réu, de quem, muitas vezes, recebiam, por conta, varias importancias.

O caso do § 1º cogita do militar que age em materia do seu emprego, em assumpto militar. E’ a falsidade em escripto official militar.

O réu, com taes pedidos, cogitára induzir as firmas em erro. Desenha-se bem nesse artificio a manobra fraudulenta de que cogita o Codigo Penal commum, art. 338, capaz, como se torna necessario, de comprometter a sagacidade normal, e dessa figura não se occupa o Codigo Militar, — que não trata de estellionato, cabendo ao fôro commum o procedimento de direito, na forma da Lei.

No § 2º, acima referido, nesse sim, incorreu o réu. Elle praticou falsidade em materia administrativa, com prejuizo á Nação, como quando, com a requisição n. 380, obteve da E. F. C. do Brasil o carro série V, para a conducção de materiaes de S. Diogo para Cascadura. Nessa requisição a parada do Regimento “Villa Militar”, como constata o exame pericial de fls. 451, foi alterada para *Cascadura*, procurando-se, por meio de preparados crimicos, extinguir a primitiva graphia, não tanto quanto tornasse impossivel descobri-la.

Assim constatado o facto, além dos elementos de convicção fornecidos abundantemente pelo conjuncto das provas, si ainda necessario se fizesse outra, quanto á responsabilidade do réu, em toda essa falsidade, ter-se-á na circumstancia de que os claros da requisição foram preenchidos com a letra do accusado, como ainda na de ter elle passado, no respectivo verso, o competente recibo á Estrada de Ferro, como tudo affirma o laudo de fls. 442.

O que, ante a prova colhida, se faz evidente é que o réu praticou falsidade administrativa, na modalidade do § 2º do art. 178, e, julgando-o, na ausência de agravantes e atenuantes, incurso nas penas do gráu medio, o condemnam a dous annos e seis mezes de prisão com trabalho”.

Quanto á venda de objectos pertencentes á Nação (art. 177 do Código cit.), o Supremo Tribunal Militar entendeu dever a responsabilidade do réu ser apurada em processo regular, depois da respectiva tomada de contas, determinando a remessa de diversas peças processuaes á autoridade competente.

Em embargos oppostos a esse Accordam, o de fls. 486 reduziu a pena a um anno de prisão com trabalho attenta á intercorrença da circumstancia atenuante de ter o réu prestado relevantes serviços á patria.

Dessa condennação foi interposto o presente recurso de revisão, sob o fundamento de “ter sido a decisão final contraria á evidencia das provas produzidas na phase dos embargos”, dizendo o recorrente que, no facto mencionado no Accordam, se trata de um carro da Central, carregado de coke, que, em vez de ir ter á Villa Militar, a que era destinado, foi, por engano, parar em Cascadura.

O Sr. Ministro Procurador da Republica assim se pronunciou a respeito:

“De ha muito, deve estar cumprida a pena, pois que do processo consta a prisão do requerente em meados de 1917. Teria sido, portanto, requerida a revisão, embora o não declarasse, para o effeito tão sómente de reabilitação e reversão militar?”

Se se tratasse de apreciar a pena imposta ao requerente, seria talvez de se tomarem em consideração os documentos que lhe instruem o pedido; porque, de facto, esta pena se destinou exclusivamente a punir as falsas requisições de transporte feitas a E. F. C. do Brasil, tendo sido, bem ou mal, as demais fraudes relegadas para outros processos. Cogitando-se, porém, de reabilitação, não é possível deixar de ter em apreço que a prova abundantissima dos autos faz certo que o requerente abusava do seu cargo para se entregar a especulações com elle incompatíveis, e que, de mais a mais, revestiram o aspecto de gravissimos delictos”.

A sentença condemnatoria não é contraria á evidencia dos autos, isto é, a prova destes não diz uma cousa e aquella sentença não exprime cousa diversa.

Basta ler a parte do Accordam referente a esse ponto, para se convencer de que ella não póde ser illidida pelos documentos que o réu offereceu com seus embargos.

Como se viu acima, o que diz o Accordam, a respeito da requisição do carro da Central, é o seguinte:

“Nessa requisição — a parada do Regimento “Villa Militar” foi alterada para “Cascadura”, procurando-se, por meio de preparados chimicos, extinguir a primitiva graphia, não tanto quanto tornasse impossível descobri-la.

Assim constatado o facto, além dos elementos de convicção fornecidos abundantemente pelo conjuncto das provas, si ainda necessaria se fizesse outra, quanto á responsabilidade do réu em toda essa falsidade, ter-se-ia na circumstancia de que os claros da requisição foram preenchidos com a letra do accusado e na de que por elle foi passado no verso o competente recibo”.

O Accordam reporta-se, para essas conclusões, ao laudo dos peritos que procederam ao exame da requisição.

A esse Accordam contrapõe o recorrente tres documentos meramente graciosos, que, quanto á falsificação material da requisição, nada dizem.

Não ha, pois, uma antinomia entre a prova dos autos e a sentença condemnatoria, e isso é bastante para a revisão não ser concedida. Pelo exposto,

ACCORDAM indeferir o pedido de revisão, depois de rejeitada a preliminar de não se conhecer della, por estar prejudicada. Pague o requerente as custas.

Supremo Tribunal Federal, 2 de Junho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *A. Ribeiro*, Relator. Fui vencido na preliminar, de accôrdo com o seguinte voto:

Julguei prejudicado o pedido, porque, estando já cumprida a pena, ficou, *ipso facto*, extinta a condemnação (Codigo Penal, cit., art. 72, n. 1).

No meu conceito, não se póde della conhecer, só para o effeito de se declarar o réu rehabilitado, porque, si, como pensa o Sr. Ministro Procurador Geral da Republica, fosse esse exclusivamente o intuito da presente revisão, o recorrente deveria tel-o declarado expressamente, pedindo a reintegração em todos os direitos que houvesse perdido por effeito da condemnação.

O pedido não é preciso; o que, porém, se infere dos seus termos é que, por meio de revisão, o réu queria sómente se isentar da pena que lhe impoz o Supremo Tribunal Militar.

Si seu intuito foi sómente esse, o pedido ficou sem objecto, eis que a condemnação se extinguiu pelo cumprimento da pena.

E' certo que a rehabilitação resulta immediatamente da sentença de revisão passada em julgado: — dil-o o art. 86, § 1º, do Codigo Penal e repete-o o art. 73, § 1º, do Codigo Penal Militar.

Para que, porém, a sentença tenha esse effeito, são necessarias duas condições:

- a) que o condemnado nella seja declarado innocente;
- b) que alli haja tambem a declaração de ficar elle reintegrado em todos os direitos que, pela condemnação, tenha perdido.

E' o que se encontra claramente expresso no art. 434 do Decreto n. 3.084, de 1898, nos seguintes termos:

“A rehabilitação resulta immediatamente da sentença de revisão passada em julgado, quando o condemnado fôr declarado pelo Supremo Tribunal Federal innocente e reintegrado em todos os direitos que houver perdido pela condemnação”.

Para que, porém, essa reintegração se declare, é imprescindivel que seja solicitada, isto é, que expressamente tenha sido incluída no pedido, indo, em caso contrario, além deste o julgado.

Como, pois, no pedido nada existe em relação á reintegração de direitos, limitei-me a considerá-lo prejudicado pelo cumprimento da pena. — *E. Lins.* — *Hermenegildo de Barros.* Tambem julguei prejudicado o pedido. — *Pedro dos Santos.* — *G. Natal.* — *Muniz Barreto.* — *Geminiano da Franca,* vencido. — *Viveiros de Castro.*

Foi voto vencedor, o do Sr. Ministro Godofredo Cunha, e foi presente o Sr. Ministro Pires e Albuquerque.

Revisão Criminal n. 2.190 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro VIVEIROS DE CASTRO.

PETICIONARIO: — Bernardo Schú.

Na ausencia de aggravantes e reconhecida uma attenuante, a pena deve ser applicada no gráu minimo.

Não estando provados todos, mas alguns dos requisitos da legitima defesa, propria ou de terceiro, deve essa circumstancia ser considerada como attenuante.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de revisão criminal em que é petionario Bernardo Schú, e

considerando que as testemunhas da accusação não mencionam, nos seus depoimentos, o movel do crime, ao passo que as duas testemunhas da defesa, fls. 32, uma das quaes é o commissario de policia a quem o réu procurou logo depois de ter praticado o delicto, dizem

(*) V. o vol. LXV, pag. 297. — N. da R.

que o crime foi commettido para impedir que a victima matasse com um faca um filho do réu;

considerando que esta versão está confirmada pelo relatorio. do sub-delegado de policia a fls. 13 v.; e

considerando que, não estando provados todos os requisitos do art. 34 do Codigo Penal, para que o crime seja justificado, o allegado motivo constitue a circumstancia attenuante prevista no art. 42, § 3º do mesmo Codigo Penal:

ACCORDAM dar provimento, em parte, ao recurso para reduzir a condemnação a seis annos de prisão celllular, gráu minimo do art. 294, § 2º do Codigo Penal. Custas na forma da Lei.

Supremo Tribunal Federal, 16 de Junho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Viveiros de Castro*, Relator. — *E. Lins*. — *Pedro dos Santos*, vencido. — *Geminiano da Franca*. — *G. Natal*. — *A. Ribeiro*. — *Hermenegildo de Barros*, vencido. O réu foi condemnado no gráu médio do art. 294, § 2º do Codigo Penal, como autor da morte de Henrique Prediger, por ter o Jury affirmado o facto, na ausencia de qualquer aggravante e attenuante.

A propria denuncia não refere em que circumstancia foi o crime commettido, mas é fóra de duvida que foi o réu o seu autor, pois elle o confessa, embora invoque em seu favôr a legitima defesa de seu filho João Schú.

Não ha, porém, *uma só testemunha do summario*, que faça a mais vaga allusão a esta legitima defesa, sendo aliás de notar que o traslado dos autos é incompleto e que o réu só teria juntado provavelmente o que lhe convinha.

Da acta do Jury é que consta ter o defensor do réu requerido que fossem ouvidas no plenario as testemunhas Edmundo Wictlner e Carlos Bernig.

A primeira disse (fls. 32) que assistiu ao crime *e podia affirmar que se Bernardo Schú não atirasse contra a victima, esta teria irremediavelmente morto o filho de Schú*.

A segunda testemunha ouviu do réu a mesma cousa que dissera Edmundo.

Mas, conforme considerou o Accordam do Superior Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, a testemunha Edmundo não disse a verdade, não podia ter assistido ao crime, como depoz, porque, na occasião do crime, a testemunha se achava dentro da casa de Carlos Lange, segundo consta do depoimento deste a fls. 22 v. Assim, não ha prova alguma de ter o réu commettido o crime em defesa de seu filho, ainda que se considere essa defesa como simples attenuante. Neguei, por isso, a revisão. — *Muniz Barreto*, vencido.

Revisão Criminal n. 2.349 (*)**RELATOR:** — o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO.**PETICIONARIO:** — Alpheu Moraes.

Na ausencia de agravantes e reconhecimento de uma attenuante, a pena deve ser imposta no gráu minimo.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de revisão criminal; petionario — Alpheu Moraes, condemnado, em virtude das decisões do Jury de S. Francisco de Assis, a 15 annos de prisão cellullar, gráu medio do art. 294, § 2º, do Codigo Penal.

ACCORDAM julgar procedente o pedido, para reduzir, como reduzem, a condemnação, á pena do gráu minimo desse artigo, 6 annos de prisão cellullar, tendo em vista a informação do Presidente do Superior Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul, o parecer do Sr. Ministro Procurador Geral da Republica, e os documentos de fls. 10 e 11, que provam o *exemplar comportamento do petionario* antes do crime, circumstancia attenuante prevista no art. 42, § 9º, do citado Codigo, e com a qual não concorre nenhuma agravante.

Rio de Janeiro, 16 de Junho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Muniz Barreto*, Relator. — *E. Lins.* — *Herme-negildo de Barros*, vencido. O parecer do Sr. Ministro Procurador Geral da Republica reporta-se á informação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, e este achou que podia ser reconhecida a attenuante do exemplar comportamento anterior do réu, á vista dos attestados de fls. 10 e 11.

Mas á simples informação do Presidente do Tribunal, que não tem responsabilidade do julgamento, oppõe-se o Accordam do mesmo Tribunal, quando considerou “— que não se acha abonado o comportamento do réu como exemplar”.

De facto, os depoimentos das testemunhas são omissas sobre essa circumstancia, a não ser uma dellas, que, inquerida a respeito, respondeu que o réu não é *grande coisa*.

Os attestados de fls. 10 e 11, do sub-intendente e do delegado de policia do municipio, referem-se á conducta exemplar do réu como guarda municipal e como particular, num pequeno espaço de tempo — o que decorre de 18 de Junho de 1915 a 19 de Dezembro de 1916 — tendo sido o crime commettido a 16 do mez de Dezembro.

Por esses motivos, não dei como provada a attenuante e neguei

(*) V. o vol. LXV, pag. 301. — N. da R.

a revisão. — G. Natal. — Godofredo Cunha. — Viveiros de Castro. — Geminiano da Franca. — Pedro dos Santos. — A. Ribeiro.

Foi presente, o Sr. Ministro A. Pires e Albuquerque, Procurador Geral da Republica.

Revisão Criminal n. 1.940 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL.

PETICIONARIO: — Luiz Bueno.

A omissão de quesitos sobre as concausas do art. 295 do Código Penal, sómente annulla o julgamento quando della pôde resultar erro na condemnação.

ACCORDAM

Vistos, expostos e relatados estes autos em que Luiz Bueno, condemnado, pelo Jury da capital de S. Paulo, a 6 de annos de prisão cellula, gráu minimo do art. 294, § 2º do Código Penal, por sentença confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça do Estado, requer a revisão do seu processo, allegando a nullidade do seu julgamento:

a) por não terem sido formulados quesitos sobre as concausas do art. 295, §§ 1º e 2º;

b) não se ter mostrado o Jury sufficientemente esclarecido para julgar, como se deprehende da resposta incerta relativa á atenuante do § 3º do art. 42, que reproduz em todas as suas modalidades;

c) ser contrario á evidencia dos autos, por estar provado que praticára o crime em legitima defesa:

considerando que as arguições de nullidade do julgamento não procedem:

a 1ª porque a omissão dos quesitos referentes ás concausas só determina a nullidade do julgamento, segundo a jurisprudencia, quando della pôde resultar erro na condemnação, o que se não verifica na especie ante as respostas dos peritos no exame cadaverico;

a 2ª porque, em vez de prejudicial, seria muito favoravel á defesa reconhecer o Jury em favôr do réu todas as modalidades da atenuante do § 3º do art. 42 do Código Penal;

a 3ª porque não está absolutamente provada a derimente da legitima defesa em todos seus requisitos essenciaes, e como atenuante foi reconhecida pelo Jury:

(*) V. o vol. LXV, pag. 405. — N. da R.

ACCORDAM indeferir o pedido. Pagas as custas pelo peticionario.

Supremo Tribunal Federal, 23 de Junho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *G. Natal*, Relator. — *E. Lins*. — *Pedro dos Santos*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Viveiros de Castro*. — *A. Ribeiro*. — *Geminiano da Franca*. — *O. Kelly*.

Foi voto venecedor, o Sr. Ministro Godofredo Cunha e foi presente, o Sr. Ministro A. Pires e Albuquerque.

Revisão Criminal n. 1.948 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL.

PETICIONARIO: — Cassiano Alexandre da Silva.

E' nullo o processo para o qual não foi citado o réu, não constando nenhuma diligencia nesse sentido.

ACCORDAM

Vistos, expostos e relatados estes autos, em que Cassiano Alexandre da Silva, condemnado a 30 annos de prisão cellula — gráu maximo do art. 294, § 1º do Código Penal — por sentença do Jury de Villa Bella, Estado de Pernambuco, requer a revisão do seu processo, allegando a nullidade do processo:

- a) porque o Juiz não rubricou o auto de corpo de delicto;
- b) porque lhe foi negado o protesto por novo julgamento;
- c) porque se lhe não deu nota de culpa depois de preso:

considerando que, segundo bem o demonstra o Sr. Ministro Procurador Geral da Republica, no seu parecer de fls. 7, taes arguições não procedem umas por constituirem simples irregularidades, a referente ao protesto, por não constar do processo original appenso que o peticionario tenha feito tal protesto; mas

considerando que nenhuma diligencia foi feita para a citação inicial do peticionario, que foi, entretanto, considerado revel e assim processado; o que constitúe nullidade substancial:

ACCORDAM dar provimento ao pedido para, attendendo ao requisitorio do citado parecer de fls. 7, annular o processo a que respondeu o peticionario desde fls. 10, afim de ser elle sujeito a novo summario de culpa e julgamento. Custas, na forma da Lei.

Supremo Tribunal Federal, 23 de Junho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *G. Natal*, Relator. — *E. Lins*. —

(*) V. o vol. LXV, pag. 408. — N. da R.

Pedro dos Santos. — Geminiano da Franca. — A. Ribeiro. — Viveiros de Castro. — Hermenegildo de Barros. — O. Kelly.

Foi voto vencedor, o do Sr. Ministro Godofredo Cunha, e foi presente, o Sr. Ministro A. Pires e Albuquerque Procurador Geral da Republica.

Revisão Criminal n. 1.956 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL.

PETICIONARIO: — Antonio Paulino da Silva.

A revisão criminal foi instituida exclusivamente em beneficio do réu, de modo que nella não pôde ser augmentada a pena imposta, embora seja ella inferior á que devera ser applicada.

ACCORDAM

Vistos, expostos e relatados estes autos em que Antonio Paulino da Silva, processado e condemnado a pena de 10 annos de prisão cellular, sub-maximo do art. 359, § 1º combinado com o art. 66, § 3º do Codigo Penal, por ter, além do crime de roubo e ferimentos em diversas pessoas, praticado o de damnos e attentado á honra, pede a revisão allegando nullidade do processo e excesso da pena legal:

considerando que o peticionario não menciona as nullidades, que diz haverem occorrido no processo;

considerando que, de facto, não é legal a pena imposta ao peticionario, não, porém, por excessiva, mas ao contrario por inferior a que lhe deveria ter sido applicada, uma vez que elle praticou diversos crimes autonomos — hypothese do art. 66, § 1º do Codigo Penal — e mesmo que houvesse se dado, na especie, a do § 3º, a pena deveria ser de 12 annos — maximo — e não de 10 — sub-maximo — do art. 359, § 1º, do citado Codigo; mas

considerando que, embora a pena legal seja a do maximo, não pôde a sentença ser corrigida em recurso de revisão, desde que a correcção importe em aggravação da pena:

ACCORDAM negar provimento ao pedido. Pagas as custas pelo peticionario.

Supremo Tribunal Federal, 23 de Junho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *G. Natal*, Relator. — *E. Lins.* — *Pedro dos Santos.* — *Geminiano da Franca.* — *A. Ribeiro.* — *Hermenegildo de Barros.* — *Viveiros de Castro.* — *O. Kelly.*

(*) V. o vol. LXV, pag. 409. — N. da R.

Foi voto vencedor, o do Sr. Ministro Godofredo Cunha e foi presente, o Sr. Ministro A. Pires e Albuquerque, Procurador Geral da Republica.

Revisão Criminal n. 2.369 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS.

PETICIONARIO: — Albino Mendes.

A introdução de moeda falsa na circulação, quando effectuada pelo proprio fabricante, não constitue outro crime distincto do de fabricação, pois não é mais do que a consummação daquelle.

A disposição do art. 66, § 2º do Código Penal cogita da hypothese de mais de um crime da mesma natureza, commettido em tempo e lugar differentes contra a mesma ou diversas pessoas.

Entende-se por crime da mesma natureza o que consiste na violação do mesmo artigo do Código Penal.

O art. 66, § 3º do Código Penal refere-se á hypothese do criminoso que, pelo mesmo facto e com uma só intenção, tiver commettido mais de um crime.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Districto Federal, em que requer a revisão do seu processo o réu Albino Mendes.

Este foi denunciado nos arts. 10, 13 e 18 da Lei n. 2.110, de 30 de Setembro de 1909, por ter falsificado papel de credito publico (cedulas de 10\$000), por ter introduzido na circulação moeda falsa e por ter falsificado sellos e estampilhas.

A pronuncia foi decretada sómente nos arts. 10 e 18, e não tambem no art. 13, porque a introdução de moeda falsa na circulação, quando é effectuada pelo proprio fabricante, não constitue outro crime distincto do da falsificação, pois não é mais do que a consummação daquelles.

Relativamente aos sellos — proseguiu o despacho de pronuncia — não se póde considerar que, falsificando-os e falsificando cedulas, os

(*) V. o vol. LXV, pag. 411. — N. da R.

dois denunciados (Albino e um outro) commetteram um só crime, pois ha duas disposições de Lei para os dois crimes, não sendo um consequencia ou complemento do outro (fls. 1.484).

Confirmada a pronuncia, offerecido o libello e submettido o peticionario a julgamento, foi condemnado a 14 annos de prisão cellular, gráu maximo dos arts. 10 e 18, dado o concurso de circumstancias aggravantes (fls. 1.643).

O réu appellou, tendo sido a sentença confirmada pelo Accordam deste Tribunal a fls. 1.710 v.

A revisão é pedida para o fim de ser imposta ao réu no gráu maximo a pena de um só dos crimes com augmento da 6ª parte (art. 66, § 2º, do Codigo), ou no gráu maximo a pena mais grave em que o réu incorreu (art. 66, § 3º).

O Sr. Ministro Procurador Geral da Republica opinou pelo indeferimento do pedido.

Não é applicavel ao caso o art. 66, § 2º, do Codigo Penal, que cogita da hypothese de mais de um crime da mesma natureza, commettidos em tempo e logar differentes, contra a mesma ou diversa pessoa.

Entende-se por crime da mesma natureza o que consiste na violação do mesmo artigo (art. 40 do Codigo).

Ora, são differentes os artigos violados (10 e 18 da Lei n. 2.110).

Não é tambem applicavel o art. 66, § 3º, que se refere á hypothese do criminoso que, pelo mesma facto e com uma só intenção, tiver commettido mais de um crime, porque os factos são differentes, embora a intenção pareça ter sido a mesma — lesar o Thesouro.

ACCORDAM, pelo expostos, negar a revisão e condemnar o peticionario nas custas.

Rio de Janeiro, 23 de Junho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Hermenegildo de Barros*, Relator. — *E. Lins*. — *Pedro dos Santos*. — *Geminiano da Franca*. — *A. Ribero*. — *Viveiros de Castro*. — *G. Natal*. — *O. Kelly*.

Foi voto vencedor, o do Sr. Ministro Godofredo Cunha e foi presente, o Sr. Ministro A. Pires e Albuquerque, Procurador Geral da Republica.

Revisão Criminal n. 2.036 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO.

PETICIONARIO: — Alfredo Antonio da Silva.

Constitue nullidade do julgamento perante o Jury, autorizando o pedido de revisão criminal, o facto de não haver sido o réu notificado para preparar a sua defesa e responder a julgamento e bem assim não constar do rol das testemunhas arroladas no libello uma que foi inquirida no plenário, e além disso haver funcionado um jurado que não consta haver sido legalmente sorteado.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de revisão criminal do Estado do Ceará, em que é peticionario Alfredo Antonio da Silva, verifica-se ser a especie a seguinte:

O peticionario foi denunciado pelo seguinte facto:

A 23 de Novembro de 1915, no lugar denominado Monte Alegre, do termo de Jaguaribe-mirim, daquelle Estado, o peticionario, auxiliado por Luiz Gonzaga da Silva, fez em seu irmão Felismino José Bandeira os ferimentos descriptos no auto de corpo de delicto, e que foram causa efficiente da morte da victima.

Pronunciado pelo crime do art. 294, § 1º do Codice Penal, foi submettido a julgamento e condemnado a 30 annos de prisão cellullar, tendo sido essa condemnação confirmada pelo Tribunal da Relação do Estado, em Accordam de 19 de Dezembro do anno seguinte.

O réu pede agora revisão do seu processo, allegando a nullidade deste:

1º) porque não foi notificado para a sessão do Jury, conforme está determinado no art. 255 do Codice do Processo;

2º) porque foi inquirida, no plenário, uma testemunha não arrolada no libello e que não depuzera na formação da culpa;

3º) porque fez parte do Jury de sentença Raymundo Alves Pinheiro, que não consta tenha sido sorteado;

4º) porque funcionou o Jury sem numero legal, tendo comparecido á sessão trinta e seis jurados e sendo tres impedidos;

5º) porque não foi o Jury inquirido sobre a lethalidade individual das lesões;

(*) V. o vol. LXVII, pag. 464. — N. da R.

6º) porque o Promotor, na denuncia, não mencionou o artigo do Código Penal, em que julgou o réu incurso.

O Sr. Ministro Procurador Geral da Republica opinou pela procedencia da revisão, e aceitando como motivos de nullidade os mencionados pelo recorrente nas incisas 1, 2 e 3.

ACCORDAM, consoante esse parecer, conceder a revisão e, annullando o julgamento do petionario, mandar este a novo Jury, em que se guardem as formalidades legais. Pague a União as custas.

Supremo Tribunal Federal, 28 de Julho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *A. Ribeiro*, Relator, de accôrdo com o seguinte voto:

Excepto uma, não me pareceram procedentes as arguições de nullidade:

a) a da falta de notificação do réu para o Jury, porque elle recebeu copia do libello e do rol das testemunhas a 24 de Junho (fls. 40) e o seu julgamento se verificou a 5 do mez seguinte, tendo sido, dessa fórma, guardado o prazo legal da defesa e respeitado, em sua essencia, o dispositivo do art. 255 do Código do Processo Criminal;

b) a de ter funcionado no Jury individuo extranho ao sorteio, porque do edital consta o nome do jurado Raymundo Nonato Pinheiro, sendo naturalmente este jurado o que serviu com o nome de Raymundo Alves Pinheiro, ponto esse, aliás, que se poderia liquidar com uma simples diligencia;

c) a de não ter funcionado o Jury com numero legal, porque, como é correntemente sabido, os jurados impedidos entram na formação daquelle numero;

d) a de não ter sido feito quesito sobre a lethalidade individual das lesões, porque o Jury affirmou ter sido immediata a morte da victima;

e) a de não ter sido mencionado na denuncia o art. do Código Penal, porque naquella peça está regular inequivocamente narrada o homicidio.

A arguição unica que me pareceu procedente foi a concernente ao facto de ter sido inquirida perante o Jury uma testemunha que não constava do rol dado ao réu, em copia, para preparar a sua defesa.

Essa testemunha apenas depoz no inquerito policial: — não foi arrolada na denuncia, não depoz na formação da culpa e não foi mencionada no rol do libello.

Apezar de não constar do mandado de fls. 45, o official de justiça declarou, em sua certidão, o seguinte:

“Intimei Manoel Joaquim Santiago, por ser testemunha de vista”.

Não ha duvida que esse facto constituiu uma surpresa para o réu e podia ter lhe prejudicado a defesa, e foi precisamente para evitar surpresas deste genero que a Lei estabeleceu que ao réu se dêsse, com a antecedencia minima de um triduo, — a copia do rôl das testemunhas, conjunctamente com a do libello.

Sómente por este motivo é que concedi a revisão e mandei sujeitar o réu a novo julgamento.

Ha no questionario proposto ao Jury faltas, que, no emtanto, não influiram na sentença final, como seja o modo porque foi formulado o quesito sobre a superioridade em armas e porque foi proposta ao Tribunal a justificativa da legitima defesa. A resposta áquelle quesito, porém, não influiu no gráu da pena, e o Jury negou, que o réu tivesse commettido o crime em legitima defesa. Essas faltas, pois, constituem meras irregularidades. — *E. Lins.* — *Hermenegildo de Barros.* — *Geminiano da Franca.* — *Pedro Mibielli.* — *G. Natal.* — *Pedro dos Santos.* — *Viveiros de Castro.* — *Leoni Ramos.* — *Godofredo Cunha.* — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque.*

Revisão Criminal n. 2.380 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro EDMUNDO LINS.
PETICIONARIO: — Valentim Ferreira

A attenuante da menoridade prepondera sobre a aggravante da superioridade em armas.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de revisão criminal desta cidade, verifica-se que Valentim Ferreira, preso, a 9 de Outubro de 1914, por crime de homicidio, foi condemnado a 15 annos de prisão cellula, gráu medio do art. 294, § 2º, doCodigo Penal.

Impetra a presente revisão, allegando que foram reconhecidas a aggravante unica da superioridade em armas e a attenuante da menoridade e que esta prepondera sobre aquella, de accôrdo com a jurisprudencia assente do Tribunal; e que, portanto, deve ser a pena reduzida ao sub-medio — 10 annos e 6 mezes de prisão cellula.

Assim opinou o Sr. Ministro Procurador Geral. Isto posto, *considerando* que é verdadeira a asserção do appellante, como

(*) V. o vol. LXVII, pags. 431 e 472. — N. da R.

se vê dos Accordams n. 1.493 (*) de 8 de Junho de 1914 e n. 2.191, (**) de 28 de Agosto de 1922:

ACCORDA o Supremo Tribunal Federal deferir ao pedido, para reduzir a pena do impetrante a 10 annos e 6 mezes de prisão celllular. Pagas as custas *ex-causa*.

Supremo Tribunal Federal, 28 de Julho de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *E. Lins*, Relator. — *Hermenegildo de Barros*. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro Mibielli*. — *G. Natal*. — *Pedro dos Santos*. — *Viveiros de Castro*. — *Leoni Ramos*. — *A. Ribeiro*. — *Godofredo Cunha*. — Fui presente, *Muniz Barreto*.

Revisão Criminal n. 1.971 (***)

RELATOR: — o Sr. Ministro EDMUNDO LINS.

PETICIONARIO: — Luiz Erick Eismann.

*Na ausencia de aggravantes e reconheci-
da uma attenuante, a pena deve ser imposta no
gráu minimo.*

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de revisão criminal do Rio Grande do Sul, verifica-se que Luiz Erick Eismann foi condemnado a 21 annos de prisão celllular, grau médio do artigo 294, paragrapho 1º, do Codigo Penal, por haver assassinado a seu pae.

Impetra esta revisão, allegando que lhe devem ser reconhecidas as attenuantes de falta de pleno conhecimento do mal e directa intenção de o praticar e do exemplar comportamento anterior. Isto posto e

considerando que todas as circumstancias que rodeiam o facto criminoso, são indicativas de que o impetrante teve pleno conhecimento do mal e directa intenção de o praticar;

considerando que é isso o que resulta do exame de sanidade mental a fls. 70-71 v.;

considerando que todas as testemunhas que depuzeram sobre a vida pregressa do impetrante, o conheciam de perto e attestam o seu exemplar comportamento anterior (fls. 39 v., 40 v., 49, 50, 51 e 94):

ACCORDA o Supremo Tribunal Federal, de accôrdo com o parecer do Sr. Ministro Procurador Geral, dar provimento ao recurso

(*) V. esse Acc. no vol. II, pag. 19. — N. da R.

(**) V. esse Acc. no vol. LXV, pag. 93. — N. da R.

(***) V. o vol. LXIX, pag. 300. — N. da R.

para reduzir a pena ao gráu do artigo 294, § 1º, — doze annos de prisão cellullar. Sem custas pela natureza da causa.

Supremo Tribunal Federal, 11 de Agosto de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *E. Lins*, Relator *ad-hoc*. — *Hermenegildo de Barros*. Também condemnei no minimo, mas por ter reconhecido outra attenuante. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro dos Santos*. — *A. Ribeiro*. — *Viveiros de Castro*. — *G. Natal*. — *Pedro Mibielli*. — *Leoni Ramos*, vencido. — *Godofredo Cunha*, vencido. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Revisão Criminal n. 2.420 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI.

PETICIONARIO: — Vicente Ferreira.

Na ausencia de aggravantes e reconhecida uma attenuante a pena deve ser applicada no gráu minimo.

ACCORDAM

Relatados e discutidos estes autos de revisão criminal, em que é peticionario Vicente Ferreira, — delles consta ter sido o requerente condemnado pelo Jury da Comarca de Muriahé, Estado de Minas Geraes, a 15 annos de prisão cellullar gráu médio do artigo 294 § 2º do Código Penal.

Allega que, ao tempo em que foi commettido o delicto, era de menor idade, e que essa circumstancia não foi computada na applicação da pena.

Ouvido o Sr. Ministro Procurador Geral opinou a fls. pelo deferimento do pedido. Isto posto, e,

considerando que, ao ser preso, o requerente declarou ter 18 annos de idade, e por isso lhe foi dado pelo Juiz da instrução criminal, e no plenario também, um curador;

considerando que, além d'isso, pela justificação que decorre de fls. 17 a 21, se prova ser o peticionario menor ao tempo em que foi praticado o delicto que lhe foi imputado, e cuja autoria não nega;

considerando que, não tendo o Jury reconhecido nem um aggravante, e provada a attenuante da menoredade (art. 42 § 11 do Código Penal) a pena a ser applicada seria a de seis annos de prisão cellullar minimo do art. 296 § 2º de accôrdo com o preceito do artigo 62, § 3, *in fine* do dito Código, e consequentemente não é legal a pena que lhe foi applicada:

(*) V. o vol. LXIX, pag. 305. — N. da R.

ACCORDAM em modificar a pena para seis annos de prisão cellular, e porque o paciente foi preso em seis de Fevereiro de 1917, já tendo cumprindo a pena legal, mandou que se passe alvará de soltura em seu favôr, si por al não estiver preso.

Supremo Tribunal Federal, 11 de Agosto de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Pedro Mibielli*, Relator. — *E. Lins*. — *Hermenegildo de Barros*. — *G. Natal*. — *Leoni Ramos*. — *Viveiros de Castro*. — *Geminiano da Franca*. — *Pedro dos Santos*. — *A. Ribeiro*. — *Godofredo Cunha*. — *Muniz Barreto*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

Revisão Criminal n. 2.450 (*)

RELATOR: — o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA.

PETICIONARIO: — João Casale.

Na ausencia de aggravantes e reconhecida uma attenuante, a pena deve ser imposta no gráu minimo.

ACCORDAM

Vistos e examinados estes autos de revisão criminal em que é requerente João Casale:

ACCORDAM em Supremo Tribunal Federal deferir o pedido, afim de reduzir a condemnação imposta ao peticionario pelo Juiz Federal de S. Paulo ao gráu minimo do artigo 1º letra *b*, combinado com o art. 6º da Lei n. 2.110, de 30 de Setembro de 1909, visto como milita em seu favor a circumstancia attenuante do art. 42 § 9º do Cod. Penal, — ter prestado bons serviços a sociedade —, como faz certo a prova junta ao pedido de revisão. Como já esteja cumprida a pena expeçam-se as ordens necessarias para que seja o peticionario posto em liberdade se por al não estiver preso. Custas *ex lege*.

Rio de Janeiro, 11 de Agosto de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Geminiano da Franca*, Relator. — *E. Lins*. — *A. Ribeiro*. — *Pedro dos Santos*. — *Godofredo Cunha*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Leoni Ramos*. — *Pedro Mibielli*. — *Muniz Barreto*. — *G. Natal*. — *Viveiros de Castro*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

(*) V. o vol. LXIX, pag. 307. — N. da R.

Revisão Criminal n. 2.455 (*)**RELATOR:** — o Sr. Ministro VIVEIROS DE CASTRO.**PETICIONARIO:** — João Antonio Rieffel.

Desde que dos autos não está evidentemente provada a intencionalidade do delicto e antes que o mesmo resultou de culpa do agente, deve ser deferido o pedido de revisão criminal para o fim de ser desclassificado o delicto, de doloso para culposo, impondo-se ao réu a pena correspondente.

ACCORDAM

Vistos, relatados e discutidos estes autos de revisão criminal em que é peticionario João Antonio Rieffel e

considerando que, como confessa o Sr. Ministro Procurador Geral, em sua promoção de fls. 45, não ficou devidamente provada no processo a *intencionalidade* do delicto, sendo admissivel a hypothese de se tratar de um homicidio culposo, commettido pelo peticionario quando corria, em companhia de um outro soldado, em perseguição da victima, cuja prisão pretendiam effectuar;

considerando que, effectivamente, não ha no processo um unico testemunho de ter o peticionario atirado propositadamente, assim como tambem fallece em absoluto a prova circumstancial da intencionalidade do delicto; mas

considerando que, correndo de revólver em punho em perseguição da victima, o peticionario foi causa, pela sua imprudencia e impericia na sua profissão, da morte da victima;

considerando que não ficou devidamente provada, nos autos, a circumstancia attenuante do comportamento exemplar, cujo reconhecimento, aliás, a promoção do Sr. Ministro Procurador Geral considerou de justiça;

considerando que não foi reconhecida nenhuma circumstancia aggravante:

ACCORDAM dar provimento ao recurso para, desclassificando o crime para o art. 297, do Codigo Penal, reduzir a condemnacão do peticionario a um anno e um mez de prisão celllular, gráu médio do referido artigo 297 do Codigo Penal. Custas na fórmula da Lei.

Supremo Tribunal Federal, 25 de Agosto de 1924. — *André Cavalcanti*, Vice-Presidente. — *Viveiros de Castro*, Relator. — *E. Lins*. — *G. Natal*. — *Pedro Mibielli*. — *Hermenegildo de Barros*, vencido. O réu João Antonio Rieffel foi condemnado, por sentença

(*) V. o vol. LXIX, pag. 548. — N. da R.

do Juiz da Comarca de Cruz Alta, a 15 annos de prisão cellular, gráu médio do art. 294 § 2º do Codigo Penal, e á suspensão do emprego por tres annos, gráu médio do art. 231 do mesmo Codigo, por ter morto Francisco Alves de Aguiar no exercicio das funcções do emprego do soldado de policia.

Pede o réu a revisão do processo, para que se julgue: ou que o crime foi commettido casualmente, ou por imprudencia, ou com a atenuante do exemplar comportamento anterior, impondo-se-lhe, neste caso, a pena no gráu minimo do art. 294 § 2º.

O Accordam repelliu o primeiro e o terceiro pedidos, mas acolheu o segundo que a meu vêr, é tão inconsistente como aquelles.

Das peças do processo, cujo traslado o réu offereceu (e naturalmente só teria offerecido o traslado das peças que lhe conviessem), assim como da sentença condemnatoria resulta que é de todo improcedente a razão de decidir.

Basta considerar que a victima, que estava sendo espaldeirada pelo réu e por um seu companheiro de nome Bemvindo, sahiu correndo e foi perseguida pelos dois.

Bemvindo deteve-se no caminho, mas o réu continuou a perseguir a victima.

Ouviu-se então o estampido do tiro da revólver, que o réu empunhava, não sendo verosimil que elle tivesse disparado a arma sem intenção de matar, attentas as circumstancias do facto, entre as quaes a de haver o companheiro do réu dito a este que *fizera serviço mal feito*.

Esta ligeira narração consta da sentença condemnatoria, fundada nos depoimentos trasladados, convindo assignalar que no traslado não se acham todos os depoimentos, como se vê do confronto entre estes e o numero das testemunhas arroladas na denuncia, não comprehendendo tambem o traslado os antecedentes do réu, *constantes dos autos*, antecedentes estes aos quaes alludiu a sentença condemnatoria.

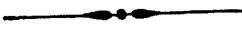
Mas vale a pena reproduzir parte dessa sentença, para se vêr que ella não foi proferida contra a evidencia da prova, deixando de attender á defesa invocada.

...“Verifica-se dos autos que, ás 20 horas do dia 20 de Março ultimo, em a bodega de Angelo Meneghetti, á rua Barão do Rio Branco, na villa de Julio de Castilhos, achavam-se comendo salame e pão os individuos Francisco Alves de Aguiar e Ernesto Soares de Andrade (v. depoimento deste ultimo a fls. 31 v. e seguintes), quando chegaram os denunciados, que os intimaram a sahirem, porque eram horas de fechar a casa. Como tivesse Ernesto Soares pedido que os deixassem terminar a refeição, os denunciados repetiram a intimação, *ameaçando-os de metter-lhes o facão* (o grypho é da sentença). Ernesto então retirou-se para pegar seu cavallo e ouviu que um dos de-

nunciados disse alguma cousa a Aguiar, ao que este respondeu que “no frigrir dos ovos é que se veria a graxa que sobrava”. Sendo espaldeirados, Aguiar sahiu correndo, sendo perseguido de perto pelos dois denunciados, um dos quaes, o cabo Bemvindo, na primeira esquina, parou, continuando o soldado Rieffel a perseguir Aguiar, que foi attingido por um tiro por este ultimo denunciado disparado, vindo a fallecer.

Defende-se o soldado Rieffel, allegando que a sua arma disparou contra a sua vontade, quando corria em perseguição da victima e por se lhe ter atravessado entre as pernas a sua espada. Pede a desclassificação do art. 294 para o art. 297, visto não ter havido dolo de sua parte. Posto isto e considerando que não merece credito, attentos os antecedentes que constam dos autos, a defesa do accusado João Antonio Rieffel, porquanto; considerando que, sahindo elle em perseguição da victima, que não offereceu resistencia alguma, não se comprehende que o fizesse de revólver em punho, se não tivesse a intenção de fazer uso delle, uma vez que não seria para amedrontal-a; considerando que vem em apoio dessa conclusão a declaração do cabo Bemvindo de que, ao alcançar o denunciado João Antonio Rieffel, lhe dissera não dever ter atirado, que fôra um serviço mal feito...”

Do exposto conclúo que a revisão não devia ser concedida, mesmo para o fim de ser o delicto desclassificado, pois a condemnação, nos termos da sentença, não foi contraria á evidencia dos autos. — *A. Ribeiro*, vencido de accôrdo com o voto retro. — *Pedro dos Santos*, vencido. — *Leoni Ramos*, vencido. — *Muniz Barreto*, vencido. — *Geminiano da Franca*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.



DEBATES E JULGAMENTOS

92ª SESSÃO, EM 5 DE NOVEMBRO DE 1924

Presidencia do Sr. Ministro André Cavalcanti.

Procurador Geral da Republica, o Sr. Ministro A. Pires e Albuquerque.

A's 12 horas e meia, abriu-se a sessão, achando-se presentes os Srs. Ministros Guimarães Natal, Godofredo Cunha, Muniz Barreto, Pedro Mibielli, Edmundo Lins, Hermenegildo de Barros, Pedro dos Santos, Geminiano da Franca e Arthur Ribeiro.

Deixaram de comparecer, os Srs. Ministros Herminio do Espirito Santo, Presidente e Leoni Ramos, com causa justificada, e os Srs. Ministros Sebastião de Lacerda e Viveiros de Castro que se encontram em gozo de licença.

Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior e despachado todo o expediente sobre a mesa.

O Sr. Presidente submetteu ao Egregio Tribunal os requerimentos em que o Capitão Fernando de Sá Peixoto e Carolina Dias de Aguiar pediam preferencia respectivamente para o julgamento da appellação civil n. 4.540 e do recurso extraordinario n. 1.300, sendo ambos indeferidos contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

JULGAMENTOS

Habeas-corpus:

N. 13.807 — Espirito Santo — Relator, o Sr. Ministro Guimarães Natal; recorrente, o Juizo Federal; recorrido, o paciente Angelo Guiberti. — Negou-se provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

N. 13.631 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; pacientes, Evaristo Ferreira de Souza e outros. — Não se conheceu do pedido por não estar devidamente instruido, unanimemente.

N. 12.949 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrente, o Juizo Federal; recorridos, os pacientes Claudio Werneck e outro. — Deu-se provimento ao recurso para cassar a ordem concedida, unanimemente.

N. 13.828 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Godofredo Cunha; pacientes, Luciano Augusto Rodrigues e Joaquim da Cunha Teixeira. — Converteu-se o julgamento em diligencia para se pedirem informações e bem assim a remessa dos autos originaes, unanimemente. Affirmou suspeição o Sr. Ministro Muniz Barreto.

N. 13.457 — Ceará — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; re-

corrente, o Juízo Federal; recorrido, o paciente, Vicente da Costa Lima. — Deu-se provimento ao recurso para cassar a ordem, unanimemente.

N. 13.630 — Piauí — Relator, o Sr. Ministro Arthur Ribeiro; recorrente, o Juiz Federal; recorrido, o paciente Ulysses Rocha. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente.

N. 13.634 — Territorio do Acre — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; paciente, Dr. Salvador Augusto de Araujo Jorge. — Negou-se a ordem impetrada, unanimemente.

N. 13.801 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Pedro Mielli; recorrente, o Juízo Federal; recorrido, o paciente José Calixto de Rezende. — Negou-se provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

Tiveram decisão identica á do *habeas-corpus* n. 13.801, os seguintes recursos *ex-officio*:

N. 13.811 — Espirito Santo — Relator, o Sr. Ministro Pedro Mielli; recorrido, o paciente Romulo Leão Castello.

N. 13.821 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Pedro Mielli; recorrido, o paciente Mario Alberto Pereira de Castro.

N. 12.927 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Arlindo Teixeira Campos.

N. 12.938 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Manoel Cotrim Chaves.

N. 12.960 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente José da Rocha Soares.

N. 12.971 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Jorge Adalberto.

N. 12.982 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins recorrido, o paciente João Joaquim Pereira.

N. 13.015 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente João Ferreira de Souza.

N. 13.026 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente José Ferreira da Silva Sobrinho.

N. 13.037 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Hernani Carlos Gonçalves Soares.

N. 13.081 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente André Kampa.

N. 13.092 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Ernesto dos Santos Castro.

N. 13.103 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Alcino Olegario Diniz.

N. 13.114 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Augusto Cordeiro dos Santos.

N. 13.125 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Joaquim da Silva Figueiredo.

N. 13.136 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Francisco Ferreira Franco.

N. 13.147 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins, recorrido, o paciente Sebastião Mendes da Silva.

N. 13.169 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Homero Provazi.

N. 13.180 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Aristão Gomes.

N. 13.191 — Santa Catharina — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Adolpho Zinnach.

N. 13.213 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Wenceslau Levandorky.

N. 13.224 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Joaquim dos Santos Pinheiro.

N. 13.235 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Nicolau Soares da Trindade.

N. 13.268 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Serzedello da Silva Souza.

N. 13.279 — Rio Grande do Sul — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Antonio Rosa Filho.

N. 13.301 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Antonio Gonçalves de Oliveira.

N. 13.312 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Marciano Duarte Silva.

N. 13.367 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente João Tedeschi.

N. 13.411 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Joaquim de Souza Ferreira.

N. 13.422 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Henrique de Oliveira. — Impedido o Sr. Ministro Guimarães Natal.

N. 13.433 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Antonio Kappann.

N. 13.444 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Luiz Vieira de Souza.

N. 13.455 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Francisco Delapé.

N. 13.477 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Januario Barbosa dos Santos.

N. 13.488 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Ovidio Rosa da Silva.

N. 13.509 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Arnaldo Henrique do Amaral.

N. 13.521 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Sebastião Custodio de Abreu.

N. 13.532 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Nilo de Araujo Porto.

N. 13.543 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente José Vicente dos Santos.

N. 13.554 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Domingos Gazola.

N. 13.576 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente José Maria Lopes.

N. 13.587 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Homero Nunes de Aquino.

N. 13.598 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Rogerio Baptista Gomes.

N. 13.609 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Henrique Dias Coelho.

N. 13.686 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Henrique Pacheco de Lima.

N. 13.697 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Manoel da Silva.

N. 13.708 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Euclides José Alves.

N. 13.719 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente João Innocencio Teixeira.

N. 13.740 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Eurico Costa.

N. 13.741 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Guilherme Fecher.

N. 13.752 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Mario Justiniano Ferreira.

N. 13.762 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Clodomiro de Oliveira.

N. 13.763 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente João Dalto.

N. 13.773 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Gil de Mattos Rocha.

N. 13.783 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Antonio Carlos de Oliveira.

N. 13.793 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorridos, os pacientes Huascar Castro e outros.

N. 13.802 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente José Bonifacio Victorio.

N. 13.822 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Antonio Albino Cavalcanti.

N. 13.832 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Attila Gomes Gouveia.

N. 13.842 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Ernani Arouca Brandão.

N. 13.852 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Paschoal Aquillão.

N. 13.862 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Accacio Ribeiro da Silva.

N. 13.872 — Espirito Santo — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Wantuil Vieira da Cunha Filho.

N. 13.856 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Leopoldo Tavares dos Reis.

N. 13.863 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros; recorrido, o paciente Autar Bulhões de Carvalho.

N. 13.873 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros; recorrido, o paciente Anthero Coutinho.

N. 13.786 — Goyaz — Relator, o Sr. Ministro Arthur Ribeiro; recorrido, o paciente Antonio Pinto Barroso. — Impedido o Sr. Ministro Guimarães Natal.

N. 13.878 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Godofredo Cunha; recorrido, o paciente Armando Brasileu Machado.

N. 13.688 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Nilo Velasco.

N. 13.578 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente, Aristeu Homem da Costa.

N. 13.858 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Godofredo Cunha; recorrido, o paciente Avelino Martins dos Santos.

N. 13.611 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente José Carvalho de Oliveira.

N. 13.600 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Mariano Pacheco.

N. 13.589 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Avelino José de Freitas.

N. 13.556 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente João Dranka.

N. 13.534 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Estaniláu Kupka.

N. 13.523 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente José Borges Ferreira.

N. 13.479 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido o paciente Manacés Avelino de Macedo.

N. 13.490 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Manoel Martins Pereira.

N. 13.655 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Sebastião Ribeiro de Lima.

N. 13.666 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido o paciente José Campezi.

N. 13.677 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido o paciente Argemiro Chicovis.

N. 13.868 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Godofredo Cunha; recorrente, o Juiz Federal; recorrido, o paciente França Mathias. — Negou-se provimento ao recurso contra os votos dos Srs. Ministros Godofredo Cunha e Guimarães Natal.

Tiveram decisão identica á do *habeas-corpus* n. 13.868 os seguintes recursos *ex-officio*:

N. 13.468 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Vitalino de Caruso.

N. 13.388 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Pedro Mibielli; recorrido, o paciente Joaquim de Andrade.

N. 13.564 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Pedro Mibielli; recorrido, o paciente Esequiel, filho de Pedro da Silva.

N. 13.696 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Pedro Mibielli; recorrido, o paciente Joaquim Diniz.

N. 13.729 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Pedro Mibielli; recorrido, o paciente Lindolpho Oliveira.

N. 12.850 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Aristides Gonçalves Dias.

N. 12.861 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorridos, os pacientes José Monteiro de Abreu e outros.

N. 12.872 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorridos, os pacientes Octacilio Bonifacio de Queiroz e outro.

N. 12.883 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Minguchi Domingos Paucalini.

N. 12.894 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido o paciente Valerio R. de Alvarenga.

N. 12.905 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Pietro Bellagamba.

N. 12.916 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido o paciente João Barbella.

N. 12.993 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Alberto Frant.

N. 13.004 — S. Paulo — Relator o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Gemaro Scapolatiello.

N. 13.048 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Lazaro de Assis Zeferino.

N. 13.059 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Moacyr Gomes.

N. 13.070 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Antonio Passeti.

N. 13.158 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Antonio Gonçalves Filho.

N. 13.202 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente William Braga Lec ou Guilherme Braga Lec.

N. 13.246 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Leopoldo Przybylski.

N. 13.257 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Benonimo de Souza Guimarães.

N. 13.290 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Francisco Collectusso.

N. 13.323 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Antonio Cunico.

N. 13.334 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Antonio de Oliveira Prestes.

N. 13.345 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Euclides Camargo.

N. 13.356 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Sebastião Ignacio de Azevedo.

N. 13.378 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Flavio Muller.

N. 13.389 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Jeronymo Rusolini.

N. 13.399 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Olympio Mendes dos Santos.

N. 13.400 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Theodoro Ferreira Martins da Silva.

N. 13.432 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Waltevir, filho de Neves Joslin.

N. 13.466 — Ceará — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Lourival Rodrigues.

N. 13.499 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Dorico Martins Nunes.

N. 13.510 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Rosalio Muniz Barreto.

N. 13.565 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Victorino Lemos.

N. 13.620 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Antonio Nuciaroni.

N. 13.642 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Joaquim Piovezan.

N. 13.653 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Walfrido Kiel.

N. 13.664 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente José Pinto Rosas.

N. 13.675 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Avelino Coelho.

N. 13.730 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Jeremias Leal.

N. 13.812 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; recorrido, o paciente Bols, filho de José Modaiski.

N. 13.644 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente José Kleine.

N. 13.622 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Arthur Paz.

N. 13.567 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Geraldo José Reis.

N. 13.545 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Braz Picardi.

N. 13.512 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Paulo François Alibert.

N. 13.501 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Lindolpho Ribeiro da Silva Junior.

N. 13.866 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Arthur Ribeiro; recorrido, o paciente Fructuoso Mendes.

Aggravo de Petição:

N. 3.901 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros; aggravante, a Prefeitura Municipal de S. Gonçalo; aggravados, Ribeiro Ferreira & Cia., . — Por desempate não se conheceu do aggravo por não ser caso delle, contra os votos dos Srs. Ministros Arthur Ribeiro, Pedro Mibielli, Muniz Barreto e Guimarães Natal.

Encerrou-se á Sessão ás 16 horas.

O Sub-Secretario, interino, *Theophilo Gonçalves Pereira*.

Autos que baixaram á Secretaria com vista ás partes

Appellações Cíveis:

N. 5.040 — Districto Federal — Appellantes, Juiz Federal da 1ª Vara e a Fazenda Nacional; appellada, Compagnie des Magasins Genereaux et Entrepôts Libres d'Anvers.

N. 5.041 — Paraná — Appellante, o Juizo Federal; Appellada, Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 5.043 — Matto Grosso — Apellante, Juizo Federal; Appellado, Simplicio de Assis.

N. 5.044 — Districto Federal — Appellante, Emilio Brum; Appellada, a Fazenda Nacional.

N. 5.050 — Sergipe — Appellante, João Rollemberg Junior; Appellada, a Fazenda Nacional.

N. 5.052 — Santa Catharina — Appellante, Amphilouquio de Carvalho Gonçalves; Appellada, a Fazenda Nacional.

N. 5.042 — Districto Federal — Appellantes, o Juizo Federal da 2ª Vara e a União Federal; appellado, Maurice Abitboul.

N. 5.051 — Districto Federal — Appellantes, Iglezias Vasquez & Moura; Appellada, a Fazenda Nacional.

N. 3.877 — Districto Federal — Appellantes, Francisco de Medeiros Silva, Manoel Dias e outros; appellada, a União Federal.

Aggravo de Petição:

N. 3.823 — Capital Federal — Aggravante, Francisco Domingos dos Santos; Aggravada, Maria Narciza dos Santos.

AUDIENCIA, EM 5 DE NOVEMBRO DE 1924

Juiz Semanario, o Exmo. Sr. Ministro Geminiano da Franca.

Aberta a audiencia com as formalidades legais foram publicados os seguintes Accordams:

Aggravos de Petição:

N. 3.843 — Districto Federal; aggravante, a União Beneficente dos Militares; aggravada, a União Federal.

N. 3.862 — S. Paulo — Aggravante, o Banco Evolucionista; aggravado, o Juizo Federal.

Carta testemunhavel:

N. 3.889 — Amazonas — Supplicante, Joaquim Theodoro do Valle Bentes; supplicado, Quadros Carvalho Limitada.

Recursos Extraordinarios:

N. 985 — Districto Federal — Recorrente, E. Lambert; recorridos, Laurence & Cia.

N. 1.187 — Districto Federal — Recorrentes, Custodio da Costa Braga e outros; recorrido, José Dias da Silva Tavares.

N. 1.755 — Paraná — Recorrente, o Banco do Brazil; recorrido, Verissimo Gonçalves Pereira.

N. 1.769 — S. Paulo — Recorrente, o Bispado de Campinas; recorrida, a Santa Casa de Misericordia de Mogy-Mirim.

N. 1.770 — S. Paulo — Recorrentes, Aureliano Junqueira Franco e sua mulher; recorrida, a Companhia S. Geraldo.

N. 1.683 — S. Paulo — Recorrente, a Fazenda do Estado de S. Paulo; recorrida, a S. Paulo Railway Company Ltd.

Appellação Cível:

N. 2.861 — Maranhão — Appellante, o Juizo Federal; appellado, José Rodrigues de Moraes.

REQUERIMENTOS

Compareceu o advogado Dr. José Leal de Mascarenhas e por parte da Municipalidade da capital do Estado da Bahia, no recurso extraordinario n. 1.656, requereu o lançamento do prazo assignado aos recorrentes Guilherme de Carvalho e outros para verem passar em julgado o Accordam proferido pelo Egregio Tribunal. Apregoados, não compareceram, sendo deferido.

Compareceu também o advogado Dr. J. L. Cavalcanti de Mendonça e por parte de Luiz Lins de Vasconcellos, nos autos de apelação n. 3.841, em que é appellado Francisco Escobar, lançou o mesmo do prazo que lhe foi assignado para arrazoar os autos. Apregoado, não compareceu, sendo deferido.

Compareceu ainda o advogado Dr. Augusto de Araujo Goes, em causa propria, e lançou a Santa Casa de Misericórdia do Porto do prazo assignado para ver passar em julgado o Accordam proferido no recurso extraordinario n. 1.152. Apregoado, não compareceu, sendo deferido.

Compareceu, finalmente, o advogado Dr. Avelino da Motta Machado e, por parte de Francisco Vieira Albernaz, no agravo n. 3.847, em que é aggravante o Dr. João Leite de Paula e Silva, lançou a este do prazo assignado para ver passar em julgado o Accordam proferido em os ditos autos. Apregoado, não compareceu, sendo deferido.

O Sub-Secretario interino, *Theophilo Gonçalves Pereira*.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.807

Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é estrangeiro.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.807, do Espirito Santo. — Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Angelo Guiberti. — Tem a palavra o Sr. Ministro Guimarães Natal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — O paciente allegou e provou que é estrangeiro, filho de italiano, nascido na Italia, que aos 21 annos, declarou querer manter a sua nacionalidade de origem, não sendo assim obrigado a serviço militar. O Juiz concedeu a ordem á vista dos documentos offerecidos e eu confirmo a decisão.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida: O Tribunal nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.631

Não é de se conhecer de pedido de habeas-corpus que se não acha devidamente instruido.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — *Habeas-corpus* n. 13.631, de São Paulo. — Pacientes, Evaristo Ferreira de Souza e outros. — Tem a palavra o Sr. Ministro Edmundo Lins.

O Sr. Ministro EDMUNDO LINS, Relator: — Os pacientes requerem *habeas-corpus* allegando que estão sendo processados com excesso injustificado do prazo legal. Não juntaram qualquer documento de modo que não se sabe siquer o crime pelo qual estão sendo processados.

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex., pode dar o seu voto.

O Sr. Ministro EDMUNDO LINS, Relator: — Não conheço do pedido por não estar devidamente instruido.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Está em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. — Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Não se conheceu do pedido, por unanimidade de votos.

"HABEAS-CORPUS" N. 12.949

Deve ser cassado o habeas-corpus concedido á sorteados sob o fundamento de o terem sido antes de completarem a maioria, quando dos autos se verifica que, por occasião do sorteo, já eram elles maiores.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 12.949, do Rio de Janeiro. — Recorrente, o Juiz Federal; recorridos, Claudio Werneck e outro. — Tem a palavra o Sr. Ministro Edmundo Lins.

O Sr. Ministro EDMUNDO LINS, Relator: — Trata-se de dois menores e por isso o Juiz concedeu a ordem. Mas verifica-se dos autos que quando foram sorteados, em Setembro de 1922, já tinham 21 annos e 6 mezes.

Por este motivo dou provimento ao recurso para cassar a ordem.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Relator. — Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Deu-se provimento ao recurso, por unanimidade de votos.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.828

Convertiu-se o julgamento em diligencia afim de serem pedidas informações á autoridade dada como coactora e bem assim a remessa dos autos originaes.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — *Habeas-corpus* n. 13.828, do Districto Federal. — Pacientes, Luciano Augusto Rodrigues e Joaquim da Cunha Teixeira. — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, Relator: — Os pacientes foram denunciados como incursos no art. 259, combinado com o art. 258 do Código Penal.

O facto narrado na denuncia é o seguinte:

"Em Julho de 1920, os accusados, então empregados da padaria e confeitaria com que Antonio do Carmo Pires, Visconde da Senhora da Ribeira, era estabelecido nesta cidade, sob sua firma individual, á rua Voluntarios da Patria, 276, resolveram falsificar um contracto de sociedade pelo qual de empregados passassem a socios do patrão, e, assim, feito em tal sentido um contracto com a data de 27 de Julho de 1920, assignaram-no os accusados, depois de alquem,

cuja identidade não se apurou, haver, a seu mando, falsificado a assignatura de Antonio do Carmo Pires.

Em seguida, obtido o reconhecimento das assignaturas por tabellião, foi o falso contracto archivado, a 29 do mesmo mez e anno, na Junta Commercial, mediante requerimento assignado por "Guilherme Pereira", pessoa de identidade não apurada (fls. 48).

Nessa mesma data, isto é, a 29 de Julho de 1920, os accusados, dando-lhes o falso contracto directo ao uso da firma social, requereram, como determina a Lei, a inscripção daquella na Junta, assignando cada um delles a firma Antonio do Carmo Pires & Cia. e declarando que Antonio do Carmo Pires não o fazia por achar-se enfermo (fls. 322). A assignatura da firma pelos dois foi reconhecida por tabellião no dia seguinte. O requerimento deu entrada na Junta a 31 do mesmo mez. E a dous de Agosto era autorizada a inscripção.

Cerca de um anno depois, em 17 de Junho de 1921, nova falsificação da assignatura Antonio do Carmo Pires era feita, em additamento ao falso contracto, assignando por baixo da falsa assignatura, os accusados (fls. 44 e 45). Este additamento foi archivado na Junta Commercial dias após (fls. 49).

Finalmente, um segundo additamento foi feito em 17 de Agosto do mesmo anno, nelle sendo, mais uma vez, falsificada a assignatura de Antonio do Carmo Pires, por baixo da qual assignaram o accusado Luciano Augusto Rodrigues e o Dr. Paulo Domingues Vianna, este como procurador do outro accusado, então ausente na Europa, seguindo-se as assignaturas das testemunhas (fls. 46 e 47).

Como bem se comprehende, destinava-se o falso contracto e seus additamentos a só produzir effeito depois que a morte de Antonio do Carmo Pires arredasse o perigo de protesto, por parte deste, contra a falsificação da sua assignatura; morte que a idade do velho negociante e seu precario estado de saude indicavam approximar-se.

Foi o que aconteceu.

Treze dias após o referido segundo additamento, falleceu Antonio do Carmo Pires.

E então foi requerida pelos accusados a liquidação da firma social constituida pelo falso contracto.

Os accusados negam que sejam falsas as assignaturas de Antonio do Carmo Pires nos alludidos documentos.

Além, porém, de haverem os peritos chegado á conclusão de serem falsas taes assignaturas (laudo de fls. 139 a 179), não têm differente explicação, entre outros, os seguintes factos:

a) — como empregados e não como socios tratava Antonio do Carmo Pires aos accusados;

b) — nenhuma transacção foi feita na praça pela firma Antonio do Carmo Pires & Cia., durante o longo lapso de tempo decorrido entre a data do falso contracto e o fallecimento de Antonio do Carmo Pires;

c) — em seguida ao falso contracto nenhuma alteração soffreu a escripturação do estabelecimento commercial, indicadora da mudança porque acabasse de passar a firma de individual para social;

d) — Antonio do Carmo Pires não se achava enfermo na época em que tal circumstancia era allegada pelos accusados para explicar a falta da assignatura d'elle no requerimento destinado á inscripção da firma na Junta Commercial (fls. 321 e 322);

e) — em 31 de Janeiro de 1921, isto é, muito depois do falso contracto, Antonio do Carmo Pires constituia, por instrumento publico, seus procurado-

res os accusados, para, entre outros fins, administrarem o estabelecimento commercial da rua Voluntarios da Patria, 276, objecto do falso contracto (fls. 100 e 110), tendo-se os accusados utilizado dos poderes outorgados nessa procuração.

Offerece, pois, denuncia contra os accusados pelo crime previsto no artigo 259, § 3º, combinado com o art. 258 do Codigo Penal; e requer que, autoada a presente com o incluso inquerito, se proceda ao summario."

Esta denuncia foi recebida. Instaurou-se o processo; fez-se o summario de culpa; houve a promoção do Ministerio Publico e os pacientes foram impronunciados pelo Juiz da 1ª instancia pela seguinte sentença: (Lê)

"O Dr. Promotor Publico denunciou Luciano Augusto Rodrigues e Joaquim da Cunha Teixeira, pelo crime previsto no art. 259, § 3º, combinado com o art. 258, do Codigo Penal: "usar scientemente de escriptura, titulo ou papel falso". Instruiu a denuncia com o inquerito a fls. 5, instaurado a requerimento de D. Julia Gentil de Magalhães Quintanilha Pires, que allegou serem falsas as assignaturas "Antonio do Carmo Pires", lançadas no contracto da sociedade "Antonio do Carmo Pires & Companhia", de 27 de Julho de 1920, e nos dois additamentos a esse contracto, de 17 de Junho e de 17 de Agosto, 1921, todos registrados na Junta Commercial. O inquerito fez-se pela 3ª Delegacia Auxiliar, e, no seu curso, procedeu-se a um exame pericial, nas vias desses instrumentos, archivadas na Junta Commercial, concluindo os peritos pela falsidade da firma examinada, de Antonio do Carmo Pires, nos tres referidos contractos, sendo que, quanto á do terceiro exame, por fôrma conjectural. A denuncia fundou-se no referido exame, mas sobretudo nos seguintes motivos: a) ter sido assignada por "Guilherme Pereira", e não por qualquer dos socios, a petição para o registro do contracto de 27 de Julho de 1920; b) terem os denunciados requerido a inscripção da firma "Antonio do Carmo Pires & Companhia", na Junta Commercial, declarando que o socio Antonio do Carmo Pires deixava de assignar a sua firma social por se encontrar enfermo, mas que opportunamente o faria, ao passo que, por esta occasião, elle comparecera ao Thesouro Federal e nunca mais fez o annunciado registro complementar, embora sobrevivesse por mais de um anno á referida declaração; c) serem os denunciados, em vida de Antonio do Carmo Pires, tratados, por elle, como empregados, e não como socios; d) nenhuma transacção commercial ter-se feito, na praça, pela firma Antonio do Carmo Pires & Companhia, durante o longo lapso de tempo decorrido entre a data do contracto social e o fallecimento de Antonio do Carmo Pires; e) em seguida a esse contracto, não ter a escripturação do estabelecimento commercial soffrido nenhuma alteração indicadora da mudança por que acabava de passar a firma, de individual para social; f) haver Antonio do Carmo Pires, por instrumento publico, outorgado, em 31 de Janeiro de 1921, procuração aos denunciados, para diversos negocios, entre os quaes gerir o estabelecimento commercial da rua Voluntarios da Patria, 276, que, nesse mandato, se diz pertencer-lhe, tendo-se os denunciados utilizado dos poderes outorgados.

Recebida a denuncia fez-se o summario de culpa, sendo inquiridas treze testemunhas, das quaes cinco informantes; entre estas, foi ouvida D. Julia Gentil de Magalhães Quintanilha Pires, que, anteriormente, requêrera para funcionar, como auxiliar da accusação, tendo sido a isto admittida.

A requerimento do Dr. Promotor, este Juizo requisitou da Junta Commercial, por intermedio do Sr. Ministro da Agricultura, os originaes dos instrumentos arguidos de falsidade, ali archivados. Foi denegada a requisição, conforme consta dos officios de fls. 418, 427 e 429.

Além dos documentos que acompanham o inquerito, foram juntos, a requerimento da defesa, os de fls 229-291 e 332, e, a requerimento da auxiliar da accusação, os de fls. 296-329 e 396-400.

O Dr. Promotor teve vista para dizer sobre a prova e offereceu, mais, os documentos de fls. 466-708. Depois, foram interrogados os denunciados, que apresentaram defesa, acompanhada, ainda, dos documentos de fls. 1.046-2.817.

O Dr. Promotor opinou pela pronuncia dos denunciados, como incursos no § 3º do art. 259, do Código Penal, e requereu que se reduzisse a um auto, de corpo de delicto, os autos, de fls. 71 e 132, do exame pericial feito na Policia, observando-se, nesta phase do processo, as formalidades do art. 137 do Código do Processo Criminal.

O que, tudo bem visto e ponderado:

Considerando que, para a pronuncia, exige a Lei que concorram duas condições: 1ª — pleno conhecimento do delicto; 2ª — certeza, ou pelo menos, indícios vehementes de quem seja o delinquente;

Considerando que, quando o Juiz não obtenha pleno conhecimento do delicto, ou indícios vehementes de quem seja o delinquente, declarará, por seu despacho nos autos, que não julga procedente a queixa ou a denuncia. (Cod. do Proc. Crim., art. 145);

Considerando que, em se tratando de crime de facto permanente, ou que deixe vestígios, o Juiz só pôde ter pleno conhecimento do delicto por meio do auto de corpo de delicto, feito com as formalidades e requisitos legais, e tal só se considera o que é escripto pelo escrivão, rubricado pelo Juiz ou delegado, e assignado pela autoridade, peritos e testemunhas (Cod. do Proc. Crim., art. 137);

Considerando que o corpo de delicto é que attesta a culpa, cuja auto constitue a base do procedimento criminal, de modo que, sem elle, não é possível este procedimento (Ramalho — Proc. Crim., § 113; Pimenta Bueno — Proc. Crim., n. 157); a justiça não deve indagar se um homem commetteu um delicto, uma vez que não existam os vestígios do corpo de delicto, devidamente comprovados pelo respectivo auto (Paula Baptista — Reforma Judiciaria, notas 859 e segs.);

Considerando que, em se tratando de queixa ou denuncia por crime de falsificação de documentos, imprescindível é a exhibição e juntada do documento original ao processo, para inspecção e exame occular, importando a sua falta em nullidade, porquanto esse exame é solemnidade insupprível por outro qualquer meio de prova, no procedimento criminal por falsidade de um escripto ou documento (Provimento do Conselho Supremo da Côte de Appellação, de 17 de Julho de 1918, e 24 de Novembro de 1919, expedidos a proposito do caso da "Standard Oil Cia.");

Considerando que a doutrina contida nesse dois provimentos já foi acolhida neste mesmo processo, conforme se vê do bem fundamentado despacho de fls. 419 e 426, onde o seu illustrado prolator accentuou que o original do documento é o proprio corpo de delicto e não pôde ser supprido por qualquer outro elemento;

Considerando que a juntada dos documentos originaes, arguidos de falsos, a estes autos, tornou-se impossivel pela recusa opposta pela Junta Commercial e pelo Sr. Ministro da Agricultura, que declarou terminantemente não poder satisfazer á requisição que, neste sentido, lhe foi feita por este Juizo (off. de fls 427 e 429), ficando encerrado o incidente com o despacho de fls. 431;

Considerando que, isto posto, ficou este Juízo impossibilitado de proceder á diligencia requerida pelo Dr. Promotor, a fls. 408 v., 409;

Considerando que, assim sendo, é inutil a diligencia ora requerida pelo Dr. Promotor no final do seu officio de fls. 2.818 por isto que a falta, nos autos, dos documentos originaes é, nos termos do despacho de fls. 419, absolutamente insupprível;

Considerando que, ainda quando não fosse imprescindível a juntada dos originaes, a medida requerida de se reduzir a um auto as diligencias feitas, sem as formalidades legais, na Policia, não poderia ter a virtude de transformar em auto de corpo de delicto aquillo que nunca foi, isto é, as diligencias a que faltaram as formalidades essenciaes, instituidas, pela Lei, para garantia da verdade, e que, por isto mesmo, devem preceder e acompanhar taes diligencias, sendo inocuas quando posteriormente observadas;

Considerando, aliás, que o corpo de delicto, que, nos crimes que tenham deixado vestigios, não se constitue sem o respectivo auto, é, quanto a esses crimes, indispensavel para propositura da acção penal, e formalidade cuja falta é insupprível (Galdino Siqueira — Proc. Crim., n. 297, pags. 228-229, n. 298, pags. 236-238, e ns. 498 e 499, pags. 419 e 420);

Considerando, por demais, que os denunciados são processados por uso consciente de documento falso, sem que, entretanto, se impute a elles, ou a qualquer determinada pessoa, o acto da falsificação dos documentos impugnados;

Considerando que, em se tratando de documentos archivados na Junta Commercial, e que, portanto, valem contra terceiros, constituindo prova plena e merecendo fé publica (Codigo Commercial, art. 301, ult. alinea; Codigo Civil, art. 135; arg. ex. art. 143 do Reg. n. 737, de 1850), imprescindível era que a falsidade fosse directamente provada, em acção competente dirigida contra os proprios documentos, isto é, em que elles fossem directa e principalmente atacados, não se podendo, no processo criminal, por uso consciente desses documentos, fazer-se a prova da falsidade arguida, que seria, dest'arte, feita de modo incidente e incompativel com as normas do nosso processo criminal, onde, no summario, não são assegurados, aos denunciados, prazos para contestação e para prova, como ocorre do processo civil;

Considerando, que, no caso, ha um acto — o de registro dos contractos — de autoridade administrativa competente — a Junta Commercial — que seria preciso préviamente annullar;

Considerando que, segundo a jurisprudencia do Supremo Tribunal Federal, que cumpre ás justicas locais observar, na applicação das Leis federaes (Constituição, art. 59, III, § 2º), a falsidade tem de ser préviamente reconhecida em Juízo civil, para que o individuo possa soffrer processo criminal por uso do documento arguido de falso (Accordam de 22 de Novembro de 1922, na REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL, volume LI, pag. 58);

Considerando que, a publicidade decorrente do registro dos contractos na Junta Commercial afasta, até que seja destruida pelos meios regulares, a presumpção de falsidade dos mesmos;

Considerando que, quando não fossem procedentes estas razões de decidir, apreciando a materia do facto, vê-se que os motivos da denuncia são substancialmente os mesmos que já foram desprezados pela 2ª Camara da Córte de Appellação, no Accordam a fls. 241 v. — motivos que foram apresentados, pela auxiliar da accusação, para a destituição do denunciado Luciano Augusto Rodrigues, do cargo de liquidante da firma Antonio do Carmo Pires & Cia. (documentos de fls. 2.374), entendendo o Tribunal que seriam ne-

cessarias provas directas e immediatas da falsidade arguida, base plena e absoluta (fls. 243 v.);

Considerando que, em virtude desse Accordam e de outro do Conselho Supremo, a fls. 1.046, os contractos acima alludidos estão sendo executados em Juizo civil;

Considerando que a situação não se modificou com o exame pericial feito na policia, não só por faltarem a este as formalidades essenciaes, como por não serem convincentes as suas conclusões, baseadas em documentos, cuja maioria é de proveniencia particular, sem a authenticidade necessaria, e em calculos graphometricos para os quaes não concorreram egualmente todos os padrões adoptados, tendo sido alguns inexplicavelmente excluidos;

Considerando que o proprio doutor promotor, no seu officio de fls. 2.818, argumenta só com indicios, que, quando fossem vehementes, seriam insufficientes, quanto á existencia do crime, para autorizar a pronuncia, e, sim, apenas, quanto á sua autoria, se estivesse provado;

Considerando, entretanto, que nem indicios da existencia do crime imputado aos denunciados constituem os factos expostos na denuncia, pois que se explicam de modo perfeitamente logico e licito, e como indicios vehementes só se podem considerar os pontos conhecidos que, pela sua força e precisão, sejam capazes de determinar “uma só e unica conclusão e não as simples presumpções, que nada mais são que meros calculos de possibilidades”. (Despacho confirmado, deste Juizo, de 1º de Janeiro de 1916; Edgara Costa — Cons. das Leis do Proc. Crim., nota 209);

Considerando, com effeito, que a assignatura “Guilherme Pereira”, na petição para registro do contracto social, está justificada com os documentos de fls. 2.414 e 2.415, que provam que esse individuo habitualmente requeria, na Junta Commercial, certidões, registros de documentos e outros actos, em nome de terceiros, independentemente de procuração, que não exigia a referida Junta, como ella propria o declara;

Considerando que o facto de não ter Antonio do Carmo Pires assignado a declaração para inscrição da firma social, não constitue, tambem, indicio de falsidade do contracto, pois, que não se prova que, no dia em que essa declaração foi assignada pelos denunciados e naquella em que as suas firmas foram reconhecidas — dias 29 e 30 de Julho de 1920 — tivesse Pires sahido á rua e que, consequentemente, estivesse em condições de ir a um tabellião, para o registro indispensavel da sua firma social, que só assim poderia ser reconhecida por tabellião e apresentada á Junta (Dec. n. 916, de 1850, artigo 11, letra “d”);

Considerando que o não uso da firma social, em vida de Antonio do Carmo Pires, é justificado pela demora na transferencia das licenças do estabelecimento commercial, sob o nome individual, para o da nova firma, e que não podiam as transacções começar sob o nome dessa firma, emquanto não se fizesse tal transferencia, porque se daria, então, o facto de funcíonar o estabelecimento commercial sem as indispensaveis licenças;

Considerando que está logicamente explicada a demora dessa transferencia, nas razões de defesa, de folhas 847-870;

Considerando que, ao contrario do que diz a denuncia, a escripturação do estabelecimento commercial foi alterada, de accôrdo com a nova ordem de cousas, passando a ser feita em novos livros, sob o nome da firma social, o que, embora com atrazo, fez-se ainda em vida de Pires, e muitos mezes antes da sua morte, isto é, em Abril de 1921 (doc. de fls. 2.357);

Considerando que os principaes motivos de imputação de falsidade dos

contractos em questão, — a procuração outorgada por Antonio do Carmo Pires, aos denunciados, em 31 de Janeiro de 1921, para que elles gerissem o estabelecimento commercial, que sendo, já da firma social, se disse, entretanto, ahi, ser do outorgante, e o uso dessa procuração pelos denunciados — não podem, igualmente, constituir indícios de falsidade dos contractos impugnados, uma vez que varias circumstancias provam ter sido esse mandato um mero expediente, ou uma simples simulação innocente, para permittir aos denunciados a pratica dos actos sociaes, enquanto não se consummasse a transferencia do negocio para a firma social, e que, ao contrario do que sustenta o Dr. Promotor, no seu parecer de fls. 2.818, houve duas resalvas expressas desse acto: a declaração á Recebedoria do Districto Federal, para a matricula da firma social ao pagamento do imposto sobre a renda, datada de 1º de Maio de 1921, (doc. de fls. 262, e, por photographia, a fls. 627), e o contracto adicional de 17 de Junho de 1921, não sendo a firma de Antonio do Carmo Pires, naquella declaração, impugnada como falsa e havendo, em exemplares de ambos esses documentos, a firma de Antonio do Carmo Pires reconhecida por quatro tabelliães, quando já fôra levantada a questão de falsidade dos contractos (documentos de folhas 254 e 262);

Considerando que, do facto allegado de serem as retiradas mensaes dos denunciados, na sociedade, de cem mil réis, não se pôde concluir que Pires os tratasse como empregados, porquanto essas retiradas correspondiam a dez por cento sobre os respectivos capitais, o que é commum no commercio, e que nada significa, igualmente, terem sido, em livros auxiliares, lançadas, nos primeiros mezes, como ordenados, desde que esse lançamento foi riscado e que passaram, para os livros legaes, com retiradas (doc. de fls. 2.367);

Considerando que, dos depoimentos das testemunhas do summario, nada se collige contra os denunciados, não podendo merecer fé o da 4ª testemunha, Valentim José de Miranda, a unica que fez declarações mais positivas no sentido de induzir a crer na falsidade dos contractos, porquanto, não só é contradictorio, e impreciso nos pontos principaes, como, tambem, por ser o depoente pessoa que vive na dependencia da auxiliar da accusação, morando gratuitamente em casa do filho menor desta, como confessou;

Considerando que, ao contrario, os denunciados produziram sobeja prova de que sempre foram homens honrados e merecedores da absoluta confiança que nelles depositava Antonio do Carmo Pires, ao ponto de, no seu testamento, lhes recomendar o proprio neto, em vez de o fazer á mãe deste (doc. de fls. 236), e que os seus principaes haveres os adquiriram paulatinamente, em vida de Pires, justificando a sua fortuna com os docs. de fls. 2.472-2.520;

Considerando que não tinham os denunciados interesse em obter, por falsidade, os capitais que lhes attribuiu o contracto social, pois, que, pelo testamento de Pires, feito anteriormente, por escriptura publica, já elle lhes legára o necessario para os realizar;

Considerando que, por esse testamento, Pires revelou a resolução de formar uma sociedade com os denunciados, para garantir ao seu neto a futura participação nessa sociedade, e que não se pôde attribuir, a Pires, a intenção de que essa sociedade fosse constituída após a sua morte, visto como, pelas palavras, “em ordem a que o mesmo (neto), *atingindo a maioridade*, venha a fazer parte da sociedade”, elle mostrou-se conhecedor da incapacidade legal do seu neto, ainda infante, para fazer parte da sociedade, enquanto menor, e, por consequencia, para constituil-a depois da morte d'elle, Pires;

Considerando que a propria auxiliar da accusação é quem diz que “foi

sempre a preocupação de seu sogro dispôr das cousas de maneira a que a casa commercial não viesse a fechar por sua morte" (fls. 403), e que o unico meio de conseguir isto era, evidentemente, a constituição de uma sociedade;

Considerando que as disposições do contracto social estão de perfeita harmonia com as disposições do testamento de Antonio do Carmo Pires, o que demonstra que aquelle foi o complemento deste;

Considerando que a publicidade do registro do contracto social, em diversos dias e pelo menos em sete jornaes (docs. de fls. 267, 2.525, 2.527, 2.528 e 2.529), mencionando as noticias a firma social, os nomes dos socios, o capital e a séde do estabelecimento social, e não só isto, como a publicidade da inscripção da firma social (docs. de fls. 2.534 e 2.535) e do registro do contracto adicional, de 17 de Junho de 1921, tambem em varios jornaes (docs. de fls. 268 e 2.536), afastam toda a presumpção de falsidade, visto que, tendo sido essas noticias publicadas em vida de Antonio do Carmo Pires, muitos mezes antes da sua morte, e até, as primeiras, mais de anno antes, quando elle ainda andava por todas as repartições publicas (documentos a fls. 177, 175, 188 e outras), impossivel é que, das mesmas noticias, não tenha tido conhecimento;

Considerando que a declaração á Recebedoria, constante do documento de fls. 262, e, por photographia, a fls. 627, mencionando a data do contracto social, o numero do seu registro na Junta Commercial, a firma social, a importancia do capital, os nomes dos socios, a época dos balanços, os livros sociaes, o sello pago sobre elles e mais circumstancias e estando assignada por Antonio do Carmo Pires, sem que seja arguida falsidade a sua assignatura nesse documento, onde, numa das vias, como já ficou dito, essa firma foi reconhecida por quatro tabelliães, depois de aventada, em Juizo civil, a questão da falsidade, exclue, positivamente, a possibilidade de ser falso o contracto ahí mencionado;

Considerando que os pedidos das transferencias administrativas do negocio, do nome de Pires para o da sociedade, foram feitas, na Prefeitura e no Thesouro, muito antes de soffrer o mesmo accidente de que veio a fallecer (docs. a fls. 5.270, 2.418, 1.089 e 1.093), o que é inverosimil que tivessem feito os denunciados, se os contractos sociaes fossem falsos, pois que poriam o seu crime á vista da victima;

Considerando que essas transferencias foram effectuadas ainda em vida de Pires (docs. de fls. 271-274), que morreu dias após, o que não estava, certamente, ao alcance dos denunciados prever;

Considerando que o exame pericial offerecido pela defesa, a fls. 1.094 e segs., da lavra do Dr. Serpa Pinto, embora particular, baseia-se sobre grande copia de documentos authenticados, por tabelliães e escrivães, e não póde deixar de ser tido em conta, attendendo-se á reconhecida capacidade technica do seu autor, e, mais do que a isto, á evidencia da sua demonstração;

Considerando que, nas outras vias do contracto social e do additamento de 17 de Junho de 1921, não examinadas na policia e juntas, por photographias authenticadas, fls. 1.129 e segs., as firmas de Antonio do Carmo Pires, foram reconhecidas pelo tabellião Dr. Alvaro Teixeira, depois de iniciado este processo e de levantada, em torno do caso, toda a celeuma, que se levantou, o que bem demonstra a certeza com que agiu esse tabellião;

Considerando que a prova testemunhal produzida pela defesa, em justificações feitas com audiencia e assistencia do Ministerio Publico, (docs. de fls. 2.544, 2.628 e 2.675), é impressionante, pela qualidade moral das pessoas que depuzeram e pela natureza das suas affirmações, tendo ficado, por este modo,

provado que Pires, muitas vezes, referiu-se expressamente aos contractos sociais, que assignára com os denunciados, á sociedade e a incidentes da sua existencia, bem como á razão do uso da sua firma individual, quando já existia a sociedade; que essa sociedade era facto sabido das relações de Pires e que a propria assignatura do primeiro contracto foi feita na loja do estabelecimento commercial, perante varias pessoas;

Considerando o mais que dos autos consta, conformando-me com os despacho de fls. 419 e 431, e com a jurisprudencia dos tribunaes, não havendo a prova legal do delicto, e , ao contrario, estando explicadas e justificadas todas as circumstancias que se poderiam tomar como indicios da existencia do crime, e provadas outras circumstancias, que excluem a possibilidade da sua existencia, julgo improcedente a denuncia de fls. 2, e deixo de pronunciar os denunciados. — Custas na fórma da Lei. — Publique-se. Registre-se. — Rio de Janeiro, 20 de Novembro de 1923. — *João Baptista de Campos Tourinho*.

Houve recurso para a 3ª Camara da Côrte de Appellação, que deu provimento ao recurso para pronunciar os pacientes, pelo seguinte Accordam: (*Lê*)

“Vistos, etc.

Accordam em 3ª Camara da Côrte de Appellação dar provimento ao recurso do Ministerio Publico, interposto, por termo, a fls. 2.844 v., para, reformando o despacho de fls. 2.832 a 2.843, julgar procedente a denuncia de fls. 2 a 3 v. e, em consequencia, pronunciar os réus Joaquim da Cunha Teixeira e Luciano Augusto Rodrigues como incurso no artigo 259, § 3º, combinado com o artigo 258 do Codigo Penal e os sujeitando a prisão e livramento.

O fim da pronuncia é tomar os itens da denuncia, verificar si elles foram confirmados no processo até o final do summario de culpa e proclamar o resultado, deixando de firmar, em caso de procedencia da denuncia, que a prova da autoria está feita, ainda que conste, porque esta cabe na apreciação da sentença final e pôde, até lá, ser destruida ou diminuida ou augmentada. Assim sendo, tomemos os varios itens da denuncia e os numeremos:

1º) Em Julho de 1920, os accusados, então empregados da padaria e confeitaria com que Antonio do Carmo Pires, Visconde da Nossa Senhora da Ribeira, era estabelecido nesta cidade, sob sua firma individual, á rua Voluntarios da Patria n. 276, resolveram falsificar um contracto de sociedade pelo qual de empregados passaram a socios do patrão; e, assim feito em tal sentido um contracto, em data de 27 de Julho de 1920, assignaram-no os accusados, depois de alguém, cuja identidade não se apurou, haver, a seu mando, sobre estampilhas, falsificado a assignatura de Antonio do Carmo Pires;

2º) Em seguida, obtido o reconhecimento das assignaturas por tabellião, foi o falso contracto archivado, em 29 do mesmo anno e mez, na Junta Commercial mediante requerimento assignado por “Guilherme Pereira” pessoa de identidade não apurada (fls. 48).

3º) Nessa mesma data, isto é, 29 de Julho de 1920, os accusados, dando-lhes o falso contracto direito ao uso da firma social, requereram, como determina a Lei, a inscripção daquelle na Junta Commercial, assignando, cada um delles, a firma “Antonio do Carmo Pires & Comp.” e declarando que Antonio do Carmo Pires não o fazia por achar-se enfermo (fls. 322).

4º) As assignaturas das firmas pelos donos foram reconhecidas por tabellião no dia seguinte.

5º) O requerimento deu entrada na Junta Commercial a 31 do mesmo mez. E a 2 de Agosto era autorizada a inscripção.

6º) Cerca de um anno depois, em 17 de Junho de 1921, nova falsificação

da assignatura Antonio do Carmo Pires era feita, em additamento ao falso contracto, assignando-a, por baixo da falsa assignatura, os Accusados (fls. 44 e 45). Esse additamento foi archivado na Junta Commercial dias após (fls. 49).

7º) Finalmente, um segundo additamento foi feito, em 17 de Agosto do mesmo anno, nelle sendo, mais uma vez, falsificada a assignatura de Antonio do Carmo Pires, por baixo da qual assignaram o accusado Luciano Augusto Rodrigues e o Dr. Paulo Domingues Vianna, este como procurador do outro accusado, então ausente na Europa, seguindo-se as assignaturas das testemunhas (fls. 46 e 47).

8º) Como bem se comprehende, destinavam-se o falso contracto e seus additamentos a só produzir effeito depois que a morte de Antonio do Carmo Pires arredasse o perigo do protesto, por parte deste, contra os falsificadores da sua assignatura; morte que a idade do velho negociante e o seu precario estado de saude indicavam approximar-se.

9º) Foi o que aconteceu. Treze dias após o referido segundo additamento, falleceu Antonio do Carmo Pires. E então foi requerida pelos accusados a liquidação da firma social pelo falso contracto.

10º) Os accusados negam que sejam falsas as assignaturas de Antonio do Carmo Pires nos alludidos documentos. Além, porém, de terem os peritos chegado á conclusão de serem falsas tres assignaturas (laudo de fls. 139 a 179), não têm differente explicação, entre os outros, os seguintes factos:

11º) Como empregados, e não como socios, tratava Antonio do Carmo Pires aos accusados.

12º) Nenhuma transacção foi feita na praça pela firma Antonio do Carmo Pires & Comp., durante o longo lapso de tempo decorrido entre a data do falso contracto e o fallecimento de Antonio do Carmo Pires.

13º) Em seguida ao falso contracto, nenhuma alteração soffreu a escripturação do estabelecimento commercial, indicadora da mudança por que acabasse de passar a firma, de individual para social;

14º) Antonio do Carmo Pires não se achava enfermo na época em que tal circumstancia é allegada pelos accusados, para explicar a falta de assignatura delle no requerimento destinado á inscripção na Junta Commercial (fls. 321 e 322).

15º) Em 31 de Janeiro de 1921, isto é, muito depois do falso contracto, Antonio do Carmo Pires constituiu, por instrumento publico, seus procuradores os accusados para, entre outros fins, administrarem o estabelecimento commercial da rua dos Voluntarios da Patria n. 276, objecto do falso contracto (fls. 100 a 110), tendo-se os accusados utilizado dos poderes outorgados nessa procuração.

A primeira parte do primeiro item, quanto a serem os réus, em Julho de 1920, empregados da padaria de Antonio do Carmo Pires, á rua Voluntarios da Patria n. 276, está, com consenso dos interessados, constatada nos autos. Vejamos si, independentes dos itens que se seguem e que cercam num movimento de demonstração o primeiro, existem *indícios vehementes* da accusação.

Elles estão bem apontados pelo Ministerio Publico a fls. 2.822 a 2.823, quanto aos depoimentos de um dos réus, e o do guarda-livros da casa commercial, por onde se vê que o contracto social foi concertado entre os réus na ausencia de Carmo Pires, e, quanto aos laudos officiaes de fls. 113 a 173 e de fls. 652 a 709, que affirmam a falsidade das assignaturas de Antonio do Carmo Pires, e eram os unicos com este caracter existentes nos autos por occasião da decisão recorrida, não sendo, portanto, de recommendar-se, como ella fez,

o exame e adopção de trabalho de natureza particular, que só pôde valer como parecer, para afastamento dos laudos officiaes.

Excluída a expressão *falso* do segundo item, para melhor serem apontados os elementos que o apoiam e porque a falsidade irá surgindo de todos os itens, nós vemos, pelos depoimentos dos tabelliães, das testemunhas instrumentarias e do portador do contracto (fls. 435, 438, 459, 457 e 447), que nenhum delles viu Carmo Pires assignar o documento e nem foi a firma cotejada com a registrada em cartorio. E é bem certo, como apreciavam os recorrentes e recorridos, que o notario só deve reconhecer por verdadeiro o signal, assignatura, firma ou letra, que perante elle fôr feito por pessoa sua conhecida, ou cuja identidade lhe fôr abonada". Circumstancia tanto mais de ser observada em um contracto commercial, de tamanha importancia, que pôde trazer sacrificio de bens de raiz, para cujo jogo exige a Lei escriptura publica, que importa na presença e assignatura, dos interessados, junto aos notarios.

Obtido, por tal fórma, o reconhecimento da firma de Antonio do Carmo Pires, vê-se do documento de fls. 53 e de outras peças do processo que, mediante requerimento assignado por "Guilherme Pereira", pessoa de identidade não apurada no processo, foi o mesmo contracto registrado em 29 de Julho de 1920.

O terceiro item que, excluída a expressão *falso*, não é negado pelos recorridos, está bem constatado pelo documento de fls. 315 e 332, em cujo final se declara "Que, achando-se enfermo e impossibilitado de escrever o socio Antonio do Carmo Pires, deixa de assignar a presente declaração, fazendo, porém, o registro complementar respectivo, logo que se restabeleça". E, no mesmo sentido, depõem os documentos de fls. 316 e 317. Do mesmo documento de fls. 315 e 332 e outros elementos do processo, consta a verdade do item, isto é, que a assignatura da firma, pelos dous réus, foi reconhecida no dia immediato ao do referido no 3º item, ou foi reconhecida no dia 30 de Julho de 1920.

As affirmações do 5º item encontram perfeito apoio no documento de fls. 332, onde se vê, á margem, que o requerimento deu entrada na Junta, em 31 do mesmo mez de Julho de 1920 e se vê no verso, que, em 2 de Agosto, immediato, era autorizada a inscripção.

Do additamento referido no 6º item dão segura noticia os documentos de fls. 47, 48, 49 e 317 e do seu archivamento, dias após fallam os documentos de fls. 51 e 317. O segundo additamento, a que se refere o 7º item, está constatado, entre outras provas dos autos, pelos documentos de fls. 49, 50 e 317

Que o contracto e os seus additamentos, conforme refere o 8º item, destinavam-se a só produzir effeito depois da morte de Antonio do Carmo Pires, não é preciso que se o demonstre por citação de peças dos autos, pois, isto realça do processo a cada passo e não ha ali quem negue que só depois que Carmo Pires fechou os olhos é que aos olhos do publico foram abertos o contracto e additamento; e ninguem nega, em todo o processado se affirma que, na época da feitura dos mesmos, tinha Carmo Pires idade avançada e saude precaria.

O 9º item bem apoiado está, entre outras peças do processo, nos documentos de fls. 317 e 241 e declarações dos recorridos a fls. 12 e 17, por onde se vê que, realmente, treze dias após o segundo additamento ao contracto, falleceu Carmo Pires e, logo após, requereu um dos recorridos a liquidação da sociedade.

O 10º item diz que os recorridos negam que sejam falsos o contracto e

o additamento. Não é preciso demonstrar a negativa, pois, tem sempre se mantido os recorridos nesta negativa dentro do processo.

Mas afirma também a denuncia que os peritos chegaram á conclusão de serem falsas as assignaturas de Antonio do Carmo Pires. E, de facto, como fizemos ver, na apreciação do primeiro item, taes exames de natureza official constatarem a falsidade das assignaturas.

Hoje, após o Accordam de fls. 2.940 v., mantêm-se aquelles laudos e ha, em sentido contrario, um exame de ordem particular, e feito por uma só pessoa, e um laudo official, que affirmam a veracidade das firmas. Assim, na hypothese mais favoravel aos recorridos, ha dous trabalhos em sentido opposto e com oppostas conclusões. E, *sem entrar na apreciação e merecimento de cada um dellas*, teriamos, como temos, que julgar, como argumenta a defesa "que a só pericia não faz a prova", ou não só com a pericia se constata a falsidade. E, então, buscando-se nas demais circumstancias apuradas no processo a elucidação da verdade, sobretudo no caso em apreço, onde os elementos da autoria estão em intima ligação com o crime em si, pois, como bem observa Galdino de Sequeira "quando o delicto imputado residir no contracto que motivou a acção criminal, como no caso de ser este o proprio objecto de uma falsidade punivel ou de constituir o elemento primordial do estellionato, é evidente que a prova do contracto se confunde com a do delicto". E este se entrelaça com a autoria numa demonstração reciproca.

Assim, pois, bem se firmou o Ministerio Publico no 10º item para deduzir os cinco que lhe seguem.

Como empregados e não como socios tratava Antonio do Carmo Pires aos accusados, affirma o 11º item; e prestigiando esse item estão as declarações testemunhaes de fls. 56, 74 v. 80, 83, 382 v. e 374 v.

Nenhuma transacção foi feita na praça pela firma Antonio do Carmo Pires & Cia., durante longo lapso de tempo decorrido entre a data do falso contracto e o fallecimento de Antonio do Carmo Pires, diz o 12º item.

Attestam-no os documentos de fls. 296 a 313, por onde se vê que nenhum dos tabelliães tinha a firma Antonio do Carmo Pires & Cia., assignada por Antonio do Carmo Pires, os documentos de fls. 321 a 324, onde firmas commerciaes affirmaram que sempre tiveram transacções com a firma individual Antonio do Carmo Pires e nunca lhes constando, até a morte deste, que tivesse elle constituído sociedade, corroborados pelas declarações das testemunhas de fls. 352, 357, 365 v., e outras.

Em apoio do 13º item, além de peças já citadas, o documento de fls. 606, por onde se vê que o Diario da firma Antonio do Carmo Pires & Cia., foi registrado em Abril de 1921 e, por conseguinte, não podia estar regularmente escripturado desde Julho de 1920 e, corroborando esta observação, está o copiadador de cartas em branco, como se vê logo após.

Que Antonio do Carmo Pires não se achava enfermo, na época em que tal circumstancia era allegada pelos recorridos para excusar a falta de assignatura no requerimento destinado á inscripção da firma na Junta Commercial (14º item), nós vemos pelas declarações da testemunha de fls. 192 e pelos documentos de fls. 177 e 316. Finalmente verifica-se pelos documentos de fls. 114, 568, 569, 570 e 571, que, como affirma o 15º item, em 31 de Janeiro de 1921, isto é, muito depois do contracto, Antonio do Carmo Pires constituia, por instrumento publico, seus procuradores os accusados, para, entre outros fins, administrarem o estabelecimento commercial da rua Voluntarios da Patria, 276, objecto do contracto, tendo os accusados se utilizado dos poderes outorgados nessa procuração.

Pretende a defesa que a pronuncia não pôde ser proferida porque não está apurado o damno ou que houvesse damno. Ora, o valor do damno no crime em apreço, e quando se trata de damno effectivo e não meramente potencial, é apenas para sobre elle ser firmada a percentagem da multa na sentença final, quando ha condemnação. Não obstante, já o Ministerio Publico aponta, nas razões de fls. 2.830 e 2.849 v., elementos que o indicam como no valor de mais de duas centenas de contos de réis. Pretende a defesa, com testemunhas que produziu em justificações, que Carmo Pires sabia da existencia do contracto.

Mas o Ministerio Publico, a fls. 2.617, bem apreciou a fraqueza de bom numero dos depoimentos produzidos, sendo de accrescentar-se que aos depoimentos da 10ª e 11ª testemunhas, das mais conhecidas, se oppõe a procuração de fls. 115, passada por uma dellas, em nome da firma commercial de quem são ellas principaes figuras.

Pretende a defesa que Antonio do Carmo Pires sabia do contracto e era este valido, porque esse contracto foi publicado, e, entre outros jornaes, no "Jornal do Commercio", cujos numeros apresentam a fls. 2.527, 2.528 e 2.535, e porque Carmo Pires, como consta dos documentos de fls. 2.533, assignou-o durante os annos de 1920 e 1921. Mas, tomando os numeros juntos, vemos que do terceiro não consta nenhum contracto de sociedade, mas, apenas, o nome de Antonio do Carmo Pires; e em contraposição á presumpção de que Carmo Pires tivesse tido conhecimento dos outros, nós temos a declaração prestada por testemunhas no summario de culpa a fls. 354 v. 351 v. e 365, donde consta que Carmo Pires dizia, antes e pela época das publicações, que não queria ter sociedade commercial com pessoa alguma e apresentava e tratava os recorridos como seus empregados.

Em relação ao jornal de fls. 2.536, ha até uma circumstancia especial. E' que elle é de 20 de Julho de 1921 e, nesta época, Carmo Pires se achava gravemente enfermo, como se vê do documento de fls. 320, firmado por um dos recorridos, pelo documento de fls. 1.090, offerecido pela defesa e pelo depoimento de fls. 121 v., onde o mesmo medico que firmou o documento de 1.090 informou que "tratou do Visconde até o dia vinte e quatro de Agosto, quando encontrou um enfermeiro que dizia receber instrucções de outro medico e viu um vidro de remedio com a receita firmada pelo Dr. Muniz Freire; que desde então considerou-se desobrigado de attender ao tratamento do enfermo pelo que mais não voltou a vel-o". Este medico não foi ouvido nem nada mais sobre elle consta no processo, a não ser os trechos de declarações de fls. 18, 84 v. e 85. O facto, porém, é que Carmo Pires falleceu cinco dias após (certidão de fls. 1.093); e como o jornal era assignado com endereço da rua Voluntarios da Patria n. 276 e Carmo Pires adoeceu e morreu em sua residencia, á rua Real Grandeza n. 133, tudo indica que o jornal não lhe foi sequer, ter ás mãos.

Deante, portanto, dos fundamentos expostos e mais que dos autos consta, a reforma da decisão recorrida se impunha.

Rio de Janeiro, 15 de Outubro de 1924. — *Machado Guimarães*, Presidente. — *Francisco Cesario Alvim*, Relator. — *Francelino Guimarães*. — *Souza Gomes*, Vencido. Neguei provimento ao recurso para o fim de ser confirmado o despacho de fls., que impronunciou os Recorridos, pelos seguintes motivos:

Os Recorridos foram denunciados como incursos no artigo 259, § 3º, combinado com o art. 258, todos do Codigo Penal. O crime imputado aos Recorridos é, pois, o do uso de documentos falsos.

Diz a denuncia de fls. que os Recorridos resolveram falsificar um contracto de sociedade, pelo qual, de empregados, passassem a socios do patrão, e, assim feito, em tal sentido, um contracto, com a data de 27 de Julho de 1920, assignaram-no os accusados, depois de *alguem*, cuja identidade não se apurou, haver, ao seu mando, falsificado a assignatura de Antonio do Carmo Pires. "Ainda novas falsificações nos additamentos de 17 de Junho de 1921 e 17 de Agosto do mesmo anno".

Portanto, para que exista o crime imputado, nestes autos, do Cod. Penal, é necessaria — a *prova material de falsidade* das assignaturas de Antonio do Carmo Pires, appostas nesses documentos.

Consta dos autos que foram feitos varios exames. O primeiro, feito pela Policia desta Capital, e o segundo, por perito da Policia de S. Paulo, concluindo ambos pela falsidade da firma de Antonio do Carmo Pires. Os Recorridos juntaram um terceiro exame, feito pelo perito Serpa Pinto, opinando pela veracidade dessas assignaturas de Antonio do Carmo Pires.

Esta 3ª Camara, ao tomar conhecimento do presente recurso, não se satisfazendo com as tres primeiras pericias, ordenou novo exame, com *novos peritos*, nomeados pelo Juiz da 1ª Vara Criminal, "nas assignaturas de Antonio do Carmo Pires";

a) — no original do contracto de sociedade de Antonio do Carmo Pires & Cia., de 27 de Julho de 1920, nos dois additamentos a esse contracto, de 17 de Junho e 17 de Agosto de 1921, todos registrados e archivados na Junta Commercial;

b) — nas vias desses instrumentos que se encontram nos autos de liquidação da firma Antonio do Carmo Pires & Cia. e em poder dos Recorridos;

c) — na declaração feita á Recebedoria, constante do documento de fls. 262, para pagamento do imposto de renda (fls. 2.940 v.,) determinando, por esse modo, os documentos a examinar e indicando os padrões a servir de base.

Ora, este laudo conclue, a fls. 2.984:

"As assignaturas Antonio do Carmo Pires, appostas em um contracto de sociedade e em dous additamentos ao mesmo, quer nas vias archivadas na Junta Commercial, quer nas que se acham em poder dos denunciados, e que nos foram confiadas, durante o tempo desta pericia, bem como a mesma firma nas duas vias da *Declaração á Recebedoria*, para a matricula ao imposto sobre a renda, documentos estes que constituíram o objecto desta pericia — *são authenticas*, isto é, *são do proprio punho de Antonio do Carmo Pires.*"

Assim, deante da conclusão desse laudo, não existe a prova material da falsificação das assignaturas de Antonio do Carmo Pires nos contractos de sociedade da firma Antonio do Carmo Pires & Cia.; essa ultima pericia, ordenada por esta Camara, para poder julgar o recurso, concluiu pela não existencia da falsificação.

Em apoio ás conclusões dessa ultima pericia varias circumstancias eram allegadas pela defesa e acceitas pelo despacho recorrido, que não podem ser abandonadas e que muito impressionam a consciencia do julgador.

Entre outras:

1ª — Os Recorridos foram, durante quasi 30 annos, empregados de Antonio do Carmo Pires, administrando-lhe os seus negocios commerciaes e até particulares, o qual, como prova de confiança nomeou os testamenteiros.

2ª — A resolução de Antonio do Carmo Pires de fazer, com os Recorridos, uma sociedade commercial, o que se verifica pelo testamento, no qual se lega aos Recorridos dinheiro para tal fim, estando as disposições testamentarias de harmonia com as clausulas do contracto impugnado.

3ª — A escripta da casa commercial, feita sob o nome da firma Antonio do Carmo Pires & Cia., ainda em tempo de vida de Antonio do Carmo Pires.

4ª — O numero das vias do contracto social e dos seus additamentos, só por si afasta a idéa de falsificação.

O contracto de 27 de Julho foi feito em quatro vias; o additamento de 17 de Junho de 1921 tambem foi feito em quatro vias; o ultimo additamento, de 17 de Agosto de 1921, em tres vias, e a declaração, de 1º de Maio, á Recebedoria, em duas vias. O falsario teria que falsificar 13 assignautras!

Diz a ultima pericia, a fls. 2.970:

“Ao falsario seria impraticavel estudar 13 modelos, exercitar-se em reproduzir todos elles com essa indiscutivel semelhança de fôrma e de particularidades”. “E’ o proprio autor do laudo do exame procedido na Policia desta Capital quem, referindo-se ás impugnadas, reconhece que — na fôrma das letras e nas particularidades, não deixam em geral muito a desejar — e, mais adiante: cada caracter de assignatura suspeita encontra nesta ou naquella autentica um correspondente.”

5ª — A publicidade. Essa circumstancia é a que maior impressão causa ao espirito do Juiz. Esse contracto social, considerado falso pela accusação, foi archivado em 29 de Julho de 1920, na Junta Commercial; os Recorridos ahí inscreveram a sua firma social, sendo tudo publicado em differentes dias e em sete jornaes desta Capital, entre os quaes o “Monitor Mercantil”, orgam essencialmente commercial, e, isto, ainda em vida de Antonio do Carmo Pires, *um anno antes* da sua morte!

Ora, não é crível que, negociante com transacções de um certo vulto nesta praça, e nas repartições publicas, com immensas relações no commercio e fóra d'elle, não fosse Antonio do Carmo Pires conhecedor da publicação desse contracto de sociedade (que terceira pessoa não lhe houvesse referido) e tomasse as suas providencias, caso não fosse elle verdadeiro.

6ª — A declaração á Recebedoria. Allega-se que o contracto de sociedade é falso. Antonio do Carmo Pires não fez sociedade alguma com os Recorridos; estes usaram de documentos com a firma de Antonio do Carmo Pires falsificada. No emtanto, existe uma declaração á Recebedoria do Districto Federal para imposto de renda (doc. de fls. 627), da firma Antonio do Carmo Pires & Cia., da qual consta serem socios os Recorridos e Antonio do Carmo Pires, datada de 1º de Maio de 1921, cuja assignatura, ahí apposta, nunca foi considerada falsa pela accusação, e que agora, tambem, é reconhecida pela ultima pericia. Note-se que essa firma fôra reconhecida como verdadeira por quatro tabelliães, quando já levantada a questão da sua falsidade.

Além dessas circumstancias, a prova testemunhal apresentada pelos Recorridos, de pessoas que, pelas suas condições sociaes, devem ser cridas, vem corroborar as conclusões do ultimo exame.

Essas testemunhas vêm dizer que sabiam, por lhes haver dito Antonio do Carmo Pires, que este tinha feito uma sociedade commercial com os Recorridos. São ellas, entre outras, Dr. Domingos Ferreira, medico antigo do bairro de Botafogo; Drs. João Rodrigues Barbosa e Luiz Augusto Drummond Alves, ambos do Ministerio da Justiça, onde são altos funcionarios; Dr. Pedro Gusmão Jatahy, integro advogado; João Rodrigues Teixeira, chefe da casa Teixeira & Borges; Cesar Palhares, socio desta firma; Antonio Barcellos Borges, director do Banco dos Varejistas, etc., etc.

A Lei exige, para a pronuncia, a prova *plena* do delicto, e esta não se encontra nos autos.

Mas, si as circumstancias enumeradas e a prova testemunhal, as quaes

vêm corroborar a ultima pericia (referimo-nos a esta por ter a 3ª Camara achado insufficientes as demais, para a decisão do recurso), não trouxessem a convicção da não existencia do crime de falsidade, as variadas conclusões de laudos apresentados, um a favor e outro contra, por si só seriam sufficientes para levar a duvida á consciencia do julgador, e *in dubio pro reu*.

“Quando o Juiz não obtenha pleno conhecimento do delicto e indícios vehementes de quem seja o delinquente, declarará, por seu despacho nos autos, que julga não procedente a queixa ou denuncia” (art. 145 do Cod. de Proc. Criminal).

A certeza da existencia do delicto é elemento essencial para a decretação da pronuncia, segundo o preceito legal.”

A petição de *habeas-corpus* é a seguinte: (*Lê*)

“Egregio Supremo Tribunal Federal:

Os advogados Astolpho Rezende e Eduardo Duvivier, residentes nesta Capital, vêm impetrar, do Egregio Supremo Tribunal Federal, uma ordem de *habeas-corpus* preventivo em favor de Luciano Augusto Rodrigues e Joaquim da Cunha Teixeira, que se acham na imminencia de ser presos em virtude de um mandado de prisão, expedido pela Terceira Camara da Côte de Appellação, do Districto Federal.

O FACTO — Aos 29 de Novembro de 1922, o Promotor Publico em exercicio na Primeira Vara Criminal desta Capital apresentou denuncia contra os pacientes, pelo crime previsto no art. 259, § 3º, combinado com o art. 258 do Codigo Penal, allegando que, em Julho de 1920, os pacientes, então empregados da padaria e confeitaria com que Antonio do Carmo Pires, Visconde de Nossa Senhora da Ribeira, era estabelecido nesta cidade, sob firma individual, á rua Voluntarios da Patria n. 276, resolveram falsificar um contracto de sociedade, pelo qual, de empregados passaram a socios do patrão; e assim, feito em tal sentido um contracto, em data de 27 de Julho de 1920, assignaram-no os denunciados, depois de alguem, cuja identidade não se apurou, haver, a seu mando, sobre as estampilhas, falsificado a assignatura “Antonio do Carmo Pires”. Em seguida, obtido o reconhecimento das assignaturas por tabellião, foi o falso contracto archivado, em 29 do mesmo mez e anno, na Junta Commercial, mediante requerimento assignado por Guilherme Pereira, pessoa de identidade não apurada, praticando depois outros actos complementares, que a denuncia descreve.

Feita a formação da culpa, os pacientes allegaram, em sua defesa, o seguinte:

1º — Que o processo estava radicalmente nullo, por falta de “auto de corpo de delicto”. No processo não havia, nem o “corpo do delicto”, nem o “auto de exame do corpo do delicto”, imprescindivel em se tratando de crime de facto permanente.

2º — Que os documentos, arguidos de falsos, eram e são absolutamente verdadeiros.

3º — Que, não estando demonstrada a falsificação, não póde, juridicamente, haver o crime imputado.

O Juiz do processo, conformando-se com estas razões de defesa, e verificando não se ter feito a prova legal do delicto, e estarem provadas outras circumstancias, que excluem a possibilidade de sua existencia, *julgou improcedente a denuncia e impronunciou os denunciados*.

Dessa decisão houve recurso para a Terceira Camara da Côte de Appellação, a qual proferiu, em 7 de Maio do corrente anno, o seguinte Accordam.

“Vistos e examinados estes autos de recurso crime, em que é recorrente o Ministerio Publico, e recorridos Luciano Augusto Rodrigues e Joaquim da Cunha Teixeira;

“Accordam os Juizes da Terceira Camara da Côrte de Appellação converter o julgamento em diligencia, afim de que o Dr. Juiz da Primeira Vara Criminal, por novos peritos de sua nomeação, mande proceder a exame nas assignaturas de Antonio do Carmo Pires, lançadas nos seguintes documentos:

I) — No original do contracto da sociedade “Antonio do Carmo Pires & Cia.”, de 27 de Julho de 1920, e nos dois additamentos a esse contracto, de 17 de Junho e 17 de Agosto de 1921, todos registrados e archivados na Junta Commercial;

II) — Nas vias desses instrumentos, que se encontram nos autos de liquidação da firma Antonio do Carmo Pires & Cia., e em poder dos recorridos;

III) — Na declaração feita á Recebedoria, constante do documento de fls. 262, para pagamento do imposto de renda.

“Os peritos deverão basear as suas conclusões em padrões authenticos, ou não impugnados, contemporaneos aos documentos submettidos a exame, sendo conveniente que o confronto das assignaturas appostas a estampilhas se faça com outras nas mesmas condições. — Custas afinal.

Rio de Janeiro, em 7 de Maio de 1924. — *Machado Guimarães*, Presidente. — *Angra de Oliveira*, Relator. — *Francelino Guimarães*. — *Cesario Pereira*”.

Esse exame foi feito, e concluiu pela absoluta veracidade e authenticidade dos documentos, cuja falsidade se arguiu na denuncia.

A conclusão do laudo pericial foi a seguinte:

“As assignaturas — “Antonio do Carmo Pires” — appostas em um Contracto de Sociedade, e em dois Additamentos ao mesmo, quer nas vias archivadas na Junta Commercial, quer nas que se acham em poder dos denunciados, e que nos foram confiadas durante todo o tempo desta pericia, bem como a mesma firma nas duas vias da Declaração á Recebedoria, para a matricula ao imposto sobre a renda, documentos esses que constituíram o objecto desta pericia, — são authenticas — isto é — são do proprio punho de Antonio do Carmo Pires.”

Entretanto, a despeito desta conclusão, formal e peremptoria, a Terceira Camara da Côrte de Appellação, já então alterada na sua composição, pela substituição dos Desembargadores Angra de Oliveira e Cesario Pereira, — pronunciou os denunciados, como incursos no artigo 259, § 3º, combinado com o art. 258, do Codigo Penal, sujeitando-os a prisão e livramento, tal como pedia a denuncia.

A decisão foi tomada, por dois votos contra um, isto é, pelos votos dos Desembargadores Pedro Francelino e Cesario Alvim, contra o do Desembargador Souza Gomes.

A ordem de prisão é nulla:

1º — Por incompetencia da Camara que proferiu o despacho de pronuncia.

2º — Por inexistencia do crime imputado.

INCOMPETENCIA DA CAMARA PRONUNCIANTE — A sentença é da Terceira Camara da Côrte de Appellação.

Como já vimos, compõe-se a mesma dos seguintes Desembargadores:

1º — Angra de Oliveira.

2º — Francelino Guimarães.

3º — Cesario Pereira.

Tendo sido requisitado, pelo Sr. Ministro da Justiça, os serviços do Desembargador Cesario Pereira, para o desempenho de uma commissão, foi S. Ex. substituído pelo Juiz de Direito, Dr. Souza Gomes.

Logo depois, entrou, em gozo de licença, o Desembargador Angra de Oliveira; foi substituído pelo Juiz de Direito, Dr. Auto Fortes.

A Camara ficou então constituída da seguinte maneira:

1º — Desembargador Francelino Guimarães.

2º — Juiz de Direito Dr. Souza Gomes.

3º — Juiz de Direito Dr. Auto Fortes.

Estas substituições foram feitas de accôrdo com o disposto no § 2º, do art. 260 do Decreto n. 16.273, de 20 de Dezembro de 1923, que reorganizou a Justiça do Districto Federal.

Mas o Dr. Auto Fortes jurou suspeição, como consta do documento n. 8.

Em consequencia dessa suspeição, devia ser convocado, para substituí-lo, o Desembargador mais antigo da Quarta Camara, consoante o disposto no citado art. 260 da Reforma Judiciária de 1923, que estabelece o seguinte:

“Art. 260 — Os magistrados, membros do Ministerio Publico, e funcionarios auxiliares, são substituídos:

.....

“§ 2º — Os Desembargadores da Primeira Camara pelos da Segunda, os desta pelos da Terceira, e assim por diante, na ordem numerica das mesmas Camaras,... na ordem das antiguidades em cada Camara, nos impedimentos ou faltas occasionaes.”

Tendo o impedimento se verificado na Terceira Camara, devia ser convocado, para substituir o Desembargador impedido, não um qualquer Desembargador da Quarta Camara, mas o mais antigo. “Na ordem das antiguidades em cada Camara”, diz a Lei.

Ora, o Desembargador mais antigo da Quarta Camara é o Desembargador Machado Guimarães. Logo, a elle é que competia substituir o Juiz impedido; a elle é que competia compôr a Camara para o julgamento do recurso.

Entretanto, o Juiz convocado, o Juiz que de facto substituiu o Juiz impedido, foi o Desembargador Cesario Alvim, a quem o Desembargador Machado Guimarães precede em antiguidade. Prova-o o documento n. 6.

O Decreto de 1923, que reorganizou a Justiça, dispõe o seguinte:

“Art. 29 — As Camaras de Appellação são compostas de tres Desembargadores, sob a direcção de um presidente.”

Dir-se-á que o Desembargador Machado Guimarães não podia ser convocado, porque é o presidente da Terceira Camara.

O argumento não procede. Elle é o Presidente da Terceira Camara, exactamente por ser Juiz da Quarta Camara.

E' esta qualidade de Juiz da Quarta Camara que lhe deu direito a ser investido no cargo de Presidente da Terceira. Mas com isso não perdeu a qualidade de Desembargador da Quarta Camara. Resulta essa circumstancia do systema adoptado pelo Decreto da Reforma.

Eis o que esse Decreto estabelece no art. 29:

“A Primeira Camara de Appellação é presidida por um Desembargador em exercicio na Segunda, e esta por um Desembargador em exercicio na Primeira — applicado o mesmo principio em relação ás Terceira e Quarta Camaras.”

A eleição para Presidente não faz perder ao Desembargador o exercício na Camara a que pertence; ao contrario, esse exercício é condição para que possa ser eleito presidente. A Lei é clara. A... Camara é presidida por um Desembargador em exercício... na outra.

O facto de ser presidente da Terceira Camara não inibia o Desembargador Machado Guimarães de tomar parte no julgamento, em substituição a um Juiz impedido. Apenas, não poderia accumular a função de presidente com a de julgador; nesse caso, a Camara seria presidida por outro.

O caso está previsto no art. 260, § 1º da Reforma:

"O Presidente da Corte de Appellação é substituido pelo Desembargador mais antigo, e os Presidentes de Camaras pelos respectivos Juizes, na ordem de antiguidade."

Portanto, uma vez que, por força do disposto no § 2º desse mesmo art. 260, o Desembargador Machado Guimarães descia da presidencia, para julgar, em substituição ao Dr. Auto Fortes, como Juiz mais antigo da Quarta Camara, a Terceira seria presidida, para aquelle effeito, para aquelle julgamento, pelo Juiz mais antigo, que é o Sr. Desembargador Francelino Guimarães.

A Lei, quando ordena que a substituição se faça, observada a ordem das antiguidades, não estabeleceu restricção nenhuma, não exceptuou o presidente.

A Terceira Camara não estava, pois, constituida legalmente, quando pronunciou os pacientes. Nulla é, pois, essa decisão, em que foi voto preponderante o de um Desembargador que a ella não pertence, e a quem faltava competencia legal para intervir no julgamento.

Neste sentido têm sido numerosas as decisões deste Egregio Supremo Tribunal Federal.

Mas, quando (seja dito apenas para argumentar) este motivo não procedesse, ainda assim não estava legalmente composta a Camara, de cujo acto se recorre, por meio do presente pedido de *habeas-corpus*.

O DR. AUTO FORTES NÃO PODIA DAR-SE DE SUSPEITO. — O Decreto da Reforma Judiciaria, de 1923, especifica, no art. 271, os casos em que o Juiz deve dar-se de suspeito.

E accrescenta no art. 274:

"A suspeição, sob pena de nullidade do processo, será motivada, e restricta aos casos enumerados no art. 271."

O Juiz só pôde dar-se de suspeito num desses casos, taxativamente enumerados. Si allegar qualquer outro motivo, que não um desses, o processo fica nullo.

Vejamos, pois, porque motivo declarou-se suspeito o Sr. Dr. Auto Fortes.

O despacho de S. Ex. consta do documento n. 8 e é o seguinte:

"Estou impedido de apreciar e julgar o presente recurso criminal, por ter, como Juiz da liquidação da sociedade commercial, sob a razão "Antonio do Carmo Pires & Cia.", em que figuram, como socios, os recorridos Luciano Augusto Rodrigues e Joaquim da Cunha Teixeira, reconhecido a validade do respectivo contracto social, e consequentes additamentos do mesmo, já então arguidos de falsificados, e apesar das provas offerecidas por D. Julia Gentil de Magalhães Quintanilha Pires, ora auxiliar da Justiça Publica, para a constatação da falsificação de taes documentos".

"Não fôra este impedimento, e eu affirmaria a minha suspeição, por motivos legais, que sobrevieram no processo da liquidação commercial, a que

me referi e que subsistiriam, também, em relação á decisão a ser proferida neste processo.”

Podem ser muito ponderosos e respeitáveis esses motivos (e acreditamos que o sejam); mas não são “motivos legais”, porque nenhum delles se enquadra em qualquer dos paragraphos do art. 271.

O que mais se approxima do motivo declarado é o 8º, sic: — si tiver intervindo “na causa”, como Juiz de primeira instancia, etc. Ora, com o documento n. 7, prova-se que o illustre Dr. Auto Fortes não funcçãoou como Juiz da primeira instancia “na causa” de que se trata, “na causa” que elle se excusou de julgar, ou, seja, no processo crime em debate.

Pouco importa que tenha funcçãoado “em outra causa”. O que a Lei quer é que elle tenha funcçãoado “na mesma causa”.

A sua substituição produziu, pois, nullidade insanavel da sentença, sendo, consequentemente, incompetente a Camara que funcçãoou com a collaboração de outro Juiz.

INEXISTENCIA DO CRIME IMPUTADO. — O que attesta a existencia do crime, é o Auto de Corpo de Delicto.

Ou, como falla Pimenta Bueno: “O corpo de delicto é que attesta a culpa; as testemunhas, o delinquente, como já dizia o Alvará de 4 de Setembro de 1765”.

São noções elementares, que nos excusariamos de aqui relembra, si não tivessem sido desconhecidas e negadas no Accordam da honra da Terceira Camara da Côrte de Appellação.

“Desgraçadamente (dizia Francisco Octaviano, num Parecer publicado no volume 14 do “O Direito”, á pag. 354), desgraçadamente, ainda em nossos dias, ha quem confunda as noções do processo, no que toca ao delicto, com aquellas que se referem ao delinquente.

“Para qualificar-se um individuo delinquente, toleram as Leis que bastem vehementes presumpções; mas, para qualificar-se um facto de delicto, ellas exigem prova plena da criminalidade desse facto.

“Confundir estas noções, é desconhecer a differença da situação legal da sociedade nas duas phases de todo o processo criminal; a primeira, verificação do delicto; a segunda, investigação do delinquente.

“Todo o processo criminal (dizia o classico e o mais sabio dos mestres desse ramo do direito, Mittermayer) repousa sobre uma accusação, e não ha accusação sem haver delicto; pelo que, elle aconselhava (no titulo II dos seus Archivos, paginas 460 e seguintes), que em todos os paizes se organisasse o processo criminal de modo que, antes de se perturbar a vida e commodidade de qualquer individuo, obrigando-o a responder por um delicto, se fizesse previamente a demonstração, sem replica, do delicto.”

Estes principios estão magistralmente compendiados num recente Accordam deste proprio Egregio Supremo Tribunal, luminosamente redigido pelo inclyto Ministro, Sr. Dr. Pedro dos Santos, a que o “Jornal do Commercio” deu publicidade, no seu numero de 17 de Outubro corrente.

“Os principios fundamentaes de nosso processo criminal, referentes ao valor das provas capazes de legitimarem a pronuncia e a condemnação, nem sempre autorizam o mesmo direito.

“Para que esta ultima possa ser decretada, reclamam elles a “*demonstração completa*”, de ser o accusado responsavel pelo crime objecto da acção, emquanto que para a outra não mais exigem do que “fundada suspeita ou indicios vehementes.”

"Mas assim é, importa accentuar, emquanto se trata de apurar a responsabilidade do delinquente.

"Se não é disto que se cogita, mas, da propria existencia do delicto, differente já se mostra a orientação das nossas Leis, porque nenhuma distincção estabelecem entre a sentença do summario e a do plenário ou do julgamento.

"Para que qualquer dellas possa ser regularmente proferida no sentido da procedencia da accusação, o Juiz ha de ter "pleno conhecimento do delicto"; este a elle se terá de revelar em positiva demonstração, como que resurgindo da prova em manifestação perfeita, completa, irrecusavel.

"Aliás, se no apurar os elementos de convicção, alguma duvida se apresentar, qualquer suspeita mesmo a mais fragil, mas sufficiente para excluir a certeza, fôr admissivel, abusiva será a pronuncia como a condemnação.

"Nesse caso, o que cumpre ao Juiz é, desde logo, declarar, por seu despacho nos autos, que não julga procedente a queixa ou a denuncia.

"E' o que dispõe o nosso direito, através dos tempos, das escolas e dos regimens, desde o Codigo do Processo Criminal, da Lei de 3 de Dezembro de 1841, até o Codigo Penal e os Decretos numeros 848 e 3.084, este de 5 de Novembro de 1898 e aquelle de 11 de Outubro de 1890.

"Nem, em rigor, este direito é propriamente nosso.

"Antes de ser nosso, já tinha sido admittido pela antiga legislação portugueza, como attestam Mello Freire e Pereira e Souza (Mello Freire, "Inst. Jur. Crim.", XIII, § 20; Pereira e Souza, "Prim. Lins. sobre o Proc. Crim.", § LIX).

"Não obstante o remoto e o atrazo da época, já se não comprehendia a decretação da pronuncia por um delicto hypothetico, cuja existencia fosse apenas testificada por vagas conjecturas ou simples supposições.

"Mais radical se mostra Faustin Helie.

"Para este grande mestre do direito, nem instaurado deve ser o summario, desde que o delicto se apresente sob falsas apparencias, sem a cabal e positiva comprovação de haver sido commettido.

"Il est évident, diz elle, en effect, qu'il (le juge d'instruction) ne doit pas s'exposer á commencer une procédure au sujet d'un délit auquel des fausses apparences auraient fait croire, et qui n'aurait pas réellement été commis. (Faustin Helie, "Traité d'Instruction Criminelle", vol. 4º, numero 1.783).

"Tal é a evidencia do principio que não vive circumscripto nos limites territoriaes desta, ou daquella nação; mas, ao contrario, sobrelevando-se ás barreiras que dividem e separam os povos, elle une, prende e domina como um só povo a todos os povos civilizados.

"Cette règle, commenta o sabio processualista, appartient a toutes les legislations."

Ora, á luz deste direito, que conforme se viu, não é exclusivamente nosso, senão de todas as nações, não pôde prevalecer o processo instaurado contra o recorrido, porque a existencia do crime a elle imputado absolutamente se não encontra demonstrada.

"As diligencias a respeito praticadas mais não fornecem do que remotas conjecturas, vagas apparencias, ou mal desenhados indicios."

Parece que o Egregio Tribunal julgava a causa dos pacientes, tanto se ajustam ao processo que elles soffreram, os conceitos e os principios expendidos nesse notavel Accordam.

Quando a parte interessada requereu á Policia abertura de inquerito para apurar esta supposta falsificação, offereceu ella, ao Delegado, — "para as investigações e exames necessarios", diversas cartas attribuidas a Antonio do

Carmo Pires, e dez photographias dos contractos registrados na Junta Commercial, e de requerimentos, feitos á mesma Junta, referentes aos alludidos contractos. Não offereceu os proprios contractos, mas essas photographias, que a propria parte queixosa havia mandado tirar, por sua conta e risco.

Mandando proceder a inquerito, o Delegado ordenou que se fizesse exame na assignatura "Antonio do Carmo Pires", lançada no contracto e additamentos da firma commercial "Antonio do Carmo Pires & Cia.", archivados na Junta Commercial, e nomeou peritos os Drs. Edgard Simões Corrêa e Raul da Silva Autran.

Ao cabo de um mez, os peritos apresentaram ao Delegado, incumbido do inquerito, um "Laudo", concluindo pela falsidade das assignaturas sujeitas a exame.

No processo demonstraram os Denunciados, ora Pacientes, que esse Laudo era nullo, e imprestavel.

Nullo porque, representando o Exame do Corpo de Delicto, não foi, entretanto, escripto pelo escrivão, rubricado pelo Delegado, e assignado por este, peritos e testemunhas, como peremptoriamente o exige o artigo n. 137 do Código do Processo Criminal.

A diligencia fez-se da seguinte maneira: Encarregados de procederem ao exame ordenado, requereram o prazo de 40 dias para apresentação de seu parecer por escripto, com as respostas aos quesitos, visto tratar-se de um exame que dependia de acurado estudo, e verificações de documentos, com o que concordou o Delegado.

Ao termo dos 40 dias, o escrivão lavrou um "Auto de Apresentação", onde se declarou que os peritos apresentaram ao Dr. Delegado, "o parecer do exame a que foram encarregados de proceder",... pelo que mandou o Delegado juntar o mesmo parecer aos autos.

Certifica o Secretario da Côrte de Appellação, no documento n. 1, item IV, que

"o laudo ou parecer, a que se refere o auto de apresentação, a fls. 132, foi mandado juntar aos autos, fazendo parte integrante destes, mas não foi, por sua vez, reduzido a auto, escripto pelo escrivão, rubricado pelo Delegado, e assignado pela autoridade, peritos e testemunhas."

Accresce ainda, pelo que consta do mesmo documento n. 1, e do de n. 2, o seguinte:

1º — Que as folhas desse Laudo, ou parecer, não estão rubricadas pelo Delegado; apenas o estão pelo escrivão e peritos.

2º — Que as paginas do Auto de Exame não estão rubricadas pelo Delegado, peritos e testemunhas.

3º — Que quer o denominado Auto de Exame, quer o Auto de Apresentação, contém a assignatura de uma testemunha apenas.

Isto é que figurou nos autos como auto de corpo de delicto, até certo ponto. Até certo ponto, porque quando a Terceira Camara teve de conhecer do recurso pela primeira vez, desprezou esse exame, por imprestavel, e mandou que se procedesse a segundo, por novos peritos, — conforme já referimos, e o prova o documento n. 10.

Esse segundo exame foi inteiramente negativo, isto é, concluiu pela não falsidade das assignaturas em questão.

De sorte que, a situação que se apresentava á Terceira Camara, depois desse segundo Laudo, era a seguinte:

1º — Ou o laudo, unico existente e valido, era o segundo, por ella propria ordenado, em substituição do primeiro, e neste caso não podia reconhecer

a existencia do crime, porque esse laudo concluiu pela não falsidade dos documentos, reputando perfeitamente authenticas as assignaturas arguidas de falsas, ou

2º — A um laudo contrapunha-se outro laudo, um concluindo por uma fôrma e outro por fôrma inversa; um affirmando, outro negando. E, nestas condições, não podia aquella Camara dar o crime por provado, uma vez que o Juiz não pôde pronunciar, sem que obtenha “pleno conhecimento do delicto”.

Ora, o crime de falsidade é um crime de facto permanente, que deixa vestígios. Não dispensa, portanto, o Auto de Corpo de Delicto, feito com as formalidades legais. E estas não foram observadas, como já deixamos demonstrado.

Assim têm variadas vezes decidido este Egregio Supremo Tribunal Federal, como se pôde ver dos seguintes exemplos:

“Nos crimes que deixam vestígios, e estes não tenham sido apagados pelos delinquentes, o corpo de delicto é termo essencial do processo, porque é elle que attesta a culpa, como dizia o Alvará de 4 de Setembro de 1765, e, portanto, a sua falta annulla o processo, como ensinam os nossos mais autorizados processualistas.”

“Não se pôde supprir a falta de corpo de delicto o “Laudo de exame”, que se vê a fls., escripto á machina, sem se dizer quem o escreveu, e assignado apenas pelos peritos, porquanto, a lei exige expressamente que o auto de corpo de delicto seja:

1º) — escripto pelo respectivo escrivão; e

2º) — assignado:

a) — pela autoridade que presidiu ao acto,

b) — pelos peritos,

c) — e por duas testemunhas.

(Codigo do Processo Criminal, art. 137; Consolidação das Leis da Justiça Federal, approvada pelo Decreto n. 3.084, de 1898, 1ª parte, artigo 148. (REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, volume 50, pagina 44).

No mesmo volume 50, pag. 51, encontra-se outro Accordam, deste mesmo Egregio Supremo Tribunal, onde os mesmos principios foram affirmados:

“Considerando... que tudo isso foi feito apenas por indução de um laudo pericial, inexpressivo, deficiente, que não descreve os caracteristicos da falsificação...

“Considerando que, assim sendo, falta no processo um termo substancial, qual seja o auto de corpo de delicto...

“O Laudo de fls. não tem os requisitos e não pôde supprir o auto de corpo de delicto, o qual deve conter todas as circumstancias de facto, e avaliação do damno, e ser rubricado pelo Juiz, assignado por este, peritos e testemunhas.”

Acêresce, que, em se tratando de falsificação de documentos, a jurisprudencia é ainda mais rigorosa; exige que constem dos autos os proprios documentos.

Neste sentido existem dois provimentos do extincto Conselho Supremo da Côrte de Appellação, o 1º de 17 de Julho de 1918, e o 2º de 24 de Novembro de 1919 (“Revista de Direito”, vol. 41, pag. 363, e vol. 55, pag. 334).

“Nos delictos de elementos physicos, deixando vestígios que ocularmente possam ser examinados, imprescindivel é a exhibição e juntada do documento original ao processo, para essa inspecção e exame, — e a sua falta importa nullidade, visto que, nos crimes de facto permanente, ou que deixam vestígios

physicos, é formalidade substancial do processo, sob a sanção de nullidade, o corpo de delicto feito nos termos e pela forma dos arts. 135 e 137, do Código do Processo Criminal, e 258 do Regulamento n. 120, de 1842; e, consequentemente, esse exame é solemnidade insupprível por outro qualquer meio de prova, no procedimento criminal por falsidade de um escripto ou documento."

Esta doutrina já era sustentada pelo antigo Supremo Tribunal de Justiça, como se pôde ver na revista-crime n. 2.053, de 22 de Fevereiro de 1871, confirmada pelo Accordam Revisor da Relação da Bahia, de 5 de Agosto do mesmo anno ("O Direito", vol. 3º, pag. 125).

Esta jurisprudencia foi seguida pelo extincto Tribunal Civil e Criminal ("O Direito", vol. 84, pag. 147), e pela actual Côte de Appellação, ("Revista de Direito", vol. 60, pag. 136 e vol. 47, pag. 279).

E, neste mesmo processo crime, assim se decidiu, como se vê do documento n. 4.

Foi, tendo em attenção toda essa jurisprudencia e os preceitos de Lei relativos, que o Juiz da Primeira Vara Criminal julgou improcedente a denuncia, pela luminosa sentença por certidão no documento n. 9.

Desprezando todos esses ensinamentos e preceitos, a Camara recorrida pronunciou, entretanto, os pacientes, sem que esteja provada, pelos meios legais, a falsificação dos documentos; ou melhor, a despeito de estar provado que as assignaturas, arguidas de falsas, são verdadeiras e authenticas!!!

A Egregia Camara recorrida chegou a esse resultado por meio de illações e conjecturas, decidindo de encontro ao exame, que ella propria mandou fazer, e argumentando com ditos de testemunhas... para prova da existencia do supposto delicto!!!

No proprio Accordam recorrido, o luminoso voto vencido do illustrado Desembargador Souza Gomes, mostra o erro capital em que incidiu a decisão.

Os impetrantes offerecem á superior apreciação do Supremo Tribunal, além de farta mêsse de documentos comprobatorios de suas allegações, os folhetos impressos que contêm a defesa deduzida no processo, onde ficou demonstrado que o processo não passa de uma perversa machinação, urdida contra os pacientes por uma cobiça desmarcada, alliada a um odio profundo.

EM CONCLUSÃO — Dois são os fundamentos do presente pedido de *habeas-corpus*:

1º — Incompetencia do Tribunal que decretou a pronuncia, por ter feito parte delle um Juiz a quem não competia a substituição do Juiz impedido.

2º — Inexistencia do crime;

a) — Ou por ser negativo o exame mandado fazer pela propria Camara recorrida.

b) — Ou por não se revestirem os supostos exames de corpo de delicto da forma e solemnidades legais, exigidas substancialmente.

"Os pacientes estão pronunciados pelo crime de uso de documentos falsos, embora provado esteja, por exame pericial, que os documentos não são falsos."

E' quanto basta para que os impetrantes esperem confiadamente, da sabedoria do Egregio Supremo Tribunal Federal, que seja concedida aos pacientes ordem de *habeas-corpus*, para que nenhuma violencia soffram, decorrente do despacho de pronuncia, contra elles expedido. — *Justiça*."

E' o relatorio.

O Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI (pela ordem): — Sr. Presidente, proponho a conversão do julgamento em diligencia, afim de que seja ouvida a 3ª Camara da Côte de Appellação.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Sr. Ministro Pedro Mibielli propõe que se converta o julgamento em diligência para que sejam requisitadas informações da 3ª Camara da Côte de Appellação. Em discussão a proposta.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, Relator: — Sr. Presidente, não preciso de informações para fundamentar o meu voto, além dos elementos do processo. Entretanto, como o Sr. Ministro Pedro Mibielli faz essa proposta, não tenho duvida em acceder. Addito tambem á proposta de S. Ex. a requisição dos autos originaes do processo crime.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão as duas propostas. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Sr. Presidente, só costumo afirmar suspeição nos casos estrictamente legaes. No caso vertente, porém, affirmo suspeição pelos motivos seguintes:

Moro á rua da Matriz n. 66. — O armazem e padaria em questão está installado á rua Voluntarios da Patria, esquina da rua da Matriz — Nesse estabelecimento faço as minhas compras, pagando-as no fim do mez. Ainda não fiz o ultimo pagamento, porque não sei a quem devo pagar, á vista do litigio.

Só por isso declaro-me suspeito. E acho que interpreto bem a Lei, assim agindo.

(Todos os demais Srs. Ministros votam de accôrdo com as propostas dos Srs. Ministros Pedro Mibielli e Godofredo Cunha).

O Sr. Ministros ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Converteu-se o julgamento em diligencia, para serem requisitadas informações da 3ª Camara da Côte de Appellação e os autos originaes, unanimemente.

(Impedido o Sr. Ministro Muniz Barreto).

"HABEAS-CORPUS" N. 13.457

Para a concessão de habeas-corpus a sorteado, sob a allegação de ser arrimo de pessoas de sua familia, é necessaria a prova de que o arrimado não recebe nenhuma pensão dos cofres federaes, estaduaes ou municipaes.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.457, do Ceará; recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Vicente da Costa Lima. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — O paciente allegou ser arrimo unico de pae physicamente incapaz. O Juiz julgou provada a allegação, concedeu a ordem e recorreu. Não me parece justificada a isenção.

A prova foi incompleta. Não foi apresentada certidão negativa da Fazenda Municipal, razão pela qual penso que se deve dar provimento ao recurso para cassar a ordem, pois que não foi offerecida prova plena de que o arrimado nada recebe dos cofres publicos.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Sr. Relator dá provimento ao recurso para cassar a ordem. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Deu-se provimento ao recurso para cassar a ordem, por unanimidade de votos.

“HABEAS-CORPUS” N. 13.630

Aos Juizes seccionaes, dentro da sua jurisdicção, compete conhecer do habeas-corpus, ainda que a prisão ou ameaça desta seja feita por autoridade estadual, desde que se trate de crime de jurisdicção federal, ou o acto se dê contra funcionario da União.

E’ illegal o auto de prisão em flagrante contra quem não foi preso no acto de commetter o delicto nem emquanto foge, perseguido pelo clamor publico.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de habeas-corpus n. 13.630, do Piahy; recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Ulysses Rocha. — Tem a palavra o Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — A especie é esta:

Ulysses Rocha, funcionario publico federal, preso na cadeia publica da cidade do Piahy, por ordem do delegado auxiliar, capitão João Braz da Cruz e Souza, requereu uma ordem de habeas-corpus ao Juiz federal daquelle Estado, allegando o seguinte:

“A competencia de V. Ex. para conhecer do pedido é manifesta *ex-vi* do disposto no art. 64 da Parte Primeira da Constituição Federal (Decreto n. 3.084, de 5 de Novembro de 1898), que diz: “Aos Juizes seccionaes dentro da sua jurisdicção compete conhecer de petições de habeas-corpus, ainda que a prisão ou a ameaça desta seja feita por autoridade estadual, desde que se trate de crime da jurisdicção federal ou o acto se dê contra funcionario da União.”

E é manifestamente illegal a prisão do paciente, que não foi preso em flagrante delicto, não se acha pronunciado ou condemnado pelo crime que lhe imputam, nem preso preventivamente por ordem escripta de autoridade competente. Fóra desses casos, é sempre illegal a prisão, *ex-vi* do disposto no art. 72, § 13 da Constituição Federal, impondo-se a concessão do habeas-corpus.

Verdade é que a autoridade coactora fez lavrar illegalmente contra o paciente um acto de prisão em flagrante. Mas, desse auto, que vae junto, por certidão, vê-se claramente que o paciente não foi preso em flagrante delicto. *Entende-se preso em flagrante delicto o individuo que fôr encontrado commettendo algum delicto ou emquanto foge perseguido pelo clamor publico* (Art. 131 do Codigo do Processo Criminal).

Paula Pessoa, commentando esse dispositivo do Codigo, de 29 de Novembro de 1832, ainda em vigor na Justiça Federal, ensina, de accôrdo com a licção dos doutores, que o flagrante delicto é a plena posse da evidencia, a evidencia absoluta, o facto que acaba de commetter-se, que acaba de ser provado, que foi visto, ouvido e em presença do qual seria absurdo ou impossivel negal-o (*Commentarios*, pags. 175).

Ora, ninguém viu o paciente praticar o crime de incendio, que falsa e perversamente lhe imputam.

O paciente foi preso longe do local do delicto na casa de sua residencia, alta madrugada, quando já se achava dormindo. Não foi de fôrma alguma perseguido pelo *clamor publico*.

Isso tudo se verifica do proprio auto de prisão em flagrante, que é a melhor peça de defesa no caso *sub judice* para o paciente.

Ha o *clamor publico* no sentido da Lei quando o delinquente, fugindo depois de commetter o crime, é mostrado e designado pela grita do povo, que em altas vozes o indica como autor ou cumplice (JOÃO MENDES, Processo Criminal Brasileiro, vol. 1º, pgs. 335, ultima edição).

Esse mesmo notavel jurisconsulto diz que é preciso não confundir o *clamor publico*, que consiste em uma sorte de aclamação ao mesmo tempo precisa e energica, com o *rumor publico*, que não passa de um ruido surdo vagamente espalhado e sem prova, ou com a *notoriedade publica*, que vem dar ao rumor uma certa consistencia, mas sómente algum tempo depois da consummação do crime. Este *rumor* e esta *notoriedade* devem despertar a policia e o ministerio publico para o inquerito ou para a formação da culpa, mas não constituem o flagrante delicto (Obra cit. pgs. 336).

Vê-se, pois, do auto de prisão e dos principios juridicos reguladores da materia, que o paciente se acha illegalmente preso".

O Juiz proferiu a seguinte sentença:

"Vistos e examinados os presentes autos de *habeas-corpus*, em que é paciente Ulysses Rocha e

considerando, preliminarmente, que é manifesta a competencia deste Juizo para conhecer do pedido, *ex-vi* do art. 23 (ultima parte) da Lei n. 221, de 20 de Novembro de 1894, visto tratar-se de um funcionario da Inspectoria Agricola do 4º Districto, subordinada ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio e, portanto, funcionario da União. O Egregio Supremo Tribunal já assim decidiu: — "E' competente o Juiz federal para conhecer de um pedido de *habeas-corpus*, embora a prisão resulte de crime sujeito á jurisdicção commum, desde que o paciente seja funcionario federal, *ex-vi* do art. 23 da Lei n. 221 de 1894" (Acc. n. 3.756, de 10 de Abril de 1914) (*); em face do exposto e

considerando, *de meritis*, que o paciente se acha illegalmente preso, porquanto, para se dar a prisão em flagrante delicto, é necessario que o individuo seja encontrado commettendo esse delicto ou enquanto foge perseguido pelo clamor publico segundo prescreve o Codigo do Processo Criminal;

considerando que do auto de flagrante, lavrado pela autoridade policial, se verifica que o paciente foi preso em casa de sua residencia, não no acto de commetter o crime que lhe é imputado, nem perseguido pelo clamor publico;

considerando que o Juiz póde prescindir do pedido de informações á autoridade indicada como coactora quando os autos fornecem elementos seguros de convicção da coacção illegal (Acc. n. 3.554, de 6 de Junho de 1914) (**);

considerando que dos autos consta por certidão que o paciente foi posto em custodia na cadeia publica desta Capital e conforme o exposto, conclue-se que para tal prisão não concorreram os requisitos legais;

considerando o mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido e mando que se expeça em favor do paciente a ordem impetrada afim de que cesse o constrangimento illegal em que se acha."

E' o relatório.

(*) V. esse Acc. no vol. II, pag. 92, e no vol. V, pag. 171.

(**) V. esse Acc. no vol. V, pag. 26.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — Verifica-se pela certidão de fls. 5 que o paciente é funcionario da Inspectoria Agricola do Piahy, exercendo o cargo de distribuidor de plantas e sementes.

O art. 23, segunda alinea, da Lei n. 221 dispõe o seguinte:

“Aos Juizes seccionaes, dentro da sua jurisdicção, compete egualmente conhecer da petição de *habeas-corpus*, ainda que a prisão ou ameaça desta seja feita por autoridade estadual, desde que se trate de crimes da jurisdicção federal, ou o acto se dê contra *funcionario da União*.”

Por esse motivo, nego provimento ao recurso para confirmar a decisão recorrida.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Está em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se provimento ao recurso, por unanimidade de votos.

“HABEAS-CORPUS” N. 13.634

E' a Justiça local e não a federal a competente para processar e julgar o chefe de Polícia do Territorio do Acre, nos crimes de responsabilidade.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.634, Territorio do Acre. Paciente, Dr. Salvador Augusto de Araujo Jorge. — Tem a palavra o Sr. Ministro Geminiano da Franca.

OSr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, Relator: — Sr. Presidente, este é o segundo *habeas-corpus* requerido pelo paciente, Dr. Salvador Augusto de Araujo Jorge, chefe de policia do Territorio do Acre.

No primeiro julgamento, o Supremo Tribunal cassou a ordem concedida pelo Juiz Seccional daquelle Territorio por considerá-lo incompetente, visto emanar a coacção allegada do Tribunal da Relação do Acre, sendo, por essa razão a competencia originaria do Supremo Tribunal. (*)

Em virtude dessa decisão, o paciente impetra agora a este Tribunal a ordem de *habeas-corpus*, allegando que foi denunciado por crime de responsabilidade pelo facto de ter detido durante 12 horas um individuo embriagado; denuncia que foi dada por determinação do Superior Tribunal do Acre ao conceder uma ordem de *habeas-corpus* a esse mesmo individuo.

Entende o paciente que o fôro local é incompetente para processal-o, porque, sendo autoridade federal, só a Justiça Federal é competente, pois se lhe imputa um crime funcional, praticado no exercicio de suas funcções.

E' este o unico fundamento do pedido.

E' o relatodrio.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

(*) V. esse “*habeas-corpus*” que tem o n. 12.626, no vol. LXXIII, pag. 257.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, Relator: — Nego a ordem, porque considero a Justiça do Territorio do Acre competente para processar o paciente.

O Territorio do Acre tem uma situação um pouco diversa da do Districto Federal e a este não póde ser em tudo equiparado. O Districto Federal é considerado uma entidade juridica pela Constituição da Republica, enquanto que o Territorio do Acre é um territorio adquirido pelo Governo Federal e está sob a sua exclusiva jurisdição, caso de que não cogita a Constituição.

Para conciliar os interesses da Justiça, foram ali instituidas duas jurisdições districtaes — a federal e a *commum*, todas duas, porém, com caracter federal. Não ha no Territorio do Acre jurisdição local propriamente dita.

O paciente, tendo commettido um crime de responsabilidade, não incluído na competencia constitucional expressa e restricta da Justiça federal, tem de responder perante o Tribunal *commum*, que, pela organização especial do Acre, corresponde aos Tribunaes locais das unidades federativas. Si os poderes publicos, deante da situação anomala do Acre, não tivessem tomado o alvitre, que tomaram,, de bi-partir as jurisdições, a consequencia seria que a maior parte dos factos delictuosos escapariam á punição.

O facto imputado ao paciente é de natureza d'aquelles que, pela letra constitucional, cabe á Justiça local, consequentemente, o processo e julgamento delle compete á Justiça *commum* do Acre. Nego, portanto, a ordem pedida.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, (pela ordem): — Sr. Presidente, o Tribunal tem firmado que as duas Justicas no Districto Federal e no Acre se distinguem pelas funções; são federaes pela investidura, mas locais pela função.

Ora, pela função, á Justiça local é que incumbe processar o chefe de policia, porque a Justiça Federal só tem as attribuições estabelecidas na Constituição.

Só por esse motivo estou de accôrdo com o Sr. Ministro Relator.

(*Todos os outros Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Ministro Relator*).

OSr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se a ordem, por unanimidade de votos.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.801

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem contrahiu matrimonio antes de 1921.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.801, do Districto Federal; recorrente, o Juiz Federal; recorrido, José Calixto de Rezende. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro Mibielli.

O Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI, Relator: — O recorrido é casado antes de 1921. Está provado. Tendo sido sorteado, pediu *habeas-corpus*. O Juiz concedeu a ordem. Confirmo a decisão.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento ao recurso contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.811

Constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado em classe diversa da sua.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.811, do Espírito Santo; recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Romulo Leão Castello. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro Mibielli.

O Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI, Relator: — O recorrido foi alistado e sorteado em classe diversa daquella a que pertence.

Este paciente já obteve um *habeas-corpus* anterior que o Supremo Tribunal confirmou, annullando o seu alistamento e sorteo.

Foi elle novamente convocado pelo mesmo alistamento, já annullado pelo Tribunal.

Por esse fundamento, confirmo a decisão do Juiz que concedeu a ordem.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento ao recurso contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.821

Constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe viúva e pobre.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.821, do Districto Federal; recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Mario Alberto Pereira de Castro. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro Mibielli.

O Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI, Relator: — O paciente é arrimo de mãe viúva. Está provado. O Juiz concedeu a ordem. Confirmo a decisão.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento ao recurso contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 12.927

Constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de mãe viúva, ou de pae physicamente incapaz, ou de irmãos menores, ou de esposa incapaz.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 12.927, do Districto Federal; recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Arlindo Teixeira Campos. — Tem a palavra o Sr. Ministro Edmundo Lins.

O Sr. Ministro EDMUNDO LINS, Relator: — O paciente é arrimo

de pae physicamente incapaz. Está devidamente provado, o Juiz concedeu a ordem e eu confirmo a decisão.

Com o fundamento de arrimo, igualmente provado, tenho mais os seguintes recursos:

N. 12.960, do Paraná; recorrido, José da Rocha Soares, arrimo de mãe viuva;

N. 12.971, do Paraná; recorrido, Jorge Adalberto, arrimo de pae, physicamente incapaz, e de 8 irmãos menores;

N. 12.982, do Paraná; recorrido, João Joaquim Pereira, arrimo de pae e 2 irmãos menores;

N. 13.015, do Rio de Janeiro; recorrido, João Ferreira de Souza, arrimo de pae physicamente incapaz;

N. 13.026, do Rio de Janeiro; recorrido, José Ferreira da Silva Sobrinho, arrimo de pae com 66 annos de idade;

N. 13.081, do Paraná; recorrido, André Kampa, arrimo de pae physicamente incapaz com 61 annos de idade;

N. 13.092, do Paraná; recorrido, Ernesto dos Santos Castro, arrimo de esposa impossibilitada de trabalhar e de um filho menor;

N. 13.103, do Rio de Janeiro; recorrido, Alcino Olegario Diniz, arrimo de mãe viuva e doente e de 2 irmãos menores;

N. 13.114, do Paraná; recorrido, Augusto Cordeiro dos Santos, arrimo de pae doente;

N. 13.125, do Paraná; recorrido, Joaquim da Silva Figueiredo, arrimo de mãe viuva com 85 annos de idade e doente;

N. 13.136, do Paraná; recorrido, Francisco Ferreira Franco, arrimo de mãe viuva;

N. 13.147, do Rio de Janeiro; recorrido, Sebastião Mendes da Silva, arrimo de pae doente e de 10 irmãos menores;

N. 13.169, do Rio de Janeiro; recorrido, Homero Provazi, arrimo de esposa;

N. 13.180, do Rio de Janeiro; recorrido, Aristão Gomes, arrimo de mãe pobre;

N. 13.191, de Santa Catharina; recorrido, Adolpho Zinnach, arrimo de 6 irmãos menores;

N. 13.224, do Paraná; recorrido, Joaquim dos Santos Pinheiro, arrimo de mãe viuva;

N. 13.235, do Paraná; recorrido, Nicolau Soares da Trindade; arrimo de mãe viuva e 3 irmãos menores;

N. 13.268, do Paraná; recorrido, Serzedello da Silva Souza, arrimo de mãe viuva;

N. 13.279, do Rio Grande do Sul; recorrido, Antonio Rosa Filho, arrimo de pae;

N. 13.301, do Paraná; recorrido, Antonio Gonçalves de Oliveira, arrimo de pae;

N. 13.312, do Rio de Janeiro; recorrido, Marciano Duarte Silva, arrimo de mãe viuva;

N. 13.367, do Paraná; recorrido, João Tedeschi, arrimo de esposa e de filhos menores;

N. 13.411, do Districto Federal; recorrido, Joaquim de Souza Ferreira, arrimo de mãe viuva;

N. 13.433, do Rio de Janeiro; recorrido, Antonio Kappann, arrimo de mãe viuva;

N. 13.488, de Minas Geraes; recorrido, Ovidio Rosa da Silva, arrimo de mãe;

N. 13.509, do Districto Federal; recorrido, Arnaldo Henrique do Amaral, arrimo de mãe;

N. 13.521, de Minas Geraes; recorrido, Sebastião Custodio de Abreu, arrimo de mãe viuva;

N. 13.543, do Paraná; recorrido, José Vicente dos Santos, arrimo de pae doente com 80 annos de idade;

N. 13.554, do Paraná; recorrido, Domingos Gazola, arrimo de pae;

N. 13.587, do Rio de Janeiro; recorrido, Homero Nunes de Aquino, arrimo de mãe viuva;

N. 13.609, de Minas Geraes; recorrido, Henrique Dias Coelho, arrimo de mãe e sete irmãos menores;

N. 13.697, do Rio de Janeiro; recorrido, Manoel da Silva, arrimo de filhos menores;

N. 13.708, do Districto Federal; recorrido, Euclides José Alves, arrimo de irmãos menores;

N. 13.740, do Rio de Janeiro; recorrido, Eurico Costa, arrimo de esposa physicamente incapaz;

N. 13.762, de Minas Geraes; recorrido, Clodomiro de Oliveira, arrimo de pae alienado;

N. 13.773, do Rio de Janeiro; recorrido, Gil de Mattos Rocha, arrimo de mãe viuva;

N. 13.802, do Districto Federal; recorrido, José Bonifacio Vittorio, arrimo de mãe viuva;

N. 13.822, do Districto Federal; recorrido, Antonio Albino Cavalcanti, arrimo de mãe viuva;

N. 13.862, do Districto Federal; recorrido, Accacio Ribeiro da Silva, arrimo de mãe viuva e de um menor irmão; e

N. 13.872, do Espirito Santo; recorrido, Wantuil Vieira da Cunha Filho, arrimo de pae physicamente incapaz.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida: o Tribunal nega provimento a estes recursos contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 12.938

Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado por municipio diverso do de sua residencia.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 12.938, do Rio de Janeiro; recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Manoel Cotrim Chaves. — Tem a palavra o Sr. Ministro Edmundo Lins.

O Sr. Ministro EDMUNDO LINS, Relator: — O paciente foi alistado e sorteado pelo municipio de S. Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, quando

reside em Ayrosa, municipio de Theophilo Ottoni, Estado de Minas. — Está provado, o Juiz concedeu a ordem e eu confirmo a decisão.

Identicos a este tenho mais os seguintes recursos:

N. 13.444, do Rio de Janeiro; recorrido, Luiz Vieira de Souza; sorteado em Nictheroy, quando reside em S. Gonçalo;

N. 13.532, de Minas Geraes; recorrido, Nilo de Araujo Porto; sorteado em Ubá, quando reside em Carangola;

N. 13.598, de Minas Geraes; recorrido, Rogerio Baptista Gomes, sorteado em Rio Branco, quando reside em Ouro Fino;

N. 13.793, do Districto Federal; recorridos, Huascar Castro e outro, sorteados em Nictheroy, quando residem em Saquarema.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida: o Tribunal nega provimento a estes recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.213

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem contrahiu matrimonio antes de 1921 e sustenta filhos menores.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.213, do Paraná; recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Wencesláu Levandorky. — Tem a palavra o Sr. Ministro Edmundo Lins.

O Sr. Ministro EDMUNDO LINS, Relator: — O paciente é casado antes de 1921 e tem dois filhos menores que sustenta. Está provado, o Juiz concedeu a ordem e eu confirmo a decisão.

Identicos a este tenho os seguintes recursos:

N. 13.422, do Districto Federal; recorrido, Henrique de Oliveira; (impedido o Sr. Ministro Guimarães Natal);

N. 13.477, de Minas Geraes; recorrido, Januario Barbosa dos Santos;

N. 13.576, do Rio de Janeiro; recorrido, José Maria Lopes;

N. 13.686; do Paraná; recorrido, Henrique Pacheco de Lima;

N. 13.719, de Minas Geraes; recorrido, João Innocencio Teixeira;

N. 13.741, do Rio de Janeiro; recorrido, Guilherme Fecher;

N. 13.763, de Minas Geraes; recorrido, João Dalto;

N. 13.842, do Districto Federal; recorrido, Ernani Arouca Brandão;

N. 13.852, do Districto Federal; recorrido, Paschoal Aquilão.

O Sr. Ministro André CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida: o Tribunal nega provimento a estes recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.455

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado em classe diversa da sua.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de

habeas-corpus n. 13.455, do Districto Federal; recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Francisco Delapé. — Tem a palavra o Sr. Ministro Edmundo Lins.

O Sr. Ministro EDMUNDO LINS, Relator: — O paciente nasceu em 1896 e foi alistado e sorteado pela classe de 1902. O Juiz concedeu a ordem, ficando elle obrigado a prestar serviço na propria classe. Confirmo a decisão.

Identicos a este, tenho mais os seguintes recursos:

- N. 13.752, de Minas Geraes; recorrido, Mario Justiniano Ferreira;
- N. 13.783, do Rio de Janeiro; recorrido, Antonio Carlos de Oliveira;
- N. 13.832, do Districto Federal; recorrido, Attila Gomes Gouvêa.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida: o Tribunal nega provimento a esses recursos contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.863

Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe viúva.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.863, do Districto Federal; recorrente, o Juiz Federal da 2ª Vara; recorrido, Autar Bulhões de Carvalho. — Tem a palavra o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — O recorrido é arrimo unico de mãe viúva. Está provado. O Juiz concedeu a ordem, confirmo a decisão.

Sob o mesmo fundamento, tenho o recurso n. 13.873, do Rio de Janeiro e em que é recorrido, Anthero Coutinho.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento aos recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.856

Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado em classe diversa da sua.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.856, do Districto Federal; recorrente, o Juiz Federal da 2ª Vara; recorrido, Leopoldo Tavares dos Reis. — Tem a palavra o Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — O recorrido nasceu em 1897 e foi convocado para a classe de 1898. O Juiz concedeu a ordem. Confirmo a decisão.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.876

Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de pae physicamente incapaz.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.876, de Goyaz; recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Antonio Pinto Barroso. — Tem a palavra o Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — O recorrido allegou e provou ser arrimo de pae physicamente incapaz. O Juiz concedeu a ordem. Confirmo a decisão.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento ao recurso contra o voto do Sr. Ministro Godofredo.

(Impedido o Sr. Ministro Guimarães Natal).

"HABEAS-CORPUS" N. 13.878

Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado por municipio diverso do de sua residencia.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.878, do Districto Federal; recorrente, o Juiz Federal da 1ª Vara; recorrido, Armando Brazileu Machado. — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, Relator: — O paciente foi alistado e sorteado por municipio diverso daquelle em que reside. Está devidamente provado. O Juiz concedeu a ordem e o Tribunal, contra meu voto, nega provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento ao recurso contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.578

Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem contrahiu matrimonio antes de 1921.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.578, do Rio de Janeiro; recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Aristeu Homem da Costa. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — O recorrido allegou e provou ser casado antes de 1921. O Juiz concedeu a ordem e recorreu. Nego provimento ao recurso.

Sob o mesmo fundamento, tenho o recurso n. 13.688, do Rio de Janeiro, em que é recorrido, Nilo Velasco.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento aos recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.858

Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe viúva e pobre.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.858, do Districto Federal; recorrente, o Juiz Federal da 1ª Vara; recorrido, Avelino Martins dos Santos. — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, Relator: — O paciente allegou e provou, com todos os documentos ser arrimo unico de mãe viúva. O Juiz concedeu a ordem. O Tribunal, contra meu voto, nega provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento ao recurso contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.479

Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe viúva e pobre.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.479, de Minas Geraes; recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Manacés Avelino de Macedo. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — O recorrido allegou e provou ser arrimo de mãe viúva. O Juiz concedeu a ordem e recorreu. Nego provimento ao recurso.

Nas mesmas condições, tenho mais os seguintes recursos:

N. 13.490, de Minas Geraes; recorrido, Manoel Martins Pereira;

N. 13.523, de Minas Geraes; recorrido, José Borges Ferreira;

N. 13.534, do Paraná; recorrido, Estanislau Kupika;

N. 13.556, do Paraná; recorrido, João Branco;

N. 13.589, do Rio de Janeiro; recorrido, Avelino José de Freitas;

N. 13.600, de Minas Geraes; recorrido, Mariano Pacheco;

N. 13.611, de Minas Geraes; recorrido, José Carvalho Oliveira;

N. 13.655, do Paraná; recorrido, Sebastião Ribeiro de Lima;

N. 13.666, do Paraná; recorrido, José Campezi; e

N. 13.677, do Paraná; recorrido, Argemiro Chicovis.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida: o Tribunal nega provimento aos recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.868

Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem

foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.868, do Paraná; recorrente, o Juiz Federal; recorrido, França Mathias. — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, Relator: — Trata-se de caso de menoridade devidamente comprovada. O Juiz concedeu a ordem. O Tribunal, contra meu voto, nega provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento ao recurso contra os votos dos Srs. Ministro Godofredo Cunha e Guimarães Natal.

“HABEAS-CORPUS” N. 13.388

Constitui constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.388, do Paraná; recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Joaquim de Andrade. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro Mibielli.

O Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI, Relator: — Trata-se do caso de menoridade devidamente provada. O Juiz concedeu a ordem. Confirmo a decisão.

Nas mesmas condições tenho mais os recursos:

N. 13.564 do Paraná; recorrido, Ezequiel, filho de Pedro da Silva;

N. 13.696, do Rio de Janeiro; recorrido, Joaquim Diniz;

N. 13.729, do Paraná; recorrido, Lindolpho Oliveira.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento aos recursos, contra os votos dos Srs. Ministros Godofredo Cunha e Guimarães Natal.

“HABEAS-CORPUS” N. 12.850

Constitui constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 12.850, do Rio de Janeiro; recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Aristides Gonçalves Dias. — Tem a palavra o Sr. Ministro Edmundo Lins;

O Sr. Ministro EDMUNDO LINS, Relator: — Trata-se de um sorteado menor, plenamente provado. O Juiz concedeu a ordem e eu confirmo a decisão.

Idênticos a este, e igualmente provados, tenho mais os seguintes recursos:

N. 12.861, do Rio de Janeiro; recorridos, José Monteiro de Abreu e outros;

N. 12.872, do Districto Federal; recorridos, Octacilio Bonifacio de Queiroz e outros;

N. 12.883, de S. Paulo; recorrido, Minguchi Domingos Paucalini;

N. 12.894, de S. Paulo; recorrido, Valerio R. de Alvarenga;

N. 12.905, de S. Paulo; recorrido, Pietro Bellagamba;

N. 12.916, de S. Paulo; recorrido, João Barbela;

N. 12.993, do Districto Federal; recorrido, Alberto Frant;

N. 13.004, de S. Paulo; recorrido, Gemaro Scapolatiello;

N. 13.037, do Districto Federal; recorrido, Hernani Carlos Gonçalves Soares;

N. 13.048, de S. Paulo; recorrido, Lazaro de Assis Zeferino;

N. 13.059, de S. Paulo; recorrido, Moacyr Gomes;

N. 13.070, de S. Paulo; recorrido, Antonio Passeti;

N. 13.158, de S. Paulo; recorrido, Antonio Gonçalves Filho;

N. 13.202, de S. Paulo; recorrido, Guilherme Braga Lec;

N. 13.246, do Paraná; recorrido, Leopoldo Przybylski;

N. 13.257, do Districto Federal; recorrido, Benonimo de Souza Guimarães;

N. 13.290, do Paraná; recorrido, Francisco Collectusso;

N. 13.323, do Paraná; recorrido, Antonio Cunico;

N. 13.334, do Paraná; recorrido, Antonio de Oliveira Prestes;

N. 13.345, do Paraná; recorrido, Euclides Camargo;

N. 13.356, do Rio de Janeiro; recorrido, Sebastião Ignacio de Azevedo;

N. 13.378, do Paraná; recorrido, Flavio Muller;

N. 13.389, do Paraná; recorrido, Jeronymo Russolini;

N. 13.399, do Paraná; recorrido, Olympio Mendes dos Santos;

N. 13.400, do Paraná; recorrido, Theodoro Martins Ferreira da Silva;

N. 13.432, do Paraná; recorrido, Valtewir, filho de Neves Joslin;

N. 13.466, do Ceará; recorrido, Lourival Rodrigues;

N. 13.499 do Rio de Janeiro; recorrido, Dorico Maryns Nunes;

N. 13.510, do Districto Federal; recorrido, Rosalio Muniz Barreto;

N. 13.565, do Paraná; recorrido, Victorino Lemos;

N. 13.620, de S. Paulo; recorrido, Antonio Nuciaroni;

N. 13.642, do Paraná; recorrido, Joaquim Piovezan;

N. 13.653, do Paraná; recorrido, Walfrido Kiel;

N. 13.664, do Paraná; recorrido, José Pinto Rosas;

N. 13.675, do Paraná; recorrido, Avelino Coelho;

N. 13.730, do Paraná; recorrido, Jeremias Leal; e

N. 13.812, do Paraná; recorrido, Bols, filho de José Modaiski.

O Sr. Ministro ANDRÉ' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida: o Tribunal nega provimento a estes recursos contra os votos dos Srs. Ministros Godofredo Cunha e Guimarães Natal.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.468

Constitue constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal.

O Sr. Ministro ANDRÉ' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de

habeas-corpus n. 13.468, de S. Paulo. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Vitalino de Caruso. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Trata-se de caso de menoridade devidamente comprovada. O Juiz concedeu a ordem, recorreu e eu nego provimento ao recurso.

Em idênticas condições, Sr. Presidente, tenho mais os seguintes recursos:

N. 13.501, do Rio de Janeiro. Recorrido, Lindolpho Ribeiro da Silva Junior.

N. 13.512, do Districto Federal. Recorrido, Paulo François Alibert.

N. 13.545, do Paraná. Recorrido, Braz Picardi.

N. 13.567, do Paraná. Recorrido, Geraldo José Reis.

N. 13.622, de S. Paulo. Recorrido, Arthur Paes; e

N. 13.644, do Paraná. Recorrido, José Kleine.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida. — O Tribunal nega provimento a estes recursos, contra os votos dos Srs. Ministros Guimarães Natal e Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.866

Constitúe constrangimento ilegal, sanável pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.866, do Paraná. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Fructuoso Mendes. — Tem a palavra o Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — Trata-se de menor alistado e sorteado. O Juiz concedeu a ordem. Confirmo a decisão.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento contra os votos dos Srs. Ministros Guimarães Natal e Godofredo Cunha.

AGGRAVO DE PETIÇÃO N. 3.901.

Não cabe agravo, com fundamento em dano irreparável, desde que qualquer dano porventura causado, ainda pôde ser reparado no curso da causa, pelo próprio Juiz, ou em grau de apelação.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Agravo de petição n. 3.901, do Rio de Janeiro. Aggravante, a Prefeitura Municipal de S. Gonçalo; agravados, Ribeiro Ferreira & Cia. — Tem a palavra o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — Ribeiro Ferreira & Cia. requereram, contra a Prefeitura Municipal de S. Gonçalo, mandado prohibitorio para o fim de poderem livremente negociar em carnes verdes no municipio de S. Gonçalo, allegando que a Ré está creando obstaculos ao commercio dos Autores, já recusando e condemnando, sem exame medico, gado levado ao matadouro, para ser abatido, já mandando soltar ma-

liciosamente á noite, o gado que é depositado no curral do matadouro para a matança no dia seguinte.

Este requerimento foi deferido. Dias depois, os Autores, allegando que o mandado prohibitorio estava sendo burlado, requereram a nomeação de um medico para "que possa oppôr sua autoridade scientifica aos máus desejos manifestados contra os Supplicantes pelo medico da Prefeitura", visto como o referido medico, Dr. João Caetano Monteiro, injuriára um preposto dos Autores, chamando-o de *magarefe*, simplesmente porque este reclamára contra a condemnação injusta de uma das rezes, tendo sido, entretanto, considerada boa a carne das rezes de outros marchantes protegidos.

Deferindo esse segundo requerimento, pelo despacho de fls. 20, o Juiz nomeou o Dr. Polynes Dutra para proceder, durante a lide, ao exame das rezes dos Supplicantes abatidas no Matadouro de S. Gonçalo, constatando, por meio de relatorio, as irregularidades praticadas pelo preposto da Municipalidade. As rezes assim recusadas pelo medico da Camara, continúa o despacho, serão conservadas no Matadouro até que se procedam nellas as necessarias diligencias. Desse despacho de nomeação de outro medico, a Ré aggravou, com fundamento em damno irreparavel.

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. pôde dar o seu voto.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — Não conheço do agravo com esse fundamento, porque si o despacho aggravado causa realmente algum damno, este poderá ser reparado pela sentença final a proferir-se no interdicto prohibitorio, sentença que poderá declarar sem effeito o despacho do Juiz que fez a nomeação de outro medico.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — O damno resultante do despacho aggravado não poderá mais ser reparado. Conheço do agravo, sob este fundamento.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA: — Sr. Presidente, já ha precedentes. Um illustre Juiz Federal desta Capital concedeu, certa vez, um interdicto prohibitorio e nomeou um medico para fazer exame de rezes abatidas no Matadouro da Penha. Houve recurso dessa decisão e o Tribunal a manteve. Resta saber si o despacho de nomeação do medico, pelo Juiz, importa em damno irreparavel. Parece-me que não. A nomeação não é definitiva, pôde ser desfeita pela sentença final, e qualquer prejuizo della decorrente, pôde ser reparado pela indemnização.

Por esse fundamento, não conheço do agravo.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS: — Não conheço, de accôrdo com o Sr. Ministro Relator.

O Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI: — Conheço.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Conheço, de accôrdo com o voto do Sr. Ministro Arthur Ribeiro. Uma vez abatido o gado, não pôde mais ser reparado o damno; não se pôde mais restabelecer a situação anterior.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA: — Sou mais radical de que o Sr. Ministro Relator. Para mim o despacho é apenas uma providencia para

a execução do mandado; é um despacho meramente interlocutorio e absolutamente não pôde causar damno. Não conheço do agravo.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL: — Conheço, com o Sr. Ministro Arthur Ribeiro. A inexecução de uma Lei, por algum tempo, é sempre um damno que não se repara.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Houve empate na votação e eu o desempate de accôrdo com o Sr. Ministro Relator. — Por desempate, não se conheceu do agravo, contra os votos dos Srs. Ministros Arthur Ribeiro, Pedro Mibielli, Muniz Barrato e Guimarães Natal.

RECURSO EXTRAORDINARIO N. 1.300.

O facto de existirem menores interessados no feito, não justifica o pedido de preferencia.

O Sr. Ministro EDMUNDO LINS (pela ordem): — Sr. Presidente, tenho aqui um pedido de preferencia para o recurso extraordinario n. 1.300, de S. Paulo. E' de D. Carolina Dias de Aguiar e a razão unica que allega é que ha menores interessados.

Eu nego a preferencia.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Sr. Ministro Relator nega a preferencia. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(A' excepção do Sr. Ministro Godofredo Cunha, todos os Srs. Ministros votam com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se a preferencia, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

APPELLAÇÃO CIVEL N. 4.540.

Foi indeferido o pedido de preferencia, por não procederem os motivos allegados.

O Sr. Ministro EDMUNDO LINS, (pela ordem): — Tenho ainda um pedido de preferencia do Capitão Fernando Sá Peixoto, que propoz acção, pedindo a nullidade de sua reforma. Esta acção foi julgada procedente. Pede agora preferencia para o julgamento da Appellação n. 4.540, allegando que, emquanto a sentença não fôr confirmada, ella não receberá os ordenados a que tem direito e se acha em condições precarias.

Nego a preferencia.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Sr. Ministro Relator nega a preferencia. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(A' excepção do Sr. Ministro Godofredo Cunha, todos os Srs. Ministros votam com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se preferencia, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

REVISÃO CRIMINAL N. 2.392

Foi indeferido o pedido de preferencia, visto não procederem os motivos allegados.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, (pela ordem): — Sr. Presidente, Oscar de Araujo Guerra, sentenciado n. 121, cumprindo pena na Casa de Correção, pede preferencia para o julgamento da sua Revisão Criminal n. 2.392. Juntou um attestado medico que diz que elle sofre do olho direito e luxação total do crystallino, com perda completa da visão do mesmo olho.

Eu nego a preferencia. Não é a primeira vez que o peticionario pede preferencia para o seu julgamento. Afinal de contas o que elle está precisando é de conveniente regimen medico, o que não obterá com a sua revisão, que tanto lhe pôde ser favoravel como contraria. Aliás, o parecer do Sr. Ministro Procurador Geral lhe é contrario. E com esse attestado elle não justifica o pedido.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Sr. Ministro Relator nega a preferencia. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se a preferencia, por unanimidade de votos.

93ª SESSÃO, EM 8 DE NOVEMBRO DE 1924

Presidencia do Sr. Ministro André Cavalcanti. — Procurador Geral da Republica, o Sr. Ministro A. Pires e Albuquerque.

A's 12 horas e meia, abriu-se a sessão, achando-se presentes os Srs. Ministros Guimarães Natal, Godofredo Cunha, Leoni Ramos, Muniz Barreto, Pedro Mibielli, Hermenegildo de Barros, Pedro dos Santos, Geminiano da Franca e Arthur Ribeiro. Deixaram de comparecer os Srs. Ministros Herminio do Espirito Santo, Presidente, e Edmundo Lins, com causa justificada e Sebastião de Lacerda e Viveiros de Castro que se encontram em gozo de licença.

Foi lida e approvada a acta da sessão anterior e despachado todo o expediente sobre a mesa.

O Sr. Presidente submetteu ao Egregio Tribunal o requerimento em que Quintas & Pedrosa pediam preferencia para o julgamento da appellação civil n. 4.169 sendo o mesmo indeferido contra o votos dos Srs. Ministros Geminiano da Franca e Godofredo Cunha.

JULGAMENTOS

Habeas-Corpus:

N. 13.355 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrente, o Juizo Federal; recorrido, o paciente João Manoel Pires. — Deu-se provimento ao recurso para cassar a ordem concedida, unanimemente.

N. 13.824 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrente, o Juizo Federal da 1ª Vara; recorrido, o paciente Arthur de Castro Ferreira. — Identica decisão á do *habeas-corpus* n. 13.335.

N. 13.633 — Acre — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; paciente, tenente-coronel Joaquim Correia de Oliveira. — Não se conheceu do pedido por não estar devidamente instruído, unanimemente.

N. 13.880 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Muniz Barreto; recorrente, o paciente Antonio Alves Salgueiro; recorrida a Terceira Camara da Côte de Appellação. — Converteu-se o julgamento em diligencia para se requisitarem os autos originaes, unanimemente.

N. 13.883 — Rio Grande do Sul — Relator, o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros; recorrentes, Henrique e Fernando Schmidt; recorrido, o Superior Tribunal. — Negou-se provimento ao recurso, contra os votos dos Srs. Ministros Geminiano da Franca e Guimarães Natal.

N. 13.916 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Arthur Ribeiro; paciente, Arthur Cactano da Silva. — Converteu-se o julgamento em diligencia para se pedirem informações ao Sr. Ministro da Justiça, unanimemente.

N. 13.923 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros; recorrente, o paciente Ary de Azevedo Silva; recorrido, o Juizo Federal da 2ª Vara. — Deu-se provimento ao recurso para conceder a ordem impetrada contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

N. 13.933 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros; recorrente, o paciente Manoel Lopes; recorrido, o Juizo Federal da 1ª Vara. — Identica decisão á do *habeas-corpus* n. 13.923.

N. 13.889 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Leoni Ramos; recorrente, o Juizo Federal; recorrido, o paciente Alcides Nogueira Campos. — Negou-se provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

Tiveram decisão identica a do *habeas-corpus* n. 13.889, os seguintes recursos *ex-officio*:

N. 13.909 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Leoni Ramos; recorrido, o paciente Anastor Pereira de Carvalho;

N. 13.888 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Godofredo Cunha; recorrido, o paciente Antonio Francisco da Silva;

N. 13.893 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros; recorrido, o paciente Alberto Rodrigues Mourão;

N. 13.913 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros; recorrido, o paciente Ernani Rosaes;

N. 13.234 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Arthur Santi;

N. 13.520 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Antonio Martins Noronha;

N. 13.608 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente José Eloy Celestino;

N. 13.674 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Antonio Munari;

N. 13.699 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Gonçalo Vieira Miranda;

N. 13.710 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Dr. Homero Mattos de Magalhães;

N. 13.721 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Thomaz Lessa Garcia;

N. 13.743 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Manoel Antonio do Valle;

N. 13.754 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Lindolpho Bernardes;

N. 13.765 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente José Werneck da Silva;

N. 13.775 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Antonio Rodrigues de Carvalho;

N. 13.785 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Gumerindo Saraiva Moço;

N. 13.804 — Espirito Santo — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Francisco Camargo Teixeira;

N. 13.814 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente José Possamai;

N. 13.834 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Manoel Lopes dos Santos;

N. 13.844 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Carlos Bernardo de Azevedo;

N. 13.854 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Mario Dias Reguffe;

N. 13.874 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Anselmo de Oliveira;

N. 13.894 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Flavio Andrade de Mattos;

N. 13.904 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Manoel de Almeida;

N. 13.914 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, a paciente Leovigildo Magno Coelho;

N. 13.908 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Godofredo Cunha; recorrente, o Juizo Federal; recorrido, o paciente João Moraes Machado. — Negou-se provimento ao recurso, contra os votos dos Srs. Ministros Godofredo Cunha e Guimarães Natal.

Tiveram decisão identica á do *habeas-corpus* n. 13.908, os seguintes recursos *ex-officio* :

N. 13.898 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Godofredo Cunha; recorrido, o paciente José Barcellos;

N. 13.899 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Leoni Ramos; recorrido, o paciente Nestor d'Almeida Carvalho;

N. 13.903 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros; recorrido, o paciente Enodio Pereira da Silva;

N. 13.377 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente José Chiquitto;

N. 13.732 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Arthulino Colbett;

N. 13.864 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Casemiro Bubinak.

Conflicto de Jurisdicção:

N. 647 — Amazonas — (Aggravo do art. 44 do Regimento) — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; aggravante, a Companhia Anglo Sul Americana. — Por desempate foi confirmado o despacho aggravado contra os votos dos Srs. Ministro Guimarães Natal, Pedro Mibielli, Arthur Ribeiro e Godofredo Cunha.

Aggravos de Petição:

N. 3.841 — Districto Federal — (Aggravo do art. 44 do Regimento) — Relator, o Sr. Ministro Leoni Ramos; agravante, Sylvio Kronauer. — Foi confirmado o despacho agravado, unanimemente.

N. 3.874 — Districto Federal — (Aggravo do art. 44 do Regimento) — Relator, o Sr. Ministro Leoni Ramos; agravante, Dr. Helvecio Carlos da Silva Gusmão. — Foi confirmado o despacho agravado contra o voto do Sr. Ministro Pedro Mibielli que o reformava para revogar a pena imposta pelo Egregio Tribunal.

Carta Testemunhavel:

N. 3.734 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros; embargante, Manoel Gomes da Silva; embargado, Guilherme Maxwell S. Bastos. — Foram rejeitados os embargos, unanimemente.

Appellações Cíveis:

N. 3.386 — Bahia — Relator, o Sr. Ministro Arthur Ribeiro; Revisores, os Srs. Ministros Leoni Ramos e Pedro Mibielli; appellantes, o Juizo e a Fazenda Nacional; appellada, a Companhia Salinas da Margarida. — Negou-se provimento á appellação contra os votos dos Srs. Ministros Arthur Ribeiro, Leoni Ramos e Pedro Mibielli que lhe davam provimento em parte.

N. 4.998 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Guimarães Natal; appellantes, E. G. Fontes & Cia.; appellada, a Fazenda Nacional. — Foi indeferido o requerimento do Sr. Ministro Procurador Geral da Republica para que fossem appensados a este processo os autos de appellação civil n. 4.787, contra os votos dos Srs. Ministros Guimarães Natal e Pedro Mibielli.

Encerrou-se a sessão ás 16 horas.

O Sub-Secretario interino, *Theophilo Gonçalves Pereira*.

Autos que baixaram á Secretaria com vista ás partes*Appellações Cíveis:*

N. 5.045 — Paraná — Appellante, o Juiz Federal; appellada, Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

N. 5.046 — Districto Federal — Appellantes, Oscar & Cia.; appellada, a Fazenda Nacional.

N. 3.940 — S. Paulo — Appellantes, o Juiz e a União Federal; appellado, Dr. José da Matta Cardim.

N. 4.305 — Districto Federal — Appellantes, Maria da Gloria, Octavio d'Avila de Oliveira e Maria da Gloria Netto d'Avila Oliveira; appellado, Dr. Antonio Mattos.

AUDIENCIA, EM 8 DE NOVEMBRO DE 1924

Juiz seminario, o Exmo. Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

Aberta a audiencia com as formalidades legais, não havendo Accordams a publicar nem requerimentos a despachar, foi a mesma encerrada.

O Sub-Secretario interino, *Theophilo Gonçalves Pereira*.

“HABEAS-CORPUS” N. 13.355

*Para a concessão de habeas-corpus a sorteado
sob a allegação de ser arrimo de pessoa de sua familia,*

é necessaria a prova de que a pessoa arrimada não recebe pensão dos cofres publicos federaes, municipaes e estaduais.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.355, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, João Manoel Pires. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — E' uma hypothese de arrimo de mãe. Penso que o Tribunal deve dar provimento ao recurso para cassar a ordem, porque não ha documento nenhum comprovador de que a mãe do paciente não recebe pensões municipaes. E' o meu voto.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Deu-se provimento ao recurso, para cassar a ordem, unanimemente.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.824

Para a concessão de habeas-corpus a sorteado sob a allegação de ser arrimo de pessoa de sua família, é necessaria a prova de que a pessoa arrimada não recebe pensão dos cofres publicos federaes, municipaes e estaduais.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.824, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Arthur de Castro Ferreira. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Este sorteado allegou ser o unico arrimo de sua esposa. Não provou, porém, devidamente a isenção, pois não se encontra nos autos a prova de que ella não recebe pensão estadual ou municipal. O Juiz concedeu a ordem e recorreu. Dou provimento ao recurso para cassar a ordem.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Deu-se provimento ao recurso, para cassar a ordem, unanimemente.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.633

Não é de se conhecer do pedido de habeas-corpus que se não acha devidamente instruido.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — *Habeas-corpus* n. 13.633, do Acre. Paciente, o tenente-coronel Joaquim Correia de Oliveira. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — O tenente-coronel Joaquim Correia de Oliveira requer originariamente a este Tribunal uma ordem de *habeas-corpus*. Allega que foi pronunciado e processado por crime de defloração, sendo afinal condemnado no grau médio — dois annos e onze mezes de prisão. Dessa sua condennação o Promotor Publico não recorreu; recorreu, porém, elle, e o recurso de appellação está affecto ao julgamento do Tribunal Superior do Acre.

Entende elle que o Tribunal não pôde prover a appellação senão em seu favôr; contra, não, porque a parte contraria, o accusador, o Ministerio Publico, não recorreu. Sendo assim, a pena maxima que se lhe podia impôr era a de dois annos e onze mezes, desde que o Tribunal negasse provimento á appellação. E, se a pena não podia ser mais grave do que essa, devia ser admittido a prestar fiança, pois queria acompanhar o processo no Tribunal Superior, livre da prisão.

O Juiz deu o seguinte despacho: “Indeferido. O que reclama o paciente é um disparate”.

Requerendo originariamente a este Tribunal uma ordem de *habeas-corpus*, apresenta a mesma argumentação já alludida. Junta além disso, uma certidão comprovadora de um incidente havido entre elle e o Juiz, por ocasião de ser recolhido á prisão. Elle allegava que não podia ser recolhido á prisão commum, porque era tenente-coronel da Guarda Nacional. O Juiz não quiz attender a allegação sob o fundamento de que, se realmente o official da Guarda Nacional tem regalias, sómente pôde gozar dellas exhibindo uma patente regularizada, e a delle não estava. Juntou tambem jornaes do Acre, descrevendo todo o seu processo.

Está feito o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. pôde dar o seu voto.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Sr. Presidente, penso que o Tribunal não deve conhecer do pedido.

Em primeiro lugar, não está devidamente instruido. Se o que allega é verdade, elle o diz, mas não comprova. Estará elle nessa situação de processado e condemnado? Sómente elle, e não o promotor, recorreu para o Superior Tribunal? A sua condemnação foi unicamente no medio?

Nada nos autos o comprova. Ha só a sua affirmação.

Em segundo lugar, admittindo-se que a sua affirmação seja o bastante para comprovar a sua allegação, admittindo-se que tudo quanto allega seja a expressão da verdade, ainda assim o *habeas-corpus* não seria de admittir. Elle é requerido contra o despacho do Juiz da primeira instancia, que o não admittiu a prestar fiança. Podia ainda recorrer para o Tribunal Superior do Acre. O *habeas-corpus* não podia ser originariamente feito ao Supremo Tribunal.

Parece-me, portanto, que o Tribunal não deve conhecer do pedido, já por não estar devidamente insruído, já porque, quando o estivesse, não podia ter sido originario como o foi.

Assim voto.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Está em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Não se conheceu do pedido por não estar devidamente instruído, unanimemente.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.880

Converteu-se o julgamento em diligencia para o fim de serem requisitados os autos originaes do processo a que responde o paciente.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.880, do Districto Federal. Recorrente, Antonio Alves Salgueiro; recorrido, a Terceira Camara da Côte de Appellação. — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — O paciente foi denunciado por crime de estellionato. Elle era o portador de uma nota promissoria emittida por um dos socios de determinada firma, declarada fallida, com vencimento á vista da apresentação. Com relação ao facto foram remettidos diversos documentos ao Ministerio Publico, que denunciou, tanto o socio emittente, que, pelo contracto, não tinha poderes para appor o nome da firma nesse documento, como o portador, pelo crime de estellionato.

Allega o paciente que não se trata do crime de estellionato, mas de fallencia fraudulenta ou culposa; ou melhor, de facto criminoso, que se entrelaça com a materia do crime de fallencia; por isso, de accôrdo com a Lei, deve ser processado por outro Juiz, que não o da 5ª Vara criminal, que recebeu e processou a denuncia.

A Côte de Appellação negou a ordem pedida tendo á vista o processo que requisitára opportunamente. O seu Accordam não está fundamentado. E como, não podemos examinar a materia do processo sem o termos á vista, para verificarmos se effectivamente se trata de crime regido pela Lei de fallencias, se a competencia é realmente do Juiz da 5ª Vara criminal, e se o crime é de estellionato, assim como foi exposto e qualificado na denuncia, proponho que o Tribunal converta o julgamento em diligencia afim de requisitar os autos do processo crime, em que o paciente foi pronunciado.

Para mim o caso, como está exposto, é de *habeas-corpus*, pois se allega incompetencia do Juizo da pronuncia.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Convertiu-se o julgamento em diligencia para se requisitarem os autos originaes do processo, unanimemente.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.883

Aos Estados compete definir tudo quanto concerne ao recurso e ás pessoas que podem recorrer, por ser a materia de direito formal.

Segundo a legislação do Estado do Rio Grande do Sul, é lícito ao auxiliar de accusação recorrer, em-

bora o não tenha feito o Ministerio Publico, não sendo inconstitucional tal disposição.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.883, do Rio Grande do Sul. Recorrentes, Henrique e Fernando Schmidt; recorrido, o Superior Tribunal. — Tem a palavra o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — Os advogados Carlos Silveira Martins Leão e Joaquim Mauricio Cardoso requereram ao Superior Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul uma ordem de *habeas-corpus* em favor de Henrique Schmidt e Fernando Schmidt, allegando que, absolvidos estes do crime de homicidio pelo qual foram processados, continuam, entretanto, na prisão, por haver appellado o assistente ou auxiliar por parte do offendido, embora o representante do Ministerio Publico se tivesse conformado com a sentença absolutoria.

Invocaram os impetrantes tres Accordams do Supremo Tribunal Federal publicados na Revista do mesmo nome, vols. 38, pags. 17; 41, pags. 47 e 42, pags. 29, no sentido de não poder o auxiliar da accusação publica recorrer quando o não tenha feito o Ministerio Publico.

O Tribunal de Justiça negou a ordem, sob o fundamento de que o art. 494 do Codigo do Processo Penal do Estado confere ao assistente a faculdade de recorrer, ainda que o não faça o Promotor Publico, e essa disposição não é inconstitucional, porque, de accôrdo com egual numero de julgados do Supremo Tribunal Federal, publicados na citada Revista, vols. 15, pags. 440; 16, pags. 165 e 34, pags. 24, aos Estados compete definir tudo quanto concerne ao recurso e ás pessoas que podem recorrer, por ser a materia de direito formal. Acrescentou o Accordam do Tribunal de Justiça que essa intelligencia ainda está de accôrdo com a Lei Federal n. 2.024, quando, no art. 175, expressamente assegura ao assistente o direito de recorrer da sentença proferida sobre fallencia.

Dessa decisão recorreu o advogado Joaquim Mauricio Cardoso.

Está feito o relatório.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — Nego provimento ao recurso e confirmo a decisão recorrida que encerra a bôa doutrina, a que melhor consulta as garantias da defesa social pela rasoavel intervenção do offendido para supprir negligencia possivel, sinão falta mais grave, do Ministerio Publico.

Além dos argumentos já conhecidos, é procedente o que se deduz da Lei de fallencias.

Determina o art. 173 dessa Lei que todos os crimes a que ella se refere têm acção publica, podendo ser iniciado o processo por denuncia do Ministerio Publico ou por queixa dos liquidatarios ou de qualquer credor, e acrescenta o mesmo artigo, reproduzindo o art. 408, do Codigo Penal, que, em todos os termos da acção intentada por queixa, será ouvido o representante do Ministerio Publico, e nas da que o fôr por denuncia poderão intervir os liquidatarios ou qualquer credor para auxiliá-lo.

O art. 175, § 2º da mesma Lei, dispõe que da sentença poderão appellar o réu, o representante do Ministerio Publico e a parte queixosa ou *assistente*.

Não se comprehende, pois, que o interesse dos liquidatarios da massa ou de qualquer dos credores do fallido, como assistente, seja mais digno de pro-

tecção do que o interesse do offendido em caso de homicidio, roubo e outros crimes causadores de damno muito mais intenso do que o crime de fallencia.

Por outro lado, as decisões criminaes exercem decisiva influencia sobre as civeis, tanto que não mais se questionará sobre a existencia do facto ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no crime, conforme dispõe o art. 1.525, do Codigo Civil, reproduzindo o art. 68 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Ora, seria profundamente injusto que se recusasse ao auxiliar o direito de recorrer, porque essa recusa poderia importar em offensa á propriedade, além da offensa á honra e á vida do offendido.

Outras decisões tem o Supremo Tribunal Federal proferido no sentido da decisão recorrida, como as duas dos recursos de *habeas-corpus* ns. 8.494 e 8.564, do Rio Grande do Sul, sendo que o Accordam publicado na citada Revista, vol. VIII, pag. 17, só foi unanime quanto ao segundo fundamento — o de não poder o assistente allegar suspeição. Como quer que seja, não é manifestamente inconstitucional a disposição do Codigo do Processo do Rio Grande do Sul.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Está em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — Nego provimento ao recurso, porque o Codigo de Processo Criminal do Rio Grande do Sul dá essa attribuição ao assistente e não acho que essa disposição seja manifestamente inconstitucional.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — Conclui o meu voto exactamente nesses termos.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA: — Dou provimento ao recurso, para conceder a ordem.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS: — Nego provimento. Penso que o assistente póde recorrer.

Admittido o instituto da assistencia, como eu o comprehendo, em que o assistente apenas auxilia o assistido, sem ter direito principalmente e directo, não seria possivel áquelle recorrer. O Tribunal, porém, tem dado outra comprehensão ao instituto, permitindo o recurso.

No caso, cumpre ponderar que a legislação do Rio Grande do Sul chama de assistente ao auxiliar. Parece que a denominação não é das mais felizes. Mas desde que a legislação estadual, tratando da organização judiciaria, de sua exclusiva competencia, conferiu essa função ao auxiliar, que chama impropriamente de assistente, não sei como desrespeitar o dispositivo.

Penso, portanto, que bem andou o Tribunal Superior do Rio Grande do Sul conhecendo da appellação assim interposta. A materia é de organização judiciaria.

Nego provimento, de accôrdo com o Sr. Ministro Relator.

O Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI: — Nego provimento.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Tambem nego. Sempre votei assim. Tanto mais que a legislação do Rio Grande do Sul faz referencia ao Processo Civil, que, por disposição expressa de Lei, permite que o assistente possa sempre appellar.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS: — Nego provimento.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA: — Tambem nego provimento.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL: — Dou provimento para conceder a ordem, porque, havendo Lei Federal, dispondo sobre a materia, não pôde prevalecer a estadual. Sempre votei assim.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se provimento ao recurso, contra os votos dos Srs. Ministros Geminiano da Franca e Guimarães Natal.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.916

Converteu-se o julgamento em diligencia, afim de serem pedidas informações ao Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — *Habeas-corpus* n. 13.916, do Districtao Federal. Paciente, Arthur Caetano da Silva. — Tem a palavra o Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — Sr. Presidente, recebi hoje a seguinte petição de *habeas-corpus*:

"Arthur Caetano da Silva, cidadão brasileiro no pleno gozo de seus direitos civis e politicos, deputado federal pelo Rio Grande do Sul, vem a V. V. Exs. impetrar uma ordem de *habeas-corpus* que o ponha a salvo do constrangimento illegal que está soffrendo pelo facto que passa a expor:

O impetrante solicitou na agencia da Mala Real Ingleza, nesta cidade, que lhe fosse expedida uma passagem a bordo do paquete "Andes", que partia do nosso porto para Montevidéo no dia 2 do corrente. O encarregado do serviço dizendo que reservaria a passagem, exigiu, entretanto, do impetrante o respectivo passaporte e visado pela autoridade policial. Não valeu a allegação de tratar-se de um representante da Nação, pois as ordens da policia a tal respeito eram severissimas. Um capitão do Exercito, amigo do impetrante, dirigiu-se, então, á Policia Central levando o passaporte para ser visado. Cerca de uma hora após avisava pelo telephone que estava tudo providenciado e só se fazia mistér a presença do impetrante para determinada formalidade. O impetrante seguiu immediatamente e, chegando á Central da Policia, foi recebido pelo delegado que lhe declarou que acabava de receber ordem emanada do Ministerio da Justiça e pela qual lhe era vedado *visar* o passaporte do representante do Rio Grande do Sul.

O impetrante que seguia para Montevidéo afim de se avistar com o eminente chefe da Alliança Libertadora, o Sr. Assis Brasil, que, ha mezes, se acha na Republica do Uruguay, foi inhibido de realizar a sua viagem e ficou soffrendo essa coacção illegal por parte das autoridades federaes. E para que possa locomover-se livremente o representante da Nação, no uso das suas imunidades parlamentares e para que cesse a violencia do Executivo que affecta um dos ramos do poder publico, é que o impetrante bate ás portas desse Egregio Tribunal.

O impetrante jura ser verdade tudo quanto allega e requer que autuada esta e preenchidas as demais formalidades lhe seja concedida a impetrada ordem de *habeas-corpus* de accôrdo com a Constituição e as Leis da Republica".

O Sr. Presidente, como se trata de assumpto em que deve ser ouvido o Sr. Ministro da Justiça, para abreviar o julgamento, proponho desde já essa diligencia.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Está em dis-

cussão o voto do Sr. Ministro Relator propondo converter o julgamento em diligencia afim de ser ouvido o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA: — Dispensaria a diligencia. Mas uma vez que o Sr. Ministro Relator a propoz voto por ella.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — A allegação do paciente pôde não ser verdadeira, por isso voto pela diligencia.

(Os demais Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Converteu-se o julgamento em diligencia para ser ouvido o Sr. Ministro da Justiça, por unanimidade de votos.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.923

Para a concessão de habeas-corpus a sorteados sob o fundamento de serem arrimos de pessoas de sua familia, é necessaria a prova de que as pessoas arrimadas não recebem pensão dos cofres públicos federaes, estaduais ou municipaes.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.923, do Districto Federal. Recorrente, Ary de Azevedo Silva. Recorrido, o Juiz Federal. — Tem a palavra o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — Este sorteado requereu *habeas-corpus*, allegando ser o unico arrimo de sua mãe viuva. O Juiz federal negou a ordem, porque, embora estivessem demonstrados os demais requisitos exigidos para o reconhecimento da isenção, incompleta foi a prova de um ponto essencial: de que a mãe do paciente não percebe montepio municipal. Houve recurso para este Tribunal e, nesta instancia, foi apresentado o documento julgado indispensavel pelo Juiz Federal.

Tendo sido satisfeitos todos os outros requisitos, dou provimento ao recurso, para conceder a ordem.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — E' conhecida a votação: o Tribunal dá provimento ao recurso para conceder a ordem, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.933

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe viuva, por ella escolhido para tal, entre outros filhos.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.933, do Districto Federal. Recorrente, Manoel Lopes; recorrido, o Juiz Federal. — Tem a palavra o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — Este sorteado requereu *habeas-corpus*, allegando ser o unico arrimo de sua mãe viuva e de uma irman solteira. O Juiz Federal negou a ordem, por não ter o

paciente apresentado provas de ser filho unico ou escolhido por sua mãe para esse fim. Recorreu para este Tribunal e apresentou o seguinte documento: "Declaro para os fins de direito que tenho escolhido para meu unico arrimo o meu filho Manoel Lopes, que commigo reside nesta cidade".

Está assignado pela mãe do paciente. Dou provimento ao recurso para conceder a ordem.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — E' conhecida a votação do Tribunal: dá provimento ao recurso para conceder a ordem, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.909

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado em municipio diverso do de sua residencia.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.909, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Anastor Pereira de Carvalho. — Tem a palavra o Sr. Ministro Leoni Ramos.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS, Relator: — Trata-se de um sorteado que provou que foi alistado em municipio diverso do de sua residencia; houve além disso, engano no nome com que foi alistado. O Juiz concedeu a ordem e recorreu. Nega provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — E' conhecida a votação do Tribunal; nega provimento ao recurso contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.889

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua irman solteira.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.889, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Alcides Nogueira Campos. — Tem a palavra o Sr. Ministro Leoni Ramos.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS, Relator: — Este sorteado provou com os documentos exigidos pelo Regulamento que é o unico arrimo de sua irman solteira. O Juiz concedeu a ordem e eu confirmo a sua decisão.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — E' conhecida a votação do Tribunal. Nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.888

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de mãe viuva e pobre.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de

habeas-corpus n. 13.888, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Antonio Francisco da Silva. — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, Relator: — Trata-se de um caso de arrimo de mãe viuva. A allegação do paciente está exuberantemente provada. O Juiz concedeu a ordem e recorreu *ex-officio*. O Tribunal nega provimento ao recurso, contra o meu voto.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação do Tribunal é conhecida: nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.893

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua esposa physicamente incapaz.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.893, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Alberto Rodrigues Mourão. — Tem a palavra o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — O paciente provou que é o unico arrimo de sua esposa, physicamente incapaz. O Juiz concedeu a ordem e recorreu. Nego provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — E' conhecida a votação do Tribunal: Nega provimento ao recurso contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.913

Constitue constrangimento illegal, sanavel peio habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de seu pae physicamente incapaz.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.913, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Ernani Rosaes. — Tem a palavra o Sr. Ministro Heremenegildo de Barros.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — Este sorteado allegou e provou que é o unico arrimo de seu pae, physicamente incapaz, e de irmãos menores.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — E' conhecida a votação do Tribunal: Nega provimento ao recurso contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.234

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe viuva e pobre.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de

habeas-corpus n. 13.234, do Paraná. Requerente, o Juiz Federal; recorrido, Arthur Santi. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — E' um caso de arrimo de mãe viuva, devidamente comprovado. O Juiz, assim considerando, concedeu a ordem e recorreu. Nego provimento ao recurso.

Nas mesmas condições, tenho os seguintes recursos de *habeas-corpus*:

N. 13.608, de Minas Geraes, em que é recorrido José Eloy Celestino;

N. 13.699, do Rio de Janeiro, em que é recorrido Gonçalo Vieira Miranda;

N. 13.775, do Rio de Janeiro, em que é recorrido Antonio Rodrigues de Carvalho;

N. 13.874, de Minas Geraes, em que é recorrido Anselmo de Oliveira; e

N. 13.914, do Districto Federal, em que é recorrido Leovigildo Magno Coelho.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — E' conhecida a votação do Tribunal: Nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.520

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem contrahiu matrimonio antes de 1921, e sustenta filhos menores.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.520, de Minas Geraes. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Antonio Martins Noronha. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — E' o caso de sorteado casado antes de 1921 e com filhos menores que sustenta. O Juiz, considerando devidamente comprovada a allegação, concedeu a ordem e recorreu. Nego provimento ao recurso.

Nas mesmas condições tenho os seguintes recursos de *habeas-corpus*:

N. 13.804, do Espirito Santo, em que é recorrido Francisco Camargo Teixeira;

N. 13.834, do Districto Federal, em que é recorrido Manoel Lopes dos Santos; e

N. 13.854, do Districto Federal, em que é recorrido Mario Dias Reguffe.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação do Tribunal é conhecida: Nega provimento aos recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.674

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua esposa.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de

habeas-corpus n. 13.674, do Paraná. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Antonio Munari. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — E' um caso de arrimo de esposa. A isenção está devidamente comprovada. Assim julgou o Juiz que concedeu a ordem e recorreu. Nego provimento ao recurso.

Nas mesmas condições, tenho o recurso de *habeas-corpus* n. 13.824, do Districto Federal, em que é recorrido Arthur de Castro Ferreira.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — E' conhecida a votação do Tribunal. Nega provimento aos recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.710

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado em municipio diverso do de sua residencia.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.710, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Dr. Homero Mattos de Magalhães. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — O paciente allegou e provou que foi alistado em municipio diverso daquelle em que tem a sua residencia. O Juiz assim considerou e concedeu a ordem. Confirmo a sua decisão.

Nas mesmas condições tenho os seguintes recursos de *habeas-corpus*:

N. 13.721, de Minas Geraes, em que é recorrido Thomaz Lessa Garcia;

N. 13.765, de Minas Geraes, em que é recorrido José Werneck da Silva;

N. 13.785, do Rio de Janeiro, em que é recorrido Gumercindo Saraiva Moço; e

N. 13.904, do Districto Federal, em que é recorrido Manoel de Almeida.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação do Tribunal é Conhecida: Nega provimento aos recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.743

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua esposa.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.743, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Manoel Antonio do Valle. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — E' um caso de arrimo de esposa, devidamente comprovado. O Juiz, assim considerando, concedeu a ordem e recorreu. Nego provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação

é conhecida. O Tribunal nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.754

Constitue constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado em classe diversa da sua.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.754, de Minas Geraes. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Lindolpho Bernardes. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Este sorteado allegou ser arrimo, mas não provou poder arrimar; allegou classe diversa e provou-o. O Juiz concedeu a ordem por este fundamento, mas com a ressalva della prestar o serviço na classe em que devia ser chamado. Nego provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — E' conhecida a votação do Tribunal. Nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.743

Constitue constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua esposa.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.743, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Manoel Antonio do Valle. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — E' a hypothese de arrimo de esposa, devidamente comprovada. O Juiz assim considerou, concedeu a ordem e recorreu. Nego provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida. O Tribunal nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.814

Constitue constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de seu pae, physicamente incapaz.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.814, do Paraná. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, José Passamai. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — E' um caso de arrimo de pae, devidamente comprovado. O Juiz concedeu a ordem e recorreu. Confirmo a sua decisão.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação do Tribunal é conhecida. Nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.844

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é marinheiro e como tal só podendo ser obrigado a servir na Marinha.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.844, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Carlos Bernardo de Azevedo. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Este sorteado tem isenção do serviço militar por ser marinheiro. Só está obrigado a esse serviço na Marinha e foi chamado para o Exercito. Comprovou devidamente a allegação. O Juiz concedeu a ordem, recorreu e eu nego provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação do Tribunal é conhecida. Nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.894

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é physicamente ou mentalmente incapaz para o serviço militar.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.894, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Flavio de Andrade Mattos. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Allegou o impetrante deste *habeas-corpus* que o paciente, sorteado para o serviço militar, soffre de incapacidade mental, não tendo intelligencia lucida, estando atacado de loucura e não pôde prestar esses serviços. Comprovou devidamente a allegação. O Juiz assim considerou, concedeu a ordem e recorreu. Nego provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — E' conhecida a votação do Tribunal. Nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.898

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de

habeas-corpus n. 13.898, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, José Barcellos. — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, Relator: — E' um caso de menoridade, devidamente provado. O Juiz concedeu a ordem e recorreu. O Supremo Tribunal nega provimento ao recurso, contra o meu voto.

Nas mesmas condições, tenho o recurso de *habeas-corpus* n. 13.908, desta Capital, em que é recorrido João Moraes Machado.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — E' conhecida a votação do Tribunal. Nega provimento aos recursos, contra os votos dos Srs. Ministros Godofredo Cunha e Guimarães Natal.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.899

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.899, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Nestor d'Almeida Carvalho. — Tem a palavra o Sr. Ministro Leoni Ramos.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS, Relator: — O paciente allegou e provou que foi alistado e sorteado quando menor. O Juiz concedeu a ordem e eu confirmo a sua decisão.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação do Tribunal é conhecida. Nega provimento ao recurso contra o voto dos Srs. Ministros Godofredo Cunha e Guimarães Natal.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.903

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.903, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Enodio Pereira da Silva. — Tem a palavra o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — O paciente foi alistado e sorteado, quando menor. O Juiz concedeu a ordem e eu nego provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — E' conhecida a votação do Tribunal. Nega provimento ao recurso, contra os votos dos Srs. Ministros Godofredo Cunha e Guimarães Natal.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.377

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem

foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.377, do Paraná. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, José Chiquito. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — É uma hypothese de menoridade, devidamente comprovada. O Juiz concedeu a ordem, recorreu e eu confirmo a sua decisão.

Nas mesmas condições, tenho o recurso de *habeas-corpus* n. 13.864, do Paraná, em que é recorrido Casimiro Bubinak.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — É conhecida a votação do Tribunal. Nega provimento aos recursos, contra os votos dos Srs. Ministros Godofredo Cunha e Guimarães Natal.

“HABEAS-CORPUS” N. 13.732

Constitue constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.732, do Paraná. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Arthulino Colbett. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Este sorteado allegou duas isenções: — municipio diverso e menoridade. Aquella não ficou devidamente comprovada; esta, porém, é evidente. O Juiz concedeu a ordem e eu nego provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — A votação do Tribunal é conhecida. Nega provimento ao recurso contra os votos dos Srs. Ministros Godofredo Cunha e Guimarães Natal.

CONFLICTO DE JURISDIÇÃO N. 647

A decisão proferida em conflicto de jurisdição não é definitiva ou final, e como tal não é embargavel.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Conflicto de jurisdição n. 647, do Amazonas. Aggravante, a Companhia Anglo-Sul-Americana. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Neste conflicto de jurisdição o Tribunal proferiu o seguinte Accordam: (*)

“Vistos, relatados e discutidos estes autos de conflicto negativo de jurisdição vindos do Amazonas, nos quaes figuram de suscitantes Archer Pinto & Companhia e de suscitados o Juiz Federal da Secção do dito Estado e o Juiz de Direito da Vara Commercial de Manáus, etc.

(*) V. esse julgamento no vol. LXVII, pag. 121.

Allegam os suscitantes que são negociantes estabelecidos na cidade de Manáus, Capital do Amazonas.

Tinham sua casa commercial segurada ha muitos annos pela Companhia Anglo-Sul-Americana — com a qual celebraram contracto regular por intermedio da Agencia que ella ali possuia e possui.

Acontece que, em a noite de 23 de Dezembro de 1922, violento incendio devorou o estabelecimento alludido, do qual apenas conseguiram salvar alguns generos.

Reclamaram da Companhia seguradora a indemnização a que se julgam com direito; mas, em vão assim o fizeram, porque lhes foi terminantemente recusada.

Recorreram então á Justiça, propondo esta acção de resarcimento perante o Dr. Juiz de Direito do Commercio de Manáus.

Citada para o pleito, compareceu a Companhia e excepcionou o Juiz. Competente para o caso, disse, não era elle, orgam da Justiça estadual, a quem indevidamente haviam recorrido.

Tendo ambas as partes os seus domicilios em Estados differentes; — os *A. A.* na Capital do Amazonas, a *R.* na Capital da Republica, só a Justiça da União no Districto Federal poderia intervir; e quando assim não fosse, pelo principio da prevenção só o Juiz Seccional do Amazonas poderia conhecer e resolver da hypothese por haver processado uma vistoria apresentada como um dos elementos fundamentaes da demanda.

A excepção foi julgada procedente, proclamando o Juiz estadual a sua incompetencia e a competencia da Justiça Federal no Estado.

Provocado por um agravo opportunamente interposto, o Tribunal amazonense confirmou a decisão agravada.

Remettidos então os autos ao Juiz Seccional, elle, tambem, por sua vez, recusou intervir, considerando manifesta a sua incompetencia.

Dahi o conflicto negativo de jurisdicção interposto para este Tribunal ao qual, depois de devidamente apresentado, preparado e examinado:

Accordam em julgar procedente para considerar competente a Justiça do Estado do Amazonas.

Segundo prescreve o art. 35 do Codigo Civil, as pessoas juridicas de direito privado tem o seu domicilio no lugar onde funcționarem as respectivas directorias e administrações, ou onde elegerem domicilio especial nos seus estatutos ou actos constitutivos.

Não obstante, logo a seguir, firmando uma restricção ao preceito citado, dispõe o mesmo Codigo no § 3º, do citado artigo que, tendo a pessoa juridica de direito privado diversos estabelecimentos em lugares differentes, cada um será considerado domicilio para os actos nelle praticados.

Ora, como dos autos se vê, é certo que os *A. A.* residem no Amazonas e que a *R.* tem a sua séde na Capital da Republica; mas, igualmente certo tambem é que ella tem outros estabelecimentos ou agencias em cada uma das Captaes das Unidades componentes de nossa Federação.

Como nas outras Captaes dos departamentos brasileiros, tem ella agencia em Manáus, Capital do Estado do Amazonas, onde foi celebrado o contracto ajuizado, e, portanto, para os effeitos judiciais de sua liquidção, ahi, em Manáus, tem ella o seu domicilio.

Residindo, portanto, ahi, ambas as partes, ao menos, para os effeitos da liquidção desse contracto, a Justiça competente para julgar a acção proposta a fls. é e não póde deixar de ser a estadual, nada importando á solução

do caso o incidente de haver a federal instruído um dos documentos em que se procura basear o pleito.

Custas pelo incidente na fôrma da Lei."

Ao Relator foi apresentada a seguinte petição:

"A Companhia Anglo-Sul-Americana requer se digne V. Ex. deferir a juntada aos autos do Conflicto de Jurisdição n. 647, dos embargos que offerece ao Venerando Accordam para fins legais.

Outrosim, requer seja telegraphado ao Dr. Juiz do Commercio do Estado do Amazonas, dando-lhe noticia de que o Venerando Accordam foi embargado, não podendo proseguir no feito antes que os embargos sejam julgados definitivamente."

A esta petição dei o seguinte despacho:

"Sim, junte-se; mas fica indeferida a petição. O Accordam que se pretende embargar não é final nem definitivo e, portanto, não é embargavel."

E' deste despacho que se interpõe o agravo do art. 44.

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Vou tomar os votos.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — Considero a decisão embargavel. Quanto á materia de competencia, é definitiva. Reformo o despacho.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA: — Confirmo o despacho.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Confirmo o despacho.

O Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI: — Reformo o despacho.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Confirmo o despacho.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS: — Confirmo o despacho.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA: — Reformo o despacho.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL: — Reformo o despacho.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Desempato a votação confirmando o despacho do Sr. Ministro Relator. — Foi confirmado o despacho agravado, contra os votos dos Srs. Ministros Arthur Ribeiro, Pedro Mibielli, Godofredo Cunha e Guimarães Natal.

AGGRAVO DE PETIÇÃO N. 3.841 (*)

A' decisão que não conhece do agravo por incabível na espécie, não podem ser oppostos embargos de nullidade e infringentes do julgado.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Agravo de petição n. 3.841, do Districto Federal. Aggravante, Sylvio Kronauer; agravados, R. S. Dalghert Limited. — Tem a palavra o Sr. Ministro Leoni Ramos.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS, Relator: — Na acção de prestação de contas, que movem R. S. Dalghert Limited, contra Sylvio Kronauer, este requereu ao Juiz Federal da 1ª Vara, por onde se processa a acção, que man-

(*) Sobre agravo do art. 44 do Reg. Int. do Sup. Trib. Fed.

dasse desentranhar dos autos a replica á contestação e reconvenção, que a mesma firma juntára fóra do prazo legal de 15 dias, nos termos do art. 104, do Regulamento n. 737, de 1850.

O Juiz deu o seguinte despacho:

“Não tendo havido cobrança dos autos por mandado judiciario, nos termos do art. 223, do Decreto n. 3.084, de 1898, parte 1ª, indefiro o requerido a fls. 352.”

Desse despacho houve agravo, fundado em damno irreparavel. A respeito o Egregio Supremo Tribunal proferiu o seguinte Accordam: (*)

“Vistos e relatados estes autos de agravo de petição interposto por Sylvio Kronauer, do despacho pelo qual o Juiz Federal da 1ª Vara do Districto Federal, na acção de prestação de contas que lhe move a firma R. S. Dalghert, Limited, indeferiu a petição de fls. 353 em que o mesmo agravante requereu o desentranhamento dos autos, da replica á contestação e da reconvenção que a agravada juntou fóra do prazo legal, pelo fundamento de não ter havido a cobrança dos autos por mandado judicial, nos termos do art. 233 do Dec. n. 3.084, de 5 de Novembro de 1898, parte primeira;

Accordam não conhecer do agravo por não ser tal recurso cabivel na especie dos autos; pagas as custas pelo agravante.”

E' unanime.

A esse Accordam foram offerecidos embargos, mas o Secretario do Tribunal informou que os autos já tinham baixado por ordem do Sr. Presidente, por isso que o art. 145 do Regimento Interno determina que, no prazo de 5 dias, podem os autos baixar, não cabendo, portanto, embargos. Assim resolvei, isto é, não acceitei os embargos.

Tendo havido agravo do art. 44, o Supremo Tribunal entendeu, em sua sabedoria, que o Relator devia conhecer dos embargos, ou melhor, examinar o caso para verificar se cabiam ou não embargos, porque os autos tinham baixado irregularmente á instancia inferior, pois o que regulava a especie era o art. 175 do Regimento e não o 145. E assim se fez. (**)

Requisitados os autos da instancia inferior e a elles appensos os autos em apartado, do agravo do art. 44, assim organizado porque, já tendo descido os do agravo de petição, era preciso que fossem atuados para que delles tomasse conhecimento o Tribunal, vindo á minha conclusão, despachei:

“Não constituindo sentença final o Accordam de fls. 268 v., a elle não podem ser oppostos embargos de nullidade e infringentes (art. 175 do Regimento Interno.)”

Não admitto, pois, os embargos de fls. 288.

O Tribunal mandára que os autos viéssem da instancia inferior, para que o Relator verificasse se os embargos eram de se admittir ou não, depois de examinada a natureza do despacho aggravado. Verifiquei que o Juiz indeferira o pedido de desentranhamento, sob o fundamento de que não tinha havido cobrança com o protocollo. Decidiu o Tribunal que muito bem resolvêra o Juiz, não vendo em que tivesse havido damno e muito menos irreparavel, desse despacho. A esse Accordam podiam ser oppostos embargos? Entendi que não e, por isso, não os admitti.

Não tenho voto e o Tribunal resolverá como fôr de justiça.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Está em

(*) V. esse julgamento no vol. LXIX, pag. 314.

(**) V. esse julgamento no vol. LXXIII, pag. 189.

discussão o despacho do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros confirmam o despacho do Sr. Ministro Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Foi confirmado o despacho agravado, unanimemente.

AGGRAVO DE PETIÇÃO N. 3.874. (*)

Da decisão do Tribunal, impondo pena disciplinar a um advogado não cabe o recurso de embargos.

A pena de suspensão ou qualquer outra disciplinar imposta pelo Tribunal, pôde ser por elle relevada, mas não por meio de embargos.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Agravo de petição n. 3.874, (do art. 44 do Reg.), do Districto Federal. Aggravantes, Oscar Motta & Cia.; agravado, Fortunato Teixeira. — Tem a palavra o Sr. Ministro Leoni Ramos.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS, Relator: — Nos autos de agravo de petição em que são agravantes Oscar Motta & Cia., e agravado Fortunato Teixeira, ao ser intimado do Accordam deste Tribunal de fls. 73 v., negando provimento ao mesmo, o advogado dos agravantes, ao appôr o "ciente" acrescentou palavras offensivas ao Tribunal, pelo que este resolveu suspendel-o por 30 dias, na forma do art. 22, da Lei n. 221, de 20 de Novembro de 1894. (**)

Ao ultimo Accordam o advogado oppoz embargos, que vou ler ao Tribunal:

"O infra assignado, tendo sido suspenso do exercicio da sua profissão de advogado durante 30 dias, em virtude de decisão proferida por esse Egregio Tribunal, nos autos supra, dirigiu a S. Ex. o Sr. Presidente do mesmo Tribunal, em data de 13 do corrente, a seguinte carta: "Rio de Janeiro, 13 de Outubro de 1924. Exmo. Sr. Ministro Presidente do Egregio Supremo Tribunal Federal. Cumprimento respeitosamente a V. Ex. Ha certos estados de espirito, provocados por um accumulo de reveses na vida profissional, que levam muita vez os individuos que nelle se encontram a perder a linha habitual de correcção, proferindo e mesmo escrevendo phrases e palavras, indiscutivelmente offensivas em si mesmas, sem o menor laivo de intenção injuriosa. Não são phrases e palavras conscientes: serão subconscientes e até mesmo inconscientes. Foi num desses estados d'alma que, ao ser intimado para sciencia do V. Accordam proferido pelo Egregio, que V. Ex. tão dignamente preside, nos autos de agravo de petição n. 3.874, lancei o meu ciente nos termos que tanto offenderam aos Eminentes Juizes da Suprema Côrte de meu paiz. Realmente ao reler na acta dos trabalhos da ultima sessão do Egregio Tribunal a phrase que então escrevi, verifiquei que a expressão de que usára fôra, na verdade, profundamente impolida. Não me rebello, pois, contra a penalidade que a alta sabedoria do Egregio Tribunal me impoz, numa justa defesa do

(*) Sobre agravo do art. 44 do Reg. Int. do Sup. Trib. Fed.

(**) V. esse julgamento no vol. LXXIII, pag. 186.

seu proprio prestigio e de sua magestade. Advogado, porém, que milita longos annos no fôro desta cidade; caudico que conhece perfeitamente os seus deveres de profissional, dentre os quaes figura, em situação proeminente, o de tributar, profundo respeito aos Juizes em geral, e muito particularmente aos magistrados componentes do Tribunal que é a cupola do nosso Poder Judiciario, — eu não poderia nem deveria fugir ao dever de dar a V. Ex. e ao Egregio Tribunal as mais amplas satisfações por aquelle gesto impensado.

E no dar, como por este meio dou, taes explicações devo declarar a V. Ex. sob a minha palavra de honra, que, ao escrever aquella phrase, não tive a menor intenção de desrespeitar o Egregio Supremo Tribunal Federal, que sempre de mim mereceu, em todas as circumstancias da minha vida, o grande acatamento a que tem indiscutivel direito. Nunca, na verdade, em quaesquer arrazoados meus, elaborados em processos a serem decididos pela Alta Côrte, tive qualquer phrase cujo sentido não fosse perfeitamente polido, procurando, muito ao contrario, tributar-lhe sempre as provas mais inconcussas da minha grande veneração. Em face do exposto, ousou esperar que V. Ex. se digne levar os termos desta carta ao conhecimento do Egregio Supremo Tribunal Federal, ao qual supplico que, á vista dos seus termos e como medida de equidade, revogue a pena de suspensão do exercicio da advocacia que me foi imposta em a sua ultima sessão. De qualquer fórmula, peço que V. Ex. aceite e transmita ao Egregio Tribunal as minhas desculpas e os protestos da minha mais alta consideração. De V. Ex. Attº. Crº. Obgº. *Helvecio Carlos da Silva Gusmão.*”

Ratificando os termos dessa carta, e uma vez que foi proferido Accordam pelo Egregio Tribunal, relativamente á suspensão imposta ao Supplicante, requer este a V. Ex. que, como Relator do feito, submeta o petitorio constante da alludida carta decisão do Egregio Tribunal, recebendo a presente petição como embargos ao referido Accordam, oppostos no sentido de ser ao Supplicante perdoada a falta em que incidiu involuntariamente.”

Ao receber esta petição despachei: “Nos autos, dê-se vista ao Sr. Ministro Procurador Geral da Republica”.

Era um caso especial, no qual se recommendava esta providencia.

S. Ex. emittiu o seguinte parecer a fls. 85: (*Lê*)

“Só para cumprir o respeitavel despacho do eminente Sr. Ministro Relator, diremos: 1º) que o Accordam de fls. não é embargavel; 2º), que “os embargos” são para a reforma ou declaração do julgado e que o embargante não pede nem uma nem outra cousa: ao contrario reconhece que o Accordam é claro, e confessa que é justo: Embarga-o tão somente para o fim de ser *perdoado* da pena que elle lhe impoz.

Perece-nos que nem são os embargos o meio de solicitar o perdão, nem o Egregio Tribunal a autoridade competente para concedel-o, si é que as penas disciplinares o admittem.”

Despachei afinal: “A’ vista do parecer do Sr. Ministro Procurador Geral da Republica, não admitto os embargos.”

Deste despacho foi interposto agravo do art. 44 do Regimento Interno.

Não tenho voto. O Tribunal resolverá como julgar acertado. Se porém, por este meio se pudesse perdoar, eu perdoaria.

O Sr. Ministro ANDRE’ CAVALCANTI, Presidente: — Está em discussão o despacho do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — Confirmo o despacho, por-

que realmente o Accordam não contém materia embargavel. Se o meio empregado fosse idoneo, eu relevaria o advogado da pena. O Tribunal tem a faculdade de relevar as penas disciplinares que impõe.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA: — Confirmo o despacho.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS: — Penso tambem que o lado processual da promoção do Sr. Ministro Procurador Geral é inatacavel. Mas, se se pudesse encarar a questão por outro lado, eu acceitaria as desculpas e relevaria a pena. Não sendo possivel, confirmo o despacho.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Limito-me a declarar que confirmo o despacho.

O Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI: — Sr. Presidente, não estive presente á sessão em que o Tribunal impoz a pena ao advogado. Se estivesse, não a importaria, como não a impuz quando proposta pelo nosso saudoso collega Pedro Lessa para o advogado Pedro Tavares, porque entendo que a advocacia é uma industria de ordem privada em que cada um responde pelos seus actos criminalmente.

O advogado não está sujeito nem a tarifas do Regimento, nem a penas disciplinares, impostas por quem quer que seja — Juiz singular ou Tribunal colectivo. Todo Juiz que se julgar offendido, poderá processar o offensor criminalmente, como aliás, já deu edificante exemplo membro eminente deste Tribunal.

Não julgando o advogado passivel de pena disciplinar, eu não votaria por essa condemnação. Mas, admittindo, para bem da argumentação, que o Tribunal impoz a pena, acho que, desde que a impoz, pôde releval-a. Ella podia ser de multa e ao Tribunal seria facultado releval-a; podia ser, como foi, de 30 dias de suspensão, e tal fosse o procedimento do punido, o Tribunal poderia attenual-a ou mesmo releval-a totalmente. Quem impõe a pena disciplinar pôde releval-a.

Era o que eu queria accentuar. No caso, a pena seria de relevar por esse meio, porque se trata de uma *petição*. Na carta que o Sr. Ministro Relator leu, constante da *petição*, o advogado pede que seja perdoado, mostrando-se arrependido e explicando o seu acto, por uma exaltação momentanea de nervos. Foi atacado dessa nevrose commum que não domina sómente individuos, mas a humanidade inteira; e num desses momentos, numa phrase menos pensada e menos ponderada, offendeu ao Tribunal.

Admittido, portanto, o facto, logicamente porque não admitto essa pena, perdoo o advogado. Reformo neste sentido o despacho do Sr. Ministro Relator.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Confirmo o despacho, de acôrdo com as Leis do processo. Hoje mesmo o advogado poderá apresentar uma *petição* ao Tribunal, solicitando relevação da pena.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA: — Tambem confirmo o despacho.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL: — Confirmo.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Foi confirmado o despacho aggravado, contra o voto do Sr. Ministro Pedro Mibielli.

CARTA TESTEMUNHAVEL N. 3.734

*Não cabe recurso extraordinario da decisão da
Justiça local que, ao em vez de negar applicação á*

Lei federal applicavel, a applicou de accôrdo com a prova dos autos e a interpretação que melhor lhe pareceu ()*.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Carta testemunhavel n. 3.734, do Districto Federal. — Embargante Manoel Gomes da Silva; embargado. Guilherme Maxwell de Souza Bastos. — Tem a palavra o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — O Accordam embargado é o seguinte (**):

“Vistos, relatados e discutidos estes autos de Carta testemunhavel, da Capital Federal, entre Manoel Gomes da Silva, como supplicante e Guilherme Maxwell de Souza Bastos, como supplicado:

O primeiro, na qualidade de inventariante do espolio de Marianna de Aguiar Simões, propoz contra o segundo e sua mulher acção reivindicatoria das terras, casas e bemfeitorias do sitio “Capitão Almeida”, com os respectivos rendimentos e indemnizações dos damnos causados.

Allegou o autor que os réus e seus antecessores adquiriram de má fé a posse desses bens, que, por pertencerem ao dote da inventariante, não podiam ser transferidos a terceiros, na vigencia do casamento.

O Juiz de Direito da 6ª Vara Cível julgou a acção improcedente, porque os réus adquiriram de boa fé os bens reivindicados, por compra e arrematação, tendo assim justo titulo de dominio, e ainda que a transferencia deste não se houvesse operado, elles teriam adquirido o dominio pela prescripção, verificada a posse de mais de vinte annos, sem interrupção alguma, sendo certo que os bens reivindicados, posto que dotaes, estimados *venditiones causa*, podiam ser alienados, como aliás se declarou expressamente no contracto ante-nupcial.

A 1ª Camara da Côrte de Appellação confirmou a sentença da instancia inferior por seus fundamentos.

Interposto recurso extraordinario, e sendo denegado, foi requerida carta testemunhavel.

Allegou-se que a disposição, que deixou de ser applicada, foi a do art. 72 § 17, da Constituição, que assegura o direito de propriedade em toda sua plenitude.

A decisão recorrida porém, não foi proferida contra a disposição invocada, porque julgou simplesmente que o dominio do immovel reivindicando pertencia aos réus, por titulos de compra e arrematação, e ainda que esses titulos não lhes tivessem transferido o dominio, os réus tel-o-iam adquirido pela prescripção, pois os bens reivindicados eram prescriptiveis e podiam ser alienados, como aliás se declarava na propria escriptura dotal:

“Accordam, assim, julgar improcedente a carta testemunhavel. Pagas as custas pelos supplicantes”.

Foi embargado nestes termos a fls. 52: (*Lê*)

“Por embargos de nullidade e infringentes dos julgados diz Manoel Gomes da Silva, inventariante do espolio de D. Leonor de Aguiar Simões o seguinte: E. S. N.

P. que o V. Accordam embargado negando provimento á presente carta

(*) Ementa do Acc. embargado.

(**) Esse Acc. foi publicado no vol. LXXI, pag. 83. — V. tambem o vol. LXIII, pag. 187.

testemunhavel é nullo de pleno direito, ante a vigencia do art. 72 § 17 da Constituição federal;

P. que o provimento, na especie, é o meio unico e necessario ao Egregio Supremo Tribunal Federal para verificação de que o V. Accordam da E. Côrte de Appellação para o qual se pede o rcurso extraordinario não manteve o direito de propriedade do embargante;

P. que o referido Accordam da E. Côrte de Appellação dispõe contra o art. 72 § 17 citado assim: "O dote é alienavel e prescriptivel. E' justo titulo uma carta de arrematação, provinda de uma execução simulada, contra o proprio espolio paterno. E' justo titulo escriptura completamente alheia ao immovel reivindicando. Vinte annos de posse interrompida, como prescrição"

P. que os presentes embargos devem ser recebidos e julgados provados afim de ser provida a presente carta testemunhavel para ser deferido ao embargante o recurso extraordinario pedido, para que o Egregio Supremo Tribunal assegure a vigencia do citado art. 72 § 17, mantendo em toda a plenitude o direito de propriedade do embargante".

Os embargos foram impugnados e sustentados.

Está feito o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex., pode dar o seu voto.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — Nada tenho a acrescentar ao Accordam embargado. Os embargos nada dizem que possa destruir os fundamento do Accordam, nem este diz o que lhe é attribuido pelos embargos. Rejeito, portanto, os embargos.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Está em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Foram rejeitados os embargos, unanimemente.

APPELLAÇÃO CIVEL N. 3.386

Para que a Lei se torne obrigatoria, é condição essencial, imprescindível, que ella seja, real ou presumidamente, conhecida daquelles que a ella devem subordinar seus actos.

A publicação pois, entra na obrigatoriedade das Leis, como um elemento essencial.

As Leis orçamentarias não podem fugir a essa regra e somente obrigam depois da sua publicação.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Appellação civil n. 3.386, da Bahia. — Appellantes, o Juiz Federal e a Fazenda Nacional; appellada, Companhia Salinas da Margarida. — Tem a palavra o Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — A Companhia Salinas da Margarida, companhia anonyma com séde na cidade da Bahia, propoz, contra a União Federal, uma acção de nullidade do acto do Ministro da Fazenda que, negando provimento ao recurso interposto da decisão do Delegado

Fiscal, a obrigou a recolher aos cofres federaes a importancia de 16:766\$080, proveniente da differença de imposto sobre sal bruto que deixou de ser cobrado á razão de 20 réis, durante o periodo de 1 de Janeiro a 11 de Janeiro e de 15 deste mesmo mez a 8 de Fevereiro de 1915.

Como fundamento de sua pretensão, allegou:

1) que a Lei orçamentaria n. 2.910, de 31 de Dezembro de 1914, fixando em 20 réis o imposto de consumo de sal, somente foi publicada, na cidade da Bahia, a 8 do mez seguinte, tendo, portanto, se tornado obrigatoria sómente a 11 do mesmo mez, isto é, 3 dias depois;

2) — que a parte dessa Lei, concernente do referido imposto, não estava regulamentada, pelo que, em virtude de portaria do Delegado Fiscal, foi, a 16 do mesmo mez, suspensa a cobrança da taxa pela Collectoria de Salinas da Margarida, e suspensa ficou até 8 de Fevereiro — data em que o collector voltou a exigil-a, em virtude de ordem superior;

3) — que, portanto, naquelles dois periodos de tempo, a taxa não era devida, sendo, portanto, illegal o acto administrativo que tornou obrigatoria a sua exigencia.

A Ré defendeu-se, allegando:

1) — que a Lei orçamentaria, differentemente das outras Leis, entra em vigor por força de disposição propria, que determina a sua vigencia de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro do anno para que é votada, não sendo o orçamento senão um acto da administração, contendo a approvação previa das receitas e despesas publicas, acto que, para ser exequivel, recebe o complemento do voto legislativo;

2) — que a Lei orçamentaria para 1915, estabelecendo o imposto de 20 réis por kilogramma de sal bruto, declarou, no art. 2º, § 4º, que, para o referido exercicio, ficava mantido o Decreto n. 5.890, de 1 de Janeiro de 1906, concernente ao mesmo imposto;

3) — que, portanto, a ordem do Thesouro Nacional, suspendendo a cobrança dos novos impostos, até serem regulamentados, não abrangia o de sal, cujo regulamento já existia.

O Juiz *a quo*, por sentença de fls. 47, julgou a acção procedente, para o fim de annular o acto administrativo impugnado, em razão da indevida applicação do direito vigente, e a assegurar o direito da A., na forma do pedido.

São os seguintes os fundamentos dessa sentença:

“Considerando que a Lei n. 2.910, de 31 de Dezembro de 1914, que orçou a receita geral para o exercicio de 1915, foi publicada na capital da Bahia, a 8 de Janeiro, por editaes da Inspectoria da Alfandega, entrando, assim, em vigor no dia 11, tres dias depois de sua applicação, *ex-vi* do que prescreve o art. 1º, alinea 2ª, a que se refere o art. 2º, do Decreto 572, de 12 de Julho de 1890;

considerando que, pelo facto de se tratar de Lei orçamentaria, não se deve entender que comece a vigorar, independentemente da publicação, desde o dia 1º do anno financeiro, pois, segundo ensinam os nossos publicistas — e isto é elementar, além da promulgação que authentica e expede o acto legislativo para ser cumprido pelas autoridades a quem isso toca, ha o acto da publicação para lhe dar notoriedade e tornal-o conhecido dos que lhe devem obediencia e que, antes dessa noticia official, não podem ser adstrictos á sua obediencia.

Imprescindivel torna-se a publicação da Lei, diz João Barbalho, em seu commentario á Constituição Federal, para que a conheçam os cidadãos,

os habitantes do paiz, para que saibam o que a elles cumpre fazer, em virtude de novo acto legislativo (Constituição Federal, art. 48, n. 1).

As Leis, pois, só são obrigatorias, depois de publicadas.

A publicação, diz Portalis, não faz a Lei, mas a torna obrigatoria. — *non obligat lex, nisi publicata*.

As Leis que orçam a receita e fixam a despesa annual do Estado, começam a vigorar desde o primeiro dia financeiro, quando essas Leis são feitas no periodo constitucional de 3 de Maio a 3 de Setembro, ou em prorrogação immediata, sendo, assim, publicadas com antecedencia para só vigorarem de 1º de Janeiro do anno financeiro. De certo tempo a esta parte, porém, o Congresso Nacional tem excedido, em muito, o prazo constitucional, prorogando seus trabalhos por todo o resto do anno, de modo que o projecto da chamada Lei de meios, Lei orçamentaria, vae, á ultima hora, da Camara iniciadora para o Senado, de onde, no ultimo dia do anno e de prorrogação, é enviado ao Poder Executivo, para a sancção e promulgação, deixando, por isso, a Lei orçamentaria de entrar em execução em todo o paiz, no dia 1º de Janeiro, por falta da devida publicação, como se verificou com a de que se trata que tem a data de 31 de Dezembro. Nestas condições

Considerando que a Lei n. 2.910, de 31 de Dezembro de 1914, que orçou a receita geral para o exercicio de 1915, só entrou em vigor no dia 11 de Janeiro, depois de devidamente publicada, por edital da Inspectoria da Alfandega em virtude de ordem telegraphica da Directoria da Receita Publica;

Considerando que o Delegado Fiscal, tendo em vista a ordem telegraphica do mesmo Ministerio, de 9 de Janeiro de 1915, mandou, por portaria de 15 do mesmo mez, que o collecter federal de Salinas da Margarida aguardasse a expedição do regulamento, para dar execução ás disposições sobre o imposto de consumo estabelecido pela citada Lei de receita, continuando, por isso, a ser cobrada a taxa de 10 réis por kilogramma de sal, de accôrdo com a Lei orçamentaria anterior, sendo, porém, sustada a cobrança nesta razão, para ser cobrado o imposto na de 20 réis por kilogramma, do dia 8 de Fevereiro em diante, em vista da portaria n. 104, desta mesma data, expedida pela mesma Delegacia Fiscal, em conformidade com o telegramma do Directorio do Gabinete do Ministerio da Fazenda, explicativo do anterior;

Considerando que, para a cobrança das taxas do imposto de consumo, creado e alterado pela nova Lei orçamentaria, se fazia mistér uma regulamentação, como reconheceu o proprio Governo, fazendo baixar o Decreto n. 11.500, de 4 de Março do mesmo anno; consequentemente.

Considerando que, tratando-se de um imposto de consumo que é pago adeantadamente pelo productur, para havel-o do consumidor, não ha fundamento legal para se exigir daquelle maior tributação, depois do consumo da mercadoria, depois da sua venda sem maior gravame, e, por isso, por menor preço, visto que tal differença é exigida em virtude de Lei que, no referido periodo, não se achava em vigor, sendo a cobrança do imposto então feito de accôrdo e segundo as instrucções dos agentes do fisco."

São esses os fundamentos em que o Juiz *a quo* firmou a procedencia da acção.

Dessa sentença o Juiz *a quo* appellou, *ex-officio* e fel-o tambem o Procurador da Republica.

As partes arrazoaram na instancia inferior, fls. 57 e 60, e, nesta o Sr. Ministro Procurador Geral emittiu o parecer de fls. 86, opinando pelo provimento da appellação.

Disse S. Ex. :

"O art. 1º, n. 13, da Lei n. 2.910, de 1914, que orçou a Receita Geral da Republica para o exercicio de 1915, restabeleceu a taxa de 20 réis, por kilogramma de sal bruto, marcada no regulamento dos impostos de consumo, aprovado pelo Decreto n. 5.890, de 10 de Fevereiro de 1906, taxa cuja obrigatoriedade começou, como cumpria, no dia 1 de Janeiro de 1915.

Disse muito bem o Dr. Procurador da Republica que "o Decreto n. 572, de 12 de Julho de 1890, se não applica á Lei orçamentaria, porque esta, *ex-vi* da disposição propria, entra em execução no dia 1º de Janeiro de cada anno. Eis porque o Thesouro Nacional communica, sem tardança, a todos os Delegacias Fiscaes, o theor da Lei da Receita, que, desde então, entra em vigor."

Não procede, portanto, o fundamento em contrario da sentença appellada.

Tambem não procede o argumento — que a cobrança da taxa de 20 réis ficou dependendo da publicação do regulamento, pois a propria Lei restaurou, nesse ponto, o alludido regulamento de 1906, e outro não foi expedido sobre semelhante assumpto.

Outrosim, a portaria do Delegado Fiscal ao collecter de Salinas, communicando que a cobrança do imposto em questão dependia de regulamentação, é infringente da Lei, pelo que nenhum valor tem.

Como dissemos, essa regulamentação, supposta absurdamente necessaria, nunca se fez, pelo motivo de que ella já existia na data da Lei."

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Leoni Ramos.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS, 1º Revisor: — De accôrdo com o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro Mibielli.

O Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI, 2º Revisor: — De accôrdo com o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — Pela exposição feita, vê-se que se pede a annullação do acto administrativo que, em ultima instancia, obrigou a appellada a pagar o imposto de sal bruto, á razão de 20 réis o kilogramma, em dois periodos de tempo:

a) — de 1 a 11 de Janeiro de 1915, porque, nessa data, a Lei ainda não estava em vigor, na Capital da Bahia, em cujos jornaes somente a 8 foi inserta;

b) — de 15 do mesmo mez a 8 do mez seguinte, porque nesse periodo, a execução da Lei fôra suspensa, por ordem do Delegado Fiscal, attento o motivo de carencia de regulamento.

Está provado que a Lei que fixou a receita para 1915, somente a 8 de Janeiro, foi publicada na Capital do Bahia. Affirma, porém, o appellante, com o alto endosso do Sr. Ministro Procurador Geral da Republica, que as Leis orçamentarias, para a sua obrigatoriedade, não estão sujeitas ás regras do Decreto n. 572, de 12 de Julho de 1890, porque, por disposição propria, têm data certa para entrarem em vigor, que é a do primeiro dia do anno financeiro.

Não me parece que assim seja. Para que qualquer Lei se torne obrigatória, é condição essencial, imprescindível, que ella seja, real ou presumidamente, conhecida d'aquelles que a ella devem subordinar seus actos. A publicação, pois, entra, na obrigatoriedade das Leis, como um elemento essencial.

As Leis orçamentarias não fogem, e não podem fugir a esta regra, a este principio fundamental daquella obrigatoriedade. Para o Poder Publico que as edita, e que, portanto, as *conhece*, sem duvida ellas se tornam obrigatorias, eis que se aperfeiçoam por meio da sancção, no sentido de que não pode mais despendar as rendas publicas, e, portanto, fazer a respectiva arrecadação, senão nos termos e de accôrdo com as formalidades estabelecidas na nova Lei.

Essa obrigatoriedade impõe-se por dois motivos de primeira intuição:

1º) porque, no ultimo dia do anno financeiro, cessa o vigor das Leis orçamentarias relativas a esse anno;

2º) porque, no caso, cessa a razão de ser da necessidade da publicação das Leis.

Esses motivos, porém, ou antes, o ultimo, não milita para se imporem os preceitos da Lei áquelles que por ellas devem pautar seus actos. Para estes é imprescindível o conhecimento daquelles preceitos ou a presumpção desse conhecimento.

Para que, pois, mesmo em relação ás Leis orçamentarias, se firme o velho principio romano — *Constitutiones principum neque ignorare quem que neque dissimulare permittimus* — é necessario que a Lei seja conhecida daquelles que a tenham de cumprir, isto é, que haja a publicação legal, a publicação pelos meios previamente estabelecidos em Lei, de maneira que se forme a presumpção de estar a Lei conhecida de todos.

Tinha inteira applicação, portanto, á especie, o que está determinado no citado Decreto n. 572, art. 1º, quanto aos prazos.

Assim o entendeu o Poder Executivo, lançando mão da providencia do art. 5º do mesmo Decreto, mandando transmittir, pelo telegrapho, o texto da Lei ás autoridades locais.

Até o dia 11 de Janeiro, portanto, a Lei não estava em vigor, e o imposto não era devido.

Por esse motivo, confirmo a sentença appellada, quanto a esta parte.

Resta examinar a ultima parte do pedido a que concerne ao imposto exigido no periodo de 15 de Janeiro a 8 de Fevereiro — epoca em que esteve suspensa a respectiva cobrança, em virtude de ordem do Delegado Fiscal.

Nessa parte, não reputo procedente o pedido.

Houve, sem duvida, a ordem de suspensão, e, em face della, o imposto foi adiado, de accôrdo com as tabellas anteriores. Essa ordem, porém, nasceu de uma erronea interpretação de determinação superior, relativa ao novo imposto de consumo em geral, e que não dizia respeito ao imposto sobre sal.

Para esse imposto havia, na Lei citada, um especial preceito em que se dispoz dever o imposto ser cobrado de conformidade com o regulamento anterior. Não havia necessidade de regulamentação nova, e a Lei não tinha esse embaraço para, depois de devidamente publicada, entrar em execução. O engano, aliás, foi logo desfeito, em consequencia de nova ordem, e a Lei, sem outra regulamentação, passou a ser executada, sem protesto de ninguem, inclusive da propria appellada que entrou a pagar o imposto, julgando-o assim exigível, sem nova regulamentação.

Ainda na presente acção, o que ella pede é, apenas, a isenção de parte do imposto em um exiguo periodo — o que vae de 15 de Janeiro a 8 de Fevereiro — reputando, portanto, perfeitamente regular a cobrança de 8 de Fevereiro em diante, não obstante não ter sido expedido novo regulamento.

A Lei, pois, nessa parte, não dependia de ser regulamentada para entrar em execução e começou a vigorar depois que se publicou, isto é, desde 11 de Janeiro de 1915.

Trata-se em consequencia, de uma ordem que, filha de um engano ou de uma falsa intelligencia de determinação superior, se insurgiu abertamente contra o que estava preceituado em expresso dispositivo de Lei. Essa ordem, portanto, nenhum valor pode ter e é base inteiramente falha para nella se apoiar o pedido da appellada para solicitar a nullidade do acto administrativo que, precisamente de accôrdo com a Lei, entendeu exigível o imposto, no periodo em que a sua cobrança foi suspensa.

Faltava, pois, a condição essencial para se decretar a nullidade: — a illegalidade desse acto.

Pelo exposto, dou provimento parcial á appellação para julgar a acção, nesta parte, improcedente.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Leoni Ramos.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS, 1º Revisor: — Voto de accôrdo com o Sr. Ministro Relator. O Tribunal já proferiu identica decisão, em caso semelhante.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro Mibielli.

O Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI, 2º Revisor: — Dou provimento em parte de accôrdo com o Sr. Ministro Relator.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto da turma. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA: — Nego provimento á appellação *in totum* para confirmar a sentença appellada:

1º) — porque tendo sido majorada a taxa sobre o sal pela Lei de 31 de Dezembro de 1914, essa só podia ser exigível tres dias depois da publicação do texto da Lei officialmente, na Bahia, visto ser de direito expresso que as Leis só vigoram após a sua divulgação e decorrida a dilação prescripta para a sua obrigatoriedade;

2º) — porque a cobrança, de accôrdo com a anterior Lei de 1913, á razão de 10 réis por kilogramma de sal, foi feita por ordem do Ministro da Fazenda em virtude da interpretação por elle dada ao art. 1º, n. 13 e art. 2º § 4º, n. 7 da Lei n. 2.910, de 31 de Dezembro de 1914.

Se esta interpretação dada pelo Ministro, como executor da resolução legislativa, não foi a melhor, deve correr por sua conta o prejuizo della decorrente e jamais por conta do contribuinte. Não pretendeu o appellado illudir o fisco. Está provado dos autos que, antes de desembaracar o sal para entregal-o ao consumo, inquiriu da autoridade fiscal do imposto a que estava elle sujeito, e esta, depois de consultar ao Delegado Fiscal declarou que, emquanto não fosse a nova Lei regulamentada, havia determinado o Ministro da Fazenda que a taxa fosse a mesma do anno anterior.

O acto cuja nullidade ora é pleiteada é, além do mais, de uma iniquidade bradante, pois, exige a differença do imposto do productor que o paga

adeantadamente por uma determinação legal, mas, com o direito de havel-o do consumidor por ocasião da venda, direito que elle não pode mais tornar exigível uma vez que o sal foi entregue ao consumo numa base em que não entrou a majoração da taxa.

(Os demais Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Ministro Guimarães da Franca).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se provimento á appellação, para confirmar a sentença appellada, contra os votos dos Srs. Ministros Arthur Ribeiro, Leoni Ramos e Pedro Mibielli.

(Impedido o Sr. Ministro Muniz Barreto).

APPELLAÇÃO CIVEL N. 4.998

Não deve ser dispensada a revisão de um feito para ser appensado a outro, pelo facto de ser a mesma a materia de ambos, mas ao contrario cada um delles deve seguir o processo normal.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Appellação civil n. 4.998, do Districto Federal. — Appellantes, E. G. Fontes & Cia.; appellada, a Fazenda Nacional. — Tem a palavra o Sr. Ministro Guimarães Natal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — Ha aqui um requerimento do Sr. Ministro Procurador Geral pedindo para que fossem appensados a estes autos os da appellação civil n. 4.787, que está com dia para julgamento.

Por despacho mandei que subissem os autos á mesa para que a mesma o submettesse ao Tribunal.

São duas causas: uma, acção summaria especial proposta pela firma E. G. Fontes & Cia., contra a Fazenda Nacional, para annullar um acto do Inspector da Alfandega, confirmado pelo Ministro da Fazenda, impondo a esta firma uma multa, e outra, um executivo para cobrança dessa mesma multa.

O julgamento separado destas duas causas poderá determinar antinomia de decisões.

O Sr. Ministro A. PIRES E ALBUQUERQUE, Procurador Geral da Republica: — Aliás a materia é a mesma.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — Perfeitamente. Trata-se de uma mesma multa cobrada executivamente e em que a defesa é igual ao fundamento do pedido na outra acção.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA: — A decisão proferida em qualquer destas causas prejudica a outra.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — Perfeitamente. E eu como sou pela economia do tempo para julgamento dos feitos e estou convencido da perfeita identidade destas duas causas, defiro o requerimento do Sr. Ministro Procurador Geral.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Está em discussão o voto do Sr. Relator.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — Indefiro o requerimento. Acho indispensavel a revisão da outra causa.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA: — Indefiro o requerimento.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS: — Voto para que se mande appensar a outra appellação, sujeitando-a porém, á revisão.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Voto para que se observe o processo normal, isto é, para que se faça a revisão e cada Juiz julgue a appellação de que fôr Relator.

O Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI: — Indefiro de accôrdo com o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Indefiro de accôrdo com o Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS: — Indefiro. Acho que a appellação deve soffrer a revisão.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA: — Indefiro de accôrdo com o Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Foi indeferido o requerimento do Sr. Ministro Procurador Geral, contra o voto do Sr. Ministro Guimarães Natal.

APPELLAÇÃO CIVEL N. 4.169

O só facto de se achar o feito com dia para julgamento ha muito tempo não justifica o pedido de preferencia.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL (pela ordem): — Sr. Presidente V. Ex., remetteu-me a seguinte petição: "Quintas e Pedrosa requerem a V. Ex., haja por bem submeter ao Egregio Supremo Tribunal Federal o seguinte pedido de preferencia para julgamento da appellação civil n. 4.169, de São Paulo, em que são appellantes os supplicantes e appellada a União Federal e Relator o Ex. Sr. Ministro Guimarães Natal.

Tendo a União Federal movido um executivo fiscal contra os supplicantes para cobrança de multa por supposta infracção do Regulamento do imposto de consumo, apresentaram elles os seus embargos onde patentearam a injustiça de que foram victimas; e como a sentença de fls. não os houvesse attendido, interpuzeram a competente appellação, que está com dia para julgamento desde 2 de Maio de 1922.

Ora, conforme a jurisprudencia desse Egregio Tribunal a preferencia deve ser concedida:

a) quando se pleiteia contra cobrança de imposto reputado illegal (Acc. REV. DO SUP. TRIB., vol. LXII, pag. 572);

b) quando o recurso está com dia para julgamento desde 2 annos (Acc. vol. LXIII, pags. 521).

Pelo que:

a) fundando-se a defesa dos supplicantes no julgamento da illegalidade da cobrança do imposto que lhes foi exigido e

b) achando-se sua appellação com dia ha dois annos e meio, o Egregio Supremo Tribunal lhe deferirá o justo pedido feito nos rigorosos termos da jurisprudencia vigente".

A deliberação do Tribunal concedendo a preferencia a que se refere o peticionario é esta:

"A simples exposição que demonstra a antiguidade do feito e que se comprova com o que a respeito se verifica dos autos, parece que justifica o pedido da supplicante, sem embargo da ordem estabelecida por este Egregio Tribunal, quanto ao julgamento das causas pendentes da sua decisão".

Disse o Sr. Ministro Edmundo Lins, Relator; — "é verdade o que a supplicante allega. Estes autos entraram no Tribunal em 1920 e estão com dia para julgamento desde Maio de 1922. Por esta razão, que é a unica allegada, concedo a preferencia".

Posto em votação o voto do Sr. Ministro Relator, disse o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros: — "Não acho a razão procedente. Nego a preferencia".

O Sr. Ministro Viveiros de Castro disse: — "Tambem nego. Não sei se ha outros recursos mais velhos".

O Sr. Ministro Guimarães Natal disse: — "Tambem nego".

Os demais Srs. Ministros acompanharam o voto do Sr. Relator.

O Sr. Presidente annunciando o resultado da votação disse: "Foi concedida a preferencia contra os votos dos Srs. Ministros Hermenegildo de Barros, Viveiros de Castro, e Guimarães Natal".

Por estar a causa havia mais de 2 annos com dia para julgamento foi que o Tribunal concedeu a preferencia.

A outra deliberação a que alludiram os peticionarios não achei. Por isso não pude saber como decidiu o Tribunal.

Pela segunda razão, em que fui voto vencido, não concedo a preferencia.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Sr. Ministro Relator nega preferencia. Vou tomar os votos.

(A' excepção dos Srs. Ministros Geminiano da Franca e Godofredo Cunha, os demais Srs. Ministros votam com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Foi negada a preferencia, vontra os votos dos Srs. Ministros Geminiano da Franca e Godofredo Cunha.

94ª SESSÃO, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1924

Presidencia do Sr. Ministro André Cavalcanti.

Procurador Geral da Republica, o Sr. Ministro A. Pires e Albuquerque.

A's 13 horas, abriu-se a sessão, achando-se presentes os Srs. Ministros Guimarães Natal, Godofredo Cunha, Leoni Ramos, Muniz Barreto, Pedro Mibielli, Edmundo Lins, Hermenegildo de Barros, Pedro dos Santos, Geminiano da Franca e Arthur Ribeiro.

Deixaram de comparecer os Srs. Ministros Sebastião de Lacerda e Viveiros de Castro, que se encontram em gozo de licença.

Foi lida e approvada a acta da sessão anterior e despachado todo o expediente sobre a mesa.

O Sr. Ministro André Cavalcanti, Presidente, usando da palavra, disse o seguinte:

"Srs. Ministros, cumpre-me trazer ao vosso conhecimento o doloroso

facto occorrido hontem nesta Capital, e que já é do dominio publico: o fallecimento do Presidente Herminio do Espirito Santo.

O illustre extincto occupou esta cadeira durante 15 annos e sempre de modo a captar a attenção e o respeito de todos aquelles que batiam ás portas deste Tribunal, reclamando Justiça.

Foi um Juiz que fez a sua carreira percorrendo todas as etapas da magistratura, chegando a este Tribunal, onde esteve durante todo esse tempo, na melhor harmonia com os seus collegas.

Eu não podia deixar de traçar estas palavras, que estão longe de traduzir o seu merecimento, mas que entretanto são sinceras, dando ao Tribunal conhecimento de tão infausto acontecimento e proponho que o Tribunal tome luto por oito dias, e compareça ás exequias."

A seguir, S. Ex. deu a palavra ao Sr. Ministro Godofredo Cunha, que proferiu as seguintes palavras:

"O Supremo Tribunal Federal acaba de ouvir dos labios do illustre e Venerando Collega que preside a sessão, a communicação official do passamento de Herminio do Espirito Santo.

Morreu Herminio do Espirito Santo. Desappareceu assim de entre os vivos a figura primacial da Magistratura brasileira, o summo pontifice da Justiça.

Para o ser, atravessou todos os estadios da carreira em que se dá a cada um o que é seu, em pleitos renhidos, supportou longas vigílias no estudo dos autos e das Leis, encaneceu nos arduos labores da profissão, defrontou os poderes da terra, soffreu todas as injustiças, contrariedades e dissabores, que não poupam os sacerdotes da Lei, os vexillarios do Direito, as togas mais puras. Tudo isto sem vacillações nem temores.

Particularizava-o uma intelligencia lucida e vivaz, cultura juridica, inflexibilidade de character, fidelidade á Lei, sujeição ao dever, e bondade extrema. Elle se distinguio entre seus contemporaneos por uma grande pureza de consciencia e de lealdade.

Delle já disse certa vez o eminente Sr. Ministro Muniz Barreto: "Inopportuna seria, pois, a meu ver, a intervenção do Tribunal neste caso, da competencia privativa do seu Presidente, que, com tanta independencia, tão elevado criterio e tanta firmeza de character preside os trabalhos desta casa".

Tambem de outra feita, quando se commemorava nesta casa o seu jubileu, o eminente Sr. Ministro Pires e Albuquerque, Procurador Geral da Republica, teve a oportunidade de exclamar: "*Justitia facta est*".

Envelhecido, doente, tropego, lutou até o ultimo momento, queria servir á Justiça e á causa publica até o derradeiro alento.

Era de vel-o austero e sereno na curul presidencial, nas occasiões solemnes, nas sessões memoraveis, em que a Justiça, a Lei, o Direito, as proprias instituições politicas repousavam naquelle velhinho, na sua firmeza de animo, no seu denodo civico, dominando as molestias e as dôres que já minavam sua existencia, indifferente á fadiga e ás horas que as sombras da noite escurecem...

Era de vel-o impavido e sereno na curul presidencial, nos momentos agitados e criticos da vida do regimen politico que adoptamos, quando a politica entrava tumultuariamente neste recinto augusto para levar para as ruas, para a praça publica o pendão rubro da revolta, o labaro vermelho da revolução, indifferente á fadiga e ás horas que as sombras da noite escurecem...

Manteve intacto o prestigio do Tribunal no circulo traçado pela Constituição á independencia e harmonia dos poderes politicos.

Morreu merecidamente, gloriosamente, no alto posto que os votos dos seus pares sempre renovaram, porque assim quiz o destino, não lhe dando substituto antes da morte...

A profunda emoção que me domina pela perda do grande amigo e illustre collega manda que eu não prosiga, impõe-me silencio. Obedeço, agradecendo a distincção com que me honraram os eminentes collegas, escolhendo-me entre outros mais eloquentes, talvez pela particular estima e admiração que me ligavam ao morto, para interprete de seus sentimentos de pezar pelo fallecimento do nosso inolvidavel Presidente.

Honra á sua memoria."

Fallou a seguir o Sr. Ministro Pires e Albuquerque, Procurador Geral da Republica, que assim se expressou:

"Cincoenta e oito annos ao serviço da Justiça; trinta de exercicio neste Tribunal; treze na sua Presidencia...

Mais de meio seculo de austero, quotidiano e indefectivel cumprimento do dever na mais ardua de todas as profissões.

Toda uma longa vida de renuncia e de desprendimento dos proprios interesses immolados ao mais nobre dos ideaes — a realização da Justiça.

Compendio e exemplo de peregrinas virtudes...

Tal foi, no juizo dos contemporaneos, tal é na veneração que tributam ao grande Sacerdote da Lei, a carreira publica do Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo.

Iustum ac tenacem propositi virum.

Eram estas as palavras com que eu renderia hoje o meu preito de amizade, de respeito e de gratidão, como brasileiro, ao eminente Magistrado que os annos e as fadigas tinham condemnado ao repouso.

Agora que a morte, coincidindo com o seu pedido de aposentadoria, antecipou-se á publicação do decreto que lh'a concedêra, para que elle descesse ao seio da terra aureolado pela autoridade que cinco vezes lhe conferistes e que tanto dignificou, accrescentarei apenas — que essa coincidencia encerra a vocação, o destino do Grande Morto. O culto da Justiça era uma condição, por assim dizer, a propria razão de ser da sua vida.

Desde que a existencia não podia mais ser o exercicio constante deste culto, estava finda a sua missão.

Sacerdote supremo da Justiça, não seriam os homens que lhe cerrassem as portas do templo.

Do Alto, de onde recebeu o mandato que nobremente desempenhou, do Alto é que havia de baixar o decreto que lhe encerrou a luminosa trajetoria.

Em nome do Ministerio Publico Federal associo-me ás demonstrações de pezar que acabam de ser propostas e requeiro que na acta se consigne, com a manifestação da nossa grande saudade, o protesto de que o nome e o exemplo do Justo que ainda hontem honrava a presidencia deste Tribunal, aqui perduram entre as nossas mais gratas e honrosas tradições."

Submettidas a votação, ás homengaens propostas, foram as mesmas unanimemente approvadas, sendo levantada a sessão.

O Sub-Secretario, interino, *Theophilo Gonçalves Pereira*.

95ª SESSÃO, EM 14 DE NOVEMBRO DE 1924

Presidência do Sr. Ministro André Cavalcanti.

Procurador Geral da Republica, o Sr. Ministro A. Pires e Albuquerque.

A's 12 horas e meia, abriu-se a sessão, achando-se presentes os Srs. Ministros Guimarães Natal, Godofredo Cunha, Leoni Ramos, Muniz Barreto, Pedro Mibielli, Edmundo Lins, Hermenegildo de Barros, Pedro dos Santos, Geminiano da Franca e Arthur Ribeiro.

Deixaram de comparecer os Srs. Ministros Sebastião de Lacerda e Viveiros de Castro que se encontram em goso de licença.

Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior e despachado todo o expediente sobre a mesa.

O Sr. Ministro André Cavalcanti, usando da palavra, declarou que achando-se vago o cargo de Presidente do Egregio Supremo Tribunal Federal com o fallecimento do eminente Sr. Ministro Herminio Francisco do Espirito Santo, ia proceder, nos termos do Regimento, a eleição para o preenchimento desse cargo e em seguida passou a presidencia ao Sr. Ministro Guimarães Natal.

Procedido o escrutinio e apuradas as 10 cédulas contidas na urna, visto ter-se abtido de votar o Sr. Ministro André Cavalcanti e não se achar presente o Sr. Ministro Pedro Mibielli, verificou-se ter o Sr. Ministro André Cavalcanti obtido 9 votos e o Sr. Ministro Leoni Ramos 1 voto, sendo proclamado eleito presidente o primeiro desses Srs. Ministros.

Assumindo a presidencia o Sr. Ministro André Cavalcanti, apos haver prestado o compromisso legal, S. Ex. agradeceu a distincção que acabava de receber de seus Collegas e declarou que ia proceder á eleição para o cargo de Vice-Presidente do Tribunal, vago com a sua recente eleição para o de Presidente.

Colhidos os votos apurou-se a seguinte votação para o cargo de Vice-Presidente: Sr. Ministro Godofredo Cunha, 5 votos; Sr. Ministro Guimarães Natal, 3 votos e os Srs. Ministros Muniz Barreto, Pedro Mibielli e Pedro dos Santos, 1 voto cada um.

Não tendo o Sr. Ministro mais votado reunido maioria absoluta de votos, procedeu-se a segundo escrutinio que deu o seguinte resultado: Sr. Ministro Godofredo Cunha, 6 votos; Sr. Ministro Guimarães Natal, 3 votos; cédulas em branco, duas.

O Sr. Ministro Presidente proclamou eleito Vice-Presidente o Sr. Ministro Godofredo Cunha, que em seguida tomou posse do cargo, prestando o compromisso legal.

O Sr. Ministro Hermenegildo de Barros pedindo a palavra pela ordem declarou que votou para presidente no Sr. Ministro André Cavalcanti e, nos dois escrutinios, para vice-presidente, no Sr. Ministro Guimarães Natal, tendo assignado suas cédulas.

*A seguir, o Sr. Ministro Pedro dos Santos declarou que, para presidente, havia votado no Sr. Ministro André Cavalcanti e para vice-presidente, nos dois escrutinios, no Sr. Ministro Guimarães Natal, fazendo identica declaração o Sr. Ministro Leoni Ramos.

Os Srs. Ministros Muniz Barreto, Arthur Ribeiro, Edmundo Lins e Geminiano da Franca, declararam ter votado para presidente no Sr. Ministro André Cavalcanti e para vice-presidente, no Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro A. Pires e Albuquerque, no primeiro escrutinio, votou para vice-presidente, no Sr. Ministro Pedro dos Santos e, no segundo, no Sr. Ministro Godofredo Cunha.

Em seguida, o Sr. Presidente, deu conhecimento ao Egregio Tribunal ter recebido telegrammas e officios de condolencias pelo passamento do saudoso Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo, dos seguintes senhores: Embaixador do Chile, Ministros da Viação e Agricultura, Presidente do Supremo Tribunal Militar, Presidente do Tribunal de Contas, Superior Tribunal de Justiça de Santa Catharina, Procurador Geral do Districto Federal, Juizes Federaes da 2ª Vara de Minas Geraes, do Paraná, da 1ª Vara de S. Paulo, da Bahia, da 2ª Vara do Districto Federal, do Dr. Edmundo da Veiga, Secretario da Presidencia da Republica, dos Drs. Humboldt Fontainha e Murillo Fontainha, Directores da REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; do Conselho Administrativo da Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro, do Juiz Presidente do Tribunal do Jury do Districto Federal, dos Drs. Ernesto Pujol, Thomaz Guerreiro de Castro, Octavio dos Santos Moreira e Salvador Conceição e do Corpo de Tachygraphos da REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

JULGAMENTOS

Appellação Criminal:

N. 949 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Guimarães Natal; Revisores, os Srs. Ministros Godofredo Cunha e Muniz Barreto; appellantes, os Drs. Heitor Lima e Mario Gameiro; appellada, a Justiça Federal. — Preliminarmente, julgou-se prescripta a acção penal, unanimemente. Affirmou suspeição o Sr. Ministro Leoni Ramos. Usaram da palavra, os Srs. Ministros Procurador Geral da Republica e os appellantes.

Recurso Extraordinario:

N. 1.759 — Piauhv — Relator, o S. Ministo Muniz Barreto; recorrente, Bonifacio Soares Ferraz; recorrido, Raymundo Alves da Rocha, tutor dos menores José, Elvira e Francisco. — Preliminarmente julgou-se não ser caso de recurso extraordinario, unanimemente.

Appellação Civil:

N. 4.302 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Guimarães Natal; Revisores, o Srs. Ministros Godofredo Cunha e Leoni Ramos; 1º appellante, a Sorocabana Railway Company; 2ºs appellantes, Valentina Layhmeyer Teixeira Leite e seus filhos; appellados, os mesmos. — Foi adiado o julgamento por ter pedido visto dos autos o Sr. Ministro Muniz Barreto.

Encerrou-se a sessão ás 16 horas e meia.

O Sub-Secretario, interino, *Theophilo Gonçalves Pereira*.

AUDIENCIA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 1924

Juiz semanario, o Exmo. Sr. Ministro Arthur Ribeiro de Oliveira.

Aberta a audiencia com as formalidades legaes e não havendo Accordams a publicar e requerimentos a despachar, ordenou S. Ex. fosse a mesma encerrada.

O Sub-Secretario, interino, *Theophilo Gonçalves Pereira*.

Procede-se á eleição para o cargo de Presidente do Tribunal e em seguida á de Vice-Presidente.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Vae-se proceder á eleição de Presidente do Tribunal. Convido o Sr. Ministro Guimarães Natal a assumir a Presidencia.

(O Sr. Ministro Guimarães Natal assume a Presidencia e inicia-se a votação).

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Presidente: — Foram recolhidas dez cédulas. Vae-se proceder á apuração.

(Procede-se á apuração).

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Presidente: — Obtiveram votos:

O Sr. Ministro André Cavalcanti	9
O Sr. Ministro Leoni Ramos	1

Está eleito Presidente do Tribunal o Sr. Ministro André Cavalcanti. Nomeio os Srs. Ministros Leoni Ramos, Edmundo Lins e Pedro dos Santos para communicarem a S. Ex. a resolução do Tribunal e o acompanharem ao recinto afim de que tome posse.

(O Sr. Ministro André Cavalcanti é introduzido no recinto e toma posse, prestando o compromisso regimental).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Vae-se proceder á eleição de Vice-Presidente.

(Inicia-se a votação).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Foram recolhidas onze cédulas. Vae-se proceder á apuração.

(Procede-se á apuração).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Obtiveram votos:

O Sr. Ministro Godofredo Cunha	5
O Sr. Ministro Guimarães Natal	3
O Sr. Ministro Pedro Mibielli	1
O Sr. Ministro Pedro dos Santos	1
O Sr. Ministro Muniz Barreto	1

Como vê o Tribunal, nenhum dos Srs. Ministros obteve maioria absoluta. Na fórmula do Regimento, vae-se proceder á nova votação, sómente entre os dois Ministros de maior votação.

(São recolhidas onze cédulas, em seguida apuradas).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Obtiveram votos:

O Sr. Ministro Godofredo Cunha	6
O Sr. Ministro Guimarães Natal	3
Em branco	2

Está eleito e eu proclamo Vice-Presidente do Tribunal, o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

(*S. Ex. toma posse e presta o compromisso regimental*).

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Peço a palavra, pela ordem.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Sr. Presidente, embora as minhas cedulas estejam assignadas, requeiro a V. Ex. faça constar da acta que votei em V. Ex. para Presidente e no Sr. Ministro Guimarães Natal para Vice-Presidente, nos dois escrutínios.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Sr. Presidente, embora as minhas cedulas não estejam assignadas, declaro que votei em V. Ex. para Presidente e no Sr. Ministro Godofredo Cunha, para Vice-Presidente, em ambos os escrutínios.

O Sr. Ministro EDMUNDO LINS: — Neste caso, Sr. Presidente, também faço a minha declaração; votei em V. Ex. para Presidente e, desde o primeiro escrutínio, votei no Sr. Ministro Godofredo Cunha para Vice-Presidente.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — Votei em ambos os escrutínios, para Vice-Presidente, no Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro PIRES E ALBUQUERQUE, Procurador Geral da Republica: — Desde que o escrutínio não é mais secreto, vou também declarar o meu voto: votei em V. Ex. para Presidente no unico escrutínio e, na eleição para Vice-Presidente, votei, no primeiro escrutínio, no Sr. Ministro Pedro dos Santos e, no segundo, no Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS: — Sr. Presidente, vou também declarar os meus votos. Mas sou coagido a praticar essa illegalidade pelo procedimento dos meus Collegas, uma vez que a Lei estabelece que o escrutínio será secreto.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — E' um direito do eleitor declarar o seu voto. O segredo do escrutínio é estabelecido em beneficio delle, que pôde renunciar a esse beneficio.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS: — Não ha este direito, porque elle contraria a Lei. A Lei quer que o escrutínio seja secreto. A declaração claro o faz publico.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Eu quero que o meu voto tenha a maior publicidade. Não ha nisto nenhuma infracção da Lei, e se ha, não fujo á responsabilidade.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS: — Mas uma vez que o Tribunal rompeu com a Lei, vou também declarar o meu voto: Votei em V. Ex. para Presidente, no unico escrutínio para esse fim realizado, e no Sr. Ministro Guimarães Natal nos dois outros para a eleição de Vice-Presidente. Desnecessaria era esta declaração, mas os meus collegas me obrigam a collaborar também na violação da Lei.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Sou unico Juiz dos seus actos. Não tenho que dar satisfações a ninguem.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Nenhum de nós tem que dar. Nós nos sentimos desobrigados de fazer essas declarações. Nellas não foi censura absolutamente nenhuma a qualquer dos Srs. Ministros. Ha apenas uma egualdade de situações. Desde que S. Ex. o Sr. Ministro Hermenegildo de

Barros, não obstante ter assignado as suas cédulas, julgou que devia declarar qua tinha sido o seu voto...

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Quiz que ficasse bem publico o meu voto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — ...entendi que logo depois devia desassombradamente dizer qual fôra o meu voto.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA: — Sr. Presidente, votei em V. Ex. para Presidente e no Sr. Ministro Godofredo Cunha para Vice-Presidente, nos dois escrutínios para esse fim realizados.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS: — Desde que todos os Srs. Ministros fazem declarações, devo fazer tambem a minha, praticando uma illegalidade, como disse o Sr. Ministro Pedro dos Santos, porque a Lei manda que o escrutínio seja secreto. Votei em V. Ex. para Presidente e no Sr. Ministro Guimarães Natal para Vice-Presidente, em ambos os escrutínios, mantendo os precedentes do Supremo Tribunal.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — As declarações dos Srs. Ministros constarão da acta. — Já tive occasião de agradecer pessoalmente a todos os meus collegas a prova de consideração que me deram. Neste posto prometto envidar todos os esforços no cumprimento dos meus deveres.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA: — Peço a palavra.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA: — Sr. Presidente, os suffragios dos meus nobres collegas acabam de elevar-me ao alto posto de Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Verdadeiramente surprezo, não sei explicar o que vejo, nem o que sinto... Parece-me uma illusão... Nunca me veio á mente merecer tão grande honra, que recebo e agradeço como um grande gesto de sympathia e de bondade e um movimento de grande generosidade dos meus collegas, para com o mais humilde dos membros desta Casa.

Outro fosse o criterio da escolha, como o da competencia, por exemplo, e o meu nome não se alçaria entre os dos meus collegas mais eminentes. A unica explicação que lhe posso dar e que muito me tranquillisa é que não se trata senão de um mero substituto eventual do Presidente do Tribunal.

O que posso, porém, vos assegurar desde já é que no desempenho das elevadas funcções que benevolmente me confiastes, tomarei por guias a Lei e a Justiça, mantendo com os Poderes constituídos as melhores relações de respeito, independencia e harmonia, indispensaveis ao regular desenvolvimento das instituições que nos regem.

Mais uma vez, muito obrigado.

APPELLAÇÃO CRIMINAL N. 949

A prescripção, embora não allegada, deve ser pronunciada ex-officio.

Prescreve em um anno a acção penal para a qual não esteja prevista pena inferior a seis mezes de prisão.

A Lei nova sómente tem effeito retroactivo quando beneficia o réu.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Appellação criminal n. 949, do Districto Federal; appellantes, os Drs. Heitor Lima e Mario Gameiro; appellada, a Justiça federal. — Tem a palavra o Sr. Ministro Guimarães Natal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — Primeiramente devo dizer a V. Ex., Sr. Presidente, que quando foi chamada esta appellação na ultima sessão, eu ainda não havia recebido os autos, que se achavam na Secretaria.

Além disso, V. Ex. chamou á ultima hora uma appellação em cujo relatorio eu teria de me demorar pelo menos uma hora, pois é necessario lêr algumas peças do processo. Por isso ponderei a V. Ex. que não a podia relatar, não só pela escassez do tempo como por não ter ainda recebido os autos.

Os appellantes foram denunciados como incursos no art. 134, paragrapho unico doCodigo Penal, por haverem: o 1º, qualificado de arbitraria e violenta uma decisão, annunciada pelo Juiz formador da culpa dos rebeldes de 5 de Julho de 1922, de mandar riscar palavras de sua contestação ao depoimento de uma testemunha se essa o requeresse, por offensivas, persistindo nos seus propositos, não obstante a advertencia do Juiz; e o 2º, por se haver declarado solidario com o 1º no mesmo protesto e na mesma attitude.

Sobre estes factos foram ouvidas as testemunhas, cujos depoimentos constam de fls. 20 a 85.

Interrogados, a fls. 88 e 89, apresentou o 1º a sua longa defesa, que decorre de fls. 93 a 230, juntando-lhes os documentos de fls. 231 a 274, e o 2º, de fls. 275 a 371. De fls. 374 a 411, officiou o Procurador da Republica, opinando pela pronuncia dos indiciados no art. 134, paragrapho unico doCodigo Penal.

Pronunciados a fls. 414 (*), foi a pronuncia confirmada pela decisão de fls. 427, da qual interpuzeram recurso para este Tribunal, com as razões de fls. 430 e 466, em que insistem na allegação de que ao facto, como resulta do depoimento das testemunhas de accusação, falta o elemento intencional, indispensavel á existencia do crime do art. 134 doCodigo Penal, porque o protesto que formularam contra o acto do Juiz não visava offender o magistrado, mas resalvar o direito de defesa dos seus constituintes. E tão razoavel fôra que o proprio Juiz o resguardou, não realizando o cancellamento da sua contestação á testemunha defeituosa.

Pelo Accordam de fls. 491 foi negado provimento ao recurso. (**)

E' este o theor do Accordam, que vou lêr porque, com os seus considerandos, argumenta a sentença appellada para afinal condemnar os indiciados. (***)

"Vistos estes autos de recurso criminal em que são recorrentes os Drs. Heitor Lima e Mario Gameiro e recorrido o Juiz Federal desta Secção.

Verifica-se do processo que, no dia 20 de Junho do anno proximo preterito, por occasião do summario de culpa a que respondiam os indigitados autores dos acontecimentos de 5 e 6 de Julho do anno de 1922, e que era presidido pelo Dr. Henrique Vaz Pinto Coelho, Juiz Substituto Federal, o primeiro denunciado Dr. Heitor Lima travou forte e irritante contenda com a testemunha

(*) V. essa decisão no vol. LXII, pag. 233.

(**) V. esse julgamento no vol. LXII, pag. 229.

(***) Esse Acc. foi publicado no vol. LXIII, pag. 28.

major Pompeu Horacio da Costa, devido aos termos offensivos e violentos da contestação que oppuzera ao depoimento.

Intervindo para manter a ordem e evitar que o incidente tomasse mais graves proporções, e fossem dest'arte perturbados os trabalhos da audiencia, o Dr. Vaz Pinto fez sentir á testemunha que, se considerava offensivos á sua honra os termos da contestação, requeresse o seu cancellamento, pois era um direito que a Lei lhe dava.

Foi o bastante para que o Dr. Heitor Lima, em altas vozes, se dirigisse ao Juiz, apostrophando-o de arbitrario e violento.

Chamado á ordem e advertido pela incontinencia da sua linguagem, não se conteve, continuou a vociferar e a repetir as mesmas palavras, dando lugar a que fossem perturbados os trabalhos da audiencia.

Diante da reiteração do ataque á sua autoridade, o Juiz, para mantel-a illesa e evitar maiores consequencias, deu-lhe voz de prisão.

Foi nesse momento que o segundo denunciado, Dr. Mario Gameiro, acintosamente voltou-se para o Juiz, e em tom provocador e em attitude de desafio proferiu com voz alterada as seguintes phrases: "Aqui estou Sr. Juiz: quer prender-me? Prenda-me".

Sendo evidentemente affrontosas essas palavras e desrespeitosa a postura de quem as proferia, ordenou o Juiz tambem a sua prisão.

Dos incidentes foram lavrados autos e remetidos ao Juiz Seccional que os enviou ao Dr. Procurador Criminal offerecendo este a denuncia de fls. 11.

Instaurado o summario de culpa foram ouvidas cinco testemunhas, e depois de interrogados offereceram allegações escriptas os denunciados, nas quaes allegam nullidade do processo e inexistencia dos factos criminosos.

O Juiz summariante, apreciando a prova colhida, concluiu pela procedencia da denuncia, pronunciando os denunciados como incurso no art. 134 do Código Penal.

Com essa decisão não se conformaram os recorrentes que interpuzeram o presente recurso, em cujas razões reproduzem o que allegaram na defeza. Isto posto:

considerando que o processo correu regularmente, sendo nelle observadas as exigencias da Lei, e, portanto, improcedem as inculpações feitas na defeza e no recurso; a) porque o auto de flagrante, quando mesmo não esteja rigorosamente conforme á Lei, não influiu elle de nenhuma forma para o despacho de pronuncia, pois este firmou-se exclusivamente nas provas colhidas na formação da culpa, sem ter necessidade de soccorrer-se de quaesquer outras que fossem colhidas fóra do summario; b) porque a denuncia satisfaz a todos os requisitos prescriptos pelo Código do Processo Criminal. Nella se declara o dia em que occorreram os factos — 20 de Junho de 1923: o local — audiencia do Juiz Substituto Federal para o summario dos denunciados nos factos de 5 e 6 de Julho de 1922; o momento da occurencia — quando depunha a testemunha major Pompeu Horacio da Costa; a narrativa minuciosa dos factos, com a indicação dos seus autores; a citação emfim do texto legal infringido: c) porque a fórmula processual que foi observada é a determinada pela Lei. Não se trata de funcionarios publicos, que tenham fóro privilegiado, mas de simples advogados sem nenhuma investidura do poder publico. PIMENTA BUENO no seu *Processo Criminal* tratando dos processos especiaes assim se exprime: "Considera-se funcionario publico para os effeitos do processo especial, todos aquelles que exercem funções de caracter ou serviço publico conferidas pelo governo ou poder publico."

considerando que o crime de desacato é de summa gravidade porque attinge importantes interesses de ordem publica. “Não é a pessoa physica que a Lei defende e resguarda, quando pune o ultrage, mas a autoridade publica; não é o official que se protege, mas o officio da pessoa, o orgam do poder social, diz FLORIAN;

considerando que, quando o offendido é, como no caso, um magistrado no exercicio de suas elevadas funcções, o desacato reveste uma fórma de maior gravidade pelo grande alarme que causa na sociedade, por ser o magistrado a encarnação viva da Lei. “O ultrage feito ao magistrado, diz GARRAUD, tem um caracter de excepcional gravidade”; no direito romano, a injuria assacada ao magistrado era considerada atroz — *persona atrocior injuria fit, ut cum magistratu fiat*, e era punida com o açoite, com o desterro e alguns casos até com a morte;

considerando que, no caso em apreço, encontram-se todos os elementos configurativos do crime do art. 134, do Codigo Penal; o offendido é funcionario publico e estava exercitando as suas funcções, quando lhe foram irrogadas as offensas; foi por acto de sua funcção, que estas lhe foram dirigidas, *in officio et propter officio*; ha, como ensina JOÃO VIEIRA, um nexo entre o facto incriminado e as funcções do officio; as palavras e os gestos visaram directamente a pessoa do offendido, e tiveram por fim entibiar o animo do Juiz summariante, de modo que pela ameaça e pelo terror pudessem os recorrentes dominar os actos da formação de culpa, a que então se procediam;

considerando que, como affirmam as testemunhas, o denunciado Dr Heitor Lima, em altas vozes, e em plena audiencia, na preseça de innumeris summariados, invectivou o Juiz com os epithetos de arbitrario e violento, e depois de advertido insistiu em seu proposito;

considerando que os qualificativos — arbitrario e violento — dirigidos a um magistrado, por actos de suas altas funcções, constituem uma injuria grave, punida pelas nossas Leis. O Juiz arbitrario e violento é aquelle que não respeita a Lei, que não pauta as suas decisões pelos dictames da Justiça, que nortêa os seus actos pelas tendencias de seu temperamento, pelas impulsões de seus sentimentos despoticos ou odientos, ou pelos seus caprichos, *Arbitrario* é o que não é determinado pela Lei (AULETTE — *Diccionario Contemporaneo*); — procedente do capricho, despotico, não permittido por Lei (JAYME SEGUIER — *Diccionario Illustrado*); o que depende unicamente da vontade, e não é determinado por Lei — absoluto, despeito (FARIA — *Diccionario*); o que é produzido pela vontade unica do homem, ou por seu capricho, o que é deixado á vontade, ou a uma apreciação não razoavel (LAROUSSE — *Grande Diccionario*); o que é produzido pela vontade unica do homem, sem ter regras, nem fundamento natural; os actos do governo onde a vontade das pessoas subsiste a da Lei — (*Vocabulario da Academia Francaesa*); sem limites, nem regras, despotico, absoluto (THOMAZ DAVIDSON — *Diccionario da lingua ingleza*); violento — é o que actua com força, contrario á razão e á Justiça (AULETTE — *Diccionario*);

considerando que para haver desacato ao magistrado não se faz mister que as palavras sejam as commummente contumeliosas e aviltantes, bastando simplesmente que ellas o attingam na serenidade de applicador da Lei, na imparcialidade de suas deliberações, expondo-o dest’arte ao odio de seus jurisdicionados, e aos embates da critica malevola. A Côte de Cassação de França condemnou por ultrages um individuo, porque ao ouvir a leitura de uma sentença exclamou unicamente — “essa decisão merece ser posta em um quadro”;

considerando que o denunciado Dr. Mario Gameiro, intervindo no incidente de modo desabrido e insolito, solidarizou-se com a conducta criminosa de

seu companheiro de defesa, Dr. Heitor Lima, e, tomando uma postura affrontosa, lançou á autoridade do offendido, um cartel desrespeitoso, com as palavras — “Aqui estou; prenda-me, Sr. Juiz. Prenda-me”;

considerando que o desacato commettido por factos não precisa para a sua caracterização que estes sejam manifestamente opprobriosos ou obscenos. Todos os gestos, todas as attitudes, ainda que de apparencias pouco graves, devem ser considerados offensivos, uma vez que visem abater o prestigio da autoridade, ou collocar-a em situação odiosa ou ridicula. Diz GARRAUD — “toda acção do corpo, toda mimica que possa exprimir desdem, desprezo pela pessoa do funcionario constitue ultrage”. E os tribunaes francezes, quando se trata de factos passados em audiencia publica e alvejando a pessoa do magistrado, são de uma inflexibilidade absoluta. O Tribunal de Montepellier consderava ultrage o facto de um individuo sentar-se de costas para o Juiz, e manter-se nessa posição depois de advertido; e a Côte de Paris tambem julgou desacato o lançar um individuo sobre o Juiz olhares provocadores, e depois passar e tornar a passar por sua frente;

considerando que, no despacho de pronuncia, não se deve attender a defesa que se funda exclusivamente na falta de intenção criminosa. JOÃO MENDES — *Processo Criminal*, — ensina: a defesa na formação da culpa é sempre directa, isto é, deve consistir em demonstrar ou que o facto criminoso não se realizou ou que o facto não constitue crime ou que o indigitado não foi quem o praticou; mas não tem effiiciencia a defesa que consiste em provar que o réu não teve *intenção criminosa*, ou que o crime é justificado por ter sido praticado para evitar mal maior, ou em legitima defesa;

considerando o mais que nos autos consta:

Accordam em Supremo Tribunal Federal negar provimento ao recurso, para manter a decisão recorrida que está conforme o direito e a prova dos autos. Custas pelos recorrentes. Publique-se.”

Nesse Accordam foi voto vencido o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros, que assim o fundamentou:

Hermenegildo de Barros, vencido. O facto unico que em sua singeleza, determinou o procedimento criminoso contra os recorrentes, consistiu em haver um delles declarado, com a solidariedade do outro, que a decisão do Juiz summariante, caso mandasse cancellar, como pretendia, a contestação opposta ao depoimento de uma testemunha, por consideral-a offensiva da dignidade desta seria uma decisão *violenta e arbitraria*.

No julgamento desse facto não é licito ao julgador apreciar o modo por que os recorrentes se defenderam neste processo, para se concluir que elles tiveram o intuito de ridicularizar a pessoa do Juiz, pois o que está em questão é apenas o incidente do dia 20 de Junho, causa unica do referido processo.

Entretanto, esse incidente não é narrado com a mesma singeleza pelo Accordam, que lhe dá tons vivos, côres carregadas, bem diversas das de que se revestiu o acontecimento, como se verá do confronto entre a exposição feita pelo Accordam e a que fizeram o proprio Juiz suppostamente desacatado e as testemunhas insuspeitas á accusação.

Começa o Accordam, que sublinharei nas phrases ou palavras não autorizadas pela prova dos autos: “Verifica-se do processo que, no dia 20 de Junho do anno proximo preterito, por occasião do summario de culpa a que respondiam os indigitados autores dos acontecimentos de 5 e 6 de Julho de 1922 e que era presidido pelo Dr. Henrique Vaz Pinto Coelho, Juiz substituto federal, o primeiro denunciado Dr. Heitor Lima travou *forte e irritante*

contenda com a testemunha Major Pompeu Horacio da Costa, devido aos termos *offensivos e violentos* da contestação que oppuzera ao depoimento.

“Intervindo para manter a ordem e evitar que o incidente tomasse maiores proporções e fossem dest’arte, perturbados os trabalhos da audiencia, o Dr. Vaz Pinho fez sentir á testemunha que, se considerava offensiva á sua honra os termos da contestação, requeresse o seu cancellamento, pois era um direito que a Lei lhe dava.

“Foi o bastante para que o Dr. Heitor Lima se dirigisse em *altas vozes* ao Juiz, *apostrophando-o* de *arbitrario e violento*.

“Chamado á ordem e advertido pela incontinencia de sua linguagem, não se conteve e *continuou a vociferar* e a repetir as mesmas palavras, dando lugar a que fossem perturbados os trabalhos da audiencia.

“Deante da *reiteração do ataque* á sua autoridade, o Juiz, para mantel-a illesa e evitar maiores consequencias, deu-lhe voz de prisão.

“Foi nesse momento que o segundo denunciado Dr. Mario Gameiro acin-tosamente voltou-se para o Juiz e *em tom provocador e em attitude de desafio* proferiu com voz alterada as seguintes phrases: — Aqui estou, Sr. Juiz; quer prender-me? Prenda-me.”

Ver-se-á, agora, que não houve contenda *forte e irritante* com a testemunha; que não eram *offensivos e violentos* os termos da contestação opposta ao seu depoimento; que o Dr. Heitor Lima não se dirigiu em *altas vozes* ao Juiz, *apostrophando-o* de *arbitrario e violento*, pois (convém adeantar desde já) a decisão, e não o Juiz, é que foi qualificada de violenta e arbitraria; que, por fim, o recorrente não vociferou, muito menos *continuou a vociferar*, não dirigiu ataque e muito menos *reiteração de ataque* á autoridade do Juiz.

O que houve foi pura e simplesmente o seguinte:

Quando depunha a testemunha Pompeu Horacio da Costa, os recorren-tes lhe oppuzeram a seguinte contestação (fls. 252 e 255 v.):

Pelo Dr. Heitor Lima foi dito: — “Conforme se previra na contradita, a testemunha veio depôr animada apenas do intuito de accusar seus irmãos de armas, procurando compromettel-os e collaborando na ingloria tarefa de sacrificar-lhes a carreira, roubar-lhes a liberdade e inutilizar-lhes a vida. Com effeito, o depoimento ora contestado, pullulante de contradicções, inverosilhanças, reticencias e falsidades, não passa de um serviço ao governo que a testemunha quiz assim obsequiar, em detrimento de seus infelizes camaradas”.

O Dr. Mario Gameiro assim contestou: — “A testemunha declarou pre-remptoriamente que era fiel á situação adversaria, e só não reagiu, atacando os accusados, por ter sido materialmente impedida; constitue isto inimizada capital, odio de morte contra os accusados, e é o mais grave dos impedimentos legais para depôr como testemunha numeraria”.

Destas contestações resulta que os advogados recorrentes apenas arguiram o depoimento da testemunha de parcial, contradictorio inverosimil, falso, suspeito.

Nisto, porém, não ha offensa de especie alguma, sobretudo se se attender a que se tratava do processo pelos acontecimentos de 5 de Julho, em que eram naturalmente interessados o governo e a testemunha que do mesmo dependia.

Ainda, porém, que a offensa fosse indissimulavel, é direito da parte, assegurado nas Leis do processo contraditar as testemunhas, attribuindo-lhes factos e qualidades que as constituam indignas de fé (artigo 265 do Codigo de Processo Criminal).

Ha mesmo arguições que, por mais offensivas que pareçam, não podem deixar de ser feitas, por serem da natureza, da essencia ou da substancia da causa.

E' regra de processo, por exemplo, que a parte não é obrigada a depôr sobre artigos diffamatorios do libello.

Entretanto, não se dirá que não seja obrigada a depôr em acção de desquite, por motivo de adulterio, a mulher casada cuja infidelidade seja alegada pelo marido nos artigos do libello.

E' que a allegação, neste caso, é da substancia da causa; sem ella a defesa desta não seria possivel.

Allegando, pois, que o depoimento era suspeito, parcial, inverosimil, contradictorio, o advogado não offendeu a testemunha, porque, cumprindo o seu dever, apenas usou do direito de a contradictar, e... *qui jure suo utitur neminem laedit*.

Continúo a narração do incidente, de accôrdo com as palavras da primeira testemunha, informante, que é o proprio Juiz que se diz desacatado.

Informou elle a fls. 20 v., do seu depoimento: "Findas as contestações, e ao ser perguntada a testemunha Major Pompeu se tinha alguma cousa a oppôr a essas contestações, a testemunha declarou que confirmava o seu depoimento como a expressão que era da verdade, reclamando apenas contra certos termos, phrases ou palavras que se continham nas contestações dos Srs. Drs. Heitor Lima e Mario Gameiro, visto consideral-as como offensivas á sua pessoa; em face disso o informante ponderou-lhe que lhe assistia o direito de requerer ao Juiz que fossem riscadas palavras os phrases que entendesse como offensivas á sua pessoa, ao que incontinenti retrucou o Dr. Heitor Lima: "V. Ex. não poderá fazer isto", respondendo tambem o informante incontinente: "Eu o farei"; insistiu o Dr. Heitor Lima pela seguinte forma: "Será mais um acto de violencia de V. Ex.,"; o informante chamou a attenção desse Sr. Advogado uma e mais vezes, e porque não fosse attendido, continuando elle a fallar sempre em voz mais alta que a sua, o prendeu em flagrante..."

Si o depoimento do Juiz, que se julgou desacatado, não justifica a exposição do Accordam, nos termos em este a fez, muito menos a justificarão os depoimentos das outras testemunhas do processo.

Com effeito, o depoimento da segunda testemunha, Dr. Carlos Costa, até contém passagens que são favoraveis ao recorrente, como quando diz que este interrompeu o Juiz, *não em altas vozes* (fls. 24 v.), classificando a sua *decisão* de violenta e arbitraria...; que a testemunha suppõe que o accusado *não teve intenção de ultrajar ou humilhar a pessoa do Juiz summariante* (fls. 34); que o accusado Dr. Heitor Lima tem *naturalmente* o timbre de voz muito elevado (fls. 34); que, perguntando o Juiz aos accusados si queriam assignar os autos, o Dr. Heitor Lima declarou que *promptamente o faria, pois era incapaz de commetter desattenção ao Juiz* (fls. 36), tendo o Dr. Mario Gameiro feito tambem ao Juiz *a declaração de que seria incapaz de qualquer desrespeito a sua pessoa* (fls. 36 v.).

A terceira tesmunha, escrevente juramentado Edmo Freire, depõe que o Dr. Heitor Lima protestava contra a *decisão* do Juiz, qualificando-a de violenta e arbitraria, expressão que repetia, *sem usar de outro qualquer qualificativo*, não dirigindo nenhuma injuria á pessoa do Juiz (fls. 54).

A quarta testemunha, official de justiça Indio do Brasil, declara que o Dr. Heitor Lima não fazia o seu protesto em *altas vozes*, sendo que a sua attitude e gestos *não eram de desconsideração para o Juiz* (fls. 64 v.).

Finalmente, a quinta testemunha, official de justiça, Duque Junior, depõe que a attitude do advogado Heitor Lima se limitou ao protesto repetido contra a *decisão* do Juiz que elle taxava de *violenta e arbitraria, sem accrescentar qualquer outra palavra que revelasse o animo de insultar ou ultrajar o Dr. Juiz substituto* (fls. 81 v. 82).

Estando assim conhecidos, o facto e a prova respectiva, cumpre examinar se houve, de facto, o denunciado desacato.

Tudo se resume num rapido dialogo entre o Juiz e o advogado.

Tendo aquelle ponderado á testemunha que podia requerer o cancelamento da contradita, o advogado atalhou: "V. Ex., não poderá fazer isto". "Eu o farei" retorquiu o Juiz. "Será mais um acto de violencia de V. Ex.", concluiu o advogado, segundo depoz o Juiz, ou "*será uma decisão violenta e arbitraria*", conforme referiram as testemunhas.

Ora, estas palavras, *só por si*, não constituem desacato.

Convem salientar que o recorrente não *apostrophou o Juiz* de violento e arbitrario, mas disse que a *decisão* era violenta e arbitaria, o que é cousa differente.

O Juiz mais calmo, mais ponderado, mais prudente, mais justo e mais honesto poderá, entretanto, proferir decisão arbitraria e violenta.

Bastará, por exemplo, que, interpretando uma Lei, faça distincção que ella não autorize.

Dir-se-á, então, que a distincção ou a decisão nella fundada é arbitrarria e pôde ser violenta, sem que alguem tenha por isso o direito de recusar o Juiz os mais excellentes predicados.

Todos os dias, nós os Juizes do Supremo Tribunal, estamos ouvindo dos advogados que as nossas decisões são injustas, contrarias á Lei expressa, arbitrarrias, violentas, e ninguem jamais se sentiu melindrado com esses qualificativos.

Por isso, repito, as palavras *decisão violenta e arbitraria* só constituiriam desacato, se fossem acompanhadas de outras ou de actos, que traduzissem inequivocamente o proposito de ultrajar, offender, desconsiderar, *sem motivo algum*, a pessoa do Juiz.

Ora, já se viu que as testemunhas affirmam que áquellas palavras, proferidas aliás em tom de voz natural, nem uma outra accrescentou o Dr. Heitor Lima, e que os seus gestos e attitudes não eram de desconsideração á pessoa do Juiz.

Por outro lado, o que constitue o crime de desacato é o proposito, a intenção de ultrajar, offender, desconsiderar a autoridade, o que se não verificou, segundo a prova dos autos, notadamente o depoimento do Dr. Carlos Costa, quando affirmou que os recorrentes declararam, na occasião do incidente, que seriam incapazes de qualquer desatencção á pessoa do Juiz.

E se a intenção, no caso, é elemento do delicto, ella deve ser verificada desde logo e não por occasião do julgamento final, porque, sem a certeza do delicto não pode haver pronuncia (artigo 145 doCodigo do Processo).

Admittido, porém, sómente para augmentar, que as unicas expressões proferidas fossem, por si, offensivas, e que estivesse demonstrado o animo de offender, nem assim teria havido crime de desacato, porque para a verificação deste se exige que não tenha havido excesso por parte da autoridade que se considerou desacatada.

Ora, o excesso se verificou, infelizmente, quando o Juiz *summaria*nte se dispoz a ordenar o cancelamento de uma contradicta, aliás inoffensiva, o que absolutamente não podia fazer, como afinal parece ter sido reconhecido

pelo proprio Juiz, tanto que não levou a effeito o seu proposito, menos considerado.

Nestas condições, o provocador do incidente teria sido, naturalmente sem o querer, o proprio Juiz summariante, e não o recorrente Dr. Heitor Lima, com quem o outro recorrente Dr. Mario Gameiro apenas se mostrou solidario, offerecendo-se tambem á prisão, já decretada contra o seu collega."

A fls 507, vê-se o libello contrariado pelo indiciado Dr. Heitor Lima, a fls. 515, o qual termina a sua contrariedade, transcrevendo trechos, depoimentos das testemunhas da accusação, offerecendo-os como defesa, a fls. 523.

A fls. 524 contrariou o outro Réu, Dr. Mario Gameiro, nestes termos:

"Contrariando o libello diz o réu Mario Gameiro contra a Justiça Fe-tiça Federal, E. S. N.

P. que não ha nos autos prova do elemento material de delicto que lhe é attribuido;

P. que, ainda mesmo que tal prova existisse, faltaria ao facto in-criminado o respectivo elemento subjectivo — o *dolo especifico*;

P. que, mesmo quando as expressões ou attitudes do réu significassem falta de respeito, e mesmo quando essa falta de respeito fosse grave seria o caso de applicar a sancção definida no artigo 368 do Decreto n. 848, de 11 de Outubro de 1890, que diz:

"As partes que faltarem ao respeito devido ao Juiz, em qualquer au-diencia ou acto judicial, poderão ser multadas até á quantia de 50\$000, con-forme a gravidade do caso";

P. que no caso de assumir a falta de respeito a feição delictuosa do ultrage, haveria motivo para processo criminal, nos termos do mesmo artigo, ultima parte, que reza: "E quando os excessos forem criminosos, será mais preso o delinquente para se ver processar, lavrando o escrivão o respectivo auto";

P. emfim, que a attitude do réu revelava, apenas, espirito de solida-riedade com o seu collega, e nunca o proposito de humilhar o magistrado, tanto mais quanto o acto do Juiz Substituto, offerecendo á testemunha o cancellamento das contestações, tambem prejudicava os interesses superiores dos constituintes, entre os quaes se contava um irmão do proprio réu.

Nestes termos, espera que a presente contrariedade seja recebida e julgada provada, para o effeito da absolvição do réu."

Submettidos a plenario, foram condemnados pela sentença de fls. 540, a 544, que passo a lêr:

"Vistos e examinados os presentes autos de processo crime em que é autora a Justiça Federal e réus os Drs. Heitor Lima e Mario Gameiro.

Attendendo a que os réus, na audiencia do julgamento (fls. 536), dei-xaram de produzir as defesas oraes, tendo apenas declarado que se reporta-vam ao que haviam escripto nas contrariedades ao libello; e que nellas al-legaram que o libello contém dois erros — um de direito, o outro de facto — um concernente á capitulação do crime, o outro relativo á sua configuração em face da prova testemunhal; que ainda mesmo que tal prova existisse, fal-taria ao facto incriminado o respectivo elemento subjectivo — o *dolo especifico*;

Attendendo, porém, a que tendo sido pronunciados por este Juizo como in-cursos no artigo 134 § unico doCodigo Penal, pelo delicto de desacato ao Juiz Substituto Dr. enrique Vaz Pinto Coelho, quando este, a 20 de Junho de

1923, em audiencia publica, procedia a formação da culpa dos denunciados pelos acontecimentos de Julho de 1922, e não tendo ou réus se conformado com o despacho de pronuncia, interpuzeram os recursos de fls. 430 e 466, aos quaes o Egregio Supremo Tribunal Federal negou provimento pelos motivos expostos no Accordam que se encontra a fls. 491;

Attendendo a que nesta decisão foi declarado que: no caso em apreço encontram-se todos os elementos configurativos do crime do artigo 134 do Codigo Penal; o offendido é funcionario publico e estava exercitando as suas funções quando lhe foram irrogadas as offensas, havendo um nexo entre o facto incriminado e as funções do offendido; as palavras e os gestos visavam directamente a pessoa do offendido, e tiveram por fim entibiar o animo do Juiz summariante, de modo que, pela ameaça e pelo terror, pudessem os recorrentes dominar os actos da formação da culpa a que então se procediam: como affirmam as testemunhas, o Dr. Heitor Lima, em altas vozes e em plena audiencia, na presença de innumeros summariados, invectivou o Juiz com os epithetos de arbitrario e violento, e depois de advertido insistiu em seu proposito; que os qualificativos arbitrario e violento, dirigidos a um magistrado por actos de suas altas funções, constituem uma injuria grave punida pelas nossas Leis; que para haver desacato ao magistrado não se faz mistér que as palavras sejam os communmente contumeliosas e aviltantes, bastando simplesmente que ellas o atinjam na serenidade de applicador da Lei, na imparcialidade de suas deliberações, expondo-o dest'arte ao odio de seus jurisdicionados e aos embates da critica malevola: que o Dr. Mario Gameiro, intervindo no incidente de modo desabrido e insolito, solidarisou-se com a conducta criminosa de seu companheiro de defesa Dr. Heitor Lima, e, tomando uma postura affrontosa, lançou á autoridade do offendido em cartel desrespeitoso com as palavras — aqui estou, prenda-me, Sr. Juiz, prenda-me; que o desacato commettido por factos não precisa para a sua caracterisação que sejam manifestamente opprobriosos ou obscenos; todos os gestos, todas as attitudes, ainda que de apparencia pouco graves, devem ser considerados offensivos, uma vez que visem abater o prestigio da autoridade, ou collocar-a em situação odiosa ou ridicula;

Attendendo a que, em vista do que ficou transcripto, não é mais possivel nesta primeira instancia discutir se as palavras e gestos dos réus pôdem constituir o delicto de desacato, pois isso já foi decidido na Instancia Superior; e que, de accôrdo com a designação transcripta nesta phase processual, resta apenas indagar se da parte dos accusados houve intenção criminosa;

Attendendo a que se, desde que fôram autoados, allegaram os réus não ter tido intenção criminosa, semelhante defesa, a unica, aliás, que lhes poderia aproveitar, não pôde ser acceita, porque o modo por que procederam na occasião do desacato não foi mais do que o resultado da maneira por que vinham procedendo desde o começo da formação da culpa do processo dos implicados no movimento revolucionario de 1922: o intuito de desprestigiar, desconsiderar e offender o Juiz resulta não só do modo porque agiram antes e durante o lamentavel incidente, como tambem ainda se evidencia do modo por que procuraram posteriormente se defender nestes autos, conforme bem affirmou o Dr. Procurador Criminal e salientou o Exm^o. Sr. Ministro Procurador Geral da Republica no parecer proferido na sessão em que foi julgado o recurso da pronuncia, parecer que foi publicado na REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL, vol. 62. pag. 236;

Attendendo a que, tendo occorrido o desacato no processo dos militares denunciados pelos acontecimentos de 1922, tanto naquelle como neste processo, procuraram os réus se defender, allegando que procederam no cumprimento

do dever profissional, em represalia ao Juiz, que estava commettendo illegalidades, este Juizo, em despacho proferido naquelle processo, teve occasião de apreciar esta allegação e mostrar que ella não procede, tendo declarado então:

“Lendo-se o summario vê-se que era impossivel que as testemunhas tivessem a necessaria calma para que pudessem prestar depoimentos minuciosos em vista dos termos offensivos empregados nas contradictas por alguns advogados, principalmente por dois que, desde o começo do processo, procuraram por todos os meios demorar, perturbar e tumultar a formação da culpa. A fls. 4.243, encontra-se um requerimento do advogado Heitor Lima, provando o que ficou dito, e em todos os dias designados para depoimentos de testemunhas, o advogado Mario Gameiro apresentava ao Juiz um requerimento em forma de consulta ou preliminar, no qual offendia o Juiz, o representante do Ministerio Publico, censurava as testemunhas, e até offendia outro advogado. Além deste procedimento com a apresentação de preliminares desrespeitosas e juridicamente ineptas, quizeram os dous referidos advogados forçar o Juiz Summariante a fazer consignar nos depoimentos perguntas, que diziam trazer escriptas, e que o mesmo Juiz affirma ter indeferido porque — “além de não terem ligação com os factos expostos na denuncia quasi todas, as outras eram offensivas ás autoridades constituídas, desrespeitosas ás testemunhas, e affrontosas á propria Justiça”, accrescentando que condescendeu “que juntassem aos depoimentos — como documento — o caderno em que então se exhibia dactylographadas as perguntas, tendo sido isto recusado. Para se avaliar do modo por que procediam estes advogados não é necessario mais do que apontar dous factos. A fls. 4.517, encontra-se o depoimento de uma testemunha que, na occasião em que se deram os factos, estava a uma grande distancia da séde da circumscripção militar de Matto Grosso, commandando um regimento estacionado na fronteira com o Paraguay, que tinha se referido somente a factos occorridos no regimento com relação a dous officiaes, declarando não saber dos factos narrados na denuncia senão pela leitura nos jornaes, por ter permanecido sempre alheio a todo o movimento militar e a esta testemunha o advogado Heitor Lima requereu que lhe fosse permittido “formular centenas de perguntas agrupadas em tres classes ou ordens: 1ª ordem, perguntas attinentes aos prodromos, antecedentes e causas moraes, politicas e sociaes do facto em summario; 2ª ordem, perguntas concernentes ao facto em si; 3ª ordem, perguntas relativas aos objectivos, intuitos e fins visados pelo movimento de Julho”. Prestando depoimento a fls. 4.989 um extrangeiro, gerente de um hotel no qual poucos dias antes do movimento revolucionario se havia hospedado um militar, e que sómente se havia referido a este facto, o advogado Mario Gameiro consultou o Juiz se tinha o “direito de fazer centenas de perguntas sobre as causas multiplas do delicto e os seus objectivos”. O que fica citado basta para confirmar o fim visado pelos dous advogados. Vê-se a fls. 4.652, que o advogado Heitor Lima contestou uma testemunha de modo tal, que ella levantando-se reclamou contra os termos offensivos e tendo o “Juiz ponderado que era licito requerer que fossem riscadas as palavras ou phrases que julgasse offensivas, foi abruptamente interrompido e desacatado pelos advogados Heitor Lima e Mario Gameiro”. Fez bem o Juiz não fazendo consignar as perguntas que os dous advogados queriam que ficassem contando dos autos. Se é verdade que a Lei processual determina que o Juiz, mesmo quando entender que as perguntas das partes não têm relação com a denuncia, deve fazer com que fiquem consignadas, todavia é certo que a Lei não podia prever, e muito menos autorizar que alguém, a pretexto de perguntar testemunhas, pudesse se servir deste meio sómente com o fim de demorar o

summario, offender os representantes mais elevados dos poderes publicos e á propria justiça como declarou o Juiz”.

O que fica dito foi o que consta do referido despacho. Não affirmei como agora o faço que os dous advogados tivessem desacatado o Juiz limitei-me a transcrever entre aspas o que se encontra escripto na folha indicada dos autos daquelle processo (fls. 4.652).

Attendendo a que, ainda mesmo que o Juiz summariante estivesse procedendo violenta e arbitrariamente, e, como ficou declarado acima, tal não se verificou, isto, não justifica o procedimento dos réus, uma vez que a grosseria, a desconsideração o desacato não podem ser admittidos como um protesto do advogado. Se o magistrado commette erros ou violencias, se julga em desacôrdo com a Lei, ha os recursos para a Instancia Superior, devendo o advogado nestes recursos usar da linguagem comedida propria de pessoa que se deve presumir ter recebido educação. Já é tempo de se pôr termo ao processo adoptado por certos advogados, que não hesitam em provocar o escandalo, em procurar expôr ao ridiculo e á desconsideração, em ultrajar e desacatar o Juiz, quando este não se presta a satisfazer os seus desejos, fazendo-lhes sentir que semelhante norma de proceder, não admittida em nenhum paiz civilisado, além de reprovada pela ética profissional, foi prevista e é punida pelo nosso Codigo Penal:

Attendendo a que a intenção criminosa dos réus, como já foi dito, é indiscutivel, é manifesta e resalta dos autos; ella se evidencia não só do modo por que procederam na occasião do desacato, como do modo por que vinham agindo anteriormente e do modo por que tentaram se defender, até mesmo quando allegam a falta desta intenção:

Attendendo a que não foi arguida nenhuma circumstancia aggravante e que tambem nenhuma attenuante foi apresentada:

Julgo, em vista do exposto, e do mais que se encontra nos autos, procedente o libello para o fim de condemnar, como condemno os réus Drs. Heitor Lima e Mario Gameiro á pena de quatro mezes de prisão celllular, gráu médio do artigo 134, paragrapho unico do Codigo Penal.

Districto Federal, 17 de Junho de 1924 — *Olympio de Sá e Albuquerque*.

Dessa sentença appellaram os réus com as longas razões de fls. 562 a 571. O Sr. Ministro Procurador Geral, a fls. 642, requer exame de sanidade no réu Heitor Lima, transcrevendo depois, como razões da appellação, o parecer oral proferido no recurso de pronuncia.

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, 1º Revisor: — Estou de accôrdo com o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, 2º Revisor: — De accôrdo com o relatorio.

(Usaram da palavra os advogados accusados, Drs. Heitor Lima e Mario Gameiro).

O Sr. Ministro A. PIRES E ALBUQUERQUE, Procurador Geral da Republica: — Peço a palavra.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Procurador Geral.

O Sr. Ministro A. PIRES E ALBUQUERQUE, Procurador Geral da Republica: — Srs. Ministros, já vos expuz circunstanciadamente os factos e indiquei as provas.

Para que dos autos constasse a minha exposição, transcrevi-a no parecer que tendes sob as vistas.

Fiz o meu dever. Não me apraz estar a repetir e relembra factos que entristecem e envergonham. Nada tenho que accrescentar, pois, que, de novo, só ha que os accusados ahi estão impenitentes e ousados, na mesma attitude de insolencia e de menoscabo a desafiar a vossa justiça. Lêde-lhes as razões e vereis que outra cousa não exprimem senão a reiteração do seu crime.

Nunca o desacato revestiu formas mais graves: Não foi o resultado de um movimento irreflectido, de uma explosão de uma revolta incontida ou interesses porventura contrariados, em que a identificação do advogado com a causa poderia servir de excusa. Não. E' um proposito firmemente deliberado, proseguido tenazmente durante mezes, com uma tal obstinação que se chega a duvidar da integridade mental dos seus autores. Depois de o terem praticado contra o magistrado tão digno que acabastes de o indicar para as altas funções de Juiz Federal, neste Districto; depois de o terem praticado reiteradamente com requintada audacia, os accusados, longe de se penitenciarem, delle se vangloriam impudentemente, e todo o seu esforço é para ampliar-lhe o alcance, com a protervia, a insolencia, o menoscabo dos arrazoados com que respondem ás sentenças e insultam ou ridicularisam os orgãos da Justiça, desde os seus mais obscuros servidores até os seus mais altos representantes.

Contam sahir pela porta da prescripção, para aqui tornarem amanhã se ainda houver Juiz que se atreva a contrariar-lhe as pretenções; que não ha maior incentivo para o crime do que a impunidade.

Que saiam.

Quero apenas accentuar que tudo quanto de mim dependeu para o cele-re andamento do processo, foi feito.

Requeri a dispensa do preparo, desde que percebi o plano de se deixar correr o tempo sobre os autos na Secretaria: Promovi a expedição de todos os termos; não me utilizei sequer dos prazos legaes para os pareceres que tive de emittir. Tenho a consciencia de que cumpri o meu dever e como não perdi ainda a fé na Justiça, aqui estarei amanhã para cumpril-o do mesmo modo.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Guimarães Natal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — Peço permissão ao eminente Collega Sr. Ministro Hermenegildo de Barros para fazer do voto vencido com que subscreveu o Accordam do Tribunal sobre a pronuncia (*), o meu voto para, provendo á appellação dos réus, absolvel-os por terem-n'os movido a intenção de assegurar o defesa dos seus constituintes e não a de des-respeitar e desacatar o Juiz. E é isso o que resulta dos depoimentos das testemunhas da accusação.

A impressão que deixam taes depoimentos é a de que a prisão dos réus appellantes foi antes um recurso de que lançou mão o Juiz para pôr termo ao incidente levantado pelo protesto da testemunha contra termos da contestação que lhe pareceram offensivos e pela insinuação do Juiz á tes-

(*) Esse voto foi publicado no vol. LXIII, pag. 33.

temunha de que, si esta o requeresse, mandaria riscar-os. Como bem o demonstrou o voto vencido a que me refiro, a melhor defesa dos appellantes está nos depoimentos das proprias testemunhas de accusação. Para caracterisar o desacato, é essencial a *vontade de offender* e o que dos autos resulta é que ditaram as palavras dos réus, consideradas pela sentença appellada como desacato ao Juiz, o interesse e zelo pela defesa dos seus constituintes, que muito prejudicados seriam pelo cancellamento da contradita a uma das testemunhas de accusação que mais carga lhes fizera em seus depoimentos. Além disso, o procedimento do Juiz é que provocou a viveza do protesto.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, 1º Revisor: — Sr. Presidente, a acção penal está prescripta, contando-se o prazo da data do despacho de pronuncia.

A Lei a applicar-se, quanto a este caso, não pode ser a nova, porque é menos benigna; mas a de tempo em que os accusados foram denunciados e se lhes promoveu a punição.

Portanto, preliminarmente, voto pela prescripção da acção.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, 2º Revisor: — Sr. Presidente, o art. 82 doCodigo Penal diz: “a prescripção, embora não allegada, deve ser pronunciada *ex-officio*”.

E', portanto, um dever do Juiz, decretar esse meio extinctivo, desde que a leitura dos autos convença de que o lapso de tempo marcado na Lei se esgotou. A pronuncia, decretada pelo Juiz Substituto Federal, é de 12 de Novembro de 1923. Foi publicada no dia 13 e confirmada no dia 27.

E' da enunciação da sentença que se conta o lapso de tempo para a prescripção, pois que do facto material da sentença é que decorre o meio interruptivo da prescripção da acção penal, em ordem a começar a correr de novo materialmente da data da pronuncia.

Julgada que fosse a appellação na sessão atrazada, não era de pronunciar-se a prescripção, que naturalmente ocorreria mais tarde, uma vez que o Accordam que o Tribunal proferisse seria embargavel.

A Lei nova, de 1923, no art. 37, diz: “a prescripção da acção penal, que começa a correr da pronuncia, interrompe-se pelo despacho que a esta confirma”. Por isso mesmo que, no regimen da Lei antiga, a pronuncia, por si só, era meio interruptivo e depois só começava a prescripção da condemnação quando a sentença condemnatoria passasse em julgado, disse a Lei nova: “interrompe-se pelo despacho que a esta confirma” (Não a interrompia antigamente) “e bem assim pela sentença condemnatoria recorriavel”.

Hoje a sentença condemnatoria recorriavel também é um dos meios interruptivos da prescripção da acção penal, cessando esta com a decisão transitada em julgado, condemnando o réu.

Ora, o crime de desacato aggravado, como é este constante do processo e recurso sujeitos ao nosso exame, é punido, de accôrdo com o art. 134 doCodigo Penal, § unico, com as penas de dois a quatro mezes e o augmento da terça parte, isto é, cinco mezes e dez dias, no maximo; quatro mezes, no médio e dois mezes e vinte dias, no minimo.

Ainda que se não tratasse de uma pena concreta, como já é esta, que foi imposta, pois que a appellação foi só dos accusados, se a especie fosse,

portanto, de pena abstracta, ainda assim, a prescrição teria ocorrido, porque desde que a condenação ou a pena é até seis meses a prescrição se opera em um anno e, no caso, a pena seria no maximo de cinco meses e dez dias, sendo a que foi imposta simplesmente de quatro meses.

Já vê o Tribunal que estudada a questão como a meu ver deve ser, em face da Lei antiga e da Lei nova, tendo-se em attenção, com relação a esta, a disposição do art. 3º do Código Penal, que diz: "a Lei penal não tem effeito retroactivo; todavia, o facto anterior será regido pela Lei nova: a) — se não fôr considerado passível a pena; b) si fôr punido com pena mais rigorosa". entende-se sempre como consequencia dessa disposição que, desde que a Lei penal nova agrava a situação do delinquente, applica-se em seu favor a Lei penal antiga, diga respeito á classificação do delicto, ou á pena a estabelecer, ou a qualquer meio extinctivo da acção ou da condenação.

E' jurisprudencia pacifica; não ha duvida alguma.

Consequentemente, meu voto é julgar prescripta a acção penal, declarando-a o Tribunal *ex-officio*, por força do artigo 82 do Código Penal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — Sr. Presidente, não levantei a questão da prescrição porque não tenho a minima nota a respeito, no meu caderno. E não a tenho pela razão muito simples de que passei os autos á revisão em Setembro e nessa época se não podia cogitar da prescrição.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Mesmo quando foi marcado dia não estava prescripta e, portanto, não se podia cogitar da prescrição.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — Em minhas mãos os autos estiveram apenas metade do tempo. Por isso, Sr. Presidente, não propuz a preliminar de prescrição.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA: — Mas V. Ex., concorda com a prescrição?

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — Não ha duvida. Voto pela preliminar proposta pelo Sr. Ministro Godofredo Cunha, porque, realmente, está prescripta a acção penal.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA: — (Pela ordem) — Sr. Presidente, os advogados accusados declararam, nas suas razões, que o relatório que precedeu aos considerandos do Accordam de pronuncia tinha adulterado os factos, attribuindo coisas que se não passaram na audiencia publica. Assim, disseram que as suas attitudes foram sempre respeitosas e que nada existia nos autos que demonstrasse o contrario.

Como estas affirmações attingem de frente ao Relator do Accordam que, dizem elles, induziu seus collegas a subscreverem-no com uma falsidade tamanha, sinto-me na necessidade de dizer que encontrei nos autos, perfeitamente caracterizado o desacato, e que as scenas de violencias, descriptas no relatório encontram inteiro apoio em abundante prova dos autos.

Aqui está o que diz uma das testemunhas: (*S. Ex., lê o depoimento da testemunha*).

Outra testemunha, o Dr. Carlos Costa tambem no seu depoimento declara que a figura do desacato estava perfeitamente integrada no caso e que tinha havido troca de palavras entre a testemunha e os accusados.

Portanto, quando disse que houve violento debate entre a testemunha Pompeu e os advogados, e que só cessou com a intervenção do Juiz desacatado

firmei-me nesses depoimentos. Não houve, por conseguinte, falseamento da verdade. Tudo que está no relatório do Accordam consta dos autos.

Feito este protesto, voto com a turma pela prescrição, que pode ser decretada *ex-officio*.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS (pela ordem): — Sr. Presidente, embora o Sr. Ministro Geminiano da Franca não tenha referido a meu nome, mas aos advogados, devo, em todo o caso, dizer que, no meu voto vencido no Accordam de pronuncia, accentuei que não havia inteira conformidade entre a exposição feita no Accordam e o que disseram as testemunhas. Não disse absolutamente que S. Ex., tivesse adulterado palavras ou factos, disse apenas que S. Ex., dera tons mais carregados á exposição do facto. E que effectivamente houve uma certa nuance, uma differença ligeira de palavras entre o que disseram as testemunhas e o Accordam de pronuncia, não ha a menor duvida.

Tive o cuidado de transcrever entre aspas os depoimentos de todas as testemunhas e indiquei as folhas dos autos em que elles se acham.

Pretendia mais demoradamente sustentar o meu voto vencido, si porventura o Tribunal tivesse de julgar do merecimento. Mas foi proposta a preliminar. E como a pronuncia é de 12 de Novembro de 1923 e o prazo da prescrição da acção é de 1 anno, segue-se ineluctavelmente que a 12 deste mez a acção estava prescripta. Voto portanto, pela prescrição.

Entretanto, tinha necessidade de dar esta explicação.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Está em discussão o voto da turma. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com a turma).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Preliminarmente, julgou-se prescripta a acção penal, por unanimidade de votos.

RECURSO EXTRAORDINARIO N. 1.759

O recurso extraordinario deve subir nos proprios autos originaes.

Não cabe recurso extraordinario da decisão da Justiça local versante sobre a prova dos autos.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso extraordinario n. 1.759, do Piahy. — Recorrente, Bonifacio Soares Ferraz; recorrido, Raymundo Alves da Rocha. — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, — Relator: O caso é o seguinte: Em Novembro de 1923, foi interposto da decisão do Tribunal do Piahy um recurso que julgou valido o testamento do pae do recorrente. Arguiu-se, porém, de nullo esse julgado, dizendo-se que o Tribunal recorrido deixou de applicar os arts. 1.632, ns. 2 e 3 e 1.634, § unico doCodigo Civil.

O recurso fôra instruido unicamente com diversas peças dos autos, que vieram em traslado. O requerimento do recurso tem a data de 12 de Novembro de 1923 e o termo a do dia immediato, 13.

O testador era Amancio Soares Teixeira, tio do recorrente. Allega elle que os menores instituidos herdeiros são filhos adulterinos de Maria do

Nascimento de Jesus; que, no testamento, foram preteridas formalidade substanciaes; a) porque o tabellião que o fez no livro de Notas, não portou por fé que as testemunhas nelle indicadas tivessem assistido a todo o acto, como é exigido pelo n. II, do citado artigo 1.632; b) porque esse tabellião também não portou por fé que, depois de escripto o testamento, o *tivesse lido na presença da testemunha, nem que o testador, lendo-o o fizesse na presença delle e delle tabellião, como é exigido pelo n. III do alludido artigo.*

O Accordam recorrido confirmou o de fls. 17, no quel se lê: “Não procedem as nullidades arguidas porquanto, *no final do termo, o official portou por fé tudo quanto vem declarado no art. 1.632 ns. 1, 2, 3, e 4, do Codigo Civil, ficando assim satisfeitas as exigencias legais*”.

O testamento termina assim: “*E depois de lhes ter lido por mim tabellião e por elles outorgantes achado em tudo conforme, assignam com as testemunhas presentes José Bento de Almeida etc, todas de maioridade, do que dou fé*”.

O Accordam recorrido é de 18 de Outubro de 1923.

O Sr. Ministro Procurador Geral da Republica emittiu o seguinte parecer (*):

“A disposição do art. 17 do Decreto n. 4.381, de 5 de Dezembro de 1921, foi revogada pelo art. 5 da Lei n. 4.632, de 6 de Janeiro de 1923 e pois ao tempo da interposição do presente recurso (12 de Novembro de 1923) estava de novo em vigor o art. 58 da Lei n. 221 de 1894 segundo o qual os recursos extraordinarios devem subir nos proprios autos.

E’ portanto caso de se não conhecer do recurso.

E tanto menos é de conhecer quanto a decisão recorrida, cujo traslado se offerece a fls., resolveu pura e exclusivamente uma questão de facto.”

Eu pedi dia para julgamento destes autos, de conformidade com a Lei, porque pareceu-me que, de accôrdo com a jurisprudencia do Supremo Tribunal era caso de não se conhecer do recurso.

E’ o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE’ CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex., pode dar o seu voto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — Não tomo conhecimento do recurso interposto da decisão de fls. 19 e 20, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que manteve a de fls. 17, em que o mesmo Tribunal deu provimento á appellação para, reformando a sentença appellada, considerar valido o testamento publico com que falleceu Amancio Soares Teixeira.

Assim julgo — nos termos do parecer do Sr. Ministro Procurador Geral da Republica, já porque, quando foi interposto o recurso, em 13 de Novembro de 1923, estava revogado pelo art. 5º da Lei n. 4.632, de 6 de Janeiro de 1923, o art. 17 do Decreto n. 4.381, de 1921, e consequentemente os autos deviam subir em original (Lei n. 221, de 1894, art. 58, § 2º) e não como vieram — apenas com certidão de diversas peças delles; já porque, quando não occorresse essa circumstancia, a hypothese se não ajusta ao invocado art. 59 § 1º, letra a da Constituição da Republica, uma vez que o Tribunal recorrido se limitou a julgar que não houve no testamento sacrificio das formalidades exigidas pelo art. 1.632, do Codigo Civil, tendo o official *portado isso por fé*, de conformidade com o art. 1.634, do mesmo Codigo, o que significa que a

(*) Esse parecer foi publicado no vol. LXVII, pag. 549.

Justiça local *considerou provado* o preenchimento de taes formalidades e applicou ao caso as disposições da Lei federal.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Está em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Preliminarmente, julgou-se não ser caso de recurso extraordinario, unanimemente.

APPELLAÇÃO CIVEL N. 4.302

Foi adiado o julgamento por ter pedido vista dos autos um dos Srs. Ministros.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Appellação Cível n. 4.302, de S. Paulo. — 1ª appellante, a "Sorocabana Railway Company; 2ªs Appellantes, Valentina Lahmeyer Teixeira Leite e seus filhos, appellados, os mesmos. — Tem a palavra o Sr. Ministro Guimarães Natal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — A sentença de de fls. 249 expõe bem a especie. Vou proceder á sua leitura:

"Vistos e examinados estes autos de acção ordinaria proposta por D. Valentina Lahmeyer Teixeira Leite, viuva do Dr. Alfredo Carlos Teixeira Leite Junior, juntamente com seus filhos menores puberes Flora, Francisco e Vera, — como autores, contra a ré — Sorocabana Railway Company.

Allegam os autores em sua petição — fls. 2 a 9, que no dia 12 de Abril de 1918, entre uma e duas horas da madrugada, seu marido e pae — Dr. Alfredo Carlos Teixeira Leite Junior, engenheiro civil, então empregado da ré, exercendo o cargo de — *engenheiro residente* — em Sorocaba, recebeu um aviso telegraphico do chefe do trafego, communicando-lhe que uma gondola descarrilára no kilometro 113, precisava de soccorro, solicitando, para isso, suas providencias; ao mesmo tempo chegava a Sorocaba o chefe do comboio de que fazia parte a gondola descarrilada — Francellino Bueno — que viera em busca de socorro, trazendo a locomotiva daquelle comboio; constituido o trem de socorro em Sorocaba, partiu elle sob a direcção de Francellino Bueno, ás 2 horas e 5 minutos, levando diversos trabalhadores e o engenheiro Dr. Teixeira Leite Junior incumbido de dirigir o serviço de desobstrucção da linha no lugar indicado; ao chegar ao kilometro 112 a locomotiva apitou, penetrando logo a seguir na recta em que se achava o comboio com a gondola descarrilada, sem que o respectivo chefe — Francellino Bueno —, que conhecia o ponto preciso do descarrilamento — e dirigia o trem de soccorro, orientasse o machinista para fazer parar a tempo, — o que deu lugar a que o trem de soccorro em que era conduzida a victima, se chocasse com o comboio descarrilado, recebendo o Dr. Teixeira Leite, em consequencia do violento encontro, gravissimas lesões das quaes veiu a fallecer horas depois, sem ter podido fazer declarações; que, além disso, foi errado o aviso telegraphico expedido pelo chefe do trafego á victima, pois a gondola descarrilada não estava no ponto n'elle indicado; não havia tambem, nem na estrada nem na dianteira da gondola descarrilada, *signaes luminosos* dando o aviso regulamentar de "*linha coberta*"; que esses e outros factos mostram que o desastre teve lugar por culpa dos prepostos da ré — civilmente responsaveis pelos prejuizos materiaes soffridos por elles autores, — com a morte de seu marido e pae de quem recebiam alimento, auxilio e educação;

a ré, como arrendataria da Estrada de Ferro Sorocabana, levou sua negligencia e ineptia ao ponto de desorganizar, até á anarchia, todos os serviços da estrada, sendo rara a data em que se não verificassem accidentes em suas linhas e se não registrassem graves reclamações, levantando o clamor das populações por ella servidas, provocando — vigorosa reacção da imprensa e dos representantes do Estado nas duas casas do Congresso; que a victima era um profissional competente, exemplar chefe de familia, empregando todos os seus proventos no amparo d'elles autores; contava 42 annos de idade, forte e methodico, podendo ainda viver mais 29 annos; percebia, ao tempo do desastre que o victimou, a renda mensal de oitocentos mil réis ou 9:600\$000 por anno, que multiplicada pelos 29 annos que ainda poderia viver, lhe asseguraria uma renda de 278:400\$000, em quanto avaliam os lucros cessantes, sem contar os damnos emergentes e o damno moral inestimavel

Concluem pedindo que a ré seja condemnada a pagar essa quantia de 278:400\$000, juros da móra, damnos emergentes que forem arbitrados e custas conforme a petição inicial citada e a replica a fls. 49.

Proposta a acção na audiencia de fls. 28, contestou-a a ré a fls. 44, dizendo que não é obrigada a indemnizar aos autores porque não lhe cabe culpa alguma pelo choque de trem de que resultou a morte do Dr. Teixeira Leite Junior; este, como engenheiro residente, tendo recebido aviso do descarrilamento, partiu para o logar do desastre em trem de soccorro de dous carros empurrados por uma locomotiva, trem por elle proprio organizado, fazendo-se acompanhar do pessoal composto de seus inferiores hierarchicos. O luctuoso facto deu-se por inacção da victima n'esse caso, por omissão de providencias que lhe competia tomar: — Não interpellou o chefe do trem que viera do logar do descarrilamento sobre o ponto exacto d'este; não inquireu dos signaes que devia levar o trem; não assumiu a chefia que lhe competia da diligencia; collocou-se com todo o pessoal entre os dous carros de soccorro, em logar de onde nada podiam ver para a frente; que, n'estas condições, tendo havido o desastre em consequencia de faltas commettidas pelo proprio Dr. Teixeira Leite Junior, não podem os autores haver indemnização da ré, — Companhia da qual elle era empregado, e só tinha mandato para cumprir seus regulamentos, suas praxes no funcionamento dos trens, o que não fez n'esse caso; que o calculado *quantum* da indemnização é arbitrario, não obedecendo a nenhum preceito legal ou usual. Pede, com esses fundamentos, que a acção seja julgada improcedente condemnados os autores nas custas.

Na replica a fls. 49, insistem os autores na allegação de ter-se dado o desastre por culpa de empregados da ré no desempenho de funcções que lhes competiam, para o que concorreu directamente, a negligencia desta; e negam que tivesse sido organizado o trem de soccorro pelo Dr. Teixeira Leite a cujas attribuições, *como engenheiro* residente, esse serviço era inteiramente extranho.

^{*} Treplicada por negação — fls. 51 v. seguiu-se a dilação probatoria em que ambas as partes inqueriram testemunhas, — a ré a fls. 57 a 67, 100 a 106, 122 a 130, as autoras a fls. 71 a 82, 96 a 98, 109 a 113, 118 a 120; foi tomado o depoimento do inspector geral da ré, a fls. 89, fez-se o arbitramento conforme o laudo dos peritos, a fls. 155 a 165.

Arrazoaram afinal os autores a fls. 178 e a ré a fls. 208, desenvolvendo seus argumentos já expostos e insistindo nos respectivos pedidos.

O que tudo bem ponderado:

Considerando que não é procedente a preliminar da incompetencia d'esta

Juizo, levantada nas allegações finaes da ré — fls. 208, por estar provado que, morto o Dr. Alfredo Carlos Teixeira Leite Junior, passaram os autores a residir no Districto Federal de onde eram naturaes, fixando ahi seu domicilio, antes de ser iniciada esta acção, como allegaram a fls. 4, 1º item e não foi contestado pela ré — fls. 44, constando ainda este facto determinante da competência da Justiça Federal, nos termos do art. 60, letra *d*, da Constituição da procuração fls. 10, depoimento da test de fls. 78 v. e docs. fls. 244 a 248, e nada deixa presumir que fosse procurado propositadamente como meio de alterar a competência;

Considerando que os documentos juntos — fls. 245 a 248 mostram que os autores, na qualidade de viuva e filhos da victima, são partes legitimas nesta acção;

Considerando que a morte do Dr. Alfredo Carlos Teixeira Junior, marido e pae dos autores, teve como causa efficiente as lesões por elle recebidas em consequencia do violento choque de um trem de soccorro em que viajava a serviço da ré, vindo de Sorocaba na noite de 12 de Abril de 1918, contra um comboio de que descarrilára uma gondola e impedia a linha na recta que precede o kilometro 113; o que tudo está provado com os documentos de fls. 11 a 24, depoimento das testemunhas, e não é contestado pela ré em seus artigos e allegações finaes, nem no depoimento pessoal a fls. 89;

Considerando que o desastre teve logar por varios motivos, *signanter* — o da falta de signaes luminosos no ponto em que a linha estava obstruida, de modo que o trem de soccorro em que viajava a victima, fosse avisado a tempo de poder parar e evitar o choque com o comboio descarrilado, o que foi reconhecido como causa efficiente do desastre, — fls. 14, 105, 67; má organização e composição do trem de soccorro; imprudencia do machinista e do chefe, que o conduziam; errado aviso do logar do descarrilamento, aliás, conhecido do chefe do trem de soccorro que era a mesmo que dirigia o trem descarrilado com cuja locomotiva fôra a Sorocaba buscar o de soccorro;

Considerando que a culpa pelas feitas commettidas e que deram logar ao desastre, principalmente a de não terem sido collocados os avisos regulamentares dando o signal de “linha coberta”, só pôde ser, em face da prova, attribuida á ré, responsavel por seus prepostos;

Considerando que nem sequer concorreu culpa da victima, uma vez que a ella não competia e sim ao trafego, a organização, composição e direcção do trem de soccorro, como affirmam, entre outros, o Dr. Calixto de Paula Souza, engenheiro do Governo, membro da commissão de fiscalisação da ré — fls. 71, e Dr. Alberto de Oliveira Coutinho fls. 109;

Considerando que embora a victima fosse empregado da ré, como engenheiro residente, não estava, por isso, a mesma ré isenta da obrigação de transportal-o em seus trens, para os pontos onde eram reclamados seus serviços, com as cautelas regulamentares, necessarias á segurança pessoal dos viajantes;

Considerando que não ficou absolutamente provado que o desastre tivesse tido logar por culpa exclusiva da victima ou por caso fortuito ou de força maior;

Considerando que mesmo no caso de se poder admittir caso fortuito ou força maior, o que não se dá na hypothese d'esses autos, ensina DEMOLOMBE, citado por ADOLPHE EYNER — professor da Univ. de Vienna, em sua monographia — “La responsabilité dans le contrat de transport”, pag. 119 e segs.”. “Il est bien entendu d'ailleurs, que le debiteur ne se trouve déchargé de tout responsabilité, a raison de la force majeur ou de cas fortuit, qu'autant que

l'événement n'a pas été précédé, accompagné ou suivi de *quelque faute qui lui soit imputable*";

Considerando que, n'estas condições, responde a ré pelo desastre que, em sua linha succedeu á victima e de que resultou a morte d'esta;

Considerando que no caso de morte responde a estrada de ferro por todas as despesas e é obrigada a indemnizar todos aquelles aos quaes a morte da victima privar de alimento, auxilio e educação (Lei n. 2.681, de 7 de Dezembro de 1912, art. 22);

Considerando que o criterio adoptado pela jurisprudencia do Egregio Supremo Tribunal Federal em casos d'esta natureza é o de attribuir a todos os que da victima recebiam alimento, educação ou auxilio, uma quantia que, aos juros legaes, lhe produza renda correspondente aquillo que lhes podia ou estava acostumada a fornecer a victima pelos seus ganhos, e considerados os annos que poderia ainda, provavelmente, viver;

Considerando que é esta a doutrina universalmente consagrada em vasta jurisprudencia pelos Tribunaes dos paizes cultos ao applicarem as Leis respectivas em que a nossa se inspirou;

Considerando que essa doutrina e jurisprudencia manda considerar os ganhos da victima na occasião de sua morte;

Considerando que estando sufficientemente provada a renda da victima na occasião de sua morte, deve o Juiz fixar desde logo, na sentença, o quantum da indemnização, evitando as delongas desnecessarias de um processo de liquidação;

Considerando que pelo depoimento pessoal da ré ficou provado que a victima, como engenheiro residente da mesma ré, percebia o ordenado mensal de oitocentos mil réis, (dep. pess. fls. 91 v. resposta ao item 12 da pet.);

Considerando que, deduzida d'essa renda a quantia de duzentos mil réis mensaes a que se refere o perito Dr. Theodureto de Carvalho no laudo de fls. 164, para as despesas pessoaes da victima, o que é razoavel nas condições especiaes da victima, pois o criterio adoptado no Reg. da Estrada de Ferro Central é o de deduzir para isso um terço dos vencimentos, ficaria a renda mensal reduzida a 600\$000 mensaes ou 7:200\$000 por anno;

Considerando que, tendo a victima, na occasião de sua morte, 42 annos de idade, cert. fls. 244, e attendendo ao que dizem os illustres profissionaes Drs. Rubião Meira e Antonio Candido de Camargo, fls. 118, 96, sobre a fortaleza de constituição da victima e ao seu methodo de vida, é razoavel suppôr durasse ella mais 23 annos, attingindo a media de 65 annos;

Considerando que, n'estas condições, é necessario attribuir aos autores quantia que, aos juros legaes de 6 %^o, lhes produza a renda apurada, por 23 annos, isto é, uma quantia que, sommados os juros annuaes a uma parte do capital lhes assegure, durante esse tempo, uma renda annual de 7:200\$000, e que *esteja absorvida no fim daquelle prazo*;

Considerando que essa quantia, que se encontra resolvendo a conhecida formula — $(C = \frac{R}{r} [1 - (1+r)^{-T}])$ — é a de 88:585\$877 rs. — *oitenta e oito contos, quinhentos e oitenta e cinco mil oitocentos e setenta e sete réis*;

Considerando que as outras despesas a que os autores foram obrigados, em consequencia da morte da victima, ficam compensadas com o pagamento integral da quantia acima fixada, o que lhes permitirá dar a ella applicação muito mais rendosa que a applicação que só produzisse os juros legaes de 6 %^o, base do calculo, e attendendo tambem a que só receberiam aquella importancia em parcelas annuaes de 7:200\$000 durante os 23 annos que a victima pudesse ainda viver, as quaes ficariam absorvidas pelas despesas ordinarias da vida,

durante esse tempo, não permitindo accumular, como succede pelo pagamento integral que lhes proporciona evidentes vantagens;

Considerando o mais que dos autos consta e disposições de direito applicaveis:

Julgo procedente a acção e condemno a ré a pagar aos autores a quantia de 88:585\$877 e os juros da móra, competindo metade á viuva e metade aos filhos do casal, em partes eguaes.

Condemno nas custas a mesma ré e os autores em proporção tendo-se em vista a importancia perdida e a que foi fixada nesta sentença”.

Dessa sentença appellaram: a ré, com as razões de fls. 277, que concluem de fls. 319 a 320 por pedir a reforma da sentença, para ser absolvida do pedido, visto ter se dado o desastre, que victimou o engenheiro Teixeira Leite, por culpa delle unicamente, sem a menor culpa della ré; e os autores, com as de fls. 389 e seguintes, em que procuram demonstrar que as providencias que poderiam evitar o desastre caberiam, pelo regulamento da estrada, ao trafego, sendo em relação a este mero passageiro, sem a menor ingerencia no serviço de trasporte, por cuja culpa exclusiva occorreu o desastre — e concluem pedindo a reforma da sentença para ser condemnada a ré a pagar-lhe 220:000\$000, e não 88:587\$816, conforme pediram na petição inicial.

As razões de ambos os appellantes foram distribuidas em folhetos pelos Srs. Ministros. Por isso, dispenso-me de resumil-as.

Está feito o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Sobre o relatorio o Sr. Ministro Godofredo Cunha?

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, 1º Revisor: — Estou de accôrdo.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Sr. Ministro Leoni Ramos?

O Sr. Ministro LEONI RAMOS, 2º Revisor: — Tambem estou de accôrdo.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Guimarães Natal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — Sr. Presidente, a ré insistiu na preliminar de incompetencia da Justiça Federal, com fundamento na letra *d* do artigo 60 da Constituição, mas não conseguiu, nesta parte, abalar os considerandos da sentença appellada, que se apoiam em provas não illididas pela ré, á qual competia fazel-o, e tambem na jurisprudencia uniforme do Tribunal. Acredito que convem consultar os Srs. Revisores e o Tribunal sobre esta preliminar. O Sr. Ministro 1º Revisor provavelmente annulla o feito porque não considera o Districto Federal um Estado para o effeito da applicação do art. 60 letra *d* da Constituição.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, 1º Revisor: — Preliminarmente annullo o processo por incompetencia da Justiça Federal. Trata-se de partes residentes em Estados differentes, considerando-se como Estado o Districto Federal. Como não o considero como Estado, penso que a competencia é da Justiça local.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Leoni Ramos.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS, 2º Revisor; — Não dou pela preliminar. Acho que a competencia é da Justiça federal, na qual foi muito bem proposta a acção.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Está em discussão o voto dos Srs. Ministros que viram os autos sobre a preliminar. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — Voto com a maioria da turma.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA: — Voto com o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS: — Estou com a maioria da turma.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Também voto com a maioria da turma.

O Sr. Ministro EDMUNDO LINS: — Voto com o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Também voto com o Sr. Ministro 1º Revisor.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Não passou o preliminar, contra os votos dos Srs. Ministros Godofredo Cunha, Geminiano da Franca, Edmundo Lins e Muniz Barreto. — Tem a palavra o Sr. Ministro Guimarães Natal para dar o seu voto *de meritis*.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — *De meritis*, não logrou também a ré appellante provar que o desastre tivesse sido devido a caso fortuito e não a culpa sua. Portanto, quer na preliminar, quer *de meritis*, não procede a appellação da ré, que, assim, não merece provimento.

Quanto á dos autores, o criterio que me pareceu sempre mais justo para a fixação da indemnização, em caso de desastre, como o de que se trata, é condemnar a empresa culpada a assegurar aos dependentes da victima uma renda igual á que esta percebia e pelo tempo em que essa dependencia perdurar, o que praticamente seria conseguido obrigando-se a ré a adquirir titulos da divida publica em numero sufficiente para produzirem de juros a quantia equivalente á alludida renda liquida. Ficariam taes titulos sujeitos a esse onus emquanto durassem os effeitos da sentença, isto é, emquanto existisse a dependencia que justificasse a condemnação.

A sentença appellada adoptou outro criterio, condemnando a ré a pagar aos autores uma determinada quantia, de uma só vez, da qual seriam descontados, mensalmente os vencimentos que percebia a victima, menos duzentos mil réis, as despesas pessoaes, de fórmula que, ao cabo de 23 annos, emquanto se arbitra a vida media da victima viesse ella a se extinguir. E' este o criterio que o Tribunal tem admittido em varios dos seus julgados.

Acho-o muito arbitrario, porque se apoia na duração media da vida da victima.

Se o Tribunal não aceitar o que proponho, negarei provimento também á appellação dos autores, confirmando por seus fundamentos a sentença appellada.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, 1º Revisor: — Nego provi-

mento á appellação para confirmar a sentença appellada que adoptou o criterio jurisprudencial do Tribunal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — Confessei lealmente que o criterio da sentença é o do Tribunal e não o que julgo melhor.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Leoni Ramos.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS, 2º Revisor. — Os factos estão provados. A culpa da ré, tambem. Toda a questão, portanto, está em saber o modo de fazer a indemnização. Não adopto nem o criterio do Sr. Ministro Relator, nem o da sentença appellada. Mantenho o que sempre tenho adoptado. Si, pelo arbitramento, a idade, a que devia attingir a victima seria de 65 annos e ella apenas alcançara os 42, devia viver ainda 23 annos. Está ainda provado que esse engenheiro ganhava 9:600\$000. Deduzidos 2:400\$000, de accôrdo com o calculo dos peritos, restariam 7:200\$000. Multiplicada esta importancia pelos 23 annos os 2ºs appellantes teriam de receber da Companhia..... 165:600\$000. E' esta a quantia que a Companhia ré deverá pagar aos autores.

Para este fim, dou provimento em parte á appellação dos autores.

O Sr. inistro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Estão em discussão os votos dos Srs. Ministros que viram os autos.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Peço vista dos autos.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Fica suspenso o julgamento.

96ª SESSÃO, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1924

Presidencia do Sr. Ministro André Cavalcanti.

A's 12 horas e meia, abriu-se a sessão, achando-se presentes os Srs. Ministros Guimarães Natal, Godofredo Cunha, Leoni Ramos, Muniz Barreto, Pedro Mibielli, Edmundo Lins, Hermenegildo de Barros, Pedro dos Santos, Geminiano da Franca e Arthur Ribeiro.

Deixaram de comparecer os Srs. Ministros Sebastião de Lacerda e Viveiros de Castro que se encontram em goso de licença e o Sr. Ministro A. Pires e Albuquerque. Procurador Geral da Republica, com causa justificada.

Foi lida e approvada a acta da sessão anterior e despachado todo o expediente sobre a mesa.

O Sr. Presidente communicou ao Egregio Tribunal ter recebido manifestação de pesar pelo fallecimento do Sr. Ministro Herminio do Espirito Santo, do Sr. Governador de Santa Catharina, dos Srs. Presidentes dos Superiores Tribunaes de Justiça dos Estados da Bahia, Minas Geraes, S. Paulo, Rio de Janeiro, Goyaz, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Alagôas, Maranhão, e Santa Catharina, dos Srs. Juizes Federaes nas secções de S. Paulo, Parahyba, Amazonas, Santa Catharina, Pará, do Juiz Substituto e Procurador da Republica no Amazonas, dos Juizes Municipaes de Mangaratiba e Sylvestre Ferraz, dos Juizes de Direito da 3ª Vara do Districto Federal e das comarcas de S. Carlos e Itatinga, do Senador Venancio Neiva e da Associação Commercial do Ro de Janeiro.

O Sr. Presidente submetteu ao Egregio Tribunal os requerimentos em que Justino Carneiro, Oscar de Araujo Guerra, Felix Conrado e Antonio Dias

Valle pediam preferencia, respectivamente para os julgamentos da appellação civil n. 4.626 e das revisões criminaes ns. 2.392, 2.429 e 2.487, sendo todos indeferidos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

JULGAMENTOS

Habeas-Corpus:

N. 13.828 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Godofredo Cunha; pacientes, Luciano Augusto Rodrigues e Joaquim da Cunha Texeira. — Não passando as preliminares de nullidade allegadas pelos pacientes, negou-se a ordem impetrada, contra o voto do Sr. Ministro Hermenegildo de Barros que o concedia pela incompetencia do Juiz que o substituiu. Usaram da palavra os advogados Drs. Astolpho Rezende e Justo de Moraes.

N. 13.880 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Muniz Barreto; recorrente, o paciente Antonio Alves Salgueiro; recorrida, a 3ª Camara da Côte de Appellação. — Deu-se provimento ao recurso para conceder a ordem, contra os votos dos Srs. Ministros Muniz Barreto e Godofredo Cunha.

Conflicto de Jurisdicção:

N. 653 — Districto Federal — Relator o Sr. Ministro Edmundo Lins; suscitante, o primeiro Auditor da Justiça Militar; suscitada, a terceira Camara da Côte de Appellação. — Julgou-se procedente o conflicto e competente a Justiça commum, unanimemente.

Não tomou parte no julgamento o Sr. Ministro Pedro Mibielli.

Aggravo de Petição:

N. 3.900 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Edmundo Lins; aggravante, Arlindo Pereira da Cunha; aggravada, a S. Paulo Northern Railroad Company. — Negou-se provimento ao aggravo, unanimemente.

Encerrou-se a sessão ás 16 horas e meia.

O Sub-Secretario, interino. *Theophilo Gonçalves Pereira.*

Autos que baixaram á Secretaria com vista ás partes

Appellação Cível:

N. 5.062 — Districto Federal — Appellante; The São John Del Rey Mining Company Limited; Appellada, a Fazenda Nacional.

Recursos Extraordinarios:

N. 1.282 — S. Paulo — Recorrente: D. Maria da Gloria Bandeira do Valle, recorrida, a Fazenda do Estado.

N. 1.124 — S. Paulo — Recorrente, Antônio Adelino Mendes; recorrido, J. D. Martins.

Aggravo de Petição:

N. 3.800 — Minas Geraes — Aggravante; Adolpho da Costa Porto; aggravado; Estado de Minas Geraes.

AUDIENCIA EM 19 DE NOVEMBRO DE 1924.

Juiz Semanario, o Exmº Sr. Ministro Joaquim Xavier Guimarães Natal.

Aberta a audiência com as formalidades legais, foram publicados os seguintes Accordams:

Aggravos de Petição:

N. 3.803 — Acre — Aggravante, o Dr. Augusto Pamplona; agravado, o Juízo Federal.

N. 3.811 — Pernambuco — Aggravante, a Fazenda Nacional; agravados, Mendes Lima & Cia.

N. 3.841 — Districto Federal — Aggravante, Silvio Kronauer; agravada, R. S. Dalglish Ltd.

N. 3.851 — Districto Federal — Aggravantes, o Dr. Ernesto Otero e sua mulher; agravada, a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense.

N. 3.865 — Pernambuco — Aggravante, Miguel Waquim; agravado, Neif Habid Chalita.

N. 3.893 — S. Paulo — Aggravante, a Companhia Italo Brasileira de Seguros; agravado, Conrado Nobile.

N. 3.896 — Districto Federal — Aggravante, José Pacheco de Aguiar; agravada, a Fazenda Nacional.

Carta Testemunhavel:

N. 3.880 — S. Paulo — Supplicante, o Dr. Odilon Goulart; supplicada, a Fazenda do Estado.

Appellações Civeis:

N. 3.482 — Pernambuco — Appellante, o Juízo Federal; appellado, Manoel do Nascimento Vieira da Cunha.

N. 3.545 — Rio Grande do Norte — Appellante, o Juízo Federal; appellado, José de Magalhães Fontoura.

N. 3.561 — Districto Federal — Appellante, D. Anna Rita de Barros Conceição; appellada, a União Federal.

N. 3.594 — Matto Grosso — Appellante, o Juízo Federal; appellado, José Joaquim Graciano de Pina Junior.

N. 3.596 — Minas Geraes — Appellantes, Eugenio Leite Pereira e sua mulher; appellados, o Coronel José Maria Gomes e outros.

N. 3.738 — Districto Federal — Appellante, a Companhia Estradas de Ferro Federaes Brasileiras; appellados, Carlos Lopes, sua mulher e outros.

N. 3.811 — Piauhy — Appellantes, o Juízo e a União Federaes; appellado, Samuel Antonio dos Santos.

N. 3.952 — Districto Federal — Appellante, D. Maria Izabel Dantas do Amaral; appellada, a União Federal.

N. 4.186 — Rio Grande do Sul — Appellante, o Juízo Federal; appellado, Jorge E. Eichemberg.

N. 4.618 — Districto Federal — Appellantes, Manoel Moreira Dias e sua mulher; appelladas, a União Federal e a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense.

Conflicto de Jurisdicção:

N. 619 — Districto Federal — Suscitantes, Custodia da Cunha Azevedo e outros; suscitados, o Juízo Federal da 1ª Vara e o de Direito da 1ª Vara civil, ambos do Districto Federal.

Appellação Criminal:

N. 859 — Districto Federal — Appellantes, José de Souza e o Procurador Criminal; appellados, os mesmos.

Recursos Extraordinarios:

N. 1.755 — Paraná — Recorrente, o Banco do Brazil; recorrido, Verissimo Gonçalves Pereira.

N. 1.756 — Paraná — Recorrente, o Banco do Brazil; recorrido, Verissimo Gonçalves Pereira.

N. 1.775 — Paraná — Recorrente, José Petri; recorrida a massa fallida Meter Annes & Cia.

REQUERIMENTOS

Compareceu o advogado Dr. Eschylo de Oliveira por parte de Caldas Gusmão & Cia., e assignou, sob pregão, a Brazital Sociedade Anonyma, com séde em S. Paulo, o prazo legal de dez dias para ver passar em julgado o Accordam proferido no agravo de petição n. 3.870, de S. Paulo. — Apregoada, não compareceu, sendo deferido.

Compareceu tambem o advogado Dr. José Philadelpho de Barros Azevedo e por parte do Companhia Frigorifica Pastorial assignou, sob pregão, ao Estado de S. Paulo, o prazo legal para arrazoar a appellação civil n. 3.947, visto não ter advogado constituido nesta capital. — Apregoado, não compareceu, sendo deferido.

Compareceu ainda o advogado Dr. Adelmar Tavares, e por parte da Academia de Commercio de Pernambuco, nos autos de agravo de petição n. 3.877, procedente de Pernambuco, lançou a Associação dos Empregados do Commercio de Pernambuco, do prazo assignado para embargar o Accordam proferido nos ditos autos. — Apregoada, não compareceu, sendo deferido.

Compareceu egualmente o advogado Dr. Darcy Fróes da Cruz e por parte de Ferreira Amorim & Cia., nos autos de appellação civil n. 4.928 em que são appellantes e appellados Azevedo & Cia., requereu que, sob pregão, fosse assignado a estes o prazo legal para verem passar em julgado a decisão que julgou deserta a appellação visto não terem advogado constituido nesta Capital. — Apregoados, não compareceram, sendo deferido.

Compareceu finalmente o advogado Dr. Virgilio Barbosa, e por parte da The Ceará Tramway Light & Power Company Limited, nos embargos ao Accordam proferido na carta testemunhavel n. 3.721, procedente do Ceará, assignou aos embargados D. Julia de Alencar Pinto e seus filhos, o prazo da Lei para offerecer contestação aos mesmos embargos, requerendo que, sob pregão, se houvesse o prazo por assignado sob pena de lançamento. — Apregoados, não compareceram, sendo deferido.

O Sub-Secretario, interino. *Theophilo Gonçalves Pereira.*

"HABEAS-CORPUS" N. 13.828

A réu condemnado só é de conceder-se habeas-corpus, nos seguintes casos: a) quando não é evidentemente criminoso o facto que lhe é imputado; b) quando é incompetente o Juiz processante; c) quando existe nullidade evidente no processo; d) quando a acção penal já está prescripta.

A Justiça federal, quando tiver de interpretar Leis locais, deve consultar a jurisprudência dos Tribunais locais.

Segundo a Reforma Judiciária do Districto Federal, as Camaras da Côrte de Appellação devem compor-se de tres Desembargadores sendo cada uma dellas presidida pelo Desembargador mais antigo da outra.

No caso de impedimento ocasional de qualquer dos seus membros, não pode a substituição recahir no Presidente que já faz parte da Camara immediata.

A preterição de algumas das formalidades do corpo de delicto não pode prejudicar a sua validade, uma vez que revista elle as condições de publicidade e foi procedido por autoridade competente.

Em materia de direito penal, não é o Juiz obrigado a declarar os motivos da ordem moral que tem para se declarar suspeito.

A nenhum Juiz, seja de que cathegoria fôr e principalmente ao Juiz de um Tribunal Superior, é permittido acceitar commissão, de qualquer especie, do Poder Executivo.

Uma simples disposição regulamentar, embora approvada posteriormente pelo Poder Legislativo, não pode absolutamente subsistir, deante da disposição do art. 15 da Constituição Federal, que considera independentes e harmonicos entre si os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciario que são orgãos da Soberania Nacional.

O Sr. Ministro ANDRÉ' CAVALCANTI, Presidente: — *Habaeas-corpus* n. 13.828, do Districto Federal. — Pacientes, Luciano Augusto Pereira e Joaquim da Cunha Teixeira. Impetrantes Drs. Astolpho Rezende e Eduardo Duvivier. — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, Relator: — Os impetrantes allegam que a ordem de prisão expedida contra os pacientes é nulla:

- 1º) — pela incompetencia da Camara que os pronunciou;
- 2º) — pela inexistencia do crime imputado.

O Promotor Publico, Dr. Mafra de Laet, offereceu a seguinte denuncia: (Lê)

“O Promotor Publico neste Juizo, usando das attribuições legais e tendo em vista o incluso inquerito, vem denunciar Joaquim da Cunha Teixeira e Luciano Augusto Rodrigues pelo facto seguinte:

Em Julho de 1920, os accusados, então empregados da padaria e confeitaria com que Antonio do Carmo Pires, Visconde da Senhora da Ribeira, era estabelecido nesta cidade, sob sua firma individual, á rua Voluntarios da Patria, 276, resolveram falsificar um contracto de sociedade pelo qual de empregados passassem a socios do patrão, e, assim, feito em tal sentido um contracto com a data de 27 de Julho de 1920, assignaram-no os accusados, de-

pois de alguém, cuja identidade não se apurou, haver, a seu mando, falsificado a assignatura de Antonio do Carmo Pires.

Em seguida obtido o reconhecimento das assignaturas por tabellião, foi o falso contracto archivado, a 29 do mesmo mez e anno, na Junta Commercial, mediante requerimento assignado por "Guilherme Pereira", pessoa de identidade não apurada (fls. 48).

Nessa mesma data, isto é, a 29 de Julho de 1920, os accusados, dando-lhes o falso contracto direito ao uso da firma social, requereram, como determina a Lei, a inscripção daquella na Junta, assignando cada um delles a firma de Antonio do Carmo Pires & Cia., e declarando que Antonio do Carmo Pires não o fazia por achar-se enfermo (fls. 322). As assignaturas da firma pelos dois foi reconhecida por tabellião no dia seguinte. O requerimento deu entrada na Junta a 31 do mesmo mez. E a dous de Agosto era autorizada a inscripção.

Cerca de um anno depois, em 17 de Junho de 1921, nova falsificação da assignatura Antonio do Carmo Pires era feita, em additamento ao falso contracto, assignando por baixo da falsa assignatura, os accusados (fls. 44 e 45). Este additamento foi archivado na Junta Commercial dias após (fls. 49).

Finalmente, um segundo additamento foi feito em 17 de Agosto do mesmo anno, nelle sendo, mais uma vez, falsificada a assignatura de Antonio do Carmo Pires, por baixo da qual assignaram o accusado Luciano Augusto Rodrigues e o Dr. Paulo Domingues Vianna, este como procurador do outro accusado, então ausente na Enropa, seguindo-se as assignaturas das testemunhas (fls. 46 e 47).

Como bem se comprehende, destinava-se o falso contracto e seus additamentos a só produzir effeito depois que a morte de Antonio do Carmo Pires arredasse o perigo de protesto, por parte deste, contra a falsificação da sua assignatura: morte que a idade do velho negociante e seu precario estado de saude indicavam approximar-se.

Foi o que aconteceu.

Treze dias após o referido segundo additamento, falleceu Antonio do Carmo Pires.

E então foi requerida pelos accusados a liquidação da firma social constituida pelo falso contracto.

Os accusados negam que sejam falsas as assignaturas de Antonio do Carmo Pires nos alludidos documentos.

Além, porém, de haverem os peritos chegado á conclusão de serem falsas taes assignaturas (laudo de fls. 139 e 179), não têm differente explicação, entre outros os seguintes factos:

a) — como empregados e não como socios tratava Antonio do Carmo Pires aos accusados;

b) — nenhuma transacção foi feita na praça pela firma Antonio do Carmo Pires & Cia., durante o longo lapso de tempo decorrido entre a data do falso contracto e o fallecimento de Antonio do Carmo Pires;

c) — em seguida ao falso contracto nenhuma alteração soffreu a escripturação do estabelecimento commercial, indicadora da mudança porque acabasse de passar a firma de individual para social;

b) — Antonio do Carmo Pires não se achava enfermo na época em que tal circumstancia era allegada pelos accusados para explicar a falta de assignatura delle no requerimento destinado á inscripção da firma na Junta Commercial (fls. 321 e 322);

e) — em 31 de Janeiro de 1921, isto é, muito depois do falso contracto, Antonio do Carmo Pires constituia, por instrumento publico, seus procura-

dores os accusados, para, entre outros fins, administrarem o estabelecimento commercial da rua Voluntarios da Patria, 276, objecto do falso contracto (fls. 100 e 110), tendo-se os accusados utilizado dos poderes outorgados nessa procuração.

Offerece, pois, denuncia contra os accusados pelo crime previsto no art. 259, § 3º, combinado com o art. 258 do Codigo Penal; e requer, que, autoada a presente com o incluso inquerito, se proceda o *summario*”.

Estão juntos os exames do corpo de delicto e o despacho do Juiz de 1ª instancia que impronunciou os pacientes. Desta decisão houve recurso para a 3ª Camara da Côrte de Appellação que lhe deu provimento para pronunciar os pacientes nos termos da denuncia. Dois Juizes julgaram procedente a denuncia e um confirmou o despacho de não pronuncia.

Os impetrantes allegam o seguinte para demonstrar os dois fundamentos do pedido.

Dizem os impetrantes em relação ao facto: (*Lê*)

“O FACTO — Aos 29 de Novembro de 1922, o Promotor Publico em exercicio na Primeira Vara Criminal desta Capital, apresentou denuncia contra os pacientes, pelo crime previsto no art. 259, § 3º, combinado com o art. 258 do Codigo Penal, allegando que, em Julho de 1920, os pacientes, então empregados da padaria e confeitaria com que Antonio do Carmo Pires, Visconde de Nossa Senhora da Ribeira, era estabelecido nesta cidade, sob a firma individual, á rua Voluntarios da Patria n. 276, *resolveram falsificar* um contracto de sociedade, pelo qual, de empregados passaram a socios do patrão; e assim, feito em tal sentido um contracto, em data da 27 de Julho de 1924, assignaram-no os denunciados, depois de alguém, *cujá identidade não se apurou*, haver, a seu mando, sobre as estampilhas, falsificado a assignatura “Antonio do Carmo Pires”. Em seguida, foi o falso contracto archivado, em 29 do mesmo mez e anno, na Junta Commercial, mediante requerimento assignado por Guilherme Pereira, pessoa de identidade não apurada, praticando depois outros actos complementares, que a denuncia descreve.

Feita a formação da culpa, os pacientes allegaram, em sua defesa, o seguinte:

1º — Que o processo estava radicalmente nullo, por falta de “*auto de corpo de delicto*”. No processo não havia, nem o “*corpo do delicto*”, nem o “*auto de exame do corpo do delicto*”, imprescindível em se tratando de crime de facto permanente.

2º — Que os documentos, arguidos de falsos, eram e são absolutamente verdadeiros.

3º — Que, não estando demonstrada a falsificação, não pôde, juridicamente, haver o crime imputado.

O Juiz do processo, conformando-se com estas razões de defesa, e verificando não se ter feito a prova legal do delicto, e estarem provadas outras circumstancias, que excluem a possibilidade de sua existencia, *julgou improcedente a denuncia, e impronunciou os denunciados*.

Dessa decisão houve recurso para a Terceira Camara da Côrte de Appellação, a qual proferiu, em 7 de Maio do corrente anno, o seguinte Accordam:

“Vistos e examinados estes autos de recurso crime, em que é recorrente o Ministerio Publico, e recorridos Luciano Augusto Rodrigues e Joaquim da Cunha Teixeira;

“Accordam os Juizes da Terceira Camara da Côrte de Appellação *converter o julgamento em diligencia*, afim de que o Dr. Juiz da Primeira Vara Cri-

minal, *por novos peritos de sua nomeação*, mande proceder a exame nas assignaturas de Antonio do Carmo Pires, lançadas nos seguintes documentos:

I) — No original do contracto da sociedade "Antonio do Carmo Pires & Cia.", de 27 de Julho de 1920, e nos dois addittamentos a esse contracto, de 17 de Junho e 17 de Agosto de 1921, todos registrados e archivados na Junta Commercial;

II) — Nas vias desses instrumentos, que se encontram nos autos de liquidação da firma Antonio do Carmo Pires & Cia., e em poder dos recorridos;

III — Na declaração feita á Recebedoria, constante do documento de fls. 262, para pagamento do imposto de renda.

"Os peritos deverão basear as suas conclusões em padrões authenticos, ou não impugnados, contemporaneos aos documentos submettidos a exame, sendo conveniente que o confronto das assignaturas appostas a estampilhas se faça com outras nas mesmas condições. — Custas afinal.

"Rio de Janeiro, em 7 de Maio de 1924. — *Machado Guimarães*, Presidente. — *Angra de Oliveira*, Relator. — *Francelino Guimarães*. — *Cesario Pereira*."

Esse exame foi feito, e concluiu pela absoluta veracidade e authenticidade dos documentos, cuja falsidade se arguiu na denuncia.

A conclusão do laudo pericial foi a seguinte:

"As assignaturas — "Antonio do Carmo Pires", appostas em um Contracto de Sociedade, e em dois Addittamentos ao mesmo, quer nas vias archivadas na Junta Commercial, quer nas que se acham em poder dos denunciados, e que nos foram confiadas durante todo o tempo desta pericia, bem como a mesma firma nas duas vias da Declaração á Recebedoria, para a matricula ao imposto sobre a renda, documentos esses que constituiram o objecto desta pericia, — são authenticas — isto é — são do proprio punho de Antonio do Carmo Pires."

Entretanto, a despeito desta conclusão, formal e peremptoria, a Terceira Camara da Côte de Appellação, já então alterada na sua composição, pela substituição dos Desembargadores *Angra de Oliveira* e *Cesario Pereira*, — pronunciou os denunciados, como incurso no art. 259, § 3º, combinado com o art. 258, do Código Penal, sujeitando-os a prisão e livramento, tal como pedia a Denuncia

A denuncia foi tomada, por dois votos contra um, isto é, pelos votos dos Desembargadores *Pedro Francelino* e *Cesario Alvim*, contra o do Desembargador *Souza Gomes*.

A ordem de prisão é nulla:

1º — Por incompetencia da Camara que proferiu o despacho de pronuncia.

2º — Por inexistencia do crime imputado.

INCOMPETENCIA DA CAMARA PRONUNCIANTE — A sentença é da Terceira Camara da Côte de Appellação.

Como já vimos, compõe-se a mesma dos seguintes Desembargadores:

1. — *Angra de Oliveira*.

2º — *Francelino Guimarães*.

3. — *Cesario Pereira*.

Tendo sido requisitado, pelo Sr. Ministro da Justiça, os serviços do Desembargador *Cesario Pereira*, para o desempenho de uma commissão, foi S. Ex. substituido pelo Juiz de direito, Dr. *Souza Gomes*.

Logo depois, entrou, em gozo de licença, o Desembargador *Angra de Oliveira*; foi substituido pelo Juiz de direito, Dr. *Auto Fortes*.

A Camara ficou então constituida da seguinte maneira:

1. — Desembargador *Francelino Guimarães*.

2. — Juiz de direito, Dr. Souza Gomes.

3. — Juiz de direito, Dr. Auto Fortes.

Estas substituições foram feitas de accôrdo com o disposto no § 2º do art. 260 do Decreto n. 16.273, de 20 de Dezembro de 1923, que reorganizou a Justiça do Districto Federal.

Mas o Dr. Auto Fortes jurou suspeição, como consta do documento n. 8.

Em consequencia dessa suspeição, devia ser convocado, para substituí-lo, o *Desembargador mais antigo* da Quarta Camara, consoante o disposto no citado art. 260 da Reforma Judiciaria de 1923, que estabelece o seguinte:

"Art. 260 — Os magistrados, membros do Ministerio Publico, e funcionarios auxiliares, são *substituidos*:

.

"§ 2º — Os desembargadores da Primeira Camara pelos da Segunda, os desta pelos da Terceira, e assim por deante, na ordem numerica das mesmas Camaras... na ordem das antiguidades em cada Camara, nos impedimentos ou faltas occasionaes."

Tendo o impedimento se verificado na Terceira Camara, devia ser convocado, para substituir o Desembargador impedido, não um qualquer Desembargador da Quarta Camara, mas o mais antigo. "Na ordem das antiguidades em cada Camara", diz a Lei.

Ora, o Desembargador mais antigo da Quarta Camara é o Sr. Desembargador Machado Guimarães. Logo, a elle é que competia substituir o Juiz impedido; a elle é que competia compôr a Camara para o julgamento do recurso.

Entretanto, o Juiz convocado, o Juiz que de facto substituiu o Juiz impedido, foi o Desembargador Cesario Alvim, a quem o Desembargador Machado Guimarães precede em antiguidade. Prova-o o documento n. 6.

O Decreto de 1923, que reorganizou a Justiça, dispõe o seguinte:

"Art. 29 — As Camaras de Appellação são compostas de tres Desembargadores, sob a direcção de um presidente."

Dir-se-á que o Desembargador Machado Guimarães não podia ser convocado, porque é o Presidente da Terceira Camara.

O argumento não procede. Elle é o Presidente da Terceira Camara, exactamente por ser Juiz da Quarta Camara.

E' esta qualidade de Juiz da Quarta Camara que lhe deu direito a ser investido no cargo de Presidente da Terceira. Mas com isso não perdeu a qualidade de Desembargador da Quarta Camara. Resulta essa circumstancia do systema adoptado pelo Decreto da Reforma.

Eis o que esse Decreto estabelece no art. 29:

"A Primeira Camara de Appellação é presidida por um Desembargador em exercicio na Segunda, e esta por um Desembargador em exercicio na Primeira — applicado o mesmo principio em relação ás Terceira e Quarta Camaras."

A eleição para Presidente não faz perder ao Desembargador o exercicio na Camara a que pertence; ao contrario, esse exercicio é condição para que possa ser eleito presidente. A Lei é clara. A... Camara é presidida por um Desembargador em exercicio... na outra.

O facto de ser Presidente da Terceira Camara não inhibia o Desembargador Machado Guimarães de tomar parte no julgamento, em substituição a um Juiz impedido. Apenas, não poderia accumular a função de presidente com a de julgador; nesse caso, a Camara seria presidida por outro.

O caso está previsto no art. 260, § 1º da Reforma:

"O Presidente da Côrte de Appellação é substituído pelo Desembargador mais antigo, e os Presidentes de Camaras pelos respectivos Juizes, na ordem de antiguidade."

Portanto, uma vez que, por força do disposto no § 2º desse mesmo artigo 260, o Desembargador Machado Guimarães descia da presidencia, para julgar, em substituição ao Dr. Auto Fortes, como Juiz mais antigo da Quarta Camara, a Terceira seria presidida, para aquelle effeito, para aquelle julgamento, pelo Juiz mais antigo, que é o Sr. Desembargador Francellino Guimarães.

A Lei, quando ordena que a substituição se faça, observada a ordem das antiguidades, não estabeleceu restricção nenhuma, não exceptuou o Presidente

A Terceira Camara não estava, pois, constituida legalmente, quando pronunciou os pacientes. Nulla é, pois, essa decisão, em que foi voto preponderante o de um Desembargador que a ella não pertence, e a quem faltava competencia legal para intervir no julgamento.

Neste sentido têm sido numerosas as decisões deste Egregio Supremo Tribunal Federal.

Mas, quando (seja dito apenas para argumentar) este motivo não procedesse, ainda assim não estava legalmente composta a Camara, de cujo acto se recorre, por meio do presente pedido de *habeas-corpus*.

O DR. AUTO FORTES NÃO PODIA DAR-SE DE SUSPEITO. — O Decreto da Reforma Judiciaria, de 1923, especifica, no art. 271, os casos em que o Juiz deve dar-se de suspeito.

E accrescenta no art. 274:

"A suspeição, sob pena de nullidade do processo, será motivada, e restricta aos casos enumerados no art. 271."

O Juiz só pôde dar-se de suspeito num desses casos, taxativamente enumerados. Si allegar qualquer outro motivo, que não um desses, o processo fica nullo.

Vejamos, pois, porque motivo declarou-se suspeito o Sr. Dr. Auto Fortes.

O despacho de S. Ex. consta do documento n. 8 e é o seguinte:

"Estou impedido de apreciar e julgar o presente recurso criminal, por ter, como Juiz da liquidação da sociedade commercial, sob a razão "Antonio do Carmo Pires & Cia.", em que figuram, como socios, os recorridos Luciano Augusto Rodrigues e Joaquim da Cunha Teixeira, reconhecido a validade do respectivo contracto social, e consequentes additamentos do mesmo, já então arguidos de falsificados, e apesar das provas offerecidas por D. Julia Gentil de Magalhães Quintanilha Pires, ora auxiliar da Justiça Publica, para a constatação da falsificação de taes documentos."

"Não fôra este impedimento, e eu affirmaria a minha suspeição, por motivos legaes, que sobrevieram no processo da liquidação commercial, a que me referi e que subsistiriam, tambem, em relação á decisão a ser proferida neste processo."

Podem ser muito ponderosos e respeitaveis esses motivos (e acreditamos que o sejam); mas não são "motivos legaes", porque nenhum deles se enquadra em qualquer dos parographos do art. 271.

O que mais se approxima do motivo declarado é o de 8º sic: — si tiver intervindo "na causa", como Juiz de primeira instancia, etc. Ora, com o documento n. 7, prova-se que o illustre Dr. Auto Fortes não funcionou como Juiz da primeira instancia "na causa" de que se trata, "na causa" que elle se excusou de julgar, ou seja, no processo crime em debate.

Pouco importa que tenha funcionado "*em outra causa*". O que a Lei quer é que elle tenha funcionado "*na mesma causa*".

A sua substituição produziu, pois, nullidade insanavel da sentença, sendo, consequentemente, incompetente a Camara que funcionou com a collaboração de outro Juiz.

INEXISTENCIA DO CRIME IMPUTADO. — O que attesta a existencia do crime, é o Auto de Corpo de Delicto.

Ou, como falla Pimenta Bueno: "O corpo de delicto é que attesta a culpa; as testemunhas, o delinquente, como já dizia o Alvará de 4 de Setembro de 1765".

São noções elementares, que nos excusariamos de aqui relembrar, si não tivessem sido desconhecidas e negadas no Accordam da honrada Terceira Camara da Côte de Appellação.

"Desgraçadamente (dizia Francisco Octaviano, num *Parecer* publicado no volume 14 do "O Direito", á pag. 354), desgraçadamente, ainda em nossos dias, ha quem confunda as noções do processo, no que toca ao delicto, com aquellas que se referem ao delinquente.

"Para qualificar-se um individuo delinquente, toleram as Leis que bastem vehementes presumpções; mas, para qualificar-se um facto de delicto, ellas exigem *prova plena* da criminalidade desse facto.

"Confundir estas noções, é desconhecer a differença da situação legal da sociedade nas duas phases de todo o processo criminal; a primeira, verificação do delicto; a segunda, investigação do delinquente.

"Todo o processo criminal (dizia o classico e o mais sabio dos mestres desse ramo do direito, Mittermayer), repousa sobre uma accusação; e não ha accusação sem haver delicto; pelo que, elle aconselhava (no titulo II dos seus Archivos, paginas 460 e seguintes), que em todos os paizes se organisasse o processo criminal de modo que, antes de se perturbar a vida e commodidade de qualquer individuo, obrigando-o a responder por um delicto, se fizesse previamente a demonstração, sem replica, do delicto."

Este principios estão magistralmente compendiados num recente Accordam deste proprio Egregio Supremo Tribunal, luminosamente redigido pelo inclyto Ministro, Sr. Dr. Pedro dos Santos, a que o "Jornal do Commercio" deu publicidade, no seu numero de 17 de Outubro corrente.

"Os principios fundamentaes do nosso processo criminal, referentes ao valor das provas capazes de legitimarem a pronuncia e a condemnação, nem sempre autorizam o mesmo direito.

"Para que esta ultima possa ser decretada, reclamam elles a "*demonstração completa*", de ser o accusado responsavel pelo crime objecto da acção, emquanto que para a outra não mais exigem do que "*fundada suspeita ou indícios vehementes*".

"Mas assim é, importa accentuar, emquanto se trata de apurar a responsabilidade do delinquente.

"Se não é disto que se cogita, mas, da propria existencia do delicto, differente já se mostra a orientação das nossas Leis, porque nenhuma distincção estabelecem entre a sentença do summario e a do plenario ou do julgamento.

Para que qualquer dellas possa ser regularmente proferida no sentido da procedencia da accusação, o Juiz ha de ter "*pleno conhecimento do delicto*"; este a elle se terá de revelar em positiva demonstração, como que resurgindo da prova em manifestação perfeita, completa, irrecusavel.

"Aliás, se no apurar os elementos de convicção, alguma duvida se apre-

sentar, qualquer suspeita mesmo a mais fragil, mas sufficiente para excluir a certeza, fôr admissivel, abusiva será a pronuncia como a condemnação.

"Nesse caso, o que cumpre ao Juiz é, desde logo, declarar, por seu despacho nos autos, que não julga procedente a queixa ou a denuncia.

"E o que dispõe o nosso direito, através dos tempos, das escolas e dos regimens, desde o Código do Processo Criminal, da Lei de 3 de Dezembro de 1841, até o Código Penal e os Decretos ns. 848 e 3.084, este de 5 de Novembro de 1898 e aquelle de 11 de Outubro de 1890.

"Nem, em rigor, este direito é propriamente nosso.

"Antes de ser nosso, já tinha sido admittido pela antiga legislação portugueza, como attestam Mello Freire e Pereira e Souza (*Mello Freire, "Inst. Jur. Crim."*, XIII, § 20; *Pereira e Souza, "Prim. Lins. sobre o Proc. Crim."*, § LIX).

"Não obstante o remoto e o atrazo da época, já se não comprehendia a decretação da pronuncia por um delicto hypothetico, cuja existencia fosse apenas testificada por vagas conjecturas ou simples supposições.

"Mais radical se mostra Faustin Helie.

"Para este grande mestre do direito, nem instaurado deve ser o summario desde que o delicto se apresente sob falsas apparencias, sem a cabal e positiva comprovação de haver sido commettido.

"*Il est évident, diz elle, en effet, qu'il (le juge d'instruction) ne doit pas s'exposer à commencer une procédure au sujet d'un délit auquel des fausses apparences auraient fait croire, et qui n'aurait pas réellement été commis*". (Faustin Helie, "*Traité d'Instruction Criminelle*", vol. 4º, n. 1.783).

"Tal é a evidencia do principio que não vive circumscripto nos limites territoriaes desta, ou daquella nação; mas, ao contrario, sobrelevando-se ás barreiras que dividem e separam os povos, elle une, prende e domina como um só povo a todos os povos civilisados.

"*Cette règle, commenta o sabio processualista, appartient à toutes les législations.*"

Ora, á luz deste direito, que conforme se viu, não é exclusivamente nosso, senão de todas as nações, não pôde prevalecer o processo instaurado contra o recorrido, porque a existencia do crime a elle imputado absolutamente se não encontra demonstrada.

"As diligencias a respeito praticadas mais não fornecem do que remotas conjecturas, vagas apparencias, ou mal desenhados indicios."

Parece que o Egregio Tribunal julgava a causa dos pacientes, tanto se ajustam ao processo que elles soffreram, os conceitos e os principios expendidos nesse notavel Accordam.

Quando a parte interessada requereu á Policia abertura de inquerito para apurar esta supposta falsificação, offereceu ella, ao Delegado, — "para as investigações e exames necessarios", diversas cartas attribuidas a Antonio do Carmo Pires, e dez photographias dos contractos registrados na Junta Commercial, e de requerimentos, feitos á mesma Junta, referentes aos alludidos contractos. Não offereceu os proprios contractos, mas essas photographias, que a propria parte queixosa havia mandado tirar, por sua conta e risco.

Mandando proceder a inquerito, o Delegado ordenou que se fizesse exame na assignatura "*Antonio do Carmo Pires*", lançada no contracto e additamentos da firma commercial "*Antonio do Carmo Pires & Cia.*", archivados na Junta Commercial, e nomeou peritos os Drs. Edgard Simões Corrêa e Raul da Silva Autran.

Ao cabo de um mez, os peritos apresentaram ao Delegado, incumbido do

inquerito, um "Laudo", concluindo pela falsidade das assignaturas sujeitas a exame.

No processo demonstraram os Denunciados, ora Pacientes, que esse Laudo era *nullo*, e *imprestavel*.

Nullo porque, representando o Exame do Corpo de Delicto, não foi, entretanto, escripto pelo escrivão, rubricado pelo Delegado, e assignado por este, peritos e testemunhas, como peremptoriamente o exige o artigo n. 137 do Codigo do Processo Criminal.

A diligencia fez-se da seguinte maneira: Encarregados de procederem ao exame ordenado, requereram o prazo de 40 dias para apresentação de seu parecer por escripto, com as respostas aos quesitos, visto tratar-se de um exame que dependia de acurado estudo, e verificações de documentos, com o que concordou o Delegado.

Ao termo dos 40 dias, o escrivão lavrou um "*Auto de Apresentação*", onde se declarou que os peritos apresentaram ao Delegado "*o parecer do exame a que foram encarregados de proceder*",... pelo que mandou o Delegado *juntar o mesmo parecer aos autos*.

Certifica o Secretario da Côrte de Appellação, no documento n. 1, item IV, que

"o laudo *ou parecer*, a que se refere o auto de apresentação, a fls. 132, foi mandado juntar aos autos, fazendo parte integrante destes, mas não foi, por sua vez, reduzido a auto, escripto pelo escrivão, rubricado pelo Delegado, e assignado pela autoridade, peritos e testemunhas."

Accresce ainda, pelo que consta do mesmo documento n. 1, e do de n. 2, o seguinte:

1º — Que as folhas desse Laudo, *ou parecer*, não estão rubricadas pelo Delegado; apenas o estão pelo escrivão e peritos.

2º — Que as paginas da Auto de Exame não estão rubricadas pelo Delegado, peritos e testemunhas.

3º — Que quer o denominado Auto de Exame, quer o Auto de Apresentação, contém a assignatura de uma testemunha apenas.

Isto é que figurou nos autos como auto de corpo de delicto, até certo ponto. Até certo ponto, porque quando a Terceira Camara teve de conhecer do recurso pela primeira vez, desprezou esse exame, por *imprestavel*, e mandou que se procedesse a segundo, por novos peritos, — conforme já referimos, e o prova o documento n. 10.

Esse segundo exame foi inteiramente negativo, isto é, concluiu pela *não falsidade* das assignaturas em questão.

De sorte que, a situação que se apresentava á Terceira Camara, depois desse segundo Laudo, era a seguinte:

1º — Ou o laudo, unico existente e valido, era o segundo, por ella propria ordenado, em substituição do primeiro, e neste caso não podia reconhecer a existencia do crime, porque esse laudo concluiu pela *não falsidade* dos documentos, reputando perfeitamente authenticas as assignaturas arguidas de falsas, ou

2º — A um laudo contrapunha-se outro laudo, um concluindo por uma fórmula e outro por fórmula inversa; um affirmando, outro negando. E, nestas condições, não podia aquella Camara, *dar o crime por provado*, uma vez que o Juiz não pôde pronunciar, sem que obtenha "*pleno conhecimento do delicto*".

Ora, o crime de falsidade é um crime de facto permanente, que deixa vestígios. Não dispensa, portanto, o Auto de Corpo de Delicto, feito com as formalidades legais. E estas não foram observadas, como já deixamos demonstrado.

Assim tem variadas vezes decidido este Egregio Tribunal Federal, como se pôde ver dos seguintes exemplos:

“Nos crimes que deixam vestígios, e estes não tenham sido apagados pelos delinquentes, o corpo de delicto é termo essencial do processo, porque é elle que attesta a culpa, como dizia o Alvará de 4 de Setembro de 1765, e, portanto, a sua falta annulla o processo, como ensinam os nossos mais autorizados processualistas.

“Não pôde supprir a falta de corpo de delicto o “laudo de exame”, que se vê a fls., escripto á machina, sem se dizer quem o escreveu, e assignado apenas pelos peritos, porquanto, *a Lei exige expressamente que o auto de corpo de delicto seja:*

1º) — escripto pelo respectivo escrivão; e

2º) — assignado:

a) — pela autoridade que presidiu ao acto,

b) — pelos peritos,

c) — e por duas testemunhas.

(Codigo do Processo Criminal, art. 137; Consolidação das Leis da Justiça Federal, approvada pelo Decreto n. 3.084, de 1898, 1ª parte, art. 148. (REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, vol. 50, pag. 44).

No mesmo volume 50, pag. 51, encontra-se outro Accordam, deste mesmo Egregio Supremo Tribunal, onde os mesmos principios foram affirmados:

Considerando... que tudo isso foi feito apenas por indução de um laudo pericial, inexpressivo, defficiente, que não descreve os caracteristicos da falsificação...

“Considerando que, assim sendo, falta no processo um termo substancial, qual seja o auto de corpo de delicto...

“O laudo de fls. não tem os requisitos e não pôde supprir o auto de corpo de delicto, o qual deve conter todas as circumstancias de facto, e avaliação do damno, e ser rubricado pelo Juiz, assignado por este, peritos e testemunhas.

Accresce, que, em se tratando de falsificação de documentos, a jurisprudencia é ainda mais rigorosa; *exige que constem dos autos os proprios documentos.*

Neste sentido existem dois provimentos do extincto Conselho Supremo da Côte de Appellação, o 1º de 17 de Julho de 1918, e o 2º de 24 de Novembro de 1919 (*Revista de Direito*, vol. 41, pag. 363, e vol. 55, pag. 334).

“Nos delictos de elementos physicos, deixando vestígios que ocularmente possam ser examinados, imprescindivel é a exhibição e juntada do documento original ao processo, para essa inspecção e exame — e a sua falta importa nullidade, visto que, nos crimes de facto permanente, ou que deixam vestígios physicos, é formalidade substancial do processo, sob a sancção de nullidade, o corpo de delicto feito nos termos e pela fórmula dos arts. 135 e 137 do Codigo do Processo Criminal, e 258 do Regulamento n. 120, de 1842; e, consequentemente, esse exame é solemnidade insupprivel por outro qualquer meio de prova, no procedimento criminal por falsidade de um escripto ou documento.”

Esta doutrina já era sustentada pelo antigo Supremo Tribunal de Justiça, como se pôde ver na revista-crime n. 2.053, de 22 de Fevereiro de 1871, confirmada pelo Accordam Revisor da Relação da Bahia, de 5 de Agosto do mesmo anno (*O Direito*, vol. 3º, pag. 125).

Esta jurisprudencia foi seguida pelo extincto Tribunal Civil e Criminal (*O Direito*, vol. 84, pag. 147), e pela actual Côte de Appellação (*Revista de Direito*, vol. 60, pag. 136 e vol. 47, pag. 279).

E, neste mesmo processo crime, assim se decidiu, como, se vê do documento n. 4.

Foi tendo em atenção toda essa jurisprudencia e os preceitos de Lei relativos, que o Juiz da Primeira Vara Criminal julgou improcedente a denuncia, pela luminosa sentença por certidão no documento n. 9.

Desprezando todos esse ensinamentos e preceitos, a Camara recorrida pronunciou, entretanto, os pacientes, sem que esteja provada, *pelos meios legais*, a falsificação dos documentos; ou melhor, *a despeito de estar provado que as assignaturas, arguidas de falsas, são verdadeiras e authenticas!!!*

A egregia Camara recorrida chegou a esse resultado por meio de illações e conjecturas, decidindo de encontro ao exame, que ella propria mandou fazer, *e argumentando com ditas testemunhas... para prova da existencia do supposto delicto!!!*

No proprio Accordam recorrido, o luminoso voto vencido do illustrado Desembargador Sonza Gomes, mostra o erro capital em que incidiu a decisão.

Os impetrantes offerecem á superior apreciação do Supremo Tribunal, além de farta mêsse de documentos comprobatorios de suas allegações, os folhetos impressos que contêm a defesa deduzida no processo, onde ficou demonstrado que o processo não passa de uma perversa machinação, urdida contra os pacientes por uma cobiça desmarcada, alliada a um odio profundo.

EM CONCLUSÃO — Dois são os fundamentos do presente pedido de *habeas-corpus*:

1º — Incompetencia do Tribunal que decretou a pronuncia, por ter feito parte delle um Juiz a quem não competia a substituição do Juiz impedido;

2º — Inexistencia do crime;

a) — Ou por ser *negativo* o exame mandado fazer pela propria Camara recorrida;

b) — Ou por não se revestirem os suppostos exames de corpo de delicto da fôrma e solemnidades legais, exigidas substancialmente.

“Os pacientes estão pronunciados pelo crime de uso de documentos falsos, embora provado esteja, por exame pericial, que os documentos não são falsos.”

E’ quanto basta para que os impetrantes esperem confiadamente, da sabedoria do Egregio Supremo Tribunal Federal, que seja concedida aos pacientes ordem de *habeas-corpus*, para que nenhuma violencia soffram, decorrente do despacho de pronuncia, contra elles expedido. — JUSTIÇA.”

Na outra sessão já li o despacho de impronuncia do Juiz de 1ª instancia e tambem o longo Accordam da 3ª Camara da Côrte de Appellação, que pronunciou os pacientes com o voto vencido do Juiz de Direito que funcionou como Desembargador, o Dr. Souza Gomes. (*)

Feito o relatorio, o Sr. Ministro Pedro Mibielli requereu e o Tribunal attendeu, que se requisitassem informações do presidente da 3ª Camara da Côrte de Appellação.

A informação prestada pelo Presidente dessa Camara é a seguinte: (Lê)

“Illmº. Exmº. Sr. Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Accusando o recebimento do officio de V. Ex., n. 9.122, de hontem datado, requisitando informações necessarias ao julgamento do *habeas-corpus* impetrado em favor dos pacientes Luciano Augusto Rodrigues e Joaquim da Cunha Teixeira, bem como a remessa do respectivo processo, a que foram submettidos, cumpre-me informar a V. Ex., o seguinte:

(*) V. neste mesmo vol., pag. 168.

Contra os pacientes foi instaurado um inquerito policial, na 3ª Delegacia Auxiliar desta Capital, em 9 de Agosto de 1922, em virtude de queixa apresentada pela mãe do menor Fernando, unico herdeiro de Antonio do Carmo Pires, Visconde N. S. da Ribeira. Remettidos, com o respectivo relatorio, — fls. 219 a 228 do 1º vol., — ao Juizo da 1ª Vara Criminal, foras os pacientes denunciados, pela Promotoria Publica, em 29 de Novembro do mesmo anno de 1922, pelo crime do art. 259, § 3º, combinado com o art. 258, do Codigo Penal, isto é, por *uso consciente de um falso contracto social*, cujas assignaturas, nelle lançadas, como sendo do finado Antonio do Carmo Pires, eram falsas, e bem assim em dois additamentos a esse contracto, todos registrados na Junta Commercial, por meio dos quaes os pacientes, que eram empregados desse finado, passavam a seus socios, formando a firma Antonio do Carmo Pires & Cia.

Feito o summario de culpa, foram os pacientes impronunciados, *pelo despacho de fls. 2.836 a 2.843 v. (7º volume)*, de que recorreu o Ministerio Publico, tendo sido afinal distribuido o processo a esta 3ª Camara, e, devidamente processado, *foi o julgamento convertido em diligencia, — fls. 2.940 v. do 8º Volume*, — afim de que o Juiz da 1ª Vara Criminal mandasse proceder, por novos peritos, a exame nas assignaturas de Antonio do Carmo Pires, lançadas no referido e impugnado contracto social e seus additamentos, como em outros documentos discriminados no alludido Accordam.

Cumprida a formalidade exigida pela 3ª Camara, foi o respectivo laudo, de fls. 2.966 e seguintes, julgado pelo Dr. Juiz da 1ª Vara Criminal, fls. 3.101, sendo novamente remettido a este Tribunal o processo, *cujos recursos* foi por elle definitivamente julgado, na sessão de 15 de Outubro ultimo, sendo-lhe dado pela maioria de seus membros, provimento, afim de pronunciar os recorridos, nos termos da denuncia, no art. 259, § 3º, combinado com o art. 258, todos do Codigo Penal, — Accordam de fls. 3.105 v. e seguintes, — contra o voto do Desembargador Souza Gomes, que lhe negava provimento como se vê a folhas 3.113 v., *in fine* e seguintes.

Profusamente debatido como foi o caso em apreço, pela defesa e pela accusação, e todas as questões suscitadas, minuciosamente analysadas, no despacho de impronuncia do Dr. Juiz *a quo*, no Accordam, que o reformou, e no seu voto vencido, tornam-se superfluos outros quaesquer esclarecimentos a respeito; entretanto, na qualidade de Presidente da 3ª Camara, peço ao Egregio Tribunal permissão para fazer algumas ponderações sobre a fôrma por que procedi, relativamente a impugnada convocação do Desembargador Francisco Cesario Alvim, Juiz da 4ª Camara, para substituir o Desembargador Auto Fortes, que, a fls 3.102, se declarou impedido para julgar o recurso. Embora fosse eu o Desembargador mais antigo da 4ª Camara, e portanto, *de accôrdo com a letra do art. 260, § 2º do Decreto 16.273, de 20 de Novembro de 1923*, me coubesse a substituição, prescrevendo, como prescreve, esse dispositivo que ella se deve operar, na ordem das antiguidades, em cada Camara, nos impedimentos os faltas occasionaes, sendo os desembargadores da 1ª substituidos pelos da 2ª, os da 2ª, pelos da 3ª e os desta pelos da 4ª, resolvi, não obstante, convocar o Desembargador Francisco Cesario Alvim, *meu immediato* em antiguidade na 4ª Camara, por ter *entendido a maioria* da Côrte, por deliberação já expressa em outras Camaras, que o Presidente effectivo de uma Camara não pôde tomar parte nella como membro julgador na ausencia ou impedimento de qualquer dos seus membros.

Por occasião da confecção do Regimento da Côrte, apresentei uma emenda, que foi rejeitada, firmando a doutrina, que nada obstava, na lei citada, que

o Presidente de uma Camara, na ausencia ou impedimento occasional de qualquer de seus membros, pelos simples facto de ser membro de outra, tomasse parte nos seus julgamentos, evitando-se por esse modo que a Camara deixasse de funcionar, por qualquer inesperado impedimento dos seus Juizes.

Argumentou-se que o facto do citado Dec. 16.273, de 1923, determinar, no seu art. 29, que a 1ª Camara *será* presidida por um Desembargador da 2ª e, assim, successivamente, nas demais Camaras, importava em estabelecer o principio de que o Presidente, *membro de outra Camara*, onde julga, jamais poderia tomar parte na outra, que preside, como membro julgador; afigura-se-me forçada, por extensiva e illogica essa illação, que a Lei especificadamente não prescreve, tanto mais que os Presidentes da 3ª e 4ª Camara são membros, como os demais Juizes, *do mesmo Tribunal Criminal*. Na vigencia do Dec. 9.263, de 28 de Dezembro de 1911, onde se encontra identico dispositivo sobre as substituições — art. 56, § 2º — de semelhante distincção não se cogitava. Pensando, como penso, parece-me que o espirito da nova reforma da Justiça local em nada se oppõe á interpretação que á Còrte propuz, mas que não foi acceita.

Nestes termos, pois, cumpria-me agir de accòrdo com as determinações da Còrte de Appellação, *contrariando*, não obstante, a minha opinião individual.

A Suprema Còrte, porém, com sua alta autoridade e o prestigio do seu saber, dirá a ultima palavra.

A este officio acompanha o processo requisitado.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Ex., os meus protestos de subida estima e alta consideração

O Presidente da 3ª Camara.
(assignado) *Alfredo Machado Guimarães.*

E' o relatorio.

O Sr. Advogado ASTOLPHO DE REZENDE: — Peço a palavra.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Advogado pelo prazo regulamentar.

(O Sr. Advogado Astolpho de Rezende sustenta oralmente o pedido por parte dos pacientes).

O Sr. Advogado JUSTO DE MORAES: — Peço a palavra.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Advogado por 15 minutos improrogaveis.

(O Sr. Advogado Justo de Moraes contraria oralmente o pedido por parte do auxiliar da accusação).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, Relator: — Os dois fundamentos em que assenta o pedido de *habeas-corpus* estão perfeitamente elucidados pela leitura, a que procedi, da petição e pelas razões oraes dos Srs. Advogados da accusação e da defesa.

Já tive occasião de dizer ao Tribunal que, para fundamentar o meu voto, basta-me esta unica indagação: — si a autoridade pronunciante é ou não competente.

Para mim, a 3ª Camara da Còrte de Appellação, que pronunciou os pacientes, era competente para o fazer.

Pelo systema na nova reforma judiciaria, as Camaras devem compor-se

de 3 desembargadores, sendo cada uma dellas presidida pelo desembargador mais antigo da outra Camara.

Os membros componentes da 3ª Camara são os Srs. Desembargadores Angra de Oliveira, Francellino Guimarães e Cezario Pereira, presididos pelo Sr. Desembargador Machado Guimarães, que é o Juiz mais antigo da 4ª Camara.

Tendo sido convidado o Desembargador Cesario Pereira para uma comissão no Ministerio da Justiça, foi convocado para substituí-lo o Juiz de Direito Dr. Souza Gomes. E mais tarde, tendo o Desembargador Angra de Oliveira obtido licença, foi convocado o Juiz de Direito Dr. Auto Fortes. Essas substituições se fizeram de conformidade com a nova organização judiciaria.

Entretanto allega o impetrante que a substituição do Desembargador Auto Fortes, que jurou suspeição, foi feita illegitimamente, porquanto devia ser convocado o Desembargador mais antigo da 4ª Camara.

Mas, o Desembargador mais antigo da 4ª Camara era o Desembargador Machado Guimarães, que já fazia parte da 3ª Camara, como seu presidente, de conformidade com a nova organização judiciaria.

O pensamento do legislador foi muito naturalmente que o presidente de uma Camara, já fazendo parte desta Camara, não podia mais funcçãoar como vogal.

A substituição, portanto, só podia recahir no Desembargador cuja antiguidade estivesse em segundo logar.

O Dr. Auto Fortes, na occasião do julgamento do recurso criminal, declarou-se impedido por já ter funcçãoado no processo de liquidação commercial da firma Antonio do Carmo Pires & Cia., e teve occasião de apreciar as allegações de falsidade do contracto social e seus dois additamentos, pronunciando-se assim, sobre a mesma materia que constituia objecto do pleito criminal.

Allega o impetrante que elle não funcçãoou na acção criminal na primeira instancia e, por conseguinte, não havia razão para se julgar impedido.

Mas a Lei diz: "... si tiver intervindo na causa como Juiz da inferior instancia".

Ora, é frequente, notadamente nas causas de fallencia, coexistir um processo criminal com um processo civil e a materia de falsidade tanto pode ser apreciada num como noutro caso.

Na hypothese dos autos, o Juiz funcçãoou no processo civil na primeira instancia, por conseguinte não podia deixar de se considerar impedido.

Sendo assim, foi-lhe dado substituto, e é incontestavel que a 3ª Camara como estava constituida era autoridade competente para pronunciar os pacientes.

Por esse fundamento, nego o *habeas-corpus*.

* Quanto ao segundo fundamento — inexistencia do delicto — o Tribunal acha-se perfeitamente esclarecido, pela leitura que fiz da petição e pelas razões oraes dos advogados da accusação e da defesa, para se pronunciar, com pleno conhecimento da causa, sobre essa nullidade.

A questão está em saber se ficou provada, ou não, a inexistencia do delicto.

O Tribunal sabe que para a pronuncia é necessaria a prova plena do delicto. Houve neste processo quatro corpos de delicto. O primeiro foi procedido pela Policia. Foram nomeados os peritos, o Dr. Simões Corrêa e um outro senhor. Não tendo as partes opposto suspeição contra elles, foram

os mesmos compromissados. Funcionaram. Deante da complexidade da materia, pediram um prazo para apresentar o laudo, em que concluíram pela falsidade do contracto social e dos dois additamentos a esse contracto.

Dizem as partes que esse corpo de delicto além de nullo por inobservancia de formalidades legais, se fundou unica e exclusivamente em meras photographias.

Effectivamente, não foram observadas todas aquellas normas rigidas doCodigo do Processo; mas observaram-se exactamente todas as formalidades indicadas pela praxe. O Tribunal tem admittido, mais de uma vez, para prova do delicto, autos do corpo de delicto, feitos nessas condições. E como bem lembrou o Sr. Advogado, fundado num parecer do Sr. Ministro Muniz Barreto, constante da obra de Galdino de Siqueira, a preterição de algumas dessas formalidades não pode prejudicar o corpo de delicto, uma vez que este revista as condições de publicidade e foi procedido por autoridade competente.

Quanto á outra allegação, o que se verifica dos autos é que os exames foram feitos sobre documentos archivados na Junta Commercial e outros cuja authenticidade não foi contestada.

O segundo laudo é o de que foi encarregado o perito Serpa Pinto, que concluiu pela authenticidade das assignaturas de Antonio do Carmo Pires.

O terceiro, feito por peritos da Polícia de São Paulo, declara que as assignaturas de Antonio do Carmo Pires não são verdadeiras.

E a 3ª Camara converteu o julgamento em diligencia, afim de se proceder a novo exame e este concluiu que as firmas eram verdadeiras.

Está assim, o Tribunal habilitado a julgar o *habeas-corpus*.

Eu nego a ordem, porque considero a 3ª Camara da Côrte de Appellação autoridade competente para pronunciar os pacientes.

O Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI: — Peço a palavra.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro Mibielli.

O Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI: — São dois os fundamentos do pedido. O primeiro, que sobreleva a todos os outros, é a incompetencia da autoridade que decretou a pronuncia, em virtude da qual emana a coacção que dizem soffrer os pacientes; a incompetencia da autoridade que decretou a pronuncia resulta da irregularidade com que funcionou o Tribunal colectivo que pronunciou; em primeiro logar, por se ter declarado suspeito um Juiz que devia funcionar; em segundo logar, por ter sido convocado um outro julgador que não devera fazer parte do Tribunal.

Quanto ao Juiz que se deu por suspeito, pelo relatorio que fez o Sr. Ministro Relator, parece que não se trata propriamente de uma suspeição, no systema da Lei, sinão de um impedimento.

Como é sabido, os impedimentos são de ordem objectiva, e as suspeições são sempre de ordem subjectiva. Os impedimentos emanam expressamente de Lei e as suspeições emanam do Juiz que julga, das condições em que julga e dos motivos de ordem moral que tem para impedir o seu pronunciamento sobre determinado fim e por isso são motivos de ordem subjectiva.

Em relação aos motivos de ordem subjectiva temos votado que, em materia de direito penal, não é o Juiz obrigado a declarar os motivos de ordem moral que tem para se declarar suspeito.

Taes sejam esses motivos, mesmo de ordem confidencial, que elle estará privado de os declarar. Assim diz Pimenta Bueno, bem como todos os commentadores do Codigo do Processo Criminal.

Quer dizer: o Juiz pôde declarar-se suspeito ou por motivos supervenientes do processo ou por motivos anteriores, sem declarar esses motivos.

Em materia civil, porém, a Lei tem exigido ser o Juiz obrigado a declarar expressamente, a individuar os motivos de suspeição. E' questão pacifica doutrina e na jurisprudencia.

Si o Juiz funciona numa causa que, por tal dependencia, tenha de, em seguida, apreciar uma questão, outra a ella ligada, supponhamos, de ordem civil ou de ordem penal, na qual, julgando uma ou outra, possa ser prejudgado o seu modo de entender, effectivamente está impedido.

Foi o que se deu no caso.

Por que estava impedido o Juiz Dr. Auto Fortes? Porque foi o Juiz que presidiu a liquidação da sociedade baseada no contracto social arguido de falso, e nessa qualidade, é bem visto, teve de apreciar os termos desse contracto.

Por conseguinte, o impedimento existe, é legal.

Essa allegação, portanto, não prevalece.

O outro motivo allegado de incompetencia de Juiz é de ter funcionado no Tribunal um Juiz de outra Camara e não o proprio presidente da Camara que, na ordem de antiguidade, era effectivamente o mais antigo dessa outra Camara.

Mas, pelo que foi ouvido da leitura dos autos, parece que o Juiz Machado Guimarães, que era o mais antigo da 4ª Camara, teria de convocar-se a si mesmo para funcionar. A Lei não podia crear uma situação dessa natureza em que o proprio Juiz se convocasse a si mesmo, deixando a funcção de presidir para funcionar como vogal. Demais, si não houvesse essa razão de ordem logica e explicavel, haveria, a meu ver, a razão de ordem constitucional, que sobreleva a todo e qualquer motivo. As Leis que organizaram a Justiça local, segundo tem entendido o Tribunal, comquanto emanem do poder da União, entretanto, os seus effectos e imperio são limitados, e só no Districto Federal tem applicação e obrigam. O que não acontece em relação a todas as outras Leis que emanam dos poderes da União, que são obrigatorias em todo o territorio da Republica, porque o Districto Federal é uma entidade *sui generis*, no nosso regimen constitucional.

De modo que considerando como Lei de processo, uma vez que dizem respeito á organização de Tribunaes collectivos, nos territorios da União, como no Acre, e no Municipio Federal, são Leis locais, não obstante serem, na sua origem, federaes. Donde resulta que, na sua applicação e interpretação se deve proceder como se procede em relação ás dos Estados. Ora, a Constituição determina que o Judiciário Federal quando tiver de interpretar Leis locais, consulte a jurisprudencia dos Tribunaes locais, e vice-versa, a Justiça dos Estados tem de consultar a jurisprudencia dos Tribunaes Federaes quando houver de interpretar as Leis da União.

Si assim é, si este argumento de ordem constitucional sobreleva a todos os outros, e é predominante, é claro que deve se ter em muita attenção a jurisprudencia local em relação a interpretação que dá á Lei que reorganizou a Justiça local. Si a jurisprudencia local, interpretando as Leis que a regulam, ou a reforma que reorganizou a Justiça local, tem entendido que, quando a substituição de um Juiz mais antigo de uma das Camaras recahir no presidente, não pôde este ser convocado como vogal e sim o immediato na ordem da antiguidade; si a jurisprudencia local tem assim entendido o texto da Lei, e si este entendimento do texto da Lei não infringe nenhuma disposição constitucional; si com essa interpretação não se sonega nenhum direito ás partes, é o caso da Justiça federal consultar á jurisprudencia local e respeitar a sua interpretação.

Por isso, Sr. Presidente, não dou por esse motivo. Acho que a autoridade pronunciante não é incompetente.

Mas, allega-se outro motivo — a nullidade do processo.

Alguns dos Collegas aqui no Tribunal não concedem *habeas-corpus* por esse fundamento; acham que não é caso de *habeas-corpus*, e só o concedem no caso de incompetencia da autoridade coactora, e quando o facto arguido não é definido delicto pela Lei penal.

Eu, entretanto, sempre tenho concedido quando o processo é visceralmente nullo. Como tal, o processo não existe, pela razão muito simples de que não pôde haver sentença emanada de processo nullo.

O auto de corpo de delicto é peça substancial do processo.

O auto de corpo de delicto é directo, naquelles factos que deixam vestígios, ou indirecto, naquelles que os não deixam ou quando os vestígios já tenham desaparecido, e se faz ou por peritos ou pelos depoimentos das testemunhas.

Nos factos que deixam vestígios, pois, o exame pericial, o auto de corpo de delicto é peça substancial. E' o que dizem todos os commentadores do Codigo do Processo Criminal e escriptores; é quasi um preceito vulgar.

Allega-se que essa peça substancial não existe.

Não existindo o auto de corpo de delicto, tratando-se de delicto que deixa vestígios, tal seja a falsidade, não existe processo. Não pôde haver autos de um delicto, quando o delicto não existe ou não está provado. E' logico.

Um auto de corpo de delicto precisa revestir-se das formalidades que a Lei exige.

Essas formalidades são intrinsecas ou extrinsecas; ou são substanciaes ao acto ou não são substanciaes ao acto, conforme a Lei prescreve. A Lei exige que o corpo de delicto seja procedido perante a autoridade competente, seja policial ou judiciaria; que os peritos descrevam os vestígios, as circumstancias do facto, e por elles e testemunhas seja assignado.

No caso em apreço, o Relator informa que o auto policial foi feito minuciosa, circumstanciada e individuada. E eu acrescento que os exames foram feitos com precisão de detalhes e photographias, havendo ainda uma serie de circumstancias moraes emergentes da instrucção criminal, elucidativas ao espirito do Tribunal que decretou a pronuncia. Os peritos foram compromissados, apresentaram o laudo, que foi presente á autoridade que o ordenára, lavrando-se o auto respectivo. E', portanto, uma peça que constata a existencia do facto delictuoso.

Não é de fôrma alguma comparavel aos autos de apprehensão e de corpo de delicto que a policia fazia em relação aos bicheiros. A policia apprehendia listas, fazia um relatorio declarando que ellas foram encontradas em poder de taes individuos.

Esse laudo era junto ao processo e por elle se instaurava a instrucção criminal.

O Tribunal, examinando a especie, mediante *habeas-corpus* requeridos por taes individuos, que foram processados, sempre entendeu que esses autos não eram de corpo de delicto, nem mesmo de apprehensão.

Em materia de moeda falsa e bilhetes em circulação, o Tribunal tambem não tem admittido os autos de corpo de delicto da policia. E a policia teve, então, de remettel-os para a Casa da Moeda que, pelos seus peritos, os examinava. E, só assim, o Tribunal admittia aquelles laudos como prova material do delicto, justamente porque essa pericia precisa ser feita por technicos.

Com relação aos sellos falsos, têm passado por minhas mãos autos nessas condições, em que o exame pericial é feito por peritos da Casa da Moeda.

E comtudo sem observancia rigorosa do art. 137 do Código do Processo, o Tribunal considerou e julgou que esses exames constatavam o facto criminoso.

Estou explicando o meu voto com mais detalhe para que não se veja incoherencia no meu modo de julgar com relação aos autos de apprehensão do denominado jogo do bicho, que, aliás, não eram feitos nessas condições. Tanto assim que, posteriormente, em virtude de decisões do Tribunal, a policia corrigiu a forma porque eram feitos.

Não estou fazendo comparação, nem podia fazel-a, porque quando essas questões de bicheiros foram presentes ao Tribunal, já antes o Tribunal havia julgado materia de moeda falsa e os exames remetidos e feitos na Casa da Moeda.

Assim, Sr. Presidente, não dando pela primeira nullidade do julgamento — a incompetencia do Juizo — tambem não dou pela segunda, pelos motivos que acabo de apresentar.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Peço a palavra

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Sr. Presidente, concedo o *habeas-corpus* por fundamento diverso dos que foram allegados pelos impetrantes. E justamente porque os impetrantes o não allegaram, começo por declarar que a opinião que vou expender não será talvez a melhor; é possível mesmo, é provavel senão certo, que ella seja erronea. Em todo o caso, eu a exporei porque é o resultado de uma convicção.

O primeiro fundamento do pedido — a inexistencia do crime — é, a meu ver, de manifesta improcedencia, pois que o crime existe.

Aos pacientes é imputado um facto, que é considerado criminoso pela Lei penal, qual o de haverem falsificado a firma de Carmo Pires, num contracto social de que elles se utilizaram. Si, porém, essa firma é ou não verdadeira, conforme se allega com fundamento em exames num sentido e em outro, isto constituirá materia de alta indagação para ser discutida no processo criminal a que respondem os pacientes e não no processo rapido e summario do *habeas-corpus*.

O segundo motivo é a incompetencia de um Juiz que funccionou na 3ª Camara da Côte de Appellação, incompetencia originada de dupla razão: a primeira é que o Juiz de Direito com exercicio de Desembargador na 3ª Camara, o Dr. Auto Fortes, jurou suspeição, fóra dos casos taxativamente enumerados na Lei. Dahi a incompetencia do Juiz chamado para substituil-o.

A nova Lei de organização judiciaria determina os casos em que o Juiz se deve declarar suspeito e accrescenta que, fóra desses casos, não ha suspeição, sob pena de nullidade do processo.

O Dr. Auto Fortes declarou-se suspeito no recurso criminal, por haver funcionado na 1ª instancia, no processo da liquidação da sociedade commercial, tendo mesmo externado opinião favoravel ao contracto social, isto é, no sentido da validade do mesmo contracto.

Não é um caso de suspeição previsto pela Lei, porque esta considera suspeito o Juiz que tiver funcionado na instancia inferior em causa submettida a seu julgamento na instancia superior, sendo certo que o Desembargador Auto Fortes não funcionou em 1ª instancia no processo criminal sujeito a julgamento, mas no processo civil de liquidação da sociedade.

Dir-se-á que o que a Lei prohibe é que o Juiz funcione no mesmo pro-

cesso ou causa, como Juiz inferior e superior ao mesmo tempo. E porque o caso é duvidoso, pelo menos, e só concedo *habeas-corpus* a réu pronunciado, no caso de nullidade de processo, quando esta é manifesta, evidente e insusceptível de qualquer duvida, por esse motivo não concedo o *habeas-corpus*.

Tambem nego a ordem pela incompetencia originada do segundo motivo, isto é, ter sido o Dr. Auto Fortes substituido pelo Desembargador Cesario Alvim.

Allegam os impetrantes que o Desembargador Cesario Alvim não substituiu legalmente o Desembargador Auto Fortes, porque não era o Juiz mais antigo da 4ª Camara e sim o Desembargador Machado Guimarães.

Effectivamente, Sr. Presidente, o Juiz mais antigo da 4ª Camara é o Desembargador Machado Guimarães e uma vez que não é elle o Presidente da 4ª Camara parece que podia substituir perfeitamente o Juiz impedido.

Tivemos, si bem me recordo, uma especie semelhante no Tribunal, na questão da Standard Oil, em que era impetrante Wellemcamps. Allegou-se tambem como incompetencia o facto de ter sido substituido um Juiz impedido por um Desembargador, que não o Desembargador Nabuco de Abreu. Ahi a razão de incompetencia era de manifesta improcedencia, porque o Desembargador Nabuco de Abreu era presidente da Camara, e como tal, não podia absolutamente funcionar como Juiz Não concordei com essa nullidade e me manifestei a respeito, negando o *habeas-corpus*. No caso em debate, tambem não é liquido, evidente, á primeira vista, que o Desembargador Machado Guimarães devesse substituir o Dr. Auto Fortes, porque, embora não fosse elle Presidente da 4ª Camara, o era da 3ª, em que teria de dar-se a substituição. Assim, não concedendo o *habeas-corpus* pelos fundamentos allegados, concedo a ordem por um outro fundamento, para mim, de incompetencia manifesta; é que o Desembargador Cesario Pereira foi illegalmente substituido pelo Juiz de Direito Dr. Souza Gomes.

Mas illegalmente, porque?

Porque o Desembargador Cesario Pereira deixou o exercicio do cargo, não por algum motivo legal, como — licença, exoneração, aposentadoria etc. (Lei n. 4.061, de 16 de Janeiro de 1920), mas por ter sido *requisitado* (notem bem os Srs. Ministros), por ter sido *requisitado* pelo Ministro da Justiça, a cuja disposição ficou, para desempenhar uma commissão no Ministerio.

Ora, já o termo "requisitado", como si se tratasse de requisição de um objecto qualquer ou de uma praça de pret para servir de ordenança ao Ministro, já o facto de se ter declarado, como li, que o Desembargador ficava á disposição do Ministro, parece indicar uma relação de dependencia, de subordinação, de inferioridade, que não se coaduna com o art. 15 da Constituição Federal, que declara que "são orgãos da Soberania Nacional: o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciario, independentes e harmonicos entre si".

Deixando, porém, esta questão de palavra, talvez mal empregada, sem intuito pejorativo, abordarei a razão principal da inconstitucionalidade.

O Desembargador Cesario Pereira não podia acceitar a commissão que lhe foi offerecida, porque a nenhum Juiz, seja que cathegoria fôr, e principalmente, ao Juiz de um Tribunal Superior, é permittido acceitar commissão, de qualquer especie, do Poder Executivo.

E não é permittido, Sr. Presidente, porque a acceitação da commissão, em taes condições, estabelece uma relação de dependencia, de inferioridade do Poder Judiciario ao Poder Executivo, pois induz a crença de que o Juiz acceitou a commissão, levado por esperanza de recompensa, não direi a pecuniaria, mas

a recompensa mais elevada, a que proviria do facto de ser o Juiz collocado em posição superior a que occupa, recompensa, emfim, para si ou para os seus.

Ainda mais, Sr. Presidente; o Juiz acceitou a commissão que lhe offereceu o Ministro.

Mas que commissão é essa?

Segundo li, o Desembargador Cesario Pereira foi requisitado para elaborar o Código do Processo do Districto Federal.

Não sei si a noticia é verdadeira. Foi o que li.

Ora, V. Ex. vê Sr. Presidente, que ficam por esta fórma completamente desvirtuadas as funcções dos Poderes politicos da Nação. Vemos o Poder Executivo retirando o Poder Judiciario da funcção unica que lhe é propria, para confiar-lhe outra funcção, que compete, privativamente, ao Poder Legislativo, e esta funcção do Poder Legislativo, remunerado para fazer a Lei, não pôde ser confiada a ninguém, muito menos a um membro do Poder Judiciario.

Sei, Sr. Presidente, que ha uma disposição da nova reforma, estabelecendo a incompatibilidade entre os cargos de magistratura e quaesquer outros, fazendo excepção, porém, com relação ás commissões de character scientifico. Mas essa disposição de um regulamento, que o Ministro mandou organizar, ainda que depois approvado pelo Poder Legislativo, não pôde absolutamente subsistir deante da disposição já citada do art. 15 da Constituição Federal, que considera independentes e harmonicos entre si os poderes Legislativo, Executivo e Judiciario, que são orgams da Soberania Nacional.

Por consequencia, esta é a minha opinião, errada, talvez, mas exposta com sinceridade, porque é opinião que sustento ha muitos annos.

A requisição do Desembargador Cesario Pereira para desempenhar uma commissão no Ministerio da Justiça e a acceitação dessa commissão por parte daquelle Desembargador são actos verdadeiramente inconstitucionaes. O Desembargador retirou-se do exercicio de sua funcção, fóra dos casos legaes, para desempenhar uma funcção que não lhe compete, mas que é privativa do Poder Legislativo, com a aggravante de que essa funcção lhe foi confiada pelo Poder Executivo.

Devo dizer, Sr. Presidente, que não conheço, nem de vista, o Desembargador Cesario Pereira, mas tenho a seu respeito as melhores referencias. Tenho ouvido dizer que é um Juiz integro, illustrado e competente. Mas isto não impede as considerações que acabo de fazer e que de modo algum visam diminuir o justo conceito em que é tido o illustre magistrado.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — V. Ex. acha isso motivo de nullidade?

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Acho a substituição illegal.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — Mas elle está fóra do exercicio..

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Não podia deixo-o sinão por motivo de licença, aposentadoria ou exoneração. Por isso, continuo a dizer, a substituição é illegal.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — Mas pelo facto de estar fóra do exercicio elle deve supportar as consequencias do seu acto.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — A consequencia é que o Juiz que o substituiu, funccionou illegalmente.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Vou tomar os votos.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — Nego o *habeas-corpus*. Tinha tomado algumas notas para fundamentar o meu voto, o que me escuso de fazer, porque estou de pleno accôrdo com os fundamentos do voto do Sr. Ministro Pedro Mibielli e também com o do Sr. Ministro Hermenegildo de Barros, menos na ultima parte.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA: — De accôrdo com o Sr. Relator, pelas razões que apresentou.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS: — Sr. Presidente, os fundamentos do pedído de *habeas-corpus* já foram amplamente discutidos e resolvidos pelos Collegas que me antecederam — os Srs. Ministros Relator, Pedro Mibielli e Hermenegildo de Barros. Realmente os fundamentos apresentados por SS. Exs. foram completos.

A critica que acaba de apresentar o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros, nos seus princípios geraes, também acceito.

Effectivamente não me parece regular que se requisite um Juiz para lhe dar função extranha á que lhe compete.

Mas, Sr. Presidente, por mais que se superlative, por mais que se queira considerar inconstitucional essa requisição, essa retirada do Juiz das suas funções para uma extranha ás suas preocupações, não sei como se possa legitimar a illegalidade da substituição.

Elle não devia ser convocado para essa missão. Convocado, não devia acceitar-a. Mas acceitou. Deixou o exercicio do cargo.

Como ficaria a Justiça? Ficaria paralyzada a acção do Tribunal, as causas sem julgamento? Isto seria impossivel.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Julgar-se-iam as causas, mas com a consequencia da nullidade, como na hypothese de qualquer substituição illegal — a do Juiz, por exemplo, que se declarou suspeito indevidamente, a do que foi incompetentemente substituido, etc.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS: — O que importava em não serem julgadas as causas.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — Si acceitou uma commissão incompativel com o seu cargo, deverá perdê-lo.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Não estou longe de sustentar essa theoria, mas a verdade é que o Decreto só commina a perda do cargo, quando o Juiz acceita outro cargo incompativel com o seu e não no caso de acceitação de simples commissão.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS: — Não é possivel a Justiça supportar solução de continuidade no seu exercicio.

Por consequencia, bem ou mal, si o Juiz tem abandonado o exercicio de seu cargo responderá por um crime, si porventura nesse abandono se possa enxergar traços ou signaes caracterizadores de crime.

Mas o seu substituto deve ser chamado e a Justiça continua a sua missão. Sempre assim sustentei.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Si elle tivesse acceitado a commissão, conservando-se no seu lugar, teria procedido illegalmente, mas não haveria substituição. Deixou, porém, o exercicio do cargo illegalmente e acceitou illegalmente a commissão.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS: — Acceitou. Mas o mais que se poderia ver nesse acto do Juiz, é que elle agiu de má fé, que prevariou, e que, portanto, é responsavel por esse acto. Si isso fosse verdade, si ficasse provado, elle podia ser responsabilizado. Era o que de mais se poderia permittir.

Mas a Justiça não pôde soffrer solução de continuidade na sua missão.

Por consequencia, Sr. Presidente, não me parece que as objecções apresentadas pelo Sr. Ministro Heremenegildo de Barros nos habilitem, nos autorizem a chegar á conclusão a que S. Ex. chegou. Quanto ao mais, S. Ex. se mostrou de inteiro accôrdo com os argumentos dos Srs. Ministros Relator e Pedro Mibielli.

Por isso, como os meus Collegas, tambem nego a ordem.

O Sr. Ministro EDMUNDO LINS: — Tres são os fundamentos do pedido, allegados pela parte. A esses accresce agora o fundamento apresentado pelo Sr. Ministro Heremenegildo de Barros.

Os fundamentos apresentados pela parte são:

Primeiro, que o facto não constitue crime.

Sempre tenho concedido *habeas-corpus* por esse fundamento. Mas é preciso que o facto não constitua em these um crime. Ora, aqui não se trata de um facto que em these não constitua crime. O facto foi narrado na denuncia por um dos promotores mais distinctos que tem tido o Districto Federal — o Dr. Mafra de Laet. Basta esta consideração. Se o facto não constituísse crime, esse promotor não teria denunciado os pacientes, aliás basta lêr a denuncia, como eu li, para se verificar que ha crime e gravissimo. Por este fundamento não concedo o *habeas-corpus*.

O segundo fundamento allegado é a nullidade do processo.

Por este fundamento tambem concedo *habeas-corpus*, quando o processo é evidentemente nullo por lhe faltar alguma formalidade ou termo substancial.

Allega-se a falta de termo substancial — corpo de delicto. — Mas o Sr. Ministro Relator informa que ha superabundancia de corpos de delictos: ha quatro.

Dizem porém, as partes que esses corpos de delictos têm defeitos, que são imprestaveis para provar o facto.

Quanto aos defeitos que têm, não se apreciam em *habeas-corpus*.

Quanto á imprestabilidade para provar o facto tambem não pôde ser decidida em *habeas-corpus*.

Por conseguinte, por esse segundo fundamento, tambem não concedo o *habeas-corpus*.

O terceiro fundamento é a incompetencia do Juiz convocado em lugar do Sr. Desembargador Machado Guimarães.

Li as informações e por ellas se vê que se trata da intelligencia de uma Lei local dada pela jurisprudencia de todas as Camaras a essa Lei.

De accôrdo com a Constituição não posso divergir dessa intelligencia. Por este fundamento tambem não concedo a ordem.

O Sr. Ministro Heremenegildo de Barros acaba de apresentar um novo fundamento.

Delle eu não podia cogitar, pois que a parte não o allegou. Não decreto a inconstitucionalidade por esse fundamento. Para decretal-a seria preciso que fosse manifesta e acima de toda e qualquer duvida. Acima de toda e qualquer duvida, não é inconstitucional a requisição desse Juiz.

Acceitando um lugar incompativel com o seu cargo, elle perderia o proprio cargo e se perdeu fui muito bem substituido. Convém notar que ainda não se declarou essa perda. Mas si não importa na perda do lugar, importa todavia na pratica de um facto prohibido pela Lei.

Em todo caso, esse facto produziu seus effeitos legais. Logo devia o Desembargador ser substituido, porque as partes não podem ser prejudicadas.

Por conseguinte, não é manifestamente inconstitucional a acceitação da commissão.

Eu não me prestaria a isso, nunca me prestei.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — E' uma declaração que honra muito a V. Ex.

O Sr. Ministro EDMUNDO LINS: — Nego a ordem.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS: — Nego de accôrdo inteiramente com os fundamentos apresentados pelo Sr. Ministro Pedro Mibielli. Aceito a explicação que S. Ex. deu em relação ao corpo de delicto nos casos do denominado jogo de bicho, porque muitas vezes o individuo não commetteu a infracção, e o agente de policia pôde dizer que foram encontradas aquellas listas em poder do accusado para justificar o processo. Mas aqui é como se tratasse minado jogo de bicho, porque muitas vezes o individuo não commetteu a inde moeda falsa ou estampilha falsa. O corpo de delicto fez-se pela mesma forma. Dei esta explicação para não parecer incoherente.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL: — Sr. Presidente, a materia está perfeitamente elucidada. Os illustres Collegas que me precederam fundamentaram os seus votos e nada tenho a acrescentar ao que disseram quanto aos fundamentos allegados no pedido.

Quanto ao apresentado pelo eminente Sr. Ministro Hermenegildo de Barros, acho-o inteiramente procedente, mas sem as consequencias que S. Ex. lhe dá.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Isso já me satisfaz muito. Não me preocupo com as consequencias e sim com os principios que ficaram salvos, conforme as manifestações que acabo de ouvir no Tribunal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL: — Acho que a critica que S. Ex. fez a esse acto é perfeitamente fundada na Constituição. Divirjo apenas nas consequencias que não devem ser supportadas pelas partes, mas pelo Juiz. Nego a ordem.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se a ordem impetrada, contra o voto do Sr. Ministro Hermenegildo de Barros.

(Impedido, o Sr. Ministro Muniz Barreto).

"HABEAS-CORPUS" N. 13.880.

Comparecendo o réu em Juízo, e requerendo que sejam inqueridas as testemunhas ouvidas na sua ausencia, não pôde o Juiz recusar-lhe o pedido sob o fundamento de já se acharem os autos conclusos para a sentença de pronuncia.

A recusa do Juiz constitue coacção illegal, sanavel pelo habeas-corpus.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.880, do Districto Federal. Recorrente, Antonio Alves Salgueiro; recorrida, a 3ª Camara da Côte de Appellação. — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — O paciente pediu *habeas-corpus*, allegando:

a) que, em 22 de Abril de 1922, fez um emprestimo de 5:040\$000, á firma Amorim e Villar, mediante uma nota promissoria vencivel em 23 de Outubro do mesmo anno;

b) que, não sendo paga no vencimento, fez o necessario protesto e procurou cobral-a amigavelmente; não o conseguindo, requereu a fallencia da firma, estando os devedores em franca divergencia e em andamento o processo de dissolução da firma;

c) que, no pedido de fallencia, se defendeu o socio Amorim, dizendo *não ter assumido o compromisso a que se refere a promissoria*, emittida pelo socio Villar sem a sua annuencia;

d) que, essa defesa foi julgada improcedente e decretada a fallencia;

e) que, na assembléa dos credores, foi impugnado o credito do paciente. credito que o Juiz *excluiu*;

f) que, terminado o inquerito aberto na policia, a requerimento de Amorim contra o socio Villar, foi o mesmo archivado, a pedido do Ministerio Publico, que mais tarde o fez retirar do archivo, e denunciou Villar e o paciente Antonio Alves Salgueiro, como incursos no artigo 338, n. 9, combinado com o art. 18 do Codigo Penal, estando o paciente tambem incurso no art. 338, n. 1, combinado com o art. 13, do referido Codigo;

g) que, achando-se o paciente fóra desta cidade, veio a ter conhecimento do processo mais tarde, quando já haviam deposto 4 testemunhas, entre ellas Francisco Santos, que falsificára a escripta da firma e por este meio se constituirá credor;

h) que requereu a reinquirição das testemunhas o que lhe foi indeferido pelo Juiz;

i) que foi pronunciado por Juiz incompetente — o da 5ª Vara Criminal — por isso que pertence ao Juiz da fallencia o processo por falsidades ou fraudes que o fallido ou o credor tenham praticado (Lei n. 2.024, de 1908, art. 90);

j) que o inquerito não podia ser aberto a requerimento de Amorim, porque, sendo este um fallido, faltava-lhe capacidade para promover a interferencia policial;

k) que, segundo o art. 170, ns. 6 e 7, da Lei citada, "incorrerão nas penas de fallencia fraudulenta: *o fallido que reconhecer como verdadeiros creditos falsos ou simulados etc.; quem quer que, por si ou interposta pessoa, ou por procurador, apresentar declarações ou reclamações falsas ou fraudulentas, ou juntar a ella (fallencia) titulos falsos, simulados ou mesmo verdadeiros, pedindo a sua inclusão na fallencia*, (art. 82);

l) que o processo da fallencia é de natureza coercitiva em relação ao fallido e a todos que concorreram á fallencia nas condições do n. 7 do art. 170. Assim, se o credito do paciente tivesse sido, na fallencia, julgado *simulado ou mesmo verdadeiro ao Juizo da fallencia competia o processo, nos termos do art. 174, § 1º da Lei n. 2.024*. O paciente está processado, entretanto, *por estellionato e mais pela tentativa desse crime, quando é certo que no Juizo legal não foi achado em culpa alguma*;

m) que o que a Villar se attribue é ter, com a faculdade que lhe dava o contracto social, *emittido em favor do paciente o titulo que serviu de base á decretação da fallencia*. O Juiz desta, competente para o processo, já decidiu que não houve fraude, mas se ha, é a essa autoridade judiciaria que cabe formar-lhe a culpa, de accôrdo com os citados artigos 90 e 174.

Em sessão passada, o Tribunal converteu o julgamento deste recurso em diligencia, para serem requisitados os autos originaes do processo criminal (*).

Os autos foram remettidos e nelles se vê que a denuncia imputou ao paciente, como ao socio Villar, o crime de estellionato (ns. 1 e 9 do art. 338,

(*) V. esse julgamento no presente vol., pag. 215.

do Código Penal), isto é, com relação ao paciente o de n. 1, e com relação ao socio Villar o de n. 9.

E' o Relatorio.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. pôde dar o seu voto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — Sr. Presidente, a denuncia é laconica. Expõe simplesmente que o paciente é um credor simulado da firma Amorim & Villar. O socio Villar emittiu a promissoria em questão, antedatando-a sem sciencia do outro socio. Este titulo serviu de base á decretação da fallencia.

Sendo assim, o facto ajusta-se ao n. 9 do art. 338, do Código Penal, que dispõe o seguinte: "Usar de qualquer fraude para constituir outra pessoa em obrigação que não tiver em vista, ou não puder satisfazer ou cumprir".

Como na sentença declaratoria da fallencia, e posteriormente, não foi remetida ao curador das massas fallidas peça alguma do processo para que o paciente respondesse, não como fallido propriamente, mas equiparado ao fallido, de accôrdo com a Lei, é bem de ver que não é de considerar como tendo provocado um acto incidível na disposição que qualifica a fallencia como fraudulenta e a define como delicto. Mas assim não foi. Em todo o caso o Juiz da fallencia é o competente para a formação da culpa. E assim, como materia de competencia, incontestavelmente cabe o *habeas-corpus*.

Eu, porém, entendo que o Juiz da fallencia não é o competente, pelos seguintes motivos: errado ou não, o certo é que na denuncia se descreve um facto que foi considerado extranho completamente ao processo da fallencia, não affectando ao Juizo da fallencia. Destacado como estellionato, assim foi exposto na peça inicial da acção penal e pediu-se que fossem applicadas as penas legais como sendo de estellionato.

O Ministerio Publico, portanto, entendeu que não era propriamente o Juiz da fallencia o competente, e que similhante assumpto não seria apurado na fallencia; para determinar a incompetencia do Juiz seria preciso desclassificar de estellionato para fallencia fraudulenta. Mas isso não se faz absolutamente em *habeas-corpus*; será objecto para recurso da pronuncia.

Portanto, devendo ser esse o unico fundamento, do pedido, para mim não teria de ir adiante para resolver a questão, pelo indeferimento do pedido de *habeas-corpus*, si porventura os Collegas não dissentissem do meu modo de ver e não houvesse já a jurisprudencia do Tribunal, em sentido contrario, estabelecendo a nullidade de processo, desde que haja defeitos de tal ordem no processo, que o pronunciamento de sua nullidade se impuzesse.

O art. 56 do Decreto n. 848, dispõe: "Comparecendo o réu em Juizo, ser-lhe-ão lidas todas as peças do processo a que é submettido, e em sua presença, reinquiridas e representadas as testemunhas ouvidas em sua ausencia, si assim o requerer".

No caso vertente, ha a especialidade de ter sido archivado o inquerito policial, a requerimento do Ministerio Publico. O indiciado, portanto, ficou em absoluto certo de que não mais seria incommodado por esse processo. Dahi ha tempos foi iniciada a formação da culpa, servindo de base esse mesmo inquerito já archivado. Naturalmente o paciente, alheio á imminencia da prisão, não tratou de indagar se havia qualquer procedimento contra elle na Justiça. Aliás não tinha motivo algum para receiar, desde que o inquerito havia sido archivado e foi surprehendido mais tarde com a noticia do inicio da formação da culpa quando já algumas testemunhas haviam sido inquiridas.

Ha uma certidão nos autos, dizendo que a pronuncia não estava ainda decretada, mas os autos já se achavam em poder do Juiz, na conclusão. O paciente pediu a reinquirição das testemunhas e o Juiz decidiu que uma vez que os autos estavam em conclusão não podia abril-a, para permittir a reinquirição das testemunhas.

O paciente insiste neste ponto, para provar que está innocente e fazendo as allegações já expostas no Relatorio.

Como já disse, tenho opinião radical a respeito. Entretanto, si acompanhasse a opinião da maioria do Tribunal, não hesitaria em conceder o *habeas-corpus* ao paciente afim de que o mesmo possa apresentar a sua defesa, fazendo-se a reinquirição das testemunhas, e proseguindo o processo nos termos legaes.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*A' excepção do Sr. Ministro Godofredo Cunha, que acompanha o Sr. Relator, os demais Srs. Ministros votam, dando provimento ao recurso, para conceder a ordem*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Deu-se provimento ao recurso, para conceder a ordem, contra o voto dos Srs. Ministros Muniz Barreto e Godofredo Cunha.

CONFLICTO DE JURISDICÇÃO N. 653

A' excepção das causas que, por sua natureza, pertencem a Juizos especiaes, não haverá fôro privilegiado.

Os militares de terra e mar só terão fôro especial nos delictos militares.

São por sua natureza delictos militares, os que só por militares podem ser commettidos, isto é, os que constituem uma infracção especifica e funcçãoal da profissão do soldado.

O crime de ferimentos só é militar quando o offendido é militar.

A plena concessão de habeas-corpus não põe termo ao processo nem obsta a qualquer procedimento judicial que possa ter lugar no Juizo competente.

Appliação da Constituição Federal, arts. 67 e 72, § 23, do Código Penal Militar, art. 152, da Lei n. 2.033, de 1871, art. 18, § 7º, e do Decreto n. 3.084, de 1898, art. 377.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Conflicto de jurisdicção n. 653, do Districto Federal. Suscitante, o 1º auditor da Justiça Militar; suscitada, a 3ª Camara da Côte de Appellação. — Tem a palavra o Sr. Ministro Edmundo Lins.

O Sr. Ministro EDMUNDO LINS, Relator: — Ao Juizo da 7ª Pretoria Criminal, o Dr. Promotor Publico Adjunto offereceu denuncia contra o 1º tenente do Exercito, Fernando Rangel Pacheco e Chaves, como incurso no art. 303, do Código Penal, por haver, no pateo interno da Escola de Aviação Militar, aggreddido ao civil Waldemar de Oliveira

19.XI.24

Sob o fundamento de tratar-se de um crime de competencia de fôro militar, o Dr. Ricardo Xavier da Silveira requereu ao Juizo da 5ª Vara Criminal, *habeas-corpus* preventivo, a favor do paciente.

A ordem foi, por esse fundamento, concedida, tendo sido a respectiva sentença confirmada pela 3ª Camara da Côrte de Appellação.

Remettidos os autos ao fôro militar, o respectivo conselho de Justiça tambem se julgou incompetente, por não se tratar de crime militar, mas *communis*.

A' vista dessa decisão, o Dr. Primeiro Auditor da Justiça Militar suscitou este conflicto negativo de jurisdicção.

Ouido o Exmo. Sr. Ministro Procurador Geral, S. Ex. opinou pela competencia da Justiça *communis*, porque o Código Penal Militar, no art. 152, só considera militar o crime de ferimento, quando o offendido é militar.

Duvida, porém, S. Ex., possam os autos ser remettidos á Justiça *communis* para o processo, porque, ao paciente a Justiça local concedeu *habeas-corpus*, e, desta sentença, não cabe recurso para este Tribunal.

Está feito o Relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. pôde dar o seu voto.

O Sr. Ministro EDMUNDO LINS, Relator: — Este Tribunal decidiu nos conflictos de jurisdicção ns. 490 (*) e 587 (**), bem como no *habeas-corpus* n. 9.737 (***) :

a) que, *ex-vi* do art. 72, § 23, da Constituição Federal, á excepção das causas que por sua natureza pertencem a Juizes especiaes, não haverá fôro privilegiado;

b) que, de conformidade com o art. 67, os militares de terra e mar só terão fôro especial nos delictos militares;

c) que são por sua natureza delictos militares, os que só por militares podem ser commettidos, isto é, os que constituem uma infracção especifica e funcional da profissão de soldado, como, *exempli gratia*, a covardia, a indisciplina, a deserção e a insubordinação (REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL, vol. LVIII, pag. 145 e vol. LXV, pag. 27).

Neste caso excepcional se não inclue o crime de que se trata, tanto que nem se acha previsto no Código Penal Militar, o qual, no seu art. 152, só define as offensas physicas que os militares fizerem a seus camaradas. Por consequencia, a competencia é, na especie, incontestavelmente, da Justiça *communis*.

Não procede a duvida do Exmo. Sr. Ministro Procurador Geral; porque "a plena concessão do *habeas-corpus* não põe termo ao processo nem obsta a qualquer procedimento judicial que possa ter lugar em Juizo competente" (Lei n. 2.033, de 20 de Setembro de 1871, art. 18, § 7º, transplantada para o art. 337, do Decreto n. 3.084, de 1898).

Assim não obsta ao procedimento judicial nesse Juizo o *habeas-corpus* que foi concedido ao paciente. Tanto mais se impõe esta conclusão, quanto desaparece *in totum* com esta decisão, o fundamento unico do predito *habeas-corpus*.

Julgo procedente o conflicto e competente a Justiça local no Districto Federal.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Está em

(*) V. esse Acc. no vol. XXV, pag. 155.

(**) V. esse Acc. no vol. XLVII, pag. 69.

(***) V. esse Acc. no vol. LXV, pag. 27. — V. tambem o vol. LVIII, pag. 145.

discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Julgou-se procedente o conflicto e competente a Justiça commum, unanimemente.

(*Não tomou parte no julgamento o Sr. Ministro Pedro Mibielli*).

AGGRAVO DE PETIÇÃO N. 3.900

Obrigaçào alternativa é a que tem por objecto duas ou mais prestações que são devidas, de tal sorte que o devedor se libera inteiramente executando uma só dentre ellas.

São de receber sem condemnação, na acção decendial, os embargos de materia relevante e cumpridamente provados.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Aggravo de Petição n. 3.900, do Rio de Janeiro. Aggravante, Arlindo Pereira da Cunha; agravada, a S. Paulo Northern Railroad Company. — Tem a palavra, o Sr. Ministro Edmundo Lins.

O Sr. Ministro EDMUNDO LINS, Relator: — Contra a São Paulo Northern Railroad Company, cujo representante reside em Petropolis, propoz Arlindo Pereira da Cunha, perante o Juizo Seccional do predito Estado esta acção decendial, pedindo-lhe o pagamento de £ 500, ou, ao cambio actual, Rs. 24:000\$000, provenientes de coupons já vencidos de 50 debentures da Companhia Estrada de Ferro Araraquara, por cujo pagamento a Ré se obrigou.

Esta offereceu no decendio os embargos de fls. 20 e seguintes, articulando:

1º) — tratar-se de uma obrigaçào alternativa, pois, como se vê dos coupons de fls. 10, se obrigou a pagar em £ 0,10, ou Fr. 12,60 ou Mk. 10,25;

2º) — que, nos termos do art. 884 do Codigo Civil, a escolha nas obrigações alternativas cabe ao devedor, se outra coisa se não estipulou;

3º) — que esta condição se não verifica na especie, de sorte que a ella Ré é que compete escolher em qual dos tres mencionados modos quer fazer o pagamento.

O Dr. Juiz a quo recebeu esses embargos sem condemnação, pelo que o Autor interpoz o presente aggravo.

E' o Relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro EDMUNDO LINS, Relator: — De accôrdo com a doutrina corrente, obrigaçào alternativa, é a que tem por objecto duas ou mais prestações que são devidas, de tal sorte que o devedor se libera inteiramente, executando uma só dentre ellas — *plures res in obligatione, sed una tantum in solutione* (Bevilacqua, *Cod. Civ. Comm.* V. 4º, pag. 29; Teixeira de Freitas, *Consolidação*, nota 64 ao art. 564; *Planiol, Dir. Civ. Fr.* vol. II, n. 738.

E' como se vê a fls. 8, exactamente a obrigaçào ora accionada.

Assim sendo, a escolha do objecto pertence ao devedor e não ao credor (Cod. Civ. art. 884).

Logo, a Ré provou cumpridamente os seus embargos, que, portanto, deviam ser, como o foram, recebidos sem condenação.

Nego provimento ao agravo.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se provimento ao agravo, unanimemente.

APPELLAÇÃO CIVEL N. 4.624.

O facto de existirem menores interessados no feito não é motivo de preferencia para seu julgamento.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, (pela ordem): — Sr. Presidente, V. Ex. mandou-me uma petição de preferencia para o julgamento da acção civil n. 4.624, do Estado de Minas Geraes.

A allegação é de que ha menores interessados no julgamento.

Nego a preferencia porque não acho que este seja um motivo para concedel-a.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

• *(A' excepção do Sr. Ministro Godofredo Cunha, os demais Srs. Ministros votam com o Sr. Relator).*

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se a preferencia contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

REVISÃO CRIMINAL N. 2.392.

E' de ser indeferido o pedido de preferencia para julgamento de feito cuja revisão ainda não está completa.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, (pela ordem): — Sr. Presidente, tenho aqui uma petição de preferencia de Justino Carneiro, pedindo para ser julgada a sua Revisão Criminal n. 2.392.

Nego a preferencia porque a revisão ainda não está feita.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se preferencia contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

REVISÃO CRIMINAL N. 2.429.

E' de ser indeferido o pedido de preferencia para julgamento de revisão criminal a cujo provimento é contrario o parecer do Sr. Ministro Procurador Geral.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, (pela ordem): — Tenho mais

uma petição de preferencia de Oscar de Araujo Guerra para a sua Revisão Criminal n. 2.429. O parecer do Sr. Ministro Procurador Geral é contrario. Nego a preferencia.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(A' excepção do Sr. Ministro Godofredo Cunha, os demais Srs. Ministros votam com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se a preferencia contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

REVISÃO CRIMINAL, N. 2.487.

E' de ser indeferido o pedido de preferencia para julgamento de revisão criminal a cujo provimento é contrario o parecer do Sr. Ministro Procurador Geral.

O Sr. Ministro EDMUNDO LINS, (pela ordem): — Sr. Presidente, tenho aqui a seguinte petição de preferencia:

"Antonio Dias do Valle, requerente da Revisão Criminal n. 2.487, de que é Relator o Exmo. Sr. Ministro Edmundo Lins, vem pedir ao Egregio Tribunal, preferencia para o julgamento da sua causa, que passa a expôr.

O Supplicante foi condemnado por crime culposo que se lhe attribuiu. A sua accusação não se originou, pois, de um acto de vontade, que demonstrasse máus instinctos. Ao contrario, tem os melhores attestados da sua conducta de pessoas da maxima idoneidade.

O supplicante está doente e além disso sua pena termina no mez de Dezembro proximo, o que deveria abreviar o seu julgamento para que a decisão lhe aproveite materialmente.

Tenha-se em vista tambem que um dos fundamentos da revisão é a falta de corpo de delicto, isto é, a ausencia de certeza do crime.

Isto posto, aguarda confiante o peticionario que o Egregio Tribunal lhe conceda a preferencia pedida."

O Sr. Ministro Procurador Geral da Republica deu o seguinte parecer:

"As informações que acompanharam os autos em appenso, prestadas pelo digno Juiz da causa, expõem com fidelidade os factos e mostram a improcedencia do pedido, cujos fundamentos foram já apreciados pelo Accordam de fls., com excepção apenas do que se refere á incompatibilidade, que não tem assento na Lei invocada nem motivo que a justifique.

Opino pelo indeferimento do pedido."

Por este motivo, Sr. Presidente, indefiro o pedido de preferencia.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Sr. Ministro Relator indefere o pedido de preferencia. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(A' excepção do Sr. Ministro Godofredo Cunha, os demais Srs. Ministros votam com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Foi indeferido o pedido, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

97ª SESSÃO, EM 22 DE NOVEMBRO DE 1924

Presidencia do Sr. Ministro André Cavalcanti.

Procurador Geral da Republica, o Sr. Ministro A. Pires e Albuquerque.

A's 12 horas e meia, abriu-se a sessão, achando-se presentes os Srs. Ministros Guimarães Natal, Godofredo Cunha, Leoni Ramos, Muniz Barreto, Pedro Mibielli, Hermenegildo de Barros, Pedro dos Santos, Geminiano da Franca e Arthur Ribeiro.

Deixaram de comparecer os Srs. Ministros Sebastião de Lacerda e Viveiros de Castro, que se encontram em goso de licença, e o Sr. Ministro Edmundo Lins, com causa justificada.

Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior e despachado todo o expediente sobre a mesa.

O Sr. Ministro Muniz Barreto apresentou o requerimento em que o Sr. Ministro Edmundo Lins pedia dois mezes de licença para tratamento de saúde. Submettido, pelo Sr. Presidente, a votos, foi esse requerimento deferido, unanimemente.

O Sr. Presidente submetteu ao Egregio Tribunal os requerimentos em que Augusto Marques de Souza, Americo Pereira da Silva Pinto e outros e Antonio da Rocha Souza pediam preferencia, respectivamente, para os julgamentos das appellações civeis ns. 4.691 e 4.809 e da revisão criminal n. 2.249, sendo indeferido o primeiro, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha, e o segundo, por desempate, contra os votos dos Srs. Ministros Pedro dos Santos, Hermenegildo de Barros, Leoni Ramos e Godofredo Cunha e deferido o terceiro, unanimemente.

O Sr. Presidente submetteu igualmente ao Tribunal o requerimento em que Francisco Martins de Aguiar pedia preferencia para o julgamento da appellação civil n. 4.303, sendo o mesmo indeferido contra os votos dos Srs. Ministros Leoni Ramos e Godofredo Cunha.

JULGAMENTOS*Habeas-Corpus:*

N. 13.885 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; paciente, Antonio da Costa Pereira. — Não se conheceu do pedido por não estar devidamente instruido, unanimemente. Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal.

N. 13.886 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Arthur Ribeiro; paciente, Agenor Herrera Pinheiro. — Negou-se a ordem impetrada, unanimemente. Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal.

N. 13.931 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Pedro Mibielli; paciente, Helena Leopoldina da Silva. — Negou-se a ordem impetrada por não ser caso de *habeas-corpus*, unanimemente. Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal.

N. 13.935 — Territorio do Acre — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; paciente, Salvador A. Araujo Jorge. — Negou-se a ordem impetrada, unanimemente. Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal.

N. 13.936 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Arthur Ribeiro; recorrente, o paciente Octavio da Silva Rodrigues; recorrido, o Juizo Federal da 2ª Vara. — Deu-se provimento ao recurso para conceder a ordem, contra o

voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha. Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal.

N. 13.884 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; paciente, Amed Cassino. — Converteu-se o julgamento em diligencia para requisitarem-se os autos originaes, unanimemente. Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal.

N. 13.985 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; recorrente, o paciente Jayme Fontes; recorrida, a Terceira Camara da Côrte de Appellação. — Negou-se provimento á appellação, unanimemente. Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal.

N. 13.954 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; paciente, Aristides José dos Santos. — Negou-se a ordem impetrada, unanimemente. Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal.

Recurso Criminal:

N. 507 — Territorio do Acre — Relator, o Sr. Ministro Guimarães Natal; recorrente, o Procurador da Republica; recorrido, Pacifico Leite de Oliveira. — Julgado em sessão secreta. — Não tomou parte no julgamento, o Sr. Ministro Pedro Mibielli.

Appellação Criminal:

N. 933 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros; Revisores, os Srs. Ministros Pedro dos Santos e Geminiano da Franca; appellante, o Procurador Criminal; appellados, Custodio Loureiro Fraga, Alipio de Araujo e Silva e José Vieira. — Julgada em sessão secreta.

Aggravo de Petição:

N. 3.897 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Muniz Barreto; aggravante, Carlos Mauro; aggravada, a S. Paulo Northern Railroad Company. — Negou-se provimento ao aggravo, unanimemente. — Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal.

Aggravo de Instrumento:

N. 3.910 — Pernambuco — Relator, o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros; aggravante, o Procurador da Republica; aggravado, o Juizo Federal. — Não se conheceu do aggravo por não ser caso d'elle, unanimemente. Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal.

Appellação Cível:

N. 4.302 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Guimarães Natal; Revisores, os Srs. Ministros Godofredo Cunha e Leoni Ramos; 1º appellante, a Sorocabana Railway Company; 2ºs appellantes, Valentina Lahmayer Teixeira Leite e seus filhos; appellados os mesmos. — Negou-se provimento a ambas as appellações, contra o voto do Sr. Ministro Leoni Ramos, que dava provimento á da autora para elevar a indemnização na forma do pedido. — Julgada, em virtude de preferencia anteriormente concedida.

O Sub-Secretario interino, *Theophilo Gonçalves Pereira*.

Autos que baixaram á Secretaria com vista ás partes

Appellações Cíveis:

N. 5.059 — Matto-Grosso — Appellante, o Estado de Matto-Grosso; appellado, o Dr. Waldomiro Carvalho.

N. 5.064 — Districto Federal — 1º appellante, o Juizo Federal da 1ª Vara; 2ºs appellantes, Severino da Costa Villar e outro; 3ºs appellantes, José Alves Accioly e outros; 4º appellante, a União Federal; appellados, Tiburtino Gonçalves de Souza e outros.

N. 5.073 — Districto Federal — Appellante, Sociedade Anonyma “Perseverança Internacional”; appellada, a Fazenda Nacional.

N. 5.070 — Minas Geraes — 1º appellante, Alexandre Vigorito Sobrinho; 2º appellante, Henrique Cerqueira Pereira; appellados, os mesmos.

N. 5.074 — Districto Federal — Appellante, Sociedade Anonyma Fabrica de Fumos Brazil; appellada, a Fazenda Nacional.

Appellação Criminal:

N. 926 — Districto Federal — Appellante, o Procurador Criminal; appellado, José Maria de Boaventura.

Recurso Extraordinario:

N. 1.379 — S. Paulo — Recorrentes, Maria José de Paula Brito, seus filhos e genros; recorrida, a Fazenda do Estado de S. Paulo.

AUDIENCIA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 1924

Juiz semanario, o Exmo. Sr. Ministro Joaquim Xavier Guimarães Natal. Aberta a audiencia com as formalidades legais, foram publicados os seguintes Accordams:

Aggravos de Petição:

N. 3.894 — Espirito Santo — Aggravante, a Companhia Commercial; aggravados, Arbuckle & Cia.

N. 3.901 — Rio de Janeiro — Aggravante, a Prefeitura Municipal de S. Gonçalo; aggravados, Ribeiro Ferreira & Cia.

N. 3.874 — Districto Federal — Aggravantes, Oscar Motta & Cia.; aggravados, Fortunato Teixeira.

REQUERIMENTOS

Compareceu o advogado Dr. A. Santiago, por parte de Arbuckle & Cia. e citou sob preção a Companhia Commercial para sciencia do Accordam proferido no agravo de petição n. 3.894, em que contendem, visto não ter a mesma advogado ou procurador constituído nesta Capital. — Apregoada, não compareceu, sendo deferido.

Compareceu, finalmente, o advogado Dr. Prudente de Moraes Filho e por parte de João Bricola & Cia. e outros, nos autos de recurso extraordinario n. 1.259, lançou o Conde Sylvio Penteado e outros do prazo que lhes fôra assignado para a impugnação dos embargos oppostos ao venerando Accordam que julgou improcedente aquelle recurso, e requereu que, apregoados, se houvesse o prazo por lançado, proseguindo-se na causa á revelia. — Apregoados, não compareceram, sendo deferido.

O Sub-Secretario interino, *Theophilo Gonçalves Pereira*.

“HABEAS-CORPUS” N. 13.885

Não é de se conhecer de pedido de habeas-corpus que se não acha devidamente instruido.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — *Habeas-corpus*

n. 13.885, do Districto Federal. Paciente, Antonio da Costa Pereira. — Tem a palavra o Sr. Ministro Geminiano da Franca.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, Relator: — O paciente está condemnado pela Terceira Camara da Côrte de Appellação; pede este *habeas-corpus* para que a pena lhe seja reduzida do gráu médio para o minimo, *ex-vi* do que estabelece o Decreto n. 16.588, de 6 de Setembro ultimo, relativamente ao criterio na apreciação das aggravantes em crimes e contravenções anteriormente commettidas. O pedido está desacompanhado de qualquer documento.

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, Relator: — Não tomo conhecimento do pedido, por não estar devidamente instruido.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Não se conheceu do pedido, por não estar devidamente instruido, unanimemente.

(*Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal*).

"HABEAS-CORPUS" N. 13.886

E' de ser indeferido o pedido de habeas-corpus que se acha deficientemente instruido.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — *Habeas-corpus* n. 13.886, do Districto Federal. Paciente, Agenor Herrera Pinheiro. — Tem a palavra o Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — Agenor Herrera Pinheiro, dizendo-se preso, na Casa de Detenção desta Capital, em virtude de sentença proferida pelo Juiz da 5ª Vara Criminal e confirmada pela Côrte de Appellação, requereu uma ordem de *habeas-corpus*, allegando:

1º) que o facto a elle attribuido se verificou em época em que se achava preso, não lhe podendo, portanto, ser imputada a sua execução;

2º) que a formação da culpa correu á sua revelia.

O pedido está deficientemente instruido, pois nem sequer consta si o paciente está effectivamente preso na Casa de Detenção, não existindo nos autos o conteúdo da ordem de prisão ou a declaração explicita de que tenha sido denegada a informação.

A condemnação ou a sentença confirmada na instancia superior é tambem uma simples affirmativa do impetrante.

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — Indefiro o pedido por se encontrar deficientemente instruido.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se a ordem impetrada, por unanimidade de votos.

(Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal).

"HABEAS-CORPUS" N. 13.931

O habeas-corpus é uma garantia da liberdade individual e assim não pôde ser invocado para, por meio delle, garantir o direito de queixa, negada pela Justiça local, em face da respectiva legislação processual, á mãe do offendido que já completou a maioridade.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — *Habeas-corpus* n. 13.931, de Minas Geraes. Paciente, Helena Leopoldina da Silva. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro Mibielli.

O Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI, Relator: — A paciente offereceu uma queixa ao Juízo da instrução criminal, na comarca de Campanha, Estado de Minas Geraes, contra José da Cruz Ayres e Manoel Ayres da Gama Bastos, como autores de ferimentos reputados mortaes, produzidos em seu filho Adolpho Sizenando da Silva, ferido nas divisas de sua propriedade, quasi de surpresa, por ocasião de uma questão havida entre esses vizinhos e seu filho, que cortava uns bambús que tombaram sobre o predio vizinho. Houve discussão por esse motivo; seu filho fôra á casa dos querelados e ahi foi aggreddido por elles. Procedeu-se a exame de corpo de delicto no offendido Adolpho, offerecendo queixa a mãe deste.

O Juiz não recebeu a queixa sob o fundamento de que o offendido já era maior, e, como tal, a queixa devia ser dada por elle e não por sua mãe, na forma do Código do Processo de Minas, e de conformidade com a jurisprudencia corrente, e tambem com o Código do Processo Criminal.

Houve recurso dessa decisão para o Tribunal da Relação que a confirmou.

Pretende a paciente, agora, por via deste *habeas-corpus*, que o Tribunal reforme essa decisão para mandar que o Dr. Juiz receba a sua queixa.

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. pôde dar o seu voto.

O Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI, Relator: — Sr. Presidente, entendo que o caso não é de *habeas-corpus*:

1º), porque não se trata de assegurar a liberdade individual. Ao contrario, trata-se de *habeas-corpus* para coarctar essa liberdade, porque, uma vez que assista á paciente o direito de queixa, tambem, como corollario logico, lhe assistirá o direito de pedir a prisão preventiva dos accusados por ella. Nessas condições, o *habeas-corpus* deixaria de ser garantia da liberdade individual para tornar-se ameaça a essa liberdade;

2º, porque não se trata de garantir funcções de natureza publica ou administrativa.

Por esses motivos, nego a ordem, por não ser caso de *habeas-corpus*.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se a ordem impetrada, por unanimidade de votos.

(*Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal*).

"HABEAS-CORPUS" N. 13.935

E' de ser indeferido o pedido de habeas-corpus que é méra reprodução de outro já denegado pelo Tribunal e em cuja petição nenhum argumento novo foi adduzido.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — *Habeas-corpus* n. 13.935, do Acre. Paciente, o Dr. Salvador A. de Araujo Jorge. — Tem a palavra o Sr. Ministro Geminiano da Franca.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, Relator: — Este pedido, feito por telegramma, é reprodução de outro, por mim relatado, em sessão anterior. (*)

O telegramma é este: (*Lê*)

"Egregio Supremo Tribunal. Com fundamento paragrapho 22 art. 72 Constituição Republica venho como Chefe Policia Territorio Acre impetrar *habeas-corpus* sentido evitar Tribunal Appellação deste Territorio processo sem justa causa intuitos politicos creação manifesta objectivo dois Desembargadores com maioria Tribunal afastarem cargo. Denuncia offerecida capitulo crimes responsabilidade seguintes factos primeiro instaurado inquerito policial occorrido fronteira federal sem nenhuma intervenção local; segundo porque constou ter eu advogado em causa civil; terceiro porque durante certo tempo deixei de comparecer a séde de policia. Não obstante não reconhecer competencia Tribunal local para processar Chefe Policia funcionario federal respondendo essa irrisoria escandalosa denuncia sobre concludentemente demonstrado nenhuma causa justa para ser responsabilizado, acontece porém dois Dezembargadores maioria Tribunal apaixonados prevenidos nada attendem desprezou principios Lei insistido abuso poder. Para evitar esta coacção imminente affirmando verdade allegado peço V. Ex. *habeas-corpus* telegramma afim exhibir lhe exerça livremente minha funcção. — Salvador Augusto Araujo Jorge".

O pedido não está acompanhado de documento algum.

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, Relator: — Como já disse, Sr. Presidente, este pedido é reprodução de outro que o Tribunal já julgou, indeferindo-o, por entender ser competente a Justiça local do Acre perante a qual está sendo processado o paciente.

(*) V. esse "*habeas-corpus*" que tem o n. 13.634, neste mesmo vol., pag. 195.

E' portanto, apenas uma reiteração do pedido, já desatendido.

Nego a ordem.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se a ordem, por unanimidade de votos.

(*Auserte, o Sr. Ministro Guimarães Natal*).

"HABEAS-CORPUS" N. 13.936

*Constitúe constrangimento ilegal sanavel pelo
habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar, de quem
é arrimo de sua mãe viuva.*

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.936, do Districto Federal. Recorrente, Octavio da Silva Rodrigues; recorrido, o Juiz Federal da 2ª Vara. — Tem a palavra o Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — Esta ordem de *habeas-corpus* foi denegada pela seguinte sentença:

"Vistos estes autos de *habeas-corpus* impetrado por Octavio da Silva Rodrigues e

attendendo a que o paciente invoca em seu favôr a isenção prevista no art. 124 n. 1 do Regulamento que baixou com o Decreto n. 15.9234, de 1923;

attendendo, porém, a que dos autos não consta a certidão exigida pelo § 2º, letra b, do citado artigo e Decreto e mais que o attestado de fls. 4 não vale por uma affirmação pessoal da autoridade, que se limitou a alludir á prova que diz ter o requerente apresentado, quando a Lei quer o testemunho da autoridade em razão do cargo;

Julgo improcedente o pedido e denego a ordem".

Trata-se de um arrimo de mãe viuva.

Dessa decisão o impetrante recorreu opportunamente e juntou não só a certidão a que se refere o Juiz *a quo* como ainda um attestado nos termos em que a Lei exige.

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — Dou provimento ao recurso para conceder a ordem.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem a palavra, vou tomar os votos.

(*A' excepção do Sr. Ministro Godofredo Cunha, os demais Srs. Ministros votam com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Deu-se provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.884

Converteu-se o julgamento em diligencia para o fim de serem requisitados os autos originaes do processo a que responde o paciente.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — *Habeas-corpus* n. 13.884, do Districto Federal. Paciente, Amed Cassino. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Sr. Presidente, Amed Cassino requereu *habeas-corpus* a este Tribunal, originariamente, allegando que foi pronunciado e codemnado no gráu médio do art. 13, do Decreto n. 2.110, de 1909, pelo Dr. Juiz da 1ª Vara; que o Procurador Criminal recorreu e este Tribunal deu provimento ao recurso para condemnal-o no gráu maximo e mais a 6ª parte, de conformidade com o que dispõe o art. 66, do Codigo Penal.

Succede, porém, que, em virtude da disposição do art. 39, do Decreto n. 4.780, de 27 de Dezembro de 1923, elle se sente em situação mais benigna e sua pena estará em breve cumprida. Por isso pede, já que o Juiz da 1ª instancia não quiz attender ao seu pedido, que o Tribunal o attenda no sentido de considerar cumprida a pena e lhe conceda a liberdade.

Juntou diversos documentos procurando comprovar suas allegações.
E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. pôde dar o seu voto.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Antes do julgamento definitivo do pedido, lembraria, como os documentos não são muitos claros e precisos, que por isso, se convertesse o julgamento em diligencia para serem requisitados os autos originaes.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Sr. Ministro Relator propõe a conversão do julgamento em diligencia. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Converteu-se o julgamento em diligencia, por unanimidade de votos.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.985

Nos processos por crimes de fallencia o corpo de delicto consiste no exame da escripturação dos fallidos, feito no proprio processo da fallencia.

Havendo prova documental sufficiente, é dispensavel a prova testemunhal.

A allegação de ausencia de intenção criminosa é materia que não cabe em habeas-corpus só podendo ser apreciada nos recursos regulares ou em revisão criminal.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.985, do Districto Federal. Recorrente, Jayme Fontes; recor-

rida, a Teceira Camara da Côte de Appellação. — Tem a palavra o Sr. Ministro Geminiano da Franca.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, Relator: — O paciente e José Abdalla, socios da firma Fontes & Cia., foram denunciados pelo crime de fallencia fraudulenta. O processo correu seus termos regulares, sendo pronunciados ambos pelo Juiz Dr. Manoel da Costa Ribeiro, por sentença que se acha junta aos autos, em certidão.

A sentença de pronuncia é esta: (Lê)

“Vistos estes autos de queixa-crime:

Vistos: O liquidatario da fallencia de J. Fontes & Cia., com fundamento no art. 173 da Lei n. 2.024, de 1908, apresentou a queixa a fls. 2 contra Jayme Fontes e Jorge Abdalla, socios solidarios da referida firma e Antonio Moreira Fontes, irmão de Jayme Fontes e gerente da firma, como incurso no art. 356, § 1º doCodigo Penal e nos termos dos arts. 168, ns. 1 a 5 da Lei n. 2.024, de 1908 e art. 170 da mesma Lei. Allega o queixoso: a) que a firma J. Fontes & Cia. iniciou suas operações em 1º de Outubro de 1922 com o capital de vinte contos de réis (20:000\$000), metade de cada socio, só realizada e parcelladamente, pelo socio Jayme Fontes; b) que dez mezes depois, após a sua constituição, veio a dita firma a Juizo pedir concordata preventiva, propondo pagar a seus credores 21 % do saldo de seus creditos em 4 prestações, allegando prejuizos em seu negocio de marcenaria e em differença de cambio; c) que processada a concordata, vendo a firma que não podia mais retardar a sua fallencia confessaram-na em 22 de Setembro de 1923; d) que o exame da escripta veio fortalecer as provas já colhidas das fraudes praticadas pelos fallidos, concluidos com Antonio Moreira Fontes, *gerente* e caixa da firma incumbido de fazer os pagamentos; e) terem verificado os syndicos que os fallidos tinham uma escripturação confusa e difficil de ser entendida, além de não possuir livros auxiliares, como “Caixa”, “Conta-Correntes”, o “Razão” e o de entrada e sahida de mercadorias, por onde ao menos se pudesse verificar o prejuizo constante da conta de “Lucros e Perdas”, em 20 de Julho, conforme o balanço apresentado na mesma data de cento e um contos novecentos e quarenta e oito mil trezentos e sessenta e tres réis (101:948\$363) elevada a cento e onze contos treze mil quinhentos e vinte e tres réis (111:013\$523) em 16 de Setembro, isto é, mais dez contos malbaratados nos dois mezes que decorreram do pedido de concordata á decretação da fallencia. Recebida a queixa foram qualificados dois dos querelados, e por se achar o outro ausente, inquirida uma testemunha em face da prova documental;

Apresentaram os querelados as defesas que se encontram de fls. 101 a 114. Ouvido o Dr. Curador das Massas opinou pela pronuncia dos querelados. O que tudo bem examinado: Considerando que dos autos ficou provado que a firma J. Fontes & Cia., de que eram socios Jayme Fontes e Jorge Abdalla, requereu concordata preventiva confessando depois o seu estado de fallencia (fls. 19-42); que o art. 168, § 5º da Lei n. 2.024 estabelece que a fallencia será fraudulenta quando o devedor não tem absolutamente livros nem escripturação em livros apropriados ou tem escripturação confusa e difficil de ser entendida de modo a embarçar a verificação dos creditos e a liquidação do activo e passivo e no mesmo art. 168, § 1º se faz constar dos livros, balanços, despesas, dividas e perdas simuladas ou falsas; que do exame feito na escripturação do fallido (fls. 9) e do relatorio dos syndicos consta terem os socios da firma, ora querelados, infringido os citados dispositivos da Lei n. 2.024; Considerando que não procede o allegado na defesa do querelado Jayme Fontes:

a) porque o relatório está assignado pelo syndico (fls. 46); b) porque o prazo de 15 dias não se refere ao liquidatario e a acção penal só prescreve um anno depois de encerrada a fallencia (Lei n. 2.024, art. 276); c) porque sendo o processo o da formação de culpa nos crimes communs é dispensavel a inquirição das testemunhas (Decreto n. 9.263, de 28 de Dezembro de 1911, art. 262, § 8º); Considerando, quando ao accusado Antonio Moreira Fontes, que se lhe attribue ser cúmplice nos factos descriptos na queixa por ser o *gerente da firma*; que se é verdade que no relatório do syndico se lhe attribue essa qualidade e a elle se refere o socio Jayme Fontes em seu depoimento, constando do contracto junto a sua defesa se vê que ao mesmo socio Jayme Fontes é que competia a *gerencia da caixa e a direcção* da officina de moveis; que não ha assim nos autos os indicios vehementes necessarios para a pronuncia; Julgo procedente a queixa para pronunciar Jayme Fontes e Jorge Abdalla incursos no art. 336, § 1º do Código Penal, combinado com o art. 168, ns. 1 e 5 da Lei n. 2.024, de 1908 e improcedente a mesma queixa quanto a Antonio Moreira Fontes. Expeça o escrivão mandado de prisão contra os querelados pronunciados. Passado em julgado a sentença sejam os autos remettidos ao distribuidor para que se faça a distribuição a um dos Juizes criminaes e lançado seja o nome delles no rol dos culpados e seguir o processo seus termos de direito. Custas afinal quanto aos pronunciados e pela massa quanto ao impronunciado. Intime-se o Dr. Curador das Massas e o liquidatario”.

O réu Jayme Fontes, em vez de recorrer da pronuncia, impetrou uma ordem de *habeas-corpus* á Côrte de Appellação, que mandou ouvir o Juiz; este, em sua informação, limitou-se a declarar que o despacho de pronuncia estava perfeitamente fundamentado e que nada tinha a accrescentar.

Em vista da informação, a Terceira Camara da Côrte de Appellação denegou a ordem, por estar o réu processado e pronunciado por autoridade competente.

Dessa decisão recorreu o paciente para este Tribunal, reproduzindo, nas razões do recurso, os mesmos argumentos da petição inicial, os quaes são:

1º) nullidade do processo;

a) por falta de corpo de delicto, pois o que como tal considerou a pronuncia foi o exame feito na escripturação no curso do processo da fallencia;

b) por inobservancia do Decreto n. 9.263, de 1911, pois apenas foi ouvida uma testemunha, quando, em processo de crime inafiançavel, como é o de fallencia, devem ser ouvidas de 3 a 5 testemunhas.

2º) falta de intenção criminosa. Não ficou provado que a firma tivesse feito qualquer alteração na escripta, nem que tivesse intuito de lesar seus credores, com transacções ruinosas, vendendo, depois da concordata, mercadorias por menos do custo, ou desviando o activo dado como garantia da mesma concordata; que, na ausencia do dolo a pronuncia só se podia dar por negligencia, ou imprudencia, isto é, por culpa.

† E' o relatório.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, Relator: — Sr. Presidente, o Tribunal já tem jurisprudencia a respeito.

Quanto á primeira allegação de nullidade do processo por falta de corpo de delicto, não procede. O exame de corpo de delicto feito no processo de fallencia é documento perfeitamente habil para servir de base á instrucção criminal; é isto o que determina o art. 174 § 2º do Decreto n. 2.024, de 1908.

Quanto á segunda, falta de observancia do Decreto n. 9.263, em relação ao numero de testemunhas, tambem não procede. Effectivamente esse Decreto determina que, nos processos de crimes inafiançaveis, sejam ouvidas de 3 a 5 testemunhas; mas quando existe prova documental pôde ser dispensada a prova testemunhal; está expresso no citado Decreto. No caso, a prova documental abundante tornou desnecessaria a audição das testemunhas.

Quanto á allegação de ausencia de intenção criminosa é materia que não pôde ser apreciada em *habeas-corpus*; será objecto do recurso de pronuncia ou de revisão, no caso de condemnação.

Por estes motivos, nego provimento ao recurso, para confirmar a decisão recorrida.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se provimento ao recurso, por unanimidade de votos.

(*Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal*).

"HABEAS-CORPUS" N. 13.954

A réu condemnado por Juiz competente em processo regular e por facto criminoso não prescripto é de ser negado habeas-corpus.

Uma justificação não pôde prevalecer contra as testemunhas do summario, principalmente quando os seus termos não são claros e precisos e foi ella oferecida em um processo não contencioso como é o de habeas-corpus.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — *Habeas-corpus* n. 13.954, do Districto Federal; paciente, Aristides José dos Santos. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Allega o impetrante que Aristides José dos Santos, praça do Regimento Policial do Espirito Santo, em 1916, quando houve, naquella Estado uma agitação politica relativa á successão do governo estadual, com um destacamento policial teve ordem de perseguir os agitadores revolucionarios que pretendiam embarçar a successão regular do governo daquella Estado. Cumprindo os deveres de soldado obediente á Lei, Aristides invadiu a fronteira do Estado de Minas Geraes e, em Carangola, commetteu tres assassinatos. Foi preso em Minas e condemnado pelo Jury.

Recorreu para a Relação do Estado, que confirmou a condemnação.

Pede este *habeas-corpus* allegando dois fundamentos:

1º) a incompetencia da Justiça estadual, porquanto, tendo sido os crimes que lhe são imputados, connexos com os crimes politicos praticados no Espirito Santo, só a Justiça Federal pôde intervir;

2º) que os crimes praticados naquella occasião são hoje amnistiados pelo Congresso e, por consequencia, nenhuma pena lhe pôde ser applicada.

Reclama *habeas-corpus* para que seja posto em liberdade.

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. pôde dar o seu voto.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Nego o *habeas corpus*. O paciente foi preso em Minas como réu de crime commum. Aqui estão a denuncia, a pronuncia, a condemnação e a confirmação da condemnação pelo Tribunal da Relação de Minas.

Elle juntou, é certo, uma justificação no sentido de demonstrar que esses crimes foram em consequencia ou repercussão dos factos sediciosos, da necessidade de suffocar a agitação no Espirito Santo.

Mas, a verdade é que uma justificação não deve prevalecer contra as testemunhas do summario, principalmente quando os seus termos não são, neste particular, claros e precisos. Depois, fazer cahir um processo criminal, sancionado pelo Tribunal Superior do Estado, por uma justificação é dar muito valor probante a esse documento, em um processo não contencioso como é o de *habeas corpus*.

Pelos depoimentos dessa justificação se verifica que o paciente fazia parte, como soldado, de uma escolta policial do Espirito Santo, que essa escolta ia em perseguição dos agitadores e invadiu o territorio mineiro. Mas o que as testemunhas não dizem é que os crimes praticados ali tivessem ligação com os crimes politicos praticados no Espirito Santo. O paciente podia fazer parte da escolta, como fez: podia ter entrado com a escolta no territorio mineiro; podia ter o intuito de perseguir os sediciosos espirito-santenses; mas os crimes serem praticados por motivos occasionaes, que absolutamente não os faziam connexos, subordinados, ou consequencia da sedição do Espirito Santo.

Não está, portanto, provado que os crimes praticados pelo paciente, em Minas, foram uma consequencia necessaria, um resultado indiscutivel da diligencia de que foi encarregado, da necessidade de suffocar a sedição.

Nestas condições, a amnistia concedida pelo Congresso não o pôde abranger. Portanto, nego a ordem.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem a peça a palavra, vou tomar os votos.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — Nego a ordem. Não é manifesta a incompetencia da Justiça estadual, como manifesto tambem não é que esse decreto de amnistia possa aproveitar ao paciente.

(*Os demais Srs. Ministros tambem votam de accôrdo com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se a ordem, por unanimidade de votos.

RECURSO CRIMINAL N. 507

Os recursos e appellações interpostos pelo Ministerio Publico das sentenças de impronuncia e absolvição em processos por crimes inafiançaveis, devem ser julgados em sessão secreta.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso Criminal n. 507, do Acre; recorrente, o Procurador da Republica; recorrido, Pacifico Leite de Oliveira. — Tem a palavra o Sr. Ministro Guimarães Natal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — Denunciado o recorrido, por ter feito parte da expedição incumbida do assalto ao barracão *Batavia* e em que se deram homicídios, depredações e furtos, foi impronunciado, pelo despacho de fls. 674 v.

De fls. 193 a fls. 196 consta, no despacho de pronuncia, a parte referente a este indiciado (*Lê*):

“A situação jurídica de Pacifico Leite de Oliveira é uma das mais difíceis em face do processo, porque curando da sua defesa, veio fazer desaparecer a sua responsabilidade no crime, destruindo as provas que a princípio pareciam existir contra si. De facto, á primeira vista, parece haver cumplicidade de sua parte, mas bem examinado, desaparece essa cumplicidade, se desfaz a medida que se examina melhor as peças do processo, chegando a lançar no espirito do julgador a duvida da sua participação nos factos criminosos. A favor deste accusado existem os depoimentos das testemunhas, affirmando ser elle pessoa morigerada e de bons costumes, tendo tido sempre exemplar comportamento.

A circumstancia de, ao saber da accusação feita, vir se entregar immediatamente ás mãos da Justiça, confiante na sua acção, vem de alguma maneira corroborar estas declarações.

O espanto de Porfirio Sá, ao vel-o em companhia de Alexandre Lopes, é uma prova de que Porfirio o tinha em conta de homem pacato, e o facto de acompanhar Alexandre Florencio Lopes, quando este em casa de Porfirio Sá, dias antes do crime, justifica-se pela necessidade de acompanhar o seu patrão, não resultando dahi a sua cumplicidade nos factos de Batavia.

O Dr. Procurador Seccional opinou na sua promoção pela desclassificação do crime para cumplicidade, porque, no correr do summario, não se verificou a sua autoria, conforme articulou na denuncia de folhas.

Na policia depoz Pacifico Leite de Oliveira, como testemunha, sob a fé jurada de dizer a verdade, sendo, por consequencia a presumpção de que a tenha dito. Foi pelas suas declarações prestadas na policia que este Juizo entendeu haver cumplicidade sua nos factos e decretou contra si um mandado de prisão preventiva, o que porém desapareceu no summario em face das provas produzidas em seu favor.

Não ficando demonstrado, de uma maneira evidente, a sua participação nos factos, resta no espirito a duvida, em face do principio *in dubio pro réu* este Juizo conclue pela sua não participação nos factos criminosos de que trata a denuncia dada.

No seu depoimento prestado na policia, declarou ter recebido ordens de Alexandre Lopes para ir a São Gabriel e dalli a Montevidéu. O depoente, porém, voltou dahi para o seringal Bagaço, onde recebeu ordens de José Ferreira Lima para ir novamente a Montevidéu; voltando o depoente e chegando, quando o morticínio estava terminado. Declarou mais que não pegou em armas contra quem quer que fosse.

Neste proceder mostrou Pacifico Leite de Oliveira, voltando, não querer tomar parte nos acontecimentos, e “quando o mandatario excusa-se de praticar o crime, está isento de responsabilidade, ainda que tivesse a *voluntas sceleris*, com a acceitação do mandato, que deixou de executar por ter se arrependido, em virtude da disposição do artigo 10, continuando o mandante, como tentador, porque o crime deixou de se realizar em consequencia de um facto independente de sua vontade. (MACEDO SOARES, Comment. ao Cod. Pen. Bras. pag. 44).

E não se diga que as declarações do réu não têm valor, quando tem por fim se innocentar, porque, quando prestou essas declarações, foi sob fé jurada de dizer a verdade, como testemunha e não como acusado que ainda não era. Como se conclue dos autos não houve por parte de Pacifico os requisitos exigidos pelo paragrapho 1º do art. 21 para cumplicidade, porque não ficou provado de uma maneira inequívoca, *quer intellectual*, no fornecimento de instruções, *quer material* na prestação de auxilio á execução. Porfirio Sá declarou que Pacifico Leite não estava no local do crime, estava em sua casa por occasião do crime, digo, do ataque. Pelo facto de conduzir cartas de José Ferreira Lima para Alexandre Lopes não se conclue pela sua cumplicidade, a menos que ficasse provado, que as cartas conduzidas fossem referentes ao crime, ou trouxessem algum auxilio *intellectual* ou *material* á execução d'elle.

Não ficou provado, que Pacifico Leite tenha prestado instruções, esclarecimentos, isto é, auxilio intellectual, nem auxilio á sua execução, isto é, assistencia material ao crime. "Não se pôde dar cumplicidade criminal, senão quando o concurso, que a constitue, é prestado dolosamente, isto é, com sciencia e consciencia do crime, para o qual a assistencia é prestada.

A cumplicidade não pôde ser méramente culposa, mas caracterizada por um concurso *scienter e libenter*" (Acc. do Sup. Trib. Fed. de 3 de Fevereiro de 1897), o que não ficou provado dos autos. Cumpre ainda considerar que dos autos ficou provado o bom comportamento do acusado, negando as testemunhas qualquer indício de temibilidade sua, o que na opinião de João Vieira, devia ser o criterio para taes casos, e sobretudo de accôrdo com os praxistas modernos, que preceituam que na punição dos delinquentes deve se ter em consideração as suas temibilidades. (CARRARA. *Programma*. Parte Esp. paragraphos 2.084, 2.111 e 2.115. — PESSINA, *Elementi di Diritto Penale*. Tomo 2º, Capitulo IV. — FERRI. *Sociologia Criminale*. pag. 530. — TARDE. *La Philosophie Penale*. — SICIO SIGHELE, *A Multidão Criminosa*. — LAURENT. *Anthropology of Criminals*. — MANCULAY, *Mental Responsibility*. — BENEDIKT MASELLI. — PUGLIA. *Procedura Penale*. — GAROFALO. *Criminologia*. — SERGI, *La Degenarazione Umane*. — LACASSAGNE. — MOLESCHOTT. — THOMAS WILSON, — FIORRETTI, *Scuola Positiva*. — MARRO, *y Caratteri dei Delinquenti* e muitos outros.)"

O Juiz cnocluuiu a fls. 210 v. nos seguintes termos: (lê)

"Julgo improcedente a denuncia para impronunciar os accusados Dominhos Caetano Pinheiro Leitão, Pacifico Leite de Oliveira, José Machado, Pedro Araujo, por nada ter sido apurado contra elles."

A fls. 273, o Juiz Federal, reformando o despacho de impronuncia do recorrido, pronunciou-o sem fundamentar a reforma. Vou lêr a parte referente a Pacifico Leite de Oliveira: (Lê)

"Confirmo a pronuncia dos accusados... e reformo o despacho do Dr. Juiz substituto na parte que inpronunciou o accusado Pacifico Leite de Oliveira, para o pronunciar como incurso nas penas do art. 294 paragrapho 1º combinado com o artigo 18 paragrapho 4º e 331 paragrapho 4º, todos do Codigo Penal, em concordancia com o art. 3º do Decreto n. 121 de 11 de Novembro de 1892... O Sr. escrivão expeça mandado de prisão contra Pacifico Leite de Oliveira."

Não motivou, como se vê, a reforma do despacho de impronuncia.

Deste despacho recorreu o indiciado com as razões constantes de fls. 270 v., em que allega:

a) nullidade do mesmo despacho, por não ter sido fundamentado;

b) porque o objecto furtado não foi devidamente avaliado e, assim, nos termos do art. 405 e seus paragraphos e 11 e 12, do Código Penal, não se integralizou a figura jurídica do crime que se lhe imputa;

c) que, equiparado o crime de furto ao de apropriação indebita, não se deu a entrega da coisa ao recorrente em confiança, nem á consignação.

Além disso, é iníquo o despacho, porque o que da prova testemunhal resulta evidente é a não coparticipação do recorrente nos crimes de *Batavia* tendo chegado muito depois delles consumados e simplesmente como portador de cartas de seu patrão, cartas que nem ao menos se prova conterem referencias á execução do crime. A sua chegada tarde foi considerada proposital por seu patrão, que declarou que disso elle teria de se arrepender. O que se apurou foi que, em a occasião do crime, elle se achava em casa da testemunha Porfirio da Purificação Sá (fls. 281 v.). Si é certo que, por mais de uma vez teve de cumprir ordens do seu patrão, que se poderiam relacionar mais tarde com o crime, como diz a accusação, essas ordens não tinham nenhuma apparencia de illegaes.

A fls. 283, a accusação arrazoou o recurso, sustentando a desnecessidade de fundamentação do despacho de pronuncia, méro interlocutorio, e da avaliação dos objectos apropriados indebitamente, porque não era de apropriação indebita que se tratava, mas de furto manifestamente superior a 200\$000. E quando mesmo necessaria tal avaliação, ella só se entenderia com o crime de furto e por outros fôra tambem pronunciado o recorrente.

Accrescenta que a fórmula de sua coparticipação foi conduzir as cartas do seu patrão a outros mandatarios do mesmo crime.

A fls. 293, proferiu o Juiz o seguinte despacho, reformando o anterior e restabelecendo o do Juiz substituto, que impronunciou o recorrente: (*Lê*)

"Vistos estes autos, etc. Pacifico Leite de Oliveira, pronunciado por este Juizo, como incurso nas penas do art. 294 § 1º combinado com o art. 18 § 4º e tambem nos arts. 330 § 4º e 331 § 4º todos do Código Penal, em concordancia com o art. 3º do Decreto 121 de 11 de Novembro de 1892, recorre do despacho que o pronunciou para o Egregio Supremo Tribunal Federal.

Argumenta o Dr. Procurador Seccional, no seu exhaustivo parecer de fls. com a confissão feita no inquerito policial pelos co-réus Alexandre Florencio Lopes e José Iguatu' e della deduz todas as suas considerações attinentes a demonstração da participação do recorrente Pacifico Leite de Oliveira, na hecatombe de "*Batavia*". E accrescenta que "*quando não se possa affirmar juridicamente a co-autoria do facto delictuoso por falta do recorrente, porquanto a sua coparticipação não se deu de modo directo, de forma que sem o seu auxilio não se tivesse perpetrado o delicto em apreço, a sua culpabilidade é incontestavel, em face das provas colligidas e a sua situação juridica se enquadra no § 1º do art. 21 do Código Penal*" (fls. 311). Vejamos o que dizem os autos.

Do inquerito, apenas os dous co-réus citados se referem a pessoa do recorrente: José Iguatu', fls. 29, o faz de modo vago, impreciso e Alexandre Lopes que se refere a Pacifico Leite de Oliveira o recorrente. No summario a prova colhida contra o recorrente consiste no depoimento das testemunhas Porfirio da Purificação Sá e Adelina de Souza Lima, depoimentos esses dados na ausencia do recorrente.

Ora, o recorrente, preso preventivamente, veio a Juizo, e, usando de um direito que lhe é assegurado por Lei, requereu e obteve a reinquirição das duas únicas testemunhas, que antes se haviam manifestado compromettedoramente contra a sua pessoa, as quaes se retratarem de modo cabal e preemptorio, como

se verifica as fls. 188 v. a 189 v. e 190 a 191 v., notando-se que a testemunha Porfírio, antes da reinquirição, fizera, em documento assignado de seu punho, essa retratação, (fls. 165). Presente a audiencia desses depoimentos o honrado Procurador Seccional nenhuma contestação adduziu no momento, que pudesse de alguma fôrma invalidar as testemunhas, nem mesmo reperguntou-as.

Nenhuma outra referencia, mesmo ligeira, relativamente á pessoa do recorrente, existe nos autos e que possa ser objecto de apreciação. Subsiste, porém, o inquerito policial. Mas este não tem validade deante da prova colhida no summario.

O saudoso mestre João MENDES, em sua obra — *O Processo Criminal Brasileiro*, vol. 2º, pag. 89, diz que “o inquerito não é processo, é instrumento que se destina a esclarecer a Justiça para que esta processe os delinquentes, isto é, verifique a existencia de delicto e sua autoria”. E proseguindo affirma textualmente: *Sendo a inquirição policial para esclarecer a marcha do processo e supprir os inconvenientes da demora do Juiz formador da culpa, não pôde esse supprimento passar além da necessidade que o determinou, tanto mais quando as testemunhas do inquerito policial, não sendo judiciais, não podem ter valor probatorio, nem mesmo valor indicial, para a pronuncia, mas simples valor preventivo”.*

E note-se: no caso dos autos, sómente um dos co-réus fala no recorrente. depondo no inquerito; José Iguatu' fala em Pacifico de tal, nome indeterminado e que numa orda de criminosos, como a organizada pelos autores do crime, bem se podia referir a outrem, presumpção esta tanto mais acreditavel quanto é certo que a testemunha do summario Porfírio affirma categoricamente a presente do recorrente, na hora do crime, em sua casa, d'elle Porfírio. Do inquerito não consta, como parece, a confissão do recorrente. E se existisse? A confissão não adquire valor legal e força probante, sinão quando confirmada em Juizo competente; faltando a confirmação judicial, ella é como se não existira. E' a propria Lei que assim positivamente o determina.

O Codigo do Processo Criminal, em seu art. 94 dispõe: “A confissão do réu em Juizo competente sendo livre e coincidindo com as circumstancias do facto, prova o delicto”.

Como se vê, o primeiro e principal requisito para que de validade juridica se revista a confissão, é que tenha sido feita em juizo competente. A esse respeito Galdino de Siqueira e João Mendes são de uma clareza merediana. Para produzir prova, doutrina o segundo, deve a confissão ser feita em Juizo competente.

A extra judicial, que é feita no inquerito, ou perante Juiz incompetente não tem valor probante (o *Processo Criminal Brasileiro* — vol. 2 pag. 119). E o Egregio Supremo Tribunal Federal, luminosamente, consagra o mesmo preceito, em unanime Accordam de 7 de Junho de 1911, negando valor não só a prova colhida em inqueritos policiaes, como até mesmo nos administrativos. Resta apenas um ponto: o da cumplicidade, enquadrada pelo doutor Procurador Seccional no art. 21 § 1º do Codigo Penal. O citado art. se decompõe: 1º São cúmplices os que fornecerem instrucções para pratica do crime; 2º os que prestarem auxilio á sua execução.

A primeira figura juridica em que se decompõe o artigo citado não tem nenhuma applicação aos autos, porquanto não consta houvesse o recorrente fornecido qualquer instrucção para pratica do crime, e muito menos que tivesse dado a idéa do plano de ataque de seringal, ou que tivesse de qualquer fôrma

prestado indicação para maior facilidade da execução do assalto verificado na manhã de 22 de Dezembro de 1913.

A segunda figura jurídica também não está definida nos autos, porquanto, o auxilio a que allude o dispositivo supra, diz Bento de Faria, entende-se "*os factos tendentes a preparar, a facilitar a execução do crime*". E o recorrente, segundo se verifica do processo, não teve coparticipação no preparo do assalto e nem concorreu para facilitar a sua execução, não podendo constituir auxilio, no sentido juridico do caso concreto, o simples facto de haver o recorrente sido incumbido de ir receber o seringal Montevidéu e de, nas vespas do crime, haver horas antes de iniciado o tiroteio, ter chegado em Porto Edith, com cartas de José Ferreira Lima. O que esse facto corrobora é exactamente o afastamento do recorrente do theatro do crime. Por ventura essas cartas levariam estímulos aos criminosos? Isto não foi dito por nenhuma das testemunhas do summario, não existindo, no processado, um indicio, mesmo vago, de que as cartas conduzidas pelo recorrente, contivessem instrucções sobre o monstruoso crime. Isto posto.

attendendo a que para pronuncia como estabelece a jurisprudencia mansa e pacifica do Egregio Supremo Tribunal Federal (OCTAVIO KELLY, — (Manual de Jurisprudencia federal pag. 296) "*não bastam indícios geraes da existencia do delicto*".

Attendendo a que não existem indícios vehementes da culpabilidade do recorrente.

Attendendo ao mais que dos autos consta,

reforma o despacho de fls. para o fim de despronunciar o réu Pacifico Leite de Oliveira, em favor do qual determino que se expeça alvará de soltura, se por al não estiver preso, riscando-se-lhe o nome do rol dos culpados."

Desse despacho foi que interpoz o Procurador da Republica recurso para este Tribunal, com as razões de fls. 302, em que insiste pela pronuncia do recorrido, não obstante não ter participação directa no crime.

A fls. 313, respondeu o recorrido, insistindo, por sua parte, na ausencia de provas de sua coparticipação, nem como autor, nem como cúmplice, conforme o pretende a accusação.

A fls. 319, disse o Sr. Ministro Procurador Geral da Republica:

"As razões de fls. conseguiram demonstrar com as provas dos autos a participação do recorrido no monstruoso crime objecto do processo. A sua impronuncia tanto menos se justifica quanto essas mesmas provas pareceram sufficientes ao Juiz para autorizar a prisão preventiva decretada a fls.

Nada temos que lhes accrescentar. De novo só haveria a questão de competencia: Na appellação interposta pelo Ministerio Publico da sentença que absolveu os co-réus do recorrido suscitamol-a nos seguintes termos:

Nada é preciso accrescentar as razões de fls. que não foram contestadas, para justificar o recurso.

Devo entretanto, solicitar a attenção do Egregio Tribunal para a questão de competencia, que não foi suscitada, mas que lhe cumpre resolver precipuamente e que, segundo me parece, é a primeira vez que se lhe apresenta na hypothese dos autos.

Trata-se de crime de homicidio e roubo praticado na fronteira, previstos na Lei de 1 de Agosto de 1875 e no art. 5 do Codigo Penal, que o sujeitam á Lei e á jurisdicção nacionaes.

Qual a Justiça competente para o processo e julgamento? A local ou a Federal?

A' primeira, affirma o Dec. 848 de 1890, dispondo no seu art. 15 § 1º *"Os crimes commettidos em alto mar a bordo de navios nacionaes, os commettidos nos rios e lagos que dividem dois ou mais Estados, nos portos, nas ilhas que pertencem á União, em geral nos lugares de absoluta jurisdicção do Governo Federal serão, entretanto, julgados pelas Justicas locais, desde que não revistam character de crimes politicos."*

A' segunda affirma em opposição o Dec. 3.084 de 1898, reportando-se em nota a Lei de 75 e ao Codigo Penal. Mas nem aquella nem esta autorizam a affirmacção. Limitam-se um e outro a estabelecer a competencia da Justiça brasileira.

Se o caso fosse dos que se regem exclusivamente pelas Leis ordinarias, a questão estaria facilmente resolvida: Havia de prevalecer a competencia da Justiça local instituida pelo Dec. de 1890 contra a competencia da Justiça federal estabelecida no Decreto de 98 que, mera consolidacção, promulgada pelo Executivo, não tinha e não tem o poder de revogar aquelle Decreto.

A materia é porém de ordem constitucional e assim para resolver qual dos dois actos deve prevalecer não é a sua efficiencia que havemos de consultar mas a sua conformidade com a carta Constitucional.

Por disposicção expressa da Constituição a competencia da Justiça Federal no crime, exceptuados os casos do art. 79, é restricta aos delictos politicos e ás questões de direito internacional. Não se trata evidentemente aqui nem de crime politico nem tambem de caso regido pelo Direito Internacional. pois que o Codigo Penal no artigo citado subordina á Lei brasileira.

O facto é porém que a competencia criminal da Justiça Federal não ficou entre nós, como não ficou nos dois paizes que nos serviram de modelo a America do Norte e a Argentina, restricta a estes dois casos expressos na Constituição: As Leis e a jurisprudencia se viram forçadas a ampliar a progressivamente a muitos outros que não são de delictos politicos nem entendem com o Direito Internacional.

Nos Estados Unidos o principio regulador é o de co-extensão dos poderes politicos, segundo o qual entram na esphera da competencia da Justiça Federal todos os assumptos regidos por Lei do Congresso Federal.

Na Argentina, onde, como entre nós, se não pôde invocar esse principio porque a acção do Legislativo Federal é constitucionalmente mais extensa que a dos dois outros ramos do Poder Publico, estabeleceu-se que o Congresso Nacional promulgaria Leis especiaes sobre assumptos de interesse nacional e que as questões relativas a estes assumptos assim regulados por Leis especiaes cahiriam na competencia da Justiça da União.

Não podendo recorrer a nenhum dos dois principios — ao de co-extensão, que annullaria a Justiça local pois que, dada a unidade do direito substantivo, todas as materias são regidas por Leis federaes; e da especialidade do assumpto porque a nossa Constituição não contém disposicção semelhante as dos arts. 67 e 100 da Const. Argentina; teriamos nós que — ou restringir a competencia federal aos dois unicos casos expressos na Constituição (e esta foi em começo a jurisprudencia do Tribunal) ou adoptar um criterio novo para consentir na sua ampliacção, reputada indeclinavel, essencial a satisfacção dos interesses nacionaes, a casos não previstos e que não podiam ser deixados ao arbitrio dos legisladores e Juizes.

Prevaleceu este alvitre:

Segundo as Leis em vigor e antes que ellas o tivessem feito segundo a Jurisprudencia do Tribunal, ficou estabelecido que á jurisdicção federal pertence o

julgamento de todos os crimes que directa ou indirectamente interessam a fazenda ou a administração federal.

E' assim que a Justiça Federal processa e julga o contrabando, o furto, a moeda falsa, os crimes funcçionaes, o desacato, a desobediencia em varios delictos que não são politicos nem entendem com o Direito Internacional, mas dizem respeito áquella ordem de interesses ou serviços que á Autoridade Federal incumbe superintender e zelar.

No parecer que tive a honra de dar ao Tribunal quando se discutiu um dos casos da applicação da Lei sobre os delictos de imprensa inquirindo se eram inconstitucionaes ás Leis que por tal forma ampliaram a competencia criminal das Justiças da União assim me pronunciei:

"Tem se entendido que não: porque ellas mais não fizeram do que declarar o que estava implicito na Constituição.

Estes casos interessam vitalmente a administração ou a Fazenda da União e a competencia da Justiça Federal para julgar-os deriva, não da lei ordinaria, mas do proprio regimem, que não admite seja a defesa de tão altos interesses nacionaes entregue a outra justiça nacional.

E conclui:

"Temos pois que a competencia da Justiça Federal comprehende por força da Constituição: a) os casos expressos nos arts. 57, 59 e 60 acima indicados; b) os casos não expressos que interessam a administração e a Fazenda Federal."

Este principio está consagrado de modo expresso no art. 40 da Lei n. 4.780, de 1923: Nelle se inspirou o legislador ordinario na Lei n. 221, na Lei 515, na Lei 2.110 e nesta ultima citada; e não foi outro, nem podia ter sido o mero arbitrio, que tambem inspirou o Egregio Tribunal, quando, abandonando a primeira jurisprudencia, não só reconheceu, como tem reconhecido até hoje a constitucionalidade destas Leis, mas ainda as ampliou fazendo entrar na competencia federal outros delictos que as primeiras não mencionavam, como o furto, o damno, a desobediencia, etc.

Deste principio, entendo, se afastou o Dec. 848 quando no art. transcripto commetteu ás autoridades locais o julgamento de crimes praticados em territorio extranho a jurisdicção dos Estados, entregue, por motivo do mais elevado interesse nacional, ao dominio e governo da União; crimes que podem comprometter este interesse e dar ensejo a reclamação e conflictos internacionaes.

Tudo quanto respeita a policia, guarda a preservação das fronteiras é evidentemente de character nacional e ás autoridades federaes incumbe prover e decidir.

Esta foi certamente a razão por que entendeu o eminente consolidador das Leis federaes que não podia vigorar nessa parte o art. 15 do Decreto 848, que demais, segundo o não menos illustre ministro deste Tribunal — Costa Barradas, ficára revogado pelo artigo 60 § 1º da Constituição: "De sorte que hoje a competencia para conhecer daquelles casos cabe de direito ao Juiz Federal respectivo cuja jurisdicção se estende até onde chega a autoridade da União (Revista Forense I — 170).

O Egregio Tribunal em sua sabedoria decidirá como fôr mais acertado, estabelecendo a regra que se terá de observar da occorrença de outros casos semelhantes.

E o Tribunal deu-nos razão affirmando que o caso pertencia a competencia da Justiça Federal."

Está feito o relatório e a sessão é secreta.

O Sr. Ministro ANDRÉ' CAVALCANTI, Presidente: — A sessão é secreta. (*)

APPELLAÇÃO CRIMINAL N. 933

Os recursos e appellações interpostos pelo Ministério Publico das sentenças de impronuncia e absolvição em processos por crimes inafiançaveis, devem ser julgados em sessão secreta.

O Sr. Ministro ANDRÉ' CAVALCANTI, Presidente: — Appellação Criminal n. 933, do Districto Federal; appellante, o Procurador Criminal; appellados, Custodio Loureiro Fraga e outros. — Tem a palavra o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — O commandante geral da Policia Militar, tendo conhecimento da existencia de um desfalque de fardamentos na Intendencia do 2º Batalhão, ordenou que se abrisse inquerito a respeito.

Verificou-se, então, que a escripturação relativa a fardamento não merecia fé, porque os respectivos mappas, desde 1918, estavam viciados e rasurados fraudulentamente.

O desfalque attingia a 15:501\$793, ou 16:261\$019 e constava dos objectos mencionados a fls. 248.

Como autores do desfalque foram mencionados o Sargento Intendente Custodio Loureiro Fraga, o 1º Tenente Verissimo José Nogueira, o 1º Sargento Alipio Araujo Silva e o 2º Sargento Benedicto José Vieira.

Em vista do resultado do inquerito, o commandante geral mandou submeter os 4 indiciados a Conselho de investigação, por terem, de commun accôrdo, defraudado a Fazenda Nacional em proveito proprio, falsificando os mappas de entrada e sahida do fardamento da Intendencia do Batalhão e os que eram destinados á Intendencia Geral (fls. 256).

O Conselho de investigação pronunciou 3 dos accusados — Custodio, Alipio e Benedicto — e julgou improcedente a accusação contra Verissimo (fls. 476).

O Commandante Geral convocou o Conselho de Guerra para os 4, por não se conformar com essa não pronuncia de Verissimo (fls. 480).

O Conselho de Guerra, porém, julgou-se incompetente para conhecer do caso, por não ser crime de natureza propriamente militar (fls. 679).

O Supremo Tribunal Militar confirmou essa decisão (fls. 684).

Em vista disso, o Procurador Criminal offereceu denuncia no Juizo federal contra os 4 indiciados, como incursos no art. 1º, letra b, da Lei n. 2.110, que se refere á subtracção, pelo funcionario publico, de bens moveis, publicos ou particulares, de valor superior a 10:000\$000, dos quaes tenha a guarda, deposito ou administração.

Recebia a denuncia, seguiu-se a formação da culpa, como a assistencia dos réus, tendo se feito novo corpo de delicto a fls. 1.081.

O Procurador Criminal opinou pela pronuncia, embora lhe parecesse deficiente a prova do summario, quanto á co-participação de Alipio e Benedicto (fls. 1.149).

O Juiz substituto federal julgou improcedente a denuncia em relação ao denunciado Verissimo. Achou, porém, *positivas* as provas em relação a Custo-

(*) V. o resultado desse julgamento nesse mesmo vol., pag. 387.

dio, em vista das seguintes peças do processo: documento a fls. 189, em que elle confessa á autoridade não ser o unico tratante; corpo de delicto, a fls. 473, cuja resposta ao 4º quesito consigna que a escripturação dos livros, talões e mappas presentes á Comissão, é do punho do Sargento Intendente Custodio Loureiro Fraga e outras praças empregadas na Intendencia do Batalhão, não estando comprehendidos nesse numero o 1º Sargento Alipio Araujo da Silva e o 2º Sargento Benedicto José Vieira; pronuncia pelo Conselho de investigação; depoimentos do summario, de fls. 1.015 v. a 1.016, 1.033, 1.042 e 1.051; fé de officio de fls. 561 e 661 verso; resposta ao 2º quesito do novo corpo de delicto a fls. 1.088, em que se diz que o sargento intendente era o encarregado da confecção dos mappas de entrada e sahida de fardamento da Intendencia do Batalhão.

Quanto a Alipio e Benedicto, o Juiz os pronunciou por achar provada a co-participação delles, á vista do documento a fls. 111, das suas declarações no inquerito militar, a fls. 99, 100, 102 e 106 e dos depoimentos da 1ª, 2ª e 3ª testemunhas do summario.

O Juiz federal confirmou o despacho de pronuncia, mas para a decretar no artigo 1º, letra *a* da Lei n. 2.110, e não na letra *b*, por não estar provado que excedesse de dez contos de réis o prejuizo da União (fls. 1.169).

Submettidos os réus pronunciados a julgamento, foram absolvidos, porque para a pronuncia considerou o Juiz que as provas eram de facto positivas, não assim para a condemnação, em que não basta a existencia de indícios vehementes de autoria.

Assim, continuou, o documento de fls. 189 não tem os requisitos da confissão judicial; os depoimentos das testemunhas não dizem quem seja o autor do desfalque; o exame de fls. 1.081, embora declare, a fls. 1.088, que a sargento intendente é o encarregado da confecção dos mappas de entrada e sahida de fardamento, traz a duvida ao espirito do julgador, pois, os peritos dizem na resposta ao 5º quesito que não podem garantir quem fez a razura.

O Procurador Criminal appellou da sentença.

Nesta instancia o Sr. Ministro Procurador da Republica disse:

“Com as juridicas razões de fls., é de esperar a reforma da sentença appellada”.

Está feito o relatorio e o julgamento é secreto.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O julgamento é secreto. (*)

AGGRAVO DE PETIÇÃO N. 3.897

A exhibição judicial de livros mercantis sómente compete aos interessados em questões de successão, communhão, ou sociedade, administração ou gestão mercantil por conta de outrem, e em caso de fallencia.

Sómente os accionistas são interessados nos bens da communhão da sociedade anonyma, não assim os portadores de obrigações da mesma sociedade.

Appliação do Codigo Commercial, art. 18, e do Decreto n. 3.084, de 1898, art. 123, da parte 4ª.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Aggravo de

(*) V. o resultado desse julgamnto, neste mesmo vol., pag. 387.

Petição n. 3.897, de São Paulo. Aggravante, Carlos Mauro; agravada, a São Paulo Northern Railroad & Cia. — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — Trata-se de um pedido de exhibição de livros, feito por um debenturista da S. Paulo Northern Railroad Company, portador de 200 obrigações de renda variavel de francos 504, cada uma, e de mais 42 obrigações nominativas da mesma Companhia. Esse obrigacionista entendeu que tinha direito de pedir exhibição de livros para verificar se a situação da Companhia era de ordem tal que se justificasse o pedido de pagamento de juros ou dividendos dessas obrigações preferenciaes.

O Juiz, depois de ouvir a Companhia, na contestação, indeferiu o pedido, entendendo que o requerente não tinha legitimidade para solicitar a exhibição; que esta era até inexequível; que não se tratava de garantir uma das hypothesees do art. 18 do Codigo Commercial.

Dessa decisão aggravou Carlos Mauro, insistindo pela sua legitimidade; que, em face das clausulas do contracto de compra e venda da Companhia Estrada de Ferro Araraquara, tinha o direito de pedir a exhibição para o recebimento de dividendos; que havia a communhão de interesses legitimando esse meio judiciario intentado.

As partes arrazoaram e o Juiz sustentou seu despacho.

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — Sr. Presidente, o caso já é conhecido do Tribunal; já é a terceira vez que se manifesta sobre assumpto semelhante.

Da segunda vez, foi Relator do caso o eminente Sr. Ministro Arthur Ribeiro, sendo unanime o Accordam. (*)

Basta lêr essa decisão para que o Tribunal melhor ainda, apprehenda a hypothese sujeita a seu exame e deliberação e mantenha a decisão aggravada -- esse é o meu voto.

Eis o Accordam (n. 3.838, de 9 de Agosto de 1924).

"Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo do Districto Federal, em que são aggravantes Martins & Cia. e agravada a "S. Paulo Northern Railroad Company" verifica-se ser a seguinte a especie: Martins & Cia., querendo propor contra a "S. Paulo Northern Railroad Company" uma acção ordinaria para a cobrança de dividendos, intentou, como medida preliminar, a presente acção de exhibição integral dos livros daquella Companhia.

Allegaram o seguinte:

1º) que eram possuidores de mil e duzentas acções ao protador, de renda variavel, da ré, assim como de cincoenta nominativas, tendo sido as primeiras creadas pela mesma ré, na occasião da compra da massa fallida da Companhia Estrada de Ferro de Araraquara, para o pagamento dos debenturistas dessa empresa e as segundas para o pagamento dos credores chirographarios;

2) que as clausulas da escriptura de compra daquella massa estabeleceram uma communhão de interesses ou sociedade entre a ré e os portadores dos referidos titulos, podendo essa companhia ser até considerada administradora de seus bens, por conta dos ditos portadores;

3) que estes, portanto, tinham o direito de requerer a exhibição integral

(*) V. esse agravo que tem o n. 3.838, no vol. LXIX, pag. 242.

dos livros da ré, nos termos do art. 18 do Código Commercial e do art. 133 do Decreto n. 3.084, parte IV.

A ré, em suas razões de fls. 46, impugnou o pedido, allegando:

1) que a medida solicitada nenhuma utilidade teria para os autores, porque, tendo determinado, de maneira positiva e clara, o contracto entre a ré e os portadores das obrigações, ser a directoria o unico Juiz da importancia e oportunidade do pagamento dos dividendos, a exhibição em nada poderia alterar o direito da directoria á decisão discricionaria a respeito de taes dividendos;

2) que, dado mesmo a inexistencia de tal estipulação, a relação de direito que existia entre os autores e a ré, consistente em um simples interesse no resultado dos negocios, sem direitos creditorios ou de co-propriedade, não era uma das em que a Lei, no silencio do contracto, presume ser a intenção das partes dar ao interessado o direito de exigir a exhibição de livros;

3) que a questão ora ventilada já fôra decidida por Accordam unanime deste Tribunal;

4) que, achando-se os livros exhibendos fôra do paiz, na séde social da ré, a exhibição requerida era inexequível, e só era competente para conhecer de tal pedido a Justiça norte-americana.

O Juiz *a quo*, por sentença de fls. 67, denegou a exhibição pedida, e dessa sentença os auctores interpuzeram opportunamente o presente agravo, fundando-se no art. 715 letra *m* do Decreto n. 3.084, parte III, e citando como Leis offendidas, o art. 18 do Código Commercial e o art. 133 do citado Decreto, parte IV.

A decisão aggravada está de accôrdo com o direito e com as provas dos autos.

Consta desses autos:

1) que os juros, cuja cobrança os autores pretendem fazer judicialmente, sómente são pagaveis, quando o decidir a directoria da Companhia, isto é, quando a renda liquida desta o permittir, depois de terem sido transferidas para o fundo de reserva as quantias que aquella directoria julgar convenientes;

2) que os coupons que não forem pagos, depois de accumulados, serão pagaveis da mesma forma que os coupons seguintes, quando a Companhia decidir fazer esse pagamento;

3) que o pagamento dos dividendos sobre as obrigações nominativas sómente será feito, quando a directoria decidir pagar dividendos sobre acções, retiradas as quantias que ella julgar convenientes para constituir o fundo de reserva, manter em bom estado os bens da Companhia e para qualquer outro fim que os administradores julgarem vantajoso.

Como se vê, compete exclusivamente á directoria decidir relativamente á importancia e oportunidade do pagamento de juros e dividendos sobre obrigações, de sorte que, qualquer que fosse o resultado que desse a exhibição da escripturação da ré, o direito dos autores continuaria dependente do arbitrio conferido á directoria por clausulas expressas, contractuaes e estatutarias.

Si, portanto, a exhibição não poderia dar nenhum resultado pratico favoravel á acção que os autores pretendiam ou pretendem propor, segue-se que estes não tem nenhum interesse legitimo em requerel-a.

Além disso, não se trata de nenhum dos casos em que excepcionalmente se admite a exhibição judicial de livros mercantis, isto é, em favor dos interessados em questões de successão, communhão ou sociedade, administração ou gestão mercantil, por conta de outrem, e em caso de fallencia (Código Commercial, art. 18, e Decreto n. 3.084, parte IV, art. 133).

Os auctores, na verdade, não são senão portadores de obrigações da ré, de renda variavel e nominativas, não sendo, portanto, socios della nem interessados na communhão de seus bens. Os co-proprietarios dos bens da ré são exclusivamente os seus accionistas, e os obrigacionistas, como os autores, não passam de simples interessados nos seus negocios e seguindo os portadores de obrigações nominativas a sorte dos accionistas, tão sómente quanto ao recebimento dos dividendos.

Só os accionistas, pois, são interessados nos bens da communhão, fallendo, em consequencia, aos autores o direito de pedir a exhibição dos livros da ré.

Accordam, pelo exposto, negar provimento ao agravo e confirmar a decisão recorrida. Paguem os embargantes as custas."

A este fundamento nada tenho a acrescentar.

Si tivesse ficado mais accentuado, com relação á communhão de interesses, o criterio adoptado pelo Tribunal para a concessão da exhibição de livros, não se tratando propriamente de socios ou de caso de fallencia, eu faria minhas restricções. Mas, na hypothese, a communhão de interesses não se refere propriamente a bens de socio ou o caso de fallencia.

Subscribo *in totum* o Accordam que li, no sentido de ser mantida a decisão do Juiz.

Nego, portanto, provimento ao agravo.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se provimento ao agravo, por unanimidade de votos.

AGGRAVO DE INSTRUMENTO N. 3.910

As porcentagens que a legislação vigente manda abonar aos funcionarios do Juizo, a titulo de remuneração especial pelos serviços prestados na cobrança executiva da divida activa da União, sómente são devidas quando, uma vez vencedora a Fazenda Nacional, tenha passado em julgado a sentença de 1ª instancia ou haja o Tribunal negado provimento á appellação da mesma interposta.

Do despacho que recusa mandar pagar taes porcentagens, antes do julgamento da 2ª instancia, não cabe agravo com fundamento em damno irreparavel.

Appliação da Lei n. 4.555, de 1922, artigos 10 e 133.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Agravo de instrumento n. 3.910, de Pernambuco; agravante, o Procurador da Republica; agravado, o Juiz Federal. — Tem a palavra o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — No executivo fiscal movido pela Fazenda Nacional contra Séve & Cia., para co-

brança de multa, tendo sido julgados improcedentes os embargos oppostos á penhora, os réus appellaram.

Recebida a appellação no effeito devolutivo sómente, elles requereram ao Juiz que mandasse contar os autos para que pudessem pagar o que fosse devido, “ficando sem effeito a penhora e não sendo com o referido pagamento prejudicada a decisão que viesse a ter a appellação.”

O Juiz deferiu o requerimento.

O Procurador seccional, porém, requereu que, na guia a expedir-se para o recolhimento da importancia devida, fossem deduzidas as porcentagens para o pessoal de Juizo Federal, de accôrdo com os artigos 37, letra a, e 155, do Decreto n. 10.902, de 20 de Maio de 1924, e, o art. 110 da Lei n. 3.089, de 8 de Janeiro de 1916.

O Juiz indeferiu esse requerimento, porque as porcentagens que a legislação vigente manda abonar aos funcionarios do Juizo, a titulo de remuneração especial pelos serviços prestados na cobrança executiva da divida activa da União, sómente são devidas quando, uma vez vencedora a Fazenda Nacional, tenha passado em julgado a sentença de primeira instancia ou haja o Tribunal *ad quem* negado provimento á appellação desta interposta, a qual ainda pende de julgamento (Lei n. 4.555 de 10 de Agosto de 1922, arts. 10 e 133).

Assim, concluiu o Juiz, não podem por enquanto ser cobradas as porcentagens reclamadas.

Desta decisão o Procurador Seccional aggravou, com fundamento em damno irreparavel.

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — O caso não é de aggravamento com esse fundamento, porque o Juiz *a quo* não recusou o pagamento das porcentagens como allega o aggravante. Disse, apenas, que *por enquanto* o pagamento não podia ser feito, mas sómente depois de confirmada pelo Tribunal Superior a sentença de primeira instancia, de accôrdo com a Lei que citou.

Observa o aggravante que o damno irreparavel está em que, si a sentença fór reformada, nenhuma porcentagem lhe será paga.

Sem duvida, porque neste caso nenhum damno haverá, por não ser devida ao aggravante porcentagem alguma.

Não tomo conhecimento do aggravamento.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Não se conheceu do aggravamento, por não ser caso d'elle, unanimemente.

APPELLAÇÃO CIVEL N. 4.302

As estradas de ferro respondem pelos desastres que, nas suas linhas, succederem aos viajantes, e de que resulte a morte, ferimentos ou lesão corporea.

No caso de morte responde a estrada de ferro

por todas as despesas e é obrigada a indemnizar todos aquelles aos quaes a morte da victima privar de alimento, auxilio e educação.

O criterio de indemnização, adoptado nesses casos, pela jurisprudencia do Supremo Tribunal Federal é o de attribuir a todos os que da victima recebiam alimento, educação ou auxilio, uma quantia que, aos juros legais, lhes produza renda correspondente aquillo que lhes podia ou estava acostumada a fornecer a victima pelos seus ganhos, e considerados os annos que poderia ainda, provavelmente viver.

Applicação da Lei n. 2.681, de 1912, art. 22.

O Sr. Ministro ANDRE CAVALCANTI, Presidente: — Appellação Cível n. 4.302, de S. Paulo; primeira appellante, a Sorocabana Railway Company; segundos appellantes, Valentina Lahmayer Teixeira Leite e seus filhos. Appellados, os mesmos. — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto, que pediu vista dos autos.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Como o Tribunal ha de recordar-se, pedi vista destes autos na sessão do dia 14 do corrente. (*) Na ultima sessão apresentei-os, mas não foi possivel continuar o seu julgamento.

Convenci-me, pelo estudo a que procedi, que a sentença appellada deve ser confirmada.

Ambas as partes appellaram: a ré, pedindo fossem os autores julgados carecedores de acção; os autores, terminando suas razões esperando que não tivesse provimento o recurso da ré, e que o Tribunal reformasse a sentença sómente para augmentar a indemnização, de accôrdo com o laudo da maioria dos peritos, a 219:356\$400 (fls. 161).

No tocante á culpa, quer se a considere contractual, quer aquiliana, a prova é completa. Não só não se fazia mister a prova de que a victima não concorrera com acto culposos, como, se de facto necessidade houvesse, a exclusão da sua culpabilidade está perfeitamente demonstrada nos autos.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Mesmo attendendo-se a que esse engenheiro não viajava como simples passageiro, mas como empregado da Estrada?

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Mesmo assim. Não era elle quem dirigia o trem de soccorro. Era por elle conduzido como encarregado do serviço de desobstrucção da linha.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Indaguei porque, no memorial que recebi, se diz que a obrigação delle, segundo o regulamento, era attender a essas circumstancias.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — As pessoas conduzidas pelo trem sómente não são de passageiras quando estão em funcção da direcção do mesmo.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — E elle não estava nessa funcção?

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Não; outro era o encarregado. Sómente lhe competia estabelecer a desobstrucção da linha.

Houve engano na transmissão do telegramma, mencionando-se o numero

(*) V. esse julgamento neste mesmo vol., pag. 267.

de kilometros mais distante do que o do desastre. O trem, em que a victima ia, inesperadamente foi sobre o outro, dada a relativa velocidade que levava.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — No memorial se diz que era obrigação delle tomar as medidas necessarias para evitar o desastre.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Mas nos autos se prova que não era. Foi uma fatalidade indescritivel. Tudo concorreu para o desastre e fallecimento desse engenheiro. Até a lampada indicadora do local do desastre se apagara, devido á ventania.

Elle ia no trem, não dirigindo a locomotiva, nem fiscalizando a composição, mas incumbido de realizar o soccorro. Era, portanto, passageiro do mesmo, com a unica differença de não pagar passagem. A Companhia era, portanto, obrigada a conduzi-lo são e salvo ao local do desastre.

A culpa da appellante está, como dísse, completamente provada.

Pela sentença appellada, a indemnização attinge a 88:585\$877. A victima ganhava 800\$000 mensaes. Deduzida a quantia de 200\$000 de despesas pessoases do Dr. Alfredo Carlos Teixeira Leite Junior, ficou a renda mensal reduzida a 600\$000, ou 7:200\$000 por anno, que elle empregaria em beneficio dos alimentarios até 23 annos depois, tomada a media da vida da victima como de 65 annos. Tinha elle, então, 42.

Como muito bem decidiu o Juiz *a quo*, é necessario attribuir aos autores quantia que, aos juros legaes de 6 %^o, lhes produza a renda apurada, por 23 annos, isto é, *uma quantia que, sommados os juros annuaes a uma parte do capital, lhes assegure, durante esse tempo, uma renda annual de 7:200\$000, e que esteja absorvida no fim daquelle prazo*”.

A sentença fez em seguida applicação da formula de Callet, acceita já tantas vezes por este Tribunal, chegando ao resultado de arbitrar a indemnização de 88:585\$877 — 7:200\$000 annuaes correspondem aos juros de 6 %^o ao anno sobre o capital de 120:000\$000 e, como este capital deve estar absorvido no fim de 23 annos, parte delle concorrerá para a formação daquelle renda, desde que esses sejam os juros, extinguindo-se ao tempo em que a victima, se houvesse sobrevivido, teria attingido a idade de 65 annos. A importancia de 88:585\$877 corresponde, justamente, de harmonia com a referida formula, a este calculo. Mensalmente passam para os autores a quantia comprehensiva dos juros e uma porção do capital.

Ha outro modo razoavel de fixar o *quantum debeatur* e que não é dissonante da que a sentença seguiu: — entrega-se ao alimentario a quantia correspondente á que percebia a victima (deduzidas as despesas pessoases), durante o tempo calculado, com abatimento, porém, dos juros que essa importancia produziria, pelo numero de annos presumidos que poderia viver aquella. As mais das vezes o resultado não discordará da concessão do usufructo do capital ou de titulos, usufructo assecutorio da situação economica anterior do desastre.

Assim fizemos no caso Agapito (*).

Os juros devem ser abatidos porque a pessoa que recebe a importancia, o autor, enfim, tirará do emprego do capital esses juros. E como o pagamento é anticipado em beneficio do indemnizado descontam-se os juros.

Em conclusão, nego provimento a ambas as appellações.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Estão em

(*)V. esse Acc. que tem o n. 3.778, no vol. LIII, pag. 138. — V. tambem o vol. XXXIII, pag. 145 e o vol. LV, pag. 495.

discussão os votos dos Srs. Ministros que viram os autos. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — Nego provimento á appellação.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA: — Tambem.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS: — Nego provimento a ambas as appellações.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Sr. Presidente, tenho serias duvidas, em vista do memorial de uma das partes. Nesse memorial se diz que, dando-se o descarrilamento, a Companhia telegraphou á victima para, como engenheiro da Estrada, preparar um trem de soccorro e attender ao mesmo; e que elle embarcou immediatamente, mas sem indagar se o trem de soccorro tinha sido organizado de accôrdo com as exigencias da Estrada, ainda, sem collocar o pharol necessario para evitar desastres.

Estas allegações puzeram-me em duvida. Mas, á vista do resultado a que chegou a turma assim como o Sr. Ministro que pediu vista dos autos, estou de accôrdo: nego provimento.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — Se V. Ex. me houvesse pedido informações, eu as poderia ter dado immediatamente. A obrigação de pôr signaes de cobertura da linha competia a outro que não o engenheiro victima do desastre e que era transportado, como passageiro, embora empregado da estrada.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Não pedi logo informações porque sómente hontem ou ante-hontem li esse memorial.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — Ha disposições do Regulamento da Estrada que o isentam inteiramente de responsabilidade. Estão transcriptas fielmente nas razões dos autores.

O Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI: — Nego provimento.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se provimento á appellação da 1ª appellante, unanimemente e dos segundos, contra o voto do Sr. Ministro Leoni Ramos que lhe dava provimento em parte.

APPELLAÇÃO CIVEL N. 4.809

Foi indeferido o pedido de preferencia por não procederem os motivos allegados.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL: — Peço a palavra pela ordem.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Guimarães Natal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL: — Sr. Presidente, V. Ex. me remetteu o seguinte pedido de preferencia:

Dizem os Drs. Americo Pereira da Silva Pinto e outros, que têm uma appellação, que me foi distribuida, que:

“Achando-se a mesma causa com dia para julgamento, conforme a lista publicada no *Diario Official*, de 5 do mesmo mez corrente, vem pedir a V. Ex. se digne consultar o Egregio Tribunal se consente em dar preferencia ao julgamento dessa causa, porquanto trata-se de um acto administrativo decidido nullo pela sentença appellada, que privou os supplicantes dos logares de sub-inspectores da Saude Publica, aos quaes já tinham adquirido direito.

Quanto mais se retardar o julgamento desta causa, maior será o prejuizo da União Federal, porquanto, se vier a ser confirmada por este Egregio Supremo Tribunal a sentença appellada, como é de esperar, da Justiça e sabedoria do Egregio Tribunal, a União se verá na contingencia de pagar, mais dilatado tempo, duas ordens de funcionarios, além de que existem actualmente algumas vagas, que aproveitariam aos supplicantes.

Accresce que, pendente a appellação, os supplicantes estão inhibidos de solicitar outras collocações no serviço publico, com prejuizo dos seus interesses”.

Despachei mandando dar vista da petição ao Sr. Ministro Procurador Geral da Republica e S. Ex. disse:

“Nada tenho a oppôr”.

S. Ex. não confirma as allegações feitas na petição. Apenas não se oppõe ao seu deferimento. Nestas condições, não tenho concedido preferencia. Nego-a.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — Nego a preferencia.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA: — Tambem nego.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS: — Desde que o Sr. Ministro Procurador Geral diz que não se oppõe, confirma as allegações. Concedo a preferencia.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Concedo a preferencia, desde que o Sr. Ministro Procurador Geral não se oppôz.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Nego, de accôrdo com o Sr. Ministro Relator.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS: — Concedo-a.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA: — Tambem concedo.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Houve empate na votação. Cabendo-me decidir, nego a preferencia de accôrdo com o Sr. Ministro Relator. — Foi, portanto, negada, por desempate, contra os votos dos Srs. Ministros Pedro dos Santos, Hermenegildo de Barros, Leoni Ramos e Godofredo Cunha.

APPELLAÇÃO CIVEL N. 4.303

Foi indeferido o pedido de preferencia por não procederem os motivos allegados.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA: — Peço a palavra pela ordem.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA: — S.. Presidente, V. Ex. me remetteu o seguinte pedido de preferencia:

“Diz Francisco Martins de Aguiar, appellado na appellação civil numero 4.303, em que é appellante a Cia. Calçado Cleveland, que estando a cau-

sa com dia desde 16 de Abril de 1923, vem requerer a V. Ex. preferencia para o julgamento, afim de ser julgada a appellação na primeira sessão ou em outra proxima.

O supplicante espera ser attendido neste requerimento, porque:

1º) a presente appellação foi interposta de uma sentença de primeira instancia proferida numa acção de nullidade de patente de invenção, que tem o curso summario do artigo 238 e seguinte, do Regulamento 737 de 1850 (Lei 3.129 de 1882, art. 5º § 3º);

2º) a acção de nullidade de patente proposta pelo supplicante, tendo sido julgada procedente e tendo a supplicada appellado, a presente acção foi recebida num só effeito devolutorio, de modo que o supplicante propoz na Justiça local deste districto federal acção de perdas e damnos contra a supplicada e a Côrte de Appellação não pôde julgar afinal tal acção de perdas e damnos emquanto este Egregio Supremo Tribunal não decidir afinal a presente appellação.

Eu concedo a preferencia.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Sr. Ministro Godofredo Cunha concede a preferencia. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os demais Srs. Ministros negam a preferencia).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se a preferencia, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

APPELLAÇÃO CIVEL N. 4.961

Foi indeferido o pedido de preferencia por não procederem os motivos allegados.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO (Pela ordem): — Sr. Presidente, V. Ex. tambem me remetteu um requerimento de preferencia de Augusto Marques de Souza. Allega que, ha 20 annos, sua causa está em juizo e que tem mais de 35 annos de serviço publico effectivo e se "sente impossibilitado de continuar na actividade do seu emprego pela aggravação de males proprios de um sexagenario que, durante tanto tempo, se dedicou a funcções sedentarias".

Indefiro o pedido. Em primeiro lugar, é Revisor o Sr. Ministro Viveiros de Castro, que se acha licenciado. Ou S. Ex. será substituido ou se aguardará a sua volta. Portanto, não é opportuno o requerimento.

Em segundo lugar, ha equivoco, quanto ao tempo em que a acção está em Juizo. E' certo que elle pleitea ha muitos annos o reconhecimento de seu direito. Mas dentro desse tempo — 20 annos — já foi julgada improcedente uma sua causa, por este Tribunal, até em gráu de embargos. Propoz, então, uma acção não'direi que sobre o mesmo assumpto, porque isso é o objecto de appellação, mas a respeito da qual foi reconhecida em 1ª instancia a procedencia da excepção de cousa julgada, posto que o objecto do pleito era mesmissimo que o que fôra julgado. Assim, durante esses 20 annos não esteve affecta á Justiça uma causa, mas duas, naturalmente com certo lapso de tempo entre ambas.

Por estes fundamentos, indefiro o pedido.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Ministro Relator).

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Foi negada a preferencia, unanimemente.

REVISÃO CRIMINAL N. 2.249

Foi concedida a preferencia por ser procedente o motivo allegado.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA (pela ordem): — Sr. Presidente, V. Ex. me mandou apresentar o requerimento de um sentenciado que pede preferencia para o julgamento da sua revisão criminal. Allega que embargou um Accordam deste Tribunal e, se este mantiver a sua jurisprudencia, no sentido de que a circumstancia attenuante do exemplar comportamento anterior prevalece sobre a aggravante da superioridade em armas, já cumpriu a sua pena desde 1º de Agosto. Por conseguinte, pede que esses embargos sejam julgados. Concedo a preferencia.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Foi concedida o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão a preferencia, unanimemente.

98ª SESSÃO, EM 26 DE NOVEMBRO DE 1924

Presidencia do Sr. Ministro André Cavalcanti.

Procurador Geral da Republica, o Sr. Ministro A. Pires e Albuquerque.

A's 12 horas e meia, abriu-se a sessão, achando-se presentes os Srs. Ministros Guimarães Natal, Godofredo Cunha, Leoni Ramos, Muniz Barreto, Hermenegildo de Barros, Pedro dos Santos, Geminiano da Franca e Arthur Ribeiro.

Deixaram de comparecer os Srs. Ministros Sebastião de Lacerda, Viveiros de Castro e Edmundo Lins, que se encontram em goso de licença e o Sr. Ministro Pedro Mibielli com causa justificada.

Foi lida e approvada a acta da sessão anterior e despachado todo o expediente sobre a mesa.

JULGAMENTOS

Habeas-Corpus:

N. 13.887 — Matto Grosso — Relator, o Sr. Ministro Guimarães Natal; paciente, Miguel Lopes Valle. — Não se conheceu do pedido por ser originario, unanimemente.

N. 13.957 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Guimarães Natal; recorrente, o paciente Jeronymo Francisco Pinto; recorrido, o Juizo Federal da 2ª Vara. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente.

N. 13.958 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Godofredo Cunha; pacientes, Almir Madeira e outros. — Não se conheceu do pedido por não ser caso de *habeas-corpus*, unanimemente.

N. 13.987 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Guimarães Natal;

recorrente, o paciente Antonio da Silva Magacho; recorrido, o Juízo Federal. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente.

N. 13.424 — Amazonas — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrente, o Juízo Federal; recorridos, os pacientes Martinho José da Silva e outros. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ausente o Sr. Ministro Guimarães Natal.

N. 13.849 — Rio Grande do Sul — Relator, o Sr. Ministro Leoni Ramos; recorrente, o paciente Aurival Graciolino da Silva; recorrido, o Superior Tribunal de Justiça. — Conhecendo-se do recurso, negou-se a ordem impetrada, unanimemente.

N. 13.934 — Acre — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; paciente, Portilho José Bezerra. — Negou-se a ordem impetrada, unanimemente. Ausente o Sr. Ministro Guimarães Natal.

N. 13.989 — Distrito Federal — Relator, o Sr. Ministro Leoni Ramos; paciente, Custodio da Costa Mattos. — Negou-se a ordem impetrada, unanimemente.

N. 14.017 — Santa Catharina — Relator, o Sr. Ministro Muniz Barreto; pacientes, Petrarcha Callado e outros. — Converteu-se o julgamento em diligencia para se pedirem informações, unanimemente. Ausente o Sr. Ministro Guimarães Natal.

N. 13.986 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Arthur Ribeiro; recorrente, o paciente Franklin Simões; recorrido, o Tribunal de Justiça. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ausente o Sr. Ministro Guimarães Natal.

N. 13.953 — Pará — Relator, o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros; recorrente, o Juiz Federal; recorrido, o paciente Arthur Custodio. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ausente o Sr. Ministro Guimarães Natal.

N. 13.498 — Ceará — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; recorrente, o Juiz Federal; recorrido, o paciente Pedro Santiago. — Deu-se provimento ao recurso para cassar a ordem concedida, unanimemente. Ausente o Sr. Ministro Guimarães Natal.

N. 13.922 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrente, o Juiz Federal; recorrido, o paciente José de Alvim Tosta Junior. — Identica decisão a do *habeas-corpus* n. 13.498. Ausente o Sr. Ministro Guimarães Natal.

N. 13.995 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Arthur Ribeiro; recorrente, o paciente Manoel Eccard; recorrido, o Juízo Federal. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ausente o Sr. Ministro Guimarães Natal.

N. 14.010 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros; recorrente, o paciente Elias Habib; recorrido, o Juiz Federal. — Deu-se provimento ao recurso para conceder a ordem impetrada, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha. Ausente o Sr. Ministro Guimarães Natal.

N. 13.907 — Distrito Federal — Relator, o Sr. Ministro Guimarães Natal; recorrente *ex-officio*, o Juízo Federal da 2ª Vara; recorrido, o paciente, Marciano de Araujo. — Negou-se provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

Tiveram decisão identica á do *habeas-corpus* n. 1.907, os seguintes recursos *ex-officio*:

N. 13.897 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Guimarães Natal; recorrido, o paciente Sebastião Mamede Corrêa;

- N. 13.917 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Guimarães Natal; recorrido, o paciente Manoel Pereira de Magalhães;
- N. 13.927 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Guimarães Natal; recorrido, o paciente José Alves Casas;
- N. 13.947 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Guimarães Natal; recorrido, o paciente Irineu Cordeiro de Souza;
- N. 13.967 — Rio Grande do Sul — Relator, o Sr. Ministro Guimarães Natal; recorrido, o paciente Luiz Biff;
- N. 13.996 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Guimarães Natal; recorrido, o paciente Joubert Vianna de Moraes;
- N. 13.918 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Godofredo Cunha; recorrido, o paciente Tolentino Monteiro Dias;
- N. 13.928 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Godofredo Cunha; recorrido, o paciente Jayme Fernandes;
- N. 13.948 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Godofredo Cunha; recorrido, o paciente Aurelio Manoel de Oliveira;
- N. 13.968 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Godofredo Cunha; recorridos, os pacientes Fidelis José de Mattos Barbastefano e outro;
- N. 13.997 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Godofredo Cunha; recorrido, o paciente Pedro Alberto Rocha;
- N. 14.006 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Godofredo Cunha; recorrido, o paciente Victorio Fressanto;
- N. 14.015 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Godofredo Cunha; recorrido, o paciente Desiderio Fontoura;
- N. 13.919 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Leoni Ramos; recorrido, o paciente Antonio Nunes;
- N. 13.929 — Parahyba — Relator, o Sr. Ministro Leoni Ramos; recorrido, o paciente José Militão de Araujo;
- N. 13.949 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Leoni Ramos; recorrido, o paciente Ademardo Ferraz;
- N. 13.959 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Leoni Ramos; recorrido, o paciente Astrogildo Pontes;
- N. 13.969 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Leoni Ramos; recorrido, o paciente Francisco Ferreira Carneiro;
- N. 13.979 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Leoni Ramos; recorrido, o paciente Orsino de Souza Moura;
- N. 13.998 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Leoni Ramos; recorrido, o paciente Octavio Simões de Almeida;
- N. 14.016 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Leoni Ramos; recorrido, o paciente Alcides Vianna;
- N. 13.791 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Muniz Barreto; recorrido, o paciente Octavio Moreira;
- N. 13.860 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Muniz Barreto; recorrido, o paciente Armando de Virgiliis;
- N. 13.870 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Muniz Barreto; recorrido, o paciente Henrique Pavarim;
- N. 13.771 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Muniz Barreto; recorrido, o paciente João Carlos Lameirinhas;
- N. 13.890 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Muniz Barreto; recorrido, o paciente Alexandre Butturini;
- N. 13.900 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Muniz Barreto; recorrido, o paciente Helio Pederneiras;

N. 13.910 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Muniz Barreto; recorrido, o paciente Sylvio Eloy Chaves;

N. 13.920 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Muniz Barreto; recorrido, o paciente Mario Teixeira da Costa;

N. 13.930 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Muniz Barreto; recorrido, o paciente João Paulino da Silva;

N. 13.950 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Muniz Barreto; recorrido, o paciente Aureo Chaves;

N. 13.960 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Muniz Barreto; recorrido, o paciente Arnaldo Francisco de Moraes;

N. 13.970 — Rio Grande do Sul — Relator, o Sr. Ministro Muniz Barreto; recorrido, o paciente Carlos Germano Militz;

N. 13.980 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Muniz Barreto; recorrido, o paciente Nelson Daniel Quintanilha;

N. 13.973 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros; recorrido, o paciente Domingos Alberto Brunovo;

N. 13.983 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros; recorrido, o paciente Alvaro Ferreira Pinto;

N. 14.001 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros; recorrido, o paciente Manoel Pinto dos Santos;

N. 13.924 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente João Abdalla Percy;

N. 13.984 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Camillo Affonso Pereira;

N. 14.011 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Elyseu de Alvarenga Freire;

N. 13.531 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; recorrido, o paciente Messias Francisco da Silva;

N. 13.663 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; recorrido, o paciente João Pinto da Silva;

N. 13.855 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; recorrido, o paciente Joaquim Cruz;

N. 13.875 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; recorrido, o paciente Antonio Lucas Machado;

N. 13.895 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; recorrido, o paciente Nestor Ildefonso Folly;

N. 13.905 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; recorrido, o paciente Manoel Amorim Paes Leme;

N. 13.915 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; recorrido, o paciente Asgal de Medeiros;

N. 13.925 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; recorrido, o paciente Luiz Seabra;

N. 13.955 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; recorrido, o paciente Pedro Quintino Rabello;

N. 13.965 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; recorrido, o paciente Nelson Soares da Silva;

N. 13.975 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; recorrido, o paciente Adolpho Vieira de Godoy;

N. 13.896 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Arthur Ribeiro; recorrido, o paciente Nicomedes Machado de Carvalho;

N. 13.906 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Arthur Ribeiro; recorrido, o paciente Jorge Lopes do Amaral;

N. 13.926 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Arthur Ribeiro; recorrido, o paciente João Pereira das Neves;

N. 13.946 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Arthur Ribeiro; recorrido, o paciente Abel José da Silva;

N. 13.956 — Ceará — Relator, o Sr. Ministro Arthur Ribeiro; recorrido, o paciente José Alves da Rocha;

N. 13.966 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Arthur Ribeiro; recorrido, o paciente Paschoal Pellini.

N. 13.937 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Guimarães Natal; recorrente *ex-officio*, o Juízo Federal; recorrido, o paciente Augusto Salaorni. — Negou-se provimento ao recurso, contra os votos dos Srs. Ministros Guimarães Natal e Godofredo Cunha.

Tiveram decisão identica a do *habeas-corpus* n. 13.937, os seguintes recursos *ex-officio*:

N. 13.977 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Guimarães Natal; recorrido, o paciente Annibal de Souza Bueno;

N. 13.938 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Godofredo Cunha; recorrido, o paciente Affonso Petti;

N. 13.978 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Godofredo Cunha; recorrido, o paciente Alberto Martins;

N. 13.939 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Leoni Ramos; recorrido, o paciente Angelo Francisco Biondo;

N. 13.943 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros; recorrido, o paciente Frederico Good;

N. 13.963 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros; recorrido, o paciente Decio Leite Pereira;

N. 13.992 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros; recorrido, o paciente Ladisláu Salaser;

N. 13.944 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Octavio Bino;

N. 13.964 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Cosme Bruno;

N. 13.974 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Alvaro Pinto;

N. 14.002 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; recorrido, o paciente Sebastião Ferreira de Jesus;

N. 13.865 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; recorrido, o paciente Benedicto Ferreira Collaço;

N. 13.945 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; recorrido, o paciente Elias, filho de João Pinheiro Filho;

N. 13.586 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; recorrido, o paciente João Baptista dos Santos;

N. 13.795 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; recorrido, o paciente Constantino Alípio dos Santos;

N. 13.976 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Arthur Ribeiro; recorrido, o paciente Angelin, filho de José Zanetti;

N. 13.940 — Paraná — Relator, o Sr. Ministro Muniz Barreto; recorrido, o paciente Bolesláu, filho de Francisco Marszaleck.

Recurso Criminal:

N. 508 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Godofredo Cunha;

recorrente, o Procurador da Republica; recorridos, Alfredo Naman e Mamede Lima. — Julgado em sessão secreta.

Aggravos de Petição:

N. 3.899 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; agravantes, Francisco de Castro e outro; aggravado, Salvador Tedesco. — Conhecendo-se do agravo, contra os votos dos Srs. Ministros Pedro dos Santos e Geminiano da Franca, *de meritis*, deu-se-lhe provimento, unanimemente. Ausente o Sr. Ministro Guimarães Natal.

N. 3.904 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Guimarães Natal; agravante, a Sociedade Anonyma "Scarpa e N. Scarpa"; agravados, as Fazendas Federal e Estadual. — Negou-se provimento ao agravo, unanimemente.

Carta Testemunhavel:

N. 3.906 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Leoni Ramos; supplicante, a Prefeitura Municipal de Nictheroy; supplicados, Pereira Schmidt Limitada. — Julgou-se improcedente a carta, unanimemente.

Appellação Cível:

N. 3.602 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; requerente, a Sociedade Anonyma Lloyd Nacional. — Foi homologado o accôrdo requerido, unanimemente. Ausente o Sr. Ministro Guimarães Natal.

Encerrou-se a sessão ás 16 horas e 15 minutos.

O Sub-Secretario interino, *Theophilo Gonçalves Pereira*.

AUDIENCIA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 1924

Juiz semanario, o Exmo. Sr. Ministro Godofredo Cunha.

Aberta a audiencia com as formalidades legais foram publicados os seguintes Accordams:

Aggravos de Petição:

N. 3.763 — Paraná — Aggravante, Dr. Gervasio Pires Ferreira; aggravado, Dr. Antonio Alves de Almeida.

N. 3.842 — Rio de Janeiro — Aggravante, José Teixeira; agravados, José Augusto Vieira e sua mulher.

Appellação Cível:

N. 2.991 — Maranhão — Appellante, o Juiz Federal; appellado, José Nunes Pereira.

Recurso Extraordinario:

N. 1.759 — Piahy — Recorrente, Bonifacio Soares Ferraz; recorrido, Raymundo Alves da Rocha.

Aggravo de Petição:

N. 3.900 — Rio de Janeiro — Aggravante, Arlindo Pereira da Cunha; aggravada, a S. Paulo Northern Railroad Company.

REQUERIMENTOS

Compareceu o advogado Dr. Salvador Pinto Junior e por parte de Manoel Jorge Cunha, no recurso extraordinario n. 1.286, disse que citava, sob pregão, a recorrida Sociedade Belge Anonyme Bresilienne de Tres Cruzes et Exten-

sions, que não tem advogado constituído nos autos, para renovação da instancia suspensa pelo transcurso de mais de seis mezes. — Apregoada, não compareceu, sendo deferido.

Compareceu tambem o advogado Dr. José Balthazar Ferreira Facó, e por parte do seu constituinte Antão Adelino Mendes, no recurso extraordinario n. 1.124, de S. Paulo, em que, como recorrente, contende com o recorrido J. D. Martins, não havendo este constituído procurador residente neste Districto, requereu que sob pregão se houvesse por assignado o prazo de dez dias ao mesmo recorrido embargado para impugnar os embargos oppostos ao Accordam de fls. 80 v. que, conhecendo do recurso, lhe denegou provimento, sob pena de lançamento. — Apregoado, não compareceu, sendo deferido.

Compareceu, finalmente, o advogado Dr. Arthur Q. Collares Moreira, e por parte de Leão & Cia., appellantes na appellação civil n. 4.921, lançou o prazo assignado na audiencia de 8 de Outubro á appellada Companhia Lloyd Sul Americano para constituir advogado. — Apregoada, não compareceu, sendo deferido.

O Sub-Secretario interino, *Theophilo Gonçalves Pereira*.

“HABEAS-CORPUS” N. 13.887

O Supremo Tribunal Federal sómente conhece originariamente de pedidos de habeas-corpus nos casos expressos e taxativos da Lei.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — *Habeas-corpus* n. 13.887, de Matto Grosso. Paciente, Miguel Lopes Valle. — Tem a palavra o Sr. Ministro Guimarães Natal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — O paciente requereu originariamente a este Tribunal, por telegramma, uma ordem de *habeas-corpus* para não ser constrangido ao serviço militar visto ter sido sorteado como pertencente á classe de 1899, quando nasceu em 1898. Juntou certidões, de seu titulo de eleitor, quanto á idade e da Junta Militar, quanto á classe.

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — Não conheço do pedido, por ser originario. Não vejo razão alguma para que o paciente requeira originariamente o *habeas-corpus*, e por telegramma, quando devia fazel-o ao Juiz Federal.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Não se conheceu do pedido por ser originario, unanimemente.

“HABEAS-CORPUS” N. 13.957

Desde que não ha nenhuma duvida sobre a identidade do sorteado, a simples troca de nome não autoriza a concessão do habeas-corpus.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de

habeas-corpus n. 13.957, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal da 2ª Vara; recorrido, Jeronymo Francisco Pinto. — Tem a palavra o Sr. Ministro Guimarães Natal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — O recorrido pediu *habeas-corpus* afim de ser isento do serviço militar, allegando que, sendo seu nome Jeronymo, desde creança era chamado Orosino e que com este ultimo nome foi alistado e sorteado. Assim não se pôde estabelecer sua identidade. Mas, pela propria confissão do recorrido, era elle conhecido por Orosino. Coincidindo a filiação, a residencia, a idade, etc., nenhuma duvida pôde haver sobre a identidade do sorteado, e á vista disso, o Juiz indeferiu o pedido. Confirmo a decisão do Juiz.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Relator. Vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se provimento ao recurso, por unanimidade de votos.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.958

Do despacho que concede manutenção de posse ou interdicto prohibitorio, não cabe agravo e muito menos dá elle logar ao habeas-corpus.

O habeas-corpus não é meio habil para resolver um caso dependente de acção contenciosa nem para provocar decisão sobre questões de direito civil.

A coacção resultante de sentença judicial civil ou commercial, proferida por autoridade competente, só pelos meios ordinarios poderá ser discutida e nunca por meio de habeas-corpus.

Não é o habeas-corpus meio judicial habil para annullar os effeitos de um interdicto prohibitorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — *Habeas-corpus* n. 13.958, do Rio de Janeiro. Pacientes, o Dr. Almir Moraes e outros. — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, Relator: — Allegam os pacientes na petição inicial:

"O Bacharel José Affonso Mendonça de Azevedo, Procurador dos Feitos da Prefeitura de Nictheroy, devidamente autorizado pelos pacientes, vem impetrar uma ordem de *habeas-corpus* a favor dos Drs. Almir Madeira, Adalberto Guimarães, Salomão Vergueiro da Cruz e Caetano Monteiro, e Sr. Joaquim Rodrigues da Silveira Rolla, que se acham impedidos de exercer, livremente, as suas funcções publicas de Director de Hygiene, Inspectores Sanitarios e Administrador do Matadouro do Municipio de Nictheroy, em consequencia de mandados expedidos pelo Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal do Rio de Janeiro.

O caso, em resumo, é o seguinte:

A Camara Municipal de Nictheroy, na defeza dos interesses da população e por se verificarem improficuos, como é publico e notorio, todos os en-

tendimentos levados a effeito com marchantes e açougueiros, no sentido de baratear a carne, autorizou o Prefeito, como se fizera na Capital da Republica e em Petropolis, a contractar com um marchante o fornecimento desse genero á população, pelo prazo de um anno e por preço nunca superior a 1\$600 o kilo, no varejo.

A firma Pereira & Schmidt Limitada, que ameaçava a população de elevar o preço da carne a 2\$000 o kilo, não concordando com aquella decisão legislativa, requereu e obteve do Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal um interdicto prohibitorio "para que não seja turbada a sua posse sobre o gado e para que continue a abatel-o no matadouro de Maruhy, como sempre tem feito, *respeitadas as exigencias regulamentares*".

Sendo uma dessas exigencias a da obtenção da licença para matança (Art. 60 do Regulamento de Hygiene) e não a havendo requerido Pereira & Schmidt oppuzeram-se os pacientes a que essa firma abatesse gado em Nictheroy, mas a sua opposição legal teve que ceder logo deante da força publica requisitada pelo Exmo. Sr. Juiz Federal, para a execução daquella irregularidade administrativa.

Verificando ainda os pacientes que o gado da firma permanecera mais de sete dias no matadouro, em completo jejum, obstinaram-se em permittir a sua matança, pois que a carne de rezes em taes condições, segundo a opinião de todas as autoridades medico veterinarias, não se presta para o consumo, mas ainda aqui a sua honesta obstinação teve que ceder deante da força ás ordens do Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal, violando-se por essa fórmula o § 5º do Art. 56 do Regulamento citado.

Mais ainda, pugnando pela saude da população, na observancia daquelle Regulamento (art. 56 §§ 5º e 6º), deviam os pacientes mandar inutilizar a carne rejeitada, mas tambem neste caso foram impedidos de agir, pois que mais uma vez interveiu aquella autoridade judiciaria determinando a entrega da carne á firma e permittindo, sem mais averiguações, sua venda, em vinte e sete açougues, que não lhe pertencem, mas que ella, mentirosamente, allega serem de sua propriedade.

E' evidente, Egregio Tribunal, que não mais pelo interdicto, mas pelos varios mandados illegalissimas expedidos contra a liberdade funccional dos pacientes estão elles coarctados no exercicio regular, de uma attribuição legal, que, para maior gravidade do caso, diz respeito á saúde da população. E' incontestavel, venerandos Juizes, que não mais se garante a posse corporea de um genero alimenticio, mas vae-se ao absurdo de permittir que esse genero, considerado imprestavel para o consumo pela Hygiene Publica, ruinoso á saúde do consumidor, lhe seja fornecido graças a um mandado judiciario, que turbando, cassando as funcções dos pacientes, visa garantir, aliás, o exercicio do commercio a açougueiros, que não são parte no processo e a quem se não concedeu nenhum interdicto.

Não padece duvida que os pacientes estão sendo tolhidos no exercicio de suas funcções, por ordens flagrantemente illegaes.

Já, em caso semelhante, assignalava o eminente Dr. Epitacio Pessoa, a esse tempo membro do Egregio Supremo Tribunal Federal: "Se o mandado do Juiz emanava a autoridade competente e reunia as formalidades necessarias, era todavia manifestamente contrario á Lei: 1º — porque visava invalidar um acto do Poder Legislativo local por um meio e um processo improprios, que não são de modo algum os que a Lei estatue: 2º — porque invadia a esphera da actividade de um poder autonomo, embaraçava tumultuariamente a acção da autoridade administrativa, contra o principio constitucional da autonomia local e con-

tra a jurisprudencia uniforme do Supremo Tribunal (Lei n. 221, de 1894; art. 67 da Const.; accs. ns. 252, de 1898, 143, de 1896, 238, 284 e 286 de 1897 e outros).

E o Egregio Supremo Tribunal já decidiu que a fiscalização exercida pela administração sobre a qualidade dos generos expostos ao consumo publico não constitue aggressão á posse de quem os negocia, mas se funda em necessidade de ordem publica, qual a de zelar pela saúde da collectividade (REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, XXX-128).

Nem é curial que haja duas opiniões sobre o poder discricionario conferido á autoridade, que se presume justa e honesta, no melindroso assumpto de hygiene publica.

Si taes medidas ferem o interesse individual, recorra o interessado aos meios regulares, aos processos ordinarios, que offerecem ampla defesa ás partes, mas não queira por meio de medida extraordinaria, violenta, qual a do interdito prohibitorio, cassar de plano, as attribuições do Poder Publico em materia de tal gravidade para uma população de mais de cem mil almas.

A' violencia de uma medida de tal ordem, em assumpto de tão perniciosas e imprevisiveis consequencias para a collectividade, é justo que o Poder Publico procure oppor, graças a uma ordem de *habeas-corpus*, um prompto veto judicial.

Os pacientes, rejeitando a carne que julgam imprestavel para o consumo, cumprindo funções legaes, algumas de natureza technica, não podem estar sujeitos a apreciação de um Poder extranho, a quem falham os promptos e indispensaveis recursos e aparelhagem para, de momento, apreciar medidas attinentes á saúde publica, e que foram, em virtude de Lei, conferidas a um orgam administrativo, cuja presumpção de honestidade se impõe até que haja uma prova provada do contrario.

Si, como judiciosamente decidiu aquelle Accordam, a fiscalização sobre os generos alimenticios não aggride a posse de quem os negocia. é evidente que essa fiscalização, sob os varios modos porque se exerce, não pôde ser controlada por um Poder extranho, sob pena de se nullificar a sua actuação, nem tão pouco ficar sujeita a revisão de um medico extranho ao serviço, como pretende o Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal.

Basta pesar as consequencias dessa indebita intromissão na machina administrativa, por um processo de tal violencia, para se comprehender a monstruosidade da medida contra que, dentro da Lei, pelos processos regulares, se revoltam os pacientes.

E' contra a illegalidade da coacção de que vem sendo victima os pacientes que, elles impetram uma ordem de *habeas-corpus* á mais alta Côte de Justiça do Paiz, que, de outra feita, já decidira que não é admissivel o interdito prohibitorio para garantir a livre disposição dos generos que a autoridade sanitaria considerou deteriorados (XXVII-28 Rev. cit.).

E' insubsistente e illegal sob qulquer aspecto que a encaremos, a coacção exercida contra os pacientes pelo Exmo. Sr. Juiz Federal, os quaes, ou se submettem a essa *capitis diminutio* no exercicio das suas faculdades legaes, ou defendendo-as, desrespeitam o mandado daquella autoridade, incorrendo por isso nas penas de desacato.

Para cessar esse estado de constrangimento é que os supplicantes impetram uma ordem de *habeas-corpus*, que não lhes pôde ser negada, uma vez que, conforme a jurisprudencia tranquilla do Egregio Tribunal, o seu direito é liquido, certo e incontestavel, a coacção é evidente e não ha outro recurso senão o dessa medida extrema para que possam exercer, sem mais tardança, as suas

funções de character imprescindivel á saúde publica e que jámais deviam, para a defeza de um supposto interesse individual, ser turbadas por uma autoridade judiciaria.

O supplicante jura o allegado e, invocando os aureos supplementos do Egregio Tribunal, conclue clamando Justiça!"

Como se vê, o impetrante desenvolve as suas allegações, no sentido de provar que os pacientes não podem exercer as suas funções de inspectores sanitarios e de administrador do Matadouro Municipal de Nictheroy, pois o Juiz Federal concedeu á firma Pereira Schmitd & Cia., Limitada, interdicto prohibitorio para que pudesse abater o gado, preenchidas as condições da Lei. Para esse effeito até nomeou um perito, que procederia ao necessario exame.

O *habeas-corpus* é requerido para os pacientes exercerem as suas funções, isto é, poderem examinar o gado em pé e abatido, e rejeitar as rezas, de accôrdo com os regulamentos.

Acompanha ao pedido grande copia de documentos para provar que essa firma não tem licença.

Está feito o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, Relator: — O Tribunal sabe que da concessão do interdicto prohibitorio, o recurso que cabe é o de embargos. Não se admitte que haja nem agravo, nem *habeas-corpus* do despacho que concede manutenção de posse ou interdicto prohibitorio.

O fim da medida requerida é, clara e visivelmente, reformar ou prejudicar o interdicto prohibitorio concedido pelo Juiz Federal do Estado do Rio de Janeiro. Não visa outra cousa.

A este respeito o Tribunal tem grande numero de decisões dizendo que o *habeas-corpus* não é remedio habil para resolver um caso dependente de acção contenciosa, nem para provocar decisão sobre questões de direito civil;

que a coacção resultante de sentença judiciaria, civil ou commercial proferida por Tribunal competente, só pelos meios ordinarios poderá ser discutida e nunca por meio de *habeas-corpus*;

que repugna á natureza e fim do instituto do *habeas-corpus* a função de annullar os actos da autoridade publica;

que o *habeas-corpus* não se concede para annullar os effeitos de um mandado de manutenção de posse concedido a uma Directoria de sociedade civil;

que não é meio habil para evitar o proseguimento de um processo judiciario por infracção de disposições do Regulamento sanitario;

que não póde ser invocado para proteger todos e quaesquer direitos, inclusive os reaes, e, consequentemente, a posse dos bens;

que não cabe contra sentença proferida em questão civil;

que não é admissivel nas questões civeis, que ainda pendem de recurso ordinario;

que não é meio judicial habil para a solução de questões, que devem ser dirimidas por processo regular e proprio;

que é inadmissivel para suspender os effeitos de uma sentença, embora sob o fundamento, aliás, não comprovado, da irresponsabilidade do paciente;

que, em regra, é instrumento inadequado para garantir o exercicio de função publica, não constituindo ameaça de constrangimento a decisão proferida por Juiz competente.

E' evidente e claro que não cabe *habeas-corpus* para annullar ou reformar a concessão de um mandado de interdito prohibitorio.

O meu voto é, portanto, não tomar conhecimento do *habeas-corpus*, por não ser caso delle.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Não se conheceu do pedido, unanimemente.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.987

Desde que o alistamento ocorreu depois de completada a maioridade do sorteado e na classe respectiva, não pôde este pleitear isenção do serviço militar, sob o fundamento de nullidade do sorteio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.987, do Rio de Janeiro. Recorrente, Antonio da Silva Magacho; recorrido, o Juiz Federal. — Tem a palavra o Sr. Ministro Guimarães Natal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — O recorrido allegou que nasceu a 8 de Abril de 1902; foi alistado em 30 de Abril de 1923 e sorteado nesse mesmo anno. O Juiz indeferiu o pedido, á vista da informação da autoridade militar, provando que o recorrido foi alistado quando já maior.

Nego provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.424

E' illegal a prisão por tempo maior do que o marcado na Lei para a formação da culpa.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.424, do Amazonas. Recorrente, o Juizo Federal; recorridos, Martinho José da Silva e outros. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Os pacientes, segundo allega o advogado Waldemar Pedrosa, foram presos na fronteira do Norte do paiz, por terem contrabandeado gado. Julgando que a sua prisão fora illegitima, requereram *habeas-corpus*. O Juiz local concedeu a medida, mas não foi attendido pelo sargento do destacamento local. O advogado recorreu, então, á autoridade federal. Feito o processo, o Juiz Federal concedeu *habeas-corpus*, já pela demora em instaurar-se o mesmo, se porventura tivesse havido algum

crime, já porque o crime imputado aos pacientes não estava provado. Recorreu. Está feito o relatório.

O Sr. Ministro ANDRÉ' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. pôde dar o seu voto.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Parece-me que o Tribunal deve negar provimento ao recurso. O Juiz Federal concedeu a ordem depois de ouvir o inspector da Alfandega e de pedir informações ao commandante do Batalhão a que pertence o sargento que effectuou a prisão. Com esses esclarecimentos e preeenchidas todas as formalidades legais, concedeu a ordem. Conveni-me, pela leitura dos autos, que o Tribunal deve negar provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRÉ' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRÉ' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.849

A réu condemnado por Juiz competente, em processo regular e por facto que a Lei penal considera criminoso, é de negar habeas-corpus.

O Sr. Ministro ANDRÉ' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.849, do Rio Grande do Sul. Recorrente, Aurival Graciolino da Silva; recorrido, o Tribunal de Justiça do Estado. — Tem a palavra o Sr. Ministro Leoni Ramos.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS, Relator: — O advogado Raymundo Alexandre Pereira requereu ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, uma ordem de *habeas-corpus*, em favor de Aurival Graciolino da Silva, allegando que este fôra condemnado pelo crime de prevaricação e peculato; que o Juiz que o processou e condemnou é incompetente, porque não se tratando de crime especial, não sendo o paciente funcionario publico, devia estar sujeito á Justiça commum; que na denuncia se diz que elle recebia as importancias destinadas ao pagamento do imposto de transmissão de propriedade e dellas se apropriava, falsificando as quitações da Mesa de Rendas do Estado. Mas o paciente não podia commetter o crime de peculato, porquanto não é funcionario publico.

O Superior Tribunal do Estado negou o *habeas-corpus*, porque o paciente foi condemnado como ajudante de cartorio e, por consequente, exercia funcção publica, e o crime por elle praticado não foi de peculato, mas de falsificação de documentos, tendo sido condemnado no art. 19, da Lei n. 2.110, de 30 de Setembro de 1909 e a sentença confirmada por aquelle Tribunal.

Mais tarde elle pediu que se lhe applicassem as penas do novo Decreto (art. 17, da Lei n. 4.780), por isso que eram mais brandas e o Superior Tribunal deferiu o pedido. De modo que elle hoje está condemnado no gráu medio das penas desse art. 17, do Decreto n. 4.780, que alterou a Lei n. 2.110.

O Accordam que modificou a pena é o seguinte: (lê)

"Vistos estes autos, etc.

Attendendo a que Aurival Graciolino da Silva foi condemnado nas penas do gráu médio do art. 207, § 1º do Código Penal e 19 do Decreto n. 2.110, de 30 de Setembro de 1909;

Attendendo a que o Decreto n. 4.780, de 27 de Dezembro de 1923 prescreve para os crimes de falsificação de papeis e documentos penalidade menor do que a estabelecida naquelle Decreto;

Accordam com fundamento no art. 3º, letra *b*, do Código Penal deferir a petição de fls. 377 para reduzir a 4 annos e meio de prisão celllular, gráu médio do art. 17 da nova Lei a pena de 6 annos de prisão imposta ao requerente na vigencia da Lei anterior. Indeferem a petição de fls. 379 no que pretende o requerente seja em seu favor reconhecida a attenuante do exemplar comportamento para applicação da pena minima, porque isto importaria em revisão do processo, da competencia exclusiva do Supremo Tribunal Federal *ex-vi* das disposições dos arts. 59 n. 3 e 81 da Constituição Federal”.

O Accordam que não tomou conhecimento da petição de *habeas-corpus*, é este: (*lê*)

“Accordam em não tomar conhecimento da petição de fls. em que o advogado Dr. Raymundo Alexandre impetra uma ordem de *habeas-corpus*, em favôr de Aurival Graciolino da Silva preso na Casa de Correção em cumprimento da pena de prisão imposta por sentença do Juiz da 3ª Vara da comarca desta Capital, confirmada com modificação por Accordam deste Tribunal de 17 de Junho de 1923 e 15 de Abril do corrente anno, porquanto, segundo reiteradamente tem julgado este Tribunal não é dado á autoridade judiciaria apreciar a questão de saber se do acto seu resultou constrangimento illegal a que o *habeas-corpus* possa obviar. Custas pelo impetrante”.

E' o relatorio.

(*O advogado Dr. Macdowell sustenta oralmente o pedido*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Leoni Ramos para dar o seu voto.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS, Relator: — Como se vê, trata-se de um paciente que está condemnado nas penas do art. 17, do Decreto n. 4.780, de 27 de Dezembro de 1923, que assim dispõe: (*Lê*)

“Falsificar, fabricando ou alterando, talões, recibos, quitações, guias, alvarás, e outros documentos destinados á arrecadação da renda da União, dos Estados, Municipios e Prefeituras, ou relativos ás fianças e aos depositos de dinheiros de particulares, orphams, ausentes e depositos; usar desses papeis, assim falsificados”.

Li o artigo para mostrar que não tem razão o advogado quando diz que o paciente não podia ter sido condemnado pelo crime de peculato.

Nem o Juiz, nem o Tribunal disseram tal coisa. Elle foi condemnado pelo crime de falsificação de documentos.

Ora, o paciente está condemnado por Juiz competente por facto que, em face da Lei penal é crime, e não ha no processo falta ou inobservancia de qualquer formalidade substancial.

Por consequencia, conheço do recurso, de conformidade com o art. 23, letra *a*, da Lei n. 221, de 20 de Novembro de 1894 e nego a ordem impetrada.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Foi indeferido o pedido, por unanimidade de votos.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.934

Desde que não é evidente a incompetencia do Juiz processante não deve ser concedido o habeas-corpus requerido com esse fundamento em favor de réu pronunciado.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.934, do Acre. Paciente, Portilho José Bezerra. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — O paciente, segundo se declara na petição originária de *habeas-corpus*, constituiu familia illegitima com Joanna Lourenço. Muitos annos assim viveram. Quando procurava legitimar esta situação, Joanna Lourenço o abandonou. Sentindo profundamente a ingratidão, entregou-se ao uso do alcool. Em dado momento, encontrou-se com ella e fez as pazes. Ao subirem para uma casa, onde naturalmene iam viver juntos de novo, diz elle que, alcoolisado como se encontrava, aconteceu que uma carabina, que levava, disparou, indo a bala atravessar as costas da mulher, que morreu minutos depois.

Promptificou-se a apresentar-se á autoridade local. Mas já estavam ao seu encalço soldados do destacamento do Acre, que eram verdadeiros bandidos. Ainda não havia muito tinham aggreddido um individuo, abandonando-o depois de esquartejado, completamente morto. Apavorado apresentou-se a um amigo, pedindo protecção. Esperava que esse amigo o mandasse trazer para Manáus. Mas ao contrario disso, elle o entregou ás autoridades do Acre. Estas agiram contra elle. Foi processado, pronunciado, condemnado e a sua condemnação confirmada pelo Tribunal do Acre.

Diz que sempre allegou incompetencia do Juizo, porque o crime foi praticado no Amazonas e, portanto, não podia ser processado perante a Justiça local do Acre. Com este fundamento requer *habeas-corpus*.

Está feito o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. pôde dar o seu voto.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Penso que se deve negar o *habeas-corpus*.

O paciente allega e prova realmente que o Districto do *Sacado* pertence á comarca de São Felipe, do Estado do Amazonas. Allega, porém, sem provar que o seu crime foi commettido em *Sacado*. E é exactamente por ahi ter commettido o crime que as autoridades do Acre não podiam intervir e sim as do Amazonas. Intervindo como fizeram, agiram contra a Lei. Portanto, houve sentença de Juiz incompetente e o processo é nullo, devendo ser o *habeas-corpus* concedido. Mas seria legitima a conclusão se elle houvesse provado que o seu crime foi commettido em *Sacado*.

Nada juntou nesse sentido. Nada se encontra nestes autos que esclareça. Não ha depoimento de testemunhas, denuncia, pronuncia, nada! Juntou apenas um documentos que prova que *Sacado* pertence ao districto de São Felipe, e outro sobre a discussão que teve com o Juiz do Acre sobre saber si elle,

accusado, era ou não miseravel, para o fim de requerer sem pagar sello respectivo.

Por consequencia, a solução unica é esta: negar-se o *habeas-corpus*.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se a ordem impetrada, unanimemente.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.989

Não decorre nullidade do processo criminal do facto de haverem nelle funcionado sogro e genro como representantes do Ministerio Publico, um substituindo o outro.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — *Habeas-corpus* n. 13.989, do Districto Federal. Paciente, Custodio da Costa Mattos. — Tem a palavra o Sr. Ministro Leoni Ramos.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS, Relator: — Este *habeas-corpus* é requerido pela segunda vez. Da primeira, o Tribunal negou a ordem pelo seguinte Accordam: (*)

"Vistos expostos e discutidos estes autos de recurso interposto da decisão pela qual a III Camara da Côte de Appellação não tomou conhecimento do pedido de *habeas-corpus* impetrado em seu favor por Custodio da Costa Mattos, condemnado a 15 annos de prisão cellula pelo Jury do Districto Federal, sentença essa confirmada pela mesma Camara:

Accordam negar provimento ao recurso, attendendo a que é manifesta a incompetencia da Camara por ter confirmado a condemnação do paciente; mas, tomando conhecimento do pedido originariamente negar a ordem impetrada, visto estar o mesmo paciente pronunciado e condemnado por Juiz competente e não terem procedencia as nullidades allegadas. Custas *ex-causa*".

Repete-o agora o paciente, allegando que o processo é radicalmente nullo porque figuram nelle dois adjuntos de Promotor Publico, um sogro do outro.

E' a unica nullidade arguida.

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS, Relator: — A Lei não impede que um adjunto de Promotor funcione depois de haver funcionado um outro adjunto seu sogro, ou vice-versa. Pelos proprios documentos com que foi instruido o pedido, vê-se que os Drs. Lima Rocha e Toscano Spindola não funcionaram simultaneamente no processo. Um offereceu a denuncia o outro deu parecer sobre a pronuncia.

Não vejo, portanto, nullidade. Nego a ordem.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Está em

(*) V. esse julgamento no vol. LXIII, pag. 418.

discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se a ordem, por unanimidade de votos.

"HABEAS-CORPUS" N. 14.017

Converteu-se o julgamento em diligencia para o fim de serem pedidas informações ao Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — *Habeas-corpus* n. 14.017, de Santa Catharina. Pacientes, Petrarcha Callado e outros. — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — Este *habeas-corpus* é requerido por telegramma a favor dos pacientes: Petrarcha Callado, Gonçalo da Silva, Alvaro Ramos e outros, embarcados num paquete para esta Capital, por ordem do Sr. Ministro da Justiça. Allegam que não commetteram crime nenhum, não foram presos em fragante, nem se acham pronunciados.

O telegramma está despido de quaesquer documentos. Como porém, é um caso de urgencia, proponho que o Tribunal converta o julgamento em diligencia, para ser ouvido o Sr. Ministro da Justiça.

Justifica-se a competencia originaria do Tribunal porque a autoridade apontada como coactora é o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros concordam com a diligencia proposta).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Converteu-se o julgamento em diligencia, por unanimidade de votos.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.986

A nullidade que autoriza a concessão de habeas-corpus, no caso de pronuncia, é a substancial, a que evidentemente surge do processo.

O comparecimento do queixoso aos actos da formação da culpa é uma formalidade que interessa particularmente á accusação e não diz respeito á defesa, consequentemente a sua preterição jamais pôde acarretar a nullidade do processo, em detrimento da primeira e mediante allegação da segunda, que, com ella, em hypothese alguma, seria prejudicada.

A legislação do Estado de S. Paulo conferiu ao Juiz do Commercio competencia para o processo criminal da fallencia até a pronuncia ou não pronuncia e essa legislação não foi, em tempo algum, revogada nem expressa ou implicitamente.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de

habeas-corpus n. 13.986, de S. Paulo. Recorrente, Franklin Simões; recorrido, o Tribunal de Justiça. — Tem a palavra o Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — O Dr. Spencer Vampré impetrou uma ordem de *habeas-corpus* ao Tribunal da Relação do Estado de S Paulo, em favor de Franklin Simões, réu pronunciado por crime de fallencia fraudulenta, e commerciante em Santos, estribando o seu pedido em dois fundamentos:

1º) nullidade do processo por falta de representação da massa fallida na formação da culpa;

2º) incompetencia do Juiz que decretou a pronuncia do paciente como incurso nas penas do art. 336, § 1º, do Código Penal.

Quanto ao 1º fundamento, diz elle que a queixa foi dada pelos 3 liquidatarios da massa fallida e que, no entanto, só um delles compareceu á formação da culpa, havendo todos, apesar disso, subscripto os depoimentos das testemunhas. “Esse facto”, sustenta o impetrante, “é uma falsidade que eiva de nullidade insanavel todo o processo. Todo elle, em sua integridade, está nullo, pois falsamente contém o comparecimento dos queixosos, quando alguns delles não compareceram”.

O Tribunal recorrido julgou improcedente essa arguição. “A nullidade arguida, diz o Accordam, de que os 3 liquidatarios da massa fallida de Adelino Mendes da Silva não compareceram ao summario de culpa, não justifica a ordem de *habeas-corpus* impetrada. Trata-se de um caso em que a acção compete tanto á parte offendida como ao Ministerio Publico (Lei n. 2.024, de 17 de Dezembro de 1908, art. 173) e, sendo assim, ainda que fosse procedente a nullidade allegada, não annullaria o processo, porque delle tomaria conta o Ministerio Publico (Cod. do Proc. Criminal, art. 241 e Reg. n. 120, de 31 de Janeiro de 1842, art. 338). A nullidade que autoriza a concessão de *habeas-corpus* no caso de pronuncia é a substancial, a que evidentemente surge do processo, e esta não se mostra nos autos”.

Quanto ao segundo fundamento, diz o impetrante que o sustentou verbalmente perante o Tribunal *a quo* e o desenvolve em suas razões de fls. 97 com o apoio do voto vencido, que acompanha o Accordam recorrido.

Na especie, affirma o impetrante, não tem logar a doutrina segundo a qual, na Capital do Estado, aos Juizes do Commercio, e não aos Juizes do crime, compete processar até a pronuncia os crimes de fallencia, em face da Lei estadual n. 1.113, de 24 de Dezembro de 1907. O *habeas-corpus* requerido em favor de Franklin Simões funda-se na incompetencia do Juiz summariante em vista de outra Lei estadual, a Lei n. 1.688, de 19 de Dezembro de 1919, a qual apenas prescreve o seguinte:

“Fica creada, na comarca de Santos, uma vara privativa para o serviço criminal e fixados ao Juiz respectivo os vencimentos de 12:600\$000, e mais a gratificação de 5:400\$000, paga nos termos da Lei n. 1.113, de 24 de Dezembro de 1907, art. 2º”.

E' evidente, continúa o impetrante, em face desta Lei que, na cidade de Santos, todas as questões criminaes, inclusive as da fallencia, competem privativamente ao Juiz Criminal, sem nenhuma interferencia do Juiz do Commercio.

Objectou-se que essa conclusão viria crear no Estado de S. Paulo uma situação singular para o Juiz criminal de Santos, visto como, nas demais comarcas, inclusive na da Capital, e em virtude da Lei n. 1.113, de 1907, o Juiz do Commercio deverá intervir no processo até a pronuncia.

Mas, a simples consideração de que o Estado de S. Paulo creou uma Lei especial para a comarca de Santos, está a demonstrar que o espirito do legislador fôra dotar aquella comarca de Lei peculiar, fôra dos principios não communs nas demais comarcas.

Por outro lado, não se pôde duvidar que aos Estados compete legislar sobre a organização judiciaria e fixar a competencia de seus Juizes, mesmo em materia de fallencia. Materia essa de direito adjectivo, cabe certamente dentro da sua esphera constitucional”.

Em apoio do seu modo de pensar, o impetrante cita um Accordam deste Tribunal, em que se lê o seguinte:

“Em face da Constituição Federal, indiscutível é o direito que assiste ao Estado de legislar sobre o respectivo Poder Judiciario, creando-lhe os orgams e prescrevendo a cada um delles a sua funcção.

Zeloso desse direito, o Estado de S. Paulo, não obstante as Leis Federaes de fallencia haverem sempre disposto sobre a competencia do Juiz, para qualifical-a, entendeu necessario reproduzir taes disposições nas suas Leis de organização judiciaria, conforme o attestam as Leis ns. 123, de 1892, art. 124, e n. 338, de 1895, art. 16.

A Lei do Estado, n. 1.113, de 24 de Dezembro de 1907, tendo creado varas privativas do crime, abolindo de modo geral a competencia cumulativa até então exercida pelos Juizes de Direito, e não havendo mantido, como excepção á generalidade de seus preceitos, a disposição das suas Leis anteriores, que conferia ao Juiz do Commercio a instrucção criminal da fallencia, implicitamente a revogou.

A competencia que a Lei Federal dá ao Juiz, que declara a fallencia, para qualifical-a, não é de tal modo indispensavel ao regular funcionamento do instituto da failencia, que se possa consideral-a entre as regras do processo, que por intimamente ligados com esse instituto, escapam á competencia legislativa dos Estados”.

O Tribunal de Justiça do Estado, porém, por Accordam de fls. 88, replelliui ambos esses fundamentos — o da nullidade do processo e o da incompetencia do Juiz, e negou a ordem solicitada.

Está feito o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE’ CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. pôde dar o seu voto.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — Esse Accordam decidiu de accôrdo com o direito.

O primeiro fundamento do pedido — o de nullidade do processo — é de manifesta improcedencia.

O comparecimento do queixoso aos actos da formação da culpa é uma formalidade que interessa privativamente á accusação e não diz respeito á defesa, e, consequentemente a sua preterição jamais podia acarretar a nullidade do processo, em detrimento da primeira e mediante allegação da segunda que, com ella, em hypothese alguma, seria passivel de qualquer damno.

Além disso, tal formalidade nunca foi considerada termo essencial, sendo um facto banal e commum correr a formação da culpa á revelia da parte accusadora.

E’ inutil, pois, averiguar si era bastante a presença de um liquidatario na formação da culpa, ou si a representação regular da massa fallida exigia o comparecimento dos tres liquidatarios.

O segundo fundamento, também, não autoriza a concessão da ordem pedida.

A Lei n. 1.688, de 19 de Dezembro de 1919, deve ser entendida em face do systema geral do direito, isto é, de accôrdo com as demais Leis locais relativas à materia de competencia.

Em Accordam deste Tribunal, proferido no *habeas-corpus* n. 7.589, do mesmo Estado, e publicado na REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, vol. XXXV, pag. 52, lê-se, a respeito, o seguinte:

“Em regra, o Juiz competente para decretar a pronuncia ou não pronuncia do fallido, é o que tiver declarado a fallencia, salvo si a Lei do Estado dispuzer expressamente o contrario.

Ora, a legislação do Estado de S. Paulo conferiu ao Juiz do Commercio competencia para o processo de fallencia até a pronuncia ou não pronuncia e essa legislação não foi, em tempo algum, revogada nem expressa, nem implicitamente.

Com effeito, o Reg. n. 123, de 10 de Dezembro de 1892, expedido para a execução da Lei da organização judiciaria do Estado, especificou as attribuições cumulativas de todos os Juizes de Direito na parte criminal, tendo, porém, determinado no art. 124, que era da competencia privativa do Juiz do Commercio o preparo dos crimes de fallencia fraudulenta ou culposa, até a pronuncia, inclusive. A’ sombra dessa disposição, e de accôrdo com ella, sempre se manteve inalterada a jurisprudencia do Tribunal de Justiça do Estado de S. Paulo.

Pretende, porém, o recorrente, continúa o Accordam, que a competencia do Juiz do Commercio ou de fallencia, deixou de subsistir em virtude do art. 2º, da Lei n. 1.113, de 24 de Dezembro de 1907.

O texto da Lei invocada, é o seguinte:

“Compete privativamente aos Juizes de Direito das varas criminaes, todas as attribuições de ordem criminal, que actualmente pertencem á jurisdicção cumulativa dos demais Juizes da comarca da Capital”.

“Ora, ao tempo em que foi promulgada essa Lei, a attribuição quanto á pronuncia ou não pronuncia do fallido, não era exercida cumulativamente por todos os Juizes da Capital de S. Paulo, mas, privativamente pelos Juizes do commercio ou da fallencia, como já se mostrou.

Por consequencia, a competencia para a pronuncia do fallido, não pertence aos Juizes criminaes, porque essa competencia não está comprehendida na Lei n. 1.113, que não revogou a legislação anterior”.

De accôrdo com a doutrina desse Accordam formou-se a jurisprudencia dos Tribunaes Paulistas, e vigorava ella pacifica no Estado, quando foi promulgada a Lei n. 1.688, de 1919, que creou, na comarca de Santos, uma vara privativa para o serviço criminal, não designando as attribuições do respectivo titular. *

Parece claro que essa attribuição não pôde ser senão as dos demais Juizes criminaes privativos, já existentes no Estado, de cuja competencia se encontrava excluida a qualificação da fallencia segundo a intelligencia que sempre se deu á Lei respectiva.

Assim entendeu o Tribunal de Justiça do Estado, negando a ordem ora solicitada, e a consulta a sua jurisprudencia é uma determinação imposta por preceito constitucional aos Tribunaes Federaes, nos casos da natureza do que se trata, por estar em causa a applicação de uma Lei local.

E’ o que determina a Constituição da Republica em seu art. 59, § 2º.

Sendo como é, portanto, o assumpto da competencia legislativa dos Estados, inteiramente infundado o pedido do recorrente.

Si, porém, se reputasse a qualificação tão intimamente ligada á essência desse instituto, que se tornasse inadmissível a separação da parte material e da sua formal, a solução seria a mesma, porque se teria que applicar a Lei Federal n. 2.024, de 17 de Outubro de 1908, que, em seu art. 174, § 1º, dispõe:

“O processo correrá até a pronuncia ou não pronuncia perante o Juiz que declarou aberta a fallencia”.

Em qualquer hypothese, pois, o recorrente estaria regularmente pronunciado por Juiz competente.

Pelo exposto nego a ordem impetrada, confirmando assim o Accordam recorrido.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente.

“HABEAS-CORPUS” N. 13.953

E' illegal a prisão effectuada pelas autoridades de um Estado, a requisição das de outro, sem que tenha havido o competente processo da extradição.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.953, do Pará. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Arthur Custodio. — Tem a palavra o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — Arthur Custodio requereu ao Juiz Seccional do Estado do Pará uma ordem de *habeas-corpus* em seu favor, allegando que, tendo chegado á capital do Estado do Pará, a bordo do vapor *Poconé*, onde servia como cosinheiro, foi preso e recolhido á estação central da policia, sem que tivesse commettido qualquer crime, sem despacho de pronuncia e sem mandado de prisão preventiva.

O Chefe de Policia do Pará informou que o paciente foi preso por estar pronunciado em Manáus, no art. 294, § 1º, do Código Penal, em que tinha pedido, por telegramma, a competente extradição.

O Juiz concedeu a ordem, por falta do pedido de execução de extradição e recorreu *ex-officio* para este Tribunal.

Está feito o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — Nego provimento ao recurso, porque si o paciente commetteu, de facto, o crime de homicidio na capital do Amazonas, a sua prisão deveria ser effectuada por meio de extradição solicitada pelo Governador do Estado do Amazonas, ao Governador do Estado do Pará, conforme determina a Lei n. 39, de 30 de Janeiro de 1890.

Não houve pedido de extradição.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão

o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente.

(Ausente o Sr. Ministro Guimarães Natal).

"HABEAS-CORPUS" N. 13.498

Para a concessão de habeas-corpus a sorteado sob o fundamento de ser arrimo, é necessaria, além da certidão de idade, a prova de que o arrimado nada recebe dos cofres federaes, estaduais e municipaes.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.498, do Ceará. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Pedro Santiago. — Tem a palavra o Sr. Ministro Geminiano da Franca.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, Relator: — Trata-se de um caso de arrimo de pae. O paciente não provou devidamente a sua allegação, pois não juntou a sua certidão de idade, nem certidão da Prefeitura, para prova de que o arrimado nada recebe dos cofres municipaes. Dou, por isso, provimento ao recurso para cassar a ordem.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Sr. Ministro Relator dá provimento ao recurso para cassar a ordem. Está em discussão. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Deu-se provimento ao recurso, para cassar a ordem, unanimemente.

(Ausente o Sr. Ministro Guimarães Natal).

"HABEAS-CORPUS" N. 13.922

A concessão do habeas-corpus ao sorteado pelo facto de o ter sido quando menor, não inhiibe a que o seja novamente, uma vez completada a maioridade, embora seja o mesmo o alistamento.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.922, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, José de Alvim Toste Junior. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — O paciente requereu *habeas-corpus*, allegando que foi alistado quando ainda menor e, por consequencia, não devia, absolutamente, prestar o serviço militar, a que fôra chamado. O Juiz considerou assim provado e concedeu a ordem.

Convém, entretanto, ponderar ao Tribunal: effectivamente elle foi alistado e sorteado quando menor. Requereu *habeas-corpus* e o obteve deste Tribunal. Mas, por força do Regulamento do serviço militar em vigor, esses

menores assim indevidamente sorteados devem ser incluídos no alistamento seguinte e ficar sujeitos ao novo sorteio. Assim se fez com o paciente. Quando foi novamente sorteado já tinha mais de 21 annos.

Elle argumenta que o seu alistamento primitivo foi considerado nullo pelo Tribunal e, por consequencia, não podia produzir effeito. Não me parece assim. Foi nullo porque o sorteado ainda não havia completado a sua maioridade. A razão unica do Tribunal para conceder *habeas-corporis* nestes casos é o menor não pôde prestar serviço militar, nem usar dos recursos necessarios para delle se eximir, quando illegitimamente reclamados. O paciente, porém, quando novamente sorteado já era maior, podendo, portanto, lançar mão de todos os recursos legais.

Si ao menos tivesse allegado qualquer irregularidade contra as solemnidades do alistamento, ainda bem. Mas não allegou, neste particular, cousa alguma.

Parece-me, por conseguinte, que o Tribunal deve dar provimento ao recurso, para cassar a ordem.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Deu-se provimento ao recurso para cassar a ordem, unanimemente.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.995

Não pôde pleitear isenção do serviço militar sob a allegação de menoridade quem ao ser alistado e sorteado já havia completado a idade legal.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeascorporis* n. 13.995, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juizo Federal; recorrido, Manoel Eccard. — Tem a palavra o Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — O paciente alistado para o serviço militar e sorteado requereu uma ordem de *habeas-corporis* allegando a isenção da menoridade. O Juiz deu a seguinte decisão:

"Vistos. Indefiro o pedido. O paciente, como se vê de sua certidão de idade, de fls., nasceu em Janeiro de 1902, e foi alistado para o serviço militar em 1923, com a idade legal. Intime-se".

Dessa decisão o impetrante interpoz o presente recurso, que foi tomado por termo e arrazoado. As razões são as seguintes, a fls. 12:

"Egregio Supremo Tribunal Federal.

Nos termos do art. 50 do Regulamento que baixou com o Decreto 15.034, de 22 de Janeiro de 1923, todo brasileiro é obrigado a se alistar, dentro dos 4 primeiro mezes do anno civil em que completar 21 annos.

E' claro que sendo anno civil, entende-se claramente que deve ser no anno seguinte em que se completar a maioridade.

Se assim não fosse, os alistados nascidos em Maio no mezes posteriores estariam obrigados ao alistamento no mesmo anno em que tivesse completado 21 anno. Ora a junta só funcçiona até o mez de Abril de cada anno,

Como pois o alistando nascido no mez de Maio poderia cumprir o disposto no Regulamento citado?

Assim o alistado nascido em 1902 só pôde ser alistado e sorteado em 1924 visto que em 1923 é que elle completa 21 annos.

Vê-se que o recorrente nasceu em 1902, tendo sido alistado e sorteado em 1923 contra expressa disposição do art. 50 do cit. Regulamento.

Nesses termos o recorrente pede ao Egregio Supremo Tribunal Federal a reforma do despacho recorrido, si o honrado Dr. Juiz *a quo* não o reforme desde logo.

Assim decidindo, o Egregio Supremo Tribunal Federal terá como sempre feito inteira Justiça.

A junta não especificou o dia em que o recorrente foi alistado”.

Está feito o relatório.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. pôde dar o seu voto.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — Eu confirmo a decisão. Está provado, pela certidão de idade, que, quando foi alistado e sorteado, o paciente, já era maior.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — O Sr. Ministro Relator confirma a decisão. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente.

(Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal).

“HABEAS-CORPUS” N. 13.966

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar, de quem tiver sido alistado e sorteado por municipio diverso do de sua residencia.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.966, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Paschoal Pellini. — Tem a palavra o Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — Trata-se de um caso de sorteado por municipio diverso do de sua residencia. O paciente allegou que, embora residente nesta Capital, onde é estudante de Medicina, foi sorteado pelo municipio de Rezende, no Estado do Rio de Janeiro. Realmente elle reside nesta Capital, durante o anno lectivo; o seu domicilio, porém, é em Rezende, como se vê das provas dos autos. No entanto, como o que a Lei exige é que não seja alistado e sorteado por municipio diverso do de sua residencia, nego provimento ao recurso para confirmar a decisão do Juiz, que concedeu a ordem.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(A' excepção do Sr. Ministro Godofredo Cunha, todos os Srs. Ministros votam com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Nego provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

(Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal).

"HABEAS-CORPUS" N. 13.907

Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é reservista naval.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.907, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal da 2ª Vara; recorrido, José Marciano de Araujo. — Tem a palavra o Sr. Ministro Guimarães Natal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — O recorrido é reservista naval e foi alistado e sorteado para o Exercito. O Juiz concedeu a ordem e eu confirmo a decisão.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.897

Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de seu pae, physicamente incapaz.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.897, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Sebastião Mamede Corrêa. — Tem a palavra o Sr. Ministro Guimarães Natal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — O recorrido allegou e provou ser arrimo de pae, physicamente incapaz. O Juiz concedeu a ordem e eu confirmo a decisão.

Com o mesmo fundamento, tenho mais os seguintes recursos:

N. 13.917 — Rio de Janeiro — Recorrido, Manoel Pereira de Magalhães;

N. 13.927 — Districto Federal — Recorrido, José Alves Casas;

N. 13.947 — Rio de Janeiro — Recorrido, Irineu Cordeiro de Souza;

N. 13.996 — Rio de Janeiro — Recorrido, Joubert Vianna de Moraes.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento a estes recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.967

Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem contrahiu matrimonio antes de 1921.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.967, do Rio Grande do Sul. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Luiz Biff. — Tem a palavra o Sr. Ministro Guimarães Natal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — O recorrido é casado antes de 1921. Está provado. O Juiz concedeu a ordem e eu confirmo a decisão.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.918

Constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é maior de 42 annos.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.918, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Tertuliano Monteiro Dias. — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, Relator: — Trata-se de um alistado e sorteado maior de 42 annos. O Juiz concedeu a ordem e o Tribunal, contra o meu voto, nega provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.928

Constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua familia.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.928, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Jayme Fernandes. — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, Relator: — Trata-se de caso de arrimo, devidamente provado. O Juiz concedeu a ordem e o Tribunal, contra o meu voto, nega provimento ao recurso.

Nas mesmas condições deste, tenho mais os recursos:

N. 13.948 — Rio de Janeiro — Recorrido, Aurelio Manoel de Oliveira;

N. 13.968 — Districto Federal — Recorridos, Fidelis José de Mattos, Barbastefano e José Alves Seabra;

N. 13.997 — Rio de Janeiro — Pedro Alberto Rocha;

N. 14.006 — Paraná — Recorrido, Victorio Tressato.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento a estes recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 14.015

Constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado por municipio diverso do da sua residencia.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 14.015, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal da 1ª Vara; recorrido, Desiderio Fontoura. — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, Relator: — O recorrido foi alistado e sorteado por municipio diverso daquelle em que reside. Está provado.

O Juiz concedeu a ordem e o Tribunal, contra o meu voto, nega provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.919

Constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de seu pae, physicamente incapaz, ou de mãe viuva.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.919, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Antonio Nunes. — Tem a palavra o Sr. Ministro Leoni Ramos.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS, Relator: — O paciente é arrimo de pae physicamente incapaz. O Juiz julgou provada a allegação e concedeu a ordem. Nego provimento ao recurso.

Tenho mais, Sr. Presidente, os seguintes casos de arrimo:

N. 13.929, da Parahyba. — Recorrido, José Militão de Araujo, arrimo de mãe;

N. 13.969, do Districto Federal — Recorrido, Francisco Ferreira Carneiro, arrimo de mãe viuva;

N. 13.979, do Rio de Janeiro — Recorrido, Orsino de Souza Moura, arrimo de mãe viuva;

N. 14.016, do Districto Federal — Idem, Alcides Vianna, arrimo de mãe viuva.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida. O Tribunal nega provimento a estes recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.949

Constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado por municipio diverso do de sua residencia.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.949, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Ademardo Ferraz. — Tem a palavra o Sr. Ministro Leoni Ramos.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS, Relator: — Este paciente provou ter sido alistado por municipio diverso do da sua residencia. O Juiz concedeu a ordem. Nego provimento.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.998

Constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem

contrahiu matrimonio antes de 1921 e sustenta filhos menores.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.998, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Octavio Simões de Almeida. — Tem a palavra o Sr. Ministro Leoni Ramos.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS, Relator: — Este paciente provou que é casado antes de 1921 e tem filhos menores a sustentar. O Juiz concedeu a ordem, nego provimento.

Identico a este, Sr. Presidente, tenho o recurso n. 13.959, do Districto Federal, em que é recorrido, Astrogildo Fontes. Está perfeitamente provado.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida. O Tribunal nega provimento a estes recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.791

Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado por município diverso do de sua residencia.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.791, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal da 2ª Vara; recorrido, Octavio Moreira. — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — O paciente allegou e provou que foi alistado e sorteado na Capital Federal, quando reside em Nictheroy. Trata-se, portanto, de um caso de município diverso. O Juiz concedeu a ordem, recorreu e eu nego provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida: o Tribunal nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.870

Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de seu pae, physicamente incapaz.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.870, do Paraná. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Henrique Pavarim. — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — O paciente allegou e provou ser o arrimo unico de seu pae, physicamente incapaz. O Juiz concedeu a ordem e eu nego provimento ao recurso.

Identico a este, tenho mais o recurso de *habeas-corpus* n. 13.950, do Rio de Janeiro, em que é recorrido, Aureo Chaves.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida: o Tribunal nega provimento aos recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.860

Constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem contrahiu matrimonio antes de 1921.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.860, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal da 2ª Vara; recorrido, Armando de Virgiliis. — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — O paciente allegou e provou que se casou antes de 1921. O Juiz concedeu a ordem, recorreu e eu confirmo a sua decisão.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida: o Tribunal nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.970

Constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem contrahiu matrimonio antes de 1921 e sustenta filhos menores.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.970, do Rio Grande do Sul. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Carlos Germano Militz. — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — O paciente allegou e provou ter se casado antes de 1921 e ter filhos menores que sustenta. O Juiz concedeu a ordem, recorreu e eu confirmo a sua decisão.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida: o Tribunal nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.771

Constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe viuva, por ella escolhido para tal, entre outros filhos.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.771, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal da 2ª Vara; recorrido, João Carlos Lameirinhas. — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — Trata-se de um caso de arrimo de mãe viuva, por ella escolhido para este fim. Está devidamente provado. O Juiz concedeu a ordem e eu voto pela confirmação do seu despacho.

Identicos a este, tenho mais os seguintes recursos de *habeas-corpus*:

N. 13.890, do Rio de Janeiro — Recorrido, Alexandre Butturini;
N. 13.900, do Districto Federal. — Recorrido, Helio Pederneiras;
N. 13.930, do Rio de Janeiro — Recorrido, João Paulino da Silva.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida: o Tribunal nega provimento a estes recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.910

*Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo
habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem
é arrimo de mãe solteira.*

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.910, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal da 2ª Vara; recorrido, Sylvio Eloy Chaves. — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — O paciente allegou e provou ser o unico arrimo de sua mãe solteira. O Juiz concedeu a ordem, recorreu e eu nego provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida: o Tribunal nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.920

*Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo
habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem
foi alistado e sorteado por municipio diverso do da
sua residencia.*

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.920, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Mario Teixeira da Costa. — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — Neste caso o Juiz equivocou-se, declarando que o recorrido fôra sorteado por classe differente da que lhe competia, quando se trata de municipio diverso. A allegação está devidamente provada. O Juiz concedeu a ordem, recorreu e eu nego provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida: o Tribunal nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.930

*E' illegal o sorteio de quem foi alistado quando
ainda menor, não obstante o sorteio se haver verifi-
cado depois de completada a maioridade.*

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de

habeas-corpus n. 13.930, do Paraná. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, João Plínio da Silva. — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — O paciente foi alistado quando menor. O Juiz concedeu a ordem e recorreu. Comquanto tenha sido sorteado depois de completar a maioridade, o seu alistamento não deixa de ser nullo. Nego provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — E' conhecida a votação do Tribunal: nega provimento ao recurso contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

(Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal).

"HABEAS-CORPUS" N. 13.960

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe abandonada pelo marido.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.960, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal da 2ª Vara; recorrido, Arnaldo Francisco de Moraes. — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — O paciente allegou e provou ser o unico filho e arrimo de sua mãe abandonada pelo marido. O Juiz concedeu a ordem, recorreu e eu confirmo a sua decisão.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida: o Tribunal nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.980

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua esposa physicamente incapaz.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.980, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Nelson Daniel Quintanilha. — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — O paciente allegou e provou devidamente ser o unico arrimo de sua esposa physicamente incapaz. O Juiz concedeu a ordem, recorreu e eu confirmo a sua decisão.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida: o Tribunal nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.973

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de seus irmãos, orphams de pae e mãe.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de

habeas-corpus n. 13.973, do Paraná. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Domingos Alberto Brunovo. — Tem a palavra o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — O paciente allegou e provou ser unico arrimo de seus irmãos, orphams de pae e mãe. O Juiz concedeu a ordem, recorreu e eu confirmo a sua decisão.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida: o Tribunal nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.983

Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe viuva.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.983, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal da 2ª Vara; recorrido, Alvaro Ferreira Pinto. — Tem a palavra o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — O paciente allegou e provou ser o arrimo unico de sua mãe viuva. O Juiz concedeu a ordem e recorreu. Confirmo a sua decisão.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida: o Tribunal nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 14.001

Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado por municipio diverso do da sua residencia.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 14.001, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Manoel Pinto dos Santos. — Tem a palavra o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — Trata-se de um caso de municipio diverso. O paciente allegou e provou que foi alistado e sorteado pelo municipio de Vassouras, quando reside no de Barra do Pirahy. O Juiz concedeu a ordem, recorreu e eu nego provimento ao recurso.

Nas mesmas condições está o recurso de *habeas-corpus* n. 14.010, de São Paulo, em que é recorrido Elias Habib, residente na Capital do Estado e sorteado e alistado pelo municipio de São Carlos.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação do Tribunal é conhecida: nega provimento aos recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.924

Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de seu pae, physicamente incapaz.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.924, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, João Abdalla Persy. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — O paciente allegou e provou ser o arrimo unico de seu pae. O Juiz concedeu a ordem, recorreu e eu confirmo a sua decisão.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida: o Tribunal nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.984

Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem contrahiu matrimonio antes de 1921, e sustenta filhos menores.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.894, do Districto Federal. Recorrente, o Juizo Federal da 2ª Vara; recorrido, Camillo Affonso Pereira. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — A hypothese é de um sorteado casado antes de 1921, e com filhos menores, que sustenta. O Juiz concedeu a ordem e eu nego provimento ao recurso, para confirmar a decisão recorrida.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação do Tribunal é conhecida: Nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

(Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal).

"HABEAS-CORPUS" N. 14.011

Constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem contrahiu matrimonio antes de 1921, e sustenta filhos menores.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 14.011, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juiz Federal da 2ª Vara; recorrido, Elyseu de Alvarenga Freire. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Este sorteado allegou e provou que se casou antes de 1921, e tem filhos menores que sustenta. O Juiz concedeu a ordem e recorreu. Nego provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação do Tribunal é conhecida: Nega provimento ao recurso, contra o voto do Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.531

Constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo unico de sua mãe viuva.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.531, de Minas Geraes. Recorrente, o Juiz Federal da 2ª Vara; recorrido, Messias Francisco da Silva. — Tem a palavra o Sr. Ministro Geminiano da Franca.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, Relator: — O paciente allegou e provou devidamente que é o unico arrimo de sua mãe viuva. O Juiz concedeu a ordem e recorreu. Nego provimento ao recurso para confirmar a decisão recorrida.

Nas mesmas condições, tenho o recurso de *habeas-corpus* n. 13.855, do Districto Federal, em que é recorrido Joaquim Cruz.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação do Tribunal é conhecida: Nega provimento aos recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.663

Constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de seu pae, physicamente incapaz.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.663, do Paraná. Recorrente, o Juizo Federal da 2ª Vara; recorrido, João Pinto da Silva. — Tem a palavra o Sr. Ministro Geminiano da Franca.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, Relator: — O paciente allegou e provou devidamente, que é o unico arrimo de seu pae. O Juiz concedeu a ordem e recorreu. Nego provimento ao recurso.

Em identicas condições, está o recurso de *habeas-corpus* n. 13.965, do Rio de Janeiro, em que é recorrido Nelson Soares da Silva.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação do Tribunal é conhecida: Nega provimento aos recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.875

Constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado por município diverso do da sua residencia.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de

habeas-corpus n. 13.875, de Minas Geraes. Recorrente, o Juízo Federal da 2ª Vara; recorrido, Antonio Lucas Machado. — Tem a palavra o Sr. Ministro Geminiano da Franca.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, Relator: — O paciente allegou e provou que foi alistado e sorteado por município diverso daquele em que reside. O Juiz concedeu a ordem e recorreu. Nego provimento ao recurso para confirmar a sua decisão.

Nas mesmas condições, está o recurso de *habeas-corpus* n. 13.925, do Rio de Janeiro, em que é recorrido Luiz Seabra.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação do Tribunal é conhecida: Nega provimento aos recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.905

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua esposa, physicamente incapaz.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.905, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal da 2ª Vara; recorrido, Manoel Amorim Paes Leme. — Tem a palavra o Sr. Ministro Geminiano da Franca.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, Relator: — Trata-se de um caso de arrimo de esposa physicamente incapaz. A allegação está devidamente provada. O Juiz concedeu a ordem e recorreu. Nego provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação do Tribunal é conhecida: Nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.915

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem contrahiu matrimonio antes de 1921.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.915, do Districto Federal. Recorrente, o Juiz Federal da 2ª Vara; recorrido, Aagal de Medeiros. — Tem a palavra o Sr. Ministro Geminiano da Franca.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, Relator: — Este sorteado allegou e provou devidamente que se casou antes de 1921. O Juiz concedeu a ordem e recorreu. Nego provimento ao recurso para confirmar a sua decisão.

Nas mesmas condições, tenho o recurso de *habeas-corpus* n. 13.895, do Rio de Janeiro, em que é recorrido Nestor Ildefonso Folly.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação do Tribunal é conhecida: Nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.955

Constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.955, do Districto Federal. Recorrente, o Juizo Federal da 2ª Vara; recorrido, Pedro Quintino Rabello. — Tem a palavra o Sr. Ministro Geminiano da Franca.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, Relator: — Trata-se de um caso de arrimo de mãe. A allegação está devidamente provada. O Juiz concedeu a ordem e recorreu. Nego provimento ao recurso.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação do Tribunal é conhecida: Nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.956

Constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de seu pae physicamente incapaz e de irmãos menores.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.956, do Ceará. Recorrente, o Juizo Federal da 2ª Vara; recorrido, José Alves da Rocha. — Tem a palavra o Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — Trata-se de um caso de arrimo de pae physicamente incapaz e de irmãos menores. A isenção está devidamente provada. O Juiz concedeu a ordem, e eu confirmo a sua decisão.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação do Tribunal é conhecida: Nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.906

Constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua esposa physicamente incapaz.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.906, do Districto Federal. Recorrente, o Juizo Federal da 2ª Vara; recorrido, Jorge Lopes do Amaral. — Tem a palavra o Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — O paciente allegou e provou que é o arrimo unico de sua esposa physicamente incapaz e de filhos menores. A isenção está devidamente provada. O Juiz concedeu a ordem, e eu confirmo a sua decisão.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação do Tribunal é conhecida: Nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.937

Constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.937, de S. Paulo. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Augusto Saleorni. — Tem a palavra o Sr. Ministro Guimarães Natal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — Trata-se de caso de menoridade, devidamente provada. O Juiz concedeu a ordem. Dou provimento ao recurso para cassar a ordem.

Nas mesmas condições deste, tenho o recurso n. 13.977, do Paraná, em que é recorrido Antonio de Souza Bueno.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento aos recursos, contra os votos dos Srs. Ministros Guimarães Natal e Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.938

Constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.938, de S. Paulo. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Affonso Petti. — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, Relator: — Trata-se de caso de menoridade, devidamente provada. O Juiz concedeu a ordem e o Tribunal, contra o meu voto, nega provimento ao recurso.

Nas mesmas condições deste, tenho o recurso n. 13.978, do Paraná, em que é recorrido Alberto Martins.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento aos recursos, contra os votos dos Srs. Ministros Godofredo Cunha e Guimarães Natal.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.939

Constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.939, de S. Paulo. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Angelo Francisco Biondo. — Tem a palavra o Sr. Ministro Leoni Ramos.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS, Relator: — Este paciente provou que ainda era menor quando foi alistado e sorteado. O Juiz concedeu a ordem. Nego provimento.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento a este recurso, contra os votos dos Srs. Ministros Guimarães Natal e Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.943

Constitúe constrangimento ilegal, sanável pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.943, do Paraná. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Frederico Good. — Tem a palavra o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — O paciente alegou e provou ter sido alistado e sorteado antes de haver atingido a sua maioridade. Por esse motivo o Juiz concedeu a ordem e recorreu. Confirmo a sua decisão.

Nas mesmas condições, tenho mais os seguintes recursos:

N. 13.963, de S. Paulo — Recorrido, Decio Leite Pereira; e
N. 13.992, do Paraná — Recorrido, Ladisláu Salaser.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Tribunal nega provimento aos recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

(Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal).

"HABEAS-CORPUS" N. 13.944

Constitúe constrangimento ilegal, sanável pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.944, do Paraná. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Octavio Bino. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — E' a hypothese de um sorteado menor, devidamente comprovada. O Juiz concedeu a ordem e eu confirmo a sua decisão.

Nas mesmas condições, tenho mais os seguintes recursos:

N. 13.964, de S. Paulo — Recorrido, Cosme Bruno;
N. 13.974, do Paraná — Recorrido, Alvaro Pinto;
N. 14.002 do Paraná — Recorrido, Sebastião Ferreira de Jesus.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida: o Tribunal nega provimento aos recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

(Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal).

"HABEAS-CORPUS" N. 13.586

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.586, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juiz Federal da 2ª Vara; recorrido, João Baptista dos Santos. — Tem a palavra o Sr. Ministro Geminiano da Franca.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, Relator: — O paciente allegou e provou devidamente que foi alistado e sorteado quando menor. O Juiz concedeu a ordem e recorreu. Nego provimento ao recurso para confirmar a decisão recorrida.

Nas mesmas condições, tenho os seguintes recursos de *habeas-corpus*:

N. 13.795, do Paraná, em que é recorrido Constantino Alipio dos Santos;

N. 13.865, do Paraná, em que é recorrido Benedicto Ferreira Collaço;

N. 13.945, do Paraná, em que é recorrido Elias, filho de João Pinheiro Filho; e

N. 13.975, do Paraná, em que é recorrido Adolpho Vieira de Godoy.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação do Tribunal é conhecida: Nega provimento aos recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

(Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal).

"HABEAS-CORPUS" N. 13.946

Constitue constrangimento illegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo unico de sua mãe.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.946, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juiz Federal da 2ª Vara; recorrido, Abel José da Silva. — Tem a palavra o Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — E' um caso de arrimo unico de mãe. A isenção está devidamente provada. O Juiz concedeu a ordem e eu confirmo a sua decisão.

Em idênticas condições estão os recursos de *habeas-corpus*:

N. 13.926, do Districto Federal, em que é recorrido João Pereira das Neves; e

N. 13.896, do Rio de Janeiro, em que é recorrido Nicomedes Machado de Carvalho.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação do Tribunal é conhecida: Nega provimento aos recursos, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

(Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal).

"HABEAS-CORPUS" N. 13.976

Constitue constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.976, do Paraná. Recorrente, o Juízo Federal; recorrido, Angelin, filho de José Zanetti. — Tem a palavra o Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — Trata-se de um sorteado melhor. A isenção está devidamente provada. O Juiz concedeu a ordem e eu confirmo a sua decisão.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação do Tribunal é conhecida: Nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.940

Constitue constrangimento ilegal, sanavel pelo habeas-corpus, a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.940, do Paraná. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, Boleslau, filho de Francisco Marszaleck. — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — O paciente foi alistado e sorteado quando ainda menor. O Juiz concedeu a ordem e eu voto pela sua confirmação.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — A votação é conhecida: o Tribunal nega provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Ministro Godofredo Cunha.

(Ausente, o Sr. Ministro Guimarães Natal).

RECURSO CRIMINAL N. 508

Os recursos e apellações interpostos pelo Ministerio Publico das sentenças de impronuncia e absolvição, em processos por crimes inafiançaveis, devem ser julgados em sessão secreta.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso criminal n. 508, do Districto Federal. Recorrente, o Procurador Criminal; recorridos, Alfredo Nauman e Mamede Lima. — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, Relator: — O Procurador Criminal, com fundamento no inquerito policial, diz o seguinte na denuncia: (Lê)

"Consta do incluso inquerito policial que, no dia 28 do mez de Fevereiro

deste anno, cerca de 15 horas, o guarda do armazem P. 4, da Estação Maritima da Estrada de Ferro Central do Brasil, Eduardo Duarte da Costa Vaz, agindo mancommunadamente com o vendedor ambulante de fazendas, de nacionalidade syria, Ignacio Cedew, desviou do alludido armazem, 4 caixas de fazendas, de uma partida de 26 que vieram de Bello Horizonte para a firma Sotto Mayor & Cia., desta praça.

Ignacio Cedew fez com que essas caixas fossem levadas para o estabelecimento commercial de Mamede Lima, seu irmão, á Rua José Mauricio n. 65, de onde, no dia seguinte, as retirou, enviando 6 fardos, contendo 173 peças, para o individuo Alfredo Nauman, na Estação de Itaguahy, onde foram apprehendidas, e 60 peças para a casa de residencia de Mamede Lima, na Rua do Lavradio n. 20, 2º andar, onde tambem foram apprehendidas, havendo desviado para lugar ignorado as 7 peças que faltavam para completar o total de 233 que continham as 4 caixas desviadas da Estação Maritima, avaliadas em 12:480\$000.

A leitura dos depoimentos do inquerito convence que os individuos Alfredo Nauman e Mamede Lima receberam e occultaram taes mercadorias sabendo que eram producto de um furto, e, nestes termos, esta Procuradoria denuncia perante V. Ex.: Eduardo Duarte da Costa Vaz, como incurso na sanção do art. 1º, letra B, da Lei n. 4.780, de 27-12-1923; Ignacio Cedew, na sanção do mesmo artigo, combinado com o art. 4º da mesma Lei; e os individuos Alfredo Nauman e Mamede Lima, nestes mesmos artigos, combinadamente com o art. 21, § 3º do Código Penal, e requer as diligencias legais para a formação da culpa."

A' vista desta denuncia, procedeu-se á formação da culpa, depondo as testemunhas arroladas na mesma, e, depois do interrogatorio e defesa dos réus, o Juiz substituto proferiu a seguinte decisão: (Lê):

"Vistos, etc. O Dr. Procurador Criminal, diz na petição de fls. 2: que Eduardo Duarte da Costa Vaz, guarda do armazem P. 4, da Estação Maritima, Estrada de Ferro Central do Brasil, agindo macommunadamente com o vendedor ambulante Ignacio Cedew, desviou do Armazem alludido, 4 caixas de fazendas, de uma partida de 26 que vieram de Bello Horizonte, para a firma Sotto Mayor & Cia. desta praça; que Ignacio Cedew fez com que essas caixas fossem levadas para o estabelecimento commercial de Mamede Lima, seu irmão, de onde, no dia seguinte as retirou, enviando 6 fardos para o individuo Alfredo Nauman, na Estação de Itaguahy, onde foram apprehendidas, e 60 peças para a casa de residencia de Mamede Lima, onde tambem foram apprehendidas, havendo desviado para lugar ignorado as 7 peças que faltavam para completar 233, que continham as 4 caixas, avaliadas em rs. 12:480\$000; que Alfredo Nauman e Mamede Lima, receberam e occultaram taes mercadorias, sabendo que eram producto de um furto; que Eduardo Duarte da Costa Vaz, commetteu o crime previsto no art. 1º, letra b, da Lei n. 4.780, de 27 de Dezembro de 1923; Ignacio Cedew, o do mesmo art. combinado com o 4º da mesma Lei; Alfredo Nauman e Mamede Lima, o dos mesmos arts. combinados com o 21, § 3º do Código Penal."

O crime attribuido a Eduardo Duarte da Costa Vaz, está plenamente provado pelo depoimento das testemunhas do summario e pela sua propria confissão perante a autoridade policial. O que se encontra nestes autos contra esse accusado não admite contestação. Foi elle o principal agente do furto das 4 caixas de fazendas retiradas do armazem P. 4, da Estação Maritima, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Relativamente a Ignacio Cedew, que ficou demonstrado chamar-se Nasso Sedeu, tambem as provas são de molde a não deixar duvida que a sua acção, no acto delictuoso praticado por Eduardo, foi directa e de accôrdo com este. Para corroborar essa affirmacão bastam as declarações de Eduardo, de Mamede, e de Alfredo, na 4ª delegacia auxiliar, assim como os depoimentos das testemunhas a fls. 52 v., 56, 60 *in fine*, e 75, no summario da culpa.

No que diz respeito a Mamede Lima e Alfredo Nauman (que se verifica chamar-se Alfredo Nusman), existem indicios vehementes, pois que o poder dos mesmos foram encontradas parte das mercadorias furtadas e levados esses individuos á Policia, não deram explicações que os afastasse da convivencia com os principaes autores do crime.

A defesa de fls. 94, offerecida pelo illustre advogado dos accusados Nasso Sedeu, Mamede Lima e Alfredo Nusman, se acha desacompanhada de elementos probatorios, e o facto allegado de não merecerem credito os testemunhos de agentes e investigadores policiaes, é improcedente, em vista do que já tem decidido o Venerando Supremo Tribunal Federal, em varios Accordams.

Nestes termos em face das provas dos autos, — julgo procedente a denuncia para pronunciar, como pronuncio Eduardo Duarte da Costa Vaz, incurso nas penas do art. 1º, letra *b*, da Lei n. 4.780, de 27 de Dezembro de 1923; Nasso Sedeu, como incurso nas penas do mesmo art. combinado com o 4º da cit. Lei; Alfredo Nusman e Mamede Lima, tambem nas penas desses mesmos arts. em combinação com o 21, § 3º do Cod. Penal, sujeitando-os a prisão e livramento. Expeça-se mandado de prisão contra os réus, lance-se os seus nomes no rol dos culpados e paguem elles as custas em que os condemno.

Recorro deste despacho para o Dr. Juiz Federal."

Recorreu, e o Dr. Juiz Federal, tomando conhecimento do recurso, proferiu a seguinte decisào: (*Lê*)

"Vistos, etc. E attendendo a que os autos fazem certo terem desaparecido dos armazens da Estação Maritima da E. F. Central do Brasil, no dia 28 de Fevereiro do corrente anno, quatro caixas contendo fazendas de propriedade de Sotto Mayor & Cia.; attendendo a que as provas colhidas apuraram a existencia de indicios vehementes de terem concorrido dolosamente para esse extravio os denunciados Eduardo Duarte da Costa Vaz e Ignacio Cedew ou Nasso Sedeu, o primeiro funcionario da referida estrada e o segundo negociante ambulante: attendendo a que a circumstancia de ter sido encontrada a maior parte da mercadoria desviada em poder dos denunciados Alfredo Nauman e Mamede Lima é por estes explicada de modo verosimel, não revelando os autos um indicio sequer do que elles conhecessem a procedencia criminosa desses effeitos, ou facto que tal fizesse presumir, elemento essencial da cumplicidade pela receptação a que allude o Cod. Pen. no art. 21, § 3º: "

Por estes fundamentos, confirmo a decisào de fls. 103, na parte que pronunciou os accusados Eduardo Duarte da Costa Vaz e Ignacio Cedew, como incursos nas penas do art. 1º, letra *b* do Dec. leg. n. 4.780, de 1923, sendo este ultimo *ex-vi* do disposto ao art. 4º do mesmo Dec., e reformo a mesma decisào, para impronunciar os demais denunciados, cujos mandados de prisão serão cassados."

Desta decisào o Dr. Procurador da Republica recorreu, na parte em que não pronunciou dous dos denunciados — Alfredo Nauman e Mamede Lima —

por entender que nos autos havia indícios vehementes da culpabilidade desses dous accusados.

Tomado por termo o recurso, arazoaram o Procurador Criminal interino e os réus.

O Procurador Criminal entende que ha indícios vehementes, porque as fazendas furtadas foram encontradas na casa dos dous recorridos, bastando este facto para demonstrar que elles tinham pleno conhecimento do delicto, sendo um delles irmão de um dos réus pronunciados.

Diz o Procurador Criminal, a fls. 127: (*Lê*)

"Egregio Tribunal. O despacho de fls. 107 não póde subsistir, na parte em que impronunciou os accusados Alfredo Nauman e Mamede Lima.

Neste ponto impõe-se a sua reforma. E' o que se demonstrará, com absoluta segurança, no presente recurso.

Ao denunciar os individuos supra-nomeados esta Procuradoria assim procedeu baseada nos autos de apprehensão de fls. 19 e 22, corroborados com as declarações dos proprios accusados. Verifica-se pelo primeiro deste autos, que do furto de fazendas, cuja repressão é pleiteada neste processo, 60 peças foram encontradas no quarto de dormir de Mamede Lima, á rua do Lavradio n. 20, 2º andar; e pelo segundo, que 173 peças se achavam escondidas no botiquim de Alfredo Nauman, em Itaguahy.

Ouvidos no inquerito, (fls. 14 e 16), os seus ditos fazem presumir a sua culpabilidade, quando consentiram em guardar o producto do furto, a que estes autos se referem:

1 — Quanto a Alfredo Nauman, (deptº. de fls. 14 e s s.)

Multiplas são as circumstancias, que mostram a inverosimilhança da innocencia deste accusado. Ell-as:

1º) Residindo o syrio Nasso Sedeu tão proximo á localidade deste accusado, porque motivo ia d'elle solicitar para guardar aquellas mercadorias, quando seria igualmente facil remettel-as para a sua propria residencia? Só por este facto, não estava o accusado Alfredo Nauman na obrigação de suspeitar que Nasso Sedeu tinha razões inconfessaveis para não guardar em sua propria residencia essas mercadorias?

2º) Onde o motivo, que justifique, ainda que de leve, a guarda desta mercadoria pelo accusado Alfredo Nauman? Tão inexplicavel se apresenta este facto aos olhos do proprio accusado que elle nem tentou esclarecel-o. Limitou-se apenas a articular a sua innocencia;

3º) Não devia o accusado Alfredo Nauman desconfiar, desde logo, da attitude de Nasso Sedeu, despachando para elle, sem lhe prevenir, e sem buscar se garantir com quaesquer documentos, mercadorias de tão alto valor, (cerca de 6:200\$000)? Qualquer pessoa medianamente honesta veria logo nesta facilidade, o interesse de Nasso Sedeu em fazer perder a pista do rumo que tomaram aquellas 173 peças de fazendas;

4º) A versão fornecida pelo accusado quanto á fôrma pela qual veio a saber do furto praticado por Nasso Sedeu, por sua inverosimilhança, mostra bem que elle estava ao par do acto deste. Diz elle, que tendo sabido por um empregado da Estação de Itaguahy, estar Sedeu implicado num furto de fazendas, resolveu procurar o Delegado local, a quem poz ao corrente de sua situação. Ora, se este facto fosse verdadeiro, porque não nomeou desde logo esse empregado? porque e como veio esse empregado a saber do furto de Sedeu?

Não, a verdade é uma outra. Informado directamente por este, de que o furto fôra descoberto, tratou de procurar o Delegado local, contar-lhe o que se passára, e, assim, poder mais tarde invocar este facto como prova de sua innocencia.

II — Quanto a Mamede Lima, (fls. 16 e s. s.).

Não são menos abundantes os elementos reveladores da culpabilidade deste outro accusado. Vejamos-os:

1º) A attitude de absoluta negação, que, no começo, manteve este indiciado. E' elle proprio, que, nas suas declarações, affirma textualmente:

"...é verdade que o declarante a principio procurou negar tudo quanto sabia com referencia ás fazendas e seu irmão, mas, isso o declarante o fez com receio de ser tambem responsabilizado pelo furto praticado."

Se a affirmação clara, positiva, e cathgorica do accusado de que sabia que as fazendas tinham sido furtadas por seu irmão, não bastasse só por si para lhe demonstrar a culpabilidade, o seu procedimento, buscando mostrar-se ignorante de tudo, e consentindo em confessar a sua sciencia destes factos unicamente após a apprehensão das mercadorias em seu proprio quarto, mostra bem a intenção, que o animava na receptação que praticou.

2º) O transporte das mercadorias da loja de commercio para o quarto do denunciado, quando este percebeu que o guarda Felisbino Ribeiro (fls. 59 v.), vira as fazendas entrarem no seu estabelecimento.

3º) A confissão do accusado, (fls. 17 v. e 18), de que tentou entregar a Nasso Sedeu as mercadorias furtadas, já depois que soubera na Delegacia do 4º Districto, (segundo allega), da sua procedencia.

4º) O procedimento de Nasso Sedeu, confabulando em voz baixa com o conferente Costa Vaz, junto ao estabelecimento do accusado, que foi de tudo isto testemunha occular.

Todos estes elementos são tirados das proprias declarações dos accusados. Se elles não bastarem para revelar o dolo dos indiciados, são, no entretanto, mais do que sufficientes para mostrar a sua imprudencia manifesta.

Ora, para se dar a cumplicidade do art. 21, § 3º, do Cod. Penal, não se ha mistér de provar a existencia do dolo. Apenas se exige a culpa.

"Não basta, diz Bento de Faria, para eximir o receptador da responsabilidade, a allegação de que não sabia, quando factos notorios e que despertam a attenção ordinaria, deviam tel-o feito suspeitar, (Cod. Pen. annotado — V. I, pag. 78)."

Ora, dos presentes autos, como já o demonstrámos, está mais do que provada a culpa dos accusados Alfredo Nauman e Nasso Sedeu.

E tratando-se, como se trata, na especie, de despacho de pronuncia, não são necessarios outros elementos além dos invocados por esta Procuradoria para se pôr em suspeição aos accusados já indicados. Porquanto,

"Devant les juridictions de jugements, si les preuves seules de la culpabilité peuvent motiver une condamnation, le doute profitant á l'accusé, devant les juridictions d'instruction, des presumptions sont suffisantes pour permettre d'engager le procès. Il existe, en effet, entre la mise en prevention ou en accusation et la condamnation, toute la difference qui sépare la certitude de la probabilité. Les juridictions de jugement se posent cette question: le prévenu ou l'accusé est-il coupable? et elles ne doivent y reprendre affirmativement que si la preuve est complètement faite. *Les juridictions d'instruction se demandent s'il existe des charges suffisantes permettant de mettre l'inculpé en jugement. Et elles doivent résoudre cette question par l'affirma-*

tive, même si la preuve n'est pas complete, puisque de simple présomptions suffisent pour accuser, (Garraud — Instruction Criminelle — (v. 3, pag. 294)."

Assim, pois, a certeza só se torna necessária no processo criminal quando se trata de condemnar, porque ali o julgamento é definitivo. Quando, porém, a solução é provisória, e revela méra suspeição da Justiça, como se dá com a pronuncia, simples indícios ou presumpções bastam para inculpar aquelle contra quem fallam esses indícios ou presumpções.

Nesta phase, todo o rigor é pouco, maximé quando a hypothese é de receptação.

"Le recel, diz Prins, des objects obtenus á l'aide d'un crime ou d'un délit est un des actes les plus importants qui puissent commettre les fauteurs. Aucun agent n'est plus utile á l'auteur d'attentats contre la propriété que celui qui reçoit et détient les choses provenant de l'infraction. Au voleur surtout le recel donne la securité avec le moyen de cacher les preuves de son mefait. Et quoi qu'en dise Montesquieu, ou comprend la sévérité qui de tout temps a atteint le recel, (Science Pénale et droit positiv — pags. 364 e 365)."

A' vista do exposto, espera esta Procuradoria a reforma do despacho de fls. 107, e requer a pronuncia, por este Venerando Tribunal, dos individuos Alfredo Nauman, e Mamede Lima, como o exigem a Lei e a Justiça."

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — O Julgamento deste recurso é secreto.

AGGRAVO DE PETIÇÃO N. 3.899

Para conhecimento do agravo não é essencial a citação da Lei permissiva do recurso, sómente sendo necessaria a citação da Lei offendida.

A replica e a treplica não são termos essenciaes do processo e a sua falta não inquina o processo de nullidade.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Agravo de Petição n. 3.899, do Districto Federal. Aggravantes, Francisco de Castro e outro; agravado, Salvador Tedesco. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Os agravantes propuzeram esta acção, que elles denominaram de limites, ao agravado, para o fim de estabelecerem a linha divisoria entre terrenos determinados.

Proposta a acção, foi ella contestada e replicada.

Logo em seguida, o Juiz poz a causa em prova.

Os agravantes, na primeira audiencia, solemnizaram o despacho do Juiz pondo a causa em prova, para os fins legaes.

O agravado, na primeira vez que compareceu em Juizo, fez o seguinte requerimento a fls. 47:

"Diz Salvador Tedesco que, estando em seu curso probatorio a acção de limites, em que contende com Francisco de Castro e Antonio C. de Carvalho, requer a V. Ex. se digne determinar a designação de dia e hora, afim de se proceder á inquirição das testemunhas que o Supp. offerece, sobre a materia de facto, adduzida em sua contestação. E, sempre com ressalva de seus direitos e protestando por quaesquer nullidades do processado.

P. deferimento, intimada a parte adversa, na pessoa de seu Advogado, sob pena de revelia”.

Ouidas as testemunhas, arrazoada a causa, o Juiz sentenciou a fls. 72: (Lê)

“Vistos estes autos de demarcação, intentada por Francisco de Castro e outro contra Salvador Tedesco:

E attendendo a que, embora não constitua a treplica termo essencial do processo, a sua omissão, desde que foi admittida a replica, importa em nullidade insupprível, maxime quando arguida, em tempo util, pela parte;

Attendendo a que, na especie, houve preterição desse termo, contra o disposto no art. 36 do Decreto n. 720 de 1890;

Attendendo a que assim já o entendeu o Egregio Supremo Tribunal no Ven. Acc. da app. civ. n. 459 de 2 de Maio de 1900:

Julgo nullo o processado de fls. 42 em diante e condemno os autores nas custas”.

Dahi, a interposição deste agravo, em que se citou:

a) como Lei offendida, o Decreto n. 3.084, arts. 89 e 90, 3ª parte (considera nullos os processos, quando falta algum termo essencial, mas entre os termos essenciaes não se encontra a treplica);

b) como Lei permissiva, a Lei n. 221, de 1894, art. 54, n. 6, letra n (damno irreparavel).

O Juiz assim contraminutou a fls. 85: (Lê)

“Egregio Supremo Tribunal Federal.

Não causou este Juizo damno irreparavel com o annullar o processo por omissão da treplica.

Quando muito teria proferido uma decisão aggravavel, por effeito do disposto no art. 13 do Dec. leg. n. 4.381 de 1921, aliás não invocado pelos recorrentes. E' certo que o Reg. n. 737 de 1850, no art. 673 e §§ não considera a *replica* e a *treplica* termos essenciaes do processo, mas essa razão não colhe, em se tratando de acção especial como a presente, excluida, por sua natureza, da incidencia daquelle Reg. (Dec. n. 763 de 19 de Set. de 1890, art. 1 § unico). Aliás esse E. Tribunal já tem admittido de um modo geral, como nullidade, a falta do ultimo desses termos, (Dir. vol. 83 p. 435), não sendo outra a orientação da doutrina e dos tribunaes locais — (Ramalho — *Praxe Bras.* §§ 134-138; J. Mendes — *Dir. Jud. pags.* 382-383; Levindo Lopes; *Proc. Civ. e Com. CXXXII; Accs. do Trib. de Just. de S. Paulo de 13 de Fev. de 1894 e 13 de Dez. de 1895*). Demais, na hypothese, admittida como foi a replica (fls. 41), não haveria porque supprimir a treplica, como, por inadvertencia, facultou o despacho de fls. 42, que os autores acceitaram, pondo desde logo em prova a acção (fls. 42), sem procurarem desfazer o equivoco do despacho, por meio da opportuna reclamação, que, por certo, não deixaria de ser attendida no momento. Sejam os autos presentes á V. Instancia Superior, que, como sempre, melhor dirá.”

Está feito o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Não conheço do recurso. Os aggravantes citaram a Lei offendida.

A *Lei permissiva*, porém, citaram uma que é impropria.

Não tem applicação ao caso.

De modo que a *Ler permissiva*, por elles citada, *não permite* o recurso no caso.

Não ha damno irreparavel. O damno que do despacho aggravado poderia decorrer, é muito reparavel pelo recurso delle interposto.

Entretanto, o caso é de agravo, mas sob fundamento da Lei de 5 de Dezembro.

O Juiz sentenciou por uma preliminar.

Assim, pois, a *Lei que permittiu o recurso*, não foi citada.

Citou-se outra estranha ao caso.

Conhecendo, tenho duvidas sobre a legitimidade da solução.

E' certo que se deu aos autores, *replica*, e que foi supprimida a *treplica* ao réu.

E' certo que a *replica* e a *treplica* não são termos essenciaes do processo.

Isto quer dizer que a falta dellas não importa nullidade substancial e o Juiz não a pôde decretar sem allegação da parte.

Ora, ella allegou; mas de um modo vago, alludindo possiveis nullidades do processo; mas sem precisar qual a nullidade a que alludia.

Demais, não allegou que prejuizo teve o seu direito com a suppressão do trecho processual referido.

Deu prova, arrazouou, discutindo amplamente o seu direito. Porque então nullo o processo?

Annular, só por anullar, só por homenagem ao fetichismo das formulas? Parece que não.

Não conheço. A conhecer dou provimento para mandar proseguir a acção.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — Para que o agravo possa ser recebido, a Lei exige expressamente a citação da Lei offendida; não da permissiva. Não se pôde ampliar essa restricção.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Perdoe-me V. Ex. Exige tambem a citação da permissiva. A razão de ser da exigencia está ao alcance de todos.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — Conheço do agravo, porque para mim a citação da Lei permissiva não é essencial. O que a Lei exige é a citação da Lei violada. Tomando conhecimento, dou provimento ao agravo, porque não foi preterido termo essencial nenhum do processo. O que a Lei considera termo essencial é a contestação, e a *treplica* nunca foi considerada tal.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA: — Voto de accôrdo com o Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Conheço por ser caso de agravo em virtude da Lei de 1921 e *de meritis* dou provimento.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Conheço porque a sentença definitiva decidiu por uma preliminar. Conhecendo, dou provimento, porque, não tendo sido arguida a nullidade no momento opportuno, o Juiz não a devia decretar *ex-officio*.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS: — Conheço e *de meritis* dou provimento.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Conheceu-se do agravo e deu-se-lhe provimento contra o voto do Sr. Ministro Pedro dos Santos, na preliminar.

(Ausente o Sr. Ministro Guimarães Natal).

AGGRAVO DE PETIÇÃO N. 3.904

Os processos preventivos e preparatorios, como a vistoria ad perpetuam rei memoriam estão sujeitos ao pagamento da taxa judiciaria que deve ser calculada, não pelo valor dado na inicial, mas pelo dos prejuizos verificados na mesma vistoria.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Agravo de petição n. 3.904, de S. Paulo. Aggravantes, a Sociedade Anonyma Scarpa e N. Scarpa; agravadas, as Fazendas Federal e Estadual. — Tem a palavra o Sr. Ministro Guimarães Natal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — Os agravantes, proprietarios dos Armazens Geraes Scarpa, tendo sido estes armazens saqueados, depredados e incendiados por ocasião da revolta na capital de S. Paulo, por populares, homens, mulheres e creanças, que, se aproveitando da ausencia da força federal e da policia no logar, devido á anormalidade da situação, carregaram tudo quanto puderam, requereram ao Juiz Federal uma vistoria, com arbitramento *ad perpetuam rei memoriam* dos danos decorrentes desses factos.

Processadas as diligencias, pediram que se procedesse ao calculo para pagamento da taxa judiciaria sobre a quantia constante da inicial e não sobre a do laudo de fls. 45 — 4 mil e tantos contos, — conforme opinou o Procurador da Republica a fls. 52.

O Juiz mandou que se fizesse o calculo sobre o valor dado aos danos pelo laudo de fls 45.

Contra isso reclamaram os agravantes, a fls. 56, fundando-se:

1º) em que, pelo art. 1º do Decreto n. 3.312, de 17 de Junho de 1899. só os feitos são sujeitos á taxa judiciaria, e vistoria não é feito, é meio de prova;

2º) e ainda que fosse pleito, a base para o calculo da taxa deveria ser a avaliação feita na inicial e não no arbitramento.

A fls. 57 v. opinou o Procurador pelo indeferimento, sustentando ser indiscutível que a vistoria é um processo preparatorio, que a Lei considera um *feito* e, como tal, sujeito ao pagamento da taxa judiciaria. Aliás, a propria requerente agora se contradiz, porque na petição inicial estima o valor do *feito*.

Quanto ao segundo fundamento, não é menos insustentavel que o primeiro.

Na petição de fls. 56, a requerente muito de industria transcreve apenas a primeira parte da disposição da letra *b*, art. 1º do citado Decreto n. 3.312, esquecedendo-se da ultima, que é a que interessa, e diz o seguinte: ... “quando a parte omite a estimação ou ao Juiz parece que esta é manifestamente insufficiente”.

Este é o caso dos autos. Deu-se na inicial o valor de 10 contos de réis

e os peritos, no laudo de fls., avaliaram os prejuizos em alguns mil contos de réis. Por que se ha de desprezar esse valor, que é exacto, para se acceitar o que a requerente pretende, sem fundamento que o justifique?

Sendo, como é, o valor dado na inicial manifestamente insufficiente, hypothese que a Lei prevê, sou de parecer que se indefira a petição de fls."

A fls. 59, o Juiz mandou cumprir o despacho contra o qual reclamára a actual aggravante.

Do indeferimento interpuzeram agravo com fundamento na letra *j*, do art. 715, parte 3ª do Decreto n. 3.084, declarando como offendidos o art. 2º da Lei n. 221 e 1º do Decreto n. 3.312, de 1899.

Minutado a fls. 34, tendo mantido o Juiz o despacho aggravado, subiram os autos, que foram preparados em tempo.

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — Dispõe o art. 1º do Decreto n. 3.312, de 1899: "Os feitos julgados na Justiça Federal ficam sujeitos a uma taxa judiciaria, que terá por base:

a) o valor do pedido quando certo;

b) o valor dado na petição inicial quando o pedido não tiver valor certo ou o que fôr arbitrado pelos peritos nomeados... quando a parte omitir a estimação ou quando ao Juiz parecer manifestamente insufficiente".

No art. 2º entre os feitos a que se refere o art. 1º comprehende-se: letra *h*, os processos preparatorios e preventivos.

Ora, a vistoria com arbitramento *ad perpetuam rei memoriam* é sem duvida processo preventivo e preparatorio para acções futuras, portanto, está sujeito á taxa judiciaria e, como deverá servir ás acções de indemnizações a serem propostas não só pelos damnos dos armazens como pelos das mercadorias nelles depositadas, o seu valor para o pagamento da taxa deverá ser o da somma total dos damnos.

Nego, portanto, provimento ao agravo.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Está em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se provimento ao agravo, por unanimidade de votos.

CARTA TESTEMUNHAVEL N. 3.906

Do despacho que concede interdicto prohibitorio ou manutenção de posse não cabe agravo.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Carta testemunhavel n. 3.906, do Rio de Janeiro. Testemunhante, a Prefeitura Municipal de Nictheroy; testemunhados, Pereira Schmidt, Limitada. — Tem a palavra o Sr. Ministro Leoni Ramos.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS, Relator: — Este caso se prende ao que foi relatado pelo Sr. Ministro Godofredo Cunha. Resume-se em duas palavras.

Os supplicados, Pereira Schmidt, Limitada, receando que o Prefeito de Nictheroy assignasse com uma firma desta Capital um contracto em que lhe dava exclusivamente para a matança de gado destinado áquella cidade, requereram interdicto prohibitorio ao Juiz Federal. O requerimento foi deferido e a supplicante, Prefeitura Municipal de Nictheroy, aggravou desse despacho. O Juiz Federal, fundado na jurisprudencia deste Tribunal, negou o agravo, dizendo que o recurso cabivel era o de embargos. Não lhe tendo sido permitido o agravo, pediu a testemunhante esta carta testemunhavel.

Ella foi minutada e contraminutada. Está feito o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS, Relator: — De accôrdo com a jurisprudencia do Tribunal e com a Lei, julgo improcedente a carta. Bem andou o Juiz *a quo* não admittindo o agravo, porque tratando-se de um recurso *stricti iudis*, só é cabivel nos casos taxativamente especificados em Lei, e nenhuma existe que o autorize no caso em apreço.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — Allegou-se damno irreparavel?

O Sr. Ministro LEONI RAMOS, Relator: — Allegou-se, mas para mim e para alguns dos meus eminentes Collegas, pouco importa essa allegação, por que a defesa nos interdictos possessorios deve ser feita por embargos.

O Egregio Tribunal rarissimas vezes tem conhecido de agravo interposto de despacho concessivo de interdicto prohibitorio. Só o tem feito, aliás contra o meu voto, quando da concessão do mandado, resulta manifestamente um damno que não possa ser reparado na sentença ou na appellação, e ninguem dirá que seja esta a hypotheze dos autos.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Está em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Julgou-se improcedente a carta, unanimemente.

APPELLAÇÃO CIVEL N. 3.602

E' de ser homologada a desistencia que foi requerida e processada com as formalidades legais.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Appellação civil n. 3.602, do Distrito Federal (desistencia). Requerente, a Sociedade Anonyma Lloyd Nacional. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — A Sociedade Anonyma Lloyd Nacional pleiteou perante este Tribunal uma acção de indemnização contra The United States and Brasil Steamship Line.

A autora, que aqui figura de appellada, conseguiu triumphar em toda a linha: — na primeira instancia e em dois Accordams deste Tribunal. (*)

Vencido, os seus adversarios fizeram um accôrdo por escriptura publica, que requereram fizesse constar dos autos, pelo traslado que aqui se encontra.

(*) V. o vol. LII, pag. 188; o vol. LV, pag. 88 e o vol. LXIX, pag. 483.

Nesse requerimento pediram apenas a junção do documento. Foi tão somente o que deferi.

Desejando, porém, fosse homologada a desistência constante desse documento, a appellada fez novo requerimento, precisando essa intenção.

Parece-me que o Tribunal deve homologar a desistência.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Está em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Ministro Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Foi homologada a desistência, unanimemente.

99ª SESSÃO, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1924

Presidência do Sr. Ministro André Cavalcanti.

Procurador Geral da Republica, o Sr. Ministro A. Pires e Albuquerque.

A's 12 horas e meia, abriu-se a sessão, achando-se presentes os Srs. Ministros Guimarães Natal, Godofredo Cunha, Leoni Ramos, Muniz Barreto, Hermenegildo de Barros, Pedro dos Santos, Geminiano da Franca e Arthur Ribeiro.

Deixaram de comparecer os Srs. Ministros Sebastião de Lacerda, Viveiros de Castro e Edmundo Lins, que se encontram em goso de licença, e o Sr. Ministro Pedro Mibielli, com causa justificada.

Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior e despachado todo o expediente sobre a mesa.

O Sr. Presidente despachou ficarem em mesa por espaço de uma sessão os autos de appellação criminal, de S. Paulo, em que é appellante, o Procurador da Republica, e são appellados, A. de Castro Leão, Robespierre de Mello e Amador da Cunha Bueno Junior.

O recurso criminal do Territorio do Acre n. 507, julgado secretamente na sessão de 22 do corrente mez, teve a seguinte decisão: Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ausente o Sr. Ministro Pedro Mibielli.

A appellação criminal do Districto Federal n. 933, julgada secretamente na mesma sessão de 22 do corrente mez, teve a seguinte decisão: Negou-se provimento ao recurso contra os votos dos Srs. Ministros Geminiano da Franca, Arthur Ribeiro, Muniz Barreto e Godofredo Cunha, que lhe davam provimento para condemnar Custodio Loureiro Fraga nas penas do gráu médio, Alipio de Araujo nas do gráu minimo e confirmavam a sentença appellada, quanto a Benedicto José Vieira.

JULGAMENTOS

Habeas-Corpus:

N. 13.884 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; paciente Amed Cassino. — Conheceu-se do pedido, não como *habeas-corpus*, mas sim como de reducção de pena e deu-se-lhe provimento para applicar o gráu minimo do § 1º, da Lei n. 4.780, de 27 de Dezembro de 1923, unanimemente.

N. 13.990 — Minas Geraes — Relator, o Sr. Ministro Muniz Barreto;

paciente, Oscar José Fernandes. — Negou-se a ordem impetrada por não ser caso de *habeas-corpus* e sim de revisão criminal, unanimemente.

N. 13.994 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; paciente, o Dr. João Baptista da Costa Honorato. — Converteu-se o julgamento em diligencia para pedirem-se informações ao Sr. Presidente da Camara Criminal do Tribunal da Relação de Minas Geraes, unanimemente.

N. 14.003 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Geminiano da Franca; recorrente, o Juizo Federal; recorridos, os pacientes, capitães Salvador Maya e outros. — Por empate negou-se provimento ao recurso contra os votos dos Srs. Ministros Arthur Ribeiro, Pedro dos Santos, Muniz Barreto e Godofredo Cunha.

N. 14.004 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Arthur Ribeiro; pacientes, Augusto Marques de Barros e outros. — Converteu-se o julgamento em diligencia para pedirem-se informações ao Sr. Ministro da Guerra, unanimemente.

N. 14.017 — Santa Catharina — Relator, o Sr. Ministro Muniz Barreto; pacientes, Petrarcha Callado e outros. — Negou-se a ordem impetrada, unanimemente.

N. 13.882 — S. Paulo — Relator, o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros; recorrente, o paciente Salvador Novaes dos Santos; recorrido, o Tribunal de Justiça. — Negou-se provimento ao recurso, contra os votos dos Srs. Ministros Leoni Ramos e Guimarães Natal, que lhe davam provimento para conceder a ordem impetrada.

Aggravo de Petição:

N. 3.474 — Districto Federal — (Embargos de declaração) — Relator, o Sr. Ministro Godofredo Cunha; embargante, a S. Paulo Northern Company, Limited. — Foram rejeitados os embargos por nada haver a declarar, unanimemente.

Carta Testemunhavel:

N. 3.882 — Rio Grande do Sul — (Aggravo do art. 44 do Regimento) — Relator, o Sr. Ministro Arthur Ribeiro; aggravantes, Francisca Lonardi e seus filhos. — Foi confirmado o despacho aggravado, unanimemente.

Appellações Civeis:

N. 3.623 — Districto Federal — Relator, o Sr. Ministro Muniz Barreto; Revisores, os Srs. Ministros Guimarães Natal e Godofredo Cunha; appellantes, o Juizo e a União Federaes; appellado, Luttgardes de Castro. — Negou-se provimento á appellação, unanimemente.

O Sr. Ministro Godofredo Cunha admittia os assistentes.

N. 3.872 — Piahy — Relator, o Sr. Ministro Pedro dos Santos; Revisores, os Srs. Ministros Geminiano da Franca e Arthur Ribeiro; 1º appellant, o Juizo Federal; 2ª appellant, a Fazenda Nacional; appellados, a Cargo Fleet, Iron & Cº. Ltd. e Dorman Long & Cº. Ltd. — Negou-se provimento á appellação, unanimemente.

Usaram da palavra o Sr. Ministro Procurador Geral da Republica e o advogado Dr. Esmeraldino Bandeira.

Recursos de Liquidação de Sentença:

N. 1 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Guimarães Natal;

recorrente, *ex-officio* o Juízo federal; recorridos, o Dr. João de Souza Vianna e a União federal — Deu-se provimento ao recurso, unanimemente.

N. 2 — Rio de Janeiro — Relator, o Sr. Ministro Godofredo Cunha; recorrente, *ex-officio* o Juiz federal; recorrido, João Ignacio de Azevedo Silva. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente.

Encerrou-se a Sessão ás 16 horas e 45 minutos.

O Sub-Secretario, interino, *Theophilo Gonçalves Pereira*.

Autos que baixaram á Secretaria com vista ás partes

Appellações Cíveis:

N. 5.077 — S. Paulo — 1º appellante, o Juiz Federal; 2º appellante, a Fazenda Nacional; appellado, Manoel da Silva Raymundo Pereira (Dr.).

N. 5.065 — Districto Federal — Appellante, Companhia Navegação S. João da Barra e Campos; appellada, a Companhia Seguros Maritimos e Terrestres Indemnizadora.

N. 5.067 — Minas Geraes — Appellante, o Juizo Federal; appellados, a Companhia Anglo Sul Americana.

N. 5.083 — Parahyba — Appellante, o Juizo Federal; appellado, João Barbosa de Souza.

N. 5.085 — Rio de Janeiro — Appellante, Cecilia Maria Ferreira de Albuquerque Mello; appellado, Dr. Sylvio Martins Teixeira.

N. 5.086 — São Paulo — Appellante, Sociedade Anonyma Mappin Stores; appellada, a Fazenda Nacional.

Aggravo de Petição:

N. 3.850 — S. Paulo — Appellante, Antonio Joaquim Teixeira; aggravo, o Juiz Federal.

AUDIENCIA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1924

Juiz Semanario, o Exmo. Sr. Ministro Godofredo Xavier da Cunha.

Aberta a audiencia com as formalidades legais, foram publicados os seguintes Accordams:

N. 3.888 — Piahy — Aggravante, o Dr. Valdivino Tito de Oliveira; aggravado, o Juizo Federal.

Recurso Extraordinario:

N. 1.631 — Districto Federal — Recorrente, a massa fallida do Banco Francez para o Brasil; recorrida, a Sociedade Anonyma "Casa Reunier".

Appellações Cíveis:

N. 3.738 — Districto Federal — Appellante, a Companhia de Estradas de Ferro Federaes Brasileiras; appellados, Carlos Lopes e sua mulher.

N. 4.998 — Districto Federal — Appellantes, E. G. Fontes & Cia.; appellada, a Fazenda Nacional.

Carta Testemunhavel:

N. 3.734 — Districto Federal — Supplicante, Manoel Gomes da Siiva; supplicado, Guilherme Maxwel de Souza Bastos.

REQUERIMENTOS

Compareceu o advogado Dr. Raul Gomes de Mattos, e por parte do Dr. Valdivino Tito de Oliveira, cujo instrumento de procuração offereceu, requereu a intimação, sob pregão, do Dr. Manoel Castello Branco e outros, por não terem advogado constituído nesta Capital, para sciencia do Accordam proferido nos autos de agravo de petição n. 3.888, do Piauí, assignando aos mesmos o prazo legal para verem passar em julgado dito Accordam, tudo na forma e com as comminações legais. — Apreogados, não compareceram, sendo deferido.

Compareceu, ainda, o advogado Dr. Salvador Pinto Junior, por parte de Mansur Jorge Cuba, nos autos de recurso extraordinario n. 1.286, lançou, sob pregão, a Société Minière Belge Bresilienne de Tres Cruzes et Extensions, do prazo que lhe foi assignado para impugnar os embargos que oppoz ao venerando Accordam proferido em ditos autos e requereu que o lançamento fosse havido por feito para os fins de direito e lhe fosse concedida vista dos autos para sustentar ditos embargos. — Apreogada, não compareceu, sendo deferido.

Compareceu, finalmente, o advogado Dr. José Gonçalves Ferreira Costa, por parte de D. Elena Cardoso de Fernandes Ribeiro, inventariante dos bens do finado Coronel Antonio Mendes Fernandes Ribeiro, nos autos de agravo n. 3.879, assignou aos réus recorrentes Antonio Luiz da Silva e sua mulher, o prazo da Lei para sustentarem os embargos que oppuzeram ao venerando Accordam proferido em dito agravo, sendo a intimação feita sob pregão, visto achar-se o advogado dos recorrentes ausente desta capital. — Apreogados, não compareceram, sendo deferido.

O Sub-Secretario, interino, *Theophilo Gonçalves Pereira*.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.884

A Lei n. 4.780, de 1923, supprimiu a figura do art. 66, § 2º, do Código Penal, o concurso real de delictos homogeneos.

Em face da Lei nova não é mais de se applicar a pena no grau maximo com augmento da sexta parte, pois esse augmento só tem logar no crime continuado, mas em relação a cada grau de pena.

A Lei nova tem applicação a facto que lhe é anterior quando beneficia o réu.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — *Habeas-Corpus* n. 13.884, do Districto Federal. Paciente, Amed Cassino. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Amed Cassino dirigiu a este Tribunal a seguinte petição:

“Amed Cassino, preso na Casa de Correção desta Capital, por ter sido *condemnado pelo meritissimo Juiz da 1ª Vara Federal*, vem, de conformidade com as Leis em vigor, requerer, em seu favor, uma ordem de *habeas-corpus* pelos motivos que, *data venia*, passa a expôr:

O paciente foi condemnado pelo meritissimo Juiz da 1ª Vara Federal, no grau médio da pena do art. 13, do Decreto n. 2.110, de 30 de Setembro de 1909, tendo o Dr. Procurador Criminal appellado da referida sentença para este Egregio Tribunal, o qual dera provimento á appellação referida para condem-

nar o paciente no *gráu maximo* e mais a 6ª parte, de conformidade com a disposição do art. 66, § 2º, do Código Penal.

Acontece que, estando o paciente no cumprimento da referida pena, a disposição do art. 66, § 2º, do Código Penal, fôra modificada pelo art. 39, do Decreto 4.780, de 27 de Dezembro de 1923, supprimindo a palavra — *maximo*; determinando que seja accrescida da 6ª parte da pena no gráu applicavel ao delicto. O paciente foi condemnado no gráu médio que, no emtanto, pela disposição do Código Penal, foi elevado ao maximo e mais a 6ª parte; em virtude de uma disposição de Lei, hoje modificada, que melhora a situação do paciente; já tendo assim cumprido a pena a que, pela fórmula estabelecida na nova Lei, lhe pôde ser applicada, de conformidade com o art. 3º, do Código Penal.

O paciente requereu ao meritissimo Juiz da execução da sentença a applicação da nova disposição de Lei, não tendo della tomado conhecimento sob a allegação que, tendo a sentença condemnatoria do paciente sido aggravada pelo Supremo Tribunal Federal, a este cabe tomar conhecimento do seu pedido.

O paciente é pobre, sem recursos, ha longos annos em cumprimento da pena a que foi condemnado, jura o allegado e pede que, *ex-officio*, seja-lhe concedida a ordem de *habeas-corpus*, como medida salutar."

Juntou diversas certidões e o Tribunal transformou o julgamento em diligencia para pedir os autos originaes. (*)

Propuz ao Tribunal esta diligencia, porque notei divergencias entre as affirmações do paciente e as proprias certidões que juntou, divergencias que continuam nos autos.

Assim, por exemplo, allega que foi condemnado no médio e eu vi nas certidões juntas, que tinha sido no minimo. Os autos demonstram isso.

Houve engano de quem redigiu a petição em favor do paciente.

Como quer que seja, apegase elle á disposição do art. 39, da Lei n. 4.780, de 27 de Dezembro de 1923, que assim dispõe:

"Quando o criminoso tiver de ser punido por dois ou mais crimes da mesma natureza, resultantes de uma só resolução, contra a mesma ou diversa pessoa, embora commettidos em tempos differentes, se lhe imporá a pena de um dos crimes, mas com o augmento da sexta parte."

Elle foi condemnado no minimo. Houve appellação e o Tribunal resolveu dar provimento para condemnal-o no maximo, com o augmento da 6ª parte. Vou lêr o Accordam do Tribunal, do qual se verifica que a especie é a seguinte: (**)

"Vistos e relatados estes autos de appellação criminal, do Districto Federal, em que são appellantes o Procurador Criminal da Republica e Amed Cassino, verifica-se que a especie é a seguinte: foi o réu, appellant e appellado, denunciado pelo facto de ter passado duas cédulas falsas, uma, no dia 6 de Abril de 1917, e outra, no dia 14 do mesmo mez; a primeira na casa á rua General Pedra n. 12, e a segunda na casa á rua General Camara n. 317. De uma e outra vez o réu comprou mercadorias, dando em pagamento uma nota falsa de 200\$000. Processado, foi condemnado a tres annos e quatro mezes de prisão celllular, gráu minimo do art. 13, da Lei n. 2.110, de 30 de Setembro de 1909, por ter militado a favor do mesmo a circumstancia attenuante do art. 42, § 9º, do Código Penal. Pede o Procurador Criminal da Republica, a folhas 126, e o Procurador Geral da Republica, a fls. 132, que se eleve a pena ao gráu maximo, com o augmento da sexta parte, de accôrdo com artigo 66, § 2º, do citado Código. Isso posto,

(*) V. esse julgamento no presente vol., pag. 314.

(**) Esse Acc. foi publicado no vol. XXVI, pag. 172.

considerando que na realidade se verificou a hypothese do artigo 66, § 2º, do Código Penal; pois, o réu commetteu dois crimes da mesma natureza em tempo e logar differentes.

Dá provimento o Supremo Tribunal Federal e reforma a sentença appellada, para elevar a condemnação ao gráu maximo, com o augmento da sexta parte, ou sete annos, um mez e dez dias de prisão cellular. Custas pelo réu, appellante e appellado, a cuja appellação foi negado provimento”.

Está feito o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. pôde dar o seu voto.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — O paciente allega, Sr. Presidente, que requereu a applicação da Lei nova, de 1923, e o Juiz da execução teve escrupulos em tomar conhecimento de sua petição, em attenção a ter sido o Supremo Tribunal quem deu provimento á appellação para aggravar-lhe a pena.

E' o motivo, por que requer *habeas-corpus*.

Ora, a hypothese que o Tribunal deu como existente em seu processo, não é exactamente a mesma a que se refere o art. 39, da nova Lei.

A hypothese desse artigo é a do crime continuado, ao passo que a do art. 62, § 2º, é do concurso real de delictos da mesma natureza. Se não, veja o Tribunal. O art. 66, § 2º, do Código Penal, determina:

“Quando o criminoso tiver de ser punido por mais de um crime da mesma natureza, commettidos em tempo e logar differentes contra a mesma ou diversa pessoa, impor-se-lhe-á no gráu maximo a pena de um só dos crimes com augmento da sexta parte”.

Foi esta a hypothese que o Tribunal julgou verificada nos autos. A Lei nova diz no art. 39:

“Quando o criminoso tiver de ser punido por dois ou mais crimes da mesma natureza, resultantes de uma só resolução, contra a mesma ou diversa pessoa, embora commettidos em tempos differentes, se lhe imporá a pena de um só dos crimes, mas com o augmento da sexta parte.”

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Trata-se do art. 13 com referencia ao art. 1º.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — Qual a pena?

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — 7 annos, 1 mez e 10 dias.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Foi o Tribunal quem julgou em gráu de appellação e podemos acceitar o *habeas-corpus* como um pedido ou reclamação, de accôrdo com o art. 3º, do Código.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — Realmente a pena da nova Lei deve ser menor.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — No modo por que o Tribunal interpreta a disposição da Lei moderna, a figura do art. 66, § 2º, desapareceu da Lei penal. Não existe mais. Agora sómente subsiste o concurso real simples do § 1º, do art. 66. E' o texto legal que o Tribunal poderia applicar ao paciente.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS: — Mas por meio de *habeas-corpus*? Não. Poder-se-á admittir, mas, como uma reclamação autorizada pelo art. 3º, do Código Penal.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Perfeitamente; é um pedido firmado no art. 3º, do Código Penal. Foi o Tribunal quem applicou a pena

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — Foi o Tribunal quem proferiu a ultima sentença.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Essa função é propria delle.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Seria se fosse a mesma hypothese a que se refere a Lei nova.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Mesmo não sendo. Veja V. Ex. O Tribunal considerando o crime do paciente como concurso real de delictos homogeneos applicou-lhe o § 2º, do art. 66; o maximo com o augmento da 6ª parte. A Lei nova, porém, acabou com o concurso real de delictos homogeneos, ficando apenas o concurso real ou formal e os delictos continuados com o gráu commum e mais a 6ª parte; é a applicação do código italiano.

O paciente allega que praticou delicto continuado, e, por isso, deve ser-lhe applicada a Lei nova; mas não pôde ser, porque o delicto delle não foi continuado, mas um concurso real de delictos homogeneos. Tendo, porém, desaparecido esse concurso homogeneo do Código Penal, o crime ficou sendo o de concurso real simples do § 1º. Neste caso, sommam-se as diversas penas e como a delle foi applicada no minimo, sommam-se os minimos, e o total vem a ser menor que o maximo, augmentado da sexta parte, que foi imposto. Terá sua pena reduzida a 6 annos e 8 mezes.

A Lei nova supprimiu completamente o § 2º, do art. 66, do Código Penal, substituindo-o por cousa diametralmente differente. Definiu o que é delicto continuado, em cada gráu mandando punil-o com o augmento da sexta parte. Temos pois: 1) Concurso real de delicto (§ 1º); 2º) O delicto continuado (§ 2º); e 3º) delicto formal (§ 3º) e como a Lei nova revogou o § 2º desaparecendo a figura do concurso real de delictos homogeneos, devemos applicar o § 1º e não o actual 2º, como elle pede, porque viria agravar a sua situação.

O caso é interessante. A hypothese ajusta-se á do § 1º, cuja pena sendo menor, deve ser applicada. Se fosse a do gráu medio, seria maior, e a do maximo, muito maior ainda. A Lei nova é mais favoravel ao réu; e como na especie do § 1º se applica a pena menor, porque não houve aggravantes contra o delinquente, mas attenuantes, a logica manda que se applique o § 1º, diminuindo do a pena, de um anno mais ou menos. Faz-se a somma dos dois minimos, porque a imposição do gráu maximo com o augmento da 6ª parte desapareceu do Código Penal.

O paciente requereu o *habeas-corpus* ao Tribunal, allegando que o Juiz se recusava a despachar a sua petição. Mas como foi julgado anteriormente á Lei e já o Tribunal applicou o gráu maximo com o augmento da 6ª parte, porque considerou que havia um concurso real de crimes homogeneos, e como si o fosse, já hoje teriamos de reduzir a pena applicando a menor, parece-me que o Tribunal deve conceder o *habeas-corpus*.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Assim voto.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — De accôrdo com o Sr. Relator. Conheço do pedido, não como de *habeas-corpus*, mas como de redução de pena, e, concedo a ordem para esse fim.

(Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Conheceu-se do pedido, não como *habeas-corpus*, mas sim como de redução de pena, e deu-se-lhe provimento, unanimemente.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.990

A legalidade ou ilegalidade da conversão da pena de prisão celular em prisão simples com aumento da 6ª parte, é matéria que somente em grau de revisão criminal, e não em habeas-corpus, poderá ser apreciada.

O Sr. Ministro ANDRÉ' CAVALCANTI, Presidente: — *Habeas-corpus* n. 13.990, de Minas Geraes. Paciente, Oscar José Fernandes, — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — O paciente foi condenado nas penas do grau máximo do art. 356, do Código Penal, pelo crime de roubo, combinado com o art. 409, pois que, com o aumento da sexta parte se lhe impoz a pena de prisão simples. O *habeas-corpus* é pedido no sentido de se supprimir esse accrescimento da sexta parte, entendendo o paciente que o Código Penal não autoriza a conversão da pena de prisão celular em prisão simples, com o aumento da sexta parte, no seu caso. E, sendo assim, o tempo de prisão a que devia ser condenado já está cumprido. Se a sua prisão não foi celular, foi por motivos independentes da vontade do paciente.

Juntou certidões sobre a data do crime, da condenação e da prisão. A pena seria de 8 annos de prisão e não de 9 annos e mezes, conforme foi decidido na sentença condemnatória.

Está feito o relatório.

O Sr. Ministro ANDRÉ' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. pôde dar o seu voto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — O meu voto é no sentido de indeferir o pedido. O *habeas-corpus* é requerido originariamente ao Tribunal porque o processo a que respondeu foi sujeito em grau de appellação á decisão do Tribunal da Relação do Estado.

Nego a ordem porque o paciente se acha condenado por Juiz competente e a legalidade ou ilegalidade do accrescimento da sexta parte, pela conversão da prisão celular em prisão simples, é matéria que somente em revisão poderá ser resolvida pelo Tribunal, que aliás, já se manifestou pela legalidade da mesma, por diversas vezes.

E' o meu voto.

O Sr. Ministro ANDRÉ' CAVALCANTI, Presidente: — Está em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Ministro Relator).

O Sr. Ministro ANDRÉ' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se a ordem impetrada, unanimemente.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.994

Convertiu-se o julgamento em diligencia para o fim de serem solicitadas informações da autoridade coactora.

O Sr. Ministro ANDRÉ' CAVALCANTI, Presidente: — *Habeas*

corpus n. 13.994, do Districto Federal. Paciente, o Dr. João Baptista da Costa Honorato. — Tem a palavra, o Sr. Ministro Geminiano da Franca.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, Relator: — O paciente, Juiz de Direito da Comarca de São Francisco, no Estado de Minas Geraes, diz que foi denunciado pelo Procurador Geral do Estado, perante o Tribunal da Relação, por se lhe imputar o crime capitulado no art. 234, do Código Penal.

Instaurado o processo perante a Camara Criminal, esta deprecou ao Juiz de Monte Santo, para inquirir as testemunhas arroladas na denuncia. Ouvidas as testemunhas e devolvida a precatoria, foi o paciente pronunciado pela Camara Criminal da Relação.

recede habeas-corpus, por dois fundamentos:

a) — ser a denuncia inepta, porque, pedindo a sua punição no art. 234, do Código Penal, não descreve facto algum que se enquadre nesse dispositivo penal, pois o que se lhe attribue é ter recebido paga por certos e determinados despachos que proferiu na qualidade de Juiz de Direito de Monte Santo; e quando assim não fosse;

b) — ser o processo radicalmente nullo, porque as testemunhas prestaram depoimentos, perante Juiz incompetente, visto como, pela Lei vigente no Estado, a competencia para o processo dos Juizes de Direito é exclusivamente da Camara Criminal devendo, portanto, as testemunhas ser ouvidas pelo Relator, instructor do processo. E quando se queira observar o dispositivo da Lei de 1906, como pede a denuncia, ainda, incompetente era o Juiz de Monte Santo, porquanto manda essa Lei que as testemunhas sejam inquiridas pelo Juiz da comarca mais proxima á da residencia do réu, e essa não é a de Monte Santo, mas sim a de Januaria, pois, actualmente, occupa o cargo de Juiz de Direito de S. Francisco.

Assim, não podendo a pronuncia subsistir, deve o *habeas-corpus* ser concedido para annullar o processo, sendo outro instaurado na devida forma. Está feito o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, Relator: — Proponho que o Tribunal converta o julgamento em diligencia, afim de que seja ouvida a respeito deste pedido a Camara Criminal da Relação do Estado de Minas Geraes. E' verdade que, no despacho de pronuncia, junto por certidão aos autos, a Camara justifica o seu acto mandando inquirir as testemunhas pelo Juiz de Monte Santo. Justifica-o, porém, muito laconicamente, o que aconselha a diligencia.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Está em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Converteu-se o julgamento em diligencia, unanimemente.

"HABEAS-CORPUS" N. 14.003

E' illegal a detenção de presos politicos por motivo de ordem publica, em logares destinados a réus de crimes communs.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de

habeas-corpus n. 14.003, de São Paulo. Recorrente, o Juiz federal; recorridos, os capitães Salvador Maya e outros. — Tem a palavra o Sr. Ministro Geminiano da Franca.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, Relator: — Este *habeas-corpus* foi requerido ao Juiz Federal da Secção de São Paulo, em favor de diversos individuos presos em consequencia do sitio. Allegam que foram presos por se lhes attribuir participação nos acontecimentos occorridos em S. Paulo, em 5 de Julho do corrente anno, e recolhidos á penitenciaria que é um estabelecimento destinado a réus de crimes communs.

Ouvido o Secretario de Justiça do Estado, confirmou a veracidade da allegação, e, justificando o seu acto, diz que os fez recolher á penitenciaria porque ahi eram melhor tratados e por não haver prisões especiaes onde recolhel-os.

O Juiz Federal concedeu a ordem, para que elles fossem removidos da penitenciaria para qualquer outra prisão não destinada a réus de crimes communs, e recorreu *ex-officio*.

Está feito o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, Relator: — Confirmo a decisão do Juiz Federal. Penso que o Juiz recorrente interpretou bem o artigo constitucional.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Não se diz que os pacientes estão em local da penitenciaria separado dos destinados aos réus de crimes communs?

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, Relator: — O Secretario da Justiça em suas informações diz que estão em local separado, sem contacto com os outros detentos, de crimes communs.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Está em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — Dou provimento, de accôrdo com o voto que proferi em um *habeas-corpus* do Districto Federal, sobre o mesmo assumpto. (*)

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS: — Tambem dou provimento.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS: — Nego provimento.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Dou provimento, de accôrdo com os votos por mim proferidos por diversas vezes. Voltar ao assumpto seria reproduzir argumentação, já produzida perante o Tribunal.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS: — Nego provimento. Os pacientes não podiam ser recolhidos a logar destinado a réus de crimes communs.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA: — Dou provimento.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL: — Nego provimento, de accôrdo com o Sr. Ministro Relator e com os votos anteriores que tenho proferido. Desde que a Constituição diz "logar destinado" e não "logar occupado", a prisão dos recorridos é evidentemente illegal, na penitenciaria.

(*) V. esse "*habeas-corpus*" que tem o n. no vol. pag.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Ha empate na votação e, como se trata de materia criminal, o desempate é a favor do réu. — Negou-se, portanto, provimento ao recurso, por empate, contra os votos dos Srs. Ministros Arthur Ribeiro, Pedro dos Santos, Muniz Barreto e Godofredo Cunha.

"HABEAS-CORPUS" N. 14.004

Converteu-se o julgamento em diligencia para o fim de serem pedidas informações á autoridade dada como coactora.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — *Habeas-corpus* n. 14.004, do Districto Federal. Pacientes, Augusto Marques de Barros e outros. — Tem a palavra o Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — A petição está redigida neste termos:

"Os advogados Ismar Pereira da Cunha e Antonio Duarte Gomes vêm pedir a este Egregio Supremo Tribunal uma ordem de *habeas-corpus* em beneficio de Augusto Marques de Barros, Mario Martins, Plinio Nunes de Araujo, Pyro Antão, Oscar Baptista da Costa Filho, ex-alumnos desligados como in-cursos nos artigos 22 aliena 4 e 25, aliena 2 *in fine*, nos mezes de Junho e Agosto do corrente anno e abusivamente detidos nas fileiras do Exercito por ordem do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, que os mandou incluir no 2º Regimento de Artilharia Montada, amparando-se para assim proceder no art. 77 alinea 1ª, tudo do novo Regulamento da Escola Militar, approved pelo Dec. 16.394, de 27 de Fevereiro de 1924, usando da autoridade legislativa outorgada pelo artigo 46, XXI da Lei 4.632 de 6 de Janeiro de 1923, revigorada pelo art. 173, alinea i da Lei 4.793 de 7 de Janeiro de 1924 (Orçamento da Despesa).

O pedido é originario, *ex-vi* do art. 16 § 2º n. 1 do Regimento Interno, por partir a coacção do Exmo. Sr. Titular da Pasta da Guerra; (Octavio Kelly, Manual, 2º Supp n. 651; 3º Supp. n. 767).

A Lei 1.860 de 4 de Janeiro de 1908 (Reorganização do Exercito) ainda em vigor determina no art. 60:

"Concluido o tempo de serviço activo para os sorteados ou voluntarios o commandante do corpo ou unidade independente concederá a essas praças pontualmente as baixas, *salvo o caso de guerra declarada*

Ora, os pacientes assentaram praça voluntariamente, Augusto Marques de Barros, em 19 de Agosto de 1922; Mario Martins, em 29 de Agosto de 1922 e os demais, em Março de 1923, compromettendo-se a servir por um anno, que é o tempo obrigatorio para os sorteados voluntarios e uma vez decorrido esse prazo não podem ser retidos na caserna, salvo por motivo de guerra declarada.

A retenção por mais tempo, a propria Lei 1.860 no § unico do art. 60 citado incrimina de abusiva e sujeita o commandante á responsabilidade criminal.

A matricula a pedido de Mario Martins e Oscar Baptista da Costa Filho no curso fundamental e a dos demais no curso preparatorio creado por Portaria de 11 de Maio de 1922 annexo á dita Escola, em cousa alguma alterou a obrigação por elles assumida, e sua exclusão por qualquer motivo os faz re-

tornar á situação anterior, isto é, serão reservistas se já tinham completado o periodo de instrucção ou reingressarão nas fileiras se recrutas eram por occasião da matricula e não se habilitaram militarmente na Escola.

Segundo dispunha a Portaria que creou o dito curso de preparatorios, ao alumno que tivesse feito com aproveitamento o anno de instrucção seria concedida a caderneta de reservista, se não proseguisse o curso; o que não tivesse aproveitamento seria desligado e incluído num corpo de tropa, onde serviria como voluntario de um anno (artigo II).

Para os alumnos dos demais cursos, havia disposição semelhante.

Por conseguinte, sómente os que não tivessem aproveitamento militar era que deveriam na tropa habilitar-se á caderneta de reservista. Essa disposição, entretanto, só abrangeria aos recrutados, e não aos reservistas que já eram antes da matricula, ou que se fizeram taes na propria Escola; interpretação que se depreheende facilmente do disposto no at. 7, “os reprovados serão desligados, podendo, entretanto, concorrer á matricula no anno seguinte, como civis ou praças do Exercito, caso satisfaçam as demais condições regulamentares”.

A esse regimen estavam sujeitos os pacientes quando em Janeiro deste anno foi approvedo o novo Regulamento a que se refere o Dec. 16.394, em cujo art. 77 se baseia o Exmo. Sr. Ministro da Guerra para a coacção a que se pede remedio constitucional.

Mas esse Regulamento, feito em virtude de autorização Legislativa ainda não foi approvedo pelo Congresso Nacional e por conseguinte não tem força de Lei conforme estatue a Lei 2.348 de 25 de Agosto de 1873, artigo 19: — “as autorizações para criação ou reforma de qualquer Repartição ou serviço publico, uma vez realizadas, serão *provisoriamente* postas em execução, e sujeitas a aprovação da Assembléa Geral em sua primeira reunião. Essa disposição é permanente.

Como ensina Carlos Maximiliano, (Commentarios á Constituição, nota 3 ao numero 230), esse dispositivo considera-se em vigor.

Aliás, este Egregio Tribunal tem sentenciado que “as disposições regulamentares, quando versarem sobre materia de competencia do Poder Legislativo, só são applicaveis quando approvedas por Lei expressa (Octavio Kelly, Manual de Jurisprudencia Federal, 1º Supplemento, vb. Regulamento).

Logo, não tendo força de Lei, o novo Regulamento da Escola Militar não pôde estabelecer um caso não previsto na Lei n. 1.860, de retardamento de baixa (a tanto equivale mandar incluir por mais um anno na tropa os pacientes).

Constitue, pois, nos termos taxativos da Lei referida uma retenção abusiva, passível de responsabilidade, obrigar-se a servir por mais especioso que seja o motivo, sobretudo nos casos do presente pedido em que ha praças com quasi tres annos de caserna.

Accresce ainda que o Exmo. Sr. Secretario da Pasta da Guerra concedeu a devida baixa a seis outros ex-alumnos, desligados por identicos motivos e nas mesmas condições dos pacientes, como se pôde vêr dos Boletins do Exercito numeros 185, 187 e 189, contravindo desta maneira o preceito constitucional de que — *a Lei é igual para todos*.

Os impetrantes supplicam ao Egregio Supremo Tribunal que, interpondo sua autoridade, faça cessar a coacção alludida, para o fim de serem os pacientes excluidos das fileiras do Exercito, mediante a concessão da caderneta de reservistas a que tem direito, como faz certo o facto de terem, prestado o compromisso á Bandeira, applicando-se-lhes assim a doutrina constante do Aviso de 3 de Novembro de 1921 ao Departamento do Pessoal da Guerra (Boletim do Exercito n. 417): — “Os alumnos desligados da Escola Militar e man-

dados incluir nos corpos, devem ser desincorporados, com as turmas de conscriptos, desde que como alumnos, tenham frequentado, durante um anno, pelo menos, a instrucção pratica relativa ao primeiro anno do Curso Fundamental.

PP. deferimento".

A petição está desacompanhada de documentos. Como, porém, se faz referencia á coacção por parte do Sr. Ministro da Guerra, proponho que o Tribunal converta o julgamento em diligencia, afim de que S. Ex. informe a respeito.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo que peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Converteu-se o julgamento em diligencia, unanimemente.

"HABEAS-CORPUS" N. 14.017

E' legal a prisão, em virtude do estado de sitio, de quem, envolvido nos successos politicos que visavam perturbar a ordem publica, foi conduzido de um Estado para esta Capital, para os effeitos legais.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — *Habes-a-corp-us* n. 14.017, de Santa Catharina. Pacientes, Petrarcha Callado e outros. Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — Na sessão anterior, fiz o relatorio deste pedido originario de *habeas-corp-us*, feito por telegramma de Santa Catharina, em favor de Petrarcha Callado, Porfirio Gonçalves da Silva, Alvaro Ramos, Antonio Barroso Arruda e Affonso José Arruda, presos nesse Estado e remettidos para esta Capital.

O Tribunal resolveu pedir informações ao Sr. Ministro da Justiça (*) e S. Ex. diz que "essa prisão foi determinada em virtude do estado de sitio, decretado naquelle Estado por ordem do Governo, sendo os pacientes perturbadores da ordem publica, tendo sido os mesmos conduzidos a esta Capital para os effeitos legais".

Está feito o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — Nego a ordem, á vista da informação.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se a ordem impetrada, unanimemente.

(*) V. esse julgamento no presente vol., pag. 353.

"HABEAS-CORPUS" N. 13.882

Nos casos em que houver de applicar Leis dos Estados a Justiça Federal consultará a jurisprudencia dos Tribunaes locais.

Segundo a legislação do Estado de S. Paulo, a appellação da sentença absolutoria do Jury não terá effeito suspensivo quando o réu se tiver apresentado espontaneamente á prisão.

Applicação da Constituição Federal, art. 59, § 2º e da Lei do Estado de S. Paulo n. 1.849, de 1921, art. 14, letra a.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de *habeas-corpus* n. 13.882, de S. Paulo. Recorrente, o paciente Salviano Novaes dos Santos; recorrido, o Tribunal de Justiça. — Tem a palavra o Sr. Ministro Hermenegildo de Barros.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — Salviano Novaes dos Santos, sabendo que estava pronunciado no art. 294, § 2º, do Código Penal, autor da morte de Adalberto Ellis, occorrida no dia 12 de Novembro de 1923, entregou-se á prisão a 29 de Junho de 1924.

Submettido a julgamento e sendo absolvido por 5 votos, a parte queixosa appellou.

Continuando o réu na prisão, por esse motivo, o advogado Plinio Travassos dos Santos requereu ao Tribunal de Justiça de S. Paulo uma ordem de *habeas-corpus*, em favor d'elle, invocando o art. 14, letra a, da Lei n. 1.849, de 29 de Dezembro de 1921, que diz:

"A appellação da sentença absolutoria do Jury não terá tambem effeito suspensivo nos casos seguintes:

a) quando o réu se tiver apresentado espontaneamente á prisão".

Ouvido a respeito, o Juiz de Direito de Araraquara informou que o paciente não foi solto por lhe não aproveitar a disposição invocada, visto como só se apresentou á prisão seis mezes depois do crime e 15 dias antes da sessão do Jury, e assim, não se apresentou espontaneamente, "logo após o crime, pondo-se á disposição da autoridade para facilitar a sua acção, revelando ao mesmo tempo a lisura de seu proceder com a nobre abnegação de receber da sociedade a punição da sua falta". Mas, apresentou-se "por conveniencia propria, para não passar pelo vexame de ser preso", isto é, depois de pronunciado e expedido o mandado de prisão e quando já tinha conhecimento do sorteio do Jury, não havendo, portanto, nessa apresentação, qualquer merecimento a ser recompensado.

Informou ainda o Juiz de Direito que, neste sentido, tem o Superior Tribunal de Justiça de São Paulo, interpretado o citado art. 14, da Lei paulista,

O Tribunal negou a ordem á vista da informação do Juiz de Direito e o impetrante recorreu.

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS, Relator: — Nego provimento ao recurso, para confirmar a decisão recorrida, não só á vista do

art. 59, § 2º, da Constituição Federal, como também por ser razoável a intelligencia dada pelo *Accordam* recorrido ao citado art. 14, da Lei, paulista n. 1.349, de 29 de Dezembro de 1921.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Está em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO: — Estou de accôrdo com o Sr. Ministro Relator, porque se trata de interpretação de Lei local e a Constituição nos manda que, a este respeito, consultemos a respectiva jurisprudencia.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS: — Nego provimento ao recurso.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA: — Também nego provimento.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO: — Aceito o voto do Sr. Ministro Relator *si et in quantum*. Se porventura, no caso, se tivesse decretado a prisão preventiva e o paciente não se apresentasse logo, só o fazendo depois da pronuncia, é claro que não teria preenchido a condição da Lei. Mas, não havendo prisão preventiva, sendo então, o unico momento da sua decretação o despacho de pronuncia, e elle se tendo apresentado logo após o mesmo, foi ao encontro da sua prisão. Não se apresentar espontaneamente é ser preso pela autoridade ou por quem souber que contra o criminoso ha mandado de prisão. Quando não ha nada disso e elle se apresenta, o acto é espontaneo.

Como, porém, o Sr. Ministro Relator informa que é essa a jurisprudencia do Tribunal local e a Constituição manda que a consultemos nesses casos, aceito *si et in quantum* o voto de S. Ex. Desde que essa jurisprudencia não é uma aberração ou attentado á Lei, devemos observá-la.

Nego provimento ao recurso.

O Sr. Ministro LEONI RAMOS: — Sr. Presidente, uma vez que ha duvida na interpretação da Lei, voto do modo mais favoravel ao paciente. Concedo a ordem para o fim requerido.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA: — Voto com o Sr. Ministro Relator.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL: — Dou provimento ao recurso para conceder a ordem. Desde que não foi preso em virtude de mandado expedido pela autoridade competente, apresentou-se espontaneamente. Outra interpretação não pôde ter a Lei.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI: — Negou-se provimento ao recurso, contra o voto dos Srs. Ministros Leoní Ramos e Guimarães Natal.

AGGRAVO DE PETIÇÃO N. 3.474

*São de rejeitar embargos de declaração oppos-
tos a Accordam que não contem nenhuma emissão,
ambiguidade ou contradicção.*

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Aggravo de petição n. 3.474, do Districto Federal (embargos de declaração): Embargante,

a São Paulo Nortebrn Company. — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, Relator: — Nestes autos de agravo de petição proferiu o Supremo Tribunal Federal o seguinte Accordam, do qual foi Relator o Sr. Ministro Geminiano da Franca, Accordam que a exequente pede para ser declarado:

“Vistos e examinados estes autos de agravo, em que é agravante a São Paulo Northern Railroad Company, e é agravado o Conselheiro Antonio da Silva Prado.

O agravante propoz uma acção de nullidade da venda da Companhia Estrada de Ferro de Araraquara feita á agravante, visto que, sendo possuidor de sessenta mil *debentures*, legalmente emittidas pela alludida companhia, não consentira na referida venda. Em defesa, allegou a agravante que não tinha o aggravado qualidade para intervir na transacção, pois não era credor debenturista da Companhia. O Juiz, examinando o instrumento de transmissão e os actos que antecederam, chegou á conclusão de que a venda era perfeita e legal, pois nenhum direito tinha o aggravado de nella intervir, visto como os titulos em que estribava a sua pretensão eram nullos de pleno direito. — Com esta sentença não se conformou o aggravado que interpoz o recurso de appellação, que foi recebida em ambos os effeitos. Deste despacho aggravou a appellada por entender que no caso era a appellação incabível — O recurso foi minutado e contraminutado, mantendo o Juiz o despacho recorrido.

Sustenta a minuta que, tratando-se de uma questão preliminar, como é a da illegitimidade de partes, o recurso proprio para submeter ao conhecimento deste Tribunal a sentença que a decidiu é, em face do disposto no art. 13, da Lei n. 4.381, de 5 de Dezembro de 1921, o de agravo e não o de appellação, de que usou o aggravado. Não procede a allegação. No caso não se trata de uma illegitimidade de parte, segundo o conceito das nossas Leis processuaes. Considera-se parte illegitima exclusivamente aquella que é prohibida de figurar em Juizo por si ou sem que precedam certas condições, como sejam: o interdicto, o menor, a mulher casada sem autorização do marido, salvante em certas e limitadas acções, o marido sem outorga da mulher em determinados pleitos, o fallido, o falso ou illegitimo procurador, diz Pimenta Bueno — (Formalidades do Processo Civil) — Constitúe consequentemente, a illegitimidade de parte uma excepção dilatoria, que não attinge a questão principal numa demanda, que póde continuar, uma vez supprida a capacidade de estar em juizo e ratificado o processado, nos casos em que fôr possivel. O seu reconhecimento não extingue em hypothese alguma o direito de agir.

A illegitimidade do autor, porém, fere no amago do facto em lide, é uma arguição peremptoria, cuja declaração por sentença torna, em relação a elle, certo o direito da parte contraria. Extincto o processo pela falta de interesse para promovel-o, não póde mais o autor renovar a mesma questão em outro processo.

Esta distincção entre capacidade de estar em juizo e capacidade de agir está perfectamente delineada nas Ords. do Liv. 3º, Tit. 20 — 49 — 5º, e decorre logicamente dos termos precisos do art. 672, do Reg n. 737, de 1850.

Os nossos processualistas fazem-se resaltar. Ribas, na Consol. das Leis diz no art. 558: — “as excepções dilatorias são as que sómente se referem á forma do Juizo e á ordem do processo, e não sobre a propria questão em litigio”; e no art. 581: — “a excepção peremptoria é a que conclue não ter o autor, em direito, a acção para demandar, e põe fim a todo o negocio prin-

cipal". Teixeira de Freitas anotando P. Souza, diz na nota 261: — "Com a costumada sem razão a Praxe Forense, de Moraes Carvalho, accrescenta a esta segunda classe de excepções dilatorias a de illegitimidade de pessoa. Para autorizar a excepção de illegitimidade de partes bastaria qualquer illegitimidade pessoal? Não, mas tão sómente a illegitimidade para estar em Juizo".

Outra não tem sido tambem a lição dos nossos julgados (REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, vol. 1º, pag. 522; vol. 16, pag. 571; *Revista de Direito*, vol. 51, pag. 571 e vol. 9º, pag. 381).

Allegou ainda o aggravante que o caso é de aggravado, mesmo que em rigorismo technico não se considere a especie como de illegitimidade de parte, pois a sentença resolveu uma prejudicial que impediu de ser abordado o objecto principal da demanda, que era a nullidade da venda.

Evidente equivoco da aggravante.

A sentença affirmando a carencia do direito do aggravado, em vista da desvalia dos titulos com que se apresentou em Juizo, julgou valida e inatacavel a venda levada a effeito, resolvendo dest'arte a questão de *meritis*. Por essa razão foi que a sentença não annullou o processo, mas declarou o autor carecedor da acção. No seu Direito Judiciario ensina João Mendes: — "O Juiz julga *definitivamente* condemnando ou absolvendo o réu, podendo a absolvição fundar-se no *carecimento* ou improcedencia da acção. A condemnação contém, primeiramente, o reconhecimento da relação de direito em litigio, em seguida o reconhecimento da violação; e afinal a necessidade de um acto ou de uma abstenção imposta ao réu. Quando o Juiz não reconhece a realidade da causa de pedir ou a relação do direito em litigio (como no caso) julga o autor carecedor da acção; quando reconhece a relação de direito, mas verifica que ella não foi violada pelos actos do réu, julga improcedente a acção".

Não tem o art. 13, da Lei n. 4.381, a elasticidade que lhe attribue o aggravante, de modo a comprehender todas as questões prejudiciaes que se possa aventar em um processo, e de cuja solução resulta como corollario juridico a validade e firmeza do acto ou facto que se queira infirmar. Diz o alludido dispositivo — "Quando a sentença final concluir pelo reconhecimento de uma preliminar que ponha termo ao processo o recurso será o de aggravado". O que se deduz deste preceito legal é que ella abrange apenas as formas substanciaes do processo e as exigencias legais para ordem do Juizo. Por isto foi que o legislador precatadamente usou da phrase — ponha termo ao processo; e processo "é o modo de obrar em juizo, de fazer marchar a acção" — como define Paula Baptista, ou como diz Pereira Souza — "é a forma estabelecida pelas Leis e pela praxe para se tratar das causas" ou como asserta João Mendes — "é o movimento dos actos da acção em juizo". Em synthese:

Considerando que não se trata de uma excepção de illegitimidade de parte, que é, segundo o nosso direito, meramente dilatoria (Reg. n. 737, de 1850, artigo 672);

Considerando tambem que não se trata de outra qualquer questão preliminar que não interesse, directamente, ao acto juridico que se procura annullar;

Considerando que a sentença desconhecendo a validade dos titulos do aggravado para figurar na transacção decidiu que relativamente a elle era a venda perfeita, firme e valiosa;

Considerando que, assim decidindo, examinou e resolveu a sentença o objecto principal da demanda, pondo termo á contenda, que não mais pôde ser renovada pelo aggravado;

Accordam em Supremo Tribunal Federal negar provimento ao agravo para confirmar a decisão agravada que recebeu a apelação do agravado. Custas pelo agravante.

Rio de Janeiro, 12 de Maio de 1923. — *H. do Espirito Santo*, P. — *Geminiano da Franca*, Relator para o Accordam. — *André Cavalcanti*. — *Hermenegildo de Barros*. — *Pedro dos Santos*. — *Viveiros de Castro*. — *Leoni Ramos*. — *Edmundo Lins*. — *Alfredo Pinto*. — *Godofredo Cunha*, vencido, de accôrdo com os fundamentos colhidos nas Leis, na jurisprudência e nos autores e que se encontram na REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, vol. 52, pags. 195 e 274, os quaes não foram absolutamente illudidos pelo Accordam.

Muniz Barreto, vencido. Votei pelo provimento do agravo por entender que não deviam ser admittidas as apelações tomadas por termo a fls. 1.200 e 1.234, attento o disposto no art. 13, da Lei n. 4.381, de 1921, e pelos seguintes fundamentos, que adduzi em sessão:

“Exija-se, com Garsonnet e João Monteiro, o concurso de quatro condições para admissibilidade da acção: 1º) o direito; 2º) o interesse; 3º) a qualidade; 4º) a capacidade e agir (*Traité de Procedure*, vol. I, § 294; *Theoria do Processo Civil e Commercial*, vol. I, § 18); diga-se com Alessio di Majó que para propor um litigio é preciso ter, além de um direito accidental, qualidade para agir e interesse juridico, seja material, seja moral (*Instituzioni di Diritto Giudiziario e Civile*, numero 2); ou, com Mortara, resumam-se em duas essas condições subjectivas, — o interesse legitimo e a capacidade de agir (*Principi di Procedura Civile* ns. 15 e 19), certo é que o Juiz *a quo* teve em vista o que ha de substancial em semelhante assumpto quando negou ao autor direito á acção, por lhe faltarem qualidade e interesse juridico para propol-a.

O autor foi admittido na instancia com um interesse de agir e uma qualidade “*apparentes*”. Na sentença final, porém, o Juiz provocado pela controversia sobre estes pontos, “*lhe não reconheceu titulo para accionar, negou-lhe a qualidade de credor debenturista*”, por isso que as “*debentures*” que exhibiu são havidas como inexistentes, “*por nullas*”, que assim já o declarou o Supremo Tribunal com respeito a outras identicas, nos Accordams proferidos nos recursos do agravo ns. 2.582, de 14 de Julho de 1919 e 3.070, de 26 de Novembro de 1921, firmando o conceito de que “*as debentures que não contiverem a assignatura autographa, mas apenas de choncella, não constituem prova de dívida por falta de authenticidade*”. Acrescentou a sentença: O Decreto n. 117-A, de 1893, “*não dispensa esses requisitos nem mesmo nas cautelas provisórias*” (art. 2º, § 7º), reproduzindo com isso um preceito de caracter geral nessa classe de obrigações. Concluiu: “*na especie o autor deixou de fazer assim a prova de sua qualidade de credor da emittente dos titulos, condição que, se exigida para o início da lide, justificando até a absolvição da instancia, quando não satisfeito desde logo, como decidiram os apontados Accordams, não póde ser dispensada para o conhecimento do invocado direito no julgamento final. Por estes fundamentos, julgo o autor carecedor de acção*”.

O julgado circumscreveu a assumpto que devia ser apreciado e resolvido precipuamente, como foi, isto é, *antes do pronunciamento sobre o fundo da relação juridica em apreço, sobre o direito pleiteado, que vem a ser o objecto — o beneficio juridico immediato, reclamado pelo autor e a que elle se julga com direito*. Nem é licito ao Juiz decidir sobre esse objecto, sem reconhecer preliminarmente que a pessoa que provocou o julgamento *tinha a faculdade legal de provocol-a*.

A Lei de 22 de Dezembro de 1.761, Tit. 3º, 12 §, já proclamava “por

primeira necessidade a legitimação das partes". Não se trata ahí simplesmente da *illegitimidade* em sentido restricto; que no regimen processual anterior ao Regul. n. 737, de 1850 e no deste, dava lugar á — *excepção* —, por faltar ao autor *capacidade para estar em juizo* (como o falso e não bastante procurador, o menor ou pessoas semelhantes sem tutor ou curador — art. 672, § 1º), excepção que pelo Decreto n. 848, de 1890, arts. 122 e 123, passou a constituir materia de defesa, allegavel na contestação, — mas *illegitimidade em sentido amplo*, comprehensivo, tambem de carencia de *titulos ou qualidade para agir em Juizo*.

O que ha na sentença é um decreto prohibitivo, que poz termo ao feito sem resolver sobre o seu objecto — a annullação da venda do activo da Companhia Estrada de Ferro Araraquara, *decreto fundado em que o autor carece de titulo que lhe dê direito ao julgamento da questão que trouxe a Juizo*.

Nos alludidos Accordams, o Tribunal considerou indispensavel a apresentação inicial de *debentures* authenticas, para começo e continuação da instancia, tanto que, com apoio no art. 67, letra f, do Decreto n. 3.084, de 1898 (Parte Terceira), confirmou as decisões que absolveram della os réus.

Não ha contestar, portanto, que a especie se ajusta ao art. 13, da Lei n. 4.381, de 1921 que na palavra — *preliminar* — comprehende tudo que, *extranho ao merito da causa constitúe o fundamento da sentença terminativa do processo*.

E tanto é assim que se o Supremo Tribunal Federal admittir appellação e reformar a sentença appellada, para decidir que o autor tem a qualidade não reconhecida pelo julgado da primeira instancia, mandará, consoante á sua jurisprudencia pacifica, que o Juiz *a quo* se pronuncie sobre o merecimento do pleito".

Foi a este Accordam que a exequente oppoz os seguintes embargos de declaração: (*lê*)

"Exmo. Sr. Ministro Relator do Aggravo n. 3.474 — A S. Paulo Northern Railroad Company pede, respeitosamente, seja o Accordam de fls. declarado sobre os seguintes pontos:

I — O Accordam embargado diz que a decisão de fls. "julgou a venda perfeita, firme e valiosa em relação ao autor".

Reconhecendo assim, pelo menos implicitamente, a competencia da Justiça Federal para decidir a respeito desta questão, o Accordam embargado parece incidir em contradicção com outro Accordam, que foi proferido no aggravo n. 3.633. Neste Accordam, — redigido aliás, pelo mesmo illustre Ministro, com o apoio dos mesmos votos, — o Supremo Tribunal julgou, effectivamente, que a Justiça Federal é incompetente para decidir a respeito da validade da referida venda, — e isto por existir a esse respeito decisões soberanas da Justiça local.

A' embargante parece, porém, que essa contradicção só existe na expressão verbal do Accordam embargado, e que o verdadeiro alcance da phrase acima transcripta não é o de reconhecer a competencia da Justiça Federal para decidir, novamente, a respeito duma venda já julgada valida pela Justiça local.

Parece, sim, á embargante, que a intenção do illustre Relator do Accordam embargado foi simplesmente reconhecer a competencia da Justiça Federal para decidir a respeito da validade, ou da nullidade, dos *debentures* da E. F. Araraquara, e do direito que compete a esses portadores de estarem em Juizo, fundados na posse daquelles titulos, para litigarem a respeito daquella venda.

Si esta segunda interpretação do Accordam embargado fôr exacta, este Accordam só importaria, portanto, no reconhecimento da competencia da Justiça Federal para o julgamento daquella preliminar, — a respeito da legi-

timidade do autor da acção, ora embargado, — mas não para examinar novamente a validade da referida venda (e talvez declaral-a nulla) apesar das decisões soberanas da Justiça local. Não haveria, em tal caso, qualquer contradicção entre o Accordam embargado e os outros Accordams já proferidos na mesma materia por este Egregio Supremo Tribunal.

Esta segunda interpretação do Accordam embargado se funda, aliás, em outro Accordam que acaba de ser lavrado, no agravo n. 3.633, precisamente pelo mesmo illustre Ministro que redigiu tambem o Accordam embargado.

Este ultimo Accordam reza:

“Vistos, expostos e discutidos estes autos em que é embargante Arthur Barbosa de Freitas e embargada a São Paulo Northern Railroad Company, Accordam em Supremo Tribunal Federal desprezar os embargos oppostos a fls. 86 por consistirem em materia já estudada e decidida pelo Accordam embargado.

“Julgada por sentença soberanamente na Justiça local a validade da venda da Estrada de Ferro Araraquara á São Paulo Northern Railroad Company, propoz o embargante acção ordinaria para annullar a alludida venda.

Processada a acção verificou o Juiz que *visava ella a decretação da nullidade de uma sentença que julgara valida uma transacção feita pela ré, e como, em face da Constituição, é vedado á Justiça Federal, fóra dos casos previstos no art. 59, intervir para annullar sentenças dos Tribunaes locaes, declarou-se incompetente para conhecer do merito da causa. Não entrou, portanto, o Juiz na analyse, nem na procedencia ou improcedencia da relação juridica em litigio.*

Não ha paridade entre a decisão embargada e outra que foi proferida em causa em que foi a ré a embargada e de fui Relator. Nesta o Juiz annullou a acção por falta de validade da causa de pedir, quando, pela technica juridica, devia julgar o autor carecedor da acção. O Tribunal tendo de se pronunciar sobre o recurso cabivel dessa acção declarou ser o de appellação por não se tratar da resolução de uma questão preliminar terminativa do feito, mas de uma sentença definitiva que julgara o autor sem direito de pleitear em Juizo. No caso vertente, porém, o Juiz sem entrar na apreciação sobre a controversia que faz objecto do merito da causa, sem indagar do titulo com que se apresentava o autor, declinou do conhecimento da especie por falta de poder legal para sobre ella se manifestar.

Numa, a causa foi terminada preliminarmente por uma incompetencia impropavel, enquanto *noutra foi afinal pela illegitimidade do autor. Pronunciando-se o Tribunal sobre o recurso proprio para conhecer de uma decisão que reconhece ser o autor illegitimo não está inhibido de abordar a questão da incompetencia quando tiver de resolver-a.*

Não ha, consequentemente, contradicção entre as duas decisões: uma que declarou ser a appellação, o recurso cabivel das decisões declarando a illegitimidade do autor, e outra que, conhecendo por meio do agravo, declara a incompetencia do juizo.

Assim decidindo condemnam o embargante nas custas.

Rio de Janeiro, 11 de Junho de 1924”.

Tendo, o Accordam acima transcripto assim esclarecido, embora em outros autos, uma duvida quanto á interpretação e ao alcance do Accordam embargado, a embargante pede, respeitosamente, que, conforme as normas do processo, seja este Accordam declarado, *nestes autos*, sobre o mesmo ponto.

Significa, pois, o Accordam embargado que, caso seja reformada a decisão de fls. — que decidiu ser o autor parte illegitima ou carecedor da acção,

— a questão da validade da venda, que fez o objecto desta acção, poderá ser novamente decidida nestes autos como si a Justiça local já não a tivesse soberanamente julgado?

Ou importa simplesmente este Accordam no reconhecimento da competência da Justiça Federal para decidir a respeito da preliminar que a embargante levantou nas razões de fls. quanto á illegitimidade do autor, isto é, quanto á nullidade dos titulos em que pretendeu fundar o seu direito de estar em juizo?

II — O segundo ponto em que a embargante pede seja o Accordam declarado é o seguinte :

Conforme se vê no Accordam proferido no agravo n. 3.633, e que já indirectamente declarou o Accordam embargado, o alcance da decisão de fls. foi, sómente, o de julgar o autor, ora embargado, parte illegitima para trazer a juizo qualquer questão a respeito da venda rescindenda.

Significa, pois, o Accordam embargado que caso essa decisão fôr reformada, o Supremo Tribunal poderá conhecer da questão levantada pelo autor, a respeito da validade dessa venda, sem que essa questão tenha sido previamente examinada e decidida na 1ª instancia?

Poderá o Supremo Tribunal decidir numa unica instancia a respeito desta questão que não foi resolvida na sentença de fls.?

A embargante espera que este Egregio Supremo Tribunal haverá por bem receber os presente embargos para o effeito de declarar o Accordam embargado como de direito e inteira Justiça”.

Está feito o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. póde dar o seu voto.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, Relator: — As arguições feitas nos embargos a respeito da competencia da Justiça Federal e do prejudgamento da questão da validade da venda da Companhia, estão perfeitamente respondidas pelo mesmo nosso eminente Collega, Sr. Ministro Geminiano da Franca, em embargos em que eram embargante Arthur Barbosa de Freitas e embargada a mesma exequente. No Accordam proferido nesses autos, S. Ex. esclareceu e explicou tudo quanto os embargos pretendem que seja elucidado. (*) Dizia S. Ex.:

“Vistos, expostos e discutidos estes autos, em que é embargante Arthur Barbosa de Freitas e embargada a São Paulo Northern Railroad Company.

Accordam em Supremo Tribunal Federal desprezar os embargos oppositos a fls. 86 por consistirem em materia já estudada e decidida pelo Accordam embargado.

Julgada por sentença, soberanamente na Justiça local a validade da venda da Estrada de Ferro Araraquara a São Paulo Northern Railroad Company, propoz a embargante acção ordinaria para annullar a alludida venda. Processada a acção verificou o Juiz que visava ella a decretação da nullidade de uma sentença que julgara valida numa transsacção feita pela ré, e como, em face da Constituição, é vedado á Justiça Federal, fóra dos casos previstos no art. 59, intervir para annullar sentenças dos Tribunaes locaes, declarou-se incompetente para conhecer do merito da causa. Não entrou, portanto, o Juiz na analyse nem na procedencia ou improcedencia da relação juridica ou litigio. Não ha paridade entre a decisão embargada, e outra que foi proferida em

(*) V. esse agravo que tem o n. 3.633, no vol. LXV, pag. 215.

causa em que foi ré a embargada e de que fui Relator. Nessa o Juiz annullou a acção por falta de realidade da causa de pedir, quando pela technica juridica, devia julgar o autor carecedor de acção. O Tribunal, tendo de se pronunciar sobre o recurso cabivel dessa decisão, declarou ser o de appellação por não se tratar de resolução de uma questão preliminar terminativa do feito, mas de uma sentença definitiva que julgara o autor sem direito de pleitar em Juizo. No caso vertente, porém, o Juiz sem entrar na apreciação sobre a controversia que fez objecto do merito da causa, sem indagar do titulo com que se apresentava o autor, declinou do conhecimento da especie por falta de poder legal para sobre ella se manifestar. Numa a causa foi terminada limiariamente por uma incompetencia improrogavel, em quanto noutra foi afinal pela illegitimidade do autor. Pronunciando-se o Tribunal sobre o recurso proprio para conhecer de uma decisão que reconheceu ser o autor illegitimo, não está inhibido de abordar a questão da incompetencia quando tiver de resolver-o.

Não ha, consequentemente, contradicção entre as duas decisões: uma que declarou ser a appellação o recurso cabivel das decisões declarando a illegitimidade do autor, e outra que, conhecendo por meio do agravo, declara a incompetencia do Juizo.

Assim decidindo condemnam a embargante nas custas”.

E' uma verdadeira declaração de tudo quanto pretendem estes embargos. Não ha, portanto, no Accordam embargado, nenhuma contradicção, ambiguidade ou omissão que possa justificar o seu recebimento. O que a embargante deseja é que as declarações do Accordam entre partes, Barbosa de Freitas e São Paulo Northern, sejam transportadas para estes autos, o que não é possível. Rejeito os embargos por não haver nada a declarar, por já estarem todas essas questões elucidadas e esclarecidas pelo proprio Relator do feito.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Está em dis-

(Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator).

cussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Foram rejeitados os embargos, unanimemente.

CARTA TESTEMUNHAVEL N. 3.882

A carta ou o agravo que não fôr preparado dentro de cinco dias contados de sua entrada na Secretaria do Tribunal, considera-se renunciado e deserto, sem dependencia de mais intimação.

Applicação do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, art. 146.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALVANTI, Presidente: — Carta Testemunhavel n. 3.882, do Rio Grande do Sul. Supplicantes, Francisca Lonardi e filhos; supplicada, Companhia Força e Luz de Porte Alegre. — Tem a palavra o Sr. Ministro Arthur Ribeiro.

O Sr. Miistro ARTHUR RIBEIRO, Relator: — Nesta carta testemunhavel dei o seguinte despacho:

“Julgo deserta e renunciada a carta testemunhavel, os termos do art. 146, do Regimento Interno do Tribunal”.

Deste despacho a parte interpoz o recurso de agravo, nos seguintes termo: (Lê)

“Francisca Lonardi & Filhos, na carta testemunhavel n. 3.882 em que são testemunhantes, não se conformando com o respeitavel despacho de V. Ex. que julgou deserto o recurso, por falta de preparo em 5 dias, vem, *data venia*, e respeitosamente solicitar de V. Ex. que o apresente em mesa, nos termos do art. 44 do Regimento Interno afim de o sujeitar ao julgamento do Egregio Supremo Tribunal, dando como Lei offendida o art. 7º, § 3º, letra a, do Decreto n. 4.381, de 5 de Dezembro de 1921.

Permitta V. Ex. a fundamentação: o Decreto citado estatue: “as causas cíveis, as appellações e os recursos de que tratam os arts. 59, § 1º e 61 n. 2, da Constituição, cujos autos não forem preparados dentro do prazo de 2 mezes contados da data da sua apresentação ao Tribunal — serão julgados desertos.

Ora, Exmo. Sr. Ministro, a carta testemunhavel n. 3.882 foi tirada para fazer subir o recurso de que trata o art. 59, § 1º, da Constituição; logo embora deva ser preparada, como o agravo, em 5 dias, parece, tratando-se de recurso do art. 59, § 1º, está sujeita ao prazo de dois mezes, conforme expressamente preceitua o § 3º, do art. 7º, do Decreto n. 4.381, que nesta parte alterou o estatuido no Regimento Interno.

Esta argumnetação ainda se ampara no disposto no art. 173 do Regimento segundo o qual a carta testemunhavel, embora processada como o agravo, contudo, quando por denegação do recurso extraordinario e sufficientemente instruida será observado o processo do recurso extraordinario.

Por conseguinte, e salvo a doutissima opinião de V. Ex. e Emeritos Julgadores, a carta testemunhavel por denegação de recurso extraordinario tem o prazo de 2 mezes para o preparo, *ex-vi*, do art. 7º, § 3º, letra a, do Decreto n. 4.381, por ser um dos recursos de que trata o art. 59, § 1º, da Constituição e não o prazo commum de 5 dias a que está sujeito o agravo”.

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros confirmam o despacho agravado*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Foi confirmado o despacho agravado, por unanimidade de votos.

APPELLAÇÃO CIVEL N. 3.623

Assistentes não podem ser admittidos em segunda instancia.

Os professores das Escolas de Aprendizizes Marinheiros não são vitalícios, mas só poderão ser demittidos: a) quando o requererem; b) quando abandonarem, sem communição, o exercicio do cargo, por mais de 15 dias; c) quando não se mostrarem dedicados ao exercicio das suas funcções ou commetterem actos que deponham contra a moralidade e a disciplina da Escola; d) quando se inutilizarem para o serviço do magisterio, sem terem adquirido direito á aposentadoria.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Appellação

civil n. 3.623, do Districto Federal. Appellantes, o Juízo Federal e a União Federal; appellado, Carlos de Castro. — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — Professor normalista da Escola Modelo de Aprendizizes Marinheiros desta Capital, o autor foi exonerado, por acto de 29 de Janeiro de 1914, sem que occorresse algum dos casos em que, segundo o art. 89, do Reg. approved pelo Decreto n. 9.386, de 18 de Fevereiro de 1912, podia ter logar a sua demissão, casos que são os seguintes:

- 1º) quando requererem;
- 2º) quando abandonarem, sem comunicação, o exercicio do cargo por mais de 15 dias;
- 3º) quando não se mostrarem dedicados ao exercicio de suas funcções ou commetterem actos que deponham contra a disciplina e moralidade da Escola;
- 4º) quando se inutilizarem para o serviço do magisterio, sem terem adquirido direito á aposentadoria.

Para annular o acto de sua exoneração, propoz, em 1918, o autor, a presente acção ordinaria, pedindo, como consequência da annullação, lhe fossem assegurados todos os direitos e vantagens attinentes ao dito cargo, com os respectivos vencimentos, tempo de serviço, etc.

Juntou os seguintes documentos:

- a) certidão passada pelo director da Escola, na qual se lê que o autor não requereu por intermedio da Directoria a sua demissão; que não abandonou o exercicio do cargo, sem comunicação por mais de 15 dias; que se mostrou sempre dedicado ao desempenho de suas funcções, não commettendo falta alguma que depuzesse contra a moralidade e disciplina da Escola; que não se acha invalidado para o exercicio do cargo conforme atestado medico que juntou;
- b) atestado do inspector escolar em commissão no Ministerio, dizendo que o autor sempre desempenhou as funcções do seu cargo com a maior dedicação, competencia e assiduidade;
- c) atestado medico de que goza de perfeita saúde;
- d) elogio colectivo ao corpo docente da Escola;
- e) *Diario Official* com o Regulamento onde se encontra o citado art. 89, que diz: “Os professores de ensino elementar e os mestres não são vitalicios; mas só poderão ser demittidos... “nos casos acima enumerados”.

Na dilação nenhuma prova foi apresentada.

Defendeu-se a União, dizendo que os professores das Escolas de Aprendizizes Marinheiros são professores de primeiras letras, mediante uma prova summaria dentre os concorrentes diplomados por qualquer Escola Normal; que não são vitalicios; que os casos de demissão previstos no Reg. são meramente exemplificativos, ou antes, são casos especiaes, havendo além delles outros casos geraes, como por exemplo, extincção da Escola, redução do numero de professores, acceitação por parte destes de cargos incompativeis com suas funcções, condemnação a pena duradoira decretada por delicto commum e perda da qualidade de cidadão brasileiro; remodelação do programma para serem os cargos desempenhados por officiaes da Armada ou sub-officiaes; falta prolongada de matriculas de alumnos e etc.; que se realizou a hypothese da suppressão da Escola e a redução de sua lotação; que as Escolas, que eram em numero de 21, pelo Reg. de 1915, foram reduzidas a 15, em vista do art. 71, n. 16, da Lei orçamenaria de 1915, sendo diminuida a lotação da

Escola desta Capital de 400 para 200; que o pessoal administrativo deve corresponder ao numero de alumnos. Por esta razão é que o art. 73, letra g, do Reg. vigente fixou para a Escola desta Capital em 2 o numero de professores, além dos antigos auxiliares; que não era possível que o Governo continuasse a remunerar inspectores e professores que nada tinham a fazer; que, aliás, o Governo convidara os professores dispensados a servir nas Escolas dos Estados, ao que não annuíram, preferindo abandonar os seus cargos, incorrendo no art. 89, do Reg. citado; que os vencimentos de professores eram de 6:000\$000 annuaes, ao tempo da nomeação do autor; porém, posteriormente as Leis orçamentarias reduziram a 400\$000 mensaes, pelo que o autor não pôde, de modo algum, receber 500\$000 mensaes.

A sentença julgou procedente a acção, porque entendeu que não se verificava nenhum dos casos marcados no Regulamento, não estando provado tambem que houvesse suppressão da Escola nem do logar; que esses casos são todos taxativos; que uma vez que não houve nenhum que se ajustasse ao autor, a sua demissão era illegal.

Nas razões de appellação o Procurador repetiu os argumentos anteriores.

A fls. 54, apresentou-se, como assistente, Wencesláu Arco e Flexa, allegando que estava nas mesmas condições do autor, tendo sido nomeado a 28 de Juho de 1912; que o Decreto de 1912 sómente autorizava a transferencia a pedido, etc.; que interrompeu a prescripção por meio de processo, como se vê a fls. 59.

O Sr. Ministro Relator mandou dar vista ao Sr. Ministro Procurador Geral da Republica para dizer sobre o requerimento do assistente e S. Ex. officiou dizendo que o peticionario não podia ser attendido.

Tendo entrado em gozo de licença o Sr. Ministro Relator, foi designado outro, voltando os autos ao primeiro, quando reassumiu o exercicio.

O incidente, porém, não foi resolvido e os autos não voltaram mais ao Sr. Ministro Procurador Geral para emittir seu parecer, como representante da appellada.

Seguiu-se a revisão, sendo eu nomeado Relator ultimamente, tendo pedido dia para julgamento.

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Guimarães Natal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, 1º Revisor: — De accôrdo com o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, 2º Revisor: — Tambem de accôrdo com o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Muniz Barreto.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — Tendo consultado o Sr. Ministro Procurador Geral se S. Ex. desejava dar o seu parecer sobre a appellação, S. Ex. declarou que desistia de escrever nos autos, e que se reportava ás razões do Procurador da Republica.

Se S. Ex. respondesse affirmativamente, eu proporia a conversão do julgamento em diligencia para que os autos baixassem, afim de que S. Ex. emitisse o seu parecer.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, 1º Revisor: — Sr. Presidente, também eu tenho notas a respeito, no mesmo sentido. Preliminarmente votaria no sentido de ser convertido o julgamento em diligência, a fim de que os autos baixassem para que o Sr. Ministro Procurador Geral da República se pronunciasse sobre o mérito da questão.

O Sr. Ministro PIRES E ALBUQUERQUE, Procurador Geral da República: — Louvo-me nas razões da 1ª instância.

O Sr. Ministro MUNIZ BARRETO, Relator: — *De meritis*, voto pela confirmação da sentença appellada pelos seus jurídicos fundamentos e excluo dos autos o assistente que veio com petitorio autonomo, que o Tribunal não admite, na 2ª instância, só admitindo o verdadeiro assistente, isto é, aquelle que vem ajudar, assistir o autor ou réu. O Tribunal não admite mais esta supposta assistência em 2ª instância.

O direito do assistente é defendido indirectamente e a defesa directa é direito do assistido.

A disposição do citado art. 89, é terminante: “Fôra da supressão de empregos, de incompatibilidade por accumulação remunerada, etc., os motivos de exoneração são estes” e vem allí taxativamente marcados.

Ora, no caso não houve supressão de logares. A redução da lotação foi feita posteriormente. Na ocasião da demissão achava-se em execução o Reg. normalmente. A demissão deu-se a 9 de Janeiro de 1914, portanto, em plena vigência do Reg. de 1912, os vencimentos pois, hão de ser os da época da exoneração, e dahi em diante os que as Leis tiverem estatuido.

A Fazenda Nacional allegou que foram reduzidos. Mas não os que venciam quando se realizou a demissão do autor. Se porventura o cargo foi posteriormente supprimido, cessou o direito aos vencimentos, é bem de ver. Portanto, se houve supressão do cargo posteriormente, não tem direito aos vencimentos.

Nego provimento á appellação, com as declarações que constarão do Accordam.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Guimarães Natal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, 1º Revisor: — Confirmo a sentença appellada. Toda a defesa da União consiste em sustentar que os casos de demissão dos professores, mencionados no art. 89, do Decreto n. 9.386, de 28 de Fevereiro de 1912, são exemplificativos e não taxativos, e que tendo a Lei reduzido os logares de professores e as verbas para seu custeio, foi indispensavel transferir os que excediam para as Escolas onde havia vagas. Tudo isso, porém, occorreu um anno depois da demissão illegal do appellado.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, 2º Revisor: — Nego provimento á appellação, para confirmar a sentença appellada, de accôrdo com o Sr. Ministro Relator, menos na parte relativa á assistência que admitto em qualquer estado da causa.

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto da turma. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com a maioria da turma*).

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se provimento á appellação, por unanimidade de votos.

APPELLAÇÃO CIVEL N. 3.872

Salvo estipulação em contrario, regulará a substancia e os efeitos das obrigações, a Lei onde foram contrahidas.

Pela legislação ingleza, o vendedor não pago pela insolvencia do comprador pôde rehavér a posse da mercadoria vendida e expedida si ainda em transito.

São consideradas em transito enquanto entregues aos intermediarios, ou sejam os carregadores, por terra ou agua, ou a outro depositario para entregar ao comprador até que este, por si ou por agentes seus, directa ou indirectamente as receba.

Para a effectividade deste direito não são exigidas formulas solennes. Basta simples aviso ao carregador ou a qualquer pessoa que está na posse das mercadorias ou a seu chefe.

No ultimo caso, para que o aviso seja effectivo, deve ser dado em tempo tal e em taes condições, que o chefe com diligencia razoavel, possa communicar-o ao seu subordinado ou agente com tempo de impedir a entrega.

Para o exercicio deste direito, por parte do vendedor, são necessarias as seguintes condições: a) insolvencia do comprador, collocado na impossibilidade do pagamento do preço; b) aviso dado ao carregador para a suspensão da entrega ao consignatario; c) tempo razoavel para a transmissão do aviso; d) effectivo impedimento da entrega.

Aplicação do Código Civil, art. 13, de Introdução.

O Sr. Ministro ANDRÉ' CAVALCANTI, Presidente: — Appellação Cível n. 3.872, do Piahy. 1º appellante, o Juiz Federal, 2ª appellante, a União Federal; appelladas, a Cargo Fleet, Iron Cº. Ltd. e outra. — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Sr. Presidente a hypothese é deveras interessante e bem merece as atenções do Tribunal.

As autoras, ora appelladas, estabelecidas com fabrica de ferro e aço na Inglaterra, propuzeram esta acção perante o Dr. Juiz Federal da Secção do Piahy, reclamando da Fazenda Federal necessario resarcimento para os danos decorrentes de actos abusivos praticados contra ellas pela União ou, o que no mesmo imposta, por altos representantes seus. Fundamentaram a sua pretensão, allegando que contrataram com a *South American Railway Construction Company Limited* o fornecimento de elevado numero de toneladas de trilhos de aço, de talas e mais accessorios para vias-ferreas, ficando expressamente estipulado, que os pagamentos seriam realizados em Londres, onde foi ajustado o convenio, com a apresentação dos documentos comprovadores do embarque da mercadoria.

Em satisfação ao que ficara combinado, foram remettidos para Parnahyba, no Estado do Piahy, consignados aos agentes locais da *South American*,

os trilhos e accessorios alludidos por intermedio dos vapores "Crispim" e "Napo" da *Booth Steamship Company*.

Mas, si a remessa dos generos encommendados assim se effectivou, os pagamentos estipulados absolutamente não foram satisfeitos, apesar de com insistencia reclamados, recusando a compradora satisfazel-os por manifesta insolvencia.

Em tal situação, por completo contraria ao que, em termos positivos, fôra estipulado e inteiramente lesiva aos seus direitos e interesses, as autoras, antes que os vapores alcançassem o porto do destino e os consignatarios podessem obter a posse da carga e dos conhecimentos e facturas a ella referentes, dirigiram-se á Companhia fornecedora dos meios de transporte e reclamaram a retenção da mercadoria ainda em viagem.

De prompto foram attendidas.

Além da não entrega solicitada, a Alfandega foi regularmente avisada de que a carga não podia, nem devia ser despachada, sem os indispensaveis documentos, marítimos e consulares, que foram cautelosamente retidos.

Em vista destas providencias, os consignatarios não puderam receber a carga, que foi collocada na ilha do Cajueiro, sob a guarda e fiscalização da Alfandega e depois da Mesa de Rendas de Salinas.

Entretanto, em Janeiro de 1916, por ordem terminante do Ministro da Fazenda, foi o material em questão retirado dos depositos em que se achava e entregue ao agente federal, engenheiro constructor da Estrada de Ferro de Amarração a Campo Maior, sem que se houvesse procedido ao mais elementar dos processos, sem a apresentação de nenhum dos documentos exigidos pelas nossas Leis fiscaes, sem nenhum aviso ou notificação á ellas, as autoras, não obstante os protestos e precauções cuidadosamente executadas.

Assim, accrescentam, a União se apoderou da mercadoria que lhe não pertencia e della dispoz como se sua fosse, causando-lhes elevados prejuizos para a reparação dos quaes propuzeram esta acção. A União defendeu-se, contestando a legitimidade do pedido.

Allegou desde logo prescrição.

A reclamada indemnização, disse, decorre de haver a União prejudicado o direito das autoras, apossando-se da mercadoria desembarcada.

Ora, argumentou, isso se deu em Novembro e Dezembro de 1913, estando, pois, irremediavelmente prescripto o direito que desse seu acto podesse ter decorrido para as autoras em Maio de 1919, quando foi proposta a acção.

Desde Julho de 1914, insistiu, a sua posse sobre essa mercadoria foi judicialmente reconhecida.

Os proprietarios dos navios que a transportaram, pretenderam della assenhorear-se sob o pretexto de não pagamento do frete. A União procurou impedir e effectivamente conseguiu impedir esse intento por meio de um mandado prohibitorio sancionado por sentença que passou em julgado.

Considerou sem nenhuma importancia para solução do caso o protesto do advogado das autoras em 1918.

Nem sequer pôde ter a virtude, disse, de interromper a prescrição.

Nesta providencia, elle agiu sem procuração, recorrendo a uma caução *de rato*, não ratificada afinal.

Demais, nenhum contracto celebrou com as autoras, nem pôde ser responsável pelo que ellas hajam por ventura ajustado com a *South American*.

Com esta estipulou um destinado a construcção e exploração de vias-ferreas, para execução do qual emittiu titulos, com os quaes a *South* transigia, comprando onde e como queria, sem que dessas suas transacções possa advir para ella, União, nenhuma responsabilidade.

Da *South* recebeu o material discutido, comprado ás autoras, e se por isso ella lhes é devedora, só com a *South* lhe cumpre entender.

Fallida como esta se encontra, ainda lhes resta o recurso de se apresentarem no processo da fallencia para, como credoras, resguardarem o seu direito.

A reclamação feita contra a Fazenda Nacional é que não pôde proceder. Foi em substancia a defesa adduzida pela União.

Ultimada a instrucção da causa, foi julgada procedente pela sentença de primeira instancia.

O Juiz que a proferiu, condemnou a União, de accôrdo com o pedido, a indemnizar o damno causado com o esbulho que fez ás autoras, sendo o valor da reparação liquidado na execução.

Condemnou ainda a pagar o frete das mercadorias e os juros a partir de 3 de Janeiro de 1916 e custas.

Desta sentença appellaram o Juizo e a Fazenda Nacional.

Arrazoaram a appellação o representante da Fazenda Publica Federal e o das appelladas.

Nesta superior instancia, o Sr. Ministro Procurador Geral da Republica apresentou o parecer de fls. 379, assim redigido:

“A sentença appellada merece ser reformada, pois que não consultou nem a Lei nem a prova dos autos. E' o que demonstram as razões de fls. 372 e mais evidentemente ainda as de fls. 338, rigorosamente documentadas. Nada ha que lhes accrescentar.

As autoras querem que a Fazenda lhes pague, com perdas e damnos, o valor dos materiaes que teriam vendido á *South American Railway Construction Comp. Ltd.*, que estavam depositados na Alfandega de Parnahyba com ordem de não serem entregues á compradora e de que entretanto a mesma Fazenda se apossou em 1916.

O que diz, entretanto, a prova dos autos é que:

1º) A Fazenda Nacional não teve parte directa ou indirecta naquella transacção e por tanto não pôde ser por ella responsável;

2º) Nunca foi depositaria desse material;

3º) Importado pela *South American Railway* lhe foi por esta entregue nos termos do seu contracto;

4º) Se esta entrega a constituísse na obrigação de indemnizar, tal obrigação estava prescripta.

O documento de fls. 354 a que se soccorre a Sentença para fugir á evidencia com que se lhe impunha a prescripção do pretenso direito das autoras, só prova que foi em 1916 que a Fazenda se resolveu a empregar o material em questão. Nesse mesmo documento se affirma que elle lhe pertencia, que era como proprietaria e não simples detentora que ella o tinha e guardava até essa época. E não pôde haver duvida a esse respeito quando se sabe que já em 1914 ella requeria, invocando a sua propriedade e posse, requeria e obtinha do proprio Juiz da causa um mandado prohibitorio contra as rés que lhe queriam

tomar o alludido material para se cobrarem, a esse tempo sómente do frete; pois que do preço d'elle só se lembraram depois que falliu a compradora dando á ré incalculaveis prejuizos".

Feito o sorteio da turma, regularmente se procedeu á revisão e acha-se a causa em mesa para o julgamento.

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Têm a palavra os Revisores sobre o relatorio.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, 1º Revisor: — Estou de accôrdo.

O Sr. Ministro GEMINIANO D AFRANCA, 2º Revisor: — Estou de accôrdo.

O Sr. Ministro PIRES E ALBUQUERQUE, Procurador Geral da Republica: — Peço a palavra.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Pires de Albuquerque, Procurador Geral da Republica.

O Sr. Ministro PIRES E ALBUQUERQUE, Procurador Geral da Republica: — Sr. Presidente. Vi estes autos em Outubro de 1920. Tal é a data do meu parecer. Depois delles já me passaram pelas mãos mais muito mais de dois mil processos; pois que o parecer tem o n. 842 e nesta hora estou com 3.047 pareceres: Não haveria memoria que lhes pudesse guardar todos os incidentes e muito menos conseguiria guardal-os a minha que já se sente cansada.

Limitar-me-hei, portanto, a pedir a attenção do Egregio Tribunal para as allegações daquelle parecer. O facto occorreu em 1914. Foi em 1914 que a Fazenda recebeu como proprios e como proprios conservou os trilhos e accessorios que, nos termos de seu contracto, lhe foram entregues pela Companhia South American Railway-Construction Comp. Ltd. O acto de 1916 resolveu apenas a applicação desse material que como seu tinha a Fazenda desde 1914. Disso é prova evidentissima o documento de fls. 354 offerecido pelos appellados, pois que d'elle consta que nesta ultima data a Fazenda requereu e obteve um mandado de manutenção, allegando que era senhora e possuidora dos materiaes.

Estava, portanto, prescripto o direito que por ventura tivessem os appellados, quando conheedores, da insolvencia da sua devedora se decidiram a intentar contra a Fazenda a presente acção.

Pretenso direito porque em verdade a Fazenda nunca foi depositaria desse material: não conhece as appelladas: nenhum contracto com ellas celebrou. Ajustou com a South American, que tão avultados prejuizos lhe deu, o fornecimento do material: Como nas anteriores remessas, chegado o material e devidamente medido o recebeu da importadora pagando-lhe o justo preço.

Se a South não pagou as appelladas, se não cumpriu o contracto que com ellas celebrou, e a que a Fazenda é inteiramente extranha, da South devem ellas exigir, á South devem as appelladas reclamar o pagamento.

Se o não fizeram para virem annos, muitos annos depois, reclamar da Fazenda, com quem não contractaram, que em absoluto ignorava as relações das appelladas com a importadora, que de bôa fé e com justo titulo recebeu aquelle material, incorrem na suspeita em terem entrado em connivencia com a sua devedora para surprehender a bôa fé de terceiro e lançar-lhe aos hombros uma responsabilidade que não lhe cabe.

Não é á Fazenda mas á South Comp. que as appelladas devem pedir o implemento do contracto que com a South e não com a Fazenda estipularam.

O Sr. Advogado ESMERALDINO BANDEIRA: — Peço a palavra:

O Sr. Ministro ANDRÉ CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Advogado, por quinze minutos.

O Sr. Advogado ESMERALDINO BANDEIRA: — Falo por parte das Appelladas — Cargo Fleet, Iron, & Co. Ltd. e Dorman Long & Co. Ltd.

A sociedade limitada South American Railway Construction Company contractou com o governo brasileiro a construção da estrada de ferro de Amarração a Campo Maior, no Piauí. Para a execução desse contracto, ajustou com as appelladas, que têm sede na Inglaterra, o fornecimento de trilhos e accessorios de aço, cujo pagamento seria feito contra a apresentação das facturas e dos documentos marítimos, em Londres.

Logo os primeiros embarques foram liquidados com demora por parte da South American.

As appelladas protestaram por carta. Mas a South American, allegando que o governo brasileiro lhe era devedor de quantias elevadas, cujo pagamento estava sendo encaminhado, conseguiu que as appelladas lhe fizessem novas remessas, remetendo-lhe estas pelos vapores "Chrispim" e "Napo", da Booth Steamship Company, 1.305 toneladas de trilhos e accessorios de aço.

Os vapores partiram para o Brasil, e, nos termos do contracto, as appelladas apresentaram-se em Londres com as facturas e os documentos de embarque, solicitando o pagamento. A South American não pôde realizar o pagamento *por falta absoluta de numerario*, patenteando assim o seu estado de fallencia, que de facto foi logo depois declarada.

Então, as appelladas, de accordo com os arts. 44 a 46 da Lei ingleza da *stoppage in transitu* (suspensão em transitu), igual á nossa Lei n. 2.024, de 1908, em seu artigo 138 n. 4, procuraram os proprietarios dos vapores e agentes da Booth Steamship e delles conseguiram sustar a entrega da carga, que foi desembarcada na ilha do Cajueiro, na barra de Tutoya, em vez de seguir até Parnahyba, que era o porto do destino.

A South American conformou-se com a situação, não praticando acto algum para tomar posse da mercadoria. O que, aliás, não lhe era possível, porque, apezar da carga lhe ser consignada, os chefes da Booth Steamship em Londres, providenciaram em tempo para que os conhecimentos não chegassem ás mãos dos prepostos da South American, em Parnahyba, e os agentes da Booth, nesta ultima cidade, officiaram logo á Alfandega que não despachasse os materiaes ferro-viarios sem que fossem exhibidos os documentos *marítimos e consulares*.

O aviso sustando a entrega foi dado a 27 de Outubro de 1913 e só a 29 desse mez entrou na barra de Tutoya o primeiro dos ditos vapores.

Os vapores estavam, pois, em viagem, quando os agentes da Booth receberam a ordem suspensiva da entrega.

Só depois de 4 de Dezembro de 1913 é que se deu a descarga do referido material na ilha do Cajueiro, na barra de Tutoya.

E desde aquella data — Dezembro de 1913 até 3 de Janeiro de 1916, — ali esteve o dito material, a principio, sob a guarda e fiscalização de um guarda da Alfandega da Parnahyba, e depois, sob as de um guarda da Mesa de Rendas de Salinas.

Antes, porém, dessa ultima data, isto é, em 1º de Julho de 1914, a União, allegando *sem prova de especie alguma*, que o indicado material lhe havia sido entregue pela South American, a titulo de compra e venda, e que a agencia da Booth Steamship a ameaçava de tomar-lh'o, requereu e obteve um mandado

proibitorio, do qual, entretanto, não foram intimadas as appelladas, que no processo não foram partes, sendo assim para ellas o mandado — *res inter alios*.

Finalmente, naquella ultima data — 3 de Janeiro de 1916, por ordem telegraphica do Ministro da Fazenda, dirigida ao delegado fiscal de Therezina e ao administrador da Mesa de Rendas de Salinas, foi o mesmo material entregue ao engenheiro chefe da construcção da estrada de ferro de Amarração a Campo Maior, no Piauhy, mas tudo isso, de um modo arbitrario e illegal, sem a apresentação de documento algum, e sem a intervenção das appelladas, que, tendo *sustado a entrega em transitio*, haviam readquirido a posse da mercadoria.

E' esta a synthese dos factos pelos quaes a União ou Governo Federal, sem as formalidades de direito, apoderou-se em 3 de Janeiro de 1916, de 1.305 toneladas de trilhos e accessorios de aço, pertencentes ás appelladas, que lh'as não venderam, nem lh'as transferiram de modo algum.

Não obstante o principio tranquillo em nosso direito, de que a ninguém é dado locupletar-se com a jactura alheia, a União, que se apossou do referido material, tem até hoje fugido á respectiva indemnização, com razões refutadas uma a uma pelas appelladas e demonstradas impcedentes na cruida sentença de 1ª instancia.

Vejamos essas razões.

Em 1º lugar, allega a União que *não teve ella parte nem directa nem indirecta na transacção realizada entre a South American e as appelladas e, portanto, não pôde ser por ella responsavel*.

Não colhe a allegação porque a responsabilidade da União, no caso em exame, não decorre, com effeito, da transacção, em que ella não foi parte, entre as appelladas e a South American; mas, sim, decorre do facto de ter-se ella apossado das mercadorias — trilhos e accessorios de aço pertencentes exclusivamente ás appelladas.

Em 2º lugar, adduz a União que, pelo facto da descarga do material e entrega deste em começo, á guarda e vigilancia da Alfandega de Parnahyba e depois ás da Mesa de Rendas de Salinas na barra de Tutoya, *nunca foi ella depositaria desse material*. E adduz esse argumento para chegar á conclusão de que não tem obrigação de restituir o dito material nem o seu equivalente em dinheiro.

Mas, ao contrario da asserção da appellante, affirmam nas certidões juntas aos autos, a Alfandega e a Mesa de Rendas precitadas, que a referida carga, isto é, os trilhos e accessorios, estiveram sob a *guarda* do fisco federal e *depositados* na mencionada Alfandega até 3 de Janeiro de 1916, quando foi entregue, *sem despacho*, e por ordem do Ministro da Fazenda ao engenheiro preposto da União.

Ora, que as mercadorias descarregadas e entregues nas Alfandegas á guarda e vigilancia dos respectivos empregados, ali ficam *depositadas*, é cousa que se diz exactamente nesses termos na legislação aduaneira, como se vê nos artigos 100 n. 5 e 103, §§ 4º e 5º da Consol. das Leis das Alfandegas.

Contrapõe, entretanto, a appellante, que no caso *sub judice* não ha nem *louve deposito*: o que houve e o que ha é o exercicio do *direito de retenção* sobre os materiaes para a cobrança dos impostos devidos.

Seja, porém, *depositaria*, ou seja *simples detentora*, não tinha e não tem a União *posse* sobre os ditos materiaes, porque esta suppõe a *intenção de deter a cousa com o animo de a possuir como dono*: o que é inconcebivel no caso de descarga na Alfandega de objectos não pertencentes nem consignados á União.

Em 3º lugar, affirma a appellante contra a evidencia dos autos que o

material importado pela South American lhe foi por esta entregue nos termos de seu contracto.

Como, ao invés, está cumpridamente provado no processo, não podia a appellante receber legitimamente da South American o dito material, porque esta não lhe adquirira nem a propriedade nem a posse. O material em questão só podia sahir legalmente da Alfandega, ou despachado pelas legítimas donas que eram as appelladas, á vista da factura e demais documentos que provassem a origem e propriedade das mercadorias (Consol. das Leis das Alfandegas, art. 476), ou depois de levado á leilão na forma dos arts. 432 n. 2, 434, 476 e 237, 258 e 269, da cit. Consolidação: o que não se verificou na hypothese.

Em 4º e ultimo lugar, pretende a appellante que, *se a entrega do material (á Alfandega), constituisse a mesma appellante na obrigação de indemnizar, tal obrigação estaria prescripta.*

E funda esta sua pretensão num interdicto prohibitorio que ella em 1º de Julho de 1914 requerêra e obtivêra contra a Booth Steamship, que por sua agencia a teria ameaçado de tomar conta do material.

Como ficou provado nos autos, a appellante allegára sem prova alguma que os trilhos e accessorios de aço lhe pertenciam; e requerêra o interdicto, não contra as appelladas, mas exclusivamente contra a Booth. Em relação, pois, ás appelladas, o mandado prohibitorio era *res inter alios*.

Que o direito das appelladas não estava prescripto quando em 8 de Maio de 1919 foi proposta a acção, é cousa que resalta dos autos.

Realmente, como no correr da acção foi dito, reiterado, demonstrado e provado — *o material só a 3 de Janeiro de 1916 é que foi entregue*, por ordem do Ministro da Fazenda ao engenheiro constructor da estrada de ferro; sendo ella, como era, até então depositaria desse material, que estava sob a guarda de seus prepostos, como acontece com toda mercadoria importada e descarregada nas Alfandegas, não podia invocar em seu favor a prescrição, porque, conforme o artigo 168 n. IV do Cod. Civ. e art. 450 do Cod. Com. não corre a prescrição em favor do depositario e menos ainda do detentor.

Por esses e outros motivos referidos no processo, a União só tomou posse, do dito material, em 3 de Janeiro de 1916, e ainda assim só por um meio arbitrario e illegal.

E se, como está dito e provado, só nesta ultima data é que a União se apossou do material indicado, não estava prescripto o direito das appelladas contra a appellante quando, em 8 de Maio de 1919, propuzeram a presente acção. Haviam apenas decorrido 3 annos, 4 mezes e 5 dias do acto illegal e arbitrario da União.

E', pois, de rigorosa justiça a confirmação da sentença de 1ª instancia."

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro dos Santos, Relator, para dar o seu voto.

O Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS, Relator: — Pelo relatorio e pela brilhante discussão oral que acabamos de ouvir está o Tribunal completamente senhor do assumpto.

O primeiro ponto a ser resolvido é o da prescrição allegada pela União.

Entre nós, o Estado sempre desfructou o privilegio por elle mesmo decretado de ver extinctos os direitos dos seus credores em curto prazo, emquanto que os seus proprios contra terceiros, só depois de interminavel successão de annos isso se poderá verificar, apezar dos meios promptos, energicos, senão violentos de que dispõe, e da magistratura organizada que agiu e age em sua defesa.

Impondo esse direito, sem duvida elle commette, senão um attentado contra

o dogma da egualdade perante a Lei, inscripto na Carta Suprema da Republica, ao menos uma offensa ao mais elementar dos sentidos juridicos.

Os principios justificadores da prescripção reclamam que ella seja applicada, tanto quanto possivel, com a mais perfeita egualdade, sem restricções ou excepções, que constituem verdadeiros privilegios, admissiveis no regimen do El-Rei Nosso Senhor, mas, já hoje incompativeis com a actual civilização, pela qual o Estado não mais decreta o direito; mas, é por elle organizado.

Como quer quer seja, porém, assim tem sido, e o Codigo Civil, respeitando as nossas tradições, estabeleceu no seu art. 178, § 10 que prescrevem em cinco annos as dividas passivas da União, e toda e qualquer acção que contra ella seja postulada a contar do acto ou facto do qual o pretendido direito se tenha originado.

Sobre a legitimidade destes principios não discordam os litigantes.

A elles até se submettem sem o menor protesto.

A divergencia surge quanto á apreciação dos factos sobre os quaes devem elles ser applicados na hypothese discutida. Pretende a União, que se havendo apossado em Novembro e Dezembro de 1913 do material descripto, quando foi deixado em seu poder, ao chegar da Inglaterra, nenhum resarcimento baseado neste facto podia ser reclamado em Maio de 1919, quando foi proposta a acção.

Sem duvida, decorridos já eram os cinco annos exigidos, e, por consequencia, perfeitamente prescripto se encontrava o direito que as autoras pretendem violado com o proceder da União, sem que o pudesse abrigar, directa ou indirectamente, nenhum decreto judicial.

O contrario allegam as autoras.

Reclamam a reparação por haver a União violentamente se apoderado do material entregue á guarda e á fiscalização da Alfandega e o collocado em mãos de terceiros.

Isso só se deu em Janeiro de 1916, e, portanto, em 8 de Maio de 1919 não haviam ainda decorridos os cinco annos necessarios para que legitimada ficasse a almejada prescripção.

Ora, bem se ponderando sobre o allegado, sobre a prova dos autos e sobre as disposições legais attinentes ao assumpto, claro se verá que á União não assiste a prescripção tão insistentemente pleiteada.

Não é por ter recebido e conservado a mercadoria em seus depositos ou sob sua guarda que as autoras pediram e pedem o resarcimento.

Que ella assim, na mesma situação devia continuar era até dos seus desejos; era o que as suas conveniencias reclamavam; era, ao menos até certo ponto, o que autorizava o direito a que ellas se apegaram.

Como diversos trechos do processo demonstram, a indemnização é reclamada por haver a União, contra a Lei, desconhecendo os precedentes por ella mesma estabelecidos, abusando do seu prestigio de poder publico, destruido a vantajosa situação juridica em que se achavam as autoras, se apoderado da mercadoria que lhe não pertencia e entregue a terceiro, representante seu.

Ora, isso só se deu em Janeiro de 1916.

Contestam ellas á União o direito de assim proceder, dispondo discretariamente da carga importada para a outrem entregar, não obstante os avisos e as notificações documentadas que recebeu.

E como tem por certo que assim ella não podia agir e que assim tendo feito violou a Lei e a direito seu indiscutivel, é que contra ella pediram e pedem a indemnização.

Assim, nestes termos exposta, como foi na inicial e nos mais trechos do

pleito, a pretensão das autoras, pôde ella não ser legitima, como depois se verá, mas, com certeza prescripta não está.

E' que penso sobre a prescrição.

Excluida esta parte da contestação pelo seu desvalor legal cumpre indagar da legitimidade do direito pleiteado.

Como ostentam os autos, a venda do material expedido pelos vapores "Crispim" e "Napo" foi ajustada na Inglaterra.

Inglezas são as tres companhias, que, como partes, nella interferiram.

Por effectiva ter-se-ia na propria Inglaterra, pelo embarque dos objectos e pelo pagamento immediato do preço combinado.

Em navios inglezes o embarque se realizou. Ainda em navios inglezes, afastados do porto do destino, ellas se encontravam, quando os autores recorreram á medida legal para impedir a sua entrega, por não haver sido satisfeito o preço correspondente e ajustado. E' pois, indiscutivel que a legislação ingleza é que deve ser invocada para resolver sobre a efficacia do contracto e sobre as suas consequencias immediatas.

Assim exigem os preceitos do direito internacional privado e o art. 13 do nosso Codigo Civil, quando, salvo estipulação em contrario, que não houve, "*manda respeitar quanto á substancia e os effeitos das obrigações, o lugar onde foram contrahidas*". Ora, ajustada em Londres a vontade das partes acerca da cousa, do preço e das condições, o contracto de compra e venda ficou alli perfeito e acabado.

Dada a expedição da mercadoria, embora pelo proprio vendedor, perdeu elle a possibilidade de physicamente della dispor. Ella, sem duvida, por titulo translativo da propriedade, passou ao comprador.

Assim é entre nós e principalmente na Inglaterra, onde a transferencia se opéra tão só pela simples convenção.

Em regra, em taes condições, o vendedor não mais pôde deter a mercadoria, posta fóra do alcance das medidas autorizadas pelo direito de retenção.

Mas, isso assim é *em regra* nos casos communs e ordinarios. Dadas certas circumstancias, o direito inglez não deixa o vendedor de todo desamparado. Elle autoriza a garantia decorrente do instituto nelle conhecido pela denominação de — *stoppage* — ou *right to stop in transitu* — que, no conceito de SMITH, visa — "*antes prevenir do que remediar*".

"*A measure, diz elle, rather of prevention than of cure*" (SMITH — *Mercantile law*, pag. 683).

Por este meio pôde o vendedor reaver a posse da mercadoria expedida (*to resume possession of goods*), quando não tendo sido pago, o comprador está insolvel e a mercadoria ainda se encontra em viagem, em transito, e, portanto, ainda não tendo cahido, realmente ou por ficção legal, na posse do comprador (*while they are on their way*).

STEVENS assim descreve o instituto:

"*C'est le droit conferé au vendeur impayé, qui s'est démuni des marchandises, de les arrêter, en cas d'insolvabilité de l'acheteur, avant qu'elles ne soient entrées dans la possession réelle ou fictive (constructive) de l'acheteur, et d'en reprendre possession jusqu'à ce qu'elles soient payées, de façon á se replacer dans la même situation que s'il ne s'en était pas séparé*".

(M. STEVENS — *Droit Commercial Anglais*, pag. 160).

Si bem que sejam estes preceitos do direito inglez, os que devem ser applicados á especie em apreço, importa consignar que elles não vigoram só na Inglaterra.

Identicamente, com pequenas variantes, prevalecem também na França, na Belgica, na Italia, na Suissa, nos Estados Unidos. Entre nós mesmo já elles se não apresentam como novidade.

Já estão consagrados, ao menos em substancia ou em linhas geraes, no art. 138 n. 4 da Lei n. 2.024, de 17 de Dezembro de 1908, quando considera reivindicaveis as cousas não pagas integralmente e expedidas pelo vendedor ao fallido, emquanto não chegarem ao poder deste, do seu agente ou do seu commissario.

A medida, entretanto, não desfaz a venda, como insistente, mas, infundadamente também pretendem as appelladas. E' certo que alguns escriptores, principalmente em França, parecem inclinados a esta opinião, sustentando, como sustentam, que nas condições em que a — *stoppage* — é permittida, a rescisão é irrecusavel. Mas, não é para extranhar nelles esta opinião, quando affirmam implicita a condição resolutoria em todos os pactos synallagmaticos e principalmente na compra e venda.

Sendo essencialmente commutativo este contracto, não é justo, dizem, obrigar uma das partes a executar os compromissos contrahidos para com outra que se encontra em manifesta impossibilidade de satisfazer as obrigações correspondentes que também assumiu.

O desfazimento do contracto é a elles portanto, evidente; a venda deixa de existir, si é que em definitiva existiu em algum momento.

TRIPPIER, por exemplo, assim procura justificar este direito:

“Tous les contrats synallagmatiques sont soumis à un principe commun qui est inseparable de leur nature CELUI DE LA RESOLUTION Á DEF AUT D'EXECUTION. Il est plus rigoureux á l'égard de la vente que de toute autre convention. Si le vendeur consent á transmettre la propriété de la chose, c'est sous la foi de l'obligation contractée par l'acheteur, DE PAYER LE PRIX. Ces engagements sont correlatifs: CELUI DU VENDEUR NE PEUT EXISTER, SI L'ACHETEUR NE REMPLIT PAS LE SIEN. La stipulation qui transmet la propriété n'est pas pure et absolue: — elle est subordonnée á la condition que l'acheteur payera la somme convenue. PAR DÉFAUT DE PAYMENT DU PRIX, LA VENTE CESSE D'EXISTER, ou plutot n'a jamais eu d'existence definitive; elle n'a pas été complete, et n'a pas opérée une translation entière de la propriété”.

Reforçando esta argumentação lembram que, no direito francez, como se poderia dizer no brasileiro, a acção de que dispõe o vendedor em casos taes recebe a denominação legal de — REIVINDICAÇÃO—, o que na linguagem do direito só é permissivel, quando se reclama como *proprietario*, o que deixa ver que para o legislador a venda se desfez, desapareceu ou se extinguiu, se é que em algum tempo teve existencia real. Mas, ali mesmo em França, esta opinião não é a mais aceita.

Escretores outros, dos mais notaveis, como *Lyon Caen et Renaut, Boistel e Laurin* sustentam a persistencia do contracto.

A denominação legal ahi consagrada é impropria.

Ao applical-a faltou a technica ao legislador. Pelo facto mesmo da venda, perdeu o vendedor a sua qualidade de proprietario.

Não póde, pois, reivindicar.

O que explica até certo ponto a impropriedade da denominação legal, dizem, é que o vendedor quando obtem a resolução é tratado como se nunca houvesse deixado de ser proprietario de cousa vendida, de modo a excluir todo o direito dos credores do comprador sobre ella. Pelos effeitos e não propriamente pela sua natureza é que a acção do vendedor recebe aquella denominação.

Como quer que seja, porém, no direito inglez que deve reger a solução do caso a venda persiste, ao menos nos seus traços geraes e o instituto de — *stoppage* — apenas garante ao vendedor, estabelecendo uma especie de parada ou immobilização nos effeitos naturaes do contracto.

A providencia não póde ser empregada, senão quando a mercadoria ainda não foi entregue ao comprador, apesar de já se haver della despojado o vendedor.

O vendedor já não tem o dominio; o comprador ainda não tem a posse.

Pois, nisso ficará, com pequena modificação quanto a este ultimo. Nem voltará ao dominio de um; nem entrará na posse do outro.

Verifica-se uma especie de relativo estacionamento ou de paralysação nos effeitos que a Lei ordinariamente confere ao facto estipulado. Estabelece assim uma situação juridica pela qual o vendedor retoma a posse da coisa vendida e expedida, impedindo assim que ella seja entregue ao outro contratante. E' uma situação vantajosa para o primeiro e que só se desfaz pelo pagamento.

"The contract is not, however, rescinded by the mere exercise of the right".

São palavras de BALDWIN citadas por CARVALHO DE MENDONÇA, commentando o dispositivo da citada Lei n. 2.024.

STEVENS confirma a opinião.

"O effeito ordinario da providencia (stoppage) é restituir ao vendedor o direito de posse, de o collocar, de facto, em identica situação a que elle perder quando se despojou da mercadoria. A VENDA NÃO É POR ELLA RESCINDIDA".

Não possúo a obra no original inglez.

Tenho a traducção de L. ESCARTI, professor da Escola de Tolouse, abonada por PAUL PIGEONNIÈRE, professor de legislação comparada da Universidade de Rennes.

Elle assim transplantou para o francez o trecho que em portuguez acabo de ler.

"Le resultat général de l'arret (stoppage) est de restituer au vendeur le droit de possession, de le placer, en fait, dans une situation semblable à celle qu'il avait perdu en se dépouillant des marchandises. La vente n'est pas rescindée par là" (M. STEVENS — ob. vol. e loc. cit.).

As grandes obras inglezas não descrevem differentemente o instituto. A sua natureza, a sua extensão, os seus effeitos. as condições exigidas para a sua legitimidade são do mesmo modo descriptas nas que logrei consultar.

Assim na grande encyclopédia — *The century Dictionary* de William Whitney é elle definido: *"O acto do vendedor de mercadorias, que as tendo expedido, as reclama antes della haverem entrado na posse effectiva ou ficado a disposição do comprador, RESTRINGINDO OU SUSPENDENDO ASSIM a execução do contracto; e que só é autorizado no caso de encontrar-se o comprador em insolvencia"*.

(The act of a seller of goods who has sent them on their way to the buyer, inreclaiming, them, before they have come into the actual possession or control of the buyer and terminating or suspending performance of the sale: a right allowed in case of discovering the buyer to be insolvent". (WITHNEY — obr. cit., vol. 5 — verb. — *stoppage*).

E' tambem como a medida é comprehendida nos Estados Unidos.

KENT assim a descreve:

"E' o direito que tem o vendedor a credito de retomar a posse da coisa vendida, emquanto ainda em transitio, em poder do carregador ou intermediario, antes que chegue á posse effectiva do consignatario ou comprador, a quem é destinada, e que se depara em bancarota ou insolvencia".

(It is the right which the vendor, when he sells goods on credit to another, has of resuming the possession of the goods, while they are in the hands of a carrier or middleman, in their transit to the consignee or vendee, an before they arrive into his actual possession or to the destination which he has appointed for them, on his becoming bankrupt or insolvent" (KENT — *Commentaries an american law*, vol. 2, pag. 54).

Aliás, o trecho da Lei ingleza, pela sua clareza e precisão, dispensa commentarios.

Diz elle:

"O vendedor não pago que se despojou da posse das mercadorias, expedindo-as para o comprador insolvente, pôde sustal-as em quanto em transitu, REHAVENDO A POSSE das mesmas e retendo-as até o pagamento".

(Subjet to the provisions of the act, when the buyer of goods becomes insolvent, the impaid seller who has the right of stopping them in transitu that is to say, he may resume possession of the goods as long as they are in course of transitu and may retain them until payment or tender of the price").

Para a effectividade da providencia não são exigidas formulas solemnes, como embargo regular. Basta a simples notificação ao carregador ou á pessoa em cujas mãos se encontra a mercadoria.

Assim feita a notificação, a medida produz logo todos os seus effectos legaes e a pessoa notificada fica obrigada a reentregal-a ao vendedor ou a agir, segundo instrucções delle.

E' o que dispõe o direito inglez:

"When notice of stoppage in transitu is given by the seller to the carrier, or their bailee or custodier in possession of the goods, he must redeliver the goods to, or according to the direction of the seller".

Aliás, si por erro e, por maioria de razão, por outra causa menos excusavel a mercadoria é entregue, o vendedor pôde rehavê-la e AQUELLE QUE A ENTREGOU RESPONDE POR PERDAS E DAMNOS.

E' o que ensina SMITH, na sua obra *Mercantile law* — citada por CARVALHO DE MENDONÇA, no volume 8 do seu notavel Tratado de Direito Commercial.

Pelo exposto se verifica que para ser efficaçmente invocada e applicada a providencia é imprescindivel que 1) o vendedor não pago; 2) por insolvencia do comprador; 3) a ella recorra em quanto a mercadoria esteja em transitu.

Em transitu é considerada a que está em viagem, a que não chegou á posse ou á disposição do comprador ou de agente seu.

E' a lição de LYON CAEN ET RENAULT na França e a de RAMELLA, na Italia.

Este ultimo assim a considera quando ainda ella se encontra em mãos de intermediarios, entre os vendedores que não mais a possuem e os compradores que ainda não a receberam, isto é, quando os vendedores perdem o direito de retenção com a perda da posse pela consignação feita a quem executa o transporte por terra ou por mar ou a outrem com a missão de entregar aos compradores, até que estes ou algum representante delles, ainda interessado como subseqüente adquirente, recebam a posse effectiva da mesma.

Eis aqui as suas proprias palavras:

"Le merci sono nello stadio di transitu, quando si trovano a mandì di persona intermedia fra il non piu possedenti venditore e l'ancora non possedente compratore, civè dal punto in cui il venditore perde il diritto della ritin-

zione loro, colla perdita del possesso in causa della consegna fatta al vettore che esegue il trasporto per terra o per mare, o ad altro intermediario, a scopo di sicapito al compratore, sino a che quest'ultimo ad uno suo autorizzato rappresentante, fosse pure un avente causa, civé un successivo acquirente, riceva l'effettivo possesso delle merci". (RAMELLA — vol. 2, pag. 47).

E' tambem o que dispõe a Lei ingleza:

(Goods are deemed to be in course of transit from the time when they are delivered to a carrier by land or water, or other baileé or custodier for the purpose of transmission to the buyer, until the buyer, or his agent in that behalf, takes delivery of them from such carrier or other baileé or custodeir".

Ora, consultando a prova dos autos, verifica-se que todos os requisitos exigidos para a procedencia da acção foram satisfeitos.

A existencia do contracto entre as companhias inglezas é indiscutivel. Ninguém a contesta.

A mercadoria, objecto delle, foi expedida, mas, o pagamento correspondente se não effectuou.

A razão desta falta contra o que fôra estipulado foi a insolvencia da compradora.

Ella mesma confessou.

Antes que a mercadoria chegasse ao porto do destino e que a compradora, por si ou por agentes seus, realmente ou por ficção legal, della se apossasse, as vendedoras recorreram ao instituto da — *stoppage* — já entre nós admittido, como em outros paizes.

Empregaram a providencia em termos regulares. A carga não foi entregue á *South American*, nem ella obteve os documentos, maritimos e consulares, necessarios para o despacho regular nas Alfandegas da Republica.

A's autoridades aduaneiras foi transmittida a notificação.

Ante a necessidade de ser feita a descarga dos vapores, certamente os agentes fiscaes teriam de vigial-a e effectivamente a vigiaram, encarregando-se de sua guarda.

Mas, vigiando-a, sabiam da sua situação juridica.

Avisados, como foram, deviam reentregal-a ás vendedoras ou aguardar instrucções dellas. Procedendo de modo diverso, como procederam, entregando a mercadoria a terceiro, representante seu na construcção da via-ferrea da Amarração, onde foi empregada, defez a situação juridica vantajosa de que as autoras desfructavam, causando-lhes prejuizos, que, sem duvida, reclamam justa reparação.

E' o que autoriza o direito e pedem as autoras.

A acção, portanto, não podia deixar de proceder. Nada pôde justificar o acto dos agentes da União ainda quando não houvessem sido intimados da *stoppage*.

Recebendo a mercadoria desembarcada, a Alfandega a retinha, sem animo de tel-a por sua. Detinha-a e não a possuia.

Permanecia em sua guarda para fins especiaes: — para percepção de impostos, si fossem exigiveis e não quizesse reentregal-a, ou para satisfação de certas formalidades estabelecidas nos respectivos Regulamentos aduaneiros, como a apuração do verdadeiro dono, que, quando menos, estava em duvida no momento.

De seu poder não poderia sahir, senão para a reentrega, para o verdadeiro dono, depois de apurada a pendencia ou para a venda em leilão publico, si chegasse a ser considerada genero abandonado.

Antes disso, a União cabia apenas reclamar a somma devida pelo serviço prestado com a conservação e guarda, pelo lugar occupado em seus depositos.

Affirma, repete e insiste a União que recebeu a carga da *South American*, sem attender que a *South* não lhe poderia regularmente entregar, senão depois de havel-a recebido e pelos processos aduaneiros respectivos, que absolutamente não foram applicados.

Portanto, clandestinamente, ou por meio violento, a União desembarçou a mercadoria. Entregou-a a seu representante, produzindo damno ás autoras, ora appelladas.

O damno exige reparação.

A sentença appellada, assim entendeu e resolveu a hypothese

Deve ser confirmada.

E' o meu voto.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro 1º Revisor.

O Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO, 1º Revisor: — Cargo Fleet, Iron & Comp. Limited e Dorman Song & Comp. Limited, estabelecidos com fabrica de ferro e aço em Middlesbrough, na Inglaterra, propuzeram a presente acção contra a Fazenda Publica Federal, allegando o seguinte:

1) — que contractaram com a South American Railway Construction Limited o fornecimento de certo numero de toneladas de trilhos de aço e accessorios, ficando ajustado no contracto, feito por correspondencia epistolar, que os pagamentos seriam realizados com a apresentação dos documentos de embarque, em Londres;

2) — que, de accôrdo com esse contracto, embarcaram para Parnahyba, Estado do Piahy, consignados ao agente da South American trilhos e accessorios pelos vapores "Crispin" e "Napo" a 4 e a 14 de Outubro de 1913;

3) — que os autores, não tendo recebido o preço de suas cargas e não havendo os navios chegado ainda a seu destino, nem os consignatarios adquirido a posse daquellas cargas e dos conhecimentos e facturas, se dirigiram, no uso de seu direito de *stop in transitu* garantido pelas Leis inglezas, aos proprietarios dos navios encarregados do transporte, a Booth Steamship Comp. Limited, pedindo-lhes não entregassem os referidos materiaes ao agente da South American que havia fallido;

4) — que esse aviso, para suspender a entrega da carga, foi dado a 27 do mesmo mez de Outubro, antes do primeiro navio entrar em Tutoya, portanto, muito antes de chegar a carga á Parnahyba que era o porto de seu destino;

5) — que, por iniciativa das autoras, a carga deixou de ser entregue aos consignatarios, nem mesmo simuladamente, sendo, ao contrario, tomadas todas as precauções para se evitar essa entrega, já pela retenção das facturas e conhecimentos, já officiando-se á Alfandega para só fazer o respectivo despacho, mediante os documentos marítimos consulares;

6) — que, em face das Leis alfandegarias do Brasil, nem a South American podia despachar a carga, por falta de apresentação do conhecimento nem o Ministro da Fazenda podia permittir o despacho livre de impostos, por ser para isso, necessario que a mercadoria pertencesse áquella Companhia;

7) — que, portanto, o Ministro da Fazenda não podia autorizar, como fez, á Mesa de Rendas de Salinas, a entrega, livre de impostos, da alludida carga que não viera consignada ao Governo, nem lhe podia ser vendida, sem que a South American lhe adquirisse a posse legal, tendo sido, por isso, a ordem

do Ministro violenta, illegal e arbitraria e havendo constituido um expolio ou esbulho dos direitos das autoras;

8) — que essa carga não podia sahir da Alfandega, senão despachada pelos donos, ou mediante hasta publica, com as formalidades legais, não se tendo verificado nenhuma dessas hypotheses;

9) — que o Governo brasileiro, que era depositario da carga, entregou-a á vigilancia e guarda de sua Alfandega e depois, á Mesa de Rendas, se converteu, a 3 de Janeiro de 1916, em possuidor, de má fé, dos trilhos e accessorios, mandando entregal-os ao engenheiro que dirigia a Estrada de Ferro, em construcção, de Amarração a Campo Maior;

10) — que, em 1916, quando o Governo se apoderou dos trilhos, custava 800\$000 a tonelada de trilhos em bom estado, e só difficilmente se encontravam em bom estado para comprar, continuando este estado até agora;

11) — que as autoras foram compellidas judicialmente a pagar á Booth o frete da mencionada carga no valor de £s. 3.393-15 shillings e 11 pence, por isso que em virtude do aviso de *parar em transitio*, deixou a carga de ser entregue á South American e ficou sob a responsabilidade exclusiva das mesmas autoras;

12) — que o seu direito de accionar a União não estava prescripto:

1) porque a carga sómente a 3 de Janeiro de 1916 foi entregue, de ordem do Ministro, aos engenheiros constructores da Estrada;

2) porque, até então, sendo, como era, depositaria desse material, a Fazenda Publica não podia invocar a prescripção (Cod. Civ., art. 168, n. 450; Lafayette, "Direito das Cousas", § 73);

3) porque, mesmo admittida a hypothese de ter havido posse em 1913, na occasião da entrada official dos navios, o protesto em forma legal interrompeu seu curso em tempo habil;

4) porque, tratando-se de pessoas ausentes, a posse só se considerava perdida, a contar da sciencia do facto, com abstenção de retomar a *cousa*, ou da data em que o dono foi repellido (Cod. Civ., art. 522; Ord. Liv. IV, Tit. 58, § 1°).

Em conclusão, pediram fosse a Fazenda Publica condemnada a lhes restituir o equivalente, na época do esbulho, das 1.305 toneladas de trilhos de aço e accessorios, de accôrdo com o arbitramento que se fizesse na dilação probatoria, e a lhes pagar a importancia dos fretes desse material com os juros desde 3 de Janeiro de 1916, data em que a União se apossou do material.

Em defesa allegou a ré:

1) — que a acção estava prescripta, porque o material ferro-viario, cujo valor as autoras demandavam, foi entregue á União, em Novembro e Dezembro de 1913, pela South American, tendo decorrido 5 annos, de então á propositura da acção;

2) — que, em Julho de 1914, a União Federal, requereu um mandado prohibitorio contra os proprietarios dos navios que conduziram o material, os quaes d'elle se queriam apossar, allegando falta de pagamento do frete, mandado que foi concedido e julgado por sentença;

3) — que o protesto sob caução *de rato*, feito em 1918 pelo advogado das autoras, não tinha valor juridico, nem podia interromper a prescripção, porque, sem permissão legal, foi interrompido o prazo conhecido, e as procurações a não ratificaram expressamente;

4) — que a União Federal nada tinha com os negocios realizados, sem a

sua intervenção, entre as autoras e a South American que comprava, onde e como queria, os materiais destinados às obras, sem que a União jamais lhe assumisse a responsabilidade dos compromissos.

O Juiz *a quo*, por sentença de fls. 362 v., depois de rejeitar a preliminar da prescrição da acção, julgou esta procedente e condemnou a ré de accôrdo com o pedido das autoras a lhes indemnizar o damno, conforme o que na execução se liquidasse e a lhes pagar a importancia de £s. 3.393-15-11, frete das mercadorias questionadas — e juros, a partir de 3 de Janeiro de 1916.

O Juiz *a quo* assim fundamentou a sua decisão:

“Preliminarmente allegou a ré que está prescripto o direito de acção das autoras.

Effectivamente, dispõe a Lei (Cod. Civ., art. 178, § 10) que prescrevem em 5 annos as dividas passivas da União... e bem assim, toda ou qualquer acção contra a Fazenda, devendo o prazo da prescrição correr da data do acto ou do facto do qual se originar a mesma acção.

As autoras e ré divergiram quanto ao tempo ou data em que esta tomou posse do material ferro-viario que faz objecto desta acção. Affirmam as primeiras que, tendo ordenado aos proprietarios dos navios que não entregassem o material á South American, foi o mesmo descarregado na ilha “Cajueiro” na bahia de Tutoya, e ahi ficou sob a vigilancia do fisco federal, até Janeiro de 1916, quando o Ministro da Fazenda mandou entregal-o ao preposto da ré, na construcção da Estrada de Ferro de Amarração a Campo Maior; e que, sómente nessa data, a ré, entrou na posse do questionado material, dahi devendo ser contado o prazo da prescrição que é de 5 annos.

Ora, dizem as autoras, como a causa foi aforada a 8 de Maio de 1919, não se verifica, na hypothese, a prescrição quinquennal.

O advogado da ré quer que o prazo da prescrição corra da data do documento de fls. 59 a 354 — uma folha de medição, assignada pelo representante da South American. Mas a illidir esse documento de que a ré faz tanto cabedal, estão os de fls. 36 a 38 e 354, este por ella propria apresentado, em que se verifica que, sómente em Janeiro de 1916, o material em questão foi entregue aos prepostos do Governo e este, só nessa data, d'elle tomou posse, por intermedio do engenheiro encarregado da construcção da Estrada de Ferro de Amarração a Campo Maior. Antes estava sob a vigilancia do fisco federal que o detinha, na qualidade de depositario, como querem as autoras, ou no gozo do direito de retenção para a cobrança dos impostos devidos, como quer a ré. Não fôra assim e não seria mister a autorização do Ministro da Fazenda para que fosse *desembaraçado* esse material pela Mesa de Rendas de Salinas, affirmando, ao mesmo tempo, que elle fôra importado pela South American.

Ora, como podia estar o Governo, desde 1913, de posse de mercadorias importadas por uma empresa particular, quando ainda em Janeiro de 1916, elle proprio mandava desembaraçal-as, isto é, despachal-as numa repartição aduaneira?

Na posse da ré, já não estariam embaraçadas, porque a South American as teria despachado antes de lh'as entregar.

Demais, por que ficaram tanto tempo essas mercadorias sob a guarda do fisco, que nenhuma subordinação tem á direcção do serviço de construcção de estradas de ferro, cujo pessoal é proprio e inteiramente diverso do daquelle?

São perguntas que acodem naturalmente ao espirito de quem examina essa questão e cuja resposta logica, á vista das provas exhibidas, evidencia a improcedencia das allegações da ré, nesta parte.

O material não lhe foi entregue em 1913 ou 1914, como pretende. Delle se apossou sómente em 1916, por uma resolução arbitrária do Ministro da Fazenda. E isso, porque, não obstante a isenção de impostos de que elle gozava, não podia estar seu despacho isento de certas formalidades legais do processado regularmente de que é parte essencial a exhibição do conhecimento.

Ninguém pôde ter o arbitrio de allegar, sem mais provas, que lhe pertencem mercadorias, despachal-as assim, nas repartições aduaneiras, pagando os impostos e sem os pagar, conforme seja livre ou não o respectivo despacho e vendel-as, como lhe approuver.

A South American não provou em um despacho regular que os trilhos e accessorios em questão lhe pertenciam. Não podia, por isso, despachal-os.

Por outro lado, a Booth Steamship não os quizera conduzir para o porto de Parnahyba, ou tivera ordem para o não fazer e deixara-os na ilha “Cajueiros” e a Alfandega da Parnahyba os vigiava por um seu guarda, e posteriormente, certo, por conveniência do serviço, por um guarda da Mesa de Rendas de Salinas. Nem o fisco podia, na hypothese, ter outra conducta, uma vez que se tratava de mercadorias ainda não despachadas.

E assim, no periodo que vae de 1913 a Janeiro de 1916, na conformidade da Lei (Consolidação das Leis das Alfandegas, arts. 246 e 253), a ré foi méra depositaria, em cujo favor não podia ser invocado o direito de posse, em face do direito anterior á promulgação do Codigo Civil.

Só em Janeiro de 1916 foi esse material *desembaraçado* e entregue ao engenheiro preposto do Governo, e só então, a União Federal delle se apossou”.

Vem, em seguida — e este é o aspecto mais importante do pleito — a questão da entrega dos trilhos ao Governo pela South American.

“Cumpre indagar se a South American tinha o direito de fazel-o, isto é, si lhe pertencia o material ferro-viario em questão.

Affirma-o a ré e as autoras negam-no peremptoriamente.

A transacção ou negocio foi realizado na Inglaterra; inglezes os navios que transportaram os trilhos para este Estado. Só o direito inglez pôde ser applicado, á especie, para se saber a quem pertencia o material, porque, na conformidade do art. 13, da Introducção do Codigo Civil “regulará, salvo estipulação em contrario, quanto á substancia e aos effeitos das obrigações, a Lei do logar onde foram contrahidas”.

Esse principio, estabelecido com a maior clareza no art. 4º, do Codigo Commercial Portuguez e de que muito se approxima o Codigo Argentino (Clovis, Legislação Comparada, pags. 234 e 235), estava consagrado no Direito Patrio, antes mesmo á promulgação do Codigo Civil, como se pôde ver em Teixeira de Freitas, Consolidação, art. 409, nota 101.

Isto posto, não ha senão examinar o direito inglez applicavel á especie.

Como já se disse e consta dos autos, as autoras contractaram a venda do material ferro-viario com a South American o qual seria fornecido parceladamente, pagando a compradora o preço do que as vendedoras fossem embarcando, na Inglaterra, á exhibição do conhecimento do embarque em Londres.

Pelo não pagamento do material que faz objecto desta acção, as primeiras ordenaram aos proprietarios dos navios carregadores que não o entregassem á segunda. Suspenderam, assim, a entrega das mercadorias ainda em transitio.

Em face do direito inglez, podiam as autoras tomar essa medida, e tomando-a, como fizeram, readquirir a posse das mercadorias que haviam consignado á South American?

A resposta affirmativa impõe-se.

Effectivamente, a Lei ingleza, a fls. 316 e seguintes dispõe textualmente, sob o titulo *Stopage in transitu*, o seguinte :

“ 44 — Sujeito á disposição deste acto, quando o comprador de mercadorias se torna insolvente, o vendedor não pago, que perdeu a posse destas mercadorias, tem o direito de sustar-as em transitu, isto é, pôde entrar na posse das mesmas mercadorias, uma vez que ellas estejam em transitu, isto é, pôde retel-as até o pagamento do preço.

45 — 1º — As mercadorias são consideradas em transitu, desde que são entregues ao carregador, por terra ou por agua, ou a outro depositario, para o fim da transmissão ao comprador, até que este, ou seus agentes, por sua conta as receba do carregador ou de qualquer outro depositario.

46 — 1º — O vendedor, não pago, pôde exercer o direito de sustar em transitu, entrando na posse das mercadorias, ou avisando ao carregador ou a qualquer pessoa que está na posse das mercadorias ou a seu chefe.

No ultimo caso, para que o aviso seja effectivo, deve ser dado em tempo tal e em taes condições, que o chefe, com diligencia razoavel, possa commu-nical-o ao seu subordinado ou agente com tempo de impedir a entrega”.

Ora, a Cargo Fleet Iron & Comp. Limited, sabedora da insolvencia da South American, no documento de fls. 164, de 27 de Outubro de 1913, e nos que se seguem, mandou sustar, em transitu, a entrega das suas mercadorias, consignadas a essa Companhia, dirigindo-se, ora ao agente dos carregadores, ora a esta, directamente.

Disto tiveram, afinal, a resposta, a fls. 179, datada de 31 daquelle mez, assim concebida :

“ Agindo de accôrdo com vossas instrucções, não entregaremos os conhecimentos á South American Railway Construction Comp., sem vossa autorização. Começaremos o desembarque dos trilhos, por vossa conta, pondo os conhecimentos á vossa disposição”.

Identica foi a attitude tomada pela outra autora, a Dorman Song Com., nas mesmas datas.

Como se vê da certidão de fls. 39 v., o vapor “Crispim” entrou no porto dos “Cajueiros”, onde descarregou a 24 de Novembro de 1913.

De 31 de Outubro a 24 de Novembro de 1913, teve o chefe da Booth Line, na Inglaterra, tempo mais que sufficiente para transmittir a seu preposto, no Brasil, a ordem de suspensão da entrega das mercadorias á consignataria, como tambem quanto ás conduzidas pelo “Napo”, anteriormente (fls. 43 v.) pois que elles não haviam chegado ao porto de seu destino que era o de Parnahyba.

Consequentemente, as autoras readquiriram a posse de taes mercadorias, conforme o direito inglez, uma vez que se verificaram as hypotheses previstas na Lei ingleza — aviso ao carregador, tempo razoavel para a transmissão desse aviso e effectivo impedimento da entrega.

Não foi senão por isso que os tribunaes inglezes condemnaram-nas ao pagamento dos fretes devidos aos carregadores (fls. 221 a 228).

Assim exposta a questão, chegar-se-á á seguinte conclusão logica : — O Governo brasileiro, ou recebeu da South American, indevidamente, trilhos e accessorios que a ella não pertenciam, ou delles se apossou, por iniciativa propria a pretexto de pertencorem elles áquella Companhia, sua devedora.

Em qualquer das duas hypotheses, deve indemnizar ás autoras o damno que lhes causou, na forma do direito patrio (Codigo Civil, arts. 1.541 e seguintes).

O Sr. Ministro Procurador Geral da Republica em seu parecer a fls.

379, opinou pela reforma da sentença appellada e pela improcedencia da acção, porque:

- 1) — a Fazenda Federal não teve parte directa, nem indirecta, no contracto entre as autoras e a South American;
- 2) — nunca foi depositaria do material;
- 3) — importado por aquella Companhia, o mesmo material lhe foi por esta entregue, nos termos de seu contracto;
- 4) — si esta entrega a constituísse na obrigação de indemnizar, tal obrigação estaria prescripta.

Nego provimento á appellação e confirmo a bem deduzida e clara sentença appellada.

Quanto á preliminar. — A acção não está prescripta. Segundo se verifica do documento de fls. 354, a appellante sómente se apossou do material existente em uma dessas repartições aduaneiras, em Janeiro de 1916 — época em que o mandou entregar ao engenheiro encarregado da construcção da Estrada de Ferro de Amarração a Campo Maior. Antes dessa época o material estava sob a vigilancia da União Federal, tal como recebeu dos navios carregadores, em identicas condições ás de qualquer outra mercadoria importada.

Si assim não fosse — muito bem observa o Juiz *a quo* — não seria mister autorização do Ministro da Fazenda, para que fosse desembaraçado esse material pela Mesa de Rendas de Salinas.

Si desde 1913, como quer a appellante, a União estava de posse das mercadorias importadas, como, em Janeiro de 1916, ella propria mandou desembaraçal-as, isto é, despachal-as em uma repartição aduaneira?

Sómente, portanto, de 1916 é que se póde contar o prazo da prescripção da acção, e assim sendo, quando foi proposta, em 1919, não estava prescripta.

Quanto ao merito. — A sentença appellada collocou a questão em seus verdadeiros termos.

A transacção ou contracto da South American com as autoras foi feito na Inglaterra e as mercadorias foram transportadas por navios inglezes para o porto do destino. Sob o dominio da Lei ingleza, portanto, estavam, não só o contracto, em sua substancia e em seus effeitos, como as proprias mercadorias em transito.

Esse principio sempre vigorou em nossa legislação (Codigo Civil, art. 13, da Introducção e Teixeira de Freitas, Consolidação, art. 409, nota 101). A questão, pois, sómente deve ser examinada em face da Lei ingleza.

O facto é o seguinte:

As autoras contractaram com a South American a venda de trilhos de estrada de ferro e accessorios que seriam fornecidos parcelladamente, pagando a compradora á exhibição do conhecimento de embarque, o preço do que as vendedoras fossem embarcando na Inglaterra. Tornando-se, porém, insolvente a compradora e não podendo, assim, satisfazer os compromissos assumidos as vendedoras ordenaram ao proprietario dos navios carregadores que aquella não entregasse o material. Suspenderam, dessa forma, a entrega das mercadorias que ainda estavam em transito, isto é, ainda não tinham chegado ao porto do destino.

Para a solução do litigio, pois, o que cumpre saber é si, de accôrdo com a Lei ingleza, podiam, as vendedoras ordenar aquella suspensão, readquirindo, assim, a posse das mercadorias consignadas á Companhia.

A solução affirmativa impõe-se, em face da Lei, constante dos autos a fls. 316 e seguintes, e que, sob o titulo "*Stoppage in transitu*", dispõe o seguinte:

“44 — Sujeito á disposição deste acto, quando o comprador de mercadorias se torna insolvente, o vendedor não pago, que perdeu a posse destas mercadorias, tem o direito de sustar-as em transito, isto é, pôde entrar na posse das mesmas mercadorias, uma vez que ellas estejam em transito, isto é, pôde retel-as até o pagamento do preço.

45 — 1º — As mercadorias são consideradas em transito, desde que são entregues ao carregador, por terra ou por agua, ou a outro depositario, para o fim da transmissão ao comprador, até que este, ou seu agente, por sua conta, as receba do carregador ou de qualquer outro depositario.

46 — 1º — O vendedor não pago, pôde exercer o direito de sustar em transito, entrando na posse das mercadorias, ou avisando ao carregador ou a qualquer pessoa que esteja na posse das mesmas. Tal aviso pôde ser dado á pessoa que está na posse das mercadorias ou a seu chefe.

No ultimo caso, para que o aviso seja effectivo, deve ser dado em tempo tal e em taes condições, que o chefe, com diligencia razoavel, possa communical-o ao seu subordinado ou agente, com tempo de impedir a entrega”.

Disposição similar, aliás, temos tambem na Lei n. 2.024, de 17 de Dezembro de 1908, art. 138, n. 4, que permite, no caso de fallencia, a reivindicção das cousas não pagas integralmente, expedidas pelo vendedor a o fallido, enquanto não chegarem ao poder do mesmo fallido, de seu agente ou commissario”.

Na especie, verificaram-se, precisamente, as condições exigidas pela Lei ingleza:

1º — insolvencia do comprador, collocado na impossibilidade do pagamento do preço;

2º — aviso dado ao carregador para a suspensão da entrega ao consignatario;

3º — tempo razoavel para a transmissão do aviso;

4º — effectivo impedimento da entrega.

A insolvencia da South American consta dos autos e não foi impugnada. Ao contrario o Sr. Ministro Procurador Geral da Republica, em seu parecer, reconhece aquelle estado da South American, dizendo que “ella falliu, dando á appellante incalculaveis prejuizos”.

Que o aviso foi dado opportunamente á Companhia carregadora consta do documento de fls. 179, em que ella, accusando o recebimento daquelle aviso, diz, o seguinte:

“Agindo de accôrdo com as vossas instrucções não entregaremos os conhecimentos á South American, sem vossa autorização. Começaremos o desembarque dos trilhos por vossa conta, pondo os conhecimentos á vossa disposição”.

O Aviso, portanto, foi feito opportunamente e a entrega do material á consignataria ficou impedido pela recusa da entrega dos conhecimentos.

A appellante, pois, não podia entregar á consignataria os trilhos e accessorios, para, em seguida, delles se apoderar ordenando-lhes o emprego em seu serviço. Fazendo-o tem de supportar as consequencias do seu acto illicito e de pagar os prejuizos causados, isto é, o preço da mercadoria e as despesas de transporte com os juros da móra, desde a indevida occupação.

Pelo exposto, confirmo a sentença appellada.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Geminiano da Franca.

O Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA, 2º Revisor: — Sr. Presidente, estou de inteiro accôrdo com os Srs. Ministros Relator e 1º Revisor quanto á prescripção e mesmo quanto ao merito.

A prescrição só pôde começar a correr de 3 Janeiro de 1916, data em que o Sr. Ministro da Fazenda telegraphou ao inspector da Alfandega ordenando-lhe a entrega do material ao representante do Ministerio da Viação, e dessa data até 3 de Janeiro de 1919, só haviam decorrido 3 annos. Portanto, não tinha ainda transcorrido o prazo da prescrição quando o pedido foi ajuizado.

Quanto ao merito tenho duvidas sómente em relação á forma da scienciação dada á repartição fiscal para a retenção do material consignado á South American. No documento basico da acção, o representante da autora, apenas, disse á Alfandega "que não despache a carga e que aguarde alguns dias até que se resolva uma duvida entre a South American e a Companhia vendedora".

Não houve uma notificação judicial, nem mesmo uma declaração positiva de que houvesse infracção do contracto de compra e venda.

Não tendo, entretanto, o desembaraço da carga sido feito em vista da factura consular e mais documentos comprobatorios da propriedade da South American, nego provimento á appellação.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Em discussão o voto da turma. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(Todos os Ministros votam de accôrdo com a turma).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se provimento á appellação, por unanimidade de votos.

RECURSO DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA N. 1

Na liquidação de sentença, tratando-se de diferenças de vencimentos, deve ser deduzida a importância relativa ao sello correspondente ao augmento verificado.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de liquidação de sentença n. 1, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juiz, *ex-officio*; recorridos, João de Souza Vianna e a União Federal. — Tem a palavra o Sr. Ministro Guimarães Natal.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — Em execução da sentença que condemnou a União Federal a pagar á agente do Correio de 3ª classe de Monte Serrat, Estado do Rio de Janeiro, D. Georgina de Albuquerque, os vencimentos integraes do cargo desde 22 de Fevereiro de 1910, data de sua demissão illegal, o advogado João de Souza Vianna, cessionario da exequente (escriptura de fls. 4) apresentou os artigos de liquidação de fls. 40: (Lê)

"Em artigos de liquidação de sentença, diz o advogado João de Souza Vianna, cessionario de D. Georgina de Albuquerque, e com procuração e poderes em causa propria — contra — a União Federal, por esta e melhor forma de direito o seguinte:

1 — P. que, conforme a carta de sentença, aqui junta, em favor de D. Georgina de Albuquerque, agente de terceira classe do Correio de Monte Serrat, do Estado do Rio de Janeiro, demittida illegalmente desse cargo, em 4 de Novembro de 1909, tem a dita Senhora de haver da União Federal — os vencimentos desse cargo, com os respectivos accrescimos que tenha havido, até que o Governo, ou quem de direito, ordene e de novo a emposse do exercicio do cargo, que effectivamente deixou em 22 de Fevereiro de 1910, conforme a sentença e Accordam, remissivos ao pedido inicial.

2 — P. que, não convindo a cedente, D. Georgina de Albuquerque, titular daquelle direito e acção, sujeitar-se ao processo de liquidação da sentença, para apurar o quantum de que é credora pelos vencimentos decorridos, e attendendo a delonga em processo de execução, pedido de credito e despesas, a dita Senhora cedeu e transferiu ao advogado signatario destes artigos de liquidação — o direito de haver para si, e á sua custa, todos os seus vencimentos, a contar-se de 4 de Novembro de 1909 (data da portaria de demissão), até 2 de Abril do corrente anno de 1923, ou, sejam os vencimentos correspondentes a 13 annos, 4 mezes e 28 dias, nos precisos termos da escriptura de cessão aqui junta.

3 — P. que, para o dito fim, a cedente D. Georgina de Albuquerque, outorgado ao cessionario, abaixo assignado, — poderes geraes e em causa propria para todos os effeitos da cessão, requerendo o cessionario, em seu ou em nome da cedente o que necessario fôr para o fim de receber os vencimentos relativos aquelle lapso de tempo, sem onus de especie algum, e sem prestação de contas.

4 — P. que a cedente, D. Georgina de Albuquerque, na inicial transcripta na carta de sentença pediu — que fosse declarada nulla e de nenhum effeito — a Portaria de 4 de Novembro pela qual a supplicante foi exonerada do cargo de agente de terceira classe do Correio de Mont Serrat, e condemnada a União Federal a pagar a supplicante, ora cedente, com os juros da móra e custas os vencimentos integraes do mesmo cargo, a contar-se de 22 de Fevereiro de 1910, na razão de um conto e duzentos mil réis annuaes, ficando assegurados á dita Senhora, — direitos e vantagens inherentes ao cargo, como se estivesse em exercicio.

5 — P. que, processada a causa, foi a mesma julgada procedente, tendo o Juiz deixado dito que: *Julgava procedente a acção pelos fundamentos do pedido e condemnava a União na forma pedida.*

A sentença, que assim decidiu, foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, que, apenas, excluiu os juros em que a sentença condemnara a União Federal, sem nenhuma outra modificação. Assim

6 — P. que, é sem duvida liquido o direito que tem D. Georgina de Albuquerque, contra a União Federal, a receber os vencimentos de agente do Correio daquelle lugar, a contar-se de 22 de Fevereiro de 1910 á 22 de Agosto do corrente anno de 1923, na importancia de 18:480\$000, conforme as taxas mencionadas na certidão aqui junta, fornecida pela Administração do Correio, em Nictheroy, e conforme a sentença e Accordam referidos. Assim mais

7 — P. que, assim, cedidos e transferidos os ditos vencimentos ao advogado Dr. João de Souza Vianna, pelo prazo a contar-se de 4 de Novembro de 1909 á 2 de Abril do corrente anno de 1923, a cedente, no mesmo instrumento de cessão, outorgou ao dito advogado *poderes in rem suam* para o recebimento dos ditos vencimentos em cuja posse de direito o emittiu, sem nenhum onus e nem obrigação de prestação de contas, cabendo, portanto, ao cessionario, receber da União Federal, a importancia de 18:352\$000, além das custas que dispender. Nestes termos

8 — P. que, nos melhores de direito, devem os presentes artigos de liquidação de sentença ser recebidos e julgados provados, para o fim de ficar fixada em desoito contos, trezentos cincoenta e dous mil réis, a importancia que, dos vencimentos da cedente D. Georgina de Albuquerque, tem a União, em virtude da cessão, de pagar ao cessionario, signatario destes artigos, de accôrdo com a carta de sentença, escriptura de cessão e certidão de taxas dos ditos vencimentos, aqui juntos”.

A fls. 42, contestou-os a executada, nestes termos: (*lê*)

“Contestando os artigos de liquidação, diz a União Federal contra o Dr. João de Souza Vianna o seguinte: E. S. N.

P. que D. Georgina de Albuquerque, ex-agente de 3ª classe dos Correios, em Mont Serrat, deste Estado cedeu e transferiu ao liquidante o direito de haver para si, e a sua custa, todos os vencimentos que deixou de perceber em virtude da sua exoneração daquelle cargo, em 4 de Novembro de 1909, até 2 de Abril do corrente anno; E

P. que o liquidante quer, por isso, fazer correr a liquidação de taes vencimentos sobre a importancia de 18:352\$000, correspondente a 13 annos, 4 mezes e 28 dias de serviço, além das custas que despende; Mas

P. que os vencimentos que a cedente deixou de perceber não correspondem áquelle periodo e sim a 13 annos, um mez e 9 dias, sobre o qual deve correr a liquidação; Pois

P. que ella só deixou o exercicio do dito cargo em 21 de Fevereiro de 1910, tendo até essa data recebido os respectivos vencimentos, conforme reconheceu a sentença exequenda. Tambem. .

P. que tendo sido elevados, a partir de 1º de Janeiro de 1914, os vencimentos da cedente para 1:440\$000 annuaes, ficou ella sujeita ao pagamento do imposto do sello respectivo, a razão de 5, 5 % sobre o augmento, no anno de 1914, ou sejam 13\$200, que devem ser descontados da quantia a ser paga ao liquidante, como vencimentos da cedente, de accôrdo com o exposto nesta contestação.

Contesta-se o mais por negação com os protestos do estylo. Nestes termos.

P. que deve a presente contestação ser recebida e afinal julgada provada para o fim de ser julgada illiquida a quantia pedida e condemnado o liquidante nas custas”.

A essa contestação, juntou a executada, a fls. 45, o seguinte Quadro:

“Quadro do tempo do afastamento do serviço de D. Georgina de Albuquerque, ex-agente do Correio de Mont Serrat (Estado do Rio de Janeiro).

<i>Periodo</i>	<i>Annos</i>	<i>Mezes</i>	<i>Dias</i>
De 22 de Fevereiro de 1910 a 2 de Abril de 1923	13	1	9

Assim o tempo do seu afastamento do serviço, no periodo citado, é de treze annos, um mez e nove dias. 1ª Secção da Sub-Directoria de Contabilidade Postas.

Em 2 de Outubro de 1923. — *Alberto de Mendonça*, 1º official.

Visto. — 2—X—23.

O Chefe de Secção, *Augusto Duarte Ribeiro*.”

Postos em prova os artigos de liquidação, as partes nada accrescentaram, não juntaram documento algum, e depois arrazoaram de fls. 51 a 56.

A fls. 58 proferiu o Juiz a seguinte decisão: (*Lê*)

“Vistos — Julgo procedentes os artigos de liquidação de fls. para correr a liquidação na importancia que fôr apurada, depois da conta feita pelo contador, do tempo de serviço da liquidante, cnstante do quadro de fls. 45. Recorro *ex-officio*”.

Recorreu *ex-officio*, com fundamento no art. 28, da Lei n. 4.793, de 7 de Janeiro de 1924.

Arrazoando o recurso a fls. 60, disse o representante da União:

“A respeitável sentença recorrida de fls. 58 tendo determinado que a liquidação corra sobre a importância que fôr apurada, depois da conta feita pelo contador, do tempo de serviço da liquidante, constante do quadro de fls. 45, apresentado com a contestação de fls. 43, apenas deixou de attender uma das reclamações que fizemos na mesma contestação.

Só a uma omissão se pôde attribuir esse facto, *por isso que com tal reclamação concordou o cessionario da liquidante* nas suas razões, ás fls. 51 e 51 v., conforme salientámos á fls. 5 e consistiu ella em ser deduzida da importância a ser paga á liquidante, de accôrdo com o quadro de fls. 45, a de 13\$200, correspondente ao pagamento do imposto do sello, a razão de 5, 5 % sobre o augmento para 1:440\$000 annuaes, feito em 1914 nos vencimentos da liquidante, que, até então, eram de 1:200\$000 annuaes (ut. cert. de fls. 8 a 9).

Confia, portanto, a União Federal que o Egregio Supremo Tribunal dê provimento ao recurso *ex-officio* para o fim de julgar illíquida a quantia pedida nos artigos de liquidação ou então para que a liquidação corra na fórma determinada pela sentença de fls. 58, deduzindo-se, porém, importância de 13\$200, a que ella não se referiu, mas da qual já desistiu o liquidante, que também deverá ser condemnado nas custas, como é de Justiça”.

E a fls. 64, disse o Sr. Ministro Procurador Geral da Republica:

“O recurso merece provimento de accôrdo com as allegações de fls. cuja procedencia se mostra incontestavel”.

Não requereu vista o recorrido nem na instancia inferior nem nesta, naturalmente porque em suas razões, a fls. 50, concordou com a ultima reclamação, a que por omissão deixou de attender o despacho recorrido.

E' o relatorio.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — V. Ex. pôde dar o seu voto.

O Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL, Relator: — Dou provimento ao recurso *ex-officio* para, supprindo a omissão do despacho recorrido, mandar que, da importância apurada, dos vencimentos que deixou de perceber a exequente e que lhe deverá ser paga, se deduza a de 13\$200, de selo correspondente ao augmento de taes vencimentos, de 1:200\$000 para 1:440\$000, com o que haviam concordado exequente e executada, como se vê de fls. 51 v. e de suas razões.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Está em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Deu-se provimento ao recurso, unanimemente.

RECURSO DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA N. 2

E' de ser negado provimento ao recurso interposto ex-officio da decisão sobre liquidação de sentença, com a qual estão de accôrdo ambas as partes.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Recurso de liquidação de sentença n. 2, do Rio de Janeiro. Recorrente, o Juiz Federal; recorrido, João Ignacio de Azevedo Silva.— Tem a palavra o Sr. Ministro Godofredo Cunha.

O Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA, Relator: — Neste processo de liquidação de sentença proferiu o Juiz Federal a seguinte decisão a fls. 86: (*Lê*)

“Vistos estes autos de liquidação de sentença entre partes José Ignacio de Azevedo Silva e a União Federal.

Julgo provados os artigos de liquidação de fls. 4, para considerar líquida a quantia de 65:754\$153, que corresponde ás percentagens vencidas pelo escrivão da Collectoria de Parahyba do Sul no periodo de 23 de Junho de 1910 a 31 de Dezembro de 1922, feitos os descontos a que se referem os arts. 17 e 21 dos Decretos 4.059 e 9.285, de 1901 e 1911, conforme avaliação do laudo de fls. 54, e tambem a quantia de 49\$873 de percentagens não devidas e referentes á contagem dos dias 23 a 26 de Junho de 1910, e mais 2:089\$962 de impostos sobre vencimentos, nos exercicios de 1913 a 1918.

As percentagens reclamadas pelos liquidantes e devidas de 1º de Janeiro de 1923 á Agosto desse mesmo anno, não podem ser objecto da presente execução por serem illíquidas.

Assim corra a liquidação sobre áquella importancia para ser feito o pagamento á viuva e herdeiros do liquidante, feitas as deducções indicadas e excluidas as custas pagas á funcionarios da Justiça.

Recorro na forma da Lei”.

O Procurador da Republica, nas suas razões pediu exactamente o que essa sentença decidiu. Não houve recurso, nem do Procurador da Republica, nem da parte exequente. Sómente o Juiz recorreu *ex-officio*, na forma da Lei.

Só me resta negar provimento ao recurso *ex-officio*, para confirmar a decisão recorrida, com a qual estão de accôrdo ambas as partes.

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Está em discussão o voto do Sr. Ministro Relator. Não havendo quem peça a palavra, vou tomar os votos.

(*Todos os Srs. Ministros votam de accôrdo com o Sr. Relator*).

O Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI, Presidente: — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente.



SEGUNDA PARTE

PARECERES E DOUTRINA

PARECERES DA PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA

Parecer n. 2.956 (1)

OPINANDO PARA QUE NÃO SE CONHEÇA DO RECURSO EXTRAORDINARIO POR TER SIDO INTERPOSTO E PROCESSADO EM DESACCORDO COM A LEI E A QUESTÃO RESOLVIDA PELA JUSTIÇA LOCAL, TER SIDO DE PROCESSO, SENDO INTERPRETADA A LEI FEDERAL E APLICADA NO SEU VERDADEIRO SENTIDO.

Do presente recurso não deve o Tribunal conhecer por não ter sido interposto e processado de accôrdo com a Lei: Não subiu nos proprios autos, sendo instruido com o traslado de algumas peças, naturalmente indicadas pelo recorrente. Isto só foi permitido pelo Decreto n. 4.381 de 1921 que nesta parte está revogado pela Lei n. 4.632, de 6 de Janeiro de 1923 (art. 5).

Delle não conheceria ainda o Tribunal, mesmo que regularmente tivesse sido interposto, porque o que decidiu a sentença recorrida foi tão sómente que o art. 452 do Codigo Civil, Lei federal invocada pelo recorrente, não priva o interdictado de recorrer da sentença que declara a interdicção. Resolveu assim a Justiça local uma questão de processo e interpretou a Lei federal que rege o caso, não para recusar-lhe applicação, mas para applical-a em o seu verdadeiro sentido.

Districto Federal, 2 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

(1) Proferido no recurso extraordinario n. 1.780, Minas Geraes — **Luiz Lopes Beltrão** versus **D. Albina da Costa Beltrão**. — Relator, o Sr. Ministro **GUIMARÃES NATAL**. — N. da R.

Parecer n. 2.957 (2)

OPINANDO POR SER CASO DE RECURSO EXTRAORDINARIO.

A IRREDUCTIBILIDADE DOS VENCIMENTOS NÃO É UM CONSECTARIO DA VITALICIEDADE, É UM DIREITO QUE TEM O ESTADO DE DIVIDIR E SUBDIVIDIR OS OFFICIOS DE JUSTIÇA ALTERANDO-LHES A DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS.

É caso de recurso extraordinario: O recorrente, serventuario vitalicio de um dos officios de Justiça de Bello-Horizonte, propoz na Justiça local do Estado a presente acção arguindo de infrinquentes do art. 11 da Constituição Federal a Lei Estadual n. 695 de 1917, e o consequente acto do Governo de 6 de Novembro do mesmo anno, que, lhe reduzindo as vantagens do cargo, attribuiram privativamente a outro serventuario os protestos de letras, notas promissorias e outros titulos; a Justiça local considerou validos esses actos assim impugnados (Const. art. 59 n. III § 1º let. b).

De meritis — Deve ser confirmada a decisão recorrida, que está de accôrdo com a jurisprudencia deste Egregio Tribunal, quer quando declara que a irreductibilidade dos vencimentos não é um consectario da vitaliciedade, quer quando affirma o direito que tem o Estado de dividir e subdividir os officios de Justiça alterando-lhes a distribuição dos serviços.

Districto Federal, 2 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.958 (3)

OPINANDO POR NÃO SER CASO DE RECURSO EXTRAORDINARIO.

A HYPOTHESE NÃO TEM CABIMENTO NO ARTIGO 59, N. III, § 1º LETRA "A" da CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Allegando lesão enormissima e invocando a Ord. do L. 4 T. 13 propuzeram os recorrentes no Juizo local de São Paulo a presente acção ordinaria para annullar uma escriptura de dação *in solutum* pela qual aos recorridos haviam dado em 7 de Maio de 1915, em pagamento certa extensão de terras situadas no alludido Estado.

(2) Proferido no recurso extraordinario n. 1.732, Minas Geraes — Dr. Plinio de Mendonça versus Estado de Minas Geraes. — Relator, o Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI. — N. da R.

(3) Proferido no recurso extraordinario n. 1.771, S. Paulo — Dr. Antonio Ferreira de Castilho versus Antonio de Almada Leite. — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA. — N. da R.

Devidamente processada a causa, proferiu o Superior Tribunal de Justiça o accordam de fls. 109 confirmado em embargos, pelo de fls. 124 de que, em tempo habil foi interposto recurso extraordinario com fundamento no art. 59 n. III § 1º let. a da Constituição.

O que decidiu o accordam recorrido foi que o instituto da lesão enorme estava abolido pelo Codigo Civil, applicavel ás transacções anteriores á sua promulgação; e que quando assim não se entendesse, o direito que por ventura assistisse aos autores estaria prescripto, ex-vi do disposto no art. 178 § 9 n. IV do mesmo Codigo.

Não vemos como se possa enquadrar o caso na hypothese figurada no dispositivo constitucional invocado.

Evidentemente não é caso de recurso extraordinario.

Rio de Janeiro, 2 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.959 (4)

OPINANDO PARA QUE SEJA DADO PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

EXCEPTUADO O CASO DE ACCIDENTE DE TRABALHO, QUE CONSTITUINDO UMA DERROGAÇÃO DO PRINCIPIO GERAL DA CULPA NÃO É EXTENSIVO AOS DEMAIS, NO ESTADO ACTUAL DO NOSSO DIREITO A OBRIGAÇÃO DE INDEMNIZAR O DAMNO, TANTO NO CONTRACTO COMO FÓRA DELLE, SUPPÕE A RESPONSABILIDADE MORAL DO AUTOR.

Já não temos necessidade de insistir na affirmação de que para o lamentavel accidente de que dão os autos noticia não concorreu culpa dos prepostos da ré, desde que o Embargado se soccorre da theoria do risco, pedindo-lhe o fundamento para a sua pretensão. Tanto vale reconhecer que não houve imprudencia nem impericia, que o evento foi puramente fortuito, não podia ser previsto nem evitado, como demostramos em nosso parecer de fls.

Sendo assim basta-nos objectar, repetindo os julgados do Egregio Tribunal: “que exceptuado o caso de accidente de trabalho, que constituindo uma derrogação do principio geral da culpa não é extensivo aos demais, no estado actual do nosso direito a obrigação de indemnizar o damno, tanto no contracto como fóra delle suppõe a responsabilidade moral do Autor”.

Devemos ainda notar que na hypothese, isto é, no caso de responsabilidade do patrão pelos actos de seus empregados, responsa-

(4) Proferido na appellação civil n. 3.944, Districto Federal — Juiz da 2ª Vara e outros versus os mesmos. — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS. — N. da R.

bilidade estabelecida no art. 1.521 do Código Civil (assento da matéria) extensiva pelo art. 1.522 as pessoas jurídicas, ainda mais se mostra o legislador, que não se contenta com a culpa do agente e antes exige expressamente que para o dano tenha concorrido culpa do patrão ou committente.

“Exceptuadas as do art. 1.521 n. IV, só serão responsáveis as pessoas enumeradas nesse e no art. 1.522, *provando-se* que ellas concorreram para o dano por culpa ou negligencia de sua parte.

No caso dos autos não se conseguiu provar a culpa dos prepostos da embargante e da culpa desta, do seu concurso por impericia ou negligencia nem sequer se cogitou.

E ahi tem o embargado uma materia nova e de alta relevancia que a embargante submete a apreciação do Egregio Tribunal.

Quanto ao 2º fundamento dos embargos, nada precisamos acrescentar desde que o embargado agora reconhece que se alguma indemnização fosse devida, não á elle havia de tocar, mas ao menor victima do accidente.

Districto Federal, 3 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.960 (5)

Requeiro que se requisitem informações e os autos do processo a que respondeu o supplicante.

Districto Federal, 4 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.961 (6)

OPINANDO PELA REFORMA DA SENTENÇA
APPELLADA.

O PODER JUDICIARIO NÃO EXERCE UMA
FUNÇÃO REVISORA DOS ACTOS DOS OUTROS DOIS
PODERES; NÃO JULGA A CONSTITUCIONALIDADE
DAS LEIS, NÃO ANNULA, NÃO CASSA, NÃO SUS-

(5) Proferido na revisão criminal n. 2.521, Districto Federal — Petitionario **João Pacheco de Aguiar**. — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS. — N. da R.

(6) Proferido na appellação civil n. 4.502, Rio Grande do Sul — **An-tunes & Filhos e outros versus os mesmos**. — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO. — N. da R.

PENDE LEIS E DECRETOS. UMA TAL ATRIBUIÇÃO ATENTARIA CONTRA O ART. 15 DA CONSTITUIÇÃO.

O PODER QUE SE LHE RECONHECE, ANTES DEVER DO QUE PREROGATIVA, E' O DE NO CONFLITO ENTRE A CONSTITUIÇÃO E UMA LEI, ENTRE A LEI E UM DECRETO, SE DECIDIR NA 1ª HYPOTHESE PELA CONSTITUIÇÃO E NA SEGUNDA PELA LEI, NÃO PARA ANNULAR A LEI INCONSTITUCIONAL OU O DECRETO ILLEGAL, MAS PARA STRICTAMENTE AMPARAR O DIREITO INDIVIDUAL QUE ESTES ALCANÇARAM. "A CONSTITUCIONALIDADE OU INCONSTITUCIONALIDADE DE UMA LEI SERA' O MOTIVO; NUNCA O OBJECTO DA DECISÃO JUDICIARIA".

INSTITUIDA PARA A REPARAÇÃO DAS LESÕES DOS DIREITOS INDIVIDUAES POR ACTOS OU DECISÕES DAS AUTORIDADES ADMINISTRATIVAS, A ACÇÃO SUMMARIA ESPECIAL PRESUPPÕE NECESSARIAMENTE UM DIREITO INDIVIDUAL LESADO OU QUE SE PRETENDA LESADO E UM ACTO ADMINISTRATIVO A QUEM SE IMPUTA A LESÃO.

Antunees & Filho e outros, em numero superior a dois mil, sem contar com os que a fls. 1.970, depois de contestada a lide, se lhes vieram juntar como *assistentes*, todos estabelecidos no Estado do Rio Grande do Sul, propuzeram contra a Fazenda Federal a presente *acção summaria especial* para que "se abstivesse de lhes cobrar o imposto instituido pelos ns. 45 e 46 da Lei n. 4.230, de 1920, e regulamentado pelo Decreto n. 15081 de 1921" uma vez que, segundo as razões que expunham, era aquella inconstitucional e este exorbitante da autorização legislativa.

Comquanto deferisse ao pedido dos autores "isentando-os do pagamento do imposto" concluiu a sentença de fls. 2.374 por julgar sómente em parte procedente a acção, visto não considerar inconstitucional a lei impugnada e condemnou-os egualmente nas custas.

O fecho da sentença e o incidente dos embargos de que dão os autos noticia de fls. 2.386 a 2.407, são a mais cabal justificativa que poderia a Appellante offerecer em abono da preliminar que suscitou e ora se renova perante o Egregio Tribunal, menos no interesse ligado a presente causa do que por amor aos bons principios.

Por mais que, depois, avisados do erro em que cahiram, procurassem os A. A., occultal-a, a verdade que resalta evidente do pedido inicial é que a presente acção foi proposta para o fim de se decretar a inconstitucionalidade de uma Lei e a illegitimidade de um Decreto: Os autores não soffreram, não allegam ter soffrido uma lesão no seu patrimonio; não pagaram, não foram coagidos nem siquer intimados, a pagar o imposto de que se querem isentar.

Viram promulgados uma Lei e um regulamento estabelecendo a cobrança de um determinado imposto; de si para si entenderam

que a Lei era inconstitucional e o Regulamento ilegal, e para que isto fosse reconhecido e declarado por uma sentença, remedio preventivo de possível execução dos dois actos, intentaram de sociedade esta acção summaria especial.

Por seu turno o Juiz, a despeito de haver deferido a preliminar da Ré, acabou reconhecendo que assim era effectivamente, isto é, que o objecto da demanda, aquillo que se lhe pedia na causa era a decretação da inconstitucionalidade da Lei de 1920, e da illegalidade do Decreto de 1921; e por isso tendo considerado constitucional a Lei, entendeu de *"só em parte julgar procedente a acção condemnando ambas as partes nas custas, dividas proporcionalmente."*

Ora é elementar, já o temos dito em outros casos com o desenvolvimento que este não reclama, é elementar que o Poder Judiciario não exerce uma função revisora dos actos dos outros dois poderes; não julga a constitucionalidade das Leis, não annulla, não cassa, não suspende Leis e Decretos. Uma tal attribuição attentaria contra o art. 15 da Constituição.

O poder que se lhe reconhece, antes dever do que prerogativa, é o de no conflicto entre a Constituição e uma Lei, entre a Lei e um Decreto, se decidir na 1ª hypothese pela Constituição e na segunda pela Lei, não para annullar a Lei inconstitucional ou o Decreto ilegal, mas para strictamente amparar o direito individual que estes alcançaram. "A constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma Lei será o motivo; nunca o objecto da decisão judiciaria."

No caso dos autores, se executados para o pagamento do imposto se defendessem allegando a incostitucionalidade da Lei que o instituiria, isto é, invocando um direito assegurado pela Constituição, nenhuma duvida de que cumpriria ao Juiz, reconhecida a procedencia da allegação, conceder-lhes a garantia reclamada. Não é isto porém que está succedendo: Como já disse, nada foi exigido dos autores. São elles que se antecipam a provocar o pronunciamento da Justiça sobre a constitucionalidade de uma Lei que lhes não foi aplicada.

Estabelecendo as normas dentro das quaes se ha de exercer essa altissima e delicada attribuição, escreveu Ruy Barbosa, nos Actos Inconstitucionaes: *"São requisitos elementares... que a acção não tenha por objecto directamente o acto incostitucional do poder legislativo ou executivo, mas se refira a inconstitucionalidade d'elle apenas como fundamento e não alvo do libello."*

Esta regra, adverte o douto constitucionalista, *é de natureza constitucional. Estatue ella que o Autor na lide não pretenda a renovação da Lei pelo Tribunal mas apenas a reintegração da parte no direito de que a lei lhe privou. A Justiça restitue do seu direito o*

offendido: Não cassa a Lei que lh'o offendeu. A distincção é substancial, embora entre nós os habitos da linguagem, até no legislador, tenham descambado á incorrecção aquo apontada, fallando-se em Leis annulladas por sentenças ou admittindo-se que sentenças possam annullar Leis.

Uma cousa é declarar a nullidade. Outra é annullar. Declarar a nullidade, isso fazem os tribunaes legitimamente, a respeito de Leis ordinarias quando inconciliaveis com a Lei fundamental. Em taes casos declarar nulla uma Lei é simplesmente consignar a sua incompatibilidade com a Constituição, Lei primaria e suprema. Hão de o fazer, porém, na exposição das razões do julgado, como consideração fundamental da sentença, e não, em hypothese nenhuma, como conclusão da sentença e objecto do julgado.

Se o fizessem, se o dispositivo da sentença pudesse consistir na annullação formal da Lei, o acto do Juiz então rescindiria, cassaria, revogaria o acto do legislador. Porque tudo isto é annullar, desde o nosso Pereira de Souza, cujo velho dictionario define: Annullar quer dizer cassar, revogar, rescindir. Não diversamente entre os Americanos. Annullar dizem elles, é cancellar, fazer nullo Sestrieur (Annul. to cancel, to make void. to destroy) São palavras do Dictionario Juridico de Black, onde a proposito em relação á justiça, não se falla senão de sentenças annulladas.

Um julgado se destróe, cancela, rescinde, cassa ou revoga por outro. Só julgados, pois, se annullam por julgados.

Cancellar, abrigar, rescindir, cassar, destruir uma Lei, é, rigorosamente legislar. As Leis, logo, não se annullam, technicamente, senão por outras Leis" (Dto. do Amazonas ao Acre Septent. VI pag. 102).

Egualmente procedente é a segunda preliminar.

Instituida para a reparação das lesões dos direitos individuaes por actos ou decisões das autoridades administrativas, a acção summaria especial presuppõe necessariamente — um direito individual lesado ou que se pretenda lesado e um acto administrativo a quem se impute a lesão.

Ora no caso o acto denunciado como inconstitucional é uma Lei do congresso e os A. A., não soffreram, não allegam ter soffrido lesão em um direito que reclame o amparo da Justiça.

Utilizaram-se da acção summaria especial, não para restaurar um direito por ventura desconhecido ou violado pelo poder administrativo, mas como remedio preventivo do procedimento que nesse caso e de futuro pudesse ter a autoridade fiscal. E como outro não podia ser este procedimento senão a instauração dos executivos fiscaes,

isto é, o appello ao Poder Judiciario, para forçar os recalcitrantes ao pagamento do imposto, temos que o alcance unico da decisão seria o de impedir que os Juizes, recebam, processem e julguem as acções que com fundamento na Lei impugnada pretende a appellante intentar contra os appellados:

Verdadeiro despropósito, não pede commentario e que mais avulta quando se nota que a sentença isentou os Autores do pagamento do imposto instituido por uma Lei que ella declara constitucional, pelo fundamento de que tem como illegaes duas disposições do Regulamento attinentes — uma ao exame dos livros para a fiscalização da renda e outra a inclusão das retiradas dos socios no computo desta ultima.

Isto porém já é o merito e quanto ao merito diremos apenas, para não estar fatigando inutilmente o Tribunal:

1º — que a constitucionalidade da Lei de 1920 e a legalidade do Decreto de 1921 já foram reconhecidas pelo Egregio Tribunal como se pode ver entre outros no accordam n. 3.531 de 9 de Janeiro de 1923;

2º — que a sentença appellada tambem reconheceu a constitucionalidade da Lei, *condemnando nesta parte os Autores*” que não appellaram;

3º — que a pretensa illegalidade de duas clausulas do Decreto de 1920, só por si não autorisa a pretendida isenção, e é manifestamente improcedente como já decidiu o Tribunal e voltariamos a demonstrar se nisso ainda houvesse interesse, se não tivesse occorrido uma circumstancia que só por si invalida a sentença, destituindo-a de qualquer alcance pratico:

“O Dec. de 1920 foi revogado; a cobrança do imposto sobre a renda rege-se hoje pelo Dec. n. 16.580 de 4 de Setembro de 1924.”

Districto Federal, 6 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.962 (7)

OPINANDO POR NÃO SER CASO DE RECURSU
EXTRAORDINARIO.

Nesta acção em que a Camara Municipal de Mangaratiba pede

(7) Proferido no recurso extraordinario n. 1.778, Rio de Janeiro — Luiz Duque Estrada Guerra e outros versus Camara Municipal de Mangaratiba, — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS. — N. da R.

a rescisão de um contracto que havia celebrado com os recorrentes para o fornecimento de luz e agua a villa desse nome, pelo fundamento de terem sido violadas algumas de suas clausulas, nem de longe se alludiu a validade ou applicação de qualquer Lei federal.

Toda a discussão versou sobre a legitimidade do réu, que allegou haver transferido o contracto a um terceiro e sobre os factos constitutivos da pretendida violação.

A estes dois pontos se circumscreveu igualmente o accordam da Relação do Rio de Janeiro, que em provimento de appellação, julgou procedente a acção.

Evidentemente não cabe na especie recurso extraordinario e não foi senão pela impossibilidade em que se viram de precisar-lhe os fundamentos que os recorrentes appellaram simultaneamente para os dois incisos, que aliás se repellem, do art. 59 n. III § 1º da Constituição.

Districto Federal, 3 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.963 (8)

OPINANDO POR NÃO SER CASO DE RECURSO
EXTRAORDINARIO.

NÃO SE QUESTIONOU E AINDA MENOS SE DECIDIU SOBRE APPLICAÇÃO OU VALIDADE DE LEIS
FEDERAES.

A decisão recorrida é o accordam do Superior Tribunal da Justiça do Amazonas a fls. 84 v., que, em agravo interposto da decisão de fls. 56 v., proferida na presente reclamação reivindicatória, considerou, pelas razões que expõe, todas ellas attinentes á apreciação das provas e á interpretação das Leis invocadas, o recorrido credor reivindicante da massa fallida recorrente.

Não se questionou e ainda menos decidiu sobre a applicação ou validade de Leis federaes: Justa ou injusta, a decisão recorrida é definitiva e soberana. Não cabe na especie o recurso intentado.

Districto Federal, 3 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

(8) Proferido no recurso extraordinario n. 1.730, Amazonas — **Massa Fallida de Tancredo Porto & Cia. versus Banco do Minho.** — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA.

Parecer n. 2.964 (9)

OPINANDO POR NÃO SER CASO DE RECURSO EXTRAORDINARIO, PORQUE A VALIDADE DA LEI MUNICIPAL INSTITUIDORA DO IMPOSTO EXIGIDO NÃO FOI CONTESTADA EM FACE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, MAS DA CONSTITUIÇÃO E LEIS ESTADUAES.

Executado pela Camara Municipal de Curityba para pagar um determinado imposto, contestou o recorrente que este imposto era o mesmo imposto de industrias e profissões, attribuido pela Constituição Federal aos Estados e que nem a Constituição nem as Leis do Estado do Paraná haviam transferido aos municipios.

Da decisão final da Justiça estadual que desprezou esta defeza, por considerar que se tratava de imposto distincto do de industrias e profissões, é que se interpõe o presente recurso com fundamento no art. 59 n. III § 1º let. b da Constituição.

Em nosso parecer não é caso de recurso extraordinario com o fundamento invocado; porque a validade da Lei municipal intituidora do imposto exigido não foi contestada em face da Constituição Federal, mas da Constituição e Leis estaduaes.

O recorrente citou, é certo o art. 9 da Constituição que attribue exclusivamente aos Estados o imposto sobre industrias e profissões, mas reconhece que este artigo não os inibe de transferir tal imposto aos municipios, como aliás já tem repetidas vezes decidido o Egregio Tribunal.

Não é portanto a Constituição Federal que no seu entender veda a cobrança do imposto em questão. E' nulla a Lei municipal que o instituiu tão sómente porque a Constituição e as Leis do Estado não a autorizam:

Podiam fazel-o, que a isto se não oppunha o citado artigo constitucional e se o tivessem feito, valida seria aquella lei, no parecer do recorrente.

Assim a validade do acto do Governo municipal posto em causa foi contestada, repetimos não "em face da Constituição ou das Leis federaes" mas em face da Constituição e Leis do Estado.

Districto Federal, 3 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

(9) Proferido no recurso extraordinario n. 1.783, Paraná — **Marcellino Nogueira Junior** versus **Municipio de Curityba**. — Relator, o Sr. Ministro **VIVEIROS DE CASTRO**. — N. da R.

Parecer n. 2.965 (10)

OPINANDO PARA QUE SEJAM DESPREZADOS OS EMBARGOS.

De novo só allega o embargante que ao crime precedeu provocação da victima. — Nenhuma prova exhibiu entretanto que autorize a allegação.

No mais insiste em que a circumstancia do bom comportamento anterior, a mais sedição das attenuantes, ordinariamente apoiadas em attestados graciosos, prepondera sobre a aggravante da superioridade em armas. Ha realmente algumas decisões neste sentido, mas não formaram jurisprudencia; que outras e em maior numero affirmam o contrario.

Os embargos devem ser desprezados.

Districto Federal, 6 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.966 (11)

OPINANDO PELA INCOMPETENCIA DA JUSTIÇA MILITAR.

O FACTO CRIMINOSO IMPUTADO AO PACIENTE NÃO ESTA' PREVISTO NO CODIGO PENAL MILITAR, QUE SO' PUNE AS OFFENSAS PHYSICAS PRATICADAS POR MILITAR QUANDO PRATICADAS CONTRA OUTRO MILITAR, DAS DECISÕES DA JUSTIÇA LOCAL CONCESSIVAS DE "HABEAS-CORPUS" NÃO CABE RECURSO E MANDAR QUE SE PROSIGA O PROCESSO INSTAURADO CONTRA O PACIENTE EM FORO CIVIL, IMPORTARIA EM REVOGAR A ORDEM DE "HABEAS-CORPUS" QUE LHE FOI CONCEDIDA.

Todas as razões que serviram de fundamento á sentença de fls. confirmada pelo accordam de fls. cahem deante da simples consideração de que o facto criminoso imputado ao paciente não está previsto no Codigo Penal Militar, que só pune as offensas physicas praticadas por militar quando praticadas contra outro militar, (art. 152) e portanto não pode pertencer a alçada dos tribunaes militares.

Tenho entretanto duvidas se é possivel na solução deste conflicto mandar que prosiga o processo instaurado contra o mesmo

(10) Proferido na revisão criminal n. 2.249, Districto Federal — Petição de **Antonio da Rocha e Souza**. — Relator, o Sr. Ministro **GODOFREDO CUNHA**. — N. da R.

(11) Proferido no conflicto de jurisdicção n. 653, Districto Federal — **Primeiro Auditor da Justiça Militar versus Terceira Camara da Corte de Appellação**. — Relator, o Sr. Ministro **EDMUNDO LINS**. — N. da R.

paciente no fôro civil, porque isso importaria em revogar a ordem de *habeas-corpus* que lhe foi concedida; e das decisões da Justiça local concessivas de *habeas-corpus* não cabe recurso.

Como quer que seja, porém, a incompetencia da Justiça Militar é incontestavel e deve ser declarada.

Districto Federal, 6 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.967 (12)

Satisfeitas, como se acham, as requisições constantes do meu parecer a fls. 46 e do Dr. Curador a fls. 47, nada ha que oppor a homologação requerida.

Districto Federal, 5 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.968 (13)

OPINANDO PARA QUE SE DE PROVIMENTO A
APPELLAÇÃO MANDADOS OS RÉUS A JULGAMENTO
SINGULAR DE ACCORDO COM A LEI EM VIGOR.

Nada tenho que accrescentar ás razões de fls. que não foram contestadas, sendo de esperar o provimento da appellação do Ministerio Publico, mandados os réus a julgamento singular de accôrdo com a Lei em vigor, ad instar do que já se praticou quando promulgado o Decreto n. 515 de 3 de Novembro de 1899.

Districto Federal, 5 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

(12) Proferido na sentença estrangeira n. 814, França — **Eduardo Ferreira Cardoso**, curador de **Joaquim Ferreira Cardoso**. — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS. — N. da R.

(13) Proferido na appellação criminal n. 952, S. Paulo — **Procurador da Republica e outros versus os mesmos**. — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO MUNIZ BARRETO. — N. da R.

Parecer n. 2.969 (14)

OPINANDO PELA CONFIRMAÇÃO DA SENTENÇA APPELLADA.

A sentença de fls. apreciou com rigorosa exactidão a prova dos autos; Nada foi contra ella articulado. Só ha portanto que esperar a sua confirmação.

Districto Federal, 5 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.970 (15)

OPINANDO POR NÃO SER CASO DE EMBARGOS QUE NÃO SÃO O MEIO DE SOLICITAR O PERDÃO, NEM O EGREGIO TRIBUNAL A AUTORIDADE COMPETENTE PARA CONCEDEL-O; SE E' QUE AS PENAS DISCIPLINARES O ADMITTEM.

Só para cumprir o respeitavel despacho do eminente Sr. Ministro Relator diremos:

1º-- que o accordam de fls. não é embargavel;

2º — que "os embargos" são para a reforma ou declaração do julgado e que o embargante não péde nem uma nem outra cousa; ao contrario reconhece que o Accordam é claro e confessa que é justo; embarga-o tão somente para o fim de ser *perdoado* da pena que elle lhe impoz.

Parece-nos que nem são os embargos o meio de solicitar o perdão, nem o Egregio Tribunal a autoridade competente para concedel-o, se é que as penas disciplinares o admittem.

Districto Federal, 18 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

(14) Proferido na appellação criminal n. 954, S. Paulo — **Viriato de Carvalho** versus **Justiça Federal**. — Relator, o Sr. Ministro VIVEIROS DE CASTRO. — N. da R.

(15) Proferido no agravo de petição n. 3.874, Districto Federal — **Oscar Motta & Cia.** versus **Fortunato Teixeira**. — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS. — N. da R.

Parecer n. 2.972 (17)

A prova offerecida agora com as razões de appellação confirma, no meu parecer os articulados dos embargos de fls.

Apreciando-a, fará o Egregio Tribunal o que fôr de justiça.

Districto Federal, 16 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.973 (18)

Sendo a materia allegada a mesma do pedido, já detidamente apreciada e discutida no julgamento, nada temos que acrescentar ao nosso parecer de fls.

Districto Federal, 17 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.974 (19)

Prevenindo o pronunciamento deste Egregio Tribunal, o apellado conseguiu do Poder Legislativo as vantagens cujo reconhecimento pleiteava nesta causa. Toda a questão ficou assim reduzida ao ponto de saber de que data se lhe contarão estas vantagens.

Parece-nos que não pôde haver duvida que da data da Lei. E' o que demonstram as razões de fls. que recommendamos a preciosa attenção dos meretissimos julgadores.

Districto Federal, 17 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

(17) Proferido na appellação civil n. 4.987, Districto Federal — **Maria Augusta Serrão Peixoto versus Fazenda Nacional.** — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS. — N. da R.

(18) Proferido na revisão criminal n. 2.439, Districto Federal — **Petitionario, Alvaro Paes Leme de Abreu.** — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS. — N. da R.

(19) Proferido na appellação civil n. 4.982, Districto Federal — **Julso Federal da 2ª Vara e outra versus Alvaro Augusto de Carvalho.** — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS. — N. da R.

Parecer n. 2.975 (20)

OPINANDO PARA QUE SEJAM DESPREZADOS OS EMBARGOS.

SE PUDESSE PREVALECER A ALLEGAÇÃO DE QUE OS GUARDAS ADUANEIROS SÃO SUSPEITOS COMO TESTEMUNHAS NOS CRIMES DE CONTRABANDO ESSA SUSPEITA ASSEGURARIA A IMPUNIDADE NESTA CLASSE DE DELICTOS EM QUE OUTRA PROVA SO' RARAMENTE SE FAZ POSSIVEL.

Os embargos nada articulam que não tivesse sido apreciado pela sentença de 1ª instancia e pelo venerando accordam embargado: E' ainda a eterna allegação de que os guardar aduaneiros são suspeitos como testemunhas nos crimes de contrabando: allegação que se pudesse prevalecer asseguraria a impunidade nesta classe de delictos em que outra prova só raramente se faz possivel.

Quanto as razões de fls., além de manifestamente improcedentes, foram serodiamente apresentados, pois que vieram depois de julgada a appellação.

Districto Federal, 13 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.976 (21)

OPINANDO PELA REFORMA DA SENTENÇA APPELLADA.

As razões de fls. dizem o bastante para justificar o pedido de reforma em parte da sentença appellada, restabelecendo-se os principios que ella esqueceu.

Districto Federal, 12 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

(20) Proferido na appellação criminal n. 938, Districto Federal — **Guldo de Almeida Albuquerque e outro versus Justiça Federal.** — Relator, o Sr. Ministro VIVEIROS DE CASTRO. — N. da R.

(21) Proferido na appellação civil n. 4.647, Districto Federal — **Fazenda Nacional versus Dr. W. Roberto Lutz.** — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO MUNIZ BARRETO. — N. da R.

Parecer n. 2.977 (22)

OPINANDO PELA REGEIÇÃO DOS EMBARGOS.

Reportando-nos ao nosso parecer de fls., opinamos pela rejeição dos embargos nos termos da contestação de fls.

Districto Federal, 13 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.978 (23)

OPINANDO PELA REGEIÇÃO DOS EMBARGOS.

Os embargos nada articulam que mereça refutação: O accordam embargado, depois de expor com admiravel precisão e clareza o complexo facto criminoso que deu origem a este processo e a outro de igual natureza, já definitivamente julgado, apreciou com exactidão egualmente rigorosa a prova colligida no volumoso processo: Os seus fundamentos são inexpugnaveis e os embargantes não tentaram sequer abalal-os; pleiteam o reconhecimento da attenuante do exemplar comportamento, elles que vinham já delinquindo reiteradamente durante annos até que foram surprehendidos, e para prova offerecem os documentos de fls.

Basta vel-os entretanto, para que se tenha como certo que não valem mais do que os que para o mesmo fim haviam sido offerecidos em 1ª instancia e foram julgados sem valor pelo venerando accordam embargado.

Districto Federal, 13 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.979 (24)

SEGUNDO AS LEIS EM VIGOR E ANTES QUE
ELLAS O TIVESSEM FEITO, SEGUNDO A JURISPRU-
DENCIA DO TRIBUNAL, FICOU ESTABELECIDO QUE

(22) Proferido no recurso extraordinario n. 1.580, S. Paulo — **Comp. Paulista de Anlagem** versus **Guardian Assurance Company, Limited.** — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL. — N. da R.

(23) Proferido na appellação criminal n. 916, Districto Federal — **Procurador Criminal e outros** versus **Justiça Federal.** — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS. — N. da R.

(24) Proferido no recurso criminal n. 507, Territorio do Acre — **Procurador da Republica** versus **Pacifico Leite de Oliveira.** — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL. — N. da R.

A' JURISDIÇÃO FEDERAL PERTENCE O JULGAMENTO DE TODOS OS CRIMES QUE DIRECTA OU INDIRECTAMENTE INTERESSAM A FAZENDA OU A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL.

A COMPETENCIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA JULGAR OS CASOS QUE INTERESSAM VITALMENTE A ADMINISTRAÇÃO OU A FAZENDA DA UNIÃO, DERIVA, NÃO DA LEI ORDINARIA, MAS DO PROPRIO REGIMEN, QUE NÃO ADMITTE SEJA A DEFEZA DE TÃO ALTOS INTERESSES NACIONAES ENTREGUE A OUTRA JUSTIÇA NACIONAL.

As razões de fls. conseguiram demonstrar com as provas dos autos a participação do recorrido no monstruoso crime objecto do processo. A sua impronuncia tanto menos se justifica quanto essas mesmas provas pareceram sufficientes ao Juiz para autorizar a prisão preventiva decretada a fls.

Nada temos que lhes accrescentar. De novo só haveria a questão de competencia: Na appellação interposta pelo Ministerio Publico da sentença que absolveu os co-réus do recorrido suscitamol-a nos seguintes termos:

Nada é preciso accrescentar as razões de fls. que não foram contestadas, para justificar o recurso.

Devo entretanto, solicitar a attenção do Egregio Tribunal para a questão de competencia, que não foi suscitada, mas que lhe cumpre resolver precipuamente e que segundo me parece é a primeira vez que se lhe apresenta na hypothese dos autos.

Trata-se de crime de homicidio e roubo praticado na fronteira, previstos na Lei de 1 de Agosto de 1875 e no art. 5 do Codigo Penal, que o sujeitam a Lei e a jurisdição nacionaes.

Qual a Justiça competente para o processo e julgamento? A local ou a Federal?

A' primeira, affirma o Dec. 848 de 1890, dispondo no seu art. 15 § 1º "*Os crimes commettidos em alto mar a bordo de navios nacionaes, os commettidos nos rios e lagos que dividem dois ou mais Estados, nos portos, nas ilhas que pertencem á União, em geral nos logares de absoluta jurisdição do Governo Federal serão, entretanto, julgados pelas justiças locais, desde que não revistam caracter de crimes politicos.*

A' segunda affirma em opposição o Dec. 3.084 de 1898, reportando-se em nota a Lei de 75 e ao Codigo Penal. Mas nem aquella nem esta autorisam a affirmação. Limitam-se um e outro a estabelecer a competencia da justiça brasileira.

Se o caso fosse dos que se regem exclusivamente pelas Leis ordinarias, a questão estaria facilmente resolvida: Havia de prevalecer a competencia da Justiça local instituida pelo Dec. de 1890 contra a competencia da Justiça federal estabelecida no Decreto de

98 que, mera consolidação, promulgada pelo Executivo, não tinha e não tem o poder de revogar aquelle Decreto.

A materia é porém de ordem constitucional e assim para resolver qual dos dois actos deve prevalecer não é a sua efficiencia que havemos de consultar mas a sua conformidade com a carta Constitucional.

Por disposição expressa da Constituição a competencia da Justiça Federal no crime exceptuados os casos do art. 79 é restricta aos delictos politicos e as questões de direito internacional. Não se trata evidentemente aqui nem de crime politico nem tambem de caso regido pelo Direito Internacional, pois que o Codigo Penal no artigo citado subordina á Lei brasileira.

O facto é porém que a competencia criminal da justiça federal não ficou entre nós, como não ficou nos dois paizes que nos serviram de modelo a America do Norte e a Argentina, restricta a estes dois casos expressos na Constituição: As Leis e a jurisprudencia se viram forçadas a amplial-a progressivamente a muitos outros que não são de delictos politicos nem entendem com o Direito Internacional.

Nos Estados Unidos o principio regulador é o de co-extensão dos poderes politicos, segundo o qual entram na esphera da competencia da Justiça Federal todos os assumptos regidos por Lei do Congresso Federal.

Na Argentina, onde, como entre nós, se não pôde invocar esse principio porque a acção do Legislativo Federal é constitucionalmente mais extensa que a dos dois outros ramos do Poder Publico, estabeleceu-se que o Congresso Nacional promulgaria Leis especiaes sobre assumptos de interesse nacional e que as questões relativas a estes assumptos assim regulados por Leis especiaes cahiriam na competencia da Justiça da União.

Não podendo recorrer a nenhum dos dois principios — ao de co-extensão, que annullaria a Justiça local pois que, dada a unidade do direito substantivo, todas as materias são regidas por Leis federaes; a da especialidade do assumpto porque a nossa Constituição não contem disposição semelhante as dos arts. 67 e 100 da Const. Argentina; teríamos nós que — ou restringir a competencia federal aos dois unicos casos expressos na Constituição (e esta foi em começo a jurisprudencia do Tribunal) ou adoptar um criterio novo para consentir na sua ampliação, reputada indeclinavel, essencial a satisfação dos interesses nacionaes, a casos não previstos e que não podiam ser deixados ao arbitrio dos legisladores e Juizes.

Prevaleceu este alvitre:

Segundo as leis em vigor e antes que ellas o tivessem feito segundo a Jurisprudencia do Tribunal, ficou estabelecido que á ju-

risdição federal pertence o julgamento de todos os crimes que directa ou indirectamente interessam a fazenda ou a administração federal.

E' assim que a justiça federal processa e julga o contrabando, o furto, a moeda falsa, os crimes funcçionaes, o desacato, a desobediencia em varios outros delictos que não são politicos nem entedem com o Direito Internacional, mas dizem respeito áquella ordem de interesses ou serviços que á Autoridade Federal incumbe superintender e zelar.

No parecer que tive a honra de dar ao Tribunal quando se discutio um dos casos da applicação da Lei sobre os delictos de imprensa inquerindo se eram inconstitucionaes ás Leis que por tal forma ampliaram a competencia criminal das Justças e da União assim me pronunciei:

"Tem se entendido que não: porque ellas mais não fizeram do que declarar o que estava implicito na Constituição.

Estes casos interessam vitalmente a administração ou a Fazenda da União e a competencia da Justiça Federal para julgal-os deriva, não da lei ordinaria, mas do proprio regimen, que não admitte seja a defeza de tão altos interesses nacionaes entregue a outra justiça nacional.

E concluí:

"Temos pois que a competencia da Justiça Federal comprehende por força da Constituição: a) os casos expressos nos arts. 57, 59 e 60 acima indicados; b) os casos não expressos que interessam a administração e a Fazenda Federal."

Este principio está consagrado de modo expresso no art. 40 da Lei n. 4.780 de 1923: Nelle se inspirou o legislador ordinario na Lei n. 221, na Lei 515, na Lei 2.110 e nesta ultima citada; e não foi outro, nem podia ter sido o mero arbitrio, que tambem inspirou o Egregio Tribunal, quando, abandonando a primeira jurisprudencia, não só reconheceu, como tem reconhecido até hoje a constitucionalidade destas Leis, mas ainda as ampliou fazendo entrar na competencia federal outros delictos que as primeiras não mencionavam, como o furto, o damno, a desobediencia, etc.

Deste principio, entendo, se affastou o Dec. 848 quando no art. transcripto commetteu ás autoridades locaes o julgamento de crimes praticados em territorio extranho a jurisdição dos Estados, entregue, por motivo do mais elevado interesse nacional, ao dominio e governo da União; crimes que podem comprometter este interesse e dar ensejo a reclamação e conflictos internacionaes.

Tudo quanto respeita a policia, guarda a preservação das fronteiras é evidentemente de character nacional e ás autoridades federaes incumbe prover e decidir.

Esta foi certamente a razão por que entendeu o eminente consolidador das Leis federaes que não podia vigorar nessa parte o art. 15 do Decreto 848, que demais, segundo o não menos illustre ministro deste Tribunal — Costa Barradas, ficára revogado pelo artigo 60 § 1º da Constituição: “De sorte que hoje a competencia para conhecer daquelles casos cabe de direito ao Juiz Federal respectivo cuja jurisdicção se estende até onde chega a autoridade da União (Revista Forense I — 170).

O Egregio Tribunal em sua sabedoria decidirá como fôr mais acertado, estabelecendo a regra que se terá de observar da occorrença de outros casos semelhantes.

E o Tribunal deu-nos razão affirmando que o caso pertencia a competencia da Justiça Federal.

Districto Federal, 13 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.980 (25)

DEPENDE DE EXAME FICAR DEVIDAMENTE
APURADA A FALSIDADE DE UMA ASSIGNATURA.

E' de extranhar que se não tivesse mandado proceder a exame nas assignaturas lançadas nos documentos de fls. 15 e 16 afim de ficar devidamente apurada a falsidade de uma dellas. Igualmente extranhavel é que nenhum procedimento se tivesse intentado contra o funcionario da Caixa que autorizou o pagamento indicado no segundo daquelles documentos, com uma assignatura evidentemente diversa da do depositario, registrada no Estabelecimento para o devido confronto.

Admittida a existencia do facto criminoso, isto é, que a segunda retirada de 250\$000 foi feita por outro que não o proprietario da caderneta, o que me parece ficou dependendo daquelle exame, a responsabilidade do Appellante está claramente indicada pela circumstancia de se achar de posse da caderneta e de ter andado a offerecel-a em garantia de emprestimo ás testemunhas de fls. 26 e 35.

Districto Federal, 14 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

(25) Proferido na appellação criminal n. 955, Pernambuco — **José Marinho de Barros** versus **Justiça Federal**. — Relator, o Sr. Ministro **EDMUNDO LINS**. — N. da R.

Parecer n. 2.981 (26)

OPINANDO PELA CONFIRMAÇÃO DA SENTENÇA APPELLADA.

A ACÇÃO SUMMARIA ESPECIAL NÃO É MEIO IDONEO PARA ANNULLAR A IMPOSIÇÃO DE MULTAS FISCAES.

O objecto da presente causa, as partes nella interessadas, as razões e Leis invocadas, são as mesmas da appellação n. 4.787, já com dia para julgamento e que estará certamente julgada quando chegar a vez desta. A decisão que numa se proferir terá de ser repetida na outra, a menos que, homologando o nosso parecer, venha o Tribunal a decidir que não é a acção summaria especial meio idoneo para annullar a imposição de multas fiscaes. Não é de esperar entretanto que assim decida porque copiosa tem sido a sua jurisprudencia em contrario.

Assim.

De accôrdo com essa jurisprudencia e para poupar trabalho e evitar o risco de decisões contradictorias, seria talvez o caso de se mandar appensar esta nos autos do indicada appellação 4787, em que já emittimos parecer pela confirmação da sentença que condemnou os appellantes ao pagamento da divida ajuizada.

Districto Federal, 14 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.982 (27)

Tendo a appellante arrazoadado em 1ª instancia, são os termos abrir-se vista dos autos a appellada.

Districto Federal, 14 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

(26) Proferido na appellação cível n. 4.998, Districto Federal — **E. G. Fontes & Cia. versus Fazenda Nacional.** — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL. — N. da R.

(27) Proferido na appellação cível n. 5.025, Minas Geraes — **Juizo Federal e outra versus Comp. Anglo Sul Americana.** — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL. — N. da R.

Parecer n. 2.983 (28)

OPINANDO PELO INDEFERIMENTO DO PEDIDO
DE REVISÃO CRIMINAL.

E' de tal modo confusa a petição do requerente que não permite attinar com o fundamento deste pedido de revisão.

O que consta dos autos, segundo a narração das tres testemunhas ouvidas no summario a que respondeu o requerente, por denuncia do Ministerio Publico na comarca de Piranga (Estado de Minas Geraes) é que nos primeiros dias de Maio de 1920, intervindo numa lucta que por motivo frivolo se travara entre seu pae e Leodoro Bernardino, em casa deste, onde se achavam com outros reunidos para festejar um baptizado, o requerente vibrou-lhe tres facadas que lhe produziram a morte.

Pronunciado pelo despacho de fls. 30 que bem aprecia a prova e submettido a julgamento foi pelo Jury, em sentença confirmada pelo Tribunal da Relação do Estado, condemnado as penas do gráu maximo do art. 294 § 2º do Codice Penal.

Esta sentença está de accôrdo com a prova e com a Lei. Do traslado não conta que tivessem sido preteridas formalidades essenciaes.

E' portanto, caso de se indeferir o pedido.

Districto Federal, 21 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador-Gerál da Republica.

Parecer n. 2.984 (29)

OPINANDO POR NÃO SER CASO DE CONFLICTO
DE JURISDIÇÃO. NÃO HA DOIS JUIZES REPU-
TANDO-SE COMPETENTES PARA O MESMO NEGO-
CIO; NÃO HA DUAS DEMANDAS SOBRE O MESMO OB-
JECTO E ENTRE AS MESMAS PARTES SUBMETTIDAS
A JUIZES DIFFERENTES.

Basta ler a exposição do suscitante para que desde logo se tenha como certo que não é caso de conflicto, positivo. As informações prestadas pelos dois Juizes a fls. confirmam plenamente esta primeira impressão.

Não ha dois Juizes reputando-se competentes para o mesmo

(28) Proferido na revisão criminal n. 2.515, Minas Geraes — Petição-
nario, **Pedro Venancio Ferreira**. — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO
CUNHA. — N. da R.

(29) Proferido no conflicto de jurisdicção n. 657, S. Paulo — **Alfredo Colucci** versus **Juiz de Direito da 3ª Vara** e o **Juiz Federal**. — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO. — N. da R.

negocio; não ha duas demandas sobre o mesmo objecto e entre as mesmas partes submettidas a Juizes differentes.

A demanda por emquanto é uma só e um só o Juiz que se propõe julgar-a.

O Suscitante ha mais de 3 annos apresentou uma queixa crime no Juizo de Direito da 3ª Vara Criminal de São Paulo e deixou ficar parado o processo até hoje. Agora, entendendo que a Lei n. 4.780 de 27 de Dezembro de 1923 tranferiu da Justiça local para a Federal o julgamento do crime objecto daquela queixa (o que aliás não é verdadeiro) requereu que os autos fossem remettidos para o Juiz Federal e porque lhe fosse este requerimento muito juridicamente indeferido suscitou o presente conflicto.

De sorte que é um conflicto para o fim exclusivo de serem removidos do Juizo local, cuja acção foi provocada pelo proprio suscitante, para o Juizo Federal que delles não teve nem pretende ter conhecimento os autos de uma queixa crime, que nem siquer foi ainda jurada, e que o suscitante podia repetir perante a Justiça Federal, desde que lhe aprás variar de Juizo.

Não é esta evidentemente a funcção do conflicto de jurisdicção.

Districto Federal, 21 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.985 (30)

Requeiro que se requisitem informações e os autos do processo a que responderam o requerente e seus co-réus.

Districto Federal, 20 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.986 (31)

OPINANDO PARA QUE SE NEGUE PROVIMENTO
A APPELLAÇÃO.

O ESTADO NÃO RESPONDE PELOS DAMNOS
CAUSADOS POR FORÇAS REBELDES.

(30) Proferido na revisão criminal n. 2.519, Minas Geraes — Petitionario, **José Francisco de Oliveira**. — Relator, o Sr. Ministro **VIVEIROS DE CASTRO**. — N. da R.

(31) Proferido na appellação cível n. 5.022, Bahia — **Jesuíno Liberato Café e outros** versus **União Federal e outro**. — Relator, o Sr. Ministro **HERMENEGILDO DE BARROS**. — N. da R.

A RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO RESTRINGE-SE AOS DAMNOS RESULTANTES DE ACTOS DOS SEUS REPRESENTANTES NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO.

Os appellantes reclamam do Estado da Bahia e da União Federal uma indemnização de 965:057\$000 pelos danos que dizem ter soffrido com o abandono a que se viram forçados de suas casas e fazendas occupadas violentamente por insurrectos, que em 1919 se levantaram em armas contra a situação politica que vinha dominando o Estado desde o celebre bombardeio de 1912.

Não explicaram porém porque haviam de ser o Estado e a União que respondessem por estes danos e não os seus autores materiaes.

Não foram praticados por funcionarios ou representantes do Estado, por elle provocados, aconselhados ou favorecidos, mas antes por inimigos em armas contra as autoridades que representavam o Estado.

O Codigo Civil no seu art. 15, consagrando principios já asentados pela doutrina e pela jurisprudencia, restringe a responsabilidade das pessoas juridicas de direito publico aos danos resultantes de actos dos seus representantes no exercicio da funcção.

E a jurisprudencia uniforme e constante do Egregio Tribunal deixou estabelecido que "*O Estado não responde pelos danos causados por forças rebeldes.*"

Nem podia ser de outra forma; que attentatorio seria dos mais elementares principios de Justiça responsabilisar a victima pelos danos que na perpetração do crime, por ventura, contra terceiros, praticasse o delinquente.

A sentença de primeira instancia foi-lhes, como não podia deixar de ser adversa.

Recorrendo agora, pensam em preencher a lacuna dos seus anteriores arrazoados e esclarecem que — "*O Estado é responsavel porque cruzou os braços por occasião do assalto deixando de lhes garantir a liberdade e a propriedade no devido tempo*": a União porque "*interveiu para sustentar, garantir e tornar irreparaveis os effeitos do assalto, obrigando-se a não consentir que para alli voltasse os Appellantes, cobrinda os assaltantes com o manto da irresponsabilidade criminal e civil.*"

Os dois fundamentos se repellem, ou melhor uma das duas responsabilidades, oriundas de cousa diversas, absorveria necessariamente a outra. Se é o Estado quem deve responder civilmente pelo assalto, nenhum damno póde provir de que a União houvesse declarado livres de responsabilidade os assaltantes.

Mas consideremos o primeiro fundamento. Sobre a materia, isto é, sobre a responsabilidade resultante de omissões imputadas a autoridade administrativa no exercicio da função de assegurar a ordem juridica, temos escripto longamente em outras causas, occorrendo-nos de momento a da appellação civil n. 3.679.

Não precisamos entretanto, repetir aqui quanto então dissemos; basta considerar:

1º — que a imputação está em flagrante desaccôrdo com os factos narrados pelos Appellantes e não é verdadeira: Pois se o Governo do Estado cahiu em tal abandono e em tal fraqueza, que receiando pela sua propria segurança se viu na contingencia de solicitar o auxilio, a intervenção da União, como accusal-o de omissão culposa por não ter acudido com a força aos appellantes?

2º — os appellantes eram as autoridades, os representantes do Estado na região ameaçada. A elles é que incumbia organizar a resistencia, proteger a vida, e a propriedade dos seus jurisdicionados, assegurando a ordem juridica. Se faltasse a este dever, por impotencia ou pusilanimidade, preferiram fugir ante o invasor, não é curial que lancem a conta do Estado a culpa que é delles exclusivamente.

Quanto a União é ainda mais absurdo o fundamento do pedido.

Onde a prova de que ella interveiu para *“sustentar, garantir e tornar irreparavel os effeitos do assalto, obrigando-se a não consentir que para alli tornassem os Appellantes cobrindo os assaltantes com o manto da irresponsabilidade criminal e civil?”*

O que ninguem ignora é que solicitada nos termos do art. 6 n. 3 da Constituição pelo Governador do Estado, chefe politico dos Appellantes que se reconhecia impotente para dominar os insurrectos, deante dos quaes haviam debandado os Appellantes e seus outros correlligionarios, cahidos em profundo desprestigio, a União se limitou a prestar-lhe o concurso da força federal; e restabelecida a ordem logo se retirou, sem ter mais interferencia na politica e na administração do Estado.

Par justificar este novo caso de responsabilidade, *post factum* affirmam os Appellantes que o Governador Seabra com o placet do commandante das forças da União, celebrou com os adversarios um ajuste, segundo o quel estes ficariam livres de toda responsabilidade pelos crimes e depredações praticadas e elles appellantes, correlligionarios da vespera, seriam conservados em perpetuo degredo.

De sorte que segundo elles a União deve responder não porque tivesse mandado, aconselhado ou consentido no assalto das propriedades dos Appellantes; quando ella interveiu no Estado já tudo isto

eram factos consummados, e para que não proseguissem e se repetissem foi justamente que interveiu: Responde, deve responder porque está impedindo os autores de regressar aos lares abandonados e de reclamar os seus haveres dos malfetores que os tomaram e estão occupando.

Não indagamos, não interessa indagar se o Governador do Estado pactuou por esta forma com os insurrectos. Se o fez, a estes é que cabe reclamar, por se terem deixado embair com promessas incumpríveis.

Para tanto não tinha poder a propria Lei.

Se a unica razão que têm os Appellantes contra a Appellada é esta — de que os mantem “*em perpetuo banimento*” e “*não lhes consente recorrer aos Tribunaes para reclamarem o seu direito*” não vale a pena tomar o tempo com a refutação do seu pedido: Procede de um vão e pueril temor e tem por fundamento, um falso e absurdo pre-supposto.

Districto Federal, 21 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.987 (32)

Requeiro que se requisitem os autos do processo a que respondeu o Supplicante e que se peçam informações ao Juiz da execução, *remetendo-se-lhe a copia da petição*.

Devo notar desde logo que as cotas a lapis lançadas nesta petição, presumivelmente pelo Juiz que a encaminhou ao Exmº. Sr. Desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Pará, estão em desaccôrdo com as declarações do seu officio de remessa, em que declara nada ter oppor ao pedido.

Districto Federal, 5 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.988 (33)

O pedido não está devidamente instruido. Se o Exmº. Mi-

(32) Proferido na revisão criminal n. 2.516, Pará — Peticionario, **Thiago Antonio Martins dos Santos**. — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS. — N. da R.

(33) Proferido na revisão criminal n. 2.518, Districto Federal — Peticionario, **Candido Duarte do Nascimento**. — Relator, o Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI. — N. da R.

nistro Relator entender que é caso de requisitar o processo com informações: protesto dizer em vista dos autos.

Districto Federal, 5 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.989 (34)

A materia deste pedido tem sido já pòr tantas vezes e por tão varias das formas submettida a decisão do Egregio Tribunal que já não ha mais que dizer de novo a seu respeito.

Se entretanto, o eminente Sr. Ministro Relator entender de deferir á solicitação do requerente mandando appensar os autos de embargos, protesto por nova vista.

Districto Federal, 5 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.990 (35)

Se o Exm^o. Sr. Ministro Relator entender que é caso de deferir ao pedido, requisitando os autos do processo (ao que não me opponho) protesto dizer em vista dos mesmos.

Por emquanto nada provou o requerente que autorise as suas allegações.

Districto Federal, 8 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.991 (36)

As razões de fls. 31 respondem a nosso ver, cabalmente a im-

(34) Proferido na revisão criminal n. 2.513, Districto Federal — Peticionario, **Joaquim Augusto Gama**. — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO. — N. da R.

(35) Proferido na revisão criminal n. 2.512, Districto Federal — Peticionario **Salvador Mussiello**. — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA. — N. da R. 2 2

(36) Proferido na appellação civil n. 5.002, Bahia — **Wilson Sons & Cia, Ltd.** versus **Fazenda Nacional**. — Relator, o Sr. Ministro VIVEIROS DE CASTRO. — N. da R.

pugnação dos appellantes e demonstram que é de justiça a confirmação da sentença appellada. Nada temos que lhes accrescentar.

Districto Federal, 12 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.992 (37)

As razões de fls. 64 defenderam cabalmente a sentença appellada, demonstrando a improcedencia da critica que lhe fez a appellante. Nada ha que lhes accrescentar. Na impossibilidade de retorquir aos documentos que as acompanharam refugia-se a appellant na allegação de que são copias extrahidas sem citação da parte; esquece porém, que são copias officiaes, devidamente conferidas e authenticadas. Não se animou a contestar-lhes a veracidade, caso em que lhe seria facultado pedir a conferencia com os originaes.

Districto Federal, 12 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.993 (38)

OPINANDO PELA CONFIRMAÇÃO DA SENTENÇA APPELLADA.

As razões de fls. reproduzem as allegações articuladas nos embargos e que se tivessem sido provadas justificariam (não ha duvida) a absolvição do appellante. O facto é, porém, que não foram. Nestes autos só está provado que o Appellante applicou numa cambial uma estampilha de 50\$000 já servida e criminosamente remetida. Não existe prova de que fossem feitas diversas de resultado negativo na casa matriz e nas filiaes do appellante, nem de outra qualquer circumstancia que autorisem a allegação de boa fé.

A representação do commercio a fls. denunciando e avisando e divulgando o derrame de estampilhas falsas, longe de favorecer a defesa, serve par mostrar que o preposto do appellante estava pre-

(37) Proferido na appellação civil n. 5.009, Bahia — **Commercial Ibero Americana, Ltda. versus Fazenda Nacional.** — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA. — N. da R.

(38) Proferido na appellação civil n. 4.971, S. Paulo — **Banco Italo Belga versus Fazenda Nacional.** — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS. — N. da R.

venido não foi tomado de surpresa e portanto não tem em seu favor a pretendida boa fé.

Confirmando a sentença appellada por seus juridicos fundamentos fará o Egregio Tribunal a costumada justiça.

Districto Federal, 17 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.994 (39)

OPINANDO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO
DE REVISÃO CRIMINAL.

A fls. opinamos pelo deferimento do pedido.

Districto Federal, 30 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.995 (40)

OPINANDO POR NÃO SER CASO DE ACÇÃO
RESCISORIA.

Evidentemente não é caso de acção rescisoria, como allegam e demonstam as razões de fls.

Districto Federal, 30 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.996 (41)

Reporto-me ao meu parecer de fls.

Districto Federal, 30 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

(39) Proferido na revisão criminal n. 2.387, Minas Geraes — Peticionário, **Francisco Luiz Barbosa**. — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS. — N. da R.

(40) Proferido na acção rescisoria n. 43, Paraná — **Salvador Pepe versus União Federal**. — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS. — N. da R.

(41) Proferido na appellação criminal n. 916, Districto Federal — **Procurador Criminal e outros versus Justiça Federal**. — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS. — N. da R.

Parecer n. 2.997 (42)

OPINANDO PARA QUE SEJAM DESPREZADOS
OS EMBARGOS QUE SÃO DE MATERIA VELHA.

Os embargos são de materia velha e devem ser desprezados.

Districto Federal, 30 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.998 (43)

As juridicas e bem deduzidas razões de fls. justificam plenamente o recurso.

Districto Federal, 30 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 2.999 (44)

OPINANDO PELA REFORMA DA SENTENÇA
APPELLADA.

A UNIAO RESPONDE NÃO HA DUVIDA PELOS
DEPOSITOS FEITOS NAS CAIXAS ECONOMICAS FED-
DERAES, MAS RESPONDE SUBSIDIARIAMENTE.

O DEVEDOR NÃO E' A FAZENDA MAS A CAIXA
ECONOMICA.

As razões de fls. expõem o sufficiente para a reforma da
sentença appellada.

A União responde não ha duvida pelos depositos feitos nas
Caixas Economicas Federaes, mas responde subsidiariamente. O
devedor não é a Fazenda mas a Caixa Economica.

Assim tem decidido em casos identicos o Egregio Tribunal
occorrendo-nos de momento as Appellações civeis ns. 2.021 e 3.421.

Districto Federal, 30 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

(42) Proferido na appellação criminal n. 893, Districto Federal — **Waldemar Machado da Silva** versus **Justiça Federal**. — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS. — N. da R.

(43) Proferido no recurso criminal n. 508, Districto Federal — **Procurador Criminal** versus **Alfredo Naman e outro**. — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA. — N. da R.

(44) Proferido na appellação civil n. 4.822, Bahia — **União Federal e outra** versus **Eduardo Gomes dos Santos**. — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO. — N. da R.

Parecer n. 3.000 (45)

OPINANDO PELA HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA EXTRANJEIRA REQUERIDA.

O pedido está em termos, devidamente instruído e processado. Nada ha que oppor a homologação requerida.

Districto Federal, 30 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 3.001 (46)

OPINANDO PARA QUE SEJAM DESPREZADOS OS EMBARGOS QUE SÃO DE MATERIA VELHA JA' RESOLVIDA.

Os embargos são de materia velha, já apreciada e julgada não só nesta como em muitas outras causas semelhantes propostas com fundamento nos successos occorridos em Manáos no anno de 1910. Assim só ha que desprezal-os.

Districto Federal, 30 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

Parecer n. 3.002 (47)

Os embargos reproduzem materia já apreciada e julgada.

Districto Federal, 30 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

(45) Proferido na sentença estrangeira n. 820, Portugal — Requerentes, **Maria Margarida do Coração de Jesus e seu marido.** — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA. — N. da R.

(46) Proferido na appellação civil n. 2.332, Amazonas — **Juiz Federal e outra** versus **J. G. Araujo.** — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL. — N. da R.

(47) Proferido na appellação civil n. 3.961, S. Paulo — **S. A. "Usina Esther"** versus **Fazenda Nacional.** — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO MUNIZ BARRETO. — N. da R.

Parecer n. 3.003 (48)

As razões de fls. expõem quanto tinha a appellante que allegar contra a sentença appellada.

Districto Federal, 30 de Outubro de 1924.

A. Pires e Albuquerque,
Procurador Geral da Republica.

(48) Proferido na appellação civil n. 5.039, Ceará — **Juizo Federal e outra** versus D. **Francisca Botelho Nepomuceno e outros.** — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS. — N. da R.



O IMPOSTO SOBRE LUCROS COMMERCIAES

CONSULTA A LIGA DO COMMERCIO

Tendo em vista o art. 36 da Lei n. 4.230 de 31 de Dezembro de 1920, o Regulamento n. 14.729 de 16 de Março de 1921, artigos 9º, 11 e 21, o Parecer das Comissões de Finanças e de Legislação e Justiça da Camara dos Deputados publicados no "Diario do Congresso Nacional" de 14 de Outubro de 1921, a circular da Directoria da Despesa de 11 de Novembro de 1921, o art. 6º. da Lei n. 4.440, de 31 de Dezembro de 1921, o Regulamento numero 15.589, de 29 de Julho de 1922, a legislação tributaria e em particular o Codigo de Contabilidade e attendendo a que o commercio pagou o imposto sobre lucros commerciaes no anno de 1923, satisfazendo-o, em Abril, os que encerraram os seus balanços em 31 de Dezembro anterior e em Outubro os que o encerraram em 30 de Junho precedente, applicando-se as taxas aos lucros nelles accusados, pergunta-se:

Póde o Governo Federal cobrar do commercio o imposto de lucros commerciaes em Abril do corrente anno, como pretende e annunciou, allegando que exige desta fórma o imposto sobre os lucros accusados nos balanços encerrados a 31 de Dezembro de 1923, e que se trata, pois, de um imposto relativo ao exercicio de 1923, quando nenhum lançamento existe que corresponda a esta exigencia fiscal?

PARECER DO DR. RAUL FERNANDES

Tendo em vista a legislação referida na consulta e os factos ahi relatados, respondo pela maneira seguinte ao quesito proposto:

I — O imposto sobre lucros commerciaes teve seu ultimo assento legal nos arts. 6º da Lei n. 4.440 de 31 de Dezembro de 1921 e 1º n. 47 de Lei n. 4.625 de 31 de Dezembro de 1922. Esta ultima

revigorou esse imposto no anno financeiro de 1923, e a primeira lhe prefixára a base de arrecadação nos seguintes termos:

“A base para a arrecadação do imposto sobre os lucros commerciaes e da industria fabril e sobre os das profissões liberaes será a declaração do contribuinte relativa aos lucros liquidos verificados no anno immediatamente anterior”.

O Decreto n. 15.589 de 29 de Julho de 1922, expedido para regular a arrecadação e a fiscalização do imposto sobre a renda, levando em conta que na pratica do commercio nem sempre o anno social coincide com o anno civil, adoptou as providencias constantes das seguintes disposições:

“Os impostos... serão cobrados em Outubro e Abril de cada anno sobre o lucro liquido do anno social vencido em 30 de Junho e 31 de Dezembro antecedentes, de accôrdo com o consignado nos livros e documentos commerciaes...” (Art. 12).

“Quando o estabelecimento, de accôrdo com os seus estatutos, contracto ou qualquer outro instrumento tiver adoptado para encerramento dos balanços outras datas que não 30 de Junho e 31 de Dezembro, será o imposto cobrado dentro de quatro mezes posteriores ao encerramento do respectivo balanço”. (Art. 12, § 1º).

“Para a cobrança do imposto... o contribuinte apresentará á repartição arrecadadora declaração da importancia do lucro mediante guia em duplicata, de accôrdo com o modelo D. A declaração do lucro liquido verificado no semestre ou anno vencido será sufficiente para o lançamento e cobrança immediata do imposto”. (Art. 14).

Esse Decreto tem força de Lei, visto como foi approved pelo art. 154 da Lei n. 4.632, de 31 de Dezembro de 1923, nestes termos genericos:

“Ficam approveds todos os regulamentos para cobrança e fiscalização de taxas e impostos, expedidos em virtude de Decreto do Poder Executivo, até á data desta Lei”.

Aliás, essa mesma Lei n. 4.632 aboliu os impostos sobre lucros do commercio, da industria e das profissões liberaes, os quaes, por isso, deixaram de ser exigiveis no corrente exercicio de 1924.

II — Pretendendo o Ministerio da Fazenda cobrar agora o

imposto sobre lucros verificados nos balanços encerrados em 31 de Dezembro de 1923, a legitimidade dessa cobrança foi contestada sob o fundamento de que a Lei de impostos é annua, não podendo ser cobrados em 1924 tributos cuja percepção só foi autorizada em 1923.

A esta objecção retrucou o Governo sustentando que não pretendia senão cobrar dentro do *exercício financeiro* de 1923 uma obrigação fiscal contrahida pelos contribuintes no proprio anno de vigencia da Lei de Receita para 1923, o que lhe é lícito em face do citado Regulamento n. 15.589 de 1922 e dos arts. 27 e 29 do Código de Contabilidade, segundo os quaes o exercício financeiro se prolonga até 30 de Abril e abrange todas as operações relativas á Receita e Despesa autorizadas pela Lei do Orçamento, ou Leis successivas, dentro do anno financeiro, sendo empregado o periodo adicional, até 31 de Março, na realização das operações de Receita e Despesa orçamentaria que se não ultimaram dentro anno financeiro, e reservado o mez decorrente dessa data até 30 de Abril para a liquidação das contas do exercício.

III — A Associação Commercial de S. Paulo contestou a procedencia dessa argumentação invocando a disposição do artigo 36 do Código de Contabilidade, que só permite arrecadar no prazo adicional do *exercício financeiro* os impostos *directos* lançados regularmente dentro do anno financeiro, isto é, até 31 de Dezembro.

A cobrança dos impostos directos, entre os quaes se incluye o de renda, de que é modalidade o tributo sobre lucros commerciaes, depende de lançamento. Se no caso vertente o lançamento era de rigor até 31 de Dezembro de 1923, e não obstante foi omittido, então, diz o Secretario Geral da Associação Commercial de S. Paulo, terá occorrido o “não uso de uma autorização” legal e em virtude dessa omissão do Estado o seu direito á percepção do imposto “nem chegou a existir”. “Dizemos com propriedade que o direito do Estado ficou perempto”, affirma a seu turno o illustrado Dr. Saboia de Medeiros em brilhante parecer sobre a questão.

IV — Essa objecção, entretanto, não me parece decisiva.

Sem duvida, é impossivel cobrar impostos directos sem lançamento que individue o contribuinte e fixe a respectiva quota de contribuição. Toda a theoria a esse respeito assenta numa necessidade de facto.

Mas a meu vêr, isso não basta para resolver a questão, porque o prazo util para o lançamento sendo fixado até 31 de Dezembro por uma Lei ordinaria, qual é o Código de Contabilidade, podia legitimamente ser protrahido além dessa data por Lei subsequente, que se entenderia derogatoria da Lei anterior. Isto mesmo diz, por outras palavras, o Sr. Ministro da Fazenda, quando em officio de

28 de Abril deste anno á Associação Commercial de S. Paulo affirmar que o Regulamento de 29 de Julho de 1922 “estabeleceu a fórmula possível, deante da realidade das cousas, para a cobrança do imposto sobre os lucros verificados por balanço a 31 de Dezembro de 1923, determinando a revelação desses lucros nesse prazo razoavel, isto é, em Abril”. E’ esse regulamento, como já vimos e o Ministro accentúa, foi approved legislativamente em 31 de Dezembro de 1923.

V — Em minha desvaliosa opinião, o extincto imposto sobre lucros commerciaes, arrecadavel nos mezes de Abril e Outubro, nos termos do Regulamento n. 15.589, de 29 de Julho de 1922, pertenceu a cada anno financeiro em que se fez a arrecadação.

Prevaleceu no Congresso, como é sabido, a opinião de que os lucros preteritos não eram susceptiveis de tributação legitima, e que a Lei da Receita para 1921 só escapava á eiva de illegalmente retroactiva porque, comquanto mandasse proporcionar o novo tributo aos lucros apurados no balanço encerrado no fim do anno anterior, não taxava esses lucros em si mesmos, e sim a elles se referia tão sómente como a um *indice* ou *base* de arrecadação.

Na Lei da Receita para 1922, como já mostrámos em principio, se dispôz claramente que a *base* para a arrecadação seria a *declaração do contribuinte relativa aos lucros liquidos verificados no anno immediatamente anterior*.

O “anno immediatamente anterior”, é, e não podia deixar de ser, o *anno social*, e não o anno civil ou financeiro, visto que o balanço encerrado no fim de cada anno social é que póde revelar a existencia de lucros.

Dahi a fixação, pelo Regulamento, da época para arrecadação do imposto: em Abril, quando o balanço do anno social immediatamente anterior fosse encerrado em 31 de Dezembro; em Outubro, quando o balanço fosse de 30 de Junho.

Mas não só em Outubro, como tambem em Abril, o imposto lançado e arrecadado tinha como objecto os lucros presumptivos do anno em curso, ainda que em Abril o calculo se fizesse na base ou sobre os lucros apurados em 31 de Dezembro anterior.

VI — Todo o equivoco do Ministerio da Fazenda decorre da supposição de que o imposto arrecadado em Abril de 1923 e calculado sobre lucros verificados em 31 de Dezembro anterior, pertence ao anno de 1922 e não ao anno de arrecadação.

Este é o nó da controversia.

Parece que o equivoco corre por conta da defeituosa redacção do citado art. 12 do Reg. n. 15.589, nas palavras:

“Os impostos serão cobrados em Outubro e Abril de cada anno *sobre o lucro liquido do anno social vencido em 30 de Junho e 31 de Dezembro antecedentes...*”

O historico legislativo desta materia e a letra clarissima da Lei n. 4.440 de 1921 (cit. art. 6) não deixam subsistir a minima duvida de que o Regulamento não pretendeu fazer dos lucros do anno social immediatamente anterior *objecto do imposto*, antes os *conservou como base ou indice sobre o qual se calcularia o imposto*.

Se tal não fosse a verdadeira intelligencia do Reg. n. 15.589, este haveria revogado a Lei em ponto capitalissimo; o que é tanto mais inadmissivel quanto assim se reabriria precisamente a questão que a Lei quiz liquidar e que já embaraçara longamente a percepção do imposto sobre os lucros do commercio.

Accresce que o lançamento e cobrança de um imposto relativo a dado anno financeiro no mez de Abril do anno seguinte, isto é, até o ultimo dia do prazo addicional, não é compativel com o systema doCodigo de Contabilidade, que manda fazer os lançamentos até 31 de Dezembro e só proroga as operações de Receita e Despesa relativas ao exercicio financeiro *até 31 de Março*, reservado o mez de Abril, ultimo do prazo addicional, apenas para liquidação e encerramento das contas do exercicio.

Sem duvida, o Codigo de Contabilidade não é barreira intransponivel ao arbitrio do Poder Legislativo. Mas não é crível se quebrasse o systema por elle consagrado, quando, se se pensasse em cobrar normalmente no periodo addicional o imposto sobre lucros commerciaes, facil teria sido marcar para esse fim o mez de Janeiro, o de Fevereiro ou o de Março; o de Abril, não, pois isto equivalia praticamente a dilatar o periodo addicional do exercicio financeiro por mais de quatro mezes, e uma innovação desta transcendencia não era de ser feita obliquamente, em simples Decreto do Poder Executivo, posto em vigor sem ratificação legislativa, e só approvedo dezoito mezes depois da sua data e isso mesmo pela fórmula inexpressiva a que já alludimos.

VII — A contraprova da precedencia de quanto vem deduzido está na Circular n. 28, expedida pelo Sr. Ministro da Fazenda em 25 de Abril deste anno ás repartições arrecadadoras.

Determina-se nesse acto ministerial sejam lançados como divida activa da União no *dia 30 de Abril* os impostos sobre lucros commerciaes verificados em balanço de 31 de Dezembro de 1923 *e que não tenham sido pagos até 31 de Março do periodo addicional*, e bem assim se registrem nominalmente os devedores do imposto para os fins de cobrança neste exercicio como divida activa da União.

Ora, nenhum contribuinte, se fosse devido o imposto, estaria

em falta antes do dia 30 de Abril, ultimo do prazo fixado no Regulamento n. 15.589 (arts. 12 e 14), para o pagamento mediante guia declaratoria dos lucros accusados no balanço fechado em 31 de Dezembro.

Antecipando o vencimento da obrigação, aliás sem poder fazel-o, para 31 de Março, o Ministerio reconheceu a impossibilidade legal de cobrar até 30 de Abril de 1924 um imposto pertinente, em sua opinião, ao anno financeiro de 1923; isto é, reconheceu implicitamente que os impostos sobre lucros commerciaes cobrados em Abril de 1923 pertenciam ao anno da cobrança, e não ao de 1922.

Em conclusão:

Os contribuintes do imposto sobre lucros commerciaes no anno financeiro de 1923 foram lançados, ou deviam tel-o sido, em Abril e Outubro desse anno, na proporção dos lucros revelados pelos balanços, respectivamente, de 31 de Dezembro de 1922 e de 30 de Junho de 1923.

Se pagaram o tributo, nada mais devem ao fisco.

Se não pagaram, estão obrigados a titulo de divida activa.

A exigencia prescripta na circular n. 28 é contraria á Lei e infringe o proprio Reg. n. 15.589.

As medidas ahí ordenadas têm como resultado reclamar pela segunda vez um tributo que já foi pago, ou, se o não foi, já determinou a inscrição do contribuinte como devedor da Fazenda.

Rio de Janeiro, 14 de Maio de 1924.

RAUL FERNANDES.

*

* *

PARECER DO DR. JOSE' SABOIA DE MEDEIROS

EXPOSIÇÃO DOS FACTOS

Entre as fontes de Receita contidas na Lei do Orçamento para 1921 (Lei n. 4.230, de 31 de Dezembro de 1920), depara-se-nos, subordinada á rubrica "Impostos sobre a renda" (n. 46), a dos "lucros liquidos do commercio verificados em balanço". E o artigo 36 da referida Lei determinava:

"O Governo expedirá regulamento para a cobrança instituida por essa Lei com relação aos lucros liquidos dos commerciantes, verificados em balanço, organizado nos termos da legislação commercial, observando o seguinte: a) para a cobrança no exercicio de 1921.

servirão de base os balanços que forem encerrados da data desta Lei em diante, embora relativos a operações commerciaes realizadas no decurso de 1920.” (O mais agora não interessa).

Este Regulamento veio a ser o de n. 14.729, de 16 de Março de 1921, que comprehende as differentes cedulas do imposto sobre a renda, inclusive a de lucros do commercio verificados em balanço, e que, no tocante a esta, dispunha: “são considerados como lucros liquidos todos aquelles que, em cada balanço annual, ou de menor periodo, encerrado em 31 de Dezembro de 1920, em deante, forem distribuidos ou creditados aos proprietarios, socios commanditarios ou solidarios e interessados dos estabelecimentos commerciaes ou industriaes”. E mandava o art. 11 fossem cobrados esses impostos em Outubro ou Abril de cada anno sobre o lucro liquido do anno social (*sic*) vencido em 30 de Junho ou 31 de Dezembro antecedentes, de accôrdo com o verificado nos livros e documentos commerciaes. O Regulamento ainda contém uma disposição transitoria, a do art. 21, que reza:

“Para a cobrança do imposto sobre o lucro liquido dos commerciantes no exercicio de 1921, servirão de base os balanços que forem encerrados em 31 de Dezembro de 1920, em deante, embora relativos a operações commerciaes realizadas no decurso do mesmo anno”.

Contra a exacção deste imposto se levantou grande celeuma. Alguns pretendiam que inconstitucional era o proprio imposto: questão que agora não vêm a pêlo. Outros, que era inconstituconal, pois que retroactiva, a disposição que exigia em 1921 imposto sobre lucros auferidos em 1920 e accusados no balanço encerrado em data de 31 de Dezembro deste ultimo anno. E o Governo Federal não deixou de hesitar, tanto que suspendeu a cobrança e levou o caso ao conhecimento do Congresso Nacional. Alli prevaleceu o parecer muito acertado da Comissão de Finanças da Camara dos Deputados, da lavra do Deputado Antonio Carlos, cuja competencia nestas questões é notoria. Dizia a Comissão: “o imposto é o imposto classico sobre a renda commercial, e a *base para a sua arrecadação, o indice revelador da renda* (o italico é do original) ao envez de ser, como em outros paizes, a declaração do contribuinte, tem de ser, em cada exercicio financeiro, o balanço que, no decurso do mesmo exercicio, fôr encerrado, isto é, organizadp segundo os processos legaes, lançado e approved pelos interessados, refira-se, ou não, o lucro desse balanço a operações vindas do anno anterior”. (Diario do Congresso Nacional, de 14 de Outubro de 1924). “O fundamento da allegação, continuava o parecer,

decorria necessariamente do supposto de que a imposição *recaía* sobre operações commerciaes já consummadas e balanceadas, ao envez de se considerar, como está claro na propria Lei, que *não sobre elles incidia o imposto*, mas sim que apenas se erigia em base para cobrança futura, o lucro liquido constante do balanço em que ellas teriam afinal de corporificar-se, uma vez este encerrado e lançado no dominio da nova Lei”.

Antes de se pronunciar, a Comissão de Finanças solicitára a audiência da de Constituição, Legislação e Justiça, de cujo parecer convém relevar o seguinte passo: — “A maioria da Comissão pensa que, tendo sido o imposto criado na Lei de Orçamento e para reforçar os meios de supprir as deficiencias da Receita, o pensamento do Congresso foi o de basear a arrecadação e fazer a cobrança *segundo os lucros verificados em balanços fechados este anno*, ainda que resultantes de operações realizadas o anno passado. E’ talvez injusta a *presumpção* baseada em negocios feitos em situação commercial muito differente, tanto no interior, como no exterior, mas o pensamento do legislador foi o de estabelecer essa *presumpção legal* para a cobrança do imposto”.

Não obstante isto, o Governo se achou no direito de transigir, alterando pelo Decreto n. 15.081 de 28 de Outubro de 1921 a base para o calculo e a cobrança do imposto que passou a ser a *declaração do lucro liquido*, feita mediante guias em duplicata pelo commerciante, sujeita a apuração e verificação pelo fisco, que poderia, caso lhe duvidasse da fidelidade, exigir a apresentação do balanço e até o confronto com a escripta geral; e dispõe o § 2º do art. 1º que, no anno de 1921, “e para os balanços encerrados a 30 de Dezembro de 1920 ou em data posterior a esta, mas anterior a deste Decreto, a apresentação das guias será exigida no mez de Novembro”. E accrescentou, para adaptar quanto possivel a cobrança aos lucros reaes do anno, que “aos que basearam as declarações de lucro em balanços de 1920, se provarem, até 1º de Março proximo, que seus lucros commerciaes de 1921 foram inferiores aos daquelle anno, será restituída a importancia da differença. No caso contrario, indemnizará o contribuinte os cofres publicos”, mandando por isto o Regulamento que as importancias recolhidas figurassem em deposito para a immediata restituição das differenças recebidas a mais até a liquidação desta operação.

Em 11 de Novembro de 1921, a Directoria da Receita Publica expediu ás repartições arrecadadoras uma circular publicada á pagina 20.745 do “Diario Official” do dia seguinte, onde se declara, para execução do Decreto n. 15.018, ser facultado aos que basearem as declarações de lucros em balanços encerrados em 31 de

clara, para execução do Decreto n. 15.081, ser facultado aos que balanços das operações do anno, corrente, declarar os lucros que por esta fórma tiverem verificado, avaliando-se *os lucros correspondentes aos mezes restantes pelos mezes anteriores*. Não havia, pois, duvida de que se tratava de lucros relativos ao anno de 1921.

O art. 6º da Lei n. 4.440 de 31 de Dezembro de 1921 (orçamento para 1922), sancionou esta innovação, e estatuiu que a base para a arrecadação dos impostos sobre os lucros commerciaes e da industria fabril, e sobre as profissões liberaes seria a declaração do contribuinte, *relativa aos lucros liquidos verificados no balanço do anno immediatamente anterior*.

Nesse anno de 1922, porém, ao que estou informado, o Governo não procedeu á cobrança do imposto em Abril. O caso se explica: as declarações exigidas dos contribuintes em Novembro de 1921 haviam de comprehender, em relação a todos (porque de todos se exigiram), os lucros do anno inteiro; o pagamento em Abril de 1922 era de ser satisfeito pelos que houvessem encerrado os balanços em Dezembro de 1921; ora, adoptado o systema da declaração, o pagamento reclamado e effectuado em Novembro de 1921 abrangia, parte por verificação, parte por estimativa, a totalidade dos lucros do anno de 1921; e como não se fazia a distincção absolutamente necessaria entre criterio de avaliação e objecto do imposto, cuidou-se que exigir em Abril o imposto avaliado, medido, calculado pelos balanços encerrados em Dezembro de 1921 era taxar duas vezes o mesmo lucro, quando, entretanto, a Lei de Orçamento, que acabava de entrar em vigor, repetia que a base para a arrecadação era a declaração do lucro verificado no balanço do anno immediatamente anterior.

Para execução do art. 6º da Lei n. 4.440, baixou o Governo o Dec. n. 15.589 de 29 de Julho de 1922, cujo art. 14 determinava a fórma das declarações dos contribuintes, que deviam servir para o lançamento e a cobrança do imposto. Mas o modelo D que dava a formula das guias, por mello dos quaes se fariam as declarações, alludia ao lucro liquido verificado no *semestre* (confusão que já vem do Decr. n. 14.729), quando a Lei não cogita senão de lucros correspondentes a um anno; sendo a arrecadação feita em dous semestres, mas de *contribuintes differentes*, segundo os respectivos balanços annuaes se houvessem encerrado em Dezembro ou em Junho.

Em Outubro de 1922, fizeram-se pagamentos de lucros annuaes e tambem de lucros semestres, segundo informam. Finalmente em Abril e Outubro de 1923, realizaram-se pagamentos, calculados sobre os balanços encerrados a 31 de Dezembro de 1922 e 30 de Junho de 1923, justamente como preceituam Lei e Regulamento.

Agora, como se vê do Aviso-circular de 25 de Abril de 1924,

publicado no "Diário Oficial" de 26 de Abril, pretende o Sr. Ministro da Fazenda cobrar o imposto sobre os lucros verificados em 31 de Dezembro de 1923, segundo os balanços encerrados nesta última data. O mencionado Aviso determina se proceda á cobrança *como divida activa*, mas sem multa.

O que se quer saber é se, como divida de exercicio, ou como divida activa, esta cobrança é admissivel e legal, uma vez que, no orçamento vigente, o imposto foi extinto, creado para substituil-o o imposto global sobre a renda e a divida em cobrança (a saber o imposto sobre os lucros verificados nos balanços encerrados em 31 de Dezembro de 1923) não foi lançada no anno financeiro de 1923.

O OBJECTO DO IMPOSTO

Denuncia o historico supra que a allegação da inconstitucionalidade da cobrança, em 1921, do imposto calculado sobre os lucros accusados nos balanços encerrados em data de 31 de Dezembro de 1920, chegou a impressionar o Governo e o Congresso. E' o que resalta, quanto a este, de differentes votos declarados em seguida aos pareceres das duas Commissões parlamentares, e quanto ao primeiro das variações de criterio nos Regulamentos e da balburdia na cobrança. Sem embargo do parecer da Comissão de Finanças, o Governo dispensou a apresentação dos balanços, contentando-se com a declaração de lucros apresentada pelo contribuinte (Dec. n. 15.081 de Outubro de 1921); e a allusão do art. 1º ao lucro liquido verificado no semestre ou no anno vencido deixava perceber que o Governo concordava que os commerciantes, que houvessem encerrado os balanços *annuaes* em 30 de Junho de 1921, só devessem o imposto correspondente aos lucros de um semestre (o 1º de 1921), quando a Lei não cogitava disto, senão sómente dos lucros do anno commercial por inteiro; e ainda ulteriormente, accommodando-se com a resolução do Executivo, o Congresso Nacional, no art. 6º da Lei n. 4.440 de 1921, fallava, entretanto, de modo explicito em lucros *annuaes*. A distribuição da cobrança por dois semestres tinha explicação na pratica commercial, que nos depara mais communmente balanços annuaes encerrados uns em Dezembro, outros em Junho.

Esta coarctada com que se quiz tolher a cobrança do imposto, a meu vêr, não tinha fundamento nenhum. De que se tratava? — De lançar um imposto sobre os lucros commerciaes auferidos no decorrer de 1921. Claro que não se podia aguardar o termo do anno para a arrecadação do imposto, pois as rendas tributarias se destinam a provêr as despesas publicas do anno financeiro. E', pois, sempre necessario adoptar para a cobrança uma base uniforme e geral, a situação

economica do contribuinte em dado momento de tempo, sem sem attender ás modificações que vae soffrendo no decurso do periodo financeiro. E' o que se pratica em toda parte, e basta consultar um livro de vulgarização como o *Ruling Case Law vb. Taxation* para ahi verificar (n. 307) que "the basis of the assessment may be a state of facts which has ceased to exist, as in the case of a tax upon profits or income, *apportioned* according to the profits of a preceding year". E' o criterio que em toda parte se tem seguido no estabelecimento do imposto sobre a renda (*von Myrbach — Rheinfeld — Précis de droit financier*, pag. 200).

O caso é que o que se tributa não é a renda, o ganho do anno precedente senão o do proprio anno em que o imposto se cobra, *computado*, porém pelos beneficios verificados no anno anterior que lhe serve simplesmente de medida. Não se attentou, nessa impugnação, na distincção entre *fonte do imposto* e sua base de avaliação ou applicação (Wagner — *Science des finances*, tr. franc., vol. II, § 89, pag. 119). Aquella é a massa dos haveres, o acervo donde o contribuinte colhe a importancia necessaria para satisfazer o tributo; esta, o objecto na conformidade do qual o imposto se applica. E Wagner faz por isso notar o equivoco de certas denominações, como *imposto sobre o capital*, que tanto póde designar o que é deduzido do capital, como (e é o caso mais frequente) o que na realidade recahe sobre os rendimentos, mas é avaliado pelo capital.

Para que se veja quanto isto é exacto, basta lembrar que, segundo a Lei ingleza, cedula D, o imposto sobre os beneficios do commercio e da industria se afere pelos lucros dos tres annos que precedem a data da exacção (the average profits of the three preceding years ending on April 5th or on such day of the year immediately preceding on which the accounts have been usually made up).

Assim, no caso nosso, o *objecto do imposto*, a fonte donde colhido, era a propria renda do anno de 1921, mas avaliada, medida, computada para os effeitos fiscaes pela accusada nos balanços do anno anterior. Adverte *von Myrbach — Rheinfeld* (§ 56, D, p. 199) que este processo póde levar a resultados muito inexactos, maxime quando a renda cresce ou decresce de fôrma continua. Mas pouco importa o defeito tecnico do criterio escolhido, aliás generalizado, desde que a Lei o consigna e o torna obrigatorio.

Portanto, o imposto que se tratava de arrecadar e no final das contas se arrecadou em 1921 era um imposto do exercicio financeiro de 1921, fosse calculado pelos balanços do anno anterior ou pelas importancias constantes das declarações dos contribuintes. E assim, os impostos pagos no anno de 1922, como no de 1923, em Abril e Ou-

tubro, pertencem legalmente aos exercicios financeiros em que foram lançados e arrecadados.

Lobriga-se pela exposição dos factos que muitas irregularidades ocorreram nos lançamentos, como na arrecadação, o que não é de extranhar, em se tratando de imposto novo, de manejo complicado. Tem-se a impressão de grande desorientação de contribuintes e de exactores. Mas, em summa, se se trata de impostos, que foram lançados em devido tempo, e não foram satisfeitos, *tollitur quaestio*, porque esta renda passa como divida activa para os exercicios subseqüentes (art. 145 do Regulamento do Codigo de Contabilidade). Se se trata, porém, da falta de lançamento (e este é o caso quanto aos

lucros ultimamente verificados no encerramento dos balanços de 1923 a solução é outra como passo a demonstrar.

OBRIGAÇÃO DE IMPOSTO E DIVIDA DE IMPOSTO

Do ponto de vista administrativo se distinguem os impostos em *directos* e *indirectos*. Não corresponde esta dichotomia á conhecida bipartição economica dos tributos, mas se funda na technica administrativa adoptada para a arrecadação (Wagner Op. cit. II, § 98, p. 130). Os indirectos são os que se applicam a factos particulares, variaveis, transitorios e contingentes: *sello de actos e contractos*, transmissões de bens *inter vivos* e *mortis causa*, *nomeações*, etc. Directos são os que incidem em situações estaveis ou tidas por tal, sobre factos que se reiteram com certa regularidade e que em geral constam de cadastros, matriculas, registros, arrolamentos: os ganhos profissionais (lucros do commercio, da industria, das profissões liberaes), os resultantes da posse das cousas, sobre os productos e sobre a renda (Wagner, paragr. 92 e 43).

A divida de imposto, nestes casos, como o demonstra admiravelmente *Otto Meyer* (*Droit administratif*, II, § 26) não dimana da Lei que creou, nem do Orçamento que lhe autorizou a cobrança. Estas Leis criam regras de direito, estabelecem relações entre o Governo e a representação nacional, mas não criam a divida de imposto. No tocante aos impostos directos, esta divida nasce de uma dupla declaração da autoridade, que antecede a percepção. Essa que, na technica da nossa administração, se designa por lançamento, cista: a) — da relação nominativa dos contribuintes do imposto, e b) — da determinação da quantia que cada um está obrigado a satisfazer. O lançamento, que é precedido de pesquisas e averiguações, é um acto administrativo, e, no imposto directo, ensina *Otto Meyer*, este acto é *essencial*, é o elemento necessario que gera a divida do imposto. Antes d'elle, nem a divida pôde ser exigida, nem sequer paga volunta-

riamente. A característica dos impostos directos é que não são executórios senão em virtude de uma decisão desta natureza (pag. 207).

Mais detidamente esta questão é analysada por *von Myrbach — Rheinfeld* (Précis de droit financier, § 36, pag. 117 da ed. franceza), que distingue argutamente, de uma parte, o *direito do imposto* e a *obrigação de imposto*, que emanam da Lei e nella se fundam, e doutro lado a *divida do imposto* correlativa ao *credito de imposto*, que resultam sómente do acto administrativo pelo qual o Executivo, esteiado na Lei, depois de averiguar e apurar as condições de facto, a que se ha de applicar, relaciona os contribuintes e fixa a importancia da quota tributaria de cada um. “A obrigação de pagamento e o direito correspondente á prestação jámais se originam immediatamente da Lei, esta apenas crea o titulo, donde resultarão essas obrigações e esses direitos. A obrigação do imposto e o direito ao imposto não existem senão no momento em que as condições determinadas na Lei se produzem de facto. Mas, ainda nesse momento, não ha exigir a execução por uma *pessoa determinada* de uma *prestação determinada* em seu quantum”. As condições da criação da *divida do imposto* e, portanto, do *credito de imposto* são que se estatúa, por via de autoridade, em relação a que pessoa determinada, e em que medida, os requisitos legais se realizaram, e a *ordem de prestar* dirigida a essa pessoa na medida fixada e em prazo determinado (*von Myrbach — Rheinfeld*, pag. 117).

Esta não é nenhuma construcção juridica subtil e abstrusa. E’ o que de fôrma mais ou menos adequada e precisa ensinam todas as autoridades. Tome-se o livro eminentemente pratico de *BES-SON — Traité pratique des impôts cédulaires et de l’impôt général sur le revenu*, 3ª ed. de 1923, n. 641, pag. 507: “La première phase de la mise en recouvrement de la contribution foncière, de l’impôt général sus le revenu, et des impôts cédulaires consiste dans l’établissement du rôle ou état collectif de la créance de l’État contre les contribuables, dressé chaque année dans les directions départementales des contributions directes. Une fois émis et publié, le rôle constitue le titre exécutoire de la créance du Trésor”. (V. *Helly — Manuel des Impôts*. Paris, Dalloz, 1912, p. 8; *Ducrocq — Traité de droit administratif*, V, n. 398 da 7ª ed.).

Cooley (On taxation I, pag. 596), depois de caracterizar o *assessment*, que consiste, diz elle, “in the two processes of *listing* the persons, property, etc. to be taxed, and of *estimating* the sums which are to be the guide in an apportionment of the tax between them”, mostra quanto é o mesmo indispensavel, porque é “the frist step in the proceedings against individual subjects of taxation, and the *foundation* of all which follow it”. Ora, o que se segue o *assessment* é *the*

tax-roll, ou lista dos contribuintes com a notação da importancia da divida fiscal de cada um. "The subjects of taxation having been listed properly and a basis for apportionment established, nothing remains *to fix a liability* but to form the tax-roll or tax book, by extending either upon the original assessment-list, or upon a duplicate thereof, the several proportionate amounts as a charge against the several taxables. *Then, but not until then, will a liability for any particular sum fixed*". Não pôde desejar-se formula mais emphatica de inculcar um principio (V. tambem GOODNOW — *Droit adminstratif des E'tats Uns*, trad. franc., pag. 371 e segs.; *Blac. Income and other federal taxes*, 4 th ed., § 52).

O PRINCIPIO DA ANNUALIDADE E O LANÇAMENTO DO IMPOSTO

Ora, o lançamento se faz cada anno e ha de effectuar-se dentro do anno financeiro em que a arrecadação foi autorizada. Esta proposição decorre do principio constitucional do consentimento periodico dos impostos (O. MEYER, op. cit., II, § 27, p. 191), outorgado pela legislatura na Lei de Orçamento que é o acto periodico no qual, cada anno, se prevêm todas as despesas e receitas do Estado, e que contém, para todas as despesas, a *autorização* de as pagar, e, quanto a algumas, a *autorização* de as empenhar, e ainda a *autorização* de crear e arrecadar todas as receitas de impostos *permettre et recouvrer*), diz JEZE, a quem pertence esta definição (*Science des finances*, 6ª ed., 1922, p. 32).

O Dr. VEIGA FILHO em seu conhecido *Manual da Sciencia das Finanças* (p. 188 da 2ª ed.) recorda est'outra, concisa e exacta, dada em 1887 por uma commissão nomeada pelo Ministro Belisario: "o acto que ordinariamente autoriza o levantamento de meios (impostos e emprestimos) necessarios ao custeio dos serviços publicos e fixa as sommas applicaveis a taes serviços". Embora creado e regulamentado devidamente, o imposto que não estiver consignado na Lei de meios não pôde cobrar-se. Foi assim que, entre nós, deixou o fisco federal de exigir o imposto sobre apolices e embarcações, que por muitos annos figurou nos orçamentos da Republica. O principio deflue do que preceitua o art. 34, n. 1 da Constituição Federal, com declarar da competencia privativa do Congresso Nacional "orçar a Receita, fixar a Despesa *anualmente* e tomar as contas da Receita e Despesa de cada exercicio financeiro", e está explicitamente traduzido em Lei ordinaria (art. 27 da Lei n. 4.536 de 1922 e 133 do Decreto n. 15.783 do mesmo anno). O alcance deste preceito é que o Legislativo autoriza o Executivo a praticar os actos juridicos que dão origem ao credito do imposto a favor do Thesouro: verificação e liquidação dos direitos, redacção das matrizes e listas nominativas

(JEZE cit., p. 31). E se tal autorização cumpre que seja annualmente renovada, segue-se que só no periodo para o qual foi outorgada podem esses actos praticar-se. E' o que doutrina BESSON (p. 381 n. 506), deduzindo do principio mencionado as consequencias seguintes, quanto ao imposto de renda: 1º — les rôles de l'impôt général sur le revenu ne peuvent être émis pour une période supérieure à une année; 2º — ilds doivent être émis et publiés l'année à laquelle ils se rapportent; 3º — l'impôt global est établi d'après les faits existants au 1er janvier de l'année à laquelle il se réfère; 4º — cet impôt ainsi établi est dû pour l'année entière; 5º — chaque année doit être considérée bli est du pour l'année entière; 5º — chaque année doit être celle qui la suit". E o Manual de HELLY (n. 58, p. 12), menciona uma decisão do Conselho de Estado de França, que diz: "les rôles doivent être émis et en même temps publiés dans l'année à laquelle ils se rapportent".

Isto é entre nós Lei expressa. Dispõe com effeito o art. 9º da Lei n. 4.536, de 1922, que pertencem ao exercicio financeiro (que se estende até 30 de Abril subsequente ao termo do anno financeiro) sómente as operações relativas aos serviços feitos pela ou para a União e aos direitos adquiridos por ella ou seus credores dentro do anno financeiro. Veja-se bem: direitos adquiridos dentro do anno financeiro. Os principios juridicos não se proclamam e inculcam senão para se applicarem. Ora, conforme vimos, a *divida de imposto*, em se tratando de impostos directos, pessoaes, nominativos, depende da realização do acto administrativo pelo qual os agentes do Poder organizam a lista dos contribuintes do imposto e exaram definitivamente em relação a cada qual a importancia da respectiva contribuição; em summa, do lançamento (art. 142 do Dec. n. 15.783). Sem lançamento não ha divida de imposto a cargo do contribuinte; sem lançamento não ha credito de imposto em favor do Estado. Logo, sem lançamento, no que concerne a estes impostos, não ha direito adquirido pela Fazenda dentro do anno financeiro. Ora, se não ha direito adquirido dentro do anno financeiro, a renda de taes impostos não pertence ao exercicio financeiro; logo, não póde ser cobrada dentro deste. E se dentro deste não póde exigir-se, não póde tampouco arrecadar-se, dentro d'elle ou depois d'elle, como divida activa; porque esta suppõe o lançamento e cobrança dentro do anno financeiro e ao mesmo tempo a falta de pagamento dentro do exercicio financeiro. E' o que se conclue seguramente do art. 28 da Lei n. 4.536 e dos arts. 104, I, letra b e 145 do Decreto n. 15.783. E é preceito ha muito consagrado legislação do Brasil (Dec. n. 41 de 20 de Fevereiro de 1840, artigos 1º e 3º).

Esta conclusão está assim em harmonia com os principios,

com as explicitas disposições da Lei e com o systema geral a que ella se subordina. Assim como, após o anno financeiro, nenhuma despesa se pôde empenhar por conta dos creditos orçamentarios do anno, assim, vencido o anno, nenhum direito novo pôde o Estado *adquirir* relativo aos impostos creados por Lei para esse anno financeiro. O exercicio é o prolongamento do anno financeiro, destinado a coordenar os resultados definitivos e completos do anno (*Stourm — Le budget*, p. 118), e, accrescento, a ultimar a arrecadação dos impostos directos fundados em direito adquirido pelo Estado durante o anno financeiro. Este conceito está perfeitamente realizado na Lei que organizou o Codigo de Contabilidade (Lei n. 4.536). “O periodo adicional, dispõe o artigo 10, será empregado até 31 de Março na realização das operações de Receita e Despesa, *que se não ultimarem dentro do anno financeiro*; o daquella data até 30 de Abril na liquidação e encerramento das contas de exercicio”. A expressão *que se não ultimarem* envolve a idéa de uma operação que foi iniciada e não se pôde levar a cabo. Exclue por consequencia a de um lançamento novo, effectuado dentro do exercicio financeiro, ou melhor, no periodo adicional do exercicio financeiro, o que estaria em contradicção com o principio de que só pertencem ao exercicio financeiro, quanto á Receita, os direitos adquiridos dentro do anno financeiro (art. 9º). “Au cours des délais complémentaires de l’exercice, ensina STOURM, (pag. 114), il ne s’agit plus en effet d’exécuter des services; il s’agit seulement de liquider leur comptabilité”.

A pretensão de effectuar o lançamento do imposto do exercicio de 1923 quasi ao termo do periodo adicional é a subversão destes principios e tende a constituir para o imposto em questão um anno financeiro especial, de Junho a Junho, com duas épocas normaes de pagamento, Outubro e Abril; pois senão como poderia o Governo, dentro do mez de Abril, lançar, arrecadar e escripturar as quantias recebidas em todo o territorio do paiz, a titulo de imposto de lucros commerciaes, a tempo de poder encerrar as contas do exercicio até 30 de Abril, como dispõe o art. 10 da Lei n. 4.536?

Quid inde? A nossa Lei não prevê sobre o direito do Estado no caso de omissão de lançamento. Não ha que fallar em prescripção, porque esta suppõe credito do imposto, que nasce do lançamento. Este marca a data em que a prescripção dos impostos directos começa a correr. Como diz von Myrbach-Rheinfeld, “il ne s’agit pas, comme en matière de prescription véritable, d’anéantir une créance déjà existante; il n’existait encore qu’un titre en vertu duquel la créance aurait pu être acquise, et que l’on a négligé d’utiliser. Lorsque l’administration financière este restée un certain temps sans se servir de ce titre, l’acte administratif qui aurait du conduire à la naissance de la créance devient juridiquement impossible”.

Se se não trata, portanto, de prescrição, diremos com propriedade que o direito do Estado ficou *perempto*. (O. MEYER, paragrapho 29, pag. 239). Como outras legislações o fazem, a nossa não designa prazo especial em que se verifique esta perempção e decadência. Mas se não ha prazo maior prescripto em Lei, forçosamente o prazo se circumscreve ao de um anno, o anno financeiro, no qual foi autorizada a arrecadação e fóra do qual não se pôde crear a divida de imposto.

APPLICAÇÕES E CONCLUSÕES

Mas tratar-se-á de facto de omissão de lançamento? Ou melhor, é esta omissão o unico argumento que se oppõe á arrecadação pretendida?

O imposto sobre os lucros commerciaes relativo ao exercicio de 1923 havia de ser cobrado pelos lucros apurados em 1922, como o de 1922 pelos de 1921, e o de 1921 pelos de 1920. As reclamações do commercio originadas de uma noção errada, como se demonstrou, não induziram o Congresso Nacional a modificar a Lei.

Que Lei vigorou a respeito no decurso de 1921? — A de numero 4.230 de 31 de Março de 1920, art. 36, que ordenava:

“para cobrança no exercicio de 1921 servirão de base os balanços que forem encerrados da data desta Lei em diante, embora relativos a operações commerciaes realizadas no decurso de 1920”.

Que Lei passou a vigorar em 1922? — O art. 6º da Lei n. 4.440 de 31 de Dezembro de 1921, cujo preceito é este:

“A base para a arrecadação dos impostos sobre os lucros commerciaes e da industria fabril e sobre as profissões liberaes será a declaração do contribuinte relativa aos lucros liquidos verificados *no balanço do anno immediatamente anterior*”.

Como se vê, a base continuou a ser a mesma, com a só differença que, em vez de se exigir do commerciante a apresentação de seus balanços, impoz-se-lhe uma simples declaração, facultando-se, todavia, ao Fisco, se entrasse em duvida sobre a fidelidade da mesma, o direito de exigir a apresentação do balanço e até da escripta geral. Logo os impostos pagos em 1922 foram Receita de 1922, embora computado o imposto pelos lucros de 1921; e os satisfeitos em 1923 constituíram Receita do exercicio de 1923, se bem que calculados pelos lucros verificados em 1922. Logo, em 1924, extinto o imposto

e substituído por outro, já não é lícito ao Governo cobrar o velho tributo, não obstante avaliado pelos lucros verificados no ultimo balanço de 1923. No presente anno o imposto foi abolido. Ao Governo fallece autoridade para arrecadal-o. "The repeal of a tax law, diz COOLEY, puts an end to ail right to proceed to levy of taxes under it, even in cases already commenced, unless the right is reserved in the repealing statute; and statutory remedies for the enforcement of a tax gone when the statute is repealed without an express saving" Sómente isto se ha de entender com este temperamento que "when a tax system is revised, with a repeal of the former, it is safe to assume that the legislative intent is that the new enactment shall be of prospective force only, and shall not disturb *existing valid assessments*". (On taxation, cap. I, pag. 21).

Não se trata, dissemos, de omissão de lançamento do imposto relativo ao anno de 1923. O imposto pertencente a este ultimo anno financeiro foi lançado, arrecadado e satisfeito, salvo casos individuaes, que não interessam á questão. O que o Fisco intenta com a exigencia d'agora é corrigir com uma illegalidade as consequencias da confusão, da desorganização inicial, de que elle é o unico responsavel. E o erro da sua attitude bem se patentêa na Circular n. 28 (D. O. de 26 de Abril de 1924), em que manda lançar como divida activa da União, no dia 30 de Abril, na escripturação relativa ao periodo adicional, as importancias dos lucros declarados pelos contribuintes e proceder á sua cobrança no corrente exercicio como divida activa, dispensando as multas.

A divida activa é a que, lançada a crédito do Thesouro no anno financeiro, deixou de ser satisfeita dentro do exercicio. Como póde, pois, este imposto constituir divida activa para ser como tal cobrada no anno vigente, se não consta dos lançamentos de annos anteriores? (art. 145 do Dec. n. 15.783). E como se concebe uma divida activa, que nunca existiu sob fórma de imposto regularmente lançado e cobrado, uma divida activa sem multa, quando esta por Lei accresce automaticamente ao imposto, que não foi satisfeito nas épocas regulamentares de exacção?

Em conclusão: O imposto sobre os lucros commerciaes accusados nos balanços encerrados em 31 de Dezembro de 1923 não é devido. Não é devido, porque não foi lançado no anno financeiro de 1923. Não é devido, porque o imposto deste titulo, cuja arrecadação foi autorizada como Receita de 1923, foi na realidade lançado e cobrado, e em 1924, a Lei que o autorizára foi revogada; o imposto dei-

xou de existir e foi substituído por outro, que o Fisco se prepara para arrecadar no anno corrente, como divida, que é, do anno corrente.

Rio de Janeiro, 8 de Maio de 1924.

JOSÉ SABOIA VIRIATO DE MEDEIROS.

*
* *

PARECER DO DR. ALFREDO BERNARDES

I

A Lei orçamentaria da Receita n. 4.625, de 31 de Dezembro de 1922, para o exercicio de 1923, *inseriu* em a tabella IV, n. 46, do art. 1º —

o imposto sobre o lucro liquido do commercio, verificado em balanço,
— que *fôra creado* pela Lei orçamentaria da Receita n. 4.230, de 31 de Dezembro de 1920, para o exercicio de 1921, art. 1º, tabella IV, n. 46,—

— e *reproduzido* na subsequente Lei orçamentaria da Receita n. 4.440, de 31 de Dezembro de 1921, para o exercicio de 1922, art 1º, tabella IV, n. 45.

Desta arte, teve fiel observancia o principio geral de direito orçamentario, consagrado no art. 27 da Lei n. 4.536, de 28 de Janeiro de 1922, que organizou o *Codigo de Contabilidade da União*, e no art. 133 do respectivo regulamento, approvado pelo Decreto n. 15.783, de 8 de Novembro de 1922, e em virtude de que —

“a arrecadação da receita proveniente de imposto dependerá sempre da inserção deste na Lei de orçamento.—”

II

O regulamento, approvado pelo Decreto n. 15.589, de 29 de Julho de 1922, para a *arrecadação e fiscalisação do imposto sobre a renda* foi expedido *em virtude de autorização legislativa do § unico do art. 6º da cit. Lei orçamentaria da Receita n. 4.440, de 31 de Dezembro de 1921*, cujo dispositivo ordenára que servisse —

— DE BASE PARA A ARRECADACÃO DOS IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS COMMERCIAES e da industria fabril e sobre as profissões liberaes, A DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE, RELATIVA AOS LUCROS LIQUIDOS, VERIFICADOS NO BALANÇO DO ANNO IMMEDIATAMENTE ANTERIOR.—

Nesse alludido regulamento, o Poder Executivo estabeleceu o

processo, tanto para o LANÇAMENTO e COBRANÇA do imposto, como para a devida FISCALIZAÇÃO, pela seguinte fórmula:

1º) Quanto á COBRANÇA OU ARRECADAÇÃO do dito imposto, foi determinado que,

a) ella se effectuará em ABRIL e OUTUBRO de cada anno sobre o LUCRO LIQUIDO DO ANNO SOCIAL, *vencido em 30 de Junho ou 31 de Dezembro antecedentes.*

b) quando o ENCERRAMENTO DOS BALANÇOS OUTRAS DATAS *tiverem* que não as de 30 DE Junho e 31 de Dezembro, *se fará DENTRO DOS 4 MEZES POSTERIORES AO ENCERRAMENTO DOS RESPECTIVOS BALANÇOS, ou,*

c) *se o estabelecimento deixar de funcionar antes da época do pagamento do imposto, a respectiva COBRANÇA SE REALIZARÁ DESDE LOGO, (isto é, immediatamente), SOBRE OS LUCROS APURADOS ATÉ ENTÃO, (art. 12 e § 1º)—*

2º) Quanto ao LANÇAMENTO, *formalidade preliminar para a immediata cobrança* do mencionado imposto, o contribuinte *apresentará á repartição arrecadadora, mediante guia, em duplicata,*

a DECLARAÇÃO DO LUCRO LIQUIDO VERIFICADO NO SEMESTRE OU ANNO VENCIDO, (art. 14),—

Para evitar a *evasão do imposto e facilitar a fiscalização*, o cit. regulamento instituiu no art. 19 e seguintes do cit. regulamento,— a MATRICULA dos contribuintes sujeitos ao dito imposto sobre a renda, sendo

o dispositivo do art. 21 concernente á *matricula dos estabelecimentos commerciaes* cujas indicações, entre outras, deverá conter —

a) a *importancia do capital social, e*

b) a *época do encerramento do balanço annual.*

Por essa fórmula, as *repartições arrecadadoras ficaram* perfeitamente habilitadas pela *matricula* —

1º) a *conhecer* quaes os contribuintes, *sujeitos* ao imposto sobre lucros commerciaes, e as *datas* do encerramento de seus *balanços annuaes* e o *capital social* de seus respectivos estabelecimentos, afim de *impôr penalidades* aos que ou *deixarem de requerer* a matricula, ou *de pagar nas épocas regulamentares* o imposto sobre lucros commerciaes (arts. 24 e 61, letra a, c e d), e

2º) a *proceder ao lançamento do imposto, EX-OFFICIO, por meio de arbitramento*, na razão de 25 0/0 do capital da casa commercial, afim

de *promover a cobrança executiva do imposto, assim lançado a debito dos contribuintes infractores*, com o accrescimento da multa (art. 16 do cit. Decreto n. 15.589, de 1922).

Portanto, á vista do exposto, se conclue que

— a *matricula é INDICE para a fiscalização* do imposto e

o *lançamento*, mediante a declaração da parte contribuinte, é *FORMULA ESSENCIAL* para que surja a divida fiscal, e seja arrecadada á *bocca do cofre* ou *pelo competente executivo*.

Na relidade, o art. 142 do cit. *Codigo de Contabilidade* prescreve que

se diz *lançada a receita* quando a *repartição competente* apura a procedencia do credito do Estado e a PESSOA QUE LHE É DEVEDORA e PROCEDE Á RESPECTIVA ESCRIPTURAÇÃO A DEBITO DESTA e A CREDITO do *correspondente titulo ou rubrica do orçamento do exercicio em decurso*.

Esse *lançamento*, por se tratar de um *imposto directo*, como é aquelle que recahe sobre lucros commerciaes, — *deve ser feito dentro do anno financeiro*, isto é, até 31 de Dezembro, porque coincide com o anno civil (§ unico do art. 26 do cit. Cod. de Contab.), e, se não tiver sido arrecadado o imposto, assim lançado, até 31 de Março, do periodo adicional do *exercicio financeiro* (art. 26 do cit. Cod. de Contab.), *constituirá divida activa da União e transferida ao exercicio seguinte, afim de ser registrada e se proceder á sua cobrança immediata*, (art. 145 do Cod. de Contab.)—

São precisos e claros os termos do art. 36 do cit. Cod. de Contab., de modo a não deixar pairar duvida sobre a *época do lançamento do imposto dentro do anno financeiro*, ibi:

“*A receita lançada a debito dos contribuintes DENTRO DO ANNO FINANCEIRO pelos impostos directos, taxas e serviços industriaes e patrimoniaes, que não tenha sido arrecadada até 31 de Março do periodo adicional* constitue activo da União e figurará no balanço do patrimonio, sendo posteriormente liquidada pela fórmula prescripta no art. 145.”

Comparado esse preceito do cit. art. 36 com o do art. 136 do Cod. de Contab., nota-se, apenas, uma unica differença, quando a arrecadação tem por objecto os impostos *indirectos*, como por ex.: os de consumo, que, tambem, devem ser arrecadados DENTRO DO ANNO FINANCEIRO, se, porventura, a arrecadação se prolongar pelo periodo adicional, serão taes impostos levados ao orçamento do novo exercicio.

Eis o que dispõe o cit. art. 136:

O *prazo para a arrecadação dos impostos indirectos é circumscripto á duração do anno financeiro*.

Os *impostos dessa natureza arrecadados no periodo adicional serão sempre levados ao orçamento do novo exercicio*.

III

Determina o art. 12 do cit. Decreto n. 15.589, de 29 de Julho de 1922, que o imposto sobre lucros commerciaes deverá ser cobrado em *Outubro* e *Abril* de cada anno sobre o lucro liquido do anno social vencido em 30 de Junho ou 31 de Dezembro antecedentes.

Desse dispositivo legal, que é a regulamentação do art. 6º da cit. Lei orçamentaria n. 4.440, de 31 de Dezembro de 1921, se verifica o seguinte:

1º) que serve de base á imposição fiscal o *balanço*, ou encerrado em 30 de Junho ou em 31 de Dezembro, do anno social immediatamente anterior;

2º) que o *lançamento do dito imposto e concomitante cobrança* tem lugar, *normalmente*, em duas épocas, dentro do anno financeiro da Lei orçamentaria da Receita, em vigor.

Assim, na vigencia da Lei orçamentaria n. 4.625, de 31 de Dezembro de 1922, para o exercicio de 1923,

a) em *Abril de 1923* teve lugar o *lançamento e cobrança do imposto*, sobre a base do *balanço do anno social, encerrado em 31 de Dezembro de 1922*, e

b) em *Outubro de 1923*, egualmente se procedeu ao *lançamento e cobrança* do imposto sobre a base do *balanço do anno social, encerrado em 30 de Junho de 1923*.

Portanto, á vista do exposto, se conclue que

1º) versa o imposto sobre lucros commerciaes de um anno social, verificados em balanço, ou seja encerrado em 30 de Junho ou em 31 de Dezembro, ou em quaesquer outras datas, que não 30 de Junho ou 31 de Dezembro.

2º) que o *lançamento e cobrança á boca do cofre* sómente terão lugar em as duas épocas regulamentares, isto é, em *Abril* ou *Outubro*, justamente no anno financeiro de 1923, segundo a Lei orçamentaria n. 4.440, de 31 de Dezembro de 1922.

Nessas condições, exgotada como ficou, a *capacidade tributaria durante o anno financeiro de 1923* e referente aos lucros commerciaes do anno social, immediatamente anterior, não é mais possivel proceder a um *terceiro lançamento e cobrança* do imposto dentro do exercicio de 1923, isto é, no periodo adicional do mesmo anno financeiro de 1923, porque com os dous *lançamento e concomittante á boca do cofre* em *Abril* e *Outubro* desse anno financeiro de 1923, ficou exaurida a capacidade tributaria relativa ao imposto sobre lucros commerciaes.

Accresce que, no *periodo adicional* ao anno financeiro de 1923, não tem logar *lançamento* algum de imposto, mas, tão sómente, até 31 de Março, a realização das operações que não puderam ser ultimadas dentro do anno financeiro, e até 30 de Abril á *liquidação e encerramento* das contas de exercicio, como se póde ver das *Instrucções n. 124, do Ministerio da Fazenda, de 14 de Abril de 1924*, publicada no *Diario Official* de 15 de Maio corrente, para o pagamento das *dividas de exercicios findos* por conta do credito aberto pelo Decreto n. 16.326, de 19 de Janeiro de 1924.

Tambem, esse *lançamento e cobrança* durante o *actual anno financeiro de 1924, ex-vi* da Lei orçamentaria n. 4.783, de 31 de Dezembro de 1923,

não tem mais cabimento porque o imposto sobre lucros commerciaes não foi incluído em qualquer das TABELLAS da dita Lei orçamentaria de 1923 para o exercicio de 1924, e

portanto, não poderá ser arrecadado o imposto sobre lucros commerciaes, *ex-vi* do preceito do art. 133 do *Codigo de Contabilidade, ibi*:

“Exceptua-se desta ultima parte a receita proveniente de imposto, cuja arrecadação dependerá sempre da inserção deste na Lei do orçamento.”

E' este meu parecer *pro veritate*.

Rio de Janeiro, 28 de Maio de 1924.

Dr. ALFREDO BERNARDES DA SILVA.

*
* *

PARECER DO DR. LEVY CARNEIRO

Parece-me irrecusavel, que o imposto recae sobre os lucros commerciaes do anno em que é arrecadado, estimado, porém, pelo balanço relativo ao anno anterior.

“A base para cobrança, afim de sobre ella ser feito o respectivo lançamento” na expressão autorizada do eminente deputado Antonio Carlos — são os lucros do anno anterior, ou melhor ainda, o balanço do anno anterior. As Leis e os regulamentos successiveis consagraram este criterio para desvanecer a suspeita de retroactividade da taxação. O imposto de lucros ficou assim caracterizado, entre nós. Já o imposto predial, ainda que se o não considere modalidade do imposto de renda, era arrecadado, em cada exercicio, pelo lançamento anteriormente feito, que envolve a previa estimação da renda, do immovel taxado, no exercicio em que se faz a arrecadação.

Tem-se, porém, pretendido que, sendo assim no primeiro anno de cobrança do imposto sobre lucros, houve depois uma transformação, por força da qual o imposto passou a ter “por objecto” os lucros do anno anterior — em vez de os ter “por base de calculo”.

Não concebo que transformação de tal especie pudesse ter lugar, na continuidade da cobrança do imposto, sem que este fosse cobrado duplicadamente sobre os lucros de certo periodo. Assim, os lucros de 1921 fôram taxados “sobre a base” dos de 1920; mas, se pretende que, já em 1922, “o objecto” do imposto fôram os próprios lucros do anno anterior, isto é, de 1921 — é irrecusavel que estes lucros teriam sido tributados duas vezes, em dous annos consecutivos.

Por outro lado, se se reconheceu em 1920 que se não podiam tributar os lucros desse mesmo anno, mas sim os de 1921 em deante, como se poderia, em 1922, tributar os lucros de 1921? Porque se o imposto passava a ter “objecto” diverso do que tinha até então, em um novo imposto, uma nova modalidade do imposto, eivada de inconstitucionalidade que se procurara excluir do dispositivo da Lei de orçamento de 1921.

Attribue-se, no emtanto, o effeito de operar a transformação allegada, ao art. 12 do Reg. 15.589, de 29 de Julho de 1922. Esse dispositivo apenas reproduz o art. 11 do Reg. 14.729, de 1921, anterior, portanto, ao art. 6º da Lei n. 4.440, de 1921, em virtude do qual o Poder Executivo expediu o proprio Reg. n. 15.589, e que consagrou definitivamente a interpretação expendida pelo Sr. Antonio Carlos.

Dispoz o art. 6º da Lei da receita de 1921:

“A base para a arrecadação dos impostos sobre lucros commerciaes e de industria fabril e sobre as profissões liberaes, será a declaração do contribuinte relativa aos lucros verificados no balanço do anno immediatamente anterior”.

Não se póde admittir que o Regulamento derogasse esse dispositivo legal, de que emanou — nem o derogou o Reg. n. 15.589. Nem vejo collisão entre o art. 11 do Regulamento e o art. 6º da Lei. O imposto seria cobrado, realmente, *sobre os lucros do anno em curso*. Mas como se fixariam esses lucros? pela verificação real de taes lucros? não; tomando “por base” o balanço anterior, que abrangeria, quando muito, um semestre desse mesmo anno. Adoptando essa base, a Lei cobra o imposto como se fosse realmente, literalmente, calculado “sobre os lucros” do anno corrente.

Se eu compro agora um predio terei de pagar o imposto predial deste anno. E’ um imposto “sobre a renda deste anno” — tanto que não é o proprietario anterior quem o paga, mas sou eu, novo adqui-

rente. Mas, é calculado “sobre a base” da renda anterior, contemporânea do lançamento, talvez superior ou inferior á que eu, proprietário actual, estarei effectivamente percebendo.

Do proprio texto do art. 6º da Lei n. 4.440, transpondo-lhe apenas as palavras, resulta que — o imposto *sobre os lucros de cada anno tem por base* a declaração relativa aos lucros do *anno anterior*. E’ precisamente o que affirmei nas primeiras palavras deste parecer.

Nem mesmo conheço qualquer declaração official, contemporânea do Reg. de 1922, que lhe attribuisse a radical mudança de orientação, só agora, se me não engano, pretendida. Ao contrario, o proprio ministro que expediu esse acto, ainda mezes depois delle, em seu ultimo relatorio, de Novembro de 1922 dizia apenas: “Decorria ainda dessa obrigação que o lucro apurado no anno social vencido em Dezembro de 1920 seria a “base” para a incidencia do imposto” (Relatorio do Sr. Homero Baptista, pag. 527)”.

Não é evidente que o illustre Ministro não deixaria de accentuar, nesse passo, a mudança havida — se ella tivesse havido?

Ainda a Lei de orçamento vigente (n. 4.783, de 31 de Dezembro de 1923, art. 3º), determinando o calculo do imposto geral sobre a renda pelo sello das vendas mercantis, quando se trate de commerciantes e industriaes, manda que, mesmo nesse caso, a renda tributavel “será correspondente ás operações mercantis relativas ao semestre anterior”; e nas demais categorias, “os rendimentos liquidos tributaveis terão *para base* os realmente percebidos no *anno anterior do pagamento do imposto*” (art. 3º, § 3º, n. IV). Se se houvesse operado a transformação attribuida ao Reg. de 1922, porque se voltaria agora ao mesmo criterio do Reg. de 1921?

Nem seria curial que se tomasse *por objecto* do imposto os proprios lucros constantes do balanço apresentado, não exigisse a Lei a coincidencia do anno commercial com o anno civil — isto é, o encerramento de todos os balanços em 31 de Dezembro. Se o balanço não fosse apenas uma *base do calculo*, não deveria admittir a Lei — como admittiu — o encerramento de balanço em 30 de Junho, ou em qualquer outra data, abrangendo assim periodos de annos diversos. Isto é não se póde, ao meu vêr, pretender que a arrecadação de Abril de 1923 correspondesse a lucros do anno de 1923, porque os balanços de 30 de Junho abrangeriam parte do anno civil de 1922, e a correspondencia seria sempre incompleta em muitos casos. Logo — o balanço proporcionava, ainda agora, como em 1921, nos primeiros dias do imposto sobre lucros, apenas uma base para o calculo dos lucros de 1923, tributados nesse anno, sendo as respectivas taxas arrecadadas no decurso desse mesmo anno.

Afigura-se-me, assim, tambem indubitavel que a prestação do

imposto que seria arrecadado em Abril de 1924 — calculada, embora, sobre balanços de Dezembro de 1923 — constituiria renda do exercício financeiro de 1924, e não do de 1923.

A renda dessa verba, no exercício de 1923, formara-se pelas arrecadações de Abril e Outubro do anno de 1923, calculadas, a seu turno, sobre os balanços de 31 de Dezembro de 1922 e 30 de Junho de 1923.

Não se poderia incluir, porém, no exercício de 1923, uma terceira arrecadação semestral — de Abril de 1924. O conjunto orçamentario da receita daquelle exercício só poderia abranger as duas prestações semestraes, de Abril e Outubro de 1923; seria majoral-a, artificialmente, em detrimento do contribuinte, incluir nella a arrecadação de Abril de 1924.

Creio mesmo que a pretensão de effectivar semelhante inclusão só se ampara na circumstancia, meramente occasional, de ser a época regulamentar da prestação, precisamente a do ultimo mez do periodo adicional de liquidação e encerramento do exercício financeiro anterior. Se a arrecadação da primeira quota semestral fosse determinada pelo regulamento respectivo — não para Abril — mas para um dos mezes ultteriores do semestre — Maio ou Junho — estaria excluida a possibilidade de equívoco. Entretanto, a operação, embora effectuada no periodo adicional do exercício anterior, não se refere a esse, e sim ao novo exercício. No mez de Abril do anno corrente, podia-se, indubitavelmente, arrecadar impostos de 1923; mas, desde Janeiro — é por egual indubitavel — se arrecadam impostos do proprio exercício de 1924, e a este exercício pertencem as quotas do imposto de lucros, cobradas naquelle mez de Abril, sobre a base do balanço de 31 de Dezembro de 1923.

Ora, se o imposto de que se trata, cobrado nessa oportunidade, se teria de incluir na receita de 1924 — havia de se enquadrar na respectiva Lei orçamentaria do proprio exercício de 1924. A Lei de orçamento da receita é essencialmente, ao menos entre nós, uma Lei de impostos. Nella se fazem normalmente as alterações de regimen tributário. A criação e as modificações do imposto sobre lucros commerciaes se fizeram, todas, em Leis de orçamento.

O art. 133 do Reg. da Contabilidade Publica (Dec. n. 15.783, de 8 de Novembro de 1922) consagrou, assim, preceito irrecusavel, determinando, em termos precisos, que — a arrecadação da receita proveniente do imposto depende sempre da inserção deste em Lei orçamentaria — Na Lei orçamentaria do anno corrente de 1924, não mais ral de renda. Não ha como cobrar-o sobre os balanços de 31 de Dezembro de 1923, os quaes só poderiam servir de base dos lucros de

1924, para a arrecadação normal em Abril de 1924. Essa arrecadação caberia ao exercicio financeiro de 1924 — e o respectivo orçamento não a admittiu. *Sub-censura*.

Rio, em 21 de Maio de 1924”.

LEVY CARNEIRO.

*

* *

PARECER DO DR. DIDIMO AGAPITO DA VEIGA

“*Conceito Preliminar* — A consulta é restricta á apreciação da obrigação que possa existir para o commerciante de prestar o imposto sobre lucros commerciaes em 1923, e a faculdade de arrecadal-o até o termo do periodo addicional do exercicio de 1923, isto é, Abril de 1924.

Antes de tudo, não ha como ter uma regra expressiva e generalisada sobre o alcance do que determina o art. 1º n. 46 da Lei n. 4.625, de 21 de Dezembro de 1922, que estabeleceu esse tributo para 1923, tributo que se procura arrecadar até 30 de Abril de 1924, sem se apurar a extensão de principios fundamentaes applicaveis na especie.

O que significa a annualidade do imposto, consagrada no nosso direito financeiro constitucional?

O periodo addicional do exercicio póde ser considerado um prolongamento do anno financeiro para o effeito de nelle se realizarem as operações em que consistem a fixação e a exacção dos impostos directos?

O phenomeno da incidencia do imposto é ou não o que estabelece principalmente a situação do tributado para com o fisco e domina a actuação do direito deste sobre aquelle?

A incidencia nos impostos directos torna-se effectiva por meio do lançamento, quer segundo regimen estabelecido no Decreto n. 9.766, de 14 de Julho de 1877, quer noCodigo de Contabilidade (arts. 140 e 143 do Decreto n. 15.783, de 8 de Novembro de 1922), quer na Lei n. 4.625, de 31 de Dezembro de 1922. (Art. 31 ns. 5 e 6).

O fisco sómente adquire direito contra o tributado para a cobrança do imposto directo, por meio do lançamento; sem este é indeterminada a pessoa do tributado.

Annualidade do imposto directo — A Constituição do Imperio a estabeleceu, desde que fixou o periodo de um anno como tempo dentro do qual se podia fazer a repartição da contribuição directa (art. 15 n. 10) que constituia o mais forte motivo da reunião annual da assembléa geral legislativa (RODRIGUES DE SOUZA, Commentario,

pag. 132 do 1º vol.): a transgressão desse limite de tempo importava a carencia de fundamento para a arrecadação da contribuição directa, por ser ella devida cada anno e não perennemente: é ao que conduzia o conceito dos interpretes do texto constitucional (PIMENTA BUENO, *Direito Publico Brasileiro*, pag. 86).

A annualidade dos tributos é um dos elementos essenciaes da constituição financeira do congregado politico, por assentar nella o limite da faculdade imperativa de apropriar-se do producto do esforço e iniciativa economica dos que vivem sob a acção tutelar do Estado, esforço e iniciativa que, no conceito de Adam Smith, renovando-se cada anno, sómente nesse decurso de tempo, offerece a incidencia campo de actuação sobre o contribuinte assim como ao assento do imposto a materia tributaria; isto é, tudo quanto subtrahе á economia privada o fructo de sua capacidade productora de utilidades.

O anno financeiro não é, assim simplesmente, o trato de tempo de duração das estimativas e previsões da receita; antes, no conceito pacifico de constitucionalistas e financistas é considerado o periodo entre o direito do Estado de disciplinar a capacidade economica dos que vivem sob sua acção tutelar têm existencia e esta se irradica nas formulas dos intens da tributação a que o orçamento da receita imprime força juridica e além das quaes e da duração do periodo annual não é dado pretender emprestar vida aos impostos.

E' o que se deduz da lição dos commentadores do art. 34 § 1º da Constituição de 1891 (BARBALHO, *Commentario* ao cit. art.; CARLOS MAXIMILIANO, 2ª ed. n. 283; MILTON, *Commentario*, pag. 122) dos conceitos dos doutrinadores nacionaes (CASTRO CARREIRA, pag. 66; VEIGA FIHO, § 85; AMARO CAVALCANTI, pag. 527; ELPIDIO DE FIGUEIREDO n. 28) e de estrangeiros de reconhecida autoridade (GASTON JEZE, *Sciencia das Finanças*, 6ª ed., pag. 24; DUBOIS DE L'ETANG, *LE BUDGET*, n. 6; PAUL BOITAU, *De Budget*, n. 17; BESSON, *LE COTRODE DES BUDGET*, pag. 6; BOUCARD et JEZE, *Science des Finances*, vol. 1º, § 2º).

O anno financeiro, com esta feição accentuada de periodo de formação juridica dos factores da receita tributaria, não se póde protrahir além de 12 mezes. O nosso direito financeiro contém preceitos formaes nesse sentido, de modo a sómente prover por meio do periodo adicional á execução dos factos e actos, que entendem com a finança publica e que no decurso do anno orçamentario tiveram origem, mas não puderam ser completados.

A execução é que nunca se poderia alongar além do periodo adicional para o effeito da integração de sua existencia.

São estes conceitos os que se encontram consagrados nos actos que regulam a formação do exercicio financeiro, desde os arts. 3º e

6º do Decreto n. 41, de 20 de Fevereiro de 1840, até os arts. 27 *in fine* e 29 do Código de Contabilidade.

Só é arrecadável o imposto contemplado na Lei da receita.

No nosso mecanismo fiscal a doutrina preconizada foi sempre a que o direito financeiro francez consagrava em divergencia do inglez, do allemão e do italiano, que, embora creados em actos legislativos especiaes, os impostos sómente podem ser arrecadados quando contemplados nas autorizações da Lei da receita; ao passo que nos paizes indicados a arrecadação assenta no acto legislativo creador do imposto (GASTON JEZE, *LE BUDGET*, 6ª ed., pag. 207).

O Código de Contabilidade adoptou no art. 27 a doutrina anteriormente corrente sobre a faculdade de execução, tornando a arrecadação do imposto dependente da inserção do mesmo na Lei da receita, o que aliás não quer significar que, do facto dessa inserção, advenha logo ao fisco o direito de arrecadação.

O imposto directo não é, segundo a noção recentemente preconizada, o que deve recahir directamente sobre os que têm de supportal-o, conforme a noção de HELFERICH, (*Theoria Geral do Imposto na Collecção Schnonberg* ou no conceito de SCHALL (*Theoria do Imposto, na mesma collecção*) fazer recahir o tributo directamente *su quelli che dell'imposta si vuole siano gravati* — nos termos da versão italiana de Ludovico Euzebio; mas sim o que tem por assento situações permanentes e não factos e actos como se dá no imposto indirecto; dahi a necessidade de ser determinada a incidencia, e, como esta consiste na actuação do tributo sobre o contribuinte, firmar, com precisão, quando é este obrigado ao pagamento e quando assiste ao fisco a faculdade de arrecadação.

Desde as nossas mais antigas organizações dos tributos directos o lançamento constituiu o acto preparatorio e imprescindível á exacção; d'elle resulta a obrigação do tributado prestar a contribuição, pois era o lançamento que o avisava da taxa a pagar, do prazo, que lhe era dado para reclamar contra o dever de prestar a imposição e decorria do lançamento o mez em que devia realizar o pagamento e as penas a que ficava sujeito, se o não fizesse. (Decreto n. 97.666. de 14 de Julho de 1877).

Que no actual regimen de contabilidade o lançamento é o acto preliminar da exacção do imposto directo e fundamental da obrigação do tributado prestal-o, demonstra o art. 140 do Regulamento de Contabilidade, quando estatue que o lançamento, nos impostos directos, depois de votado o orçamento, constitue uma das phases da fixação da receita e no art. 143 declara ser o lançamento dos impostos directos feitos nos termos do art. 142, condição para a arrecadação, *por isso que o lançamento é que serve de base ao direito creditorio do*

Estado — indica qual a pessoa devedora do tributo, faz a escripturação, em a qual consagra o debito do tributado e o credito do Estado, de accôrdo, e em correspondencia com o titulo do orçamento da receita, onde está inscripto o imposto (art. 142 do Regulamento do Codigo de Contabilidade).

Sem o lançamento não estão, portanto, segundo a legislação vigente, determinados e inscriptos o direito creditorio do Estado e a obrigação de o tributado prestar a contribuição.

Na ausencia do lançamento, não ha como justificar o proposito de cogitar de arrecadação.

Se o lançamento deixar existir, por já não ser possivel realiz-o no anno financeiro, o tributo não pôde ser cobrado.

Pretender levar a effeito o lançamento no periodo adicional de um exercicio é desnaturar a indole dessa phase da gestão financeira, que apenas tem por fim o complemento de operações de exacção e pagamento, presuppondo as primeiras já completo o lançamento.

Autorizar essa operação no periodo adicional excede a faculdade do executor do orçamento da receita; esta se presume estar completa e acabada em todos os seus factores componentes, quando se abre o periodo adicional.

Sem dispositivo expresso de Lei, que declara prorogado, até Abril seguinte, o anno fiscal, para o effeito do lançamento, não ha como tentar apoiar na lição dos doutrinadores e no direito estrangeiro o conceito que o lançamento, não sendo condição para o exercicio do direito de arrecadar o imposto constante da Lei da receita, mas um simples expediente de administração, que em nada affecta a substancia do direito de arrecadar os impostos directos pôde ser feito no periodo adicional do exercicio, até 31 de Março, quando a doutrina, que deixamos expendida, corroboram autoridades do valor de Otto Mayer, Hauriou, Myrbach, Wagner, Cooley e outros que reputam o lançamento (*1^a cotisation — the assesment*) medida preliminar essencial á exacção do imposto directo.

O primeiro expende estes conceitos preciosos: “Le recouvrement des impôts direct est précédé d’une procédure dont le but est d’assurer l’application exacte de la règle d’imposition au cas individuel. Il y a là un travail d’information. Le resultat de ce travail est la cotisation, la constatation de la dette d’impôt reconnue. Au point de vue de la science des finances, la cotisation est considérée comme le terme matériel des recherches et calculs effectués par les bureaux de contributions; Juridiquement elle est l’acte d’autorité qui déclare la dette et qui est destiné à être notifié au débiteur. (Droit Administratif Allemand, vol. 2^o, pag. 201).

M82(3ce, (Précis de Droit Financier, pg. 117) não é menos

explicito: "*L'obligation á l'impôt ne donne encore par elle-même aucun droit de faire exécuter le droit corresponant. Auparavant, il faut établir par voie d'autorité á l'égard de quelle personne déterminée et dans quelle mesure les conditions légales que sont réalisées, et il faut donner á cette personne déterminée l'ordre de prester dans la mesure ainsi établie et pour un terme légalement déterminé. Lorsque cette ordre a été portée á la connaissance de la personne, elle est obligée d'accomplir la prestation dans le délai imparti, de telle manière que, en cas d'omission, l'exécution peut et doit être obtenue par contrainte. Jusqu'à ce moment, la question n'est pas tranchée de savoir si une personne déterminée doit être contrainte d'accomplir une prestation, et dans quelle mesure elle doit l'être.*"

Raul-Wagner, na versão italiana de Maggiorino Ferraris e Giovanni Bistolfi (pag. 773) — emittem estes conceitos:

"I ruoli d'imposte, le liste dei contribuenti, sono gli elechi ufficiali che recono i nomi dei soggetti dell'imposta coll'indicazione del debito da ognuno. Hanno luogo solprattutto nei casi delle imposto dirette e in alcune di esse equivalgono ad estratti dei catasti".

Base legal do imposto — O imposto sobre lucros commerciaes consta da Lei n. 4.625, de 1922, o que estabeleceu uma situação favoravel ao fisco para a exacção do tributo até 1923 (31 de Dezembro).

Depois dessa data só poderia ser arrecado no periodo addicional o imposto sobre os lucros commerciaes, lançado em 1923; no periodo complementar de operações e de liquidação do direito achar-se-ia deslocado por não ser de facto a ultimação, a integração de uma operação de receita, que não se houvesse realizado no decurso do anno orçamentario. O lançamento não é operação complementar, mas preliminar e previa da exacção da receita oriunda dos impostos directos.

O art. 10º do Regulamento do Codigo de Contabilidade o estatue, literalmente, e já se encontrava consignado o principio, com especialização e discriminação, nos arts. 4º, 9º e 10º do Decreto n. 10.145, de 5 de Janeiro de 1889, expedido em virtude da autorização contida na Lei n. 33.396, de 24 de Abril de 1898 (Art. 9º).

Consectario necessario — Não estando regularmente estabelecido o direito do fisco a arrecadar o imposto directo sobre lucros commerciaes de 1923, por não haver tido logar o lançamento, que é a base da cobrança do imposto (art. 31 n. 6 da Lei n. 4.625, de 31 de Dezembro de 1922, Regulamento do Codigo de Contabilidade, no art. 140 letra b e 142) não ha de onde provir o expediente de ser, até o fim do mez de Março de 1924, pago como divida activa.

Esta presume a obrigação de prestar o contribuinte o imposto e o direito do Estado arrecadal-o; fóra do prazo em que como tributo

podia ser arrecadado, divida activa é a caracterizada no preceito claro do art. 10 do Decreto n. 16.145, de 5 de Janeiro de 1889, e nos arts. 36 e 145 do Regulamento de Contabilidade.

Se não foi lançado em 1923 não pôde ser, até Março, como divida activa fundada em direito de exacção tributaria, que não existia e o exercicio desse direito é de natureza restricta.

Accresce que só é divida activa a receita não arrecadada até 31 de Março, e transportada para o exercicio seguinte.

The method prescribed by statute for the collection of revenue *is in general exclusive* — conceitua, com profundo apreço da especie, Cooley on Taxation, vol. 2º, pag. 829.

Já á pag. 597 do 1º vol. desse exhaustivo tratado, depois de haver á pag. 596 especificado em que consiste o lançamento (assessment), doutrina nestes precisos termos: E' obviamente indispensavel um lançamento quando os impostos devem ser cobrados em virtude de um valor determinado; sem o lançamento os impostos não têm nenhuma subsistencia e são nulos.

Diz o trecho original de Cooley: An assessment, when taxes are to be levied upon a valuation, *is obviously indispensable*. It is required as the first step in the proceeding against individual subjects of taxation, and is the foundation of all which follow it. *Without an assessment they have no support, and are nullities*. Accrescenta ainda Cooley: The assessment is, therefore, the most important of all the proceedings in taxation.

Um ponto precisa ser previamente esclarecido.

São lucros commerciaes os proventos liquidados verificados no balanço do anno, immediatamente anterior, que o commerciante declarar.

E' a summula do art. 6º da Lei n. 4.440, de 31 de Dezembro de 1921, que o numero 46 da Lei de 31 de Dezembro de 1922 confirmou, *in fine*, e que foi reproduzida, quasi literalmente, da Lei franceza de 25 de Junho de 1920.

Esta sujeita ao imposto os lucros realizados no anno anterior demonstrados com os balanços encerrados em 31 de Dezembro ou nos 12 mezes precedentes ao ultimo balanço, no caso de não se este encerrado naquella data (art. 1º da Lei citada: Haas et Montaux, les impôts en France, pg. 16; Mercier et Ballot, Manuel des Contribuables, pgs. 49 e 54).

A nossa Lei calculou as cifras dos proventos commerciaes por um processo indiciario, qual o estabelecido no art. 6º da Lei n. 4.440, de 31 de Dezembro de 1921; não ha como arredar esse criterio, desde que foi abandonado o do art. 36 letra a da Lei n. 4.230, de 31 de Dezembro de 1920, expressamente revogada e com ella o processo avaliativo substituido pelo indiciario.

Conclusão — Os proventos do commercio como os da industria fôram tributados como figura da renda nos regimen do *income tax* inglez de Lloyd George, cedula D; no americano de 13 de Outubro de 1913, Seligman — the Income Fare, pg. 677 a 678 pg. 19; no italiano da riqueza movel, cedula B; no de Caillaux de 1911 e no da Lei franceza de 1920; no nosso desde a Lei de 31 de Dezembro de 1920.

A supprimir-se o lançamento a figura do tributo directo sobre a renda se deformará mórmente a prevalecer a noção que o direito do Estado se exercita á *proporção que os proventos forem surgindo no decurso do anno financeiro*.

Affigura-se-me preferivel á affirmação do nosso conceito tradicional, sobre a incidencia, materializado no Decreto de 1877 e nos dispositivos do Codigo de Contabilidade com os seus effeitos naturaes. E' o que penso. S. M. J.

Rio, 22 de Maio de 1924".

DIDIMO AGAPITO DA VEIGA.

*

* *

PARECER DO DR. MIRANDA JORDÃO

Pergunta a Associação Commercial de S. Paulo se é devido no corrente anno o antigo imposto sobre os lucros commerciaes, relativo aos lucros apurados nos balanços encerrados em 31 de Dezembro de 1923.

Resalvando a nossa opinião quanto á inconstitucionalidade do antigo imposto sobre a renda, já por nós discutida, com apoio no Direito, Doutrina e Jurisprudencia patrios, mas até hoje sem solução definitiva por parte do Egregio Supremo Tribunal Federal, e sem entrar naquella apreciação, offerecemos em resposta á consulta o seguinte parecer em separado:

O orçamento é incontestavelmente uma Lei annua. Tal é o principio constitucional contido no paragrapho 1º do art. 34 da Lei Basica da Republica, que ainda para evitar os abusos do Poder determinou no paragrapho 30 do seu art. 72:

“Nenhum imposto de qualquer natureza poderá ser cobrado senão em virtude de uma Lei que o autorize”.

Firmados esses dois principios cardeaes, passemos a examinar a materia em questão:

A Lei 4.625 de 31 de Dezembro de 1922 que orçou a Receita Geral da Republica para o *exercício de 1923* *dispoz* no art. 1º:

A Receita Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil é orçada em 82.859:055\$000, ouro, e 721.525:500\$000, papel, e a destinada á applicação especial em 14.727:265\$000, ouro, e em réis 58.499:500\$000, papel, que serão realizados com o producto *do que fôr arrecadado dentro do exercício de 1923*, sob os seguintes títulos: Receita ordinaria I... — Renda dos Impostos I...

Na discriminação da Receita Ordinaria, nos ns. 42 a 50 desse art. 1º, orçou o legislador as diversas cédulas do imposto sobre a renda, entre as quaes figuram sob ns. 46 e 47 os impostos sobre lucros liquidos da industria fabril e os do commercio, orçados respectivamente em 7.200:000\$000 e 38.000:000\$000.

Esses impostos já vinham consignados com identicas estimativas, nas Leis Orçamentarias anteriores para os exercicios de 1921 e 1922, ou sejam as Leis n. 4.230 de 31 de Dezembro de 1920 e n. 4.440 de 31 de Dezembro de 1921.

Como se procedia á arrecadação desses impostos?

Havendo surgido durante o anno de 1921 diversas interpretações sobre a maneira pela qual se deveria proceder á respectiva cobrança, foi incluída no Orçamento da Receita para o exercício de 1922 a seguinte disposição que se converteu no artigo 6 da Lei 4.440 de 31 de Dezembro de 1921:

“A base para a arrecadação dos impostos sobre os lucros commerciaes e da industria fabril e sobre as profissões liberaes será a declaração do contribuinte, relativa aos *lucros liquidos verificados no balanço do anno immediatamente anterior*.”

Paragrapho unico — O Poder Executivo expedirá regulamento em o qual estabelecerá as precisas providencias, afim de assegurar os interesses do fisco em os casos nos quaes a declaração não exprimir a verdade dos lucros realmente verificados”.

Ficou assim bem claro que os lucros liquidos verificados no balanço do *anno immediatamente anterior* serviam de base para a arrecadação dos impostos sobre os lucros commerciaes e da industria fabril respectivamente orçados para cada exercício.

Assim, applicando esse dispositivo ao caso em espécie: os lucros liquidos que fossem verificados nos balanços de 1921 é que iam servir de base para a arrecadação desses questionados impostos orçados para o exercício de 1922 e, portanto, para a arrecadação desses mesmos impostos no exercício de 1923 deviam servir de base os balanços de 1922.

Do mesmo modo seriam cobrados para o exercício de 1924 os lucros liquidos verificados nos balanços do anno immediatamente an-

terior, isto é, de 1923, se na Lei Orçamentaria para a Receita do corrente exercicio tivessem sido expressamente mantidos aquelles impostos.

Ora, a Lei n. 4.783 de 31 de Dezembro de 1923, que orçou a Receita Geral da Republica para o exercicio de 1924, supprimiu essas taxas denominadas nas Leis Orçamentarias anteriores: impostos sobre a renda dos lucros liquidos do commercio e da industria fabril, e em seu logar e no de outras cédulas, orçou no n. 50 do art. 1º o imposto geral sobre a renda para o corrente exercicio de 1924, determinando no seu art. 3º a sua especificação e a maneira pela qual se deveria proceder á sua arrecadação, autorizando ainda no seu paragrapho 12 o Poder Executivo a expedir o regulamento para a execução do disposto nesse mesmo artigo, isto é, do imposto geral sobre a renda.

Não será por demais lembrar, desde já, que esse imposto geral sobre a renda havia sido creado pelo art. 31 da Lei n. 4.625, de 31 de Dezembro de 1922, como aliás expressamente o reconhece esse mesmo art. 3º da Lei actual da Receita.

Posta a questão nesses termos, evidente se torna que nada mais natural que procurarem os negociantes, industriaes e mais pessoas das outras classes tambem interessadas no assumpto, saber se devem ou não pagar no corrente anno o imposto ora abolido, pelo Congresso Nacional, mas tendo em vista os balanços encerrados em 31 de Dezembro do anno passado.

E a questão tomou maior vulto, produzindo agitação no seio das respeitaveis associações de classes, porque diversos agentes fiscaes procuraram desde logo proceder á cobrança desse imposto no corrente anno financeiro, sob o fundamento de se encontrarem ainda não dentro do anno, mas do exercicio financeiro de 1923, que irá até o dia 30 de Abril proximo futuro.

Dahi a recrudescencia do movimento com as discussões travadas, os pareceres dados, as opiniões trocadas, os artigos publicados em jornaes e revistas e a série de representações dirigidas ao Governo da Republica pelas numerosas associações commerciaes de todos os Estados, das suas principaes cidades, no uso, gozo e exercicio do direito de representação que lhes assegura e lhes outorga a Constituição Federal.

Consultemos as Leis que ora regulam a Contabilidade Publica.

O art. 26 do Decreto n. 15.783, de 8 de Novembro de 1922, que approvou o Regulamento para execução do Codigo de Contabilidade Publica, dispõe que o "exercicio financeiro começará em 1º de Janeiro e terminará em 30 de Abril do anno seguinte".

Mas logo em seguida o unico paragrapho desse mesmo artigo, estabelecendo que "*o anno financeiro coincide com o anno civil*", quiz demonstrar que o legislador contabilista não pretendeu modificar a annuidade orçamentaria, tendo em attenção o texto constitucional a que no começo alludimos.

Por sua vez, o art. 27 salientou :

"O exercicio financeiro abrange todas as operações relativas á Receita e Despesa *autorizadas pela Lei do Orçamento*, ou Leis successivas, *dentro do respectivo anno financeiro*, bem como todas as variações que se verificam no patrimonio do Estado, decorrentes da execução dos orçamentos.

"Em consequencia, pertencem ao exercicio *sómente* as operações relativas aos fornecimentos ou serviços feitos pela ou para a União e *aos direitos adquiridos por ella* ou seus credores, *dentro do anno financeiro*".

E ainda o art. 29:

"O periodo adicional será empregado até 31 de Março na realização das operações de Receita e Despesa orçamentarias *que não se ultimarem dentro do anno financeiro*; o mez decorrente daquella data até 30 de Abril é reservado para liquidação e encerramento das contas do exercicio".

E para que nenhuma duvida pairasse no espirito de quem fosse interpretar as Leis Orçamentarias nesse ponto define o art. 28 o que seja a sancção da especialisação por exercicio, esclarecendo *que não pôde* ser levada á conta de Receita ou de Despesa de um *exercicio*, Receita e Despesa *pertencente a outro*.

Eis o art. 28:

"A sancção da especialisação por exercicio consiste em *não poder ser levada á conta dos titulos da Receita* ou dos creditos da Despesa de um *exercicio*, Receita e Despesa *pertencentes a outro*".

Em face desses dispositivos do Regulamento para execução do proprio Codigo de Contabilidade, que acabamos de transcrever, não vemos como se possa arrecadar dentro do anno financeiro de 1924 um imposto que, não foi orçado para o exercicio de 1924.

Como se ainda não bastasse para dirimir a controversia a clareza dos textos acima invocados, o art. 133 desse mesmo Regulamento ainda veiu ao encontro de quaesquer duvidas que porventura pudessem surgir, como as da presente hypothese, determinando que a "*arrecadação da Receita proveniente de imposto dependerá sempre da inserção destes na Lei do Orçamento*".

E' o que se lê expressamente no final do artigo, que ahi vae na integra :

“Toda Receita deve ser inscripta na Lei de Orçamento, sem que, entretanto, para aquella que não tenha sido na mesma comprehendida se entenda prejudicado o direito do Estado de arrecadall-a, nem eximidas as repartições competentes de procederem ao respectivo lançamento e arrecadação. *Exceptua-se desta ultima parte a Receita proveniente de imposto, cuja arrecadação dependerá sempre da inserção deste na Lei do Orçamento*”.

Poder-se-ia, porventura, aventar que o que se pretendeu arrecadar dentro do exercicio de 1923, isto é, até 31 de Março proximo findo (pois que a arrecadação no periodo adicional só vae até essa data — arts. 29 e 36 do Regulamento citado) são impostos orçados para esse exercicio de 1923.

Méro equivoco.

Como vimos, dos proprios artigos da Lei da Receita para o exercicio de 1923, transcriptos acima, a arrecadação dos impostos sobre a renda dos lucros liquidos do commercio e da industria durante esse exercicio de 1923 só podia ter sido feita, tomada a base dos lucros liquidos verificados nos balanços do anno immediatamente anterior.

Portanto, os lucros liquidos verificados nos balanços de 31 de Dezembro de 1923 iam apenas servir de base para a arrecadação desse imposto no exercicio de 1924, se o orçamento do corrente anno tivesse mantido a mesma taxação, o que não se deu como ficou acima demonstrado, facto esse aliás fóra de qualquer contestação.

Assim, de modo algum poderiam constituir direito adquirido da Fazenda Nacional esses lucros verificados a 31 de Dezembro de 1923, para agora se transformarem automaticamente em activo da União a que se refere o artigo 36 do Regulamento citado e serem registrados como divida activa para se proceder á sua cobrança *immediata*, como determina o art. 145 do mesmo Regulamento.

Seria absurdo inominavel attribuir-se ao Congresso Nacional orçar para a Despesa de 1923 uma Receita que só poderia ser cobrada em 1924, o que aliás seria manifestamente inconstitucional, dada a annuidade das Leis Orçamentarias.

Já demonstramos acima, e não é demais repetir, que os lucros verificados nos balanços de 31 de Dezembro de 1923 iam apenas servir de base para arrecadação desse imposto no corrente exercicio de 1924.

Assim, pois, a importancia relativa aos lucros verificados nos balanços de 31 de Dezembro de 1923, de modo algum havia entrado para o patrimonio da Nação, não adquirindo esta sobre aquella importancia qualquer direito, pois ainda não havia sido orçada a Receita para 1924, e quando o foi por Decreto Legislativo desse mesmo

dia — 31 de Dezembro de 1923, não mais cogitou o Congresso Nacional dessa espécie de impostos.

Quando muito, poder-se-ia allegar que havia uma expectativa de direito, que não se consummou, nem se definiu ou se completou, visto ter-se extinto no momento em que ia ser corporificada para ter efficiencia juridica no exercicio de 1924, se o Poder Legislativo tivesse mantido as mesmas disposições orçamentarias dos annos precedentes.

Não pôde repugnar á indole desse imposto movel por sua propria natureza a base do mesmo imposto já determinado no anno anterior, visto como na Inglaterra, que é considerada a nação *mater* do *income tax*, a base é fixada por tres annos, periodo esse triennial que acaba tambem de ser acceito pelo nosso Congresso para os coefficients dos contribuintes do actual imposto geral sobre a renda, a que faz referencia o art. 3 n. III do Orçamento da Receita para o corrente exercicio.

Antes de concluirmos, parece-nos conveniente assignalar que o Congresso Nacional, supprimindo para o exercicio de 1924, o imposto sobre os lucros liquidos das classes laboriosas, verificados em balanços, já deixou manifestado o seu proposito de o extinguir, quando, creando o imposto do sello proporcional sobre as vendas mercantis no artigo 2 n. X da Lei da Receita para 1923, declarara no n. 3 desse mesmo dispositivo :

“O pagamento do presente imposto só terá inicio depois de 31 de Janeiro, ficando o Governo autorizado a *suspendere na data* em que elle entre em vigor o imposto sobre lucros liquidos do commercio e da industria, de que trata a Lei n. 4.230, de 31 de Dezembro de 1920”.

Relatando o Orçamento da Receita para o anno de 1923, o illustre Deputado Antonio Carlos, referindo-se á emenda que se converteu no art. 31 daquela Lei, creando o imposto geral sobre a renda que foi revigorado, aliás com diversas modificações pelo actual Orçamento (art. 3º), assim se exprimiu no seu parecer publicado no *Jornal do Commercio*, de 7 de Dezembro de 1922, assignado pela Comissão de Finanças da Camara dos Deputados — “Diario do Congresso”, de 18 de Dezembro de 1922” :

“A emenda apresentada no plenario procura ampliar o imposto, creando o que recae sobre a renda global. Mas, por emquanto, á vista de não estar ainda regularizada, porém, apenas tentada a arrecadação do cedular, não parece prudente, nem acertada, a experiencia, que, seguramente, viria complicar, com difficuldades novas, o mecanismo de arrecadação que, quanto aos impostos desta natureza, já creados, tem funcionado muito mal. Basta lembrar, para prova disso,

que o relativo aos lucros da industria fabril só rendeu, em 1921, a importancia de 696:00\$000 e o que incide nos lucros do commercio, 1.670:000\$000, quando devem render, segundo indicações irrecusaveis, o primeiro, mais de 7.000:000\$000, e o segundo mais de 38.000:000\$000 em cada exercicio.

O proprio Governo Federal na sua proposta do Orçamento geral da Republica para o exercicio de 1924, organizada de conformidade com o art. 45 do Codigo da Contabilidade da União e enviada ao Congresso em Mensagem Presidencial de 30 de Maio de 1923, embora consignasse ainda os impostos sobre os lucros liquidados do commercio e da industria, ao lado do imposto geral sobre a renda, estimado em 50.000:000\$000, orçou apenas aquelles respectivamente em 1.000:000\$000 e 5.000:000\$000, quando no Orçamento de 1923 elles haviam sido calculados, respectivamente, em 7.200:000\$000 e em 38.000:000\$000 (vide "Diario Official" de 1º de Junho de 1923).

Submettida essa proposta á discussão e votação do Congresso, foi ella modificada na parte referente ao imposto sobre a renda, resolvendo a Comissão de Finanças da Camara dos Deputados, conforme redacção do seu eminente Relator, Dr. Antonio Carlos, conservar os impostos cedular e global, mantendo, porém, entre aquelles (que generalisou para todas as classes) o da renda sobre os lucros commerciaes e industriaes verificados nos balanços publicados na forma da legislação vigente, e supprimindo a estimativa de cada um delles, calculando sómente o imposto total sobre a renda em 80.000:000\$ — art. 3 da redacção final do projecto que orçou a Receita para 1924 — "Diario do Congresso", 21 de Novembro de 1923.

Esse projecto soffreu, porém, grandes madificações, como se poderá verificar, confrontando-o com o art. 3º da actual Lei da Receita para o corrente exercicio, sendo certo que não mais se cogitou de balanços nem de sua publicação para verificação de lucros, prescrevendo sómente que a renda tributavel aos commerciantes e industriaes seria a correspondente ás operações mercantis relativas a cada semestre anterior, realizadas e comprovadas pelo valor total do sello sobre as vendas mercantis, conforme a tabella que prefixou, dependendo, porém, a execução do disposto nesse artigo da expedição de um Regulamento, que até a presente data não foi decretado. O Dec. 15.589, de 29 de Julho de 1922, que approvou o Regulamento para a arrecadação e fiscalisação do imposto sobre a renda foi, como nelle mesmo se declara, expedido em virtude do art. 5º, paragrapho unico da Lei da Receita para o exercicio de 1922 (Lei 4.440 de 31 de Dezembro de 1921) a que acima alludimos.

Esse Regulamento é que foi applicado pelas Repartições fiscaes para o lançamento e arrecadação do imposto sobre a renda, in-

clusive, portanto, do sobre os lucros commerciaes e da industria fabril, durante o exercicio de 1923.

Ora, dispõe claramente o artigo 12 desse Regulamento que esses impostos serão cobrados em Outubro e em Abril *de cada anno* sobre o lucro liquido do *anno social vencido* em 30 de Junho ou 31 de Dezembro antecedentes.

Consequentemente, applicando esse dispositivo ao exercicio de 1923, vemos que em Abril de 1923 devia ser cobrado o imposto orçado para esse exercicio, das firmas commerciaes ou razões sociaes, cujos lucros foram verificados em balanço do respectivo anno social encerrado no dia 31 de Dezembro de 1922, e em Outubro de 1923 o imposto relativo tambem ao exercicio de 1923, mas das firmas commerciaes que não o pagaram em Abril, por encerrarem o seu balanço annual a 30 de Junho de 1923, vindo, portanto, de 1º de Julho de 1922.

O paragrapho 1º desse artigo 12 não se afastou desse dispositivo, e antes melhor o interpretou, quando dispoz que embora o estabelecimento tenha adoptado para encerramento dos balanços outras datas que não 30 de Junho e 31 de Dezembro, será o imposto cobrado dentro dos *quatro mezes posteriores ao encerramento dos respectivos balanços*.

O paragrapho 2º cogita da hypothese que não aproveita ao caso em discussão, do estabelecimento deixar de funcionar antes da época do pagamento do imposto, determinando que seja cobrado desde logo sobre os lucros *apurados* até então, isto é, *verificados anteriormente*.

Nenhuma prova melhor nos poderia fornecer esse Regulamento da intenção do legislador de preferir sempre uma base fixa *anterior* para cobrança desse imposto do que a disposição do paragrapho 3º desse mesmo artigo 12, prescrevendo que no caso de sonegação ou de vicio na escripta que impossibilite a verificação do lucro liquido, será este arbitrado na razão de 25 % do *capital da casa e sobre elle cobrado o imposto*. Ora, esse capital é estabelecido nos contractos sociaes, que podem datar de muitos annos antes.

O artigo 14 desse Regulamento tambem claramente determinou que para cobrança desses impostos, o contribuinte apresentará á repartição arrecadadora declaração da importancia do lucro liquido verificado no semestre ou anno vencido.

Já vimos que pelo artigo 12 a *arrecadação regular* desses impostos se faz em duas épocas precisas do anno, isto é, em Abril e em Outubro.

O periodo adicional do exercicio financeiro, de que cogita o artigo 29 do Regulamento para execução do Codigo de Contabilidade

Receita e Despesa orçamentarias *que não se ultimarem dentro do anno* só será empregado até 31 de Março na realização das operações *da no financeiro*. Não estabeleceu assim uma terceira época para a cobrança do imposto.

Não vemos, portanto, como se possa basear no Código da Contabilidade ou no Regulamento do imposto sobre a renda para concluir que em Abril de 1924 está autorizado o fisco a cobrar impostos verificados nos balanços de 31 de Dezembro de 1923, fóra, portanto, das épocas normaes do proprio exercicio financeiro de 1923 e depois de ter sido abolido esse mesmo imposto.

E se fosse preciso procurar uma interpretação autorizada ao ponto de vista acima sustentado, não poderíamos encontrar mais cabal e completa, além da disposição interpretativa do proprio art. 6º da Lei da Receita para 1922 por nós acima invocado e transcripto, do que a opinião abalisada do eminente parlamentar e financista Deputado Antonio Carlos, manifestada por occasião de terem surgido as duvidas a que acima nos referimos para a arrecadação desse mesmo imposto no exercicio de 1921, e cujas verbas se acham consignadas na respectiva Lei de Receita (artigo 1º n. 47 da Lei 4.230, de 31 de Dezembro de 1920) com as *identicas expressões mantidas* pela Lei da Receita para o exercicio de 1923 (art. 1º n. 47 da Lei n. 4.625 de 31 de Dezembro de 1922) objecto da consulta, constituindo, portanto, aquelle parecer interpretação authentica da materia em discussão, sendo as suas palavras de uma clareza meridiana e fóra do alcance de qualquer sophisma por mais enroupado que appareça.

“O imposto votado não é outro senão o classico imposto sobre a renda, tendo por base de sua arrecadação, por indice revelador da renda, e não por objecto, os lucros apurados no anno anterior. O imposto recahia assim, não sobre os lucros de 1920 mas sobre os de 1921. Sendo, porém, *cobrado antecipadamente*, antes de os lucros taxados poderem ser conhecidos, necessario se tornava uma estimativa destes — *uma base para cobrança* — *afim de sobre ella ser feito o respectivo lançamento*. A Lei poderia, como se fez na Inglaterra, tomar como base para a arrecadação a renda média annual dos contribuintes verificada no ultimo triennio; *mas preferiu considerar para esse effeito apenas a renda de um anno — o anterior*”.

Assim, pois, em face da Constituição e das Leis referentes ao caso em espécie, respondemos *negativamente* á consulta da Associação Commercial de S. Paulo, offerecendo á deliberação do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros a seguinte conclusão:

“Não autorizando a Lei da Receita para o exercicio de 1924 a arrecadação do antigo imposto sobre os lucros liquidos do commercio e da industria fabril, não podem ser, no corrente anno de

1924, cobradas as importancias relativas aos impostos sobre a renda, verificadas nos balanços de 31 de Dezembro de 1923, servindo de base para a arrecadação desse imposto no exercicio de 1923 os lucros liquidos verificados nos balanços do anno immediatamente anterior, na conformidade da legislação então vigente.

Este o nosso parecer, S. M. J.

Rio de Janeiro, 24 de Abril de 1924.

EDMUNDO DE MIRANDA JORDÃO."

*

* *

PARECER DO DR. CLOVIS BEVILAQUA

I

Não é sem constrangimento que opponho a minha opinião á de J. X. Carvalho de Mendonça, cuja autoridade respeito, como a de um grande mestre e a quem consagro estima igual á minha admiração.

Por outro lado é tambem motivo de constrangimento opinar em desaccôrdo com acatado profissional, em materia de finanças, como é o Sr. Ministro da Fazenda, que, além do peso dos seus argumentos, põe na balança o supremo esforço que está fazendo o Governo, para restaurar as finanças do paiz, e o appello ao commercio para coadjuval-o nessa empreza patriotica.

Quizera tambem estar de accôrdo com a douda commissão do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros; mas o curso dos acontecimentos collocou-me na obrigação de dizer o que me parece justo neste conflicto de opiniões e não devo callar-me quando não é minha a interpretação, que defendo, e sim a de muitos e doutissimos collegas, e quando estão em causa principios que considero do mais alto valor para a ordem juridica.

II

A NULLIDADE DO IMPOSTO

A Constituição, art. 34, n. 1, estatue:

"Compete privativamente ao Congresso Nacional:

Orçar a receita, fixar a despesa, annualmente".

O Codigo de Contabilidade (Lei n. 4.536, de 28 de Janeiro de 1922), art. 27, obediente a esse preceito constitucional, preceitúa:

“A arrecadação da receita proveniente de imposto dependerá sempre da inserção deste na Lei do orçamento:

“E o regulamento geral da Contabilidade, aprovado pelo Decreto n. 15.783, de 8 de Novembro de 1922, reproduz o mesmo principio no art. 133, onde se declara que toda a receita proveniente de imposto depende, para a sua arrecadação, da inserção deste na Lei do orçamento.

E', pois, regra absoluta: — *todo imposto, para ser arrecadado, ha de constar da Lei do orçamento; e, como o orçamento é Lei annua, todo o imposto só é arrecadavel no anno, em que vigora a Lei do orçamento, que o consigna.*

Apliquemos estas noções ao caso em exame.

A Lei n. 4.625, de 31 de Dezembro de 1922, orçando a receita geral da Republica dos E. U. do Brasil, para o anno de 1923, consignou o imposto sobre o lucro liquido do commercio verificado em balanço. Esta Lei é annua e vigorou tão sómente até 31 de Dezembro de 1923. De 1 de Janeiro de 1924 para deante, até 31 de Dezembro deste mesmo anno, a Lei que impera é a n. 4.783, de 31 de Dezembro de 1923, que orçou a receita geral do paiz, para o anno de 1924. Desde que esta ultima Lei não consigna mais o imposto sobre o lucro liquido do commercio verificado em balanço, tendo-o substituido por outro, não póde mais esse imposto ser arrecadado, porque a sua arrecadação dependia de inserção no orçamento, e o orçamento que a inseria sómente para 1923 vigorava.

Considero inatacavel esta conclusão.

Contra ella não é licito allegar que o exercicio financeiro se prolonga até 30 de Abril do anno seguinte ao da vigencia da Lei do orçamento (Cod. de Contabilidade, art. 8), porque:

- a) A annualidade do imposto é principio constitucional:
- b) Está expresso igualmente esse principio no Codigo de Contabilidade, como acima se viu;
- c) E o prolongamento do exercicio sobre o anno financeiro não tem por fim lançar impostos, o que seria inconstitucional, mas, sim, como explica o Codigo de Contabilidade, art. 10, ultimar operações e liquidar contas:

“O periodo adicional será empregado, até 31 de Março, na realização das operações de receita e despesa, que se não ultimarem dentro do anno financeiro; e daquela data até 30 de Abril, na liquidação e encerramento das contas do exercicio”.

O SUPPOSTO DIREITO ADQUIRIDO

Allega-se que, de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1923, tinha o fisco direito a percentagem, correspondente ao imposto, sobre todas as operações commerciaes realizadas nesse periodo, e que esse direito de ordem patrimonial é direito regularmente adquirido.

Mas não attende o argumento a que o direito do fisco era cobrar o imposto consignado no orçamento, e o imposto, enquanto não é mais do que uma autorização da Lei para que o fisco exija uma determinada contribuição de alguém, não faz parte do patrimonio do Estado, como reconhece o illustre Sr. Ministro da Fazenda, no officio dirigido á Associação Commercial de S. Paulo.

Não attende tambem a que a base para esse percentagem, correspondente ao imposto sobre lucros liquidos do commercio, é o balanço do anno anterior, o que importa dizer: o fisco tem direito a uma percentagem sobre a massa global dos lucros, e não sobre cada operação lucrativa; o que afasta, inteiramente, a idéa do direito adquirido, já integrado no patrimonio do Estado. Será adquirido quando fôr lançado, porque, então, já se objectivou, determinando, em cada caso concreto, o *quantum* da contribuição.

A BASE E O OBJECTO DO IMPOSTO

Dizer-se que sómente depois de verificados os lucros de 1923, é que podia ser lançado o imposto, é negar o que está declarado na Lei n. 4.440, de 31 de Dezembro de 1921, art. 6º, que é disposição permanente.

“A base para a arrecadação do imposto sobre lucros commerciaes e da industria fabril, e sobre profissões liberaes, será a declaração do contrbiuinte, relativa aos lucros liquidos verificados no balanço do anno immediatamente anterior”.

Era uma questão liquidada, depois da explicação do eminente Sr. Antonio Carlos, traduzida depois no texto da Lei acima transcripto, que faz parte da que orçou a receita para 1923, a qual, fazendo remissão á Lei n. 4.440, de 31 de Dezembro de 1921, acceitou a determinação do seu art. 6º. Hoje não se pôde mais levantar questão a respeito deste ponto.

Aliás não podia ser de outro modo, porque, ou se havia de distinguir entre *base* e *objecto* do imposto sobre lucros commerciaes, e tomar como base os verificados anteriormente, ou não se faria essa distincção e se esperaria a verificação dos lucros no anno financeiro corrente, o que sómente seria possivel depois de findar o anno. Mas, findo o anno financeiro, extincta estaria a força obrigatoria da Lei

orçamentaria, que autorizava o imposto: forçoso era, portanto, tributar os lucros de um anno, tomando por indicador o anno antecedente, como fez a nossa Lei, ou tomar por base a média de um certo numero de annos.

DIVIDA ACTIVA

Tambem como divida activa não se deve considerar o imposto sobre lucros commerciaes, realizados no segundo semestre de 1923. Em primeiro logar não devemos fallar em lucros realizados no segundo semestre; os lucros são do anno, formam um todo, ainda que a cobrança se faça em duas épocas. Portanto, sómente haverá divida, se algum contribuinte não pagou o imposto lançado.

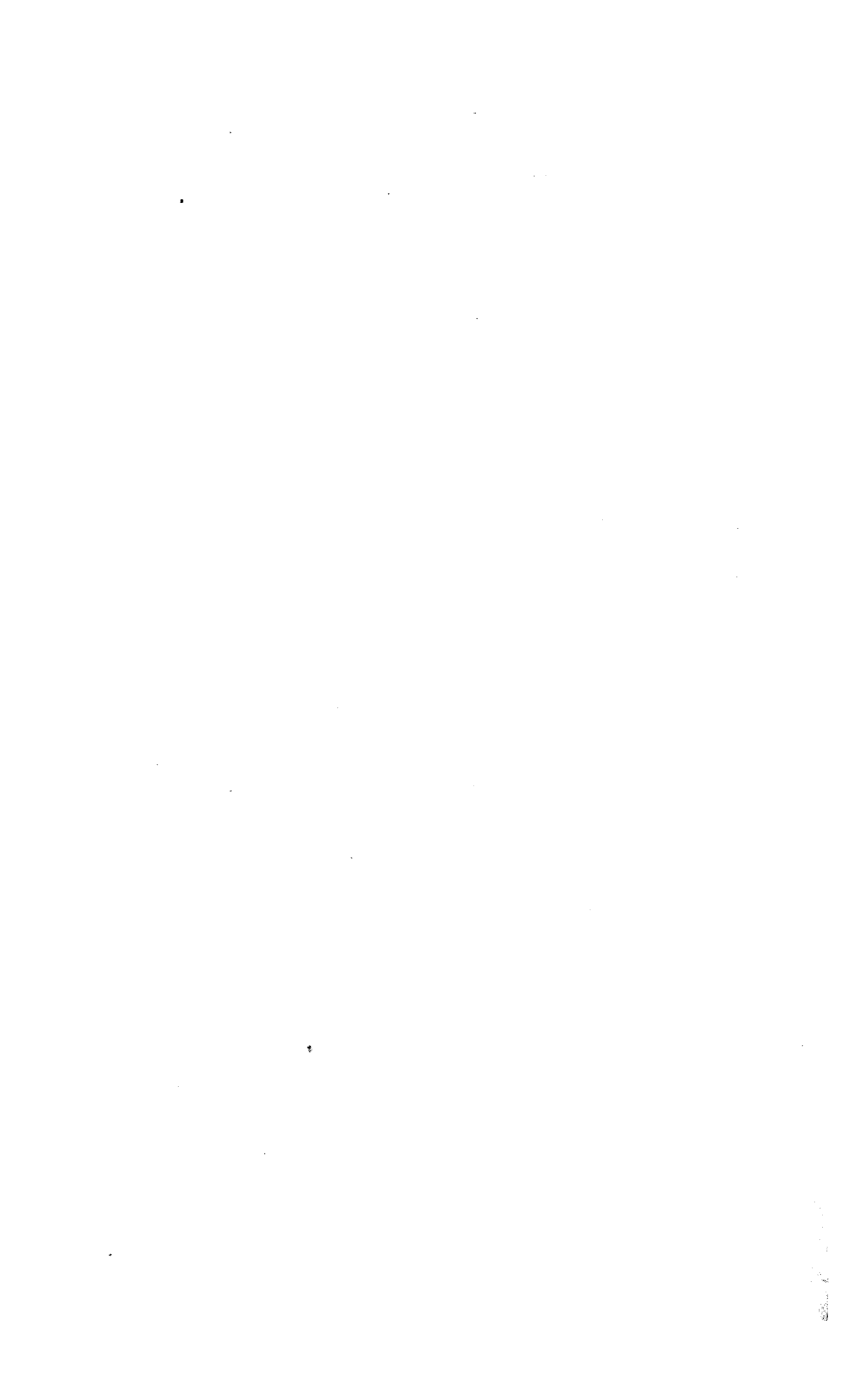
Depois a arrecadação do imposto directo presuppõe lançamento. Se o imposto não foi lançado em 1923, não podia ser arrecadado, nem podia ser considerado como divida a cobrar-se em 1924, pois divida de imposto é sómente o que póde ser arrecadado.

E o facto é que o imposto devia ter sido lançado em tempo opportuno e pago em Abril e Outubro, porque devia ter sido calculado em 1922. O exame dos balanços de 1923 apenas esclarecerá se houve falta ou excesso no pagamento.

Tal é o meu sentir.

CLOVIS BEVILAQUA.

Rio de Janeiro, 3 de Maio de 1924.



CRITERIO PARA A PROMOÇÃO DOS OFFICIAES AOS POSTOS SUPERIORES

CONSULTA

Pelo disposto no art. 155, do Dec. n. 13.574, de 30 de Abril de 1919, artigo que reproduz quasi que litteralmente o de n. 163, do Dec. n. 12.977, de 24 de Abril de 1918, os **aspirantes** a officiaes do Exercito — serão promovidos ao primeiro posto (segundos tenentes), em cada arma, por ordem de merecimento **intellectual** avaliado pelas médias dos gráus obtidos no curso, só podendo ser promovidos os de uma turma, depois de promovidos os da turma anterior.

Pergunta-se :

A promoção dos aspirantes de dada turma a esse primeiro posto, englobadamente, deve guardar esse criterio expressamente determinado pelos alludidos textos legaes, ou, pelo facto de ter occorrido a promoção em globo, deve ser adoptado o criterio geral da antiguidade de praça *para o accesso dos officiaes aos postos superiores*, estabelecido pela Lei de 31 de Março de 1851, no art. 18?

PARECER

Respondo affirmativamente á primeira parte do quesito.

O artigo 155 do Decreto n. 13.574, de 30 de Abril de 1919, contém um *preceito especial*, mandando que — os aspirantes a officiaes do Exercito sejam promovidos ao primeiro posto (segundos tenentes), em cada arma, por ordem de *merecimento intellectual*, avaliado pela média dos gráus obtidos no curso, só podendo ser promovidos os de uma turma, depois de promovidos os da turma anterior. O referido artigo excluiu o criterio geral da antiguidade, para fazer predominar o do merecimento intellectual.

O facto de se ter operado *englobadamente* a promoção dos aspirantes de cada turma ao primeiro posto não autoriza desprezar-se aquelle criterio legal para se adoptar o da *antiguidade de praça*, que foi tacitamente excluído.

A *excepção* deve, aqui, prevalecer sobre a *regra geral*, sob pena de se tornar a lei illusoria ou de ser burlada em seus effeitos.

Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1923.

CANDIDO DE OLIVEIRA FILHO.

PODEM SER RESTRINGIDOS OS EFEITOS DO MANDADO DE MANUTENÇÃO DE POSSE DEPOIS DE EXECUTADO?

CONSULTA

Mario Guaraná de Barros e sua mulher, senhores e possuidores da Fazenda da Barra de Piratinniga e Imbuhy, hoje Nova Lourdes, no Estado do Rio, em cujos terrenos, no extremo de um pequeno promontorio, está o Forte de Imbuhy, allegando turbação por parte do Comandante do sector de Defesa de Costas, requereram e obtiveram manutenção de posse das terras da Fazenda, em vista daquelle official fazer roçar uma varzea para plantar um capinzal e intimar os trabalhadores dos autores a cessar o plantio da lavoura de que estavam incumbidos.

Manutenidos assim na posse em que se achavam (art. 505 do Codigo Civil), a União offereceu embargos, que foram recebidos ha quasi quatro mezes, sendo afinal declarado *em prova*.

Agora, porém, depois da lide contestada, a União, allegando uma pretensa servidão militar, de que não apresentou nenhuma prova, bôa ou má, sobre 15 ou 600 braças do terreno dos autores, requereu e obteve uma *restricção* do mandado anteriormente concedido, ficando desta sorte aquella zona excluida da manutenção.

Pergunta-se:

a) Podia o M. M. Juiz *a quo*, uma vez concedida e executada a manutenção e contestada a lide, restringir o mandado de manutenção?

b) Esse despacho offendeu ou não o direito dos autores, a ordem processual, causando damno irreparavel em seu conceito legal?

c) E' de prover-se o agravo que desse despacho se interpoz?

PARECER DO DR. ALFREDO BERNARDES DA SILVA

Expõe a consulta — que

— Concedido o mandado de manutenção, e, effectivamente executado, ficaram os consultantes Mario Guaraná de Barros e sua mulher, *manutenidos* na posse das terras, em cujo extremo se acha o Forte de Imbuhy,

e

portanto garantidos contra os *actos turbativos* do Commandante do *Sector de Léste da Defesa de Costas*, que mandára roçar uma parte das ditas terras para plantio de um capinzal —.

A *União Federal*, ré na alludida questão, digo acção possessoria, offerecera sua contestação por meio de embargos, que foram recebidos pelo Juiz, ha quasi quatro mezes, tendo sido a causa declarada em prova.

Nessas condições, operou-se a *litis-contestação verdadeira*,

cujo effeito, que, ainda, perdura no nosso direito actual, é o de *impedir ás partes qualquer innovação substancial da causa, obrigando-as* ao que fôr decidido pela sentença (PEREIRA E SOUZA, Prim. Linh., § 113, nota 266; LOBÃO, Segundas Linhas, vol. 1, nota 266-267, pag. 137, da ed. da Im. Nac. Lisboa, 1855).

Esse effeito, segundo pondera JOÃO MONTEIRO (Curso de Processo Civil, 2º vol. § 116, nota 6, á pag. 87, é *essencialmente natural á propria organização processual*, não havendo necessidade de se recorrer á ficção do *quasi-contracto* com a sua efficacia nativa, ibi:

Nem se diga, que pela (*litis-contestação*) assumem os litigantes a obrigação de se *sujeitarem á sentença, na-
da innovando, pendente a lide*, nas respectivas posições.

Tal obrigação, porém, é antes o *resultado logico da propria organização do processo*, do que producto de qualquer movimento ou facto que se possa equiparar ás forças constitutivas do *quasi contracto*.

E, assim, normal esse effeito da litis-contestação em qualquer processo judicial, e o nosso Codigo Civil expressamente o reconhece em os dois casos seguintes:

1) — quando permite, *no art. 977*, que o devedor requeira o levantamento da quantia depositada, em-

quanto o credor não impugnar o deposito ou não acceitá-lo,

e

por sua vez o credor, *depois que tiver contestado a lide* ou acceitar o deposito, não poderá acquiescer no levantamento requerido pelo devedor, sob as penas do art. 979.

2) — quando faculta ao credor, *na hypothese do art. 1.532, a desistencia da acção antes de contestada a lide*, para evitar as penalidades dos arts. 1.530 e 1.531, donde se conclue que, *consumada a litis-contestação*, não lhe será mais possivel libertar-se das referidas penas por ter demandado por divida *ainda não vencida ou já paga...*

Nas acções possessorias, mais rigorosa se manifesta a applicação desse effeito regular, pois que se considera *attentado tudo quanto fôr feito depois da segurança dada pelo Juiz* constante do seu mandado judicial, como se vê da Ord., L. 3, t. 78 § 5, *ibi*:

...e se depois della elle receber offensa daquelle de que foi seguro, restituil-o-á o Juiz, e tornará tudo o que foi commettido e attentado, depois da segurança dada e mais procederá contra o que a quebrantou, e MENOSPRE-SOU O SEU MANDATO, como achar por direito.

Portanto, na espécie da consulta, — se ás *partes litigantes SPONTE SUA*, não era mais possivel innovar cousa alguma, contra a prohibição, inserta no mandado de manutenção de posse, cuja acção achava-se em termos de prova, muito menos podia fazel-o o Juiz, a requerimento do réu, praticando desta arte flagrante *espolio ou esbulho judicial*, como perfeitamente explica LOBÃO nos *Interdictos*, paragrapho 240.

Um Juiz que *ex-officio, ou a requerimento da parte*, procede "*juris ordine non servato*", despe o character de Juiz, reveste o de particular, coopera para o *espolio que a parte lhe requer e elle determina.*

O espoliado póde queixar-se para ser restituído o facto, como de facto foi espoliado.

O recurso adequado contra esse procedimento do Juiz, *ex-brupto sine audientia et sine citatione*, é o de *aggravo*, por antigo estylo de reino, como faz sentir LOBÃO, no paragrapho 243 da sua obra citada com apoio em varios tratadistas reinicolas, e entre elles SYLVA, ad. Or. L. 3, t. 78, § 3, n. 7, *ibi*.

Declarat tamen has conclusiones, ut hoc remedium recuperandae possessiones competat adversus Patem mis-

sam in possessiones “quia factum judicis nulliter procedentes reputatur factum partes.

Esse agravo para sanar o esbulho judicial praticado pelo Juiz tem, presentemente, seu fundamento no damno irreparavel (art. 54, n. VI, letra n, da Lei n. 221, de 1894), fôrma ampla e comprehensiva de todos esses casos, que, como o da presente consulta, *surgem inoppinadamente de despachos interlocutorio no curso das demandas*, causando ás partes litigantes prejuizos, que não puderam ser mais sanados pela sentença final.

E, de facto, a prevalecer a *restricção* do mandado de manutenção, em virtude do arguido esbulho judicial, — a sentença final sómente poderá ter por objecto a *confirmação ou rejeição desse mandado de manutenção*, assim, *arbitrariamente, limitado*, isto é, *com exclusão das braças de terras que a União Federal, depois da lide contestada, pelo offerecimento de embargos, reclamou*.

E' preciso, pois, que se opere a restituição dos *A. A. á integridade da posse das terras*, comprehendidas no primeiro mandado de manutenção, ficando sem effeito o acto espoliativo do Juiz, como o ordena o art. 506: (*Spoliatus ante omnia restituendo*), afim de que a sentença final se pronuncie sobre a procedencia ou improcedencia do mandado de manutenção, tal qual fôra concedido *in limine litis*.

Tenho, por essa fôrma, respondido as tres quesitos da consulta *pro veritate*.

Rio de Janeiro, 12 de Maio de 1924.

Dr. ALFREDO BERNARDES DA SILVA.

Advogado.

*

* *

PARECER DO DR. CLOVIS BEVILAQUA

a) — “E’ claro que, tendo o Juiz concedido a manutenção, e tendo a ré vindo com os seus embargos, já não podiam mais se restringir os termos do mandado, senão na decisão final. O mandado de manutenção é acto judiciario que reconhece e assegura provisoriamente a situação do possuidor, segundo ella é no momento de ser invocada a protecção da autoridade publica. Formada essa situação, ella se mantem até á decisão final da causa; pois que ella é que constitue o objecto do pleito, que não póde ser declarado senão por sentença, que ponha termo á causa.

b) — A restricção do mandado, por despacho em petição apre-

sentada depois de contestada a lide, evidentemente offende o direito daquelle em favôr de quem foi expedido o mandado de manutenção; perturba a ordem do processo, cuja marcha, neste ponto, é a que ficou indicada na resposta ao quesito anterior; e causa damno irreparavel ao autor, pois já não o poderá mais reparar a sentença definitiva, cuja efficacia dante-mão se reduz, neim por meio de appellação se poderá fazer com que desapareça o damio consistente na privação da posse durante a lide, que se achava assegurada pelo mandado.

c) — O agravo é o recurso que o direito offerece á essa offensa do direito da parte e da ordem do processo.

Rio, 21 de Abril de 1924.

CLOVIS BEVILAQUA.



PRISÃO ADMINISTRATIVA

(Primeira parte — Periodo monarchico)

I — *A prisão administrativa, estabelecida pelo alvará de 1808, não tem character judicial, pois é um acto puramente administrativo, competindo sómente á autoridade que a ordenar ou requisitar a attribuição de mandal-a cessar no prazo da lei.*

II — *Constitue meio coercitivo para coagir o empregado remisso a entrar com os saldos verificados em seu poder e independente de prévia ratificação do juiz formador da culpa.*

III — *A intervenção de autoridades e tribunaes judiciarios no caso de prisão ordenada legalmente por funcionarios administrativos competentes dará motivo para o conflicto de jurisdição.*

IV — *A attribuição de ordenar a prisão administrativa, importando acto jurisdiccional, só se admite concedida quando expressamente consignada em lei.*

V — *Excepção ao direito commum, justificada pelo interesse de salvaguardar as rendas publicas, é admissivel ainda depois de demittidos os responsaveis e equiparavel á prisão preventiva.*

Este nosso trabalho terá de ser um tanto longo porque nelle iremos fazer menção de todas as annotações que possuímos sobre o assumpto, as quaes, se não são completas, são, todavia, copiosas e cremos que as mais necessarias.

E taes notas não poderão referir-se sómente ás decisões mi-

nisteriaes que hão sido estabelecidas formando, propriamente, a jurisprudencia administrativa, mas dirão respeito ainda aos varios dispositivos de leis, decretos e regulamentos — fontes principaes daquellas resoluções. A citação de alguns accordams principaes completará o nosso trabalho.

Compreende-se que o estudo ficaria muito imperfeito se assim não procedessemos.

O alvará de 28 de junho de 1808, creando o Erario Regio e o Conselho da Fazenda, dispoz no titulo III, n. 2, que, uma vez verificado o caso de negligencia dos thesoureiros, recebedores, almoxarifes, contractadores ou rendeiros, retardando as remessas ou entregas, além dos prazos concedidos, contra elles se expedissem logo pelo presidente do Erario as necessarias ordens de suspensão dos logares, sequestros, prisões e mais diligencias opportunas para a segurança da Real Fazenda e para se fazerem promptas e effectivas as entradas.

No titulo VII, ns. IX a XI se estabeleceram os prazos para os recolhimentos aos cofres publicos por parte dos thesoureiros, recebedores, administradores, etc., “debaixo das penas de suspensão, sequestro e prisão, pelo simples facto da demora da dita entrada.”

Havendo, entretanto, occorrido duvidas sobre a verdadeira intelligencia e execução de varias providencias decretadas por esse alvará e outras leis que regulavam os serviços multiplos da administração da Fazenda Nacional, duvidas que obstavam á fixação de uma jurisprudencia uniforme, o decreto n. 657, de 5 de dezembro de 1849, procurou sanal-as, estabelecendo preceitos a serem observados no interesse do fisco.

Eis os pontos principaes estatuidos:

a) — que subsistem em seu inteiro vigor as disposições contidas nos titulos 3.º, 4.º, 5.º, 7.º e 8.º, do alvará de 28 de junho de 1808, por força do disposto no artigo 88 da lei de 4 de outubro de 1831 e artigo 310 do Codigo Criminal, para, na conformidade dellas, se proceder no que é relativo á fiscalização da receita e despesa publicas, arrecadação, distribuição e contabilidade das rendas.

b) — que em especial observancia do titulo 3.º, paragrapho 2.º e titulo 7.º, paragraphos 9, 10 e 11 do referido alvará, o ministro e secretario do Estado dos Negocios da Fazenda e presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, na Côrte, e os inspectores das thesourarias nas provincias podem e devem ordenar a prisão dos thesoureiros, recebedores, collectores, almoxarifes, contractadores e rendeiros quando forem remissos ou omissos em fazer as entradas

dos dinheiros a seu cargo nos prazos que pelas leis e regulamentos lhes estiverem marcados.

c) — que para se effectuarem estas prisões nos casos referidos, o presidente do Thesouro na Côrte ordenará, e os inspectores das thesourarias nas provincias deprecarão por seus officios ás autoridades judicarias que as mandem fazer por seus officiaes e lhes remetam as certidões dellas.

d) — que estas prisões, assim ordenadas, serão sempre consideradas méramente administrativas, destinadas a compellir os thesoureiros, recebedores, collectores ou contractadores ao cumprimento de seus deveres, quando forem omissos em fazer effectivas as entradas dos dinheiros publicos existentes em seu poder; e por isso não obrigarão a qualquer procedimento judicial ulterior.

e) — que verificadas as prisões, o presidente do Thesouro e os inspectores das thesourarias marcarão aos presos um prazo razoavel para, dentro d'elle, effectuarem as entradas dos ditos dinheiros publicos a seu cargo e dos respectivos juros, devidos na conformidade do artigo 43 da lei de 28 de Outubro de 1848.

f) — que se os thesoureiros, recebedores, collectores e contractadores, depois de presos, não verificarem as entradas dos dinheiros publicos no prazo marcado, se presumirá terem extraviado, consumido ou apropriado os mesmos dinheiros, e, por conseguinte, se lhes mandará formar culpa pelo crime de peculato, continuando a prisão no caso de pronuncia, e mandando-se proceder civilmente contra seus fiadores.

g) — que, finalmente, no caso em que os thesoureiros, recebedores, collectores, almoxarifes, contractadores ou rendeiros remissos ou omissos, não possam ser presos por se haverem ausentado ou escondido, isso não obstante, se promoverão contra elles e seus fiadores, os sequestros e mais processos civis competentes para segurança e embolso da Fazenda Nacional.

O Decreto n. 736, de 20 de Novembro de 1850, enumerando no artigo 2.º as attribuições do Tribunal do Thesouro, incluiu no paragrapho 4.º a competencia de suspender os responsaveis que não satisfizessem á prestação das contas nas épocas marcadas nas leis ou regulamentos, e determinar a prisão e sequestro dos que não as apresentassem nos prazos que lhes fossem de novo concedidos e notificados.

— A decisão n. 301, de 29 de Dezembro de 1851, assignada pelo presidente do Tribunal do Thesouro Nacional e elaborada com muita precisão, esclareceu como se devia proceder a respeito de um

collector que, sendo preso por se achar alcançado, obteve *habeas-corpus*.

Vamos transcrever na integra aquella resolução ministerial, cujos termos energicos bem denotam como o Tribunal do Thesouro era cioso de suas prerogativas.

“Joaquim José Rodrigues Torres, presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia, datado de 4 do corrente, no qual participa que tendo conseguido, depois de muitas diligencias improficuas, a prisão administrativa do ex-collector das rendas da cidade da Cachoeira, Francisco Peixoto Mascarenhas, alcançado para com a Fazenda por conservar em si algumas arrecadações, que fez, fôra elle mandado soltar pela Relação a que recorrera, com fundamento de estar bem garantida a divida com os sequestros feitos em seus bens e dos fiadores; e que sendo novamente preso por se achar compromettido com a cobrança de certa precatoria, que lhe foi enviada no tempo de seu exercicio, de que não havia dado contas, requerera *habeas-corpus* á Relação, que lhe deferiu, e o fez soltar: — declara ao mesmo Sr. inspector que taes actos e decisões da Relação são manifestamente injuridicos, irregulares e praticados com offensa da independencia das autoridades administrativas encarregadas da administração da Fazenda, no exercicio de suas attribuições, entre as quaes se comprehende a de determinar a prisão contra os responsaveis omissos ou remissos até o pleno embolso da Fazenda Nacional ou até quando o julguem preciso, como é estabelecido, além de outras, nas disposições do alvará de 28 de Junho de 1808, do Decreto de 5 de Dezembro de 1849, do de 20 de Novembro de 1850, e artigo 36 da lei de 16 de Setembro deste anno; exercicio que as autoridades judi-
ciarias devem respeitar, abstendo-se de o embaraçar e empecer: e ordena ao Sr. inspector que, se o dito ex-collector ainda não estiver desonerado de suas responsabilidades para com o Fazenda pela prestação das contas e pagamento da divida, o faço intimar para, no prazo que lhe designar, effectuar a prestação das contas e pagamento do que dever; e, na falta, ordene novamente a prisão na conformidade das sobreditas disposições; e se elle por ventura recorrer á Relação ou qualquer outra

autoridade judicial, o represente sem demora ao presidente da Provincia, a quem nesta data se recommenda a vigilancia sobre este objecto, para proceder nos termos do regulamento de 5 de Fevereiro de 1842, artigos 24 a 26."

Outra decisão merecedora de apreciação demorada, é a assignada pelo visconde de Albuquerque e dirigida em 4 de Agosto de 1862, ao presidente da Provincia de Pernambuco.

Está incluída na collecção respectiva sob o n. 362, do Ministerio da Fazenda, e sustenta que as prisões administrativas impostas aos responsaveis alcançados e a sua relaxação são actos de exclusiva attribuição da autoridade administrativa.

O presidente da referida Provincia havia trazido ao conhecimento do governo imperial:

1.º — que um ex-thesouheiro da repartição das Obras Publicas provinciaes ficára alcançado;

2.º — que, reconhecendo-se ser o alcance consequencia do extravio dos dinheiros publicos por meio de falsificação de documentos de despesa, foi o thesouheiro responsabilizado e pronunciado pelo Juiz de Direito, nos termos dos artigos 129, paragrapho 8.º, e 170 do Codigo Criminal;

3.º — que, interposto recurso da sentença de pronuncia para a Relação do districto, obteve provimento;

4.º — que, tendo-se fixado em 14:065\$000 o alcance, o inspector da Fazenda Provincial, nos termos do artigo 5.º do Decreto n. 657, de 5 de Dezembro de 1849, (adaptado para a administração provincial pelo regulamento de 3 de Agosto de 1852), marcou ao alcançado o prazo de 15 dias para o recolhimento respectivo e requisitou o chefe de policia a prisão administrativa do mesmo alcançado;

5.º — que, effectuada esta, o paciente recorreu á presidencia do Estado que, ouvindo o parecer do conselheiro presidente da Relação do districto, e de conformidade com elle, mandou relaxar o recorrente da prisão;

6.º — que o dito parecer se fundou em que o provimento, que aquelle Tribunal déra ao recurso do ex-thesouheiro, em virtude do qual ficou sem effeito a pronuncia decretada, importava livramento, segundo a doutrina do aviso n. 41, de 17 de Julho de 1843, e portanto, que não só á vista da disposição do artigo 6.º do citado decreto n. 659, mas tambem em face da generica disposição dos artigos 327 do Codigo do Processo Criminal e 179, paragrapho 12, da Constituição do Imperio, não podia ter logar segunda prisão pelo mesmo facto;

7.º — que, convindo firmar uma regra, consultava ao Ministério da Fazenda para dar sua decisão.

Vejamos agora como foi estudado e resolvido o assumpto pelo Tribunal do Thesouro.

O estudo foi completo e interessante, e, pelo receio de imperfeita interpretação do pensamento do autor, preferimos transcrever os topicos principaes da resolução.

E bem applicados serão os minutos de leitura.

“Posto que o negocio de que se trata seja provincial e pertença á Assembléa Legislativa dessa Provincia approvar ou desapprovar o acto dessa presidencia, e estatuir o que lhe parecer justo sobre o assumpto, guardadas as limitações prescriptas no acto adicional; todavia, para evitar que o facto referido, acontecido em relação á Fazenda Provincial, se reproduza com relação á Fazenda Nacional, cujos interesses ficariam por este modo compromettidos; declaro a V. Ex. que são insubsistentes os fundamentos do citado parecer, com o qual essa presidencia se conformou para mandar relaxar da prisão administrativa o thesoureiro alcançado nos dinheiros ao seu cargo.

Primeiramente, a prisão administrativa imposta aos responsaveis como meio coercitivo para os obrigar a indemnizar mais promptamente á Fazenda Publica dos valores confiados á sua guarda, não têm character algum judicial, e é um acto puramente administrativo, competindo por isso sómente á autoridade, que a requisitar, a attribuição de mandal-a cessar ou por achar-se paga a Fazenda ou por qualquer outro motivo que a torne desnecessaria (Aviso de Dezembro de 1851).

Essa presidencia não devêra, pois, determinar a soltura do ex-thesoureiro alcançado, salvo se, na qualidade de suprema autoridade provincial, entendesse, em vista de provas produzidas pelo detento, e depois de ouvido o inspector da thesouraria, que este obrara irregular e abusivamente.

Isso, porém, não se deu.

A despronuncia em razão de recurso não importa decisão ácerca do facto criminoso imputado ao pronunciado e da qual resulte ficar elle innocentado, assim como tambem a méra pronuncia não importa declaração de ser elle o verdadeiro criminoso; uma ou outra coisa só faz a sentença final em processo convenientemente discutido, em que as provas de innocencia ou criminalidade são devidamente pesadas.

A sentença da despronuncia, portanto, quer proferida no Juizo formador da culpa, quer no Juizo superior, importa sómente

declaração de insufficiencia da prova até alli existente, fazendo retirar de sobre o accusado as suspeitas de criminalidade que contra elle existiam.

Isto, porém, de nenhum modo véda ao Juiz de tomar conhecimento de quaesquer provas que de novo se lhe offereçam, e, no caso de serem sufficientes, lavrar nova sentença de pronuncia contra o accusado já uma vez despronunciado, e podendo essas provas ser tão procedentes que dêem logar á condemnação.

Estes principios, apoiados na mais sã jurisprudencia, estão consignados nas disposições do artigo 149 do Codigo do Processo combinado com os artigos 144, 145 e 329, conforme explicou o Aviso de 9 de Fevereiro de 1838, e no de n. 396, de 27 de Dezembro de 1855.

Assim, pois, é incontestavel que, quando mesmo a prisão administrativa importasse novo procedimento criminal contra o thesoureiro, nada obstava a que ella fosse effectuada, porquanto, não havendo sido absolvido e sómente despronunciado, poderia ter logar novo procedimento.

O artigo 179, paragrapho 12, da Constituição, e o artigo 327, do Codigo Criminal, referem-se a processos findos e sobre que *tenha* havido sentença definitiva passada legitimamente em julgado, e sempre tem sido esta a intelligencia dada a taes disposições.

O fundamento que se procurou deduzir do artigo 6.º do Decreto n. 657, de 5 de Dezembro de 1849, é de todo insubsistente, pois que, dispondo este artigo a *contrario sensu*, que a prisão cessará no caso de não haver pronuncia, era preciso que a detenção administrativa se houvesse dado, que o processo tivesse sido consequencia dessa detenção para que a falta de pronuncia pudesse operar a cessação de que trata o dito artigo.

Não se deram, porém, essas circumstancias; não procede, portanto, o argumento, porque não é licito antepôr o effeito á causa.

Ainda quando a despronuncia no caso em questão importasse absolvição, e que por isso estivesse julgado definitivamente que o thesoureiro não commettera o crime de prevaricação ou de peculato, previsto no artigo 129, paragrapho 8.º, e artigo 170 do Codigo Criminal, a consequencia seria que elle não podia ser novamente processado por esse crime em relação ao facto da falsificação dos documentos que serviu de base áquelle primeiro procedimento; mas isto não destróe por nenhum modo o facto material da existencia do alcance, não absolve o thesoureiro da responsabilidade que lhe resulta deste facto, não obsta, por fórma alguma, a que o inspector da thesouraria dê execução ás disposições do decreto n. 657, de 5

de Dezembro de 1849, e que, verificada a hypothese dos artigos 5.º e 6.º desse decreto, seja o mesmo thesoureiro processado pelos crimes em que houver incorrido pelo facto de não entregar, no prazo marcado, a importancia do alcance liquidado.”

— A autoridade judiciaria não póde relaxar da prisão o individuo que tenha sido a ella recolhido por ordem ou á requisição da autoridade administrativa.

Assim foi resolvido pela decisão n. 253, de 22 de Novembro de 1871, que alludiu ainda á incompetencia do chefe de policia para soltar um thesoureiro que fôra preso em execução e de conformidade com o disposto nos artigos 2.º e 3.º do decreto 657 citado.

— O Supremo Tribunal de Justiça julgou-se competente para tomar conhecimento do *habeas-corpus*, requerido por um ex-the-soureiro, da prisão administrativa effectuada por ordem do Ministerio da Fazenda.

Sendo tal prisão, na fôrma da Lei de 1849, acto puramente administrativo e da exclusiva competencia do presidente do Tribunal do Thesouro, e não podendo, nos termos do decreto n. 2.548, de 10 de Março de 1860, artigo 39, conhecer delle quaesquer autoridades ou tribunaes judiciarios, determinou a decisão n. 152, de 8 de Agosto de 1878, que se levantasse o necessario conflicto de jurisdicção, como prescreveram o decreto por ultimo referido e o de n. 124, de 5 de Fevereiro de 1842.

— Em 1880 o então Ministerio da Agricultura consultou ao da Fazenda, em Aviso n. 48, de 28 de Agosto, se, no caso de tornar-se necessaria a prisão administrativa de algum empregado do Correio, na hypothese do artigo 15, paragrapho 2.º, do regulamento approved pelo decreto n. 4.743, de 23 de Junho de 1871, os administradores da dita repartição, eram competentes para requisitar a mesma prisão, ou se semelhante attribuição cabia sómente aos inspectores das thesourarias de Fazenda.

Respondeu-lhe o Ministerio da Fazenda, pelo Aviso de 24 do mez seguinte ao da consulta, aviso que se tornou depois a decisão n. 280, que os agentes da repartição postal estavam equiparados aos thesoueiros, recebedores, pagadores e outros responsaveis da Fazenda Nacional, aos quaes se refere o decreto de 1849 e como estes tambem passíveis da prisão administrativa decretada pelo alvará de 28 de junho de 1808.

Pelo citado regulamento não se havia conferido aos administradores dos Correios attribuição para resolver e requisitar tal prisão, como o fizera o decreto de 1849 a respeito dos inspectores das thesourarias, e, envolvendo essa attribuição acto jurisdiccional, sus-

tentou o Ministerio da Fazenda não ser possível presumil-a concedida quando não estivesse expressamente consignada em Lei.

“E quando se julgue conveniente que taes prisões administrativas sejam logo requisitadas pelas administrações dos Correios, será preciso, neste caso, conferir-se-lhes a jurisdição, o que só se pôde effectuar por meio de decreto.”

— Pela decisão n. 200, de 27 de Novembro de 1886, notificou-se ás thesourarias de Fazenda que a prisão administrativa dos responsaveis alcançados para com a Fazenda Publica, e de que trata o decreto de 5 de Dezembro de 1849, é admissivel ainda depois de demittidos os ditos responsaveis, conforme explicaram as ordens ns. 34, de 3 de Abril, e 90, de 30 de Julho de 1850.

— A’ presidencia de Minas Geraes a decisão n. 42, de 22 de Maio de 1888, encarregou-se de declarar que a prisão administrativa, estabelecida por aquelle decreto, constitue uma excepção ao direito commum, unicamente justificada pelo interesse de salvaguardar as rendas do Estado.

Ainda no anno de 1888, em 23 de Junho, foi expedida a decisão n. 52, firmando o principio de que a prisão administrativa, sendo equiparavel á preventiva, não podia verificar-se após o decurso de um anno da data do crime.

“João Alfredo Correia de Oliveira, presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão, em resposta ao seu officio n. 57, de 16 de Abril proximo findo, que lhe cumpre obedecer á decisão do Tribunal da Relação da mesma Provincia, concedendo *habeas-corpus* ao ex-collector das rendas geraes do municipio de Caxias, Alexandre Alves da Costa, contra quem fôra expedida ordem de prisão administrativa na fôrma do decreto n. 657, de 5 de Dezembro de 1849; porquanto tal prisão, equiparavel á preventiva, não pôde ter lugar depois de decorrido um anno da data do crime, conforme dispõe o artigo 13, paragrapho 4.º, da Lei n. 2.033, de 20 de Setembro de 1871. O que convém, portanto, é accelerar-se o processo de tomada de contas dos responsaveis, para que não se reproduza o facto estranhavel de precisar-se empregar agora medida de rigor para cobrança do alcance de um exactor que deixou o exercicio do cargo respectivo no anno de 1866.”

Cumpre-nos salientar que o paragrapho 4.º do artigo 13 da

Lei de 1871, alludido na decisão transcripta, bem como o parágrafo 3.º do artigo 29 do decreto n. 4.824, de 29 de Novembro do mesmo anno, foram revogados pelo paragrapho 2.º do artigo 27 da Lei n. 2.110, de 30 de Setembro de 1909.

Desde essa data, nos delictos inafiançaveis é decretavel a prisão preventiva, independente do decurso de qualquer prazo, uma vez que não se ache prescripto o direito de punir.

O paragrapho 2.º do artigo 31 do decreto n. 4.780, de 27 de Dezembro de 1923, sobre crimes de peculato, moeda falsa etc., só veio revogar o que já se achava revogado...

(Segunda parte — Periodo republicano)

I — *Na organização da Justiça Federal se manteve a jurisdição da autoridade administrativa para ordenar a prisão dos responsáveis por dinheiros e valores pertencentes ao Estado.*

II — *A competencia conferida ao Tribunal de Contas não póde prejudicar a do Governo e seus agentes para a immediata detenção dos alcançados.*

III — *Não terá cabimento o habeas-corpus nos casos de prisão administrativa, salvo exhibição de documento de quitação ou deposito de alcance.*

IV — *Expirado o prazo de tres mezes sem se intentar a competente acção criminal, não poderá ser mantida a prisão administrativa por illegal, dando, então, direito ao recurso de habeas-corpus.*

V — *Aos inspectores das Alfandegas fallece competencia legal para a decretação da prisão administrativa dos responsáveis á Fazenda.*

Quando em 1892 foi, pela primeira vez, regulamentado o Tribunal de Contas pelo Decreto n. 1.166, de 31 de Dezembro, no artigo 30 se lhe conferiu a competencia de propôr ao ministro da Fazenda, não só a suspensão dos responsáveis que não satisfizessem a prestação de contas ou não entregassem os livros e do-

cumentos de sua gestão dentro dos prazos fixados nas leis e regulamentos, ou quando, não havendo taes prazos, fossem intimados para esse fim, como tambem a prisão administrativa, nos termos do Decreto n. 657, de 1849, dos responsaveis remissos ou omissos em fazer as entradas dos dinheiros a seu cargo nos prazos marcados pelas leis, regulamentos, instrucções ou quaesquer outros actos, promovendo contra elles e seus fiadores os sequestros e mais processos civis competentes para a segurança e embolso da Fazenda Federal.

A Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, mandada executar pela circular n. 17, de 20 de Abril de 1894, enumerou, entre as attribuições dos inspectores das Alfandegas, nos Estados em que não houvesse Delegacias Fiscaes (artigo 85, paragrapho 18), a de tornar effectiva a responsabilidade criminal de todos os alcançados, requerendo contra elles a prisão administrativa, a que se refere o Decreto de 1849, nos casos neste estabelecidos.

Pela Lei n. 221, de 20 de Novembro de 1894, que veio completar a organização da Justiça Federal, approvada pelo Decreto n. 848, de 11 de Outubro de 1890, foi mantida no artigo 14 a jurisdicção da autoridade administrativa, concedida pelo Decreto n. 657, para ordenar a prisão de todo e qualquer responsavel pelos dinheiros e valores pertencentes á Fazenda Federal, ou que, por qualquer titulo, se acharem sob a guarda da mesma, nos casos de alcance ou de remissão, ou omissão em fazer as entradas nos devidos prazos, não sendo admissivel a concessão de *habeas-corpus* por autoridade judiciaria, salvo se a petição do impetrante vier instruida com documento de quitação ou deposito do alcance verificado.

O artigo alludido declara ainda competentes para ordenar a prisão administrativa: nesta capital — o ministro da Fazenda, e nos Estados — os inspectores das Alfandegas e os chefes ou directores das Delegacias Fiscaes, relativamente aos individuos que funcçãoarem ou se acharem nos Estados.

Duas observações se impõem.

A denominação usada pela Lei — “chefes ou directores das Delegacias Fiscaes” — se refere sómente aos delegados fiscaes, que são os immediatos representantes do Ministerio da Fazenda nos Estados, *ex-vi* do artigo 22 do Decreto n. 5.390, de 10 de Dezembro de 1904.

Com a expedição do Decreto n. 2.807, de 31 de Janeiro de 1898, perderam os inspectores de Alfandegas a competencia para ordenar a prisão administrativa como adeante demonstraremos.

Na reorganização dos serviços do Tribunal de Contas, estabelecida pelo Decreto legislativo n. 392, de 8 de Outubro de 1896, se estatue no artigo 3.º, ns. 3 e 4, que esse instituto exercitará a sua

jurisdição contenciosa, ordenando a prisão dos responsáveis com alcance julgado em sentença definitiva ou, quando intimados para dizerem sobre o alcance verificado de tomada de contas, procurarem ausentar-se furtivamente ou abandonarem o emprego, a comissão ou o serviço de que se acharem encarregados ou houverem tomado por empreitada.

O tempo de duração de prisão administrativa não poderá exceder de tres mezes, findos os quaes serão os documentos que houverem servido de base á decretação da medida coercitiva, remettidos ao Dr. Procurador Geral da Republica para instaurar o processo por crime de peculato, nos termos do artigo 14 do Decreto legislativo n. 221, de 1894.

A competencia conferida ao Tribunal não prejudicará, entretanto, a do Governo e seus agentes, na fôrma deste ultimo dispositivo, para ordenar immediatamente a detenção provisoria do responsavel alcançado, até que o mesmo Tribunal delibere sobre a dita prisão, sempre que assim o exigir a segurança da Fazenda Nacional.

Todas essas prescripções foram incluídas no respectivo Regulamento approved pelo Decreto n. 2.409, de 23 de Dezembro de 1896, artigo 71, paragrapho 3.º, e letras *a* e *b*.

Pelo Decreto n. 1.166, de 1892, o Tribunal de Contas só tinha, então, competencia para propôr ao ministro da Fazenda a prisão administrativa.

O Decreto n. 2.807, de 31 de Janeiro de 1898, reorganizando as repartições de Fazenda, manteve no artigo 17, n. 19, a competencia do Ministerio para suspender provisoriamente os responsaveis e bem assim para ordenar a prisão administrativa nos mesmos termos em que se acham concebidos os dispositivos citados do Regulamento do Tribunal de Contas.

Ainda no anno de 1898, foi expedido o Decreto n. 3.084, de 5 de Novembro, consolidando as disposições concernentes á Justiça Federal.

No artigo 354, da Parte II, letra *c*, tratando do *habeas corpus*, se dispoz que tal recurso não terá cabimento nos casos de prisão administrativa de responsaveis para com a Fazenda Nacional que se acharem alcançados ou forem remissos ou omissos em fazer as entradas de dinheiro e valores a seu cargo nos prazos legaes, salvo se a petição de *habeas-corpus* vier instruída com documento de quitação ou deposito do alcance verificado.

Mas, para que semelhantes prisões se possam considerar legaes estatuiu o artigo 356 que deverão ser ordenadas:

a) — pelo ministro da Fazenda, no Districto Federal, e, nos Estados, pelos inspectores das Alfandegas e

os chefes ou directores das Delegacias Fiscaes, contra os responsaveis por saldos não recolhidos, e provisoriamente contra responsaveis com alcances fixados pelo Tribunal de Contas, até que neste ultimo caso o mesmo Tribunal delibere sobre a dita prisão.

b) — pelo Tribunal de Contas, contra os responsaveis que, estando condemnados ao pagamento do alcance fixado em sentença definitiva do mesmo Tribunal, ou tendo sido intimados para dizerem sobre o alcance verificado em processo corrente de tomada de contas procurarem ausentar-se furtivamente, ou abandonarem o emprego, a commissão ou serviço de que se acharem encarregados ou que houverem tomado por empreitada.

Não será impertinencia que salientemos que ao Decreto n. 3.084, não cabia mais alludir á competencia dos inspectores de Alfandegas para ordenação da prisão administrativa, porque semelhante poder lhes havia sido conferido pelo artigo 85 da Consolidação das Leis das Alfandegas de 1894, para ser exercitado apenas nos Estados em que não houvesse Delegacias Fiscaes que vieram, por sua vez, substituir as Thesourarias de Fazenda.

A Consolidação das Leis das Alfandegas de Abril de 1885 não outorgava aquella competencia aos inspectores das Alfandegas, porque em cada Provincia do Imperio existia uma Thesouraria de Fazenda, e já esclarecemos que pelo Decreto n. 657, de 1849, só duas autoridades podiam ordenar a prisão administrativa — na Côrte — o ministro, secretario do Estado dos Negocios da Fazenda, e presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional; e nas Provincias — os inspectores das citadas Thesourarias.

Estas repartições foram, no entanto, extintas, pelo artigo 94, letra c, do Decreto n. 1.166, de 1892, e creadas, para substituil-as em alguns Estados, Delegacias Fiscaes.

Ficaram estas, por força da lei, com as attribuições das Thesourarias extintas e portanto unicas competentes para ordenar a prisão administrativa nos Estados em que se acham localizadas.

Nos Estados em que havia, porém, Alfandegas e não se verificou installação de Delegacia Fiscal, ás repartições aduaneiras couberam, em virtude do artigo 15, letra j, daquelle Decreto, todos os encargos que pertenciam ás extintas Thesourarias de Fazenda, quer em relação ao lançamento dos impostos, etc., quer com referencia aos serviços de ordens diversas especificados na legislação anterior e por esta attribuidos ás estações fiscaes.

E assim foi que nasceu a competencia que tiveram, durante um quinquennio, as Inspectorias das Alfandegas, competencia a que

a Consolidação das Leis Alfandegarias de 1894, expressamente se referiu no seu artigo 85, parágrafo 18.

Mas, tendo, conforme vimos, o Decreto n. 2.807, de Janeiro de 1898, determinado a criação de uma Delegacia em cada Estado que ainda não a possuía, desapareceu por isso a condição unica em que se poderia verificar a attribuição de ordenar o inspector da Alfandega a prisão administrativa.

Eis por que reputámos desnecessaria a referencia feita pelo Decreto n. 3.084.

Entretanto, pela razão de termos como certo que aos inspectores fallece hoje competencia legal para a ordenação da prisão, que estudamos, cabendo-lhes, apenas, requisital-a dos delegados fiscaes não queremos dizer que não reconheçamos que muito lucrariam os interesses fiscaes se no novoCodigo Aduaneiro, que se está elaborando, aquella competencia fosse taxativamente outorgada não só aos ditos inspectores de Alfandegas como aos Administradores das Mesas de Rendas, situadas fóra das sédes das Delegacias Fiscaes.

Compreende-se que tendo aquella prisão por principal escopo evitar que o responsavel se ausente furtivamente, constitue medida de character urgente que poderia ser grandemente prejudicada se as repartições aduaneiras, distantes da séde das Delegacias, aguardassem as providencias requisitadas a estas para tornarem, então, effectiva a detenção dos responsaveis pelas autoridades policiaes.

E a inclusão de semelhante attribuição noCodigo Aduaneiro não constituiria illegalidade, porquanto a prisão administrativa não é materia de direito substantivo, da exclusiva competencia do Congresso Nacional. — “REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL” — volume XXIV, fls. 114).

Relativamente ás Mesas de Rendas, dispõe o artigo 133 da Nova Consolidação que taes repartições e seus empregados, no exercicio de suas funcções e nos limites das attribuições, que lhes competem, têm a mesma autoridade, obrigações e responsabilidades das Alfandegas e seus empregados.

O Decreto n. 3.084, na parte final do artigo 356 citado, ainda alludiu á duração da prisão administrativa que não poderá exceder ao prazo de 3 mezes, findo o qual os documentos, que tiverem servido de fundamento á decretação da medida exercida, deverão ser transmittidos ao Procurador Geral da Republica para instaurar o processo por crime de peculato.

Entre as attribuições da alçada das Delegacias Fiscaes, discriminadas na reforma de serviços approvada pelo Decreto n. 5.390, de 10 de Dezembro de 1904, e que se acha em vigor com pequenas

alterações, encontra-se, no artigo 2.º, n. 19, 2.ª parte, a de ordenar a prisão administrativa dos que, estando condemnados a pagamento de alcance fixado em sentença definitiva ou tendo sido intimados para dizerem sobre o alcance verificado em processo corrente de tomada de contas, procurarem ausentar-se furtivamente ou abandonarem o emprego, a comissão ou o serviço de que se acharem encarregados ou que tiverem tomado por empreitada.

Na organização institucional do Thesouro decretada pela Lei n. 2.083, de 30 de Julho de 1909, foi pelo artigo 10, paragrapho 3.º, letra c, dada á 2.ª secção da então Directoria do Gabinete o encargo do preparo do expediente, a ser assignado pelo ministro, nos processos sobre prisões administrativa.

O Regulamento aprovado pelo Decreto n. 7.751, de 23 de Dezembro de 1909, expedido para a execução dos serviços de administração geral da Fazenda Nacional, consignou no artigo 10, n. 9, obedecendo ao preceito da Lei n. 2.083, competir ao Ministerio da Fazenda a prisão dos agentes fiscaes, e no artigo 193, ser da attribuição da alludida 2.ª secção organizar o processo para a expedição da ordem de prisão administrativa dos responsaveis, nos casos previstos no Decreto n. 657, de 1849, e artigo 14, da Lei n. 221, de 1894.

“Decretada pelo ministro a detenção do responsavel, remetterá o Director do Gabinete os papeis ao Tribunal de Contas, para os fins do dispositivo do segundo membro do n. 3, do artigo 3.º, do Decreto legislativo n. 392, de 8 de Outubro de 1896.”

A reorganização por que passou o Tribunal de Contas em 1918, pelo Decreto n. 13.247, de 23 de Outubro, nenhuma alteração trouxe ao assumpto que estamos estudando, limitando-se em repetir no artigo 23, n. III, com pequenas modificações de fôrma, o que havia disposto o paragrapho 3.º, letras a e b, do artigo 71 do Decreto numero 392, de 1896.

O Regulamento que baixou com o Decreto n. 13.868, de 12 de Novembro de 1919, não fez mais do que reproduzir em o artigo 31, n. III, o que já estava regulado no Decreto anterior.

O Regulamento actualmente em vigor sobre os serviços da administração geral da Fazenda foi approved pelo Decreto n. 15.210, de 28 de Dezembro de 1921, e em seu artigo 6, letra g, consignou simplesmente que ao ministro da Fazenda compete ordenar a prisão dos responsaveis para com a Fazenda Nacional, nos casos do Decreto n. 657, de 1849 e do artigo 14 da Lei n. 221, de 1894.

O Regulamento do Tribunal de Contas foi, mais uma vez modificado em 1922, pelo Decreto n. 15.770, de 1 de Novembro

de 1922, e o artigo 31, n. III, reproduz "ipsis verbis" o dispositivo do penultimo regulamento sobre prisão administrativa dos responsáveis.

As decisões, ordens, etc., do Ministerio da Fazenda, conforme veremos em breve, determinam que a remessa pelos chefes das repartições, dos documentos sobre desfalque, se faça ao Procurador da Republica, na secção do respectivo Estado, e os Regulamentos do Tribunal de Contas e o Decreto n. 3.084, de 1898, só se referem á transmissão de taes documentos do Procurador Geral da Republica.

E assim fizemos um resumo chronologico das Leis, Decretos e Regulamentos, expedidos no regimen republicano e que mais necessarios nos pareceram.

(Terceira parte — Periodo republicano — Decisões e Accordams)

I — *Providencias acauteladoras dos interesses do fisco recommendadas pelas decisões do Ministerio da Fazenda.*

II — *Na generalidade da expressão — "prisão preventiva", de que usa o Codigo Penal, achando-se virtualmente comprehendida a prisão administrativa, o tempo deve ser computado na pena legal.*

III — *Ordenada por força de disposição regulamentar não constitue coacção illegal e abuso de poder.*

IV — *Não se tratando de responsavel para com a Fazenda a prisão só póde ser decretada por outoridade judiciaria em processo criminal, não se podendo applicar as disposições leaes referentes á prisão administrativa.*

V — *Não se justifica tal prisão fóra dos casos expressamente declarados, devendo relaxar-se por habeas-corpus, a que fôr ordenada sem a prova regular dos factos arguidos.*

VI — *Conta-se o prazo de tres mezes*

da data em que se tornou effectiva a detenção e não do dia em que desta teve conhecimento a autoridade administrativa que a ordenou.

Na primeira parte do estudo que vimos fazendo, alludimos ás leis e decretos principaes e á jurisprudencia da administração no tempo do imperio sobre prisão administrativa; na segunda só nos foi possível occupar da legislação no periodo republicano.

No presente capitulo completaremos o trabalho com a citação de algumas decisões ministeries e meia duzia de accordams do Supremo Tribunal, que se contêm em nossos apontamentos.

Os que nos dão a honra de sua leitura concordarão comnosco que a apreciação do assumpto ficaria falha se doutro modo procedessemos.

Effectuada a prisão administrativa de um responsavel, providencias outras acauteladoras dos interesses do fisco deverão ser tomadas pelo chefe da repartição consoante o que foi recommendado pela ordem que segue:

— “Sr. Delegado Fiscal em S. Paulo.

N.º 311 — Declaro-vos para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, tomando conhecimento da prisão do administrador da Mesa de Rendas Federaes de Iguape, H. M., pelas razões e que déstes conta no telegramma de 11 de Julho proximo findo, resolveu, por despacho do dia 29, recommendar-vos que, depois de expirado o prazo a que vos referistes sem o recolhimento dos saldos verificados, providencieis no sentido de ser promovida a prisão judiciaria do responsavel, procedendo-se ao sequestro da sua fiança ou de quaesquer outros bens que possua e de serem tambem tomadas as suas contas, com a maxima urgencia, para que sejam submettidas ao julgamento do Tribunal de Contas.”

(“D. Official”, de 5 de Agosto de 1913).

A denuncia do responsavel pelo Procurador da Republica não fica, entretanto, na dependencia da effectividade da prisão administrativa, e isso ficou bem claro na Ordem do Ministerio da Fazenda, abaixo transcripta, e em que se recommendam egualmente as medidas que se impõem em caso de alcance:

— “Sr. Delegado Fiscal no Piahy”:

N.º 62 — De accôrdo com o despacho do Sr. Ministro, de 30 do mez findo, proferido sobre o objecto do

officio n. 50, de 31 de Julho ultimo, em que fazeis considerações quanto á denuncia offerecida pelo Procurador da Republica contra o thesoureiro da Administração dos Correios desse Estado, A. de S. R., á vista dos documentos enviados directamente pelo administrdor da referida repartição, denuncia que julgaes prematura, por não ter sido effectuada a prisão administrativa do responsável, declaro-vos, para os devidos fins, que não procedem as vossas considerações, porquanto, terminado o inquerito administrativo e verificado o alcance, promove-se a prisão administrativa do responsável, remettedo-se não só o processo ao Tribunal de Contas, em original, para o julgamento da tomada de contas, como tambem uma cópia d'elle ao Procurador Seccional para o processo judicial, que se inicia com a denuncia.

Ainda nos termos do mesmo despacho, e em solução á consulta constante do final do vosso alludido officio, declaro-vos que, em casos futuros, deveis requisitar á policia local a prisão administrativa de qualquer responsável, por isso que os Delegados fiscaes são competentes para decretar directamente a questionada prisão, em face do disposto no artigo 14 da Lei n. 221, de 20 de Novembro de 1894."

("D. Off.", de 20 de Outubro de 1914).

Verificado o alcance, o sequestro da fiança e de quaesquer outros bens poderá ser feito independentemente de prazo marcado para o reconhecimento do desfalque, convertendo-se depois a prisão administrativa em judicial:

— "Sr. Delegado Fiscal na Parahyba."

N.º 4 — De accôrdo com o despacho do Sr. Ministro, de 5 do vigente, exarado no processo, a que está annexo o vosso telegramma de 27 de Dezembro proximo findo, á Procuradoria Geral da Fazenda Publica, recommendo-vos providencieis no sentido de ser preso administrativamente o thesoureiro dessa Delegacia, como responsável pelo desfalque ahi occorrido, sendo-lhe marcado o prazo de 30 dias para entrar com o desfalque, devendo, se o não fizer dentro deste prazo, ser os necessarios documentos remettidos ao Sr. Procurador da Republica, para ser convertida a prisão administrativa em judicial.

Igualmente vos declaro, nos termos do mesmo despacho, que o sequestro da fiança e de quaesquer bens do

referido thesoureiro deve ser feito desde já, independente da terminação do prazo marcado.

Confirmo, assim, meu telegramma do dia 6."

("D. Off.", de 14 de Janeiro de 1917).

O Supremo Tribunal Federal, por accordam de 19 de Setembro de 1900, decidiu que o tempo da prisão administrativa deve ser computado na pena legal, uma vez que na generalidade da expressão — prisão preventiva — de que usa o Código Penal, se acha virtualmente comprehendida a prisão preventiva administrativa, e porque esta, da mesma sorte que a judiciaria, impõe ao indiciado o soffrimento da privação mais ou menos prolongada da sua liberdade. ("Rev. da Jurisprudencia" — Vol. II — pag. 250).

— E' legal a decretada pelo Juiz Federal á requisição do Delegado Fiscal (Acc. n. 2.770, de 30 de Setembro de 1909).

— As pessoas estranhas á administração, ainda que cúmplices ou co-autores de um crime contra a Fazenda Nacional, não estão sujeitas á prisão administrativa. (Accs. ns. 2.808, de 27 de Janeiro de 1910; 3.214, de 27 de Julho de 1912; 3.813, de 17 de Julho de 1915 — "D. Off." de 24 de Novembro de 1915).

— Em consequencia de desfalque contra a Fazenda Publica, a prisão não póde exceder de periodo de tres mezes.

Findo esse prazo, se não fôr intentada acção criminal contra o responsavel, a continuação da mesma prisão é illegal e dará assim direito á soltura do paciente por *habeas-corpus*.

(Accs. ns. 2.847, de 6 de Abril de 1910; 3.346, de 5 de Abril de 1913 — "Diario Official" de 3 de Janeiro de 1914; 3.700, de 27 de Dezembro de 1914; 4.292, de 13 de Janeiro de 1917 — "D. Off.", de 26-5-918; 4.330, de 28 de Julho de 1917 — "D. Off." de 18-12-918; 4.535, de 22 de Maio de 1918 — "D. Off." de 29-9-918).

— O Accordam n. 2.928, de 17 de Setembro de 1910, julgou legal a de um guarda fio que accumulava funcções de auxiliar de escripta e encarregado de pagamentos e recebimentos.

— O Supremo Tribunal negou provimento ao recurso para confirmar a sentença recorrida que concedeu ordem de soltura ao paciente, telegraphista de 2.^a classe, preso administrativamente, como responsavel do desvio da quantia de 20 contos.

Embora culpado do desvio dessa quantia, proveniente de taxas arrecadadas e de cujo recolhimento aos cofres publicos estava incumbido pelo chefe da estação em que servia, não é, entretanto, aquelle funcionario responsavel para com a Fazenda, porquanto essas importancias não estavam a seu cargo em razão de emprego,

mandato ou comissão, mas simplesmente por autorização daquelle chefe que, desse modo lhe delegava indevidamente attribuições da sua exclusiva alçada.

Não sendo, portanto, um responsavel para com a Fazenda, a sua prisão só podia ser decretada por autoridade judiciaria em processo criminal a que tivesse de responder, não estando, pois, sujeito ás disposições legais referentes á prisão administrativa.

(Acc. n. 3.297, de 14 de Dezembro de 1912 — “D. Off.” de 27 de Maio de 1914).

— Sustentou ainda o Tribunal Supremo que a prisão de pessoa que não pertence ao Ministerio da Fazenda, nem é funcionario que tenha sob sua guarda dinheiros, bens ou effeitos pertencentes á Fazenda, não é da alçada dos Delegados Fiscaes, mas sim, como prisão preventiva, da dos Juizes substitutos, competentes para a formação da culpa.

(Acc. n. 3.214, de 27 de Julho de 1912 — “D. Off.”, de 14-2-913).

— Não é responsavel para com a Fazenda o funcionario que, por delegação indevida de seu superior, exerce tal attribuição, escapando, portanto, á incidencia da prisão administrativa em que só incorrem os que “em razão do emprego, mandato ou comissão têm a seu cargo dinheiros ou valores publicos.”

(Acc. n. 3.297, cit.).

— Não se justifica a prisão administrativa fóra dos casos expressamente declarados para ella, devendo, por isso, relaxar-se a que fôr ordenada sem a prova regular de factos arguidos e por via de *habeas-corpus* se poderá assim decidir. (Acc. n. 3.566, de 8 de Julho de 1914 — “D. Off.” de 16-12-914).

— Decretada em virtude de regulamento não constitue coacção illegal e abuso de poder. (Acc. de 19 de Dezembro de 1914).

— Os regulamentos da administração estão subordinados á regra do artigo 14 da Lei n. 221, de 20 de Novembro de 1894, que manteve em vigor o decreto de 1849, competindo ao chefe da repartição, a que pertencer o responsavel, reclamar a prisão deste, requisitando-a das autoridades a quem a lei conferiu, por excepção, a faculdade de concedel-a, e, uma vez deferida, solicitar então da policia a respectiva captura. (Acc. n. 3.515, de 15 de Abril de 1914 — “D. Off.” de 29-8-914).

— A prisão administrativa sómente é admissivel contra os responsaveis para com a Fazenda Nacional que se acharem alcançados, ou forem remissos ou omissos em fazer as entradas de dinheiros e valores a seu cargo nos prazos legais, não podendo ser ampliada

a outros casos. (Acc. n. 3.690, de 19 de Dezembro de 1914 — “D. Off.” de 6-2-916).

— O seu prazo conta-se da data em que se tornou effectiva a detenção e não do dia em que della teve conhecimento a autoridade administrativa que a requisitou da policia. (Acc. n. 3.641, de 21 de Outubro de 1914 — “D. Off.” de 28 de Março de 1916).

— Não cabe o “habeas-corpus” para livrar a prisão administrativa, que é um meio coercitivo para coagir os empregados fiscaes remissos a entrar com os saldos verificados em seu poder. (Acc. de 23 de Junho de 1915 — “D. Off.” de 20 de Abril de 1917).

— Em 1915 o Supremo Tribunal decidiu que o Director Geral dos Correios, a Administração, a Sub-administração e os funcionarios commissionados para as inspecções, têm competencia para decretar a prisão dos empregados postaes responsaveis pelos dinheiros e valores nacionaes confiados á sua guarda.

“A expressão requisitar, de que se serve o Regulamento dos Correios, presuppõe o poder de ordenar, achando-se por força do referido texto, investidos taes funcionarios da mesma competencia conferida aos Inspectores das Alfandegas e Delegados Fiscaes.” (Acc. n. 3.769, de 5 de Maio de 1915 — “D. Off.” de 6 de Outubro de 1915).

Vejamos a disposição, fundamento da doutrina deste accordam.

O artigo 498 do Regulamento da Repartição dos Correios está concebido nos seguintes termos:

“Os empregados do Correio e os encarregados do serviço postal estão sujeitos á prisão administrativa, nos casos do Decreto n. 657, de 5 de Dezembro de 1849, e o artigo n. 36, da Lei n. 628, de 17 de Dezembro de 1851; e em taes casos são competentes para *requisitar a prisão* o Director Geral dos Correios, os Administradores e funcionarios commissionados para as inspecções.”

Mas da competencia para *requisitar* á de *conceder*, entendemos, com o devido respeito áquella decisão, que vae uma grande distancia.

Para nós a bôa doutrina está contida no accordam n. 3.515, de 1914, já transcripto.

Neste o Supremo Tribunal se encarregou de salientar a perfeita distincção entre os termos — *requisitar* e *conceder*.

As prisões administrativas dos agentes postaes, pelos *desfalques* ha poucos annos verificados nesta Capital, foram todas ordenadas pelo Ministro da Fazenda á requisição dos Correios, conforme

provam as sentenças dos Juizes Federaes das duas varas desta Capital e que adeante transcreveremos.

O accordam fala ainda em inspectores das Alfandegas.

No capitulo anterior manifestámos a opinião de que não têm elles mais competencia para a decretação da prisão desde 1898.

Além do que muito dissemos, temos a accrescentar que o artigo 23 do Decreto n. 2.807, de 31 de Janeiro daquelle anno, revogou expressamente o artigo 15 do Decreto n. 1.166, de 1892, que outorgava tal competencia.

— A prisão administrativa não é applicavel a toda e qualquer pessoa, mas ao funcionario administrativo, e assim mesmo não indistinctamente, porém, apenas contra aquelles que tiverem dinheiros publicos em seu poder e forem remissos na entrega. (Acc. n. 3.813, de 17 de Julho de 1915 — “D. Off.” de 24 de Novembro de 1915).

— Independe de prévia ratificação do Juiz formador da culpa, (Acc. n. 3.801, de 23 de Janeiro de 1915 — “D. Off.” de 20 de Abril de 1917).

— Não é illegal a prisão administrativa dos funcionarios que têm sob sua guarda dinheiros ou valores publicos nos casos de alcance, remissão ou omissão em fazer as entradas nos devidos prazos.

Essa medida coercitiva não é inconstitucional. E a prisão é legal, quando ordenada pela autoridade autorizada pela lei e não exceda o prazo legal. (Acc. de 23 de Setembro de 1916 — “D. Off.” de 21 de Janeiro de 1919).

— Não cabe a prisão, provada a inexistencia do prejuizo para a Fazenda Nacional. (Acc. n. 3.932, de 12 de Abril de 1916 — “D. Off.” de 29 de Dezembro de 1918).

— Só é legitima quando se baseia em documentos que possam justificar a instauração do processo por crime de peculato e não se applica contra indiciados em quaesquer outros crimes ainda que funcionaes. (Acc. n. 3.916, de 22 de Abril de 1916 — “D. Off.”, de 7 de Novembro de 1916).

—, E' illegal desde que o culpado entrou para os cofres publicos com a importancia respectiva, cabendo, caso a prisão se mantenha, a concessão de *habeas-corpus*. (Acc. n. 4.100, de 18 de Outubro de 1916 — “D. Off.” de 23 de Junho de 1917).

— A prisão administrativa não é materia do direito substantivo, da exclusiva competencia do Congresso Nacional. (REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL — Vol. XXIV, folhas 114).

— Só se effectua quando o responsvel tenta ausentar-se furtivamente ou abandona o emprego, a commissão ou o serviço de que se acha encarregado. (Acc. n. 4.446, de 1 de Dezembro de 1917 — “D. Off.” de 29 de Setembro de 1918).

— Os indiciados em crime de contrabando não estão sujeitos á prisão administrativa. (Acc. n. 4.398, de 10 de Outubro de 1917 — “D. Off.” de 17 de Abril de 1918).

Agora uma sentença de cada vara federal desta Capital, em recurso de *habeas-corpus*.

“Conforme as informações, a paciente está presa por ordem do Ministro da Fazenda, de 1 do corrente mez, por ter deixado de recolher aos cofres publicos as differenças verificadas nas sua contas, na qualidade de Agente do Correio de

Ora, o artigo 14 da Lei n. 221, de 20 de Novembro de 1894, manteve a jurisdição da autoridade administrativa, determinada pelo decreto n. 657, de 5 de Dezembro de 1879, para ordenar a prisão de todo e qualquer responsavel pelos dinheiros e valores pertencentes á Fazenda Federal, ou que, por qualquer titulo, se achar sob a guarda da mesma, nos casos de alcance ou de remissão ou de omissão em fazer as entradas nos devidos prazos, não admittindo a concessão de *habeas-corpus* por autoridade judiciaria, salvo se a petição do impetrante fôr instruida com documento de quitação ou deposito do alcance verificado, ou tiver decorrido o prazo de tres mezes, maximo estabelecido para a duração de tal prisão.

Nestas condições, denego a ordem impetrada e condemnno a impetrante nas custas.”

(Sentença de 6 de Setembro de 1916, do saudoso Juiz Sr. Raul de Souza Martins, — “D. Off.” de 14).

“Vistos e examinados estes autos de *habeas-corpus*, requerido pelo Dr. Helvecio da Silva Gusmão em favor de D., agente do Correio da estação de..., presa administrativamente á ordem do Ministro da Fazenda, por não ter cumprido a intimação para entrar para os cofres publicos com a quantia de 1:316\$541, proveniente da differença verificada entre os saldos accusados nos balancetes dos exercicios de 1915 e 1916 até Julho e os recolhimentos effectivamente feitos *ut* informações de fls. 15.

E considerando:

Que o pedido não está instruido com o documento de quitação ou deposito do alcance em que foi achada a paciente;

Que a autoridade que expediu a ordem de prisão é competente para fazel-o;

Que a paciente tinha sob sua guarda dinheiros publicos;

Que a prisão não excedeu o prazo legal;

Que em tal caso a Lei veda expressamente a concessão de *habeas-corpus* (Lei n. 221, de 1894, artigo 14; Decreto n. 3.084, de 1898, Parte II, artigos 354 e 356);

Julgo improcedente o recurso e nego a ordem pedida.

Custas *ex-causa*."

(Sentença de 16 de Setembro de 1916, do então Juiz, hoje Ministro Procurador Geral da Republica, Exmo. Sr. Dr. Pires e Albuquerque — "D. Off." de 21).

Está findo o nosso trabalho.

Outros, mais competentes, que o corrijam e completem.

1924.

MALAQUIAS DOS SANTOS.

TERCEIRA PARTE

NOTAS E COMMENTARIOS

NOTA I

DIREITO PENAL BRASILEIRO

(Pelo Dr. Galdino Siqueira, Parte Especial — Rio, 1924)

O integro e culto magistrado que, ao publicar o primeiro volume, já dera tão eloquente mostra do valor de seu recente trabalho, acaba de confirmar plenamente a lisongeira expectativa com que era aguardado o apparecimento deste segundo tomo.

O Dr. Galdino Siqueira é um vivo argumento em favor da especialização da magistratura em cada um dos diversos ramos do direito. Não que S. S. não se haja revelado, na vara civil de que recentemente foi empossado, um Juiz modelo, sob todos os pontos de vista: mas é que o seu laureado nome adquiriu tamanho fulgôr em materia de Direito Penal, que pena é ficar o preclaro mestre, até que se dê o seu ingresso na camara criminal da Côrte de Appellação, obstado de applicar aos casos concretos de cada dia todo o vasto e inexcedível cabedal que adquiriu nessa esphera da sciencia juridica.

No milheiro de paginas que constitue este volume, vêm analysadas e criticadas, á luz de centenas e centenas de autores e das jurisprudencias estrangeiras, federal e estaduaes, todas as figuras de delictos e contravenções contempladas em nossas Leis penaes, procurando o Autor seguir, para melhor methodo, a mesma classificação de nosso Codigo, embora della divergindo, porque na obra legislativa os capitulos “ficaram amalgamados e se approximam ou se separam sem attender á natureza juridica dos grupos de infracções ou de crimes previstos em uns e em outros”.

Cada dispositivo do Codigo se vê acompanhado da legislação posterior que lhe trouxe modificações, de modo que o commentario já abrange as Leis mais recentes.

Lendo essas mil paginas do volume, em typo miudo e compacto, recheadas das mais eruditas citações e da mais elevada das criticas, vê-se bem que o seu autor é o mesmo que tracejou, com a sua hoje consagrada maestria, o *Curso de Processo Criminal* e o *Projecto* de um novo Codigo Penal.

Entre as muitas e sensatas criticas neste livro feitas á actual

legislação, é de salientar a que se refere ao *casuismo exaggerado* de nosso Codigo. Querendo esmiuçar demasiadamente as hypotheses, o legislador creou verdadeiras situações de embaraço para o Juiz, a quem a Lei deve deixar a necessaria liberdade de apreciação para que elle se não embarace no julgamento de casos imprevistos ou imprevisíveis.

O *Direito Penal Brasileiro* está fadado a ser a obra classica entre os estudiosos desse ramo da sciencia juridica, e impossivel é, pelo seu equivalente merito, destacar para esta ligeira apreciação qualquer de suas paginas verdadeiramente magistraes.

NOTA II

REVISTA DE CRITICA JUDICIARIA

(N. 1 — Novembro de 1924 — Rio)

Sob a direcção do Dr. Nilo de Vasconcellos, dos melhores nomes da moderna geração de advogados, acaba de sahir o numero de estréa desta *Revista*, cujo programma é, realmente, uma necessaria novidade.

Como o seu nome está a indicar, propõe-se a *Revista de Critica Judiciaria* a — “impugnar ou defender as decisões judicarias, guardando sempre na critica o respeito que devemos aos seus pro-latores e a nós mesmos”.

Desse modo esperam os seus redactores — “collaborar com a magistratura do paiz no empenho de obter a melhor intelligencia e a mais facil applicação do direito vigente”.

Paginas adeante o grande nome de Clovis Bevilacqua assim tambem define os alevantados fins do novo periodico, de cujo corpo redaccional elle, Clovis, é parte integrante:

“A critica esclarece, dá realce aos pontos solidos do julgado, combate os desvios de doutrina e as interpretações infundadas, aprecia a applicação dos principios, descobre novos fundamentos para as decisões. Concorre, assim, para o encaminhamento da realização integral da justiça, que deve ser o alvo supremo da jurisprudencia.

“A função da critica deve ser mais constructiva do que negativa; ella encara o julgado como tentativa honesta de realizar o direito; por isso lhe dá apoio quando entender que colheu, na arvore juridica, o pomo de

ouro da verdade; desdobrará idéas em tórno das que elle agita, quando lhe parecer util ao progresso juridico essa explanação mais larga ou mais aprofundada dos principios em jogo; mas não hesitará em contrapôr as suas convicções scientificas e os seus principios a opiniões e affirmações contrarias.”

Esse elevado programma já começou a ser executado com o presente numero, em cujas primeiras paginas se lêem dois artigos de doutrina: o primeiro, da lavra do Desembargador Vieira Ferreira, sobre *Territorio Nacional*, e o segundo, firmado pelo Dr. Nilo Vasconcellos, sobre a *Interpretação da Lei nos julgamentos*.

Seguem-se os trabalhos de *critica* dos julgados, que vêm devidamente transcriptos.

E' assim que se lê um magnifico estudo do Professor Alfredo Bernardes, sobre a interpretação a dar ao artigo 506 do Codigo Civil, e que assim conclue:

“A' jurisprudencia dos Tribunaes compete, pois, attenuar os extremos rigores da applicação do preceito do art. 506 do Codigo Civil, para evitar verdadeiros *esbulhos judiciais*, com graves prejuizos dos proprietarios, pretensos réus espoliadores, principalmente nos casos em que tiverem usado de desforço (art. 502 do Codigo Civil) com dominio evidente e incontestado (art. 505 do Codigo Civil).”

Virgilio Barboza discorre sobre *Requisitos necesarios á pronuncia*; Antonio Pereira Braga sobre *os prazos para aggravar nos despachos de fallencia*; Cesar de Vasconcellos sobre *o erro no vencimento das notas promissorias*; Candido de Oliveira Filho sobre *nullidade de procuração passada em dia feriado*; Desembargador Vieira Ferreira sobre *Emancipação de filho familias* e Desembargador Virgilio de Sá Pereira sobre *os grandes julgados*.

Como redactores effectivos da *Revista* figuram os consagrados nomes de *Clovis Bevilacqua*, *Vieira Ferreira* e *Spencer Vampré*, o que só por si constitue seguro penhor da victoriosa carreira da novel publicação.

QUARTA PARTE

INDICE DAS ESPECIES

INDICE DAS ESPECIES

**Pelos Numeros, Nomes dos Relatores, data do Julgamento e Procedencia
(JURISPRUDENCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL)**

HABEAS-CORPUS:

N. 8.346 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, Claudemiro Soares — (17-4-922 — Districto Federal).	3
N. 8.487 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, José Francisco Bonete ou José Rosa do Nascimento — (15-5-922 — Paraná).	3
N. 8.557 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, José Backer Azamor — (14-6-922 — Districto Federal).	4
N. 8.593 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, Claudomiro Soares — (12-7-922 — Districto Federal).	4
N. 8.713 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; pacientes, Antonio Pereira Gomes, Adão dos Santos Ferreira e Joaquim dos Santos Ferreira — (14-11-922 — Districto Federal).	5
N. 8.723 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, Manoel Jacintho Raphael dos Santos — (22-11-922 — Districto Federal).	6
N. 8.734 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; pacientes, Hermann Bastian e outros — (22-11-922 — Districto Federal).	7
N. 8.746 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Avelino Teixeira de Mesquita — (6-12-922 — Districto Federal).	8
N. 8.866 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, Charles Edward Wellenkamp — (24-1-923 — Districto Federal).	8
N. 9.067 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Urbano Varela — (4-6-923 — Districto Federal).	9
N. 9.338 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, Oswaldo Muniz — (16-7-923 — Districto Federal).	10
N. 9.434 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, João Baptista Casale — (20-8-923 — Districto Federal).	11

N. 9.466 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, Pedro Maurini — (3-9-923 — Districto Federal)	13
N. 9.499 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, José Gomes Ramigio — (27-8-923 — Districto Federal)	12
N. 9.500 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; paciente, João Tertuliano de Almeida Lins — (20-8-923 — Pará)	11
N. 9.720 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, José da Costa Padrão — (22-10-923 — Districto Federal)	14
N. 9.742 — Relator, o Sr. Ministro ANDRE' CAVALCANTI; paciente, Liberato Joaquim Barrozo — (14-11-923 — Districto Federal)	14
N. 9.795 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Domingos Mandato — (1-12-923 — Districto Federal)	15
N. 9.801 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Dr. João Baptista da C. Honorato — (19-12-923 — Minas Geraes)	16
N. 9.802 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; paciente, David Bertolagem dos Santos — (8-12-923 — Districto Federal)	16
N. 10.126 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; paciente, João Damaso Nepomuceno — (17-1-924 — Minas Geraes)	19
N. 10.129 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; pacientes, João Antonio Movel e outros — (31-1-924 — Matto Grosso)	22
N. 10.200 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, Francisco Reginaldo da Silva — (30-1-924 — Minas Geraes)	21
N. 10.312 — Relator, o Sr. Ministro VIVEIROS DE CASTRO; paciente, Amalio de Rezende — (25-1-924 — S. Paulo)	20
N. 10.314 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILO DE BARROS; paciente, Ulysses de Mendonça — (7-4-924 — Rio de Janeiro)	23
N. 10.315 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Antonio Dias do Valle — (30-1-924 — Districto Federal)	21
N. 10.324 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Amalio de Rezende — (28-4-924 — S. Paulo)	24
N. 10.688 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; paciente, Napoleão Lopes — (28-4-924 — Districto Federal)	28
N. 10.716 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; pacientes, Alberto Gustavo Guilherme Gessmann e José Huber — (26-5-924 — Districto Federal)	30
N. 10.758 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; paciente, João de Oliveira — (19-5-924 — Santa Catharina)	29

N. 10.992 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; paciente, Wolf Schorr — (26-5-924 — Minas Geraes)	31
N. 10.999 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Porfirio José Bezerra — (2-5-924 — Acre)	32
N. 11.088 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; paciente, Francisco Casemiro da Cunha — (16-6-924 — Districto Federal)	33
N. 11.102 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Charles Henry Bennet Ayre — (23-6-924 — Districto Federal)	34
N. 11.115 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; paciente, Ricardo Antonio José Loureiro — (16-6-924 — Districto Federal)	33
N. 11.170 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARAES NATAL; paciente, Marcelino Ricardo — (30-6-924 — Districto Federal)	36
N. 11.633 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; pacientes, Erwin Merten e Arnold Orlia — (18-8-924 — Districto Federal)	37
N. 11.634 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARAES NATAL; paciente, Salvador Mussiello — (18-8-924 — Districto Federal)	37
N. 11.926 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Carlos Dias de Mattos Leite — (25-8-924 — Districto Federal)	39
N. 11.930 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; paciente, Sebastião Naves Damacena — (25-8-924 — Minas Geraes)	40
N. 11.931 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARAES NATAL; paciente, Ulysses de Mendonça — (1-9-924 — Rio de Janeiro)	40
N. 12.191 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; paciente, José Maria Lopes Cançado — (8-9-924 — Minas Geraes)	42

APPELLAÇÕES CRIMINAES:

N. 859 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; appellantes, José de Souza e o Procurador Criminal; appellados, a Justiça Federal e José de Souza — (31-10-924 — Districto Federal)	62
N. 866 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; appellant, Manoel Pereira Gonçalves; appellada, a Justiça Federal — (15-10-924 — S. Paulo)	60
N. 884 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; appellant, Fernando Gago Moreno; appellada, a Justiça Federal — (18-10-924 — Districto Federal)	62
N. 934 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; appellant, Dr. Mathias Carlos de Araujo Maciel Filho; appellada, a Justiça Federal — (13-9-924 — Rio Grande do Norte)	58

CONFLICTOS DE JURISDIÇÃO:

N. 606 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; embargantes, Angelo Peixoto e outros; embargada, D. Julieta de Medeiros Sayão Lobato — (5-7-924 — Districto Federal)	42
N. 629 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; embargante, o Dr. Francisco C. de A. Barros Barreto; embargado, Constantino Adamo Gitsio — (2-8-924 — Rio de Janeiro)	58
N. 638 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; suscitantes, Vianna Silva & Cia.; suscitados, o Juiz de Direito da 5ª Vara Cível do Districto Federal e o Juiz de Direito de S. Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro — (5-7-924 — Districto Federal)	43
N. 641 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; suscitantes, Alberto Chagas, sua mulher e outros; suscitados, o Supremo Tribunal Federal e o Juiz da 1ª Vara Cível da Capital de S. Paulo — (5-7-924 — S. Paulo)	44
N. 642 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; suscitante, o Juiz Municipal da 3ª Vara de Fortaleza; suscitado, o Juiz Substituto Federal do Ceará — (19-7-924 — Ceará)	52
N. 643 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; suscitante, Manoel de Souza Jordão; suscitados, o Juiz de Direito de Vassouras, no Estado do Rio, e o da Provedoria e Resíduos, do Districto Federal — (5-7-924 — Rio de Janeiro)	45
N. 644 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; paciente, Feliciano de Souza Pereira; suscitados, o Juiz da 2ª Vara de Orphams do Districto Federal, e o de Direito de Barra Mansa, no Estado do Rio — (5-7-924 — Districto Federal)	48
N. 645 — Relator, o Sr. Minisrto VIVEIROS DE CASTRO; suscitantes, João Leopoldo Modesto Leal e sua mulher; suscitados, o Juiz Federal e o de Direito da 4ª Vara Cível, ambos de S. Paulo — (5-7-924 — S. Paulo)	50
N. 646 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; suscitante, Braz Vechione; suscitados; o Juiz de Direito da 1ª Vara de Maceió e o Juiz Federal de Alagôas — (26-7-924 — Alagôas)	55
N. 649 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARAES NATAL; suscitantes, A. Scarone & Irmão; suscitados, o Juiz Federal e o da 3ª Vara Cível, ambos do Estado de S. Paulo — (5-7-924 — S. Paulo)	51
N. 651 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; suscitantes, Oliveira Guimarães & Cia.; suscitados, o Juizo da 4ª Vara Cível e outros — (30-7-924 — Districto Federal)	57

AGGRAVOS DE PETIÇÃO:

N. 3.210 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; agravante, Paulo Emilio Deremsson; agravada, a S. Paulo Northern Railroad Company — (22-7-924 — S. Paulo)	64
N. 3.474 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; agravante, a S. Paulo Northern Railroad Company; agravado, o Conselheiro Antonio Prado — (22-5-923 — S. Paulo)	65
N. 3.832 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI; agravantes, Marti Pacheco & Cia.; agravada, a Companhia Colorau — (3-8-924 — Districto Federal)	70
N. 3.838 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; agravantes, Martins & Cia.; agravada, a S. Paulo Northern Railroad Cº. — (9-8-924 — Districto Federal)	71

APPELLAÇÕES CIVEIS:

N. 947 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; embargante, D. Maria Aurora de Medeiros; embargada, a União Federal — (28-5-924 — Pernambuco)	111
N. 2.527 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; embargante, a União Federal; embargados, Souza Machado & Cia. — (16-4-924 — Districto Federal)	86
N. 3.000 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; embargante, a Companhia de Seguros Lloyd Paraense; embargado, Antonio Francisco de Souza — (28-5-924 — Pará)	112
N. 3.260 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; embargantes, Borlido Maia & Cia.; embargada, a União Federal — (16-4-924 — Districto Federal)	88
N. 3.353 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; appellante, Luiz Eugenio Kingston; appellado, Eduardo Carneiro Leão — (9-4-924 — Rio de Janeiro)	82
N. 3.380 — Relator, o Sr. Ministro VIVEIROS DE CASTRO; embargante, a Fazenda Nacional; embargado, Amaro Gomes Souto Netto — (16-4-924 — Rio Grande do Sul)	89
N. 3.387 — Relator, o Sr. Ministro VIVEIROS DE CASTRO; embargantes desistentes, Luiz Dubeux e sua mulher — (28-5-924 — Pernambuco)	113
N. 3.682 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; appellante, o Dr. Gabriel José Pereira Bastos; appellada, a União Federal — (28-5-924 — Districto Federal)	113
N. 3.718 — Relator, o Sr. Ministro VIVEIROS DE CASTRO; appellante, Dr. Augusto de Castro Fonseca; appella-	

dos, D. Maria Nobrega Bueno Guimarães e outros — (30-8-924 — Districto Federal).....	74
N. 3.720 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; 1ª embargantes, D. Dolores Chiaffarati e seu filhos; 2ª embargante, a União Federal; embargados, os mesmos — (23-4-924 — S. Paulo).	91
N. 3.745 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; embargantes, Antonio Frederico Cardoso de Menezes e sua mulher; embargado, Eduardo Greem — (5-4-924 — S. Paulo).	77
N. 3.815 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; appellante, a União Federal; appellado, Joaquim José de Oliveira Guimarães Junior — (9-4-924 — Districto Federal).	84
N. 4.108 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; appellantes, o Juiz e a União Federaes; appellado, Ismael Sergio de Menezes — (10-5-924 — Districto Federal)	92
N. 4.176 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; appellante, a Fazenda Nacional; appellado, Antonio de Souza Lemos — (10-5-924 — Districto Federal).....	94
N. 4.192 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; appellantes, Cal Paz & Cia.; appellada, a Fazenda Nacional — (10-5-924 — Districto Federal).....	95
N. 4.219 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; embargantes, Manoel Garcia Ramos e outros; embargados, Adolpho Guimarães Corrêa e outros — (23-4-924 — S. Paulo).	92
N. 4.236 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; appellantes, o Juizo e a União Federaes; appellado, Joaquim de Cerqueira Lima — (28-5-924 — Districto Federal)	116
N. 4.294 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; appellantes, Manoel Justino de Andrade e sua mulher; appellados, João Pereira Lima e sua mulher — (28-5-924 — Parahyba).	118
N. 4.298 — Relator, o Sr. Miustro HERMENEGILDO DE BARROS; appellantes, o Juiz e a União Federaes; appellados, F. H. Vergaro & Cia. e outros — (10-5-924 — Parahyba).	96
N. 4.415 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; appellante, a União Federal; appellado, capitão Benedicto Alves do Nascimento — (12-6-924 — Districto Federal)....	122
N. 4.541 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; appellante, a União Federal; appellado, João Príncipe da Silva — (31-5-924 — Districto Federal)	120
N. 4.568 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; desistentes, Bernardo Martins Catharino e sua mulher — (28-5-924 — Bahia).	119
N. 4.589 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; appellante, o Estado de Minas Geraes; appellada, a Companhia Usinas Nacionaes — (21-5-924 — Minas Geraes).	98

N. 4.673 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; appellantes, Joaquim Machado de Aguiar Menezes e sua mulher; appellados, Gulhermina Maciel Freire e outro — (5-4-924 — Sergipe).....	80
---	----

EMBARGOS REMETTIDOS:

N. 4.837 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; embargantes, Luiza Elisabeth Tap Mendes e outros; embargados, Delfina Mendes Hanson e outros — (28-6-924 — Districto Federal).....	124
---	-----

REVISÕES CRIMINAES:

N. 1.819 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; peticionario, Halil José Dumit — (26-5-924 — Rio Grande do Sul)	126
N. 1.940 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; peticionario, Luiz Bueno — (23-5-924 — S. Paulo).....	144
N. 1.948 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; peticionario, Cassiano Alexandre da Silva — (23-6-924 — Pernambuco).	145
N. 1.956 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; peticionario, Antonio Paulino da Silva — (23-6-924 — S. Paulo).	146
N. 1.961 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; peticionario, Manoel Narciso Mendes — (26-5-924 — Districto Federal).	127
N. 1.971 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; peticionario, Luiz Erick Eismann — (11-8-924 — Rio Grande do Sul).	152
N. 1.983 — Relator, o Sr. Ministro VIVEIROS DE CASTRO; peticionario, José Candido Franco — (26-5-924 — S. Paulo).	129
N. 2.036 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; peticionario, Alfredo Antonio da Silva — (28-7-924 — Ceará).	149
N. 2.089 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; peticionario, José Damião Gomes — (26-5-924 — S. Paulo).	130
N. 2.108 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; peticionario, Guilherme Frederico von Zastrow (primeiro sargento intendente) — (2-5-924 — Districto Federal)	137
N. 2.173 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; peticionario, Antonio Peruzzo Netto — (26-5-924 — Rio Grande do Sul).	131
N. 2.190 — Relator, o Sr. Ministro VIVEIROS DE CASTRO; peticionario, Bernardo Schú — (16-6-924 — Rio Grande do Sul).	141
N. 2.349 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; peticionario, Alpheu Moraes — (16-5-924 — Rio Grande do Sul).	143

N. 2.369 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; peticionario, Albino Mendes — (23-6-924 — Districto Federal).	147
N. 2.380 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; peticionario, Valentim Ferreira — (28-7-924 — Districto Federal).	151
N. 2.420 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI; peticionario, Vicente Ferreira — (11-8-924 — Minas Geraes).	153
N. 2.450 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; peticionario, João Casale — (11-8-924 — S. Paulo).	154
N. 2.455 — Relator, o Sr. Ministro VIVEIROS DE CASTRO; peticionario, João Antonio Rieffel — (25-8-924 — Rio Grande do Sul).	155
N. 3.314 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; peticionario, Manoel Mendes — (26-5-924 — Districto Federal).	133

INDICE DAS ESPECIES

Pelos Numeros, Nomes dos Relatores, data do Julgamento e Procedencia
(QUANTO AOS "DEBATES E JULGAMENTOS")

HABEAS-CORPUS:

N. 12.850 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Aristides Gonçalves Dias — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	204
N. 12.861 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; pacientes, José Monteiro de Abreu e outros — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	204
N. 12.872 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; pacientes, Octacilio Bonifacio de Queiroz e outro — (5-11-924 — Districto Federal)	205
N. 12.883 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente Minguchi Domingos Paucalini — (5-11-924 — São Paulo)	205
N. 12.894 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente Valerio R. de Alvarenga — (5-11-924 — S. Paulo)	205
N. 12.905 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Pietro Bellagamba — (5-11-924 — S. Paulo)	205
N. 12.916 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, João Barbella — (5-11-924 — S. Paulo)	205
N. 12.927 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Arlindo Teixeira Campos — (5-11-924 — Districto Federal)	197
N. 12.938 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Manoel Cotrim Chaves — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	199
N. 12.949 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; pacientes, Claudio Werneck e outro — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	168
N. 12.960 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, José da Rocha Soares — (5-11-924 — Paraná).	198
N. 12.971 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Jorge Adalberto — (5-11-924 — Paraná)	198
N. 12.982 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, João Joaquim Pereira — (5-11-924 — Paraná)	198
N. 12.993 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Alberto Frant — (5-11-924 — Districto Federal).	205

N. 13.004 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Gemaro Scapolatiello — (5-11-924 — S. Paulo) .	105
N. 13.015 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, João Ferreira de Souza — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	198
N. 13.026 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, José Ferreira da Silva Sobrinho — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	198
N. 13.037 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Hermani Carlos Gonçalves Soares — (5-11-924 — Districto Federal)	205
N. 13.048 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Lazaro de Assis Zeferino — (5-11-924 — S. Paulo).	205
N. 13.059 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Moacyr Gomes — (5-11-924 — S. Paulo)	205
N. 13.070 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Antonio Passeti — (5-11-924 — S. Paulo)	205
N. 13.081 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, André Kampa — (5-11-924 — Paraná)	198
N. 13.092 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Ernesto dos Santos Castro — (5-11-924 — Paraná).	198
N. 13.103 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Alcino Olegario Diniz — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	198
N. 13.114 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Augusto Cordeiro dos Santos — (5-11-924 — Paraná).	198
N. 13.125 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Joaquim da Silva Figueiredo — (5-11-924 — Paraná)	198
N. 13.136 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Francisco Ferreira Franco — (5-11-924 — Paraná).	198
N. 13.147 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Sebastião Mendes da Silva — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	198
N. 13.158 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Antonio Gonçalves Filho — (5-11-924 — S. Paulo).	205
N. 13.169 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Homero Provazi — (5-11-924 — Rio de Janeiro).	198
N. 13.180 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Aristão Gomes — (5-11-924 — Rio de Janeiro)...	198
N. 13.191 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Adolpho Zinnach — (5-11-924 — Santa Catharina).	198
N. 13.202 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, William Braga Lec ou Guilherme Braga Lec — (5-11-924 — S. Paulo)	205
N. 13.213 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Wencesláu Levandorky — (5-11-924 — Paraná).	200
N. 13.224 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Joaquim dos Santos Pinheiro — (5-11-924 — Paraná)	198

N. 13.234 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Arthur Santi — (5-11-924 — Paraná) ...	221
N. 13.235 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Nicolau Soares da Trindade — (5-11-924 — Paraná)	198
N. 13.246 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Leopoldo Przybylski — (5-11-924 — Paraná)	205
N. 13.257 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Benomino de Souza Guimarães — (5-11-924—Districto Federal)	205
N. 13.268 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Serzedello da Silva Souza — (5-11-924 — Paraná)	198
N. 13.279 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Antonio Rosa Filho — (5-11-924 — Rio Grande do Sul)	198
N. 13.290 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Francisco Collectusso — (5-11-924 — Paraná)...	205
N. 13.301 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Antonio Gonçalves de Oliveira — (5-11-924 — Paraná)	198
N. 13.312 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Marciano Duarte Silva — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	198
N. 13.323 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Antonio Cunico — (5-11-924 — Paraná)	205
N. 13.334 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Antonio de Oliveira Prestes — (5-11-924 — Paraná)	205
N. 13.345 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Euclides Camargo — (5-11-924 — Paraná) .	205
N. 13.355 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, João Manoel Pires — (8-11-924 — Rio de Janeiro)	212
N. 13.356 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Sebastião Ignacio de Azevedo — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	205
N. 13.367 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, João Tedeschi — (5-11-924 — Paraná)	198
N. 13.377 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, José Chiquitto — (8-11-924 — Paraná) ..	226
N. 13.378 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Flavio Muller — (5-11-924 — Paraná)	205
N. 13.388 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI; paciente, Joaquim de Andrade — (5-11-924 — Paraná)..	204
N. 13.389 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Jeronymo Rusolini — (5-11-924 — Paraná) ..	205
N. 13.399 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Olympio Mendes dos Santos — (5-11-924 — Paraná)	205
N. 13.400 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paci-	

ente, Theodoro Ferreira Martins da Silva — (5-11-924 Paraná)	205
N. 13.411 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paci- ente, Joaquim de Souza Ferreira — (5-11-924 — Dis- tricto Federal)	198
N. 13.422 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paci- ente, Henrique de Oliveira — (5-11-924 — Districto Federal)	200
N. 13.424 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Martinho José da Silva — (26-11-924 — Amazonas)	348
N. 13.432 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paci- ente, Waltevir, filho de Neves Joslin — (5-11-924 — Paraná)	205
N. 13.433 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paci- ente, Antonio Kappam — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	199
N. 13.444 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paci- ente, Luiz Vieira de Souza — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	200
N. 13.455 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paci- ente, Francisco Delapé — (5-11-924 — Districto Federal)	200
N. 13.457 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Vicente da Costa Lima — (5-11-924 — Ceará)	192
N. 13.466 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paci- ente, Lourival Rodrigues — (5-11-924 — Ceará) . .	205
N. 13.468 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Vitalino de Caruso — (5-11-924 — S. Paulo)	205
N. 13.477 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paci- ente, Januario Barbosa dos Santos — (5-11-924 — Minas Geraes)	200
N. 13.479 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Manacés Avelino de Macedo — (5-11-924 — Minas Geraes)	203
N. 13.488 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paci- ente, Ovidio Rosa da Silva — (5-11-924 — Minas Geraes)	199
N. 13.490 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Manoel Martins Pereira — (5-11-924 — Minas Geraes)	203
N. 13.498 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRAN- CA; paciente, Pedro Santiago — (26-11-924 — Ceará)	358
N. 13.499 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paci- ente, Dorico Martins Nunes — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	205
N. 13.501 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Lindolpho Ribeiro da Silva Junior — (5-11- 924 — Rio de Janeiro)	206
N. 13.509 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paci- ente, Arnaldo Henrique do Amaral — (5-11-924 — Districto Federal)	199

N. 13.510 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Rosalio Muniz Barreto — (5-11-924 — Districto Federal)	205
N. 13.512 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Paulo François Alibert — (5-11-924 — Districto Federal)	206
N. 13.520 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Antonio Martins Noronha — (8-11-924 — Minas Geraes)	222
N. 13.521 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Sebastião Custodio de Abreu — (5-11-924 — Minas Geraes)	199
N. 13.523 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, José Borges Ferreira — (5-11-924 — Minas Geraes)	203
N. 13.531 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; paciente, Messias Francisco da Silva — (26-11-924 — Minas Geraes)	370
N. 13.532 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Nilo de Araujo Porto — (5-11-924 — Minas Geraes)	200
N. 13.534 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Estanisláu Kupka — (5-11-924 — Paraná)	203
N. 13.543 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, José Vicente dos Santos — (5-11-924 — Paraná)	199
N. 13.545 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Braz Picardi — (5-11-924 — Paraná)	206
N. 13.554 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Domingos Gazola — (5-11-924 — Paraná)	199
N. 13.556 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, João Dranka — (5-11-924 — Paraná)	203
N. 13.564 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI; paciente, Ezequiel, filho de Pedro da Silva — (5-11-924 — Paraná)	204
N. 13.565 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Victorino Lemos — (5-11-924 — Paraná)	205
N. 13.567 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Geraldo José Reis — (5-11-924 — Paraná)	206
N. 13.576 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, José Maria Lopes — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	200
N. 13.578 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Aristeu Homem da Costa — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	202
N. 13.586 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; paciente, João Baptista dos Santos — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	375
N. 13.587 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Homero Nunes de Aquino — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	199
N. 13.589 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Avelino José de Freitas — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	203

N. 13.598 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Rogerio Baptista Gomes — (5-11-924 — Minas Geraes)	200
N. 13.600 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Mariano Pacheco — (5-11-924 — Minas Geraes)	203
N. 13.608 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, José Eloy Celestino — (8-11-924 — Minas Geraes)	222
N. 13.609 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Henrique Dias Coelho — (5-11-924 — Minas Geraes)	199
N. 13.611 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, José Carvalho de Oliveira — (5-11-924 — Minas Geraes)	203
N. 13.620 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Antonio Nuciaroni — (5-11-924 — S. Paulo).	205
N. 13.622 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Arthur Paz — (5-11-924 — S. Paulo)	206
N. 13.630 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; paciente, Ulysses Rocha — (5-11-924 — Piauh)	193
N. 13.631 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; pacientes, Evaristo Ferreira de Souza e outros — (5-11-924 — S. Paulo)	167
N. 13.633 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Tenente-coronel Joaquim Corrêa de Oliveira — (8-11-924 — Acre)	213
N. 13.634 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; paciente, Dr. Salvador Augusto de Araujo Jorge — (5-11-924 — Acre)	195
N. 13.642 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Joaquim Piovezan — (5-11-924 — Paraná)	205
N. 13.644 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, José Kliene — (5-11-924 — Paraná)	206
N. 13.653 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Walfrido Kiel — (5-11-924 — Paraná)	205
N. 13.655 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Sebastião Ribeiro de Lima — (5-11-924 — Paraná)	203
N. 13.663 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; paciente, João Pinto da Silva — (26-11-924 — Paraná)	370
N. 13.664 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, José Pinto Rosa — (5-11-924 — Paraná)	205
N. 13.666 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, José Campezi — (5-11-924 — Paraná)	203
N. 13.674 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Antonio Munari — (8-11-924 — Paraná).. . . .	222
N. 13.675 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Avelino Coelho — (5-11-924 — Paraná)	205
N. 13.677 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Argemiro Chicovis — (5-11-924 — Paraná)	203

N. 13.686 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Henrique Pacheco de Lima — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	200
N. 13.688 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Nilo Velasco — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	202
N. 13.696 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI; paciente, Joaquim Diniz — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	204
N. 13.697 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Manoel da Silva — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	199
N. 13.699 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Gonçalo Vieira Miranda — (8-11-924 — Rio de Janeiro)	222
N. 13.708 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Euclides José Alves — (5-11-924 — Districto Federal)	199
N. 13.710 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Dr. Homero Mattos de Magalhães — (8-11-924 — Districto Federal)	223
N. 13.719 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, João Innocencio Teixeira — (5-11-924 — Minas Geraes)	200
N. 13.721 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Thomaz Lessa Garcia — (8-11-924 — Minas Geraes)	223
N. 13.729 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI; paciente, Lindolpho Oliveira — (5-11-924 — Paraná) .	204
N. 13.730 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Jeremias Leal — (5-11-924 — Paraná)	205
N. 13.732 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Arthulino Colbett — (2-11-924 — Paraná).	227
N. 13.740 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Eurico Costa — (5-11-924 — Rio de Janeiro).	199
N. 13.741 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Guilherme Fecher — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	200
N. 13.743 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Manoel Antonio do Valle — (8-11-924 — Rio de Janeiro)	223
N. 13.752 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Mario Justiniano Ferreira — (5-11-924 — Minas Geraes)	201
N. 13.754 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Lindolpho Bernardes — (8-11-924 — Minas Geraes)	224
N. 13.762 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS, paciente, Clodomiro de Oliveira — (5-11-924 — Minas Geraes)	199
N. 13.763 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, João Dalto — (5-11-924 — Minas Geraes) . .	200
N. 13.765 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, José Werneck da Silva — (8-11-924 — Minas Geraes)	225

N. 13.771 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; paciente, João Carlos Lameirinhas — (26-11-924 — Districto Federal)	365
N. 13.773 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Gil de Mattos Rocha — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	199
N. 13.775 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Antonio Rodrigues de Carvalho — (8-11-924 — Rio de Janeiro)	222
N. 13.783 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Antonio Carlos de Oliveira — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	201
N. 13.785 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Gumerindo Saraiva Moço — (8-11-924 — Rio de Janeiro)	223
N. 13.786 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; paciente, Antonio Pinto Barroso — (5-11-924 — Goyaz)	202
N. 13.791 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; paciente, Octavio Moreira — (26-11-924 — Districto Federal)	364
N. 13.793 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; pacientes, Huascar Castro e outros — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	200
N. 13.795 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; paciente, Constantino Alipio dos Santos — (26-11-924 — Paraná)	375
N. 13.801 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI; paciente, José Calixto de Rezende — (5-11-924 — Districto Federal)	196
N. 13.802 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, José Bonifacio Victorio — (5-11-924 — Districto Federal)	199
N. 13.804 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Francisco Camargo Teixeira — (8-11-924 — Espirito Santo)	222
N. 13.807 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; paciente, Angelo Guiberti — (5-11-924 — Espirito Santo)	167
N. 13.811 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI; paciente, Romulo Leão Castello — (5-11-924 — Espirito Santo)	197
N. 13.812 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Bols, filho de José Modaiski — (5-11-924 — Paraná)	205
N. 13.814 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, José Possamai — (8-11-924 — Paraná)	227
N. 13.821 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI; paciente, Mario Alberto Pereira de Castro — (5-11-924 — Districto Federal)	197
N. 13.822 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Antonio Albino Cavalcanti — (5-11-924 — Districto Federal)	199

N. 13.824 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Arthur de Castro Ferreira — (8-11-924 — Districto Federal)	213
N. 13.828 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; pacientes, Luciano Augusto Rodrigues e Joaquim da Cunha Teixeira — (5-11-924 — Districto Federal)..	168
N. 13.828 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; pacientes, Luciano Augusto Rodrigues e Joaquim da Cunha Teixeira — (19-11-924 — Districto Federal).	276
N. 13.832 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Attila Gomes Gouvêa — (5-11-924 — Districto Federal)	201
N. 13.834 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Manoel Lopes dos Santos — (8-11-924 — Districto Federal)	222
N. 13.842 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Ernani Arouca Brandão — (5-11-924 — Districto Federal)	200
N. 13.844 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Carlos Bernardo de Azevedo — (8-11-924 — Districto Federal)	225
N. 13.849 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; paciente, Aurival Graciolino da Silva — (26-11-924 — Rio Grande do Sul)	349
N. 13.852 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Paschoal Aquillão — (5-11-924 — Districto Federal)	200
N. 13.854 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Mario Dias Reguffe — (8-11-924 — Districto Federal)	222
N. 13.855 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; paciente, Joaquim Cruz — (26-11-924 — Districto Federal)	370
N. 13.856 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Leopoldo Tavares dos Reis — (5-11-924 — Districto Federal)	201
N. 13.858 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, Avelino Martins dos Santos — (5-11-924 — Districto Federal)	203
N. 13.860 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; paciente, Armando de Virgilis — (26-11-924 — Districto Federal)	365
N. 13.862 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Accacio Ribeiro da Silva — (5-11-924 — Districto Federal)	199
N. 13.863 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; paciente, Autar Bulhões de Carvalho — (5-11-924 — Districto Federal)	201
N. 13.864 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Casemiro Bubinak — (8-11-924 — Paraná).	227

N. 13.865 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; paciente, Benedicto Ferreira Collaço — (26-11-924 — Paraná)	375
N. 13.866 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; paciente, Fructuoso Mendes — (5-11-924 — Paraná)	206
N. 13.868 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, França Mathias — (5-11-924 — Paraná)	203
N. 13.872 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; paciente, Wantuil Vieira da Cunha Filho — (5-11-924 — Espírito Santo)	199
N. 13.873 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; paciente, Anthero Coutinho — (5-11-924 — Rio de Janeiro)	201
N. 13.874 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Anselmo de Oliveira — (8-11-924 — Minas Geraes)	222
N. 13.875 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; paciente, Antonio Lucas Machado — (26-11-924 — Minas Geraes)	370
N. 13.878 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, Armando Brasileu Machado — (5-11-924 — Districto Federal)	202
N. 13.880 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; paciente, Antonio Alves Salgueiro; recorrida a Terceira Camara da Côte de Appellação — (8-11-924 — Districto Federal)	215
N. 13.880 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; paciente, Antonio Alves Salgueiro — (19-11-924 — Districto Federal)	299
N. 13.882 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; paciente, Salvador Novaes dos Santos — (29-11-924 — S. Paulo)	400
N. 13.883 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; pacientes, Henrique e Fernando Schmidt — (8-11-924 — Rio Grande do Sul)	215
N. 13.884 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Amed Cassino — (22-11-924 — Districto Federal)	314
N. 13.884 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Amed Cassino — (29-11-924 — Districto Federal)	390
N. 13.885 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; paciente, Antonio da Costa Pereira — (22-11-924 — Districto Federal)	309
N. 13.886 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; paciente, Agenor Herrera Pinheiro — (22-11-924 — Districto Federal)	310
N. 13.887 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; paciente, Miguel Lopes Valle — (26-11-924 — Matto Grosso)	343

N. 13.888 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, Antonio Francisco da Silva — (8-11-924 — Districto Federal)	220
N. 13.889 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; paciente, Alcides Nogueira Campos — (8-11-924 — Rio de Janeiro)	220
N. 13.890 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; paciente, Alexandre Butturini — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	366
N. 13.389 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; paciente, Alberto Rodrigues Mourão — (8-11-924 — Districto Federal).	221
N. 13.894 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Flavio Andrade de Mattos — (8-11-924 — Rio de Janeiro).	223
N. 13.895 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; paciente, Nestor Ildefonso Folly — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	371
N. 13.896 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; paciente, Nicomedes Machado de Carvalho — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	375
N. 13.897 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; paciente, Sebastião Mamede Corrêa — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	361
N. 13.898 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, José Barcellos — (8-11-924 — Districto Federal)	225
N. 13.899 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; paciente, Nestor d'Almeida Carvalho — (8-11-924 — Rio de Janeiro)	226
N. 13.900 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; paciente, Helio Pederneiras — (26-11-924 — Districto Federal)	366
N. 13.903 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; paciente, Enodio Pereira da Silva — (8-11-924 — Districto Federal)	225
N. 13.904 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Manoel de Almeida — (8-11-924 — Districto Federal)	223
N. 13.905 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; paciente, Manoel Amorim Paes Leme — (26-11-924 — Districto Federal)	371
N. 13.906 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; paciente, Jorge Lopes do Amaral — (26-11-924 — Districto Federal)	372
N. 13.907 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; paciente, Marciano de Araujo — (26-11-924 — Districto Federal)	361
N. 13.908 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, João Moraes Machado — (8-11-924 — Districto Federal).	226

N. 13.909 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; paciente, Anastor Pereira de Carvalho — (8-11-924 — Districto Federal)	220
N. 13.910 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; paciente, Sylvio Eloy Chaves — (23-11-924 — Districto Federal)	366
N. 13.913 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; paciente, Ernani Rosaes — (8-11-924 — Districto Federal)	221
N. 13.914 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Leovigildo Magno Coelho — (8-11-924 — Districto Federal)	222
N. 13.915 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; paciente, Asgal de Medeiros — (26-11-924 — Districto Federal)	371
N. 13.916 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; paciente, Arthur Caetano da Silva — (8-11-924 — Districto Federal)	218
N. 13.917 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; paciente, Manoel Pereira de Magalhães — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	361
N. 13.918 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, Tolentino Monteiro Dias — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	362
N. 13.919 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; paciente, Antonio Nunes — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	363
N. 13.920 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; paciente, Mario Teixeira da Costa — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	366
N. 13.922 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, José de Alvim Tosta Junior — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	358
N. 13.923 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; paciente, Ary de Azevedo Silva — (8-11-924 — Districto Federal)	219
N. 13.924 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, João Abdalla Percy — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	369
N. 13.925 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; paciente, Luiz Seabra — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	371
N. 13.926 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; paciente, João Pereira das Neves — (26-11-924 — Districto Federal)	375
N. 13.927 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; paciente, José Alves Casas — (26-11-924 — Districto Federal)	361
N. 13.928 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, Jayme Fernandes — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	362

N. 13.929 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; paciente, José Militão de Araujo — (26-11-924 — Parahyba).	363
N. 13.930 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; paciente, João Paulino da Silva — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	366
N. 13.931 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO MIBIELLI; paciente, Helena Leopoldina da Silva — (22-11-924 — Minas Geraes)	311
N. 13.933 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; paciente, Manoel Lopes — (8-11-924 — Districto Federal)	219
N. 13.934 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Portilho José Bezerra — (26-11-924 — Acre)	351
N. 13.935 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; paciente, Salvador A. Araujo Jorge — (22-11-924 — Acre)	312
N. 13.936 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; paciente, Octavio da Silva Rodrigues — (22-11-924 — Districto Federal)	313
N. 13.937 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; paciente, Augusto Salaorni — (26-11-924 — S. Paulo).	373
N. 13.938 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, Affonso Petti — (26-11-924 — S. Paulo)..	373
N. 13.939 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; paciente, Angelo Francisco Biondo — (26-11-924 — S. Paulo)	373
N. 13.940 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; paciente, Bolesláu, filho de Francisco Marszaleck — 26-11-924 — Paraná)	375
N. 13.943 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; paciente, Frederico Good — (26-11-924 — Paraná)	374
N. 13.944 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Octavio Bino — (26-11-924 — Paraná) . .	374
N. 13.945 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; paciente, Elias, filho de João Pinheiro Filho — (26-11-924 — Paraná)	375
N. 13.946 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; paciente, Abel José da Silva — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	375
N. 13.947 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; paciente, Irineu Cordeiro de Souza — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	361
N. 13.948 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, Aurelio Manoel de Oliveira — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	362
N. 13.949 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; paciente, Ademardo Ferraz — (26-11-924 — Rio de Janeiro)..	363
N. 13.950 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; paciente, Aureo Chaves — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	364
N. 13.953 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; paciente, Arthur Custodio — (26-11-924 — Pará)	357

N. 13.954 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Aristides José dos Santos — (22-11-924 — Districto Federal)	317
N. 13.955 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; paciente, Pedro Quintino Rabello — (26-11-924 — Districto Federal)	372
N. 13.956 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; paciente, José Alves da Rocha — (26-11-924 — Ceará)	372
N. 13.957 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; paciente, Jeronymo Francisco Pinto — (26-11-924 — Districto Federal)	343
N. 13.958 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; pacientes, Almir Madeira e outros — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	344
N. 13.959 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; paciente, Astrogildo Pontes — (26-11-924 — Districto Federal)	364
N. 13.960 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; paciente, Arnaldo Francisco de Moraes — (26-11-924 — Districto Federal)	367
N. 13.963 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; paciente, Decio Leite Pereira — (26-11-924 — S. Paulo)	374
N. 13.964 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Cosme Bruno — (26-11-924 — S. Paulo)	374
N. 13.965 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; paciente, Nelson Soares da Silva — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	370
N. 13.966 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; paciente, Paschoal Pellini — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	360
N. 13.967 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; paciente, Luiz Biff — (26-11-924 — Rio Grande do Sul)	361
N. 13.968 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; pacientes, Fidelis José de Mattos Barbathefano e outros — (26-11-924 — Districto Federal)	362
N. 13.969 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; paciente, Francisco Ferreira Carneiro — (26-11-924 — Districto Federal)	363
N. 13.970 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; paciente, Carlos Germano Militz — (26-11-924 — Rio Grande do Sul)	365
N. 13.973 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; paciente, Domingos Alberto Brunovo — (26-11-924 — Paraná)	367
N. 13.974 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Alvaro Pinto — (26-11-924 — Paraná)	374

N. 13.976 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; paciente, Angelin, filho de José Zanetti — (26-11-924 — Paraná)	375
N. 13.977 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; paciente, Annibal de Souza Bueno — (26-11-924 — Paraná)	373
N. 13.978 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, Alberto Martins — (26-11-924 — Paraná)	373
N. 13.979 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; paciente, Orsino de Souza Moura — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	363
N. 13.980 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; paciente, Nelson Daniel Quintanilha — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	367
N. 13.983 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; paciente, Alvaro Ferreira Pinto — (26-11-924 — Districto Federal)	368
N. 13.984 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Camillo Affonso Pereira — (26-11-924 — Districto Federal)	369
N. 13.985 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; paciente, Jayme Fontes — (22-11-924 — Districto Federal)	314
N. 13.986 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; paciente, Franklin Simões — (26-11-924 — S. Paulo)	353
N. 13.987 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; paciente, Antonio da Silva Magacho — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	344
N. 13.989 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; paciente, Custodio da Costa Mattos — (26-11-924 — Districto Federal)	352
N. 13.990 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; paciente, Oscar José Fernandes — (29-11-924 — Minas Geraes)	394
N. 13.992 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; paciente, Ladisláu Salaser — (26-11-924 — Paraná)	374
N. 13.994 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; paciente, o Dr. João Baptista da Costa Honorato — (29-11-924 — Districto Federal)	394
N. 13.995 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; paciente, Manoel Eccard — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	359
N. 13.996 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; paciente, Joubert Vianna de Moraes — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	361
N. 13.997 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, Pedro Alberto Rocha — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	362
N. 13.998 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; paciente, Octavio Simões de Almeida — (26-11-924 — Districto Federal)	363

N. 14.001 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; paciente, Manoel Pinto dos Santos — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	368
N. 14.002 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Sebastião Ferreira de Jesus — (26-11-924 — Paraná)	374
N. 14.003 — Relator, o Sr. Ministro GEMINIANO DA FRANCA; pacientes, capitães Salvador Maya e outros — (29-11-924 — S. Paulo)	395
N. 14.004 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; pacientes, Augusto Marques de Barros e outros — (29-11-924 — Districto Federal)	397
N. 14.006 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, Victorio Fressanto — (26-11-924 — Paraná)	362
N. 14.010 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; paciente, Elias Habib — (26-11-924 — S. Paulo)	368
N. 14.011 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; paciente, Elyseu de Alvarenga Freire — (26-11-924 — Rio de Janeiro)	369
N. 14.015 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; paciente, Desiderio Fontoura — (26-11-924 — Districto Federal)	362
N. 14.016 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; paciente, Alcides Vianna — (26-11-924 — Districto Federal)	363
N. 14.017 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; pacientes, Petrarcha Callado e outros — (26-11-924 e 29-11-924 — Santa Catharina)	353-399

RECURSOS CRIMINAES:

N. 507 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; recorrente, o Procurador da Republica; recorrido, Pacifico Leite de Oliveira — (22-11-924 — Acre)	318
N. 508 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; pacientes, Alfredo Namam e Mamede Lima — (26-11-924 — Districto Federal)	375

CONFLICTOS DE JURISDIÇÃO:

N. 647 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; agravante, a Companhia Anglo Sul Americana — (8-11-924 — Amazonas)	227
N. 653 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; suscitante, o Primeiro Auditor da Justiça Militar; suscitada, a Terceira Camara da Côte de Appellação — (19-11-924 — Districto Federal)	302

APPELLAÇÕES CRIMINAES:

- N. 933 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; appellante, o Procurador Criminal; appellados, Custodio Loureiro Fraga, Alipio de Araujo e Silva e José Vieira — 22-11-924 — Districto Federal)..... 326
- N. 949 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; appellantes, os Drs. Heitor Lima e Mario Gameiro; appellada, a Justiça Federal — (14-11-924 — Districto Federal). 250

AGGRAVOS DE PETIÇÃO:

- N. 3.474 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; embargante, a S. Paulo Northern Company, Limited — (29-11-924 — Districto Federal) 401
- N. 3.841 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; aggravante, Sylvio Kronauer — (8-11-924 — Districto Federal) 299
- N. 3.874 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; aggravante, Dr. Helvecio Carlos da Silva Gusmão — (8-11-924 — Districto Federal)..... 231
- N. 3.897 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; aggravante, Carlos Mauro; aggravada, a S. Paulo Northern Railroad Company — (22-11-924 — Rio de Janeiro) 327
- N. 3.899 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; aggravantes, Francisco de Castro e outro; aggravado, Salvador Tedesco — (26-11-924 — Districto Federal) 381
- N. 3.900 — Relator, o Sr. Ministro EDMUNDO LINS; aggravante, Arlindo Pereira da Cunha; aggravada, a S. Paulo Northern Railroad Company — (19-11-924 — Rio de Janeiro). 304
- N. 3.901 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; aggravante, a Prefeitura Municipal de S. Gonçalo; aggravados, Ribeiro Ferreira & Cia. — (5-11-924 — Rio de Janeiro). 206
- N. 3.904 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; aggravante, a Sociedade Anonyma "Scarpa e N. Scarpa"; aggravadas, as Fazendas Federal e Estadual — (26-11-924 — S. Paulo). 384

AGGRAVO DE INSTRUMENTO:

- N. 3.910 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; aggravante, o Procurador da Republica; aggravado, o Juizo Federal — (22-11-924 — Pernambuco) 330

CARTAS TESTEMUNHAVEIS:

- N. 3.734 — Relator, o Sr. Ministro HERMENEGILDO DE BARROS; embargante, Manoel Gomes da Silva; embargo, Guilherme Maxwell S. Bastos — (8-11-924 — Dis-

tricto Federal).	233
N. 3.882 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; aggravantes, Francisca Leonardi e seus filhos — (29-11-924 — Rio Grande do Sul)	408
N. 3.906 — Relator, o Sr. Ministro LEONI RAMOS; supplicante, a Prefeitura Municipal de Nicheroy; supplicados, Pereira Schmidt Limitada — (26-11-924 — Rio de Janeiro).	385

RECURSO EXTRAORDINARIO:

N. 1.759 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; recorrente, Bonifacio Soares Ferraz; recorrido, Raymundo Alves da Rocha, tutor dos menores José, Elvira e Francisco — (14-11-924 — Piahy).....	265
--	-----

APPELLAÇÕES CIVEIS:

N. 3.386 — Relator, o Sr. Ministro ARTHUR RIBEIRO; appellantes, o Juizo e a Fazenda Nacional; appellada, a Companhia Salinas da Margarida — (8-11-924 — Bahia).	235
N. 3.602 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; requerente, a Sociedade Anonyma Lloyd Nacional — (26-11-924 — Districto Federal).....	386
N. 3.623 — Relator, o Sr. Ministro MUNIZ BARRETO; appellantes, o Juizo e a União Federaes; appellado, Luttgardes de Castro — (29-11-924 — Districto Federal)...	409
N. 3.872 — Relator, o Sr. Ministro PEDRO DOS SANTOS; 1º appellante, o Juizo Federal; 2º appellante, a Fazenda Nacional; appellados, a Cargo Fleet, Iron & Cº. Ltd. e Dorman Long & Cº. Ltd. — (29-11-924 — Piahy)	413
N. 4.302 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; 1º appellante, a Sorocabana Railway Company; 2ºs appellantes, Valentina Lahmayer Teixeira Leite e seus filhos; appellados, os mesmos — (14-11-924 — S. Paulo).	267
N. 4.302 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; 1º appellante, a Sorocabana Railway Company; 2ºs appellantes, Valentina Lahmayer Teixeira Leite e seus filhos; appellados, os mesmos — (22-11-924 — São Paulo).	331
N. 4.998 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; appellantes, E. G. Fontes & Cia.; appellada, a Fazenda Nacional — (8-11-924 — Districto Federal).....	241

RECURSOS DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA:

N. 1 — Relator, o Sr. Ministro GUIMARÃES NATAL; recorrente, <i>ex-officio</i> , o Juizo Federal; recorridos, Dr. João Souza Vianna e a União Federal — (29-11-924 — Rio de Janeiro).	433
--	-----

N. 2 — Relator, o Sr. Ministro GODOFREDO CUNHA; recorrente, <i>ex-officio</i> , o Juiz Federal; recorrido, João Ignacio de Azevedo Silva — (29-11-924 — Rio de Janeiro).	436
--	-----

ACTAS DAS SESSÕES

92ª Sessão, em 5 de Novembro de 1924.....	159 a 209
93ª Sessão, em 8 de Novembro de 1924.....	209 a 243
94ª Sessão, em 12 de Novembro de 1924.....	243 a 245
95ª Sessão, em 14 de Novembro de 1924.....	246 a 273
96ª Sessão, em 19 de Novembro de 1924.....	273 a 306
97ª Sessão, em 22 de Novembro de 1924.....	307 a 337
98ª Sessão, em 26 de Novembro de 1924.....	337 a 387
99ª Sessão, em 29 de Novembro de 1924.....	387 a 437

INDICE GERAL ALPHABETICO E REMISSIVO

INDICE GERAL ALPHABETICO E REMISSIVO

(DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL)

A

ABALO DE CREDITO — não deve ser considerado damno puramente moral o abalo de credito do commerciante, em virtude de apprehensão de mercadorias, a pretexto de serem contrabando, sabendo os apprehensores que o não eram.	89
ABSOLVIÇÃO DO JURY — acima da absolvição do Jury, sempre condescendente, está, incontestavelmente, o despacho de pronuncia, que, de accôrdo com a Lei, não pôde ser proferido sem pleno conhecimento do delicto e sem indícios vehementes de quem seja o delinquente.....	91
ACÇÃO DECENDIAL — são de receber sem condemnação, na acção decendial, os embargos de materia relevante e cumpridamente provados.	304
ACÇÃO DE DESPEJO — nada tem que ver com o dominio ou a posse do predio sobre que versa, e funda-se no contracto de locação, arrendamento, commodato, ou em um facto que obrigue a restituição respectiva.	42
ACÇÃO DE EXHIBIÇÃO DE LIVROS — a exhibição judicial de livros mercantis sómente compete aos interessados em questões de successão, communhão ou sociedade, administração ou gestão mercantil por conta de outrem, e em caso de fallencia.	71
ACÇÃO DE INDEMNIZAÇÃO — para a acção de indemnização não é mistér a culpa criminal, bastando a culpa civil....	91
ACÇÃO PENAL — é de um anno a prescripção da acção penal cuja pena não seja maior de seis mezes de prisão.....	15
—— prescreve em um anno a acção penal para a qual não esteja prevista pena inferior a seis mezes de prisão....	250
ACÇÃO SUMMARIA ESPECIAL — é de um anno o prazo que tem o titular do direito para pedir o reconhecimento deste por meio da acção summaria especial.....	120
—— o prazo para a acção summaria que se fundar na lesão de direitos por acto ou decisão das autoridades administrativas da União é contado da data da lesão e não da data em que a autoridade administrativa houver indeferido o pedido para que a lesão se torne sem effeito.....	120

ACCIONISTAS — sómente os accionistas são interessados nos bens da communhão da sociedade anonyma, não assim os portadores de obrigações da mesma sociedade.....	71
ACÇÕES — ou omissões contrarias á Lei penal, que não forem commettidas com intenção criminosa ou não resultarem de negligencia ou impericia, não são passíveis de pena..	58
ACÇÕES DE DESAPROPRIAÇÃO — a appellação, nas acções de desapropriação por necessidade e utilidade publica, sómente poderá ser provida para annullar-se o processo, por falta de formalidades, não se podendo, pois, conhecer, nesse recurso, de allegações attinentes á injustiça do laudo.	96
ACÇÕES DE NULLIDADES DE PATENTES — a competência da Justiça Federal para acções de nullidade de patentes de invenção emana de disposição expressa da Lei.	70
ACCORDAM — que confirma uma sentença constitúe, com ella, um só julgado e com a mesma data.	34
ACTOS DE EMPREGADOS FEDERAES — a União Federal é responsavel pelos actos dos seus empregados, desde que taes actos sejam praticados, dentro da esphera das suas attribuições legaes, sem usurpação de funcções não conferidas pela Lei e sem fazer a menor distincção motivada pela natureza do acto, licito ou illicito, de imperio ou de simples gestão.	89
ADMINISTRAÇÃO DA HERANÇA — ao conjuge superstite não cabe a administração da herança, si o regimen do casamento não foi o da communhão de bens	45
ADVOGADO — da decisão do Tribunal, impondo pena disciplinar a um advogado, não cabe o recurso de embargos.....	231
AGGRAVAÇÃO DA PENA — tendo a Lei nova aggravado a pena do crime continuado, anteriormente punido como delicto simples, não póde ella ser applicada a facto punido anteriormente com a pena então estabelecida.....	62
— na revisão criminal não é possivel aggravar a condemnação.	129
— a revisão criminal foi instituida exclusivamente em beneficio do réu, pelo que nella não póde ser augmentada a pena.	131
AGGRAVO — estabelecido no art. 13, da Lei n. 4.381, de 1921, cabe sómente da sentença que, decidindo por uma preliminar, põe termo ao feito, sem lhe analysar o merito.	65
— não póde ser conceituada como tendo decidido por uma preliminar, para dar direito ao agravo, em vez de appellação, a sentença que, examinando os documentos com que a parte autora instruiu a acção, declara taes documentos desvaliosos para o fim proposto.	65
— do despacho que concede manutenção de posse ou interdito prohibitorio, não cabe agravo e muito menos dá elle logar ao <i>habeas-corpus</i>	344
— á decisão que não conhece do agravo por incabivel na	

especie, não podem ser opostos embargos de nullidade e infringentes do julgado.	229
AGGRAVO — não cabe agravo, com fundamento em damno irreparavel, desde que qualquer damno porventura causado, ainda pôde ser reparado no curso da causa, pelo proprio Juiz, ou em gráu de appellação	206
— do despacho que concede interdicto prohibitorio ou manutenção de posse não cabe agravo.....	385
— para conhecimento do agravo não é essencial a citação da Lei permissiva do recurso, sómente sendo necessaria a citação da Lei offendida.	381
ALISTAMENTO MILITAR — a concessão do <i>habeas-corpus</i> ao sorteado pelo facto de o ter sido quando menor, não inhiibe a que o seja novamente, uma vez completada a maioridade, embora seja o mesmo o alistamento	358
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal....	203-204-205 206-225-226 227-373-374 375-376
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado por municipio diverso do de sua residencia...	199-202
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado em classe diversa da sua.	197
— desde que o alistamento occorreu depois de completada a maioridade do sorteado e na classe respectiva, não pôde este pleitear isenção do serviço militar, sob o fundamento de nullidade do sorteo.	348
"ANIMUS INJURIANDI" — não é incompativel com a attenuante do art. 42, § 1º doCodigo Penal — falta de pleno conhecimento do mal e directa intenção de o praticar....	24
ANNULLAÇÃO DO JULGAMENTO — a omissão de quesito sobre as concausas do art. 294, doCodigo Penal, sómente annulla o julgamento quando della resulta erro na condemnação.	144
ANNULLAÇÃO DO PROCESSO — desde que a decisão foi favoravel a um menor, não se deve annullar o processo, por inobservancia de uma disposição de Lei instituida em beneficio do mesmo menor	80
APPELLAÇÃO — nas acções de desapropriação por necessidade e utilidade publica, sómente poderá ser provida para annullar-se o processo, por falta de formalidades, não se não se podendo, pois, conhecer, nesse recurso, de allegações attinentes á injustiça do laudo.	96
— não é de se conhecer da appellação que foi apresentada á Superior Instancia fóra do prazo legal.	118
— segundo a legislação do Estado de S. Paulo, a appellação da sentença absolutoria do Jury não terá effeito suspensivo quando o réu se tiver apresentado espontaneamente á prisão.	40

APPELLAÇÃO — dá-se provimento á appellação para julgar a acção improcedente, porque o autor, embora tivesse mais de dez annos de serviço publico federal, e embora houvesse sido demittido sem sentença judicial e sem processo administrativo, todavia, tinha soffrido uma pena de suspensão, por oito dias, no cumprimento dos seus deveres.	116
APPLICAÇÃO — do Codigo Civil, art. 13, de Introducção.	413
— do Codigo Civil, art. 31.	45
— do Codigo Civil, art. 32.	45-48
— do Codigo Civil, art. 34.	45
— do Codigo Civil, art. 632.	80
— do Codigo Civil, art. 1.289.	77
— do Codigo Civil, art. 1.492, n. 2.	82
— do Codigo Civil, art. 1.578.	45
— do Codigo Civil, art. 1.579.	45
— do Codigo Civil, art. 1.754.	45
— do Codigo Civil, art. 1.770.	45-48
— do Codigo Commercial, art. 18.	71-327
— do Codigo Penal, art. 24.	58
— do Codigo Militar, art. 152.	302
— da Constituição Federal, art. 59, § 2º.	400
— da Constituição Federal, art. 60, letra d.	64
— da Constituição Federal, art. 67.	302
— da Constituição Federal, art. 72, § 23.	302
— do Decreto Federal, n. 942 A, de 1890, art. 12, § 1º.	84
— do Decreto Federal, n. 2.448, de 1897, art. 2º.	84
— do Decreto Federal, n. 3.084, de 1898, art. 95, § 2º, da parte 3ª.	77
— do Decreto Federal, n. 3.084, de 1898, art. 123, da parte 4ª.	71-327
— do Decreto Federal, n. 3.084, de 1898, art. 377.	302
— do Decreto Federal, n. 3.084, de 1898, art. 607, da parte 3ª.	124
— do Decreto Federal, n. 4.956, de 1903, art. 29.	96
— do Decreto Federal n. 13.193, de 1918, art. 8º.	94
— da Lei Federal, n. 2.681, de 1912, art. 22.	331
— da Lei Federal, n. 3.089, de 1916, art. 107.	84
— da Lei Federal n. 4.555, de 1922, artigo 10.	330
— da Lei n. 4.555 de 1922, art. 133.	330
— da Lei do Estado de S. Paulo n. 1.849, de 1921, art. 14, letra a.	400
— da Ord. do Liv. 4, Tit. 59, § 3º.	82
— do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, art. 146.	408
APPLICAÇÃO DA PENA — as acções ou omissões contrarias á Lei penal, que não forem commettidas com intenção criminosa ou não resultarem de negligencia ou impericia, não são passíveis de pena	58
— uma vez reconhecida a attenuante do exemplar comportamento anterior, na ausencia de qualquer agravante, deve a pena ser reduzida ao grau minimo.	60

APPLICAÇÃO DA PENA — na ausencia de attenuantes e aggravantes, a pena deve ser applicada no gráu médio.	126
— a aggravante do — motivo frivolo — é incompativel com a attenuante de— de ter sido o crime praticado para evitar mal maior — de modo que reconhecidas pelo Jury ambas essas circumstancias, deve subsistir apenas a attenuante e assim applicada a pena no gráu minimo..	129
— na ausencia de aggravantes e reconhecida uma attenuante, a pena deve ser applicada no gráu minimo....	141-143
— a Lei nova sómente rege o facto que lhe é anterior quando pune com pena menos rigorosa.	62
APPREHENSÃO DE MERCADORIAS — não deve ser considerado damno puramente moral o abalo de credito do commerciante, em virtude de apprehensão de mercadorias, a pretexto de serem contrabando, sabendo os apprehensores que o não eram	89
APPROVAÇÕES ESCOLARES — não é o <i>habeas-corpus</i> meio idoneo para alterar a decisão de uma banca examinadora, e considerar aprovado em determinada materia um alumno reprovado pela mesma banca examinadora.	14
ARRIMO — constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de pae physicamente incapaz.	202-221-224 361-364
— para a concessão de <i>habeas-corpus</i> a sorteado, sob o fundamento de ser arrimo, é necessario, além da certidão de idade, a prova de que o arrimado não recebe dos cofres federaes, estaduaes e municipaes....	358
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua esposa	222-223
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua esposa physicamente incapaz	221-367
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe viuva, por ella escolhido para tal, entre outros filhos.	219
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua irmã solteira	220
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de que é arrimo de sua mãe abandonada pelo marido.....	367
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de que é arrimo de sua mãe viuva, ou de pae physicamente incapaz, ou de irmãos menores, ou de esposa incapaz.	197
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de que é arrimo de sua mãe viuva e pobre.	197-201

ARRIMO — para a concessão de <i>habeas-corpus</i> a sorteado, sob a allegação de ser arrimo de pessoas de sua familia, é necessaria a prova de que o arrimado não recebe nenhuma pensão dos cofres federaes, estaduaes ou municipaes	192-212 213-219
— para a concessão de <i>habeas-corpus</i> a sorteado sob a allegação de ser arrimo de pessoa de sua familia, é necessaria a prova de que a pessoa arrimada não recebe pensão dos cofres publicos federaes, municipaes e estaduaes	196-212 213-219
ASSISTENTES — não podem ser admittidos em segunda instancia	409
ATTENUANTE — o <i>animus injuriandi</i> não é incompativel com a attenuante do art. 42, § 1º do Codigo Penal — falta de pleno conhecimento do mal e directa intenção de o praticar.	24
— uma vez reconhecida a attenuante do exemplar comportamento anterior, na ausencia de qualquer aggravante, deve a pena ser reduzida ao gráu minimo.....	60
— para o reconhecimento da attenuante do § 9º do art. 42 do Codigo Penal é necessaria a prova do exemplar comportamento anterior ou da prestação de bons serviços á sociedade, não bastando simples attestados gratuitos.	62
— não estando provados todos, mas alguns dos requisitos da legitima defesa, propria ou de terceiro, deve essa circumstancia ser considerada como attenuante	141
— da menoridade prepondera sobre a aggravante da superioridade em armas.	151
AUSENCIA DE INTENÇÃO CRIMINOSA — a allegação de ausencia de intenção criminosa é materia que não cabe em <i>habeas-corpus</i> , só podendo ser apreciada nos recursos regulares ou em revisão criminal	314
AUCTORIDADE COACTORA — converteu-se o julgamento em diligencia afim de serem pedidas informações a autoridade coactora e bem assim a remessa dos autos originaes.	168
AUTOS DE CORPO DE DELICTO — é nullo o processo pela contravenção do denominado “jogo do bicho”, em cujos autos não existe o auto de corpo de delicto, que é elemento substancial do processo	8
AUTOS DE INFRAÇÃO — é nullo o auto de infracção que não contém á assignatura do infractor, nem o motivo por que deixou o mesmo de fazel-o	94
AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS — só os Ministros de Estado podem autorizar despesas superiores a um conto de réis	88
AUXILIAR DA ACCUSAÇÃO — segundo a legislação do Estado do Rio Grande do Sul, é licito ao auxiliar de accusação recorrer, embora o não tenha feito o Ministerio Publico, não sendo inconstitucional tal disposição	215

B

BENEFICIO DO MENOR — desde que a decisão foi favoravel a um menor, não se deve annullar o processo, por inobservancia de uma disposição de Lei instituida em beneficio do mesmo menor	80
BENEFICIO DE ORDEM — não é licito invocar o beneficio de ordem ao fiador que se obrigou solidariamente com o devedor, como fiador e principal pagador.....	82
BENEFICIO DO RE'U — a revisão criminal foi instituida exclusivamente em beneficio do réu, pelo que nella não não pôde ser augmentada a pena.	131
— a revisão criminal foi instituida exclusivamente em beneficio do réu, de modo que nella não pôde ser augmentada a pena imposta, embora seja ella inferior á que devera ser applicada	146
BENS DA SOCIEDADE ANONYMA — sómente os accionistas são interessados nos bens da communhão da sociedade anonyma, não assim os portadores de obrigações da mesma sociedade	71-327
BOM COMPORTAMENTO — para reconhecimento da atenuante do § 9º do art. 42 do Codice Penal, é necessaria a prova do exemplar comportamento anterior ou da prestação de bons serviços a sociedade, não bastando simples attestados graciosos.	12
— uma vez reconhecida a atenuante do exemplar comportamento anterior, na ausencia de qualquer aggravante, deve a pena ser reduzida ao gráu minimo.....	60

C

CAMARAS DA CÔRTE DE APPELLAÇÃO — segundo a reforma Judiciaria do Districto Federal, as Camaras da Côrte de Appellação devem compor-se de tres Desembargadores, sendo cada uma dellas presidida pelo Desembargador mais antigo da outra. No caso de impedimento ocasional de qualquer dos seus membros, não pode a substituição recahir no Presidente que já faz parte da Camara immediata.	277
CAMARAS LEGISLATIVAS — o conhecimento de questões essencialmente politicas, quaes as referentes á verificação de poderes das Camaras Legislativas, escapa á competencia do Poder Judiciario	28
CANCELLAMENTO DE MATRICULA — não é o <i>habeas-corpus</i> meio idoneo para se obter a collação de gráu em uma escola superior de ensino, ou para revogar o cancellamento de matricula, decretada pela autoridade competente	23
— concedida provisoriamente, e constando apenas do protocollo, não constitúe uma pena illegal, mas simples acto declaratorio da insubsistencia da concessão, uma vez que não foi confirmada pela Congregação	26

CARTA TESTEMUNHABEL — ou o agravo que não fôr preparado dentro de cinco dias contados de sua entrada na Secretaria do Tribunal, considera-se renunciado e deserto, sem dependencia de mais intimação.....	408
CIRCUMSTANCIA ATTENUANTE — para reconhecimento da attenuante do § 9º, do art. 42, do Código Penal, é necessaria a prova do exemplar comportamento anterior ou da prestação de bons serviços prestados á sociedade, não bastando simples attestados graciosos....	62
— uma vez reconhecida a attenuante do exemplar comportamento anterior, na ausencia de qualquer agravante, deve a pena ser reduzida ao gráu minimo.....	60
CIRCUMSTANCIAS DO CRIME — na ausencia de attenuantes e agravantes, a pena deve ser applicada no gráu médio.	126
— a agravante do — motivo frivolo — é incompativel com a attenuante de — ter sido o crime praticado para evitar mal maior — de modo que reconhecidas pelo Jury ambas essas circunstancias, deve subsistir apenas a attenuante e assim applicada a pena no gráu minimo	129
— a attenuante da menoridade prepondera sobre a agravante da superioridade em armas	151
CITAÇÃO DA LEI — para conhecimento do agravo não é essencial a citação da Lei permissiva do recurso, sómente sendo necessaria a citação da Lei offendida....	381
CITAÇÃO DO RE'U — é nullo o processo para o qual não foi citado o réu, não constando nenhuma diligencia nesse sentido.	145
CIUME — não póde ser considerado motivo frivolo o ciume.	126
COACÇÃO é de ser julgado prejudicado o pedido de <i>habeas-corpus</i> , uma vez cessada a coacção allegada pelo paciente.	4
— é de ser julgado prejudicado o pedido de <i>habeas-corpus</i> , uma vez cessada a coacção de que se queixava o paciente	22
— deve ser julgado prejudicado o pedido de <i>habeas-corpus</i> , uma vez cessada a allegada coacção que lhe deu causa	36
— a coacção resultante de sentença judiciaria civil ou commercial, proferida por autoridade competente, só pelos meios ordinarios poderá ser discutida e nunca por meio de <i>habeas-corpus</i>	344
COACÇÃO ILLEGAL — não soffre coacção illegal o depositario infiel contra quem foi expedido mandado de prisão decorrente de sentença do Juiz competente, proferida em processo regular.	9
CLASSE MILITAR — constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado em classe diversa da sua	197-200
COBRANÇA DE DIVIDA DA UNIÃO — as porcentagens que a legislação vigente manda abonar aos funcionarios do Juizo, a titulo de remuneração especial pelos serviços prestados na cobrança da divida activa da União,	

sómente são devidas quando, uma vez vencedora a Fazenda Nacional, tenha passado em julgado a sentença de 1ª instancia ou haja o Tribunal negado provimento á appellação da mesma interposta. Do despacho que recusa mandar pagar taes porcentagens antes do julgamento da 2ª instancia, não cabe agravo com fundamento em damno irreparavel.	330
COBRANÇA DE MULTA — é de ser julgado procedente o executivo fiscal para cobrança de multa, uma vez que a divida está devidamente provada e nada foi allegado pelos executados que os relevasse do pagamento.	95
CODIGO CIVIL — applicação do ar. 13, da Introdução.....	413
— applicação do art. 31.	45
— applicação do art. 32.	45-48
— applicação do art. 632.	80
— applicação do art. 1.289.	77
— applicação do art. 1.492, n. 2.	82
— applicação do art. 1.578.	45
— applicação do art. 1.579	45
— applicação do art. 1.754	45
— applicação do art. 1.770	45-48
CODIGO COMMERCIAL — applicação do art. 18.	71-327
CODIGO PENAL — applicação do art. 24.	58
CODIGO PENAL MILITAR — applicação do art. 152.	302
COLLAÇÃO DE GRA'U — não é o <i>habeas-corpus</i> meio idoneo para se obter a collação de gráu em uma escola superior de ensino, ou para revogar o cancellamento de matricula, decretada pela autoridade competente. ...	23
COMMISSÃO DE JUIZES — a nenhum Juiz, seja de que cathegoria fôr e principalmente ao Juiz de um Tribunal Superior, é permitido acceitar commissão, de qualquer especie, do Poder Executivo.	277
COMPARECIMENTO DO QUEIXOSO — aos actos da formação da culpa é uma formalidade que interessa particularmente á accusação e não diz respeito á defesa, consequentemente a sua preterição jamais pôde acarretar a nullidade do processo, em detrimento da primeira e mediante allegação da segunda que, com ella, em hypothese alguma, seria prejudicada	353
COMPETENCIA CONSTITUCIONAL — a residencia das partes, ao tempo em que se inicia a demanda, é que determina a competencia constitucional da Justiça que della deve conhecer.	51
COMPETENCIA FEDERAL — a União Federal nenhum interesse tem, de modo a justificar a competencia da Justiça Federal, no processo instaurado para apurar a responsabilidade de quem falsificou a firma de um funcionario federal, em documento particular	30
— a competencia da Justiça Federal emana directamente da Constituição e, assim, as Leis ordinarias não po-	

dem senão declarar e desenvolver o respectivo pensamento constitucional	52
COMPETENCIA FEDERAL — a competencia da Justiça Federal para as acções de nullidade de patentes de invenção emana de disposição expressa da Lei.....	70
COMPETENCIA LOCAL — é a Justiça local e não a federal a competente para processar e julgar o chefe de Polícia do Territorio do Acre, nos crimes de responsabilidade	195
— embora tenha séde em um Estado, um estabelecimento commercial, desde que possua filial em outro, perante a Justiça deste responderá pelas obrigações contrahidas nelle, em contracto celebrado por agentes seus..	51
— a Justiça local é a competente para os pleitos entre partes residentes no mesmo Estado.	64
COMPETENCIA ORIGINARIA — não é de se conhecer de <i>habeas-corpus</i> originariamente requerido ao Supremo Tribunal Federal fóra dos casos da competencia originaria deste.	3
COMPETENCIA DO PODER JUDICIARIO — o conhecimento de questões essencialmente politicas, quaes as referentes á verificação de poderes das Camaras Legislativas, escapa á competencia do Poder Legislativo....	28
COMPRA E VENDA — pela legislação ingleza, o vendedor não pago pela insolvencia do comprador pôde reaver a posse da mercadoria vendida e expedida si ainda em transito.	413
COMPROMISSOS EM NOME DO ESTADO — nenhum funcionario de repartição pôde assumir compromissos em nome do Estado, sem que esteja para isso devidamente autorizado	88
COMPROMISSO DAS TESTEMUNHAS — a sua falta não annulla o processo criminal, pois tal compromisso não é formalidade essencial do processo	37
CONCAUSAS — a omissão de quesitos sobre as concausas do art. 294 doCodigo Penal, sómente annulla o julgamento quando della resulta erro na condemnação.	144
CONCESSÃO DE "HABEAS-CORPUS" — o Supremo Tribunal Federal só concede <i>habeas-corpus</i> a) para garantir o direito de livre locomoção, si é evidentemente illegal o obstaculo que lhe é opposto; b) para defender o direito ao exercicio de uma função publica, si a situação juridica do paciente é certa, liquida e incontestavel.	39
— a plena concessão de <i>habeas-corpus</i> não põe termo ao processo nem obsta a qualquer procedimento judicial que possa ter lugar no Juizo competente	302
— a réu condemnado só é dado de conceder-se <i>habeas-corpus</i> , nos seguintes casos: a) quando não é evidentemente criminoso o facto que lhe é imputado; b) quando é incompetente o Juiz processante; c) quando	

existe nullidade evidente no processo; d) quando a acção penal já está prescripta.	276
CONDEMNACÃO — na revisão criminal não é possível aggravar a condenação	129
— a revisão criminal foi instituida exclusivamente em beneficio do réu, pelo que nella não pôde ser augmentada a condenação	131
CONDEMNACÃO POR PERDAS — para haver condenação por perdas e damnos é preciso que, entre o acto ou omissão do serviço publico que occasionou o damno e este, se verifique uma relação directa de causalidade, um laço directo de causa a effeito	98
CONDOMINO — quando a cousa fôr indivisivel ou se tornar, pela divisão, impropria ao seu destino, e os consortes não quizerem adjudical-a a um só, indemnizando os outros, será vendida e partilhado o preço.	80
CONFIRMAÇÃO DE SENTENÇA — o Accordam que confirma uma sentença constitue, com ella, um só julgado e com a mesma data.	34
— confirmada, pois, uma sentença condemnatoria, a prescripção da condenação começa a correr da data da sentença confirmada e não do Accordam, que negou provimento á appellação	34
CONFLICTO DE JURISDICÇÃO — para que surja um conflicto de jurisdicção não é necessario que dois ou mais Juizes se julguem competentes para conhecer do mesmo litigio, basta que queiram processar e julgar demandas connexas	42
— a decisão proferida em conflicto de jurisdicção não é definitiva ou final e, como tal, não é embargavel.	227
— nenhuma autoriade judiciaria do Paiz pôde entrar em conflicto com o Supremo Tribunal Federal.	44
— desde que um dos Juizes dados em conflicto reconheceu a sua incompetencia para o feito, desaparece a razão de ser do mesmo conflicto que assim deve ser julgado improcedente	50
— não ha conflicto de jurisdicção desde que dos Juizes não se julguem simultaneamente competentes para o mesmo feito	55
— não é de se conhecer de conflicto de jurisdicção suscitado por quem não provou legitimo interesse para suscitá-lo.	57
CONHECIMENTO — não se toma de <i>habeas-corpus</i> originariamente requerido ao Supremo Tribunal Federal fóra dos casos da competencia originaria deste	3
— não se toma de pedido de <i>habeas-corpus</i> que se não acha devidamente instruido.	3-7-10
— o Supremo Tribunal Federal toma conhecimento originariamente de pedido de <i>habeas-corpus</i> nos casos expressos e taxativos da Lei	31-33

CONHECIMENTO — não se toma do pedido de <i>habeas-corpus</i> , que se não acha devidamente instruído.	32-33
CONHECIMENTO DO AGGRAVO — para conhecimento do agravo não é essencial a citação da Lei permissiva do recurso sómente sendo necessaria a citação da appellada	381
CONHECIMENTO DA APPELLAÇÃO — não se toma quan- do ella foi apresentada á Superior Instancia fóra do prazo legal	118
CONJUGE SUPERSTITE — a elle não cabe a administração da herança, si o regimen do casamento não foi o da communhão de bens	45
CONSTITUIÇÃO FEDERAL — applicação do art. 59	400
— applicação do art. 60, letra d.	64
— applicação do art. 67.	302
— applicação do art. 72 § 23.	302
CONSTITUIÇÃO MINEIRA — não é manifestamente inconsti- tucional o Tribunal de Remoção de Magistrados, crea- do pela Constituição Mineira	16
CONSTRANGIMENTO ILLEGAL — constitúe constrangimen- to illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao ser- viço militar de quem é arrimo de sua mãe viuva.	201-313 368-370
— constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-</i> <i>corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de pae physicamente incapaz.	202-221-224 361-364-369 370
— constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-</i> <i>corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arri- mo de seu pae physicamente incapaz e de irmãos menores	372
— constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-</i> <i>corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arri- rimo de sua mãe	372-375
— constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-</i> <i>corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arri- rimo de seus irmãos, orphans de pae e mãe	367
— constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-</i> <i>corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arri- mo de sua esposa physicamente incapaz	367-371-372
† — constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-</i> <i>corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arri- mo de sua mãe abandonada pelo marido.	367
— é illegal o sorteio de quem foi alistado quando ainda menor, não obstante o sorteio se haver verificado de- pois de completada a maioridade.	366
— constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-</i> <i>corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arri- mo de mãe solteira	366
— constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-</i> <i>corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é reser- vista naval	361
— constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-</i>	

<i>corpus</i> , a sujeição ao serviço militar que quem é physicamente ou mentalmente incapaz para o serviço militar	225
CONSTRANGIMENTO ILLEGAL — constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe viuva e pobre.	197-203 220-221
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua esposa	222-223-224
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é marinheiro e como tal só podendo ser obrigado a servir na Marinha	225
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua esposa physicamente incapaz	221
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal. . .	203-204-205 206-225-226 227-373-374 375-376
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe viuva, por ella escolhido para tal, entre outros filhos.	219-365
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua irmã solteira	220
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de mãe viuva, ou de pae physicamente incapaz, ou de irmãos menores, ou de esposa incapaz.	197-363
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem contra-hiu matrimonio antes de 1921.	196-202 361-371
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem contra-hiu matrimonio antes de 1921 e sustenta filhos menores	200-222-363 365-369
— comparecendo o réu em Juizo, e requerendo que sejam inqueridas as testemunhas ouvidas na sua ausencia, não póde o Juiz recusar-lhe o pedido sob o fundamento de já se acharem os autos conclusos para a sentença de pronuncia. A recusa do Juiz constitue coacção illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i>	299
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado em classe diversa da sua.	197-200 201-224
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é estrangeiro.	167
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-</i>	

<i>corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem foi alis-	199-202-220
tado e sorteado por municipio diverso do de sua resi-	223-360-363
dência	364-368-370
CONSTRANGIMENTO ILLEGAL — não soffre constrangi-	
mento illegal o depositario infiel contra quem foi ex-	
pedido mandado de prisão decorrente de sentença do	
Juiz competente, proferida em processo regular.....	9
— constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-</i>	
<i>corpus</i> , a conservação em prisão, por tempo indetermi-	
nado, de estrangeiro, considerado nocivo á ordem pu-	
blica, afim de ser expulso do territorio nacional. A or-	
dem deve ser, porém, concedida sem prejuizo das dili-	
gencias ultteriores necessarias á execução da portaria	
de expulsão.	13
— desde que não está integralmente cumprida a pena im-	
posta ao paciente, não se justifica a concessão de <i>ha-</i>	
<i>beas-corpus</i> ao mesmo paciente que, assim, não soffre	
constrangimento illegal	19
— justifica-se o pedido de <i>habeas-corpus</i> ao Supremo Tri-	
bunal Federal, em favor do paciente que, já tendo ob-	
tido identica providencia do mais alto Tribunal de Jus-	
tiça do Estado, não foi comtudo essa decisão cumprida	
pelas autoridades estaduaes, continuando assim a sof-	
frer constrangimento illegal	29
CONSTRANGIMENTO LEGAL — é legal a prisão decor-	
rente de despacho de pronuncia	6
— a réu condemnado por Juiz competente, em processo	
regular e por facto criminoso, é de ser negado <i>habeas-</i>	
<i>corpus</i>	8
— a réu condemnado por Juiz competente, em processo	
regular e por facto criminoso, não prescripto, é de ser	
negado <i>habeas-corpus</i>	11
— é de ser indeferido o pedido de <i>habeas-corpus</i> em favor	
de réu condemnado, desde que são improcedentes as nul-	
lidades allegadas	12
— é de ser negado <i>habeas-corpus</i> a réu condemnado por	
Juiz competente, em processo regular, por facto cri-	
minoso não prescripto	16
— não é illegal a prisão provisoria do extraditando, á es-	
pera do julgamento do respectivo pedido, uma vez que	
não ultrapasse a mesma o prazo que a Lei estabelece..	37
CONTRIBUINTES DO MONTE-PIO — não é licito negar	
o direito de contribuir para o monte-pio federal ao	
funcionario nomeado no regimen anterior á Lei que	
suspendeu a admissão dos novos contribuintes.	84
CONVERSÃO DA PENA — a legalidade ou illegalidade da con-	
versão da pena de prisão cellular em prisão simples com	
augmento da 6ª parte, é materia que sómente em gráu	
de revisão criminal, e não em <i>habeas-corpus</i> , poderá	
ser apreciada.	394
CORPO DE DELICTO — a preterição de algumas formalida-	

des do corpo de delicto não pode prejudicar a sua validade, uma vez que revista elle as condições de publicidade e foi procedido por autoridade competente....	277
CORPO DE DELICTO — não é nullo o corpo de delicto nos processos pela contravenção do denominado “jogo do bicho”, pelo facto de não ter sido escripto pelo escrivão, mas pelos proprios peritos.	5
— é nullo o processo pela contravenção do denominado “jogo do bicho”, em cujos autos não existe o auto de corpo de delicto, que é elemento substancial no processo	8
CORPO DE DELICTO EM FALLENCIA — nos processos por crimes de fallencia o corpo de delicto consiste no exame da escripturação dos fallidos, feito no proprio processo de fallencia	314
CÔRTE DE APPELLAÇÃO — segundo a Reforma Judiciaria do Districto Federal, as Camaras da Côte de Appellação devem compor-se de tres Desembargadores sendo cada uma dellas presidida pelo Desembargador mais antigo da outra. No caso de impedimento occasional de qualquer dos seus membros, não pode a substituição recahir no Presidente que já faz parte da Camara immediata.	277
COUSA INDIVISIVEL — quando a cousa fôr indivisivel ou se transtornar, pela divisão, impropria ao seu destino, e os consorte não quizerem adjudical-a, a um só, indemnizando os outros, será vendida e partilhado o preço	80
CREDITO DO COMMERCIANTE — não deve ser considerado damno puramente moral o abalo de credito do commerciante, em virtude de apprehensão de mercadorias, a a pretexto de serem contrabando, sabendo os apprehensores que não o eram	89
CREDOR DO ESTADO — prescreve em cinco annos todo e qualquer direito e acção que alguém possa ter como credor do Estado	115
CRIME CONTINUADO — tendo a Lei nova aggravado a pena do crime continuado, anteriormente punido como delicto simples, não póde ella ser applicada a facto punido anteriormente com a pena então estabelecida.	62
CRIME DE FALLENCIA — a legislação do Estado de S. Paulo conferiu ao Juiz do Commercio competencia para o processo criminal da fallencia até a pronuncia ou não pronuncia e essa legislação não foi, em tempo algum, revogada nem expressa ou implicitamente.	353
CRIME DE INJURIA — o <i>animus injuriandi</i> não é incompativel com a attenuante do art. 42, § 1º do Codigão Penal — falta de pleno conhecimento do mal e directa intenção de o praticar.	24
CRIME DE JURISDICÇÃO FEDERAL — aos Juizes seccionaes, dentro da sua jurisdicção, compete conhecer do <i>habeas-corpus</i> , ainda que a prisão ou ameaça desta seja feita por autoridade estadual, desde que se trate de cri-	

me de jurisdição federal, ou o acto se dê contra funcionario da União	193
CRIME DA MESMA NATUREZA — entende-se por crime da mesma natureza o que consiste na violação do mesmo artigo do Código Penal	147
CRIME MILITAR — o crime de ferimentos só é militar quando o offendido é militar	302
CRIMES DIVERSOS — o art. 66, § 3º do Código Penal refere-se á hypothese do criminoso que, pelo mesmo facto e com uma só intenção, tiver commettido mais de um crime.	147
CRIMES DA MESMA NATUREZA — a disposição do art. 66, § 2º do Código Penal cogita da hypothese de mais de um crime da mesma natureza, commettido em tempo e logar differentes contra a mesma ou diversas pessoas	147
CRIMES MILITARES — são por sua natureza delictos militares, os que só por militares podem ser commettidos, isto é, os que constituem uma infracção especifica e funcional da profissão do soldado.	302
CRIME DE RESPONSABILIDADE — é a Justiça local e não a federal a competente para processar e julgar o chefe de Polícia do Territorio do Acre, nos crimes de responsabilidade.	195
CULPA CIVIL — para a acção de indemnização não é mistér a culpa criminal, bastando a culpa civil	91
CUMPRIMENTO DA PENA — desde que não está integralmente cumprida a pena imposta ao paciente, não se justifica a concessão de <i>habeas-corpus</i> ao mesmo paciente que, assim, não soffre constrangimento illegal.	19
— é de ser julgado prejudicado o pedido de revisão criminal uma vez que já foi cumprida a pena.	133
— o facto de já haver o petionario cumprido a pena, não importa no não conhecimento do pedido de revisão. . .	137

D

DAMNO IRREPARAVEL — não cabe agravo, com fundamento em damno irreparavel, desde que qualquer damno, porventura causado, ainda póde ser reparado no curso da causa, pelo proprio Juiz, ou em gráu de appellação.	206
DAMNO MORAL — não deve ser considerado damno puramente moral o abalo de credito do commerciante, em virtude de apprehensão de mercadorias, a pretexto de serem contrabando, sabendo os apprehensores que o não eram.	89
DAMNO Á UNIÃO FEDERAL — não póde ser responsavel pelo damno soffrido pela União Federal, em virtude de fraude contra ella praticada, quem nenhuma participação teve na fraude commettida, nem para ella concorreu com culpa de qualquer especie, tendo agido de bôa-fé, deante de um instrumento publico de cuja falsidade não podia suspeitar.	86
DECISÃO DE BANCAS EXAMINADORAS — não é o <i>habeas-</i>	

<i>corpus</i> meio idoneo para alterar a decisão de uma banca examinadora e considerar aprovado em determinada materia um alumno reprovado pela mesma banca examinadora.	14
DECISÃO NÃO EMBARGAVEL — a decisão proferida em conflicto de jurisdição não é definitiva ou final e como tal não é embargavel.	227
DECRETO FEDERAL — n. 857, de 1851, applicação do art. 5º.	115
— n. 942-A, de 1890, applicação do art. 12, § 1º.	85
— n. 2.448, de 1897, applicação do art. 2º.	84
— n. 3.084, de 1898, applicação do art. 95, § 2º, da parte 3ª	77
— n. 3.084, de 1898, applicação do art. 96, da parte 3ª.	74
— n. 3.084, de 1898, applicação do art. 123, da parte 4ª.	71-327
— n. 3.084, de 1898, applicação do art. 377.	302
— n. 3.084, de 1898, applicação do art. 607, da parte 3ª.	124
— n. 4.956, de 1903, applicação do art. 29.	96
— n. 13.193, de 1918, applicação do art. 8º.	94
DELICTO CONTINUADO — tendo a Lei nova aggravado a pena do crime continuado, anteriormente punido como delicto simples, não pôde ella ser applicada a facto punido anteriormente com a pena então estabelecida.	62
DELICTOS HOMOGENEOS — a Lei n. 4.780, de 1923, supprimiu a figura do art. 66, § 2º, do Codigo Penal, o concurso real de delictos homogeneos.	390
DELICTOS MILITARES — os militares de terra e mar só terão fôro especial nos delictos militares.	302
— são por natureza delictos militares os que só por militares podem ser commettidos, isto é, os que constituem uma infracção especifica e funccional da profissão do soldado.	302
DEMISSÃO — é legal a demissão, sem precedencia de qualquer formalidade, desde que nenhuma Lei assegura a vitaliciedade ou, pelo menos, a indemissibilidade, sem a observancia de determinados requisitos.	113
DEMISSÃO DE FUNCIONARIO — dá-se provimento á appealação para julgar a acção improcedente, porque o autor, embora tivesse mais de dez annos de serviço publico federal, e embora houvesse sido demittido sem sentença judicial e sem processo administrativo, todavia, tinha soffrido uma pena de suspensão por oito dias, no cumprimento dos seus deveres.	116
DEMISSÃO DE FUNCIONARIOS — <i>ex-vi</i> do art. 125, da Lei n. 2.924, de 5 de Janeiro de 1915, o funcionario ou empregado publico federal, salvo os funcionarios em commissão, que contar dez ou mais annos de serviço publico federal, só poderá ser demittido em virtude de sentença judicial ou de processo administrativo, <i>salvo si tiver soffrido penas no cumprimento dos seus deveres</i>	116
DEMISSÃO DE MACHINISTA — é legal a demissão do machinista da Armada de menos de dez annos, em virtude de factos verificados em inquerito policial militar.	92
DEPOSITARIO INFIEL — não soffre coacção illegal o depo-	

sitario infiel contra quem foi expedido mandado de prisão decorrente de sentença do Juiz competente, proferida em processo regular.	9
DESAPROPRIAÇÃO — a appellação, nas acções de desapropriação por necessidade e utilidade publica, sómente . poderá ser provida para annular-se o processo, por falta de formalidades, não se podendo, pois, conhecer, nesse recurso, de allegações attinentes á injustiça do laudo....	96
DESASTRES FERROVIARIOS — o criterio de indemnização, adoptado nesses casos, pela jurisprudencia do Supremo Tribunal Federal é o de attribuir a todos os que da victima recebiam alimento, educação ou auxilio, uma quantia que, aos juro legaes, lhes produza renda correspondente aquillo que lhes podia ou estava acostumada a fornecer a victima pelos seus ganhos, e considerados os annos que poderia ainda, provavelmente viver.....	331
DESCCLASSIFICAÇÃO DO DELICTO — desde que dos autos não está evidentemente provada a intencionalidade do delicto e antes que o mesmo resultou de culpa do agente, deve ser deferido o pedido de revisão criminal para o fim de ser desclassificado o delicto, de doloso para culposo, impondo-se ao réu a pena correspondente.....	155
DESISTENCIA — é de ser homologada a desistencia que foi requerida e processada com as formalidades legaes.....	113-386
— é de ser homologada a desistencia que foi requerida e processada de accôrdo com a Lei.....	43
— não são a mesma cousa a desistencia de recurso e a desistencia de acção. Para esta ultima, é necessario o consentimento do réu, desde que contestada á lide; aquella fica inteiramente livre á parte que tenha interposto o recurso	92
DESISTENCIA DE ACÇÃO EXECUTIVA — desde que, na acção principal, exequente e executado entraram em accôrdo e reciprocamente desistiram da acção proposta, ficou sem objecto o processo de embargos de terceiro senhor e possuidor, oppostos á penhora, procedida na mesma acção e processados em apartado e julgados provados, processo esse que deve ser julgado extincto.....	119
DESPACHO DE PRONUNCIA — acima da absolvição do Jury, sempre condescendente, está, incontestavelmente, o despacho de pronuncia, que, de accôrdo com a Lei, não póde ser proferido sem pleno conhecimento do delicto e sem indicios vehementes de quem seja o delinquente.....	91
DESPEJO — a acção de despejo nada tem que ver com o dominio ou a posse do predio sobre que versa, e funda-se no contracto de locação, arrendamento, commodato, ou em um facto que obrigue a restituição respectiva.....	43
DESPESAS PUBLICAS — só os Ministros de Estado podem autorizar despesas superiores a um conto de réis.....	88
DETENÇÃO DE PRESOS POLITICOS — é illegal a detenção de presos politicos por motivo de ordem publica, em logares destinados a réus de crimes communs.....	395
DIFFERENÇAS DE VENCIMENTOS — na liquidação de sen-	

tença, tratando-se de diferenças de vencimentos, deve ser deduzida a importancia relativa ao sello correspondente ao augmento verificado.....	433
DILIGENCIA — converteu-se o julgamento em diligencia para o fim de serem requisitados os autos originaes do processo a que responde o paciente.....	215-314
— converteu-se o julgamento em diligencia, afim de serem pedidas informações ao Sr. Ministro da Justiça.....	218
— converteu-se o julgamento em diligencia para o fim de serem solicitadas informações da autoridade coactora...	394-397
— converteu-se o julgamento em diligencia afim de serem pedidas informações á autoridade dada como coactora e bem assim a remessa dos autos originaes.....	168
DIREITO FORMAL — aos Estados compete definir tudo quanto concerne ao recurso e ás pessoas que podem recorrer, por ser a materia de direito formal.....	215
DIREITO AO MONTEPIO — não é lícito negar o direito de contribuir para o montepio federal ao funcionario nomeado no regimen anterior á Lei que suspendeu a admisão dos novos contribuintes.....	84
DIREITO DE QUEIXA — o <i>habeas-corpus</i> é uma garantia da liberdade individual e assim não póde ser invocado para, por meio d'elle, garantir o direito de queixa, negado pela Justiça local, em face da respectiva legislação processual, á mãe do offendido que já completou a maioridade.	311
DIRIMENTE — para que a embriaguez possa constituir dirimente da responsabilidade penal é preciso que seja completa, tenha o character de pathologica ou complicada, determinativa de um estado de inconsciencia absoluta.....	131
DISPENSA DE REVISÃO — não deve ser dispensada a revisão de um feito para ser appensado a outro, pelo facto de ser a mesma a materia de ambos, mas ao contrario cada um delles deve seguir o processo normal.....	241
DISPOSIÇÃO REGULAMENTAR — embora approvada posteriormente pelo Poder Legislativo, não póde absolutamente subsistir, deante da disposição do art. 15, da Constituição Federal, que considera independentes e harmonicos entre si os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciario que são orgams da Soberania Nacional.....	277
DIVIDA ACTIVA DA UNIÃO — as porcentagens que a legislação vigente manda abonar aos funcionarios do Juizo, a titulo de remuneração especial pelos serviços prestados na cobrança executiva da divida activa da União, sómente são devidas quando, uma vez vencedora a Fazenda Nacional, tenha passado em julgado a sentença de 1ª instancia ou haja o Tribunal negado provimento á appealção da mesma interposta. Do despacho que recusa mandar pagar taes porcentagens, antes do julgamento da 2ª instancia, não cabe agravo com fundamento em damno irreparavel.	330
DOCENTES MILITARES — os actuaes docentes militares, a	

<i>qualquer titulo</i> , dos institutos militares de ensino superior serão transferidos para o quadro Q, nas mesmas condições que os officiaes ao mesmo pertencentes. Uma dessas condições é a vitaliciedade.....	122
DOMICILIO CIVIL — da pessoa, natural é o lugar onde ella estabelece a sua residencia, com animo definitivo.....	45
DOMICILIOS DIVERSOS — quando a pessoa natural tiver mais de um domicilio, em qualquer delles poderá ser feito o inventario, e, nesse caso, competente será o que primeiro tomou conhecimento do mesmo inventario.....	48
DOCUMENTO SEM FE' — nenhuma fé merece em Juizo o documento que contém entrelinha, com letra e tinta differentes e não devidamente resalvada.....	94

E

EDADE LEGAL — constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal.	204-205-206 225-226-227 373-374-375
— não póde pleitear isenção do serviço militar, sob a allegação de menoridade, quem ao ser alistado e sorteado já havia completado a idade legal.....	359
EFFEITO RETROACTIVO — a Lei nova sómente tem effeito retroactivo quando beneficia o réu.....	251
EFFEITOS DA LEI NOVA — tendo a Lei nova. aggravado a pena do crime continuado, anteriormente punido como delicto simples, não póde ella ser applicada a facto punido anteriormente com a pena então estabelecida....	62
EFFEITOS DA SENTENÇA — a coacção resultante de sentença judiciaria civil ou commercial, proferida por autoridade competente, só pelos meios ordinarios poderá ser discutida e nunca por meio de <i>habeas-corpus</i>	344
EMBARGOS — são de receber sem condemnação, na acção decendial, os embargos de materia relevante e cumpridamente provados.	304
— da decisão do Tribunal, impondo pena disciplinar a um advogado, não cabe o recurso de embargos.....	231
— a pena de suspensão ou qualquer outra disciplinar imposta pelo Tribunal, póde ser por elle relevada, mas não por meio de embargos.....	231
— são de rejeitar os embargos que reproduzem materia já apreciada pela decisão embargada.....	42-58-88 91-92
— o mandato judicial que contém poderes para oppôr embargos envolve o poder de delles desistir, mesmo depois de impugnados.	92
— não são admissiveis na execução embargos de materia identica á que já foi allegada e desprezada na acção....	124
— relativos á nullidade da penhora devem ser julgados pelo Juiz da execução.	124
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO — são de rejeitar quando op-	

postos a Accordam que não contém nenhuma omissão, ambiguidade ou contradicção.	112-401
EMBARGOS DE NULLIDADE — á decisão que não conhece do agravo por incabível na especie, não podem ser oppos-tos embargos de nullidade e infringentes do julgado....	229
EMBARGOS DE TERCEIRO — desde que, na acção principal, exequente e executado entraram em accôrdo e reciproca-mente desistiram da acção proposta, ficou sem objecto o processo de embargos de terceiro senhor e possuidor, op-postos á penhora, procedida na mesma acção e processa-dos em apartado e julgados provados, processo esse que deve ser julgado extincto.....	119
EMBRIAGUEZ — para que a embriaguez possa constituir diri-mente da responsabilidade penal é preciso que seja com-pleta, tenha o character de pathologica ou complicada, determinativa de um estado de inconsciencia absoluta.....	131
EMPREGADO PUBLICO — para os effeitos do montepio, con-sidera-se funcçionario publico todo empregado de no-meação effectiva, que não seja de méra commissão e perceba vencimentos fixados na tabella explicativa do orçamento.	84
— não deixa de ser considerado funcçionario publico o em-pregado que não tem os seus vencimentos divididos em ordenado e gratificação, pois, na falta dessa determinação expressa, considera-se que dois terços dos vencimentos correspondem ao ordenado e o terço restante á grati-ficação.	84
— nenhum póde assumir compromissos em nome do Estado, sem que esteja para isso devidamente autorizado.....	88
— dá-se provimento á appellação para julgar a acção impro-cedente, porque o autor, embora tivesse mais de dez annos de serviço publico federal, e embora houvesse sido demittido sem sentença judicial e sem processo adminis-trativo, todavia, tinha soffrido uma pena de suspensão, por oito dias, no cumprimento dos seus deveres.....	116
— <i>ex-vi</i> do art. 125 da Lei Federal n. 2.924, de 5 de Janeiro de 1915, o funcçionario ou empregado publico federal, salvo os funcçionarios em commissão, que contar dez ou mais annos de serviço publico federal, só poderá ser demittido em virtude de sentença judicial ou de processo administrativo, <i>salvo si tiver soffrido penas no cumpri-mento dos seus deveres</i>	116
ESCOLA SUPERIOR — não póde ser considerada matricula em uma Escola Superior o simples acto de inscripção no protocollo, sujeito ainda á deliberação da Congregação que posteriormente a indeferiu.....	40
ESCOLAS DE APRENDIZES MARINHEIROS — os professo-res das Escolas de Aprendizés Marinheiros não são vita-licios, mas só poderão ser demittidos: a) quando o re-quererem; b) quando abandonarem, sem comunicação, o exercicio do cargo, por mais de 15 dias; c) quando não se mostrarem dedicados ao exercicio das suas funcções ou	

cometterem actos que deponham contra a moralidade e a disciplina da Escola; d) quando se inutilizarem para o serviço do magisterio, sem terem adquirido direito á aposentadoria.	409
ESPOSA INCAPAZ — constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua esposa physicamente incapaz.....	221
ESTABELECIMENTO COMMERCIAL — embora tenha séde em um Estado, um estabelecimento commercial, desde que possúa filial em outro, perante a Justiça deste responderá pelas obrigações contrahidas nelle, em contracto celebrado por agentes seus.....	51
ESTADO — não responde, em regra, pelos damnos causados em guerras civis, tumultos e <i>meetings</i> , a não ser que omitta as diligencias e medidas a seu alcance, adequadas e efficientes.	98
ESTADO DE SITIO — é legal a prisão, em virtude do estado de sitio, de quem, envolvido nos successos politicos que visavam perturbar a ordem publica, foi conduzido de um Estado para esta Capital, para os effeitos legaes.....	399
ESTRADAS DE FERRO — no caso de morte, responde a estrada de ferro por todas as despezas e é obrigada a indemnizar todos aquelles aos quaes a morte da victima privar de alimento, auxilio e educação.....	331
— respondem pelos desastres que, nas suas linhas, succedem aos viajantes, e de que resulte a morte, ferimentos ou lesão corporea.	331
ERRO NA CONDEMNACÃO — a omissão de quesitos sobre as concausas do art. 294, doCodigo Penal, sómente annulla o julgamento quanto della resultar erro na condemnação	144
EVIDENCIA DOS AUTOS — a sentença sómente pôde ser considerada contraria á evidencia dos autos, quando a prova destes diz uma cousa e aquella exprime cousa inteiramente diversa.	137
EXAMES DE LIVROS — nos processos por crimes de fallencia, o corpo de delicto consiste no exame da escripturação dos fallidos, feito no proprio processo da fallencia.....	314
EXAMES ESCOLARES — não é o <i>habeas-corpus</i> meio idoneo para alterar a decisão de uma banca examinadora e considerar approved em determinada materia um alumno reprovado pela mesma banca examinadora.....	14
EXECUÇÃO — não são admissiveis na execução embargos de materia identica á que já foi allegada e desprezada na acção.	124
EXECUTIVO FISCAL — é de ser julgado procedente o executivo fiscal para cobrança de multa, uma vez que a divida está devidamente provada e nada foi allegado pelos executados que os relevasse do pagamento.	95
EXEMPLAR COMPORTAMENTO — para o reconhecimento da attenuante do § 9º, do art. 42, doCodigo Penal, é necessaria a prova do exemplar comportamento anterior	

ou da prestação de bons serviços á sociedade, não bastando simples attestados graciosos.....	62
EXEMPLAR COMPORTAMENTO — uma vez reconhecida a attenuante do exemplar comportamento anterior, na ausencia de qualquer aggravante, deve a pena ser reduzida ao gráu minimo.....	60
EXERCICIO DUMA FUNCCÃO — só se concede <i>habeas-corpus</i> para o exercicio de uma funcção, si o direito a esta é certo, liquido e incontestavel.....	17
EXHIBIÇÃO DE LIVROS — a exhibição judicial de livros mercantis sómente compete aos interessados em questões de successão, communhão ou sociedade, administração ou gestão mercantil por conta de outrem, e em caso de fallencia.	71-327
EXPULSAO DE EXTRANGEIRO — constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a conservação em prisão, por tempo indeterminado, de estrangeiro, considerado nocivo á ordem publica, afim de ser expulso do territorio nacional. A ordem deve ser, porém, concedida sem prejuizo das diligencias ulteriores necessarias á execução da portaria de expulsão.....	13
EXTRADICÇÃO — é illegal a prisão effectuada pelas autoridades de um Estado, á requisição das de outro, sem que tenha havido o competente processo da extradição.....	357
EXTRADITANDO — não é illegal a prisão provisoria do extraditando, á espera do julgamento do respectivo pedido, uma vez que não ultrapasse a mesma o prazo que a Lei estabelece.	37
EXTRANGEIRO — constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é estrangeiro.	167
EXTRANGEIRO EXPULSO DO BRASIL — constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a conservação em prisão, por tempo indeterminado, de estrangeiro, considerado nocivo á ordem publica, afim de ser expulso do territorio nacional. A ordem deve ser concedida, porém, sem prejuizo das diligencias ulteriores necessarias á execução da portaria de expulsão.....	13

F

FABRICAÇÃO DE MOEDA FALSA — a introduccção de moeda falsa na circulação, quando effectuada pelo proprio fabricante, não constitúe outro crime distincto do de fabricação, pois não é mais do que a consummação daquelle	147
FALLENCIA — a legislação do Estado de S. Paulo conferiu ao Juiz do Commercio competencia para o processo criminal da fallencia até a pronuncia ou não pronuncia e essa legislação não foi, em tempo algum, revogada nem expressa ou implicitamente.	353
— nos processos por crimes de fallencia o corpo de delicto consiste no exame da escripturação dos fallidos, feito no proprio processo da fallencia.....	314

FALTA PROCESSUAL — não deve ser decretada a nullidade do processo, quando quem a arguiu não tiver sido realmente prejudicado com a falta verificada no mesmo processo.	74
FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS — para cahir sob a alçada da Justiça Federal, cumpre tenha por objecto produzir efeitos em serviço federal e violar a Fazenda Nacional.	52
FALTA DE COMPROMISSO — das testemunhas não annulla o processo criminal, pois tal compromisso não é formalidade essencial do processo.	37
FAZENDA NACIONAL — a falsificação de documentos, para cahir sob a alçada da Justiça Federal, cumpre tenha por objecto produzir efeitos em serviço federal e violar a Fazenda Nacional.	52
— a prescrição quinquennal de que goza a Fazenda Nacional se applica a todo e qualquer direito e acção que alguém pretenda contra a mesma Fazenda.	111
FE' EM JUIZO — nenhuma fé merece em Juizo o documento que contém entrelinha, com letra e tinta differentes e não devidamente resalvada.	94
FERROVIAS — as estradas de ferro respondem pelos desastres que, nas suas linhas, succederem aos viajantes, e de que resulte a morte, ferimentos ou lesão corporea.	331
— no caso de morte responde a estrada de ferro por todas as despesas e é obrigada a indemnizar todos aquelles ao quaes a morte da victima privar de alimento, auxilio e educação.	331
FIANÇA — não é licito invocar o beneficio de ordem, ao fiador que se obrigou solidariamente com o devedor, como fiador e principal pagador.	82
FILIAL — embora tenha séde em um Estado, um estabelecimento commercial, desde que possúa filial em outro, perante a Justiça deste responderá pelas obrigações contrahidas nelle, em contracto celebrado por agentes seus.	51
FLAGRANTE DELICTO — o supplente de policia, como qualquer pessoa do povo, póde effectuar a prisão em flagrante de quem quer que se encontre commettendo algum crime ou contravenção, ou emquanto foge perseguido pelo clamor publico.	5
— é illegal o auto de prisão em flagrante contra quem não foi preso no acto de commetter o delicto, nem emquanto foge, perseguido pelo clamor publico.	193
FORMAÇÃO DA CULPA — o comparecimento do queixoso aos actos da formação da culpa é uma formalidade que interessa particularmente á accusação e não diz respeito á defesa, consequentemente a sua preterição jamais póde acarretar a nullidade do processo, em detrimento da primeira e mediante allegação da segunda que, com ella, em hypothese alguma, seria prejudicada.	353
— é illegal a prisão por tempo maior do que o marcado na Lei para a formação da culpa.	348

FORMALIDADE PROCESSUAL — a falta de compromisso das testemunhas não annulla o processo criminal, pois tal compromisso não é formalidade essencial do processo...	37
FORMALIDADES DO CORPO DE DELICTO — a preterição de algumas das formalidades do corpo de delicto não pôde prejudicar a sua validade, uma vez que revista elle as condições de publicidade e foi procedido por autoridade competente.	277
FÔRO COMPETENTE — embora tenha séde em um Estado, um estabelecimento commercial, desde que possúa filial em outro, perante a Justiça deste responderá pelas obrigações contrahidas nelle, em contracto celebrado por agentes seus.	51
— a residencia das partes, ao tempo em que se inicia a demanda, é que determina a competencia constitucional da Justiça que della deve conhecer.....	51
— a competencia da Justiça Federal emana directamente da Constituição e, assim, as Leis ordinarias não podem senão declarar e desenvolver o respectivo pensamento constitucional.	52
— a Justiça local é a competente para os pleitos entre partes residentes no mesmo Estado.....	64
— a competencia da Justiça Federal para as acções de nullidade de patentes de invenção emana de disposição expressa da Lei.	70
— a excepção das causas que, por sua natureza, pertencem a Juizos especiaes, não haverá fôro privilegiado.....	302
FÔRO ESPECIAL — os militares de terra e mar só terão fôro especial nos delictos militares.....	302
FÔRO FEDERAL — a União Federal nenhum interesse tem, de modo a justificar a competencia da Justiça Federal, no processo instaurado para apurar a responsabilidade de quem falsificou a firma de um funcionario federal, em documento partiular.	30
FÔRO PRIVILEGIADO — a excepção das causas que, por sua natureza, pertencem a Juizos especiaes, não haverá fôro privilegiado.	302
— é a Justiça local e não a federal a competente para processar e julgar o Chefe de Policia do Territorio do Acre, nos crimes de responsabilidade	195
FRAUDE CONTRA A UNIÃO FEDERAL — não pôde ser responsavel pelo damno soffrido pela União Federal, em virtude de fraude contra ella praticada, quem nenhuma participação teve na fraude commettida, nem para ella concorreu com culpa de qualquer especie, tendo agido de boa fé, deante de um instrumento publico de cuja falsidade não podia suspeitar.....	86
FUNÇÃO PUBLICA — só se concede <i>habeas-corpus</i> para o exercicio de uma função, si o direito a esta é certo, liquido e incontestavel.	17
FUNCCIONARIO PUBLICO — não deixa de ser considerado funcionario publico o empregado que não tem os seus	

vencimentos divididos em ordenado e gratificação, pois, na falta dessa determinação expressa, considera-se que dois terços dos vencimentos correspondem ao ordenado e o terço restante á gratificação.....	84
FUNCIONARIO PUBLICO — para os efeitos do montepio, considera-se funcionario publico todo empregado de nomeação effectiva, que não seja de méra comissão e perceba vencimentos fixados na tabella explicativa do orçamento.	84
— nenhum funcionario de repartição pôde assumir compromissos em nome do Estado, sem que esteja para isso devidamente autorizado.	88
— <i>ex-vi</i> do art. 125, da Lei Federal n. 2.924, de 5 de Janeiro de 1915, o funcionario ou empregado publico federal, salvo os funcionarios em comissão, que contar dez ou mais annos de serviço publico federal, só poderá ser demittido em virtude de sentença judicial ou de processo administrativo, <i>salvo si tiver soffrido penas no cumprimento dos seus deveres</i>	116
— dá-se provimento á appellação para julgar a acção improcedente, porque o autor, embora tivesse mais de dez annos de serviço publico federal, e embora houvesse sido demittido sem sentença judicial e sem processo administrativo, todavia, tinha soffrido uma pena de suspensão, por oito dias, no cumprimento dos seus deveres.....	116
FUNCIONARIOS DO JUIZO — as porcentagens que a legislação vigente manda abonar aos funcionarios do Juizo, a titulo de remuneração especial pelos serviços prestados na cobrança executiva da divida activa da União, sómente são devidas quando, uma vez vencedora a Fazenda Nacional, tenha passado em julgado a sentença de 1ª instancia ou haja o Tribunal negado provimento á appellação da mesma interposta. Do despacho que recusa mandar pagar taes porcentagens, antes do julgamento da 2ª instancia, não cabe agravo com fundamento em damno irreparavel.	330
FURTO DE MERCADORIAS — não é possivel isentar a União Federal da responsabilidade do furto de mercadorias apprehendidas, causado pela criminoso negligencia dos seus prepostos que, preocupados exclusivamente com os seus interesses economicos, não guardaram convenientemente as mercadorias.	89

G

GRAU DA PENA — em face da Lei nova não é mais de se applicar a pena no gráu maximo com augmento da sexta parte, pois esse augmento só tem logar no crime continuado, mas em relação a cada gráu de pena.....	390
— uma vez reconhecida a attenuante do exemplar comportamento anterior, na ausencia de qualquer agravante, deve a pena ser reduzida ao gráu minimo.....	60

GRAU DA PENA — na ausencia de attenuantes e aggravantes, a pena deve ser applicada no gráu médio.....	126
—— a aggravante do — motivo frivolo — é incompativel com a attenuante de — ter sido o crime praticado para evitar mal maior — de modo que reconhecidas pelo Jury ambas essas circumstancias, deve subsistir apenas a attenuante e assim applicada a pena no gráu minimo....	129
—— na ausencia de aggravantes e reconhecida uma attenuante, a pena deve ser applicada no gráu minimo.....	141-143
GUARDA DE MERCADORIAS — não é possivel isentar a União Federal da responsabilidade do furto de merca- dorias apprehendidas, causado pela criminosa negligencia dos seus prepostos que, preoccupados exclusivamente com os seus interesses economicos, não guardaram con- venientemente as mercadorias.	89
GUERRA CIVIL — o estado não responde, em regra, pelos damnos causados em guerras civis, tumultos e meetings, a não ser que omita as diligencias e medidas a seu alcan- ce, adequadas e efficientes.....	98

H

“HABEAS-CORPUS” — não é de se conhecer de <i>habeas-corpus</i> originariamente requerido ao Supremo Tribunal Federal fôra dos casos da competencia originaria deste	3
—— é de ser julgado prejudicado o pedido de <i>habeas-corpus</i> , uma vez cessada a coacção allegada pelo paciente	4-22
—— a réu pronunciado por Juiz competente, em processo re- gular e por facto criminoso, é de ser negado <i>habeas-</i> <i>corpus</i>	6
—— a réu condemnado por Juiz competente, em processo regular e por facto criminoso, é de ser negado <i>habeas-</i> <i>corpus</i>	8
—— não se justifica o recurso extraordinario do <i>habeas-corpus</i> nas questões civeis que ainda pendem de recurso ordinario	9
—— é de ser indeferido o pedido de <i>habeas-corpus</i> em favor, de réu condemnado, desde que são improcedentes as nul- lidades allegadas	12
—— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-</i> <i>corpus</i> , a conservação em prisão, por tempo indeter- minado, de estrangeiro considerado nocivo á ordem pu- blica, afim de ser expulso do territorio nacional	13
—— a ordem deve ser concedida sem prejuizo das diligen- cias ultteriores necessarias á execução da portaria de ex- pulsão	13
—— a allegação da injustiça da condemnação é materia que só pôde ser resolvida em processo de revisão criminal e não em <i>habeas-corpus</i>	14
—— não é o <i>habeas-corpus</i> meio idoneo para alterar a decisão de uma banca examinadora e considerar aprovado em	

determinada materia um alumno reprovado pela mesma banca examinadora	14
“HABEAS-CORPUS” — indefere-se o pedido de <i>habeas-corpus</i> cujo allegado fundamento é de todo improcedente.	15
— só se concede <i>habeas-corpus</i> para o exercicio de uma função, si o direito a esta é certo, liquido e incontestavel.	16
— desde que não está integralmente cumprida a pena imposta ao paciente, não se justifica a concessão de <i>habeas-corpus</i> ao mesmo paciente que, assim, não soffre constrangimento illegal	19
— não se justifica o pedido de <i>habeas-corpus</i> em favor de quem, com os mesmos fundamentos, requereu revisão criminal, pendente de julgamento	21
— não é o <i>habeas-corpus</i> meio idoneo para se obter a collação de gráu em uma escola superior de ensino, ou para revogar o cancellamento de matricula, decretada pela autoridade competente	23
— justifica-se o pedido de <i>habeas-corpus</i> ao Supremo Tribunal Federal, em favor de paciente que, já tendo obtido identica providencia do mais alto Tribunal de Justiça do Estado, não foi comtudo essa decisão cumprida pelas autoridades estaduaes, continuando assim a soffrer constrangimento illegal	29
— deve ser julgado prejudicado o pedido de <i>habeas-corpus</i> , uma vez cessada a allegada coacção que lhe deu causa.	36
— o Supremo Tribunal Federal só concede <i>habeas-corpus</i> : a) para garantir o direito de livre locomoção, si é evidentemente illegal o obstaculo que lhe é opposto; b) para defender o direito ao exercicio de uma função publica, si a situação juridica do paciente é certa, liquida e incontestavel	39
— a réu pronunciado só se concede <i>habeas-corpus</i> , por motivo de nullidade do processo, quando esta é evidente.	42
— converteu-se o julgamento em diligencia afim de serem pedidas informações á autoridade dada como coactora e bem assim a remessa dos autos originaes	168
— deve ser cassado o <i>habeas-corpus</i> concedido á sorteados sob o fundamento de o terem sido antes de completarem a maioridade, quando dos autos se verifica que, por occasião do sorteio, já eram elles maiores	168
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de mãe viuva, ou de pae physicamente incapaz, ou de irmãos menores, ou de esposa incapaz	197-363
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe viuva e pobre.	197-203-220 221
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado em classe diversa da sua	197-200-224
— comparecendo o réu em Juizo e requerendo que sejam inqueridas as testemunhas ouvidas na sua ausencia, não	

póde o Juiz recusar-lhe o pedido sob o fundamento de já se acharem os autos conclusos para a sentença de pronuncia. A recusa do Juiz constitue coacção illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i>	299
“HABEAS-CORPUS” — a réu condemnado por Juiz competente, em processo regular e por facto que a Lei penal considera criminoso, é de negar <i>habeas-corpus</i>	349
— não é meio habil para resolver um caso dependente de acção contenciosa, nem para provocar decisão sobre questões de direito civil	344
— a coacção resultante de sentença judiciaria civil ou commercial, proferida por autoridade competente, só pelos meios ordinarios poderá ser discutida e nunca por meio de <i>habeas-corpus</i>	344
— não é <i>habeas-corpus</i> meio judicial habil para annullar os effeitos de um interdito prohibitorio	344
— desde que não ha nenhuma duvida sobre a identidade do sorteado, a simples troca de nome não autoriza a concessão do <i>habeas-corpus</i>	343
— do despacho que concede manutenção de posse ou interdito prohibitorio, não cabe agravo e muito menos dá elle logar ao <i>habeas-corpus</i>	344
— desde que não é evidente a incompetencia do Juiz processante, não deve ser concedido o <i>habeas-corpus</i> requerido com esse fundamento em favor de réu pronunciado.	351
— uma justificação não póde prevalecer contra as testemunhas do summario, principalmente quando os seus termos não são claros e precisos e foi ella offerecida em um processo não contencioso como é o de <i>habeas-corpus</i> .	317
— é de ser indeferido o pedido de <i>habeas-corpus</i> que é méra reproducção de outro já denegado pelo Tribunal e em cuja petição nenhum argumento novo foi adduzido . .	312
— para a concessão de <i>habeas-corpus</i> a sorteado, sob a allegação de ser arrimo de pessoas de sua familia, é necessaria a prova de que o arrimado não recebe nenhuma pensão dos cofres federaes, estaduaes ou municipaes.	192-212-213 219
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem contrahiu matrimonio antes de 1921.	196-202-261 371
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é estrangeiro	167
— a legalidade ou illegalidade da conversão da pena de prisão celllular em prisão simples com augmento da 6ª parte é materia que sómente em gráu de revisão criminal, e não em <i>habeas-corpus</i> , poderá ser apreciada . .	394
— a nullidade que autoriza a concessão de <i>habeas-corpus</i> , no caso de pronuncia, é a substancial, a que evidentemente surge do processo	353
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-</i>	

<i>corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é maior de 42 annos	362
“HABEAS-CORPUS” — constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua familia	362
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua irman solteira	220
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe viuva, por ella escolhido para tal, entre outros filhos	219-365
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal	203-204-205 206-225-226 227-373-374 375-376
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua esposa physicamente incapaz	221
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua esposa	222-223-224
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é physicamente ou mentalmente incapaz para o serviço militar	225
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é marinheiro e como tal só podendo ser obrigado a servir na Marinha	225
— a concessão do <i>habeas-corpus</i> ao sorteado pelo facto de o ter sido quando menor, não inibe a que o seja novamente, uma vez completada a maioridade, embora seja o mesmo o alistamento	358
— para a concessão de <i>habeas-corpus</i> a sorteado sob o fundamento de ser arrimo é necessaria, além da certidão de idade, a prova de que o arrimado nada recebe dos cofres federaes, estaduaes e municipaes	358
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é reservista naval	361
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe abandonada pelo marido	367
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua esposa physicamente incapaz	367-371-372
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de mãe solteira	366
— é illegal o sorteio de quem foi alistado quando ainda	

menor, não obstante o sorteio se haver verificado depois de completada a maioridade	366
"HABEAS-CORPUS" — constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de seus irmãos, orphams de pae e mãe	367
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de seu pae physicamente incapaz e de irmãos menores.	372
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe	372-375
— a plena concessão de <i>habeas-corpus</i> não põe termo ao processo, nem obsta a qualquer procedimento judicial que possa ter lugar no Juizo competente	302
— aos Juizes seccionaes, dentro da sua jurisdição, compete conhecer do <i>habeas-corpus</i> , ainda que a prisão ou ameaça desta seja feita por autoridade estadual, desde que se trate de crime de jurisdição federal, ou o acto se dê contra funcionario da União	193
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem foi alis-tado e sorteado por municipio diverso do de sua resi-dencia	199-202-220 223-360-363 364-368-370
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe viuva	201-313-368 370
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de pae physicamente incapaz.	202-221-361 364-369-370
— a allegação de ausencia de intenção criminosa é materia que não cabe em <i>habeas-corpus</i> , só podendo ser apreciada nos recursos regulares ou em revisão criminal	314
— é uma garantia de liberdade individual e assim não póde ser invocado para, por meio d'elle, garantir o direito de queixa, negado pela Justiça local, em face da respectiva legislação processual, á mãe do offendido que já comple-tou a maioridade	311
— constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem contrahiu matrimonio antes de 1921 e sustenta filhos menores	200-222-363 365-369
— o Supremo Tribunal Federal sómente conhece origina-riamente de pedidos de <i>habeas-corpus</i> nos casos expres-sos e taxativos da Lei	31-33-343
— é de ser indeferido o pedido de <i>habeas-corpus</i> que se acha deficientemente instruido	3-7-10-32-33 167-309-310
— a réu condemnado por Juiz competente, em processo re-gular por facto criminoso não prescripto, é de ser nega-do <i>habeas-corpus</i>	37-40
— a réu condemnado por Juiz competente só é de se con-ceder <i>habeas-corpus</i> sob o fundamento de nullidade do processo, quando a mesma é evidente	20-21-317

“HABEAS-CORPUS” — a réu condemnado por Juiz competente, em processo regular e por facto que a Lei penal considera criminoso, é de negar <i>habeas-corpus</i>	349
— a réu condemnado só é de conceder-se <i>habeas-corpus</i> , nos seguintes casos: a) quando não é evidentemente criminoso o facto que lhe é imputado; b) quando é incompetente o Juiz processante; c) quando existe nullidade evidente no processo; d) quando a acção penal já está prescripta	276
HERANÇA — ao conjugue superstite não cabe a administração da herança, si o regimen do casamento não foi o da communhão de bens	45
— para que a mulher continue na posse da herança até a partilha, é mistér que, além de ter sido o casamento celebrado sob o regimen da communhão de bens, estivesse ella vivendo com o marido, ao tempo da morte	45
HOMOLOGAÇÃO — deve ser dada á desistencia que foi requerida e processada de accôrdo com a Lei	43-113

I

IDENTIDADE DO SORTEADO — desde que não ha nenhuma duvida sobre a identidade do sorteado, a simples troca de nome não autoriza a concessão do <i>habeas-corpus</i>	343
ILLEGALIDADE DO FLAGRANTE — é illegal o auto de prisão em flagrante contra quem não foi preso no acto de commetter o delicto nem emquanto foge, perseguido pelo clamor publico	193
ILLEGALIDADE DA PRISÃO — é illegal a prisão effectuada pelas autoridades de um Estado, a requisição das de outro, sem que tenha havido o competente processo da extradicação	357
ILLEGITIMIDADE DE PARTE — considera-se parte illegitima exclusivamente aquella que é prohibida de figurar em Juizo por si ou sem que precedam certas e determinadas condições	65
ILLEGITIMIDADE DE PROCURADOR — a nullidade resultante da intervenção de procurador illegitimo é supprivel. — é illegal a prisão por tempo maior do que o marcado na Lei para a formação da culpa	77 348
IMPROCEDENCIA DO CONFLICTO — desde que um dos Juizes dados em conflicto reconheceu a sua incompetencia para o feito, desaparece a razão de ser do mesmo conflicto, que assim deve ser julgado improcedente	50
INCOMPETENCIA DE JUIZO — desde que não é evidente a incompetencia do Juiz processante, não deve ser concedido o <i>habeas-corpus</i> requerido com esse fundamento em favor de réu pronunoiado	351
INDEFERIMENTO — deve ser dado ao pedido de <i>habeas-corpus</i> que é méra reproducção de outro já denegado pelo Tri-	

bunal e em cuja petição nenhum argumento novo foi adduzido	312
INDEFERIMENTO — é de ser dado ao pedido de preferencia, por não procederem os motivos allegados.....	208-209
— é de ser dado ao pedido de <i>habeas-corpus</i> cujo allegado fundamento é de todo improcedente	15
— deve ser dado ao pedido de revisão criminal uma vez que está provado que o réu commetteu o crime que lhe era imputado e nada se allega contra a sentença condemnatoria	127
— deve ser dado ao pedido de revisão criminal, desde que a sentença revista está de accôrdo com a Lei e com a prova dos autos	130
INDEMNIZAÇÃO — para a acção de indemnização não é mistér a culpa criminal, bastando a culpa civil	91
INDEMNIZAÇÃO POR DESASTRES FERROVIARIOS — o criterio de indemnização, adoptado nesses casos, pela jurisprudencia do Supremo Tribunal Federal, é o de attribuir a todos os que da victima recebiam alimento, educação ou auxilio, uma quantia que, aos juroz legaes, lhes produza renda correspondente aquillo que lhes podia ou estava acostumada a fornecer a victima pelos seus ganhos, e considerados os annos que poderia ainda provavelmente viver	331
INDEPENDENCIA DE PODERES — uma simples disposição regulamentar, embora approvada posteriormente pelo Poder Legislativo, não póde absolutamente subsistir deante da disposição do art. 15 da Constituição Federal, que considera independentes e harmonicos entre si os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciario, que são orgams da soberania nacional	277
INFIEL DEPOSITARIO — não soffre coação illegal o depositario infiel contra quem foi expedido mandado de prisão decorrente de sentença do Juiz competente, proferida em processo regular	9
INFORMAÇÕES — converteu-se o julgamento em diligencia afim de serem pedidas informações á autoridade dada como coactora e bem assim a remessa dos autos originaes	168
— converteu-se o julgamento em diligencia, afim de serem pedidas informações ao Sr. Ministro da Justiça	218-352
— converteu-se o julgamento em diligencia para o fim de serem solicitadas informações da autoridade coactora...	394-397
INFRACÇÃO — é nullo o auto de infracção que não contém a assignatura do infractor, nem o motivo porque deixou o mesmo de fazel-o	94
IDONEIDADE DO "HABEAS-CORPUS" — não é o <i>habeas-corpus</i> meio idoneo para alterar a decisão de uma banca examinadora e considerar approvado em determinada materia um alumno reprovado pela mesma banca examinadora	14
INJUSTIÇA DA CONDEMNACÃO — esta allegação é materia	

que só pôde ser resolvida em processo de revisão criminal e não em <i>habeas-corpus</i>	14
INQUIRICAÇÃO DE TESTEMUNHAS — comparecendo o réu em Juízo e requerendo que sejam inqueridas as testemunhas ouvidas na sua ausência, não pôde o Juiz recusar-lhe o pedido sob o fundamento de já se acharem os autos conclusos para a sentença de pronuncia	299
INSCRIÇÃO EM ESCOLA SUPERIOR — não pôde ser considerada matricula em uma Escola Superior o simples acto de inscrição no protocollo, sujeito ainda á deliberação da Congregação que posteriormente a indeferiu	40
ISENÇÃO MILITAR — não pôde pleitear isenção do serviço militar, sob a allegação de menoridade, quem ao ser alistado e sorteado já havia completado a idade legal	359
— desde que o alistamento occorreu depois de completada a maioridade do sorteado e na classe respectiva, não pôde este pleitear isenção do serviço militar, sob o fundamento de nullidade do sorteio	348
INSUBSISTENCIA DA CONCESSÃO — o cancelamento de matricula concedida provisoriamente, e constando apenas do protocollo, não constitue uma pena illegal, mas simples acto declaratorio da insubsistencia da concessão, uma vez que não foi confirmada pela Congregação	40
INTENÇÃO CRIMINOSA — a allegação de ausencia de intenção criminosa é materia que não cabe em <i>habeas-corpus</i> , só podendo ser apreciada nos recursos regulares ou em revisão criminal	314
INTENCIONALIDADE DO DELICTO — desde que dos autos não está evidentemente provada a intencionalidade do delicto e antes que o mesmo resultou de culpa do agente, deve ser deferido o pedido de revisão criminal para o fim de ser desclassificado o delicto, de doloso para culposo, impondo-se ao réu a pena correspondente	155
INTERDICTO PROHIBITORIO — não é o <i>habeas-corpus</i> meio judicial habil para annullar os effeitos de um interdicto prohibitorio	344
INTRODUÇÃO DE MOEDA FALSA — na circulação, quando effectuada pelo proprio fabricante, não constitue outro crime distincto do de fabricação, pois não é mais do que a consummação daquelle	147
INVENTARIO — si a pessoa natural tiver diversas residencias onde alternadamente viva, prevalece a competencia, para o inventario, do Juiz que primeiro tenha tomado conhecimento do mesmo inventario	45
— a successão abre-se no logar do ultimo domicilio do finado	45
— o Juiz competente para o inventario é o do domicilio do finado	48
— quando a pessoa natural tiver mais de um domicilio, em qualquer delles poderá ser feito o inventario, e, nesse caso, competente será o que primeiro tomou conhecimento do mesmo inventario	48

J

JOGO DO BICHO — não é nullo o corpo de delicto nos processos pela contravenção do denominado <i>jogo do bicho</i> , pelo facto de não ter sido escripto pelo escrivão, mas pelos proprios peritos	5
— é nullo o processo pela contravenção do denominado <i>jogo do bicho</i> , em cujos autos não existe o auto de corpo de delicto, que é elemento substancial do processo . . .	8
JUDICIARIO MINEIRO — não é manifestamente inconstitucional o Tribunal de Remoção de Magistrados creado pela Constituição Mineira	16
JUIZ — seja de que cathegoria fôr e principalmente o Juiz de um Tribunal Superior, não pôde acceitar commissão, de qualquer especie, do Poder Executivo	277
JUIZ DO INVENTARIO — o Juiz competente para o inventario é o do domicilio do finado	48
— si a pessoa natural tiver diversas residencias onde alternadamente viva, prevalece a competencia, para o inventario, do Juiz que primeiro tenha tomado conhecimento do mesmo inventario	45
JUIZ SUSPEITO — em materia de direito penal, não é o Juiz obrigado a declarar os motivos da ordem moral que tem para se declarar suspeito	277
JUIZES SECCIONAES — a elles, dentro da sua jurisdicção, compete conhecer do <i>habeas-corpus</i> , ainda que a prisão ou ameaça desta seja feita por autoridade estadual, desde que se trate de crime de jurisdicção federal, ou o acto se dê contra funcionario da União	193
JULGAMENTO — foi adiado por ter pedido vista dos autos um dos Srs. Ministros	267
— o só facto de se achar o feito com dia para julgamento ha muito tempo não justifica o pedido de preferencia . . .	242
— converteu-se em diligencia, afim de serem pedidas informações ao Sr. Ministro da Justiça	218
— converteu-se em diligencia para o fim de serem requisitados os autos originaes do processo a que responde o paciente	215-314
— converteu-se o julgamento em diligencia para o fim de serem solicitadas informações da autoridade coactora . . .	394-397
— converteu-se em diligencia afim de serem pedidas informações á autoridade dada como coactora e bem assim a remessa dos autos originaes	168
JULGAMENTO PELO JURY — segundo a legislação do Estado de S. Paulo, a appellação da sentença absolutoria do Jury não terá effeito suspensivo quando o réu se tiver apresentado espontaneamente á prisão	400
— a ommissão de quesitos sobre as concausas do art. 295 do Código Penal, sómente annulla o julgamento quando della pôde resultar erro na condemnação	144
— constitue nullidade do julgamento perante o Jury, au-	

torizando o pedido de revisão criminal, o facto de não haver sido o réu notificado para preparar a sua defesa e responder a julgamento e bem assim não constar do rol das testemunhas arroladas no libello uma que foi inquirida no plenário, e além disso haver funcionado um jurado que não consta haver sido legalmente sorteado	149
JULGAMENTO SECRETO — os recursos e apellações interpostos pelo Ministerio Publico das sentenças de impro-nuncia e absolvição em processos por crimes inafiançaveis, devem ser julgados em sessão secreta	318-326
JURISPRUDENCIA LOCAL — a Justiça federal, quando tiver de interpretar Leis locais, deve consultar a jurisprudencia dos Tribunaes locais	277
JUSTIÇA COMPETENTE — a residencia das partes, ao tempo em que se inicia a demanda, é que determina a competencia constitucional da Justiça que della deve conhecer	51
JUSTIÇA DO DISTRICTO FEDERAL — segundo a Reforma Judiciaria do Districto Federal, as Camaras da Côrte de Appellação devem compor-se de tres Desembargadores, sendo cada uma dellas presidida pelo Desembargador mais antigo da outra. No caso de impedimento occasional de qualquer dos seus membros, não póde a substituição recahir no Presidente que já faz parte da Camara immediata	277
JUSTIÇA FEDERAL — nos casos em que houver de applicar Leis dos Estados a Justiça Federal consultará a jurisprudencia dos Tribunaes locais	400
— quando tiver de interpretar Leis locais, deve consultar, a jurisprudencia dos Tribunaes locais	277
— a União Federal nenhum interesse tem, de modo a justificar a competencia da Justiça Federal, no processo instaurado para apurar a responsabilidade de quem falsificou a firma de um funcionario federal, em documento particular	30
— a competencia da Justiça Federal emana directamente da Constituição e, assim, as Leis ordinarias não podem senão declarar e desenvolver o respectivo pensamento constitucional	52
* — não póde intervir nos feitos já submettidos a julgamento perante a Justiça local	58
— a falsificação de documentos, para cahir sob a alçada da Justiça Federal, cumpre tenha por objecto produzir efeitos em serviço federal e violar a Fazenda Nacional	52
— a competencia da Justiça Federal para as acções de nulidade de patentes de invenção emana de disposição expressa da Lei	70
JUSTIÇA LOCAL — é a competente para os pleitos entre partes residentes no mesmo Estado	64
— a Justiça Federal não póde intervir nos feitos já submettidos a julgamento perante a Justiça local	58
— embora tenha séde em um Estado, um estabelecimento commercial, desde que possua filial, em outro, perante,	

a Justiça deste responderá pelas obrigações contrahidas nelle, em contracto celebrado por agentes seus	51
JUSTIFICAÇÃO — não póde prevalecer contra as testemunhas do summario, principalmente quando os seus termos não são claros e precisos e foi ella offerecida em um processo não contencioso como é o de <i>habeas-corpus</i>	317

L

LEGITIMA DEFESA — não estando provados todos, mas alguns dos requisitos da legitima defesa, propria ou de terceiro, deve essa circumstancia ser considerada como atenuante	141
LEGITIMO INTERESSE — não é de se conhecer de conflicto de jurisdicção suscitado por quem não provou legitimo interesse para suscitá-lo	57
LEI — para que a Lei se torne obrigatoria, é condição essencial, imprescindivel, que ella seja, real ou presumidamente, conhecida daquelles que a ella devem subordinar seus actos	235
— a publicação entra na obrigatoriedade da Lei como um elemento essencial	235
— n. 2.033, de 1871, applicação do art. 18 § 7	302
LEI DO ESTADO DE S. PAULO — n. 1.849, de 1921, applicação do art. 14, letra a	400
LEI FEDERAL — n. 3.089, de 1916, applicação do art. 107	84
— n. 4.555, de 1922, applicação do art. 10	330
— n. 4.555, de 1922, applicação do art. 133	330
LEIS LOCAES — a Justiça federal, quando tiver de interpretar Leis locaes, deve consultar a jurisprudencia dos Tribunaes locaes	277
LEI DO LOGAR — salvo estipulação em contrario, regulará a substancia e os effeitos das obrigações, a Lei onde foram contrahidas	413
LEI NOVA — tem applicação a facto que lhe é anterior quando beneficia o réu	390
— sómente tem effeito retroactivo quando beneficia o réu	251
— sómente rege o facto que lhe é anterior quando o pune com pena menos rigorosa	62
— tendo a Lei nova aggravado a pena do crime continuando, anteriormente punido como delicto simples, não póde ella ser applicada a facto punido anteriormente com a prova então estabelecida	62
LEI OFFENDIDA — para conhecimento do agravo não é essencial a citação da Lei permissiva do recurso, sómente sendo necessaria a citação da Lei offendida	381
LEIS ORÇAMENTARIAS — sómente obrigam depois da sua publicação	235
LESÃO DE DIREITOS — o prazo para a acção summaria que se fundar na lesão de direitos por acto ou decisão das autoridades administrativas da União, é contado da data	

da lesão e não da data em que a autoridade administrativa houver indeferido o pedido para que a lesão se torne sem effeito	120
LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA — a liquidação de sentença, tratando-se de diferenças de vencimentos, deve ser deduzida a importancia relativa ao sello correspondente ao augmento verificado	433
LITISCONTESTAÇÃO — mesmo antes da vigencia do Código Civil o nosso direito não admittia a perpetuação da acção em Juizo, como effeito da litiscontestação	111
LIVROS MERCANTIS — a exhibição judicial de livros mercantis sómente compete aos interessados em questões de successão, communhão ou sociedade, administração ou gestão mercantil por conta de outrem, e em caso de fallencia	71
— a exhibição judicial de livros mercantis sómente compete aos interessados em questões de successão, communhão, ou sociedade, administração ou gestão mercantil por conta de outrem, e em caso de fallencia	327
LOCAÇÃO — a acção de despejo nada tem que vêr com o dominio ou a posse do predio sobre que versa, e funda-se no contracto de locação, arrendamento, commodato, ou em um facto que obrigue a restituição respectiva	42

M

MACHINISTA DA ARMADA — é legal a demissão do machinista de menos de dez annos, em virtude de factos verificados em inquerito policial militar	92
— sómente os machinistas da Armada que tiverem o serviço effectivo nesse cargo, por mais de dez annos, é que gosam de vitaliciedade	92
MÃE VIUVA — constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe viuva e pobre	197-201
MAGISTRATURA MINEIRA — não é manifestamente inconstitucional o Tribunal de Remoção de Magistrados, creado pela Constituição Mineira	16
MAIORIDADE DO SORTEADO — deve ser cassado o <i>habeas-corpus</i> concedido á sorteados sob o fundamento de o terem sido antes de completarem a maioridade, quando dos autos se verifica que, por occasião do sorteio, já eram elles maiores	168
— o <i>habeas-corpus</i> é uma garantia da liberdade individual e assim não póde ser invocado para, por meio d'elle, garantir o direito de queixa, negado pela Justiça local, em face da respectiva legislação processual, á mãe do offendido que já completou maioridade	311
— desde que o alistamento occorreu depois de completada a maioridade do sorteadado e na classe respectiva, não póde este pleitear isenção do serviço militar, sob o fundamento de nullidade do sorteio	348

MANDATO — si o mandado por instrumento publico pôde ser substabelecido por instrumento particular, da mesma fôrma o substabelecimento de uma procuração outorgada em instrumento particular pôde ser feito por instrumento publico	77
MANDATO JUDICIAL — o mandado judicial que contém poderes para oppôr embargos, envolve o poder de delles desistir. mesmo depois de impugnados	92
MARINHEIRO — constitue constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é marinheiro e como tal só podendo ser obrigado a servir na Marinha	225
MATERIA DE DIREITO FORMAL — aos Estados compete definir tudo quanto concerne ao recurso e ás pessoas que podem recorrer, por ser a materia de direito formal.	215
MATERIA DE DIREITO PUBLICO — a vontade do testador não pôde subsistir contra a disposição da Lei, para o fim de ser alterada a competencia que é materia de direito publico	48
MATERIA DE REVISÃO — a allegação da injustiça da condenação é materia que só pôde ser resolvida em processo de revisão criminal e não em <i>habeas-corpus</i>	14
MATERIA VELHA — são de rejeitar os embargos que reproduzem materia já apreciada pela decisão embargada.	42-58-91
— não são admissiveis na execução embargos de materia identica á que já foi allegada e desprezada na acção.	124
MATRICULA EM ESCOLA SUPERIOR — não é o <i>habeas-corpus</i> meio idoneo para se obter a collação de gráu em uma escola superior de ensino, ou para renovar o cancellamento de matricula, decretada pela autoridade competente	23
— não pôde ser considerada matricula em uma Escola Superior o simples acto de inscripção no protocollo, sujeito ainda á deliberação da Congregação que posteriormente a indeferiu	40
— o cancellamento de matricula, concedida provisoriamente, e constando apenas do protocollo, não constitue uma pena illegal, mas simples acto declaratorio da insubsistencia da concessão, uma vez que não foi confirmada pela Congregação.	40
MEDIO DA PENA — na ausencia de attenuantes e aggravantes, a pena deve ser applicada no gráu medio	126
MEIO HABIL — não é o <i>habeas-corpus</i> para annullar os effeitos de um interdicto prohibitorio	344
— não o é o <i>habeas-corpus</i> para resolver um caso dependente de acção contenciosa nem para provocar decisão sobre questões de direito civil	344
MEIO IDONEO — não o é o <i>habeas-corpus</i> para se obter a collação de gráu em uma escola superior de ensino, ou	

para revogar o cancellamento de matricula, decretada pela autoridade competente	23
MEIO IDONEO — não o é o <i>habeas-corpus</i> para alterar a decisão de uma banca examinadora, e considerar aprovado em determinada materia um alumno reprovado pela mesma banca examinadora	14
MENOR — desde que a decisão foi favoravel a um menor, não se deve annullar o processo, por inobservancia de uma disposição de Lei instituida em beneficio do mesmo menor	80
MENORES INTERESSADOS — o facto de existirem menores interessados no feito, não justifica o pedido de preferencia	208
— o facto de existirem menores interessados no feito não é motivo de preferencia para seu julgamento	305
MENORIDADE — a attenuante da menoridade prepondera sobre a aggravante da superioridade em armas	151
MERCADORIAS APPREHENDIDAS — não deve ser considerado damno puramente moral o abalo de credito do commerciante, em virtude de apprehensão de mercadorias, a pretexto de serem contrabando, sabendo os apprehensores que não o eram	89
— não é possivel isentar a União Federal da responsabilidade do posto de mercadorias apprehendidas, causado pela criminosa negligencia de seus prepostos que, preoccupados exclusivamente com os seus interesses economicos, não guardaram convenientemente as mercadorias	89
MERCADORIAS EM TRANSITO — são consideradas em transito enquanto entregues aos intermediarios, ou sejam os carregadores, por terra ou agua, ou o autor depositario para entregar ao comprador até que este, por si ou por agentes seus, directa ou indirectamente as receba. Para a effectividade deste direito não são exigidas formulas solennes. Basta simples aviso ao carregador ou a qualquer pessoa que está na posse das mercadorias ou a seu chefe. No ultimo caso, para que o aviso seja effectivo, deve ser dado em tempo tal e em taes condições, que o chefe com diligencia razoavel, possa communicar-o ao seu subordinado ou agente com tempo de impedir a entrega. Para o exercicio deste direito, por parte do vendedor, são necessarias as seguintes condições: a) insolvencia do comprador, collocado na impossibilidade do pagamento do preço; b) aviso dado ao carregador para a suspensão da entrega ao consignatario; c) tempo razoavel para a transmissão do aviso; d) effectivo impedimento da entrega	413
MILITARES — de terra e mar só terão fôro especial nos delictos militares	302
MINIMO DA PENA — uma vez reconhecida a attenuante do exemplar comportamento anterior, a ausencia de qual-	

quer aggravante, deve a pena ser reduzida ao gráu minimo	60
MINIMO DA PENA — a aggravante do — motivo frivolo — é incompativel com a attenuante de — ter sido o crime praticado para evitar mal maior — de modo que reco- nhecidas pelo Jury ambas essas circumstancias, deve subsistir apenas a attenuante e assim applicada a pena no gráu minimo	129
— na ausencia de aggravantes e reconhecida uma atte- nuante, a pena deve ser applicada no gráu minimo . . .	141-143-152
MINISTERIO PUBLICO — não decorre nullidade do processo criminal do facto de haverem nelle funcionado sogro e genro como representantes do Ministerio Publico, um substituindo o outro	352
— os recursos e appellações interpostos pelo Ministerio Publico das sentenças de impronuncia e absolvição em processos por crimes inafiançaveis, devem ser julgados em sessão secreta	318-326
MINISTROS DE ESTADO — só elles podem autorizar despe- zas superiores a um conto de réis	88
MOEDA FALSA — a introduccão de moeda falsa na circulaçãõ, quando effectuada pelo proprio fabricante, não consti- tue outro crime distincto do de fabricaçãõ, pois não é mais do que a consummação daquelle	147
MONTEPIO — não é licito negar o direito de contribuir para o montepio federal, ao funcionario nomeado no regimen anterior á Lei que suspendeu a admissãõ dos novos con- tribuintes	84
— para os effeitos do montepio, considera-se funcionario publico todo empregado de nomeaçãõ effectiva, que não seja de méra commissãõ e perceba vencimentos fixados na tabella explicativa do orçamento	84
MOTIVO FRIVOLO — não pôde ser considerado motivo frivolo o ciume	126
— a aggravante do — motivo frivolo — é incompativel com a attenuante de — ter sido o crime praticado para evitar mal maior — de modo que reconhecidas pelo Jury ambas essas circumstancias, deve subsistir apenas a attenuante e assim applicada a pena no gráu minimo.	129
MULHER VIUVA — para que continue na posse da herança até a partilha, é mistér que, além de ter sido o casamento celebrado sob o regimen da communhão de bens, esti- vesse ella vivendo com o marido, ao tempo da morte . . .	45
MULTA — é de ser julgado procedente o executivo fiscal para cobrança de multa, uma vez que a divida está devida- mente provada e nada foi allegado pelos executados que os relevasse do pagamento	95
MUNICIPIO DIVERSO — constitue constrangimento illegal, sa- navel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado por municipio diverso do de sua resi- dencia	199-202

N

NULLIDADE — sem prejuízo, não ha nullidade.....	80
— que autoriza a concessão de <i>habeas-corpus</i> , no caso de pronuncia, é a substancial, a que evidentemente surge do processo.	353
NULLIDADE DO AUTO DE INFRACÇÃO — é nullo o auto de infracção que não contém a assignatura do infractor, nem o motivo porque deixou o mesmo de fazel-o.....	94
NULLIDADE DO CORPO DE DELICTO — não é nullo o corpo de delicto nos processos pela contravenção do denominado “jogo do bicho”, pelo facto de não ter sido escripto pelo escrivão, mas pelos proprios peritos.....	5
NULLIDADE CRIMINAL — não decorre nullidade do processo criminal do facto de haverem nelle funcionado sogro e genro como representantes do Ministerio Publico, um substituindo o outro.	352
NULLIDADE DO JULGAMENTO — constitúe nullidade do julgamento perante o Jury, autorizando o pedido de revisão criminal, o facto de não haver sido o réu notificado para preparar a sua defesa e responder a julgamento e bem assim não constar do ról das testemunhas arroladas no libello uma que foi inquirida no plenario, e além disso haver funcionado um jurado que não consta haver sido legalmente sorteado.....	149
NULLIDADE DE PATENTES DE INVENÇÃO — a competencia da Justiça Federal para acções de nullidade de patentes de invenção emana de disposição expressa da Lei	70
NULLIDADE DA PENHORA — os embargos relativos á nullidade da penhora devem ser julgados pelo Juiz da execução.	124
NULLIDADE DO PROCESSO — a réu condemnado por Juiz competente só é de se conceder <i>habeas-corpus</i> sob o fundamento de nullidade do processo, quando a mesma é evidente.	20-21
— a réu pronunciado só se concede <i>habeas-corpus</i> por motivo de nullidade do processo quando esta é evidente....	42
— não deve ser decretada a nullidade do processo quando quem a arguiu não tiver sido realmente prejudicado com a falta verificada no mesmo processo.....	74
NULLIDADE EM PROCESSO-CRIME — a falta de compromisso das testemunhas não annulla o processo criminal, pois tal compromisso não é formalidade essencial do processo	37
NULLIDADE PROCESSUAL — a replica e a treplica não são termos essenciaes do processo e a sua falta não inquina o processo de nullidade.	381
— é nullo o processo para o qual não foi citado o réu, não constando nenhuma diligencia nesse sentido.....	145
NULLIDADE DO SORTEIO MILITAR — desde que o alistamento occorreu depois de completada a maioridade do sorteado e na classe respectiva, não póde este pleitear	

isenção do serviço militar, sob o fundamento de nullidade do sorteio.	348
NULLIDADE SUPPRIVEL — á nullidade resultante da intervenção de procurador legitimo é supprivel.....	77

O

OBRIGAÇÃO ALTERNATIVA — é a que tem por objecto duas ou mais prestações que são devidas, de tal sorte que o devedor se libera inteiramente executando uma só dentre ellas.	304
OBRIGAÇÃO SOLIDARIA — não é lícito invocar o beneficio de ordem, ao fiador que se obrigou solidariamente com o devedor, como fiador e principal pagador.....	82
OBRIGAÇÕES — salvo estipulação em contrario, regulará a substancia e os effeitos das obrigações, a Lei onde foram contrahidas.	413
OBRIGAÇÕES COMMERCIAES — embora tenha séde em um Estado, um estabelecimento commercial, desde que possúa filial em outro, perante a Justiça deste responderá pelas obrigações contrahidas nelle, em contracto celebrado por agentes seus.	51
OBRIGATORIEDADE DA LEI — para que a Lei se torne obrigatoria, é condição essencial, imprescindivel, que ella seja, real ou presumidamente, conhecida daquelles que a ella devem subordinar seus actos.....	235
— as Leis orçamentarias sómente obrigam depois da sua publicação.	235
— a publicação entra na obligatoriedade das Leis, como um elemento essencial.	235
OFFENDIDO MILITAR — o crime de ferimentos só é militar quando o offendido é militar.....	302
OMISSÃO DE QUESITOS — sobre as concausas do art. 295, do Codigo Penal, sómente annulla o julgamento quando della póde resultar erro na condemnação.....	144
ORÇAMENTOS — as Leis orçamentarias sómente obrigam depois da sua publicação.	235
ORDEM PUBLICA — é legal a prisão, em virtude do estado de sitio, de quem, envolvido nos successos politicos que visavam perturbar a ordem publica, foi conduzido de um Estado para esta Capital, para os effeitos legaes.....	399
ORDENAÇÕES — applicação do Liv. 4º, Tit. 59, § 3º.....	82
ORGAMS DA SOBERANIA NACIONAL — uma simples disposição regulamentar, embora approvada posteriormente pelo Poder Legislativo, não póde absolutamente subsistir, deante da disposição do art. 15, da Constituição Federal, que considera independentes e harmonicos entre si os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciario que são orgams da Soberania Nacinoal.....	277

P

- PAE INVALIDO — constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo *habeas-corpus*, a sujeição ao serviço militar de quem é } 202-221-224
arrimo de pae physicamente incapaz..... } 361-364
- PAGAMENTOS PARCIAES — é quando o pagamento que se houver de fazer aos credores fôr dividido por prazo de mezes, trimestres, semestres ou annos, a prescripção se irá verificando a respeito dos pagamentos parciaes que se forem comprehendendo no lapso de 5 annos, de sorte que, por se ter perdido o direito a um pagamento parcial, não se perde o direito aos outros pagamentos para os quaes ainda não tiver corrido o tempo da prescripção... 115
- PAGAMENTO DA TAXA JUDICIARIA — os processos preventivos e preparatorios, como a vistoria *ad perpetuam rei memoriam* estão sujeito ao pagamento da taxa judiciaria, que deve ser calculada, não pelo valor dado na inicial, mas pelo dos prejuizos verificados na mesma vistoria. 384
- PARTE ILLEGITIMA — considera-se parte illegitima exclusivamente aquella que é prohibida de figurar em Juizo por si ou sem que precedam certas e determinadas condições 65
- PATENTES DE INVENÇÃO — a competencia da Justiça Federal para as acções de nullidade de patentes de invenção emana de disposição expressa em Lei..... 70
- PEDIDO INJUSTIFICADO — não se justifica o pedido de *habeas-corpus* em favor de quem, com os mesmos fundamentos, requereu revisão criminal, pendente de julgamento. 21
- PEDIDO INSTRUIDO — não é de se conhecer de pedido de } 3-7-10
habeas-corpus que se não acha devidamente instruido.... } 32-33-167
- PEDIDO ORIGINARIO — o Supremo Tribunal Federal sómente conhece originariamente de pedido de *habeas-corpus*, nos casos expressos e taxativos da Lei..... 11-31-33
- PEDIDO DE PREFERENCIA — não o justifica o só facto de se achar o feito com dia para julgamento ha muito tempo. 242
- PEDIDO PREJUDICADO — é de ser julgado prejudicado o pedido de *habeas-corpus*, uma vez cessada a coacção allegada pelo paciente. 4-22
- deve ser julgado prejudicado o pedido de *habeas-corpus*, uma vez cessada a allegada coacção que lhe deu causa.. 36
- PEDIDO DE REVISÃO — é de ser indeferido o pedido de revisão criminal uma vez que está provado que o réu commetteu o crime que lhe era imputado e nada se allega contra a sentença condemnatoria. 127
- é de ser indeferido o pedido de revisão criminal desde que a sentença revista está de accôrdo com a Lei e com a prova dos autos..... 130
- a revisão criminal só tem logar, no que respeita á prova, não quando a sentença condemnatoria se fundar em

prova insufficiente, fraca e incompleta, mas quando a mesma sentença fôr contraria á evidencia dos autos.....	133
PEDIDO DE REVISÃO — é de ser julgado prejudicado o pedido de revisão criminal uma vez que já foi cumprida a pena.	133
— o facto de já haver o petionario cumprido a pena, não importa no não conhecimento do pedido de revisão.....	137
— deve ser deferido o pedido de revisão criminal desde que dos autos não está evidentemente provada a intencionalidade do delicto e antes que o mesmo resultou de culpa do agente.	155
PENA — desde que não está integralmente cumprida a pena imposta ao paciente, não se justifica a concessão de <i>habeas-corpus</i> ao mesmo paciente que, assim, não soffre constrangimento illegal.	19
— as acções ou omissões contrarias á Lei penal, que não forem commettidas com intenção criminosa ou não resultarem de negligencia ou impericia, não são passíveis de pena.	58
PENA DISCIPLINAR — da decisão do Tribunal, impondo pena disciplinar a um advogado não cabe o recurso de embargos.	231
PENA DE SUSPENSÃO — a pena de suspensão ou qualquer outra disciplinar imposta pelo Tribunal, póde ser por elle relevada, mas não por meio de embargos.....	231
PENALIDADE — na ausencia de attenuantes e aggravantes, a pena deve ser applicada no gráu médio.....	126
— em face da Lei nova não é mais de se applicar a pena no gráu maximo com augmento da sexta parte, pois esse augmento só tem logar no crime continuado, mas em relação a cada gráu de pena.....	390
— a aggravante do — motivo frivolo — é incompativel com a attenuante de — ter sido o crime praticado para evitar mal maior — de modo que reconhecidas pelo Jury ambas essas circumstancias, deve subsistir apenas a attenuante e assim ser applicada a pena no gráu minimo.....	129
— a revisão criminal foi instituida exclusivamente em beneficio do réu, pelo que nella não póde ser augmentada a pena.	131
— na ausencia de aggravantes é reconhecida uma attenuante, a pena deve ser applicada no gráu minimo.....	141-143
— a revisão criminal foi instituida exclusivamente em beneficio do réu, de modo que nella não póde ser augmentada a pena imposta, embora seja ella inferior á que devera ser applicada.....	146
— desde que dos autos não está evidentemente provada a intencionalidade do delicto e antes que o mesmo resultou de culpa do agente, deve ser deferido o pedido de revisão criminal para o fim de ser desclassificado o delicto, de doloso para culposo, impondo-se ao réu a pena correspondente.	155
PENHORA — os embargos relativos á nullidade da penhora devem ser julgados pelo Juiz da execução.	124

PERDAS E DAMNOS — para haver condemnação por perdas e danos é preciso que, entre o acto ou omissão do serviço publico que occasionou o damno e este, se verifique uma relação directa de casualidade, um laço directo de causa a effeito.	98
PERPETUAÇÃO DA ACÇÃO — mesmo antes da vigencia do Codigo Civil o nosso direito não admittia a perpetuação da acção em Juizo, como effeito da litiscontestação.	111
PLURALIDADE DE RESIDENCIAS — si a pessoa natural tiver diversas residencias onde alternadamente viva, prevalece a competencia, para o inventario, do Juiz que primeiro tenha tomado conhecimento do mesmo inventario.	45
PODER JUDICIARIO DE MINAS — não é manifestamente inconstitucional o Tribunal de Remoção de Magistrados, creado pela Constituição Mineira.	16
PODER PUBLICO — não responde, em regra, pelos danos causados em guerras civis, tumultos e <i>meetings</i> , a não ser que omitta as diligencias e medidas a seu alcance, adequadas e efficientes.	98
PODERES DAS CAMARAS LEGISLATIVAS — o conhecimento de questões essencialmente politicas, quaes as referentes á verificação de poderes das Camaras Legislativas, escapa á competencia do Poder Judiciario.	28
POSSE — do despacho que concede manutenção de posse ou interdicto prohibitorio, não cabe agravo e muito menos dá elle logar ao <i>habeas-corpus</i>	344
POSSE DA HERANÇA — para que a mulher continue na posse da herança até a partilha, é mistér que, além de ter sido o casamento celebrado sob o regimen da communhão de bens, estivesse ella vivendo com o marido, ao tempo da morte.	45
POSSE DA MERCADORIA VENDIDA — pela legislação ingleza, o vendedor não pago pela insolvencia do comprador póde reaver a posse da mercadoria vendida e expedida si ainda em transitio.	413
PRAZO DA APPELLAÇÃO — não é de se conhecer da appellação que foi apresentada á Superior Instancia fóra do prazo legal.	118
PRAZO DA SUMMARIA ESPECIAL — é de um anno o prazo que tem o titular do direito para pedir o reconhecimento deste por meio da acção summaria especial.	120
— o prazo para a acção summaria que se fundar na lesão de direitos por acto ou decisão das autoridades administrativas da União, é contado da data da lesão e não da data em que a autoridade administrativa houver indeferido o pedido para que a lesão se torne sem effeito	120
PRAZO DA PRESCRIÇÃO — a prescrição interrompida recommença a correr da data do acto que a interrompeu ou do ultimo do processo para a interromper.	111
PREFERENCIA — a facto de existirem menores interessados no feito, não justifica o pedido de preferencia.	208

PREFERENCIA — foi indeferido o pedido de preferencia, por	(208-209-334
não procederem os motivos allegados	335-336-337
— é de ser indeferido o pedido de preferencia para o jul-	
gamento de revisão criminal a cujo provimento é con-	
trario o parecer do Sr. Ministro Procurador Geral....	305-306
— o só facto de se achar o feito com dia para julgamento	
ha muito tempo não justifica o pedido de preferencia...	242
— o facto de existirem menores interessados no feito não é	
motivo de preferencia para seu julgamento.....	305
— é de ser indeferido o pedido de preferencia para julga-	
mento de feito cuja revisão ainda não está completa....	305
PREJUIZO — sem prejuizo, não ha nullidade.....	80
PREPARO DO RECURSO — a carta ou agravo que não fôr	
preparado dentro de cinco dias contados de sua entrada	
na Secretaria do Tribunal, considera-se renunciado e	
deserto, sem dependencia de mais intimação.....	408
PRESCRIÇÃO — prescreve em um anno a acção penal para a	
qual não esteja prevista pena inferior a seis mezes de	
prisão.	250
— embora não allegada, deve ser pronunciada <i>ex-officio</i> ..	250
— interrompida recomeça a correr da data do acto que a	
interrompeu ou do ultimo do processo para a inter-	
romper.	111
— prescreve em cinco annos todo e qualquer direito e acção	
que alguém possa ter como credor do Estado.....	115
— e quando o pagamento que se houver de fazer aos credores	
fôr dividido por prazo de mezes, trimestres, semestres ou	
annos, a prescrição se irá verificando a respeito dos	
pagamentos parciaes que se forem comprehendendo no	
lapso de 5 annos, de sorte que, por se ter perdido o direito	
a um pagamento parcial, não se perde o direito aos	
outros pagamentos para os quaes ainda não tiver corrido	
o tempo da prescrição.....	115
PRESCRIÇÃO DA CONDEMNACÃO — confirmada, uma	
sentença condemnatoria, a prescrição da condemnação	
começa a correr da data da sentença confirmada e não	
do Accordam, que negou provimento á appellação.....	34
PRESCRIÇÃO PENAL — é de um anno a prescrição da acção	
penal cuja <i>pena</i> não seja maior de seis mezes de prisão	15
PRESCRIÇÃO QUINQUENNAL — de que goza a Fazenda	
Nacional se applica a todo e qualquer direito e acção	
que alguém pretenda contra a mesma Fazenda.....	111
PRESOS POLITICOS — é illegal a detenção de presos politicos	
por motivo de ordem publica, em logares destinados a	
réus de crimes communs.	395
PRISÃO — é legal a decorrente de despacho de pronuncia.....	6
— é illegal a prisão effectuada pelas autoridades de um	
Estado, a requisição das de outro, sem que tenha havido	
o competente processo da extradição.....	357
— é illegal a prisão por tempo maior do que o marcado na	
Lei para formação da culpa.....	348

PRISÃO DO DEPOSITARIO — não soffre coacção illegal o depositario infiel contra quem foi expedido mandado de prisão decorrente de sentença do Juiz competente, proferida em processo regular.....	9
PRISÃO DE EXTRANGEIRO — constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a conservação em prisão, por tempo indeterminado, de estrangeiro, considerado nocivo á ordem publica, afim de ser expulso do teritorio nacional. A ordem deve ser, porém, concedida, sem prejuizo das diligencias ultteriores necessarias á execução da portaria de expulsão.	13
PRISÃO EM FLAGRANTE — o supplente de policia, como qualquer pessoa do povo, póde effectuar a prisão em flagrante de quem quer que se encontre commettendo algum crime ou contravenção, ou emquanto foge perseguido pelo clamor publico.	5
— é illegal o auto de prisão em flagrante contra quem não foi preso no acto de commetter o delicto nem emquanto foge, perseguido pelo clamor publico.....	193
PRISÃO LEGAL — á réu condemnado por Juiz competente, em processo regular e por facto criminoso, não prescripto, é de ser negado <i>habeas-corpus</i>	8-11-16
— é legal a prisão, em virtude do estado de sitio, de quem, envolvido nos successos politicos que visavam perturbar a ordem publica, foi conduzido de um Estado para esta Capital, para os effeitos legais.....	399
— é de ser indeferido o pedido de <i>habeas-corpus</i> em favôr de réu condemnado, desde que são improcedentes as nullidades allegadas.	12
— não é illegal a prisão provisoria do extraditando, á espera do julgamento do respectivo pedido, uma vez que não ultrapasse a mesma o prazo que a Lei estabelece.....	37
PROCESSO CRIMINAL — a falta de compromisso das testemunhas não annulla o processo criminal, pois tal compromisso não é formalidade essencial do processo.....	37
PROCESSO CRIMINAL DE FALLENCIA — a legislação do Estado de S. Paulo conferiu ao Juiz do Commercio a competencia para o processo criminal da fallencia até a pronuncia ou não pronuncia e essa legislação não foi, em tempo alguma, revogada nem expressa ou implicitamente.	353
— nos processos por crimes de fallencia o corpo de delicto consiste no exame da escripturação dos fallidos, feito no proprio processo da fallencia.....	314
PROCESSO NULLO — a réu condemnado por Juiz competente só é de se conceder <i>habeas-corpus</i> , sob o fundamento de nullidade do processo, quando a mesma é evidente.....	20-21
— é para o qual não foi citado o réu, não constando nenhuma diligencia nesse sentido.	145
— não deve ser decretada a nullidade do processo quando	

quem a arguiu não tiver sido realmente prejudicado com a falta verificada no mesmo processo.....	74
PROCESSOS PREVENTIVOS — e preparatorios, como a <i>vistoria ad perpetuam rei memoriam</i> estão sujeitos ao pagamento da taxa judiciaria que deve ser calculada, não pelo valor dado na inicial, mas pelo dos prejuizos verificados na mesma vistoria.....	384
PROCURAÇÃO — si o mandato por instrumento publico póde ser substabelecido por instrumento particular, da mesma fórma o substabelecimento de uma procuração outorgada em instrumento particular póde ser feito por instrumento publico.	77
— o mandato judicial que contém poderes para oppôr embargos, envolve o poder de delles desistir, mesmo depois de impugnados.	92
PROCURADOR ILLEGITIMO — a nullidade resultante da intervenção de procurador illegitimo é supprivel.....	77
PROFESSORES — das Escolas de Aprendizes Marinheiros não são vitalicios, mas só poderão ser demittidos: a) quando o requererem; b) quando abandonarem, sem communição, o exercicio do cargo, por 15 dias; c) quando não se mostrarem dedicados ao exercicio das suas funcções ou commetterem actos que deponham contra a moralidade e a disciplina da Escola; d) quando se inutilizarem para o serviço do magisterio, sem terem adquirido direito á aposentadoria.	409
PRONUNCIA — é illegal a prisão decorrente de despacho de pronuncia.	6
— acima da absolvição do Jury, sempre condescendente, está, incontestavelmente, o despacho de pronuncia, que, de acôrdo com a Lei, não póde ser proferido sem pleno conhecimento do delicto e sem indicios vehementes de quem seja o delinquente.	91
— a nullidade que autoriza a concessão de <i>habeas-corpus</i> , no caso de pronuncia, é a substancial, a que evidentemente surge do processo.	353
PROVA DOCUMENTAL — havendo prova documental sufficiente, é dispensavel a prova testemunhal.....	314
PUBLICAÇÃO — entra na obrigatoriedade das Leis, como um elemento essencial.	235
PUBLICAÇÃO DA LEI — para que a Lei se torne obrigatoria, é condição essencial, imprescindivel, que ella seja, real ou presumidamente, conhecida daquelles que a ella devem subordinar seus actos.	235
PUNIÇÃO DO CRIME CONTINUADO — tendo a Lei nova aggravado a pena de crime continuado, anteriormente punido como delicto simples, não póde ella ser applicada a facto punido anteriormente com a pena então estabelecida.	62
PUNIÇÃO PENAL — a Lei nova sómente rege o facto que lhe é anterior quando o pune com pena menos rigorosa.....	62

Q

- QUEIXA — o *habeas-corpus* é uma garantia da liberdade individual e assim não pôde ser invocado para, por meio d'elle, garantir o direito de queixa, negado pela Justiça local, em face da respectiva legislação processual, á mãe do offendido que já completou a maioridade..... 311
- QUEIXOSO — seu comparecimento aos actos da formação da culpa é uma formalidade que interessa particularmente á accusação e não diz respeito á defesa, consequentemente a sua preterição jamais pôde acarretar a nullidade do processo, em detrimento da primeira e mediante allegação da segunda, que, com ella, em hypothese alguma, seria prejudicada. 353
- QUESITOS — a omissão de quesitos sobre as concausas do artigo 295, do Código Penal, sómente annulla o julgamento quando della pôde resultar erro na condemnação..... 144
- QUESTÕES CIVEIS — não se justifica o recurso extraordinario do *habeas-corpus* nas questões civeis que ainda pendem de recurso ordinario. 9
- QUESTÕES DE DIREITO CIVIL — o *habeas-corpus* não é meio habil para resolver um caso dependente de acção contenciosa nem para provocar decisão sobre questões de direito civil. 344
- QUESTÕES POLITICAS — o conhecimento de questões essencialmente politicas, quaes as referentes á verificação de poderes das Camaras Legislativas, escapa á competencia do Poder Judiciario. 28

R

- RECONHECIMENTO DE ATTENUANTE — uma vez reconhecida a attenuante do exemplar comportamento anterior, na ausencia de qualquer aggravante, deve a pena ser reduzida ao gráu minimo 60
- para o reconhecimento da attenuante do § 9º do art. 42 do Código Penal é necessaria a prova do exemplar comportamento anterior ou da prestação de bons serviços á sociedade, não bastando simples attestados graciosos .. 62
- RECONHECIMENTO DO DIREITO — é de um anno o prazo que tem o titular do direito para pedir o reconhecimento deste por meio da acção summaria especial 120
- RECONHECIMENTO DE PODERES ELECTIVOS — o conhecimento de questões essencialmente politicas, quaes as referentes á verificação de poderes das Camaras Legislativas, escapa á competencia do Poder Judiciario. 28
- RECURSO E ACÇÃO — não são a mesma cousa a desistencia de recurso e a desistencia de acção. Para esta ultima, é necessario o consentimento do réu, desde que contestada á lide aquella fica inteiramente livre á parte que tenha interposto o recurso 92

RECURSO CRIMINAL — segundo a legislação do Estado do Rio Grande do Sul, é lícito ao auxiliar de accusação recorrer, embora o não tenha feito o Ministerio Publico, não sendo inconstitucional tal disposição	215
RECURSO DESERTO — a carta ou o agravo que não fôr preparado dentro de cinco dias contados de sua entrada na Secretaria do Tribunal, considera-se renunciado e deserto, sem dependencia de mais intimação	408
RECURSO EXTRAORDINARIO — não cabe da decisão da Justiça local versante sobre a prova dos autos	265
— deve subir nos proprios autos originaes	265
— não cabe da decisão da Justiça local que, ao em vez de negar applicação á Lei federal applicavel, a applicou de accôrdo com a prova dos autos e a interpretação que melhor lhe pareceu	233
RECURSO DE "HABEAS-CORPUS" — não se justifica o recurso extraordinario do <i>habeas-corpus</i> nas questões civeis que ainda pendem de recurso ordinario	9
RECURSOS PROCESSUAES — aos Estados compete definir tudo quanto concerne ao recurso e ás pessoas que podem recorrer, por ser a materia de direito formal	215
REGIMEN DO CASAMENTO — ao conjuge superstite não cabe a administração da herança, si o regimen do casamento não foi o da communhão de bens	45
REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL — applicação do art. 146	408
REGULAMENTO — n. 737, de 1850, applicação do art. 677	74
REJEIÇÃO — deve ser dada a embargos de declaração oppostos a Accordam que não contém nenhuma omissão, ambiguidade, ou contradicção	112
REPARAÇÃO DO DAMNO — não cabe agravo, com fundamento em damno irreparavel, desde que qualquer damno porventura causado ainda póde ser reparado no curso da causa, pelo proprio Juiz, ou em gráu de appellação	206
REPLICA — e a treplica não são termos essenciaes do processo e a sua falta não inquina o processo de nullidade	381
REPRESENTANTES DO MINISTERIO PUBLICO — não decorre nullidade do processo criminal do facto de haverem nelle <i>funcionado</i> sogro e genro como representantes do Ministerio Publico, um substituindo o outro.	352
REPROVAÇÃO EM EXAME — não é o <i>habeas-corpus</i> meio idoneo para alterar a decisão de uma banca examinadora, e considerar approvado em determinada materia um alumno reprovado pela mesma banca examinadora	14
REQUISITOS DA LEGITIMA DEFESA — não estando provados todos, mas alguns dos requisitos da legitima defesa, propria ou de terceiro, deve essa circumstancia ser considerada como attenuante	141
RESIDENCIA DAS PARTES — ao tempo em que se inicia a demanda, é que determina a competencia constitucional da Justiça que della deve conhecer	51

RESIDENCIAS DIVERSAS — si a pessoa natural tiver diversas residencias onde alternadamente viva, prevalece a competencia, para o inventario, do Juiz que primeiro tenha tomado conhecimento do mesmo inventario	45
RESPONSABILIDADE PELO DAMNO — não pôde ser responsável pelo damno soffrido pela União Federal, em virtude de fraude contra ella praticada, quem nenhuma participação teve na fraude commettida, nem para ella concorreu com culpa de qualquer especie, tendo agido de bôa-fé, deante de um instrumento publico de cuja falsidade não podia suspeitar	86
RESPONSABILIDADE DO ESTADO — o Estado não responde, em regra, pelos damnos causados em guerras civis, tumultos e <i>meetings</i> , a não ser que omitta as diligencias medidas a seu alcance, adequadas e efficientes	98
RESPONSABILIDADE DAS FERROVIAS — no caso de morte responde a estrada de ferro por todas as despezas e é obrigada a indemnizar todos aquelles aos quaes a morte da victima privar de alimento, auxilio e educação	331
— o criterio de indemnização, adoptado nesses casos, pela jurisprudencia do Supremo Tribunal Federal é o de attribuir a todos os que da victima recebiam alimento, educação ou auxilio, uma quantia que, aos juroz legaes, lhes produza renda correspondente aquillo que lhes podia ou estava acostumada a fornecer a victima pelos seus ganhos, e considerados os annos que poderia ainda provavelmente viver	331
— as estradas de ferro respondem pelos desastres que, nas suas linhas, succederem aos viajantes, e de que resulte a morte, ferimentos ou lesão corporea	331
RESPONSABILIDADE PENAL — para que a embriaguez possa constituir dirimente da responsabilidade penal é preciso que seja completa, tenha o character de pathologica ou complicada, determinativa de um estado de inconsciencia absoluta	131
RESPONSABILIDADE DA UNIAO FEDERAL — não é possível isentar a União Federal da responsabilidade do furto de mercadorias apprehendidas, causado pela criminosa negligencia dos seus prepostos que, preoccupados exclusivamente com os seus interesses economicos, não guardaram convenientemente as mercadorias	89
— a União Federal é responsável pelos actos dos seus empregados, desde que taes actos sejam praticados dentro da esphera das suas attribuições legaes, sem usurpação de funções não conferidas pela Lei e sem fazer a menor distincção motivada pela natureza do acto, licito ou illicito, de imperio ou de simples gestão	89
RETROACTIVIDADE — a Lei nova sómente tem effeito retroactivo quando beneficia o réu	251
RÉU — quando provado que elle commetteu o crime que lhe é imputado e nada allega contra a sentença condemnatoria, é de ser indeferido o seu pedido de revisão criminal	127

RÉU CONDEMNADO — a réu condemnado só é de conceder-se <i>habeas-corpus</i> , nos seguintes casos: a) quando não é evidentemente criminoso o facto que lhe é imputado; b) quando é incompetente o Juiz processante; c) quando existe nullidade evidente no processo; d) quando a acção penal já está prescripta	276
— é de ser indeferido o pedido de <i>habeas-corpus</i> em favor de réu condemnado, desde que são improcedentes as nullidades allegadas	12
— a réu condemnado por Juiz competente, em processo regular por facto criminoso não prescripto, é de ser negado <i>habeas-corpus</i>	8-40-317
— a réu condemnado por Juiz competente só é de se conceder <i>habeas-corpus</i> , sob o fundamento de nullidade do processo, quando a mesma é evidente	20-21
— não tem direito a <i>habeas-corpus</i> , quando tiver sido condemnado por Juiz competente, em processo regular e por facto criminoso não prescripto	11
RÉU PRONUNCIADO — a réu pronunciado por Juiz competente, em processo regular e por facto criminoso, é de ser negado <i>habeas-corpus</i>	6
— a réu pronunciado só se concede <i>habeas-corpus</i> , por motivo de nullidade do processo, quando esta é evidente... .	42
— desde que não é evidente a incompetencia do Juiz processante, não deve ser concedido o <i>habeas-corpus</i> requerido com esse fundamento em favor de réu pronunciado	351
REVISÃO DO FEITO — não deve ser dispensada a revisão de um feito para ser appensado a outro, pelo facto de ser a mesma a materia de ambos, mas ao contrario cada um delles deve seguir o processo normal	241
— é de ser indeferido o pedido de preferencia para julgamento de feito cuja revisão ainda não está completa ...	305
REVISÃO CRIMINAL — a legalidade ou illegalidade da conversão da pena de prisão celllular em prisão simples com augmento da 6ª parte é materia que sómente em gráu de revisão criminal, e não em <i>habeas-corpus</i> , poderá ser apreciada	394
— é de ser indeferido o pedido de preferencia para julgamento de revisão criminal a cujo provimento é contrario o parecer do Sr. Ministro Procurador Geral . . .	305-306
— não se justifica o pedido de <i>habeas-corpus</i> em favor de quem, com os mesmos fundamentos, requereu revisão criminal, pendente de julgamento	21
— constitue nullidade do julgamento perante o Jury, autorizando o pedido de revisão criminal, o facto de não haver sido o réu notificado para preparar a sua defesa e responder a julgamento e bem assim não constar do rol das testemunhas arroladas no libello uma que foi inquirida no plenario, e, além disso, haver funcioionado um jurado que não consta haver sido legalmente sorteado ...	149
— desde que dos autos não está evidentemente provada a intencionalidad do delicto e antes que o mesmo resultou	

de culpa do agente, deve ser deferido o pedido de revisão criminal para o fim de ser desclassificado o delicto, de doloso para culposos, impondo-se ao réu a pena correspondente	155
REVISÃO CRIMINAL — é de ser indeferido o pedido de revisão criminal, uma vez que está provado que o réu commetteu o crime que lhe era imputado e nada se allega contra a sentença condemnatoria	127
— nella não é possível agravar a condemnação	129
— é de ser indeferido o pedido de revisão criminal, desde que a sentença revista está de accôrdo com a Lei e com a prova dos autos	130
— foi instituida exclusivamente em beneficio do réu, pelo que nella não pôde ser augmentada a pena	131
— tem logar, no que respeita á prova, não quando a sentença condemnatoria se fundar em prova insufficiente, fraca e incompleta, mas quando a mesma sentença fôr contraria á evidencia dos autos	133
— é de ser julgado prejudicado o pedido de revisão criminal, uma vez que já foi cumprida a pena	133
— o facto de já haver o petionario cumprido a pena não importa no não conhecimento do pedido de revisão	137
— foi instituida exclusivamente em beneficio do réu, de modo que nella não pôde ser augmentada a pena imposta, embora seja ella inferior á que devera ser applicada.	146

S

SENTENÇA — não pôde ser conceituada como tendo decidido por uma preliminar, para dar direito ao agravo, em vez de appellação, a que, examinando os documentos com que a parte autora instruiu a acção, declara taes documentos desvaliosos para o fim proposto.	65
— sómente pôde ser considerada contraria á evidencia dos autos quando a prova destes diz uma cousa e aquella exprime cousa inteiramente diversa.	137
SENTENÇA CONDEMNATORIA — a revisão só tem logar, no que respeita á prova, não quando a sentença condemnatoria se fundar em prova insufficiente, fraca e incompleta, mas quando a mesma sentença fôr contraria á evidencia dos autos.	133
— confirmada, uma sentença condemnatoria a prescripção da condemnação começa a correr da data da sentença confirmada e não do Accordam, que negou provimento á appellação.	34
SENTENÇA CONFIRMADA — o Accordam que confirma uma sentença constitúe, com ella, um só julgado e com a mesma data.	34
SERVIÇO MILITAR — constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado por municipio diverso do de sua residencia.	199-202-220 223-360-363 364-368-370

SERVIÇO MILITAR — constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe viuva	201-313 368-370
— constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de pae physicamente incapaz.	202-221-224 361-364 369-370
— constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado antes de completar a idade legal.....	203-204-205 206-225-226 227-373 374-375
— constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é extrangeiro.	167
— constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe.	372-375
— constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem foi alistado e sorteado por municipio diverso do da sua residencia	366
— é illegal o sorteio de quem foi alistado quando ainda menor, não obstante o sorteio se haver verificado depois de completada a maioridade.	366
— constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de mãe solteira.	366
— constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de seu pae physicamente incapaz e de irmãos menores....	372
— constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de seus irmãos, orphans de pae e mãe.....	367
— constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua esposa physicamente incapaz.....	367-371-372
— constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe abandonada pelo marido.....	367
— constitúe constrangimento illegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é reservista naval.	361
— não póde pleitear isenção do serviço militar sob a allegação de menoridade quem ao ser alistado e sorteado já havia completado a idade legal.....	359
— a concessão do <i>habeas-corpus</i> ao sorteado pelo facto de o ter sido quando menor, não inhiibe a que o seja novamente, uma vez completada a maioridade, embora seja o mesmo o alistamento.	358
— para a concessão de <i>habeas-corpus</i> a sorteado sob o fundamento de ser arrimo, é necessaria, além da certidão de idade, a prova de que o arrimado nada recebe dos cofres federaes, estaduaes e municipaes.....	358

SERVIÇO MILITAR — constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é marinheiro e como tal só podendo ser obrigado a servir na Marinha	225
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é physicamente ou mentalmente incapaz para o serviço militar	225
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua esposa.	222-223-224
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua esposa physicamente incapaz.	221
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem foi alisado e sorteado em classe diversa da sua.	197-200 201-224
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe viuva, por ella escolhido para tal, entre outros filhos.	219-365
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua irman solteira.	220
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de mãe viuva, ou de pae physicamente incapaz, ou de irmãos menores, ou de esposa incapaz.	197-363
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem contrahiu matrimonio antes de 1921.	196-202 361-371
— para a concessão de <i>habeas-corpus</i> a sorteado, sob a allegação de ser arrimo de pessoas de sua familia, é necessaria a prova de que o arrimado não recebe nenhuma pensão dos cofres federaes, estaduaes ou municipaes.	192-213-219
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem contrahiu matrimonio antes de 1921 e sustenta filhos menores.	200-222-363 365-369
— desde que não ha nenhuma duvida sobre a identidade do sorteado, a simples troca de nome não autoriza a concessão do <i>habeas-corpus</i>	343
— constitúe constrangimento ilegal, sanavel pelo <i>habeas-corpus</i> , a sujeição ao serviço militar de quem é arrimo de sua mãe viuva e pobre.	197-203 220-221
— deve ser cassado o <i>habeas-corpus</i> concedido á sorteados sob o fundamento de o terem sido antes de completarem a maioridade, quando dos autos se verifica que, por occasião do sorteio, já eram elles maiores.	168
SESSÃO SECRETA — os recursos e apellações interpostos pelo Ministerio Publico das sentenças de impronuncia e absolvição, em processos por crimes inafiançaveis, devem ser julgados em sessão secreta.	318-326
— os recursos e apellações interpostos pelo Ministério Pu-	

blico das sentenças de impronuncia e absolvição em processos por crimes inafiançaveis, devem ser julgados em sessão secreta.	318-326
SOCIEDADE ANONYMA — sómente os accionistas são interessados nos bens da communhão da sociedade anonyma, não assim os portadores de obrigações da mesma sociedade	71
SORTEADO — para a concessão de <i>habeas-corpus</i> a sorteado sob o fundamento de ser arrimo, é necessaria, além da certidão de idade, a prova de que o arrimado nada recebe dos cofres federaes, estaduaes e municipaes.	358
SUBSTABELECIMENTO DE PODERES — si o mandato por instrumento publico póde ser substabelecido por instrumento particular, da mesma fórma o substabelecimento de uma procuração outorgada em instrumento particular póde ser feito por instrumento publico.	77
SUCCESSÃO — abre-se no logar do ultimo domicilio do finado	45
SUPLENTE DE POLICIA -- como qualquer pessoa do povo, póde effectuar a prisão em flagrante de quem quer que se encontre commettendo algum crime ou contravenção, ou emquanto foge perseguido pelo clamor publico.	5
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL — com elle nenhuma autoridade judiciaria do Paiz póde entrar em conflicto.	44
— só conhece originariamente de pedido de <i>habeas-corpus</i> nos casos expressos e taxativos da Lei.	11-31
— justifica-se o pedido de <i>habeas-corpus</i> a elle dirigido, em favor de paciente que, já tendo obtido identica providencia do mais alto Tribunal de Justiça do Estado, não foi comtudo essa decisão cumprida pelas autoridades estaduaes, continuando assim a soffrer constrangimento illegal	33-393
— só concede <i>habeas-corpus</i> : a) para garantir o direito de livre locomoção, si é evidentemente illegal o obstaculo que lhe é opposto; b) para defender o direito ao exercicio de uma funcção publica, si a situação juridica do paciente é certa, liquida e incontestavel.	29
SUSPEIÇÃO PENAL — em materia de direito penal, não é o Juiz obrigado a declarar os motivos da ordem moral que tem para se declarar suspeito.	39
SUSPENSÃO DO ADVOGADO — a pena de suspensão ou qualquer outra disciplinar imposta pelo Tribunal, póde ser por elle relevada, mas não por meio de embargos.	277
SUSPENSÃO DO FUNCIONARIO — dá-se provimento á appellação para julgar a acção improcedente, porque o autor, embora tivesse mais de dez annos de serviço publico federal, e embora houvesse sido demittido sem sentença judicial e sem processo administrativo, todavia tinha soffrido uma pena de suspensão, por oito dias, no cumprimento dos seus deveres.	231
	116

T

TAXA JUDICIARIA — os processos preventivos e preparatorios, como a vistoria <i>ad perpetuam rei memoriam</i> estão sujeitos ao pagamento da taxa judiciaria que deve ser cal-	
---	--

culada, não pelo valor dado na inicial, mas pelo dos prejuizos verificados na mesma vistoria.....	384
TESTEMUNHAS — a falta de compromisso das testemunhas não annulla o processo criminal, pois tal compromisso não é formalidade essencial do processo.....	37
— havendo prova documental sufficiente, é dispensavel a prova testemunhal.	314
TERMO AO FEITO — o agravo, estabelecido no art. 13, da Lei n. 4.381, de 1921, cabe sómente da sentença que, decidindo por uma preliminar, põe termo ao feito, sem lhe analysar o merito.	65
TERMOS DO PROCESSO — a replica e a treplica não são termos essenciaes do processo e a sua falta não inquina o processo de nullidade.	381
TERCEIRO SENHOR E POSSUIDOR — desde que, na acção principal, exequente e executado entraram em accôrdo e reciprocamente desistiram da acção proposta, ficou sem objecto o processo de embargos de terceiro senhor e possuidor, oppostos á penhora, procedida na mesma acção e processados em apartado e julgados provados, processo esse que deve ser julgado extincto.....	119
TRIBUNAL DE REMOÇÃO DE MAGISTRADOS — não é manifestamente inconstitucional o Tribunal de Remoção de Magistrados, creado pela Constituição Mineira.....	

U

ULTIMO DOMICILIO — a successão abre-se no logar do ultimo domicilio do finado.. . . .	45
UNIÃO FEDERAL — nenhum interesse tem, de modo a justificar a competencia da Justiça Federal, no processo instaurado para apurar a responsabilidade de quem falsificou a firma de um funcionario federal, em documento particular....	30
— é responsavel pelos actos dos seus empregados, desde que taes actos sejam praticados, dentro da esphera das suas attribuições legaes, sem usurpação de funções não conferidas pela Lei e sem fazer a menor distincção motivada pela natureza do acto, licito ou illicito, de imperio ou de simples gestão.	89
— não é possivel isentar a União Federal da responsabilidade do furto de mercadorias apprehendidas, causado pela criminosa negligencia dos seus prepostos que, preocupados exclusivamente com os seus interesses economicos, não guardaram convenientemente as mercadorias.....	89

V

VALIDADE DO CORPO DE DELICTO — a preterição de alguma das formalidades do corpo de delicto não pôde prejudicar a sua validade, uma vez que revista elle as condições de publicidade e foi procedido por autoridade competente.	277
--	-----

VALOR DA TAXA — os processos preventivos e preparatorios, como a vistoria <i>ad perpetuam rei memoriam</i> estão sujeitos ao pagamento da taxa judiciaria, que deve ser calculada, não pelo valor dado na inicial, mas pelo dos prejuizos verificados na mesma vistoria.	384
VENCIMENTOS — na liquidação de sentença, tratando-se de diferenças de vencimentos, deve ser deduzida a importância relativa ao sello correspondente ao augmento verificado.	433
VENCIMENTOS DO FUNCIONARIO — não deixa de ser considerado funcionario publico o empregado que não tem os seus vencimentos divididos em ordenado e gratificação, pois, na falta dessa determinação expressa, considera-se que dois terços dos vencimentos correspondem ao ordenado e o terço restante á gratificação.	84
VENDA DA COUSA — quando a cousa fôr indivisivel ou se tornar, pela divisão, impropria ao seu destino, e os consortes não quizerem adjudical-a a um só, indemnizando os outros, será vendida e partilhado o preço.	80
VENDA DE MERCADORIA — são consideradas em transitio emquanto entregues aos intermediarios, ou sejam os carregadores, por terra ou agua, ou o autor depositario para entregar ao comprador até que este, por si ou por agentes seus, directa ou indirectamente as receba. Para a effectividade deste direito não são exigidas formulas solemnes. Basta simples aviso ao carregador ou a qualquer pessoa que está na posse das mercadorias ou a seu chefe. No ultimo caso, para que o aviso seja effectivo, deve ser dado em tempo tal e em taes condições, que o chefe com diligencia razoavel, possa communicar-o ao seu subordinado ou agente com tempo de impedir a entrega. Para o exercicio deste direito, por parte do vendedor, são necessarias as seguintes condições: a) insolvencia do comprador, collocado na impossibilidade do pagamento do preço; b) aviso dado ao carregador para a suspensão da entrega ao consignatario; c) tempo razoavel para a transmissão do aviso; d) effectivo impedimento da entrega.	413
VERIFICAÇÃO DE PODERES — o conhecimento de questões essencialmente politicas, quaes as referentes á verificação de poderes das Camaras Legislativas, escapa á competencia do Poder Judiciario.	28
VICIO DO DOCUMENTO — nenhuma fé merece em Juizo o documento que contém entrelinha, com letra e tinta differente, e não devidamente resalvada.	94
VISTA DOS AUTOS — foi adiado o julgamento por ter pedido vista dos autos um dos Srs. Ministros.	267
VISTORIA — os processos preventivos e preparatorios, como a vistoria <i>ad perpetuam rei memoriam</i> estão sujeitos ao pagamento da taxa judiciaria que deve ser calculada, não pelo valor dado na inicial, mas pelo dos prejuizos verificados na mesma vistoria.	384

VITALICIEDADE — os professores das Escolas de Aprendizizes Marinheiros não são vitalícios, mas só poderão ser demittidos: a) quando o requererem; b) quando abandonarem, sem comunicação, o exercicio do cargo, por mais de 15 dias; c) quando não se mostrarem dedicados ao exercicio das suas funcções ou commetterem actos que deponham contra a moralidade e a disciplina da Escola; d) quando se inutilizarem para o serviço do magisterio, sem terem adquirido direito á aposentadoria.....	409
— sómente os machinistas da Armada que tiverem o serviço effectivo nesse cargo, por mais de dez annos, é que gozam da vitaliciedade.	92
— os actuaes docentes militares, a <i>qualquer titulo</i> , dos institutos militares de ensino superior serão transferidos para o quadro Q, nas mesmas condições que os officiaes ao mesmo pertencentes. Uma dessas condições é a vitaliciedade.	122
VONTADE DO TESTADOR — a vontade do testador não póde subsistir contra a disposição da Lei, para o fim de ser alterada a competencia que é materia de direito publico	48

PARECERES DA PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA

ACÇÃO SUMMARIA ESPECIAL — instituida para a reparação das lesões dos direitos individuaes por actos ou decisões das autoridades administrativas, presuppõe necessariamente um direito individual lesado ou que se pretenda lesado e um acto administrativo a quem se imputa a lesão.	444
— não é meio idoneo para annullar a imposição de multas fiscaes.	461
ADMINISTRAÇÃO FEDERAL — segundo as Leis em vigor e antes que ellas o tivessem feito, segundo a jurisprudencia do Tribunal, ficou estabelecido que á jurisdicção federal pertence o julgamento de todos os crimes que directa ou indirectamente interessam a Fazenda ou a Administração Federal. A competencia da Justiça Federal para julgar os casos que interessam vitalmente a administração ou a Fazenda da União, deriva, não da Lei ordinaria, mas do proprio regimen, que não admitte seja a defesa de tão altos interesses nacionaes entregue a outra Justiça nacional.	456
APPLICAÇÃO DE LEIS FEDERAES — quando não se questiona ou decide sobre ella ou sua validade, não é caso de recurso extraordinario.	449
CODIGO PENAL MILITAR — só pune as offensas phisicas praticadas por militar quando praticadas contra outro militar, das decisões da Justiça local concessivas de <i>habeas-corpus</i> não cabe recurso e mandar que se prosiga	

o processo instaurado contra o paciente em fóro civil, importaria em revogar a ordem de <i>habeas-corpus</i> que lhe foi concedida.	451
COMPETENCIA — não tem o Supremo Tribunal Federal para conceder perdão.	453
— segundo as Leis em vigor e antes que ellas o tivessem feito, segundo a jurisprudencia do Tribunal, ficou estabelecido que á jurisdicção federal pertence o julgamento de todos os crimes que directa ou indirectamente interessam a Fazenda ou Administração Federal.	456
— da Justiça Federal para julgar os casos que interessam vitalmente a Administração ou a Fazenda da União, deriva, não da Lei ordinaria, mas do proprio regimen, que não admite seja a defesa de tão altos interesses nacionaes entregue a outra Justiça Nacional.	456
CONFLICTO DE JURISDICÇÃO — não é caso d'elle, quando não ha dois Juizes reputando-se competentes para o mesmo negocio; não ha duas demandas sobre o mesmo objecto de entre as mesmas partes submittidas a Juizes differentes.	462
CONTRABANDO — se pudesse prevalecer a allegação de que os guardas aduaneiros são suspeitos como testemunhas nestes crimes essa suspeita asseguraria a impunidade nesta classe de delictos em que outra prova só raramente se faz possivel.	455
DAMNO — exceptuado o caso de accidente de trabalho, que constituindo uma derrogação do principio geral da culpa não é extensivo aos demais, no Estado actual do nosso direito a obrigação de indemnizar o damno, tanto no contracto como fóra d'elle, suppõe a responsabilidade moral do autor.	443
— o Estado não responde pelos damnos causados por forças rebeldes. A responsabilidade das pessoas juridicas de direito publico restringe-se aos damnos resultantes de actos dos seus representantes no exercicio da função.	463
DEPOSITO — a União responde, não ha duvida, pelos depositos feitos nas Caixas Economicas Federaes, mas responde subsidiariamente. O devedor não é a Fazenda mas a Caixa Economica.	470
DIREITO DO ESTADO — é o de dividir e subdividir os officios de Justiça alterando-lhes a distribuição dos serviços	442
FALSIDADE — a de uma assignatura para ficar devidamente apurada, depende de exame.	460
FORÇAS REBELDES — o Estado não responde pelos damnos por ellas causados.	463
GUARDAS ADUANEIROS — se pudesse prevalecer a allegação de que os guardas aduaneiros são suspeitos como testemunhas nos crimes de contrabando essa suspeita asseguraria a impunidade nesta classe de delictos em que outra prova só raramente se faz possivel.	455
“HABEAS-CORPUS” — importaria em revogar a ordem con-	

cedida, mandar que se prosiga o processo instaurado contra o paciente em fôro civil.....	451
"HABEAS-CORPUS" — das decisões da Justiça local concessivas de <i>habeas-corpus</i> não cabe recurso e mandar que se prosiga o processo instaurado contra o paciente em fôro civil, importância em revogar a ordem de <i>habeas-corpus</i> que lhe foi concedida	451
PERDÃO — não é meio de o solicitar por via de embargos, nem o Egregio Tribunal a autoridade competente para concedel-o; se é que as penas disciplinares o admittem.....	453
PESSOAS JURIDICAS — a responsabilidade das de direito publico restringe-se aos danos resultantes de actos dos seus representantes no exercicio da função.....	463
PODER JUDICIARIO — não exerce uma função revisora dos actos dos outros poderes; não julga a constitucionalidade das Leis, não annulla, não cassa, não suspende Leis e Decretos, uma tal attribuição attentaria contra o art. 15, da Constituição. O poder que se lhe reconhece, antes de dever do que prerogativa, é o de no conflicto entre a Constituição e uma Lei, entre a Lei e um Decreto, se decidir na 1ª hypothese pela Constituição e na segunda pela Lei, não para annullar a Lei inconstitucional ou o Decreto illegal, mas para estrictamente amparar o direito individual que estes alcançaram. "A constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma Lei será o motivo; nunca o objecto da decisão judiciaria". Instituida para a reparação das lesões dos direitos individuaes por actos ou decisões das autoridades administrativas, a acção summaria especial presuppõe necessariamente um direito individual lesado ou que se pretenda lesado e um acto administrativo a quem se imputa a lesão.....	444
RECURSO EXTRAORDINARIO — não se conhece do que é posto e processado em desaccôrdo com a Lei e a questão resolvida pela Justiça local, ter sido de processo, sendo interpretada a Lei Federal e applicada no seu verdadeiro sentido.	441
— não é caso delle quando versa sobre a irreductibilidade dos vencimentos que não é um consectorio da vitaliciedade, é um direito que tem o Estado de dividir e subdividir os officios de Justiça alterando-lhes a distribuição dos serviços.	442
— não é caso delle quando não se questionou e ainda menos se decidiu sobre applicação ou validade de Leis Federaes	449
— não é caso delle porque a validade da Lei municipal instituidora do imposto exigido não foi contestada em face da Constituição Federal, mas da Constituição e Leis estaduais.	450
TESTEMUNHAS — se pudesse prevalecer a allegação de que os guardas aduaneiros são suspeitos como testemunhas nos crimes de contrabando essa suspeita asseguraria a impunidade nesta classe de delictos em que outra prova só raramente se faz possivel.....	455

VALIDADE — não se questionando sobre a das Leis Federaes ou sobre a applicação dessas Leis, não é caso de recurso extraordinario.	449
VENCIMENTOS — a irreductibilidade dos vencimentos não é um conseqüente da vitaliciedade, é um direito que tem o Estado de dividir e subdividir os officios de Justiça alterando-lhes a distribuição dos serviços.	442

PARECERES E DOCTRINA

O IMPOSTO SOBRE LUCROS COMMERCIAES — (consulta á liga do commercio).	473
— Parecer do Dr. Raul Fernandes.	473
— Parecer do Dr. José Saboia de Medeiros.	478
— Parecer do Dr. Alfredo Bernardes.	491
— Parecer do Dr. Levy Carneiro.	495
— Parecer do Dr. Didimo Agapito da Veiga.	499
— Parecer do Dr. Miranda Jordão.	505
— Parecer do Dr. Clovis Bevilacqua.	514
CRITERIO PARA A PROMOÇÃO DOS OFFICIAES AOS POSTOS SUPERIORES — (Parecer do Dr. Candido de Oliveira Filho).	519
PODEM SER RESTRINGIDOS OS EFEITOS DO MANDADO DE MANUTENÇÃO DE POSSE DEPOIS DE EXECUTADO? — (consulta).	521
— Parecer do Dr. Alfredo Bernardes da Silva.	522
— Parecer do Dr. Clovis Bevilacqua.	524
PRISÃO ADMINISTRATIVA — (pelo Dr. Malaquias dos Santos) — Primeira parte, periodo monarchico.	527
— Segunda parte, periodo republicano.	563
— Terceira parte, periodo republicano — (Decisões e Accordams).	542

NOTAS E COMMENTARIOS

DIREITO PENAL BRASILEIRO — (pelo Dr. Galdino de Siqueira, Parte Especial — Rio, 1924).	553
"REVISTA DE CRITICA JUDICIARIA" — (N. 1º — Novembro de 1924 — Rio).	554

VARIAS NOTICIAS

DR. APRIGIO CARLOS DE AMORIM GARCIA — (cartas recebidas por S. Ex. a proposito do seu novo livro — A Constituição Allemã).	LXXXV
MINISTRO EDMUNDO LINS — (noticia da sua licença).	LXXXV

MINISTRO HERMINIO DO ESPIRITO SANTO — (Noticia da sua morte e das homenagens prestadas a sua memoria).	V
— Traços biographicos.	IX
— A obra jurisprudencial de Herminio do Espirito Santo.	XV
— As homenagens da REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.	XXVII
— As homenagens do Supremo Tribunal Federal.	XXVIII
— As homenagens do Senado Federal.	XXXI
— As homenagens da Camara dos Deputados.	XXXII
— No Supremo Tribunal Militar.	XXXIV
— Na imprensa.	XXXIV
— Local da "Gazeta Juridica".	XXXV
— Local da "Gazeta de Noticias".	XXXVI
— Local da "A Folha".	XXXVI
— Local da "Gazeta Juridica".	XXXVII
— Local da "Gazeta dos Tribunaes".	XXXVII
— Local da "Gazeta dos Tribunaes".	XL
— Local do "A. B. C.".	XL
— Local do "Jornal do Commercio".	XLI
— Local da "A Patria".	XLV
— Local do "O Paiz".	XLVII
— Local da "Gazeta de Noticias".	XLVIII
— Local do "O Imparcial".	XLIX
— Local da "A Noite".	LII
— Local da "Gazeta dos Tribunaes".	LIII
— Local da "A Noticia".	LVIII
— Local do "O Brasil".	LXI
— Nos Estados — (Homenagens prestadas nos diversos Estados do Brasil).	XLII
— As exequias.	LXVIII
— Telegrammas recebidos pela Familia Espirito Santo...	LXXIII
— Telegrammas recebidos pelo Supremo Tribunal Federal.	LXXXI

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



STFP0012280